

Raízes



de

Gravataí

RAÍZES DE
GRAVATAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAÍ
Fundação de Arte e Cultura de Gravataí – FUNDARC
Secretaria Municipal de Educação – SMED
Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul – CAERGS
28ª Coordenadoria Regional de Educação – CRE

RAÍZES DE GRAVATAÍ

Memória, História e Cidadania

Célia Silva Jachemet
Véra Lucia Maciel Barroso
Organizadoras



EST

Porto Alegre
2011

Copyright: dos autores - 1ª edição, 2011

Comissão organizadora do *Raízes de Gravataí* realizado em abril de 2010:

CAERGS: Célia Silva Jachemet, Evanir Terezinha da Silva Marcos,

Régis Albino Marques Gomes, Véra Lucia Maciel Barroso e Zaida Prado

FUNDARC: Amon Costa, Gabriela Cruz de Oliveira dos Santos, Getúlio Xavier Osório,

Inajara Figueiró, Joice da Luz Lopes, Maria Inês Guilloux Leal e Rafael Linck Moehlecke

SMED – Secretaria Municipal de Educação de Gravataí: Cleusa Maria Denz dos Santos,

Frederico Bartz, Hilda Jaqueline de Fraga e Rosemary Kroeff Farias da Silva

28º CRE – Coordenadoria Regional de Educação: Evanir Terezinha da Silva Marcos

Iconografia: dos autores, Foto Elmo e Acervo do Museu Agostinho Martha

Participantes da editoração da obra:

Digitação complementar: Célia Silva Jachemet

Arte de Capa: Renata Dihl

Captação e revisão inicial dos textos: Cleusa Denz

Revisão linguística: Célia Silva Jachemet e Véra Lucia Maciel Barroso

Revisão final e dos originais: Célia Silva Jachemet e Véra Lucia Maciel Barroso

Editoração, impressão e acabamento: Editora Evangraf Ltda. (51) 3336.2466

Bibliotecária responsável
Bruna Abatti Chaffe
CRB-10/2017

R161

Raízes de Gravataí: memória, história e cidadania/Célia Silva Jachemet, Véra Lucia Maciel Barroso (orgs.) - Gravataí: Casa dos Açores do Rio Grande do Sul, 2024

ISBN: 978-65-996369-1-2

4t.

Conteúdo: t.1. Povoamento inicial, etnicidade, traços do município e expansão - t.2. Famílias, histórias de vida, organização religiosa e fê - t.3. Trajetória econômica e participação cidadã - t.4 Educação, cultura, lazer, associativismo, literatura e memória.

Formato: (Ebook)

I. Título II. História de Gravataí

CDU 981. 65 (Gravataí)

EDIÇÕES EST

Rua Veríssimo Rosa, 311

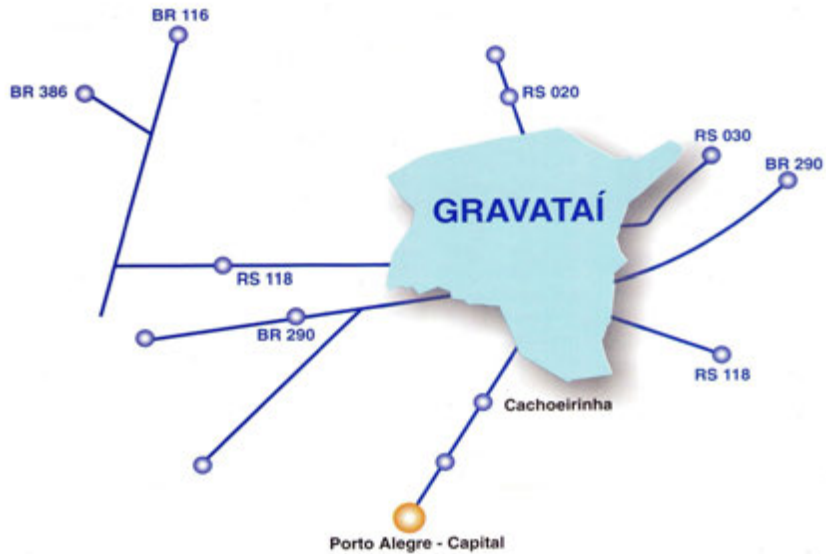
Porto Alegre/RS

Fone/fax: (51) 3336-1166

E-mail: italianos@via-rs.net

www.via-rs.com.br/esteditora

NORTE



Municípios limítrofes (sentido Norte-Leste):

Taquara
Novo Hamburgo
São Leopoldo
Sapucaia do Sul
Cachoeirinha
Alvorada
Viamão
Glorinha

HINO DE GRAVATAÍ

Letra: Célia Silva Jachemet

Música: Agostinho Normélio Ruschel

Estrilho: *Salve o rio que nos dá vida*
 E o novo que vive aqui.
 Hoje e sempre cantaremos,
 Salve, salve, Gravataí.

Já são mais de dois séculos de história.
Com trabalho, progresso e cultura.
Recebendo de braços abertos
O imigrante e a quem te procura.

Eis o Morro do Itacolomi.
Do brasão o marco natural.
Donde se vê a cidade que cresce.
Ao lado o pólo industrial.

De uma aldeia indígena surgiu.
E foi berço do novo guarani.
Tens na fonte a herança do índio.
E dos filhos grande amor por ti.

Instituído pela Lei Municipal nº 424, de 06 de Junho de 1989,
após Concurso de Autoria.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| ❑ Identidade cultural de Gravataí | |
| <i>Rita Sanco</i> | 18 |
| ❑ Nossa terra... nossa gente! | |
| <i>Régis Albino Marques Gomes</i> | 20 |
| ❑ Projeto: Raízes de Gravataí | |
| <i>Amon da Costa</i> | 22 |
| ❑ Educação, História Local e Cidadania | |
| <i>Ursula Jaeger Fonseca</i> | 24 |
| ❑ Gravataí: lugar de memórias | |
| <i>Véra Lucia Maciel Barroso</i> | 26 |
| ❑ Apresentação | |
| <i>Célia Silva Jachemet e Véra Lucia Maciel Barroso</i> | 32 |

TOMO 1 – POVOAMENTO INICIAL, ETNICIDADE, TRAÇOS DO MUNICÍPIO E SUA EXPANSÃO

| | |
|--|----|
| ■ PARTE 1 – POVOAMENTO: PRIMEIROS TEMPOS (SÉCULO XVIII E INÍCIO DO XIX) | 37 |
| ❑ A terra e os moradores da região do Rio Gravataí (século XVIII) | |
| <i>Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos</i> | 38 |
| ❑ Do passado originário ao presente etnográfico: trajetória das coletividades indígenas na região de Gravataí | |
| <i>José Otávio Catafesto de Souza</i> | 47 |
| ❑ Os índios da Aldeia dos Anjos | |
| <i>Marco Antônio Velho Pereira</i> | 63 |
| ❑ A Aldeia dos Anjos durante a década de 1770: um olhar sobre as relações entre os indígenas e os portugueses | |
| <i>Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo</i> | 69 |

| | |
|---|------------|
| ❑ A Aldeia dos Anjos durante o governo de José Marcelino de Figueiredo (1769-1780) <i>Fábio Kühn</i> | 91 |
| ❑ O Rio Grande do Sul e a formação inicial de Gravataí: como se monta uma hierarquia – notas sobre família e política <i>Bruna Sirtori</i> | 104 |
| ❑ Os escravos de Dona Francisca: alforria, cidadania e hierarquia de cor na Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos (1780-1830) <i>Gabriel Aladrén</i> | 123 |
| ■ PARTE 2 – ETNICIDADE | 140 |
| ❑ O quilombo do Paredão: resistência negra em Gravataí <i>Cláudio Baptista Carle</i> | 141 |
| ❑ Presença negra no Morro Agudo e Costa do Ipiranga <i>Marco Antonio Albani da Silva</i> | 151 |
| ❑ O imaginário dos quilombolas do Quilombo Manuel Barbosa, do município de Gravataí, diante da busca da identidade africana <i>Joice da Luz Lopes</i> | 157 |
| ❑ A “escrita de si”, de uma etnia e os valores de uma cultura: a comunidade cigana em Gravataí <i>Débora Soares Castro</i> | 171 |
| ❑ O beco dos Catutas <i>Carlos Alberto Nunes dos Santos e Valdete Silva Stang Vieira</i> | 180 |
| ❑ Associação Cultural e Beneficente Seis de Maio <i>Gabriela Cruz de Oliveira Santos</i> | 190 |
| ■ PARTE 3 – TRAÇOS DO MUNICÍPIO E SUA EXPANSÃO: DO SÉCULO XIX AO XX | 197 |
| ❑ Gravataí seria vila antes de Porto Alegre? <i>Luiz Fernando Rhoden</i> | 198 |
| ❑ Gravataí em três tempos: décadas de 1910, 1920 e 1930 – fontes para sua história <i>Véra Lucia Maciel Barroso</i> | 201 |
| ❑ Pelos caminhos de Gravataí <i>Nilza Huyer Ely</i> | 218 |

- ❑ **Gravataí –1934: a primeira rodovia municipal pavimentada de concreto armado do estado, ligando uma cidade do interior a Porto Alegre – RS030**
Davi Kura Minuzzo..... 224
- ❑ **Os anos de chumbo em Gravataí: uma discussão inicial em torno da análise da sociedade gravataiense durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)**
Rafael Linck Moehlecke..... 238
- ❑ **Gravataí nas memórias de Amilton José de Oliveira**
Véra Lucia Maciel Barroso 254
- ❑ **Acompanho a vida de Gravataí há 83 anos...**
Sérgio Raupp (Cônego) 284

**TOMO 2 – FAMÍLIAS, HISTÓRIAS DE VIDA,
ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA E FÉ**

- **PARTE 1 – FAMÍLIAS** 286
- ❑ **Até a sétima *styrpe* – herdeiros do Comendador Domingos Faustino Correia**
Célia Silva Jachemet..... 287
- ❑ **Bibiana Pinto Bandeira, de Gravataí**
Miguel Frederico do Espírito Santo 305
- ❑ **Dos Açores ao Brasil Meridional: uma viagem no tempo – a saga de uma família**
Marco Antônio Velho Pereira 308
- ❑ **Família Medeiros, de Gravataí**
Luiz Antônio Alves 314
- ❑ **Traços da história da família Fonseca e de seu Casarão**
Alanna de Jesus Teixeira 323
- ❑ **Gravataí e a Roda dos Expostos**
Hilda Agnes Hübner Flores..... 332
- ❑ **Família Lessa**
Maria Elaine Lessa Sperry 342
- ❑ **Antes do distrito industrial: a família Fonseca e a fazenda Boa Vista**
Zilda Fonseca Pacheco..... 353

| | |
|--|------------|
| ❑ Relembrando a família Machado – João Horácio | |
| <i>Juracema Machado Coruja</i> | 367 |
| ❑ Família Bitello: nossa história, minha história | |
| <i>Valecy Cabeleira Bitello</i> | 369 |
| ❑ De como um homem lavou sua honra e seguiu sua vida na Aldeia | |
| <i>Elisa dos Santos Dias</i> | 382 |
| ❑ Um João... uma Maria... nos caminhos de Gravataí | |
| <i>Izabel Cristina Beckel de Ávila</i> | 392 |
| ❑ Menino de Pedra: memórias de um casal operário em Gravataí, antes da ditadura militar de 1964 | |
| <i>Carlos Adriano Albani da Silva</i> | 399 |
| | |
| ■ PARTE 2 – HISTÓRIAS DE VIDA | 406 |
| ❑ Coronel Sarmento, homem do Império | |
| <i>Márcio Darlan Rosa Knobeloch</i> | 407 |
| ❑ O crime do Padre Pedro | |
| <i>Vera Jane Maroneze</i> | 412 |
| ❑ Adão Marcelino da Silva: um pioneiro, um sonhador, um realizador | |
| <i>Amélia Conceição Silveira da Silva e José Marcelino da Silva</i> | 417 |
| ❑ João Francisco Moreira: meu avô, um cidadão gravataiense | |
| <i>Maria Izabel Moreira</i> | 425 |
| ❑ Elita Mohr: uma patrulhense-gravataiense | |
| <i>Véra Lucia Maciel Barroso</i> | 434 |
| ❑ Minha história e memórias de Gravataí: a cidade há 50 anos | |
| <i>Zenon Manuel Costa</i> | 442 |
| ❑ Amilton José de Oliveira: de Rolante/Santo Antônio da Patrulha para Gravataí | |
| <i>Véra Lucia Maciel Barroso</i> | 448 |
| ❑ Minha história em Cachoeirinha | |
| <i>José Luís Gonçalves Rodrigues</i> | 453 |
| ❑ Os “invisíveis” de Gravataí | |
| <i>Valdete Silva Stang Vieira e Carlos Alberto Nunes dos Santos</i> | 459 |
| ❑ História de vida e lembranças de conquistas: Gravataí pelo andar de uma cadeirante | |
| <i>Gabriela Villanova</i> | 468 |

■ **PARTE 3 – ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA E FÉ** 471

- ❑ **História da Paróquia Nossa Senhora dos Anjos**
Irineu Aloísio Flach..... 472
- ❑ **Expansão da Paróquia Nossa Senhora dos Anjos com o crescimento do Distrito Industrial**
Álvaro Noschang..... 474
- ❑ **O Vicariato de Gravataí**
Dom Alessandro Ruffinoni..... 476
- ❑ **Festa do Divino Espírito Santo em Gravataí: estudos sobre a reinvenção da açorianidade no século XXI**
Jairton Ortiz..... 477
- ❑ **Resgate da Festa do Divino Espírito Santo em Gravataí: tempo de decisões**
Lizette Saraiva Donga 499
- ❑ **A constituição da Seicho-No-Ie em Santa Tecla – Gravataí**
Érica Torock Cruz e Pedro Paulo de Souza..... 505

**TOMO 3 – TRAJETÓRIA ECONÔMICA,
PARTICIPAÇÃO CIDADÃ, LITERATURA E MEMÓRIA**

■ **PARTE 1 – TRAJETÓRIA ECONÔMICA E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ** 511

- ❑ **Produção e comércio de animais na Aldeia dos Anjos (1780-1800)**
Tiago Luis Gil..... 512
- ❑ **Carreta de bois: um passado mais que presente**
Vanusa Silva de Lima Kssesinski..... 522
- ❑ **Memória da Carreteada**
José Ramón Rodriguez e Eleonora Nunes Rodriguez 525
- ❑ **A mandioca e as comidas de inverno: mistura “indígena-portuguesa”**
Vanusa Silva de Lima Kssesinski..... 529
- ❑ **Evolução econômica de Gravataí após a emancipação**
Célia Silva Jachemet..... 534

| | |
|---|-----|
| ❑ Agricultura e sociabilidade no bairro Ponta Grossa: redutos de memória no “entrelugar” <i>Vani Bartolomeu de Lima e Benoi Silva de Lima</i> | 546 |
| ❑ A importância do Passo das Canoas para Gravataí e Alvorada <i>Noé Gino Porto Gomes</i> | 551 |
| ❑ O comércio de Gravataí através dos tempos <i>Albrecht Schott</i> | 555 |
| ❑ Da cidade do Porto (Portugal) para Gravataí/RS (Brasil): quatro gerações de empreendedores <i>Albino Pereira Marques Gomes</i> | 557 |
| ❑ Memória e história da Fazenda JABÁ <i>Marta Busnello</i> | 563 |
| ❑ A vinda da Icotron para Gravataí <i>Castilhos Barcellos</i> | 571 |
| ❑ Pirelli <i>Gilberto Gil</i> | 573 |
| ❑ A Cerâmica Cherubini e a expansão de Gravataí <i>Valentim Antônio Cherubini</i> | 581 |
| ❑ As transformações da Aldeia: expansão social e econômica <i>Viviana Benetti, Carlos Alberto Nunes dos Santos e Gabriela Cruz de Oliveira</i> | 583 |
| ❑ A implantação do distrito industrial de Gravataí: olhares <i>Roberto Py Gomes da Silveira</i> | 590 |
| ❑ Considerações sobre a produção do espaço urbano-industrial em Gravataí <i>Ana Clara Fernandes</i> | 599 |
| ❑ A cidade fabril mobilizada: uma introdução ao estudo do movimento dos trabalhadores organizados na cidade de Gravataí <i>Frederico Duarte Bartz</i> | 616 |
| ❑ Participação sociopolítica dos trabalhadores no desenvolvimento econômico de Gravataí nos anos 2000 <i>Sandro Ruduit Garcia</i> | 627 |
| ❑ Sindicato do Comércio Varejista de Gravataí/SINDILOJAS: uma visão de futuro <i>José Nivaldo da Rosa</i> | 643 |

| | |
|---|-----|
| ❑ ACIGRA: Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Gravataí <i>Ernani Picoli</i> | 647 |
| ❑ Evolução do Hospital Dom João Becker <i>Audrey Chystin Fontes Francisco</i> | 652 |
| ❑ Trajatória do Laboratório de Análises Clínicas do Hospital Dom João Becker <i>Julieta Antonia Scolari Sperandei</i> | 658 |
| ❑ Um terra predestinada ao bem comum: Laboratório Geyer, Estação de Pesquisas Veterinárias Cyanamid Blemco e ULBRA <i>Maria Inês Guilloux Leal</i> | 661 |
| ❑ Associação de Preservação da Natureza Vale do Gravataí (APN-VG): 30 anos pregando a sustentabilidade <i>Cláudio Wurlitzer</i> | 666 |
| ■ PARTE 2 – LITERATURA E MEMÓRIA | 674 |
| ❑ Cronologia da literatura em Gravataí <i>Denise Mônica Jorge</i> | 675 |
| ❑ Associação Literária de Gravataí: a raiz da literatura na Aldeia dos Anjos <i>Isab-El Cristina Soares e Zulair Maria de Souza</i> | 688 |
| ❑ Bairro São Geraldo e região do Barnabé: projeto Pró-Memória <i>Ivete Conceição Pacheco Flach</i> | 697 |
| ❑ Possibilidades de pesquisa no Arquivo Histórico Antonio Soares da Fonseca – acervo do Museu Agostinho Martha <i>Getúlio Xavier Osório e Joice da Luz Lopes</i> | 701 |
| ❑ Acervo dos jornais do Arquivo Histórico Municipal Antonio Soares da Fonseca <i>Getúlio Xavier Osório, Gabriela Cruz de Oliveira dos Santos e Rafael Linck Moehlecke</i> | 704 |
| ❑ Jornal O Gravataiense <i>Sílvio José Fonseca Ourique</i> | 711 |
| ❑ O anticomunismo no jornal O Gravataiense <i>Rafael da Silva Freitas e Jeferson Luis Feitosa Monteiro</i> | 714 |

- ❑ **As transformações da cidade de Gravataí através de fotografias (século XX)**
Daniela Gorgem dos Reis e Egiselda Brum Charão 720
- ❑ **Cemitérios: testemunhos do passado**
Elisa dos Santos Dias 735

**TOMO 4 – EDUCAÇÃO, CULTURA,
LAZER E ASSOCIATIVISMO**

- **PARTE 1 – EDUCAÇÃO, ESCOLAS, EDUCADORES, POLÍTICA EDUCACIONAL, MOVIMENTO ESTUDANTIL E DO MAGISTÉRIO** 746
- ❑ **Gravataí e a instrução pública até 1889: primeiros tempos**
Regina Portella Schneider 747
- ❑ **Colégio Dom Feliciano: na leitura da história “conhecemos a vida e buscamos a verdade”**
Isabel Cristina Ourique Bevengnú, Wanise Andréa Costa das Neves e Iara Beatriz Blauth Mota 761
- ❑ **Escola-internato Dom Feliciano: histórias e memórias a serem contadas**
Isabel Regina Lima Mendes e Marione Rheinheimer 767
- ❑ **Aluno do Dom Feliciano há meio século**
Amilton José de Oliveira 775
- ❑ **Raízes da Escola Tuiuti nos seus 70 anos de lutas e vitórias**
Stela Maris Martins de Oliveira 779
- ❑ **Aulas no Barnabé**
Laura Maria Recchia Eltz 793
- ❑ **Escola Municipal Áurea Celi Barbosa**
Leliane Schmidt Kohls 797
- ❑ **Escola Estadual Irmã Cléssia em Gravataí: uma história para se contar**
Nara Souza de Oliveira e Vitória Caroline Santos da Costa 800

| | | |
|---|---|-----|
| ❑ | O Loteamento da Lagoa – Fazenda Alencastro e a Escola Municipal Prefeito José Linck <i>Marilza Pacheco Ramos e Maria Carolina Muné.....</i> | 805 |
| ❑ | Escola Estadual Nicolau Chiavaro Netto: uma história de luta <i>Tânia Margarete Lima Lopes</i> | 810 |
| ❑ | Histórias de uma professora: revisitando o passado <i>Evanir Terezinha da Silva Marcos.....</i> | 813 |
| ❑ | A trajetória de um sonho: história do Colégio Cenecista N^a Sr^a dos Anjos – GENSA, de Gravataí <i>Eunice Carolina Ohlweiler de Oliveira.....</i> | 823 |
| ❑ | 28^a Coordenadoria Regional de Educação: 35 anos de memória <i>Eloah Janssen.....</i> | 832 |
| ❑ | Fundação do 22^o Núcleo do CPERGS e do Sindicato dos Professores Municipais <i>Tânia Regina Ferreira do Santos</i> | 854 |
| ❑ | Gravataí e o movimento dos professores: memórias do fim das liberdades <i>Rosemary Kroeff Farias da Silva.....</i> | 865 |
| ❑ | Movimento estudantil gravataiense (1970-1980) <i>José Amaro Hilgert.....</i> | 875 |
| ❑ | Teorias e fazeres: os caminhos da Educação Popular em Gravataí <i>Valter Amaral.....</i> | 880 |
| ■ | PARTE 2 – CULTURA, LAZER E ASSOCIATIVISMO | |
| ❑ | Os bailes da meia-canha <i>Vanuza Silva de Lima Ksesinski</i> | 890 |
| ❑ | Ternos de Reis e Clube dos Violeiros: histórias para contar <i>Dione Peña Zanatta.....</i> | 896 |
| ❑ | A seresta em Gravataí <i>Marilza Pacheco Ramos.....</i> | 910 |
| ❑ | Os Barbosa: a arte e a cultura <i>Waldemar Maximílio Barbosa da Silva.....</i> | 920 |
| ❑ | Vila Santa Luzia e Oriçó: berço do carnaval da Acadêmicos <i>Rita Virgínia Bitencourt.....</i> | 932 |

| | |
|---|-----|
| ❑ Paladino Tênis Club | |
| <i>Sílvio José Fonseca Ourique</i> | 935 |
| ❑ Cerâmica Atlético Clube | |
| <i>Alcides Corrêa e Gilton Luiz Lessa Gomes</i> | 940 |
| ❑ História do Grupo Escoteiro Murialdo de Gravataí | |
| <i>Júlio Barbosa dos Santos Júnior</i> | 944 |
| ❑ Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS) | |
| <i>Régis Albino Marques Gomes</i> | 963 |
| ❑ História do Coral Carlos Bina – SOGIL | |
| <i>Lígia Ramos</i> | 968 |
| ❑ A integração social dos jovens através do Projeto Sunshine MCs | |
| <i>Luís Augusto Alencar dos Santos</i> | 971 |
| ❑ O futebol de salão em Gravataí | |
| <i>Gilton Luiz Lessa Gomes</i> | 974 |
| ❑ Rotary Club de Gravataí | |
| <i>Sílvio José Fonseca Ourique</i> | 975 |



Participantes do Raízes de Gravataí.a

IDENTIDADE CULTURAL DE GRAVATAÍ

O que confere a identidade de um povo é a sua cultura, a sua memória, dando referências positivas de si mesmo, tornando-o forte. Ter a consciência da nossa própria identidade cultural é de fundamental importância. Recuperar nossa história é reaprender e nos elevarmos como cidadãos. Para isso, é preciso desenvolver ações coletivas que valorizem os grupos sociais e devolvam a eles as suas referências culturais. Isso torna as pessoas mais fortes e resistentes à dominação e à massificação.

O projeto Raízes de Gravataí, que agora vira livro, nasceu com o propósito de resgatar a memória da nossa cidade. Histórias antes guardadas são apresentadas, por intermédio desta obra, a partir de relatos, fotografias e documentos, mostrando a trajetória de quase dois séculos e meio de existência. A memória do município, antes esquecida na mente de moradores, passa agora a ser de todos. A obra, escrita a partir de várias histórias, valoriza tanto o conhecimento acadêmico como o empírico contado.

A Prefeitura de Gravataí, por intermédio da Fundação Municipal de Arte e Cultura (FUNDARC) e da Secretaria Municipal de Educação (SMED), sente-se honrada em participar deste projeto apresentado pela Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS), e que envolveu toda a comunidade. O esforço de todos tornou possível a confecção desta bela obra.

Uma boa leitura a todos!

Rita Sanco
Prefeita de Gravataí



Na 1ª fila acompanham o Raízes as senhoras: Maria Edylia Alves Torres, Wilma Velho Pacheco de Camargo e Zilda Fonseca Pacheco.



Monsenhor Irineu Flach fala aos participantes do Raízes de Gravataí. Na mesa está a Vice-Presidente da CAERGS, Célia Jachemet.

NOSSA TERRA... NOSSA GENTE!

Resgatar e preservar a nossa história é, na verdade, valorizar o nosso presente. Para entender muitas coisas do nosso dia a dia que, por vezes, nos passam despercebidas, é necessário relacioná-las com o que aconteceu. Ou seja: o acesso ao passado, às curiosidades, à simplicidade de fatos que ocorreram e que se tornaram importantes com o passar dos anos é fundamental, pois o passado é suporte e baliza para também direcionar o futuro.

“Entender o passado em toda sua complexidade é uma forma de adquirir sabedoria, humildade e um senso trágico a respeito da vida.” Assim escreveu Gordon S. Wood, historiador americano, e com ele concordamos.

A sabedoria dos cidadãos de uma aldeia ou cidade está relacionada com o conhecimento e o reconhecimento de fatos importantes ou de menor importância que nela ocorreram. É com essa perspectiva que se pode dimensionar na trajetória de Gravataí a possibilidade que seus habitantes terão, agora, com essa obra, de se apropriarem da sua história, e com ela se reconhecerem como protagonistas. E o “senso trágico a respeito da vida” refere-se às limitações que se apresentaram ao longo do tempo e que acabaram influenciando o cotidiano e a própria formação cultural e social da nossa gente, quer os nativos, quer os que acorreram ao longo dos anos à antiga Aldeia dos Anjos.

Neste contexto, a Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS), ao propor à Prefeitura Municipal esta parceria, tinha a certeza de que juntos construiríamos um trabalho singular de valorização da cidade de Gravataí. Temos o entendimento de que com essa obra, ora em mãos, foi dado um passo importantíssimo para que muito de nossa história seja conhecida e preservada, pois se trata de fonte de informações, muitas delas inéditas sobre nossas raízes, nossas origens, nossa trajetória.

Este projeto, com certeza, se concretizou pelo apoio irrestrito da Prefeita Municipal Rita Sanco, que agregou a FUNDARC e a SMED para trabalharem em parceria, aos quais se registra um agradecimento especial da CAERGS. E à diretoria da Casa dos Açores e a todos aqueles que participaram e colaboraram de alguma forma para a realização deste trabalho, o nosso reconhecimento e certeza de que os projetos coletivos são os que deixam rastros e resultados de mudança para me-

lhor, como este que ora apresentamos. Sem dúvida, doravante, a nossa Gravataí pode se reconhecer mais cidadã, pois a sabedoria de seu povo, será a medida do conhecimento de si, desde a antiga Aldeia até a atual cidade metropolitana.

Uma boa leitura e especial encantamento com o nosso lugar! E que as descobertas que este livro oferece, sirvam de motivação para fazer de Gravataí um município desenvolvido, bom para viver e trabalhar.

Régis Albino Marques Gomes

Presidente da CAERGS



PROJETO: RAÍZES DE GRAVATAÍ

O Projeto *Raízes de Gravataí - História, Memória e Cidadania* procurou desvendar o intrincado labirinto da memória gravataiense. Permeou a geologia, a geografia e o meio ambiente. Percorreu caminhos, vales e estradas. Mapeou os espaços ocupados pela população e seus deslocamentos ao longo de duzentos e quarenta e seis anos de história. Foram inúmeros trabalhos, enfocando várias áreas da memória da cidade. Histórias de pessoas e lugares que estavam escondidos ou guardados em gavetas ou na memória de quem viveu, ouviu e presenciou.

A organização do evento montou uma equipe interdisciplinar de profissionais da Casa dos Açores do Rio Grande do Sul, da FUNDARC, da Secretaria Municipal de Educação de Gravataí e da 28ª Coordenadoria Regional de Educação que constituíram o campo, no sentido de motivar pessoas para contarem histórias ou revelarem trabalhos de pesquisa ainda inéditos sobre o município. Assim, o mosaico diversificado foi se desenhando ao longo do evento. Foi um ano de preparação, desde a montagem do projeto até o mapeamento de pessoas-fonte e instituições que pudessem contribuir para o sucesso da proposta. O produto final de uma semana de palestras e debates conseguiu trazer uma grande mostra de temas que foram compondo o pano de fundo da memória de mais de dois séculos: como se formou a aldeia indígena; como foram os primeiros anos do povoamento; como chegaram os açorianos e sua convivência com os índios, negros e, posteriormente, como se integraram os alemães, última etnia a formar o povo gravataiense; como se desenvolveu o comércio, as indústrias que aqui se instalaram e como se pautou a produção, bem como se relacionaram com os vários sindicatos que foram se formando. O processo educacional gravataiense, um dos mais antigos do estado, também está contemplado. São inúmeros fatos, histórias, curiosidades e detalhes que o leitor poderá escolher o que mais interessa aprofundar. Gravataí possui um processo histórico importantíssimo, pouco explorado e conhecido pela historiografia sul-rio-grandense.

O Projeto Raízes de Gravataí oportunizou preencher parte desta lacuna. O material que está sendo entregue à comunidade servirá de subsídio para profis-

sionais de várias áreas e propiciará novos trabalhos, novas abordagens, bem como a continuidade do projeto.

O processo histórico é construído por cidadãos, datas e fatos e pelo entrelaçamento dos indivíduos, suas formas de fazer e pensar. É o acúmulo de emoções e vivências, que precisam ser permanentemente registradas.

Está de parabéns a comunidade gravataiense, os professores, historiadores e quem se interessa pela memória. E a FUNDARC não poderia deixar de estar também à frente deste projeto.

Amon da Costa

Diretor Presidente da FUNDARC



Palestrantes do Raízes: Amilton José de Oliveira, Marione Reinheimer e Isabel Regina Lima Mendes, acompanhados de Célia Jachemet da CAERGS.

EDUCAÇÃO, HISTÓRIA LOCAL E CIDADANIA

[...] o futuro será necessariamente o capitalismo melhorado ou não será, ou seja, não há nada de novo pela frente. E, portanto, não há mais lugar para o sonho, a utopia e a esperança, sobretudo, quando estes têm por objetivo transformações radicais, como é o caso da transformação da sociedade capitalista. Esse modo de ver e pensar o mundo tem efeitos devastadores sobre os educadores que construíram suas práticas a partir da intencionalidade da mudança e da transformação. Muitos, já cansados e exauridos pelas enormes exigências das rotinas cotidianas de trabalho, terminam por sucumbir diante da pretensa “evidência” de que não é possível fazer mais nada e que, nos confrontos ideológicos que alimentam a construção da sociedade, o modo de pensar capitalista saiu definitivamente vitorioso. Será mesmo assim? Não haverá mais lugar para a utopia, o sonho, o desejo de transformação e a esperança? De onde nasce a esperança e qual a sua importância para os educadores? É possível sustentá-la nas práticas de ação e formação docentes? A esperança pode ser um antídoto contra uma certa *síndrome de desistência* que ameaça as pessoas em geral e os educadores em especial?¹

A todo dia, a todo instante, somos desafiados a reinventar o mundo, recontá-lo e reencontrá-lo. Somos desafiados, no dizer de Paulo Freire, a “buscar sua boniteza”. E é no entrevero dessa relação de busca e reencontros que cada um de nós, educandos, educadores, crianças, jovens, adultos, cidadãos, enfim, nos confrontamos com nossa história, a história de nosso meio e o futuro, o futuro de todos nós. Essa relação faz de nosso presente um exercício constante, consciente se for marcado pelo diálogo ou alienante se for despercebido.

O papel da educação centrada no homem e na utopia, no sonho e na esperança não será outro que possibilitar ao homem construir a consciência do homem no mundo.

¹ SANTOS NETTO, Elydio dos; SILVA, Marta Regina Paulo da. *In: Infância e inacabamento: um encontro entre Paulo Freire e Giorgio Agamben.*

Ações culturais que recuperam a história, realizadas a partir da inserção dos homens e suas experiências são movimentos que se somam como ações educativas aos movimentos de formação de cidadania.

Raízes de Gravataí é a história não contada pela oficialidade. É a fala dos que também fizeram história, merecendo agora o registro e o *status* histórico, como algo a ser contado. O impacto desse projeto é exatamente o melhor conhecimento de si que começa a ter a comunidade gravataiense como grupamento social. De um passado conhecido por presença jesuítica, indígena caingangue, portuguesa continental e açoriana e escravista quilombola, vai-se aos poucos percebendo que há mais e muito mais, vidas e mais vidas que percorreram, estão percorrendo e ainda transitarão pelo espaço gravataiense.

Nosso Paulo Freire já dizia que “o ser humano é um ser inacabado, inconcluso”.² E isso apenas quer dizer que é na relação do homem com os outros homens, do homem com seu mundo e com sua história que o homem faz a história, a sua história, constituindo-se sujeito histórico, constituindo-se a si mesmo e aos outros em uma relação constante.

O projeto de educação que construímos a cada dia, em cada espaço desta cidade, é marcado por essa concepção que não abre mão da nossa condição de sujeitos da história. E, se no cotidiano de nossas vidas construímos um mundo melhor, um Brasil melhor, também nesse cotidiano, em ações como as que estão registradas nesses tomos do Projeto *Raízes de Gravataí*, construímos e reconstruímos nosso passado, nossa história.

Ursula Jaeger Fonseca
Secretária Municipal de Educação de Gravataí

2 FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GRAVATAÍ: LUGAR DE MEMÓRIAS

É importante conhecer o lugar, a cidade ou a aldeia onde se vive, para saber bem o que se deve por ele (ela) fazer, para ser melhor para todos! Portanto, reconhecer-se no lugar para nele identificar-se e situar-se com qualidade de vida é o percurso a ser seguido. Eis o chamamento feito com a realização do Encontro Raízes de Gravataí.

Qual o primeiro passo?

O primeiro passo é conhecer todas as significações de que é feita uma cidade, uma aldeia, um lugar, um bairro, um distrito, enfim. Sem dúvida, um lugar, uma cidade, o espaço onde se vive é um chão de enraizamento.

Raízes = passado (remoto ou recente). O passado é o alicerce, o fundamento, a base que dá sustentação a um lugar.

Um lugar, o espaço das vivências está sustentado em suportes que asseguram e dão base ao presente. E o passado deve ser reconhecido como suporte. E o reconhecimento do direito ao passado está intrinsecamente ligado ao significado da generalização da cidadania.

O direito ao passado é, portanto, um direito de cidadania!

Por isso, a abertura do evento Raízes, em 5 de abril de 2010, na casa do povo – a Câmara de Vereadores do município, tem um grande e especial significado. Nela está se reafirmando a cidadania gravataiense, com a difusão do passado entre os que moram, trabalham e lutam, nesta cidade, e desejam que ela seja o lugar de todos, sem distinção de qualquer natureza.

A propósito, Walter Benjamim afirma: Quem não pode lembrar o passado, não pode sonhar o futuro e, portanto, não pode julgar o presente.

Então, para projetar o futuro do município e julgar a história do tempo presente de Gravataí, impõe-se conhecer o seu passado! Insiste-se, portanto na reafirmação de que o passado é suporte e dimensão básica da cidadania!

Durante o Encontro Raízes, a cidade de Gravataí teve a oportunidade de redescobrir-se, de afirmar-se na cidadania, ao apropriar-se do conhecimento e do reconhecimento de seu passado. Foi deixado falar a razão (conhecimento do

lugar) e o coração (bem querer aos que cercam a cada um na rua, no bairro, na vila, na praça, nos lugares de memória).

Gravataí é o “nosso” lugar!

Gravataí é um lugar de múltiplas lembranças, diversas recordações e de inúmeras memórias. Em retrospectiva, importa aqui evocar alguns recortes, dados, nomes e informes de sua trajetória. Recordar é viver, já dizia o poeta!

Na formação inicial do Rio Grande do Sul destaca-se, de imediato, a Aldeia dos Anjos, à margem do Rio Gravataí.

São marcas identitárias de Gravataí, do passado ao presente:

a) inicialmente foi ponto de passagem entre o vale do Jacuí e o litoral norte. Trata-se da sua fase pré-histórica, durante o século XVII;

b) foi sede de aldeia indígena: projeto oficial do estado português, à margem do rio Gravataí, no Rio Grande do Sul. É o início da fase histórica no século XVIII;

c) foi área de movimentação comercial inter e intrarregional, desde o século XVIII até o XX.

Portanto, Gravataí, desde suas origens tem sido um lugar de convergência social e cultural, acolhendo índios, portugueses continentais, açorianos, africanos, migrantes de outras capitanias (lagunistas, paulistas...), migrantes animados pelo comércio regional, migrantes de todo estado e além fronteiras, no tempo recente, como cidade polarizadora, na condição de distrito industrial da grande Porto Alegre.

Mas, voltando no tempo... Gravataí, efetivamente, é um lugar de muitas memórias!

Antes da migração de índios missioneiros para a margem do rio Gravataí, residiam, na área e cercanias, os índios carijós. Não se pode esquecê-los!

Em 1763 chegaram os índios missioneiros (mais de 1.000). E no tempo do governo de José Marcelino de Figueiredo chegou a ter mais de 3.000 índios.

Foi na Aldeia dos Anjos que o Rio Grande do Sul teve a sua 1ª professora pública. Seu nome: Gregória Rita Coelho de Mendonça, mais conhecida como Gregória de Mendonça. Ela ensinou, em guarani, às crianças da aldeia.

E a igreja logo se fez presente. A capela curada foi criada em 21/12/1761 e ganhou a condição de paróquia perpétua em 22/12/1795.

Com a criação dos quatro primeiros municípios do Rio Grande do Sul, através da Provisão Real de 7 de outubro de 1809, a freguesia de Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia ficou constituído como distrito de Porto Alegre.



Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia, situada muito próximo a Porto Alegre, em lugar de passagem de carretas e mais carretas de mercadorias vindas, sobretudo do litoral norte e de Santo Antônio da Patrulha, somente em 1880, ganhou a condição de vila, no dia 11 de junho. E a instalação do município, meses depois, aconteceu em 23 de outubro de 1880.

O governo municipal, durante o Império até a proclamação da República, ocorrida em 15/11/1889, foi exercido pela Câmara Municipal, comandado pelo seu Presidente, o mais votado dos eleitos. Em Gravataí presidiram a Câmara local na fase imperial, desde a sua emancipação, em 1880, os seguintes: Major Bernardo Joaquim Ferreira (1880); Coronel Antônio Rodrigues da Fonseca (1883); Manoel Antônio Ramos (1887); João Francisco Soares Lima (1888); Capitão Horácio Antônio Gomes (1889).

Portanto, em 23 de outubro de 2010, a Câmara de Gravataí completa (ou) 130 anos de autonomia municipal. Trata-se de importante referência de memória local!

Prosseguindo: depois de proclamada a República, o poder local passou por algumas fases, ganhando denominações diferentes, a saber:

a) 1889-1930 (República Velha). Nesta fase o governante local é o intendente. Ele atua com o acompanhamento do Conselho Municipal.

Foram intendentes em Gravataí: João Maria da Fonseca (1890-1891); Bernardo Joaquim Ferreira (1892); Leonel de Vargas (1893); Capitão Juvêncio Xavier de Abreu (1894-1898); Antônio Afonso de Jesus (1899-1908); Ernesto Antônio Gomes (1900-1912); João de Azevedo Barbosa Filho (1913-1926) e Demétrio Alves da Silva (1927-1930);

b) 1930-1945 (Período Getulista). É a fase dos interventores municipais Nomeados (a exemplo dos estaduais, que também foram indicados; não eleitos).

Para o município de Gravataí foram nomeados como interventores: João Cândido Machado (1931); José Loureiro da Silva (1931-1933); José Marques Viana (1934-1935); Dr. Victor Jugo Ludwig (1936) e Ary Tubbs (1937-1946).

c) 1946-2010 (redemocratização). Inicia o tempo dos prefeitos que atuam no âmbito do poder executivo e a Câmara de Vereadores, exercendo o poder legislativo.

Então, a partir da Constituição de 1946, o executivo local ganhou o nome de prefeito, denominação usual até o tempo presente. Evocando os nomes e aqui registrando para a memória, eis a cronologia dos prefeitos de Gravataí: Anápio Gomes (1946-1948); Cincinato Jardim do Valle (1949-1951); durante dois meses assumiu o Presidente da Câmara Acelyno Francisco de Medeiros; José Linck (1952-1953); Alcides Leal da Rosa (1954-1955); Alfredo Emílio Allem (1956-1959); José Linck (1960-1963); Dorival Cândido Luz de Oliveira (1964-1968); Lídio da Silveira Peixoto (1969-1972); Dorival Cândido Luz de Oliveira (1973-1976); Ely Francisco Correa (1977-1982); Abílio Alves dos Santos (1983-1988); José Mariano Garcia Mota (1989-1992); Edir Pedro de Oliveira (1993-1996); Daniel Luis Bordignon (1997-2000); Daniel Luis Bordignon (2001-2004); Sérgio Stasinski (2005-2008); Rita Sanco (2009-2112). Tratar de história é também cuidar de agradecer. O registro grato ao Getúlio Xavier, diretor do Museu Municipal Agostinho Marta, que ofereceu a relação dos que governaram Gravataí, desde sua emancipação.

Urge registrar memórias e produzir história-conhecimento sobre a trajetória do poder local gravataiense, independente da cor partidária. Afinal, a história-realidade é movida pela diferença. Este é o entendimento lúcido frente ao resgate do passado, como suporte do presente.

Enfim, no município de Gravataí, onde muito precisa ser pesquisado, conhecido e reconhecido, a ideia de pertença romperá os limites do desconhecido, aflorando as facetas dos diversos poderes, bem como da população nos seus diferentes segmentos.

É reconhecido, também, que nos seus 130 anos de municipalismo, Gravataí passou por profundas e significativas transformações.

Gravataí na 2ª metade do século XX, ao sediar um distrito industrial junto a Porto Alegre, acolheu milhares de migrantes de múltiplos lugares do estado e fora dele. É, na atualidade, uma cidade em redescoberta da sua identidade. Trata-se de um desafio de monta, mas que cabe enfrentá-lo.

A mensagem final, para quem tem, também, raízes neste lugar, é a de que nos juntemos com o objetivo de identificar suas marcas identitárias, do passado ou tempo presente, para melhor fazer a história atual do município. Acredita-se ser este o compromisso assumido por todos que acolheram o convite feito para compartilhar do Encontro Raízes de Gravataí. Tem-se a clareza de que: “Ninguém ama o que não conhece e ninguém reconhece o que não conhece!”

Que o encontro raízes seja a oportunidade do reencontro de todos que estão em Gravataí com a sua cidade. A mensagem lançada no escudo do tempo e ora evocada é: “Vamos conhecer mais nossa cidade, para mais amá-la e, assim juntos, mais fazer por ela! Juntos, podemos muito!” Raízes de Gravataí: história, memória e cidadania – 5 a 9 de abril de 2010.

Véra Lucia Maciel Barroso

Historiadora da CAERGS e do Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre, Membro Efetivo do IHGRGS e Professora da FAPA. Porto Alegre/RS



Vista parcial da Av. José Loureiro da Silva na década de 1930.



Vista parcial da Av. José Loureiro da Silva, com seu casario colonial português.

APRESENTAÇÃO

O Projeto Raízes de Gravataí – Memória, História e Cidadania foi idealizado, num primeiro momento, pela Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS), entidade cultural que, entre outras atividades, privilegia a pesquisa histórica de interesse focado nos assuntos açorianos, principalmente àqueles que dizem respeito ao Rio Grande do Sul e, especificamente, a Gravataí, onde tem a sua sede.

Num segundo passo, a CAERGS propôs à Prefeitura Municipal, através da Fundação de Arte e Cultura (FUNDARC), uma parceria para a realização do Projeto. Por sua vez, a FUNDARC apresentou a proposta à Prefeita Rita Sanco que, a partir de reunião realizada em janeiro de 2009, juntamente com representantes da CAERGS, FUNDARC e Secretaria Municipal da Educação (SMED), acolheu a realização do *Raízes de Gravataí*. Assim, com o aval do poder executivo, estavam lançadas as bases para a execução do evento, cujos resultados ora se encontram na presente obra.

Assim, a exemplo dos *Raízes de Santo Antônio da Patrulha*, que há vinte e dois anos vêm detalhando a micro-história ligada àquela região, com os encontros Raízes dos municípios filhos, netos, bisnetos e trinotos patrulhenses, bem como a partir dos eventos estendidos a Viamão e a Alvorada, um movimento criado e liderado pela Professora Doutora Véra Lucia Maciel Barroso, chegou a vez de Gravataí proporcionar um evento que mostrasse os vários vieses da sua cultura e da sua história.

O *Raízes de Gravataí* constituiu-se como ato de cidadania, já que este leque foi aberto a toda a população e simpatizantes, estudiosos e demais interessados em registrar os seus saberes e conhecimento sobre o município.

Em fevereiro e março de 2009, o *Raízes de Gravataí* foi sendo projetado e estruturado entre as parcerias visando apresentá-lo ao Executivo para a sua oficialização.

Nos meses seguintes foram realizadas visitas às escolas do município, instituições e entidades para divulgar o evento e despertar na população o desejo

de participar. Várias reuniões com pessoas-fonte, estudiosos e interessados nos assuntos locais foram realizadas na Casa dos Açores. Em 22 de junho de 2009 aconteceu o ato de lançamento do Projeto, na Câmara Municipal de Vereadores, onde se pode ter uma pequena mostra do que seria o encontro, através das falas de abertura, especialmente do Dr. Floriano Torres e da Professora Maria Edyllia Alves Torres, apresentando memórias da comunidade. Neste dia foram abertas as inscrições para as comunicações no evento, que ficou determinado que se realizaria em abril de 2010, por ocasião do aniversário de 246 anos do município.

Com o trabalho das instituições organizadoras, em fevereiro de 2010, já se contabilizavam 104 inscrições. Agora era ver quanto tempo era preciso para proporcionar a participação de todos os inscritos e, novamente, o trabalho em equipes providenciou a programação e a logística do evento que realizou-se no Auditório Flávio Sabadini, situado no SESC de Gravataí, de 3 a 7 de abril de 2010. Contou com um público de aproximadamente 2000 pessoas nos cinco dias do evento, sendo que a abertura aconteceu na Câmara Municipal, no dia 02 de abril.

Com o sucesso do *Raízes* e, após ele, veio a tarefa ainda mais árdua: recolher os textos das apresentações e organizá-los para que fossem publicados, trabalho este que a Secretaria Municipal da Educação, juntamente com a FUNDARC e a CAERGS, pôs em prática: o contato com autores, a busca incessante dos textos para que fossem entregues no prazo determinado, a organização e correção deles a fim de que se pudesse delinear como seria apresentada a publicação. Tudo, enfim, foi providenciado.

Em razão do tamanho e da diversidade dos assuntos apresentados, a comissão organizadora decidiu por dividir os temas em quatro tomos, a fim de que os livros fossem de fácil manuseio, uma vez que os estudantes gravataienses e estudiosos em geral sentem a carência de material de pesquisa sobre o município, pois os últimos livros publicados foram lançados no final dos anos de 1980 e início de 1990.

Os temas, divididos em quatro títulos, ficaram assim distribuídos:

Tomo 1 – Povoamento inicial, etnicidade, traços do município e sua expansão

Trata dos primeiros tempos da Aldeia dos Anjos, entre os séculos XVIII e XIX, das relações entre os indígenas e os luso-descendentes, bem como da presença escrava na área e a cultura afrodescendente na atualidade, sinalizando, também, sobre a comunidade cigana em Gravataí.

Tomo 2 – Famílias, histórias de vida, organização religiosa e fé

Apresenta histórias de famílias pioneiras ou tradicionais que escolheram Gravataí para viver e que participaram do seu crescimento, marcando no tempo e nes-

te espaço, com seus fazeres e saberes, o desenvolvimento da cidade. Outras tantas, embutidas em famílias, são as histórias de vida de cidadãos gravataienses de nascimento ou por opção que aqui deixaram ou deixam seus traços de cidadania.

Contempla manifestações de fé e traços da organização religiosa no município, bem como o resgate da festa do Divino, uma marca identitária de tradição açoriana em Gravataí.

Tomo 3 – Trajetória econômica, participação cidadã, literatura e memória

Neste tomo são apresentadas questões referentes à economia do município ao longo da sua história, bem como o desempenho de movimentos sociais que foram preponderantes nas mudanças de rumo de Gravataí e que relevam a organização da sociedade civil local em diferentes tempos.

Tomo 4 – Educação, cultural, lazer e associativismo

Apresenta textos sobre os primórdios do ensino no Rio Grande do Sul, destacando Gravataí, história e históricos de instituições educacionais do município, memórias de professores e estudantes e as lutas reivindicatórias dos professores nos últimos decênios.

Resgata vivências sobre vários setores da sociedade local que transita no tempo produzindo costumes e fatos, encontrando-se para lazer ou associando-se para agregar e defender interesses coletivos, principalmente do século XX.

Relata, nas memórias e vivências dos gravataienses, o apreço pelas instituições e manifestações culturais da chamada “Aldeia”, seus movimentos através do tempo, seus históricos progressos e trajetórias de pessoas que deram vida às instituições culturais, num colorido que desperta o imaginário das gerações atuais.

O esforço para que esta obra viesse efetivamente à luz, será compensado por seu conteúdo que, certamente virá ao encontro daqueles que buscam saber mais sobre a nossa história e suas memórias.

No entanto, estamos cientes de que muito há ainda a se contar, a ser pesquisado, pois é este um dos propósitos do *Raízes*: o de despertar vontades e curiosidades para novas pesquisas e trazer coragem àqueles que ainda não a tiveram para publicarem os seus estudos e conhecimentos.

Está lançado o desafio. Vamos à leitura!

Célia Silva Jachemet

Véra Lucia Maciel Barroso

Historiadoras da CAERGS. Gravataí/RS



Apresentação do Coral Carlos Bina – SOGIL na abertura do Raíces. Sede da Câmara de Vereadores.



Célia Jachemet representando a CAERGS na abertura do Raíces de Gravataí.

Raízes de Gravataí



**Povoamento Inicial,
Etnicidade,
Traços do Município
e Expansão**

VOLUME 1



PARTE 1

POVOAMENTO:
PRIMEIROS TEMPOS
(SÉCULO XVIII E INÍCIO DO XIX)



A TERRA E OS MORADORES DA REGIÃO DO RIO GRAVATAÍ (SÉC. XVIII)

Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos

Professora Doutora em História/UNISINOS. São Leopoldo/RS

INTRODUÇÃO

Falar de Gravataí antes da presença dos Guarani da Aldeia dos Anjos é falar do processo inicial da ocupação do atual estado do Rio Grande do Sul pelos portugueses. Este processo, por seu turno, inscreve-se no quadro maior da disputa territorial entre as coroas ibéricas e corresponde à descida dos lusos pelo litoral em direção ao Prata, em especial após a fundação da Colônia do Sacramento, em 1680. Nesse período constituíram-se, concomitantemente, as bases da ocupação portuguesa do espaço platino – construção de presídios, exploração econômica (bovinos, equinos, asininos) e distribuição de terras (sesmarias e datas). Para desenvolver esta ação, a metrópole portuguesa vai contar, basicamente com contingentes de soldados e funcionários reais vindos de várias partes do Brasil ou da metrópole, além de outros povoadores e colonizadores como os açorianos. É nessa conjuntura que vamos inserir a ocupação do território de Gravataí e os seus primeiros povoadores.

O tempo desse trabalho não será pautado pelo ano de 1763, quando da organização da Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, dadas as dificuldades de (re) cortá-lo já que queremos verificar o movimento das gentes e das terras que vão formar o território de Gravataí. Assim, o nosso tempo será o século XVIII. Em Fortes e Wagner (1963), na História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul, encontramos que o início do povoamento de Gravataí, na sede, foi em 1755. Outros autores apontam um período anterior para essa ocupação. O território, nessa época, estava ligado à freguesia de Viamão. Mais tarde, quando da primeira divisão administrativa do Rio Grande do Sul, o território de Gravataí foi anexado ao município de Porto Alegre, do qual se separou no final do séc. XIX.

NOTÍCIA DO TERRITÓRIO

As primeiras descidas dos portugueses e dos luso-brasileiros, rumo ao limite sul do território brasileiro, no cumprimento da política metropolitana para a região, já traz indicativos da ocupação dos campos de Viamão e de seu entorno. Os documentos apontam o “Rio Gravatahy” e o rincão do “Itacolomi ou Tacolomim” como os acidentes geográficos que inicialmente demarcaram este espaço. Após 1763 temos a “Aldeia dos Anjos” ou “Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia” como referência maior para a mesma região. Buscamos, neste texto, identificar os primeiros moradores da localidade através de alguns indícios contidos em documentos de cunho oficial, como as doações de sesmarias e outros escritos. Domingues (1998) aponta as primeiras sesmarias da localidade (p. 110-116). Francisco João Roscio, a serviço do governo português escreveu um relatório, entre os anos de 1774-75 sobre o território do Rio Grande do Sul, dizendo, sobre a região:

O rio Gravataí tem seu nascimento das fraldas da Serra Geral longe de sua bocadura mais de 16 léguas. Seca e esgota os terrenos à roda de Viamão. Corre do Oriente para o Ocidente. Nas margens e visinhanças deste Rio está situada da parte do Norte uma Aldeia Grande povoada por aqueles índios que se tem retirado das Sete Missões ou Aldeias do Uruguai. É um sitio agradável em uma grande colina distante das margens do Rio um quarto de légua. Este Rio lhe dá porto e navegação e dele se sobe por uma rampa doce da mesma colina. Tem francas e boas saídas por toda parte. Os seus arredores são de bom terreno e oferecem facilidade às manufaturas que tem bons pedreiros e barreiros para olarias e lhe não faltam madeiras de boa qualidade. O tronco do Rio até Porto Alegre é formado de muitas voltas umas inteiramente opostas às outras e por isso dobra a navegação a sua verdadeira distância e a extensão que são quatro léguas. (FREITAS: 1980, p. 117).

Em Bettamio (1780), a descrição mais densa é a que se refere aos índios da Aldeia. Sobre o território de Gravataí o autor destaca que

[...] está (a Aldeia) situada nas margens do Rio Gravataí, distante para cima de Porto Alegre, por mar seis para sete léguas, e por terra quatro léguas. É um sitio delicioso para lavouras, e me dizem ser mui fértil, e abundante de águas. Tem fábricas de telha, tijolo e louça (...) além de outros engenhos que ultimamente se lhe tem feito. [...] A maior povoação é de índios, suposto que também tem outros moradores. (FREITAS:1980, p. 145).

Quando trabalhamos com os documentos que enfocam a distribuição de sesmarias encontramos para identificar o território que compreende o município de Gravataí as denominações de Aldeia dos Anjos e Rio Gravataí, para o território que fica entre o Passo da Miraguaia e o Passo Grande, além da referência ao morro do Itacolomi e da Sapucaia.

A OCUPAÇÃO DA TERRA E OS MORADORES DE GRAVATAÍ

Para apontarmos os principais moradores e/ou ocupantes de terras em Gravataí nos valemos principalmente de documentos relativos aos pedidos e doações de sesmarias e datas de terra e sua localização, assim como outros documentos do Rio Grande antigo. As notícias sobre os povoadores de Gravataí dada por Domingues (1988) em Simpósio realizado por esta municipalidade aponta os primeiros ocupantes destas terras, num momento de ocupação geral do território sul-rio-grandense. Na sua relação constam os nomes de nove sesmeiros, a saber: Pedro Gonçalves Sandoval, João Rodrigues Prates, Domingos Gomes Ribeiro, Francisco Rodrigues, Francisco Pinto Bandeira, João Lourenço Veloso (em cujas terras – requisitadas ou vendidas – foi estabelecida a povoação da Aldeia dos Anjos), Antonio de Souza Fernando, João Garcia Dutra e Jacomo da Silva. Todos requereram sesmarias entre os anos de 1737 e 1740. Alguns eram militares, como Francisco Pinto Bandeira e João Lourenço Veloso. Borges Fortes (1998) aponta como sesmeiros em Gravataí, nesta primeira metade do século XVIII, Cosme da Silveira, que no ano de 1740 teve a concessão de uma sesmaria no Itacolomi e Domingos Gomes Ribeiro, que recebeu a sesmaria da Figueira, “na Aldeia dos Anjos, em 30 de março de 1756”, além de alguns dos já citados por Domingues. Os primeiros moradores, sem dúvida, eram grandes proprietários de terras na região.

Outro documento publicado que tratou da “*Devassa sobre a entrega da Vila do Rio Grande às tropas castelhanas*” datado de 1764 aponta mais alguns moradores da “Aldeya de Viamão” que serviram como testemunhas do acontecimento. Entre os depoentes moradores da *Aldeya* encontramos “[...] Pedro de Almeyda de Revoredo, soldado Dragão e Antonio Pinto Carneyro, cavalleiro proffeco na Ordem de Cristo, Capitam de Dragões e commandante dos povos da Aldeya de Viamão”. No desdobramento deste processo, foi feita outra Devassa sobre os roubos e insultos “que se fizeram na invasão da Praça do Ryo Grande” e noutras partes

do Continente, durante o episódio. Nesta Devassa, instalada na Aldeya de Nossa Senhora dos Anjos de Viamão entre os depoentes, falaram como testemunhas os moradores:

[...] Raphael Rodrigues de Andrade, cirurgiam desta Aldeya; Francisco de Lemos Faria (morador do Rio Grande e agora nesta Aldeya); Ignácio da Costa dos Santos (morador do Rio Grande e agora na Aldeya) e que vive das suas lavouras; Manuel Fernandes de Castro (morador do Rio Grande, agora na Aldeya) e que também vive de suas lavouras; cabo de esquadra de Dragões Jozé de Mesquita e Jozé Luiz da Cunha (também morador do Rio Grande, agora na Aldeya) e que vive do seu ofício de carpinteiro.

Temos, neste caso, um quadro de moradores mais amplo, onde aparece o cirurgião, o soldado e o carpinteiro, além dos proprietários de terra. É possível perceber, também, o movimento da população depois da invasão de Rio Grande e sua presença em Gravataí, quer pelos soldados e civís, quer pela formação da Aldeia dos Anjos, esta como resultante de ações anteriores feitas por Gomes Freire de Andrada.

A Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul (1921, n.1) traz em seu corpo a “Synopse das concessões de sesmarias” no Rio Grande do Sul, contendo os Livros de Registros de Terras (n. 1 a 3); Livros de Registro Geral (n. 1 a 6) e Livro de Registro de Expediente (n. 5). Neles, encontramos também possuidores de terras em Gravataí, como segue: Antonio Joaquim de Aguiar, que recebeu terras na Aldeia próximas ao morro do Itacolomi em 1791; Joaquim José da Rocha que recebeu terras no lugar denominado Butiá, perto do Itacolomi, em 1790; Joaquim Luiz Vicente da Costa que recebeu terras de cultura, na freguesia de N. Sra. dos Anjos da Aldeia, no ano de 1790.

Esta mesma Revista em seu número 2, deste mesmo ano traz os Registros de Sesmarias extraídos dos livros 7 e 8 do Registro Geral, correspondendo aos anos de 1792 a 1798. Outros moradores de Gravataí aparecem, como segue: Padre Feliciano Antonio Marques, terras no Morro do Itacolomi, no ano de 1793; Manoel Gonçalves dos Santos que recebeu ½ légua em quadro e Sebastião Manoel de Santiago que recebeu ½ légua em quadro no Itacolomi, ambos no ano de 1791; Jozé Félix de Almeida Campos que recebeu ¼ de légua em quadro de terra de matos gerais que vão desde o Itacolomi até o morro de Sapucaia, no ano de 1795. A mesma Revista em seu número 3, deste mesmo ano de 1921, transcreve resumidamente os livros de Registro Geral de n. 9 a 13 que correspondem aos anos 1798 a 1814. Neles, os moradores de Gravataí que encontramos recebendo terras são: João Ma-

chado de Moraes Sarmento, $\frac{1}{4}$ de légua em quadro de terra nos matos situados entre o potreiro do Butiá e o morro do Itacolomi, no ano de 1799; Sebastião Xavier Machado de Moraes Sarmento, $\frac{1}{4}$ de légua em quadro, no mesmo lugar onde seu pai e irmão pedem terras; Theotônio José Machado de Moraes Sarmento, no mesmo lugar já discriminado anteriormente; Domingos José Dias recebeu $\frac{1}{4}$ de légua por $\frac{1}{2}$ légua de terras no lugar denominado Pinhal, Costa da Serra, na freguesia da Aldeia dos Anjos no ano de 1814; Elias José dos Santos recebeu terras na Aldeia dos Anjos na divisa com a Real Feitoria, em 1814; Francisco Pereira Pinheiro recebeu $\frac{1}{4}$ de légua em quadro em sobras de fazendas, no distrito da freguesia da Aldeia neste mesmo ano; Padre Mateus da Silveira e Souza, recebeu $\frac{1}{4}$ de légua em quadro na Serra Geral de Sapucaya, no ano de 1814 e Pedro Rodrigues Lima recebeu $\frac{1}{4}$ de légua em quadro no distrito da Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos, “no caminho que vai de Itacolumi ao Pinhal”, em 1813.

Barroso (2002) coordenando trabalho sobre os *Açorianos no Brasil* contribui para alargar o horizonte de investigação sobre esses moradores de Gravataí no séc. XVIII, pois na documentação transcrita muitos são os açorianos que se fixaram na Freguesia da Aldeia dos Anjos. O tempo da documentação situa-se entre os anos de 1770 e 1800 e o principal códice deste material é o F 1231. Entre os nomes que aparecem nesta documentação temos: Manoel Marques de Sampayo, que pediu e recebeu um terreno de 400 braças quadradas na margem do Rio Gravataí, no Paço do Faria. Corria o ano de 1783. Manoel Marques de Sampayo era Cirurgião Mor do Hospital Real de Porto Alegre e tinha uma família numerosa; o Padre Duarte Mendes de Sampayo também pediu e recebeu 200 braças de terra nas margens do Gravataí, no Paço do Faria, no ano de 1785. A concessão de uma data de terras foi registrada a favor de Miguel de Vargas Leal no ano de 1791. Esta data estava situada entre o Arroio João Garcia e o *Rio do Cino* em terras da Freguesia de N. Sra. dos Anjos. Nesse mesmo ano de 1791, outro morador da Aldeia, Francisco Soares Vianna, *casado, com mulher e filhos* (sic) solicitou e recebeu uma data de terras ($\frac{1}{2}$ légua em quadro) para estabelecer-se, na localidade do rio conhecido como Ribeirão da Sapucaia, fazendo fundo para o *Rio do Cino*. Domingos Sarmento de Madureira, morador da Freguesia de N. Sra. dos Anjos também pediu e recebeu uma data de matos para fazer suas roças na localidade que fica entre o Passo da Miraguaia e o Passo Grande, no ano de 1791. Neste mesmo ano outros moradores (Antonio da Terra, Antônio da Silva, Feliciano Antonio Marques, José Ferreira Lima, Manoel de Souza Gomes, Luciano de Souza Xavier, Policarpo Joze Barbalho, Joaquim Silveira de Bitancur, Manoel Jozé Alves) da Freguesia de N.

Sra. dos Anjos pediram e obtiveram propriedades de diferentes tamanhos ($\frac{1}{4}$ ou $\frac{1}{2}$ légua em quadro) às autoridades do Continente.

Além desses moradores, que gradativamente vão se fixando no conturbado território, temos, a partir de 1763, o funcionamento da Aldeia dos Anjos, povoação destinada a abrigar os índios Guarani trazidos das Missões por Gomes Freire de Andrada e objeto de outras falas neste evento.

Da análise da documentação retiramos dois casos que analisamos mais detidamente pelo seu conteúdo. O primeiro trata das dificuldades, que nos pareceram reais, de pedir e receber a terra no Rio Grande do Sul do século XVIII, o que certamente não era diferente de outras povoações num território simultaneamente em processo de conquista e colonização. Assim, este caso nos pareceu exemplar para entender o contexto da ocupação territorial da época. Um morador de Porto Alegre, Manoel dos Santos Pereira solicitou e teve aprovado pelo governo, o pedido de uma data de terras nas margens do Rio Gravataí “para mais comoda subsistência de sua numerosa família”. O suplicante, que se apresentou como “Sargento Mor”, o que corresponde a uma patente militar, parece que usou de seu cargo para dar mais peso ao seu pedido. O terreno solicitado localizava-se no “Passo [Velho] do Pinto indo até o fim do Rincão do Joanico, tendo um riacho no fundo que o divide e chega até o pântano”. A solicitação fora feita em 1787 e o despacho que indicava o recebimento da data de terra sairia em 25 de abril de 1789. Dois anos se passaram entre um e outro ato. Teria o solicitante ocupado de fato este terreno? Continuando nossa análise vamos encontrar este mesmo personagem pedindo, no ano de 1784, portanto alguns anos antes, terrenos devolutos em Porto Alegre, onde morava, “por ter uma crescida família e não ter casa própria”. Os terrenos (seis braças) foram demarcados e presumivelmente entregues ao solicitante neste mesmo ano de 1784. Ficavam na Rua da Praça da Igreja, num local ao que indica nobre (para a época). Teriam sido realmente recebidos pelo solicitante estes terrenos? Se o foram, porque pediria outra terra em Gravataí? Se não foram, nos deparamos com um entre muitos habitantes do Continente do Rio Grande que pediram, ganharam, mas não ocuparam os terrenos recebidos. O registro da doação, porém, foi feito no mesmo dia em que o morador recebeu (ou teve registrada) a data de terra de Gravataí, ou seja em 1789. Será que ainda vigia a prática da ocupação da terra para depois haver o registro? Este embróglio não nos permitiu saber, ao fim e ao cabo, onde Manoel dos Santos Pereira acabou morando daí em diante ou se, finalmente, tornou-se um proprietário de terras em Gravataí. O segundo caso que trazemos à baila refere-se, em seu conteúdo básico, à solicitação

do registro de uma terra na Freguesia de N. Sra. dos Anjos. O diferencial foi dado pelas observações do funcionário real em torno da vida da solicitante, conforme segue: Um requerimento feito por Páscoa da Silva Pinto ao Governador solicita o registro da posse de sua propriedade, nos seguintes termos:

Diz Páscoa da Silva Pinto, viúva que ficou por falecimento de Matias de Andrade, que ela suplicante está arranchada com família na Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos a doze para treze anos e de posse de uma chácara com árvores de espinho e outras mais e de um terreno de campo, em que faz suas lavouras, que tem de frente cento e cinquenta braças, e de fundo cento e trinta, que confronta da parte do norte com a estrada que segue para as Chácaras dos Povos e, do leste com a da falecida Malianna e do sul com a vargem do Gravatahy e do leste com os fundos dos quintais de Dona Isabel Ribeiro e outros. E porque o quer possuir com título verdadeiro [...], pede a Vossa Senhoria seja servido deferir a suplicante [...]. (Grifo nosso).

A petição foi datada de agosto de 1794 e requereu, como de praxe, uma consulta sobre a sua autenticidade, feita pelo Escriturário Caixa, Bernardo Joze Guedes Pimentel. Diz ele:

Senhor Capitão Comandante. O terreno mencionado pelo suplicante nesse requerimento foi estabelecido com casas, arvoredos e lavouras em conjunto a esta povoação por *Manoel Fernandes de Castro*, marido que foi da falecida *Quitéria Marques* [...]. Já no ano de 1782 o possuía o suplicante por compra que dele fez seu marido *Matias de Andrade* ao dito Manoel Fernandes, e pacificamente se conserva na sua posse, cultivando anualmente com seu trabalho, e de seus filhos, nas braças que a suplicante alega ter o mesmo terreno de frente e de fundos e, nas suas confrontações não há dúvida por serem verdadeiras. *É a suplicante a que vossa mercê conhece há muitos anos e não menos eu e vivendo sempre pressionada de urgências tem sempre conservado as virtudes de viúva honesta.* (Grifo nosso).

O resultado da consulta levou ao registro do documento, conforme atesta o final do mesmo: “Conserve-se a suplicante sem prejuízo de terceiros na posse em que se acha do terreno mencionado neste requerimento.”

Aqui, o contexto sul-rio-grandense do séc. XVIII fica evidenciado, pois as dificuldades de uma mulher conservar-se virtuosa em sua viuvez eram, ao que parece, raras. Por outro lado encontramos muitas viúvas casando-se pela segunda ou terceira vez, o que também precisa ser tomado em conta no desenrolar dos

acontecimentos e nas necessidades desta fronteira, além de interesses econômicos ligados à posse da terra.

Este é um tema que ainda necessita de aprofundamento. Quantas mulheres como Páscoa iremos encontrar nesta fronteira? Que outras mulheres ainda invisíveis povoaram o Rio Grande do Sul neste período? Como seriam as outras moradoras de Gravataí?

Ainda dentro do quadro estabelecido para este trabalho, queremos acrescentar uma palavra sobre a igreja de N. Sra. dos Anjos de Viamão, no séc. XVIII uma vez que a igreja cumpria um papel primordial na organização e estruturação moral dos povos e acompanhou “*pari passu*” o processo de ocupação portuguesa no Sul do Brasil. Pizarro e Araujo (1946) diz que a Igreja de N. Sra. dos Anjos “é construída de taipa e coberta de telha; e tem cinco altares.” (1946: v. V, p. 114). O autor continua a dizer que principiou a ser Capela Curada em 1761 e teve como seu primeiro Capelão o padre Bernardo Lopes da Silva. Em 1772 foi qualificada como Paróquia tendo como seu pároco o padre Fr. Valério do Sacramento. Em 1795 é elevada a Igreja Paroquial Perpétua e recebe como primeiro pároco próprio o padre Francisco da Costa Franco. Ao descrever a igreja, Pizarro e Araújo não deixa de lado o entorno e, apesar de alguns erros, a fonte é importante pelos dados que possui. Verificamos que para o período de 1820/22 o autor aponta 220 fogos (casas/famílias) e uma população de 1760 almas em Gravataí, um número menor que o de 1814 quando o lugar tinha entre povoadores e índios aldeados, em sua povoação, o expressivo número de 2.653 almas.

(IN) CONCLUSÕES

A partir do objetivo deste trabalho – trazer um pouco mais de luz sobre seus primórdios –, verificamos a ocupação de Gravataí, antes da chegada dos Guarani, mas ampliando um pouco mais o escopo do mesmo para o século XVIII. Pudemos juntar cerca de 40 povoadores e verificamos que, de fato, o espaço gravataiense foi ocupado com lusos e brasileiros. Não sabemos quantos ficaram morando ali, nem como estava constituída cada família. Entretanto, os fragmentos muitas vezes fazem sentido, se juntados a outros saberes.

Com este pequeno panorama que oferecemos, temos a certeza que muito ainda se pode conhecer da vida política, econômica e social desta localidade – Gravataí –, no séc. XVIII.

REFERÊNCIAS

- BARROSO, Vera Lúcia Maciel (Org.). *Açorianos no Brasil: História, Memória, Genealogia e Historiografia*. Porto Alegre: EST, 2002.
- BETTAMIO, Sebastião Francisco. Notícia particular do Continente do Rio Grande. In: FREITAS, Décio. *Capitalismo pastoril*. Porto Alegre: EST, 1980.
- BORGES FORTES, João. *Os casais açorianos*. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.
- DEVASSA SOBRE A ENTREGA DA VILA DO RIO GRANDE ÀS TROPAS CASTELHANAS NO ANO DE 1764. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 1937.
- DOMINGUES, Moacyr. Primeiras sesmarias gravataienses. In: *Gravataí: do êxodo à composição étnica: Simpósio Estadual sobre a Cultura Gravataiense*. Gravataí: SMEC/Departamento de Cultura, 1990.
- FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João Batista Santiago. *História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1963.
- FREITAS, Décio. *Capitalismo pastoril*. Porto Alegre: EST, 1980.
- PIZARRO E ARAUJO, José de Souza Azevedo. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. v. V e IX.
- REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL*, n. 1. Synopse das concessões de sesmarias no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Oficinas graphics d'A Federação, janeiro de 1921.
- ROSCIO, Francisco João. Compêndio Noticioso do Continente do Rio Grande de São Pedro até o Distrito do Governo de Santa Catarina. In: FREITAS, Décio. *Capitalismo Pastoril*. Porto Alegre: EST, 1980.

DO PASSADO ORIGINÁRIO AO PRESENTE ETNOGRÁFICO: TRAJETÓRIA DAS COLETIVIDADES INDÍGENAS NA REGIÃO DE GRAVATAÍ

José Otávio Catafesto de Souza

Arqueólogo e Professor Dr. do Curso de Antropologia/UFRGS. Porto Alegre/RS

INTRODUÇÃO: DIREITOS ORIGINÁRIOS EM GRAVATAÍ

Gravataí designa hoje uma cidade e um município, mas essa palavra é de origem Guarani e ela originalmente se aplicava à região banhada pelas “águas dos gravatás”, um dos afluentes do rio Jacuí, do Lago Guaíba e da Laguna dos Patos. Essa região abrigou centenas de gerações de grupos ameríndios muito antes que os primeiros portugueses, paulistas e lagunistas chegassem para construir a civilização brasileira nessa parte do Rio Grande do Sul. Gravataí é uma das cidades mais antigas do Estado e isso contribuiu para a diversidade social e cultural de seus habitantes, pessoas e grupos que para lá convergiram e que contribuíram com esforços individuais e coletivos para seu crescimento. Esse município tem um glorioso e rico presente porque serviu de palco para a atuação de ilustres e anônimos personagens do passado, onde ocorreram eventos marcantes da história regional que ilustram sua importância no contexto nacional e internacional. É necessário saber que passado e presente formam continuidade para explicar essa diversidade que perfaz a região de Gravataí.

A diversidade criada pela chegada gradativa de colonos portugueses continentais e ilhéus (açorianos), escravos negros, alemães, italianos, outros europeus e imigrantes asiáticos é mais evidente e melhor reconhecida pelos atuais moradores de Gravataí, mas essa história é parcial porque desconsidera os primeiros capítulos de origem e formação da humanidade americana pré-colombiana no passado remoto da região, o que serve para justificar o desconhecimento sobre a presen-

ça indígena atual. Quando muito, os indígenas são percebidos como estrangeiros chegados das florestas distantes ou personagens do passado, como se os autóctones fossem extintos como grupos e deles restariam apenas descendentes mestiços ou traços culturais incorporados nos hábitos dos “gaúchos”.

Essa compreensão é errônea, porque os indígenas estiveram presentes em todas as etapas de desenvolvimento da região e porque, além da mestiçagem, os índios permaneceram enquanto grupos culturais diversos, com suas línguas e seus costumes reproduzidos mesmo vivendo na região. O objetivo deste texto é retirar esse tema do silêncio e da marginalidade a que foi reduzido em nossa mentalidade, apresentando uma descrição sucinta sobre a realidade pretérita e atual dos grupos ameríndios na região onde se situa Gravataí, demonstrando que eles sempre se mantiveram como protagonistas de seu destino, apesar da falta de reconhecimento e desconsideração que receberam dos nossos políticos e intelectuais ao longo da história. Os grupos ameríndios são habitantes contemporâneos do Estado e sua presença não é porque eles estejam vindo morar na região atualmente, mas sim porque Gravataí fundou-se e cresceu sobre o território de antigas aldeias indígenas que serviram de sustentáculo e fundamento à sua construção.

Depois da Constituição Federal de 1988, o projeto nacional brasileiro começou a reverter parte da violência que se abate sobre os grupos indígenas no território brasileiro, antes considerados apenas como entrave ao progresso, tratados como primitivos incapazes que se devia reduzir pelo confinamento para liberar a terra à ocupação por imigrantes “de melhor qualidade”. O ideal era tornar o indígena um trabalhador braçal civilizado, utilizando para isso a catequese, a escola e a intervenção paternal e assistencialista promovida pelos poderes públicos. Hoje, os indígenas são formalmente reconhecidos em sua diversidade de usos e costumes e o Estado brasileiro tem o dever de salvaguardar a sobrevivência de cada uma das comunidades indígenas ainda vivas, independente de ocuparem áreas formalmente regularizadas ou habitarem cidades, mesmo mestiçados, tendo perdido grande parte de suas referências culturais ou até esquecidos de suas línguas maternas. Os poderes públicos passaram a assumir sua parte de responsabilidade pela violência historicamente praticada sobre essas sociedades, executando políticas afirmativas e medidas compensatórias que promovem o reconhecimento dos direitos tradicionais desses povos e sua autodeterminação, executando ações diversificadas em adequação aos valores e costumes específicos desses povos.

Em primeiro lugar, é preciso refutar a compreensão mais difundida que se tem sobre os indígenas no Brasil, fugindo da ideia do “índio genérico” para reconhecer que são grupos sociais muito diversos os que são assim rotulados, cada um deles com suas particularidades culturais que precisam ser reconhecidas e respeitadas. Não se pode mais reduzir o índio ao estereótipo do “bom selvagem”, mas sim resgatar o conceito jurídico de “direitos originários”, o que significa que os índios são coletivos (famílias, parentelas, aldeias, comunidades, acampamentos) e que sua existência é anterior à origem do Brasil. A ideia de anterioridade e de originalidade resgata formalmente a dívida histórica que nossa nação tem para com os grupos indígenas, esclarecendo sobre seus direitos enquanto precedentes aos dos grupos que se tornaram dominantes na estrutura social e jurídica que se fez enquanto brasileira. Este texto pretende esclarecer sobre a anterioridade de existência indígena, mas também sobre sua contemporaneidade e sua continuidade até hoje como habitantes coletivos e legítimos também em Gravataí.

CONTANDO A HISTÓRIA A PARTIR DA ARQUEOLOGIA

Muitas gerações de habitantes ocuparam a região de Gravataí antes da chegada dos europeus no século XVI, embora pouco disso seja conhecido pelas pessoas atualmente. A versão da história que conhecemos foi contada e perpetuada pelos europeus e seus descendentes que souberam registrar os acontecimentos através dos documentos escritos recuperados pelos historiadores. No entanto, esses documentos foram redigidos quase sempre pela ótica do dominador letrado, onde os nativos americanos aparecem descritos quase sempre de maneira falsa ou distorcida e considerados como entrave primitivo ao progresso da civilização. É preciso rever essas distorções da história contada em nossas escolas sobre o passado indígena e sobre sua situação atual, trazendo aquilo que outras ciências como a paleontologia, a arqueologia e a etnologia indígena estão revelando sobre o passado précolombiano das Américas e da região onde se situa Gravataí.

Hoje, a noção de fonte histórica foi ampliada para reconhecer que a escrita é apenas uma das maneiras de conhecer o passado, limitada porque ela sempre foi monopólio de especialistas e das elites e sua utilização é muito re-

cente se comparada com as demais criações que a humanidade utiliza desde sua origem no planeta. Antes da escrita, os homens inventaram tecnologias que transformam os materiais da natureza em artefatos culturais ou os vestígios da presença humana podem aparecer como pegadas deixadas no solo, restos de sua alimentação, fogueiras e outras marcas lavradas nas pedras, em ossos ou na transformação da argila para confecção da cerâmica. A utilização de madeira, fibras vegetais e outras matérias-primas orgânicas também foram importantes, embora grande parte disso tenha desaparecido pelos fatores de apodrecimento e degradação.

Estes restos são tratados como vestígios pelos arqueólogos, que entendem que o solo é um verdadeiro arquivo sobre o passado da humanidade, assim como os paleontólogos usam os fósseis de animais e plantas como forma de reconstituir a história natural. Os fenômenos da erosão e da sedimentação criam camadas geológicas que permitem aos especialistas interpretar como ocorreu a evolução dos fenômenos ambientais e como animais e plantas foram surgindo e se modificando através do tempo. A partir desses vestígios os cientistas sabem hoje como ocorreu a formação e desaparecimentos de cordilheiras e mares, as características ambientais de cada uma das eras e períodos geológicos, a evolução das formas de vida desde as algas unicelulares, passando pela era dos grandes répteis até o desenvolvimento das diversas famílias de mamíferos de que os homens fazem parte. Sabem-se também sobre os períodos glaciais e interglaciais que caracterizam o Quaternário enquanto o período de surgimento e evolução do gênero *homo*.

A atuação humana gerou marcas, quase todas desaparecidas e ainda poucas das restantes foram descobertas, mas o pouco que já se descobriu serve para os arqueólogos reconstituírem momentos importantes desse passado. Os locais onde esses vestígios são encontrados são chamados “sítios” e milhares deles já foram registrados no Brasil. A cada novo achado e a cada nova análise mais detalhada novas constatações ajudam a entender melhor o quadro de transformação e adaptação a que foram se submetendo os antigos indígenas até que os europeus chegaram a deixaram sobre eles informações escritas e iconográficas riquíssimas, que devemos hoje integrar na interpretação, reconhecendo que há continuidade entre a história remota, a história recente e a os habitantes indígenas de Gravataí atual.

OS PROVÁVEIS PRIMEIROS HABITANTES INDÍGENAS
DA REGIÃO NO FINAL DA ÚLTIMA GLACIAÇÃO

Nas Américas, ainda não se encontraram vestígios que indiquem um ocupação que recue aos primórdios do surgimento do gênero humano no planeta (há 3 milhões de anos) e os sítios estudados têm datações bem mais recentes, correspondentes ao momento de existência do homem moderno (*homo sapiens*). Não existem, no Rio Grande do Sul, sítios com o padrão de antiguidade relacionado ao período da chegada humana no Continente (vinte ou trinta mil anos), mas já foram estudados locais onde existem restos de grupos que foram seus descendentes. A ocupação da Região do Rio da Prata (onde está o Rio Grande do Sul) por grupos humanos começou milhares de anos antes de Cristo (a.C.), frequentada por pequenos grupos de caçadores e coletores praticantes de tecnologia da pedra lascada e polida. Talvez a antiguidade de ocupação da região de Gravataí recue à antiguidade datada pela arqueologia para vestígios de grupos paleolíticos nas bordas do Escudo Cristalino Riograndense (também chamada Serra do Sudeste) e junto ao rio Uruguai, com foram encontradas datações mais antigas do que dez mil anos.

Esses grupos mais antigos deixaram poucos registros e a descoberta eventual de um de seus acampamentos é de valor inestimável para desvendar aspectos sobre a história humana inicial da região, mas já é sabido sobre a porção central-leste do Rio Grande do Sul que foi marcado pela presença de grupos baseados na coleta, caça e pesca de produtos diversificados usados ao seu sustento. Tudo indica que tais grupos davam maior importância à caça, porque sítios antigos apresentam material lítico finamente lascado com a elaboração de pontas de projétil simétricas feitas em rochas de estrutura cristalina (silicatos). São sítios que também possuem bolas de boleadeira, mós, bigornas, raspadores, furadores e também implementos feitos em osso (arpões, anzóis etc.), além de uma arte abstrata gravada nas pedras (petróglifos).

Esses vestígios possuem muita semelhança com os materiais encontrados em sítios de caçadores descendentes diretamente dos “paleoindígenas” distribuídos na região do Pampa e na Patagônia, indicando que os grupos indígenas dessa região tinham uma filiação cultural assemelhada. A hipótese mais aceita é a de que os primeiros caçadores entraram no Continente, vindos da Sibéria pelo Estreito de Bering, perseguindo manadas de herbívoros e especializados na caça, pois teriam transpassado geleiras onde inexistem recursos vegetais. No caso

dos vestígios sumários descobertos no Rio Grande do Sul, especula-se que foram produzidos por bandos de caçadores e coletores de paisagens abertas, mas divergindo um pouco do estilo de vida que se desenvolveu desde o término da última glaciação, quando a região do Rio da Prata esteve dominada por deserto rochoso e por estepes geladas. Teriam convivido e também caçado as espécies de animais de grande porte que foram extintos como final da última glaciação, como eram os mastodontes, os megatérios, os toxodontes, as macrauquênias e os esmilodontes (tigre-dente-de-sabre).

Os sítios com datações maiores não apresentaram pontas de projéteis lascadas, mas outros instrumentos que sugerem aproveitamento de recursos vegetais. Seriam sociedades adaptadas às condições ambientais locais, que se tornaram muito diversificadas depois do término da última glaciação. Esses grupos também ocuparam as encostas e o topo do Planalto Meridional Brasileiro localizado a norte, relevando a região de Gravataí como local de integração entre as diferentes paisagens em que circulavam tais grupos paleoindígenas. Na verdade, os arqueólogos designaram tais sítios como parte da Tradição Umbu, que ocuparam também abrigos sob rocha nas encostas do planalto.

GRUPOS DOS COLETORES E CAÇADORES NO AQUECIMENTO DO HOLOCENO MÉDIO

O término da última glaciação foi sucedido pelo aquecimento da atmosfera terrestre e pela variação nos índices de umidade que, depois de uma grande aridez, cresceram drasticamente ao ponto de gerar a elevação do nível dos mares há mais de 6 mil anos atrás. Com o término da glaciação, passou a vigorar o Holoceno, período geológico atual. O clima tornou-se mais quente e úmido, levando à proliferação dos recursos florestais e das formas de vida marinha, naquilo que se entende como sendo a tropicalização do Continente. Esse período é chamado de Ótimo Climático e Gravataí esteve muito mais próxima da orla do Atlântico durante esse período. No litoral, os bandos especializaram-se na coleta de molusco, crustáceos e na pesca, formando os sambaquis, que são grandes amontoados de conchas onde seus criadores habitavam e enterravam seus mortos. Não foram encontrados sambaquis na região de Gravataí, mas aqui deve ter ocorrido a influência cultural dessas populações, que circulavam amplamente pelas paisagens em busca dos recursos necessários à sua sobrevivência.

No interior, houve a expansão da floresta subtropical nos vales, nas encostas do Planalto Meridional e nos vales dos rios, fazendo com que certos grupos de caçadores se adaptassem no aproveitamento de raízes, fibras vegetais e materiais lenhosos pela utilização de grandes talhadeiras de pedra lascada e outros instrumentos possantes. Os arqueólogos designaram esses sítios como parte da Tradição Humaitá. Embora esses grupos estivessem distribuídos predominantemente do vale do rio Uruguai para norte, é legítimo pensar que alguns deles estiveram circulando pela região de Gravataí em busca de recursos lacustres e fluviais ou para estabelecer contato com grupos de outras ascendências culturais.

A expansão das florestas e a inundação do litoral formaram um rico mosaico de vegetação e de diversificação da fauna, fazendo com que certos grupos de caçadores adaptados aos campos acampassem reiteradamente nas margens de lagoas e lagos e se aproveitassem de moluscos e da caça de pequenos mamíferos, répteis e aves, além da pesca. Foram encontrados sítios desse estilo nas margens dos afluentes do Lago Guaíba, onde as pontas de projéteis apareceram associadas a raspadores, furadores, bolas de boleadeiras, anzóis, mós e pilões para macerar sementes, raízes e frutos, além de fogões onde processavam seus alimentos e aqueciam seus corpos. A diversificação da dieta é também confirmada na análise de seus restos alimentares, depositados nos locais onde criaram seus acampamentos. Viviam ao céu aberto, utilizando apenas pequenas tendas cobertas por folhas ou couro animal como abrigo da chuva, do frio e do vento.

OS PRIMEIROS CULTIVADORES

No litoral sul (em continuidade ao que ocorre na República do Uruguai) e na Depressão Central, tais grupos passaram a executar, no primeiro milênio antes de Cristo, grandes aterros artificiais chamados “cerritos”, nos quais também criaram acampamentos, enterraram seus mortos e fizeram fogueiras. Não se sabe ainda ao certo como faziam tais aterros que eram geralmente circulares ou elípticos, mas são encontrados muitos deles isolados ou em conjunto, sendo alguns pequenos e outros de grandes dimensões a leste e a sul da região onde se criou a cidade de Gravataí. No interior desses cerritos, os arqueólogos identificaram camadas, demonstrando que os antigos caçadores-coletores de campo se adaptaram ao ambiente lacustre e fluvial, morando sobre aterros artificiais para

escapar da inundação e da umidade do terreno. Nesses aterros, provavelmente viviam numa das épocas do ano, quando caçavam aves migratórias e pescavam peixes, coletavam moluscos, crustáceos, frutos e sementes nativas (como os butiás).

Nas camadas mais superficiais dos cerritos foram encontrados fragmentos de recipientes cerâmicos ao lado de artefatos de pedra lascada no mesmo estilo dos mais antigos, indicando que os caçadores de campo (da Tradição Umbu) receberam influência de outros grupos que já haviam iniciado o cultivo de vegetais a norte, passando a incorporar a prática local da cerâmica e talvez também o cultivo incipiente de alguns vegetais americanos, isso poucos séculos antes de Cristo. Essa tradição é chamada de Vieira e ela é considerada como uma evolução local e uma derivação cultural dos antigos caçadores da Tradição Umbu.

Com a chegada dos europeus, esses povos receberam nomes que ficaram registrados nos documentos coloniais, demonstrando uma continuidade de ocupação de mais de dez mil anos na região. São exemplos de populações locais que sobreviveram às mudanças climáticas do Holoceno e foram capazes de incorporar novas tecnologias muito antes do século XVI, até que sofreram o confronto com os portugueses e espanhóis colonizadores que chegaram para disputar e para ocupar seus territórios tradicionais. Eles foram reconhecidos como sendo os índios Minuanos, Charruas, Genoas, Yarós e Boanes, quase todos exterminados por se manterem arraigados ao seu estilo de vida itinerante que contrastava radicalmente com a vida urbana e sedentária tornada dominante pelos colonizadores.

Ao mesmo tempo, no planalto, os antigos caçadores e coletores praticantes da Tradição Humaitá parecem ter recebido uma influência cultural parecida, começando a criação de recipientes cerâmicos (Tradição Taquara) junto do crescimento populacional e do avanço tecnológico, ao ponto de construírem habitações subterrâneas e aterros mortuários, além de armazenarem o pinhão em silos enterrados no solo e de produzirem pontas de flechas e lanças esculpidas em nó de pinho. Embora a distribuição mais clássica deles fosse junto aos pinheirais do planalto, cerâmica parecida com a dessa tradição aparece em sítios do litoral de Santa Catarina, demonstrando que seus criadores praticavam o veraneio e o deslocamento para locais mais distantes, o que sugere que assim tivessem atingido também a região de Gravataí, mas isso não foi ainda confirmado.

A CHEGADA DOS CULTIVADORES DE ORIGEM
AMAZÔNICA

Os últimos seis mil anos foram caracterizados por transformações radicais no estilo de vida dos grupos ameríndios, porque passaram a praticar o cultivo de plantas e a confecção de recipientes cerâmicos, o que permitiu um significativo crescimento demográfico, processo que parece ter se iniciado na região amazônica e se expandido de lá para outras regiões, inclusive para o sul. O crescimento demográfico fez com que surgissem aldeias com milhares de habitantes, gerando uma diversificação das atividades econômicas e uma maior complexidade das relações sociais.

Assim, outras populações indígenas intensificaram a circulação humana na região do Rio Grande do Sul desde a época de Cristo. Os antigos caçadores, pescadores e coletores receberam influência de grupos amazônicos e andinos, passando a praticar o incipiente cultivo de plantas e a produção de vasilhas cerâmicas, como já descrito para o caso da Tradição Vieira e o da Tradição Taquara no sul e norte do Estado. Mais ou menos na mesma época, a expansão populacional amazônica fez chegar, ao Rio Grande do Sul, grupos cultivadores de floresta com cerâmica da Tradição Guarani, que ocuparam todas as várzeas e planícies férteis das margens dos rios, lagos, lagoas e do mar. Através da coivara (corte e queima de clareiras na mata) introduziram o plantio de milho, de mandiocas, dos feijões, das abóboras, do amendoim, das batatas, do tabaco e de outras plantas.

Os Guarani criaram aldeias compostas por grandes casas comunais (*oga*) que abrigavam mais de uma centena de pessoas organizadas em unidades familiares (mulher com seus filhos) aparentadas. Dentro de cada casa vigorava a integração de parentesco e aliança, de maneira a que todas as crianças eram tratadas como filhos e irmãos entre si, unificadas pela figura de líderes políticos chamados *tuvichá* que tinham o direito de muitas esposas. As aldeias (*tava*) eram formadas pela aliança entre diversos líderes centralizados na figura de um chefe maior (*Mburuwixá*) considerado mais valente e poderoso. Havia também o respeito pela existência de líderes espirituais chamados *Karai* que possuíam (e ainda possuem) a atribuição de guiar a comunidade no contato com os deuses, com os espíritos da floresta e com os mortos. Os *Karai* norteiam as atividades diárias, indicando o sucesso nas expedições de guerra, de caça e na vidência sobre a necessidade de deslocamento em busca de espaços para a criação de novas aldeias. O sonho era tido como antecipação da realidade desperta e o comportamento do dia-a-dia

dependida de uma contínua interpretação das mensagens oníricas. Os *Karáí* organizam rituais coletivos manipulando chocalhos (*mbaracá*), varinhas consideradas mágicas (*yvyraijá*) e baforando tabaco em cachimbos (*petynguá*), criando o ambiente em que toda a comunidade se integrava. Nesses rituais, as mulheres manipulam bastões de taquara (*taquapú*) que batem no chão para marcar o compasso das danças religiosas, com a participação de jovens e crianças.

A cerâmica Guarani era muito rica na variação de formas e na decoração, inclusive na utilização da pintura policrômica (branco, preto e vermelho) feita em faixas e linhas paralelas reproduzindo padrões cosmológicos muito complexos. Algumas das vasilhas pintadas eram utilizadas em rituais para a beberagem de uma bebida fermentada (*cacuyu*) feita a partir de mel silvestre e milho mastigado pelas jovens, quando aliados distantes e visitantes eram convidados a participarem. Eles também praticavam o extrativismo vegetal, como no caso das folhas da erva mate que no início tinha importância religiosa.

Os Guarani eram guerreiros canibais que chegaram desde o Paraguai, desalojando as populações mais antigas do alto Uruguai e do alto rio Jacuí, até descerem o planalto para ocuparem as margens do Lago Guaíba e seus afluentes com suas aldeias. A antropofagia era praticada por eles sobre guerreiros inimigos valentes, em rituais coletivos que integravam muitas aldeias que se tornavam, assim, aliadas. Os Guarani eram grupos canoieiros e os rios formavam o corredor de circulação de sua vida social. Dali avançaram para o norte e para o sul, conquistando as margens da Laguna dos Patos e das demais lagoas e rios que formam a planície atlântica do Estado. Assim, a região de Gravataí assumiu sua importância enquanto centro de ligação muito antigo usado por esses grupos originários.

Os Guarani foram os primeiros indígenas a serem reconhecidos pelos portugueses por viverem no litoral por onde estes expandiram sua conquista. Sua existência ficou registrada pelos antigos cronistas que os designaram de diferentes formas segundo a região em que habitavam: os Arachanes viviam na região do Lago Guaíba, os Anjos viviam na região de Gravataí e Santo Antônio da Patrulha, os Carijós ocupavam o litoral atlântico em direção a Santa Catarina, os Tape na região dos rios Jacuí, Vacacaí, Ibicuí e Uruguai. Todos eles foram atingidos pelos colonizadores que passaram a chamá-los “índios” e que os transformaram em escravos, ao mesmo tempo para os desalojarem de suas antigas terras tradicionais em favor dos europeus.

ÍNDIOS NA REGIÃO DE GRAVATAÍ NO
PERÍODO COLONIAL

A região do Rio Grande do Sul tornou-se frequentada por diferentes agentes europeus a partir do século XVI, disputada por portugueses e espanhóis. Os primeiros a chegarem de maneira mais permanente foram os jesuítas portugueses, que criaram povoados missionários no litoral de Torres e de Tramandaí a partir de 1609, chegados através do porto de Laguna (SC). O mesmo caminho foi trilhado posteriormente pelos primeiros bandeirantes que vieram para aprisionar esses mesmos Guarani (Carijós) e levá-los como escravos para trabalharem em São Paulo, no Rio de Janeiro e na Bahia.

Naquele período inicial de colonização, a região da bacia do Lago Guaíba (de que o rio Gravataí é afluente) manteve-se fora do interesse colonial, porque foi preciso primeiro consolidar a ocupação do litoral atlântico pela criação de fortalezas e povoados. Durante quase um século, paulistas, curitibanos e lagunistas desceram o litoral sul de Santa Catarina e atravessaram a planície litorânea do Rio Grande do Sul em direção aos campos do Uruguai, para arrebanharem o gado criado de maneira selvagem depois que os jesuítas espanhóis, através do rio Uruguai a oeste, criaram a Vacaria Del Mar. Esse gado foi levado pelos primeiros tropeiros para Sorocaba, onde era vendido aos que vinham das Minas Gerais.

Ao mesmo tempo em que os portugueses circulavam pelo litoral atlântico tropeando, os jesuítas espanhóis criaram povoados missionários com população Guarani no noroeste do Estado, os conhecidos Sete Povos das Missões. Esses povoados eram abastecidos com recursos extraídos de locais distantes em direção ao centro e leste do Rio Grande do Sul. A erva mate era explorada na região do rio Camaquã (serra do Herval), ao sul do Lago Guaíba. Os Sete Povos tinham estâncias onde criavam gado para servir como alimentação e fonte de matérias-primas (couro, sebo, ossos) ao seu abastecimento, algumas delas criadas na região dos rios Jacuí e Taquari, a pouca distância do Guaíba (região de Candelária e Santa Cruz do Sul). Tudo isso indica que a margem ocidental do Lago Guaíba continuava a ser frequentada por índios Guarani, missionários ou não, durante a primeira parte do século XVIII, antes da fundação de Gravataí enquanto povoado luso-guarani.

A ocupação colonial dessa região só se consolidou efetivamente a partir do momento em que os portugueses conquistaram a navegação da barra de Rio Grande, subindo a Laguna dos Patos e daí em direção ao Jacuí. Inicialmente, foi Via-

mão o pólo de fixação populacional dos tropeiros, ligada por terra a Laguna e ao norte do país. Gravataí nasceu como entreposto de Viamão, principalmente como fornecedora de mão-de-obra, de víveres e de mulheres Guarani em benefício dos moradores que se fixaram em Porto Alegre.

A segunda metade do século XVIII é marcada pela decadência das missões do Rio Uruguai. Havia demanda de trabalhadores nas colônias espanholas. “As reduções jesuíticas dos Sete Povos, com uma população de mais de 30 mil índios, era um novo estoque de mão-de-obra especializada, pois todo índio conhecia agricultura e tinha mais de uma profissão” (FLORES, 1989, p. 82). “Os administradores espanhóis, que substituíram os jesuítas após a expulsão de 1768, não respeitaram os valores da cultura guarani; transformaram os índios em escravos, ignorando o sistema de *cuñadazgo*, existente entre eles. O guarani cedia mulheres e em troca queria o auxílio mútuo entre cunhados. [...] Acontece que os brancos pegavam a mulher do índio, roubavam seu gado e tiravam sua terra. Não procediam como cunhado, mas como senhores em relação ao escravo.” (FLORES, 1979, p. 187).

Produziu-se ampla dispersão das famílias indígenas para os matos, procurando áreas de refúgio, mesmo antes da retirada dos missionários. Desde os tempos de Gomes Freire, os portugueses haviam demonstrado benevolência para com os índios, visitando-os, dando presentes e expressando o desejo de casar com as Índias. A fama de melhor tratamento dado pelos lusos, em relação aos espanhóis, difundiu-se entre os índios, fazendo com que eles fossem a Santo Ângelo e, depois, em grupos para Rio Pardo. Eles foram assentados em duas vilas, chamadas ambas São Nicolau em 1758 (Rio Pardo e Passo do Fandango, em Cachoeira do Sul). Algumas famílias foram levadas ao Estreito, em São José do Norte (VENZON, 1991a, p. 113).

No ano de 1762, os Guarani de São Nicolau do Rio Pardo foram deslocados para os Campos de Viamão e assentados na nova Aldeia dos Anjos (fundação de Gravataí) e na Aldeia de São João Batista, na Guarda Velha de Viamão (Santo Antônio da Patrulha). O objetivo era estratégico e a fixação indígena provisória, nada sendo feito para a organização da vida indígena. Os índios ficaram dependendo dos favores dos sesmeiros lusos, ganhando rações de carne como pagamentos a serviços prestados em estâncias, tropeando gado ou construindo fortificações, quartéis e arsenal. “O indígena era considerado como preguiçoso, bêbado e ladrão de gado, sem condições de tirar seu sustento da própria terra.” (FLORES, 1989, p. 86).

Apenas entre os anos de 1769-80, o Governo provincial português tomou iniciativas administrativas para organizar a vida e o trabalho dos descendentes missioneiros dessas aldeias, buscando a auto-suficiência dos índios. Receberam uma

porção maior de terra para plantio e estância para criação de gado. Foram obrigados a aprender o português e a doutrina cristã, reprimidos em manifestarem suas superstições consideradas primitivas. Não houve integração populacional tampouco; ao menos para o caso da Aldeia dos Anjos,¹ o registro oficial de casamentos entre índios e lusos é raro (Ibidem, p. 87).²

Depois de 1780, a conjuntura oficial voltou a ficar desfavorável aos missioneiros assentados em aldeamentos lusos, quando a administração reedita as acusações de incapacidade produtiva dos índios, ao ponto de se preocupar em suprimir a aparência “animalesca” das mulheres autóctones, exigindo que elas prendessem seus cabelos e assumissem ar de civilidade nos modos e vestimenta.³ Nas duas últimas décadas do século XVIII, os missioneiros incorporados à Província do Rio Grande perderam o mínimo apoio da administração oficial, foram novamente marginalizados e alienados gradativamente das terras previamente recebidas. “A organização do espaço português, em suas dimensões geográfica, social e temporal, excluiu o índio” (FLORES, 1989, p. 89).⁴

Para que Porto Alegre se desenvolvesse como vila, foi preciso trazer colonos que se fixassem no local, o que acabou acontecendo com a chegada de casais açorianos trazidos propositalmente para substituir os índios Guarani dos Sete Povos a

1 Veja-se publicação de coletânea de documentos sobre *Os índios D'Aldeia dos Anjos*: Gravataí século XVIII, feita pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul em 1990.

2 Isso não deve levar à conclusão, errônea, de não houve cruzamentos étnicos entre lusos e indígena no sul do Brasil. Necessário lembrar que a desqualificação da indianidade pode ter levado ao não reconhecimento oficial de uniões e de nascimentos interétnicos, como acontecia do lado espanhol. A descoberta de algumas localidades etnográficas com ascendência luso-indígena, no RS, descarta a hipótese do não-cruzamento generalizado. O exemplo mais marcante deste tipo de localidade é a comunidade do Paredão (Município de Piratini) identificada inicialmente pelo antropólogo chileno Miguel Chamorro no vale do rio Camaquã.

3 Conforme pronunciamento do governador Sebastião da Veiga Cabral, através de instrução dirigida ao comandante da Aldeia dos Anjos em 1781 (IN: FLORES, 1989, p. 87).

4 Rodrigo Venzon (1991, p. 114) recorda a aplicação das orientações do governador da Capitania José Marcelino de Figueiredo, evidenciando a intenção oficial de promover o lento e gradual etnocídio dos *Guarani*-missioneiros. Desde 1769, Marcelino de Figueiredo começou a lançar editais promovendo a miscigenação. Segundo depoimento dado pelo arqueólogo Pedro Mentz Ribeiro ao jornal Zero Hora, pesquisador que estudou vestígios materiais e documentação sobre o sítio da antiga São Nicolau do Rio Pardo, o edital publicado em 1773 “[...] proporcionava vantagens nas promoções aos militares que se casassem com índias. Os civis brancos também obtinham benefícios (ferramentas, sementes e escolha da terra) se casassem com as Guarani” (IN: VENZON, 1991, p.116, nota 3). Pelo edital de 11 de agosto de 1777, as escolas de internato para meninos índios exigiam deles falarem sempre em português, para perderem o Guarani. No caso das meninas, a intenção era prepará-las, no internato, para núpcias com brancos, passando por um “aportuguesamento formal” na mudança de nomes. Essas foram estratégias “formais” de extirpação do mundo autóctone. Como escreveu Ramirez, para o caso das meninas, “passavam a ser, em tudo e por tudo, para efeito oficial, luso-brasileiras” (citado em VENZON, 1991, p. 115). Este é um exemplo concreto de como se processou a extinção formal do autóctone missioneiro nos primórdios do Rio Grande do Sul, forma de velamento ideológico da autoctonia. Isso não deve ser entendido como tendo gerado necessariamente o desaparecimento da cultura *Guarani*-missioneira, mas ao menos produziu sua invisibilidade.

oeste. Os açorianos foram abandonados ao seu próprio destino e sua colonização teria sucumbido se não tivessem contado com o apoio inicial recebendo alimentos ou o aprendizado que tiveram dos índios Guarani nucleados em Gravataí ou dos que continuaram habitando as margens do Lago Guaíba depois da fundação dessa vila. Os Guarani ensinaram os açorianos a fazerem a coivara e a cultivarem as plantas americanas, que rapidamente substituíram o trigo, o centeio e a cevada que eles conheciam nos Açores. Com o fim das Missões, muitos Guarani missioneiros foram trazidos para a região de Gravataí, onde se fundou a Aldeia dos Anjos e de onde eram requisitados para prestar serviços ou abastecer com alimentos locais como Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha e São Domingo das Torres.

ALGUMAS CONCLUSÕES: APAGAMENTO E INVISIBILIDADE DAS ORIGENS INDÍGENAS EM GRAVATAÍ

A mão-de-obra e o conhecimento indígenas foram fundamentais para o sucesso da colonização portuguesa, continental e açoriana, embora esse fato não seja amplamente reconhecido pela historiografia luso-brasileira. A presença dos Guarani foi básica à fundação e ao desenvolvimento de Gravataí enquanto cidade colonial portuguesa, embora sua criação original fosse pelo dispositivo do “aldeamento”, espaço reservado aos Guarani missioneiros pela administração colonial portuguesa. Nos termos atuais corresponderia ao conceito jurídico de Terra Indígena, o que endossa a constatação feita por Ruy Ruben Ruschel sobre o direito de propriedade dos índios missioneiros, particularmente do que ele chama “o grande confisco”. Enquanto as Missões vigoraram sob a administração jesuítica, os índios garantiram a manutenção da propriedade coletiva da terra, enquanto a Europa evoluía no rumo do individualismo. “O direito de propriedade privada assumia um caráter crescentemente absoluto. Perdia os condicionamentos e restrições medievais e voltava a consagrar o conceito romano do *jus utendi et abutendi*, ou seja, o direito egoísta de dela usar e dispor com inteira liberdade.” (RUSCHEL, 1994, p. 115). O Tratado de Madrid teve dramática consequência sobre a propriedade dos índios. “Importava no confisco puro e simples, tanto da terra, de propriedade “longissime temporis” dos índios, como de todas as acessões e benfeitorias acrescidas nos últimos cento e cinquenta anos de labuta.” (Ibidem, p.115).

Mesmo passado o tempo, depois que os Guarani vieram para Gravataí e receberam terras para seu próprio uso e sustento, a cidade criou-se fixando uma identidade “gaúcha” que apagou da memória os direitos originários alienados dos Guarani em benefício dos luso-brasileiros, que na verdade foram e são luso-guaranis. Essas são verdades antropológicas e históricas que não podem ser mais reprimidas.

O assunto foi propositalmente silenciado pelos historiadores portugueses, porque o reconhecimento da origem guarani de cidades como Gravataí, Porto Alegre e tantas outras era visto como um suposto reconhecimento de uma antecendência hispânica no local. Grande erro esse, porque fossem catequizados por portugueses ou aprisionados por portugueses, muitos Guarani mantiveram-se independentes dos colonizadores, reproduzindo sua tradição cultural nos espaços vazios depois gradativamente ocupados pelo crescimento das referidas cidades.

Nos séculos seguintes, o assunto caiu no esquecimento e os historiadores brasileiros reforçaram erroneamente a versão de que os índios tinham desaparecido e de que a cidade cresceu sobre espaços liberados de sua presença. Na verdade, grupos indígenas continuaram morando e frequentando a cidade ao longo de toda sua história, assunto que só se tornou legítimo depois que passou a vigorar a Constituição Federal de 1988. São erros e silêncios na construção da identidade cultural que os habitantes de Gravataí têm sobre o passado e o presente de sua cidade, distorções que precisamos reverter. Fica para um outro momento tratar dos dados atuais da pesquisa etnográfica desenvolvida pela equipe do Laboratório de Arqueologia e Etnologia (LAE-UFRGS) na região que abrange o atual município de Gravataí, estudo que poderá auxiliar na melhor compreensão das raízes culturais e dos dilemas de identidade que os luso-brasileiros enfrentam ao suprimirem o auto-reconhecimento de sua ascendência indígena inegável.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRGS). *Os Índios D'Aldeia dos Anjos*: Gravataí: século XVIII. Porto Alegre: EST, 1990.

_____. A expansão dos Tupi e da cerâmica policrômica amazônica. *Dédalo*, São Paulo, 27:65-82,1989.

BROCHADO, J.P. & LA SALVIA, F. *Cerâmica Guarani*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; BAINES, Stephen G. (Org.). *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*. Brasília: Ed. da UnB, 2005.

FLORES, Moacyr. A expulsão dos jesuítas. *Anais do I Simpósio Nacional de Estudos Missionários*. Santa Rosa: FFCL Dom Bosco, 1975, p. 51-60.

_____. A conquista das Missões. *Anais do III Simpósio Nacional de Estudos Missionários*. Santa Rosa: Faculdade Dom Bosco, 1979, p.186-196.

_____. *Colonialismo e missões jesuíticas*. Porto Alegre: EST; Instituto de Cultura Hispânica do Rio Grande do Sul, 1983.

_____. A transmigração dos Guarani para a Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos. *Estudos Ibero-Americanos*. Anais das III Jornadas Internacionais sobre as Missões Jesuíticas. Porto Alegre: PUCRS, v. XV, n. 1, 1989. p.81-92.

_____. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1990.

FOGEL, R. (Com.) *Mbyá Recové: La resistência de um pueblo indômito*. Assunção: CERI/Universidad Nacional de Pilar, 1998.

KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

_____. *Antecedentes indígenas*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994.

LATHRAP, Donald W. *O Alto Amazonas*. Lisboa: Editorial Verbo, 1975.

MELIÁ, Bartomeu S. J. *El Guaraní conquistado e reducido*. Asunción: Assunção: CEADUC, Universidad Católica N.S. de la Asunción. 1986.

_____. *Una nacion, dos culturas*. Assunção: Imprenta Salesiana, 1988.

MONTOYA, P. Antonio Ruiz de. *Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

RUSCHEL, Ruy Ruben. *Presença platina na formação de Torres*. Comunicação no Encontro e História e Geografia do Prata (mimeografado), s/d.

VIVEIROS de CASTRO, Eduardo Batalha. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac e Naify, 2002.

OS ÍNDIOS DA ALDEIA DOS ANJOS

Marco Antônio Velho Pereira

Pesquisador e Genealogista. Osório/RS

PRESENÇA DE ÍNDIOS GUARANI EM GRAVATAÍ

A presença de índios guarani, oriundos das missões jesuíticas na fronteira com a Argentina, é enfocada nesta comunicação para conhecimento de sua representatividade, no contexto da história de Gravataí, desde a segunda metade do século XVIII.

Esta comunicação tem por base a obra produzida pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Na sua apresentação, escrita pelo historiador Francisco Riopardense de Macedo se lê: “A Aldeia dos Anjos ou Anjos da Aldeia é das mais antigas povoações do estado, resultante da fecunda administração de José Marcelino de Figueiredo.”



A GRANDE ESTÂNCIA DOS POVOS GUARANI – FAZENDA DOS POVOS

Essa fazenda real do governo português foi organizada como um desdobramento da Fazenda Real do Bojuru, com o objetivo específico de atender e garantir suprimentos de alimentos aos povos índios guarani em Gravataí.

Essa situação, em detalhes, poderá ser observada nas páginas 11 a 13, com instruções do governador José Marcelino, datadas de 29 de dezembro de 1769 a 4 de janeiro de 1771:

- Nome da fazenda/localização: mais comumente usado: Estância dos Povos (guarani); em Mostardas,
- Administração/Arrendamentos: inicialmente por capatazes em nome do Governo e, mais tarde, terceirizado na forma de arrendamentos a particulares.
- Dimensões: 10 léguas, ou aproximadamente 66.000 hectares. Descrição sucinta da propriedade, conforme consta na página 77: “Uns campos com dez léguas de comprido, que confronta pela parte do sul com os de Policarpo José Barbalho; pelo norte com os de Teodoro José da Silva Braga, João de Oliveira e Manoel Jorge da Silva; pelo leste com as praias de Mar Grosso e pelo oeste com a lagoa de Viamão, com dois rincões chamados um do Anastácio e outro da Cria que foi de Manoel Jorge, com casa de vivenda coberta de palha, com seis portas e cinco janelas ainda em bom uso; e outra também coberta de palha com duas portas e três janelas no sítio da Cavalhada, ambas com suas cozinhas, com currais ao pé das casas, um rodeio de faxina no lugar chamado ranchinho: duas lavouras com os seus cercados cada uma com o seu rancho a beira no chão [...]”
- Peões índios: seguiam regularmente para trabalhar na fazenda com salário e aprendizagem das lides campeiras em geral.
- Inventários: constam na obra também, e é de onde colhemos as informações acima colocadas constantes na página 132r do livro, em que poderão ser vistos outros detalhes no que concerne ao que era esta propriedade real.

DESTINO DADO À ESTÂNCIA PELO GOVERNO

Esta propriedade esteve ativa e registrada neste livro transcrito pelo AHRS até 31 de março de 1800 conforme folha 148v do livro.

Deste ano de 1800 em diante até o ano de 1804, toda esta estrutura que foi criada em função dos povos guarani em Gravataí foi desmanchada porque, com certeza, os índios de Gravataí como tal, deixaram de existir e estes como súditos portugueses passaram então a ser assim tratados e não mais na condição de tutelados do governo.

DOM JOÃO VI

Com base em informações obtidas do diário de viagem do francês Saint-Hilaire, quando o rei D. João VI, no Rio de Janeiro, ao dar destino a este patrimônio da coroa resolveu recompensar ao Intendente de Polícia de Porto Alegre, Paulo Fernandes (Carneiro Viana), doou-lhe esta propriedade pelos muitos favores que o mesmo havia prestado à Coroa Portuguesa. Comenta também Saint-Hilaire que o rei não teria noção do valor desta doação e nem tampouco Paulo Fernandes que nunca nela esteve, administrando-a através de prepostos, por arrendamento.

PAULO FERNANDES CARNEIRO VIANA

Foi nobilitado como Conde de São Simão, casou e teve descendência no Rio de Janeiro.

REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Na Revolução Farroupilha, a grande fazenda foi praticamente de trânsito livre para os revoltosos. Por suas terras, a partir da invernada da Roça Velha (vide mapa) é que os lanchões de Garibaldi transitaram na sua jornada pela água até sair em terra pelo rio Capivari, a caminho do mar em Tramandaí, no mês de julho do ano de 1839.

MATHIAS JOSÉ VELHO

Uma família mostardense, por volta do ano de 1850, soube que a Estância dos Povos estava à venda pelo proprietário da mesma, na corte no Rio de Janeiro. Foi efetuada a compra, seriam no caso quatro irmãos e os seus respectivos cônjuges e Mathias José Velho, como cônjuge, os promitentes compradores, neste negócio. Porém este capitalista Mathias José Velho, como procurador registrou a mesma só em seu nome particular e quando se apresentou à família tempos depois de voltar do Rio de Janeiro já o fez com o dinheiro dos seus cunhados no bolso para devolver.

Hoje a fazenda está muito dividida por inventários. Decorridos mais de seis gerações da família, boa parte da fazenda está nas mãos dos descendentes de Mathias José Velho e de sua esposa Luciana Francisca da Terra.



A ALDEIA DOS ANJOS DURANTE A DÉCADA DE 1770: UM OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE OS INDÍGENAS E OS PORTUGUESES

Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo

Mestre em História/UFRGS. Porto Alegre/RS

Em 1750, em virtude do Tratado de Madri, as Coroas portuguesa e espanhola buscaram estabelecer suas possessões territoriais na região do rio da Prata. Em 1761, o Tratado de El Pardo anulou o Tratado de Madri e as disputas territoriais entre Portugal e Espanha se intensificaram. Receosos de uma possível união entre os espanhóis e os indígenas missioneiros, os portugueses fizeram o traslado de parte dessa população, primeiramente para o quartel de Rio Pardo e depois para os campos de Viamão (atual Gravataí), fundando em 1763 o maior aldeamento indígena do Continente do Rio Grande: a Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, onde teriam se estabelecido aproximadamente três mil pessoas.¹ (KÜHN, 2007, p. 1).

A integração dos indígenas à sociedade que se formava não se revelou uma tarefa fácil para aqueles que participaram do referido processo histórico. Percebe-se a existência de dinâmicas e estratégias distintas de adaptação ao novo quadro sociocultural, já que havia os interesses da Coroa, dos colonos da região e dos próprios índios guarani-missioneiros.

Analisar as relações entre indígenas e portugueses naquele contexto histórico é o enfoque específico deste artigo. Tais relações não podem ser entendidas sem que nos remetamos ao caráter assimilacionista da legislação pombalina.² Assim, analisando as medidas administrativas tomadas pela Coroa portuguesa, durante a década de 1770, em relação aos indígenas da Aldeia de Nossa Senhora dos

1 Esse dado torna-se importante para pensar o impacto dessa população indígena no âmbito das relações socioculturais que se estabeleciam. Se comparada à população de Viamão, a aldeia dos Anjos tinha o dobro de habitantes, contando com portugueses, cativos africanos e indígenas.

2 Sebastião de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, foi o ministro todo-poderoso de D. José I (1750-1777) e principal mentor da política indigenista, que ocupava lugar de destaque no bojo das reformas político-administrativas, a fim de recuperar a defasada economia portuguesa.

Anjos, busca-se apreender os mecanismos de assimilação presentes na relação entre portugueses e indígenas. Através do exame de fontes primárias de caráter legislativo e administrativo do período em questão, como instruções, portarias, “bandos”³ e cartas, foi possível estabelecer alguns elementos que permitiram abordar aspectos da política pombalina de assimilação indígena no Continente, e como esta foi recebida e posta em exercício por todos aqueles que foram partícipes deste processo.

A assimilação dos indígenas ao *modus vivendi* do colonizador implicava a eliminação dos traços culturais característicos daqueles. A adoção de elementos europeus estava associada à dissolução dos valores indígenas. Assim, a definição de assimilação que mais se aplica àquele período é a de incorporar elementos estranhos através da eliminação das tradições locais (FERRAIRA NETO, 1997, p. 323), e não a definição contemporânea de simples apropriação de ideias. Neste caso, o conceito de assimilação permite o entendimento da visão da política pombalina por parte dos portugueses.

Etnogênese é uma categoria útil para auxiliar na compreensão dessas relações de formação de novas identidades socioculturais, uma vez que tal conceito traz consigo a noção de um espaço intermediário no âmbito das diversas situações de contato. Isso viabiliza um olhar voltado para a recepção das medidas assimilacionistas principalmente por parte dos indígenas. Segundo Jonathan Hill, “[...] ethnogenesis can be understood as creative adaptation to a general history of violent changes – including demographic collapse, forced relocations, enslavement, ethnic soldiering, ethnocide, and genocide – imposed during the historical expansion of colonial and national states in Americas.” (HILL, 1996, p.1).

É de fundamental importância destacar que essas perspectivas teórico-conceituais⁴ têm aqui um propósito analítico, pois na ótica deste trabalho, é descabido pensar em formação de identidades somente por parte de um dos lados do processo. Tanto portugueses quanto indígenas adquiriam novas roupagens identitárias enquanto participavam da construção de ‘mundos novos no Novo Mundo.’⁵ (BOCCARA, 2005. p. 42).

3 Expressão de época usada para designar anúncio público de ordem ou decreto.

4 Refiro-me ao uso do conceito de assimilação para contemplar aspectos da recepção das medidas normativas tomadas, por parte dos portugueses, e ao uso do conceito de etnogênese para contemplar a recepção daquelas por parte dos indígenas.

5 O grifo é meu.

A ALDEIA DOS ANJOS E A ADMINISTRAÇÃO COLONIAL: UM BREVE BALANÇO HISTORIOGRÁFICO

É comum que a historiografia aborde a Aldeia dos Anjos através dos registros deixados pelo colonizador. Isso se explica pelo fato de que os indígenas não deixaram registros escritos sobre sua atuação, ou eles ainda não foram encontrados. Assim, a possibilidade de estudos sobre a aldeia está baseada na leitura e análise de fontes deixadas pelo colonizador, e entre elas as mais fartas são as de cunho administrativo e eclesiástico. Existe um número razoável de trabalhos que tratam da Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos. A maioria aborda aspectos genéricos (NEIS, 1987; FLORES, 1990; SANTOS, 1990), e não obstante tais contribuições historiográficas serem válidas, geralmente os motes dados à história indígena são cronológicos e factuais, ou tratam da resistência cultural indígena no aldeamento (LANGER, 2005). As resistências devem ser analisadas como parte dos processos adaptativos pelos quais o aldeamento passou. Os indígenas da Aldeia dos Anjos já haviam vivido um processo de ocidentalização,⁶ e a finalidade das diversas formas de resistência parece ter sido a adaptação às novas situações com as quais se deparavam.

Apesar da ênfase dada aos aspectos mercantis, neste caso a apropriação privada da mão-de-obra indígena, é sabido que a administração portuguesa usou instrumentos variados para conquistar definitivamente suas recentes possessões, especialmente tratando-se de regiões fronteiriças como a capitania de São Pedro. Existiram outros meios, igualmente importantes, usados para eliminar a diferença entre colonizadores e aldeados. É necessário que os enfoques dados à história de povos indígenas dialoguem entre si, de maneira que o conjunto das relações sociais possa contemplar as múltiplas facetas da adaptação indígena.

Trabalhos mais recentes sobre a Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos consideram que as estratégias usadas pelos indígenas fazem parte de um processo no qual eles agiram e foram, como os demais partícipes, responsáveis pelas suas próprias histórias. Nesse sentido, Elisa Garcia, analisando os índios da Aldeia dos Anjos no período colonial, pondera que os índios oriundos das missões aprenderam a negociar com os portugueses, e se mostraram capazes de requerer certos direitos através da condição de aldeados (GARCIA, 2007. p. 117). Bruna Sirtori percebe que alguns índios da

6 Lembremos que se trata de índios guarani-missionários, e que, portanto, haviam tido experiências de contato com os jesuítas nas missões.

Aldeia dos Anjos conseguiram se inserir socialmente através das redes de compadrio (SIRTORI, 2006).

A ALDEIA DOS ANJOS SOB A ÓTICA INDIGENISTA

A relação entre portugueses e indígenas foi em grande parte regida por um conjunto de normas e instruções: o Diretório dos Índios. O principal objetivo do Diretório era inserir o indígena às sociedades que se formavam na América portuguesa, e a sua principal característica era o assimilacionismo. A política de assimilação dos indígenas previa a eliminação de quaisquer diferenças entre brancos e indígenas. A integração dos indígenas só seria possível se eles fossem civilizados de acordo com os hábitos, costumes religiosos e culturais dos portugueses.

Tratava-se principalmente de que os índios ‘esquecessem’ os valores e a cultura indígena, mas também de invalidar a experiência pela qual haviam passado com os jesuítas nas missões. Enquanto os jesuítas haviam dado maior importância à educação religiosa como método para ‘civilizar’ os índios, a legislação do Diretório tratava da administração dos indígenas valorizando tanto aspectos religiosos, quanto econômicos, políticos e culturais no processo de ‘civilização’. Referindo-se “aos índios que se acham em Viamão”, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e Capitão-General do estado do Grão-Pará e Maranhão,⁷ considerava que “essa miserável gente” havia sido deixada “na mesma desordem e brutalidade em que foram criados pelos jesuítas, sem que se cuidasse na sua civilização, na criação dos filhos; e o que é mais, até sem conhecimentos dos principais dogmas da religião católica romana.” (Revista Trimestral do IHGB, 1872, p. 215).

A política indigenista do Marquês de Pombal foi organizada de acordo com as novas pautas coloniais. Exposta no Diretório dos Índios, tal política deu origem, entre outros aldeamentos, à Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos. Francisco Xavier de Mendonça Furtado elaborou o Diretório dos Índios em decorrência de suas atividades nas demarcações territoriais do Tratado de Madri.⁸

7 Francisco Xavier de Mendonça Furtado era irmão do Marquês de Pombal e comissário para demarcação do Tratado de Madri na região amazônica.

8 O Diretório foi assinado em 1757 por Francisco Xavier de Mendonça Furtado e aprovado em 1758 pelo Marquês de Pombal.

Dentre as principais medidas assimilacionistas presentes no Diretório, pode-se mencionar o estímulo aos casamentos mistos, o incentivo ao trabalho agrícola, ao aprendizado de artes e ofícios mecânicos, e a eliminação da língua e das práticas religiosas. Fica claro, portanto, que a igualdade entre indígenas e portugueses dependia do sucesso em extirpar características culturais dos indígenas, de modo que estes se integrassem ao modo de vida daqueles e não o oposto. A igualdade garantia aos indígenas a mesma condição dos portugueses: a de vassalos do rei.

O Diretório teve suas raízes em um projeto de povoamento do Brasil, que previa a ocupação e o povoamento de territórios com a finalidade de garantir a posse da terra. Pensado inicialmente para a capitania do Grão-Pará, o Diretório teve seu raio de ação ampliado para outras regiões do Brasil e reorganizou populações indígenas procurando eliminar definitivamente as diferenças através dos aldeamentos, um traço primordial da política indigenista. Conforme Beatriz Perrone-Moisés, divididos entre aliados e hostis, os povos indígenas receberam tratamento diferenciado dos poderes coloniais (PERRONE-MOISÉS, 1992). Os povos aldeados eram considerados aliados e normalmente concentravam-se próximos às vilas nascentes, prestando-se como proteção contra os povos “hostis” e como estoque de mão-de-obra para os trabalhos da economia colonial. Dessa maneira, os aldeados eram considerados “vassalos úteis”, enquanto os povos hostis, sob a ótica indigenista, eram justamente aqueles que permaneciam fora de controle, constituindo-se em ameaça. Logo, o aldeamento era a concretização de uma forma de controle territorial e social sobre os nativos e este controle requereu a definição do trato da terra (a dita aldeia), na qual estariam contidos e assentados, liberando assim o restante do espaço para a expansão e a ocupação colonial. O aldeamento “garante a conversão, a ocupação do território, sua defesa e uma constante reserva de mão-de-obra para o desenvolvimento da colônia” (Idem, p. 120).

A questão indígena esteve, portanto, indissociavelmente ligada aos assuntos de Estado e segundo Rita Heloísa de Almeida, a história da legislação indígena no período colonial “pode ser escrita ou lida no contexto das relações de trabalho. Isto porque todas as leis gravitam em torno da questão sobre quem exerce o controle e a administração dos índios, no que de fundamental riqueza representaram

durante a colonização, ou seja, como população e força de trabalho.” (ALMEIDA, 1997, p. 36-37).⁹

O uso da mão-de-obra indígena, tanto por parte de particulares quanto por parte do governo, foi um dos maiores problemas da administração portuguesa no Continente. As condições de circulação do indígena e a regulamentação do uso da sua mão-de-obra eram fontes de preocupações constantes na documentação estudada. Havia diversos interesses em jogo, sobretudo os de uma facção da elite local que se beneficiava do trabalho dos índios da Aldeia dos Anjos. Percebe-se que o uso da mão-de-obra indígena se dava de maneiras não muito padronizadas. No governo de José Custódio de Sá e Faria (1764-1769) era comum que os particulares decidissem sobre o quanto pagariam pela prestação de serviços dos indígenas, ou que simplesmente, não pagassem. Também não era raro que os indígenas sofressem maus tratos,¹⁰ ou ainda que fossem mantidos sob a guarda de particulares, apesar de estarem com a licença vencida para saírem do aldeamento.

No governo de José Custódio parece não ter havido interesse em controlar o aluguel do serviço dos índios. Segundo este, os índios continuavam “dispersos por toda província, ou já vagando sem destino certo, ou alugados por alguns moradores que menos atentos à consciência lhe deixam de pagar o trabalho.”¹¹ Apesar de o governador saber que alguns particulares se aproveitavam do uso da mão-de-obra indígena, não há medidas para que, de fato, houvesse controle sobre a prestação de serviços. José Custódio ordenava apenas, que os indígenas fossem reconduzidos à Aldeia.¹² “[...] ordeno que dentro de um mês [...], sejam reconduzidos à Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos todos os que se achavam ocupados em outras estâncias [...], e em quaisquer outros empregos, os quais serão obrigados a remeter à dita Aldeia as pessoas que os tiverem em seu poder.”

9 O Diretório regulava basicamente cinco aspectos a serem administrados no aldeamento. Exponho de maneira sucinta a ordem de prioridade destes aspectos, conforme classificação de Rita Heloísa de Almeida: a questão da civilização dos índios, assuntos relativos à economia, à tributação, ao comércio e à distribuição da força de trabalho indígena. No Diretório, 16 artigos são referentes à civilização; 8 à economia; 8 à fiscalização e tributação; 23 ao comércio; 14 à distribuição da força de trabalho do índio. Um número maior de artigos se destina à causa comercial (23), mesmo sem levar em consideração que igualmente mercantis são aqueles outros 30 artigos que tratam da economia, da fiscalização e tributação, e por fim da distribuição da mão-de-obra indígena. Apesar da divisão teórica, todos estes aspectos estão imbricados e se inserem num âmbito maior e mais complexo, o das relações e transformações socioculturais.

10 “Recomendará o dito capitão a quem alugar os índios, os tratem com humanidade, por que hão de ser castigados, os que os tratem como escravos, com açoites, ou castigos semelhantes. Tanto o capitão comandante como moradores me representarão as faltas, que houver a respeito do que determino para lhe dar a providência que me parecer justa”. Viamão, a 22 de dezembro de 1769. Figueiredo. Apud SANTOS, Op. Cit., 1990, em anexo.

11 ANRJ, Cód. 104 v. 06, p.162, 162v.

12 ANRJ, Idem.

Nesse sentido, a documentação analisada permite entrever que essa política de controle da população indígena variou de governo para governo. As informações apontam para o fato de que essa variação dependia de conchavos políticos e econômicos entre os administradores do governo português e as elites locais. Assim, o primeiro governo da década de 1770 tentava regulamentar o ‘aluguel’ da mão-de-obra indígena, no que diz respeito ao preço e ao tempo de uso.¹³ “De um mês até um ano poderão alugar os ditos índios e índias cada mês, por um índio para carreta, roçar, ou pião, 3\$000r. Por rapaz cada mês 1\$500r. Por um índio domador por mês 3\$600 por algum índio oficial de carpinteiro o que merecer. Por uma índia para servir por mês 1\$800r. Por uma índia para ama de leite por mês 3\$000.”

No primeiro governo de José Marcelino, os preços foram fixados e ficou proibido conservar índios e índias, em casas e fazendas, sem a licença por escrito do comandante da aldeia. Isso não quer dizer, necessariamente, que José Marcelino tenha sido um entusiasta da política pombalina de assimilação, e que, portanto, tenha se empenhado em aplicar o Diretório dos Índios de forma mais estrita. Parece, a meu ver, que ele tentou, sem muito êxito, fazer cumprir as determinações do Diretório, aliando-as às demandas do Continente em relação aos indígenas. Sob a ótica dos portugueses, o sustento dos indígenas era uma grande despesa para a Fazenda Real. Para aliviar os gastos feitos com os indígenas, estes deveriam trabalhar, gerando uma receita que garantisse a manutenção do aldeamento. A mão-de-obra indígena ainda deveria ser útil aos moradores do Continente. O Diretório previa a utilização do serviço indígena por particulares; proibia, por outro lado, que essa utilização se desse sem método algum. Para que o trabalho indígena também trouxesse retorno financeiro ao aldeamento, era preciso que o pagamento pelo uso da mão-de-obra indígena fosse regulamentado. Além disso, os indígenas não poderiam permanecer indeterminadamente sob a guarda de particulares, nem poderiam sofrer maus tratos, afinal isso inviabilizaria o projeto pombalino de igualá-los aos demais vassalos. Porém, a regularização do uso do trabalho indígena não agradou àqueles que diretamente se beneficiavam dele. Esse conflito de interesses torna-se evidente nas fontes analisadas.

Há informações importantes sobre a relação entre portugueses e indígenas da Aldeia dos Anjos nas cartas de Francisco José da Rocha. Rocha era um enviado especial do vice-rei marquês do Lavradio, incumbido da tarefa de dar conta de

13 Idem

tudo que visse e ouvisse. Ao chegar no Continente, o projeto pombalino parecia ser realizável aos olhos de Rocha, que numa carta ao vice-rei avaliava que “pelo que diz respeito aos índios e índias, também se poder fazer tudo o que V. Ex^a tem determinado,¹⁴” conquanto que se desse criação portuguesa às meninas, para que estas pudessem se casar com portugueses.¹⁵ No ano seguinte, com uma opinião totalmente contrária à anterior, Rocha dava conta das condições adversas em que o Continente se encontrava.¹⁶ “Aqui meu Senhor há dois objetos principais neste Governo, que são as corridas de gado de Espanha, para melhor dizer furtos, e o governo dos Índios, que um e outro deixam bastantes lucros para quem os exercita e governa [...].”

Em 1772, o governo era exercido por Antônio Veiga de Andrade, cujos ‘defeitos’ o enviado do marquês do Lavradio lamentava não ter descoberto anteriormente. Segundo Rocha, o governador havia feito uma sociedade com o líder de uma facção da elite local que se aproveitava da mão-de-obra indígena, e governava em benefício próprio e de seus ‘sequazes’. Dificilmente as informações de Rocha eram infundadas, visto que um dos membros dessa facção da elite era o capitão Antônio Pinto Carneiro, comandante da Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos.¹⁷ “Mande V. Ex^a tomar uma conta exata a Pinto Carneiro dos couros e gados que tem consumido, depois que governa os índios, do consumo dos jornais dos mesmos índios e verá como o ponho: não foram atendidos e se acham na mesma miséria que os outros.”

Rocha mencionava a transferência de uma povoação de índios feita em acordo entre Veiga e o chefe da facção à qual ele se aliara. Como a permanência dos indígenas não representava benefício para os particulares, a transferência teria se dado em prejuízo dos mesmos e, portanto, em determinação contrária às instruções do Diretório, que previa que os índios fossem capazes de se sustentar com o próprio trabalho, e não que ficassem na miséria.

Assim como havia uma facção da elite que se beneficiava do uso do trabalho indígena e os queria por perto, havia um grupo que queria vê-los longe da região. Tratava-se de um grupo de fazendeiros de Viamão, que solicitava a transferência dos índios guarani para Santa Catarina. Através de uma carta, um autor anônimo informava a grande despesa dada aos estancieiros que forneciam ração de carne

14 ANRJ, Fundo Marquês do Lavradio, Microfilme 024-97, notação 16.88 (Rio Pardo, 30.08.1771).

15 A política de incentivo aos casamentos mistos será tratada mais adiante.

16 ANRJ, Fundo Marquês do Lavradio, Microfilme 024-97, notação 16.76 a 16.78 (Viamão, 27.01.1772).

17 Idem.

aos indígenas a mando da Fazenda Real. O representante dos estancieiros também acusava os indígenas de serem os responsáveis pelos furtos de gado na região. Essa correspondência não tem lugar, data, nem destinatário, mas provavelmente foi escrita em 1769 e endereçada ao vice-rei. Segundo o remetente, o capitão da Aldeia não tinha interesse em transferir os indígenas, pois utilizava sua mão-de-obra na propriedade que possuía próxima à Aldeia dos Anjos.

Apesar dos conchavos com grupos da elite, Antônio da Veiga cumpriu uma importante determinação da política indigenista, ainda que tenha sido a pedido do vice-rei: a cooptação de lideranças. No início do ano de 1772, o Marquês do Lavradio solicitava ao governador que enviasse alguns indígenas à capital.¹⁸ “Poderá V. M. mandar quinze ou dezesseis, que venham vestidos e calçados até Santa Catarina para dali me serem remetidos na primeira ocasião, e o mais fica por minha conta: aqueles que forem filhos de caciques, ou dos que entre eles são mui distintos, destes fará separada menção, para que os possa conhecer [...]”

O vice-rei fazia a solicitação como forma de remediar o “atraso dos índios” fazendo com que eles viessem “aprender os ofícios e artes a esta capital.” O governador Antônio da Veiga atendeu à solicitação do vice-rei e no mesmo mês baixou uma portaria sobre a determinação para o envio dos rapazes. Além de se tratar da ordem de um superior hierárquico, o envio de quinze ou dezesseis rapazes à capital do Rio de Janeiro provavelmente não inviabilizaria outros arranjos políticos entre o governador e parte da elite local.

Havia muitas queixas contra os indígenas, principalmente da parte daqueles que não se beneficiavam das relações estabelecidas com os mesmos. Para que não houvesse “prejuízo dos moradores” do Continente e os interesses da Coroa fossem alcançados, era dever dos governadores fazer cumprir as determinações do Diretório.

Assim, José Marcelino, após retornar de uma temporada no Rio de Janeiro em meados de 1773, retomava o controle da Aldeia dos Anjos, dando seguimento a alguns dos principais preceitos da política de assimilação. Este governador criou seis companhias de ordenanças de Infantaria e Cavalaria, das quais os caciques foram capitães. O capitão-mor era Narciso da Costa Flores, o cacique Poti, que havia sido indicado pelos próprios indígenas.¹⁹ “Os caciques ficaram em capitães e os mais em subalternos, o Narciso da Costa Flores se V. Ex^a o aprovar a voto dos

18 ANRJ, Fundo Marquês do Lavradio, Microfilme 024-97, notação 2, p. 2.94/2.95 (Rio de Janeiro, 11.02.1772).

19 BNL, Divisão de Reservados. Cód. 10854, carta do governador José Marcelino de Figueiredo ao vice-rei marquês do Lavradio. Porto Alegre, 29.07.1774.

principais deles em Capitão-Mor, e outro bom índio na mesma forma em Sargento Mayor, como V. Ex^a verá a lista de promoção.”

Com a criação das companhias e a nomeação dos indígenas para cargos de comando, José Marcelino promovia a assimilação por duas vias: primeiro, através da cooptação de lideranças; segundo, através da integração dos indígenas (tanto comandantes, quanto aldeados) em uma instituição de caráter militar, típica da sociedade colonial. Ao cooptar lideranças indígenas, as autoridades portuguesas se valiam do status que o principal²⁰ gozava na Aldeia. Sob a ótica indigenista, a influência que a liderança exercia sobre os aldeados era legítima e isso fazia com que a aliança estabelecida entre os líderes indígenas e o governo português pudesse ser melhor recebida e aceita no aldeamento. Por isso, a demonstração de respeito ao princípio de autodeterminação dos guaranis por parte do governador, que se mostrava bastante consciente dos resultados que sua iniciativa poderia trazer:²¹ “Ficaram muito satisfeitos, e estão a maior parte deles fazendo suas lavouras, pois lhes tenho encarecido muitas vezes o quanto útil e preciso se faz a agricultura neste Continente, como V. Ex^a tanto recomenda”.

Em 1777, o governador fez um recolhimento para meninas com recursos “da sua grande estância que lhe formei há anos para o comum” e, portanto, “sem despesa da Fazenda Real.” Ele sugeria que os indígenas estavam em vias de se auto-sustentarem através dos rendimentos obtidos pelo próprio trabalho. A lida nas lavouras da Aldeia promovia a integração do indígena por meio do trabalho, e também através do entendimento de que a atividade agrícola e o lucro oriundo dela poderia lhes garantir certa autonomia. Além disso, com os recolhimentos havia a integração dos indígenas através da eliminação de alguns dos seus traços culturais, como a língua e a religião.²² “Eu acabo agora de fazer segundo colégio, para recolher 50 meninas, pois a experiência me tem mostrado que só os 50 meninos recolhidos há um ano sabem falar português e a doutrina cristã, e muitos ler, e escrever e contar.”

Porém, em 1778, e já ao final do seu mandato, José Marcelino, quase em tom de desculpas, justificava a insuficiência de seus esforços. Apesar de ter “feito instruções e ordens que se acham registradas na dita vila para o bom governo dos índios”, e também ter procurado meios para que fossem “úteis a si e ao Estado”,

20 Neste caso, o principal é liderança indígena.

21 Idem.

22 BNL. Divisão de Reservados. Cód. 10854, carta do governador José Marcelino de Figueiredo ao vice-rei marquês do Lavradio. Vila Nova dos Anjos, 22.06.1777.

os ‘gentios’ ainda não estavam ‘civilizados.’²³ “Poderá vencer a que aquelas gentes sejam como as nossas, e não poderá haver dúvida nisto se se conservarem as minhas disposições, e se V. Ex^a for servido dar valor às minhas ordens para que outro governador ou comandante as não possa inovar, nem mudar.”

O próprio governador reconhecia que a aplicação das leis indigenistas foi submetida a diferentes interesses, que poderiam variar de governo para governo. Fica claro, portanto, que a Aldeia dos Anjos teve a sua trajetória condicionada às negociações feitas entre os governos e as elites locais, combinadas às diretrizes da política pombalina, e aos interesses dos indígenas.

Embora os interesses do governo, dos particulares e dos indígenas fossem na maioria das vezes conflitantes, pode-se dizer que houve tentativas no sentido de conciliá-las. Ainda que fosse burlando algumas regras do Diretório, ao beneficiar o líder de uma facção da elite em detrimento do ‘progresso’ dos indígenas, Veiga consentiu que uma povoação fosse transferida. Mesmo indo “contra a geral opinião de muitos²⁴” e entrando em atrito com parte da elite local, José Marcelino fez cumprir algumas das diretrizes da política de assimilação dos indígenas. É importante detalhar que, José Marcelino de Figueiredo era o nome fictício de Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, um militar português enviado ao Brasil em 1765, após ter cometido um delito que acabou por provocar a morte de um oficial britânico. Não parece descabido pensar que, a José Marcelino, seria mais prudente resguardar os interesses da Coroa portuguesa, ao invés de se aliar aos potentados locais. Não se pode dizer que ambos os governadores não levaram em conta seus próprios interesses. Para tanto, usaram as brechas encontradas na legislação, adequando-as ao que lhes parecia mais conveniente. “Apesar da evidente margem de manobra de que dispunham os governadores coloniais, sabe-se que estes funcionários deviam seguir as normativas e políticas metropolitanas, pelo menos em suas linhas gerais” (KÜHN, Fábio. 2007. p. 11). Nesse sentido, é importante pensar os instrumentos que viabilizaram a existência dessa margem de manobra. As próprias contradições presentes na legislação indigenista respaldavam a maleabilidade das quais os governadores se valeram ao aplicar a política assimilacionista.

23 BNL. Divisão de Reservados. Cód. 10854, carta do governador José Marcelino de Figueiredo ao vice-rei marquês do Lavradio. Porto Alegre, [corr.].05.1778. Os três últimos trechos foram extraídos desta mesma fonte.

24 BNL. Divisão de Reservados. Cód. 10854, carta do governador José Marcelino de Figueiredo ao vice-rei marquês do Lavradio. Vila Nova dos Anjos, 22.06.1777.

A ALDEIA DOS ANJOS SOB A ÓTICA INDÍGENA

Não há registros escritos deixados pelos indígenas da Aldeia dos Anjos, mas nas fontes deixadas pelo colonizador é possível encontrar elementos que permitem inferir a sua participação ativa no processo de organização e construção histórica do Continente. A capitania do Rio Grande de São Pedro não contou somente com a participação dos portugueses para a sua formação. Houve a participação ativa de outros grupos sociais como os africanos e os indígenas.²⁵ Ainda que a ação desses grupos tenha sido condicionada às pautas da sociedade colonial, foi possível estabelecer estratégias para sobreviver e se adaptar. Não faz sentido pensar que as situações de contato entre grupos étnicos e sociais se dariam sem que um grupo absorvesse algo do outro para melhor se adaptar. Assim, também não é possível pensar que esses grupos teriam a mesma composição étnica e cultural ao longo do processo. Os grupos se ressignificavam conforme as necessidades criadas pelas experiências vividas.

Então, a partir dessas reflexões, pode-se tomar os indígenas da aldeia dos Anjos e as experiências vividas por eles como responsáveis pela formação de novas identidades. As novas formas de identificação surgidas em decorrência deste processo modificaram a alteridade daquela população indígena. Maria Regina Celestino, analisando a inserção de grupos indígenas em aldeias coloniais do Rio de Janeiro, considerou que “[...] uma outra referência de identificação, com certeza mais interessante para os índios em situação colonial, estava se formando: a de índio aldeado, identidade genérica e inicialmente dada pelos colonizadores, mas apropriada pelos índios que souberam utilizá-la para obter vantagens e benefícios que essa condição lhes proporcionava.” (ALMEIDA, 2003, p. 259).

No começo da década de 1770, o vice-rei escrevia ao governador José Marcelino lamentando a ineficiência da religião e das leis promulgadas até então no processo de integração dos indígenas. O vice-rei arriscou alguns dos motivos pelos quais o aldeamento não obtinha sucesso. Segundo ele, talvez não estivesse havendo o cuidado necessário em se tomar as providências necessárias para a “corporação daquelas gentes.” O marquês do Lavradio chamava a atenção do governador para o fato de que o cuidado em relação aos índios deveria ser “um dos objetos mais principais de cuidado de quem governa este Estado,” pois,²⁶ “[...]”

25 A relação estabelecida entre os africanos e os indígenas e portugueses não é contemplada nesse trabalho. Mas é importante mencionar a presença e a participação ativa dos africanos naquele processo histórico.

26 ANRJ, Fundo Marquês do Lavradio, Microfilme 024-97, notação 2, p. 2.54 a 2.56 (Rio de Janeiro, 01.03.1771).

daqueles estabelecimentos se poderá seguir não só a grandíssima fertilidade de sua Província que muito pode participar toda essa capitania, mas porque a mesma Província terá mais meios defensores para a sua conservação e poderemos defender as entradas nos domínios de El Rey meu Senhor, quando o orgulhoso ânimo dos nossos vizinhos ou quaisquer outros inimigos, nos queiram perturbar com as suas costumadas violências.”

Os indígenas também pareciam ser conscientes do quanto eram importantes para ‘as utilidades’ do Continente. À medida do possível, usaram o valor atribuído ao papel do indígena naquela sociedade, para obter vantagens e benefícios. Assim também, recusaram o que lhes pareceu causar um prejuízo maior. A integração dos indígenas dependia não somente da tomada de providências para que as leis promulgadas fossem cumpridas, como pensava o vice-rei. Dependia também do modo como os indígenas as receberiam. A relação entre portugueses e indígenas se deu através de negociações e do estabelecimento de alianças entre ambas. Estas passavam por vias que iam muito além da simples imposição de leis. Era preciso persuasão e convencimento, mas não maneira tratada no Diretório, que pressupunha que somente o lado português pudesse convencer os indígenas e não o oposto. Ora, pensar que a integração se daria na velocidade e nos moldes pretendidos pela Coroa, seria o mesmo que pensar que os indígenas aceitariam prontamente todas as adequações propostas pelo Diretório, sem vislumbrar nenhuma outra vantagem que não fosse a de ser ‘súdito do rei’. As fontes analisadas oferecem elementos para pensar o quão inviável seria a integração dos indígenas se o Diretório fosse seguido à risca.

Francisco José da Rocha, ao prestar contas das suas atividades de espião ao marquês do Lavradio, deu-lhe algumas provas de que os indígenas eram conscientes de sua posição na sociedade colonial e sabiam negociar em benefício próprio. Ele foi à Aldeia dos Anjos, e através de um intérprete, disse aos índios “as honras que V. Ex^a lhes fazia”. No dia seguinte, recebeu uma visita do cacique Narciso da Costa Flores.²⁷ “[...] veio o capitão-mor visitar-me e por uma fala pela língua em que dizia fizesse certo a V. Ex^a de um agradecimento, que todos o estimavam por ser o primeiro que os honrava depois do Senhor Conde de Bobadela, a quem eram obrigados pelo tirar das suas terras, e tratar com tanto mimo, que eles estavam prontos a servir El-Rey e fazer tudo o que Ex^a quiser”.

27 ANRJ, Fundo Marquês do Lavradio, Microfilme 024-97, notação 16.5 a 16.12 (Rio Pardo, 22.10.1771).

O cacique Poti se referia às negociações feitas com o conde de Bobadela, em virtude do traslado de parte da população guarani-missioneira da região das missões para Rio Pardo. Ele mostrava gratidão e disposição em retribuir a ‘dívida’, demonstrando ser um útil vassalo do rei e um aliado das autoridades portuguesas. Narciso justificava sua posição de capitão-mor das companhias de ordenanças da Vila Nova dos Anjos, mostrando-se um intermediário nas negociações feitas entre indígenas e portugueses. Ao mesmo tempo, o cacique Poti representava a comunidade indígena enquanto uma liderança que havia sido escolhida pelos próprios índios, na busca por vantagens que a aliança feita em outrora com as autoridades portuguesas poderia lhes render. Ao ser uma liderança indígena, Narciso resguardava um traço cultural guarani, e que, portanto, fazia parte da identidade indígena: o costume de eleger seus representantes. Por outro lado, novos componentes eram agregados à identidade dos aldeados: a condição de súditos do rei e aliados das autoridades portuguesas. Ademais, o cacique Poti passou a receber 320 réis diários através de uma portaria baixada pelo governador José Marcelino.²⁸ Fica claro, portanto, que a cooptação de lideranças era uma política que poderia ser vantajosa tanto para o lado indígena, quanto para o lado português. O mesmo se poder dizer a respeito da realização de casamentos mistos.

A política assimilacionista não apenas incentivou, mas enfatizou a necessidade de realização destes consórcios, ora propondo aos cônjuges preferência na ocupação de cargos administrativos (no caso masculino) e dotes (no caso feminino), ora oferecendo aos filhos desta união, a mesma chance ou possibilidade de inserção social. Essa determinação era válida tanto para portugueses que viessem a se casar com índias, quanto para portuguesas que viessem a se casar com índios, embora o primeiro caso fosse mais comum. Isso demonstra o quão significativo era o interesse do governo português nesses casamentos. Convém lembrar que se tratava de uma sociedade de Antigo Regime, guiada por instituições e práticas sociais bastante rígidas.

Rocha recebeu, além da visita do cacique Poti, um convite para ir assistir aos festejos que faziam em louvor ao vice-rei. Indo à Aldeia, Rocha presenciou o desprezo com que os portugueses tratavam os indígenas. Com a finalidade de promover a política de assimilação, ele tomou algumas providências práticas.²⁹ “[...] e um de muitos que mostravam este desprezo preendi, e outro que deu em um índio por lhe pedir dois vinténs castiguei na presença deles, e à vista de todos pus o Capitão-mor à minha mesa; fez isto tal impressão de brio, nos índios e nos

28 AHRS, Os Índios d’Aldeia dos Anjos Gravataí, século XVIII. Porto Alegre: EST, 1990. p. 19.

29 ANRJ, Fundo Marquês do Lavradio, Microfilme 024-97, notação 16.5 a 16.12 (Rio Pardo, 22.10.1771).

portugueses, que já temos cinco casados com índias, entrando neste número três soldados [...].”

Pelo visto, nem sempre os dotes e a preferência na ocupação de cargos públicos eram suficientes para que os casamentos mistos se realizassem. Com a atitude de Rocha, os portugueses notaram a importância dada pelas autoridades lusas aos indígenas. Do mesmo modo, os indígenas perceberam o quanto eram valorizados pelo enviado do vice-rei e fizeram valer essa condição em benefício próprio. Provavelmente, o *status* social e político de aliados do representante de uma ilustre autoridade portuguesa, era mais vantajoso para os indígenas do que o recebimento de um dote, ou a ocupação de um cargo público. Pode-se dizer que a iniciativa de Narciso Flores ao visitar Francisco da Rocha surtiu efeito positivo para ambos os lados. Rocha foi padrinho desses casamentos e fez com que alguns oficiais e soldados acompanhassem a cerimônia.

Em 1776, o governador José Marcelino escreveu exultante ao vice-rei, exclusivamente para participá-lo das proezas dos índios da Vila dos Anjos. Alguns soldados da cavalaria de voluntários de São Paulo haviam desertado, dos quais uma parte foi rapidamente presa. O restante havia se embrenhado no mato depois de ferir alguns soldados. José Marcelino encarregou a Companhia Ligeira da Vila Nova dos Índios de apanhá-los e trazê-los de volta “para serem processados estes celerosos.” “[...] eles deram tão boa conta desta incumbência, que apesar das maiores dificuldades e trabalhos dentro nos matos, os apanharam todos treze, e os faço entregar ao seu comandante.”

É possível pensar que os indígenas haviam dominado um importante código do mundo colonial: o do valor dos serviços prestados à Coroa portuguesa. Dificilmente a Companhia Ligeira da Vila Nova dos Anjos³⁰ tinha como único intuito agradar ao governador, como de fato conseguiu. Os indígenas usaram as suas habilidades para realizar com êxito uma tarefa delegada a eles pelo governador. O fato de terem apanhado todos os treze desertores, quando outra diligência provavelmente não teria conseguido, demonstra que os indígenas usaram sua ‘qualidade de índios’ para obter reconhecimento de uma importante autoridade. Isso denota que os indígenas eram cientes do quanto a prestação desse tipo de serviço era importante naquele contexto de conquista de territórios, onde as guerras pela definição

30 Após a implementação da legislação pombalina, a Aldeia dos Anjos se tornou uma vila portuguesa, conforme especificado no parágrafo 2 do Diretório.

de fronteiras eram constantes.³¹ A posição social de peão indígena do Exército ou de soldado indígena lhes garantiu um lugar de destaque.³² “Esta diligência feita por Índios me satisfaz muito, e creio que as deserções pararão, vendo que não é certo escaparem como tinham para si, que em se metendo no mato ninguém os apanhava”.

A despeito das demonstrações de que os indígenas se integravam à sociedade luso-brasileira, José Marcelino, ao final de seu governo, considerou que a Aldeia dos Anjos não havia alcançado bons resultados. Segundo ele, os indígenas “trabalhavam para todos e para a Fazenda Real, e não percebiam do seu salário mais do que uma ração de carne, e no fim ordinariamente lhe davam com um pau [...]”. O governador mencionava várias medidas assimilacionistas que obtiveram êxito, como a construção de uma igreja pelos índios, a formação de recolhimentos para meninos e meninas sem que houvesse despesa da Fazenda Real. No entanto, o governador ponderava que teria conseguido resultados melhores, caso não fosse: “[...] a guerra há três anos, e ser preciso muitos centos de Índios ocupados em peões do Exército, e gastadores, e na Marinha, com cujo número tiveram as lavouras quebra, e os mais índios e índias pés para fugirem para o Rio Grande [...]”.

De acordo com José Marcelino, a Vila dos Anjos contava com mais de três mil índios, mas muitos andavam dispersos, “e não haverá 20 que compreendam nossa língua portuguesa, suposto falam muitas palavras”. Ao que parece, os indígenas se integravam à sociedade colonial pelos caminhos que lhes pareciam mais oportunos. No contexto da guerra, alguns indígenas perceberam que talvez as condições de inserção social seriam melhores em Rio Grande do que na vila dos Anjos. Os índios poderiam prestar bons serviços ao Exército português e obter proveitosos reconhecimentos em função disso. Não é descartada, ainda, a possibilidade de aliança com os espanhóis. Entre outros, essa possível aliança era um dos fortes motivos para a política de bom tratamento aos indígenas por parte do governo português. Certamente, as índias também vislumbravam melhores condições de vida ao fugirem para Rio Grande. José Marcelino, estando ciente das fugas, pediu “muitas vezes” os índios e índias ao ‘Sr. General’; este respondia que lá não havia os índios necessários e *nenhuma índia*.³³ Isso demonstra que os indígenas,

31 A Cavalaria de Voluntários de São Paulo, da qual os desertores faziam parte, veio para auxiliar o Continente na situação de guerra.

32 BNL. Divisão de Reservados. Cód. 10854, carta do governador José Marcelino de Figueiredo ao vice-rei marquês do Lavradio. Porto Alegre, novembro de 1776 [não consta o dia]. Os últimos trechos citados são desta carta.

33 Grifo meu.

em certo momento, tiveram suas utilidades reconhecidas pelo general, que não quis mandá-los de volta ao aldeamento. Algumas índias só retornaram à Vila dos Anjos após terem ocasionado “desordens na tropa.”

As reiteradas medidas para livrar a Fazenda Real da despesa com indígenas, podem ter sido umas das razões pelas quais alguns deles preferissem fugir do aldeamento. Nos dois últimos anos de seu governo José Marcelino baixou portarias bastante taxativas a esse respeito. Em 1779, o governador ordenava que se mandasse suspender a ração de carne que os indígenas recebiam da Fazenda Real,³⁴ “[...] mandando-a somente continuar aos enfermos da capital, aos presos, aos meninos e meninas dos colégios que formei para a sua educação, e aos cegos e aleijados e aos que por muito velhos não podem trabalhar, e a cada mulher parida nos primeiros quinze dias [...].”

Em outra portaria, no ano de 1780, José Marcelino mandava suspender além da ração de carne, a assistência hospitalar, a não ser em casos de “extrema necessidade e por ordem minha.”³⁵ De acordo com o governador, ele havia conseguido “pelo método do trabalho e agricultura” que os indígenas fossem capazes de se sustentar.³⁶ “[...] agora vejo se pode inteiramente fazer cessar a despesa da mesma Fazenda Real com os mesmos índios, pois que o seu comum pode sustentar os que foram até aqui excetuados.”

Cabe lembrar que o mesmo governador, em uma carta ao vice-rei havia reconhecido que os indígenas trabalhavam para a Fazenda Real e para todos e não recebiam por isso mais do que uma ração de carne e maus-tratos. Agora, fazia cessar o único pagamento que os indígenas que permaneceram aldeados tinham pela prestação dos seus serviços: a ração de carne. As informações de José Marcelino são no mínimo incompatíveis e remetem à complexidade daquele momento histórico.

Ao final do mandato de José Marcelino, os rapazes indígenas que foram enviados à capital para aprender ‘ofícios e arte’ pelo governador Antônio da Veiga, ainda não haviam regressado. Oito anos depois, o governador pedia ao vice-rei que

34 AHRs, Livro de Registro Geral da Fazenda Real. Códice F 1244, p. 157/157v. Registro de uma portaria do Sr. Brigadeiro Governador José Marcelino para se suspender a ração de carne às famílias guaranis. Porto Alegre, 2 de janeiro de 1779.

35 AHRs, Livro de Registro Geral da Fazenda Real. Códice F 1244, p. 173v. Registro de uma portaria do Sr. Brigadeiro Governador José Marcelino para se suspender a ração de carne e assim a assistência do hospital que se costumava fazer a alguns pobres. Porto Alegre, 3 de janeiro de 1780.

36 AHRs, Livro de Registro Geral da Fazenda Real. Códice F 1244, p. 175/175v. Registro de uma portaria do Sr. Brigadeiro Governador José Marcelino em que manda suspender todas as rações às famílias guaranis da Vila Nova dos Anjos. Porto Alegre, 3 de janeiro de 1780.

mandasse um órgão e “alguns músicos dos rapazes Índios que lá foram aprender, para tocar dito órgão, pois cá ainda não tenho quem o faça.³⁷” Caso os rapazes indígenas tivessem conseguido se inserir socialmente na capital, poderia se pensar que o primeiro passo dado nesse sentido, teria sido o fato de serem filhos de lideranças indígenas.

É possível, portanto, inferir que os indígenas também foram responsáveis pelo declínio do aldeamento,³⁸ à medida que buscaram outras alternativas para se integrar àquela sociedade em formação. Nesse sentido, foram partícipes do processo de construção social e cultural tanto quanto os portugueses. O fato de os indígenas reconhecerem possibilidades de sobrevivência ou a perspectiva de uma situação que lhes fosse mais favorável, não significava que estivessem dispostos a deixar de ser índios. A política pombalina previa a integração dos indígenas através da incorporação de elementos da cultura portuguesa e da eliminação de traços culturais indígenas. Porém, é evidente que houve situações em que, justamente, a condição de índios aldeados fez com que os indígenas se inserissem. A integração dos indígenas não significava que estivessem dispostos a deixar de lado sua identidade, eliminando todos os seus traços culturais para absorver o modo de vida luso-brasileiro. A dispersão populacional, por exemplo, era uma constante no comportamento indígena, apesar das determinações em sentido contrário, o que denota uma forma de insubordinação ao confinamento territorial que se pretendia impor. Uma grande parte dos índios da Aldeia dos Anjos se encontrava dispersa. Do mesmo modo, um número reduzido de indígenas falava o português, resguardando um traço fundamental de sua identidade cultural: a língua guarani. A disparidade quantitativa entre esses dados denota que os indígenas preservavam, de acordo com as possibilidades, alguns traços culturais que os mantinham com uma identidade indígena.

Além disso, através da incorporação de outros elementos à sua identidade cultural, os indígenas conseguiram fazer com que essas novas identidades sobrevivessem. A meu ver, eles permaneciam índios para mudarem e mudavam para permanecerem índios.

37 Idem.

38 Refiro-me aqui ao declínio da estrutura do aldeamento, pois conforme foi exposto, os indígenas e suas identidades culturais não desapareceram.

UM OLHAR SOBRE OUTROS OLHARES

No caso da Aldeia dos Anjos, a aplicação e a recepção da legislação indigenista e as relações dela resultantes, parecem ter acontecido fazendo jus à complexidade inerente ao processo, e de acordo com as especificidades de situações distintas como diferenças de gênero, faixa etária e posição hierárquica. Assim, no caso dos casamentos mistos, as índias encontravam maior possibilidade de inserção social. No caso dos recolhimentos e colégios, as crianças eram privilegiadas no acesso à educação, podendo encontrar nessa distinção uma possibilidade de integração. No caso da ocupação de cargos públicos, os índios eram beneficiados.

Nesse sentido, segundo Gerald Sider “[...] when a dominated people just simply continues to socially live within and against the dominant society, this continually forces both the larger society and the people themselves to change their ways, their methods of coping and claiming, their understanding of the possible and the impossible. Their changes are often small, but can be crucial” (SIDER, 1994. p. 118). Logo, não faz sentido pensar que os portugueses manteriam sua matriz cultural simplesmente eliminando elementos da cultura indígena, sem incorporá-los. No processo de construção de identidades culturais não há dominantes e dominados, há trocas culturais que reacomodam novas realidades sociais.

Discussões teóricas recentes da História e da Antropologia, sobretudo no que concerne aos conceitos de etnicidade e cultura, permite analisar as relações entre portugueses e indígenas no contexto colonial, de modo a transpor a barreira dicotômica entre o mundo dos brancos e o mundo dos índios. É preciso problematizar explicações tradicionais e interrelacionar as diferentes histórias. Segundo Boccara, “[...] los trabajos recientes en términos de mestizaje, middle ground, etnogénesis y etnificación permiten evitar caer en el culturalismo antropológico, esa forma duradera de esencialismo [...]. Los agentes sociales, a pesar de la fuerza o del peso de los procesos de socialización, adaptan sus comportamientos a situaciones novedosas *a fortiori* cuando se encuentran confrontados a momentos de crisis (social, demográfica, ideológica) o a transformaciones profundas en la larga duración” (BOCCARA, 2005. p. 42).

Assim, houve estratégias e tomadas de posição distintas para promover a integração social, algumas delas incluindo violência, tanto por parte dos indígenas da Aldeia dos Anjos, quanto por parte dos portugueses. É certo que as possibilidades de escolha não eram equânimes, e que, muitas vezes, os ganhos não eram os esperados. Mas as opções feitas, algumas das quais em situações limite, foram importantes nos processos de apropriação cultural e, por conseguinte, nos proces-

sos de reelaboração de identidades. Existiram várias posições, das quais os portugueses puderam olhar a relação com os indígenas; ora como mera mão-de-obra, ora como aliados, ora como intermediários entre dois mundos para que outros mundos se formassem. Assim também os indígenas ocuparam posições das quais puderam ver as relações com os portugueses sob diferentes ângulos. Houve um processo constituído não apenas por diretrizes oriundas do Diretório dos Índios e ditadas pela Coroa, mas também pelos interesses de colonos da região e dos próprios guaranis estabelecidos.

As relações sociais que se estabeleceram tinham como intuito acabar com o que se considerava uma ‘separação grotesca³⁹’ entre brancos e indígenas, porém as mudanças delas decorrentes transformaram de maneiras ímpares a alteridade da população indígena e conseqüentemente sua incorporação à sociedade colonial.

O papel de agentes sociais nesse processo histórico não foi negado aos portugueses. Não podemos dizer que o mesmo tenha acontecido aos indígenas da Aldeia dos Anjos. Mas, à luz de novos olhares, podemos contribuir para que suas ações sociais e as responsabilidades pelas construções de suas identidades lhes sejam restituídas.

ABREVIATURAS

AHRGS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

ABNL – Biblioteca Nacional de Lisboa

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

FONTES

DOCUMENTOS MANUSCRITOS

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Código 1244, fl. 157-157v; fl. 171v-172; fl. 173; fl.175-175v; fl. 185.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

Código 104 v.6, fl.174v-175.

Biblioteca Nacional de Lisboa

Divisão de Reservados, PSS, caixa 3.

39 Esta é uma expressão de época bastante usada na documentação.

INSTRUMENTO DE PESQUISA

Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995. V. 11.

DOCUMENTOS MICROFILMADOS

Microfilme 024-97, Notação 2 – Correspondência do Vice-Rei com governadores - Cartas do Marquês do Lavradio para José Marcelino de Figueiredo, p. 2.32-2.35; 2.52-2.53; 2.54-2.56.

DOCUMENTOS IMPRESSOS

AHRS. Os Índios d'Aldeia dos Anjos Gravataí, século XVIII. Porto Alegre: EST, 1990.

REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO E ETHNOGRÁFICO BRASILEIRO. Tomo XXXV, Companhia Tipográfica do Brasil, Rio de Janeiro, 1872. Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para o vice-rei Conde da Cunha. Lisboa, 18.03.1767.

Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e do Maranhão enquanto sua majestade não mandar o contrario. Apud, ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Ed. da UnB, apêndice.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional 2003.

_____. *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Ed. da UnB, 1997.

BOCCARA, Guillaume. *Memoria Americana. Cuadernos de Etnohistoria: Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas, repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel*. Buenos Aires, n. 13, 2005.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. IN: *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FERREIRA NETO, Edgard. História e Etnia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. (Org). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FLORES, Moacyr. A transmigração dos guaranis para a Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos.” In: *Anais do II Simpósio Estadual sobre cultura Gravataíense: Gravataí: do êxodo à composição étnica*. Gravataí: Secretaria de Educação e Cultura, 1990.

GARCIA, Elisa Frühau. *As diversas formas de ser do índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América*. Niterói, PPG-História/UFF, Tese de Doutorado, 2007.

HILL, Jonathan D. (Org). *History, power and identity: ethnogenesis in the Americas, 1492-1992*. Iowa City: University of Iowa Press, 1996.

KÜHN, Fábio. *O Governo dos Índios: a Aldeia dos Anjos durante a administração de José Marcelino de Figueiredo (1769-1780)*. Texto da comunicação oral ao III Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Florianópolis, 2007.

LANGER, Protásio Paulo. *Os Guarani-Missioneiros e o Colonialismo Luso no Brasil Meridional: Projetos Civilizatórios e Faces da Identidade Étnica (1750-1798)*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2005.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

NEIS, Ruben. A Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos. In: *Gravataí: História e Cultura*. Gravataí, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1987.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios do Brasil*. (Org). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SANTOS, Corcino de Medeiros dos. *O índio e a civilização cristã ocidental: a Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos de Gravataí*. In: *Gravataí: do êxodo à composição étnica*. Gravataí, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1990.

SIDER, Gerald. Identity as History, Ethnohistory, Ethnogenesis and Ethnocide in the Southeastern United States. *Identities Global Studies in Culture and Power*. New Hampshire, v. 1, 1994.

SIRTORI, Bruna. Às margens do Rio Gravataí: a transcrição de registros batismais pelo Padre Bernardo Lopes da Silva e sua concepção de “índio” (1765-1783). In: *Anais da 25ª Reunião Brasileira de Antropologia: Grupo de Trabalho 48. Saberes coloniais sobre os indígenas em exame: relatos de viagem, mapas, censos e iconografia*. Goiânia, 2006.

A ALDEIA DOS ANJOS DURANTE O GOVERNO DE JOSÉ MARCELINO DE FIGUEIREDO (1769-1780)

Fábio Kühn

Doutor em História Social/UFF

Professor do Departamento de História/UFRGS. Porto Alegre/RS

INTRODUÇÃO

Neste texto dar-se-á ênfase às medidas tomadas pela administração lusa na década de 1770 para normatizar estas relações. Originalmente instalados no quartel do Rio Pardo, os indígenas foram transferidos para a freguesia de Viamão, onde deram origem a um grande aldeamento, situado na atual região de Gravataí, onde teriam se estabelecido aproximadamente três mil pessoas. Segundo Rubert (1994, p. 116), o aldeamento teria iniciado por volta de 1760, em terras compradas a Francisco José da Cunha. Já o historiador Ruben Neis (1987, p. 71), com base em outras evidências documentais, sugere que o traslado dos índios para Viamão tenha sido concluído em 1762. Seja como for, a presença deste enorme contingente populacional teve enorme impacto, considerando que a população original de Viamão, formada por portugueses e seus cativos africanos e indígenas seria, quando muito, a metade do número de indígenas Guarani, trazido por Gomes Freire das Missões. De imediato, a presença destes novos moradores lançou dois sérios desafios para a administração colonial portuguesa: o sustento dos indígenas, provável promessa que havia sido feita para atraí-los para os territórios lusos; e a sua integração no mundo dos brancos, a partir das novas diretrizes emanadas no período pombalino.

Se durante o governo de Inácio Elói Madureira (1760-1763) pouco foi feito para integrar os novos moradores à sociedade luso-brasileira que se formava no Continente, na administração de José Custódio de Sá e Faria (1764-1769) teria havido a primeira tentativa de aplicar o Diretório, ainda que não de maneira ortodoxa. Anali-

sando as Instruções de 1768 do governador Sá e Faria, Protásio Langer (2005, p.148) observou que “[...] se, por um lado, há um discurso comum entre o Diretório e as instruções, por outro, há lacunas e inovações que podem suscitar dúvidas se efetivamente o governador Sá e Faria esteve de posse do Diretório ao formular seu plano.” Este autor considera José Marcelino de Figueiredo o primeiro governador a implementar efetivamente o Diretório dos Índios no Continente. De fato, foi durante a administração de José Marcelino de Figueiredo (1769-1771; 1773-1780) que algumas medidas efetivas foram tomadas no sentido de desenvolver o aldeamento e de fato tornar seus moradores úteis para a causa portuguesa, desde a perspectiva pombalina. Até então, os seus antecessores haviam se limitado basicamente ao fornecimento das rações de carne para o sustento dos indígenas, além de tentar regulamentar – sem muito sucesso – o acesso à sua mão-de-obra. Com José Marcelino, a política metropolitana vai se fazer sentir sobre a Aldeia dos Anjos, em especial no que dizia respeito à tentativa de implementação no Continente das medidas assimilacionistas prescritas pelo Diretório de 1758. (ALMEIDA, 1997).

FAZENDO E ACONTECENDO

O tratamento da questão indígena foi uma das principais preocupações administrativas durante a gestão do novo governador. José Marcelino chegou no arraial de Viamão, em abril de 1769, e cerca de meio ano depois ele já estava devidamente inteirado das condições sociais vigentes na tumultuada fronteira. Em dezembro, ele começou a tentar normatizar a população indígena, não aldeada, com uma série de medidas legais, tendentes ao controle mais efetivo daquela população. O primeiro passo, neste sentido, foi dado em um bando (16.12.1769), uma renovada iniciativa no sentido de enquadrar a população indígena que não estava submetida ao aldeamento, e que causava – na ótica governista – graves transtornos. Numa linha do combate aos desclassificados sociais, o governador notava que “[...] se vê neste Continente com tanto prejuízo dos moradores dele infestado de ladrões facinorosos, matadores, desertores e índios dispersos por todas as partes desta província”. Ordenava aos oficiais das tropas auxiliares e de ordenanças, assim como aos estancieiros e demais moradores que prendessem *semelhantes homens vagamundos*. Conforme Sheila Faria (1998, p.107), “[...] esses ‘andarilhos’ eram vistos enquanto mão-de-obra em potencial ou adequados e subjugados ao poder de mando dos ‘homens bons’; por outro lado, quando livres e autônomos, signi-

ficavam ameaça à ordem que se queria impor.” Além do mais, o bando proibia aos moradores do Continente que conservassem em suas casas os índios e índias evadidas do aldeamento, a não ser que tivessem licença por escrito do comandante da Aldeia dos Anjos, o capitão Antônio Pinto Carneiro. Neste aspecto, o bando abria uma brecha para que os Guarani pudessem, desde que autorizados, permanecer nas estâncias e habitações portuguesas. Determinava ainda que aqueles que infringissem suas ordens deveriam ser remetidos presos para o Rio de Janeiro.¹

Especificamente sobre a Aldeia, o governador encaminhou detalhadas instruções “sobre os ajustes e preços por que se deviam, índios e índias a quem os quisesse alugar” (22.12.1769) e também sobre a “situação e governo dos índios de Nossa Senhora dos Anjos” (29.12.1769). Na primeira instrução, José Marcelino procurou uniformizar os valores que deveriam ser pagos pelos moradores que utilizassem o trabalho indígena. Neste particular, ele tentava precisar as normas baixadas por seu antecessor, o governador José Custódio de Sá e Faria, que simplesmente determinava que os salários seriam ajustados pelo comandante do aldeamento, a seu livre arbítrio. Conforme o item cinco das instruções do governador Sá e Faria, baixadas em 20.06.1768, “os moradores deste Continente, que pretenderem algum índio ou índia para seu serviço, os índios devem requerer a quem governar a província, que dará portaria para o comandante os nomear e ajustar os salários que devem vencer” (SANTOS, 1990, p.75-79). Assim, diversas categorias foram criadas, o que permite ter-se alguma ideia das ocupações dos indígenas: um índio domador deveria receber 3\$600 réis mensais; um índio para conduzir carretas, roçar ou ser utilizado como peão, 3\$000, o mesmo valor que seria percebido por uma ama de leite; uma índia para servir, 1\$800 e um rapaz, possivelmente para serviços gerais, 1\$500. A única exceção seriam aqueles indígenas que fossem oficiais de carpinteiro, que poderiam ajustar livremente seus salários. Os moradores poderiam usá-los, por no máximo um ano, e não deviam maltratá-los. Além disso, o governador determinava a criação da “Estância dos Povos”, visando sustentar com carne o aldeamento (SANTOS, 1990, p. 82).

A outra instrução (29.12.1769) do governador procurou particularmente regular aspectos do cotidiano e da cultura indígenas, procurando submeter os guaranis aldeados aos ritmos de vida e valores presentes no mundo lusitano. Assim, a Aldeia deveria ter “um administrador, capaz de o governar e fazer trabalhar,

¹ Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APRGS). Livro de Registro Geral da Câmara (1765-1780), fl. 92-93. *Registro de um bando que mandou lançar o senhor coronel da cavalaria e governador do Continente de São Pedro José Marcelino de Figueiredo*. Viamão, 16.12.1769.

principalmente em plantar mandioca, fumo e algodão e legumes, ensinar os rapazes a ler e escrever português”. Este último ponto era fundamental na ótica vigente durante a conjuntura pombalina: as línguas nativas deveriam ser erradicadas. José Marcelino determinou ainda que deveria “haver somente um corregedor, um escrivão, e um meirinho por eleição do mesmo povo cada ano”, além de duas companhias de milícias, com seus respectivos oficiais. Neste aspecto nota-se a tentativa de enquadrar o “cabildo” e as elites indígenas. Será retomado este tema mais adiante. Além destas normas, o cuidadoso governador mandou ainda que “danças e festas se devem proibir rigorosamente, permitindo-lhes só festejarem as principais do ano dos seus oragos e nunca nos dias de trabalho”. Nestas festas, ademais, o uso do tambor ficava proibido (SANTOS, 1990, p.74-75).

Em 1770 deu-se o início efetivo da intervenção no aldeamento, tendo sido determinada como primeira medida uma matrícula de todos os índios, que naquele momento compunham 2.619 habitantes (em cerca de 570 famílias), todas registradas com seus devidos nomes portugueses. O registro das famílias guaranis da Aldeia dos Anjos produziu um documento notável, que demonstra a intenção efetiva dos portugueses em inserir no mundo lusitano, os indígenas da Aldeia dos Anjos. Não se sabe se houve uma hierarquia no registro, mas o fato é que os guaranis foram registrados conforme seus “povos” de origem nas Missões. O escrivão iniciou com os indígenas do Povo de Santo Ângelo, povoado missionário que forneceu cerca de um quarto dos moradores da Aldeia. Entre eles, o mais importante, o cacique Poty, aportuguesado como Narciso de Sousa Flores. Este cacique tinha extensa parentela, representada em dez “fogos” originários daquela redução. Seguiam-se as famílias dos índios principais (Cababay, Taropi, Mandaré, etc.), todos com seus novos nomes lusitanos. O povo de São Luís aparecia agregado ao de Santo Ângelo, e depois foram registrados os indígenas provenientes de São Miguel Novo, São Lourenço, São João, São Borja, São Nicolau e São Miguel Velho. Até que ponto os indígenas adotaram efetivamente seus novos nomes é algo impossível de responder, mas cabe notar que a medida guardava coerência com as demais resoluções que seriam tomadas visando aportuguesar os indígenas: proibição do uso do Guarani, criação de escolas e recolhimentos (AHRS, 1990, p. 50-73).

A atuação do governador José Marcelino foi reconhecida pelo enviado especial do Vice-Rei Marquês do Lavradio, o sargento-mor Francisco José da Rocha, que viera para a fronteira meridional em meados de 1771 para observar a delicada situação e ser os olhos e ouvidos do Vice-Rei (ALDEN, 1968, p.120-125; KÜHN,

2006, p. 292-317). No tocante ao “governo dos índios”, foi neste momento que o governador tentou deixar estabelecida sua diretriz, que pode ser depreendida do bando baixado em 09.07.1771, poucos meses antes do final da primeira parte do seu governo. O bando foi registrado no livro da Câmara, sendo antecedido pela recapitulação de diversos alvarás régios que afirmavam a dignidade e a liberdade dos indígenas. José Marcelino lembrava aos moradores do Continente, as determinações de S. M., ordenando que “devem tratar com amizade e estimação os sobre-ditos índios e índias e executar indefectivelmente os meus editais e bandos”. Em particular determinava a observância do seu bando de 1769, “[...] por ser preciso em primeiro lugar evitar a volubilidade e fuga a que são inclinados os ditos índios e para que ninguém os consinta dispersos sem licença por escrito dos seus respectivos diretores e comandantes.”² Deve ser observado que a constante reiteração de bandos com temáticas semelhantes evidencia que as determinações régias eram simplesmente descumpridas, desde o governo de Sá e Faria. (WEIMER, 2001).

Estas atitudes ajudaram a fazer com que José Marcelino não fosse muito bem quisto pela elite local, o que talvez tenha influenciado na opinião desfavorável que o próprio Lavradio tinha a seu respeito. Quando o vice-rei ordenou que ele viesse para o Rio de Janeiro, o governador recorreu aos préstimos de Rocha, que descreveu assim o pedido: “[Ele] me pediu rogasse a V.Ex^a tivesse compaixão dele, [...] lembrando-me de que é meu Patrício e de que serviu com muito desinteresse e limpeza de mãos, se bem que com inobediência bastante, por cuja razão merece castigo e o desagrado de V. Ex^a.”³ Mas de nada adiantou a intercessão de Rocha, pois José Marcelino acabou mesmo afastado do governo, por cerca de um ano e meio. Os motivos que levaram a esta atitude de Lavradio são duvidosos; na avaliação de Alden, que estudou exaustivamente a correspondência do vice-rei Lavradio, não existiam fundamentos objetivos para a animosidade existente entre ambas as autoridades. Qualquer coisa era pretexto para as críticas do vice-rei: o nome inadequado de um regimento, uma carta imprópria para o bispo ou ainda uma remessa de dinheiro que não se realizara. No julgamento do vice-rei, o comportamento despótico do governador era uma fonte de desassossego para as tropas e a população do Continente, o que justificaria sua punição. (ALDEN, 1968, p. 450-451).

2 APRS. Livro de Registro Geral da Câmara (1765-1780), fl. 114-115. Registro de um Bando que mandou botar o Coronel governador José Marcelino de Figueiredo. Viamão, 09.07.1771.

3 Arquivo Nacional. Rio de Janeiro (ANRJ). Fundo Marquês do Lavradio, Microfilme 024-97, Notação 16. 104 (Viamão, 08.12.1771).

OS POTENTADOS SE APROVEITAM

Situado a uma pequena distância do arraial de Viamão, o aldeamento indígena era uma fonte de controvérsia entre a elite local. No período compreendido entre outubro de 1771 e junho de 1773 o poder na capitania subalterna do Rio Grande de São Pedro foi exercido pelo governador Antônio da Veiga de Andrade, nomeado pelo vice-rei Lavradio quando chamou José Marcelino de volta ao Rio de Janeiro. Os poderosos locais se aproveitaram da ausência temporária do governador José Marcelino e das vinculações entre Antônio da Veiga e Rafael Pinto Bandeira para voltar às suas velhas práticas, pois o chamado “governo dos Índios” envolvia fortes interesses econômicos e políticos, especialmente os de uma facção da elite que se beneficiava dos guaranis da Aldeia dos Anjos. Outro grupo pedia, no entanto, a retirada dos indígenas, afastando-os das fazendas de Viamão, onde supostamente cometiam furtos de gado. Neste sentido, já em 1768 chegava ao Conselho Ultramarino uma petição dos “donos de fazendas de Viamão” que solicitava nada menos do que a transferência de todos os guaranis para o norte do rio Tramandaí, para afastá-los das estâncias. Segundo o autor anônimo deste documento, o administrador da Aldeia, o capitão Pinto Carneiro deveria ter levado os indígenas para esta região, seguindo ordens do Conde de Bobadela. Isto não foi feito “pela adesão que [Pinto Carneiro] tinha [a]o país, e muito mais pela conveniência que lhe resultava de estar próximo a uma sua fazenda, em que com o maior desvelo cuidava, nestes trabalhos”.⁴ A historiografia tem destacado a fundamental importância da mão-de-obra guarani, aspecto que não será aqui aprofundada. (MONTEIRO, 1994; NEUMANN, 1996).

Outra facção da elite local, porém, aparentemente era beneficiária da mão-de-obra indígena e não tinha nenhum interesse em mudanças. Acima destas posições estava a política indigenista pombalina, que pregava o assimilacionismo como forma de integração dos nativos ao mundo luso-brasileiro. Rocha, como bom executor das ordens do Marquês, tentou intervir na situação, o que lhe revelou, quase de imediato, quais eram os fortes interesses que haviam por detrás da manutenção da Aldeia dos Anjos. Na primeira carta que escreveu de Rio Pardo, o enviado do vice-rei fez uma rápida menção à situação dos guaranis, notando que era “[...] preciso tirar às meninas e meninos do poder dos pais

4 Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa: Avulsos da capitania do Rio Grande do Sul (AHU-RS). Caixa 2, doc. 159: Requerimento dos donos das fazendas de Viamão ao rei [D. José], solicitando ordem para que o vice-rei do estado do Brasil mande transferir os índios para o norte do Rio Tramandaí a fim de povoarem aquelas terras e criarem gado. Rio Grande de São Pedro, ant. 05.12.1768.

para lhes dar criação portuguesa,” sob pena do fracasso do projeto assimilacionista.⁵

O fundamento principal da política pombalina em relação aos indígenas estava assentado na ideia da *assimilação* das populações autóctones pela sociedade luso-brasileira envolvente, daí a referência à necessidade de dar “criação portuguesa” às crianças indígenas. Nas aldeias, a princípio, deveriam viver apenas os índios e os missionários. Mas, a partir de 1757, “a política pombalina, procurando assimilar definitivamente os índios aldeados, incentivou a presença de brancos nas aldeias para acabar com a *odiosa separação entre uns e outro*.” No que toca à administração das aldeias, no Diretório de 1757, os índios eram considerados incapazes de se auto-governarem, levando à criação dos cargos de “diretores das povoações de índios.” (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 119).

Dentre os principais elementos da política assimilacionista em relação aos indígenas podem ser mencionados ainda a cooptação das lideranças, o estímulo aos casamentos mistos, o encaminhamento dos jovens para a escola e para o aprendizado dos ofícios mecânicos e o incentivo à prática agrícola. Neste sentido deve ser interpretado o relacionamento de Rocha com o cacique da Aldeia dos Anjos, procurando resgatar a importância desta liderança indígena, um foco de poder local que não deveria ser desprezado. Mesmo sem nunca mencionar o nome do cacique, referindo-se a ele somente como “capitão-mor”, muito possivelmente tratava-se do cacique Poty, originário da redução de Santo Ângelo e que foi “transformado” pela política pombalina no oficial de ordenanças Narciso de Sousa Flores. Ficou evidente que ele era figura de respeito e quem quer que o mantivesse ao seu lado teria seus interesses facilitados. No encontro que ambos tiveram, a presença do “língua” foi indispensável para que o cacique fizesse saber a Lavradio que ele era “o primeiro que os honrava” desde o governo do Conde de Bobadela.⁶ Neste sentido, lembra-se que a bibliografia recente tem destacado o papel fundamental das lideranças indígenas durante o período colonial. (ALMEIDA, 2003, p. 150-168).

No início do ano seguinte (1772), Rocha resolveu deixar bem claro ao Marquês do Lavradio o estado em que se encontrava o Continente, que segundo ele estava arruinado pelos desmandos dos seus administradores, bem como pelo comportamento inadequado de parte da elite local: “Aqui meu Senhor há dois objetos principais neste governo, que são as corridas de gado de Espanha, para melhor dizer furtos, e

5 ANRJ. Fundo Marquês do Lavradio, Microfilme 024-97, Notação 16.88 (Rio Pardo, 30.08.1771).

6 ANRJ. Fundo Marquês do Lavradio, Microfilme 024-97. (Rio Pardo, 22.10.1771).

o governo dos índios, que um e outro deixam bastantes lucros a quem os exercita e governa”. No caso específico do “governo dos índios”, Rocha delineou um quadro nada alvissareiro, que comprometia especialmente o administrador da Aldeia, o capitão Pinto Carneiro, que os governava há muitos anos e “senão tem visto aumento nenhum naquelas famílias, mas sim diminuição, porque a sua utilidade consiste em tê-los e conservá-los pobres para os sujeitar a trabalharem nas suas fazendas, uns como peões, outros como capatazes, outros que manda à Espanha fazer corridas com rebuço de que são para El-Rey”. Rocha ainda chamou a atenção de Lavradio para que não se enganasse quanto aos melhoramentos recentes do aldeamento, pois “a opulência em que hoje os figuram a V. Ex^a, com vista em andarem fazendo uma formosa Igreja e arruarem suas casas, [...] os não tira da pobreza em que vivem.” Na opinião dele, o único governante que havia feito algo pelos indígenas fora José Marcelino, que, no entanto, tinha sido afastado do governo pelo vice-rei.⁷ Desta sorte, estavam os guaranis entregues à uma administração incompetente, que usava os indígenas em seu próprio favor, o que ia completamente de encontro à vontade do Marquês. Na verdade, Antônio Pinto Carneiro fazia parte do “bando” liderado por Rafael Pinto Bandeira, o chefe máximo desta facção da elite local, além de fazer parte também da rede familiar dos Pinto Bandeira, pois uma filha da sua sobrinha Teodósia Faustina Carneiro foi casada com Felisberto, irmão de Rafael (KÜHN, 2006, p. 359-366; GIL, 2002, p.152-155).

CIVILIZANDO O GENTIO

Com o retorno de José Marcelino de Figueiredo ao governo do Continente em junho de 1773, após uma temporada no Rio de Janeiro, foram retomadas as medidas de controle do aldeamento. A correspondência mantida pelo governador com o vice-rei, entre 1773 e 1778, esclarece muitos pontos a respeito das novas iniciativas tomadas. O governador, certamente instruído pelo Marquês do Lavradio, voltou com carga total na defesa do seu projeto civilizador, que deveria ser implementado inicialmente através da educação dos neófitos. Em 1773, depois de visitar o aldeamento, que já não via pessoalmente há cerca de dois anos, e reconhecer que ele poderia estar mais adiantado, o governador informou ao vice-rei que “[...] me persuado terão aqueles infelizes brevemente ocasião de serem

⁷ ANRJ. Fundo Marquês do Lavradio, Microfilme 024-97, Notação 16.76 a 16.78 (Viamão, 27.01.1772).

vestidos, e civilizados, com um colégio para meninos, e um recolhimento para meninas, para cujas grandes despesas tenho feito patrimônio sem despesa da Fazenda Real.”⁸

No ano seguinte, o governador José Marcelino comandou pessoalmente a reorganização administrativa da Aldeia, assistindo à escolha dos nomes dos caciques, corregedores e secretários e criando seis companhias de ordenanças de Infantaria e Cavalaria. Os caciques escolhidos seriam os capitães destas companhias, reforçando o prestígio que o governador queria indicar com estas nomeações. Quanto à liderança principal do aldeamento, José Marcelino observou que o escolhido fora “o Narciso da Costa Flores se V.Ex^a [Marquês do Lavradio] o aprovar a votos dos principais deles em Capitão-Mor.”⁹ Neste mesmo ano, através de uma portaria, o governador José Marcelino determinou o “pagamento de ordenado para os principais” da Aldeia. O capitão-mor Narciso passou então a perceber 320 réis diários para seu sustento (AHRS, 1990, p.19). Ou seja, José Marcelino permitiu que os próprios indígenas indicassem o seu principal, demonstrando um calculado respeito ao princípio de autodeterminação dos guaranis estabelecidos no aldeamento.

Em 1776, o governador se rejubilava ao escrever para o vice-rei Lavradio informando que a Aldeia dos Anjos, após seis anos de esforços “[...] têm aqueles povos dos índios feito uma magnífica igreja, e uma grande estância que sustenta a maior pobreza deles, assim como a escola em forma de seminário de cinquenta rapazes, sem faltarem às suas lavouras, a que os aplico”. Adepto das iniciativas pombalinas quanto à nova forma de integrar as populações autóctones, José Marcelino recomendava ainda ao Marquês que “para se desterrar inteiramente a língua guarani, sem o que será impossível educá-los perfeitamente, é preciso a meu ver fazer um recolhimento de meninas.”¹⁰ Ou seja, a assimilação completa somente seria viável se os traços culturais nativos (em especial a língua e a religião) fossem absorvidos pela sociedade lusa envolvente, eliminando quaisquer sobrevivências gentílicas.

O governador José Marcelino envolvia-se ativamente, ao que parece, na administração direta da Aldeia. Ao noticiar o falecimento do capitão Antônio Pinto Carneiro, com espanto lembrava ao Marquês do Lavradio que “tendo na tarde antecedente

8 Biblioteca Nacional. Lisboa (BNL). Divisão de Reservados. Cód. 10854, Carta do governador José Marcelino de Figueiredo ao Vice-Rei Marquês do Lavradio. Fronteira do Norte, 21.11.1773.

9 BNL. Divisão de Reservados. Cód. 10854, Carta do governador José Marcelino de Figueiredo ao Vice-Rei Marquês do Lavradio. Porto Alegre, 29.07.1774.

10 BNL. Divisão de Reservados. Cód. 10854, Carta do governador José Marcelino de Figueiredo ao Vice-Rei Marquês do Lavradio. Porto Alegre, 31.10.1776.

andado a cavalo comigo a vermos as lavouras destes povos”, à noite teria morrido, do “que se supõe ser póstuma que rebentou.” Como de costume, ao visitar a Aldeia dos Anjos, o governador fazia um rápido relatório de suas atividades para o vice-rei. Nesta missiva, retomava o tema do aumento da população aldeada. Ela não era maior porque mais de trezentos indígenas estavam a serviço do Exército, “além de maior número em diferentes partes”. No que tocava às suas empreitadas educacionais, lembrava o governador que acabara de construir um segundo colégio, para o recolhimento de cinquenta meninas. Terminava dizendo que tinha esperanças ainda de transformar os indígenas em “gentes civilizadas”, destacando, quase em tom de desabafo, que não pretendia “eu neste mundo prêmio algum por este trabalho, em que me meti contra a geral opinião de muitos, a quem vou respondendo com os fatos contrários a ela, que a experiência tem mostrado.”¹¹

Passada a guerra com os castelhanos e resolvidos os problemas mais prementes, José Marcelino fez ao vice-rei Marquês do Lavradio um longo relato sobre a Aldeia dos Anjos, uma espécie de balanço da sua gestão no que tocava ao “Governo dos Índios”. Avisava o Marquês que pretendia eliminar o fornecimento de carne aos indígenas, um dos principais dispêndios que afetava as finanças da administração colonial. O governador lembrou inicialmente que quando chegou ao Continente, encontrou os indígenas “na maior desgraça e pobreza”, trabalhando “para todos e para a Fazenda Real, e não percebiam do seu trabalho [mais do] que uma ração de carne, e no fim ordinariamente lhe davam com um pau, e isto, e a sua rusticidade, os conduziu a menos reputação que os negros escravos”. Mas, com a sua chegada ao governo começaram os melhoramentos: uma estância com doze mil cabeças de gado para o seu sustento; duas olarias; a edificação de um templo “magnífico” na Vila Nova dos Anjos; a formação de uma escola para os meninos índios e um recolhimento para as meninas.

Conforme lembrava José Marcelino, tinha feito registrar nos livros da Aldeia dos Anjos instruções e ordens para o bom governo dos indígenas aldeados. Informou ainda ao Marquês do Lavradio que “tenho lhes procurado os meios todos para serem úteis a si e ao Estado, e persuado-me que só o ato de educar os meninos e meninas os primeiros anos, poderá vencer a que aquelas gentes sejam como as nossas.” O diagnóstico dado pelo governador era, no mínimo, contraditório. Apesar dos esforços envidados, o projeto assimilacionista expunha suas fragilidades: “A Vila dos Anjos passa de ter três mil Índios, suposto andam muitos

11 BNL. Divisão de Reservados. Cód. 10854. Carta do governador José Marcelino de Figueiredo ao Vice-Rei Marquês do Lavradio. Vila Nova dos Anjos, 22.06.1777.

dispersos, e não haverá vinte que compreendam a nossa língua portuguesa, suposto falam muitas palavras, e enquanto se não vencer esta dificuldade não estarão capazes de ensino”. Ou seja, além do aldeamento não reter os indígenas, que andavam dispersos pelo Continente, aqueles que permaneciam em Gravataí não se civilizavam na velocidade pretendida pela Coroa.¹² Daí que a forma de organização da população indígena aldeada e a normatização da sua administração fosse “ponto de discordância” entre os funcionários de diferentes instâncias do governo da capitania e deste com o governo central. (Miranda, 2000, p.74).

CONCLUSÕES

Afinal, qual seria o balanço possível de ser feito sobre a ação do governador José Marcelino no que se refere aos indígenas aldeados? Mesmo correndo o risco de fazer um julgamento subjetivo a respeito da sua atuação nesta área espinhosa, serão feitas aqui algumas conclusões parciais. Se a historiografia regional não tem muitas dúvidas a respeito da ação positiva do governador no tocante à administração da Aldeia dos Anjos, como poderiam ser entendidas suas medidas à luz das práticas governativas existentes no império português durante a segunda metade do século XVIII? Apesar da evidente margem de manobra de que dispunham os governadores coloniais, sabe-se que estes funcionários deviam seguir as normativas e políticas metropolitanas, pelo menos em suas linhas gerais.

A trajetória de José Marcelino de Figueiredo é atípica, em muitos sentidos. Em primeiro lugar, ele não pertencia à nobreza do Reino, mas sim provinha de uma família de modestas origens sociais. Outro ponto a considerar é que não viera ao Brasil nomeado para o cargo, mas sim de certa forma “foragido”, numa evidente proteção que lhe fora conferida pelo regime pombalino. Por fim, ele não era governador de uma capitania geral, dotado de muita autonomia, mas sim de uma capitania subalterna, subordinada ao vice-reinado situado no Rio de Janeiro. Daí suas atribulações com o Marquês do Lavradio, por exemplo. Noves fora, tudo leva a crer que José Marcelino tivesse fortes vínculos com a administração pombalina e contasse com protetores bem situados politicamente. Apesar das rugas com Lavradio, outro feroz adepto do pombalismo, as evidências apontam para o fato de que suas medidas referentes ao “governo dos índios” eram executadas de acordo com as diretrizes

12 BNL. Divisão de Reservados. Cód. 10854. Carta do governador José Marcelino de Figueiredo para o Vice-Rei Marquês do Lavradio. Porto Alegre, [corr.].05.1778.

governamentais. Até mesmo para o Marquês do Lavradio – que não pode ser suspeito de simpatia para com o governador – o juízo a seu respeito era, de certa forma, abonador: “Contra a limpeza de mãos do Coronel José Marcelino não tenho cousa alguma, antes me consta ter servido com grande isenção, e os seus erros todos são nascidos de uma vaidade de fidalguia e de ciência que lhe parece estar superior a todos”. Um detalhe, porém, chama a atenção no julgamento feito pelo vice-rei: “Como [José Marcelino] teve algum tempo de jesuíta, com uma fingida devoção se tem procurado inculcar com as pessoas que governam até conseguir [seus intentos].”¹³

Como pôde José Marcelino conciliar estas visões aparentemente opostas (a jesuítica e a pombalina) acerca da inserção dos indígenas na sociedade colonial? Nas suas medidas administrativas percebe-se algo desta tensão, nem sempre de forma evidente. Nos seus bandos, por exemplo, transparece uma vontade de evitar que os indígenas andassem fora do aldeamento, isolando-os da sociedade portuguesa. Neste sentido também pode ser interpretada a sua postura contrária ao cativo dos índios, tão cara aos jesuítas. Por outro lado, seguindo os preceitos do Diretório pombalino, procurou implementar as medidas assimilacionistas que visavam civilizar os autóctones à maneira portuguesa.

REFERÊNCIAS

- AHRS. *Os Índios d'Aldeia dos Anjos. Gravataí: século XVIII*. Porto Alegre: EST, 1990.
- ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil: Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1968,*
- ALMEIDA, Maria Regina C. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora UnB, 1997.
- FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- GARCIA, Elisa F. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Niterói: PPG-História/UFF, Tese de Doutorado, 2007.

13 BNL. Divisão de Reservados. PSS – Cx.3. *Cartas de Ofício do Marquês do Lavradio (1768-1774)*. Carta de Ofício do Vice-Rei Marquês do Lavradio ao Secretário de Estado Martinho de Mello e Castro. Rio de Janeiro, 04.11.1771.

- GIL, Tiago. *Infiéis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. Rio de Janeiro, PPG-História/UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2002.
- KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII*. Niterói: PPG-História/UFF, Tese de Doutorado, 2006.
- LANGER, Protásio. *Os Guarani-missionários e o colonialismo luso no Brasil meridional*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2005.
- MIRANDA, Márcia E. *Continente de São Pedro: administração pública no período colonial*. Porto Alegre: CORAG, 2000.
- MONTEIRO, John M. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- NEIS, Ruben. A Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos. In: *Gravataí: História e cultura*. Gravataí: SMEC, 1987. p. 70-99.
- NEUMANN, Eduardo. *O trabalho guarani-missionário no Rio da Prata colonial (1640-1750)*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 115-132.
- RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul: época colonial*. Porto Alegre: Edipucrs, 1994.
- SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII*. São Paulo: Editora Nacional, 1994.
- _____. O índio e a civilização cristã ocidental: a aldeia de Nossa Senhora dos Anjos de Gravataí. In: *Gravataí: do êxodo à composição étnica*. Gravataí: SMEC, 1990. p. 44-109.
- WEIMER, Rodrigo. *A respeito de ladrões, facinorosos, matadores, desertores e índios: condições de mobilidade espacial da população indígena no Rio Grande de São Pedro: o caso da Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos*. Niterói: ANPUH, 2001.

O RIO GRANDE DO SUL E A FORMAÇÃO INICIAL DE GRAVATAÍ: COMO SE MONTA UMA HIERARQUIA - NOTAS SOBRE FAMÍLIA E POLÍTICA

Bruna Sirtori

Mestre em História/UFF Porto Alegre/RS

INTRODUÇÃO

O Continente do Rio Grande de São Pedro foi estabelecido como limite meridional da América Portuguesa no século XVIII. Ainda que a ocupação portuguesa de sua possessão americana tenha se iniciado no século XVI e tomado maior fôlego no século XVII, o espaço ora em questão – o Continente do Rio Grande de São Pedro – só se configurou como tal em fins do século XVIII. Para a compreensão do objeto que aqui se busca estudar – as relações entre os distintos grupos que compunham a Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos no último quartel do século XVIII – é importante perceber a conjuntura de ocupação dessa área limítrofe.

De acordo com Andréa Mansuy-Diniz Silva, na segunda metade do século XVIII, o Brasil era a principal possessão portuguesa no ultramar, uma vez que rebeliões, guerras locais e incursões de outras Coroas européias enfraqueceram o privilégio da Coroa Portuguesa sobre o Estado da Índia, a menina dos olhos do monarca português por algum tempo. A competição com Inglaterra, Holanda e França na importação de mercadorias do Oriente, bem como os ataques estrangeiros à costa da África e as rebeliões de locais – em Cabo Verde e Angola, por exemplo – e as guerras dos Emboabas e dos Mascates e as invasões espanholas à Colônia do Sacramento, em sua possessão americana, colocavam em risco os privilégios da monarquia portuguesa sobre suas conquistas no ultramar. Entretanto, apesar dos “contratempos”, a parcela ocidental do Império seguia avançando sobre o território. Diante deste cenário, ainda de acordo com Silva,

“na metade do século XVIII, o Brasil, graças a seus produtos e ao seu comércio, tornara-se não só um elemento importante na riqueza da metrópole, mas também uma das principais fontes de renda do governo” (SILVA, 2004, p. 478). Foi neste contexto de enfraquecimento de seus domínios no Oriente e crescente participação de seu território americano na economia do Império que a Coroa Portuguesa preocupou-se em definir os limites de seu território com a vizinha Espanha.

AS DISPUTAS TERRITORIAIS E OS GUARANIS

O Tratado de Madri, firmado em 1750 entre as Coroas Ibéricas, anulando todos os tratados anteriores, buscava organizar a região que se tornava cada vez mais importante aos olhos de Impérios que viam outros territórios de suas possessões perderem importância. Ou, mais que isso: conforme Sanjay Subrahmanyam, a região do Rio da Prata era de interesse europeu. Com isso, o historiador indiano atenta para o destaque que o desenrolar da ocupação e definição daquela região tinha para as potências européias, inclusive aquelas que não estavam diretamente ligadas às negociações, como França e Inglaterra (SUBRAHMANYAM, 2006).

De acordo com as cláusulas do tratado de 1750, a Colônia do Santíssimo Sacramento – ocupação lusitana localizada na margem esquerda do Rio da Prata – passaria às mãos da coroa espanhola, enquanto o território das sete missões orientais do Rio Uruguai passaria a estar sob o poder da coroa portuguesa. Entretanto, tal acordo diplomático gerou a reação dos povos que ocupavam este espaço fronteiriço. Os guaranis missioneiros, em desacordo com as decisões metropolitanas, protestaram enviando correspondências ao governador de Buenos Aires sem que suas súplicas fossem atendidas (NEUMANN, 2004, p.28). Produziu-se, então, o episódio de revolta da população guarani-missioneira conhecido pela historiografia como Guerra Guaranítica (1754-1756).

Um dos principais pontos em discussão no conflito era o traslado dos índios missioneiros – que contavam 30 mil almas em 1750 (MONTEIRO, 1992, p. 478) – para a margem ocidental do rio, exigência portuguesa para a efetivação da entrega da

Colônia de Sacramento à Espanha.¹ Em 1757, com o fim da peleja após um ano de negociações, o comandante da expedição demarcadora do Tratado de Madri, Gomes Freire de Andrade, retirou-se da região missioneira para Rio Pardo, acompanhado por indígenas de diversos povos. Entretanto, as disputas luso-espanholas voltaram a acirrar-se no extremo-sul da América com a assinatura do Tratado de El Pardo, em 1761, anulando as cláusulas do Tratado de Madri.² Temendo uma possível união dos indígenas missioneiros da região com os espanhóis, os portugueses realizaram a transferência de parte desta população para os Campos de Viamão, conforme atesta o termo de abertura do livro *Batismos dos Índios da Aldeia dos Anjos*:

Por haver completado a folhas 45 e ultima do livro q serviu [corroído] Pároco o Pe. Fran.co. Bernardes [corroído] [...]stes p^a servir de assentos dos bautizados q consta de duzentas folhas q as numerei dados pela fazenda Real p^a os [incompreensível] acentos ditos; como cura dos índios guaranis q tomei pose deles no anno de 1760 a seis de agosto do mesmo anno, fui mandado pellos meus prelados a Instancia do Exm^o e Il.mo. Sr. Conde Gomes Freire. Com priori [corroído] dos R. Bispo e a seis annos q sirvo nesta ocupação acompanhando-os do Rio Pardo a [corroído] estive dous annos e em Viamão 4 e p^a q nenhum dos Parocos vindouros ponhão duvida o juro em verbo sacerdotis aos 15 dias do mês de 7.bro. de 1765. Fr. Raphael da Purificação. Religioso de S. Ant^o q e Paroco dos Indios.³

A população guarani trasladada para as margens do Rio Gravataí foi organizada em um aldeamento de acordo com a política indianista de Pombal – exposta em seu Diretório dos Índios, datado de 1757.⁴ Contudo, somente com o Tratado de Santo Il-

1 O movimento contrário, ou seja, o traslado dos guaranis-missioneiros para o território do atual Rio Grande do Sul pouco é tratado pela historiografia e quando o faz, o apresenta como o resultado da preferência indígena pelo tratamento dado pelos portugueses em detrimento dos espanhóis. Uma proposta de trabalho acerca desta temática encontramos em WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Rediscutindo aspectos da “Guerra Guaranítica”. Rio Grande de São Pedro, 1754-1756. Uma “transmigração voluntária”? Porto Alegre: 2002 (anteprojeto).

2 Lembro que, apesar de esforços conjuntos das coroas ibéricas para efetivar a demarcação do tratado firmado em 1750 e de suas consequências militares no território platino, o dito acordo diplomático foi cancelado pela ascensão de governos contrários às cláusulas do Tratado de Madri. Cf. OSÓRIO, 1990, p. 88-9. Ver também: MAXWELL, 1996, p. 55.

3 Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA). Batismos dos índios da Aldeia dos Anjos (1765-1783).

4 O “Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário”, projetado por Mendonça Furtado, está reproduzido integralmente em LANGER, 1997. Análises sobre o “Diretório dos Índios” podem ser encontradas em MAXWELL, 1996; ALMEIDA, 2000; GARCIA, 2003.

defonso, assinado em 1777, que criava os *campos neutrais*, uma faixa de terra sobre a qual nenhum dos Impérios em litígio teria jurisdição, e previa a entrega definitiva da Colônia de Sacramento para a Espanha, os ânimos se acalmaram.

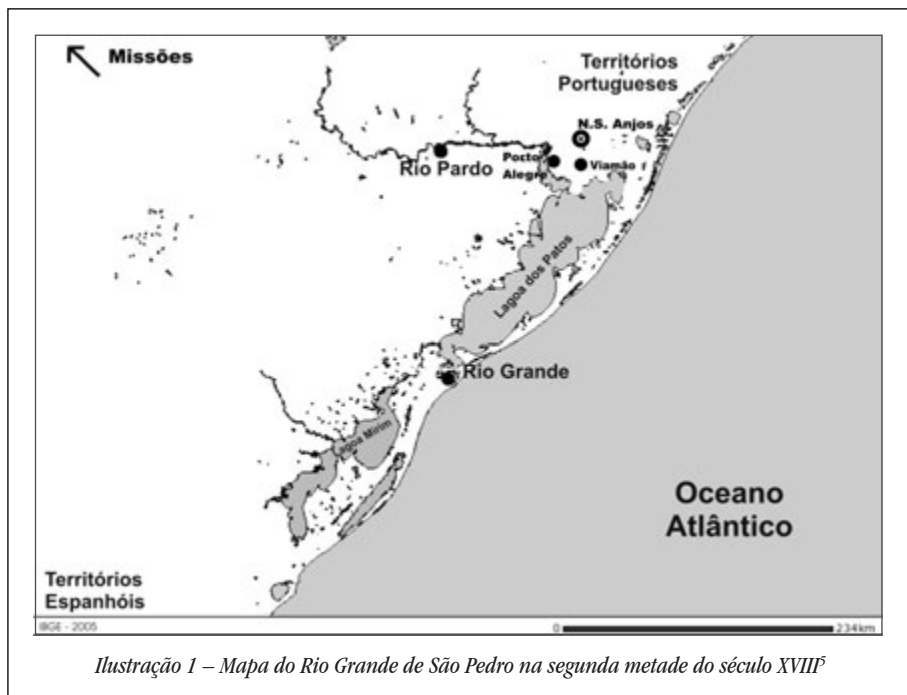


Ilustração 1 – Mapa do Rio Grande de São Pedro na segunda metade do século XVIII⁵

Entretanto não se pense que as disputas entre os Impérios na porção meridional da América estavam solucionadas com a assinatura do Tratado de El Pardo: a região das Missões Jesuíticas seguiu sendo de domínio espanhol até 1801, quando a assinatura do Tratado de Badajoz firmado entre Espanha e Portugal pôs fim a uma breve guerra de poucos meses o território das Missões passa a ser português. Não sem atraso. A paz na Europa fora firmada no mês de junho e, dois meses mais tarde, a notícia da declaração de guerra chegou ao Rio Grande de São Pedro. Com isso, uma campanha foi organizada contra os espanhóis na região do Rio Uruguai e o território hoje conhecido como Sete Povos das Missões passou a fazer parte do Império Português e junto com ele foi conquistada mais de uma dezena de milhar de súditos do monarca português que poderia auxiliar na manutenção daquela fronteira pelo simples fato de nela habitar. Isso sem falar da tão conhecida Guerra da Cisplatina, ocorrida já durante o Império, quando a região

5 Agradecimento a Tiago Luís Gil pela confecção deste mapa.

da atual República Oriental do Uruguai, pertencente à Argentina, foi anexada pelo recém-criado Brasil de Dom Pedro I. Ou seja, as pelezas estão presentes no desenrolar do processo de conquista e povoamento do sul da América, seja hispânica, seja lusa, durante alguns séculos. Resta perguntar: até que ponto a situação de fronteira entre dois impérios determinou a conduta dos homens e mulheres que viveram nos distintos povoados daquilo que os administradores portugueses denominavam Capitania do Rio Grande de São Pedro?

NA ALDEIA DOS ANJOS

Em 17 de setembro de 1802, Catarina de Sena Láurea, viúva do ajudante Felipe Santiago Pinto esteve frente ao notário do Tabelionato de Porto Alegre a fim de registrar a venda de uma chácara que possuía na Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos. Uma transação comum de se encontrar nos livros cartoriais do período, não fosse por um detalhe: Catarina de Sena Laurea era de origem indígena, da família *Arajere* e seu falecido marido, o ajudante Felipe Santiago Pinto, também descendia dos guaranis missioneiros, sendo da família *Guaybó*. Uma história talvez comum para a época, mas nem tão comum de ser encontrada na documentação. Pessoas simples, de uma origem muito distante daquelas *melhores famílias da terra* que se está acostumado a ler nos capítulos de história da América Portuguesa. Em outros momentos, talvez, a viúva Catarina e seu finado marido Felipe Santiago não passariam de números sobre a massa de pobres, gente da terra, classe subalterna ou desclassificada, seja o nome que se quiser dar aos agentes que não eram oriundos das *melhores famílias da terra*, nem ascenderam socialmente a ponto de ingressarem neste seletivo grupo.

OS BATISMOS DOS ÍNDIOS

Do total de registros de batismos feitos na Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos entre 1765 e 1784 – 1185 (70%) contavam com o povo de origem anotado na margem, ou seja, pelo menos 70% das crianças batizadas na Freguesia eram filhas de indígenas. Na tabela 9, que segue, ao diferentes dados dão conta da qualidade dos registros e do tipo de informação constante naqueles em que foi anotado à margem o povo de origem do inocente.

Crianças declaradas de origem indígena de acordo com as informações contidas em seus registros batismais. Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos (1765-1784)

| Informação contida nos registros | # | % |
|----------------------------------|------|-------|
| Sem pai declarado | 65 | 5,48 |
| Sem ambos os pais declarados | 4 | 0,33 |
| Sem mãe declarada | 3 | 0,25 |
| Com padrinho | 952 | 80,33 |
| Padrinho escravo | 14 | 1,5 |
| Com madrinha | 930 | 78,48 |
| Madrinha escrava | 6 | 0,64 |
| Total de registros | 1185 | 100 |

Fonte: AHCMPA. Livro de Batismos dos Índios de Gravataí (1765 – 1784).

Como se pode verificar, os registros são bastante completos em sua maioria, ainda que, como já destacado anteriormente, poucos eram os registros deste grupo que contavam com ao menos um avô declarado. De todas as maneiras, verificamos pelo quadro acima que o percentual de filhos naturais é de 5,48%, considerando aqueles que não tiveram pai declarado. Além disso, podemos verificar que os percentuais de crianças que não tiveram padrinho e/ou madrinha declarados gravitavam em torno de 20%. Os padrinhos e, principalmente, as madrinhas escravas eram pouquíssimos na totalidade dos registros de indígenas. Dito isso, tentarei descobrir mais sobre esses padrinhos cativos e, talvez, explicar o caso do escravo Antônio, sobre quem falara acima.

Os padrinhos cativos de filhos de indígenas, assim declarados pelo pároco pela anotação à margem, do povo de origem da criança, eram em sete casos escravos do Capitão do aldeamento Antônio Pinto Carneiro. André, seu cativo, apadrinhou Maria ou Nicolau⁶, filho de Belquior Yepure e Escolástica Cuyahi do Povo de São Miguel Novo e sua madrinha foi Ana Maria Sehy. O escravo de Antônio Pinto Carneiro referido anteriormente, Antônio, apadrinhou quatro crianças declaradas indígenas: em companhia de Maria Escolástica apadrinhou uma criança de São

⁶ O nome da criança e, conseqüentemente seu sexo, não se sabe, já que na margem da folha, ao lado do registro consta Maria e no texto o inocente passa a se chamar Nicolau. É uma clara confusão do Frei Rafael da Purificação, já que no registro seguinte (BAA-L1-62-04) ocorre exatamente a troca inversa entre nome na margem e no texto. AHCMPA. BAA-L1-62-03.

Nicolau; com Maria da Conceição, escrava de Simão da Silva, fez as vezes de pai espiritual de um inocente de Santo Anjo; de São João era o rebento que batizou junto com Micaela Cunhamirim; e com Catarina Basairu apadrinhou um pequenino de São Lourenço. Antônio das Chagas, também escravo do Capitão do Aldeamento – e quiçá o mesmo Antônio, agora com sobrenome – apadrinhou junto com Joana Maria Pinta, escrava de Dona Teodósia de Jesus, uma criança de São Miguel Velho. Antônio José, escravo do mesmo Capitão – e talvez o mesmo... – apadrinhou com Verônica Aropa um inocente de Santo Ângelo.

Além dos sete cativos de Pinto Carneiro, outros senhores tiveram cativos batizando filhos dos aldeados na Freguesia. Eram eles: Antônio de Souza, Antônio Francisco dos Santos, Félix Álvares, Francisco de Souza de Oliveira, José Joaquim, Manuel de Aracuje e Simão da Silva.

Dentre as madrinhas, em duas ocasiões Joana Maria Pinta, escrava de Dona Teodósia de Jesus amadrinhou crianças de origem indígena na Freguesia. Uma vez foi à pia Mariana de Moraes, escrava de Pinto Carneiro. Além destas, uma cativa de Inácio da Costa, outra de Simão da Silva – Maria da Conceição – e uma de senhor ignorado amadrinharam crianças de origem missioneira.

A presença maciça de padrinhos oriundos da senzala do Capitão do Aldeamento pode indicar uma estratégia dos casais indígenas de trazer para suas relações pessoais um integrante do *óikos* daquele que era responsável por administrá-los, e que, portanto, tinha o poder de mando e justiça no aldeamento. Como se verá a seguir, não foram poucas as vezes que o próprio Pinto Carneiro se apresentou à pia batismal na Freguesia dos Anjos. Entretanto, nem todos poderiam ter o capitão do aldeamento como padrinho de seus filhos, até porque se isso ocorresse, o significado deste apadrinhamento se perderia, e deixaria de diferenciar uns dos outros. Aos que não estava aberta a possibilidade de acompadrear-se de Pinto Carneiro, poderia estar permitido pelo jogo da ação social convidar um escravo daquele para tornar-se seu compadre. E não parecem ter sido quaisquer escravos. Afinal, Antônio, por exemplo, foi o mais requisitado dos cativos de Nossa Senhora dos Anjos para apresentar à pia batismal. Mariana de Moraes, escrava do capitão, foi outra que amadrinhou três vezes na Freguesia e o simples fato de ter sobrenome e de o pároco tê-lo anotado em todos os registros em que foi madrinha demonstra que esta não era qualquer escrava. Afinal, ser escravo e ter sobrenome era para poucos. Além disso, chama-se atenção para o fato de a maior parte dos registros que envolvem cativos como padrinhos terem como madrinha uma mulher de sobrenome claramente indígena, especialmente na década inicial do livro,

quando a política de “rebatizar” os indígenas com sobrenomes portugueses ainda não vingara.

Agora interessa saber quem eram os homens e mulheres mais requisitados para apadrinhar indígenas na freguesia de Nossa Senhora dos Anjos. A tabela abaixo lista todos os padrinhos que se apresentaram cinco vezes ou mais na matriz da freguesia. O último nome listado é o de Antônio que, como não se pode afirmar que é o mesmo, preferiu-se destacar dos demais.

Padrinhos de crianças de origem indígena declarada no registro de batismo que apadrinharam cinco inocentes ou mais na Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos (1765-1784)

| Nome | Nº de vezes em que apadrinhou |
|--|-------------------------------|
| (Irmão) Donato Francisco Xavier da Paz | 43 |
| Nicolau Aracuye | 42 |
| Antônio Pinto Carneiro | 23 |
| Cristóvão Mandare | 7 |
| Miguel Acangupe | 7 |
| Antônio de Souza de Oliveira | 7 |
| Teodósio Boipe | 7 |
| Antônio José | 7 |
| Inácio da Costa | 6 |
| Miguel Porangari | 6 |
| João José Alves | 6 |
| Urbano Luís Caiscais | 6 |
| Antônio da Silva | 5 |
| Felipe Santiago Pinto | 5 |
| Luís Manuel da Silva | 5 |
| Francisco Xavier | 5 |
| Rafael Rodrigues | 5 |
| Rafael Rodrigues de Andrade | 5 |
| Manuel dos Santos Lisboa | 5 |
| Tomás Nunes | 5 |
| André Cunhatã | 5 |
| <i>Antônio</i> | 5 |

Fonte: AHCMPA. Livro de Batismos dos Índios de Gravataí (1765-1784).

Quem encabeça a lista dos maiores padrinhos de crianças aldeadas de Nossa Senhora dos Anjos é Donato Francisco Xavier da Paz, qualificado como *Irmão* na maior parte dos registros e como *Padre* em três deles. Ele descumpria a regra imposta pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* que proibia que religiosos de apadrinharem crianças:

E mandamos aos Párocos não tomem outros padrinhos senão aqueles, que os sobreditos [pais ou responsáveis pelo batizando], nomearem, e escolherem, sendo pessoas já batizadas, e o padrinho não será menor de quatorze anos, e a madrinha não será menor de doze, salvo de especial licença nossa. E não poderão ser padrinhos o pai ou mãe do batizado, nem também infiéis, hereges, ou públicos excomungados, os interditos, os surdos, ou mudos, e os que ignoram os princípios de nossa Santa Fé, nem Frade, Freira, Cônego Regrante, ou outro qualquer Religioso professo de Religião aprovada, (exceto o das Ordens Militares) per si, nem por procurador. (DA VIDE, 1707, Título XVIII, § 64).

Todavia, religiosos apadrinharem, ignorando a legislação eclesiástica que os proibia de assim proceder, não é exclusividade da Freguesia dos Anjos. Martha Hameister, por exemplo, encontra casos deste descumprimento às regras em Rio Grande, afirmando que na Vila *religiosos eram padrinhos com muita frequência* (HAMEISTER, 2006, p. 190). E Renato Pinto Venâncio verifica que cerca de 5% dos padrinhos de ilegítimos na paróquia de São José (RJ), eram padres ou cônegos (VENÂNCIO, 1985).

O Irmão Francisco Xavier da Paz, entretanto, não batizou apenas filhos de indígenas, assim declarados pelo pároco. Batizou, também, duas crianças cativas e outras dez crianças livres que não tiveram seu possível povo de origem declarado e que, se indígenas fossem, levariam o religioso ao número de 53 afilhados de origem indígena. Lamentavelmente nada se sabe sobre o Irmão. Talvez fosse um missioneiro que se tornou padre e ganhou a confiança e simpatia da população indígena, mas a documentação não permite afirmar nada sobre ele. O que se pode dizer é que o Irmão não foi em nenhum momento pároco ou auxiliar na freguesia, pois não registrou criança alguma na referida freguesia e os cinco batizados que efetuou foram realizados *in extremis* e supridos com cerimônias da Igreja, posteriormente.

O segundo padrinho mais bem cotado entre os indígenas de Nossa Senhora dos Anjos foi Nicolau Aracuye que apadrinhou 42 crianças de declarada origem aldeada no período. Tudo que se sabe sobre ele é que era casado. Sua esposa talvez fosse Lucrecia Yaraiva, também declarada casada, com quem apadrinhou 39 crianças, a madrinha com maior número de afilhados na freguesia. A parceria dos dois na pia batismal estendeu-se por pouco mais de três anos, entre 16 de

dezembro de 1770 e 15 de janeiro de 1774. Mais uma vez se afirma que não se tem elementos para entender e explicar essa ascensão de Nicolau e Lucrecia como padrinhos de tantos afilhados em tão curto espaço de tempo.

O terceiro padrinho de inocentes declarados indígenas foi Antônio Pinto Carneiro, o capitão do aldeamento. Pinto Carneiro somou 23 afilhados declarados indígenas de um total de 31 batizados de que participou em Nossa Senhora dos Anjos. Ser apadrinhado pelo Capitão Pinto Carneiro era, certamente, um símbolo de destaque naquela sociedade, ainda mais para os indígenas. E para o Pinto Carneiro, apadrinhar fazia parte de seu papel como Capitão do aldeamento, conforme o *Directorio dos Índios*. Uma de suas afilhadas, tomada aqui como exemplo, foi Andresa, filha de João Gonçalves e de Maria Inácia. Ele de Guaratinguetá, ela do Povo de São Borja.

É claro que Andresa não era a única afilhada do capitão do aldeamento na freguesia. Entretanto, para um *corpus* de 1185 registros de crianças declaradas indígenas, o número de apadrinhados de tão destacada figura é mínimo, o que leva a perceber que o casal João Gonçalves e Maria Inácia estava desde o nascimento de Andresa – se não desde o nascimento de Gaspar, seu primeiro filho, o que não se pode inferir uma vez que não se localizou seu assento batismal – utilizando-se do expediente do compadrio na tentativa de garantir alguma segurança para o futuro de sua família. Não se quer com isso caracterizar estes agentes como dotados de uma racionalidade absoluta. Imaginem-se estes sujeitos agindo a partir de uma “racionalidade limitada” – nos termos de Giovanni Levi (LEVI, 2000), “isto é, a partir dos recursos limitados que o seu lugar na trama social lhe [s] confere, em contextos onde a sua ação depende da interação com as ações alheias e onde, portanto, o controle sobre o seu resultado é limitado por um horizonte de constante incerteza.”⁷ Ou seja, a escolha dos padrinhos de seus filhos, voltando a Barth, é um *ato* que permite visualizar as estratégias e valores compartilhados por seus agentes.

Diante de um mundo tomado de incertezas, ter o capitão do aldeamento e uma das figuras mais ricas do Continente do Rio Grande de São Pedro⁸ como padrinho de um filho poderia – e fala-se no condicional porque, como bem destaca Levi em seu trabalho, e Barth em sua proposta de um modelo generativo, o êxito da estratégia adotada pelos pais da pequena Andresa dependeu das estratégias e ações dos demais agentes com quem se relacionavam – garantir certos privilégios e até mesmo a sobrevivência daqueles inseridos nesta trama social.

7 Definição de “racionalidade limitada” dada por LIMA FILHO, Henrique Espada Rodrigues. Microstoria: escalas, indícios e singularidades. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1999. p. 260.

8 Cf Cartas de Francisco José da Rocha. Microfilme 024-97, lash 2, Série 2, RD 16.77 e RD 16.78. Arquivo Nacional. Apud GIL. Op cit. p. 153 e GIL. Idem. p.84.

Por fim, destaca-se o peso que os padrinhos de origem indígena – assim percebida por seus sobrenomes – como Cristóvão Mandaré, Miguel Acanguepe, Tedósio Boipé, Miguel Porangari, André Cunhatã, bem como Urbano Luís Caiscais e Felipe Santiago Pinto – de quem se conhece a origem pelas qualificações que ganharam dos párocos ao longo do tempo – nos apadrinhamentos de crianças indígenas, o que apontaria para uma endogenia no interior do grupo, ainda que ressaltando estes padrinhos de muitos afilhados.

Felipe Santiago Pinto era casado com Catarina de Sena Láurea e, em 1781, tinha o posto de ajudante. Mas nem sempre seu nome e de sua esposa fora este. Os registros de batismo em que um deles participou na Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos estão ordenados na tabela abaixo. Foram mantidos os nomes conforme apareciam nos registros a fim de que se possa acompanhar o processo de “rebatismo” deste casal. Existem muitos outros “Felipe Santiago” apadrinhando na freguesia. Talvez seja o personagem referido, mas por falta de informações que garantissem ser o mesmo, preferiu-se não colocá-lo na tabela.

Relações de compadrio de Felipe Santiago Pinto e de sua mulher Catarina de Sena na Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos (1765 e 1784)

| Inocente | Pai | Mãe | Padrinho | Madrinha | Fonte | Data |
|----------------|---------------------------|--------------------------|--------------------------------|----------------------|------------------------|------------|
| Lusia | Inácio Joje | Maria Madalena Parairu | Felipe Santiago Mayohu | Catarina Arajeré | AHCMPA. BAA-L1-10v-3 | 1766.10.29 |
| João | Felipe Santiago Guainhion | Catarina Arajere | | | AHCMPA. BAA-L1-39-01 | 1768.12.27 |
| Josefa | Hilário Cavavaju | Clara Varete | Felipe Santiago | Catarina Arejere | AHCMPA. BAA-L1-45v-04 | 1769.08.14 |
| José Inácio | Felipe Santiago Guainhom | Catarina Arajere | Antônio Pinto Carneiro | Maria Antônia | AHCMPA. BAA-L1-62-02 | 1770.12.24 |
| Maria Madalena | Santiago Paxi | Teodora Biyu (Biju?) | Felipe Santiago | Catarina Aragere | AHCMPA. BAA-L1-85-04 | 1772.05.23 |
| Ana | Felipe Santiago | Catarina de Sena Arayere | Francisco Martins Soares | Catarina Cunhaori | AHCMPA. BAA-L1-95v-02 | 1773.05.31 |
| Antônio | Felipe Santiago Pinto | Catarina Aragere | Francisco de Souza de Oliveira | Rosa Maria Seria | AHCMPA. BAA-L1-108v-04 | 1774.11.20 |
| Bernardina | Pedro de Almeida | Gertrudes da Silva | Felipe Santiago Pinto | Tecla de Santa Maria | AHCMPA. BAA-L1-112v-03 | 1775.11.01 |
| Lourenço | Felipe Santiago Pinto | Catarina de Sena Láurea | Miguel Tauman | Marta Cunhagatu | AHCMPA. BAA-L1-117v-06 | 1776.12.16 |
| Bernardina | Felipe Santiago Pinto | Catarina de Sena | Miguel Taumaã | Marta Cunhagatu | AHCMPA. BAA-L1-129v-01 | 1778.10.28 |
| Ana | Pedro Inácio | Martinha Maria | Felipe Santiago | Bárbara Rosa | AHCMPA. BAA-L1-156-04 | 1780.11.18 |
| Felipe | Felipe Santiago Pinto | Catarina de Sena Laura | Miguel da Costa | Marta de Santa Ana | AHCMPA. BAA-L1-160v-02 | 1781.03.11 |

Fonte: AHCMPA – Livro de Batismos dos Índios de Gravataí – 1765 – 1784.

Como se pode ver, o nome do Ajudante Felipe Santiago e de sua mulher Catarina de Sena Láurea modifica-se ao longo do tempo até chegar a essa composição. Do povo de São Nicolau, de acordo com os registros de batismo de seus filhos, e do povo de São Borges, de acordo com a *Matrícula dos Índios*, não se sabe ao certo qual seu povo de origem, mas sua descendência indígena já deve estar clara ao leitor neste momento do texto. Felipe Santiago encabeçava a família *Guaybó* na *Matrícula dos Índios* composta por ele – Felipe Santiago Pinto – por sua mulher, Catarina de Sena Láurea, e por seus filhos, Maria Antônia de Sena, João Francisco Pinto e José Inácio Pinto.⁹

Os compadrios estabelecidos pelo casal foram bons. Souberam costurar alianças com pessoas de seu próprio grupo, batizando filhos de casais indígenas e chamando para acompadrarem-se outros de origem indígena. Mas convidaram, também, o Capitão do Aldeamento para apadrinhar seu filho – José Inácio – fazendo parte de um grupo seletivo de compadres de Pinto Carneiro. O casal formado por Francisco de Souza de Oliveira e Rosa Maria Seria que apadrinou o pequeno Antônio detinha algum status na sociedade local. Ela era neta de Quitéria Marques, bisneta de Nicolau de Souza Fernando, um dos povoadores da Colônia do Sacramento. E ele, Francisco de Souza de Oliveira, era seu primo em terceiro grau, filho de Antônio de Souza Fernando, outro ilustre povoador da Praça da Colônia. A família Souza Fernando estava ligada a Pinto Bandeira. Clara Maria de Oliveira, filha de Antônio de Souza Fernando casou-se com Francisco Pinto Bandeira. Seu filho Rafael realizou seu terceiro casamento com sua prima em grau distante, bisneta de Nicolau de Souza Fernando e, por fim, Desidéria de Oliveira Pinto Bandeira, sobrinha de Rafael, casou-se com José de Azevedo Souza, irmão de Josefa Eulália, também bisneto de Nicolau de Souza Fernando (HAMEISTER & GIL, 2007).

O que tem a ver os Pinto Bandeira com o casal Felipe Santiago e Catarina de Sena? Aparentemente nada, mas as relações de compadrio que estabeleceram com o bando¹⁰ de Rafael Pinto Bandeira na pia batismal não se encerraram por aí. É o que mostra a escritura de venda de uma chácara que fez Catarina de Sena Laura, já viúva do ajudante Felipe Santiago Pinto, localizada na Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos em 17 de setembro de 1802. O comprador era Francisco Antônio da Costa Guimarães. Mas o mais interessante deste documento é o relato que a vendedora faz sobre como haviam conquistado aquela porção de terras ao descrevê-las:

9 Matrícula dos Índios da Aldeia. Porto Alegre: AHRs; EST, 1990.

10 Sobre o conceito de bando ver: FRAGOSO. À espera das frotas. 2006. (Tese de livre docência/ inédita).

Huma xacra sita na Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia abaixo do Passo do Arroyo denominado do Elavio com cazas curraes cercados e mais benfeitorias. Contem em si de fundo frente e largura as mesmas braças que contem cada huma das datas conssedidas aos Cazais das Ilhas além de hum acessimo de therreno que lhe foi conferido pelo Brigadeiro e Comandante Geral que foi deste Continente Rafael Pinto Bandeira demarcado por ordem do mesmo pelo Iscriturario Bernardo José Guedes Pimentel que tudo houve por titulo de confeção do Ilustríssimo Tenente General Governador que foi deste Continente.¹¹

A relação do ajudante Felipe Santiago com o bando de Rafael Pinto Bandeira parece mais clara após a declaração de Catarina de Sena Laura. As terras que o casal possuía na Freguesia dos Anjos correspondiam a um lote dado aos casais açorianos acrescido de uma porção concedida ao casal pelo Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira. Talvez este seja um indício de que as relações de parentesco ritual estabelecidas por Felipe Santiago Pinto e sua mulher com pessoas do bando de Pinto Bandeira funcionaram, tiveram materialidade, e não apenas figuraram frente à pia batismal.

Para finalizar, é importante verificar as madrinhas de crianças de declarada origem indígena, batizadas na Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos. Conforme se escreveu acima, Lucrecia Yaraiva, que fazia par com Nicolau Aracuye, foi a campeão de batismos neste segmento da população, apresentando-se 39 vezes à pia batismal. Com os nomes Maria Rosa foram 17 as madrinhas e Maria Inácia, 10. Como são nomes bastante comuns no período e a falta de sobrenomes prejudica a identificação, preferi não tratar todas as aparições de madrinhas com estes nomes como sendo a mesma pessoa. Dentre aquelas mulheres que se pode identificar, Joana Cunhamirim amadrinhou 9 vezes; Andresa Irairu, 7; Joana Gomes de Brito, Maria Guairu, Maria Paraçá, Teodósia Faustina Carneiro e Rosa Maria Seria foram madrinhas de 6 crianças de origem indígena cada uma; e Isabel Irahi, Juliana Maria, Maria Rosa Paranhenga, Martinha Tembahi e Teresa Bajesai apresentaram-se 5 vezes à pia batismal, só para destacar aquelas que foram madrinhas de cinco crianças ou mais.

O padrão de compadrio, conforme já esboçara acima, entre as crianças de origem indígena declarada no registro batismal é de homens externos ao grupo e mulheres de mesma origem. Isso não significa que não houvesse casos em que o

¹¹ APERS. 1º Tabelionato de Porto Alegre. Livro de Notas. n. 22. fl.96.

casal que apadrinhava era de origem indígena – e os batizados em que Felipe Santiago Pinto e Catarina de Sena Laura apadrinham deixam isso visível –, tampouco exclui a possibilidade de ambos os padrinhos serem oriundos de outros grupos, o que comprovam os três casos de batismos de indígenas em que ambos os padrinhos eram escravos, bem como aqueles em que casais das melhores famílias da terra – como Francisco de Souza de Oliveira e Rosa Maria Seria – colocavam-se como pais espirituais das crianças indígenas.

Certamente, este texto, mais que contar a história da Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos, tem como objetivo atentar para o papel que os indígenas tiveram na constituição da região às margens do Rio Gravataí e mostrar que a identidade indígena pode não ser tão óbvia quanto costumamos pensar. Os homens e mulheres de origem indígena que viveram na região do Itacolomi mudaram seus nomes e seus destinos. Talvez – e diz-se isso no condicional, afinal é uma simples conjectura, uma licença imaginativa da historiadora que escreve – se Catarina Arajere e Felipe Guaion não tivessem se adaptado aos novos tempos, poderiam ter desaparecido. Mas eles souberam fazer escolhas e traçar sua história nas condições a eles apresentadas no contexto em que viveram.

INSTITUIÇÕES E ACERVOS

Biblioteca Nacional

Correspondência do Conde de Bobadella. Cód. 11, 2, 40. f. 267-271.

Mapa geográfico do Rio Grande de São Pedro, suas freguesias e moradores de ambos os sexos, com declaração das diferentes condições e cidades em que se acham em 7 de outubro de 1780. Fundo não referenciado.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

1o Cartório de Órfãos e Ausentes de Porto Alegre, auto n. 211, maço: 13, estante: 31 e/c.
1o Cartório de Órfãos e Ausentes de Porto Alegre; maço 13; processo 220; ano 1798.

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

2o Livro de Batismos de Gravataí.

Livro: “Batismos dos Índios da Aldeia dos Anjos (1765-1783)”

Róis de confessados da Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos 1780, 1782, 1784, 1789, 1790, 1791.

Arquivo Nacional

Arquivo Nacional. Microfilme 024-97, Notação 2. Correspondência do Vice-Rei com governadores: Cartas do Marquês do Lavradio para José Marcelino de Figueiredo: 2.54-2.56.

Código 104. Vol. 7.

Código 104. Vol. 9.

Microfilme 024-97, Notação 2. Correspondência do Vice-Rei com governadores: Cartas do Marquês do Lavradio para José Marcelino de Figueiredo: 2.54-2.56.

Ofício do Vice-Rei do Brasil ao Provedor da Fazenda Real. Rio de Janeiro, 7/3/1784. Cód. 104, vol. 6, fls. 561-563.

FONTES IMPRESSAS

DA VIDE, Sebastião Monteiro. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707.

MATRÍCULA DOS ÍNDIOS DA ALDEIA. Porto Alegre: AHRs; EST, 1991.

MONIZ BARRETO, Domingos Alves. Observações relativas à Agricultura, Comércio e Navegação do Continente do Rio Grande de São Pedro. In: CESAR, Guilhermino. *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul*. (1605-1801). Porto Alegre: Ed. da UFRGS, [1969].

Relatório apresentado ao governo de Lisboa pelo vice-rei Luís de Vasconcelos, em outubro de 1784, sobre o Rio Grande do Sul. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ano IX. 1929.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL, n. 23, 495.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Ed. da UnB, 2000.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Organização de Tomke Lask. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

_____, Fredrik. *Process and Form in Social Life. Selected essays of Fredrik Barth*. Londres, Boston, Henley: Routledge & Kegan Paul, 1981. v. 1.

BRÜGGER, Sílvia. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João del Rei - séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

CLAVERO, Bartolomé. *Antídora: antropología católica de la economía moderna*. Milão: Giuffrè, 1991.

COMISSOLI, Adriano. *Os "homens bons" e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. UFF. Niterói, 2006.

FERREIRA, Roberto Guedes. *Pardos: trabalho, família, aliança e mobilidade social*. Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 - c. 1850. Tese de doutorado. PPGHIS-UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.

FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa* (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). In: *TOPOI*. Rio de Janeiro, n. 1, 2001.

_____. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. In: *Tempo*. Rio de Janeiro. n. 15, 2003.

_____. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. In: *TOPOI*. Rio de Janeiro, n. 5, jan-jul 2002.

_____; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa* (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *À espera das frotas*. Tese de livre docência apresentada no concurso para Professor Titular de Teoria e Metodologia da História. UFRJ/IFCS, 2006.

_____. Principais da terra, escravos e a República: o desenho da paisagem agrária do Rio Seiscentista. In: *Ciência & Ambiente*. v. 33. Santa Maria, 2006.

_____. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do Engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700 - 1760). In: GOUVEA, M. F. & FRAGOSO, J. (Org.). *Na trama das redes: política e negócios no Império Português*. Século XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (no prelo).

GARCIA, Elisa Frühau. *A integração das populações indígenas nos povoados coloniais no Rio Grande de São Pedro: legislação, etnicidade e trabalho*. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 2003.

GARCIA, Elisa Frühau. *As diversas formas de ser índio; políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Programa de Pós-Graduação em História. UFF. Tese de doutorado. Niterói/RJ, 2007.

GIL, Tiago Luís. *Infieis Transgressores: os contrabandistas da 'fronteira' (1760-1810)*. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

GUDEMAN, Stephen. Spiritual relationships and selecting a godparent. In: *Man, New Series*, v. 10, n. 2, jun. 1975.

_____. The compadrazgo as a reflection of the natural and spiritual person. In: *Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*. n. 1971 (1971).

HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação*. Estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763). Tese de Doutorado. PPGHIS/UFRJ, 2006.

_____; GIL, Tiago Luís. Fazer-se elite no extremo-sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: ALMEIDA, Carla; FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio. *Conquistadores e Negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos*. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

KÜHN, Fábio. A fronteira em movimento. In: *Estudos Iberoamericanos*. Porto Alegre, PUCRS, v. XXV, 1999.

_____. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Novo Século, 2002.

_____. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa - século XVIII*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. UFF, Niterói, 2006

_____. *O "Governo dos Índios": a Aldeia dos Anjos durante a administração de José Marcelino de Figueiredo (1769-1780)*. Comunicação apresentada no III Encontro de escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Florianópolis, 2007.

_____. *O projeto reformador da Diocese do Rio de Janeiro: as visitas pastorais no Rio Grande de São Pedro (1780-1815)*. Porto Alegre: 1996 (Dissertação de Mestrado - PPG História UFRGS).

LANGER, Protásio Paulo. *A Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos: a resistência do Guarani-Missioneiro ao processo de dominação do sistema colonial luso (1762-1798)*. Porto Alegre: EST, 1997.

MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais - PR, passagem do XVIII para o XIX)*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva e. *A Aldeia dos Anjos durante a década de 1770: um olhar sobre as relações entre indígenas e portugueses*. Monografia apresentada na disciplina Técnica de Pesquisa Histórica. UFRGS. Porto Alegre, 2007.

MENZ, Maximiliano M. Os escravos da Feitoria do Linho Cânhamo: trabalho, conflito e negociação. In: *Afro-Ásia*, 32 (2005), 139-158.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. Os Guarani e a História do Brasil Meridional. Séculos XVI-XVII. In: *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras; Secretaria Municipal da Cultura; Fapesp, 1992.

NEIS, Ruben. A Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos. *Gravataí - História e Cultura*. Prefeitura Municipal de Gravataí. Administração Abílio Alves dos Santos. Secretaria de Educação e Cultura. Secretária: Rosângela Silveira Martins. s/d.

NEUMANN, Eduardo Santos. A fronteira tripartida: a formação do Rio Grande. Século XVIII. In: *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

_____. *Práticas Letradas Guarani: produção e uso da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. PPGHIS/UFRJ (Tese de doutorado). Rio de Janeiro, 2005.

OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre: 1990 (Dissertação de mestrado - PPG História UFRGS).

OSÓRIO, Helen. *Campeiros e domadores: escravos da pecuária sulista, séc. XVIII*. Comunicação apresentada no II Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”. Porto Alegre, 2005.

XVIII. *Estancieiros, Lavradores e Comerciantes na Constituição da estrema-dura portuguesa na América. Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói: - PPGHIS/UFF, 1999. (Tese de doutoramento)

SCHWARTZ, Stuart. Brazilian Ethnogenesis: mestiços, mamelucos and pardos. In: GRUZINSK, Serge & WACHTEL, Nathan (Ed.). *Le Nouveau Monde: mondes nouveaux l'expérience américaine*. Paris: Editions Recherches sur les Civilisations; École de Hautes Études en Sciences Sociales, 1996.

In: GRUZINSK, Serge & WACHTEL, Nathan (Ed.). *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

SILVA, A. Rafael Pinto Bandeira da: *De bandoleiro a governador: relações entre os poderes privado e público no Rio Grande de São Pedro*. PPGH/UFRGS. (Dissertação de mestrado). Porto Alegre, 1999.

SILVA, Andréa Mansuy-Diniz. Portugal e o Brasil: a reorganização do Império, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina*. São Paulo: Ed. da USP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Mughals, Ottomans, and Habsburgs in a Comparative Context. In: *Common Knowledge*. 12.1 (2006). p. 66-92.

VENÂNCIO, Renato Pinto. A madrinha ausente: condição feminina no Rio de Janeiro (1750-1800). In: *Brasil: História Econômica e Demográfica*. São Paulo: FIPE; USP, 1985.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Nos limites da Sagrada Família: ilegitimidade e casamento no Brasil Colonial. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *História e Sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

WACHTEL, Nathan. *Os índios e a conquista espanhola*. In: BETHEL, Leslie (Org.) *História da América Latina*. São Paulo; Brasília: Edusp; Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Rediscutindo aspectos da "Guerra Guaranítica". Rio Grande de São Pedro, 1754-1756. Uma "transmigração voluntária"?* Porto Alegre: 2002 (anteprojeto).

OS ESCRAVOS DE DONA FRANCISCA: ALFORRIA, CIDADANIA E HIERARQUIA DE COR NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS ANJOS (1780-1830)

Gabriel Aladrén

Doutorando em História/UFF, Bolsista da CAPES. Rio de Janeiro/RJ

ESCRAVIDÃO E ALFORRIA NA ALDEIA DOS ANJOS

No início do século XIX, Nossa Senhora dos Anjos era uma freguesia situada no termo da vila de Porto Alegre. Surgiu como um aldeamento indígena, estabelecido na década de 1760, com o assentamento às margens do Rio Gravataí de índios missioneiros deslocados após a Guerra Guaranítica, razão pela qual era também conhecida como Aldeia dos Anjos.¹ Nos últimos anos do período colonial, Nossa Senhora dos Anjos já apresentava todas as características de uma freguesia rural na América portuguesa meridional. Embora a população indígena ainda marcasse presença, os escravos e libertos africanos ou nascidos no Brasil tornavam a paisagem humana e social da localidade mais complexa e diversificada.

População da Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos no ano de 1807

| | Branços | Índios | Libertos | Escravos | Total |
|----------|----------------|---------------|-----------------|-----------------|--------------|
| # | 1.192 | 449 | 186 | 828 | 2655 |
| % | 45 | 17 | 7 | 31 | 100 |

Fonte: Mapa geral de toda a população existente na Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul no ano de 1807. Arquivo Nacional (RJ), Códice 808, vol. 03.

¹ Sobre a guerra guaranítica e o estabelecimento dos povos missioneiros no Rio Grande do Sul, ver: NEUMANN, Eduardo Santos. *Práticas letradas guarani: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2005; GARCIA, Elisa Frúhauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Tese de doutorado. Niterói: PPGH/UFF, 2007.

Os escravos e libertos, somados, compunham aproximadamente 38% da população. Os brancos eram o maior contingente populacional isolado embora, com 45%, não ultrapassassem a metade do total. Os índios ainda tinham uma presença significativa, como era de se esperar em um antigo aldeamento indígena, atingindo 17%. Seguramente algumas famílias classificadas como brancas possuíam ascendência indígena, em decorrência da mestiçagem e também da política de casamentos mistos incentivada a partir da legislação pombalina.

A população escrava era bastante significativa, sobretudo para uma região cuja economia não era orientada para a exportação. As principais atividades produtivas da freguesia eram a pecuária e a agricultura de abastecimento. Apesar destas características, o trabalho dos escravos era fundamental para a economia. Essa conjectura é reforçada ao se constatar que, dentre os 828 escravos, 511 (62%) eram homens, o que sugere uma opção dos senhores por comprar cativos para trabalhar nas atividades lucrativas mais do que nas domésticas.

A população liberta consistia no menor grupo da população, com apenas 186 indivíduos, 7% do total. Porém, esse percentual não diferia substantivamente do verificado no conjunto da capitania do Rio Grande de São Pedro. Em 1814, 8% da população rio-grandense era formada por libertos e 31% por escravos,² proporções praticamente idênticas às verificadas na freguesia de Nossa Senhora dos Anjos.

Os libertos, tal como classificados nos mapas de população da época, eram pretos e pardos forros ou nascidos livres. Os forros eram aqueles que tinham sido escravos e receberam cartas de alforria³ de seus senhores. Entre 1800 e 1833, 61 cartas de alforria passadas em Nossa Senhora dos Anjos foram registradas em cartório. Nelas, 64 escravos foram libertados. Qual era o perfil desses escravos?

Seguindo um padrão encontrado nas mais diversas regiões do Brasil,⁴ seja no período colonial ou durante o império, a maioria dos alforriados era constituída de mulheres: 35 (55%) para uma quantidade de 29 (45%) homens. Essa diferença, que pode não parecer substantiva considerando a pequena quantidade

2 ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2009, p. 17.

3 Para considerações metodológicas acerca das cartas de alforria ver: ALADRÉN, Gabriel. *Libertos no Rio Grande de São Pedro do Sul: considerações sobre os padrões de alforria em Porto Alegre, Aldeia dos Anjos e Viamão, 1800-1835*. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes (Org.). *Espelhos deformantes: fontes, problemas e pesquisas em História Moderna (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 163-182.

4 Ver, por exemplo: SCHWARTZ, Stuart B. *Alforria na Bahia, 1684-1745. Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001, p. 171-218; KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 439-476; EISENBERG, Peter L. *Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil. séculos XVIII e XIX*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1989, p. 255-314

de casos, se torna mais significativa quando lembramos que 62% dos escravos de Nossa Senhora dos Anjos eram homens, conforme os dados populacionais de 1807. Desproporções semelhantes, inclusive um pouco mais acentuadas, foram identificadas para Porto Alegre no mesmo período.⁵

Portanto, a alforria era muito mais viável para as mulheres, por diversos motivos. A historiografia sugere que as escravas, por trabalharem preferencialmente em atividades domésticas, compartilhavam de uma intimidade com seus senhores e senhoras, o que as favorecia. Por outro lado, os homens em geral eram mais valorizados como força de trabalho, o que tornava os senhores mais cautelosos ao pensar em alforriá-los. Muitas mulheres escravas trabalhavam no pequeno comércio e conseguiam acumular um pecúlio que poderiam utilizar para comprar sua alforria. Por último, não deve ser descartada a prática na qual os senhores libertavam algumas de suas escravas e mantinham ao mesmo tempo seus filhos no cativeiro. Assim, exerciam uma política de domínio que equilibrava concessões (a alforria) com a coerção (a manutenção dos filhos sob o jugo da escravidão), para assim melhor controlar a escravaria. Ainda que cálculos para o governo dos escravos fossem típicos de proprietários de vastas escravarias, os pequenos e médios senhores também necessitavam combinar benesses e castigos para manter o comando sobre seus cativos.

Manoel Fernandes da Varje seguiu com rigor essa política, sem deixar de destilar um pouco de hipocrisia emaranhada com lapsos de consciência cristã:

Digo eu Manoel Fernandes da Varje que entre os mais bens de que sou senhor e possuidor é bem assim de uma escrava por nome Francisca a qual comprei nova e me tem servido há mais de trinta e cinco anos, e atendendo aos muitos serviços e bens que me te feito com boa vontade, e nas minhas moléstias, atura as minhas impertinências, e me tem dado sete ou oito crias, e ser a primeira que possuí, e por outras circunstâncias atendíveis, e parecendo horrorosa a ingratição tanto para os olhos de Deus como para os dos homens, e para por este modo lhe recompensar ou principiar a recompensar muito de minha livre vontade, sem constrangimento de pessoa alguma, de hoje para todo o sempre a forro, a ei por libertada de toda a escravidão [...].⁶

⁵ Aladrén (2009), op. cit., p. 42-45.

⁶ Carta de alforria passada por Manoel Fernandes da Varje à escrava Francisca, 26/8/1806. Livro de Registros Diversos do 2º Tabelionato de Porto Alegre, n. 5, fls. 212v-213v. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Doravante, a referência às cartas de alforria será feita da seguinte forma: RD1 (Livro de Registros Diversos do 1º Tabelionato de Porto Alegre) ou RD2 (Livro de Registro Diversos do 2º Tabelionato de Porto Alegre), nº do livro, folhas.

Deixando de lado o juízo severo que o historiador pode (e até mesmo deve) formular sobre as práticas dos homens e mulheres no passado,⁷ é importante lembrar que a atitude de Manoel Fernandes da Varje era bastante comum na sociedade colonial. A ideologia cristã era um pilar fundamental na normatização das relações escravistas, e legitimava o cativo de uns para justificar a liberdade de outros, sem prejuízo de ocasionais crises de consciência.⁸ Para ser justo, não posso deixar de mencionar que Manoel Fernandes também alforriou mais dois de seus escravos: Francisco Benguela, gratuitamente, e Antonia Rebola, com a condição de servi-lo até sua morte.⁹

A origem dos escravos também condicionava as possibilidades de obtenção da alforria. Os crioulos (escravos nascidos no Brasil) tinham mais chances de serem libertados que os africanos. Entre os 56 alforriados em Nossa Senhora dos Anjos, cuja naturalidade foi identificada, 36 eram crioulos e apenas 20 africanos. Em um cenário onde a população escrava do Rio Grande do Sul dividia-se quase que igualmente entre nascidos na África e no Brasil,¹⁰ a vantagem relativa dos crioulos fica evidente. No caso específico de Nossa Senhora dos Anjos, tal predominância decorria do costume de libertar as “crias da casa”, como eram chamados os filhos de escravos nascidos na casa do senhor. Embora essa informação não fosse estritamente necessária para registrar uma carta de liberdade, identifiquei 16 casos de alforria de “crias da casa” ou crianças sendo libertadas, gratuitamente, sob alguma condição, ou mediante pagamento realizado por terceiros (pais, padrinhos ou benfeitores). É provável que algumas fossem filhas dos senhores, mas esta informação não foi declarada.

Entre os casos de pagamentos realizados por terceiros, alguns são interessantes. Martinho dos Santos Soares, padrinho do “mulatinho” Vicente, pagou a Domingos Garcia Velho a quantia de 25.600 réis para alforriá-lo na pia batismal. O proprietário ainda declarou que Vicente seria entregue ao padrinho assim que ele o quisesse “puxar”, imediatamente ou depois de criado, sem ter obrigação de pagar pela criação.¹¹ O preto forro Francisco dos Santos pagou a Zeferino Tavares

7 Ver, a esse respeito: THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria, ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

8 Ver: VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

9 Respectivamente, RD2, 6, 19v-20 e RD2, 5, 211v-212v.

10 Aladrén (2008), op. cit., p. 172-173.

11 RD2, 9, 127-127v.

Freire 128 mil réis para alforriar sua filha Isidora.¹² Miguel, preto forro pai de Maria, a libertou pagando 102.400 réis a Bernardo José Guedes Pimentel. O senhor ainda declarou que atendeu aos rogos que o próprio pai dela lhe fez, e como reconheceu nele uma “afeição paterna”, aceitou alforriá-la, não sem antes receber o seu “justo valor.”¹³

Os africanos alforriados em Nossa Senhora dos Anjos eram de diversas nações.¹⁴ A grande maioria era originária da África Central-Atlântica: seis eram Benguela, quatro Rebolo, dois Congo, um Angola e um Cassange. Apenas dois vinham da África Ocidental, um de São Tomé e outro da Guiné. Quatro foram identificados apenas como “de nação” ou “da costa”, isto é, designações genéricas para africanos. A predominância de africanos oriundos da região central-atlântica é natural, uma vez que o abastecimento de escravos no Rio Grande do Sul era realizado principalmente por intermédio do porto do Rio de Janeiro, que por sua vez tinha fortes ligações mercantis com os portos de Luanda, Benguela e Cabinda, entre outros menos cotados da região de Congo e Angola.¹⁵ Portanto, a população escrava rio-grandense era majoritariamente proveniente dessas regiões.

Os escravos, fossem eles crioulos ou africanos, poderiam ser alforriados de diversas maneiras. Analisando o conjunto dos casos, estabeleci uma tipologia que se divide em quatro modalidades: as gratuitas, as condicionais, as pagas e as pagas por terceiro. Na primeira, a alforria é concedida sem nenhum ônus ou condição. Na segunda, não há pagamento, mas alguma condição (normalmente tempo de serviço) é exigida. Na terceira, o próprio escravo paga uma quantia para ser libertado (também a denomino de “autocompra”). E, na quarta modalidade, uma terceira pessoa efetua o pagamento.

12 RD1, 10, 77v-78.

13 RD1, 3, 135-135v.

14 Os nomes de nação eram derivados de portos de embarque e regiões africanas e, eventualmente, de reinos ou grupos étnicos. Faziam parte de um sistema de classificação dos escravos engendrado no tráfico atlântico e não eram atribuídos exclusivamente a partir de características culturais de grupos étnicos africanos. Ver: SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor*: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

15 FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997; BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul*: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1825. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2006.

Tipos de alforria na Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos (1800-1833)

| | Gratuitas | Condicionais | Pagas | Por terceiro | Total |
|----------|------------------|---------------------|--------------|---------------------|--------------|
| # | 28 | 20 | 09 | 07 | 64 |
| % | 44 | 31 | 14 | 11 | 100 |

Fonte: Cartas de Alforria dos Livros de Registros Diversos do 1º e 2º Tabelanatos de Porto Alegre, 1800-1833.

Os dados apresentados na tabela indicam uma realidade particular na freguesia. A baixa incidência de alforrias em que o próprio escravo paga por seu valor (14%) sugere que era muito difícil acumular pecúlio em Nossa Senhora dos Anjos nas primeiras décadas do século XIX. Dados mais abrangentes que incluem as alforrias de Porto Alegre, cujo núcleo urbano era mais pujante e estava em crescimento, demonstram que as “autocompras” eram responsáveis por aproximadamente 37% do total.¹⁶ Em Salvador e no Recôncavo baiano, cerca de 48% das alforrias eram pagas, enquanto no Rio de Janeiro elas chegavam a 40%, em Buenos Aires a 60% e em Montevidéu a 46%.¹⁷

Certamente não existia na Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos um mercado robusto para a atuação dos escravos de ganho (que trabalhavam por conta própria e entregavam uma quantia previamente estabelecida para seus senhores, podendo guardar o que recebiam acima disso) e o pequeno comércio também devia ser pouco dinâmico ou restritivo para a atuação dos escravos. Restava a eles a possibilidade de trabalhar por conta própria em suas roças, que não deviam ser muito lucrativas, de modo que a “economia interna”¹⁸ dos escravos na Freguesia, ao que parece, tinha pouca vinculação com os circuitos mercantis monetarizados da região.

16 Aladrén (2009), op. cit., p. 50.

17 Ver, respectivamente: Schwartz (2001), op. cit., p. 201; Karasch (2000), op. cit., p. 460; JOHNSON, Lyman L. “Manumission in colonial Buenos Aires, 1776-1810”. In: *Hispanic American Historical Review*. v. 59, n. 2. Durham: Duke University Press, maio 1979, p. 258-279; BETANCUR, Arturo A.; APARICIO, Fernando. *Amos y esclavos en el Río de La Plata*. Buenos Aires: Planeta, 2006, p. 25-26. Note-se que esses dados incluem as “autocompras” e as pagas por terceiro. De qualquer forma, são apropriados para estabelecer uma comparação de tendências.

18 Ver: CARDOSO, Ciro Flamaron S. A brecha camponesa no sistema escravista. In: *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 133-154; REIS, João J.; SILVA, Eduardo. A função ideológica da brecha camponesa. In: *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 22-31; SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 197-200.

Por outro lado, o índice das pagas por terceiro é bastante expressivo, chegando a 11%. Esse dado parece indicar que, nas freguesias rurais do Brasil colonial, onde havia grandes dificuldades para os escravos acumularem pecúlio, o auxílio de parentes, benfeitores e padrinhos era crucial para o acesso às alforrias compradas.

A contrapartida para a escassez de alforrias pagas é a abundância relativa das gratuitas e condicionais que, somadas, atingiam 75% do total. As gratuitas foram concedidas principalmente para os escravos crioulos, em especial as crianças e “crias da casa”. Oito africanos também as receberam. O interessante é que, entre eles, destacavam-se os idosos e os que tinham algum ofício especializado e/ou eram casados. Manoel, de nação rebole, era curtidor, e foi libertado gratuitamente no testamento de João Sahy.¹⁹ Antonio da Silva Barros libertou a escrava Lucrécia, de São Tomé, que era casada com o “meu escravo que foi de nome Domingos.”²⁰ Antonio Francisco, de nação Angola, foi alforriado com 70 anos de idade por seu senhor Simão Paim de Arruda.²¹ Vicente, de nação Benguela, era oficial de carapina (carpinteiro), casado com Maria e foi alforriado sem ônus ou condição pelo Padre Feliciano Antonio Marques.²² Pode-se supor que os africanos que eram libertados de forma gratuita já tinham uma inserção social consistente, e contavam com relações de parentesco e ofícios especializados que os favoreciam.

As condicionais também eram outra forma de driblar a falta de numerário para comprar a alforria, e os acordos estabelecidos entre escravos e senhores envolviam serviços diversos. O pardo Reginaldo foi cortado²³ na metade do seu valor no testamento do falecido senhor. Para pagar a outra metade, serviu durante alguns anos na fazenda de sua senhora, até receber a liberdade.²⁴ Outros acordos firmados nas alforrias condicionais chegavam a ser extravagantes, como é o caso do preto forro Antonio Feliciano Marques. Ele alforriou sua escrava, a preta Agostinha, no dia 1 de novembro de 1814. No entanto, para usufruir de

19 RD1, 8, 84v.

20 RD2, 8, 31v-32.

21 RD2, 9, 39v-40.

22 RD1, 4, 44v-45.

23 A prática de “cortar” o valor de um escravo em testamento era razoavelmente comum no Rio Grande do Sul. O testador abria mão de metade do valor do mesmo, e o restante poderia ser coberto por meio de pagamento do próprio escravo ou de outra pessoa, pelo cumprimento de serviços ou até mesmo com os herdeiros (cônjuge e/ou filhos) abrindo mão da sua parte. Embora semelhante em alguns pontos, tal prática era distinta da “coartação”, tão corriqueira em outras paragens do Brasil colonial. Ver: SOUZA, Laura de Mello e. Coartação: problemática e episódios referentes a Minas Gerais no século XVIII. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 275-295.

24 RD1, 7, 93-93v.

sua liberdade, Agostinha deveria casar-se com ele. Não se trata, de maneira alguma, de uma bela e edificante história romântica, na qual um preto forro liberta sua escrava para legitimar perante Deus o amor que os une. Se Agostinha não se casasse com Antonio, a alforria seria revogada. E, cauteloso, não querendo dar nenhuma “chance ao azar”, ainda estipulou entre as cláusulas que Agostinha não herdaria seus bens, se eventualmente ela se ausentasse de seu “poder” durante o casamento.²⁵ Ao que parece, Antonio desejava uma esposa, mas não queria perder a escrava.

OS ESCRAVOS DE DONA FRANCISCA

A análise das cartas de alforria não pode prescindir de uma avaliação dos interesses que estavam em jogo no ato de alforriar. Além das motivações dos escravos, é importante conhecer também as razões dos senhores. Dona Francisca Inácia Xavier Prates destacava-se entre os proprietários que alforriavam em Nossa Senhora dos Anjos. Ela libertou nada menos que 10 de seus escravos, entre os anos de 1810 e 1821.

Dona Francisca era filha de João Rodrigues Prates, capitão-mor da Vila de Laguna nomeado em 1752. Prates ampliou sua atuação política e econômica para a fronteira sul da América portuguesa, acompanhando o movimento de povoação dos Campos de Viamão, onde foram estabelecidas as localidades de Porto Alegre e Nossa Senhora dos Anjos. O capitão-mor era um dos grandes potentados lagunenses e, embora possuísse uma estância no Rio Grande do Sul, manteve residência na vila catarinense, tendo falecido em 1766. Em seu inventário, foram arrolados 57 escravos, alguns nas suas propriedades em Santa Catarina e outros na sua estância em Viamão, que correspondia a uma parte significativa do total de seu patrimônio (39%). Alguns filhos do capitão-mor de Laguna se estabeleceram no sul, entre eles Dona Francisca.²⁶

Ela casou-se com Manuel de Souza Gomes que, com o auxílio de parte da herança do sogro, tornou-se um grande proprietário em Nossa Senhora dos Anjos. Em 1770, tiveram seu primeiro filho, João Rodrigues de Souza Prates, que depois

25 RD2, 9, 123-123v.

26 Ver: KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa - século XVIII*. Tese de doutorado. Niterói: PPGH/UFE, 2006, p. 192-207.

herdaria parte dos bens do casal.²⁷ O segundo filho, Luciano de Souza Prates, nasceu um ano depois, mas não localizei seu batismo.²⁸

O domicílio de Manuel de Souza Gomes foi listado no rol de confessados²⁹ de Nossa Senhora dos Anjos do ano de 1782, mas o documento está rasurado, de modo que só é possível ler os nomes de sua mulher, Francisca, de seu filho João, e de mais poucos escravos e agregados. Já o rol de 1789 está completo: além de Manuel e Francisca, que na ocasião estavam com 46 e 50 anos respectivamente, seus dois filhos foram listados. Ainda foram arrolados um agregado e 19 escravos. Entre eles, é interessante notar que havia muitas crianças e jovens, sugerindo que Manuel e Francisca incentivavam as relações na senzala para aumentar a escravaria do casal. No rol de 1791, voltam a aparecer o casal e seus dois filhos e mais 21 escravos, entre estes: Evaristo, de 11 anos, Romualdo, de 8, Felizarda, de 7, Florentino, de 6, Maria, de 5, Venâncio, de 3 e Reginaldo, com apenas um ano de idade. Havia um casal de escravos, formado por Santiago e Laura, que tinham respectivamente 36 e 18 anos. E também é interessante notar que quase não havia escravos idosos, a única era Maria, então com 53 anos.³⁰ Tratava-se de uma escravaria jovem, provavelmente constituída ao longo da década de 1780, por meio da aquisição de africanos jovens e do nascimento de escravos crioulos.

Em 1797, foi elaborada uma lista de moradores da freguesia de Nossa Senhora dos Anjos que possuíam propriedades com animais e escravos. Manuel de Souza Gomes consta na lista, como proprietário de uma légua de campos, supostamente confirmados por carta de sesmaria, com casas e benfeitorias, 24 cavalos, 20 bois,

27 No registro de batismo de João, informa-se que ele era filho legítimo de Manuel de Souza Gomes, natural do Porto, e de Francisca Rodrigues (nos outros documentos que consultei, ela aparece como Francisca Inácia Xavier Prates), natural de Laguna. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCM-PA). 3º Livro de Batismos da Freguesia de Viamão, fl. 19, 08/10/1770. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (Org.). *Projeto resgate de fontes paroquiais*: Porto Alegre e Viamão, século XVIII. Porto Alegre: UFRGS/Propeq/Fapergs, 2009. Nessa época, Nossa Senhora dos Anjos fazia parte de Viamão.

28 A escolha do sobrenome dos filhos é interessante, pois confere destaque à linhagem materna, mais conceituada (Prates). As práticas de nomeação eram essenciais para a reprodução do prestígio familiar no período colonial. Ver: HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação*: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2006.

29 Os róis de confessados eram censos eclesiais, realizados pelos párocos das freguesias para verificar se os fiéis estavam seguindo os preceitos da Igreja. As listas arrolavam os moradores divididos por fogos (unidades domésticas). A listagem iniciava com o chefe da família e a seguir vinham a esposa, os filhos, os escravos e os agregados. O propósito não era listar as propriedades de cada família, e sim os indivíduos que habitavam naqueles domicílios.

30 Róis de confessados da Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos, dos anos de 1782, 1789, 1790 e 1791. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCM-PA). Agradeço a Bruna Sirtori, que me disponibilizou uma cópia da transcrição destes documentos, realizada em trabalho coordenado por Fábio Kühn e Eduardo Neumann.

12 mulas, 100 ovelhas, 600 reses e 28 escravos.³¹ Nota-se que Manuel expandia com sucesso seu cabedal, especialmente o número de cativos. E é somente em seu inventário que é possível verificar que ele possuía outras propriedades (e, junto com elas, mais escravos) fora da Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos. No alto de seus 64 anos, ao redigir o testamento, ele podia relatar, com certa altivez, sua trajetória como um proprietário bem-sucedido nas paragens meridionais da América portuguesa:

Tenho vivido do exercício de lavouras e criação de animais vacuns e cavalares em terras de um potreiro sito no Passo Grande e Costa da Serra de Viamão, distrito desta freguesia de Nossa Senhora dos Anjos, onde me acho estabelecido com a minha família e quarenta e tantos escravos, casas de vivenda na dita Fazenda, senzalas e mais pertences, e dentro da Povoação da freguesia dos Anjos tenho casas de minha morada, boas e de comissão, onde mando vender os efeitos da minha laboração. Igualmente possuo na freguesia de Santo Antônio da Guarda Velha um sítio com engenho de cana de açúcar e fábrica de lavoura de boa estimação e valor, parte do dito n.º de escravos, e não devo nada a pessoa alguma, antes pelo contrário a mim é que me devem algumas dívidas, que se mostrarão das clarezas que se acham entre os [meus] papéis.³²

No inventário de Manuel, datado de 1814, foram registrados 43 escravos e um patrimônio de quase dez contos de réis, livre de dívidas.³³ Dona Francisca Inácia Xavier Prates sobreviveu ao marido e só veio a falecer na década de 1820. Seu inventário foi realizado em 1825. Embora não tivesse muitos animais arrolados entre seus bens, Dona Francisca ainda possuía propriedades na Aldeia dos Anjos (campos, datas de terra e chácaras) cujo valor ultrapassava dois contos de réis. Possuía seis escravos, sendo duas mulheres e quatro homens.

Como seu marido falecera na década anterior e Dona Francisca já era uma senhora octogenária no início dos anos 1820, a parte mais produtiva de seu patrimônio já havia sido legada para seus filhos. Era comum na sociedade colonial que

31 Lista nominativa de 1797. Livro 1198A, fl. 33v. Códice 108, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Agradeço a Lauro Allan Duvoisin pela indicação da fonte.

32 Excerto do testamento de Manuel de Souza Gomes, datado de 23/08/1807. Apud KÜHN (2006), op. cit., p. 202.

33 O número de escravos era bem superior do que o mencionado nos róis de confessados e na lista de moradores porque estes documentos apenas indicavam as pessoas e propriedades existentes em Nossa Senhora dos Anjos. Manuel de Souza Gomes era também proprietário de um canavial com engenho de açúcar e escravos em Santo Antônio da Patrulha. Sobre a produção de açúcar no Rio Grande do Sul, ver: BARROSO, Véra Lucia Maciel. Canaviais, engenhos e açúcar no Rio Grande do Sul, Brasil. *Ciências & Letras*. Revista da FAPA, n. 41. Porto Alegre: jan./jun. 2007, p. 53-82.

casais com filhos adultos transferissem o controle dos bens economicamente produtivos (escravos, lavouras, terras etc.) para seus herdeiros, especialmente quando um dos cônjuges falecia. No inventário de Dona Francisca já não constavam rebanhos de gado e tampouco uma escravaria numerosa. Aliás, dos seis escravos inventariados, três estavam na faixa dos 60 anos, um era uma criança de 10 e apenas dois (um homem e uma mulher, talvez um casal) estavam em plena idade produtiva, com aproximadamente 20 anos de idade. Apesar disso, o total dos bens relacionados no inventário de Dona Francisca somava aproximadamente quatro contos e quinhentos mil réis, um montante bastante considerável que ainda a colocava entre as proprietárias abastadas da Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos.³⁴

Além do ciclo econômico condicionado pela sucessão geracional que explica a escassez de bens produtivos no inventário de Dona Francisca (lembramos que seu marido faleceu deixando mais de 40 escravos, rebanhos e terras), sua prodigalidade na concessão de alforrias também foi determinante para que lhe restassem poucos escravos no momento do juízo final.

No dia 14 de agosto de 1810, alforriou gratuitamente o mulato Francisco, a mulata Firmiana e a crioula Felizarda, os três descritos como “crias da casa”. No rol de confessados de 1791, só aparece Felizarda, então com sete anos. Portanto, aos 26 anos ela foi alforriada, sem ônus ou condição. Francisco e Firmiana provavelmente eram ainda mais jovens e, identificados como mulatos, é possível que fossem frutos de um relacionamento do senhor ou de seus filhos com uma escrava. Em maio de 1810, João Rodrigues de Souza Prates passou uma carta de alforria para a escrava Catarina, vulgarmente apelidada de “Cativão”, cumprindo disposição testamentária de seu falecido pai. Manuel de Souza Gomes faleceu entre os anos de 1807 e 1810 (em agosto de 1807 sabemos que estava vivo, pois é a data do testamento e, em maio de 1810, já estava morto). Suponho que ele tenha falecido em fins de 1809 ou início de 1810, o que explicaria as alforrias concedidas por Dona Francisca neste ano. Já sem o marido, ela passou a alforriar alguns de seus escravos, recompensando-os por anos de serviços prestados, pelo fato de serem crias da casa ou, talvez, sabendo que os mulatos eram filhos do falecido, para livrá-lo dos pecados da carne e facilitar sua entrada no paraíso celeste.³⁵

34 Inventário de Francisca Inácia Xavier Prates. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Porto Alegre, 1ª Vara de Família, 1825.

35 Márcio de Sousa Soares sugere que deixar filhos na condição de escravos seria uma contradição moral, reprovada tacitamente pela Igreja e pela sociedade, o que levaria boa parte dos senhores a libertar seus filhos escravos na pia batismal ou no testamento. Ver: SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo: a dívida da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750 – c. 1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009. No caso analisado, se porventura os mulatos fossem realmente filhos de Manuel de Souza Gomes, quem procurou reparar os pecados carnis cometidos por ele foi sua própria esposa.

No dia 15 de abril de 1813, Dona Francisca alforriou, novamente de forma gratuita, mais duas crias da casa: os pardos Claudina e Francisco, irmãos com respectivamente 11 e 6 anos de idade.

Digo eu D. Francisca Inácia Xavier Prates que de minha livre vontade e sem constrangimento de pessoa alguma dou liberdade a um meu escravo pardo de nome Francisco de idade de seis anos filho da parda Maria que foi minha escrava que pelo amor que tenho ao dito escravo Francisco de menor idade e atenção aos bons serviços que me fizeram sua avó Catarina e sua mãe dou ao dito rapaz liberdade assim como também a irmã dele de nome Claudina parda.³⁶

[...] por quanto à dita Claudina tenho amor não quero que seja cativa além da rogativa que o falecido meu filho João Rodrigues me fez antes de sua morte para que se lhe desse liberdade.³⁷

Note-se que, na segunda alforria, ela justifica dizendo que seu falecido filho pediu, antes de sua morte, para que ela libertasse Claudina. Pode-se supor que um novo evento traumático na família, a perda do primogênito, levou Dona Francisca a alforriar mais dois de seus escravos, para ficar bem aos olhos de Deus.

Em 1820, ela libertou o crioulo Atenário, de dez anos, por ter recebido a quantia de 128 mil réis.³⁸ E, por fim, mais alguns escravos foram alforriados em 1821, entre junho e outubro. No dia 14 de junho, Dona Francisca recebeu 76 mil e 600 réis pela liberdade da mulatinha Filisbina.³⁹ No mesmo dia, a mulata Gertrudes pagou 115 mil e 200 réis por sua alforria.⁴⁰ Certamente Gertrudes era mãe de Filisbina e comprou de uma só vez a sua liberdade e a da filha.

Em julho, no dia 10, alforriou o preto da Guiné Joaquim, como testamenteira de seu falecido filho João Rodrigues. Ela decidiu “revalidar e solenizar” a verba testamentária, passando a carta de liberdade ao escravo.⁴¹ No dia 25 do mesmo mês, alforriou gratuitamente a mulatinha Maria, filha de Eufrásia, que tinha sido sua escrava e então já se achava liberta.⁴² O escravo Caetano, natural da Costa da

36 RD2, 8, 98-98v.

37 RD2, 8, 98v-99v.

38 RD1, 7, 81v-82.

39 RD2, 12, 14v-15.

40 RD2, 12, 15-15v.

41 RD2, 12, 23.

42 RD2, 12, 72-72v.

África, já velho, foi libertado no dia 7 de outubro pelos bons serviços prestados, com a condição de servir até a morte da senhora.⁴³

O que teria acontecido em 1821 para Dona Francisca alforriar mais quatro dos seus escravos, além de solenizar a liberdade do preto Joaquim, conferida em testamento do primogênito João, que falecera quase dez anos antes? A morte do seu segundo filho, Luciano de Souza Prates, provavelmente no ano anterior.⁴⁴ Após ter perdido o marido e seus dois filhos, e talvez sentindo que a sua própria morte se aproximava a passos largos, Dona Francisca alforriava seus escravos para demonstrar sua benevolência e assegurar a salvação de sua alma. O último escravo por ela libertado era o velho africano Caetano, que acompanhou sua família desde a década de 1780. O escravo, que tinha mais de 60 anos em 1821, ainda acompanhou os derradeiros suspiros de sua senhora.

OS ECOS DA INDEPENDÊNCIA RESSOAM NAS RUAS DA ALDEIA

A Independência do Brasil ocorreu num contexto de transformações que alteraram, entre outras coisas, a natureza das relações escravistas herdadas do período colonial. Apesar da manutenção da instituição, a legitimação ideológica e política da escravidão passou a se apoiar em um novo conjunto de referências fundadas no liberalismo. A escravidão foi justificada com base no direito de propriedade, muito embora as referências cristãs não deixassem de influenciar as interações cotidianas entre senhores e escravos.

Ao mesmo tempo, com a promulgação da Constituição de 1824, as relações entre homens livres e o Estado imperial passaram a ser regidas pelos novos direitos de cidadania. Todos os homens livres nascidos no Brasil ou naturalizados tinham, em tese, os mesmos direitos civis. A única diferenciação operava na esfera dos direitos políticos, com a adoção do voto censitário, conforme o critério da renda anual. A exceção era destinada aos libertos que, mesmo tendo a renda necessária, só poderiam votar nas primárias.⁴⁵

43 RD1, 8, 2-2v.

44 No dia 25 de junho de 1821, Brígida Maria Prates, viúva de Luciano de Souza Prates, alforriou um escravo como testamentária do falecido marido. RD1, 7, 93-93v.

45 CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Apesar destas limitações, os direitos de cidadania não faziam distinções raciais, ao contrário do período colonial, quando as relações entre os homens livres e as instituições pautavam-se pela diferenciação de cores e condições (pretos, pardos e brancos).⁴⁶ No entanto, a aplicação prática dos novos direitos de cidadania foi um processo extremamente complicado.

Na Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos, o ideário liberal e as discussões sobre a cidadania também marcaram o contexto local. Os homens livres “de cor” e os libertos, entre eles os ex-escravos de Dona Francisca, foram afetados por essas mudanças. Raimundo Pais de Oliveira, preto forro, apresentou-se ao Juiz de Paz da Freguesia “todo ensanguentado”, no dia 26 de outubro de 1834.⁴⁷ Segundo ele, o ferimento teria sido feito por Diogo dos Reis, um irlandês. Raimundo dirigiu-se à venda de Diogo para cobrar-lhe uma dívida. O irlandês quis pagar-lhe em “moeda fina”, de pouco peso, o que não foi aceito pelo preto forro.

A testemunha Manoel Machado da Silveira, homem branco natural dos Açores, disse que ouviu uma “bulha” na venda e viu Diogo dar uns “cocos” em Raimundo, tendo depois este saído junto com a mulher do mesmo Diogo, que o acudiu. Interessante é que a testemunha afirma que “[...] outro dia que ele [o irlandês] chegou molhado a sua casa ele Raimundo lhe deu de comer e que nesse tempo ele não [o] chamava [de] negro.” Veja-se que na discussão entre o preto forro e o irlandês este acionou um discurso racista, em uma tentativa de desqualificar e humilhar o outro, remontando às marcas simbólicas do Antigo Regime, de modo a lembrar a condição inferior de Raimundo que, como negro e ex-escravo, estava abaixo de Diogo, um homem branco, embora estrangeiro.

O próprio advogado de Raimundo, no libelo acusatório construiu sua argumentação a partir do ideário liberal que informava os direitos do cidadão, mas não deixou de dialogar com as concepções hierárquicas do Antigo Regime.

Porque devendo o réu ser pacífico, inimigo de desordens, e tratar bem aos demais cidadãos, ainda mesmo aos que se acham mui abaixo da sua esfera, ao contrário praticou; Pq. no dia 26 de outubro indo o autor à casa de negócio que pertence ao réu a pedir-lhe certa quantia, de que ele lhe era devedor, e como a não quisesse receber em moeda que tivesse de menos peso que marca a lei,

46 Ver, acerca das hierarquias sociais e raciais no período colonial: SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; LARA, Sílvia H. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América portuguesa*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007; Aladrén (2009), op. cit.

47 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Porto Alegre, Sumários, Cartório do Júri, maço 17, processo n. 449.

o réu, além de muitos insultos com que retribuiu ao seu justo peditório, lhe principiou a dar bofetadas, dos que lhe resultou uma pequena contusão [...]. Pq. não contente com o insulto que fez, outro pretendia por em prática, pois que retirando-se o autor da dita venda o réu de novo o veio provocar, ao que o autor submisso tolerou, sem que desse indícios de se querer vingar; por que se o quisesse fazer, não lhe faltavam os meios; mas estando certo de que às leis cumpre punir os delitos; e mesmo porque olhando para o seu estado e condição, se persuadiu de que melhor era sofrer as imprudências do réu do que lançar mão dos meios de que se servia; tudo sofreu e somente apelou para as autoridades, a que a lei incumbe vigiar aos seus subordinados, porque eles se continham nas raias do dever [...] P. q. o autor na condição de preto liberto respeita aos que lhe são superiores pelo seu Estado social; que não é desordeiro; que é submisso às Leis e às Autoridades Constituídas, e enfim que trata de trabalhar afim de adquirir meios com os quais possa subsistir e afastando deste modo de si a ociosidade [...] Pq. nestes termos, e nos de melhor Direito deve o réu ser condenado [...] para o exemplo seu, e de outras que se julgando superiores ao réu, em razão de sua cor, cometem as injúrias que lhes sugere suas imaginações.

Diogo não deveria julgar-se superior a Raimundo por este ser negro e ele branco, afinal ambos eram cidadãos. Mas, Raimundo, na condição de preto liberto, estava “mui abaixo” da esfera de Diogo e, em razão de seu estado social, sempre respeitara os que lhe eram superiores. Nota-se que, na visão do advogado os princípios hierárquicos do Antigo Regime deveriam ser reelaborados a partir dos novos direitos de cidadania, mas não descartados. Se todos os homens livres e libertos eram cidadãos (e uns não deveriam se julgar superiores aos outros em razão de sua cor), havia estados e condições que os diferenciavam.

Apesar de Diogo ser estrangeiro, ele era considerado um cidadão de maior qualidade que o preto. Claro que o irlandês teve cuidado ao se qualificar, enfatizando que estava estabelecido na Aldeia dos Anjos há 16 anos, era fabricante, católico romano, “casado com mulher brasileira [...], bom esposo, bom pai, trabalhador, útil à nação, muito religioso, manso, pacífico [...] obediente às leis deste Império.” Ele também receava certa discriminação por ser estrangeiro, de modo que procurou ressaltar suas qualidades, demonstrando sua lealdade ao Império do Brasil.⁴⁸ Já em relação a Raimundo, mesmo sendo brasileiro, não

48 Não sei se Diogo era de fato cidadão brasileiro, naturalizado. Suspeito que não, uma vez que ele possivelmente teria alegado a naturalização para melhor se defender. Isso implica em perceber que a formalidade da definição dos direitos de cidadania não era tão importante na vida cotidiana e mesmo em processos judiciais, pois outros fatores já eram suficientes para que uma pessoa fosse considerada um cidadão de “maior esfera”.

havia dúvidas de que ele era um cidadão de segunda classe. Sendo um preto liberto, ele deveria sempre se mostrar submisso e respeitoso aos brancos, ainda que não fosse ocioso e trabalhasse para adquirir os meios de sua subsistência. O que não era admitido por seu advogado (e por ele próprio) era o tratamento de “negro”, o desprezo por sua cor. Ao fim do processo, Diogo dos Reis foi absolvido, apesar de várias testemunhas corroborarem a versão da acusação. A sentença “por unanimidade achou que não existe crime no fato ou objeto da acusação,” o que sugere a dificuldade da efetivação de projetos progressistas, que propunham transformações radicais na sociedade brasileira. Do mesmo modo, percebe-se a força dos projetos conservadores da classe senhorial no Rio Grande de São Pedro, que procuravam restringir o alcance das ideias liberais e das mudanças do período da independência.

Este caso demonstra que, mesmo em uma freguesia rural das paragens meridionais do Império brasileiro, foram travadas disputas a propósito do alcance que teriam os direitos de cidadania no Brasil independente.

CONCLUSÃO

A freguesia de Nossa Senhora dos Anjos, criada como um aldeamento indígena em meados do século XVIII, viveu intensamente as transformações históricas pelas quais passou a sociedade brasileira até meados do século XIX. A formação da elite local – da qual faziam parte famílias como a encabeçada por Manuel de Souza Gomes e Dona Francisca Inácia Xavier Prates – assentou-se no controle de recursos econômicos cruciais, como a terra, o gado e, principalmente, os escravos.

O sucesso e a reiteração dessa elite – que sociologicamente se constituiu enquanto uma classe senhorial – dependia de políticas de domínio que combinavam a coerção e a concessão de benefícios aos escravos. Proprietários como a Dona Francisca libertavam seus cativos seguindo convicções cristãs e, ao mesmo tempo, fortaleciam posições de mando sobre as suas escravarias e formavam uma clientela de indivíduos dependentes.

O liberalismo que acompanhou o movimento de Independência do Brasil modificou, ainda que marginalmente, este quadro. No período colonial, os homens livres de cor e os libertos necessitavam da proteção de grandes proprietários, para assegurar uma posição econômica e social razoável na condição de ex-escra-

vos. A definição de direitos de cidadania que incluíam estes indivíduos, mesmo de forma precária, os colocava em um novo patamar nas disputas por autonomia. Apesar de tudo isso, na prática, as hierarquias sociais ainda mantiveram, durante muito tempo, as marcas do passado escravista e colonial, como o demonstra a história da Aldeia dos Anjos.



Desfile no centro de Gravataí. Década de 1940.



PARTE 2

ETNICIDADE



O QUILOMBO DO PAREDÃO: RESISTÊNCIA NEGRA EM GRAVATAÍ

Cláudio Baptista Carle

Arqueólogo e Professor Dr. do Curso de Antropologia/ UFPEL. Pelotas/RS

O mundo religioso assegura um bom dia, uma boa colheita, uma vida segura, uma morte gloriosa, uma vida eterna e assim por diante. É importante destacar o conhecimento que obtive através da leitura de três dos maiores estudiosos, pelo menos para mim, da manifestação religiosa do africano no Brasil - Bastide, Verger e Norton Corrêa - e pela vivência na Capoeira Angola e nas casas de Batuque e Umbanda em Porto Alegre e região metropolitana. Para os três autores mencionados acima e para os praticantes das artes africanas, o que está manifesto no espaço público é para conhecimento público, é o que tem valor amplo a ser mostrado, embora todo o “negro” se sinta africano nos princípios individuais não expressos a público (BASTIDE, 2001). As formas de ser, de pensar não são manifestas abertamente; o ser e a aparência deste, que se identifica como africano, estão separados de maneira tão clara quanto a proposta filosófica de Heidegger (1966).

O conceito de quilombo mais antigo que encontrei (datado de 02 de dezembro de 1740) considerava “[...] toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles.” (MOURA, 1987, p.16). Esta percepção ainda vigora no senso comum e em muitos trabalhos acadêmicos.

Reconheci os padrões de organização física deste espaço vinculados a sentidos da africanidade. Identifiquei as formas de assentamento dos grupos de remanescentes de africanos distinguindo-os pelos padrões de organização física e mítica que os possibilitaram implementar. A pesquisa destaca o Vale do Rio dos Sinos e embocadura do Delta das ilhas formadoras do estuário do Guaíba, diretamente o abrigo do Monjolo no Município de Santo Antônio da Patrulha, a antiga ilha do Quilombo no Delta do Jacuí, município de Porto Alegre, e na localidade de Paredão

na divisa dos municípios de Gravataí e Taquara, este último tema principal deste trabalho. Realizei interlocução com o primeiro remanescente de quilombo oficializado no Rio Grande do Sul que é a Comunidade de Casca em Mostardas e com a Comunidade do Morro Alto.

Assumi uma posição ideológica que revigora o *status* do saber mítico e da filosofia popular, e destitui o discurso científico ultrapassado que se coloca como o único possuidor de verdade (LUZ, 1995). Alicerçado pela africanidade, assumi posições, propuz defesas de patrimônio e retomei um pouco do conhecimento já escrito sobre a história do período da escravidão no Rio Grande do Sul. Intensifiquei a africanidade com a retomada de ideias míticas, aqui expressas em yorubá que é a língua que ainda permanece forte.

A RELAÇÃO DIRETA EM *O SER NA TERRA E O SEU ENTE NO CÉU*

Aprendi que o conhecimento místico e mítico africano é utilizado a todo o momento, pois é o elo de ligação entre nós e os nossos espíritos, e somos humanos, portanto possuidores de espíritos. Percebi que, se isto é básico hoje para o homem afro-brasileiro moderno, o era com mais intensidade no passado. Os locais de refúgio simbolizavam não apenas uma fuga aos trabalhos e maus tratos, mas sim a possibilidade de reestruturação de seu modelo de vida.

O pensar no africano no Brasil é possível com o identificar da tentativa de manutenção de seu *modos vivendi*. Então buscamos os escritos de Martim Heidegger, no que este se refere ao concreto-etnológico da existência mítica, e conjugamos com os conhecimentos desenvolvidos por Pierre Verger.

É importante dizer que a língua é a “casa do ser”, onde o ser chega e “atua”. Assim tentamos expor através da língua e na interação entre iorubanos e batus a sua fundamentação. Não só o ser tem que possuir entendimento, mas a sua existência física, e esta se dá no espaço, mesmo que este espaço seja imaginário, ou seja, que é fruto da mente humana. Como já dissemos antes, a delimitação do ser é o delimitar o que é o ser, e as variações em relação a isto.

O pensamento do ser africano é uma relação direta com o seu ente fora dele, mas não desligado do mesmo. Poderia se dizer que o africano não está de forma alguma distante de seu estar no mundo com relação aos desígnios dos seus re-

presentantes nas forças da natureza: os “Orixás”, “òrìṣà” (VERGER, 2002, p. 17). Acima destes está “Olódùmarè” (VERGER, 2001, p. 21) o deus supremo que não recebe nenhum culto, pois está acima da compreensão humana. Ele criou os òrìṣàs para governarem e supervisionarem o mundo. Então o ser humano deve se dirigir a eles com preces e oferendas.

O africano é o pensamento dos seus constituidores, como entes na terra. Assim, o conhecimento sobre estes é vital. Remontando a ideia do Olódùmarè que mora no além, o Òrun, traduzido geralmente para “céu”, esta possibilita entender uma força maior que a dos òrìṣàs e dos seres humanos. Para alguns, o Òrun pode estar representado debaixo da terra. Em Ifé há um lugar chamado de Òrun Òba Adó, onde haveria dois poços sem fundo que seria o caminho mais rápido para o além. Seria isto confirmado durante as oferendas aos òrìṣàs, quando o sangue dos animais sacrificados é derramado no ojúbò, um buraco cavado na terra, em frente ao local consagrado ao deus, e os olhares se voltam para o chão e não para o céu. (VERGER, 2002, p. 22).

O certo é que o Òrun é o além, o infinito, o longínquo, em oposição ao ayé, o período da vida, o mundo, o aqui, o concreto. Neste habitam os mortos, os Ará Òrun, que periodicamente, voltam ao Ayé, para se tornarem novamente seres vivos - Ará Ayé, e isto o fazem o mais rápido possível ao que se diz Babatúndé ou Ìyátúndé, o “pai ou a mãe voltou”; isto está longe do céu paradisíaco dos cristãos e muçulmanos. Os próprios “òrìṣà” não gostam de permanecer neste lugar e durante as cerimônias apressam-se em voltar a terra encarnando-se nos corpos em transe dos seus descendentes que lhes são consagrados.

A base da estrutura do surgir no mundo é causa importante da confiança do permanecer nele, mesmo que em lugar não seu inicialmente, o não território, como poderia pensar após o seu traslado para a América, mas o lugar qualquer do ser no mundo, pois ainda era possível ao africano reconhecer este lugar como o mundo.

O mundo está em constante resolução para os africanos e estes pressupostos de Heidegger são importantes para entender os processos da africanidade. O constante da inconstância dos seres humanos está na inconstância da natureza e no ato contínuo de pretender ser. A existência de babalaôs, os “pais do segredo”, no Brasil possibilitou a continuidade da cosmovisão africana e sua ritualização. A multiplicidade étnica foi trazida e misturada no Brasil, vindas da Senegâmbia até Angola e de Moçambique da Ilha de São Lourenço (Madagascar). (VERGER, 2002, p. 23).

É importante ressaltar que não era apenas uma mão-de-obra que atravessava o Atlântico durante mais de trezentos e cinquenta anos, mas também a sua “personalidade, a sua maneira de ser e de se comportar, as suas crenças.” (VERGER, 2002, p. 23). O constitutivo banto veio ao Rio Grande do Sul, já no início da ocupação portuguesa deste estado, pela ação do tropeiro que a ele transfere as perspectivas do ser tropeiro, mas que inevitavelmente possibilita uma fricção interétnica, onde muitos termos e formas de agir se incorporaram à maneira do tocador de tropa.

Os festejos eram considerados apenas lembranças nostálgicas de uma África perdida. É provável que estes não desconfiavam que em meio a estas fuzarcas, as preces aos vodun¹ e inkissi,² se desenvolviam. A linguagem utilizada para os senhores era usada para louvar, pelo menos nas desculpas dos praticantes, aos “santos do paraíso.” Os senhores ainda neste período não sabiam das divindades dos africanos, e pouco ou nada os africanos sabiam das divindades dos europeus. O certo é que o primeiro conhecimento maior veio provavelmente com a pesquisa do Santo Ofício da Inquisição.

Os processos sincréticos são difíceis de precisar em sua origem, mas são notórios na religião atual dos afro-brasileiros. Há de se convir que os *uádi* (abismos) constituídos na separação da “mãe-África” remontam de seu âmago, na intersecção de diversos cultos dos múltiplos grupos culturais.

O processo de limitação que se impunha na relação com os “*òrìṣà*” estava na sua redefinição espaço temporal na América, tendo em vista que na África cada um estava diretamente ligado a uma cidade e por vezes a um reino. “O que vem a ser ainda não é e o que é já não necessita vir a ser”, na fala de Heidegger (1966, p. 156). Ele apresenta chaves para identificar as possibilidades que aquelas cidades teriam ao serem trasladadas ao Brasil, não mais agora como cidades, nem como aldeias, mas como parcelas constitutivas destas. A primeira parcela é o próprio indivíduo, que não se sente no mundo, mas que entende que o *òrìṣà* já não necessita vir a ser; ele é, e está presente nele. E como diria Parmênides, reconhecido pelo praticante das diversas religiões africanas o *òrìṣà* “é”, pois não nasceu e

1 Designação genérica de cada uma das divindades do panteão jeje, equivalentes aos orixás iorubas. Vodum - plural de vodus, no candomblé de rito jeje, - o culto aos vodus (‘divindades’). Religião de origem africana, de raiz semelhante ao candomblé praticado no Brasil, seguida especialmente pelos negros do Haiti e, em menor grau, também de outras ilhas das Índias Ocidentais. Voduísmo, vudu, vuduísmo - provérbio do fon vodú ‘espírito’, jeje vodú ‘deidade tutelar ou demônio’ (Dicionário Eletrônico Houaiss. Ed. Objetiva, Versão 1.0, Dez. de 2001). É importante ressaltar que a versão sobre Demônio, enfatizada neste dicionário, está constituída através de concepções cristãs e preconceituosas sobre as manifestações religiosas africanas, tendo em vista a associação direta dos rituais africanos com os desígnios do mal como veremos adiante, já a partir das pregações do Santo Ofício.

2 Em bantu, Inquice é a divindade dos cultos correspondente aos orixás Nagô. (LOPES, 2003, p.118).

nem precisa aparecer, é sozinho e em si mesmo, sem necessitar em absoluto de aperfeiçoamento, pois já é a perfeição. É a força natural que sustenta a existência dos outros e dele, mesmo que num espaço que originalmente não deveria ser seu, mas que potencialmente se tornou, a senzala.

O aprendiz dos segredos da religião e o iniciado sabem que este *òrìṣà* não foi outrem antes. Portanto, não será depois, pois, quando se faz presente, e sempre se faz, é ele todo simultaneamente, sem meias formas nem subterfúgios típicos dos humanos. Ele é único, reunindo a si mesmo em si mesmo a partir de si mesmo, é inegavelmente cheio de força e presença, com toda a capacidade do unificador.

Os “*òrìṣà*” viajavam para longe, junto com as famílias e no inserir-se em uma região com o crescimento da família e do poder do *olorixá*, sacerdote do “*òrìṣà*”, se a família é pouco numerosa a reverência era de cunho pessoal; se abrangente era expansiva a toda a família extensa. A ação deste *olorixá* não é substituída pelos membros da família que apenas o apóiam na realização das obrigações. Com o advento da separação entre os familiares no Brasil, as obrigações deveriam ser cumpridas, individualmente, até se localizar uma casa de “*òrìṣà*” para fazê-lo em grupo, onde aparece a ideia de um tal “pai-de-santo” que o ajudará a cumprir corretamente suas obrigações. Se este deve se tornar filho-de-santo, cabe a este “pai” ou “mãe”, preparar o “assento”, e nos terreiros existem então múltiplos “*òrìṣà*” pessoais, reunidos em torno do “*òrìṣà*” do terreiro, simbolizando o reagrupamento dispersado pelo tráfico (VERGER, 2002, p. 33).

A CONSTITUIÇÃO DOS QUILOMBOS

Os vestígios localizados na área do Paredão não reportaram a existência de um quilombo do século XIX, mas a permanência de afrobrasileiros naquela região, desde, no mínimo, o final do século XIX, mas que apresenta um dado importante de um jornal que remonta à localidade ao final do primeiro quartel do século XIX. Depois desta rápida análise podemos verificar que não foram estes os motivos que definitivamente marcaram estes locais como quilombos.

A afirmativa de que estes locais possibilitaram acobertar escravos em fuga está relacionada diretamente à condição física de sua inserção no terreno. O sítio do Paredão apresenta hoje várias estradas que o cortam em varias direções, tendo em vista a ocupação total da área por chácaras de lazer. A estrutura viária original se compunha de uma estrada que seguia contornando a morraria principal que

lhe deu nome, pelo lado oeste, até chegar ao topo do morro tendo de fundos uma grande falésia que impede o prosseguimento do caminho. Esta falésia está voltada para nordeste, e dela é possível avistar o rio dos Sinos.

A ideia básica e inicial do estudo dos sítios em questão está ligada diretamente à fricção interétnica, que é ocasionada por atração, onde a cultura africana não se exterminou, mas permitiu uma transformação cultural. Esta constatação é importante para entender estes espaços como quilombos. Com um estudo em campo que visava entender Unidades Sociológicas facilitou determinar áreas de atividades e sem atividade dentro destes sítios. O mito africano é que fez com que estes locais se constituíssem e mantivessem acesa a memória em relação a seus ancestrais, seus rituais e vitalizassem os espaços para conceber uma dinâmica africana no Brasil. Busca-se em Heidegger (1966), a relação do concreto-etnológico da existência mítica, para afirmação de ideias simbólicas deste povo, afirmando a filosofia africana a qual buscamos identificar através da religião. A busca da permanência deste africano de seu sentimento de ser no mundo e com isso o relacionamento à toda sua religiosidade, explica até a sua condição em plena escravidão, o que possibilita entender como o africano se relacionou com estes lugares.

A primeira forma de ser, pensando já a partir de Heidegger, está na língua que é “casa do ser”. A concretude do símbolo que o ser africano traz de seu mundo, além da língua, está para Heidegger (1966) expressa na arte; a arte que este trouxe e manteve o quanto pode nos seus quilombos. A arte que aparece nas formas de assentarem-se e nas maneiras de reagir dos habitantes atuais da comunidade do Paredão.

As relações entre terra e além mundo são reverenciadas pelos africanos. Assim, a arte se expressa diretamente no humano como ser, que é como o africano visa sentir-se no espaço do quilombo, simbolizada nas suas ações em relação aos locais que ocupam. Os africanos veem nas manifestações religiosas, pela língua no trato com os orixás, pela organização simbólica do espaço, a sua fundamentação enquanto ser no mundo. A compreensão do espaço está no seu entendimento, tanto dele africano enquanto ser, como do seu algoz como outro ser, e os dois são explicáveis miticamente. Este mítico delimita a forma de organizar-se em relação àquele e assim cria seus sistemas de entendimento sobre este outro.

A aparência, em Heidegger (1966), torna-se uma definição importante para determinar o espaço para o africano. O espaço está determinado pela visão das formas que a estrutura mítica dá ao contexto natural. Os orixás são forças da natureza e por eles é que o africano vê o mundo, pois os vivencia a todo o momento.

Esta relação com o espaço, que explicarei melhor adiante é feita pela aparência que é a forma como estes e nós mesmos vemos o mundo.

Os vestígios marcaram o espaço e o próprio local tornou-se objeto neste estudo. A natureza foi de certa forma manipulada pelos seus habitantes. A matemática envolveu o meu pensamento e o que poderia ser refugio demonstrou ser o ponto de partida para o entendimento do humano por traz dele. As práticas de deposição do refugio constituíram o espaço doméstico, e como tal domesticado, amplos no Paredão.

As várias maneiras de tratá-los marcaram os resultados deste trabalho que em grande forma estão aqui neste texto, no que este pode atingir. A ação cultural, na maioria dos casos, está na ideia do oráculo, Orumilá Baba Ifám, o Pai de Ifá, ou seja, aquele que realiza a revelação dos destinos.

Reconstruiu-se no Itan, história ou mito, que indica e indicará o processo da consulta, o que se aplica à situação concreta. Esta concretude como relatei antes foi atingida pela matemática, onde os números formam uma parte pequena deste estudo. Mas diria fundamental, pois com eles datamos e reconhecemos a inserção de um modelo ou outro de pensamento na fricção interétnica que se estuda. As quantidades e as relações com a estratigrafia foram medidas e reconhecidas, bem como se tentou delimitar os espaços de ações destes africanos nestes sítios.

As análises dos indícios deixados por estes grupos são o grande veio deste estudo, que se afirma através de uma analogia generalista dos modos *vivendis* dos africanos, da sua interação com o ambiente, a da sua manifesta vontade de inserção de seu modelo de mundo na América. Foucault (1994) escreve que a retórica dos “anciãos” deve ser o caminho a ser desenvolvido por nós que temos origem européia, pelo menos que manifestamente nos vinculamos a ela, nos consideramos como tal invocando a nossa sensação de pertencimento (BARTH, 1998). Mas, assim, também, o são o africano e os descendentes, tanto hoje, quanto no passado no Brasil.

No estudo do mito que se realiza representado pelas sutilezas da cultura material, devemos, como arqueólogos, considerar que a escolha do ambiente é faceta clara da cultura material. Assim, o próprio assentamento em sua localização é cultura material com a qual devemos abordar o interlocutor, portador de registro deixado pela sociedade no passado. O estudo de assentamentos africanos e os de seus descendentes devem ser vistos também, pelo menos, como proposta ideal pelo próprio olho daquele que os constituiu (Merleua-Ponty, 2002, p. 166). Nosso entremeado aos documentos da cultura material possibilita o entendimento de uma “estrutura de repetição”, que é o ato de eterno retorno, do reviver do mito através da filosofia, que aqui entre estes africanos, e como

em quase todas as sociedades a designa, a identifica, dá regra e estrutura seu hábitos.

A minha vivência, com o mundo do batuque me possibilitou o contato ao nível pessoal com um dos maiores alabês do batuque gaúcho, tocador de tambor que faz com que as divindades, os *òrìsà* se manifestem nos cultos, que o Mestre Boréu,³ filho de sangue Jaburu,⁴ me conscientizaram do que pode ser dito daquilo que não deve. É importante ressaltar este dado, pois muitos aprendizados que se têm na religião, e na ética africana não deve ser expresso pela fala e menos ainda pela escrita, pois estes têm um momento especial para ser apreendido e tem um momento especial para ser utilizado o conhecimento, mas não deve ser manifesto. O segredo disto é que mantém até hoje a própria religião africana em uma suspeita da sociedade envolvente, que a caracteriza então como sendo voltada para o mau.

A constatação acima nos permitiu estudar a África no Brasil, a dinâmica das populações africanas no Brasil, entrelaçando o conhecimento étnico - religioso dos grupos africanos e descendentes. A possibilidade de identificar o seu *habitus e habitat*, quando em espaço brasileiro, mas com toda a carga da filosofia africana é que se apresentou diante de meu estudo. O mito, em oposição à ideologia do pequeno grupo que detém o poder, é produto coletivo e coletivamente apropriado (BORDIEU, 2001, p.10) por estes indivíduos e perpetuado nos quilombos. A tensão entre o Aiyê (mundo) e o Orun (além mundo), segundo Luz (1995, p. 34) está na essência deste povo. O Aiyê permeado pela ideologia está indissociável do Orun, onde o mito está assegurado, mas que deve ser revivido sempre. O mito é mais importante que a ideologia para o africano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos o Quilombo do Paredão a luz do pensamento filosófico-mítico africano que em Bantu (língua mais comum no sul do Brasil no período do escravidão) pode ser afirmado como o Ongira Camutuê sobre o Paredão, ou seja, o Caminho da Sabedoria sobre o Paredão, iremos nos deparar sempre com as relações já estabelecidas sobre os africanos no Brasil. Se há um quilombo dir-se-á: há uma Casa Grande e Senzala.

³ Walter Calisto Ferreira.

⁴ José Alberto Mello Ferreira.

Zumbi será o oponente único a este processo e sempre haverá um Capitão de Mato para acabar com este problema. O que verifiquei nos estudos de vários quilombos como Casca – Mostardas, Ilha do Quilombo – Porto Alegre, Morro Alto – Osório, Monjolo – Santo Antônio da Patrulha, recentemente Favila e Paço dos Lourenços em Canguçu e Algodão em Pelotas é que o quilombo do Paredão não foge a uma lógica que está relacionada à religião e ao pensamento filosófico-mítico dos africanos no Brasil.

Os orixás marcam todo o agir e pensar destes indivíduos, mesmo que submetidos fortemente a um panteão católico. Analisei alguns destes Orixás tais como: o Exu (na África e no Candomblé) ou Bará (no Batuque) – o senhor dos caminhos; Orumilá – o senhor dos destinos e das consultas; Oxalá - *Òrìsànlá* ou *Obàtálá* – “o Grande Orixá” ou “o Rei do Pano Branco”; Ogum ou Ògún – o senhor da Guerra; Xangô ou Şàngó – o senhor da Justiça; Iemanjá ou *Yem-já* – a senhora do mar (ou das águas); Ode e Otim ou Oxossi – *Òsòsì* – Senhor das matas.

A visão do ritual de iniciação dos africanos e todos até a libertação mantinham fortemente estes rituais como os de sangue e a retomada do cotidiano na África, vivenciada no Brasil com os aspectos de bens que aqui foram introduzidos na maneira de agir dos africanos.

No Paredão verifiquei, assim como nos outros sítios apresentados, a presença do Caminho, – o Exu; ele aparece claramente. A Ilha do Quilombo é composta pelo caminho e pela água (Yemanjá ou Obá). Na área de Casca – Mostardas aparece a água salgada e doce em seus limites e sempre foi o Caminho (das tropas, a produção da zona sul do estado) que o marcaram. No caso do Morro Alto aparece fortemente a água, o caminho e a pedra; e temos a presença marcante de diversos cemitérios que dão os limites de toda a área. As lideranças mais velhas são também as protetoras dos cemitérios e suas mantenedoras, alusão clara aos Voduns (Eguns e Egunguns). O cemitério do Quilombo do Algodão – Pelotas e o cemitério do Rincão dos Maias – Quilombo da Favila – Canguçu são demarcadores fortes para aquelas comunidades, como veremos no caso do Paredão. No sítio do Monjolo, ainda há matos, na representação a Ode e Otim ou Oxossi. O abrigo do Monjolo sob rocha é um demarcador importante da Pedra elemento vital ao africano.

O Paredão ao ser visto de satélite aflora a dita pedra dos assentamentos anteriores. O cemitério e as casas servem para a demarcação dos seus limites apesar de terem perdido boa parte de suas terras. E a luta pela terra ainda esta profundamente imbricada pela ideia de preservar os vizinhos, o que não é um privilégio só daquele assentamento.

No Paredão, a religião, como pensamento filosófico-mítico do povo africano se fez representar pelo Exu na sua proximidade ao antigo caminho das tropas. Para seu assentamento aparece fortemente a figura de Orumilá, o senhor das con-

sultas e dos destinos Mandú (1880), no passado escravista, e Anita, no presente quilombola. A força de Oxalá, o Rei do Pano Branco”, está na nobreza com que tratam seus antepassados no cemitério, o qual é guardado por uma senhora de muita idade que compreende a força dos Eguns, antepassados, e egunguns antepassados míticos que demarcam o lugar de viver destes grupos, firmando o assentamento. Neste está também marcada a presença de Ogum, o Senhor da Guerra, pois foi no conflito permanente que estes resistiram no lugar e ainda resistem.

Ode e Otim ou Oxossi – Òsòsì – Senhor das matas, aparece no que ainda restou da antiga mata, mas ela está lá, lembrando as matas do passado no quilombo, refúgio e mítica. A força da tradição no Orun que conjuga a representação da passagem pelo Aiye, ainda que estejam representados pelos símbolos cristãos estão fortemente vincados no cemitério dos “pretos” do Paredão. O poder da permanência marca o território onde os mais velhos lembram sempre aos mais novos a que se destinam e de onde vieram. Na fala da velha senhora guardiã do cemitério, o cotidiano na África é o cotidiano aqui.

REFERÊNCIAS

- BARTH, Fredrick. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998. p. 185-227.
- BASTIDE, Roger. *O candomblé da Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BOURDIEU, Pierre *O poder simbólico*. 4 ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- FOUCAULT, Michel. Le language de l'espace. In: *Dits et Écrits. (1954-1988)*. Gallimard, 1994.
- HEIDDEGER, Martin. *Introdução à metafísica*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1966.
- LUZ, Marco Aurélio. *Agadá: dinâmica da civilização africano-brasileira*. Salvador: SECNEB/CED-UFB, 1995.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *A prosa do mundo*. São Paulo: Cosac & Naif, 2002.
- MOURA, Clóvis. *Quilombos e rebelião negra*. 7 ed, São Paulo: Brasiliense, 1987.
- VERGER, Pierre Fatumbi. *Orixás: deuses iorubás na África e no Novo Mundo*. 6 ed., Salvador: Corrupio, 2002.
- _____. *Notas sobre o culto aos orixás e voduns de todos os Santos, no Brasil e na antiga Costa dos Escravos, na África*. São Paulo: Ed. da USP, 2000.
- _____. *Notícias da Bahia (1850)*. 2 ed., Salvador: Corrupio, 1999.

PRESENÇA NEGRA NO MORRO AGUDO E COSTA DO IPIRANGA¹

Marco Antonio Albani da Silva

Agente de Saúde e Servidor Público Municipal. Gravataí/RS

HISTÓRIA E PERTENCIMENTO

Antonio de Souza Fernandez era um retirante da Colônia do Sacramento, área de domínio português, lá no Uruguai, a contar de 1680. De imediato, o embate entre as coroas portuguesa e espanhola deu início a um processo de conflitos e tratados. Em 1735 houve um grande ataque espanhol, com índios missioneiros chefiados por padres jesuítas. Muitas famílias saíram de lá e uma dessas famílias foi a de Antonio de Souza Fernandez. Anos mais tarde, ganhou da coroa portuguesa uma carta de sesmaria na região, chamada de Campos de Viamão. Seus marcos naturais eram: o Morro Itacolomi e o Morro Sapucaia. A sesmaria dele se localizava exatamente onde hoje é o distrito da Costa do Ipiranga. Pode se dizer que Santa Tecla e Morro Agudo ficavam nas cabeceiras dessa sesmaria. Sesmaria era uma área de terras que equivalia a três por um, ou seja, uma légua de largo por três léguas de comprimento, ou seja, uma grande propriedade.

Antonio de Souza Fernandez era casado com Dona Ana de Oliveira e teve um filho chamado Francisco Souza de Oliveira. E, além dele, três filhas, uma delas, a Clara Maria, que casou com Francisco Pinto Bandeira, também sesmeiro e lindeiro com Antonio de Souza Fernandez. E, foi mãe do primeiro general do Rio Grande do Sul, o Rafael Pinto Bandeira. Portanto, tem raízes aqui em Gravataí, o neto de Antonio de Souza Fernandez e filho do Francisco Pinto Bandeira. Inclusive na Minissérie “O tempo e o vento”, o personagem dele é representado pelo ator Lima

¹ Entrevista realizada no dia 07 de novembro de 2009 por Joice da Luz Lopes e Rafael Linck Moehlecke, acadêmicos de História da ULBRA/Gravataí e FAPA/Porto Alegre, respectivamente. Estagiários do Departamento de História da Fundação de Arte e Cultura de Gravataí.

Duarte. Muitos contam que os primeiros caminhos, as trilhas, as picadas tiveram como base os primeiros caminhos indígenas.

Mas não tem como falar de Gravataí sem falar de Viamão. Mesmo Gravataí, em 1763, quando houve a invasão dos espanhóis transferindo a capital de Rio Grande para Viamão, Gravataí, na época Aldeia dos Anjos, teve a pretensão de ser a capital do Rio Grande do Sul, como sede provisória, mas isso não aconteceu. Há boatos sobre isso. Naquela época o governador da Capitania era o José Marcelino de Figueiredo.

Outro aspecto interessante da região de Santa Tecla e de Morro Agudo é o trânsito de tropas que vinham da serra, principalmente de Cima da Serra, ou seja, de São Francisco de Paula.

ANCESTRALIDADE E IDENTIDADE

O entrevistado Marcos Antonio Martins trouxe interessantes registros sobre a região de seus antepassados. A seguir, são apresentados fragmentos de suas memórias registradas.

“Meus tataravôs maternos são mais ligados a Gravataí; os outros já vêm de uma outra linhagem. Pelo que a minha família relata, somos descendentes diretos de escravos. Meu tataravô era Benedito Martins. Então, segundo contam, ele foi comprado em Laguna, por um dono de terras aqui de Gravataí e foi trazido a pé de lá para cá, em meados do século XIX. Sobre sua esposa, Maria José Teixeira, não tenho dados. Não sei se ela era escrava ou não, mas provavelmente sim, porque ela era negra. O filho dele, o meu bisavô, nascido em 1892, já não era mais escravo. Antonio Benedito Martins da Silva, cuja esposa era Maria Generosa de Jesus, segundo me relataram, ela era mulata. O meu avô era Manoel Martins. Minha mãe, neta de Antonio, era Vera Maria Martins e eu, Marcos Antonio Martins, portanto a quinta geração de descendentes de escravos.”

“Meu bisavô foi carreteiro, seguindo a lógica de que na região sul, um dos principais ofícios dos ex-escravos no pós-abolição era o ofício de carreteiro ou tropeiro. Então meu bisavô nasceu em 1892. Foi carreteiro, teve seis filhos, um deles o meu avô Manoel Martins, que se criou com carreteada no Morro Agudo. O principal roteiro era sair do interior de Gravataí, Morro Agudo, e ir a Porto Alegre. Porto Alegre, São Leopoldo, Niterói, mas que agora faz parte de Canoas, fazia-se em torno de cinquenta quilômetros de carreta: cem, cinquenta para ir, e cinquenta para voltar.”

“Minha tia-avó, Maria Emília Martins Mendonça, de 93 anos, mora em Novo Hamburgo. Ela conta que meu bisavô quando morava com a minha bisavó, casou-se por duas vezes, e morava aqui no Mato Fino. No primeiro casamento ele teve quatro filhos, que era meu avô, a minha tia-avó e mais dois filhos. E do segundo casamento teve mais dois filhos. Minha tia fez muitas coisas. Trabalhou em Porto Alegre, para a família Chaves Barcelos. Depois foi trabalhar em Novo Hamburgo, na casa de alemães. Conta também que a minha bisavó, a Maria Generosa de Jesus, morreu em 1922, de febre espanhola e está enterrada no cemitério de Sapiroanga.”

“O meu avô trabalhou de motorista, e teve duas filhas e dois filhos do primeiro casamento. Ele ficou no Morro Agudo, onde acabou morrendo. Por isso a minha presença até hoje nesse espaço. Mas, a fonte maior de informação não era o meu avô, porque o meu avô era mais novo. Acabou sendo a irmã dele, mais velha, que é a minha tia. No entanto, a sua memória se concentra muito mais no urbano do que no rural, pela sua vivência através do trabalho, pois desde muito moça foi trabalhar em Porto Alegre e em Novo Hamburgo.

FRONTEIRAS ÉTNICO-CULTURAIS COMO ZONAS DE CONTATO

O entrevistado prossegue, trazendo suas lembranças.

“Eu me criei no campo, e ajudava meu avô a domar terneiro. Conheço aquela temática da carreteada, mas não participo das festas. Mas, o que ouço muito é que as pessoas ficam muito descontentes com a carreteada, não no sentido da festa, mas eles acham que faltam mais coisas. Como, por exemplo, contar o dia-a-dia do carreteiro, porque eles relatam que a carreteada não era nada fácil. Primeiro, que era uma profissão, um meio de vida. E eles, além de carreteiros, eram agricultores. Eles tinham que plantar, colher produto e carretear. E, outro fato muito comentado é das esposas que estavam grávidas, os carreteiros saíam e só chegam os filhos depois de três, quatro, cinco dias, até uma semana depois. É um universo ilimitado.”

“Algumas pessoas contam que em certos períodos, no Morro Agudo, havia engarrafamento de carretas, pois as jornadas eram longas.. E quando acontecia uma enxurrada e, na época, os rios eram mais caudalosos, o boi não conseguia passar. Nesse caso, um puxava o outro atrelando as juntas de bois e puxando. Exis-

tia aquela ajuda mútua, justamente pela dificuldade. E dificilmente um carreteiro viajava sozinho.”

E assim prossegue o depoente:

“Conversando com um senhor de 92 anos sobre a carreteada, ele disse não participar, pois a vida do carreteiro era muito dura e não quer mais lembrar esse tempo. Ele relatou que ele e um parceiro foram de carreta para Porto Alegre. Saíram do Morro Agudo e foram para a região do Cemitério São João, em Porto Alegre. Era verão, muito quente e quando retornaram deu uma enxurrada. Quando se depararam com um córrego, na região da Várzea de Gravataí, decidiu não atravessar. Mas, o outro tinha que ir pra casa, por causa da família, tinha que levar as compras. O companheiro tentou atravessar e perdeu tudo.”

“Mas a presença negra na carreteada foi grande. Lembrando, a região do Morro Agudo, assim como a de Santa Tecla, ambas eram a sesmaria do Antonio Fernandes. Então, naquela época da ocupação, a principal atividade do sesmeiro era a criação de gado. Aquelas regiões mais montanhosas, que não davam para criar gado, ficavam mais retiradas. Não eram muito aproveitadas pelos sesmeiros e foram ocupadas pelos ex-escravos. Eram terras devolutas. Atualmente as famílias negras ainda se encontram nas regiões montanhosas do Morro Agudo. Há famílias, como a minha, que são muito conhecidas. Eu sou Martins, mas somos mais conhecidos pela família dos Benedito. Tem a família dos Vieira, tem a família dos Vicente da Silva, tem a família dos Miguel. Os Miguel são da divisa entre Novo Hamburgo e Gravataí.”

“Eu fui procurado pelo Jairo Santerra, Assessor de Políticas Públicas para o Negro, do município de Gravataí, sobre uma possível existência de quilombo na região. Eu disse a ele que a respeito de quilombo aqui no Morro Agudo/Santa Tecla eu não tenho conhecimento. Existem descendentes diretos de escravos.”

PRESENÇA NEGRA EM PERSPECTIVA TEMPORAL: RUPTURAS E PERMANÊNCIAS

O entrevistado prossegue trazendo seus registros.

“Existia festa de brancos, de pretos e de mulatos. Então, assim muitos bran-

cos queriam ir nos bailes dos negros, mas não era permitida a entrada e muitos negros também queriam ir no baile dos brancos e não era permitido a entrada. Depois de algum tempo é que a coisa começou a melhorar. Os mais antigos tinham aquele preconceito. Mas, à medida que as gerações mais recentes foram se relacionando, as próprias crianças iam brincando juntos, iam juntas para a escola, e isso unia. Tem a questão da ama de leite. Dizem que uma das coisas que mais fez acabar com a escravidão é que o filho do senhor muitas vezes não era amamentado pela mãe, pela sinhá, mas por uma escrava. Esse fator estreitava os laços de amizade e afetividade. Então, ali começou a surgir aquele movimento dentro da própria família do senhor, através do filho. E, além disso, no Morro Agudo nós temos a presença indígena. E mais: se tinha uma ligação muito grande com São Leopoldo.”

“Então, segundo conta a história, em 1788 foi criada a Real Feitoria, a antiga sede de São Leopoldo. Porém, a Real Feitoria não deu certo. E, em 1824, os imigrantes alemães chegaram e desenvolveram-na. Começou a haver muitas brigas entre os escravos e os índios e muitos desses índios saíram da Real Feitoria e vieram para a região da Santa Tecla e Morro Agudo.”

“A relação entre negros e alemães é muito forte até hoje. Inclusive há muitas famílias negras que, tradicionalmente, trabalham para colonos alemães. Ali existem os colonos alemães que ficam na região da Lomba Grande, na divisa com Novo Hamburgo, onde a presença alemã é maior. Essa relação entre negros e descendentes de imigrantes alemães é muito boa, e um exemplo disso é na carreteada. Tem carreteiros alemães, muitos que vêm da Lomba Grande, Novo Hamburgo. Existe essa relação e é impossível não ter; é uma festividade.”

“O negro herdou as consequências ruins da escravidão, porque além do preconceito racial tem a questão social. Claro que existem exceções. Mas falando de Morro Agudo e Santa Tecla, o negro continua sendo o empregado. Raríssimas vezes é patrão. Então existe o preconceito ainda, mas está diminuindo. Agora tudo é uma questão de pouca conscientização. Acredito que uma lei não basta, tem que ter a conscientização. Ninguém deixa de ser preconceituoso porque a lei não permite, ou deixa de valorizar a pessoa, porque a pessoa é igual. Penso que a lei não apaga isso aí. O que vale é a conscientização, a valorização da pessoa, do ser humano. A comunidade negra da região tem uma valorização maior de si, mas ainda não é o suficiente.”

“No tocante à religiosidade afro, ela é bastante rara na região. A maioria dos negros é católica. Claro que existem cultos afros, mas muito se perdeu. Eu chamo

de costumes castrados. Há histórias que falam de benzedeadas, de feiticeiras, de mandingas, mas são coisas que se perderam no tempo. O negro está mais voltado para a religião católica do que para os antigos cultos nativos africanos. Eu mesmo, na minha família, meu bisavô, os filhos dele, foram todos batizados na Igreja Católica.”

“É um universo de histórias, é infinito, todo mundo faz história, então a história continua.”



O IMAGINÁRIO DOS QUILOMBOLAS DO QUILOMBO MANOEL BARBOSA, DO MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ, DIANTE DA BUSCA DA IDENTIDADE AFRICANA

Joice da Luz Lopes

Acadêmica de História/ULBRA. Gravataí/RS

INTRODUÇÃO

No Brasil existe o preconceito de marca ou de cor, combinando cor e classe social. Ou seja: um mestiço com características disfarçáveis pode atravessar a linha de cor e reclassificar-se no grupo branco combinando o grau de mestiçagem com a condição socioeconômica. Um racismo universalista, que assimila “diferentes” pela miscigenação e pela mestiçagem cultural, resulta na segregação racial, hoje arraigada numa falsa teoria de democracia racial, fazendo com que não haja um sentimento de solidariedade desses mestiços com possibilidade de ascensão para com os negros “puros”. A originalidade do sistema racial brasileiro é capaz de manter uma estrutura racista sem hostilidades, fortemente aberta como se observa em outros países. Em contrapartida, os movimentos negros contemporâneos enfatizam a reconstrução de sua identidade racial e cultural, como plataforma mobilizadora no caminho da conquista de sua plena cidadania.

A razão pela qual foi escolhido o quilombo como área de concentração da pesquisa, foi o fato deles representarem uma forma de resistência contra a situação de oprimidos que os negros vivem há mais de quatro séculos. E também com o intuito de dar visibilidade e voz àqueles que foram silenciados pela história e pelo fato de recentemente terem adquirido o direito de obter a posse das terras onde se localizava o quilombo dos seus remanescentes.

Tomando como universo empírico a comunidade remanescente do quilombo Manoel Barbosa, em Gravataí, procura-se, com este trabalho, compreender o

imaginário e as representações culturais dos quilombolas acerca do movimento de africanização e dessincretização como forma de resistência à sociedade excludente. O desenvolvimento do estudo delineou-se a partir de um entrecruzamento entre História Social e História Cultural “sob a rubrica ‘history from below’ (história vista de baixo), cunhada por E. P. Thompson, em 1966.” (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 51).

A QUESTÃO DA ESCRAVIDÃO

A escravidão se caracteriza pela sujeição de um homem pelo outro, de forma completa: não apenas o escravo é propriedade do senhor, como sua vontade está sujeita à autoridade do dono e seu trabalho pode ser obtido pela força. (PINSK, 1991).

O Brasil não foi pioneiro no emprego da mão-de-obra escrava, nem tampouco Portugal. Ao contrário, a escravidão já existia nas civilizações do Egito e da Mesopotâmia. Escravos eram também utilizados nas cidades gregas e, mais tarde, no Império Romano.

A estratificação da sociedade, [...] a classe dos escravos (oprimida) e a dos senhores de escravos (opressora/dominante) produziam a contradição fundamental. Essa realidade gerava a sua dinâmica nos seus níveis mais expressivos. Em cima dessa contradição, os senhores criaram uma estratégia de dominação, que se cristalizou no racismo, ao afirmarem que os escravos, por serem negros, eram inferiores, e, por serem inferiores, eram passíveis de serem escravizados. Assim como na escravidão clássica os escravos eram chamados de bárbaros, e com isso justificava-se a sua escravidão, na escravidão moderna, pelo fato de os escravos serem índios, inicialmente, e, depois, negros, povos divergentes dos padrões estéticos europeus dominantes, a mesma estratégia justificadora foi empregada (MOURA, 1993).

A origem africana dos negros escravizados é muito lembrada, contudo, não nos perguntamos a respeito de sua forma de existência na África. Dessa forma, acabamos sendo devorados pela ideologia escravista que trata o negro, como sendo “naturalmente” escravizado. Temos que levar em consideração, que o negro

foi capturado, escravizado, transportado através do mar e conseqüentemente desenraizado.

BRASIL QUILOMBOLA

Assim como no Brasil, em outras partes da América: Colômbia, Cuba, Haiti, Jamaica, Peru, Guianas, onde existiu o escravismo moderno, se proliferaram quilombos em resposta às condições desumanas e alienadas a que estavam sujeitos os negros escravizados. Essas comunidades de ex-escravizados organizavam-se de diversas formas e tinham proporções e duração muito diferentes.

O escravismo no Brasil tem singularidades em relação aos demais países ou regiões da América. Antes de chegar à escravidão negra, a História do Brasil, já em seu primeiro século, registra a utilização do trabalho do índio.

O quilombo mais comum no Brasil foi o agrícola – comunidade de agricultores e artesãos independentes.

O quilombo não era um aglomerado amorfo, sem que seus membros tivessem papéis específicos a desempenhar. Quando os quilombos se consideravam já estabilizados, organizavam tipos de governo que determinavam a harmonia da comunidade e eram responsáveis por ela. No mais famoso deles – a República de Palmares – havia governo altamente centralizado. Além disso, tinham de criar formas de organização familiar, religiosa e, especialmente, econômica. Sendo que o binômio economia-defesa era o eixo das preocupações mais importantes dos dirigentes dos quilombos. (REIS, 1989).

Os quilombos eram, tradicionalmente, agrupamentos formados por escravizados fugidos, em locais isolados e de difícil acesso. Atualmente, o termo passou a designar as terras habitadas por negros e originadas de doações de antigos senhores, terras doadas a ex-escravizados, etc. Também chamadas terras de negros, constituem a base física, social e cultural de seus descendentes, que hoje lutam para serem reconhecidos como seus legítimos donos. O valor da terra para esses grupos remete à satisfação de suas necessidades, que incluem suas tradições e sua herança cultural. São laços que unem e expressam sua identidade, seus costumes e sua história.

QUILOMBOS GAÚCHOS

Geralmente identificado pela cultura dos imigrantes portugueses, alemães e italianos, o Rio Grande do Sul também tem suas raízes negras fortemente fincadas na terra. No imaginário nacional, é comum a associação dos quilombos às aulas de História do colégio, a algo restrito ao passado, que teria desaparecido do país com o fim da escravidão. No entanto, o Estado tem ainda hoje, em torno de 123 comunidades remanescentes de quilombos, espalhadas em 75 municípios.

Na primeira metade do século XVIII, escravos sulinos fugiam de seus senhores; na segunda metade, já se impunha nomear capitães-do-mato. No século XIX, é abundante a documentação sobre quilombos no Rio Grande do Sul.

No Rio Grande do Sul a escravidão foi abolida antes de 1888, ou seja, já em 1884, alguns municípios registram a libertação dos escravos em seu território. Portanto, a data da promulgação da Lei Áurea serve apenas de referencial para a história brasileira.

Em 1839 o Governo da Província do Rio Grande do Sul, promulga um decreto Lei que permitia o ingresso de negros escravizados em tropas militares regulares. Sendo que após as campanhas militares os negros que sobrevivessem ganhariam a liberdade. No exército os negros adquiriram a identidade social de soldado, em troca de alimentação, roupas, instrução militar e moradia. Foi uma alternativa social surgida para os negros fugirem da escravidão, no RS, na segunda metade do séc. XIX, além da alforria e a fuga para os quilombos. (PEREIRA, 2002).

A partir do momento em que a compra de um cativo custava cada vez mais caro e a produção assalariada exigia que trabalhadores livres vendessem a força de trabalho por valores depreciados, pressionados pela ameaça do desemprego, deu início ao processo que teria permitido

[...] a venda de grandes quantidades de cativos das fazendas sulinas para a cafeicultura. 'Relatório do Ministério da Agricultura', de 1884, anota o RS como maior exportador de cativos, entre 1874 e aquele ano, com 14.302 trabalhadores escravizados para os centros cafeicultores. (PEREIRA, 2002).

GRAVATAÍ

Gravataí se insere na história cultural e econômica da região como ponto de passagem do comércio do centro do Estado para o litoral. A sua formação étnica conta com a participação dos índios Guarani, primeiros habitantes da área, com a colonização açoriana e alemã. Após a chegada dos açorianos, foi introduzida a mão-de-obra escravizada, que contribuiu para a formação do povo e da sua cultura.

A cidade contava, desde 1884, com pelo menos 390 escravizados livres, enquanto a Lei Áurea aboliu a escravidão em 1888. Mas, mesmo assim, não havia política voltada para a inclusão social daqueles que foram escravizados e que pelo processo de libertação necessitavam e ainda hoje necessitam de políticas que reparem a enorme diferença social perante aos demais cidadãos da sociedade.

Manoel Barbosa dos Santos é o nome ancestral tomado como referência para a comunidade remanescente de quilombo Manoel Barbosa. A família dos descendentes de Manoel Barbosa dos Santos e Maria Luiza Paim de Andrade, que habitaram a região no séc. XIX é conhecida na região como “os Bia”.

Tanto Manoel Barbosa quanto Maria Luiza Paim de Andrade haviam sido escravizados e ambos possuíam ou vieram a adquirir terras que passaram a ser as terras da família Manoel Barbosa. Desde a herança de Manoel Barbosa até os dias de hoje, várias áreas foram tomadas da comunidade, que ficou restrita a um pedaço de 18 hectares, longe das melhores terras e recursos hídricos. O relatório antropológico concluiu por um território pretendido de 123,5 hectares.

A regularização fundiária do quilombo foi realizada no dia 06 de dezembro de 2004, em Cachoeira do Sul, juntamente com a regularização das comunidades de São Miguel, Rincão dos Martinianos e Cambará.

QUILOMBO COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA

Tema apenas periférico na historiografia tradicional, a resistência ao sistema escravista tem inspirado uma produção significativa. Por toda parte, e não sem polêmicas, abre-se um leque de sugestões que vão das formas mais explícitas de resistência do dia-a-dia: roubos, sarcasmos, sabotagens, assassinatos, suicídios, abortos –, até aspectos menos visíveis, porém profundos, de uma ampla resistência sociocultural. (REIS, 1989).

No Brasil, como em outras partes, os escravizados negociaram mais do que lutaram abertamente contra o sistema. Manipulavam no sentido de obter a colaboração um do outro: buscavam atingir seus objetivos, lançando mão de recursos e estratégias.

Seja como for, já não é possível os escravizados serem meros instrumentos com os quais operam as assim chamadas forças transformadoras da história. Não podemos, tampouco, pensá-las como um bloco homogêneo apenas por serem escravizados. As rivalidades africanas, as diferenças de origem, língua e religião são alguns sinais de sua heterogeneidade.

É oportuno evocar, aqui, o conceito de resistência, segundo Foucault.

Yo quiero decir que las relaciones de poder suscitan necesariamente, reclaman a cada instante, abren la posibilidad de uma resistência; [...] lo que yo trato de hacer aparecer es más la lucha perpetua y multiforme que la dominacion oscura y estable de um aparato uniformizante. (CASTRO, 2004 apud Foucault, p. 315).

As comunidades de escravizados fugidos constituíram significativa forma de luta social sob a escravidão. Influenciaram nossa formação étnica, linguística, religiosa, etc. Delinear a contribuição é compreendê-la em um contexto mais complexo e mais concreto.

A garantia do acesso à terra, relacionada à identidade étnica como condição essencial para a preservação dessas comunidades, tornou-se uma forma de compensar a injustiça histórica, aliando dignidade social à preservação do patrimônio cultural brasileiro – tanto seus bens materiais, como imateriais.

Segundo Ubiratan Castro, presidente da Fundação Palmares, para que uma comunidade seja considerada quilombo:

É preciso que a comunidade negra demonstre possuir uma tradição africana e de resistência, que seja contra as agressões, contra a força de fora; aí será considerada um quilombo. O Decreto 4.887 de 2003 define que uma comunidade de remanescentes de quilombos tem direito a regularizar suas terras. Elas serão remanescentes se possuírem tradição, um território que ocupam, que é a marca da presença da comunidade; e se têm uma história de resistência. Não existem mais quilombos, o quilombo acabou; quilombo era no tempo da escravidão. Essas comunidades são remanescentes de quilombos e é disso que a Constituição fala. (CASTRO, 2005).

IDENTIDADE OU IDENTIDADES

Entre 1888 e 1930, existiram contradições provocadas pela inexistência de políticas dos governos regionais para a inclusão social dos negros. Com o início do trabalho assalariado, o negro ficou subjugado a tarefas subalternas. Esse fato influenciou na formação da sociedade, que via na formação da pessoa do homem negro a imagem de um ser socialmente inferior.

O resultado dessa construção ideológica começaria a ser enfrentada, na ótica do homem negro, por duas iniciativas circunstanciais: a construção da identidade individual e a construção da identidade coletiva, através da inserção no “mundo do trabalho assalariado”. Ou seja, a condição econômica permitia a construção de uma outra identidade, enquanto indivíduo.

Para possuir outra identidade além da de ex-escravizado e afrodescendente, os negros enfrentam enormes dificuldades para construir uma identidade social valorativa e derrubar os estereótipos erguidos pela sociedade que os aceitam com reservas; também a sua cultura de origem e sua religião. Mas, de outro lado, os rejeitam indiretamente ao lhes obstaculizarem o acesso e a ascensão social no mercado de trabalho.

Além disso, no processo de formação da identidade ocorreram mudanças que orientaram a constituição brasileira da religião dos deuses africanos. O culto aos orixás, primeiro misturou-se ao culto dos santos católicos para ser brasileiro, forjando-se o sincretismo; depois apagou elementos negros para ser universal e se inserir na sociedade geral, a umbanda. E, finalmente, retomou origens negras para transformar também o candomblé em religião para todos, iniciando um processo de africanização e dessincretização para alcançar sua autonomia em relação ao catolicismo.

A BUSCA DA IDENTIDADE

Assinado o decreto da abolição da escravatura no Brasil em 1888 teríamos de fato virado uma ‘negra’ página de nossa história e partido para a constituição de uma nação-exemplo de democracia racial? (PINSK, 1993).

A questão assinalada por Jaime Pinsk assume um papel importante, no momento em que a convivência entre o preconceito e a idealização de igualdade racial

impede de fazermos uma reflexão séria sobre o problema. No entanto, conscientizar-se do problema é etapa fundamental para superá-lo.

A multiplicidade cultural num mesmo grupo étnico e com um mesmo substrato cultural, mediante diferentes situações históricas é explicitada nos movimentos musicais como o jazz, o funk, o reggae e o axé-music. Orientadas por uma matriz africana, as manifestações culturais negras moderno-contemporâneas são algumas mais próximas da gênese afrocêntrica; outras se distanciam rompendo com a ortodoxia cultural.

No caso do Brasil, os negros se valem do imaginário que provém das representações do continente africano, servindo-se de imagens e projeções que possam caracterizar uma identidade positiva e distinta no interior de uma sociedade onde prevalece a matriz européia. A memória coletiva africana, em razão de estabelecer a repetição fundada nos mitos e cristalizada nas práticas rituais, sedimenta qualquer identidade que a tome por base. Os negros elaboram uma reserva de imaginário, da qual a comunidade negra se serve de modo vital para a projeção da identidade negra contemporânea. A identidade dos indivíduos que se caracterizam afro-brasileiros é constituída pelos costumes, ritos, e imagens que estruturam subjetivamente a etnicidade [...]. (BITTENCOURT JÚNIOR, 1996).

Assim, recuperar o passado perdido também significa adaptar, inovar, criar.

As identidades são dinâmicas, adequando os elementos que selecionam para marcá-las em diferentes conjunturas sociais e históricas, mesmo que a memória resguarde a gênese de sua constituição em tudo semelhante ao que pode ser encontrado em documentos históricos. (BARCELOS, 2004).

O IMAGINÁRIO

O negro aparece na sociedade brasileira duplamente excluído: racial e economicamente. O preconceito racial camuflado submete-o a uma posição subalterna na sociedade brasileira. Desse modo, grande parte da população negra engrossa os bolsões de pobreza e miséria.

A luta pela conquista dos direitos da população afro-brasileira tem se pautado pela participação econômica, pela consciência da negritude e contra o preconceito racial dissimulado. O conceito de negritude se apresenta como uma forma de luta pela cidadania e de garantia de direitos a um grupo étnico que não é minoria no

Brasil. Autorepresentação, sim. Há também o problema de o negro ter vergonha de sê-lo, de tentar passar-se por branco ou mulato. E, o que é mais grave, acaba introjetando o preconceito, com frequência. O preconceito se manifesta pela segregação explícita e por manifestações sutis.

Nesse sentido, os estudos sobre o imaginário também ganharam espaço na Nova História Cultural, deixando de lado a perspectiva teórica que afirma ser o imaginário uma fantasia, pois o imaginário através da sua diversidade de representações se transforma em práticas sociais.

PROBLEMAS

Há uma nova força aliada à luta dos afro-descendentes brasileiros, com a africanização e a dessincretização. Para tanto, questionou-se se a busca da identidade africana é mais uma forma de resistência dos afrodescendentes diante da sociedade excludente.

HIPÓTESES

Foram levantadas para esta pesquisa as seguintes hipóteses:

- A maioria dos entrevistados do sexo masculino, com idade inferior a 20 anos, não praticam religiões de matriz africana e transmitem a história de sua cultura por meio de história oral.
- A maioria dos entrevistados do sexo feminino, com idade inferior a 20 anos, não fazem parte de religião de matriz africana e transmitem a história de sua cultura a partir de história oral.
- A maior parte dos entrevistados do sexo masculino, com idade superior a 20 anos, declarados praticantes de religiões de matriz africana, transmite a história de sua cultura a partir da história oral.
- A maior parte dos entrevistados do sexo feminino, com idade superior a 20 anos, declarados praticantes de religiões de matriz africana, transmite a história de sua cultura através de história oral.

METODOLOGIA

Durante a segunda metade do mês de maio de 2007 foi realizada uma pesquisa questionando a opinião de quilombolas de ambos os sexos e duas faixas etárias acerca da reafricanização dos afro-descendentes. Utilizando a Análise do Conteúdo com uma abordagem quantitativa, procurou-se traçar uma frequência das características que se repetem no conteúdo do texto, analisando categorias temáticas a fim de encontrar significações pertinentes à proposta de estudo.

O local de aplicação deste questionário foi a comunidade remanescente de quilombo Manoel Barbosa, situada no município de Gravataí.

Segundo a abordagem Estatística Qualitativa, para um erro de $\pm 10\%$, população de 23 famílias¹, ao nível de 95% de confiança, sucesso e fracasso iguais a 50% tem-se uma amostra igual a 20 famílias, segundo a fórmula¹ abaixo:

$$n = \frac{p \cdot q \cdot Z^2 \cdot N}{e^2 \cdot (N - 1) + p \cdot q \cdot Z^2}$$

Onde: **n**= tamanho da amostra;

p= sucesso;

q= fracasso;

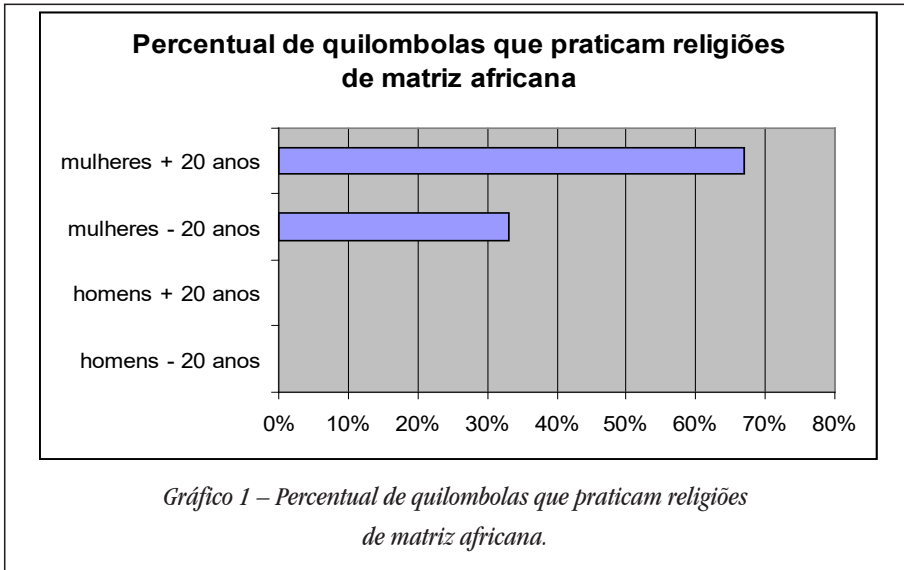
N= tamanho da população;

$$n = \frac{0,5 \cdot 0,5 \cdot 1,96^2 \cdot 23}{0,1^2 \cdot (23 - 1) + 0,5 \cdot 0,5 \cdot 1,96^2} = 20 \text{ famílias}$$

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A figura 1 apresenta o percentual de 67% de mulheres com mais de 20 anos que praticam religiões de matriz africana, seguido por um percentual de 33% de mulheres com menos de 20 anos. Em contrapartida nenhum homem, independente da faixa etária, afirmou praticar religiões de matriz africana.

¹ Dado retirado do site do Ministério do Desenvolvimento Agrário: http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=3578831.



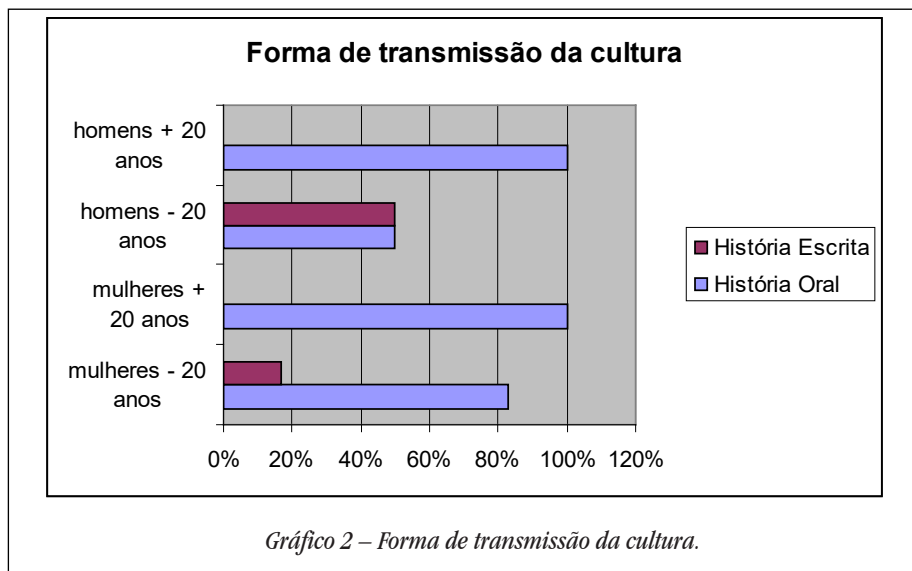
O primeiro resultado de 67% para mulheres com mais de 20 anos, conforme a hipótese proposta, se deve ao fato de terem adquirido, com a idade e experiência de vida, consciência histórica.

O resultado seguinte, de 33% de mulheres com menos de 20 anos confirma a hipótese. Esse resultado demonstra que a necessidade de inserção na sociedade, que exclui e estereotipa pessoas fora do padrão branco, faz com que a juventude tenda a negar suas raízes, sua cultura.

O terceiro resultado correspondente a homens com idade superior a 20 anos, apresenta-se nulo, em relação à prática de religiões de matriz africana. Dessa forma não confirma-se a hipótese proposta. Isso se deve a erro de amostragem, considerando-se o fato de a entrevista ter sido feita por uma mulher branca, podendo ter alterado o resultado da amostra.

O último resultado, referente a homens com idade inferior a 20 anos, confirma a hipótese proposta. A justificativa desse resultado se assemelha a das mulheres com idade inferior a 20 anos.

A figura 2 apresenta a relação entre o rendimento dos alunos endividados e não endividados, sendo de 68 e 72% para homens e mulheres endividados e 81 e 86% para homens e mulheres não endividados.



O primeiro resultado de 100% de homens com idade superior a 20 anos que transmitem a história de sua cultura através de história oral, confirma a hipótese. Isso ocorre pela baixa escolaridade, pela falta de bibliografia. Mas, principalmente, pela tradição afrobrasileira de transmissão oral da cultura.

O segundo resultado indica 50% de homens com idade inferior a 20 anos que difundem a história de sua cultura através da história oral, não confirmando a hipótese. A razão do erro foi de amostragem, pois o número de homens entrevistados nesta faixa etária foi de apenas quatro, podendo alterar o resultado da amostra, caso fosse um número maior de entrevistados.

O terceiro resultado de mulheres com idade superior a 20 anos, confirma a hipótese. A justificativa desse resultado se assemelha ao dos homens com idade superior a 20 anos.

O último resultado de 83%, referente a mulheres com idade inferior a 20 anos, confirma a hipótese. Esse fato se deve a “facilidade da forma de transmissão da cultura” (palavras de uma entrevistada).

Foi interessante observar, durante a coleta de dados, a liderança feminina no quilombo, confirmando a tendência do movimento negro, que ao longo do tempo foi norteador por mulheres, as quais não eram apenas referência familiar, mas militante. E no movimento negro contemporâneo, não podia ser diferente; mostram-se como fontes de inspiração e força mobilizadora.

Apesar do esforço dos movimentos negros em redefinir o negro, dando-lhe consciência política e uma identidade étnica mobilizadora, contrariando a ideologia da democracia racial, construída a partir do racismo universal, assimilacionista, integracionista, essa ideia continua forte no Brasil, na sua constituição e na ideia da democracia racial, mesmo onde haja sinais de uma crescente polarização.

CONCLUSÕES

A presente pesquisa permitiu concluir que a maioria dos entrevistados do sexo masculino, com idade inferior e superior a 20 anos, e feminino, com idade inferior a 20 anos, não pratica nenhuma religião de matriz africana e difundem a história de sua cultura através da história oral. À exceção, a maioria das entrevistadas do sexo feminino, com idade superior a 20 anos, pratica religiões de matriz africana e difundem a sua cultura através da história oral. Isso mostra que apesar de grande parte da população estar consciente de que a luta pela igualdade é lenta e permanente e que a reestruturação de sua identidade étnica e cultural são pontos fundamentais, nota-se o problema da auto-representação, da tentativa de negar sua cultura e tradições para melhor introduzir-se na sociedade onde a branquitude é fonte básica de legitimação social.

REFERÊNCIAS

- AMARO, Luiz Carlos et al. *Afro-brasileiros: história e realidade*. Porto Alegre: EST, 2005.
- BARCELOS, Daisy Macedo de. *Comunidade negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.
- BITTENCOUT JÚNIOR, Iosvaldyr. *Os negros de Porto Alegre e a questão da identidade étnica*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1996.
- BARROS, José D` Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*, 5 ed., Brasília: Ed. da UNB, 2000.
- BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTRO, Edgardo. *El vocabulário de Michel Foucault: un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores*. Bernai: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

CASTRO, Ubiratan. *Zumbi é herói nacional*. 2005. Observatório Latino-americano de políticas educacionais. Disponível : http://www.lpp-uerj.net/olped/AcoesAfirmativas/exibir_opiniones.asp?codnoticias=9517 Acesso em 10/03/2007.

CHAGAS, Miriam de Fátima. *A política do reconhecimento dos “remanescentes das comunidades dos quilombos”*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

Comunidade quilombola de Gravataí tem relatório publicado. 13/03/2008. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=3578831 Acesso em 15/4/2008.

FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira de. *Palmares: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

MAESTRI, Mário. *O escravo gaúcho: resistência e trabalho*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.

MOURA, Clóvis. *Quilombos: resistência ao escravismo*. São Paulo: Ática, 1993.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1999.

PEREIRA, Lúcia Regina; MAESTRI, Mário. (Org.). *Negras Histórias no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: GT negros/ANPUH/RS, 2002.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

A “ESCRITA DE SI”, DE UMA ETNIA E OS VALORES DE UMA CULTURA: A COMUNIDADE CIGANA EM GRAVATAÍ

Débora Soares Castro

Mestranda em História/PUCRS. Porto Alegre/RS

O presente artigo propõe uma reflexão sobre a ausência do hábito da escrita entre a minoria étnica cigana, através de uma pesquisa de campo, em desenvolvimento, junto a uma comunidade cigana residente na cidade de Gravataí, região metropolitana de Porto Alegre.

Em termos metodológicos, esta pesquisa iniciou em julho de 2008, através de visitas constantes e da realização de entrevistas semi-estruturadas junto aos moradores deste grupo, em especial à cigana Luana, que tem servido, desde então, de facilitadora no relacionamento com os demais ciganos.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO GRUPO

A comunidade cigana que integra este estudo está localizada na cidade de Gravataí, região metropolitana de Porto Alegre, mais especificamente na parada 61, bairro São Judas Tadeu, rua Vila São Pedro. O grupo se constitui de aproximadamente 35 ciganos, dentre estes, 14 homens, 8 mulheres e 13 crianças, divididos em 7 famílias e 6 barracas. A fonte de renda principal é o comércio, entre os homens, e a quiromancia, leitura das mãos, entre as mulheres.¹ Fixaram suas barracas em um terreno baldio, com extensão aproximada de uma quadra. Neste local, não há nenhuma infra-estrutura, no que se refere ao saneamento básico, ou seja, água encanada, rede de esgoto e energia elétrica.

O grupo ainda preserva o hábito típico e curioso de acender fogueira no interior das barracas. Este traço, tão simples quanto característico, da cultura

¹ Este número é estimado, pois o grupo é seminômade e tem uma constante rotatividade de parentes destas famílias. Estes dados foram coletados em visita feita no dia 21/11/2009.

cigana, justifica-se plenamente na prática, pois a fumaça serve para afugentar moscas durante o dia e mosquitos à noite, enquanto que a fogueira, propriamente dita, auxilia na preparação de alimentos, no aquecimento de água e do ambiente nos dias frios, além de servir como fonte secundária de iluminação à noite.

Segundo relatos das ciganas Luana e Kelli, não raro encontram-se escondidos nas barracas animais peçonhentos, como cobras, sapos, aranhas entre outros. A energia elétrica e água da qual fazem uso é adquirida de uma casa vizinha de frente ao terreno, ao custo de R\$ 7,00 a diária, por barraca. O abastecimento da água das barracas é incumbência das mulheres, que a trazem aos baldes.²

A estrutura frágil do acampamento os sujeita a todo tipo de intempérie. Quando ocorrem temporais ou vento forte é comum que algumas barracas rasguem ou voem por inteiro, deixando a descoberto todo o pouco que possuem.

Dentre os 35 moradores deste grupo, 4 homens já estudaram, mas não passaram da 3^o série do ensino primário. Entre as mulheres, apenas 03 sabem ler e escrever, mas somente o básico. Das 13 crianças, apenas 02 estão frequentando a escola, uma na 1^o série e outra na 4^o série do ensino fundamental. Estes dados, em parte, justificam-se pelas condições nas quais vivem. Não possuem o mínimo de estrutura necessária para atender às necessidades básicas. Nesse contexto, o estudo torna-se um elemento secundário.

Refletir sobre o porquê da ausência da escrita de si no que se refere aos ciganos requer também uma reflexão sobre a relação e a importância que a escola tem para eles, bem como os altos índices de analfabetismo e o baixo rendimento escolar entre estes grupos.

OS CIGANOS E A CULTURA ESCOLAR

A partir de pesquisas realizadas em países europeus, é possível constatar que a questão escolar, ou seja, o alto índice de abandono da escola por parte dos ciganos, não é um fato isolado, no que tange ao grupo de Gravataí, mas uma constante, que vem sendo pesquisada e analisada por outros Estados nos quais eles também estão presentes em grande número.

² Relato obtido em 21/11/2009.

No que diz respeito aos níveis de escolaridade, refira-se o caso espanhol onde, de acordo com Stephanie Borner e Zoran Lapov (2004, p. 23), 70% da população cigana “lack of any schooling”; o caso da Bélgica, onde um estudo levado a cabo em 2002 revela que 45,4% das crianças e jovens com idades inferiores a 18 anos não possui qualquer escolaridade e 35,4% possui apenas a escolaridade primária (cf. Raffael Schlambach, 2004, p.4) e o caso da Romênia, onde, para o ano de 1992, cerca de 40% das crianças ciganas com 8 anos não frequentava a escola e apenas 50% das crianças entre 7 e os 10 anos frequentavam a escola com regularidade, num país que apresenta altas taxas de literacia, com uma frequência escolar da população maioritária a situar-se entre os 96 e os 98%. (MCDONALD, 1999, p. 84).³

Se compararmos com a população na qual estão inseridos, a exemplo o caso de Espanha, Portugal, Romênia ou até mesmo com a comunidade local de Gravataí, os ciganos apresentam o menor nível de escolaridade. A partir destes dados surgem alguns questionamentos: qual a relação que os ciganos têm com a escola? Que valores ou necessidades os guiam de forma a viverem ou apenas sobreviverem, não se adaptando aos moldes socioculturais vigentes?

Para responder tais questionamentos, se faz necessário problematizar o que vem a ser os valores socioculturais desta etnia, bem como os valores prezados por eles em relação aos valores apreendidos na escola.

Para nós ocidentais, a escola é um lugar de formação do indivíduo, onde se aprende saberes que mais tarde terão uma aplicação prática. Somos educados e “moldados” para o mundo do trabalho, para o mercado exigente que deseja profissionais bem preparados onde o saber genérico ou tradicional já não tem tanto valor, pois se exige, cada vez mais, a especialização. Neste sentido, para os ciganos, que papel tem a escola? Para este grupo étnico não existe esta etapa de transição lenta, de passagem que para nós é gradual. O tempo para eles é compreendido de forma diferente. Muito jovem, a mulher passa de filha à mãe de família, logo após a puberdade, em torno dos 13 anos. O rapaz, desde cedo, aprende com o pai o ofício do comércio, das negociações. Sendo assim, para os ciganos, sua identidade é definida pelo pertencimento ao grupo, pela linguagem, pelo modo de vida e pela cultura que são passadas oralmente por meio de lições práticas, tendo a escola um papel secundário.

3 CASA-NOVA, Maria José. A relação dos ciganos com a Escola Pública: contributos para a compreensão sociológica de um problema complexo e multidimensional. *Interações*, n. 2, p. 155-182, 2006. p. 157.

O interesse dos ciganos em relação à escola é de ordem prática. Desejam obter o conhecimento básico, aprender a ler, a escrever e a fazer cálculos. No caso específico dos integrantes do grupo de Gravataí, sempre que questionados sobre a importância da escola, tanto os homens como as mulheres, responderam que na prática “só servia para aprender a ler e escrever para tirar a carteira de motorista.”⁴

A partir desses valores é possível pensarmos em um *habitus étnico* construído durante os processos de socialização primária, fortemente influenciada pela etnicidade que é definida não pela posse de capital econômico, mas na base de uma importante homogeneidade.⁵

Este *habitus étnico* é incorporado desde a infância através de observações das práticas, da linguagem corporal e das produções discursivas dos adultos e exteriorizado nas práticas culturais cotidianas, sendo responsável pelos estilos e oportunidades de vida dos membros desta comunidade, “condicionando as suas práticas sociais e culturais independentemente da sua pertença de classe, uma vez que a determinação cultural se sobrepõe à determinação econômica na estruturação de *habitus*.”⁶

Em contato com o grupo, também foi possível observar que um dos agravantes que levam a desistências das crianças nas escolas são os frequentes deslocamentos de local de moradia, que muitas vezes são obrigados a fazer. Como exemplo, relato o caso das duas ciganas de Gravataí, Kelli e Luana. No caso da cigana Luana, mãe de 2 filhos, o primeiro em idade escolar que com 9 anos está cursando a 1^o série do ensino primário, pois, segundo seu relato, antes de morarem em Gravataí sua família morou no Paraná, quando por diversos motivos foram obrigados a sair às pressas para o Sul, tendo seu filho que abandonar a escola.

O caso da cigana Kelli não é muito diferente. Com quatro filhos, toda a família foi expulsa do acampamento anterior, conforme seu relato: “De repente surgiu a polícia e o dono do terreno, e nos expulsaram abaixo de pancadas. Tinha até criança matriculada no colégio, tivemos que levantar acampamento e procurar outro lugar para morar.”⁷

4 Relato obtido em 21/11/2009.

5 CASA-NOVA, Maria José. A relação dos ciganos com a Escola Pública: contributos para a compreensão sociológica de um problema complexo e multidimensional. *Interações*, n. 2, p. 155-182, 2006. p. 157.

6 Idem, p. 167.

7 Entrevista realizada no dia 21/11/2009.

Todavia, não só a questão do constante deslocamento é agravante para o alto índice de analfabetismo neste grupo cigano, mas também a questão dos valores étnicos e culturais é muito forte. Há um choque cultural que não é administrado, ou, talvez, os professores não sejam preparados para lidar com tais situações. Segundo José Antônio Rodrigues:

[...] os professores devem ter sempre presentes que na escola estão, não apenas diversidades individuais, mas também diversidades sociais e culturais (BANKS, 1988). Assim, a cultura da Escola não deverá, como acontece, substituir a memória cultural que as pessoas adquirem em primeiro lugar, no meio do seu grupo doméstico, parental e de proximidade. A escola deverá converter-se em espaço de encontro, onde se revelem os elementos da cultura e onde se conheça a cultura experimental dos alunos. O saber que é útil para o cigano é o que lhe permite situar-se na família. É um saber prático, num contexto onde a afirmação identitária seja forte.⁸

Quando falamos de ação educativa, devemos levar em conta o que vem a ser educação no meio cigano que, segundo Rodrigues, apresenta três especificidades e que será em função destas que podemos compreender a sua trajetória escolar:

[...] a *primeira*, tem por finalidade permitir à criança, tomar consciência da sua condição de cigano e apropriar-se dela. A relação entre ciganos e não ciganos subentende as relações entre dominados e dominantes e traduz-se nestes, por comportamentos que adotam em função de uma estratégia com a finalidade de contrariar esta dominação. A *segunda* finalidade centra-se no ato educativo, dirigir-se à pessoa e não somente à criança. Em meio cigano, o indivíduo aprende toda a vida. A *terceira* finalidade centra-se na noção de que a educação se deve dirigir para um ser social. A criança de etnia cigana existe para o grupo e a educação deverá aceder e respeitar as organizações familiares (família nuclear, grupo familiar e família alargada).⁹

É possível constatar que um dos fatores de resistência cultural e étnica utilizado pelos ciganos é a não inclusão aos meios sociais vigentes, digo a educação

8 OLIVEIRA, José António. Desempenho escolar: sucesso e insucesso educativo numa comunidade de etnia cigana: estudo de caso. Universitat Tarraconensis. *Revista de Ciències de l'Educació*. A. XXXII, III época, Juny, 2008. Article 04. p. 107.

9 Idem, p. 108.

tradicional hoje oferecida pelos Estados. Tanto os ciganos europeus, quanto os ciganos da Grande Porto Alegre, mantêm tradições e resistências próximas, apesar do distanciamento físico e do tempo histórico que os separa. O que os identifica, como sendo ciganos, são as tradições e a língua, o Ramani.

Para os ciganos, o verdadeiro valor está na memória coletiva, conforme apreendem com os mais velhos, seus pais e avós. Para nós, o valor está na escrita, no documento. São práticas e saberes contrários que, de certa forma, não são auto-excludentes, desde que haja tolerância e respeito mútuos.

O VALOR DA MEMÓRIA

Pensar sobre educação e a ausência do hábito da escrita entre a grande maioria dos ciganos, requer também uma reflexão sobre o que vem a ser memória coletiva para este grupo. Valor que prezam em sua cultura, que é determinante, pois permeia toda a história desta etnia. Esta maneira peculiar que utilizam para preservar a cultura e transmitir sua história nos faz pensar sobre a importância da história e memória, objeto de estudo, que despertou o interesse das ciências humanas a partir do século XIX.

Se partirmos do conceito de memória coletiva utilizado por Maurice Halbwachs,¹⁰ o qual afirma que a memória não só é um fenômeno de interiorização individual, ela é, também e, sobretudo, uma construção social e um fenômeno coletivo. Sendo uma construção social, a memória é, em parte, modelada pela família e pelos grupos sociais.¹¹ Veremos que os ciganos, ao valorizarem a oralidade em detrimento da escrita estão construindo uma memória coletiva que é transmitida através da prática, que tem como base a educação familiar e não a educação "tradicional" que supervaloriza a escrita.

Para os ciganos, culturalmente ágrafos, a oralidade e a memória se fazem presentes no cotidiano. São elementos importantes de acumulação e passagem de conhecimentos, por isso seus interesses são de ordem prática, desejam o saber específico que lhes dará condições de trabalho e que não irá influenciar na manutenção de suas práticas culturais. A memória coletiva, neste caso, funciona segun-

10 HALBWACHS, Maurice. *Lês cadres sociaux de La mémoire*. Paris: Alcan, 1925. E *La mémoire collective*. Paris: PUF, 1950.

11 SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração" / comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2002, v. 22, n. 44, p. 425-438. p. 427.

do uma “reconstrução generativa” e não segundo uma memorização mecânica. O papel importante cabe à narrativa e a outras estruturas da história cronológica dos acontecimentos¹², tendo os mais velhos o papel fundamental de guardiões e transmissores dos conhecimentos práticos.

CONCLUSÃO

Através desta breve reflexão foi possível observar que os ciganos, apesar de estarem presentes e aparentemente inseridos em nossa sociedade, não utilizam da educação “formal” como meio de aprendizagem e transmissão de conhecimentos. A cultura que preservam é muito mais forte e relevante para este grupo do que o conhecimento formal. Em outras palavras, a oralidade e a memória são os fatores que determinam seus hábitos culturais.

Desta forma, quando falamos da ausência de uma escrita de si entre os ciganos, percebemos um conceito de educação muito mais amplo, um conceito que parte de uma cultura na qual a oralidade e a memória têm papéis primordiais, onde educar, não necessariamente significa ensinar a ler e a escrever, mas sim, manter fortes os laços familiares, o respeito e o não abandono das crianças e dos mais velhos, a solidariedade com os doentes, a preservação da virgindade das mulheres até o casamento, a manutenção das tradições culturais, a hierarquia de gênero (homens e mulheres tem seus papéis fundamentais dentro do grupo). Enfim, são valores e práticas distintas que os diferenciam de forma a estarem inseridos em nossa sociedade e ao mesmo tempo parecerem invisíveis a ela.

No entanto, para que haja uma inclusão dos ciganos no meio escolar vigente, se faz necessário rever alguns conceitos sobre a nossa educação. É importante pensarmos em práticas educativas interculturais em que os valores étnicos serão não só compartilhados entre os alunos, mas acima de tudo respeitados. Para isso, é mais que necessário preparar os educadores para esta inclusão sociocultural de forma a significarem os saberes tornando-os atrativos a todos, independente de credo, cor e etnia. Só assim a escola terá real sentido para a etnia cigana.

12 LE GOFF Jacques. *História e Memória*. 4 ed., Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996, p. 430.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Helena Costa Gomes de. Em busca da interculturalidade entre mulheres ciganas e padjas na educação. FPCEUP: Artigo em Revista Nacional, 2002. In: <http://hdl.handle.net/10216/5531>
- BRAGA, Cristiane Giffoni Braga. *Enfermagem transcultural e as crenças, valores e práticas do povo cigano*. Rev. Esc. Enf. USP, v. 31, n. 3, p. 498-516, dez. 1997.
- CASA-NOVA, Maria José. A relação dos ciganos com a Escola Pública: contributos para a compreensão sociológica de um problema complexo e multidimensional. *Interações*, n. 2, p.. 155-182, 2006.
- COSTA, José Paulo e VIEIRA, Ricardo. Etnia cigana e Educação Especial: representações e práticas da escola. In: CRUZ, Fernando. (Org.). *Actas do III Congresso Internacional de Etnografia*, Cabeceiras de Basto: AGIR, 2008.
- HALBWACHS, Maurice. *Lês cadres sociaux de La mémoire*. Paris: Alcan, 1925. E *La mémoire collective*. Paris: PUF, 1950.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4 ed. Campinas: UNICAMP, 1996.
- OLIVEIRA, José António. Desempenho escolar: sucesso e insucesso educativo numa comunidade de etnia cigana: estudo de caso. *Revista de Ciències de l'Educació*. Universitat Tarraconensis, Any XXXII, III época, Juny, 2008. Article 04.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. *Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2002, v. 22, n. 44, p.. 425-438.

CONSULTADA

- ARAÚJO, Helena C.; FONSECA, Laura; MAGALHÃES, Maria José; LEITE, Carlinha. *Em busca da interculturalidade entre mulheres ciganas e padjas na educação*. Porto: Universidade do Porto, CIIE.
- BRAGA, Cristiane Giffoni. *Enfermagem transcultural e as crenças, valores e práticas do povo cigano*. Rev. Esc. Enf. USP, v. 31, n. 3, p. 498-516, dez. 1997.
- BUENO, Beilmira Oliveira; SOUZA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denise Barbara; SOUZA, Maria Cecília C.C. de Souza. *Docência, memória e gênero: estudos alternativos sobre a formação de professores*. Psicol. USP. São Paulo, v. 4 n.1-2, 1993.

CASA-NOVA, Maria José. Etnicidade e educação familiar: o caso dos ciganos. *Revista Teoria e Prática da Educação*. Maringá/-Paraná, 8(2), 207-214.

COSTA, José Paulo; VIEIRA, Ricardo. *Etnia cigana e Educação Especial: representações e práticas da Escola*. Etnografia. (Actas do III Congresso Internacional).

AGIR (Associação para a Investigação e Desenvolvimento sociocultural).

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. *Identidade étnica, condição marginal e papel da educação escolar na perspectiva dos ciganos espanhóis*. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas. Versão apresentada na XXI Reunião Anual da ANPED, Caxambu, setembro, 1998.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004.

SCHMIDT, Benito Bisso. Entre a filosofia e a sociologia: matrizes teóricas das discussões atuais sobre história e memória. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXII, n. 1, p. 85-97, junho 2006.

ZILBERMAN, Regina. Memória entre oralidade e escrita. *Letras hoje*. Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 117-132, setembro, 2006.



Gravataí de outrora. Década de 1930.

O BECO DOS CATUTAS¹

Carlos Alberto Nunes dos Santos

*Acadêmico de História, integrante do Núcleo de Patrimônio
e Memória da ULBRA. Gravataí/RS*

Valdete Silva Stang Vieira

*Licenciada em História, integrante do Núcleo de Patrimônio e Memória da ULBRA,
e acadêmica do Curso de Especialização em Metodologia do Ensino
de História e Geografia/FACINTER. Gravataí/RS*

INTRODUÇÃO

A Rua Adão Pedro dos Santos, alcunha Beco dos Catutas, surgida no final dos anos setenta, talvez seja, no imaginário dos moradores gravataienses mais antigos, a rua mais famosa de Gravataí. Rua pequena, como a alcunha já informa, mas bem localizada, é uma travessa da Rua Paulino Coelho de Souza, junto ao centro de Gravataí, com não mais de vinte casas, (sendo que os “Catutas” ocupam somente um lado da rua). Sua importância ultrapassa quaisquer parâmetros concretos, tornando-se um verdadeiro patrimônio histórico e cultural da cidade. Rua tão importante que tem nome e apelido!

Não há como falar de cultura popular no nosso município sem falar em seus moradores. Fundadores da Escola de Samba Acadêmicos de Gravataí, do Clube Seis de Maio e do time de futebol, o Acadêmicos, e do conjunto Catutas Bóis (essa era a grafia utilizada pelos músicos) que tanto embalsamaram os carnavais dos clubes brancos de Gravataí, nas décadas de cinquenta. Os Catutas, como são conhecidos, tornaram-se referências no processo da afirmação cultural e étnica dos negros gravataienses.

¹ Trabalho desenvolvido a partir das pesquisas orientadas no Núcleo de Patrimônio e Memória do Curso de História/ULBRA Gravataí, sob supervisão da Professora Viviana Benetti.

ORIGENS

As origens desta família perderam-se na poeira do tempo. Alguns dos seus descendentes afirmam que são oriundos da localidade conhecida como Passo dos Negros, no município de Viamão. De lá teria vindo o Sr. Adão Pedro dos Santos, que através de sua mãe, Maria Gertrudes, alcunha Maria Catuta, teria herdado o apelido. Assim, ficou conhecido como Adão Catuta. Primeiramente teria se fixado numa chácara no Rincão da Madalena, para depois, fixar-se no Bairro Oriçó, na mesma rua onde hoje se localiza o Clube Seis de Maio. Neste período teria adquirido o terreno onde hoje está o Beco dos Catutas, juntamente com sua irmã e, através desta partilha, ocuparam somente um lado da rua.

Interessante notar que hoje restam duas casas desta irmã e que não se reconhecem como Catutas e sim os Santana. (informação dada por um descendente). Como recorda a filha, Sr^a Maria Gertrudes:

Nós morávamos no Rincão da Madalena e à medida que fomos casando, fomos morar no bairro Oriçó. Logo após surgiu este terreno, aqui, e meu pai comprou este terreno. Quando ele o fez, somente havia mato e nós roçamos e construímos essa rua aqui. Nesta época, a rua Paulino Coelho de Souza era tão rudimentar que dois veículos não podiam passar um pelo outro, pois não havia espaço. E aí o meu pai dividiu os terrenos para os filhos e o meu pai ficou no Oriçó até que resolvemos buscá-lo para cá. Hoje em dia, a rua está em plenas condições para se morar. O meu pai, nesta época, não podia trabalhar. Os filhos foram vindo, a medida que iam casando. Os primeiros a virem para cá foram o Airton, o Nilton, eu e a Nadir, para logo após, todos os outros virem para cá. (Fragmento da entrevista).

O neto Sr. Luis Antônio também recorda:

Vim para cá com 12 anos e estou aqui até hoje. Viemos para essa rua, chamada Adão Pedro dos Santos, sendo esse terreno cedido pelo meu avô Adão Catuta. A sua intenção era reunir todos os filhos em um só lugar. A primeira leva era composta de quatro famílias: a minha mãe Maria Nadir, o Nilton, a Gertrudes e o Airton. Depois, mais tarde, o meu avô sugeriu que todos ficassem juntos. Então de lá prá cá ficamos reunidos e todos tentando fazer o melhor para nossas famílias. Quando viemos para cá, este terreno eram um banhado com muito mato e, graças ao emprego do meu pai (Lanterna) que trabalhava na prefeitura, conseguimos caminhões que transportavam aterro e, após muito trabalho, conseguimos tornar a rua habitável. A influ-

ência do meu tio Airton, que era carroceiro, profissão herdada do meu avô, transformou-se numa rua bem famosa para a cidade de Gravataí. Não sei se futuramente vai continuar assim. (Fragmento da entrevista).²

TERRITÓRIO CATUTA

Ao analisarmos a história do Beco dos Catutas, mesmo considerando que a ideia inicial do Sr. Adão fosse de oferecer um lugar para que sua família ficasse reunida, não há como negar que se criou um território diferenciado dentro de Gravataí. O conceito de território é apresentado por Rolnik como:

[...] é uma noção que incorpora a ideia de subjetividade. Não existe um território sem sujeito [...] o espaço real e vivido é o território [...]. As relações que os indivíduos estabelecem entre si configuram-se espacialmente. São processos de subjetivação individual e coletiva e não relações funcionais do tipo uso ou relações de uso: aqui lugar de morar; aqui lugar para trabalhar; aqui lugar para circular. Estas seriam relações puramente funcionais; só que a cidade não é isso, ou não é só isso. Para além delas existe todo o processo de significação, de percepção e de construção desta territorialidade. Então, uma rua, para além de ser um lugar onde se passa ou se deixa passar, uma rua está carregada de história, está carregada de memória, está carregada de experiências que o sujeito teve, que seu grupo teve e que a história do seu grupo naquele espaço teve.²

Assim como no campo simbólico, Germano nos dá a dimensão de como esses territórios culturais vão surgindo nos espaços urbanos:

Assim, enfocando a questão do urbano, Pesavento distingue a construção simbólica que é feita do espaço pelos *diferentes grupos sociais* (grifo meu) que territorializam diferentes espaços da cidade ou se apropriam o mesmo espaço, de forma diferenciada. Pois, a classificação envolve a *atribuição dos sentidos* (grifo da autora) das ruas, dos bairros, enfim, da própria cidade, que varia conforme o grupo social ao qual o historiador dirige seu olhar.[□]

O Beco dos Catutas transformou-se com o tempo em uma referência obrigatória, quando se tratava de festas populares. Poutignat e Steiff-Fernat afirmam que:

² ROLNIK. In: GERMANO, Iris. *Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 40*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, UFRGS, 1999, p. 163.

[...] a etnicidade não se manifesta nas condições de isolamento, é, ao contrário, a intensificação das interações características do mundo moderno e do universo urbano que torna salientes as identidades étnicas. Logo, não é a diferença cultural que dá a origem à etnicidade, mas a comunicação cultural que permite estabelecer fronteiras entre os grupos por meio de símbolos simultaneamente compreensíveis pelos *insiders* e pelos *outsiders*. O aspecto relacional das identidades étnicas implica igualmente que a identidade étnica só pode existir como representação forçosamente consciente em um campo semântico onde funcionam sistemas de oposição.□

Não se isolou e, ao contrário, recebia toda a comunidade de Gravataí que lá chegasse como recorda o Sr. Altair:

Nos finais de ano, também, quantas visitas nós recebíamos, no Beco dos Catutas, porque Natal e Ano Novo eram sinônimos de festa para todos nós. E aqui se reuniam um grupo fado como chamavam, agora é pagode. E se dizia: vamos fazer um fado lá nos Catuta? Então já começava naquele dia que antecedia o Natal e a festa se prolongava até a última noite do ano novo, quando recebíamos muitas pessoas de Gravataí. Vinham pra cá porque sabiam que aqui estava um pessoal unido, um pessoal que ia se divertindo, mas com decência, sem violência, sem nada disso. Então nós éramos um pessoal muito respeitado. (Fragmento da entrevista).

Ou nas recordações do Sr. Luis Antônio:

Na época dos ensaios de carnaval, os moradores dos bairros onde a Escola de Samba tentava fazer seus ensaios (esta não possuía sede própria) impediam estes ensaios. Então, a gente passou a ensaiar aqui no beco. Somente em um ano fizemos quatro ensaios. Quando nos demos conta, a rua estava lotada de pessoas e outras Escolas de Gravataí, como a própria SOGRA e as Solteironas passaram a ensaiar aqui por cinco ou seis anos. Hoje, se for fazer um ensaio tem que ter autorização; naquela época não. A nossa relação com nossos vizinhos era a melhor de todas. (Fragmento da entrevista).

Ressalte-se que o bloco de carnaval “As Solteironas Aflitas” era composto de brancos e suas origens remontam ao Clube SOGRA, Sociedade Orquidófila de Gravataí, localizada no centro da Cidade.

OS PERSONAGENS

A seguir serão apresentados alguns dos personagens do Beco dos Catutas.

ADÃO CATUTA

Tudo começou, como relatado, pelo Sr. Adão Pedro dos Santos, Adão Catuta. Carroceiro por profissão, músico por aptidão, era uma figura emblemática na cidade. Torcia fervorosamente pelo Grêmio Porto-Alegrense, o que à época contrariava as tradições, pois dificilmente um negro adotava esta postura. Como relata o Sr. Altair, o Sr. Adão tinha uma explicação muito peculiar para tal fato:

Lembro também que todo mundo conhecia os Catutas em Gravataí e meu avô era motivo, muitas vezes, de gozação porque parece que naquele tempo o negro tinha que ser colorado e o branco gremista, não era assim? E muitas vezes ele vinha de longe olhava e batia no peito e dizia: eu sou gremista, vocês não estão vendo? O meu cavalo é branco, a carroça é azul e eu sou preto então todo mundo já distinguia de longe que ali vinha um gremista, aquele que destoava dentro da Aldeia de Gravataí e com ele aprendemos a ser gremista; a verdade é essa [...]. Me lembro, quando o Grêmio jogava, ele sempre estava com seu radinho de pilha, ali escutando. Quando o Grêmio fazia o gol, ele aumentava o volume e quando o Grêmio tomava o gol, ele desligava o rádio. Então se sabia que o Grêmio tava perdendo porque não deu o gol ainda. Então assim nós nos criamos.

Sua autoridade fazia-se respeitar pela família, fato, aliás, que pode ser observado na escolha que toda a família fez em relação ao clube de futebol do coração. Mais uma vez, o relato do Sr. Altair: “Dos seis filhos, quatro genros e duas noras, somente o “Lanterna” era colorado ele e o Luis Antônio, (o Nenê); no mais toda a família é gremista. Dos nove netos todos são gremistas, a exceção de Luis.”

Toda a família girava em torno do patriarca, como se observa nesta outra passagem da mesma entrevista:

[...] então dificilmente se alguém fizesse alguma coisa de errado se dizia: olha lá aquele lá é da família dos Catutas. Então, já chamava a atenção dos nossos avós. E quando chegávamos em casa, o laço já pegava e tinha que andar sempre nos trilhos. Então é maravilhoso! Tudo a gente traz com muita alegria, mesmo, né, tchê! E, muitas vezes, também me lembro que nas noites de sexta-feira nos reuníamos aqui nesta casa antiga, uma casa de

madeira. Toda sexta-feira nos reuníamos à noite pra jogar vispora. Então, ali se jogava a um cruzeiro, dois cruzeiros somente para a família se reunir e aquilo ali era maravilhoso. Eu sempre lembro do Dindinho. Quando caía o número 66, ou meia-meia ele gritava bem alto: meia-meia. Então, isso é que gravou. Não sei se é pelo fato de ser o ano em que nasci, mas são coisas que a gente guarda. Então, quando falava no meia-meia, eu me lembro do meu avô. Falava aquilo com muita ênfase, tanto que, quando falava o número do Adão Catuta, era o meia-meia [...].

AIRTON CATUTA

Filho do Adão Catuta, foi outro personagem importante da família no contexto cultural de Gravataí. Soube continuar a trajetória de pai, inclusive o substituindo na profissão e na aptidão musical. Tinha como parceiro o seu cavalo, “Gaúcho”, de tantas histórias que ainda hoje estão na memória de muitos moradores da cidade. Seu filho, o Sr. Altair recorda: “[...] quando das datas comemorativas se realizavam trocas de presentes: o amigo-secreto. Quem entregava o presente do meu pai era o seu cavalo, o Gaúcho. Lá vinha ele com o presente preso ao seu pescoço [...].”

Também, “[...] o meu pai, o Airton muitas seguiu todos os passos do meu avô. O Dindinho tocava e meu pai foi músico. Os Catutas Bóis! Eles fundaram esse grupo. O meu avô tocava bateria, o meu pai também; o meu avô tocava pandeiro e meu pai também.”

Outro nome a ser lembrado é o do genro do senhor Adão (apesar de ser colorado) é o Sr. Nelson Cidade, alcunha “Lanterna”, tendo sido homenageado pelo poder público municipal e eternizado como nome de rua.

DO CATUTAS BÓIS À CATUTA ZELADORIA - OS LEGADOS

O legado deixado pela família Catuta pode ser analisado sob dois aspectos: o concreto, através do Clube Seis de Maio, do Acadêmicos de Gravataí e do Acadêmicos do Samba; e o outro aspecto é o patrimônio cultural, mas que somente pode ser sentido pelos outros grupos sociais da cidade, o que não é objeto de análise do presente trabalho, pois como se refere Poutignat e Streiff-Fernat:

A definição exógena recebe todos os processos de etiquetagem e de rotulação pelos quais *um grupo se vê atribuir, do exterior, uma identidade étnica* [...] (grifo meu). De fato, definições exógenas e endógenas não podem ser analiticamente separadas porque estão em uma relação de oposição dialética. Elas raramente são congruentes, mas necessariamente ligadas entre si: um grupo não pode ignorar o modo pelo qual os não-membros o categorizam e, na maioria dos casos, o modo como ele próprio se define só tem sentido em referência com essa exo-definição. Esta relação surge em toda sua complexidade por meio dos processos de rotulação mútua, no decurso dos quais os grupos atribuem-se e impõem aos outros nomes étnicos.³

Mas o que chama a atenção é o orgulho que os entrevistados têm de sua origem e legado, não somente pelo patrimônio concreto deixado pelos seus ascendentes, mas principalmente, pelo legado moral deixado por estes. Senão, vejamos nas palavras do Sr. Luis:

Eu hoje tenho cinco filhos e, graças a Deus e à perseverança deles, hoje nós temos o que temos. E me lembro, também, que depois que nós viemos para cá ficamos bem localizados e, a partir daí, começamos a atuar na área esportiva com o time de futebol que começou como 3 de Maio e terminou como Acadêmicos. O nosso eterno presidente, o Airton, ele fundou o 3 de maio e, depois, mais tarde, passou a ser Acadêmicos, para após ser fundado a Escola de Samba Acadêmicos do Samba. Quem jogava naquela época: o meu pai, o Lanterna, o tio Tonho, o próprio Airton, o Sibica, o Bilote, o Labanca. Muita gente que jogava naquela época, eu me lembro. Mas, do futebol eu era muito pequeno e o que me pegou mais foi a Escola de Samba. O Airton, o meu pai – o Lanterna – era o solista. Naquela época não tinha microfone. Ele cantava e a voz dele passava e cobria as batucadas de 150 ritmistas. Ainda havia o conjunto “Os Catuta Bóis” onde minha tia, a Maria Gertrudes foi solista, como comprovam as fotos onde aparece cantando. Esta é a nossa contribuição para a cidade [...].

O Sr. Altair recorda também.

[...] eu tenho certeza que hoje é com muito orgulho que a gente fala, pois muitas vezes somos chamados. Hoje tenho uma empresa de zeladoria, onde eu coloquei o nome de Catuta Zeladoria e isso tem nos aberto muitas portas. Quando se fala de zelar por alguma coisa está falando de respeito, de

³ Germano. Ibid. Grifo meu.

dignidade, não é assim? E quando eu chego na cidade de Gravataí, aquelas pessoas mais antigas que nos reconhecem como Catutas dizem: então pode cuidar a nossa residência, pode cuidar o nosso comércio. Enfim, porque isso é um legado que deixaram para nós. Eu sempre digo isso para os meus filhos e estou falando juntamente com meus sobrinhos que estão hoje aí, e muitos não conviveram com meu pai que já faz três anos que faleceu. Meu avô faleceu em 81. Procuo dizer a eles que a família sempre enfrentou grandes dificuldades, mas foi com muito orgulho que hoje a gente se retrata falando dos Catutas porque foram pessoas dignas que passaram em Gravataí e deixaram um nome, deixaram um legado. Então, falo isso com muito orgulho. Moramos no centro de Gravataí com o esforço deles.

A senhora Maria Gertrudes ao falar do Catutas Bois disse:

[...] A gente, nós íamos para o Seis de Maio e eu nunca me esqueço, no domingo, às vezes no sábado de noite, e ficávamos até domingo. E somente íamos embora domingo de noite. Nós ainda morávamos no Rincão da Madalena. Sempre tinha uma festa e começava ao meio-dia e ia até a noite. Foi sempre assim. Então, daí surgiu o 6 de Maio e foi muito lindo, muito bacana mesmo. E também tivemos aquelas festas no Paladino, onde tocava os “Catutas Bóis”, onde tocava meu pai, o Airton, mais o Adãozinho e o falecido Pedro Ramos. E eu cantava junto com meu pai e era muito maravilhoso, tudo muito bom [...].

CONCLUSÃO

Esperamos ter atingido o objetivo de relatar aos moradores mais jovens de Gravataí, a história de uma família que faz parte do passado e do presente, e encontra-se na paisagem urbana de Gravataí. Temos certeza que movimentamos a memória e as lembranças de muitas pessoas ao realizar tal trabalho. A memória de pessoas e de famílias faz parte da história e é parte integrante do patrimônio histórico e cultural do município. Que as novas gerações tenham orgulho de suas origens e de seus feitos nesta história!

Acreditamos que pesquisas mais abrangentes, a partir destes fragmentos de memória, devam ser realizadas, inclusive com um maior rigor científico na busca de uma história que contemple aqueles que também participaram da construção de Gravataí e que somente encontram espaços de participação em locais como este.



Os Catutas Bóis: da esquerda para a direita - Sr. Adão, Sr. Airton e no centro Sr^{ta} Maria Gertrudes.



Sr. Adão Catuta.



Da esquerda para a direita: o primeiro (à esquerda), Sr. Adão Catuta e o terceiro, Sr. Airtton Catuta.

REFERÊNCIAS

GERMANO, Iris G. *Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 40*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

OLIVEN, Ruben George. *A Antropologia de grupos urbanos*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

ENTREVISTAS

- Altair dos Santos
- Luis Antonio Santos Souza
- Maria Gertrudes Santos Pacheco

FOTOS

Acervo pessoal da Sr^a Maria Gertrudes Santos Pacheco.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E BENEFICENTE SEIS DE MAIO¹

Gabriela Cruz de Oliveira dos Santos

*Acadêmica de História e integrante do
Núcleo de Patrimônio e Memória/ULBRA. Gravataí/RS*

INTRODUÇÃO

A prática associativa sempre esteve muito presente entre os negros no Brasil. Antes mesmo do período pós-abolição este fenômeno já era expressivo. A região sul, por receber um número muito grande de imigrantes europeus, é percebida como um espaço majoritariamente branco. Mesmo assim tinha fortes raízes negras, anterior à colonização do Rio Grande do Sul, iniciada oficialmente em 1737. Em 1872, 34,6% da população era negra. No pós-abolição, com a nova ordem social estabelecida, principalmente os centros urbanos eram constituídos de grupos formados pela elite branca, que se fecharam cada vez mais, resultando na exclusão dos negros. Utilizando o exemplo de São Paulo, Dominguez (2004b, p. 325) diz:

[...] a segregação racial atingia certas praças, avenidas, ruas até bares. O espaço público ficava em muitos lugares cindido: onde o negro colocava o pé, o branco não frequentava e vice-versa. Dessa forma os negros tiveram que “cavar espaços autônomos de lazer.”

A discriminação racial tornou-se assim, um dos principais fatores para a construção de espaços que permitissem desenvolver a participação efetiva da comunidade negra, valorizando sua cultura e desenvolvendo atividades de cunho humanitário.

Assim, nesse sentido, o objetivo do trabalho estaria em desmistificar a aparente harmonia entre as “raças” existentes em Gravataí e analisar as formas de resistências e sociabilidades negras através da Associação Cultural e Beneficente Seis de Maio.

¹ Trabalho orientado pela professora Viviana Benetti.ULBRA/Gravataí.

Devido à falta de documentação oficial, o trabalho foi realizado através da aplicação da metodologia da História Oral, baseada no recurso da memória como fonte principal.

CLUBES NEGROS

Os clubes negros possibilitaram a realização efetiva da vida sociocultural do negro, tornando-se uma das alternativas recorrentes dentro de uma sociedade conservadora e excludente. Poder frequentar um espaço, onde sua participação não fosse limitada, era o objetivo a ser alcançado.

As finalidades variam de acordo com a associação. Entre as muitas ideias que circulam, existem duas correntes: a primeira que valoriza as atividades recreativas e sociais (bailes/festas, competições esportivas) e a segunda que valoriza a conscientização do negro e protesta contra as injustiças. Em alguns casos, os clubes foram criados, inicialmente, para a realização de eventos sociais, adquirindo posteriormente um caráter de resistência, que segundo Foucault [...] la resistencia al poder no puede venir de afuera del poder; es contemporânea e integrable a las estrategias de poder [...] (CASTRO, 2004 apud FOUCAULT, 425).

Muitas associações encontraram inúmeras dificuldades, principalmente financeiras. Não possuíam sede própria e precisavam alugar salões para realizar suas atividades. O que não foi motivo de impedimento pois, havia uma colaboração das partes envolvidas.

A sociabilidade existente dentro destes grupos era praticada de diversas formas. Dentre essas estava também o futebol e os blocos de carnaval, que, em alguns casos, vão originar as escolas de samba, buscando interagir com a comunidade. Em Porto Alegre surge, por exemplo, a Liga Nacional de Futebol, pejorativamente chamada de *Liga da Canela Preta*, formadas apenas por negros.

Muitos outros aspectos estão presentes na formação destas associações. Os laços de parentesco existentes, principalmente na diretoria dos clubes, assumem um papel muito importante, que em alguns casos é o que garante a continuidade destas entidades.

A grande dificuldade de aprofundar mais as questões sobre determinados clubes negros, é que, dependendo da associação, inexistem qualquer registro documental. Porém, é possível realizar pesquisa através de registros fotográficos e fontes orais.

MEMÓRIA, EXPERIÊNCIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS

A História Oral foi utilizada como metodologia para a pesquisa, a qual, através da memória, permite enxergar e conhecer informações que nunca foram escritas, ou não ganham destaque na história oficial. O conhecimento acumulado pelos sujeitos históricos não pode se perder “[...] enfim, todos que anonimamente ou publicamente deixam sua marca, visível ou invisível no tempo em que vivem, no cotidiano de seus países e também na história da humanidade” (DELGADO, 2006, p. 56).

De acordo com DELGADO, a memória é a base construtora de identidades e solidificadora de consciências individuais e coletivas. É elemento constitutivo do auto-reconhecimento como pessoa e/ou como membro de uma comunidade pública, como uma nação, ou privada, como uma família.

Utilizando o conceito de memória, como um elemento essencial para construção da identidade cultural de um determinado grupo social, Margarida Neves, afirma que:

O conceito de memória é crucial porque na memória se cruzam passado, presente e futuro; temporalidades e espacialidades; monumentalização e documentação; dimensões materiais e simbólicas; identidades e projetos. É crucial porque na memória se entrecruzam a lembrança e o esquecimento; o pessoal e o coletivo; o indivíduo e a sociedade, o público e o privado; o sagrado e o profano. *Crucial porque na memória se entrelaçam registro e invenção; fidelidade e mobilidade; dado e construção; história e ficção; revelação e ocultação* (NEVES, 1998, p. 218. Grifo meu).

As representações estão inter-relacionadas com a memória, estando presentes nos discursos individuais e/ou coletivos, constituindo parte da história, muitas vezes silenciada pelo discurso dominante. Segundo Costa (1998, p. 41), o poder alimenta as representações e encontra voz nos discursos - é algo sempre ‘disseminado e circulante’. É através das representações, dos discursos, que o poder, tanto estabelece o que é válido e legítimo, quanto institui ‘realidades’, dizendo o que é certo e errado, o que é normal e o que não é. Assim, como observa Costa (Idem, p. 41), nas representações de poder, há uma disputa “por narrar ‘o outro’ tomando a si próprio como referência, como normal, e o outro como diferente, como exótico.” É nessa forma ou o regime de verdades, “que são constituídos os saberes em que fomos ensinados a acolher como verdadeiros, como ‘científicos’, como universais, e que inundam [nossos] currículos” (Idem, p. 43).

Entre os inúmeros procedimentos metodológicos, a História Oral contribui de forma efetiva para a construção do conhecimento histórico. A memória, como afirma Le Goff (1900) é o antídoto do esquecimento. Uma fonte inesgotável de potencialidades.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E BENEFICENTE SEIS DE MAIO

Na década de 1950, Gravataí possuía uma sociedade tradicional e, sendo assim, conservadora. Os grandes clubes agitavam a vida social local, promovendo bailes e organizando torneios de futebol, entre outras atividades. Estes clubes tinham como público frequentador a classe emergente da cidade. Não permitiam a entrada de negros nesses locais, tornando-se ambientes de diversão somente para brancos. A única possibilidade que o negro tinha de entrar nesses locais era apenas como músicos.

Para frequentar uma festa, os negros tinham que ir a Porto Alegre na Sociedade Floresta Aurora. Sem muitas alternativas, um grupo de negros resolveu se reunir e organizar atividades na qual poderiam se divertir. Após alguns encontros é que este grupo assumiu um caráter de sociedade.

Esse preconceito racial, por parte da sociedade branca gravataiense gerou espaço para a sobrevivência cultural dos grupos negros acarretando na criação de espaços coletivos de integração social. Com isso percebe-se a formação de grupos de resistência, podendo até ser uma construção inconsciente.

[...] digamos que, uns dez negros se reuniram. Cada um botou dinheiro do seu bolso para fazer uma festa. Então compraram o material, fizeram a festa. Toda a despesa que tiveram eles pagaram, e o resultado final disso tudo ai, eles dividiram entre eles. Ai lá pela segunda, terceira festa que alguém deu a idéia, mais isso aqui está organizadinho. Quem sabe se a gente fizesse uma sociedade, cada um paga mensalidade... Aí foram se chegando outros... (Fragmento da entrevista realizada em 23 de fevereiro de 2010 com Sandro Paim).

Em 1956 foi criado então o Seis de Maio. A origem do nome é imprecisa. Alguns afirmam que recebeu este nome porque, os negros que tiveram a ideia de organizar a sociedade, reuniram-se embaixo de uma figueira no dia 6 de maio. Inicialmente o nome do clube era “Sociedade Recreativa Seis de Maio”, sem fins lucrativos.

Atualmente passou a ser chamada de “Associação Cultura Beneficente Seis de Maio”.

Este local vai constituir-se num espaço de sociabilidade para a comunidade negra que estava envolvida, fortalecendo as relações, não apenas nos momentos de festividades, mas assumindo um caráter de ajuda mútua.

Assim, como os negros eram barrados nas portas dos clubes brancos, o Seis de Maio não permitia a entrada dos mesmos em sua sede, sendo um local de diversão somente para negros. Com o passar do tempo, ocorreu uma pressão por parte dos próprios associados para que fosse permitida a entrada de brancos. Isso pode caracterizar um processo de embranquecimento, já que são incorporados elementos culturais brancos para uma melhor inserção social. Os brancos podiam entrar somente acompanhados.

O clube possuía um estatuto que regia as normas de funcionamento e de conduta dos membros que frequentavam o local. As moças não podiam frequentar os bailes sozinhas; sempre tinham que estar acompanhadas por uma pessoa mais velha. Para aqueles que descumpriam as regras, eram aplicadas penalidades. Para tornar-se sócio, o indivíduo tinha que ser recomendado por alguém que já fosse membro, e não ter antecedentes criminais.

No início, a sede do clube era alugada e localizava-se em frente ao Armazém “Três Campos”, com uma estrutura de madeira, perto de onde é a sede atual. Depois de alguns anos, mudou-se para o atual endereço [...] era um garajão de caminhão, bem grande. Tinha uma estrutura de madeira, e aí tudo isso foi desmanchado e foi construído em pedra, buscado lá na Maracanã [...]. (Fragmento da entrevista realizada em 32 de fevereiro de 2010 com Sandro Paim).

Dentre as inúmeras atividades desenvolvidas no clube, destacavam-se: o Baile de Carnaval Infantil, o Baile da Primavera, o Baile dos Cantos e o aniversário da Associação; todas eram realizadas através da venda de ingressos. Para animar as festas vinham os conjuntos, como, por exemplo, o Jazz Catutas Bois formado pela família Catuta, os Paqueras entre outros. [...] os bailes antigamente no Seis de Maio eram lotados. Eu me lembro que a gente não conseguia dançar de tão cheia que era a sociedade [...] . (Fragmento da entrevista realizada em 15 de dezembro de 2009 com Carmen Lúcia Souza dos Santos).

Os negros também eram muito bons para jogar bola, mas ao final das partidas não podiam comemorar junto aos brancos. O Seis de Maio tinha um time de futebol, que não durou muito. Um dos motivos que levou ao encerramento do time foi o prejuízo por causa dos uniformes e outras despesas.

Formou-se também um grupo de jovens, mas ou menos com quarenta pessoas, chamado de Juventude em *Avan Premier*. Vinham pessoas de outras localidades para participarem deste grupo que foi muito atuante dentro do clube, promovendo bailes da juventude e encontros para debater assuntos diversos.

É importante destacar que, a associação mantinha contato com outros clubes negros do Rio Grande do Sul. Essa rede associativa proporcionou uma convivência fora dos espaços dos clubes, fortalecendo ainda mais os laços culturais.

Em última análise, é fundamental compreender a construção de redes sociais que promoveram a resistência de elementos culturais negros. E que, até hoje, mesmo com as mudanças ocorridas, representam um espaço significativo para a comunidade negra gravataiense, embora seja ainda invisível aos olhos daqueles que, desde o princípio excluíram esta parcela da sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Janete. *Pesquisa e História*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

CASTRO, Edgardo. *El vocabulário de Michel Foucault: un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores*. Bernai: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

SILVA, Gilberto Ferreira da Silva; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. *RS negro: cartografia sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. *Brasil afro-brasileiro*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

IOKOI, Zilda Márcia Grícoli. *Negro e negritude*. São Paulo: Loyola, 1997.

JESUS, Nara Regina Dubois de. *Clubes sociais negros em Porto Alegre/RS: a análise do processo de recrutamento para a direção das associações Satélite Prontidão e Floresta Aurora: trajetórias e a questão da identidade racial*. Porto Alegre, UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2005.

ENTREVISTAS

- Carmen Lúcia Souza dos Santos. Entrevista realizada em 15/12/2009.
- Cristiane Gomes da Silva. Entrevista realizada em 23/02/2010.
- Sandro Paim. Entrevista realizada em 23/02/2010.
- Lisandro Paim. Entrevista realizada em 23/02/2010.

ANEXOS



*Sede da Associação
23/02/2010.*



*Sede da Associação
23/02/2010.*



*Baile de Carnaval Infantil
06/02/2008.*



PARTE 3

TRAÇOS DO MUNICÍPIO
E SUA EXPANSÃO:
DO SÉCULO XIX AO XX



GRAVATAÍ SERIA VILA ANTES DE PORTO ALEGRE?

Luiz Fernando Rhoden

*Arquiteto, Mestre em História,
Doutor em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre/RS*

INTRODUÇÃO

Este pequeno trabalho tem por objetivo apresentar e expor algumas ideias sobre dois curiosos documentos encontrados no Arquivo Histórico de Porto Alegre “Moysés Velhinho”, que se refere à elevação da Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos à condição de vila, em 1773.

Como se sabe, a vida política e administrativa da Capitania do Rio Grande de São Pedro estava bastante desorganizada, naquele período. Tinha-se uma única Câmara de Vereadores instalada fora de sua sede e nenhum município organizado. A invasão da vila do Rio Grande, em 1763, fez com que seus vereadores fugissem para Viamão, instalando ali a Câmara do Rio Grande, que posteriormente foi transferida para a Freguesia de Porto Alegre. Por seu turno, a mesma invasão retirou o título de vila de Rio Grande (criada em 1747 e instalada em 1751), que não foi restituído após a expulsão dos espanhóis, em 1776.

Assim, havia uma Câmara de Vereadores e um governo de Capitania, instalados numa freguesia (divisão administrativa eclesiástica), fato inusitado, pois as Câmaras só existiam em Vilas, que eram as sedes dos municípios até os anos 30 do século XX.

Os documentos, fontes deste trabalho, têm, pois, este viés de ser uma curiosidade histórica, uma vez que não trará nenhum efeito concreto. Mas é intenção, também, demonstrar como aquele período foi conturbado e como se equivocaram as autoridades na intenção de criar as condições políticas adequadas, para o funcionamento legal das instituições.

OS DOCUMENTOS

O primeiro documento é uma carta do Marques do Lavradio, Vice-Rei do Brasil, endereçada ao Ouvidor da Câmara da Ilha de Santa Catarina, Duarte de Almeida Sampayo, que diz textualmente o seguinte: “Em execução das reais ordens d’El Rey Meu Senhor que tanto me recomendam o estabelecimento do Continente do Rio Grande, para o aumento daqueles povos, criei Vila a freguesia N. Sr^a dos Anjos, com a denominação de N. Sr^a da Madre de Deus para onde ordeno ao governador que faça residir e faça mudar a Procuradoria, e nesta conformidade ordenara V. Mce. também aos oficiais da Câmara daquele continente passem a residirem na mesma vila, para nela exercitarem as obrigações de seu officio. Deus guarde V. Mce. Rio de janeiro a 9 de agosto de 1773.”¹

O segundo documento é outra carta do mesmo Vice-Rei do Brasil, enviada aos Oficiais da Câmara do Continente do Rio Grande, datada de 6 de setembro de 1773, ou seja um pouco menos de um mês depois da primeira carta, na qual o Marquês de Lavradio louva a decisão da Câmara de se instalar na “nova vila de Nossa Senhora Madre de Deus.”²

Os documentos permitem que se façam algumas observações. A primeira delas é que a Câmara de Rio Grande, que estava instalada em Viamão foi deslocada para a Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais, em julho de 1773, portanto um mês antes da carta do Vice-Rei do Brasil, criando a vila em Gravataí. Sabe-se o quanto foi traumático este deslocamento, com a pressão exercida pelo governador sobre a Câmara, que só após algum tempo efetivamente se instalou no Porto dos Casais.

É de se supor, portanto, que o governador, após tanto trabalho para fazer a Câmara se mudar, não quisesse criar a nova vila, que resultaria, fatalmente num novo deslocamento daqueles edis.

A segunda observação é que houve, de fato, uma insubordinação do governador, em relação ao Vice-Rei, pois a nova vila não foi criada em Gravataí e a Câmara continuou em Porto Alegre. Esta preferência teria como causa a melhor localização do porto, tanto do ponto de vista estratégico, como econômico.

Aventa-se, portanto, a hipótese de que o Marques do Lavradio efetivamente quis elevar à vila a Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, mas o governador não quis e não a elevou.

1 Arquivo Histórico de Porto Alegre. Correspondência Passiva da Câmara 1764-1834, doc. 18.

2 Arquivo Histórico de Porto Alegre. Correspondência Passiva da Câmara 1764-1834, doc. 19.

Uma informação do Mons. Rubem Neis, na comunicação feita no Iº Simpósio Estadual Sobre a Cultura Gravataiense, em 1987, diz que “a partir de 1773 José Marcelino se deslocava com frequência de Porto Alegre para a Aldeia. Muitas de suas ordens e portarias foram assinadas na Vila Nova de Nossa Senhora dos Anjos.”³

Essa informação importante, ainda carece de maior pesquisa, ou seja, o próprio José Marcelino de Figueiredo denominava a Aldeia de “Vila Nova”, a partir do ano de 1773. Estaria ele sendo irônico? Estaria agradando ao Vice-Rei ao se referir à Aldeia, como Vila Nova? Difícil de avaliar.

O fato mais sério, no entanto, é que não se efetivou no Continente do Rio Grande a criação de uma vila em 1773, que regularizaria a atuação da Câmara. As posturas de Rio Grande que haviam sido perdidas na fuga em 1763, não foram reeditadas porque para isso, deveria haver um território sobre o qual elas vigoriariam e tal não estava estabelecido, pois não havia vila. Durante trinta e sete anos a Câmara instalada em Porto Alegre governou somente com provisões ditadas pelos corregedores que a visitavam de tempos em tempos.

Por outro lado, nas atas da Câmara, verifica-se que os vereadores insistiam em se autodenominar a “Câmara de Rio Grande instalada em Viamão” ou “em Porto Alegre”.

Essa situação só demonstra o caos administrativo que se vivia no Rio Grande de São Pedro, durante a invasão dos espanhóis. Distante do Rio de Janeiro, sede do vice-reinado do Brasil, sem uma fiscalização mais efetiva, embora a importância estratégica que assumia o território rio-grandense no século XVIII, as determinações do Vice-Rei não eram cumpridas.

Salvo melhor juízo, ou uma melhor investigação que ainda deverá se feita, nunca se saberá ao certo o que o Marques do Lavradio quis fazer. Mas o fato é que se perdeu uma boa oportunidade de organizar a administração do território sulino.

O que é fato, somente um século depois é que a antiga Aldeia dos Anjos foi elevada à vila, com o nome de Gravataí, em 1880, mesmo ano em que Viamão também ganhou a condição de município.

3 Vários. Gravataí: História e Cultura. *Anais do I Simpósio Estadual sobre a Cultura Gravataiense*. Porto Alegre: Evangraf, 1987.

GRAVATAÍ EM TRÊS TEMPOS: DÉCADAS DE 1910, 1920 E 1930 – FONTES PARA SUA HISTÓRIA

Véra Lucia Maciel Barroso

*Historiadora da CAERGS e do Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre,
Professora da FAPA e Membro do IHGRGS. Porto Alegre/RS*

Nunca se falou tanto em história, como na atualidade, e nunca se evocou tanto a memória, como nos últimos anos. Na verdade, a valorização do passado ganhou proeminência, respeito e tamanha consideração, vindo a constituir-se, inclusive, em pilar de projetos para desenvolvimento em diferentes e diversos âmbitos. Nessa direção, a busca de documentos que informem sobre os rastros do que passou, é um verdadeiro desafio, pois sem fontes, onde se possa “beber as informações”, não há condições de construir o conhecimento histórico. Com esta clareza, o que se propõe aqui é oferecer elementos registrados sobre um recorte temporal do passado gravataiense, democratizando dados relativos às décadas de 1910, 1920 1930, tempo muito rico da trajetória das comunidades do extremo-sul brasileiro.

Evocam-se aqui algumas publicações, lançadas nas primeiras décadas do século XX, mais destacadamente dicionários toponímicos e álbuns alusivos a municípios do estado que tiveram ampla difusão, com textos panorâmicos, alguns acompanhados de ilustrações, que se constituem, no presente, em importante fonte de informação aos que se debruçam sobre as histórias das localidades do Rio Grande do Sul. Entretanto, esgotadas, há décadas, elas estão inacessíveis, em regra. Os raros exemplares situados em algumas instituições públicas ou privadas, especialmente situadas na capital, são de desconhecimento de muitos.

Este trabalho traz à luz, fragmentos da trajetória de Gravataí em três tempos – 1914; 1922, 1926; 1930: datas das publicações das obras, de onde se “recortou” o panorama do município, vindo a se constituir em fontes preciosas para a sua história. Por seu caráter “de crônica”, os textos em apresentação trazem preciosos informes sobre o município, registrados à época da publicação.

Na leitura é visível a repetição de alguns dados e informações retiradas de publicações anteriores, sem alusão a elas. Manteve-se o texto transcrito, ainda que perceptível a fiel reprodução de outro autor/obra. O exame das fontes, ora trazidas, convida a fazer-se uma análise comparada entre elas, contrapondo-as para uma série de constatações, deixadas ao leitor, para fazê-las com propriedade e acurado senso investigativo.

Faz-se o convite ao leitor, para identificar as mudanças ou permanências do processo histórico de Gravataí, em década multifacetada em diferentes âmbitos, como é a de 1920 e sua passagem para a de 1930. Com estas observações e clareza do caráter ideológico de algumas das fontes, compulsadas e aqui transcritas, acredita-se estar-se auxiliando aos pesquisadores voltados à antiga Gravataí, povoado que teve como denominações anteriores: Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia e Nossa Senhora dos Anjos de Gravataí. Em seguimento são apresentadas as fontes, com a redação original, atualizando-se, entretanto, a sua grafia.

GRAVATAÍ EM 1914

Octávio Augusto de Faria é conhecido por sua obra “Dicionário Geográfico, Histórico e Estatístico no Estado do Rio Grande do Sul”. Publicou a obra em Pelotas, no ano de 1907, tendo sido premiada com medalha de ouro na Exposição Nacional de 1908, esgotando-se em pouco tempo a tiragem. Sem demora tratou de fazer a 2ª edição, ampliada e melhorada com dados novos, sendo relançada em 1914. Entre as páginas 160 e 163, encontra-se o verbete Gravataí, a seguir transcrito:

“**Gravataí** – município nas vizinhanças da Capital. Limita-se ao norte com o de São Leopoldo pelo arroio Sapucaia, desde sua barra até encontrar o arroio do Moinho, por este acima até o Morro Pelado e daí pela cordilheira até em frente à casa que foi de José Bernardino de Souza, onde a cordilheira faz uma grande volta ou curva e daí em direção à casa de Joaquim Antônio dos Reis, ficando esta pertencendo ao município de São Leopoldo e daí em linha reta a um morrete que se acha nos fundos das terras de Anacleto Vieira, daí cortando o arroio Butiá por uma reta; o município de Taquara, desde o ponto anteriormente citado e em linha reta até a casa do sítio do Pinhalzinho (fazenda Fialho) que foi de Manoel Fialho de Vargas, ficando esta casa para Gravataí; daí em linha reta até a casa do sítio de

Henrique Foergens, ficando a casa de benfeitorias para Taquara; daí em linha reta até a estrada que vem do Butiá para a Taquara; daí formando uma pequena curva para encontrar a casa de João Eloy Pereira, que fica pertencendo a Taquara, daí sobe por uma sanga que fica detrás desta até encontrar a fazenda do finado Belcino Antonio Maciel, que fica pertencendo à Taquara até encontrar canto da taipa próximo à estada que de Luiz Moller Filho segue para Miraguaia e deste ponto em linha reta até o ponto de intersecção de Gravataí com Patrulha. A leste, o município de Patrulha, por uma reta até encontrar o arroio Miraguaia e por este abaixo até sua barra no Gravataí e por este até receber as águas do banhado de Chicolomã. Ao sul, os municípios de Viamão e Porto Alegre, pelo rio Gravataí. A oeste, o município de Cai, pelo rio dos Sinos até a barra do arroio Sapucaia. — Os terrenos pertencem à formação triássica, período mezozóico. Existem em abundância o grés e mala firo. Está compreendido entre os paralelos de 29° 40' e 30° 30' e entre os meridianos de 7° 30' e 8° 2'. 'A configuração do município de Gravataí, caracteriza-se por uma região baixa que ocupa todo o vale ao sul do Gravataí. Ao nordeste algumas coxilhas mais altas próximas ao arroio Miraguaia; ao norte uma serra matagosa; a oeste coxilhas baixas que gradualmente vão caindo até que formam essa grande várzea junto ao rio dos Sinos e à boca do sobredito Gravataí. O centro é parcelado de coxilhas alongadas, com muitas moradias e coroas de capões e caponetes a alegrarem a paisagem calma e encantadora.' (Dr. Alcides Cruz). — O município dispõe de bom sistema hidrográfico, sendo regado pelos rios e arroios Sinos, Gravataí, Miraguaia, Butiá, Passo Grande, Ferreiros, Sapucaia, Barnabé, etc. Conta com vários passos e a lagoa do Moinho. — Vindo do município da Patrulha adentra-se pelo de Gravataí, uma cordilheira alterosa que se desprende da serra Geral, e costeando mais ou menos o rio dos Sinos separa a linha das águas dos tributários deste dos do Gravataí, e vai morrer nas proximidades de São Leopoldo. Do centro desta cadeia adianta-se para o sul um serro maciço de caídas penhascosas, chamado Morro da Figueira. De frente à vila, cerca de 2 1/2 léguas, a cordilheira desprende outra penedia que por sua vez termina por um penhasco em forma de esguio cone: é o Itacolomi, avistado de um circuito de 15 léguas. Essa sobredita cordilheira ao declinar para a margem esquerda dos Sinos isola o belo serro chamado Sapucaia, que se faz notar pela regularidade do perfil. A Serra do Mar (sic —, o correto é Serra Geral) recebe no município as denominações locais de Lombas, cordilheira de Santa Cruz, Itacolomi. O clima é agradável, sendo satisfatório o crescimento vegetativo da população. Em 1913, contava 1.252 eleitores federais. Conta 3 distritos administrativos, judiciários e policiais. Pertence à arqui-

diocese de Porto Alegre e conta com a freguesia de Nossa Senhora dos Anjos [...] e o cura de São Luiz de Canoas. Além das igrejas paroquiais conta com as capelas de Nossa Senhora da Glória e Ipiranga. Eis o movimento das rendas municipais em 1910: 25:151\$553 e em 1909, 29:396\$027. Eis o movimento das rendas estaduais: 1910, 43:562&024; 1911, 46:861\$940. – O território do município parece ter sido primitivamente uma das cinco fazendas reais chamadas Aldea, São Simão, Mostardas, Caieiras e Capão Comprido. Em 1778, achavam-se povoadas as sobreditas fazendas por 1.000 habitantes. Os índios Tapes, foragidos das Missões do Uruguai, foram ali estabelecidos pelo benemérito governador José Marcelino de Figueiredo, que os fez aprender a cultura do trigo a que mais tarde se dedicaram. [...] No ano de 1912 foram registrados 73.204 ha, no valor de 4.090:262\$400, com 3003 contribuintes. A área do município é calculada em 753 km². Em 1908, o valor total das transmissões de propriedade atingiu a 181:970\$000. – O município conta diversas pontes e pontilhões. – Em 1779 contava 1.000 habitantes; 1803, 2.172; 1814, 2.653; 1846, 3.067; 1858, 5.387; 1872, 5.855; 1890, 9.693; 1900, 12.855; 1910, 16.920; 1911, 17.069; 1912, 17.165. A vila de Gravataí é o centro de uma zona ativamente agrícola, o que lhe proporciona um movimento que não é comum no interior do Estado. Fabrica exclusivamente farinha de mandioca, em avultada escala, o que entretém um animado transporte em veículos terrestres e fluviais para a capital. Já está bem desenvolvida a cultura do arroz, notadamente a da Fazenda Progresso, que dispõe de regular capital e emprega máquinas das mais aperfeiçoadas. A pomocultura está adiantadíssima no povoado de Canoas, que possui excelentes quintas. – A exportação total do município atinge a mais de 2.000 contos, alcançando a quase igual quantia a importação. Conta com mais de 20 casas comerciais, com o capital superior a 200 contos. Recentemente começa a ser colonizada a extensa várzea dos rios Gravataí e Sinos. O número de cabeças de gado de diversas espécies deve orçar por 40.000, no valor aproximado de 1.500 contos. – É percorrido pela E. F. P. A. U, contando a estação de Canoas e a parada do Esteio. Possui, em certa parte do ano, a navegação dos rios Sinos e Gravataí e conta várias estradas de rodagem para os municípios vizinhos. Possui estação telegráfica, linha telefônica, agências de correio. Em 1912, contava com várias aulas e 1.005 alunos, possuindo o colégio dos Maristas, na vila e o importante Instituto S. José, em Canoas. – Vila, sede do município e na comarca de Porto Alegre, situada nas proximidades do rio seu homônimo – o *Caravatahy de Ayres do Casal* (Grifo nosso) – ‘seu sítio levantado e vistoso, no cruzamento da estrada geral que de Porto Alegre conduz à serra e da que de Viamão vai a S. Leopoldo.’ [...] Conta

150 prédios e 900 habitantes. Possui linda igreja paroquial, intendência, agência de correio, estação telegráfica, centro telefônico, coletorias, cartórios, etc. Dista 33 km de Porto Alegre. – Rio afluente do Jacuí. Nasce junto às Lombas, no banhado Chicolomã, desaguando a 10 km ao norte de Porto Alegre. ‘É uma torrente vagarosa, pardacenta e estreita, que desliza tortuosamente por entre terras baixas e alagadiças, beiradas de uma orla de mato.’ Nasce próximo às divisas dos municípios de Gravataí e Patrulha e separa o primeiro dos municípios de Viamão e Porto Alegre. Goza de navegação até a vila de seu nome. Belíssima várzea muito povoada, constituindo um dos bairros da Capital. – Estação de E. F. P. A. U.; município de Porto Alegre e no quilômetro 7 da Estação Central.”

GRAVATAÍ EM 1922

Outra publicação rara e significativa para pesquisa é: “O Rio Grande do Sul: completo estudo sobre o Estado”. Trata-se de obra registrada na Junta Comercial de Porto Alegre, sob nº 6.376, de 3 de maio de 1916. Ela reúne artigos de colaboração que foram especialmente encomendados por seu organizador e editor Alfredo R. da Costa, e reproduzida nas oficinas gráficas da Livraria do Globo, de Barcellos, Bertaso & Cia, em Porto Alegre. No volume I encontra-se o município de Gravataí (p. 315-320), a seguir reproduzido.

“**Estudo territorial** – o município de Gravataí, que está próximo da capital do Estado, tem os seguintes limites: ao norte, os municípios de São Leopoldo e Taquara; ao sul, o de Viamão; a leste, o de Santo Antônio da Patrulha; a oeste, o de Porto Alegre.

Está compreendido entre os paralelos de 29° 40’ e 30° 30’ e entre os meridianos de 7° 30’ e 8° 2’.

Os terrenos do município pertencem à formação triássica, período mesozóico. Existem em abundância grés, mela firo e carvão de pedra.

Dispõe de bom sistema hidrográfico, sendo o seu território regado pelos rios Gravataí e Sinos; arroios – Miraguaia, Butiá, Ferreiros, Barnabé, Passo Grande, Sapucaia, etc. Possui vários ‘Passos’ e a lagoa do Moinho.

O território do município constitui uma região baixa, que ocupa todo o vale ao sul de Gravataí; ao nordeste, tem algumas coxilhas próximas ao arroio Miraguaia; ao norte, uma serrania matagosa; a oeste, coxilhas baixas, que gradualmente vão

caindo, até que formam a grande várzea junto ao rio dos Sinos e à boca de Gravataí.

Vinda do município de Santo Antônio da Patrulha, passa uma cordilheira alterosa, que se desprende da Serra Geral, e costeando o rio dos Sinos, separa a linha das águas dos tributários deste, dos do rio Gravataí, indo morrer nas proximidades de São Leopoldo.

Do centro da mencionada cordilheira, adianta-se para o sul, um cerro maciço, de caídas penhascosas, chamado Morro da Figueira.

Cerca de duas léguas da vila de Gravataí, a cordilheira referida desprende uma penedia, que por sua vez, termina por um penhasco em forma de esguio cone: é o Itacolomi, avistado de um círculo de 15 léguas.

A dita cordilheira, ao declinar para a margem esquerda do rio dos sinos, isola o lindo cerro conhecido pelo nome de Morro de Sapucaia, que se faz notar pela regularidade do perfil, sendo acessível, apesar de sua elevada altura.

A Serra do Mar (sic – o correto é Serra Geral, como já indicado) recebe no município as denominações locais de Lombas, Santa Cruz e Itacolomi. O clima é agradável.

Resumo histórico – o território do município de Gravataí parece ter sido, primitivamente, uma das cinco fazendas reais chamadas Aldea, São Simão, Mostardas, Caieiras e Capão Comprido.

Em 1778, ditas fazendas achavam-se povoadas por cerca de 1.000 habitantes.

Os índios Tapes, foragidos das Missões do Uruguai, foram ali estabelecidos pelo então governador José Marcelino de Figueiredo, que os fez aprender a cultura do trigo, a que mais tarde se dedicaram.

Gravataí constituiu-se freguesia (sic – Paróquia Perpétua a que o ato se refere) por alvará de 22 de dezembro de 1795, e foi elevado à categoria de município pela lei provincial nº 1.247, de 11 de junho de 1880. A sua primeira Câmara Municipal, presidida pelo coronel Bernardo Joaquim Ferreira, foi instalada a 23 de outubro do mesmo ano em que foi constituído o município. Em Gravataí nasceu o venerando sacerdote D. Feliciano Rodrigues Prates, primeiro bispo da diocese do Rio Grande do Sul.

Estudo político-administrativo-social e demográfico – o município de Gravataí constitui um termo da comarca de Porto Alegre, com seus três distritos judiciários e policiais.

Pertence à arquidiocese de Porto Alegre, e constitui a freguesia de N. S. dos Anjos, criada em 22 de novembro de 1795 (nessa data, como já observado, foi criada a Paróquia Perpétua de N. S. dos Anjos), tendo o curato de S. Luiz de Canoas.

Além das igrejas paroquiais, possui as capelas de N. S. da Glória e Ipiranga.

Administrativamente, o município está dividido em cinco distritos, cujas sedes são: do 1º, a vila; do 2º, Ipiranga; do 3º, Passo Grande; do 4º, Canoas; do 5º, Butiá.

O seu registro eleitoral acusava em 1921, a existência de 2.006 eleitores estaduais, e 1.421 federais.

A instrução pública no município é ministrada por 9 escolas estaduais e subvencionadas e 5 municipais, com uma frequência total superior a 1.000 alunos. A particular é representada pelo importante Ginásio São José de Canoas, pertencente aos padres maristas.

Após a proclamação da República, o município teve como intendentes eleitos, os cidadãos Juvêncio Xavier de Abreu, Antônio Alfonso de Jesus e Ernesto Antonio Gomes.

A administração em 1922 está assim constituída: Intendente – cap. João de Azevedo Barbosa Filho, já reeleito; vice – José Alves Pereira; conselheiros – José Linck Filho, Jeronymo T. da Fonseca, Arthur Pereira de Vargas, João de Deus da Silveira, Joaquim Teixeira de Souza, Adão Feller e Joaquim Dias Fialho.

As rendas do município têm sido: 1907 – 20:43\$980; 1912 – 31:831\$530; 1917 – 47:867\$261; 1921 – 90:654\$261.

Os contribuintes em geral atingem a 4.963.

As suas principais fontes de receita são as dos impostos de expedição de produtos, veículos, estradas e pontes. A Intendência mantém 10 funcionários internos e externos e uma polícia composta de 8 homens.

A população geral no município tem sido a seguinte: 1779 – 1.000; 1803 – 2.172; 1814 – 2.653; 1846 – 3.067; 1858 – 5.387; 1878 – 5.855; 1890 – 9.693; 1900 – 12.855; 1910 – 16.920; 1912 – 17.165; 1921 – 19.000, segundo os censos realizados nas referidas datas. Existem 2.905 habitações.

Estudo econômico – O município de Gravataí possui uma área territorial de 65.527 hectares.

As terras são, em sua maior parte, adequadas à cultura de toda a classe de cereais, sendo já regularmente desenvolvida a do arroz, notadamente na importante

Fazenda Progresso, de propriedade do coronel Alberto Bins, e que possui as mais aperfeiçoadas máquinas agrárias.

A maior cultura, porém, é a da mandioca, sendo Gravataí um dos municípios mais produtores de farinha no Estado.

Para a fabricação da farinha de mandioca, conta com 230 atafonas, sendo a produção anual calculada em 300.000 sacos de 50 quilos. Segue-se a cultura da cana-de-açúcar para a fabricação de aguardente, cuja produção é computada em 500.000 litros.

A agricultura é generalizada no município, cultivando-se também em regular escala o feijão, o milho e outros cereais. A mandioca e a cana constituem a principal cultura.

Existem cerca de 600 agricultores, destacando-se os srs. Alberto Bins, Jeronymo Fonseca, Eleutherio Monteiro, Izaias Silveira, Christiano Müller, Horacio Rocha, Antonio Ávila e Justino Pereira.

A agricultura é mais intensa nos 2º e 5º distritos. A pomicultura no 4º distrito (Canoas) é adiantadíssima, possuindo excelentes quintas. A exportação total do município atinge a mais de 2.000:000\$000 anuais. A agricultura está se desenvolvendo nas várzeas dos rios Gravataí e Sinos. Nos 1º, 3º e 4º distritos, os de maior criação, existem já bons produtos bovinos. A massa pecuária existente no município é assim computada: bovinos – 20.000; equinos – 5.000; ovinos – 3.000; muares – 5.000; suínos – 10.000. Como principais e maiores criadores, podemos destacar os seguintes: Saturnino Mathias Velho, Alberto Bins, Lydio Baptista Soares, João A. da Fonseca, Eduardo Ferrugem, Abrilino Gomes, Felizardo d'Ávila e Antonio F. da Fonseca. Existem 186 contribuintes do imposto pecuário. O comércio é desenvolvido, representando-se por 114 casas de negócio. Conta mais o município em sua indústria e comércio o seguinte: 41 fábricas de aguardente, 17 ditas de rapaduras, 7 serrarias a vapor, 5 olarias, 2 fábricas de sabão, 2 curtumes, 11 ferrarias, 3 fábricas de torrefação de café, 8 fábricas de fumo, 8 barbearias, 2 correarias, 18 leiterias, 6 hotéis, 3 casas de bilhar.

Como industrialistas, destacam-se os srs. Alberto Bins, Ernesto Wittrock e Aristides de Jesus, e, como comerciantes na campanha, Arthur Vargas, Deodécio Ferrugem e Carlos Wilkens. Existem lotados no município 1.674 veículos.

Possui boas estradas de rodagem, sendo as principais as que da vila vão para São Leopoldo, passando por Sapucaia, a de Lomba Grande, por Santa Tecla, a de Taquara, pelo Pontão, a de Canoas, Vila Machado e Porto Alegre.

As distâncias entre a vila e as sedes dos distritos são: a do 2º - 12 km; do 3º - 20 km; do 4º - 20 km e do 5º - 15 km.

Exercem a sua profissão no município: 6 médicos, 3 advogados, 3 parteiras, 3 dentistas e 3 farmacêuticos.

O município é cortado em parte pela linha férrea de Porto Alegre a Uruguaiana, contando a estação de Canoas e a parada do Esteio, várias pontes de rodagem e numerosos pontilhões. É servida pela pequena navegação dos rios dos Sinos e Gravataí, tendo neste último o porto do Passo das Canoas, distante 1.200 metros da vila, e pelo qual é feito o embarque de produtos da maior parte do município. No mesmo porto, lado de Viamão, é carregado todo o carvão de pedra extraído das minas do Estado ali existentes. A estrada de Gravataí a Porto Alegre tem grande trânsito de carretas, que transportam para o mercado da capital, produtos daquele e do município de Santo Antônio.

No 5º distrito existe uma importante queda d'água, com a altura de 62 metros e uma força calculada de 100 cavalos. Já estão feitos os estudos para a instalação ali de uma usina hidroelétrica.

Sede municipal – a vila de Gravataí, sede do município e na comarca de Porto Alegre, está situada em meio ao planalto, nas proximidades do rio seu homônimo – o *Caravatahy de Aires do Casal* (Grifo nosso).

Localizada no cruzamento da estrada geral que de Porto Alegre conduz à serra e da que de Viamão vai a São Leopoldo, é de agradável aspecto. [...].

Em sua área urbana contam-se 147 casas, 11 ruas, 2 praças e 847 habitantes, em sua quase totalidade, nacionais. As ruas principais denominam-se – Marechal Deodoro, Julio de Castilhos e Marechal Floriano. A praça mais central – Borges de Medeiros – é arborizada, e tem as quatro faces edificadas, ali estando a vasta Matriz, a Intendência, casas comerciais, etc. A edificação é regular, havendo algumas casas de construção moderna. Regularmente movimentada, toda iluminada à luz elétrica, fornecida por uma usina municipal, tem 13 casas comerciais, sendo consideradas principais as dos srs. Arthur Tubbs, Soares & Gomes, Pedro Dutra, Anápio Gomes e Arnaldo Lindemeyer.

Conta com mais duas fábricas de sabão, 2 de café, 3 barbearias, 2 ferrarias, 2 casas de bilhares, 2 hotéis, 1 cinema, Tiro de Guerra nº 233, telefone, telégrafo, correio, 2 pequenos matadouros particulares, 2 cemitérios, farmácia, etc. A vila de Gravataí está a 33 km de Porto Alegre e a 1.200 metros do rio Gravataí, onde tem o porto do Passo das Canoas, pelo qual é feito o seu maior comércio com a capital do Estado.

O município de Gravataí, por sua situação geográfica, sua hidrografia, seu clima, excelência indiscutível de seus campos de criação e terras de cultura, etc.,

é um dos melhores pontos do Estado para o emprego de capitais e atividades. No respeitante à lavoura, em especial as terras do município de Gravataí, são magníficas, prestando-se, de forma admirável, às mais variadas espécies de culturas, como já asseveramos.

[...] é no município de Gravataí que se acha localizada a ótima ‘Granja Progresso’, de propriedade do adiantado industrialista, agricultor e criador gaúcho coronel Alberto Bins, e a qual é bem uma demonstração da excelência das terras de cultura e campos de criação daquela zona, trecho de uma das regiões, em todo e qualquer sentido, mais opulentas do Estado. O município de Gravataí tem aspectos belíssimos, destacando-se dentre eles o da vila, que, como se evidencia das gravuras estampadas, é deveras atraente, não só por sua posição, senão também pelo trabalho humano, com a regular arborização central da vila, que tantas vantagens traz a esta.

Granja Progresso – proprietário do coronel Alberto Bins, adiantado criador, acatado industrialista da praça de Porto Alegre e deputado à Assembléia dos Representantes do Estado. A importante ‘Granja Progresso’, estabelecimento rural verdadeiramente modelar, está situada no município de Gravataí, a 18 km da cidade de Porto Alegre. Conta com 850 hectares, ou seja, cerca de 10 quadras de sesmaria de ótimas terras para agricultura e campo próprio para criação. O coronel Alberto Bins faz, ali, com grandes vantagens, agricultura, selvicultura e criação, tudo pelos mais modernos métodos, o que é posto em evidência pelos resultados obtidos, resultados esses que, tendo-se em vista a, relativamente, pequena extensão da área cultivada, são verdadeiramente admiráveis. Por uma organização deveras inteligente e com um constante e bem dirigido trabalho, consegue o proprietário da ‘Granja Progresso’, nos 850 ha de terras que possui, uma produção anual que não é atingida por avultado número de proprietários de muito melhores extensões. [...] regula produzir anualmente: (renda bruta): em vinhos, 100:000\$000; em selvicultura, 60:000\$000; em agricultura, principalmente em arroz, 200:000\$000; em criação de bovinos, 20:000\$000. Como se vê dessas cifras, a renda bruta anual da ‘Granja Progresso’ é de cerca de 400:000\$000, fato esse que é tanto mais notável quanto é certo que, se a área respectiva fosse ocupada unicamente com criação de gado, sua renda não poderia exceder de 15:000\$000! [...].

O principal objetivo da Granja Progresso’ é a viticultura, sendo atualmente, a sua produção de vinhos de cerca de 50.000 litros anuais. O vinho é tinto, tipo Bordeaux, de superior qualidade, e é todo ele consumido no Estado, onde goza de grande aceitação.

Os vinhedos, de diversas idades, atualmente existentes na granja, contam 45.000 pés, os quais em produção geral, podem dar 100.000 litros de vinho, anualmente. As castas cultivadas são as européias: ‘Merlot’ e ‘Malbec’, sendo a área ocupada com o plantio da videira de 20 ha, ou seja, aproximadamente, 14 braças de sesmaria.

A educação da videira, na Granja Progresso, é feita sobre 5 fios de arame, sistema esse que, à luz da prática, está provado ser o que melhor se adapta ao nosso meio.

Cultivam-se, também, ali, superiores uvas para mesa, de castas experimentadas e adequadas ao nosso clima.

A plantação de arroz ocupa uma área de 180 ha, sendo cultivado somente o tipo japonês que dá, ali, uma produção anual de cerca de 12.000 sacos, com casca.

Para o consumo da granja, cultivam-se, também, ali, a mandioca e o milho, cereais esses que dão abundância, atenta a boa qualidade e magnífico preparo das terras de lavoura.

Como forrageiras, e igualmente para o consumo do estabelecimento, que é avultado, atento o regular número de animais a trato que mantém, assim de inverno, como de verão, cultivam-se, também, ali o capim de Rhodes (para a primeira daquelas estações), e a aveia (para a segunda). A área ocupada para estas culturas regula 30 hectares.

O campo de criação está dividido em vários poteiros, todos melhorados pelo processo de lavra e adubação com fosfatos. [...] consta de lotes de bovinos puros, importados das superiores raças *devon* e holandesa, das quais possui [...] exemplares. [...] e mantém à venda permanente, reprodutores dessas raças, bem como de vacas leiteiras, mestiças. [...].

A granja possui estradas especiais, que a cortam em várias seções, num total de 6 km. [...].

No respeitante à selvicultura, o objetivo capital da granja é a plantação de eucaliptos *myrtacea*, da qual se contam 800.000 pés de diferentes idades. São cultivadas em maior escala as 4 espécies seguintes: ‘rostrata’, ‘sidrofloia’, ‘teriticornis’ e ‘viminalis’. A área ocupada com eucalipto é de 180 hectares, ou seja, mais de duas quadras de sesmaria, o que representa uma grande riqueza florestal, que pode ser avaliada em algumas centenas de contos de réis. [...] A Granja Progresso é localizada à margem direita do rio Gravataí. [...] O proprietário da granja regular despende, com o pessoal que ali mantém ao seu serviço, nada menos de 120 contos de réis anuais. [...] a Granja possui ótimo banheiro carrapaticida, aperfei-

coada balança para pesagem dos animais, bretes, garagem, vastos depósitos para forragens, bem construídos galpões para animais a trato, etc. [...].

[...] o Coronel Alberto Bins, sem prejuízo de sua importante e conceituada indústria metalúrgica da capital do Estado, da qual saem os afamados cofres ‘Berta’, fogões, camas de ferros, etc., dirige pessoalmente os diferentes trabalhos da granja. [...] é auxiliado na direção dos trabalhos de sua granja, por um de seus cinco filhos varões. [...].”

Este é o texto relativo ao município de Gravataí, na supracitada obra.

Passadas décadas, o que se vislumbra da sede da Granja Progresso, atualmente situada na área do município de Cachoeirinha (emancipado de Gravataí pela lei nº 5090, de 9 de novembro de 1965), – são ruínas, que a população na circunvizinhança aponta como restos de um importante estabelecimento que teve seu tempo áureo, e que fora propriedade ‘de um senhor chamado Alberto Bins.’ Ou seja, a população ali situada, em sua maior parte, desconhece a figura e identidade do seu proprietário.

GRAVATAÍ EM 1926

Na obra “Porto Alegre em revista”, lançada em 1926, sobre Gravataí consta o seguinte:

“O território atualmente ocupado pelo próspero e rico município de Gravataí começou a ser povoado em princípio do século XVIII.

Foi habitado primitivamente por índios Tapes, vindos das Missões do Uruguai, que ali se fixaram, dedicando-se à agricultura, ciência que lhes foi ensinada por ordem do governo de então.

Embora o seu desenvolvimento geral tenha sido retardado por motivos os mais diversos, na atualidade, porém, o seu progresso é promissoriamente acentuado.

Município limítrofe de vários outros, notadamente desenvolvidos, destacando-se o da capital do Estado, Gravataí terá forçosamente que sofrer tão benéfico influxo.

Os seus limites são os seguintes: ao norte, os municípios de Taquara e São Leopoldo; ao sul, o de Viamão; a leste, o de Santo Antônio da Patrulha; a oeste, o de Porto Alegre.

O território do município é geralmente baixo, contendo algumas elevações, coxilhas, serras cobertas de densas matarias e magníficas planícies que se estendem pelas margens do Rio dos Sinos e do Gravataí.

O seu sistema hidrográfico é privilegiado: conta os rios dos Sinos e Gravataí, além de numerosos outros cursos d'água, de relativa importância, e de uma lagoa, a do Moinho.

Das suas elevações, oriundas da Serra Geral, as mais importantes denominam-se Morro da Figueira, Itacolomi, Sapucaia, Santa Cruz e Lombas.

É termo da comarca de Porto Alegre, e pertence à sua arquidiocese, contando várias igrejas, paróquias e algumas capelas.

Está dividido em cinco distritos administrativos, contando uma população hoje calculada em pouco de 20.000 hab. A sua área territorial é avaliada em 65.000 ha.

A partir da proclamação da República têm governado o município, os cidadãos Juvêncio Xavier de Abreu, Antônio Affonso de Jesus, Ernesto Gomes, capitão João de Azevedo Barbosa Filho, reeleito, e o Sr. Major Demétrio Alves da Silva, seu atual governador.

O solo do município de Gravataí é particularmente adequado às mais variadas culturas. Os terrenos baixos e úmidos, situados nas margens dos rios, são ali aproveitados para grandes lavouras de arroz, prestando-se admiravelmente para o cultivo deste precioso cereal.

Além do arroz, a cana-de-açúcar, milho, feijão, mandioca e muitos outros produtos agrícolas são largamente cultivados em Gravataí. A agricultura, pois, basifica a sua maior riqueza, prometendo um futuro de incalculáveis possibilidades.

A sua pecuária é relativamente desenvolvida: conta hoje com cerca de 30.000 bovinos, 8.000 eqüinos, 6.000 ovinos, 800 muares e 20.000 suínos.

A instrução pública tem sido cuidadosamente desenvolvida na atual gestão, do ilustre sr. Major Demétrio Alves da Silva, que não tem poupado esforços em prol da alfabetização da juventude, o maior dever dos povos civilizados. Para esse fim, o município dispõe de confortáveis e higiênicas escolas próprias, bem como estaduais e subvencionadas.

As rendas do município atingem atualmente a mais de 200 contos.

As suas estradas de rodagem são excelentes e bem cuidadas, possuindo todas as obras auxiliares mais necessárias. São fáceis, assim, as suas comunicações com a capital do Estado e com os modelares municípios vizinhos. O movimento de veículos nessas estradas, particularmente na que conduz a Porto Alegre, é intenso e animado.

O município de Gravataí é cortado pela linha férrea de Porto Alegre a Santa Maria, tronco do sistema ferroviário do Estado, contando as estações de Canoas e a parada de Esteio.

As suas estradas de rodagem, bem como a viação férrea, estão dotadas de magníficas pontes e pontilhões.

Os rios dos Sinos e Gravataí são perfeitamente navegáveis para pequenas embarcações e prestavam inestimáveis serviços à expansão comercial do município.

O porto do Passo das Canoas, no rio Gravataí, situando a pouco mais de um quilômetro da vila, está perfeitamente aparelhado para o fim a que se destina: é seguro e de fácil acesso.

Localizado nos limites do município com os de Viamão, o porto do Passo das Canoas favorece enormemente as suas exportações para a capital do Estado.

Uma das grandes riquezas do município de Gravataí, quiçá a maior, é o carvão de pedra. Esse precioso combustível, que existe em surpreendente abundância por todo o seu subsolo, é de excelente qualidade, conforme atestam os técnicos que o estudaram e analisaram por ordem do benemérito governo do Estado.

As minas, atualmente em exploração, pertencentes ao mesmo governo, estão em franco desenvolvimento e fornecem vultuosa produção que é exportada para Porto Alegre e outros pontos do Estado.

Sede do município – a vila de Gravataí, sede do município, está situada no cruzamento de importantes estradas de rodagem e nas proximidades do rio do mesmo nome.

Sede de freguesia em 1795 (sic – nesta data ganhou a condição de Paróquia Perpétua), foi elevada à categoria de vila em 1880. Apesar de sua antiguidade, tem progredido muito lentamente, fato esse bastante estranhável, considerando-se a sua invejável situação geográfica.

Conta hoje com 15 ruas, amplas e bem cuidadas; cerca de 200 casas e uma bela praça; população calculada em pouco mais de 1.000 habitantes; uma notável Igreja Matriz; modernos e bem construídos edifícios públicos e particulares, destacando-se o da Intendência Municipal; muitas casas comerciais bem importantes; boa iluminação elétrica, policiamento e variada indústria.

O seu movimento geral é bastante animador.

Conta com bons hotéis; associações diversas; casas de bilhares; Tiro de Guerra; confortável cinema; centro telefônico; correio; telégrafo, matadouros particulares; dois cemitérios; bem cuidado serviço de asseio público; correspondentes bancários; automóveis; caminhões, etc. É uma vila de agradável aspecto e de grandes possibilidades de progresso.

O município de Gravataí possui hoje uma indústria bem florescente. A produção de aguardente e de farinha de mandioca, em numerosas fábricas e atafonas espalhadas em todo o seu território, é avultada e intensa. A primeira é computada em 800.000 litros e a segunda em 500.000 sacos, anualmente.

Conta, além dessas, algumas fábricas de rapaduras, fumo e sabão; grandes serrarias, curtumes e muitas outras pequenas indústrias.

O estabelecimento agrícola, industrial e pastoril mais importante é a Fazenda Progresso do sr. Major Alberto Bins, grande industrial porto-alegrense.

Município privilegiado pela natureza, como tivemos ocasião de ressaltar, Gravataí possui outra riqueza de brilhante futuro e de grande importância econômica: referimo-nos à magnífica queda d'água localizada no 5º distrito e que tem uma altura superior a 50 metros.

O progresso atual do município de Gravataí está admiravelmente basificado: o seu surto é seguro e ascendente.

O Sr. Major Demétrio Alves da Silva, seu esforçado administrador, tem governado sabia e surpreendentemente, a contento geral dos seus laboriosos e morigerados munícipes, que vêm na profícua ação de sua senhoria, a confirmação de todos os seus mais patrióticos desejos de riqueza e prosperidade.”

GRAVATAÍ EM 1930

Outra publicação interessante é “O Rio Grande em Revista”, lançada pela Editora Globo, de Porto Alegre, em 1930, sob a organização de Clodomiro C. Carriconde. Gravataí nela comparece. Pela importância dos dados que a matéria oferece, a seguir apresentados, faz-se um apelo ao leitor para o contraponto com o tempo presente, notadamente o referente à população do município, decorridos cerca de 80 anos. Uma história comparada enseja algumas conclusões interessantes, que ficará a cargo dos investigadores que definirem Gravataí como objeto de seu estudo. E aos cidadãos, o convite para que se situem frente aos cenários do passado e do presente, como sujeitos do tempo,

A seguir, o texto, na íntegra, à página 268 da referida obra:

“O território do município de Gravataí parece ter sido, primitivamente, uma das cinco fazendas reais chamadas Aldea, São Simão, Mostardas, Caieiros e Capão Comprido.

Em 1778, ditas fazendas achavam-se povoadas por cerca de 1.000 habitantes.

Os índios Tapes foragidos das missões do Uruguai, foram ali estabelecidos pelo então governador José Marcelino de Figueiredo, que os fez aprender a cultura do trigo, a que mais tarde se dedicaram.

Gravataí constituiu-se freguesia por alvará de 22 de dezembro de 1795 (já indicado que o ato se refere à criação da Paróquia Perpétua), e foi elevado à categoria de município por lei provincial nº 1.247, de 11 de junho de 1880. A sua primeira Câmara Municipal, presidida pelo coronel Bernardino Joaquim Ferreira, foi instalada a 23 de outubro do mesmo ano em que foi constituído o município. Em Gravataí nasceu o venerando sacerdote D. Feliciano Rodrigues Prates, primeiro bispo da diocese de Porto Alegre.

Sede municipal – A vila de Gravataí, sede do município e na comarca de Porto Alegre, está situada em um meio planalto, nas proximidades do rio seu homônimo – *o Gravataí de Ayres do Casal*. (Grifo nosso).

Localizada no cruzamento da estrada geral que de Porto Alegre conduz à serra e da que de Viamão vai a São Leopoldo, é de agradável aspecto. [...]

Em sua área urbana contam-se 11 ruas e 2 praças. As ruas principais denominam-se – Marechal Deodoro, Júlio de Castilhos e Marechal Floriano. A praça mais central – Borges de Medeiros – é arborizada, e tem as quatro faces edificadas, ali estando a vasta Matriz, a Intendência Municipal, casas comerciais, etc.

Principais povoados – a vila de Gravataí conta com os seguintes principais povoados: Gravataí (sede), com 254 prédios; Passo das Pedras (no 1º distrito), com 14; Doce (no 1º distrito), com 22; Passo das Canoas (no 1º distrito), com 33; Passo dos Ferreiros (no 1º distrito), com 16, no povoado, e 1.001 nos arredores; Costa do Ipiranga (2º distrito), com 23, no povoado, e 619 em todo o distrito; Passo Grande (no 3º distrito), com 25, no povoado, e 689 em todo o distrito; Canoas (4º distrito), com 260, no povoado, e 1.035 em todo o distrito; Butiá (5º distrito), com 22, no povoado, e 302 em todo o distrito. Um total, portanto, de 3.762 prédios em todo o município.

Limites - ao Norte, os municípios de São Leopoldo e Taquara; ao Sul, os de Porto Alegre e Viamão; a Leste, o de Santo Antônio da Patrulha; a Oeste, o rio dos Sinos.

Superfície – o município tem 970 km² de superfície territorial.

População – é de 22.830 o número de habitantes do município.

Divisão territorial e administrativa – a vila de Gravataí pertence à comarca de São Leopoldo: à 1ª região policial do Estado; ao 1º distrito telegráfico; ao 1º eleitoral estadual; ao 1º federal; à 1ª administração postal e à província eclesiástica de Porto Alegre. Dista da capital 32 km. É dividida em cinco distritos administrativos e outros tantos judiciários.

Fontes de riqueza – a agricultura, muito adiantada, produz em grande escala os seguintes artigos: mandioca, arroz, milho, laranja, etc. A pecuária é representada por rebanhos de 88.700 cabeças de gado, em grande parte bovino e suíno, no valor de 6.259:100\$000.

Patrimônio e finanças – o patrimônio do município é avaliado em 136:600\$000. No exercício de 1927, a receita arrecadada foi de 200:359\$000, e a despesa efetuada de 186:704\$000.

O coronel João Cândido Machado, atual intendente municipal de Gravataí, pessoa de fino trato e de grande visão administrativa, muito se vem interessando no governo do futuro município pela solução dos mais urgentes problemas, e que mais de perto dizem com o engrandecimento da linda vila.”

Observa-se que a obra organizada por Clodomiro C. Carriconde tem caráter partidário, claramente vinculado ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), cujos intendentes municipais eram da confiança do referido partido, que foi situação ao longo da República Velha (1889-1930) no Estado. Ao longo da publicação há chamadas diretas de campanha eleitoral de Getúlio Vargas (filiado ao PRR) para sua eleição à presidência da República.

Com estes recortes de quatro obras, com alusão ao município de Gravataí, muitos cruzamentos podem ser feitos, e interessantes conclusões podem ser obtidas. Uma boa e promissora pesquisa!

PELOS CAMINHOS DE GRAVATAÍ

Nilza Huyer Ely

Historiadora do CIPEL e do

Instituto Histórico Visconde de São Leopoldo (IHSL). Cachoeirinha/RS

O caminho se faz caminhando. Esta assertiva, certamente, é apropriada para o município de Gravataí. Apesar de que, durante longo período, alguns governantes acreditavam que o nosso Estado não necessitava de estradas, uma vez que a principal riqueza era a pecuária e que, o gado se transporta por si só. Mesmo assim, as picadas abertas pelos pioneiros foram, com o passar dos anos, sendo melhoradas.

As trilhas dos tropeiros recebiam pequenos reparos. A estrada, assim marcada, foi se transformando em carroçável. A produção, transportada em grandes carroças puxadas por diversas juntas de boi, em longas viagens, de atoleiro em atoleiro, conseguia alcançar o comércio consumidor na capital do Estado.

O historiador Juca Maciel conta que em 1829, através de ofício do Presidente da Província era solicitada, ao Presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio da Patrulha, informação, acerca dos preços que costumavam ser pagos para os fretes de carretas. Em resposta, o Presidente da Câmara, informou que o frete, entre aquela Vila (Santo Antônio da Patrulha) e a capital do Estado (Porto Alegre), passando aqui por Gravataí, fora estabelecido em 8\$000 (oito mil réis) para viagens durante o verão enquanto que no inverno, período chuvoso, quando o trânsito se tornava mais difícil, o valor seria de 10\$000 (dez mil réis).

Caminhos, entre os núcleos populacionais, se foram formando, e estradas vicinais eram abertas entre a Aldeia dos Anjos e suas comunidades.

Pela posição geográfica, o município de Gravataí estava na rota do transporte para todo o Litoral Norte do Estado. O transito de pessoas e transporte de mercadorias que demandavam a capital do Estado necessitavam de vias de comunicação. As estradas carroçáveis não ofereciam segurança em épocas chuvosas.

Passou o Império, começou a República, iniciou o século XX e as dificuldades continuaram.

Juca Maciel, menciona que, em 1905, transitaram por Santo Antônio da Patrulha três engenheiros norte-americanos, acompanhados de autoridades governamentais do Estado, num carro puxado por cavalos, cedido pelo próprio governo do Estado, que se dirigia a Torres para examinar a viabilidade da construção de um porto marítimo naquela localidade.

Grandes promessas de vias de comunicação para o desenvolvimento do Litoral Norte/RS remontam ao século XIX. O cantado e decantado Porto de Torres, a ferrovia ligando Porto Alegre a Laguna/SC e a interligação das lagoas costeiras, adentraram o século XX e jamais saíram do papel.

Avançando no tempo, encontramos-nos no ano de 1913. A Vila de Conceição do Arroio registra um grande e memorável fato. Depois de uma jornada de três dias, com o auxílio de juntas de boi nos atoleiros que enfrentou, passou pela Vila, o primeiro automóvel, procedente de Porto Alegre.

Com a lenta e paulatina melhora nas estradas carroçáveis, oito anos mais tarde, em 1921, era possível efetuar a mesma viagem em tempo recorde de dezesseis horas; já era um avanço.

Entre as décadas de 1910 e 1920, o governo do Estado determinou à Secretaria de Obras a construção de uma estrada, abrindo valas laterais e construindo pontes nos cursos d'água.

Alcança-se a década de 1930 e na mesma progressão do tempo aumentou a dificuldade do transporte. A produção das colônias litorâneas chegava, em pequenas embarcações, até o porto de Conceição do Arroio. A demora para alcançar o mercado consumidor e a deterioração do produto traziam consigo o desalento e a desesperança de melhores dias, para toda a população que ansiava pelo progresso.

Governantes faziam ouvidos moucos para o clamor da população.

ERS 030 – Finalmente, em 24 de agosto de 1934, foi assinado pelo governador General Flores da Cunha, o contrato, com a firma Dahne, Conceição & Cia, para a construção de uma moderna estrada de rodagem, que ofereceria trânsito seguro e rápido, em qualquer época do ano, a Estrada de Rodagem Gravataí-Conceição do Arroio, numa extensão de 82 quilômetros, com início na ponte metálica sobre o rio Gravataí, na localidade de Cachoeirinha.

A estrada carroçável existente sofreu, em alguns trechos, apenas melhoramentos, enquanto que em outros foi necessária a correção de rota, com cortes para nivelamento e a construção de pontes sobre os cursos de água. Os quinze

quilômetros iniciais, entre a ponte metálica e a cidade de Gravataí, foram construídos em concreto armado, com pista de rolamento de três metros de largura e acostamento de pedra irregular de 1,20 em cada lado. O trecho restante seria pavimentado com macadame hidráulico.

Transcorridos cinco anos, depois de intenso trabalho, em 1939 foi inaugurada a estrada ERS 17, hoje ERS 030, mais tarde, apropriadamente denominada Estrada Cristóvão Pereira de Abreu, numa justa homenagem ao grande tropeiro abridor de caminhos.

Em seu discurso inaugural o Secretário das Obras Públicas, engenheiro Walter Jobim assegurava que “[...] Se se fizesse mister perquirir em todo o Estado quais as obras mais necessárias ao desenvolvimento dos diferentes núcleos humanos, dispersos em seu vasto território, haveria um clamor uníssono, apontando as “rodovias” como as mais decisivas ao surto civilizador.”

Disse mais Sua Excelência: “Onde falta o transporte pode inexistir a miséria, porém, não se encontra a riqueza. É inútil produzir, se é impossível transportar. Os bens só significam riqueza quando entram no comércio humano.”

Com a segurança de uma estrada pavimentada, foi possível estabelecer linhas regulares de ônibus entre Gravataí e a capital do Estado.

Assim, já em 25/04/1940, a seção de tráfego do DAER registrou a empresa de ônibus de Olinto F. Costa que fazia a linha Gravataí – Porto Alegre, num percurso de 28 km, com 14 viagens diárias ao preço de 2\$000 (dois mil réis) por pessoa.

Ademais, transitavam por Gravataí, ônibus, com destino a Osório em viagem diária de três empresas: a empresa de F. C. Pereira, a de A. Tedesco e a de Jaeger & Irmão, com ônibus que demandavam a Araranguá/SC, duas vezes por semana, além de três viagens mensais para São Paulo, via praia, e, também, passavam pela cidade de Gravataí.

Em 1947, o total de veículos registrados na Delegacia de Trânsito e Acidentes, dos 92 municípios então existentes, era de 31.974 veículos. No município de Gravataí encontravam-se 142 veículos registrados, assim distribuídos: 54 automóveis, 20 ônibus, 53 caminhões e 15 caminhonetes

Com a criação do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), no ano de 1938, em substituição à Diretoria de Viação Terrestre, a conservação das existentes e a construção de novas rodovias passaram a este setor.

ERS 020 – Esta rodovia tem seu ponto inicial no km 22 da ERS 030, no lugar denominado Vista Alegre, no município de Gravataí.

A ERS 020, se estende, por mais de duzentos quilômetros, passando pelas cidades de Taquara, São Francisco de Paula, Cambará do Sul até os contrafortes da Serra Geral ao encontrar a BR 285 na divisa com o Estado de Santa Catarina.

Esta estrada foi de fundamental importância, no ciclo do pinheiro, quando a extração da madeira era vista como alternativa para o desenvolvimento das localidades dos Campos de Cima da Serra. Esta estrada atendeu à demanda da exportação da madeira produzida com a derrubada, desordenada, das araucárias da região. Concomitantemente foi instalada, na localidade de Ouro Verde uma grande fábrica de celulose, cuja matéria-prima era a madeira; leia-se *araucária brasiliensis*. Os centenários pinheiros, ao tombarem, clamavam, num longo e triste gemido, contra os algozes inescrupulosos, os traçadores dos madeireiros. Era o inimaginado prenúncio do fim das florestas nativas dos Campos de Cima da Serra.

ERS 118 – No final dos anos 1960 e início dos anos de 1970, depois de longos estudos, foi efetuado o traçado de uma moderna rodovia de ligação do município de Gravataí com os do Vale dos Sinos, – a ERS 118. Partindo da BR 116, na cidade de Sapucaia do Sul, segue, aproximadamente a vicinal existente no município de Gravataí, a Estrada Pauluzzi, até o Passo das Canoas, de onde se estende até encontrar a ERS 040, em Viamão.

Ao maior poeta gaúcho coube a homenagem da estrada ERS 118, a estrada Mário Quintana.

A ERS 118 já não mais suporta em seu leito, de só uma pista de rolamento em cada sentido da rodovia, um tráfego superior a 11.000 veículos diários. Necessária e urgente se tornou a sua duplicação, cujas obras estão em andamento, com um pequeno trecho já duplicado, nas proximidades da ERS 020.

BR 290 – O final da década de 1960 foi promissor para o município de Gravataí, no que se refere aos meios de transporte. Além da já mencionada ERS 118, foram efetuados os trabalhos de levantamento topográfico para a construção de uma via expressa, a primeira, em nosso Estado, cruzando os campos do município, a nossa Auto-Estrada, ou *Free Way*, como se queira chamar, a BR 290 ou Estrada Marechal Manuel Luis Osório.

Estâncias de criação de gado, açudes que contribuía com a água para o cultivo de arroz, a grande produção agrícola do município, foram seccionadas. A paisagem do interior do município foi sofrendo transformação radical.

Indústrias de alto padrão foram instaladas ao longo da BR 290, com destaque para a indústria pesada que compunha o grande distrito industrial de Gravataí.

É inegável que o progresso é uma feliz realidade. Chegou, como se costuma dizer, não só para ficar, mas para continuar e mostrar à Federação as potencialidades do município de Gravataí e da sua população.

A cultura é um fato, Universidades cada vez mais buscam se estabelecer na região.

Os antigos caminhos: Pauluzzi, Timbaúva, Morro Agudo, Vira Machado, Rincão da Madalena, Paraíso, Arthur José Soares, Cavalhada, Ponta Grossa, Barro Vermelho que eram a ligação entre a Aldeia dos Anjos e as respectivas localidades no interior do município, hoje estão ladeadas por vilas populosas. Indústrias despontam, o comércio é intenso e o desenvolvimento, notável.

ERS 010 – Recentemente engenheiros, do Setor de Estudos e Projetos do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, elaboraram um novo projeto para a construção de uma rodovia estadual, com o propósito de desafogar o intenso trânsito da BR 116. A Via Leste, ou ERS 010, deverá ser construída através do Programa Público Privado, com a participação dos municípios beneficiados com a obra. Pelo projeto a rodovia deve partir da BR 290, proximidades da fábrica da Coca-Cola, em Porto Alegre, atravessar o rio Gravataí em Cachoeirinha, passando na extremidade oeste do município de Gravataí e daí seguirá até alcançar a ERS 239, entre as cidades de Campo Bom e Sapiranga.

Corrida de automóveis. Enquanto não havia uma pista, específica, para corrida de veículos de alta velocidade, os amantes do esporte automotivo tiveram que pensar um espaço apropriado, uma rodovia, para extravasarem os seus sonhos.

Na década de 1950, ziguezagueando através da BR 116, era realizado o Circuito da Serra, até a cidade de Canela. Como era um circuito com aclives muito acentuados, tornava-se inseguro devido ao excessivo aquecimento dos motores das *carreteras*.

Surge uma boa alternativa através da Estrada da Praia, ERS 030, que se estende em terreno com menor oscilação de nível.

Assim, a RS 030 tornou-se palco da disputa entre os azes do volante no Circuito das Praias do Atlântico. Pilotos famosos como: Vítório e Catarino Andreatta, Bruno Fornari, Pedro Pereira, Aristides Bertuol, José Madri, Diogo Elwanger, Karl Iwers e Antoninho Burlamaque, nomes que jamais saíram da lembrança de quem viveu o início da era do automobilismo esportivo do Rio Grande do Sul. As potentes *carreteras* cujos motores, incrementados, sofriam uma série de adaptações, em tantas manhãs de domingo, num roncar quase ensurdecedor, fizeram a alegria da população ao longo da ERS 030.

Após o falecimento do piloto Burlamaque, numa das curvas nas proximidades da lagoa dos Barros, em Santo Antônio da Patrulha, em 1952, o circuito passou a chamar-se Prova Antoninho Burlamaque, como homenagem ao grande líder do automobilismo esportivo.

Ao longo das décadas de 1950 e 1960, foram 13 as competições do circuito pela estreita e sinuosa ERS 030, a partir da ponte metálica em Cachoeirinha até Capão da Canoa.

Em 1966 aconteceu o inusitado, o piloto Vitório Andreatta, alcançou a velocidade máxima até então atingida. Com seu Chevrolet Corvete ele venceu o trajeto em apenas quarenta e nove (49) minutos.

A Prova Burlamaque alcançou âmbito nacional e, na última, em fevereiro de 1968, o piloto paulista Luis Pereira Bueno foi o vencedor do percurso, com o seu Mark I, equipado com motor Renault R8, em apenas cinquenta (50) minutos.

Despontava em Viamão o Autódromo de Tarumã, com pistas específicas para os grandes pilotos alçarem seus voos de velocidade.

Transposto o período primitivo: indivíduos, tropeiros, carroceiros, lentos e velozes automóveis, pequenos e possantes veículos de carga, indústria, comércio, cultura, enfim, todos se comunicam *Pelos Caminhos de Gravataí ...*



Na praça D. Feliciano, vê-se um ônibus estacionado, próximo à rodoviária.

GRAVATAÍ – 1934: A PRIMEIRA RODOVIA MUNICIPAL PAVIMENTADA DE CONCRETO ARMADO DO ESTADO, LIGANDO UMA CIDADE DO INTERIOR A PORTO ALEGRE (RS030)

David Kura Minuzzo

Acadêmico em Museologia/UFRGS. Porto Alegre/RS

As informações disponíveis sobre a via terrestre para realizar o percurso entre Gravataí e Porto Alegre, advêm em grande parte através da tradição oral, que perdura ainda hoje nas palavras de diversos moradores mais antigos do município. Embora já tenham transcorrido décadas da construção da faixa, nos raros textos de pesquisadores e historiadores, que ao longo dos anos escreveram sobre assuntos diversos a respeito de Gravataí, não deixaram de fazer referência à ligação por terra entre a Vila de Gravataí e Porto Alegre e às demais cidades da atual região metropolitana e também em direção ao litoral. Exemplos desses relatos são encontrados inclusive em *blogs* na *internet*:

Primeira via asfaltada (em 1936) do Rio Grande do Sul, a RS-030 foi durante muitos anos o elo de ligação entre a capital e o Litoral Norte: por ali passaram os veranistas que rumavam a Tramandaí, Capão da Canoa, Torres e outras praias da região. (CÁSSIO, 2008).¹

Atualmente existe um pequeno fragmento remanescente dessa primeira via entre o centro de Gravataí e a ponte de Cachoeirinha.

¹ CÁSSIO. Nas curvas da Estrada Velha (05/12/2008). In: MOTOCADAS. *Piréx – Diário De Bordo*. 2008. Disponível em: <<http://www.pirex.blog.br/porto-alegre-osorio-05122008/#comments>>. Acesso em: 17 fev. 2010.



Ponte sobre o rio Gravataí em Cachoeirinha - 1948. Revista Evidência. a. VII, n. 40, maio/junho 2001. Acervo de Décio Wilkens.

Tal fração está reduzida a não mais de 100 metros de cimento. A largura projetada da faixa foi de 5,40 metros, sendo 3 metros de concreto, ladeados por um acostamento de pedras irregulares com 1,20 m quadrado de largura, de cada lado. Apesar do intenso uso e dos anos que transcorreram, o cimento *Portland*² resiste, somente deixando à mostra as denominadas “pedras roladas de rio”³, com a qual a pavimentação foi executada na década de 1930.

Percorrer a história de Gravataí, assim como a história da humanidade, é viajar pelas estradas que geraram o progresso das cidades mundo afora. Tudo começa com o povoamento dos continentes logo após as descobertas, as conquistas territoriais e o estabelecimento dos primeiros povoados. A partir daí ocorriam necessidades de intercâmbio comercial, cultural, religioso, manutenção da posse, urbanização e o inevitável desenvolvimento da região. Desse modo, o pavimento das estradas, assim como a história dos povos, foi sendo formado por camadas,

2 Em 1824 o construtor inglês Joseph Aspdin queimou conjuntamente pedras calcárias e argila, transformando-as num pó fino. Percebeu que obtinha uma mistura que, após secar, tornava-se tão dura quanto as pedras empregadas nas construções. A mistura não se dissolvia em água e foi patenteada pelo construtor no mesmo ano, com o nome de cimento Portland, que recebeu esse nome por apresentar cor e propriedades de durabilidade e solidez semelhantes às rochas da ilha britânica de Portland. (HISTÓRIA, 2009). História do cimento. In: Artigos Técnicos. E-Civil. 2009.

Disponível em: <http://www.ecivilnet.com/artigos/cimento_portland.htm>. Acesso em: 16 fev. 2010

3 Naquela época não existia produção de pedra britada como conhecemos atualmente. Nota do autor.

e, com frequência, são essas primeiras estradas que nos possibilitam, através das escavações, conhecermos o passado. Por essa razão é que as civilizações mais antigas possuem a inclinação de revelar-se, tanto a exploradores e arqueólogos, através da pavimentação das suas primeiras vias. Um modelo deste tipo de investigação foi descrito no trabalho intitulado *Pavimentação Asfáltica – Formação Básica para Engenheiros*, no qual os autores descrevem que:

Na região geográfica histórica do Oriente Médio, nos anos 600 a.C., a Estrada de *Semíramis* cruzava o rio Tigre e margeava o Eufrates, entre as cidades da Babilônia (região da Mesopotâmia – em grego, região entre rios – que abrangia na antiguidade aproximadamente o que é hoje o território do Iraque) e *Ecbatana* (reino da Média, no planalto iraniano). Na Ásia Menor, ligando *Iônia (Éfeso)* do Império Grego ao centro do Império Persa, *Susa* (no Irã de hoje), há registro da chamada Estrada Real (anos 500 a. C.), que era servida de postos de correio, pousadas e até pedágio, tendo mais de 2.000 km de extensão. À época de Alexandre, o Grande (anos 300 a. C.), havia a estrada de *Susa* até *Persépolis* (aproximadamente a 600 km ao sul do que é hoje *Teerã*, capital do Irã), passando por um posto de pedágio, as Portas Persas, possibilitando o tráfego de veículos com rodas desde o nível do mar até 1.800 m de altitude. [...] A partir da queda do Império Romano em 476 d.C., e durante os séculos seguintes, as novas nações européias fundadas perderam de vista a construção e a conservação das estradas. A França foi a primeira, desde os romanos, a reconhecer o efeito do transporte no comércio, dando importância à velocidade de viagem (MASCARENHAS NETO, 1790). Carlos Magno, no final dos anos 700 e início dos anos 800, modernizou a França, semelhantemente aos romanos, em diversas frentes: educacional, cultural e também no que diz respeito ao progresso do comércio por meio de boas estradas. Mascarenhas Neto (1790) aponta os séculos X a XII como de pouco cuidado com os Caminhos Reais da França, sendo esse descuido uma das causas da decadência do comércio e das comodidades da Europa civilizada. (BERNUCCI, 2006, p. 11, 14).⁴

Durante a construção dessas vias, em geral era utilizada como matéria prima o que podia ser encontrado com maior facilidade na região mais próxima, fosse na

4 BERNUCCI, Liedi Bariani. et al. *Pavimentação asfáltica: formação básica para engenheiros*. Rio de Janeiro: PETROBRAS: ABEDA, 2006. Disponível em: <http://www.proasfalto.com.br/pdf/ProAsfalto_capitulo_01.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2010.

superfície ou em minas: saibro, tufo, material calcário e arenoso. Sem dúvida, a Avenida Dorival Cândido Luz de Oliveira passou por semelhantes etapas, sobrepondo camadas à sua história. Os construtores e também aqueles que deviam melhorá-la e conservá-la utilizavam as matérias abundantes no município de Gravataí e região, como saibro, areia e as “pedras roladas de rio”. Naquele tempo faziam parte de Gravataí os atuais municípios de Canoas, Cachoeirinha e Glorinha. Escritos antigos revelam que questões técnicas atuais, em relação à manutenção de rodovias, já causavam semelhante preocupação bem antes daqueles dias, e Mascarenhas Neto (1790 apud BERNUCCI, 2006, p. 15) deixou registrado diversos pontos:

[...] drenagem e abaulamento: “o convexo da superfície da estrada é necessário para que as águas, que chovem sobre ela, escorram mais facilmente para os fossos, por ser esta expedição mais conveniente à solidez da estrada”; Erosão: “quando o sítio não contém pedra, ou que ela não se consegue sem longo carreto, pode suprir-se formando os lados da estrada com um marachão⁵ de terra de grossura de quatro pés, na superfície do lado externo, formando uma escarpa; se devem semear as gramas ou outras quaisquer ervas, das que enlaçam as raízes”; Distância de transporte: “o carreto de terras, que faz a sua maior mão-de-obra”; Compactação: “é preciso calcar artificialmente as matérias da composição da estrada, por meio de rolos de ferro”; Sobrecarga: “devia ser proibido, que em nenhuma carroça de duas rodas se pudessem empregar mais de dois bois, ou de duas bestas, e desta forma se taxava a excessiva carga; liberdade para o número de forças vivas, empregadas nos carros de quatro rodas,... peso então se reparte, e causa menos ruína”; Marcação: “todas as léguas devem estar assinaladas por meio de marcos de pedra.”⁶

De acordo com Bernucci (2006, p.15), quanto à manutenção das vias, Mascarenhas Neto discorria sobre a importância da conservação, as ferramentas, as máquinas, os mantimentos e até sobre a presença de um administrador, que seria na realidade um fiscal; não se esquecendo de fazer referência à disciplina de trabalho: “vigiar qualquer pequeno estrago, que, ou pelas chuvas ou pelo trilho dos transportes, principia a formar-se no corpo da estrada, nos caixilhos, nos fossos

⁵ Marachão: palavra portuguesa significando dique, recife, matagal, coisa enredada, teia de lã. Esta acepção aplica-se também ao mato quando muito denso, quase intransponível. Nota do autor.

⁶ BERNUCCI, Liedi Bariani et al. *Pavimentação asfáltica: formação básica para engenheiros*. Rio de Janeiro: PETROBRAS: ABEDA, 2006. Disponível em: <http://www.proasfalto.com.br/pdf/ProAsfalto_capitulo_01.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2010.

e nos aquedutos”. (1790 apud BERNUCCI, 2006, p. 15). Outro detalhe histórico, que é bem visível em antigos relatos sobre pavimentação de vias, é o que diz respeito aos fundos específicos para a construção e administração, quando passa a existir com grande seriedade a figura da Contribuição de Barreira ou Pedágio:

A Contribuição de Barreira é evidentemente o melhor meio para a construção das estradas, e como tal se tem estabelecido legitimamente na Inglaterra [...] [entretanto,] pela pouca povoação, ou pela pouca afluência de viajantes nacionais, e estrangeiros, a maior parte das estradas de Portugal não são suscetíveis de semelhante meio. (BERNUCCI, 2006, p. 15).⁷

Em relação à construção de vias em lugares distantes do Velho Mundo, é interessante ressaltar que no continente americano, após visitar a América do Sul, o cientista alemão *Alexander Von Humboldt*, entre os anos de 1799 e 1804, qualificou as estradas construídas pelos incas como “os mais úteis e estupendos trabalhos realizados pelo homem”. (BERNUCCI, 2006, p. 15).

João Fortini Albano em seu trabalho intitulado *Evolução das vias: uma visão geral*, diz que:

Nos EUA as primeiras estradas foram construídas sobre trilhas indígenas na Califórnia e no Novo México. No ano de 1600 havia uma estrada que saía da cidade do México para o interior, que possuía uma linha divisória central colorida com a finalidade de separar os fluxos de tráfego. (ALBANO, 2010).⁸

De acordo com João Fortini Albano (2010), no Brasil existem registros históricos que relatam a viagem de Aleixo Garcia em 1524, desde o estado de Santa Catarina, cruzando o atual Paraná, rumo às riquezas daquele que foi o Império *Inca*. A expedição utilizou uma trilha bem demarcada até a confluência do rio Paraguai com o rio *Pilcomayo* (em Assunção). Esta trilha indígena era conhecida como *Peabiru*. “Não era uma mera vereda na mata: era quase uma estrada – larga, de oito palmos (1,60m), com mais de 200 léguas (1.200 km) de comprimento”. (ALBANO, 2010). O autor ainda menciona que a via *Peabiru* foi barrada em sua continuidade pelo *Chaco*, o que impossibilitou sua conexão com a rede viária construída pelos *Incas*, “com estradas pavimentadas, pontes-pênsil, pedágio e postos de inspeção” (ALBANO, 2010).

⁷ BERNUCCI, Liedi Bariani. et al. *Pavimentação asfáltica: formação básica para engenheiros*. Rio de Janeiro: PETROBRAS: ABEDA, 2006. Disponível em: <http://www.proasfalto.com.br/pdf/ProAsfalto_capitulo_01.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2010.

⁸ ALBANO, João Fortini. *Evolução das vias: uma visão geral*. 2010. Disponível em: <http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/disciplinas/420_03-evolucao_das_vias.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2010.

Conforme Bernucci (2006, p. 17), no Brasil em 1872, em relação aos pedágios, a chamada Estrada de Rodagem União e Indústria, ligando Petrópolis no Rio de Janeiro a Juiz de Fora em Minas Gerais, foi a primeira estrada oferecida em concessão. O tráfego era restrito a veículos de tração animal, porém em poucos anos a situação do tráfego começou se modificar:

Em 1896 veio da Europa para o Brasil o primeiro veículo de carga. Em 1903 foram licenciados os primeiros carros particulares e em 1906 foi criado o Ministério da Viação e Obras Públicas. Em 1909 o automóvel *Ford* modelo T foi lançado nos Estados Unidos por *Henry Ford*, sendo a *Ford Motor Company* instalada no Brasil em 1919. Em 1916 foi realizado o I Congresso Nacional de Estradas de Rodagem no Rio de Janeiro. Em 1928 foi inaugurada pelo presidente Washington Luiz a Rodovia Rio-São Paulo, com 506 km de extensão, representando um marco da nova política rodoviária federal. (BERNUCCI, 2006, p. 18).⁹

As estradas brasileiras tiveram sua construção iniciada no século XIX, mas as rodovias pavimentadas, como são conhecidas no presente, surgiram apenas na década de 1920, na região Nordeste, em programas de combate às secas. Num período posterior, entre 1926 e 1930, o Presidente da República Washington Luiz, proferiu uma célebre frase: “governar é abrir estradas” (BERNUCCI, 2006, p. 16). Foi a partir desta época que se intensificou a chegada de veículos a explosão ao Brasil, gerando em consequência a necessidade de mais e melhores vias. Somente por volta dos anos 1950, a execução de pavimentos em estradas do país passou a acontecer em escala industrial, através de grandes empresas construtoras. No entanto, os procedimentos ainda não eram amplamente aceitos e aplicados com as tecnologias de pavimentação rodoviária, conhecidos e largamente utilizados atualmente. As vias eram construídas sem estudo geotécnico, com espessuras constantes de 35 centímetros, sendo 20 centímetros de base de macadame hidráulico¹⁰ e 15 centímetros de um revesti-

9 BERNUCCI, Liedi Bariani. et al. *Pavimentação asfáltica: formação básica para engenheiros*. Rio de Janeiro: PETROBRAS: ABEDA, 2006. Disponível em: <http://www.proasfalto.com.br/pdf/ProAsfalto_capitulo_01.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2010.

10 Macadame hidráulico é a camada de base ou sub-base obtida por compactação de agregados graúdos, uniformemente distribuídos, cujos vazios são preenchidos com agregados miúdos, pó-de-pedra, uniformemente distribuídos, inicialmente a seco e depois adensados com ajuda de água. A estabilidade da camada é obtida a partir de compactação eficiente. Caso necessário, este processo pode ser repetido até se atingir a espessura final desejada. (DIRETORIA, 2005). DIRETORIA de Engenharia. *Sub-base ou base de macadame hidráulico*. Secretaria dos Transportes. Departamento de estradas de rodagem. 2005. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpder/normas/ET-DE-P00-012_A.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2010.

mento de macadame betuminoso¹¹ por penetração, dosado pela regra simples: “a quantidade de ligante é a que o agregado pede”. Conforme Albano (2010) acredita-se que o termo macadame tenha se originado do nome de um dos seus inventores: *John L. Mac Adam*, que no início do século XIX, juntamente com *Thomas Telford*, introduziu nos EUA a pavimentação com camadas granulares britadas. O certo é que mesmo antes dos avanços tecnológicos e dos cálculos estruturais, é possível encontrar construções de estradas bastante sólidas, pavimentadas de concreto com cimento *Portland*, como foi o caso da antiga faixa Gravataí - Porto Alegre. Conforme o escritor e historiador Jorge Rosa (1987, p. 62), “essa ligação rodoviária, deve-se à iniciativa, a partir de 1931, do Dr. Loureiro da Silva, então Prefeito Municipal de Gravataí, e ao apoio do Interventor Federal, General José Antonio Flores da Cunha”. Esse autor também informa, que por algum tempo houve cobrança de pedágio na faixa, o qual foi extinto em 1941, na gestão de outro Interventor, o General Daltro Filho. Um dos pedágios foi instalado na saída da vila, do lado esquerdo da faixa, na frente do velho pinheiro situado ao lado direito da avenida no sentido de quem sai do centro da cidade. Aquele velho pinheiro ainda resiste em 2010, entre as paradas de ônibus 77 e 78. O outro pedágio ficava no atual município de Cachoeirinha, no entroncamento da Avenida Flores da Cunha com a estrada do Ritter.

Relatos de antigos moradores dão conta que no início da década de 1930 o tráfego pelas estradas do Rio Grande do Sul exigia muita coragem. Fazer uma viagem, indo ou vindo em qualquer município do interior, era uma empreitada que levava vários dias, numa aventura que as pessoas mais idosas ainda guardam na memória. “Com a preocupação de oferecer melhores condições de tráfego, engenheiros ligados à Sociedade de Engenharia de Porto Alegre defendiam a criação de um departamento autônomo estadual para construir e conservar as rodovias.”¹²

Antes da via entre Gravataí e Porto Alegre estar concluída e de existir o posto de pedágio, a comunicação com a capital era por vezes quase impraticável no tre-

11 Macadame betuminoso é uma camada de pavimento realizada por intermédio de duas aplicações alternadas de ligante betuminoso sobre agregados de tamanho e quantidades especificadas; é espalhada, nivelada e comprimida na pista. (DEPARTAMENTO, 1997). DEPARTAMENTO Nacional de Estradas de Rodagem. *Pavimentação – macadame betuminoso por penetração*. Diretoria de desenvolvimento tecnológico. Divisão de capacitação tecnológico. 1997. Disponível em: <<http://ipr.dnit.gov.br/normas/DNER-ES311-97.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2010.

12 O Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) somente foi criado em 11 de agosto de 1937, com a Lei nº 750, como autarquia estadual responsável pela gestão do transporte rodoviário do Estado do Rio Grande do Sul, vinculada à Secretaria dos Transportes. (DAER, 2010). DAER RS - 72 anos: aspectos históricos. *Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER)*. Institucional e administrativo. Histórico. 2010. Disponível em: <http://www.daer.rs.gov.br/site/institucional_historico.php>. Acesso em: 15 fev. 2010.

cho entre a vila e a ponte de pedras, naquela que antes era denominada de “ponte da cachoeira” ou “passo da cachoeira.” Gravataí não fugia a regra, em especial nos períodos de inverno. Havia dois ônibus que mal venciam o trajeto e em épocas de chuvas intensas o único caminho voltava a ser através do Passo das Canoas. Ou então por terra, atravessando o rio Gravataí, sendo depois necessário seguir pela chamada Estrada da Palha até o Passo do Feijó, para dali se chegar então ao centro da capital. Cada dia se tornava mais urgente melhorar a estrada para acessar o trecho com vias em melhores condições de tráfego no município de Porto Alegre. Coube ao prefeito Loureiro da Silva e seu substituto, o engenheiro civil Dr. José Marques Barreto Viana, tomar sobre si e executar tamanha obra, que foi inaugurada em 08 de abril de 1934. (ROSA, 1987, p. 88). A empresa contratada para executar a obra disponibilizou em torno de 400 trabalhadores (foto a seguir), que executavam 150 metros de pavimento por dia na faixa.



Churrasco de comemoração entre os trabalhadores da Dabne, Conceição & Cia, que davam por encerrado o trecho entre Gravataí e Santo Antonio em 1939. A foto foi tirada na curva junto à figueira que ainda existe no Parque dos Anjos. Foto original cedida por Caçalina Bom.

O projeto previa uma largura de três metros de pavimentação de concreto, mais 1,20 m a cada lado, calçado com pedras irregulares. Esse calçamento com pedras nas laterais foi executado pelo “português Francisco Fernandes, vindo de Portugal para trabalhar nas obras da praça da matriz, em Porto Alegre” (JORNAL, 2005, p. 3).¹³ O pagamento do compromisso assumido com a construção da chamada faixa de cimento, em parte foi custeada pela cobrança de pedágio, porém o débito era considerável, o que levava o município a enfrentar grandes dificuldades. O jornalista Celito de Grandi, no livro intitulado: Loureiro da Silva - o Charrua (PRIMEIRO, 2002), conta que:

Foi na rodovia de concreto, ligando Gravataí a Porto Alegre, a cobrança do primeiro pedágio gaúcho, [...] a iniciativa de pavimentar a rodovia, inaugurada em 22 de abril de 1934¹⁴, foi do então intendente nomeado de Gravataí, Loureiro da Silva, que depois se projetou como prefeito de Porto Alegre. O valor do pedágio variava segundo o veículo: caminhão de carga, ônibus, automóvel, carreta de quatro ou duas rodas e tropas de gado. Estas pagavam 100 réis ou um tostão por animal.¹⁵

Em relação a data exata da inauguração da faixa, é possível afirmar que a mesma aconteceu num domingo do mês de abril de 1934. O dia inicialmente marcado foi 8 de abril, porém a solenidade foi transferida e ocorreu dia 22 de abril, conforme notícia publicada em um periódico da capital:

Gravataí - Estrada de Cimento – A inauguração oficial da nova estrada de concreto que liga esta vila á capital e recém concluída pela firma construtora Dahne, Conceição e Cia., que deveria ter se realizado domingo [8 de abril] passado, por motivo de força maior não se efetuou a anunciada inauguração. Esta solenidade, entretanto, esta para ser levada a efeito, “*sine-die*”. (DIÁRIO, 1934, p. 8).¹⁶

A inauguração da nova faixa em 1934, então pavimentada, foi realizada no “centro de Gravataí (foto a seguir), que ficou lotado e contou com a presença de autoridades, que ainda hoje têm seus nomes no dia-a-dia dos gravataienses.” (JORNAL, 2005, p. 3).

13 JORNAL de Gravataí. Geral. Edição de 19/04/2005. p. 3.

14 Rosa aponta 08 de abril de 1934 para a data de inauguração da RS-30; De Grandi e Agostinho Martha apontam 22 de abril do mesmo ano, porém os jornais da época confirmam a inauguração em 22 de abril de 1934.

15 PRIMEIRO pedágio gaúcho. 30 set. 2002. Afonso Ritter. Disponível em:

<http://www.jornaldopovo.com.br/edicoes2001_2002/col300902.html>. Acesso em: 15 fev. 2010.

16 DIÁRIO de Notícias. Porto Alegre, 13 de abril de 1934, p. 8.



Inauguração da faixa com a presença do general Flores da Cunha, na praça central de Gravataí, em 22 de Abril de 1934. Jornal Diário de Notícias, 24 de Abril de 1934, p.1. Acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Porto Alegre, RS.

Conforme notícias da época, além do prefeito de Gravataí, Dr. José Marques Viana, do prefeito de Porto Alegre, Major Alberto Bins e do Cônego Pedro Wagner, representando o arcebispo Dom João Becker, entre outras personalidades, o evento contou ainda com a presença dos prefeitos de Taquara, Novo Hamburgo, Santo Antônio da Patrulha e Dom Pedrito, conforme publicou o Diário de Notícias:

Foi inaugurada, domingo [22 de abril], com grande solenidade, a faixa de cimento que liga a vizinha vila de Gravataí a Porto Alegre. Esse melhoramento vem beneficiar grandemente a economia crescente daquela prospera zona do Estado, cuja acessibilidade apenas é permitida por estradas de rodagem. [...] O ato teve o comparecimento do General Flores da Cunha, altas autoridades civis e militares, representantes da imprensa e uma grande caravana de visitantes que se dirigiram desta capital a fim de assistir a inauguração. [...] As autoridades foram recebidas na praça central da vila, onde se reunia grande massa de povo e formavam os alunos do colégio Elementar e das Irmãs Franciscanas. (DIÁRIO, 1934, p.1).¹⁷

¹⁷ DIÁRIO de Notícias. Porto Alegre, 24 de abril de 1934, p. 1.

O trecho entre a ponte da cachoeira e o bairro São João, em Porto Alegre, embora oferecesse melhores condições de tráfego, não era pavimentado e em seguida passou a ser alvo de melhorias por parte das autoridades:

Como se sabe, por iniciativa do Dr. José Loureiro da Silva, quando prefeito do município de Gravataí, foi construída uma estrada de cimento armado, ligando aquela comunidade a esta capital. A parte que competia ao vizinho município, isto é, da vila de Gravataí ao Porto Cachoeirinha, à margem do rio Gravataí, já está concluída... Como é de domínio público, a municipalidade desta capital, adquiriu maquinário novo, próprio para a construção de estradas de rodagem, dispendendo para isso mais de cento e cinquenta contos de reis. Tendo chegado já, a esta cidade, o aludido material, o mesmo foi transportado para o fim da linha do arrabalde São João, onde foi iniciada a macadamização da Estrada do Passo da Cachoeirinha.¹⁸ (DIÁRIO, 1934, p.16).¹⁹

Portanto, a partir na inauguração da rodovia entre Gravataí e Porto Alegre, a pavimentação passou a ser uma meta necessária a ser atingida por outros municípios do Estado:

Faixa de Cimento Gravataí - Taquara – Acaba de ser terminada a construção da faixa de cimento que vai da Ponte da Cachoeira à vila de Gravataí, ordenando o governo do estado a execução de uma nova faixa que ligue aquela vila a Taquara. (DIÁRIO, 1934, p. 3).²⁰

Em relação ao pedágio, conforme Jorge Rosa, em 1941 o governo estadual encampou a dívida da construção da faixa e extinguiu a cobrança (ROSA, 1987, p. 92).²¹ Nas imediações do posto de pedágio existiam duas grandes chácaras, região em que duas famílias viviam e trabalhavam, residindo acerca de cinquenta metros do pedágio da RS-30, uma a cada lado da faixa. Em fevereiro de 2010, pelo menos um remanescente de cada um desses núcleos familiares ainda reside no local. Da família Bom, a senhora Caçalina, nascida em 29/12/1930 em Pelotas, veio residir em Gravataí aos três meses de vida. Na época seu pai, Antonio Bom, trabalhava como capataz de turma, da empresa Dahne, Conceição & Cia,²² encarregada de

18 Passo da Cachoeirinha, Passo da Cachoeira e Ponte da Cachoeira se referem ao mesmo local. Nota do autor.

19 DIÁRIO de Notícias. Porto Alegre, 05 de abril de 1934, p.16.

20 DIÁRIO de Notícias. Porto Alegre, 10 de abril de 1934, p.3.

21 ROSA, Jorge. História de Gravataí. EDIGAL. 1987.

22 Conforme a Monografia de Gravataí, intitulada: *Nossa Terra, Nossa Gente*. p. 281, escrita por Agostinho Martha. Acervo original do Museu Municipal Agostinho Martha.

construir a faixa de cimento entre a ponte de Cachoeirinha e as pontes sobre o Arroio dos Ferreiros, próximo ao atual Parque dos Anjos. Naquele tempo ainda não existia o DAER,²³ somente criado em 1937, durante o governo Getúlio Vargas. Em virtude do período de tempo necessário para executar a obra na faixa, a família Bom terminou por adquirir a chácara e fixou residência na entrada da vila. Conforme a senhora Caçalina, após a conclusão desta primeira faixa, as obras tiveram continuidade em direção a Santo Antônio, Osório e Tramandaí, e o senhor Antonio Bom seguiu a frente dos trabalhadores até a conclusão do novo trecho em 1939.

Do outro lado da faixa, vivia a família Minuzzo. O senhor Teodolindo nasceu em 03/01/1926, em Nova Prata, também vindo residir em Gravataí com poucos meses de idade. Ambos apresentam relatos análogos a respeito de um dos responsáveis pelo posto de pedágio, o senhor Candiota. Conforme o senhor Teodolindo, Candiota “era um homem muito rigoroso; ninguém passava sem pagar.” Como a faixa era estreita, um tronco de eucalipto servia como cancela, ocupando totalmente a largura da faixa, sem permitir possibilidades de passagem, a não ser pagando o tributo estabelecido na tabela. O pedágio era conhecido como “o pau das conversas” – disse a senhora Caçalina –, completando: “Todos tinham de parar e acertar as contas com o Candiota”, antes da liberação da cancela para permitir a passagem. Lembram também que o senhor Candiota e dona Binga, como sua esposa era conhecida, tinham um filho adotivo e um macaco. Conforme o senhor Teodolindo, o macaco subia no telhado da casa de seus pais e nada que fizessem afastava o bicho daquela travessura: “Arrancava as telhas e jogava no chão, quebrando várias delas, até que por fim fugia sem ser aborrecido.” Esse tipo de situação se repetiu vezes sem conta, gerando discussões de seu pai com o responsável pelo posto de pedágio. Já na casa da família da senhora Caçalina, o animal invadia a cozinha, onde costumava roubar alimentos. Ela descreveu a preferência do bicho por ovos: “Levava-os à boca, chupava o conteúdo e em seguida jogava as cascas em direção aos donos da casa, sempre que tentavam afugentá-lo”. “Certa vez o macaco foi surpreendido após retirar o lampião a querosene da parede e parecia querer acendê-lo”, contou a senhora Caçalina. O senhor Antonio Bom mantinha um portão entre o posto de pedágio e sua residência, para que as pessoas do posto pudessem se abastecer de água no poço existente na chácara. Ambos os entrevistados concordam que

23 DAER RS - 72 anos: aspectos históricos. Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER). Institucional e administrativo. Histórico. 2010. Disponível em: <http://www.daer.rs.gov.br/site/institucional_historico.php>. Acesso em: 15 fev. 2010.

o macaco era muito unido aos seus donos e ao filho adotivo, a ponto de tomar café com pão na mesma caneca do menino.

No bairro São Geraldo, num trecho de quase cem metros, ainda é possível visualizar os resquícios da antiga faixa de cimento. Próximo ao local reside a senhora Zilda Fonseca Pacheco, nascida em 30 de dezembro de 1920, que também conheceu a faixa nos seus primeiros tempos, o posto de pedágio e os responsáveis pelo mesmo. Conforme a senhora Zilda, não se pode deixar de mencionar outro homem, que da mesma forma trabalhou na fiscalização do posto. Trata-se do senhor João Dias de Melo (a esposa chamava-se Belisária), que diferente do senhor Candiota, tratava os moradores e todos aqueles que transitavam pela faixa, necessitando cruzar o pedágio, com educação e respeito, sem gerar atritos. Conforme a senhora Zilda: “Por vezes as pessoas chegavam ao pedágio e diziam não ter dinheiro para pagar. Ele respondia: “Volte e entre na primeira rua à direita,²⁴ que leva ao centro da cidade, ou então as deixava passar mediante uma ficha assinada pelo condutor. A maioria eram carroças ou carros de passeio de tração animal (conhecidos como “aranha”). Porém se a pessoa voltasse outro dia e repetisse, teria de pagar duas vezes.” Caetano Minuzzo, pai do senhor Teodolindo, possuía uma casa para alugar próximo ao pedágio, e era onde residia João Dias de Melo. Outro relato interessante, que a senhora Zilda guarda na memória, diz respeito à grande quantidade de água que foi necessária para a obra da faixa de cimento. Lembra que a água empregada pela empresa construtora na produção de concreto era colhida, entre outros, em três locais distintos citados na entrevista: junto ao arroio Barnabé e em duas pequenas lagoas. Uma das lagoas desapareceu após a ocupação da região com a construção de casas na vila Vera Cruz. A outra lagoa ainda existe na vila Monte Belo, cerca de dois quilômetros da faixa, entrando pela parada 70 em direção ao Distrito Industrial.

Estes relatos ainda vivos na memória de muitos moradores de Gravataí apontam o distante ano de 1933, antes da pavimentação da faixa, quando o jornal *A Federação*, de Porto Alegre, publicava a seguinte notícia sob o título “Nova linha de ônibus”:

A partir de amanhã, a Empresa Gaúcha de Ônibus iniciará o serviço de transporte de passageiros entre a estação de Gravataí e o centro da cidade, fazendo ponto de chegada ao lado do Mercado Público. Os veículos,

²⁴ Atual rua Otávio Schemes e novamente à direita, seguindo pela atual Barbosa Filho, até o centro. Nota do autor.

saindo de Gravataí trafegarão pela avenida Ceará, rua Sertório, avenida Eduardo, ruas Florida, Gaspar Martins e Voluntários da Pátria até o Mercado. (A FEDERAÇÃO, 1933. p. 4).²⁵

Os anos se passaram, e a velha faixa de cimento resistiu, recebendo camada sobre camada; foram diversas recapagens com asfalto ao longo de quase sete décadas, até que no final do século XX foi duplicada do centro de Gravataí até a divisa com Cachoeirinha. Nestes sessenta e seis anos, que serão completados no mês de abril de 2010, a faixa começou sendo conhecida como Flores da Cunha, aquele que acreditou na necessidade da obra. O atual nome homenageia o ilustre ex-prefeito Dorival Cândido Luz de Oliveira. Por certo, logo a velha faixa precisará sofrer novas alterações, pois com o excesso de trânsito já se faz necessário um alargamento. O trecho original da faixa pavimentada, que insiste em permanecer como expectadora, naquele diminuto fragmento no bairro São Geraldo é testemunha de um passado outrora humilde, mas que hoje segue conduzindo o progresso da comunidade de Gravataí, rumo a caminhos ainda mais largos e firmes.



Prédio da Prefeitura Municipal de Gravataí. Século XIX.

²⁵ A FEDERAÇÃO. 01 de abril de 1933. p. 4. Museu Hipólito José da Costa. Porto Alegre, RS.

OS ANOS DE CHUMBO EM GRAVATAÍ: UMA DISCUSSÃO INICIAL EM TORNO DA ANÁLISE DA SOCIEDADE GRAVATAIENSE DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)¹

Rafael Linck Moehlecke

Graduado em História/FAPA, Membro da Equipe do Projeto Raízes. Gravataí/RS

O ano de 1964 remete a um momento que determinou profundamente a história de nosso país e da sociedade brasileira como um todo. Um golpe de Estado, articulado por civis e militares e posto em prática em março daquele ano, proporcionou imensas transformações no cenário político, econômico e cultural do Brasil. Neste sentido, é praticamente impensável desvincular Gravataí desse contexto de redefinição do Estado nacional. É justamente neste ponto que se justifica não só a escolha do tema, mas também todo o esforço para que tal pesquisa venha a se tornar mais um instrumento de elucidação em relação a um passado sombrio e ainda obscuro da história de nossa cidade.

Na medida em que me inseria, como pesquisador, na equipe do projeto *Raízes de Gravataí* e me envolvia nas discussões acerca daquilo que queríamos para as pesquisas, ficou evidente, para o grupo, a existência de uma lacuna a ser explorada na história da cidade entre 1964 e 1985, quando Gravataí, supostamente, teria passado incólume pelos processos evidenciados em nível nacional. A memória que se defende ou se percebe, especialmente entre setores tradicionais da comunidade, é justamente de uma cidade harmoniosa e sem tensões sociais, revelando uma espécie de “invisibilidade” do que realmente aconteceu na Gravataí das décadas de 1960, 70 e 80. Ignora-se as manifestações contra o regime, as difamações de cidadãos gravataienses taxados pejorativamente de comunistas, o movimento estudantil que era perseguido nas escolas, a atuação dos trabalhadores aqui na

¹ Artigo desenvolvido a partir de pesquisas e entrevistas realizadas pela equipe de pesquisadores do Projeto Raízes de Gravataí entre setembro de 2009 e março de 2010.

cidade contra o “status quo” da sociedade, etc. Diversos episódios evidenciaram resistência e ideias alternativas em Gravataí ao que se pregava em nível nacional e tensões sociais estavam *sim* presentes, desmistificando a tese de uma cidade pacata, alicerçada na harmonia e comprovando que a história gravataiense, no recorte temporal em que este artigo se delimita, não permaneceu imóvel ou estagnada, sendo, portanto, um campo de estudo ainda em aberto para pesquisadores que venham a se interessar pelo assunto e por tal contexto.

O presente artigo se propõe a rediscutir o período que compreende os anos de 1964 a 1985 na cidade de Gravataí, iniciando um debate sobre a sociedade gravataiense durante a ditadura civil-militar brasileira. Assim, minha análise busca explorar a realidade gravataiense durante os anos de chumbo na intenção de compreender como o golpe civil-militar e, posteriormente, a ditadura que se instaurou no Brasil influenciaram o contexto sociopolítico da cidade de Gravataí. Para tanto, algumas perguntas nortearam a pesquisa: o que o golpe de 1964 representou para a sociedade gravataiense? Como se posicionou a sociedade perante o que acontecia nacionalmente no país? Houve resistência ao golpe e à ditadura na cidade e qual foi o papel dos movimentos sociais nesse processo? Tais perguntas foram a “força motriz” para o desenvolvimento da pesquisa sistematizada neste artigo que, metodologicamente, além de se basear em pesquisas bibliográficas a partir de publicações sobre o assunto e artigos e editoriais do periódico local “*O Gravataiense*”², também se valeu, essencialmente, da técnica de História Oral, registrando através de entrevistas, as memórias daqueles que participaram, vivenciaram e que se dispuseram a fornecer depoimentos significativos acerca do objeto de estudo. Neste sentido, ressalto que o processo de seleção dos entrevistados nesta pesquisa se distancia, portanto, da ideia estatística, de amostragem, buscando colocar os entrevistados como unidades qualitativas, levando em consideração sua relação com o tema em estudo e seu papel estratégico em tal processo histórico.

Estruturalmente, o artigo divide-se em dois momentos: primeiramente busca fazer uma breve análise do contexto nacional com o intuito de esclarecer as mudanças sociopolíticas que o Brasil passou a sofrer com o golpe em 1964 e o advento da ditadura civil-militar para, em seguida, relacionar tal conjuntura com o processo que passa a ocorrer na cidade de Gravataí, permitindo, deste modo,

2 Sobre a coleção do periódico “O Gravataiense”, utilizada neste artigo, a pesquisa se baseou essencialmente na que se encontra no acervo do Arquivo Histórico Municipal Antônio Soares da Fonseca, situado em Gravataí.

fomentar uma discussão inicial acerca da sociedade gravataiense durante os anos de chumbo.

O CONTEXTO NACIONAL: EBULIÇÃO SOCIAL, GOLPE E DITADURA

1964: em abril, concretizava-se o golpe de Estado que interrompeu o governo do então presidente João Goulart e iniciava-se, no Brasil, um regime militar baseado em uma doutrina de guerra estrangeira idealizada pelos EUA e assimilada rapidamente pelas forças armadas brasileiras – a chamada Doutrina de Segurança Nacional.³ Até então, vivíamos um regime constitucional, onde, claro, havia a manipulação político-partidária, mas que, ainda assim, permitia mobilização popular e possibilitava reivindicações democráticas. Se focado o contexto pré-golpe, a partir de 1961, é possível constatar a forte mobilização popular do período, com um crescente movimento das massas exigindo a implantação de reformas estruturais. As chamadas reformas de base faziam tremer as classes mais conservadoras da sociedade brasileira. “A instabilidade política, inaugurada com a renúncia de Janio Quadros, trouxe os trabalhadores para questões mais diretamente políticas, enquanto as crises de abastecimento do setor popular estimulavam os movimentos reivindicatórios.”⁴

O problema, para as elites conservadoras do período, era justamente o caráter nacionalista e progressista destas reivindicações sociais. BARROS (1998) salienta que tais mudanças “ameaçavam a perda de parte de alguns lucros mais fabulosos e explicitavam a possibilidade de alargamento dos direitos de cidadania restritos a uma pequena parte da população.” Os movimentos populares intensificaram sua participação na política nacional e os partidos políticos tradicionais como PSD, UDN, PTB e os pequenos partidos já não conseguiam abrigar tantas e contraditórias tendências e ideais. A luta já não se restringia apenas à esfera político-institucional. As disputas, agora envolviam diferentes setores da sociedade: trabalhadores urbanos e rurais, soldados, estudantes, professores, empresários, militares, representantes da igreja, etc. Em contraponto a estas manifesta-

3 Sobre a Doutrina de Segurança Nacional ver: COMBLIN, Joseph. *A Ideologia de Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

4 MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil Recente: 1964 – 1980*. São Paulo: Ática, 1988.

ções populares, a elite conservadora se organizava no sentido de neutralizar tais movimentos. Patriotismo, anticomunismo e defesa da democracia eram os ideais defendidos por militares e civis adeptos à Ideologia de Segurança Nacional, articulada dentro de diversas organizações como a Escola Superior de Guerra (ESG), o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) que defendiam que um golpe era a única maneira de salvar o país da derrocada final, da “Revolução Comunista”.⁵

O contexto nacional pré-golpe evidenciava, portanto, uma imensa tensão na sociedade brasileira que chegaria ao seu clímax em duas manifestações populares ocorridas em março que aceleraria o processo golpista que se articulava nos bastidores do poder. No dia 13 de março de 1964, as forças esquerdistas realizaram o *Comício da Central do Brasil*, no Rio de Janeiro, reivindicando as reformas de base tendo contado, inclusive, com a presença do presidente João Goulart no evento prometendo reformas que não atendiam aos interesses da elite brasileira.⁶ Os setores conservadores, que viram no comício a possibilidade de radicalização esquerdista no Brasil, não suportavam mais a ascensão das lideranças populares que, cada vez mais, se tornavam atuantes no país.

A agitação contra Goulart então recrudesciu. Conflitos irromperam em São Paulo e Belo Horizonte, provocados pelos grupos de direita. Enquanto partidos menores reclamavam o *impeachment* de Goulart, entidades financiadas pela CIA e pelo empresariado articularam a realização, nas principais cidades do país, das chamadas *Marchas da Família*, a fim de atíçar a fúria anticomunista nas classes médias.⁷

Mobilização que também exerceu papel importante e representava os ideais conservadores foi a chamada *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*. Essa manifestação se realizou no dia 19 de março de 1964, com o incentivo dos conspiradores militares. A marcha foi organizada por diversas organizações sociais, entre elas a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), a Liga da Mulher Democrata (LIMDE) e a União Cívica Feminina (ECF). Contavam ainda com amplo apoio de setores da Igreja Católica, do então governo do Estado de São Paulo, da FIESP e da Sociedade Rural Brasileira. Estas entidades, com o financiamento do IPES, participavam da campanha visando desestabilizar o

5 Para maiores detalhes sobre o combate ao comunismo no período ver: RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993.

6 Ver: BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 163.

7 BANDEIRA, op. cit., p. 166.

governo de João Goulart e a adesão à marcha se deveu, sobretudo, ao desgaste ao qual o governo de Jango estava sendo submetido e à sua incapacidade de reverter a crise econômica em que o país estava envolvido. Na manifestação, os discursos da UDN e do PSD atacavam abertamente o governo Goulart e o comunismo soviético.⁸

Estas duas grandes manifestações indicavam também a polarização em que se encontrava a sociedade brasileira em 1964. As discussões giravam em torno de dois projetos opostos de desenvolvimento: um que era defendido pelo então governo democrático e parcialmente defendido pela esquerda brasileira que previa um capitalismo nacional, popular e progressista, e outro, defendido pela classe conservadora, empresários, monopólios estrangeiros e pelos militares, que previa a expansão capitalista a partir de um processo de internacionalização da economia.

Ao longo do período ditatorial que se instalaria, o Estado brasileiro ampliou seus mecanismos de controle e repressão sobre a sociedade e, gradativamente, assassinou a democracia que tanto defendia para justificar sua “revolução” e acabou, por consequência, eliminando a maioria dos focos de resistência ao seu poder. Persegue políticos não alinhados aos seus ideais numa verdadeira “operação limpeza”, extingue partidos políticos institucionalizando um bipartidarismo, também persegue e imobiliza sindicatos, institui a censura prévia e, nos porões da ditadura, a tortura e assassinatos de presos políticos são práticas comuns deste Estado que, gradativamente, molda o desenvolvimento do país de acordo com seus próprios interesses. Surgem os atos institucionais, importantes ferramentas para a institucionalização do novo regime e do fortalecimento do poder militar perante a sociedade brasileira. No decorrer do regime, estes atos determinariam o fim das eleições diretas para presidente da República, o aumento dos poderes do presidente, a possibilidade de decretar estado de sítio, o poder de suspensão de direitos políticos dos inimigos do regime, a suspensão dos partidos políticos, a suspensão da garantia de Habeas Corpus e tantas outras ações que justificavam e fundamentavam as ações do Estado autoritário brasileiro, legitimando também a intensificação da repressão e a construção de um estado terrorista, cujas práticas de violação dos direitos humanos foram sistemáticas e recorrentes.

8 Sob este impacto do apelo religioso e da propaganda anticomunista ativada pela imprensa reacionária (prática comum na América Latina em tempos de Guerra Fria), considerável parcela das classes médias, castigada pela inflação e pela crise política e econômica que avançava, derivou para a direita, para engrossar a luta anti-governo. Assim, se rompe o equilíbrio de forças e o governo Jango passou cada vez mais a balançar.

A partir dos anos 1970, o discurso centrado na necessidade de combater a subversão sofre um total esvaziamento e perde seu potencial legitimador.⁹ A partir do governo Médici, ficou evidente a necessidade de criar novos instrumentos legitimadores do regime e, assim, nesta nova conjuntura, a ideia inicial da segurança nacional passa a se relacionar diretamente com a ideia de desenvolvimento. Instituiu-se a propaganda do “Brasil Potência”, no sentido de evidenciar o “milagre econômico” no qual o país se inseria. ALVES (2005) demonstra que o governo brasileiro fazia largo uso da propaganda política, enfatizando justamente o crescimento econômico como uma nova ferramenta de legitimação do regime, buscando convencer os brasileiros da eficácia do governo militar, apesar do que acontecia nos porões da ditadura. Entre 1969 e 1973, a economia brasileira teve um desempenho muito favorável e o governo empenhava-se em propagandear que o Brasil encaminhava-se para o desenvolvimento e para ocupar o seu lugar como potência no plano mundial.

Ainda na década de 1970, o “milagre” começou a dar sinais de desgaste e a crise econômica começou a se tornar o fantasma que assombrava o governo brasileiro. Em março de 1974, encerrou-se o mandato de Médici, substituído pelo General Ernesto Geisel que, ao assumir o poder, deparou-se com o profundo desgaste que o regime enfrentava. A dependência em relação ao capital estrangeiro era expressiva e a dívida externa crescia em proporção alarmante. Além destes aspectos estritamente econômicos, tais diretrizes do regime também resultavam em elevados custos sociais, principalmente na questão do arrocho salarial que atingia vastos setores da população mais pobre do país. O “milagre brasileiro”, além de desgastar economicamente o país, acabara por gerar uma acentuada e desleal desigualdade na distribuição de renda. Assim, este esgotamento também contribuiria para a lenta abertura do regime que, oficialmente, foi iniciada no governo do General João Batista Figueiredo, a partir de 1979, se estendendo até meados de 1985, período este que foi marcado pela retomada em larga escala dos movimentos sociais de contestação ao “status quo” da sociedade, destacando principalmente a luta pela anistia, pelas “Diretas Já” e o movimento de renovação sindical que começava a germinar no ABC paulista e tensionar o regime ditatorial e à sociedade como um todo.¹⁰

9 Ver: PETERSEN, Áurea T. In: BIZ, Osvaldo (Org.). *Sessenta e quatro: para não esquecer*. Porto Alegre: Literalis, 2004, p. 69.

10 Para uma análise aprofundada acerca do período militar, ver: DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. São Paulo: Vozes, 2000; ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005.

GRAVATAÍ: SOCIEDADE E A DITADURA CIVIL MILITAR

Como referido anteriormente, este artigo surgiu a partir de minha inserção, como pesquisador, na equipe da Fundação de Arte e Cultura, voltada para o projeto Raízes de Gravataí em setembro de 2009. Na medida em que nos envolvíamos em debates sobre os objetivos da pesquisa ficou evidente, para o grupo, a existência de uma entre tantas lacunas a serem exploradas na história da cidade. A grande meta do nosso trabalho se configurou, então, em explorar tais lacunas e revelá-las, tanto no evento Raízes de Gravataí, ocorrido em abril de 2010, quanto na presente publicação.

Um destes tantos espaços a serem estudados e analisados era, justamente, o período que compreende os anos de 1964 a 1985, em Gravataí, no que diz respeito aos anos de ditadura civil-militar que ocorria em nível nacional. As lembranças, a memória que se percebe, especialmente entre os setores tradicionais da comunidade gravataiense, é de uma cidade sem tensões sociais, revelando – como fiz referência na introdução deste artigo – certa “invisibilidade” da movimentação social e política na Gravataí dos anos 1960,70 e 80, palco de manifestações contra e a favor do regime, de um movimento estudantil atuante, do surgimento da mobilização sindical, da ascendência de novas lideranças políticas e etc.

Tais processos desmistificam a tese inicial de uma cidade pacata e harmônica, comprovando que a história gravataiense, no recorte temporal em que este artigo se delimita, não permaneceu imóvel ou estagnada e que, assim como acontecia no Brasil inteiro, a luta por uma sociedade diferente daquela que estava imposta pelos donos do capital também era visível na então Gravataí que se desenvolvia.

Ainda é escassa a produção historiográfica específica sobre a temática no que se refere à cidade de Gravataí sendo, portanto, um campo de estudo ainda amplo, aberto e com muitas possibilidades de análises e considerações. Partindo deste pressuposto, o presente artigo se propõe a apresentar algumas considerações que surgiram de uma série de entrevistas que a equipe de pesquisadores do Projeto Raízes de Gravataí coletou desde 2009.

A primeira pessoa entrevistada foi o Sr. Rui Teixeira, ainda em 2009.¹¹ Em 1959, constituiu o PTB em Gravataí, sendo o vereador mais votado naquela elei-

11 Entrevista realizada por Rafael Linck Moehlecke em Cachoeirinha, no dia dezoito de novembro de 2009.

ção. Posteriormente, foi vice-prefeito de Dorival de Oliveira, em Gravataí, na eleição em que venceram o então prefeito José Linck (PSD) em 1963. Em 1965 foi um dos idealizadores do movimento em prol da emancipação de Cachoeirinha,¹² sendo eleito, em 1968, prefeito municipal do recém emancipado município com 86% da votação,¹³ Teve seu mandato cassado e foi destituído do cargo no ano de 1969. Sua fala é de extremo valor para a pesquisa, revelando aspectos de Gravataí e da sociedade gravataiense nos anos que antecedem o golpe civil-militar, fazendo também importantes considerações acerca da cidade no período posterior à ascensão dos militares ao poder.

De acordo com a entrevista, no que concerne ao cenário político, é possível perceber uma polarização político-partidária entre os partidos mais conservadores da cidade perante a movimentação do Partido Trabalhista gravataiense no período anterior à queda de Jango em nível nacional. Segundo o Sr. Rui Teixeira, enquanto que PSD e UDN comandavam o interior e parte do eleitorado do centro da cidade, o PTB visivelmente era mais urbano, muito ligado ao operariado que, gradativamente, se formava em Gravataí e nos bairros periféricos ao centro da cidade. É justamente nas eleições municipais de 1963 que o PTB, pela primeira vez, ocupará a prefeitura com a vitória nas urnas de Dorival de Oliveira sobre o então prefeito José Linck (PSD). Rui Teixeira frisa bastante em sua entrevista, o fato de que foi em 1964 que a cidade teve seu primeiro governo verdadeiramente popular, e que o PTB conseguia então quebrar uma hegemonia no poder que sempre fora da elite gravataiense. Neste sentido, ROSA (1987) reforça a ideia de um processo de polarização partidária no município, citado pelo entrevistado quando se refere às eleições de 1963 e o período pré-golpe.

Sua eleição [a de Dorival de Oliveira] constitui-se numa vitória das vilas em relação à sede e às zonas rurais, justificando-se sua administração voltada à solução dos problemas sociais, principalmente àqueles alojados no seio da população suburbana de Gravataí.¹⁴

Se a nível nacional se percebe – neste período – o crescimento dos movimentos populares, em Gravataí, na década de 1960, é visível a ascensão regional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Segundo dados oficiais da Câmara Municipal de Vereadores de Gravataí,¹⁵ já em 1960 o PTB é o partido com mais vereado-

12 Tal processo deu à área, o caráter de município do Estado do Rio Grande do Sul.

13 Ver: MOMBACH, Isabel C. Camboim (Org.). *Memória de Cachoeirinha*. Porto Alegre: Sagra, 1991.

14 Ver: ROSA, Jorge. *História de Gravataí*. Porto Alegre: Edigal, 1987. Grifos meus.

15 Dados retirados de: ELTZ, Pedro. *Memória do Legislativo Gravataiense: 125 anos (1880-2005)*. Gravataí: Eltz Comunicação e Marketing, 2005.

res eleitos na Câmara de Vereadores com aproximadamente 45% das cadeiras, mantendo este percentual na eleição de 1963, evidenciando a força que o partido vinha adquirindo na cidade neste período baseado em lideranças como Dorival de Oliveira, Artêmio Camargo e o próprio Rui Teixeira.¹⁶

Focando o período conturbado às vésperas do golpe e da queda de Jango, o entrevistado reitera que o perfil da grande maioria da sociedade gravataiense, tradicional e conservadora, era literalmente de caráter anticomunista. Ele cita um grande comício que foi realizado em dezembro de 1963 de apoio ao golpe militar. Realizado em frente à Igreja Matriz, reuniu as grandes lideranças políticas da cidade, dos mais diversos partidos e contou com grande presença da população. Segundo o Sr. Rui Teixeira, a posição do PTB na cidade naquele momento era sim de apoio ao golpe, pois era visível o “caos” instalado no país naquelas circunstâncias e era necessária uma contra-revolução para preservar a nação. A crença era, segundo as próprias palavras do entrevistado, que os militares entrariam no governo, colocariam as coisas nos seus devidos lugares e devolveriam o poder aos civis, o que sabemos não aconteceu.

Em 1964, o próprio governo de Dorival de Oliveira na prefeitura esteve ameaçado e pressionado pelo fato de ser uma administração trabalhista e popular,

No dia 31 de março, um golpe militar depôs o presidente João Goulart e foi implantada uma ditadura no país, com extinção dos partidos políticos e cassação de mandatos de muitos prefeitos, deputados e senadores. Em Gravataí, muita pressão foi feita por adversários políticos, defensores da ditadura,

16 Neste sentido, apesar do crescimento do partido, processo muito ligado à adesão das camadas mais populares aos políticos trabalhistas, Rui Teixeira afirma que eles (do PTB) ainda sofriam certa resistência perante a tradicional elite local gravataiense. Na entrevista, ele revela que se tinha até uma denominação que, em sua opinião, soava pejorativa e que era atribuída àqueles que não eram naturais de Gravataí: os “teatinos”. Muitos indivíduos que engrossavam as fileiras do Partido Trabalhista Brasileiro, em Gravataí, realmente não eram naturais da cidade, resultado da migração que ocorria no período e da própria industrialização incipiente que ocorria na região metropolitana de Porto Alegre, atraindo operários das mais diversas localidades para fixar residência em Gravataí e que aqui passavam a fazer política. Partindo desta mesma perspectiva, a entrevista realizada por Rafael Linck Moehlecke e Joice da Luz Lopes com a professora Rosemary Kroeff da Silva em 13 de Janeiro de 2010, também revela mais traços em relação a este processo. Nas palavras da professora: “Gravataí era uma cidade bem conservadora. Quando meu pai chegou aqui ele era considerado, era chamado de ‘teatino’, quer dizer: não era das famílias quatrocentonas de Gravataí. A cidade tinha um pensamento muito de direita. Pessoas queridas, pessoas bem intencionadas, mas que diziam assim: “a gente devia de fechar a ponte pra não entrar ninguém de fora”. Era uma cidade que se autobastava e, ao mesmo tempo, era uma cidade tipicamente do interior, apesar de ser tão próxima de Porto Alegre. [...] O pai era tido como ‘teatino’ porque era sindicalista, petebista e de fora da cidade. Aquelas pessoas eram meio marginalizadas. Elas não faziam parte da história, quer dizer: eles trouxeram essa gente de esquerda, trouxe o Gensa que começou como uma escola do movimento de escolas comunitárias, filantrópicas, que antes era sociedade cultural. Tudo que havia de cultural, de enriquecedor era trazido por este pessoal de fora que não eram os donos da história em Gravataí. A história se fazia quase que na contramão. Esse movimento de esquerda e de resistência não era bem-vindo, nem bem visto.”

pela cassação do mandato de Dorival, o que não foi concretizado, pela sua postura e vida pública e até pelo apoio de alguns adversários.¹⁷

As eleições democráticas prometidas pela ditadura instalada no Brasil não ocorreram e, a partir de 68, o Sr. Rui Teixeira afirma ter passado a contestar o sistema político brasileiro. Ainda em 1968 tem seu mandato de prefeito de Cachoeirinha cassado pelos militares.

Outra importante contribuição para a construção deste artigo foi o depoimento do Sr. José Amaro Hilgert,¹⁸ um dos líderes do movimento estudantil gravataiense no final da década de 1970 e início da década de 80. Estudante e, posteriormente, metalúrgico, foi um dos fundadores da UMEG (União do Movimento Estudantil Gravataiense), participando, ainda, da fundação do PDT em Gravataí.

A articulação do movimento estudantil gravataiense começou ainda em 1980, em torno de demandas como a luta por uma escola pública que oferecesse o segundo grau no centro da cidade e pela organização dos grêmios estudantis dentro das escolas. O obstáculo inicial foi, justamente, a formação destas agremiações como espaço de debate e organização dos estudantes em torno de ideias e anseios comuns.¹⁹ O entrevistado apontou a dificuldade encontrada na instituição destes grêmios em algumas escolas, especialmente as particulares, onde o estatuto interno dificultava muito o processo de construção destes espaços e a resistência interna por parte da direção e dos pais era muito presente.²⁰ A alternativa, nestes casos de proibição interna, foi a consolidação dos chamados *Grêmios Livres*, agremiações que os estudantes constituíam fora do espaço formal da escola, fazendo eleição, ata, elegendo delegados e fazendo valer seu espaço nas assembleias que a UMEG organizava em torno das demandas estudantis, mesmo sem ter a permissão oficial da escola. A primeira assembleia da UMEG ocorreu na sociedade orqui-

17 ELTZ, Pedro. *A vida política de Dorival de Oliveira*. Porto Alegre: Evangraf, 2004.

18 Entrevista realizada por Frederico Duarte Bartz e Rafael Linck Moehlecke, em Gravataí, no dia 19 de Novembro de 2009.

19 Segundo o Sr. Amaro, existia um forte preconceito perante a movimentação dos estudantes em torno da ideia de grêmios estudantis. Na entrevista, ele revela que grêmio representava para a cidade “ajuntamento”, agitação, e, acima de tudo, greve. A UMEG apoiou e participou ativamente de praticamente todas as greves do magistério. Neste sentido, a entrevista realizada por Rafael Linck Moehlecke e Joice da Luz Lopes com a professora Rosemary Kroeff da Silva também aponta para a forte presença dos estudantes e dos grêmios estudantis das escolas nas movimentações do CPERS e dos professores nas greves estaduais.

20 O entrevistado reitera que existia não uma repressão perante os grêmios, mas uma alta dose de autoritarismo e resistência por parte da direção das escolas à construção destes espaços dentro dos estabelecimentos. Em entrevista concedida a Rafael Linck Moehlecke em 03 de março de 2010, a professora Tânia Ferreira reforça esta realidade. Nas palavras da professora: “Tratando da UMEG, eles começaram no Tuiuti. Eles faziam reuniões na minha casa e na casa do Omar e realmente sofreram muita represália, muita dificuldade. Muitos professores vieram de forma muito reacionária a organização dos estudantes com sua forma própria e irreverente de ser.”

dófila (SOGRA),²¹ lotando o espaço e comprovando a ebulição que o movimento estudantil articulava na cidade nos anos de 1980.

A entrevista revela, ainda, a existência na cidade de um considerável contingente de professores com um posicionamento político ideológico alinhado à esquerda no final dos anos de 1970 e início de 1980. Amaro ressalta que estes educadores foram de suma importância para a construção de um movimento organizado dos estudantes que pudesse tensionar por demandas próprias, mas também por demandas que evidenciavam uma preocupação que ia além das perspectivas estudantis.²² Tais professores começaram a se organizar com suas reivindicações trabalhistas e se articularem não só com o movimento estudantil, mas também com sindicalistas e operários nas fábricas, fortalecendo uma discussão crítica na sociedade gravataiense acerca daquilo que ocorria na cidade e no país no que tange ao cenário político brasileiro no período.

Neste sentido, buscando analisar esta mobilização dos professores na cidade, pessoas-fonte também de extrema contribuição para a pesquisa foram as professoras Rosemary Kroeff da Silva,²³ muito conhecida na cidade como professora Rosinha e a professora Tânia Ferreira,²⁴ que hoje também é vereadora em Gravataí. Militantes de esquerda, sempre atuantes na história recente da cidade, participaram de movimentos que transformaram o município em diversos aspectos, destacando o envolvimento de ambas na luta pela fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) de Gravataí, na fundação do Sindicato dos Professores Municipais e na fundação do então núcleo do CPERS na cidade.

A entrevista da professora Rosinha revela aspectos que contribuem muito para esta discussão inicial que o presente artigo busca articular acerca da realidade gravataiense durante o período da ditadura militar no Brasil. Questionada sobre o comunismo em Gravataí, por exemplo, a professora afirma que o grande guru para a juventude mais ligada ao socialismo na época era o Dr. Luis Bastos do

21 Nas palavras do Sr. José Amaro: “Fizemos um congresso, o primeiro congresso da UMEG em Gravataí, que lotou a sociedade orquídefila e quem nos ajudou muito naquela época foi um tenente, vivo ainda hoje, tenente Ari Bandeira do Amaral, da Brigada Militar, reformado. Era da diretoria da entidade, [...] um militar, embora coincidentemente filiado ao PTB, brizolista e que era da executiva do partido.”

22 O Sr. Amaro afirma: “Porque os professores já existiam, o CPERS já existia, o núcleo do CPERS já existia, mas não existia ainda um movimento estudantil organizado. Bom, a partir dali sim, eu acho que tomamos, assim, uma grande consciência e fomos pra porta de fábrica. A maioria dos estudantes... nós éramos estudantes e operários ao mesmo tempo. Ai sim nós conseguimos fazer esta ligação do estudante e do operário; a unidade do estudante e do operário pela transformação.”

23 Entrevista realizada por Joice da Luz Lopes e Rafael Linck Moehlecke em Gravataí, no dia 13 de janeiro de 2010.

24 Entrevista realizada por Rafael Linck Moehlecke em Gravataí, no dia 03 de março de 2010.

Prado, comunista, um dos poucos da cidade e que, juntamente, com a esposa, Maria Dinorah, defendiam ideias atípicas ao caráter conservador da cidade no início dos anos de 1960.²⁵ Segundo a professora entrevistada, havia forte tensão no período pré golpe na cidade, e havia, inclusive, pessoas sendo treinadas para o caso de uma revolução que viesse a ocorrer a nível nacional.²⁶ Segundo afirmou na entrevista, Rosemary reitera que o período pós golpe, a partir de 1964, é também marcado em Gravataí pelo medo e desconfiança que assolava o país inteiro e que, frequentemente, se tinha o temor de supostos informantes pelas ruas da cidade, nos clubes e até mesmo nas escolas.²⁷

Entretanto, a atuação política da professora Rosemary Kroeff da Silva se relaciona profundamente com a Educação e o seu papel como professora de História, quando passa a se envolver e a discutir a realidade brasileira e dos professores enquanto trabalhadores. Os professores gravataienses se articularam e criaram o 22º núcleo do CPERS e, neste momento, começaram mobilizações buscando unir tais profissionais em torno de interesses comuns. Uma série de greves do magistério passou a ocorrer a partir de 1979 na cidade, mobilizando educadores e trazendo para o debate também o movimento estudantil, como já afirmado anteriormente neste artigo.²⁸ Trata-se de uma luta que, gradativamente, começou a trazer os trabalhadores da educação em Gravataí para demandas e discussões que

25 Em sua entrevista, a professora também reforçou depoimentos, que já foram citados aqui neste artigo, afirmando o caráter tradicional e conservador da sociedade gravataiense, no período, e que a mesma apresentava um forte posicionamento anticomunista.

26 Em relação a este treinamento, a professora afirma que isto se deve muito à ingenuidade daqueles que participavam deste movimento supostamente de esquerda na Gravataí do início de 1960. Segundo ela, não se tinha uma verdadeira noção do que poderia realmente acontecer. Ela lembra também que a maior preocupação que se tinha era com a estocagem de alimentos e o fato de que a cidade poderia ficar isolada. Nas palavras da professora: “E a esquerda, havia uma expectativa de que em 61 fosse haver o golpe e Gravataí já estava se organizando para enfrentar isto. E a gente estava tendo treinamentos no Posto de Saúde em que minha mãe trabalhava e na estância de São Pedro; era pra onde se projetava recolher as crianças. Então tinham grupos que eram treinados para enfermagem, outros grupos eram treinados para... Eu fiquei para cuidar de crianças porque eu já estava me formando professora.”

27 A professora cita um fato peculiar e que representa de maneira clara tal processo. Assim relata a professora na entrevista: “*Eu lecionava na Cachoeirinha, no Presidente Kennedy e o secretário da escola, o Davi, eu não lembro do sobrenome dele, mas ele depois trabalhou no Gensa, veio um jipe do exercito e levaram o Davi. E a gente tinha tanto medo que nem entre nós mesmos [professores] comentamos. Davi ficou afastado assim um mês e quando o Davi retornou era outra pessoa. Era uma coisa assim que tu via que ele tinha sofrido algum tipo de coisa séria e era esse o clima. Se tinha medo. A rigor era um pânico.*”

28 Nas palavras da professora Rosemary: “Mas foi a época, mais tarde, que o movimento dos professores começou a se organizar em Gravataí. Se criou o 22º núcleo, com a Tânia Ferreira, o José Clóvis, o professor José Clóvis... Muita gente eu conheci aqui, pois eu lecionava em Gravataí e Cachoeirinha. E a gente começou... A Lia Ciarelli... Eram pessoas que estavam nesta formação do Núcleo. Começaram o período das greves. A primeira foi a de 79, me parece. Esta ainda foi com muita imaturidade [...] mas foi o primeiro passo. E aí o movimento foi crescendo e começaram os períodos das greves, passeatas, passeata dos 40 mil, aquelas greves. Houve uma greve que durou 97 dias, acampamento na praça, o PT já se formando também.”

não eram comuns à cidade e articular este grupo com sindicatos e movimentos sociais distintos que juntos passariam a organizar mobilizações, greves e passeatas, contestando a realidade que se inseriam e o “status quo” da sociedade brasileira, enfrentando, obviamente, muita represália e hostilidade.²⁹

Seguindo esta mesma linha de pensamento, a entrevista da professora Tânia Ferreira contribui consideravelmente para a análise deste processo de mobilização dos professores no final da década de 1970 e início dos anos de 1980. Assim como a professora Rosinha, sua trajetória política está profundamente ligada ao magistério e à fundação do 22º núcleo do Cpers na cidade, marco inicial, juntamente com a greve de 79, do processo de organização dos professores gravataienses.³⁰ Ela ressalta a dificuldade em consolidar a construção do núcleo do CPERS,³¹ devido ao medo que se tinha de enfrentar o sistema e o apoio dado pelo movimento estudantil,³² pelos outros sindicatos que já estavam organizados e por alguns vereadores como José Mota e Juarez Vargas na consolidação do movimento organizado dos professores da rede estadual em Gravataí.

Importante destacar, ainda, que a professora Tânia reitera a influência que os acontecimentos a nível nacional exerciam sobre os movimentos sociais gravataienses, destacando como este processo vai fomentar a compreensão de que era necessária uma união mais ampla de trabalhadores na cidade, processo que culmina mais tarde na própria formação do Partido dos Trabalhadores, em Gravataí, e na consolidação de diversos sindicatos na cidade. A luta que era nacional passa a ser também regional, defendendo bandeiras como o fim da repressão militar, pela

29 Na entrevista, a Profª. Rosinha afirma: “Não foi uma coisa muito heróica, mas foi uma coisa que a gente teve que aguentar ser ridicularizado muitas vezes, hostilizado e ridicularizado. Falavam: ‘como tu que tá aí? Que coisa idiota’. Quase perguntado assim: ‘não tem outra distração? Vai cuidar do teu filho’ Esta era a ideia que Gravataí tinha a respeito dos movimentos sindicais [...]. Uma vez, eu me lembro que a própria Dona Vilma Camargo me chamou e também o Delegado da CRE, da Delegacia de Ensino. ‘Olha, vocês não andem com o Zé Clóvis, por exemplo, pois ele é gente que frequenta aparelho subversivo’. Quer dizer, era gente que comia criança. Era essa ideia que em geral se tinha de sindicato, que se tinha de movimentos ideológicos.”

30 A professora Tânia afirma que a primeira greve foi de adesão considerável para a cidade, devido ao momento político que se vivia no pai, e que tal mobilização foi muito representativa para o movimento que se construía entre os professores, surgindo no processo diversas lideranças que ainda hoje exercem profunda influência no cenário político gravataiense e gaúcho.

31 Nas palavras da professora Tânia Ferreira: “Os professores do CPERS eram mal recebidos nas escolas. No começo nós éramos mal recebidos. Alguns professores até fugiam de nós na escola ou então nos passavam um bilhete com um numero de telefone ou então dizendo: ‘Depois eu vou lá, eu falo contigo, tem meu apoio, mas não posso falar.’”

32 Neste sentido, a professora Tânia afirma: “O Tuiuti era o colégio Julinho de Gravataí, porque era o que mais mobilizava e o que mais reunia os estudantes. Quando nós fazíamos as nossas mobilizações, eram eles que iam junto, era com eles que nós contávamos e eles iam nas outras escolas buscar os alunos. Então, temos uma geração de estudantes, naquela época, que nos ajudou muito.”

greve geral e pelo ‘fora FMI’, lutas que interferiam diretamente na vida de Gravataí e na sociedade brasileira no período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como mencionado no início deste artigo, perante a escassez de estudos e discussões acerca da realidade gravataiense durante o período da ditadura civil-militar, este trabalho teve como objetivo iniciar um debate sobre o tema, levantando questões pertinentes sobre a temática e fazendo uma ainda incipiente análise da influência que o processo político e econômico nacional exerceu em Gravataí naquela conjuntura. Conforme vimos, o golpe de 1964 e a realidade que se impôs logo em seguida no país exerceram profunda influência no cotidiano da cidade. O medo e a ameaça comunista instauraram-se e a sociedade gravataiense ficou visivelmente dividida entre aqueles que apoiavam o golpe e outros que o viam com ressalvas e eram contrários à maneira como a política ia sendo exercida no país e ao “status quo” da sociedade brasileira, sendo, estas pessoas, muitas vezes, ridicularizadas na cidade e alvo de reprimendas ou comentários reprovando suas atitudes mais à esquerda.

Esta pesquisa ainda confirmou que, assim como ocorreu a nível nacional, em Gravataí também houve manifestações, campanhas, movimentos, discussões e lutas políticas (sejam elas de apoio ou repúdio ao contexto sociopolítico brasileiro) em torno não só do golpe em 64, como também por todo o período que se iniciou com a tomada do poder pelos militares até meados de 1985, ano que marcou – em nível nacional – o fim do período ditatorial, desmistificando a tese de uma Gravataí pacata e alicerçada na harmonia entre os gravataienses como muitos na cidade cismam em afirmar. É importante ressaltar esta ebulição social, esta “resistência”, principalmente a partir do final dos anos de 1970, e salientar como este processo vai exercer profunda influência no surgimento de movimentos de contestação ao “status quo” da sociedade brasileira, tendo como sujeitos centenas de pessoas como estas que serviram de fonte para esta pesquisa, fomentando a mobilização do movimento estudantil gravataiense, por exemplo, na década de 1980 e a organização dos trabalhadores em sindicatos que começaram a se consolidar na cidade a partir destas lutas por direitos econômicos e políticos.

FONTES

ENTREVISTAS

Rui Teixeira, concedida em 18 de Novembro de 2009.

José Amaro Hilgert, concedida em 19 de Novembro de 2009.

Rosemary Kroeff da Silva, concedida em 13 de Janeiro de 2010.

Tânia Ferreira, concedida em 03 de Março de 2010.

PERIÓDICOS

Coleção “*O Gravataiense*”. Acervo Arquivo Histórico Municipal Antônio Soares da Fonseca, Gravataí.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005.

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BARROS, Edgar Luiz de. *Os governos militares*. 6 ed., São Paulo: Contexto, 1998.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia de Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. 2 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. São Paulo: Vozes, 1999.

ELTZ, Pedro. *A vida política de Dorival de Oliveira*. Porto Alegre: Evangraf, 2004.

_____. *Memória do Legislativo Gravataiense: 125 anos (1880-2005)*. Gravataí: Eltz Comunicação e Marketing, 2005.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil Recente: 1964 – 1980*. São Paulo: Atica, 1988.

MOMBACH, Isabel C. Camboim (Org.). *Memória de Cachoeirinha*. Porto Alegre: Sagra, 1991.

PETERSEN, Áurea T. In: BIZ, Osvaldo (Org.). *Sessenta e quatro: para não esquecer*. Porto Alegre: Literalis, 2004

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993.

ROSA, Jorge. *História de Gravataí*. Porto Alegre: Edigal, 1987.



Vista panorâmica das praças D. Feliciano e Borges de Medeiros.

GRAVATAÍ NAS MEMÓRIAS DE AMILTON JOSÉ DE OLIVEIRA

Véra Lucia Maciel Barroso

*Historiadora da CAERGS e do Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre,
Professora da FAPA e Membro do IHGRGS. Porto Alegre/RS*

Amilton José de Oliveira, entrevistado em fevereiro de 2010, sobre suas origens e vivências, relatou interessantes informações relativas ao município de Rolante (quando nasceu era distrito de Santo Antônio da Patrulha), e também à terra patrilhense. Vindo ainda jovem para Gravataí, com 11 anos de idade, adotou a nova terra, como a do coração. Este trabalho traz à luz detalhes interessantes do município, em diversos aspectos, enriquecendo muito o conhecimento da história do tempo presente da antiga Aldeia dos Anjos.

Ao chegar no novo lugar, lembra bem como ele se apresentou e dele se apropriou, a medida que o foi conhecendo.

“Gravataí era uma cidadezinha muito pequena. A maioria da sua população não tinha grande poder aquisitivo. A cidade se dividia em duas. O centro da cidade era uma aldeia conservadora, em que havia dois tipos de pessoas: aquelas que tinham terras na zona rural, fazendas, chácaras ou granjas de arroz. Alguns tinham terras em Glorinha, Santo Antônio e até em Osório. E mantinham as famílias morando em Gravataí, para ter estudo, e ter todos os demais recursos da cidade, que era pequena, mas era perto de Porto Alegre. E aquelas pessoas só da Aldeia, os burgueses propriamente ditos, formados por pequenos comerciantes, prestadores de serviços públicos e privados e profissionais liberais. E havia a segunda parte da cidade, que eram as vilas populares, porque havia uma rodovia ligando Gravataí a Porto Alegre, que era pavimentada, uma coisa rara. Então esse trecho entre Gravataí e Porto Alegre recebeu uma população muito grande de migrantes de outros municípios, do interior do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, por falta de espaço em Porto Alegre e pelos preços dos imóveis mais baratos do que lá. Tanto que originou o município de Cachoeirinha e o antigo distrito de Barnabé. Então

havia esses dois tipos de população: a população das vilas, que era uma população que predominantemente trabalhava em Porto Alegre, que tinha sua atividade voltada para Porto Alegre. E a população do centro de Gravataí, que não tinha um poder aquisitivo muito grande, mas era uma população, via de regra, educada, instruída. Era uma elite intelectual, mas não financeira, não econômica. E ficou assim, esses dois tipos de cidade, porque o pessoal das vilas, como se chamava, ou as paradas, como chamam hoje, eles tinham mais interesse em Porto Alegre do que em Gravataí. Eles aqui só moravam. Eles usavam Gravataí, mas produziam em Porto Alegre. Então, em Gravataí eles moravam, estudavam, tinham que buscar assistência médica, toda a assistência do poder público, mas não contribuía, porque trabalhavam em Porto Alegre. Esta era a situação que encontrei quando cheguei aqui.”

Sobre o lazer e a convivência social, ele recorda:

“Não havia quem não ia ao cinema, porque não tinha televisão, quando eu vim para cá. Começou a surgir logo depois, assim mesmo muito aos poucos. Então o cinema era um programa quase obrigatório. Havia inconvenientes naquelas matinês das tardes de domingo, porque as crianças batiam com os pés no chão quando queriam torcer para o mocinho. Também tinha aqueles que já tinham visto o filme, e que faziam questão de ficar contando para os que estavam por perto, em altas vozes; achavam isso uma grande vantagem. Eu achava curioso que muitos perguntavam: ‘Agora, o que vai acontecer? Ele vai conseguir se safar desta?’ Muitos diziam: ‘Vai. Ele vai fazer tal coisa. Ele vai conseguir.’ Atrapalhavam todo o filme. [...]”

Havia só um cinema no centro de Gravataí: o Cine Metrópole, do senhor Itamar Fonseca. Tinha um na Vila São Geraldo, hoje na Parada 73. Não existe mais esse cinema. Tinha outro cinema em Cachoeirinha, e existe até hoje o seu prédio. O da São Geraldo, na Parada 73, era um prédio de madeira. Esses cinemas ofereciam filmes durante a semana à noite, e, principalmente para as crianças, havia os matinês aos domingos. A gente ia com revistas e os gibis e trocava, porque não havia muito. Não tinha a facilidade que se tem hoje para comprar revistas. Então, a gente comprava algumas e depois ia trocando essas revistas nos matinês. Um programa muito interessante era chupar um picolé. Depois então se entrava no cinema mascando um chiclete. Passava uns vinte minutos de desenho animado. Passava um filme B ou capítulo de seriado, geralmente em preto e branco, que continuava todos os domingos. E depois um colorido era o que encerrava: era um filme de aventura, de faroeste ou drama de época. Eu, às vezes, ficava melancólico

após a matinê, porque eu almoçava e ia para o cinema, e quando saía do cinema já era noite. Dava a ideia de que eu tinha perdido o dia, que não tinha vivido aquele dia, para quem veio do interior.

Os bailes eram a outra recreação que tinha. E o Paladino promovia excelentes bailes; era o clube mais da elite. O Alvi-Rubro era o seu clube rival. O Paladino era o azul e o Alvi-Rubro era o vermelho. E os bailes eram concorridos, tanto no Paladino como no Alvi-Rubro. Havia também a Sociedade Seis de Maio, que foi fundada mais ou menos na época que eu vim, que era o clube dos bailes dos negros. Ficava no bairro Oriçó, duas quadras para cá. Dá para ir a pé ao salão. Ainda existe até hoje, o clube e o salão. Foi no Clube Seis de Maio que se criou a Acadêmicos do Samba, que é a escola de samba que representa Gravataí, inclusive no carnaval de rua, em Porto Alegre. Depois é que separou a Escola de Samba do Clube. Tinha salões populares, como por exemplo, na parada 77, o Salão Imperial. Tinha também o salão na São Geraldo, onde hoje é mais ou menos o Big; era um salão de baile muito conhecido. O Veterano já funcionava aquela época, lá na parada 67, na vila Cruzeiro. Em Cachoeirinha tinha salão também. Então esses salões de baile eram muito concorridos. Também íamos a Santo Antônio e a Glorinha nos bailes, e em outras cidades circunvizinhas. O Paladino passou a contratar grandes orquestras. No início era o pessoal daqui que tocava.

Tinha bandas locais, como, por exemplo, a do Zilmar Ramos, que era um gaiteiro. Tinha a do Adão Catuta, que era um moreno, muito bom músico. Todos eles tinham conjuntos. Até o meu tio Agílio, que era gaiteiro, tocou em bailes com o Maneca, que até pouco tempo tocava nos CTG's. Formavam algumas bandas só para baile. E as festas de igreja? Hoje chamamos quermesses. Também eram muito concorridas. Não era considerada uma coisa brega. Nós todos íamos. Os ricos, os pobres, os remediados, todos iam às festas da igreja. Tinha a festa da padroeira, que mudou de data. A imagem da nossa padroeira que nós cultuamos como sendo Nossa Senhora dos Anjos, na verdade é a imagem de Nossa Senhora da Conceição. Embora o dia da Nossa Senhora dos Anjos fosse dois de agosto, a grande festa era no dia oito de dezembro, dia de Nossa Senhora da Conceição. Era feriado no município. Agora o feriado e a festa voltaram para a data certa, o dia 2 de agosto. E tinha também a festa do Divino, em fim de maio ou início de junho. E depois havia as outras festas nas capelas, que também íamos, principalmente lá na São Geraldo, que era uma capela bem forte, porque era um povoado bem grande. A capela hoje não existe mais. Lá agora há uma igreja grande. Eu não conheci, mas os antigos me contavam que em torno da

praça central havia, além daqueles que moravam permanentemente na cidade de Gravataí, havia os que tinham propriedade no interior, mas tinham também uma segunda casa na praça, mas não moravam ali. Só vinham eventualmente. Então, na época da festa, eles passavam a semana ali e o fim de semana também, enquanto durasse a festa. Tanto que os terrenos originais em torno da praça, se forem observados, ainda têm alguns que começam na praça e terminam na rua do fundo, e são estreitos, na base de cinco, seis metros de largura. Então, as casas eram de frente para a praça, mas os animais, os cavalos e as carroças entravam pela rua dos fundos. Hoje, a maioria dos terrenos foram cortados ao meio e foram feitas casas para os dois lados. Para não desperdiçar uma frente dessas. As duas ruas centrais hoje são a Loureiro da Silva e a Doutor Luiz. Elas margeiam a praça, uma de cada lado da igreja e são as duas ruas principais; sempre foram. E paralela com elas, no fundo da Rua Doutor Luiz tem a Coronel Sarmiento, e no fundo da Loureiro está a Rua Anápio Gomes. Estas ruas tinham menos casas, porque os terrenos começavam nas ruas principais, e terminavam nessas secundárias. Como disse eles entravam com as suas carroças, com os seus cavalos, pelos fundos. Ainda têm terrenos assim, como o da Prefeitura, e muitos outros particulares em torno da praça que ainda terminam nas ruas do fundo. Dá para constatar que ainda é assim. Claro que dois, três prédios foram unidos num só, porque hoje não se usa mais prédios assim tão estreitos, como se usava naquele tempo.

As casas antigas de Gravataí ficavam naquele núcleo da praça, principalmente. Nós tínhamos em torno da praça e na extensão da Loureiro e da Doutor Luiz, uma densidade grande de casas. Na Rua Coronel Sarmiento e na Rua Anápio Gomes, onde não ficava servindo de entrada dos fundos, havia também uma quantidade grande de casas, principalmente do lado externo dessas ruas, que não é o lado que fazia fundo para as ruas principais. Havia nelas também uma carreira grande de casas, todas coladas nas calçadas e uma nas outras, com esse tipo de construção em barro, bem característica do início do povoado, como existem na cidade Santo Antônio. E fora da cidade, a poucos metros, começavam as chácaras. Tinha várias famílias que tinham chácaras em torno da cidade, como: os Lessa, os Fonseca, os Gomes. Aqui bem próximo, onde hoje é cidade, eram chácaras. Aqui tem uma localidade que é conhecida como Vila Angélica. Não tem mais nenhum terreno baldio, mas era a chacara da vó Angélica. E lá onde hoje é o Centro Administrativo da Prefeitura era dos Lessa. A área do bairro Dom Feliciano era dos Gomes, do Pompílio Gomes. E, logo depois do colégio hoje Barbosa Rodrigues e do

Gensa, naquela parte baixa, ficava a chácara do seu Fritz Grahl, que era dentista prático licenciado.”

Sobre a Rio Grande do Sul cortando Gravataí afirmou:

“A rodovia estadual pavimentada morria dentro da cidade. Ela começava em Porto Alegre, atravessava toda a Cachoeirinha e vinha morrer dentro da cidade. Ela terminava na Praça do Quiosque, mas como ali já começava a avenida que subia à praça central, então ela terminava no centro da cidade. Depois de Gravataí continuava a estrada, que passava por Glorinha, ia a Santo Antônio, Osório e ao Litoral. Mas a gente percebia nitidamente que eram duas estradas, porque você vinha de Porto Alegre e a estrada terminava na praça. Depois você tinha que atravessar por dentro da cidade, fazendo ângulos de noventa graus em duas esquinas, para depois pegar novamente a estrada para o Litoral. Como não existia a Free Way, o movimento para a praia era por dentro de Gravataí. Gravataí era de pouquíssima importância no Estado do Rio Grande do Sul. A população de Porto Alegre quase não sabia da existência de Gravataí. Em Novo Hamburgo, eu tinha parentes, mas eles não sabiam onde ficava Gravataí. Quando eu vim para cá, o que ouvi sobre o município é que ‘Gravataí é aquele lugar apertado, onde a gente tem que fazer duas curvas de noventa graus quando a gente está indo para a praia’, onde quase ninguém parava nem para fazer lanche. A gurizada, que ficava na segunda esquina de noventa graus, na praça, já que os carros tinham que passar muito devagarinho ali, ficava ali pegando carona para ir para a praia. Era um ótimo lugar para isso. E às vezes até faziam coisas que os mais velhos não aprovavam. As moças bonitas de Gravataí ficavam ali pedindo carona, e quando o automóvel parava e abria a porta, os rapazes que estavam junto subiam. E quando o motorista arrancava, olhava pra trás, os rapazes estavam dentro do carro e as moças tinham ficado na beira da calçada, na praça. Usavam esse artifício com muita frequência.”

Lembrou também das corridas de automóveis que animaram Gravataí:

“Era para nós uma diversão. Nós escolhíamos pontos onde se pudesse ver melhor. Barrancos na beira da estrada, onde a gente sentava. No centro da cidade era interessante, porque a gente via bem os carros e os pilotos, pois eles passavam devagar, por causa das ruas estreitas e das quebradas nas esquinas. Mas quem gostava de ver velocidade, saía fora da cidade, e ficava em cima de um barranco, numa reta da faixa para ver eles passarem. Lembro de Catharino Andreatta, de Julio Andreatta e de Breno Fornari. Os carros dos Andreatta tinham um galgo branco desenhado; era a escuderia dos galgos. Nós acompanhávamos isso com muito orgulho: “Oh, passam por Gravataí!” Tinham que passar por Gravataí. Às vezes até falava no jornal

que tinham passado por Gravataí. Era raro, mas às vezes dizia: “Passou por Gravataí. Olha o nome de Gravataí no jornal!” Então era quando a gente via que tinha Gravataí nos jornais da capital. Porque lá em Porto Alegre eles não sabiam que nós existíamos aqui. Pelo menos quase nada daqui era noticiado lá.”

Sobre o hospital recorda: “Quando eu vim para cá já tinha hospital, mas ele era pequeno; apenas nos fundos de onde é hoje (Hospital Dom João Becker), fazendo frente para a Rua Doutor Luiz. O prédio era térreo, e tinha um corredor com alguns quartos de cada lado. Tinha uma pequena área, como se fosse uma casa residencial.”

Acerca do comércio local se pronunciou:

“O comércio era muito fraco em Gravataí. Nós conhecíamos as lojas não pelos nomes. A maioria colocava nome na loja, mas nós conhecíamos a loja pelos proprietários, como a loja do seu Rui, na placa Loja Avenida, onde as mulheres compravam tecidos e roupas. Ficava ao lado do cinema do Itamar, na avenida principal. Tinha o armazém do senhor Darci, que era onde muitos se abasteciam. Na Várzea, o armazém dos Fonseca, também. E, na praça de baixo, o armazém do seu Joca. No bairro Parque dos Anjos, então ainda conhecido como Passo dos Ferreiros, era forte o do Antônio Gomes Corrêa, pai do ex-prefeito Ely Corrêa. O Iracildes vendia roupas para homens, chapéus, etc. Chapéus, também vendia o Juquinha Martins, na esquina da praça, junto com tecidos, como o seu Horácio e seu pai Pompílio Gomes, na Rua Anápio Gomes. Vendia-se muitos tecidos, pois as roupas era quase todas feitas em casa ou por costureiras. Mas o seu Borba vendia roupas feitas na sala de visitas de sua casa. O seu Eney Linck vendia cadernos escolares, brinquedos e alguns pares de sapato. Tinha o seu Otero, com um grande bigode, que vendia revistas. Raro a senhora conseguia uma revista que não fosse de anos anteriores. O mostruário era quase só de revistas velhas, pois poucas vezes buscava revistas novas em Porto Alegre e perdia o prazo para trocá-las pelas novas edições. E era só ele que vendia. Todos conheciam o irmão Darcy da tabacaria, mas não sei de ninguém que soubesse porque ele era chamado de “irmão”. Tinha um bar, um dos poucos que alguns chamavam pelo nome: Bar Cabana dos Anjos. Era lá o “senadinho”, como a gente dizia. Ali se reuniam as pessoas para conversar. Ficava na rua hoje chamada Adolfo Inácio Barcelos, em frente à praça central. Ele era um bar grande, com duas grandes portas. Depois tornou-se sócio do bar o senhor Valtuir. Então ele passou a ser conhecido também por Bar do Valtuir. As pessoas almoçavam, os homens, principalmente, pois as mulheres não frequentavam bares. Os homens almoçavam e iam para o Cabana dos Anjos conversar. Para

não ficar de graça, tomavam um cafezinho. Se algum filho chegasse, dava para pagar um doce ou um sorvete, que eles vendiam no Cabana. O Bar São Cristóvão, na praça de baixo, também vendia sorvete, que eram sempre produzidos pelos proprietários. E ficavam grupos de homens em torno de algumas das mesas do Cabana. E ali tudo se conversava, de negócios a política e a futebol. Tudo era tratado ali. Mesmo quem não quisesse tomar um café, tinha que passar ali para estar por dentro do que estava acontecendo. Era caipirinha antes do almoço, cerveja à tardinha e cafezinho no resto do dia. E pastel ou sanduíche de lanche, além de sonho, rosquinha frita, mil folhas e outros doces. Os chatos eram chamados de “gangorra”, pois quando sentavam, outras levantavam.

Lembro na praça do bar da rodoviária, do Augusto engraxate, do Paulinho das chaves, da tenda do Tio Nico, do hotel do Leno, do Camarão retratista. E de um mundo de gente que era a alma da aldeia.

A igreja também tinha grande influência quando eu cheguei aqui. A maioria das pessoas de influência da cidade pertencia às organizações da igreja, que já estavam se extinguindo quando eu cheguei. Era a época da JOC, que é a Juventude Operária Católica, que era fraco, pois nós não tínhamos quase operários aqui. Mas a JEC era forte. Era a Juventude Estudantil Católica. E tinha uma associação religiosa, Aliança Católica ou algo assim, da qual os principais líderes da comunidade faziam parte, inclusive aqueles que se orgulhavam de dizer anticlericais e ateus. Mesmo assim faziam parte das associações católicas, certamente para garantir posição social. Eu não participava porque ainda era criança. Eu convivia com os guris da PREJEC, que eram os pequenos, aspirantes à JEC. A JEC era para adolescentes. E quem coordenava essas entidades católicas era o Padre Pedro, que tinha uma autoridade muito grande na cidade. Ele veio para cá no início da década de vinte, construiu a casa paroquial que ainda existe meio em ruínas ao lado da igreja matriz, fundou o colégio Dom Feliciano, fez muito. Quando eu vim para cá em cinquenta e oito, ele já era idoso. Fumava charuto, adorava linguíça frita. Ele ficou velho aqui, como pároco. Aposentou-se e faleceu em Gravataí, morando no hospital.”

Sobre o padre Pedro, o entrevistado lembra:

“Sobre o padre Pedro eu não sei contar muito dele. Eu sei que a maioria das capelas em torno de Gravataí, inclusive em Glorinha, foi ele que criou. Ele era um homem muito severo e rude. Não era um intelectual. O sermão dele não era de grande profundidade intelectual, era mais de puxão de orelha, como se dizia. Ele falava: ‘As moças não podem ir à igreja com os braços de fora, com vestido sem manga. Os moços devem se portar com educação e respeitar

as donzelas'. Era costume os homens na hora do sermão saírem para fumar, e depois voltarem para a igreja. Ele passava o sermão dele mais chamando a atenção, como uma espécie de delegado, do que propriamente evangelizando. Mas era um homem dinâmico e tinha muita influência na comunidade. E veio um outro padre que tinha um carisma muito grande com os jovens; era o Padre Severino. E toda festa tinha procissão. Não importa qual o santo padroeiro que tivesse sendo comemorado. No domingo havia a procissão, a missa festiva, e depois então um churrasco, e a tarde toda se permanecia nas tendas. Havia tenda de tudo, premiado, de pescaria, de lanches, como doces, bolos e fatias de tortas, que as próprias paroquianas ofereciam. Então se passava o dia na festa, raramente com banda de música ao vivo, quase sempre com disco no alto-falante. O som não era bom, porque os alto-falantes eram cornetas com péssima qualidade de reprodução, mas ninguém se importava com isso. Aquelas guarânias, aquelas músicas românticas, eram as mais ouvidas. E também havia um certo constrangimento de se falar com as moças. Então a gente oferecia músicas para as moças. 'Atenção! Atenção! Jovem do vestido amarelo. O rapaz que muito lhe admira, oferece com Anísio Silva – Quero beijar-te as mãos.' Às vezes a gente dava a dica de quem era, quando fazia questão de aparecer. Mas outras vezes era totalmente incógnito, anônimo. Também se mandava bilhetes, apelidados de telegrama. Pagava-se uma taxa mínima, muito barata, para dedicar uma música, para mandar um telegrama ou para prender. A prisão era uma espécie de desaforo que se fazia, mas que as pessoas gostavam, porque era um sinal de importância, um sinal de que estava sendo visto, que estava sendo notado, que era centro de atenção. Quer dizer, havia algumas pessoas da festa que eram os policiais. Elas usavam qualquer uma divisa, uma fita amarrada no braço, alguma coisa para dizer que eram os policiais. E eles tinham o direito de prender as pessoas, e levavam até um cercadinho. Tudo simbólico, mas todo mundo respeitava. Então, a senhora ia lá e pagava para prender alguém que indicasse. Ou a pessoa presa é que tinha que pagar para ser solta. Tudo isso era motivo de arrecadação de recursos para a festa. Os policiais iam lá e prendiam o rapaz. A moça não podia abordar o rapaz, em hipótese alguma, mas ela podia mandar prender. Então, o rapaz era preso, ficava lá uma hora, trinta minutos preso e aí era solto de novo. Enquanto isso, a pessoa que mandou prender podia passar por ali com uma cara risonha, bem disfarçada, que logo dava para ver quem foi que mandou prender. Era um tipo de namoro bastante ingênuo para os padrões atuais.

Ah, também havia as reuniões dançantes nas casas particulares. Os clubes pouco ajudavam nisto, porque as reuniões nos clubes geravam certo constrangimento e nem sempre dava certo. De vez em quando um clube começava a fazer algumas reuniões dançantes, nos domingos de noite ou sábados à tardinha. Aí escolhiam uma data semanal e um horário. Mas durava certo tempo e depois caía de moda. As reuniões que funcionavam mesmo eram nas casas das pessoas que se dispunham a receber os amigos. ‘Vamos fazer uma reunião na minha casa hoje?’ ‘Vamos.’ Então reuniam alguns discos. Quem tinha discos bons levava junto e se ligava a eletrola. Quando não tinha eletrola era um aparelhinho portátil com um som horrível. E aí se tocava e se dançava. No Paladino, às vezes havia reunião dançante. No Alvi-Rubro mais espaçadamente. Elas eram promovidas pelos estudantes, principalmente pela AGES - Associação Gravataiense de Estudantes Secundários. E principalmente no período que o meu irmão Edir presidiu a AGES. Ele começou a fazer reunião com disco e depois começou a contratar conjuntos musicais que se formavam no estilo dos Beatles, compostos por: uma bateria, um contrabaixo, uma guitarra base e uma guitarra solo. Isso era a moda. Depois, então com dois conjuntos, depois com três, depois com quatro. Chegou a época em que numa única reunião dançante eram seis conjuntos que tocavam. Cada conjunto tocava uma hora, com seus próprios aparelhos. A troca da aparelhagem era feita assim: eram montados dois palcos, um de cada lado do salão, o palco normal e outro improvisado. Então, enquanto uns tocavam num lado, o outro conjunto já ia se preparando no outro. Até seis conjuntos numa noite. As reuniões começavam pelas onze da noite e iam até cinco, seis horas da manhã, com bastante público, quase sempre no Paladino. Mesmo essas festas eram chamadas de reunião dançante para dar caráter descontraído, porque se fosse usado o nome de baile, exigiria roupa social de cerimônia. As reuniões, nas casas, eram com menor público e aconteciam à tarde ou no início da noite.”

Sobre os namoros recorda, também.

“A gente quando se interessava por uma moça, tirava ela para dançar e ficava dançando mais com ela do que com as outras. E de repente podia já ficar conversando com ela durante a reunião. Como hoje chamam ‘ficar’, mas sem grandes abraços, nem beijos, apenas fazendo companhia um para o outro. Também era permitido levar a moça em casa. E podia marcar algum encontro. Eu comecei a namorar a Ana no salão do Alvi-Rubro, que ficava em frente à Praça do Quiosque. Havia um grupinho de meninas lá reunidas e alguns rapazes. Se juntasse muita gente tocavam música no disco e haveria uma reunião dançante. Quando não juntava gente suficiente, não se dançava.”

Em seguimento, Amilton abordou sobre os prefeitos de Gravataí que conheceu, mais de perto, por trabalhar muitos anos na prefeitura. Diz ele:

“De Novo Hamburgo voltei para Gravataí, porque eu considerava que aqui era a minha terra, aqui estava o meu pai, a minha mãe, o meu irmão. Eu tinha que trabalhar, porque a minha família era pobre. O Dorival já era Prefeito e eu fui trabalhar na Prefeitura, em março de sessenta e seis. Ele foi eleito em sessenta e três, e assumiu no dia primeiro de janeiro de sessenta e quatro, pelo PTB. Mesmo eu tendo feito concurso, o Dorival não queria ser acusado de empreguismo em favor da família e relutou muito antes de me nomear secretário municipal e só me nomeou depois que o partido não indicou outro nome após meses de espera, com a secretaria na qual eu trabalhava sendo exercida interinamente pela funcionária de quadro Alba Corrêa. Havia só um Secretário Municipal e antes de mim ocuparam o cargo Cláudio Barcelos, o Badi, e Júlio Barbosa, em cujos trabalhos aprendi a função.

O Dorival, quando chegou em Gravataí, constatou que não tinha emprego suficiente aqui para a juventude; havia quase só em Porto Alegre. Como já falei, o comércio era fraco e a indústria praticamente inexistente. Era uma cidade do pessoal do interior que morava aqui e dos que prestavam serviços para essas famílias. Então ele se preocupou com isso, porque ele já conhecia essa realidade de ter nove irmãos e órfãs. E ele era um homem muito popular e muito interessado em ajudar os outros. Tinha certos hábitos, como, por exemplo, parar nas paradas e dar carona para todo mundo. Como pouca gente tinha automóvel, cada vez que alguém adoecesse na região onde ele morava, o chamavam para levar o doente para o hospital. Como ele era muito simpático e extremamente comunicativo, ele mesmo visitava todos os armazéns onde ele entregava os cafés. Assim ele fez uma amizade muito grande e tinha também uma atuação muito ativa na comunidade. E eles diziam: ‘Tu devias entrar para a política, porque tu tens muita amizade e és muito prestativo.’ Assim ele concorreu a vereador e se elegeu em cinquenta e nove; eu já estava em Gravataí. Era gurizinho pequeno e ajudei a colar propaganda nos postes.

A minha mãe é que era irmã do Dorival. Meu pai também era Oliveira, mas não eram parentes, de modo que o meu Oliveira não é o do Dorival. Bem, então ele concorreu a prefeito, oferecendo outra opção que não elegeisse os representantes dos mesmos partidos conservadores de sempre. Quase sempre assim, alternando um mandato para cada um, combinados. Houve um caso em que, por exemplo, o José Linck, do PSD, aqui da Aldeia, se elegeu com o seu vice da UDN que era lá do

Maracanã, interior de Glorinha; era o seu Alcides da Rosa, com quem se comprometera a dividir o mandato. O seu Zeca Linck ficou prefeito dois anos e renunciou. E o outro assumiu mais dois. Cumpriram o trato rigorosamente. Foi na década de cinquenta, antes do Dorival ser Prefeito. O Dorival quando foi vereador, o Zeca Linck era prefeito em segundo mandato, desta vez de quatro anos. Depois o Dorival concorreu a Prefeito com o vice de Cachoeirinha, que era da segunda Gravataí, a Gravataí das vilas, e não a Gravataí do centro. Quem dominava a política era o centro com a zona rural, elegendo candidatos de partidos conservadores. Então, pela primeira vez um partido popular elegeu um prefeito em Gravataí, que foi o Dorival. Não foi com uma vantagem muita grande de votos. O opositor era o senhor Adão Marcelino da Silva, que era o vice-prefeito quando o Dorival era vereador.”

Indagado sobre lembranças de ex-prefeitos, respondeu:

“Desde a emancipação, em 1880, era a Câmara Municipal que administrava o município. O Major Ferreira foi o primeiro presidente e o Coronel Fonseca o segundo; os outros membros eram: Silva, Fialho, Alves, Ramos e Garcez Cabeleira. E depois, com o fim do império, vieram os intendententes, que eram os prefeitos da primeira república, com a Câmara denominada Conselho Municipal. O primeiro intendente foi também um Fonseca. No início do século, assumiu um “de Jesus”. Um dos Intendententes que mais ficaram na lembrança foi o Barbosa Filho. Ele foi Intendente, se não me engano, uns dez anos. Pouco menos que seu avô em Santo Antônio. Contam que, naquele tempo, o Intendente podia sentar-se à praça, em frente à Prefeitura, tomar o seu chimarrão e conversar com cidadãos que passavam pela praça. A gente conta isso porque hoje o Prefeito tem uma agenda que não poderia pensar em sentar numa praça e tomar um chimarrão. Mas naquele tempo era tudo mais tranquilo. Então o seu Barbosa Filho costumava sentar-se à praça tomando seu chimarrão e conversando com as pessoas que passavam. Eu sei disso porque quando o Dorival assumiu a Prefeitura, o seu segundo secretário era o filho desse intendente, o Júlio Barbosa, que me contava isso. O mais novo dos filhos de Júlio Barbosa é o César Barbosa, conhecido como Cezinha Barbosa. O Loureiro da Silva foi prefeito já após a Revolução de Trinta, quando o Getúlio assumiu como presidente excepcional. Ele nomeou um Interventor no governo do Estado, que era o General Flores da Cunha, e o Presidente do Estado nomeou o Prefeito, mas aí já tinha o título de Prefeito Interventor, não mais de Intendente. O Loureiro da Silva era um jovem promissor de Porto Alegre, bacharel em Direito, e foi nomeado por Flores da Cunha para ser o prefeito em Gravataí. Os antigos, quando eu assumi lá na Prefeitura como funcionário, me diziam que tinha sido o

melhor prefeito que Gravataí já teve. E pelas obras que ele deixou aqui em Gravataí, eu acredito que ele tenha sido um excelente prefeito. Ele modernizou a cidade e deu caráter urbano para ela. Construiu os meios-fios nas ruas. Exigiu que cada casa fizesse a platibanda em cima da parede da fachada, porque dos telhados chovia na calçada. Ele trouxe a luz elétrica. E o mais importante que ele conseguiu foi a pavimentação da ligação de Porto Alegre até o Centro de Gravataí. Como ele era pupilo do Flores da Cunha, que era o governador do Estado, com título de Presidente do Estado, ele foi lá pedir para o governador que fizesse essa pavimentação. Havia um projeto para pavimentar de Porto Alegre a São Leopoldo, que era uma estrada de grande importância econômica. A estrada para Gravataí não tinha a mesma importância econômica, mas dada a ligação do Flores da Cunha com o Loureiro, ele conseguiu isso. Mas Flores da Cunha disse: “Mas tu vais ter que fazer um levantamento lá e justificar a necessidade dessa pavimentação.” E ele, então, montou ali, na Parada 78, no alto daquela lombada, ele montou ali um posto, tipo posto de pedágio, mas era apenas para fazer a contagem dos veículos. E contam que eles arredondavam a contagem para mais. O certo é o que o Loureiro conseguiu essa via asfaltada, ligando Porto Alegre a Gravataí, que cidades tradicionais, como a de Viamão, por exemplo, não tinham. E nós aqui tínhamos essa via asfaltada de concreto, pavimentada, graças à ação do Loureiro. Ele, sem dúvida, foi um prefeito importantíssimo para Gravataí; era bem jovem. Depois foi prefeito duas vezes em Porto Alegre.

Gravataí teve alguns prefeitos gravataienses, como o Anápio Gomes, que era um militar. Ele era militar, de uma família muito bem quista daqui, que tinha um bom conceito. Mas, nenhum desses prefeitos, que vieram depois do Loureiro da Silva, realizou mais nada que pudesse ser considerado assim marcante na cidade. Eles apenas tocavam a administração com os poucos recursos que tinham. Não se fazia muito. Os prefeitos só serviam para arrumar as estradas no interior e manter o centro assim meio limpo. Era só o que conseguiam fazer. E mantinham alguma escolinha no interior, pagando a professora, pois as escolas importantes eram estaduais. Então os Prefeitos podiam fazer muito pouco. Por isso que teve uma ocasião aqui que ninguém quis se candidatar a Prefeito. Então eles acabaram convidando para concorrer um caixeiro viajante, representante comercial, que passava por Gravataí com muita frequência e que conhecia as pessoas dos armazéns. Era nos armazéns que as lideranças das comunidades se abasteciam de notícias que depois espalhavam. E ele era conhecido dos donos de armazéns. E conversava sobre vários assuntos, inclusive sobre política. E eles então o convidaram: ‘O se-

nhor não quer concorrer a Prefeito em Gravataí?’ Seu nome: Alfredo Emílio Allem; era um árabe. Pois bem, eles o convenceram a concorrer a prefeito e ele se elegeu, vindo morar em Gravataí. Ficou aqui quatro anos. Terminado o mandato dele, voltou para Porto Alegre. Tivemos um prefeito que veio nomeado de Canoas, logo depois do Loureiro. Canoas pertencia a Gravataí. E os militares montaram em Canoas um aeroporto da Aeronáutica. Então eles acharam que seria interessante que o Prefeito fosse lá de Canoas, para que desse assistência lá, inclusive no acesso, na estrada, que ligava até o aeroporto militar. Esse prefeito vindo de lá foi o Vitor Hugo Ludwig. Isto foi na década de trinta. Anos depois, em trinta e nove, Canoas se emancipou de Gravataí. Os militares emanciparam Canoas, para que tivessem a prefeitura lá perto do aeroporto.

O José Linck foi prefeito duas vezes. Uma foi aquela que ele fez um acordo, ficando somente por dois anos e renunciou, e o vice dele assumiu mais dois. O vice era um homem simples, um homem sem instrução, um homem do interior. Era o senhor Alcides Leal da Rosa. Quando ele estava no leito de morte, eu era vereador e fui visitá-lo na casa dele, lá no Maracanã, onde era agricultor. Fui a convite e na companhia do então prefeito Lídio Peixoto. E o seu José Linck, pelo PSD, foi o Prefeito que antecedeu o Dorival. Era um prefeito conservador, mas um homem intelectual. Ele tinha um cartório de registro de imóveis. Todos os atos cartoriais eram centralizados naquele cartório. E a esposa dele era professora, D. Adelaide Linck. Então ele foi um prefeito capaz, competente, porém, um prefeito conservador. Manteve a cidade como devia de ser, sem avançar. Na época que Dorival foi vereador, ele e mais outros vereadores apresentaram um projeto de lei incentivando a industrialização de Gravataí. E esse projeto de lei foi aprovado pelos vereadores para conceder incentivo às indústrias que se estabelecessem em Gravataí, para que Gravataí se desenvolvesse, e oferecesse emprego para os gravataienses. Mas o José Linck vetou esse projeto, porque ele dizia que Gravataí tinha vocação para ser uma cidade pacata e tranquila. E que a industrialização viria perturbar essa tranquilidade da cidade. Então ele vetou essa lei. Mas, essa lei foi sancionada pela Câmara. Quem for na Câmara de Vereadores, e pedir lá a lei de incentivo fiscal de mil novecentos e sessenta e um, vai ver que a assinatura é do presidente da Câmara, e não do prefeito, para confirmar o que ora afirmo.”

E o entrevistado prossegue recordando:

“Aí começaram a vir indústrias para Gravataí. Em parte, porque o Dorival depois assumiu como prefeito, e lutou muito pela industrialização em Gravataí. E em parte, porque já havia a idéia, que depois virou projeto, de abrir uma ro-

dovia federal pelo Litoral, para desafogar a BR116, que era a única ligação com o centro do país. Então se falava que teria que ter uma rodovia que viesse pelas praias, e que quando chegasse em Tramandaí e Osório, essa rodovia deveria vir a Porto Alegre passando por Gravataí; entre cidade e o rio. Esse projeto favoreceu em muito a industrialização. Em primeiro lugar, porque o prefeito Dorival tinha interesse e proporcionou incentivos. Em segundo lugar, porque Gravataí tem situação geográfica próxima de Porto Alegre e o eixo pela BR116 de Canoas a Novo Hamburgo estava saturado e destinado a passar de primeira para segunda ligação com o resto do país. Assim, o ponto de melhor futuro para a industrialização seria Gravataí. Destaco que a possibilidade e perspectiva de que por aqui passasse uma rodovia federal foi fundamental para a industrialização de Gravataí. Então aconteceu que vieram indústrias de importância como a Icotron, do Grupo Siemens, como a Synteko, depois a Madequímica. São indústrias importantes, que vieram se estabelecer sempre nesse lado aqui de Gravataí em direção ao rio. A Icotron, lá no Parque dos Anjos, mas ao lado de onde passaria a rodovia federal, o que acabou acontecendo com a Free-Way (BR 290) inaugurada em 1973. Foi ela que motivou a construção de um distrito industrial em Gravataí. As indústrias estavam vindo para Gravataí, e foi preciso organizar a cidade. Ali onde hoje é o distrito industrial, ou seja, a área oficial (porque tem muitas indústrias fora daquele distrito industrial), poucas indústrias compraram toda a área. Então o governo teve que desapropriar aquela área para que não acontecesse de duas, três indústrias tomarem conta, e não deixarem espaço para as outras. Mesmo assim as indústrias pioneiras ainda ficaram com áreas bastante grandes. E outras se estabeleceram fora dali, mas sempre ao longo ou próximo desta rodovia federal, que veio depois a coroar-se com a GM.”

Indagado na entrevista sobre a atuação de sua família no PTB, em município de base conservadora, por suas origens, o senhor Amilton respondeu:

“Quando o Dorival veio para Gravataí, ele tinha grande admiração por Getúlio Vargas, porque o Getúlio Vargas era considerado, na época, um governante que se interessava pelos trabalhadores, pelos operários, pelos pobres em geral, ou seja, os carentes. E o Dorival, como se identificava com esse ideário, ele se tornou petebista fanático. E nós, que éramos crianças, nos criamos nesse ambiente. Na verdade, o Dorival não pensou em ser oposição à elite de Gravataí, às lideranças da política local. Ele pensou que Gravataí precisava oferecer empregos e recurso a essas pessoas, para que pudessem trabalhar em Gravataí, tivessem meio de subsistência na cidade, e que se gerassem riqueza aqui, para que Gravataí pudesse oferecer escola,

saúde, enfim, o que as pessoas precisam. Até hoje a infraestrutura de Gravataí é deficiente ainda. Mas foi muito mais. E nós nos criamos nesse ambiente. Depois o Dorival se tornou automaticamente admirador do Leonel Brizola. Quando o Brizola foi prefeito em Porto Alegre, Dorival já admirava o trabalho dele como administrador. E quando Brizola foi candidato a governador, o Dorival fez a campanha dele em Gravataí. E depois que ele se elegeu governador, o Dorival se elegeu vereador. E aí o Brizola resolveu asfaltar essa ligação de Porto Alegre com Gravataí, e continuar até Glorinha, Santo Antônio, Osório e Tramandaí. Já existia uma pavimentação. Ele fez uma repavimentação com asfalto. Antes era com cimento e com pedras irregulares até a entrada da cidade. Então, ele asfaltou a rodovia até a praça de baixo, a praça do Quiosque, e depois subiu pela Avenida Loureiro asfaltando, dobrou na praça central e foi asfaltando em direção ao Parque dos Anjos, e a Santo Antônio. E o Dorival, então, procurou o Brizola, na época, e disse a ele que seria conveniente que a segunda rua de Gravataí, que é a Doutor Luiz, também fosse asfaltada, porque já que eram ruas estreitas, então seria conveniente que se pudesse subir por uma rua, e descer pela outra. Foi com este argumento que ele conseguiu com Brizola o asfaltamento da Rua Doutor Luiz, embora a Loureiro tenha sempre ficado com duas mãos. Na época que o Brizola asfaltou a Doutor Luiz, como ela não tinha grande importância, ela foi asfaltada estreita, como ela é até hoje. E a Loureiro, ela já tinha uma previsão de ser alargada. Então, o Prefeito José Linck, embora não fosse do partido do Brizola, ele concordou em terminar as desapropriações que não estavam completas, desmanchar algumas casas velhas, e a Loureiro foi alargada, porque a Loureiro era também uma ruazinha estreita, como nas cidades antigas. Quando eu cheguei em Gravataí, ela era bem estreitinha. Aí, então, o Zeca Linck desapropriou algumas casas que restavam, e o Brizola abriu e asfaltou. O mesmo foi feito na atual Rua Adolfo Barcelos, da esquina da Rua Doutor Luiz para baixo.”

Sobre outras obras de seu tio prefeito, lembrou:

“O meu tio tem como mérito principal o fato de ter desenvolvido Gravataí pela industrialização. E a sua sensibilidade no atendimento aos carentes. Mas, no restante, o que ele fez em Gravataí, e foi de grande importância, é aquilo que eu chamo “a rotina dos prefeitos”, que é dar estrada no interior, que é saneamento nas vilas. Quantas vilas não tinham água potável? A CORSAN só fornecia água potável no centro de Gravataí. Fora do centro aqui, fora do entorno da praça não havia água encanada. Então em muitas vilas ele teve que abrir poço artesiano e colocar redes de água. E construiu muitas escolas. Gravataí é uma das cidades

com maior índice de estudantes estudando em escolas municipais. E tem muitas outras obras que estão elencadas num livrinho publicado pelo Deputado Marco Alba, onde consta um levantamento de sua administração.

Quando o Dorival assumiu a Prefeitura, eu era menino. A Prefeitura não tinha dinheiro na época. Os funcionários da Prefeitura ganhavam salários baixíssimos. As professoras municipais ganhavam bem menos que um salário mínimo. Como o também petebista João Goulart era o Presidente da República, Dorival foi a Brasília pleitear recursos. Ele assumiu em janeiro de sessenta e quatro, e em março foi à Brasília. Naquele tempo uma viagem assim era um fato histórico. E foi muito bem recebido por João Goulart, que despachou favoravelmente a vários projetos que ele levou. Ele voltou sorridente e feliz. Ia receber recurso para fazer muita coisa por Gravataí. E aí aconteceu que dias depois, em trinta e um de março, ou em primeiro de abril, João Goulart foi deposto pelos militares. Ele não recebeu nada, e ainda ficou mal visto, porque era considerado um homem perigoso, do partido do Brizola e do João Goulart. E não recebeu apoio de nenhum governo da Revolução. Ele foi prefeito duas vezes, nove anos no total. Naquela época não podia ter reeleição. Ele foi prefeito primeiro por cinco anos, porque houve prorrogação, por um ano, devido o regime militar. Depois, ele ficou quatro anos afastado e aí voltou como prefeito, por mais quatro anos.

Sucedeu a seu primeiro mandato o senhor Lídio da Silveira Peixoto, morador de Glorinha, e dono do cartório de lá; um homem de boa posição econômica e financeira, e de partido conservador. Foi o último mandato na prefeitura de Gravataí, de partido da ala conservadora; depois nunca mais. Bem, o Dorival, quatro anos depois retornou à prefeitura, pelo MDB. Quando o Brizola voltou ao país, ele achou que todos iriam formar um único partido no MDB, para tentar recuperar o poder no país. E aí houve aquela surpresa de que o Brizola não quis filiar-se ao MDB, e resolveu refundar o PTB. Não conseguindo a sigla PTB, Brizola fundou o PDT, e o Dorival ficou numa situação terrível, porque seria natural ingressar no PDT, mas ele devia também muita obrigação ao Pedro Simon, que o apoiou durante a ditadura. E, afinal, ele decidiu ficar no MDB de Simon.

No primeiro mandato do Dorival, ele não tinha recursos, e nem tinha assessoria. Dispunha apenas de um cargo de secretário. Os demais eram funcionários que assumiam funções de chefias. O secretário do Dorival, por muito pouco tempo foi o Cláudio Barcelos, que tinha se eleito vereador, mas ele logo quis voltar para a Câmara, como vereador. Então, assumiu como secretário o Júlio Barbosa, que era filho do Intendente Barbosa Filho, que ficou um tempo. E eu era um rapaz

que ajudava na Prefeitura em tudo que era necessário. E tinha facilidade, na época, de aprender as coisas. Então, eu acabava fazendo de tudo. Mas o Julinho, que era um funcionário aposentado (secretário da Prefeitura ganhava pouco, tinha que ter outra receita), em determinado momento desistiu de ser secretário, e não mais retornou à Prefeitura. E isso foi no primeiro mandato do Dorival. E eu tinha, então, uns vinte ou vinte e um anos. O Dorival então pediu ao partido que indicasse alguém para ser o secretário. Enquanto não conseguia ninguém, uma funcionária veterana da secretaria assinava como secretária. Uma oficial administrativa da Prefeitura, Dona Alba Corrêa, assinava os documentos necessários, como se fosse secretária. Mas eu desempenhava muito a função de secretário: redigia muitos documentos e supervisionava muitas atividades. E não havia crítica de nepotismo, embora fosse nepotismo. Nepotismo vem da palavra sobrinho, *nepos* – sobrinho. Mas o Dorival tinha dezenas e dezenas de sobrinhos, pois o tamanho da nossa família é grande. Mas ele não colocou a parentada na Prefeitura; sua esposa, por exemplo, nunca trabalhou lá. Mas como eu era muito metido, estava sempre lá. E aí fiquei desempenhando as funções, a partir do terceiro ano, mas sem a nomeação de secretário. Ganhava um salário baixo, mas ganhava alguma coisa. Aí o Dorival insistiu com o partido que precisava de um secretário, tinham saído o Badi e o Julinho. Insistiu e eles não indicavam ninguém, porque ninguém queria. Na época as pessoas só assumiam cargo quando se sentiam capazes para desempenhar a função. Entretanto, quem sabia desempenhar a função, não aceitava o salário da Prefeitura. E para quem o salário da Prefeitura servia, não tinha preparo ou qualificação para exercer o cargo. Um dia o Dorival disse ao Partido: ‘Olha, vocês querem me criticar me critiquem, mas eu vou nomear o meu sobrinho até que vocês me indiquem alguém.’ Como eles nunca indicaram, eu fiquei como secretário até o final do mandato. E quando ele terminou o mandato, naquela época tinha uma situação muito curiosa. Todos os partidos que apoiaram a ditadura, formaram a ARENA. E como não se acertavam, eles permitiram que mais de um candidato concorresse pelo mesmo partido, somando as votações. Era a tal de sublegenda. Então, o nosso partido, que era o partido do Dorival, teve dois candidatos. Um era o seu Justino Velasco do Santos. Tem uma rua na São Geraldo que eles chamam Justino Velásquez, mas não é. É Velasco. E o outro foi o doutor Artêmio Camargo, que era promotor aposentado, esposo da Dona Wilma Camargo, patrona do Gensa. Ela é de Osório. O pai dele era rico e tinha uma granja de arroz na divisa do município de Osório com Santo Antônio, para cá um pouquinho da Lagoa dos Barros. Ele casou com a Dona Wilma, que também era de Osório. Nomeado promotor ele

atuou em municípios do interior e assim que ele conseguiu uma transferência, veio para Gravataí, que era mais perto de Osório. E daqui ele gostou, se radicou e nunca mais saiu. Nem ele, nem a esposa. Comprou uma casa bem ao lado da Prefeitura, e moraram ali. Um dia a Dona Wima quis reformar a casa, e aí ela descobriu que por baixo do reboco era barro, ficou admiradíssima.

Como dizia, o Artêmio então era candidato a Prefeito para substituir o Dorival. E o Justino, também, em sublegenda, ambos pelo MDB. E o Dorival preferiu que eu não concorresse a nada, para que ele pudesse permanecer imparcial. Só que a Dona Wilma, que era muito esperta, politicamente, e muito competente, ela me convidou para ser candidato a vereador pela sublegenda do doutor Artêmio, que era para vincular o meu nome ao doutor Artêmio. Vinculando o meu nome, vincularia o nome do Dorival. E eu então concorri a vereador pela sublegenda do doutor Artêmio.

Mas, nem Artêmio Camargo, nem Justino Velasco dos Santos se elegeram. Voltaram os de antes, desta vez com o Lídio Peixoto de prefeito. E eu me elegi vereador. No MDB, o mais votado foi o Ely Corrêa, do Parque dos Anjos. Em segundo lugar fui eu e em terceiro lugar reelegeu-se o Cláudio Barcelos. Eu era um guri. Eu me elegi mais porque era sobrinho do Dorival; era um menino.

Eu fui vereador no único mandato que não teve remuneração. Antes de mim os vereadores receberam, e depois de mim os vereadores também receberam. Nos quatro anos que eu fui vereador, eu não recebi nada. Os militares entendiam que os vereadores tinham que fazer isso como uma doação à comunidade. Isso foi de sessenta e nove a setenta e dois. E também não podia afastar-se do trabalho para exercer a vereança; apenas no momento da reunião. Como eu já era funcionário concursado da Prefeitura, lá trabalhava e exercia o mandato de vereador ao mesmo tempo. Eu era o vereador mais combativo da oposição, lá na Câmara, porque eu conhecia bem a Prefeitura. Não havia nada em especial na administração que merecesse uma oposição; eu apenas fiscalizava. Quando alguma coisa não era correta, alguma coisa não estava bem de acordo com a ética ou com o interesse público, eu sempre denunciava. Eu me lembro que uma vez foi aprovado um pequeno loteamento, e era tão pequeno que não reservaram área pública. Eu imediatamente requeri que o proprietário tivesse que fornecer um terreno para a prefeitura. A Prefeitura acabou recebendo um terreno desse proprietário, que não tendo mais no loteamento para dar, acabou cedendo em outra área para compensar. Mas o Prefeito Lídio se acertava muito comigo. Tanto é que quando eu estava na Prefeitura como funcionário, ele sempre me chamava para me dar missões

especiais, como, por exemplo, o projeto que criou os departamentos da Prefeitura, até então inexistentes. Apresentei a ele um anteprojeto com estrutura administrativa formada por secretarias. E ele disse: ‘Não. Quem manda na Prefeitura sou eu. Quero diretores para executar, não secretários para querer mandar.’ E mudei então para diretorias, e não houve secretários, só no próximo mandato. Eu também criei o Departamento de Pessoal, que não tinha. Assinamos as carteiras dos funcionários, pagamos décimo terceiro. Montamos também um sistema contábil modelo na Prefeitura, com a orientação de um técnico do Tribunal de Contas. Todas essas inovações no governo do Lídio, eu executava como missões que ele incumbia pessoalmente. Havia assessores dele que não me aceitavam, porque achavam que eu era espião da oposição, mas ele confiava muito em mim. Tanto que quando o Dorival voltou a se eleger, ele não se harmonizava com o Dorival, pois eram opositores um ao outro. Então o seu Lídio me pediu para ser o intermediário nas negociações para a transição do seu governo para o segundo governo do Dorival, porque eu conseguia dialogar com os dois. E quando o Dorival concorreu a prefeito, de novo, eu ia concorrer à reeleição para vereador. Foi quando surgiu a liderança do Edir, que veio da política estudantil, tendo sido presidente da AGES, e quis concorrer a vereador. Dei o lugar a ele. Aí o Dorival se elegeu novamente prefeito, e assumiu a partir de setenta e três, e o Edir assumiu como vereador. E eu segui como secretário do Dorival. Ele quis montar uma prefeitura que tivesse assessoramento qualificado, e não como na primeira vez que faltou. Eu recebi a missão dele de criar as secretarias. Foi reestruturada a administração municipal e criadas as secretarias. A principal secretaria criada como inovação foi a Secretaria de Educação. Ele me incumbiu de convidar para Secretário da Educação, um homem que na época era considerado, talvez, o mais inteligente de Gravataí, o intelectual mais preparado da cidade, que era o professor Nicolau Chiavaro Neto. Aquela escola ao lado da igreja chama-se Escola Nicolau Chiavaro Neto. E ele tinha fundado uma porção de entidades importantes aqui, inclusive o grupo escoteiro. Era um homem de grande atuação na comunidade, e reconhecido como capaz e correto. Ele foi meu professor, e depois me colocou como professor de Matemática no curso de Contabilidade do qual era diretor. Trabalhávamos juntos na Igreja em cursos de noivos. O Dorival me pediu que convidasse o Nicolau para ser Secretário de Educação. Ele ficou surpreso. Demorou a aceitar. Conversamos bastante tempo. Ele me interrogou bastante. E depois, no outro dia, ele me disse que aceitava. Ele ficou secretário os quatro anos com o Dorival. Montou a Secretaria, fez uma excelente gestão. Além do mais ele era psicólogo. Ele deu um atendimento especial

às professoras. Criou curso de titulação para as professoras. Aquelas que estavam muito longe de poder concluir um curso de Magistério, ele dava cursos de preparação para o Magistério, porque havia algumas que não tinham o Primeiro Grau. Então, ele teve essa empatia com a classe de professores. E ele trazia os professores para a Secretaria. Ele visitava as escolas. Inclusive, para incentivá-las a participar dos cursos, ele trocava ideias comigo, porque eu preparava os projetos de lei, como secretário de governo, e tive que fazer projetos aumentando o salário das professoras que frequentassem esses cursos. Praticamente todas elas, a não ser aquelas que estavam se aposentando, fizeram esses cursos e se preparavam. E ele montou uma equipe de assessoria de bom nível. Ao criar a Secretaria de Educação onde não existia, foi aberto um precedente. A partir dali assumiram os sucessores do professor Nicolau, numa secretaria que ele deixou moldada. Ele foi secretário nos quatro anos do Dorival e depois nos quatro anos seguintes do Ely Corrêa. Aí o Ely Corrêa teve dois anos de prorrogação do mandato, mas o professor Nicolau me disse: “Amilton, dois mandatos bastam para mim e para o município.” Depois de oito anos como secretário ele saiu e foi lecionar na PUC.

Foram criadas as secretarias de Obras, de Serviços Urbanos, da Fazenda, de Administração. E depois, em segunda etapa foi criada a Secretaria de Planejamento, porque na época havia no Governo Federal essa ideia de que era necessário haver planejamento, que o país não tinha. E o Governo Federal criou o Ministério do Planejamento. E as prefeituras todas criaram Secretarias de Planejamento. Então, nós também seguimos a moda, e criamos uma Secretaria de Planejamento. E ninguém estava preparado para isso. O Edir, que tinha se eleito como vereador mais votado, assumiu essa Secretaria do Planejamento. E ficou no restante do mandato do Dorival. Depois ficou seis anos com o Ely Corrêa.”

Solicitado para fazer um balanço da administração do prefeito Dorival, ele respondeu:

Foram bem diferentes os dois mandatos. O primeiro mandato, ele exerceu praticamente do mesmo modo que exerceram os prefeitos que ele substituiu, e o que substituiu depois, do outro partido. A maior diferença dos anteriores foi que houve mais interesse no atendimento às pessoas carentes e a busca da industrialização. A diferença do Dorival como pessoa é que ele era acessível a todos e tinha um carisma muito grande. Ele andava na rua e as pessoas o atacavam. Ele não conseguia caminhar sozinho. Sempre havia um bando de pessoas em torno. Conversava com as pessoas em todos os lugares. E mesmo os adversários diziam assim: ‘A gente pode ser adversário do Dorival, mas não se consegue ser inimigo.’

Então, o primeiro governo poderia se dizer que foi sem brilho, ainda que tenha sido excelente no tocante à industrialização de Gravataí. Essa parte foi importantíssima. Mas, quanto ao restante, ele não tinha recursos próprios, e nem recebeu apoio, porque os governos estaduais e federais eram oposição, que estavam querendo prendê-lo e não ajudá-lo. E, no segundo mandato, ele fez uma administração mais técnica, porque ele já conhecia melhor o serviço público. Ele montou as secretarias e se cercou de assessores de bom nível. Ele plasmou uma prefeitura administrativa, porque antes dele a prefeitura era o prefeito e alguns funcionários abnegados, que faziam o que podiam. Tinha lá um zelador do cemitério que marcava os túmulos a passo. Era assim um atendimento mais intuitivo. E no segundo mandato ele transformou a prefeitura em órgão técnico-profissional, com uma administração empresarial.

Durante o governo do Dorival, houve gente que quis usar da ditadura (principalmente no primeiro mandato) para tirar vantagem política. Ou seja, pessoas que procuravam os militares, para que tirassem o Dorival do governo, para poder assumir no lugar dele. Mas, como nunca acharam nada que justificasse a saída dele, e ele tinha muita aceitação popular, preferiram não mexer. É que o Dorival não oferecia perigo expressivo a eles, porque não era um homem revolucionário, que exercesse uma atuação política ideológica, que tentasse levar as pessoas a revoltar-se. Não. Ele era uma pessoa que se preocupava apenas em administrar como um síndico o seu município. Mesmo assim ele foi preso. A Delegacia de Polícia, em Gravataí, não dispunha de uma cela para prisões provisórias. Então, o Dorival construiu uma cela no fundo da Delegacia, como um anexo. Era uma mini-cadeia, que Dorival construiu e ele mesmo inaugurou, preso por um dia.”

E sobre a emancipação de Cachoeirinha ele recorda que foi durante esse período.

“O Dorival foi prefeito de sessenta e quatro a sessenta e sete. E Cachoeirinha se emancipou em sessenta e seis. Um dos líderes da emancipação foi o próprio vice dele, que era o Rui Teixeira. Foi um dos que liderou a emancipação porque tiveram outros com atuação muito importante lá. Não vou citar uns, pra não deixar de citar outros. Mas tem, por exemplo, o Padre Jeremias, que é falecido, que a gente pode citar.

Esse fato não foi grave para Gravataí, porque Cachoeirinha, na época que se emancipou, era como um filho que não tem emprego, que depende do pai para sobreviver. Tinha lá como indústria, a Ritter e pouco mais do que isso. Então, era uma região que era deficitária. E era pesado para Gravataí manter. Assim, em termos econômicos, Gravataí não perdeu muito. Cachoeirinha desenvolveu-se e hoje

está desenvolvida. Hoje, em um importante distrito industrial e uma economia forte. Mas, na época Cachoeirinha não representava um distrito que desse lucro para Gravataí. Depois do Dorival veio o prefeito Lídio Peixoto, que era do partido conservador. Ele conseguiu se eleger em Gravataí com os votos da cidade e da zona rural. No governo do Lídio, o partido que assumiu o governo tinha interesse que as vilas não ficassem com Gravataí. Eles entregaram mais um pedaço de Gravataí para Cachoeirinha extra oficialmente, o que fixou os limites como está hoje. Para separar Cachoeirinha, foi fixada a divisa, conforme o plebiscito, no arroio que fica lá embaixo, bem depois de onde hoje está o shopping center, lá no final da lomba. Lá que era o limite do distrito, que começava naquele arroio e ia até a ponte. Foi trazida a divisa, através da lei estadual de emancipação, para a estrada que hoje se chama Avenida Marechal Rondon, entre a Morada do Vale e a Vista Alegre. Pois bem, essa estrada, ela seguia até o rio, passando exatamente ao lado, colada ao shopping. No governo do seu Lídio Peixoto, eles trouxeram a divisa várias ruas para cá, na Rua das Oliveiras. Não é da minha família, acho que é da árvore oliveira. Porque quanto mais gente das vilas passasse para Cachoeirinha, menos pessoas para votar no MDB. Então foi feito isso. Na época eu estava na prefeitura. Eu tive que pegar todo o cadastro dos contribuintes que moravam naquela região, separar, fazer um pacote, e levar para Cachoeirinha. Não era uma área muito grande. Seria umas dez, doze quadras. Era um bairro de umas mil pessoas na época. Hoje bem mais.

Depois o Dorival conseguiu eleger o seu vice, o Ely Corrêa, pelo MDB. Ely ficou seis anos: eleito para quatro e prorrogado por mais dois. Era natural do Parque dos Anjos. Hoje a avenida principal do Parque dos Anjos se chama Ely Corrêa. Nos últimos dois anos, ele dizia assim: 'Agora eu sou prefeito biônico, porque prefeito eleito eu fui quatro anos.' O período do Ely foi uma boa continuação do governo do Dorival. Ele era mais sóbrio, no sentido de cuidar mais da parte econômica da prefeitura. Ele construiu coisas importantes em Gravataí, mesmo sem recursos. Eu dou um exemplo: nessa época não existia em Gravataí nenhuma área coberta para se praticar esporte. Jogava-se futebol de salão, à noite, em quadras abertas, se o tempo estivesse bom. E havia campeonatos que dependia do tempo. O Ely Corrêa fez um bom plano de construção de um belíssimo ginásio de esportes em Gravataí e o governo militar não deu um centavo. Mesmo assim ele não desistiu, e simplificou o projeto e fez um ginásio, que está até hoje ali; o Aldeião. Muito simples, porque era o que a Prefeitura tinha dinheiro para fazer. Foi feito com recursos exclusivamente da prefeitura. E assim muita coisa na época dele

foi feita. Gravataí muito deve ao Ely Corrêa, que fez um governo sem nenhuma perseguição política, porque ele era um homem afável e ele não sabia perseguir ninguém. Ele se dava bem com todos, tratava bem a todos. Era um cavalheiro, um *gentleman*. Foi um excelente Prefeito e uma pessoa muito bem quista na cidade. E depois ele elegeu o vice dele também, que era o Abílio, que ficou quatro anos e mais dois também. Eu fiquei como secretário do Abílio só o primeiro ano. Eu era Secretário de governo e de administração. Muitas vezes somava. Fiquei o final do primeiro mandato do Dorival, depois todos os quatro anos do Dorival, a seguir os seis anos do Ely Corrêa. E depois eu disse: 'Agora, como o Nicolau havia encerrado nos quatro anos do Ely Corrêa, eu queria encerrar nos seis anos do Ely Corrêa. Mas aí disseram: "Vão pensar que os Oliveira romperam com o Abílio. Então, tu tens que aceitar uma secretaria.' Eu disse: 'Está bem, aceito. Mas eu não quero mais secretaria de governo. Quero de Administração, e quero meu gabinete no fundo da Prefeitura, porque eu vou ficar pouco tempo.' Fiquei um ano. Saí ('fui saído') porque houve um rompimento conflituoso entre o Abílio, os que o apoiavam, e o Dorival, os demais familiares dele.

O Dorival, nessa época, era Deputado Estadual e depois se reelegeu. E aí na metade do segundo mandato ele sofreu um acidente e morreu. O Abílio era o Prefeito. Mas, antes dele morrer, houve esse rompimento, embora o Abílio tivesse se elegido com o apoio do Dorival e de seus partidários. O Abílio quis que o vice fosse o filho mais velho do Dorival, mas o Dorival não queria que fosse. Assim como ele achou difícil me nomear secretário no primeiro mandato, ele também achava ruim colocar o filho dele de candidato à vice. Inclusive o candidato dele e de muitos outros do partido era a Mercedes, que era uma vereadora, professora, que foi Presidente da Câmara, e que tinha um carisma muito bom. Ela seria uma ótima candidata a vice. Naquela época começaram as mulheres a ocupar cargos políticos. Então, era uma boa ideia ter como vice, uma mulher. Não dava ainda para ser candidata à prefeita, uma mulher, mas pelo menos a vice já dava. Então, seria a Mercedes de vice e o Abílio de candidato a prefeito. Porém, o Abílio estava inseguro e com medo de ficar com pouco apoio. E exigiu que o vice fosse o filho mais velho do Dorival. Chama-se Laerte Marta de Oliveira. E isso só foi definido no dia da convenção, porque de regra a convenção só acontece quando já está tudo resolvido. Mas até o dia da convenção ainda continuava a Mercedes de candidata à vice e o Abílio dizendo: 'Se o Laerte não for o meu vice, eu retiro a minha candidatura.' E nós não podíamos aceitar que ele retirasse a candidatura, porque durante dois anos nós havíamos preparada a candidatura dele. E nós não tínhamos outra pessoa, nós ficamos dois anos investindo só

nele. Então, o Laerte foi o vice dele. Ficou um ano assim. Mas, no final desse ano, os adeptos do Abílio, que não tinham tradição na política, estavam chegando, acharam que não dava para estar repartindo o poder, porque embora o Dorival fosse deputado, e os seus parentes e apoiadores não tivessem cargos eletivos, mas eles tinham muita força política, e acabavam tendo uma influência grande demais na prefeitura. Então romperam e tiraram todos os apoiadores do Dorival da prefeitura. E até fizeram uma festa, pois estavam assumindo a prefeitura sozinhos. Alguns secretários que então assumiram, nem sequer haviam votado no Abílio, e outros nem sequer moravam em Gravataí quando o Abílio concorreu. Ele montou uma equipe nova, com jovens secretários, uns rapazes, que ele chamava, brincando, de ‘Os Menudos.’ Na época, era moda um grupo musical de gurizões com esse nome. Ele ficou cinco anos rompido. E aí não conseguiu eleger o sucessor. Aí foi eleito o José Mota do PDT: José Mariano da Silva Mota.

O Abílio era proprietário de um posto de gasolina na Morungava. O pai dele foi político, mas ele não. Mas ele era muito bem quisto lá, porque ele era aquele proprietário simples, que ajudava até a abastecer os carros, servia cafezinho para os motoristas e até ganhou prêmios de bom atendimento. E quando o Ely Corrêa foi candidato a Prefeito, nós queríamos um vice que somasse. Nós tentamos primeiro um vice das vilas, porque o Ely Corrêa é mais aqui do centro. Até a família dele era mais dos partidos conservadores. Como nós não conseguimos um bom nome, pensamos: ‘Bom, esse nome lá da Morungava também serve, porque ele é bem popular, assim, de usar as calças arremangadas e andar de chinelo e tal. Ele é bem popular.’ Mas ele dizia não querer ser político. Então foi o Dorival, o Ely Corrêa e eu, com o deputado Pedro Simon, nós fomos na casa do Abílio para pressioná-lo e ele então aceitou. Mas aí adversários espalhavam o boato na cidade, porque ele não se engajava na política, de que ele não tinha aceitado com convicção, que ele ia desistir. Aí ele se irritou com aquilo e foi a uma reunião e disse: ‘Pois bem! Se estão dizendo que eu vou desistir, agora é que não desisto mais. Eu estava dando um boi para não entrar; mas agora eu dou uma boiada para não sair.’ E ficou e se elegeu vice. E no primeiro ano ele ficou lá no posto, cuidando do posto, e não veio na Prefeitura. Mas aí um dia um jornalista, chamado José Carlos Rocha passou lá e disse assim: ‘Se eu fosse vice, eu não estaria abastecendo carros, eu estaria lá na Prefeitura ajudando a governar.’ Pois o Abílio veio na prefeitura e pediu um cargo. Ocupou inicialmente a Secretaria de Agricultura.

Depois, no final do governo do Abílio, o candidato dele não ganhou a eleição, que foi o Ely Corrêa outra vez. Concorreu de novo, tentando unir as partes partidas

do partido, mas não conseguiu. Aí ganhou o PDT, com o seu José Mota, que era um homem extremamente simples, sapateiro. Consertava sapato. Frequentava campos de futebol e bares nas vilas, e tinha um pensamento socialista. Falava errado, mas ele tinha entendimento das questões sociais. E foi um bom prefeito. Mas ele teve alguns problemas. Ele não conseguiu o apoio da maioria da Câmara de Vereadores. E ele acabou não dando importância a isso. E não cedeu nada aos vereadores que não tinham muita ligação com o seu governo. Ele tentou montar uma equipe de governo e colocou os vereadores que não tinham se eleito, porque ele prometeu isso na campanha: 'Quem se eleger vereador assume na Câmara. Quem não se eleger vereador, vai compor a equipe de governo na prefeitura comigo.' E assim ele conseguiu bastante gente que trabalhasse para ele, porque ele não tinha muito recurso para campanha. Foi uma campanha pobre. Assim como ele prometeu, ele cumpriu. O Seu Mota era um homem muito decente. Assim ele assumiu a prefeitura e colocou os que não se elegeram como secretários. E não conseguia colocar assessores de nível, porque ele tentava melhorar o salário dos assessores, e os vereadores não votavam. Votavam contra o aumento. E eu perguntei para Vereadores: 'Por que vocês não aprovam? Olha, os secretários tão ganhando muito pouco. Estão ganhando metade do que ganha um vereador. E o vereador atua uma vez por semana. E o secretário tem que estar lá a semana inteira trabalhando.' E eles diziam assim: 'Não. Porque secretário do Mota é cargo de consolação.' No governo do Mota é que iniciou a assistência à saúde pelo Município. O SUS foi criado na Constituição de outubro de oitenta e oito. O Mota assumiu em janeiro de oitenta e nove, logo depois que saiu a Constituição. E na Constituição dizia que a saúde tinha que ser tocada pelas prefeituras. Até então as prefeituras não faziam nada na área de saúde, só na assistência social. E quando o Mota assumiu a prefeitura, ele assumiu a missão de implantar o serviço de saúde. Ele criou uns nove postos de saúde pelos bairros. Enviou para a Câmara um projeto criando a Secretaria de Saúde. E a Câmara não aprovou. Foi uma injustiça, porque ao Prefeito que teve a incumbência de implantar a assistência em saúde municipal em Gravataí, não lhe foi permitido que criasse a Secretaria Municipal da Saúde. Os vereadores não aprovaram, porque não tinham um bom relacionamento com o prefeito. O prefeito Mota, da esquerda do PDT, era autenticamente o tipo popular politizado. Tinha o apelido de Galã, talvez até um pouco irônico. Ele usava um Chevette, velho e sujo, que o porta-malas era amarrado com um fio elétrico para não abrir. E ele dizia que, já que ele tinha aquele carro antes de ser prefeito, ele não quis trocar durante o tempo que ele foi prefeito, pois continuava a mesma pessoa. Claro, a Prefeitura

tinha um carro melhor para uso do prefeito, mas o carro particular dele era um chevettino bem velho, bem estragado, amarrado com um arame. Inclusive na campanha, ele chegou a fazer (parece que foi alguém da assessoria dele que teve a ideia) uma ‘carreata’ com carroças, ao invés de automóveis. Não foi uma boa ideia. Nada contra os carroceiros, mas não deve ter somado nada na campanha, pois não era no segmento mais popular que ele precisava buscar votos.

Mota trouxe alguns assessores do partido de Porto Alegre para qualificar, porque o PDT de Gravataí não tinha quadros qualificados suficiente ao assumir a Prefeitura. O deputado Carlos Araújo, ex-guerrilheiro, mas mandou assessores dele para cá. Inclusive a Claudinha Hoffmeister, nomeada Secretária da Fazenda, que por acaso era parente do deputado Alfredo Hoffmeister da ARENA. E alguns desses que vieram para cá, depois foram para o PT, porque eram bem de esquerda, socialistas. E ele fez um governo assim. Mas não foi um governo técnico. A cidade não ficou muito limpa. As praças não eram bem cuidadas. Havia tonéis de lixo nas praças. Na entrada da cidade, onde tinha uma área que havia sido desapropriada pelo Ely Corrêa, para construir uma praça na entrada da cidade, o hoje Parcão, ele ali fez um depósito de sucata para ajudar os necessitados. Era uma obra social importante, mas podia ter sido feita num outro lugar mais adequado. Tanto que a primeira coisa que o Edir fez ao assumir foi retirar aquele depósito de sucata da entrada da cidade, e transformar aquilo ali numa área verde.

Naquele racha que houve no seu governo, Abílio se indispôs com boa parte do seu partido, que nessa altura já usava a sigla PMDB. Quando terminou o mandato do Abílio, o PMDB virou as costas para ele. Vereadores do PMDB criticavam publicamente o Abílio. Ele então passou para o PTB. O PTB havia sido criado em Gravataí por radialistas por causa da popularidade do Zambiasi, seu colega de profissão. Abílio foi para o PTB antes do término do mandato do seu sucessor, o Mota. Mas aí então o Abílio quis voltar. Ele tinha perdido a eleição para o seu sucessor. Tem governante que acha que não elegendo sucessor fica mais fácil de voltar depois de quatro anos, como oposição. Então ele perdeu a eleição, mas quatro anos depois ele quis voltar, e concorreu a Prefeito. O Abílio não era muito teórico em termos de campanha. Na campanha para vice ele não participou quase, e a campanha de prefeito ele foi meio de carona. O partido é que fez a campanha, pois ele não tinha muita experiência nessa organização. Então, ele precisava de alguém que tivesse experiência. Aí ele procurou o Edir, com quem ele estava rompido, e se acertaram. Ele convidou o Edir para ser vice, porque o Edir não tinha mais espaço dentro do PMDB também. Eles tiraram do PMDB o espaço do Abílio e o espaço

do Edir também, que estava sendo assim, uma espécie de sucessor do Dorival, que já tinha falecido num acidente. E o Edir então acabou aceitando ser vice do Abílio. E assinou ficha, inscrição no PTB, e foi o candidato a vice do Abílio. Só que aconteceu que o Abílio estava com dificuldades para registrar a candidatura, não embalou a campanha e acabou desistindo um mês antes da eleição. Eles acharam que o partido deveria apoiar um dos outros candidatos que estavam concorrendo. Mas eu entendi e mais alguns poucos entenderam que o Edir deveria concorrer, embora com muito pouco tempo para fazer uma campanha. E ele concorreu. Nós lançamos a candidatura dele na Semana da Pátria. Fizemos quatro semanas de campanha, e ele se elegeu praticamente sem mensagem, porque não deu muito tempo. Começamos com o *slogan* 'Agora Edir é Abílio. Abílio é Edir.' E depois, na segunda semana, nós tentamos mostrar que o Edir tinha competência para substituir um candidato assim, de última hora. Então mostramos o que ele tinha feito na carreira dele como vereador, como Secretário de Planejamento, que ele foi em dois mandatos e um período de outro. E na terceira semana, nós apresentamos um programa de governo, para mostrar que ele tinha ideias, embora não houvesse tempo de divulgar esse programa. E na última semana nós conseguimos que o Correio do Povo fizesse uma pesquisa em Gravataí, porque havia um jornal que apoiava uma candidatura, a do Bordignon, do PT, e pelo jeito, nas pesquisas o Bordignon ia ser o candidato eleito. Era a primeira vez que se trabalhava com pesquisas. Mas aí, na última semana, eu tanto insisti nos jornais da Capital, na Zero Hora eu não consegui sucesso, mas no Correio do Povo, eu consegui com que eles viessem.

A campanha foi então de quatro momentos, de menos de uma semana cada um. Em etapas assim: 'O Abílio agora é o Edir', 'O Edir tem capacidade para o cargo', "O Edir tem um plano de governo" e, finalmente, "O Edir vai ganhar" usando a pesquisa com o Edir na frente que o Correio do Povo fez e publicou na capa na semana da eleição.

O principal adversário dele era o Bordignon, que era o candidato do PT, que vinha como novidade, que não tinha exercido ainda um cargo. E tinha o candidato do PDT, que era o Amaro, indicado pelo prefeito Mota. E também o Marco Alba, que hoje é deputado e secretário, que era candidato a prefeito pelo PMDB. E mais um empresário que era candidato pelo PFL, o Rubem Möller. Enfim, candidatos fortes. Mas o candidato da situação, em que pese a máquina da prefeitura, não polarizou. Quem disputou a prefeitura foi o Edir e o Bordignon, do PT. E o Edir ganhou do Bordignon nessa última semana, quando dado o resultado da pesquisa

insuspeita. Então os indecisos se alinharam: ‘Bom, já que o Edir vai ganhar, então vamos votar nele.’

Nessa altura eu devo dizer que sou irmão dele, o ajudei na campanha e no seu governo, mas não temos a mesma cabeça. Em Gravataí muitos acham, e dizem e escrevem que eu sou o mentor do Edir. Mas, na verdade, nós temos personalidades diferentes. E ele tem prioridades diferentes das minhas. E maneiras de administrar diferentes. E a gente tem que respeitar a peculiaridade e a personalidade um do outro. Eu sempre assessorei a ele, como secretário, quando ele foi prefeito, porém, muitas coisas que ele fez, eu não concordava. E muita coisa que eu gostaria que fosse feito, ele não concordou, e não fez. Então, não se pode dizer que eu tenha administrado por ele. A administração foi do Edir. Apesar de suspeito, por ser irmão, eu digo que foi um governo exemplar. Nós fizemos muito por Gravataí. Ele duplicou os acessos da cidade. Essa rua que a senhora conhece para chegar em Gravataí, que sobe em frente à Casa dos Açores, esta rua era estreitinha, cabiam dois carros e o acostamento era uns valos cavados pela chuva. Ele a duplicou e acanteirou. Ele deu novo aspecto urbano à cidade. Adquiriu a usina de asfalto. A coleta do lixo era feita em tombadeira, em caixa aberta, que saía perdendo lixo pelo caminho. Ele implantou a coleta de lixo com caminhões compactadores, com profissionais da área. A coleta de lixo passou a ser feita diariamente em toda a zona urbana do centro, e na maioria das vilas, com coleta alternada nas outras, mas em todos os lugares. Implantou iluminação com pétalas nos acessos. Ele construiu um cine-teatro, que deixou quase pronto, porque na época se imaginava a possibilidade dele repetir mais quatro anos. Então ele deixou algumas obras inacabadas, como o cine-teatro, a Praça do Parcão, ali naquele local onde tinha o tal depósito de sucata. Ele chegou a contratar uma empresa, para fazer o lago, os canteiros, os passeios calçados. Isso tudo ele deixou iniciado. E muita coisa pronta. Para o prédio próprio do Santa Rita de Cássia, um colégio de alto nível, deixou recurso para construí-lo todo. Criou a Secretaria da Saúde, a Fundação de Cultura e a de Meio Ambiente, a Guarda Municipal, o IPAG e por aí vai. Cada vez que ele se candidata, que se quer listar as realizações dele como prefeito, dá páginas e páginas, e a gente não sabe o que cortar e o que colocar.”

Indagado sobre as razões que teriam levado Edir a não mais voltar à prefeitura, o depoente afirma:

“No último ano do mandato do Edir, a possibilidade de reeleição foi transferida para o prefeito seguinte. Edir perdeu a prefeitura, e o PT ganhou, porque o Edir teve um fracasso político muito grande. Ele não soube construir um partido político que o apoiasse. Ele foi prefeito de um partido que pertencia ao Abílio.

Havia um rompimento entre eles. Esse acordo para concorrerem juntos foi feito entre os dois, não foi feito entre os militantes. Se os presidentes do Grêmio e do Inter combinarem um acordo, os gremistas e os colorados não vão aceitar. Então ele não conseguiu formar um partido em torno de si. Ele dedicou os quatro anos a governar, a administrar. Agora, se ao invés de administrar a cidade, ficasse quatro anos trabalhando politicamente, construindo um partido que lhe apoiasse, comprando apoios, ele teria conseguido votos para eleger um sucessor e depois voltar à prefeitura.

Eu considero que a maior obra do governo do Edir foi a conquista da GM. Ela estava certa que ia para Guaíba, e nós conseguimos reverter. Eu trabalhei noite e dia durante um grande período e o Edir também, principalmente ele. Como Prefeito, teve uma liderança e um conhecimento muito grande nesse trabalho. Nós conseguimos mudar essa situação e trazer a GM para Gravataí. Acertamos tudo no governo do Edir. Tanto que no dia que o Bordignon foi diplomado como prefeito eleito pela Justiça Eleitoral, ele compareceu na cerimônia atrasado, porque acompanhou o Edir numa audiência com a direção da GM. O Edir foi apresentar o Bordignon para a GM, dizendo assim: 'Esse é o prefeito que vai assumir e para quem vocês vão dar a notícia de que vão instalar a GM em Gravataí.' Porque eles já tinham acertado com o Edir que eles viriam pra cá. Então eles disseram: 'Muito prazer, Bordignon.' O Edir entregou o governo no dia primeiro de janeiro, e instalaram a GM em março. Então Gravataí cresceu muito desse tempo para cá. Muito. Em termos econômicos e populacionais, Gravataí cresceu bastante. Gravataí hoje não é como quando eu vim para cá. Alguns poucos sabiam que existia Gravataí. E me perguntavam assim: 'Aonde é que tu moras?' E eu dizia: 'Em Gravataí.' 'Que Gravataí?' 'É aquele lugar que a gente passa quando vai para a praia, que tem umas curvinhas numas pracinhas.' Hoje Gravataí é conhecida como uma cidade desenvolvida, uma cidade industrial, porque Gravataí cresceu, virou quase uma metrópole. Gravataí economicamente é muito importante. E, em população, Gravataí cresceu muito."

Amilton atuou na prefeitura até o primeiro ano do governo do PT. Aí se aposentou. Ao finalizar seu depoimento, agradeceu pela oportunidade de registrar parte de suas memórias como fonte para a história de Gravataí: Disse ele:

"Eu vivi uma vida dentro da prefeitura, e Gravataí era a minha firma. A minha firma, a vida inteira, foi um município todo. Onde eu estava, eu estava dentro da minha área de trabalho. Eu podia estar em qualquer extremo de Gravataí, que eu olhava e dizia: 'Tem um buraco ali. É preciso consertar.' Porque era o meu local

de trabalho. Então eu tenho muita coisa assim, que eu vi, que eu acompanhei e que eu formei opinião. Algumas corretas, outras, provavelmente equivocadas. Eu gostaria que qualquer administração que assuma Gravataí, que se sinta fazendo parte de uma engrenagem histórica. Antes de nós vieram outros que construíram, e nos cabe continuar essa construção. Colocar mais tijolos nessa obra é a tarefa de cada um nós que more, viva ou trabalhe em Gravataí.”

Como entrevistadora do Sr. Amilton, confesso que colher suas memórias por cerca de cinco horas foi uma oportunidade de registro de lembranças de quem, vindo de minha terra – Santo Antônio da Patrulha – dedica-se a Gravataí, como o município do seu coração. Para ele ofereceu seu trabalho e nele constituiu sua família, criando laços de pertença ao lugar, cujo olhar sobre ele é reconhecido pela Metodologia de História Oral, como fonte de informação aos que desejarem escrever sobre a trajetória da antiga Aldeia dos Anjos. Aliás, foi a terra onde minha família patrulhense – família Maciel, se instalou, quando chegou de Santa Catarina, ainda na formação do Rio Grande do Sul, no distante século XVIII. Na verdade, dois “patrulhenses-gravataíenses” se viram frente a frente, para vislumbrar o passado, fundamento e lastro do tempo presente, cujos alicerces demarcam o futuro, que se espera melhor para todos, quer onde se encontrem: em Gravataí, em Santo Antônio da Patrulha ou além fronteiras.



Vista parcial do centro de Gravataí na década de 1990.

ACOMPANHO A VIDA DE GRAVATAÍ HÁ 83 ANOS...

Cônego Sergio Raupp

Aposentado. Gravataí/RS

Nos anos de 1920, os moradores do interior vinham a cavalo e diziam “vou à Aldeia.” Os daqui a chamavam de vila. Ir à cidade era ir a Porto Alegre. Em Gravataí não havia mais do que meia dúzia de automóveis. O prefeito era chamado de intendente e a prefeitura de intendência. O intendente era Seu Barbosa. Dona Didi, sua esposa, era a diretora do Grupo Escolar que ficava na praça, onde hoje é o prédio Schmidt. Dona Didi era pianista e possuía o único piano da Vila. O pároco era o Seu Vigário. O produto principal era a farinha de mandioca. As atafonas vendiam aos depósitos na vila a farinha grossa. Os depósitos, chamados de tulha, moíam a farinha que era transportada para Porto Alegre pelo rio, nas “gasolinas”, como eram chamadas as lanchas a motor. Numa época, o preço da farinha baixou, chegou a três mil réis, o saco. Um trabalhador da roça talvez devesse trabalhar mais de 10 dias para ganhar três mil réis. O horário de trabalhador era “de sol a sol”, isto é, enquanto durava o dia. Muitos homens usavam a faca ou o revólver à cintura. A partir de 1930, a Era Vargas mudou muita coisa, Gravataí contava com 25 mil habitantes, incluindo Glorinha, Cachoeirinha e Canoas. A “festa do Divino” era a maior festa do ano.

O primeiro nome de Gravataí foi Aldeia dos Anjos e a sua padroeira Nossa Senhora dos Anjos. A melhor explicação para a escolha deste nome, a mim parece, que deve-se aos primeiros padres que para cá vieram para a “cura de almas”; eram franciscanos. Desde os tempos de São Francisco, século XIII, é uma devoção da ordem franciscana. Na planície do pé da cidade de Assis foi construída a capela dedicada à Santa Maria dos Anjos, no terreno que São Francisco ganhou de um mosteiro. Ele chamava esse terreno de porciúncula, isto é porçãozinha. A primitiva capela até hoje encontra-se dentro do grande santuário do mesmo nome, à direita de quem entra. A festa de Nossa Senhora dos Anjos é celebrada aqui no dia 2 de agosto, sendo um feriado municipal.

Raízes de Gravataí



**Famílias,
Histórias de Vida,
Organização
Religiosa e Fé**

VOLUME 2



PARTE 1

FAMÍLIAS



ATÉ A SÉTIMA *STYRPE* HERDEIROS DO COMENDADOR DOMINGOS FAUSTINO CORREIA

Célia Silva Jachemet

*Professora, Especialista em Literatura Brasileira/FAPA,
Mestre em História/UNISINOS, Vice-Presidente da CAERGS. Gravataí/RS*

Domingos Faustino Correia nasceu em 4 de julho de 1790 e foi batizado na Freguesia do Taim (Canudos/RS). Faleceu em 1873 com 82 anos, em Taim. Foi casado com Leonor Mirapalheta (Correia), nascida em 1790. Leonor faleceu em 29 de junho de 1865. Em seu testamento, em maio de 1850, instituiu herdeiros de sua meação, em iguais partes, três dos seus irmãos e um deles sem filhos, deixando de contemplar a dois deles por não serem necessitados e sim abastados em fortuna.

O Comendador, que faleceu oito anos após, em um dos traslados instituiu seus herdeiros universais, por não terem descendentes e nem ascendentes sucessíveis, os filhos de seus sete irmãos ou seus sucessores. O casal não teve geração, mas deixou filhos “enfeitados.”

No seu testamento, Leonor deixou livres, como se livres nascessem, os escravos pretos José [...], Faustino, Paulo e Jonas; todos de Nação e as crioulas Narcisa e Marcolina, “para servirem aos meus enfeitados que criei e eduquei como se filhos”: José Domingos Correia e Manuel Domingos Correia; até que estes escravos completassem a idade de 45 anos. Além disso deixou herança em terras, dinheiro e propriedades a muitas outras pessoas e também a escravos.

O inventário do comendador deu entrada em juízo a 27 de junho de 1874, na Comarca de Rio Grande. Além de deixar 116 casas em Pelotas e Rio Grande e muitas propriedades, léguas e léguas de campos na “Parte Oriental” – Uruguai, o Comendador diz em um trecho do seu testamento:

Querendo proteger e proporcionar meios de honesta subsistência, educação e futuro, às minhas crias e seus descendentes de nomes João e Tito, filhos da parda Justa, Julieta, filha da parda Martha; Francisca e Deolinda, filhas da crioula Dorathea Faustino e pardinhos Eduardo, Hilário e Adolpho, filhos da

crioula Silvana; pardinhas Luísa, Marcelina, Amélia e Luiz, filhos da crioula Eva, deixou aos mesmos usufruto por quatro gerações de meia légua de campo na Lagoa Formosa e uma légua para mais de campo nos Canudos (Taim), com todas as suas benfeitorias, aonde as mesmas crias tem de setecentos a oitocentos animais de crias.

Deixou também propriedades a muitos amigos, no Rio Grande do Sul e no Uruguai. O restante deixou para os sobrinhos, filhos de seus sete irmãos, até a terceira geração, e a um irmão que era padre: Bernardo Francisco Correia.

Encontramos um documento manuscrito entre os livros-tombo antigos da paróquia Nossa Senhora dos Anjos, de Gravataí, que dá conta dessas estirpes e passamos a transcrevê-los. Não fizemos cópia para facilitar a leitura, mas conservamos a grafia do documento.

Cópia do título de herdeiros do Comendador Domingos Faustino Correia, extraída do inventário procedido em 1884 e reconhecida pelo Tribunal: “O Comendador Domingos Faustino Correia legou sua fortuna a sete irmãos, nos quais estabelece sete *styrpes* ou descendências e só poderão habilitar-se os que provarem ser daquelas *styrpes* ou casadas com descendentes delas.”

Os nomes dos irmãos que formam cada *styrpe* :

- 1º. João Faustino Correia
- 2º. Vicente Faustino Correia
- 3º. Cipryana Faustina Correia
- 4º. Andreza Faustina Correia
- 5º. José Faustino Correia
- 6º. Victoria Faustina Correia
- 7º. Izabel Faustina Correia

1ª. **STYRPE**

I – JOÃO FAUSTINO CORREIA, representado por seus filhos: João Faustino Correia casado com Florência Faustino Correia, representado por seus filhos:

- 1º. Joaquim Eugênio Correia
- 2º. Cláudio Benício Faustino Correia
- 3º. José Quintino Faustino Correia
- 4º. Flora Maria Antonia F. Correia

5º. Faustino Francisco Correia

6º. Joaquim Correia de Brum, já falecido e representado por seus filhos

1 – Filéto

2 – João Francisco

3 – Jeronymo Viciano

4 – Carolina

5 – Claudia casada com Joaquim Eugenio Correia (tio).

II – JUSTINO FAUSTINO CORREIA, casado com Clara Faustina Correia, em 1ªs núpcias e em segunda com Flóra Maria Antonia, representado por seus filhos de 1º leito:

1º. Hilário F. Correia

2º. Izaias F. Correia

3º. Flaviano F. Correia

4º. Aguida F. Correia

III – FAUSTINO JOÃO CORREIA, casado com Maria Carolina Correia, representados por seus filhos:

1º. Joaquim Correia Netto

2º. Adelaide Correia

3º. Amélia Correia Lima casada com o Dr. João Fr. Dianna, por seus descendentes

4º. Minervina Correia

5º. Maria Espírito Santo Correia

6º. João Vidal Correia

IV – FELICIDADE FAUSTINA CORREIA casada e viúva de Joaquim Faustino Terra e sua filha única “Martiniana Faustina Correia”.

V – JOSÉ FAUSTINO CORREIA, casado com Felicia Cardozo de Brum, representados por seus filhos:

1º. João Baptista Correia

2º. Joaquim Eusébio Correia, morto, sendo cúmplice sua mulher que fugiu para o Uruguai e deixou dois filhos:

1 – Euzébio

2 – Carolina

VI – JOÃO FAUSTINO CORREIA, casado com D. Cecília Correia da Silveira, representados por seu filho “Manuel Faustino Correia” ou por sua viúva “Maria Isabel Correia” e por seu genro “Manuel de Deus Dias”.

VII – ULADISLAU FAUSTINO CORREIA, casado com Joaquina Terra, representados por seus filhos:

- 1º. João Uladislau Correia
- 2º. João Rieth Correia, casado com Dona Maria Fortunata Terra Correia
- 3º. Uladislau Rieth Correia
- 4º. Franklim Rieth Correia
- 5º. Felisbina Correia de Oliveira

VIII – SERAPHIN FAUSTINO CORREIA, casado com Dona Dorothea Pereira, representados por seus filhos:

- 1º. Seraphin Lourenço Correia
- 2º. Pedro Glicério Correia
- 3º. Alípio Lourenço Correia
- 4º. Propicio Joaquim Correia
- 5º. Martiniana Faustina Correia

2ª. STYRPE

I – VICENTE FAUSTINO CORREIA, representado por seus filhos:

1º. Maximiano Faustino Correia, casado com Maria Joaquina Oliveira, representados por seus filhos:

- 1 – Silvano Faustino Correia
- 2 – Manuel Francisco Correia
- 3 – Leonel Francisco Correia
- 4 – Joaquim José Correia
- 5 – Serafina Correia Ramos
- 6 – Heleodoro Correia
- 7 – Carolina Correia, casada com João Francisco Cardozo

II – BERNARDO FAUSTINO FERREIRA, casado com Rosa Cardozo de Brum, representados por seus filhos:

- 1º. Maria Macedônia Ferreira Correia
- 2º. José Bernardo Ferreira
- 3º. Joaquim Borges Ferreira
- 4º. Anarolina F. Ferreira
- 5º. João Francisco Ferreira
- 6º. Seraphim Pedro Faustino Ferreira

III – JOSÉ FAUSTINO FERREIRA, casado com Maria Cyrila Cardozo de Brum, representados por seus filhos:

- 1º. Cecília Ferreira
- 2º. Maria Francisca Ferreira
- 3º. André Horacio Ferreira
- 4º. João Vicente Ferreira
- 5º. Diamantina Ferreira
- 6º. Etelvina Ferreira
- 7º. José Vicente Ferreira

IV – SERAPHIM FAUSTINO CORREIA, casado com Gregoria Correia, representados por seus filhos:

- 1º. Seraphim dos Anjos Correia
- 2º. Seraphina Brasilicia Correia
- 3º. Simão Faustino Correia
- 4º. Maximiano Ferreira Correia, representado por seus filhos:
 - 1 – Anarolina
 - 2 – Laura, casada com Joaquim Izidoro
 - 3 – Izolina, casada com Silvano Correia
 - 4 – Seraphina
 - 5 – José Francisco
 - 6 – Maximiano

V – CLARA FAUSTINA CORREIA, casada com Justino Faustino Correia representados por seus filhos, já descritos na *styrpe* de “João Faustino Correia”.

VI – MARIA FAUSTINA CORREIA, casada com João Correia Mirapalheta, representados por seus filhos:

- 1º. Clementino Correia Mirapalheta
- 2º. Vicente Correia Mirapalheta

3º. Seraphim Correia Mirapalheta

4º. Maria Francisca Correia Mirapalheta, representada por seus filhos:

1 – Brasilícia

2 – Clementina

3 – Domingos

4 – Marcelina

5 – Cecília

VII – JOAQUINA FAUSTINA CORREIA, casada com Faustino José Correia, representada por seus filhos:

1º. Hippolito Faustino Correia

2º. Joaquim Faustino Correia

3º. Maria Adelaide Correia

4º. Manuel Antonio Correia

5º. José Vicente Correia (já falecido)

6º. Flora Leopoldina Correia, casada com José Correia Mirapalheta, representados por seus filhos:

1 – José Sidonio

2 – João Simão

7º. Maria Carolina Correia

VIII – FLORENCIA FAUSTINA CORREIA, casada com Francisco Faustino Correia, representados por seus filhos já descritos na styrpe de João Francisco Correia.

3ª. STYRPE

I – CIPRIANA FAUSTINA CORREIA, representada por seu filho

1º. JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA, casado com Francisca Oliveira, representado por seus filhos:

1 – Joaquim José Dias de Oliveira

2 – Victorio Pereira Dias

3 – Serafina, casada com Manuel Faustino Dias

4 – Modesto Dias de Oliveira

5 – Maria Ignez, casada com Joaquim Manuel Terra

6 – Maria Zeferina, casada com Antonio Faustino Dias

7 – José Dias de Oliveira, casado com Marcolina Dias de Oliveira

II – LAURINDA DIAS DE OLIVEIRA, casada com Manuel Pereira Duarte, representada por seus filhos:

1º. José de Oliveira Duarte

2º. Justino de Oliveira Duarte

3º. Thomé de Oliveira Duarte

4º. Ivo de Oliveira Duarte

5º. Faustino (já falecido)

III – BERNARDINA DIAS DE OLIVEIRA, casada com José Bernardo da Costa, representados por seus filhos:

1º. Faustino Bernardo da Costa

2º. Manuel Bernardo da Costa, que deixou uma filha: **Maria Bernardo**

3º. Laurinda Bernarda da Costa

4º. Leopoldo Bernardo da Costa, que deixou dois filhos:

1 – José Joaquim da Costa

2 – Eugenia Maria da Costa

IV – VICTORIA DIAS DE OLIVEIRA, casada com José Ignácio Rodrigues, representados por seus filhos:

1º. Manuel Ignácio Rodrigues

2º. Faustino José Rodrigues

3º. Ignácio de Oliveira Rodrigues

4º. Feliciano de Oliveira Rodrigues

5º. Diolanda de Oliveira Rodrigues

6º. Maria de Oliveira Rodrigues

7º. José de Oliveira Rodrigues

8º. Leonidia Rodrigues Pereira, deixando 5 filhos adiante descritos na styrpe de Isabel Faustina Correia.

V – MARIA DIAS DE OLIVEIRA, casada com João Cardozo de Brum, representada por seus filhos:

1º. Joaquim Cardozo de Brum

2º. João Cardozo de Brum

- 3º. Manuel bonifácio Cardozo de Brum
- 4º. Julião Amaro Cardozo de Brum
- 5º. João Damaceno Cardozo de Brum
- 6º. Bernardina Cardozo Gonçalves
- 7º. Fortunata Cardozo Terra
- 8º. André Cardozo de Brum
- 9º. Felicidade Cardozo Álvares
- 10º. Cicília Cardozo Pereira
- 11º. Florência Maria Cyrila, casada com José Faustino Ferreira
- 12º. Rosa Cardozo, casada com Bernardo Faustino Ferreira

VI – MANUEL DIAS DE OLIVEIRA, casada com Diolinda Rodrigues, representado por seus filhos:

- 1º. Leonídia D. Oliveira
- 2º. Leocádia Dias de Oliveira
- 3º. Manuel Maria Dias de Oliveira
- 4º. Felisbina Dias de Oliveira, representada por seus filhos:
 - 1 – Maria celidonia, casada com João Nicermio
 - 2 – Cândida, casada com Manuel Ignácio Rodrigues
 - 3 – Heledora
 - 4 – Diolinda

VII – ISMAEL DIAS DE OLIVEIRA, casado com Maria Ignacia Rodrigues, representado por seus filhos:

- 1º. Saturnino Dias de Oliveira
- 2º. André Acelino Dias de Oliveira
- 3º. Justa Constancia, casada com Felício Francisco Terra
- 4º. Diolinda Dias Terra, casada com Serafim Francisco Terra
- 5º. Sezefredo Dias de Oliveira
- 6º. Seraphim Ismael Dias
- 7º. Manuel Ignácio Dias

VIII – JUSTINA DIAS DE OLIVEIRA, casada com Felício José Rodrigues, representados por seus filhos:

- 1º. Maria Felicia Rodrigues
- 2º. Senhorinha Felicia Rodrigues

- 3º. Ismael Felício Rodrigues
- 4º. Solidonio Felício Rodrigues
- 5º. Clementino Felício Rodrigues
- 6º. Joaquim Felício Rodrigues (já falecido)
- 7º. José Felício Rodrigues

IX – FAUSTINO DIAS DE OLIVEIRA, casado com Feliciano Rodrigues, representados por seus filhos:

- 1º. Joaquina Faustina Dias de Oliveira
- 2º. Manuel Faustino Dias
- 3º. Antonio Faustino Dias
- 4º. José Dias de Oliveira (falecido)
- 5º. Feliciano Dias
- 6º. Domingos Rocha e Silva
- 7º. Maria Faustina Dias
- 8º. Florinda Faustina Dias
- 9º. Joaquim Faustino de Oliveira
- 10º. Aleixandra Dias de Oliveira

X – JOAQUIM DIAS DE OLIVEIRA, casado Joaquina Faustina Pereira, representados por seus filhos:

- 1º. Sipriano Joaquim Pereira
- 2º. José Joaquim Pereira
- 3º. Seraphim Joaquim Pereira

XI – FELICIANO DIAS DE OLIVEIRA, casado com Maria Bernardo da Costa, representados por seus filhos:

- 1º. Clementino Dias de Oliveira
- 2º. Joaquim Dias de Oliveira
- 3º. Demídio Dias de Oliveira

4ª. STYRPE

I – ANDREZA FAUSTINA CORREA,¹ representada por seus filhos:

¹ Esta é a única vez em que aparece grafado CORREA, sem “i”.

1º. Jacintho Dias de Oliveira, casado com Leocádia Correa Mirapalheta, representado por seus filhos: (Digo: não tiveram filhos).

2º. Maria Dias de Oliveira, casada com Manuel Francisco terra, representados por seus filhos:

1 – Felício Francisco Terra

2 – Seraphim Francisco Terra

3 – Andreza Terra Dias, Viúva de Abel Dias

4 – José Rifom Terra

5 – Joaquim Manuel Terra

6 – Jacinto F. Terra, falecido e representado por sua filha Corina.

III – JUSTA DIAS RODRIGUES, casada com Ignácio Rodrigues.

IV – VIRGINIA DA COSTA BEZERRA, casada com Manuel da Costa Bezerra

V – MANUEL MARIA CORREIA MIRAPALHETA

VI – MARTINHO CORREIA MIRAPALHETA, casado em primeiras núpcias com Firmina Correia e em segundas núpcias com Seraphina Miranda, representados por seus filhos:

1º. Lisbela, casada com Hygino Victoriano Nunes

2º. Serafina

3º. Uladislau

4º. João

5º. Anna Maria, casada com André Corrêa² Mirapalheta

6º. Maria Joaquina

7º. Jacintho

8º. Serafhim

9º. Analio

10º. Bernardo

11º. Francelina

12º. Pedro

VII – JOSÉ JACINTHO DIAS, casado com Maria Felicia Rodrigues, representado por seus filhos:

2 Agora aparece CORRÊA – com acento.

- 1º. Felício dias
- 2º. Damacina Dias
- 3º. Leocádia Maria Dias Rodrigues
- 4º. Afra Dias
- 5º. José Celestino Dias

VIII – JOÃO DIAS DE OLIVEIRA, casado com Maria Joaquina, representado por seus filhos:

- 1º. Abel Dias de Oliveira, que deixou 2 filhos:
 - 1 – Clothilde, casada com Protestado Dias da Cunha
 - 2 – Maria Christina
- 2º. Joaquim Dias de Oliveira
- 3º. João Vicinio Dias de Oliveira
- 4º. Justa Heleotheria Dias
- 5º. Protestado Dias de Oliveira
- 6º. Andreza Dias de Oliveira
- 7º. Antonio Dias De Oliveira
- 8º. Maria Leocádia Dias de Oliveira

5ª. STYRPE

JOSÉ FAUSTINO CORREIA, representado por seus filhos:

I – SIMÃO FAUSTINO CORREIA

II – MICHAELA FAUSTINA CORREIA, casada com Manuel Pereira de Ávila, representada por seus filhos:

- 1º. Victoria, casada com Seraphim Ismael Dias
- 2º. Albino de Avila, casado com Anna Maria
- 3º. Balduino Pereira de Ávila
- 4º. Jacintho Pereira de Ávila
- 5º. Maria Francisca, casada com Jorge Joaquim Correia
- 6º. Narcizo
- 7º. Manuel Ignácio
- 8º. Virginio
- 9º. Serafina Pereira de Ávila

10º. Hermelinda Ávila de Aguiar

11º. Delfina pereira de Ávila

III – VICENCIA FAUSTINA CORREIA, casada com Antonio Pereira de Ávila, representados por seus filhos:

1º. Antonio Pereira de Ávila

2º. Umbelina Pereira de Ávila

3º. Dionysia Pereira de Ávila

4º. Joaquina Pereira de Ávila

5º. Serafina pereira de Ávila

6º. Ezequiel Pereira de Ávila

7º. Elias Pereira de Ávila

8º. Justa, falecida, representada por seus filhos:

1 – Marcelina

2 – Justa

3 – Maria antonia

9º. João Baptista Pereira de Ávila

10º. Graciolino Pereira de Ávila

11º. Manuel Pereira de Ávila

12º. Anna Maria, casada com Albino Pereira de Ávila.

IV – ALBINO FAUSTINO CORREIA, casado com Balbina Antunes.

V – JOSÉ FAUSTINO CORREIA, casado com Joaquina Faustina Correia, já descritos na styrpe de Domingos Faustino Correia.

VI – ANTONIO FAUSTINO CORREIA, casado com Maria da Costa, representados por seus filhos:

1º. José Maximiano Faustino Correia

2º. Damaliel Faustino Correia

3º. Clementina Mercedes

4º. Astrogildo Correia

5º. Belmiro F. Correia

6º. Maria Benigna

7º. Gabriela, casada com João Lopes Martino

VII – JOAQUIM FAUSTINO CORREIA, casado em primeiras núpcias com Joaquina Dias de Oliveira e em segundas núpcias com Maria Rodrigues, representados por seus filhos:

- 1º. Cypriano Joaquim Pereira
- 2º. José Joaquim Pereira
- 3º. Seraphim Joaquim Pereira
- 4º. Claro Joaquim Pereira
- 5º. Paulo Avelino Joaquim Pereira
- 6º. Maria Joaquina Pereira
- 7º. Zeferino Joaquim Pereira
- 8º. Lião Joaquim Pereira
- 9º. Antonio Joaquim Pereira
- 10º. Manuel Joaquim Pereira

VIII – FLORENCIA FAUSTINA CORREIA, casada com Ignácio Pereira de Ávila. Filhos:

- 1º. Manuel Pereira de Ávila
- 2º. Clodestino Pereira de Ávila
- 3º. Albina Pereira de Ávila
- 4º. Simplicio Pereira de Ávila
- 5º. Margarida Pereira de Ávila
- 6º. Alexandre Pereira de Ávila, representado por sua mulher Maria Silveira Cardoso
- 7º. Simão Pereira de Ávila
- 8º. Benigna Pereira de Ávila

IX – MARIA FAUSTINA CORREA,³ casada com José Antonio da Porciúncula, representados por seus filhos:

- 1º. Seraphim Antunes, casado com Bernarda Correia
- 2º. Balbina Antunes
- 3º. José Antunes
- 4º. Valirio Antunes
- 5º. Hermelino Antunes

3 Correa.

X – CYPRIANA FAUSTINA CORREIA, casada com José Pereira de Ávila, representados por seus filhos:

1º. Vasco Pereira de Ávila

2º. Leodorinda pereira, casada com Joaquim Gonçalves de Carvalho e representados por seus filhos:

1 – Leônidas

2 – Luiza

3 – Vicência

XI – BERNARDO FAUSTINO CORREIA, casado com Dionysia Pereira, representados por sua filha Bernarda F. Antunes Correia.

6ª. STYRPE

I – VICTORIA FAUSTINA CORREIA, representada por seu filho:

1º. Justino Francisco terra, casado com Maria Correia Mirapalheta, representados por seus filhos:

1 – Manuel Justino Terra

2 – Maria Cecília Terra

3 – José Maria Terra

4 – Maria Benigna Machado

5 – João Francisco Terra

II – MANUEL FRANCISCO TERRA, casado com Maria Dias de Oliveira, já descrita na *styrpe* de Andreza Faustina Correia.

III – JOAQUIM FRANCISCO TERRA, casado com Felicidade Faustina Correia, representado por sua filha Martiniana, já descrita na 1ª styrpe.

IV – FRANCISCO TERRA, casado com Delfina Caetano da Costa, representados por seus filhos:

1º. Maria Th. Terra Diana

2º. José Francisco Terra

3º. Julião J. Terra

4º. Domingos Soriano Terra

5º. Maria Joaquina Terra

6º. Maria do Carmo Terra

7º. Emiliana Dyunisia Terra

8º. Anna Maria Terra

9º. Luiza Joaquina Terra

10º. Maria José Terra, representada por seu marido Feliciano Bernardo Teixeira e por seus filhos:

1 – Ephigenia

2 – João Candido

3 – Clementino Teixeira

4 – Serafim dos Anjos

5 – José Linforozo

6 – Vitalia Alzira

V – JOSÉ FRANCISCO TERRA, Eleotheria Mendonça, representados por seus filhos:

1º. Faustino José Terra

2º. Maria da Gloria Terra

3º. Fermiano José

4º. José Manuel Terra

VI – IZABEL TERRA, casada com Joaquim Silveira Borges, representados por seus filhos:

1º. Joaquim Lima

2º. Seraphim Lima

3º. José Libinio Silveira Lima

4º. Mathias Silveira Lima

VII – LAURIANA TERRA, casada com Manuel Pereira Mirapalheta, representados por seus filhos:

1º. Luiz Correia Mirapalheta

2º. Abel Pereira Mirapalheta

3º. Leocádia Corrreia, casada com Jacintho Dias de Oliveira (4ª. *styrpe*)

VIII – JOAQUINA TERRA, casada com Uadislau Faustino Correia, já descrito na 1ª. *styrpes*.

IX – RAPHAEL FRANCISCO TERRA, casado com Joaquina Pereira, representados por seus filhos:

- 1º. Faustino Francisco Terra
- 2º. Lucinda terra, casada com José Antunes
- 3º. José Maria Francisco Terra
- 4º. Seraphim Francisco Terra
- 5º. Joaquim Francisco Terra
- 6º. Manuel Maria Terra
- 7º. Martiniana terra, casada com José Ramos Piedade
- 8º. Maria Terra de Farias
- 9º. Cecília Terra
- 10º. Pedro Leonel terra (falecido)

7ª. STYRPE

I – IZABEL FAUSTINA CORREIA, representada por seus filhos:

1º. Justino Correia, casado com Joaquina Lopes, representados por seus filhos:

1 – Maria Izabel Correia

2 – Joaquina Correia

3 – Orozimbo Correia

4 – José Ignacio Correia

5 – Amelia Correia de Oliveira

2º. Domingos de Ramos Correia

3º. João Francisco Correia casado com Joaquina Florência Correia

4º. José Correia Mirapalheta

5º. Izabel Correia Mirapalheta

6º. Cecília Correia da Silveira, casada com José Maria da Cunha Silveira

7º. Francisca Correia Lopes, casada com José Antonio Lopes

8º. Martiniana Correia Raimundo, casada com João Custódio de Carvalho, representados por seu filho José Francisco Raymundo.

9º. Joaquina Correia Machado, casada com Ignácio Machado da Costa

10º. Maria Correia terra, casada com Ignácio Rodrigues, representados por seus filhos:

1 – Alipia, casada com Domingos Soriano, representado na 1ª. styrpe

2 – José Ignácio Rodrigues

3 – Leocádia, que deixa um filho: Dr. J. Villas Boas

- 4 – Domingos
- 5 – Carolina Correia
- 6 – Francisco Ignácio Rodrigues

II – FLORENCIO JOSÉ CORREIA, casado com Leonidia Correia, representados por seus filhos:

- 1º. Manuel Francisco Correia
- 2º. Faustino Correia
- 3º. Deolina Correia
- 4º. Maria Joaquina Correia (casada com João Francisco Correia)
- 5º. Cecília Correia.

Estes herdeiros estão descritos no rol de herdeiros descritos no 5º volume do inventário do comendador Domingos Faustino Correia. Trata-se do rol aprovado por sentença dos Tribunais Superiores, elaborado no Juízo de Orfãos da cidade do Rio Grande em 1884. (sic)

À época do testamento, os herdeiros já somavam 365 pessoas, filhos e netos dos sete irmãos do Comendador. Com os casamentos, outros nomes entraram e, nem todos os relacionados têm o sobrenome Correia, como vimos.

Dessa forma, milhares de herdeiros habilitaram-se à herança, durante o final do século XIX e durante todo o século XX. Até hoje, as perguntas sobre o espólio do Comendador enchem as páginas da Internet, vindas de todos os cantos do Brasil e do Uruguai. Basta ter o sobrenome “Corrêa” ou Correia.

Na verdade, o que vimos em documentos traz quase sempre grafado “Corrêa”, mas os documentos originais trazem “Correia”. A monotongação, algo comum nas paroxítonas, pode ter acontecido. Porém não se pode mudar o original em nomes de pessoas.

A CORRIDA ATRÁS DA FORTUNA

A fortuna em terras do Comendador era tão grande que, à época, constituía quase metade do sul do Estado e mais um tanto na parte oriental (Uruguai). A fama do espólio e o sonho da posse de uma grande herança encheu o imaginário dos Correia ou Corrêa e a corrida teve momentos de muita busca. Muitos advogados ganharam com isso, prometendo a supostos ou verdadeiros herdeiros que “ganhariam a questão”, que eram ‘favas contadas’.

Só para citar como exemplo, a minha avó chamava-se Celina Correia de Lima, filha de Leonel Correia que, pelo nome seria um dos herdeiros e tinha (tem) uma grande descendência em Gravataí. Minha avó e muitos outros parentes passaram a vida sonhando com a herança. Alguns chegaram mesmo a fazer árvore genealógica e ir até Rio Grande procurar. Nunca ouvi dizer que alguém tenha ganhado herança nenhuma.

Houve casos de pessoas conhecidas em Gravataí e Glorinha, às quais prefiro preservar-lhes o nome, que até chegaram a vender bens para pagar advogados e ficaram só na ilusão.

O inventário foi definitivamente doado ao Departamento de Biblioteconomia e História da Fundação Universidade do Rio Grande, por decisão do Conselho de Magistratura, em 30 de maio de 2006.

O processo tramitou por 107 anos e é considerado o mais longo de toda a história do judiciário do Brasil. “A memória histórica, que em grande parte diz respeito à Comarca do Rio Grande, será evidentemente preservada.” (Des. Ana Maria Nede Sealzili).

São 500 caixas catalogadas com papéis datados desde o ano de 1874, trazendo assuntos como genealogia das famílias, a história da migração e a formação das diferentes linhagens dos que se dizem descendentes do comendador.

REFERÊNCIAS:

TJRS. Disponível em novembro/2010 [www.tj.rs.gov.br]. Inventário.do.comendador.f Faustino.correia.

BIBIANA PINTO BANDEIRA, DE GRAVATAÍ

Miguel Frederico do Espírito Santo

*Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul,
Jurista e Historiador. Porto Alegre/RS*

Alfredo Varela transpôs para as *Revoluções Cisplatinas* a cena lendária do casamento de Bárbara Vitória Carai com Rafael Pinto Bandeira. Era 1770, nas margens do rio Gravataí:

[...] o leito de noivado do temerário guerrilheiro armou ele com os seus adereços de montaria: os arreios gaúchos, sob o cortinado azul do firmamento, cujas vaporosas gazes envolveram em mistério a confusão no amor.¹

O domínio de Francisco Pinto Bandeira sobre as terras do Guaixim-Sapucaia foi legitimado pela carta de concessão de sesmaria, datada de 15 de maio de 1740, e firmada por D. Luiz de Mascarenhas, governador de São Paulo. Esta paragem já estava convertida em estância quando seu possuidor, desde antes de 1730, e proprietário a partir de 1740, sob as ordens de Cristóvão Pereira de Abreu, em 1736, incorporou-se às tropas portuguesas para a resistência ao exército castelhano que sitiava a Nova Colônia do Sacramento. Francisco Pinto Bandeira formava entre os comandados de Pereira de Abreu, em Rio Grande, quando Silva Pais, vencendo a barra, lá aportou no dia 19 de fevereiro de 1737.

A estância da paragem Guaixim-Sapucaia, que ficou conhecida como estância do Gravataí, com 13.100 ha (treze mil e cem hectares), tinha por divisas: a leste, terras de José da Costa; ao norte, o rio dos Sinos; a oeste, o rio Jacuí e, ao sul, o rio Gravataí.² Na justificativa que embasa o pedido de concessão da sesmaria, Francisco Pinto alega que

1 VARELA, Alfredo. *Revoluções Cisplatinas*. Porto: Lello & Irão, 1915, p. 51.

2 O pesquisador PAULO PONS identificou o traçado das duas antigas estradas que cruzavam seu território “de L-O e N-S, trechos dos roteiros de Tramandaí a Serra do Botucarai e Sapucaia a Porto Alegre/Viamão – atualmente chamadas Santos Ferreira-Inconfidência-Araçá e Nazário (que passava pela atual rua Independência, em São Leopoldo) – estão mantidos parcialmente. A Nazário está interrompida pela Base Aérea. Cruzavam os passos nos rios dos Sinos e Gravataí, onde estavam localizados os portos da estância; eram o Passo do Rio dos Sinos e o Passo do Rio Gravataí (posteriormente chamado Velho e do Curtume, localizado a 500 m (quinhentos metros) do Arroio da Brigadeira.” O município de Canoas está contido na área da antiga estância do Gravataí.

a vinha povoando há mais de dez anos e que tinha mais de mil cabeças de gado vacum e cavalari e que nela fizera benfeitorias como currais, casas e lavouras.

Esses mais de dez anos antes de 1740 coincidem com o ano de 1728, que marca o termo inicial do desencadeamento do processo de povoamento dos campos de Viamão e a intensificação do comércio de gado muar com São Paulo e com o centro do país, na época absorvido pela mineração.

Francisco Pinto Bandeira era tropeiro. Com seu avô materno, Francisco de Brito Peixoto, viera de Laguna para *descobrir as campanhas do Rio Grande e as terras do sul até a Nova Colônia do Sacramento*.

Desde 1728, Francisco Pinto conhecia aquela paragem das margens do rio Gravataí, que ficava nas cercanias do caminho das tropas.

Na estância do Guaixim-Sapucaia foram aproveitados os préstimos dos minuanos. Os minuanos eram os tradicionais fornecedores de couro e gado em pé, muar ou vacum para os portugueses, a datar dos tempos de João de Magalhães. Entre os minuanos transformados em peões de Pinto Bandeira, por sua liderança e capacidade de trabalho distinguiu-se o pai de Bárbara Vitória Carai, que foi, ao longo do tempo, transformado em capataz do estabelecimento. Seu nome: Miguel Carai.

Miguel Carai, meio minuano, meio guarani, era filho de um paraguaio, D. Miguel de Ayala, conhecido como o “Velho Zapata” e da filha de um cacique minuano. O “Velho Zapata” foi encontrado pelos portugueses que faziam o percurso entre Laguna e a Colônia do Sacramento, estabelecido nas margens de um afluente do Cebollati. Em seguida, Miguel de Ayala passou a negociar com os tropeiros e auxiliar os portugueses que atravessavam a banda oriental pelo litoral.

Ayala, o “Velho Zapata”, esteve em Rio Grande, em 1737, com Cristóvão Pereira, no socorro a Silva Pais e na fundação do Presídio. Conjetura-se que Zapata e Francisco Pinto tenham se relacionado nessa ocasião e que o filho de Zapata, Miguel Carai, tenha acompanhado Pinto Bandeira no retorno para a estância do Gravataí.

Francisco Pinto Bandeira permaneceu em Rio Grande, de 1736 a 1741. Em Rio Grande, em 1738, desposou Clara Maria de Oliveira,³ natural da Colônia do Sacramento e em 17 de novembro de 1740 batizou seu filho primogênito, Rafael Pinto Bandeira.

Em 1741 retornou, já afamiliado. Afora Rafael, os demais filhos de Francisco e Clara Maria nasceram na estância do Gravataí e foram batizados na Capela de Viamão: Desidéria Maria, Maurícia Antônia, Mathilde Clara, Evaristo, Felisberto, Vasco e Francisca Antônia.

³ Clara Maria de Oliveira, natural da Colônia do Sacramento era filha de Antônio de Sousa Fernando, natural de Valongo, Porto e de Apolinária de Oliveira, natural de Oliveira dos Azeméis, Porto. Borges Fortes grafa seu nome como Clara Mathilde de Oliveira. Ver: BORGES FORTES, João. *Troncos Seculares*: Rio de Janeiro, 1931, p. 77.

Na estância do Gravataí, Rafael Pinto Bandeira viveu sua meninice e adolescência. De lá saiu para o mundo.

Rafael Pinto Bandeira tinha vinte e um anos quando, em 1761, de sua união com Bárbara Vitória nasceu Bibiana Maria. Na época, o pai de Bárbara já era o encarregado da estância do Gravataí, na qual trabalhara vinte anos como peão. Bárbara Vitória Carai pouco tempo depois não sobreviveu ao parto.

Francisco Pinto Bandeira, o fundador da estância do Gravataí, morreu em Rio Pardo em 15 de junho de 1771. Em 17 de outubro de 1773, também em Rio Pardo, Rafael Pinto Bandeira casou-se com Maria Magdalena, viúva, de etnia guarani.⁴

Bibiana Maria criou-se na casa da estância do Gravataí, ao lado de sua avó Clara Maria de Oliveira e após a reconquista de 1777 transferiu-se com seu pai e sua madrasta Maria Magdalena para Rio Grande. Em Rio Grande, aos vinte e três anos de idade, casou-se, em 1784, com o Alferes de Milícia Antônio Rodrigues Nicola.

O marido de Bibiana Maria Pinto Bandeira era oriundo de família de povoadores da Colônia do Sacramento que se retirou para o Rio Grande. O Alferes Nicola foi batizado em Rio Grande, em 23 de dezembro de 1743, e lá faleceu em 2 de outubro de 1809. Bibiana e Antonio Nicola tiveram nove filhos.

Viúvo e com a filha casada, Rafael Pinto Bandeira casou-se mais uma vez, em 6 de abril de 1788, em Rio Grande, com Josefa Eulália de Azevedo.⁵ Desse consórcio teve duas filhas: Rafaela (1792-1888) e Maria Josefa (1795).

A estância do Gravataí, com a morte de Francisco Pinto Bandeira, em 1771, foi herdada por sua viúva Clara Maria de Oliveira. Rafael Pinto Bandeira, por sua vez, herdou-a da mãe em 1781. Com sua morte em 1795, a estância passou para sua viúva Josefa Eulália de Azevedo e sua filha Rafaela. Josefa Eulália e Rafaela eram referidas por brigadeiras, daí a estância ter passado a ser conhecida como Fazenda da Brigadeira.

A estância do Gravataí fundada no sertão ermo dos campos de Viamão e paragem do Guaixim-Sapucaia, cujas terras foram desbravadas e povoadas por Francisco Pinto Bandeira, foi de onde Rafael Pinto Bandeira saiu para se tornar a maior espada continentina e o primeiro general nascido no Brasil; que foi o berço de Bibiana Maria Pinto Bandeira, em cujas veias corria o sangue minuano, e o refúgio de Josefa Eulália e Rafaela, mãe e filha, sucessoras do Brigadeiro e brigadeiras, *pour cause*, ficava no grande município cuja sede era a Aldeia dos Anjos e foi a matriz da pujante Canoas.

⁴ Maria Magdalena era natural do povo de São Lourenço. Desse casamento não houve descendência.

⁵ Josefa Eulália de Azevedo nasceu na Colônia do Sacramento em 11 de abril de 1763 e morreu em Porto Alegre em 25 de fevereiro de 1850.

DOS AÇORES AO BRASIL MERIDIONAL: UMA VIAGEM NO TEMPO – A SAGA DE UMA FAMÍLIA

Marco Antônio Velho Pereira

Pesquisador e Genealogista. Osório/RS

PRESENÇA DE FAMÍLIAS AÇORIANAS EM GRAVATAÍ

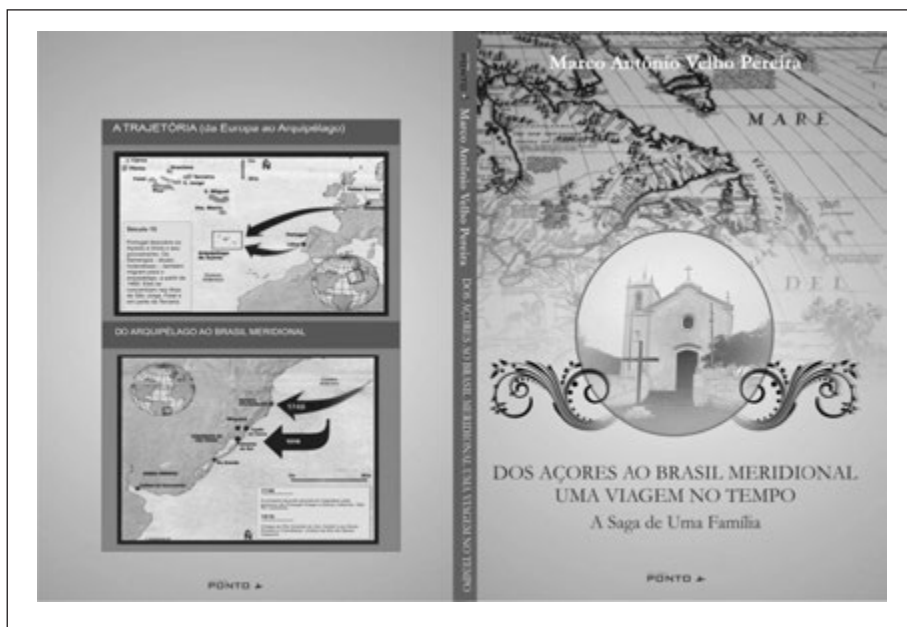
A presença dos descendentes desta família (família Alves Pereira) é enfocada nesta comunicação para conhecimento de sua representatividade no contexto da história de Gravataí, a partir do final da Revolução Farroupilha, até hoje.

Esta comunicação tem por base obra escrita do autor desta comunicação que tem como capa e contracapa a imagem, a seguir apresentada, que, simbolicamente, nela procura sintetizar toda a saga desta família, desde o século XVIII até os dias de hoje.

FLORIANÓPOLIS – PARÓQUIA DA LAGOA CONCEIÇÃO

A imagem a seguir identifica a capa, a lombada e a contracapa do livro. Na capa temos a imagem do prédio da paróquia, na Ilha de Santa Catarina, com invocação de Nossa Senhora da Conceição, junto à Lagoa Conceição, ou como o local é conhecido, atualmente, como Barra da Lagoa em Florianópolis. O prédio é original do ano de 1750, tombado pelo patrimônio histórico nacional, e, onde, foi batizado no ano de 1796, o patriarca da família Alves Pereira.

A contracapa sintetiza esta saga da família. No quadro de cima à esquerda está a formação dos Açores (nove ilhas), do século XV ao século XVIII (1460 a 1748). No quadro de baixo, a emigração açoriana (1748 a 1756) – diáspora açoriana para o Brasil Meridional – Ilha de Santa Catarina. E, também, o deslocamento, já dos netos



destes açorianos, em 1816, para o litoral norte gaúcho que, neste caso, desta família vinculam-se, principalmente, aos municípios hoje, de Capão da Canoa, Maquiné e Palmares do Sul.

O PATRIARCA DA FAMÍLIA: ANDRÉ LUÍS ALVES PEREIRA

Transcrição do batizado - fls 152v do Livro 5B (1789-1807) da Freguesia da Lagoa Conceição em Florianópolis – Santa Catarina (Desterro):

Aos quatorze dias do mês de fevereiro de hum setecentos e noventa e seis anos, nesta freguesia de Nossa Senhora da Lagoa Conceição da Ilha de Santa Catarina, do bispado do Rio de Janeiro, batizei e pus os santos óleos no inocente Andre, nascido em 03 de fevereiro de 1796, filho legítimo de Antonio Jose Alvarez, natural e batizado na freguesia de Sao Tiago da Ilha de Sao Jorge, bispado de Angra do Heroismo, arquipelago dos Açores em Portugal e de Luzia Clara, natural e batizada nesta paroquia, moradora nesta freguesia. neta paterna de Francisca de Souza Alvarez e de sua mulher Barbara de São Jose, naturais e batizados na sobredita freguesia de Sao Tiago; e neta materna de Manoel Pereira Luiz e de sua mulher Paula Silveira, naturais e batizados na freguesia de Nossa Senhora do Rosario, da ilha de São Jorge. Foram

padrinhos Andre Inacio de Souza, casado, e Violante Maria esposa de João Luiz de Souza Lazaro. do que para constar faço este assento que assigno, o vigario Joaquim Jose Jacques Nicos.

AS ESPOSAS

Foram duas: a primeira de nome Eulália, natural de Porto Alegre, onde nasceu em 8 de março de 1802. Era filha de José Soares Vieira e Ana Maria Conceição. Casou em 17/11/1816 na paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Arroio e do seu casamento com André identificamos sete filhos nascidos no distrito de Maquiné e batizados na paróquia de Conceição do Arroio.

A segunda esposa de nome Maria Agostinha de Jesus é natural da Ilha de Santa Catarina e batizada na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa. Era filha de José Joaquim Machado e Jacinta Rosa de Jesus. Casou com André estima-se pelo ano de 1838 em Conceição do Arroio tendo o casal uma prole de seis filhos todos nascidos no Distrito de Maquiné (SAP) e batizados na Paróquia de Conceição do Arroio.

FILHOS DO PRIMEIRO CASAMENTO

- 1- José André Soares Alves, casado com Maria Luísa Jacques,
- 2- Eugenio Soares Alves, sem descendência,
- 3- Zeferino José Alves, casado com Leocádia Francisca Conceição Jacques,
- 4- Constantina Eulália de Jesus, casada com Rufino José Lopes,
- 5- Joaquina Eulália de Jesus, casada com João Baptista de Almeida,
- 6- Teresa Eulália de Jesus, casada, mas não teve filhos,
- 7- Manoel Soares Alves, solteiro, sem descendentes.

FILHOS DO SEGUNDO CASAMENTO

- 1- Cândido Alves Machado, casado com Malvina de Azevedo Tavares,
- 2- João Luis Alves, que teve dois filhos no seu testamento com Maria Isabel de Oliveira,

- 3- Demétrio Alves Pereira casado com Maria da Purificação e Silva;
- 4- Maria Jacinta Alves casada com Manoel Gomes de Almeida;
- 5- Serafina Esmeralda Conceição Alves casada com Antonio Rodrigues Salazar, mas sem descendentes.
- 6- Luzia Alves Pereira casada com Augusto Antonio da Silva.

PRESENÇA DA FAMÍLIA EM GRAVATAÍ

Filhos: - José André Alves c/c Maria Luísa Jacques; - Zeferino José Alves c/c Leocádia G. Jacques; - Demétrio Alves Pereira c/c Maria da Purificação e Silva.

PRESENÇA NO RIO GRANDE DO SUL: NÚCLEO INICIAL

Principalmente: Maquiné, Capão da Canoa, Palmares do Sul, Osório, Xangri-lá, Terra de Areia, Taquara, Gramado, Canela, Caxias do Sul, Porto Alegre, São Francisco de Paula, Novo Hamburgo e Gravataí.

DESTAQUE DE UM GRUPO FAMILIAR EM GRAVATAÍ

Demétrio Alves Pereira c/c Maria da Purificação e Silva, (Gravataí 14/04/1872): 10 filhos, sete em Gravataí: André, Abílio, Demétrio, Francisco, Otília, Maria Luzia, Augusto, Álvaro, Albano e Maria Orestes.

Filhos que destaco: Abílio c/c Maria Alzira Ferreira Gomes; Demétrio c/c Bernardina Ferreira Gomes e Otília c/c Urbano Alves dos Santos.

FAMÍLIAS GOMES E MEDEIROS DE GRAVATAÍ

1 - Horácio Antonio Gomes c/c Amélia Ferreira, filhos:

- Abrilino Marcelino c/c Belisária Gomes de Oliveira,
- Bernardina c/c Demétrio Alves da Silva,

- Maria Alzira c/c Abílio Alves Pereira,
- Odila Ferreira Gomes,
- Anápio Ferreira Gomes,
- Pompílio Ferreira Gomes.

2 - João Luiz de Medeiros c/c Ana Joaquina de Souza

Todos os filhos e netos deste casal, em Gravatahy, casaram com descendentes de André Luiz Alves Pereira, oriundos dos seus dois casamentos. Destaco os seguintes: Firmino Francisco de Medeiros c/c Vicentina Florinda Alves; Crescencio Luis de Medeiros c/c Damásia Alves de Almeida; José Francisco de Medeiros c/c Maria Teresa de Moraes; Filisbino Luis de Medeiros c/c Guilhermina Linck

ALGUNS NOMES DE DESTAQUE DA FAMÍLIA

- Demétrio Alves da Silva – prefeito em Gravataí
- Abílio Alves dos Santos – deputado estadual
- Adalberto Pereira dos Santos – foi vice-presidente da República (1974 a 1979)
- Nestor Feldmann Pereira – deputado federal e senador
- Zaire Nunes Pereira – deputado federal
- Zaida Pereira Reimann – primeiro café colonial de Gramado
- Hélio Pereira de Azevedo – sacerdote/monsenhor
- Adelar Bertussi de Siqueira – músico e acordeonista
- Luiz Antonio Alves – escritor e genealogista
- José Francisco Pereira Braga – diretor da CEEE, entre muitos outros.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

1 - Sobre a família em Gravataí

De algumas ramificações da família em Gravataí ainda não obtivemos certeza de sua descendência, que são: Luis Fulgencio Alves c/c Maria do Carmo Ramos;

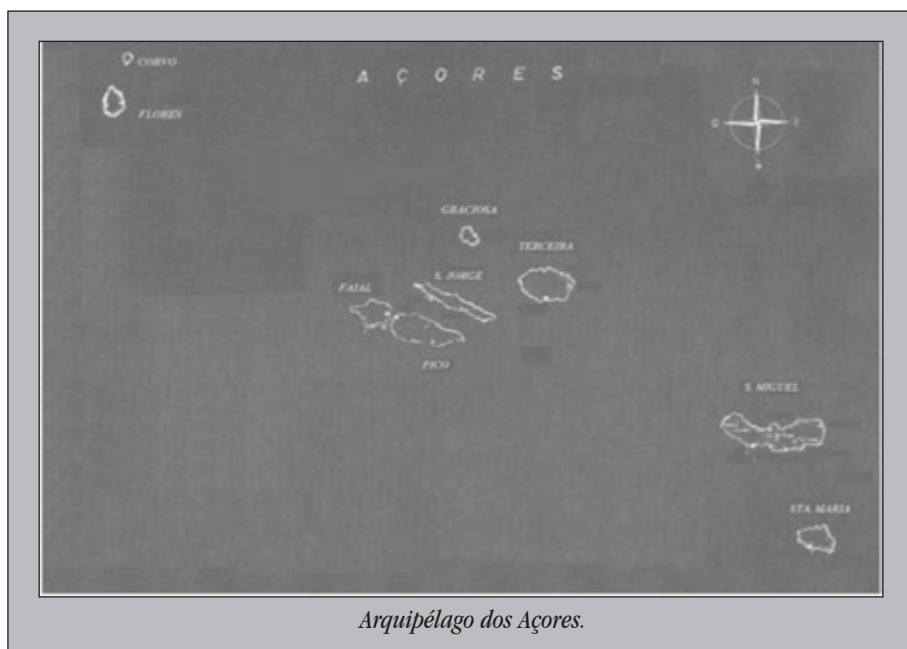
Luzia Alves Pereira c/c Augusto Antonio da Silva; Leocádia Maria de Jesus c/c Francisco Antonio da Silva Filho.

2 - O livro

São dois volumes, num total de 360 páginas. Valor da obra: R\$50,00.

Aquisição somente com o autor (não está à venda em livrarias).

Contacto: osr210016@terra.com.br, fone: (51) 3663-6432 em Osório/RS.



FAMÍLIA MEDEIROS, DE GRAVATAÍ

Luiz Antônio Alves

Genealogista, Economista e Escritor. Caxias do Sul/RS

A distribuição das famílias, geração por geração, no território do Rio Grande do Sul, obedece a uma regra universal de migrações. Sempre existirá um personagem saindo da terra natal para outros quadrantes. Assim foi com o casal que eu descendo, pelo lado paterno. João Luiz de Medeiros e Anna Joaquina de Souza, meus tataravôs, nascidos em Gravataí, tiveram filhos que “subiram a serra” e se localizaram nos campos de São Francisco de Paula. Hoje, seus descendentes são localizados em diversas cidades como Caxias do Sul, São Marcos, Vacaria, Canela, Gramado, Nova Petrópolis, Osório, Taquara, Cambará do Sul e Porto Alegre, além daqueles que permaneceram em Gravataí.

Aqui fica uma pequena amostragem da Árvore de Gerações do casal. São apenas as duas primeiras gerações. Particularmente, descendo, pela ordem, de Felisbino Luiz de Medeiros e Guilhermina Linck (também de Gravataí), Maria Augusta de Medeiros e João Alves, Eraldo Alves Corrêa e Ceryc Cardoso Ramos.

Portanto, Gravataí é uma cidade que está presente na história de muitas famílias gaúchas.

1. **João Luiz de Medeiros**, * c1825 em Gravataí, RS (filho de Manoel Luiz de Medeiros e Naira Barcelos). Ele cas. Anna Joaquina de Souza, cas. 11-10-1851 em Gravataí, RS, * a1840 em Gravataí (filha de José Francisco de Souza e Joaquina Maria de Jesus), falec. 14-07-1900 em Gravataí. João falec. 15-10-1889 em Gravataí, RS. Testemunhas de casamento: João Vicente de Souza e Hermenegildo José da Silva. Estabeleceram-se em Contendas, interior de São Francisco de Paula, RS. Posteriormente, mudaram para os campos da Boa Vista próximo à localidade de Lageado Grande (distrito de São Francisco de Paula). Anna: no batizado da neta Lindolfina (22-10-1899) já era viúva. No óbito consta como falecida com *hydropsia*. *Filhos*:

2. i. Maria José Souza de Medeiros.
3. ii. José Francisco Souza de Medeiros * a1842.
4. iii. Firmino Francisco de Medeiros * 06-01-1859.
5. iv. Crescêncio Luiz de Medeiros * 19-08-1861.
6. v. Filisbino Luiz de Medeiros * 1867.
- vi. Elizia Luiza de Medeiros, * a1876 em Gravataí.
Ela cas. José Justino Vargas, cas. 25-05-1895 em Gravataí,
* a1862 em Gravataí.
- vii. Fausta Luiz de Medeiros.

Segunda Geração

2. Maria José Souza de Medeiros. Ela cas. João Antonio da Rocha, cas. 22-06-1878 em Gravataí (filho de Narciso Antonio da Rocha e Maria Constância da Rocha). No casamento consta certidão de dispensa do impedimento de consanguinidade em 2º grau da linha lateral igual. *Filhos*:

- i. Bernardina Medeiros, * c1885 em S Francisco de Paula. Ela cas. Abel Desidério de Araújo, * 01-01-1879 em 2º distrito de S Francisco de Paula (filho de Joaquim Desidério de Sousa e Maria Bernardina de Araújo), bat. 16-05-1880 em S. Francisco de Paula.

3. José Francisco Souza de Medeiros, * a1842 em Gravataí. Ele cas. (1) Maria Thereza de Moraes, cas. 03-09-1887 em Gravataí, * a1842 em S. Leopoldo (filha de Caetano Antonio de Moraes e Isabel Maria de Moraes), falec. a1914. Ele cas. (2) Maria Francisca Corrêa. No casamento do filho João Luiz consta como José Luiz de Medeiros onde reconheceram 6 filhos.

Filhos com Maria Thereza de Moraes:

- i. João Luiz de Medeiros Neto, * 1891 em S. Francisco de Paula. Ele cas. Etelvina Alves de Medeiros, cas. 05-04-1913 em Capela do Juá, S Francisco de Paula, * 1892 em S. Francisco de Paula (filha de Firmino Francisco de Medeiros e Vicentina Florinda Alves). Testemunhas no casamento religioso: Emilio Antonio Siqueira e Antonio Alves de Medeiros. No registro consta certidão de dispensa do impedimento de consanguinidade no 2º grau da linha lateral igual, primos. Etelvina: pelo casamento civil teria nascido em 1890.
- ii. Maria José de Medeiros, * a1872.

- iii. Serafim Luiz de Medeiros, * a1874.
- iv. Antonio Medeiros de Moraes, * a1875.
- v. Carolina Medeiros de Moraes, * a1879.
- vi. José Medeiros de Moraes, * a1885.
- vii. Crescêncio Medeiros, * a1887, falec. 29-09-1919 em Ilhéus, Criúva. Quando do casamento dos pais em 3.9.1887, tinha 9 meses.
- viii. Honório Luiz de Medeiros, * a1890. Ele cas. Dorvalina Pacheco de Oliveira, * a1899 (filha de Candido Pacheco de Athaydes e Marcolina Candida de Oliveira).

4. Firmino Francisco de Medeiros, * 06-01-1859 em Gravataí, RS. Ele cas. Vicentina Florinda Alves, cas. 26-04-1884 em Gravataí, RS, * 13-06-1864 em Gravataí, RS (filha de Zeferino José Alves e Leocádia Florinda da Purificação), falec. 29-03-1922 em Fazenda do Raposo, Vila Oliva, Caxias do Sul, RS. Firmino falec. 19-01-1939 em Fazenda do Raposo, Caxias do Sul, RS. Testemunhas de casamento: Augusto Antonio da Silva e Malachias Luiz Corrêa. Pode ser encontrada como Vicentina Trindade ou nascida a 05-04-1865. *Filhos*:

- i. Maria José Alves de Medeiros, * a1885 em S. Francisco de Paula. Ela cas. Emilio Antonio Siqueira, cas. 26-11-1902 em S Francisco de Paula, * 02-08-1880 em Gravataí, RS (filho de Antonio José de Siqueira e Anna Carolina Cardoso da Silva), falec. 17-03-1952 em Criúva. Maria falec. a1923. Morreu de sarampo com 37 anos. Tinha olhos azuis e já era falecida quando do casamento da filha Acelina (1925).
- ii. Maria Constância Alves de Medeiros, * a1887. Ela cas. Antônio de Oliveira Ramos, * a1884 (filho de Antonio Ramos de Oliveira e Amália Moutinho Ramos).
- iii. Onofre Alves de Medeiros, * 12-06-1888 em S Francisco de Paula. Ele cas. Augusta Gomes de Medeiros, cas. 06-12-1912 em S. Francisco de Paula, * 13-07-1889 em Gravataí (filha de Crescêncio Luiz de Medeiros e Damásia Candida de Almeida), falec. 09-02-1973. Onofre falec. 23-05-1982. Primos.
- iv. Etelvina Alves de Medeiros, * 1892 em S Francisco de Paula. Ela cas. João Luiz de Medeiros Neto, cas. 05-04-1913 em Capela do Juá – S. Francisco de Paula, * 1891 em S. Francisco de Paula (filho de José Francisco Souza de Medeiros e Maria Thereza de Moraes). Pelo casamento civil teria

- nascido em 1890. Testemunhas do casamento religioso: Emilio Antonio Siqueira e Antonio Alves de Medeiros.
- v. João Alves Medeiros, * 1892. Ele cas. Mariana Ramos.
 - vi. Antonino Alves de Medeiros, * 10-05-1894 em S. Francisco de Paula. Ele cas. Luzia Gomes de Medeiros, cas. 21-04-1924 em S. Francisco de Paula, RS, * 10-11-1895 em S. Francisco de Paula (filha de Crescêncio Luiz de Medeiros e Damásia Candida de Almeida), falec. 22-05-1979. Foram sepultados em Vila Oliva.
 - vii. Elisa Alves Medeiros, * 28-06-1894 em Raposo, Vila Oliva, S. Francisco de Paula, RS. Ela cas. Alzemiro Luiz de Medeiros, cas. 1917, * 17-10-1892 em Gravataí, RS (filho de Filisbino Luiz de Medeiros e Guilhermina Linck), falec. 07-09-1984 em S Francisco de Paula, RS. Elisa falec. 07-02-1985 em S. Francisco de Paula, RS. Casamento entre primos-irmãos. Residiram no Paibitú, interior de São Francisco de Paula, RS. Posteriormente mudaram-se para a localidade de Tiririca (interior de Canela) e Salto (S. Francisco de Paula). Em 1935, passaram a residir em São Francisco de Paula onde fundaram uma pensão. Também instalaram o Hotel Serrano, um Armazém e um posto de combustíveis.
 - viii. Lindolphina Maria Alves de Medeiros, * 01-06-1898 em S Francisco de Paula, 5º distrito, bat. 22-10-1899 em Ana Rech, Caxias do Sul. Ela cas. Arthur de Andrade Velho, cas. 27-01-1921 em S Francisco de Paula, * 24-10-1883 em S Francisco de Paula (filho de Felisberto Marques de Oliveira Velho e Delphina Lopes da Luz), bat. 06-12-1883 em S Francisco de Paula.
 - ix. Zeferina Amabel Alves de Medeiros, * 28-06-1901, bat. 26-11-1902 em S Francisco de Paula. Ela cas. José Octávio de Medeiros, * 30-01-1898 em Gravataí (filho de Filisbino Luiz de Medeiros e Guilhermina Linck), bat. 30-04-1898 em Gravataí. José: Padrinhos de batismo: José Francisco de Medeiros e Maria Thereza de Medeiros.
 - x. Enedina Alves de Medeiros, * 08-05-1904 em Raposo, Vila Oliva, Caxias do Sul, RS. Ela cas. Arthur Luiz de Medeiros, * 11-06-1895 em Gravataí, RS (filho de Filisbino Luiz de Medeiros e Guilhermina Linck), bat. 15-09-1895 em Gravataí. Casamento entre primos. Arthur: Padrinhos de batismo Sebastião Antonio Alves e Maria Francisca Alves.
 - xi. Agostinho Alves de Medeiros, * 1906. Ele cas. Maria Ernestina de Medeiros, * 16-12-1907 em Taquara - RS (filha de Filisbino Luiz de Medeiros e Guilhermina Linck), bat. 15-03-1908 em S. Francisco de Paula - RS, falec. 15-02-2002 em

Caxias do Sul. Morreu jovem, mas teve uma filha, Lindolfina, com a tia Maria Ernestina. Maria: nasceu na Boa Vista; o registro civil de nascimento foi efetuado no Cartório do Juá, distrito de São Francisco de Paula, em 30-12-1907.

xii. Alcides Alves de Medeiros, * 1910. Ele cas. Cilda Gil (filha de João Joaquim Junqueira Gil e Maria Laura Velho). Cilda: ou Acilda.

5. Crescêncio Luiz de Medeiros, * 19-08-1861 em Gravataí, RS, bat. 14-02-1885 em Gravataí, RS. Ele cas. Damásia Candida de Almeida, cas. 14-02-1885 em Gravataí, RS, * 21-06-1865 em Osório, RS (filha de Manoel Gomes de Almeida e Maria Jacintha Alves), falec. 13-12-1949 em Maquiné, RS. Crescêncio falec. 28-10-1945 em Maquiné, Osório, RS. *Filhos:*

- i. Augusta Gomes de Medeiros, * 13-07-1889 em Gravataí. Ela cas. Onofre Alves de Medeiros, cas. 06-12-1912 em S. Francisco de Paula, * 12-06-1888 em S. Francisco de Paula (filho de Firmino Francisco de Medeiros e Vicentina Florinda Alves), falec. 23-05-1982. Augusta falec. 09-02-1973. Casamento entre parentes.
- ii. Maria Medeiros, * 07-1897, bat. 25-12-1897 em Gravataí.
- iii. Luzia Gomes de Medeiros, * 10-11-1895 em S. Francisco de Paula. Ela cas. Antonino Alves de Medeiros, cas. 21-04-1924 em S. Francisco de Paula, RS, * 10-05-1894 em S. Francisco de Paula (filho de Firmino Francisco de Medeiros e Vicentina Florinda Alves), falec. 10-09-1947. Luzia falec. 22-05-1979 em Vila Oliva, hoje distrito de Caxias do Sul.
- iv. Enedina Gomes de Medeiros, * 29-12-1900 em Osório, RS. Ela cas. Frederico Grahl, cas. 30-05-1924 em Osório, RS, * 07-09-1884 em Nova Petrópolis, RS (filho de Paulo Frahl e Elisabete Kolling), falec. 05-01-1980 em Gravataí, RS. Enedina falec. 23-12-1946 em Gravataí, RS.
- v. Docelina Gomes de Medeiros, * c1905 em Osório, RS, bat. 10-09-1908 em Osório, RS. Ela cas. Napoleão Fernandes Espíndola, cas. 12-01-1933 em Barra do Ouro, Maquiné, RS, * 06-11-1908 em Osório, RS (filho de Zaferrino Manoel Fernandes e Luiza Fernandes Espíndola), falec. 10-05-1969 em Osório, RS. Docelina falec. 22-05-2004 em Osório, RS.
- vi. Demétrio Gomes de Medeiros, * c1891 em Osório, RS. Ele cas. Afonsina Almeida Nunes, cas. 23-08-1921 em Barra do Ouro, Maquiné, RS, * c1900 em Osório, RS (filha de Pedro Higino Nunes Silveira e Malvina Maria Alves de Almeida).
- vii. Edgar Gomes de Medeiros, * 09-07-1912 em Osório, RS, falec. 21-03-1941 em Osório, RS.

- viii. João Gomes de Medeiros, * 10-11-1909 em Osório, RS. Ele cas. Jenny Lopes Aguiar, cas. 26-07-1934 em Osório, RS, * 09-06-1920 em Osório, RS (filha de Manoel Gildo de Aguiar e Josephina Pinheiro Lopes), falec. 04-01-1991 em Terra de Areia, RS. João falec. 06-11-1994 em Terra de Areia, RS.
- ix. Maria da Glória Gomes de Medeiros, * 17-04-1904 em Osório, RS. Ela cas. Leopoldo Seinmetz, cas. 05-11-1927 em Osório, RS, * 07-07-1899 em Osório, RS (filho de Carlos Jacob Rodolfo Steinmetz e Cândida Monteiro de Jesus), falec. 28-10-1955 em Osório, RS. Maria falec. 24-06-1993 em Osório, RS.
- x. Leontina Gomes de Medeiros.
- xi. Cândido Gomes de Medeiros.
- xii. Araci Gomes de Medeiros, * c1902 em Osório, RS. Ela cas. Dinarte dos Santos Gomes, cas. 10-06-1930 em Barra do Ouro, Maquiné, RS, * 01-11-1898 em Osório, RS (filho de Horácio Gomes de Almeida e Carlota Alves Almeida), bat. 16-11-1898 em Osório, RS, falec. 13-12-1937 em Osório, RS. Araci falec. 12-10-1970 em Osório, RS.

6. Filisbino Luiz de Medeiros, * 1867. Ele cas. (1) Guilhermina Linck, cas. 21-04-1888 em Gravataí, RS, * a1871 (filha de José Linck Filho e Maria José Selister), falec. 30-12-1907 em São Francisco de Paula - RS. Ele cas. (2) Anna Gonçalves, cas. 23-02-1911 em Lava Pé – S. Francisco de Paula, * 03-07-1887 (filha de José Gonçalves de Araújo e Isabel Maria Rodrigues), bat. 05-02-1888 em S. Francisco de Paula. Filisbino falec. 23-02-1917 em Boa Vista do Paibitu-Lageado Grande, S Francisco de Paula. O segundo casamento religioso foi na sua casa juntamente com dois filhos. Testemunhas deste casamento Antonio Cyrino Pires e José Mattos Ferreira; fez o casamento com Guilhermina, o Vigário Nicolaou Knob, Testemunhas, João Baptista Lessa e Irineu Antonio Alves.

Filhos com Guilhermina Linck:

- i. Maria Josefina de Medeiros, * 1889. Ela cas. Accácio Terres da Luz, cas. 23-02-1911 em Lava Pé. S. Francisco de Paula, RS, * 1889 (filho de Manoel Moreira da Luz e Marcelina Maria Terres). Accácio: quando casou no religioso já estava casado no civil há 1 ano; o casamento religioso foi na casa do Filisbino Luiz de Medeiros, meu bisavô.
- ii. Elpídio Luiz de Medeiros, * 15-04-1890 em S Francisco de Paula, RS. Ele cas. (1) Henriqueta Terres da Luz, cas. 1915 (filha de Manoel Moreira da

- Luz e Marcelina Maria Terres). Ele cas. (2) Amélia de Oliveira Matos, cas. 26-05-1918 em S. Francisco de Paula, RS, * 20-03-1889 (filha de Honório Anacleto de Mattos e Abrelina Ignácia das Neves), bat. 09-03-1895 em S. Francisco de Paula, RS, falec. 24-02-1983 em S. Francisco de Paula.
- iii. Clotildes Linck de Medeiros, * 07-09-1891 em S. Francisco de Paula. Ela cas. Joaquim José Gonçalves, cas. 23-02-1911 em Lava Pé – S. Francisco de Paula, * 07-02-1888 em S. Francisco de Paula (filho de José Gonçalves de Araújo e Isabel Maria Rodrigues). O casamento religioso foi na casa do Filisbino. Já estavam casados no civil há 3 meses. Casou com a filha do cunhado.
- iv. Alzemiرو Luiz de Medeiros, * 17-10-1892 em Gravataí, RS. Ele cas. Elisa Alves Medeiros, cas. 1917, * 28-06-1894 em Raposo, Vila Oliva, S. Francisco de Paula, RS (filha de Firmino Francisco de Medeiros e Vicentina Florinda Alves), falec. 07-02-1985 em S. Francisco de Paula, RS. Alzemiرو falec. 07-09-1984 em S. Francisco de Paula, RS. Casamento entre primos-irmãos. Residiram no Paibitú, interior de São Francisco de Paula, RS. Posteriormente, mudaram-se para a localidade de Tiririca (interior de Canela) e Salto (S. Francisco de Paula). Em 1935, passaram a residir em São Francisco de Paula onde fundaram uma pensão. Também instalaram o Hotel Serrano, um Armazém e um posto de combustíveis.
- v. Otilia de Medeiros, * 05-12-1894 em S. Francisco de Paula, bat. 09-12-1902 em S. Francisco de Paula. Ela cas. Ignácio Rangel de Castilhos, * 22-06-1894 em S. Francisco de Paula, RS (filho de Ignácio Ferreira de Castilhos e Maria José Rangel), bat. 22-07-1900 em S. Francisco de Paula, RS, falec. 29-12-1953. Otilia falec. 23-08-1941.
- vi. Arthur Luiz de Medeiros, * 11-06-1895 em Gravataí, RS, bat. 15-09-1895 em Gravataí. Ele cas. Enedina Alves de Medeiros, * 08-05-1904 em Raposo, Vila Oliva, Caxias do Sul, RS (filha de Firmino Francisco de Medeiros e Vicentina Florinda Alves). Padrinhos de batismo, Sebastião Antonio Alves e Maria Francisca Alves. Eram primos.
- vii. Frederico Luiz de Medeiros, * 03-09-1896 em S. Francisco de Paula. Ele cas. Maria Izolina Valim, cas. 05-05-1919 em S. Francisco de Paula, * 15-06-1899 (filha de José Valim de Azevedo Sobrinho e Anna Dias de Andrade), bat. 14-12-1899 em S. Francisco de Paula. Frederico falec. 20-01-1974 em Bom Jesus. Foi para Bom Jesus por volta de 1920. Proprietário de um moinho no distrito de Governador. Tropeiro, ferreiro, marceneiro, pequeno comerciante.

- viii. José Octávio de Medeiros, * 30-01-1898 em Gravataí, bat. 30-04-1898 em Gravataí. Ele cas. Zeferina Amabel Alves de Medeiros, * 28-06-1901 (filha de Firmino Francisco de Medeiros e Vicentina Florinda Alves), bat. 26-11-1902 em S. Francisco de Paula. Padrinhos de batismo: José Francisco de Medeiros e Maria Thereza de Medeiros.
- ix. Acelino Luiz de Medeiros, * 12-05-1899 em S. Francisco de Paula, bat. 1901. Ele cas. Mathilde Gadermann. Ou Avelino?
- x. Hercílio Luiz de Medeiros, * 14-03-1901 em S. Francisco de Paula. Ele cas. Amélia Pereira Soares, * 15-11-1906 em S. Francisco de Paula, Sumidouro (filha de Christóvão Pereira Soares e Augusta Antonia da Silva).
- xi. Maria Augusta de Medeiros, * 14-09-1902 em São Francisco de Paula - RS. Ela cas. João Alves Corrêa, cas. 1928 em S. Francisco de Paula, RS, * 23-12-1900 em São Francisco de Paula, RS (filho de Zeferino José Alves Filho e Bernardina Luiza Mendes), falec. 1969 em Muniz, S. Francisco de Paula, RS. Maria falec. 29-10-1931 em São Francisco de Paula, Muniz. Pode ter nascido em 23-12-1900 e batizada em 1902, confundindo-se os registros civis.
- xii. Osvaldo Luiz de Medeiros, * 04-04-1904. Ele cas. Rosa Pinheiro (filha de Antonio Pinheiro de Lima e Anna Pinheiro).
- xiii. Maria Ernestina de Medeiros, * 16-12-1907 em Taquara - RS, bat. 15-03-1908 em S. Francisco de Paula - RS. Ela cas. (1) Herculano Pereira Soares, cas. 08-09-1928 em S. Francisco de Paula (filho de Christóvão Pereira Soares e Augusta Antonia da Silva). Ela cas. (2) Donatílio Salles de Mello, cas. 12-01-1934 em Bom Jesus (filho de Quirino Salles e Anna Clara Mello). Ela cas. (3) Agostinho Alves de Medeiros, * 1906 (filho de Firmino Francisco de Medeiros e Vicentina Florinda Alves). Maria falec. 15-02-2002 em Caxias do Sul. Nasceu na Boa Vista; o registro civil de nascimento foi efetuado no Cartório do Juá, distrito de São Francisco de Paula, em 30-12-1907. Agostinho: morreu jovem, mas teve uma filha, Lindolfina, com Maria Ernestina.

Filhos com Anna Gonçalves:

- xiv. Ondina Medeiros, * 04-05-1911 em S. Francisco de Paula. Ela cas. Lery Costa da Silva, cas. 08-12-1951 em Eletra, Canela, * 22-01-1912 em S. Francisco de Paula (filho de Manoel Balbino da Silva e Rufina Costa e Silva), falec. 07-01-1977 em Caxias do Sul. Ondina falec. 31-03-2001 em

- Caxias do Sul. “Tia Morena”, Professora.
- xv. Maria da Glória, * 24-05-1910.
- xvi. Plínio Gonçalves Medeiros, * 14-09-1912 em S. Francisco de Paula. Ele cas. Donatila Marques, * 04-10-1914 em Paibitú, S. Francisco de Paula (filha de Artur Albinio Marques Valim e Perpétua Cardoso dos Reis). Plínio falec. 06-04-2002 em Caxias do Sul.
- xvii. Izabel Gonçalves Medeiros. Ela cas. Agomar Andrade Cardoso. Agomar: conhecido como Maia Cardoso.

Correções, complementos ou comentários, enviar para Luiz Antônio Alves tonoybel@uol.com.br - www.fuj.com.br



Colégio D. Feliciano e seu entorno. Década de 1960.

TRAÇOS DA HISTÓRIA DA FAMÍLIA FONSECA E DE SEU CASARÃO

Alanna de Jesus Teixeira

Acadêmica de História/UFRGS. Gravataí/RS

Pretendo apresentar uma breve história da família Fonseca, da cidade de Gravataí, principalmente dos membros que viveram na casa conhecida como Casarão dos Fonseca, hoje patrimônio histórico e atual sede da Casa dos Açores do Rio Grande do Sul. Através do relato da Sr^a Maria Celma Fonseca, pretendo desvendar um pouco a genealogia desta conhecida família, que há muito tempo veio residir na região, estabelecendo relações, aumentando sua família, firmando negócios, enfim, constituindo laços com a cidade e ajudando a formá-la. Através de suas memórias, também podemos conhecer traços do Casarão, da vida que se levava quando este era morada, o cotidiano, as situações marcantes que ainda são tão vivas na memória das pessoas que, mesmo não as tendo vivido, lhes foram legadas através de pais e avós. Ou seja, histórias que também fazem parte da memória da cidade.

A pesquisa realizada por Maria Celma Fonseca em busca da genealogia de sua família rendeu um grande histórico dos seus antecedentes e descendentes. O primeiro Fonseca a morar na região foi José Ângelo Fonseca (de descendência açoriana). Dentre seus quinze filhos, Manoel Rodrigues da Fonseca, que era ourives, foi quem construiu o Casarão Fonseca. Seu irmão, o Coronel Antônio Rodrigues da Fonseca lutou na Guerra do Paraguai.

O ano era 1877, e a família Fonseca tinha importante *status* na comunidade de Gravataí. Tinha terras em um ponto estratégico do município. Ponto de parada obrigatória das tropas que transportavam animais tanto para a região Sul do Estado, como para o Litoral e o Sudeste do país. Ali, funcionava uma ferraria. Foi então que o ourives Manoel Fonseca ergueu aquele que ficaria conhecido como o Solar da Magnólia, em virtude da grande árvore que ornamentava a frente do casarão. De visual arrojado para os padrões da época. Isso era visível a cada vitrô. Mas a cidade se modernizou e o casarão caiu

no esquecimento. Por pouco não desabo. Erguido em 1877, o Casarão dos Fonseca foi habitado até meados do século passado. Seus últimos moradores foram os pais de Maria Celma. Antes de ser desativado, o Casarão ainda foi alugado e usado como centro de fisioterapia por alguns anos. Por seu precário estado, devido ao tempo, foi abandonado e em 2005 tombado como patrimônio histórico de Gravataí. Dessa forma, foi realizado seu restauro pela equipe da Casa dos Açores do Rio Grande do Sul, que hoje tem sua sede no casarão. Os principais traços que chamam a atenção na arquitetura barroca da casa são suas janelas em estilo guilhotina, o formato dos vitrês e o espaço do solar, características portuguesas. No piso térreo se localizava a antiga senzala, com aberturas para o lado de fora, gradeadas com as iniciais do seu construtor “MF”. Muitos anos depois, após reformas, estes espaços viraram quartos para os moradores.

A área da terra, onde está situado o prédio, pertenceu a padres jesuítas que vieram de Viamão com alguns índios e negros. Mais tarde, alguns padres foram para a serra e ficaram, aqui, dois padres idosos e uns negros. Os padres compraram a chácara que ia até a Vila Angélica, deixando-a para os negros que, anos mais tarde, venderam a um cidadão de origem alemã. Esse cidadão possuía aqui, uma ferraria. Posteriormente, Manoel Rodrigues da Fonseca comprou as terras do alemão, e o prédio foi, então, construído. [...] Como ficou doente e teve somente um filho, que morrera ainda garoto, Manuel Rodrigues da Fonseca, em 1902, fez testamento, doando a propriedade ao seu sobrinho, Bernardino Fonseca, filho do Coronel Fonseca, mas esse lhe dissera que doasse aos seus filhos, que eram dois: Enedino e Euclides Fonseca. Assim, o Sr. Manoel Rodrigues da Fonseca deixou o Casarão e uma área da terra para seus dois sobrinhos, ficando sua esposa com direito do seu usufruto, e proprietária da outra parte da chácara.¹

Manoel Rodrigues da Fonseca doou o casarão para seus sobrinhos netos Euclides e Enedino, tios por parte de mãe de Maria Celma. Manoel Fonseca fazia parte da segunda geração da família de açorianos que se instalou em Gravataí. “[...] a primeira terra concedida aos vindos das ilhas foi em 1772. A maioria dos que chegaram ao rio Gravataí vinha da ilhas Terceira, São Jorge e Pico.”²

1 ROSA, Jorge. *História de Gravataí*. Gravataí: Edigal, 1987, p. 42.

2 TORRES, Eduardo. A história renasce no Casarão dos Fonseca. *Correio de Gravataí*. Gravataí, a. 23, n. 2649, 25 mai. 2006. p. 26.



O Casarão, década de 1920.

A área, na verdade compreendia o Casarão e as terras do que hoje conhecemos como Vila Lourdes; tudo fazia parte de uma grande chácara pertencente aos Fonseca. Mais tarde, com a partilha das terras entre a mãe de Maria Celma, Edy Fonseca e seus irmãos Euclides e Enedino, o casarão pertenceria a Edy, enquanto as terras atrás do Casarão divididas entre os dois irmãos, que logo lotearam a região.

Quanto à genealogia da família, é interessante notar que todos descendem de um casal de origem açoriana, como mostra o livro de família elaborado por Maria Celma.³ Ângelo da Fonseca, natural de Nossa Senhora da Candelária do Rio de Janeiro, filho de Sebastião da Fonseca, natural da Ilha Terceira e Maria Úrsula do Nascimento, natural da Ilha Terceira, casou em 23/08/1762 em Rio Grande e faleceu em Gravataí em 20/07/1787. Sua esposa é Maria Rosa da Encarnação, natural da Ilha do Pico, que faleceu em 08/08/1829. Filha de Manoel Rodrigues Serpa,

³ As referências à genealogia da família foram retiradas do trabalho elaborado por Maria Celma.

natural da Freguesia de Santa Maria Madalena, Ilha do Pico, Bispado de Angra e Maria Rosa, natural da Freguesia de Santa Maria.

Filhos de Ângelo e Maria:

- 1- Francisco Luiz da Fonseca
- 2- Lucrecia
- 3- *José Ângelo da Fonseca (nascido em 30/03/1766, falecido em 01/02/1844)*
- 4- Damásia Ângela
- 5- Francisca Úrsula da Encarnação
- 6- Polidoro Sebastião da Fonseca
- 7- Leonardo Sebastião da Fonseca
- 8- Antonio Rodrigues da Fonseca
- 9- Fabiana Maria da Encarnação

Por sua vez, José Ângelo da Fonseca casa-se com Zeferina Antonia de Jesus (nascida em 08/10/1785, falecida em 01/06/1858), tendo por filhos:

- 1- Melitão
- 2- Alberto
- 3- Florisbela Antonia da Fonseca
- 4- Dorotéia Delfina
- 5- Ermenegildo
- 6- Bernardino Ângelo da Fonseca
- 7- João
- 8- Porfírio Ângelo da Fonseca
- 9- Felicidade Perpétua da Fonseca
- 10- Manoel Rodrigues da Fonseca (nascido em 22/11/1828, falecido em 17/09/1902)⁴
- 11- Feliciano Antonia da Fonseca
- 12- Ângelo Rodrigues da Fonseca
- 13- *Cel. Antônio Rodrigues da Fonseca (nascido em 1823, falecido em 03/12/1902)*
- 14- Maria Bernardina da Fonseca
- 15- José Ângelo Rodrigues da Fonseca

4 Construtor do casarão.

O Cel. Antônio Rodrigues da Fonseca teve quatro filhos de seu primeiro casamento com Bernardina Ignácia Soares da Fonseca (nascida em 1826 e falecida em 03.04.1883):

- 1- *Bernardino Fonseca (nascido em 24/10/1865, falecido em 14/08/1962)*
- 2- Alexandrina
- 3- Antônio Rodrigues Soares da Fonseca
- 4- José Rodrigues Soares da Fonseca

O avô de Maria Celma, Bernardino Fonseca, casou-se com Maria José Soares da Fonseca⁵ (nascida em 12/07/1871, falecida em 16/07/1956), tiveram três filhos:

- 1- Euclides Fonseca
- 2- Enedino Fonseca
- 3- *Edy Fonseca (nascida em 05/09/1908, falecida em 31/01/1991)*

Edy Fonseca era casada com seu primo Dario Gomes Fonseca, do tronco familiar de Bernardino Soares da Fonseca e Maximília Gomes Fonseca. Edy e Dario tiveram seis filhos, dentre eles Maria Celma.⁶ Ou seja, de alguma forma todos os parentes estão ligados uns aos outros, pois, como nos conta Maria Celma, era muito comum o casamento entre primos, ou até mesmo irmãos por parte de algum dos pais.



*Coronel Antônio Rodrigues da Fonseca e sua esposa
Bernardina Ignácia Soares da Fonseca.*

5 Seguindo outro tronco familiar, Florisbela Antonia da Fonseca (filha de José Ângelo da Fonseca), teve dois filhos, um deles Antônio Francisco da Fonseca, que de seu primeiro casamento teve cinco filhos, uma delas é Maria José Soares da Fonseca, que se casa com Bernardino Fonseca, do outro tronco familiar.

6 Tanto Bernardino quando Maximília têm descendência em José Ângelo da Fonseca.

Seus avôs e avós, seus pais, tios, irmãos, ela, seu marido e seus filhos passaram senão toda, boa tarde de suas vidas no casarão ou frequentando-o sempre. Maria Celma, nascida em 1934 e criada em Gravataí, conta um pouco de como era a vida em uma cidade ainda em formação, acompanhando seu desenvolvimento e fazendo parte deste. No seu ano de nascimento, Gravataí tinha como prefeito José Loureiro da Silva, época que Jorge Rosa aponta como nova fase econômica para a cidade:

[...] (*a nomeação do prefeito*) veio dar uma vida nova ao município com sua profícua administração. Efetuou reformas nas velhas casas de beirado baixo, melhorou as ruas que eram empoeiradas, no verão, e barrentas, no inverno, e a Vila, que antes era iluminada deficientemente pelo motor a querosene [...]. Datam, portanto, desse período, as primeiras obras de infraestrutura que permitiram a marcha acelerada do Município na senda do progresso.⁷

Podia não ser exatamente a ‘senda do progresso’, mas algumas mudanças significativas ocorreram na cidade, principalmente na estrutura básica para seu funcionamento, como sistema de energia elétrica, calçamento de ruas e construção de estradas.

Quanto à família Fonseca dessa época, eles eram seis irmãos, moraram alguns anos no Casarão e depois se mudaram para o Barro Vermelho. Na infância, Maria Celma estudou alguns anos em sua própria casa, com professora particular contratada por seus pais, e outro período no colégio Dom Feliciano. Formou-se professora e no mesmo colégio conheceu seu marido Gilmar José Lessa Gomes, com quem se casou aos 19 anos. Na infância, lembra que enquanto morava no Barro Vermelho, passava a maior parte dos finais de semana, na casa da avó, no Casarão. A viagem até a vila durava em torno de duas horas em uma charrete. Era um percurso em que não se via quase nada no caminho.

Como negócio, a família seguia o padrão de muitos moradores da cidade. “A cultura da mandioca teve participação ativa na economia do município, fornecendo a farinha de mandioca e o polvilho.”⁸ Seus pais plantavam, utilizando-a em casa e para vender como farinha, realizando todo o processo de raspar, moer, prensar, até formar o polvilho. Depois passaram a criar vacas para vender o leite, principalmente, para as fábricas de pasteurização.

7 ROSA, op. cit., p.85. (Grifo nosso).

8 ROSA, op. cit., p.87.

Na juventude, conta que a diversão de fim-de-semana era passear em uma importante avenida, próxima ao Colégio Dom Feliciano, e frequentar as festividades locais, como a festa de Nossa Senhora dos Anjos e no momento de marcar os terneiros a ferro, que atraíam muita gente. No ambiente familiar cotidiano, sua mãe preparava pão caseiro, roscas, cuscuz, e seu pai o charque, pois não havia muita carne à venda por perto. Era sua mãe que cuidava das roupas da família, e com a ajuda de uma costureira, comprava tecidos e cosia as peças.

Gravataí formava-se no entorno do que hoje é o centro, onde também se localizava o casarão e seus principais vizinhos, lojas, igreja da Matriz e colégios, todos no mesmo núcleo. Como principais lembranças, Maria Celma tem os estabelecimentos em volta da praça central, como o armazém do Sr. João Diogo, uma loja de ferragem do Sr. Hélio Barcelos, na década de 1940, onde se podia comprar de tudo: uma fábrica de colchões, uma sapataria, o bar da D. Margarida, o Paladino. Lembra-se que naquela época havia apenas um médico que atendia no mesmo local, onde hoje é o Hospital Dom João Becker, o Dr. Sircks. Antes havia apenas a conhecida farmácia do Sr. Norberto Lessa, inclusive avô de seu esposo. A Farmácia Lessa foi a primeira de Gravataí e pertencia ao avô do farmacêutico Norberto Lessa, em 1853.

Casada e formada no magistério, Maria Celma permaneceu com esposo e filhos no Casarão por cinco anos. Casaram sob a histórica magnólia, onde Maria foi criada, e sob o teto do casarão tiveram cinco filhos.⁹ Começou sua vida profissional lecionando em Morungava, onde além de ônibus, utilizava uma charrete para chegar até a Escola Estado de São Paulo, onde deu aulas entre 1958 a 1959. Por causa do difícil acesso, solicitou transferência para o colégio Luíz de Camões, localizado na divisa com Cachoeirinha. Lecionou ainda muitos anos nas escolas Barbosa Rodrigues e Clotilde Rosa, onde se aposentou em 1983, além de trabalhar em uma cooperativa que vendia cadernos aos alunos.

Ao longo de sua infância, juventude e idade adulta, Maria Celma acompanhou grandes mudanças no cenário de sua cidade, mudanças que certamente afetaram muitos de sua família e a ela mesma. Seu relato deve servir como estímulo para as novas gerações, para que conheçam um pouco mais sobre a cidade que as acolheu.

9 TORRES, op. cit.

PEQUENO HISTÓRICO DA FAMÍLIA FONSECA

José Ângelo da Fonseca
(1776-1844)
Zeferina Antonia de Jesus
(1785-1858)

15 Filhos, dentre eles:
Manoel Rodrigues da Fonseca (1828-1902)
Cel. Antônio Rodrigues da Fonseca (1823-1902)

Ce. Antônio Rodrigues da Fonseca
(1823-1902)
Bernardina Ignácia Soares da Fonseca
(1826-1883)

Bernardino Fonseca (1865-1962)
Alexandrina (1861-?)
Antonio Rodrigues S. da Fonseca (1859-?)
José Rodrigues S. da Fonseca (?-1923)

Bernardino Fonseca
(1865-1962)
Maria José Soares da Fonseca
(1871-1956)

Euclides Fonseca (?-1965)
Enedino Fonseca (1900-1986)
Edy Fonseca (1908-1991)

Edy Fonseca
(1908-1991)
Dario Gomes Fonseca
(1911-1996)

Dentre seis filhos:
Maria Celma Fonseca (1934)



*Imagem atual: o Casarão dos Fonseca restaurado e já como sede da Casa dos Açores.
Foto de Peterson Rangel Pacheco Brum.*

REFERÊNCIAS

CASA DOS AÇORES, GALERIA DE FOTOS. Disponível em <http://www.casadosa-cores-rs.org.br/galleria/demo/demo_01.htm#img/casarao2037.jpg>. Acesso em: 02 abr. 2010.

GENEALOGIA DA FAMÍLIA FONSECA. Trabalho elaborado por Maria Celma Fonseca.

KÜHN, Fábio. A colonização açoriana no Rio Grande do Sul. *Breve História do Rio Grande do Sul*. 3. ed. ampl. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

ROSA, Jorge. *História de Gravataí*. Gravataí: Edigal, 1987, p. 42

TORRES, Eduardo. A história renasce no Casarão dos Fonseca. *Correio de Gravataí*. Gravataí, a 23, n. 2649, 25 mai. 2006.



Casarão dos Fonseca restaurado – sede da Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul.

GRAVATAÍ E A RODA DOS EXPOSTOS

Hilda Agnes Hübner Flores

Historiadora. Porto Alegre/RS

A Roda dos Expostos foi uma instituição assistencial, caritativa, voltada à criança social e economicamente desvalida. Existiu na Europa desde a Idade Média. Em Portugal surgiu, em 1325, a Real Casa dos Expostos.

No Brasil colonial era costume colocar a criança rejeitada à porta da residência de uma família, que por uma questão de caridade cristã assumia sua criação, como foi o caso de Maria Josefa Pereira Pinto, colocada à soleira da porta de um casal que a criou e que veio a ser a primeira jornalista mulher no Brasil, editando, entre 1833 e 1834 o *Belona irada contra os sectários de Momo*, jornal anti-farroupilha de pequeno formato.

As Ordenações Manuelinas ordenaram que cabia às Câmaras Municipais colocar em casas de família as crianças rejeitadas, provendo recursos de manutenção, para o que poderiam aprovar impostos.

A partir do século XVIII, Portugal criou as Santas Casas da Misericórdia nas principais cidades do Brasil, que passaram a receber também a incumbência da Casa dos Expostos. A Santa Casa de Porto Alegre é de 1803. Em 1838 lhe foi agregada a Casa dos Expostos ou a Casa da Roda, dotando-se uma das janelas da fachada fronteira do Pavilhão Centenário, o 1º construído do Complexo Hospitalar, onde um cilindro girava num eixo perpendicular. Dotado de uma abertura, nela, na calada da noite, a mãe ou outra pessoa depositava a criança rejeitada e girava o cilindro que a levava para o interior. A seguir, puxava a campainha para avisar da presença do pequeno ser e se afastava rápido para se evadir à identificação.

FUNCIONAMENTO

No interior, a porteira, “mulher velha e de sono leve” que dormia próximo à Roda, acomodava o menor em um berço forrado de pele de ovelha, que absorvia o xixi, pois o uso de fralda era quase ausente.

Na manhã seguinte a Regente da Casa, terceira colocada na hierarquia administrativa da Santa Casa, lavrava a ocorrência no Livro de Registro, detalhando a hora de chegada, idade presumida, sexo, cor, sinais peculiares da criança, o enxoval que vestia e o que trazia consigo. Transcrevia também o bilhete que seguidamente acompanhava o menor, indicando padrinhos ou dando outras informações. Tudo era guardado zelosamente, pois identificava a criança em eventual procura posterior.

O batismo era providenciado em seguida. Os padrinhos acorriam com presteza, assim cumprindo um ritual cristão. Padrinhos houve, não muitos, que assumiam a criação do menor.

As anotações cessaram em 1934, mas continuou havendo expostos até 1940, quando foi criada na Santa Casa, a Maternidade Mário Totta, havendo ainda esparsos casos de abandono, até 1950.

PESSOAL RESPONSÁVEL

Além da porteira e da regente da Casa, havia as amas de leite que alimentavam a criança enquanto permanecia na Casa da Roda, pois a mamadeira não era usual. Após o batismo, a criança era entregue a uma criadeira, ou criador, remunerados. A mortandade era extremamente alta, maior nos mal ventilados prédios da Santa Casa que nas chácaras de ar puro, leite e frutas. Aos sete anos do menino, e aos oito da menina, terminava a remuneração da Santa Casa, podendo os menores permanecer a serviço dos criadores. Caso contrário, eram devolvidos à Casa da Roda, sendo o menino encaminhado ao Arsenal de Guerra para aprendizado de um ofício (marceneiro, padeiro, funileiro, ou outra profissão), e a menina ao Asilo Santa Leopoldina, criado em 1851. Aí, enclausurada para proteção da virgindade, era alfabetizada, aprendia as prendas femininas e confeccionava seu enxoval, o qual, somado ao dote doado em testamento por algum benfeitor, garantia casamento com rapaz ordeiro e trabalhador que a procurava na Direção da Santa Casa.

CRIADEIRAS E CRIADORES DE GRAVATAÍ

A profissão de criadeira era muito importante, uma das raras atividades remuneradas na época, sendo por isto buscada avidamente por mulheres ou casais

de Porto Alegre e, no pós-guerra dos Farrapos, por casais rurais que enfrentavam viagem a cavalo ou de carreta num raio de até 200 km. Submetidas a exame médico para constatar condições de saúde adequadas à profissão, retornavam com o pequeno ser a seu cuidado, amamentado juntamente com o filho legítimo ou por alguma ama contratada.

Aldeia dos Anjos, hoje Gravataí, junto com Viamão, foi o lugar que aglutinou a maior procedência de criadeiras e criadores, aquelas mais numéricas que os homens, pois cuidados com menor é atividade caracteristicamente feminina. Tanto assim que, enviuvando, a mulher continuava com o menor, enquanto o viúvo, sem condições de cuidar e zelar por ele, o devolvia à Casa da Roda.

A primeira criadeira da Aldeia foi Felicidade Inácia, que em 1841, ainda em plena Guerra dos Farrapos, levou à Casa da Roda uma menina abandonada à porta de sua casa, e retornou como criadeira remunerada por sua criação. A menina morreu aos três meses.

Escrevemos a respeito nos Anais do II Simpósio Estadual sobre Cultura Gravataiense, em 1988. Complementamos aqui, trazendo, a título de curiosidade, uma nominata de criadeiras e criadores residentes na Aldeia dos Anjos. Registre-se a mobilidade social, havendo criadores que residiram em várias localidades, notadamente Viamão e Belém (Velho). Trazemos o nome da criadeira, seguido ou não pelo nome do esposo, geralmente também criador, seguido do número de crianças que lhes foram confiadas pela Casa da Roda, juntamente com alguma informação, incompleta embora, acerca desses menores:

- Ana Maria de Jesus e Antonio Manoel Francisco Nunes: 16 crianças, 9 faleceram, Joaquim ficou com a criadeira;
- Alda Brandina do Nascimento: 8 crianças; apenas uma se criou;
- Alexandrina dos Santos Dutra: 1 menina, devolvida aos 8 anos;
- Ana Coelho Barcelos: 1 menina, Otilia da Silveira, que ficou com a criadeira;
- Ana Francisca do Espírito Santo: 1 menino, falecido;
- Ana Guilhermina Mendes e Guilherme Francisco Dias: 1 menina que se criou;
- Ana Joaquina da Conceição e Maria José Ramos: 6 crianças; 3 faleceram, Belmira ficou com a criadeira;
- Ana Maria da Conceição: 3 crianças, Manoel ficou com a criadeira;
- Ana Maria Garcez Cabeleira: 1, falecido;

- Ana Nunes Ferrugem: 2, falecidos;
- Ana Pais de Andrade: 3, 2 falecidos, Maria Joana ficou;
- Ana dos Passos Dutra: 4, 2 falecidos, Angelo entregue à madrinha;
- Ana Rosa da Silva: 3, 2 falecidos;
- Ana Teixeira Soares: 1 menino;
- Angelina Teixeira: 1, falecido com 11 dias;
- Antônio Flor de Oliveira: 1 menino que completou 7 anos;
- Antonia Justiniana: 1, falecido com 1 mês;
- Antonia Maria de Jesus: 1, falecido com 4 meses;
- Arminda Maria Nunes e Constantino Vicente dos Santos: 1 falecido, e Joaquim Pereira Coruja, afilhado do gramático que lhe deu o nome;
- Balbina Rosa de Jesus e Manoel Narciso de Sequeira: 29 (entre 1859-78), dos quais 14 falecidos e 5 ficaram com os criadores;
- Bernardina Jacinta de Lima e Alferes João Estanislau Soares: 7, dos quais 3 falecidos e 2 ficaram, mesmo tendo falecido o criador;
- Bernardina Maria da Cruz: 3, todos falecidos;
- Bernardina Pereira de Vargas: 1 (destino não declarado);
- Brigida Joaquina Machado e Antonio de Souza Machado: 2, 1 faleceu e Delfina ficou com os criadores;
- Brigida Maria da Silva: Cândida se criou (criadeira faleceu);
- Candida Francisca Rodrigues: duas meninas, entregues aos 8 anos;
- Vva. Candida Joana Inácia e Antonio Farias; 2, 1 falecido;
- Candida Maria Constância: 1, falecido com 1 ano;
- Candida Ricarda: 2, uma entregue aos 8 anos, outra ficou;
- Carlota Maria da Conceição e Ventura da Silva Correa: 1, falecida;
- Carlota Rosa Conceição: 1, falecido com 10 meses;
- Carolina Silveira Pastorina: 2, ambos falecidos;
- Cecília Maria de Andrade e Serafim da Silva Fragozo: 2, 1 falecida;
- Clara Maria do Nascimento: 1 menina, ficou com a criadeira;
- Claudina Margarida Barcelos: 1, devolvido;
- Claudina Maria de Andrade: 2, que se criaram;
- Claudina Rosa da Conceição e Antonio Silveira Machado: 10, 5 falecidos, 2 ficaram com os criadores;
- Clemência Joaquina de Jesus: 1, falecida com 2 meses;
- Constança Maria de Jesus: 2, falecidos;
- Cristina Rosa da Silveira e João da Silveira: 4, 3 falecidos;
- Demetildes Rosa de Jesus e Manoel Rodrigues da Paixão: 1 falecida e 1

entregue e encaminhado ao Arsenal;

- Deolinda dos Santos Dutra e José Silveira Dias: 1, falecida;
- Eleutéria Angélica da Silveira: 1, falecido;
- Elisa Maria Mendes e Manoel Cirino: 8, 2 falecidos e 3 ficaram;
- Eugênia Maria de Jesus: 1, falecido com um mês;
- Feliciano Antonia Soares: Leonor, ficou com a criadeira;
- Felicidade Angélica de Jesus: Prudência, que foi para o Asilo S. Leopoldina, sendo entregue ao Des. Carlos B. Petراس;
- Felicidade Antônia Gomes: 3, 1 falecido, Carolina ficou;
- Felicidade Francisca da Conceição: 1, falecida com 3 meses;
- Felicidade Garcez: Luisa Amoretti, que ficou com a criadeira;
- Felicidade Inácia: 1 menina, que ficou com a criadeira;
- Felicidade Inácia dos Santos: 1, falecido com 3 meses;
- Felicidade Maria Nunes: 1, falecida com 8 meses;
- Felisberta (Felisbina?) Maria da Conceição: 4, 2 ficaram;
- Florentina Antônia da Silva: 24, 19 faleceram, 2 entregues a famílias;
- Florinda Inácia dos Santos: 4, 2 falecidos, Corina voltou à Roda;
- Florinda Silveira dos Santos: 4, 2 falecidos;
- Florisbela Francisca de Moraes e Lourenço Antonio da Silveira: 2, Joaquim ficou; outro voltou à Roda;
- Florisbela Maria Francisca e Lourenço da Silveira: 1, falecida;
- Florisbela Maria da Silva e João Jacinto de Melo: 2, 1 falecida;
- Florisbela de Mello e João da Silva Mello: 1, falecido;
- Francisca Dutra: Alzira Cidade, destino não declarado.
- Francisca Josefa da Fontoura: Palmira, ficou com a criadeira;
- Francisca Lessa: 1, falecido com 4 meses;
- Francisca Maria da Conceição e Cândido de Lima: 3, todos falecidos;
- Francisco Maria de Oliveira e João Machado de Oliveira: 6, 5 falecidos; Raquel ficou com os criadores;
- Francisca Maria Pacheco e Antonio Francisco Dias: 2, 1 falecido;
- Francisca Rodrigues Fortes: 1, falecida com 5 meses;
- Francisca Rosa de Jesus e Francisco José de Silva Duarte: 1 menina;
- Generosa Joaquina da Conceição e Felisberto Pereira Dias: 1 falecida;
- Generosa Rosa da Siqueira: 1, falecido com 1 mês;
- Genoveva Maria Lemos: 1, encaminhado ao Arsenal;
- Guilhermina Cyrino Mendes e Domingos Cyrino Mendes: 1, falecido;

- Idalina Rosa da Paixão: 1 menina, que se criou;
- Idalina Silveira dos Santos: 1 menina;
- Inácia Maria da Conceição: 4, 2 falecidos, 1 ficou e 1 entregue à Roda;
- Inocência Rosa da Conceição: 8, 2 falecidos, 2 ficaram, 3 entregues;
- Inocência Rosa de Jesus: 1, falecido;
- Izenifrida Joaquina de Figueiredo: 9, 4 falecidos, 1 ficou, 2 entregues;
- Isabel Caetana Ramires: 1 menina;
- Isabel Ramires e Bernardino José Ramires: 1 menina que ficou;
- Januária Inácia Joaquina: 2, faleceram;
- Jesuína Francisca da Silva: 3, 2 falecidos;
- Joana Maria Pereira: 1 menina, ficou com a criadeira;
- Joaquina Francisca Ramos: 2, que faleceram;
- Joaquina Maria da Silva: 1 menino, faleceu;
- Joaquina Rosa da Conceição: 6, 2 falecidos;
- Joaquina Rosa de Jesus: 3, 2 entregues a famílias;
- Joaquina da Silveira Peixoto: 1, devolvida à Roda;
- Josefina Antonia da Silva e João Antônio Flores: 1, falecida;
- Júlia Isolina Pacheco e Antonio Irineu da Silveira: 3, 2 falecidos;
- Justina Maria de Vargas e Antonio Pereira de Vargas: 1 devolvida à mãe;
- Justina Rosa da Silveira: 1, voltou à Roda;
- Laura do Espírito Santo e Luiz Domingos da Silva: 1, retornou;
- Leandra Maria Mendes: 1, falecido com 4 meses;
- Lina Celestina de Jesus: 1, falecido;
- Leocádia Maria da Silva: 2, 1 falecida;
- Marcolina Antônia dos Santos: Felisberto, ficou com a criadeira;
- Marcolina Correa: 1 (Ledovina Leal de Souza);
- Maria Angélica da Silva: 1, entregue à Casa da Roda;
- Maria Anselma da Siqueira e Salvador Nunes da Siqueira: 14, 11 falecidos, 1 retornou, Guilhermina ficou com a criadeira;
- Maria Antônia da Fonseca e João Pereira dos Santos: 3, 1 morreu, 1 devolvido, Maria Joaquina Fernandes ficou com a criadeira;
- Maria Antônia de Jesus e Serafim José dos Santos: 6, 5 faleceram, Carolina ficou com a família;
- Maria Antônia da Silva: 3, 2 faleceram (a criadeira faleceu);
- Maria Antônia de Souza: 1, entregue à Casa da Roda;
- Maria Batista de Farias e Manoel Francisco de Vargas: 1;
- Vva. Maria do Carmo de Jesus: 1, falecido com 3 meses;

- Maria do Céu Diogo dos Reis e Antonio Flores da Silva: 6, 3 faleceram, Regina casou e Antônio ficou com a criadeira;
- Maria Delfina de Jesus e Antônio José Henriques: 1, falecida;
- Maria das Dores de Souza Perez e Inácio Perez de Souza: 2, 1 falecido;
- Maria Fausta Correa: 3, 1 faleceu, 1 entregue, 1 ficou;
- Maria Fausta da Silveira: 1 menino;
- Maria Francisca ferreira e Manoel Antonio Salazar: 1, faleceu;
- Maria Francisca de Oliveira e Antônio Alves de Oliveira: 6, 4 faleceram, 2 ficaram com a família de criadores;
- Maria Francisca da Silva e Propício José da Silva: 5, 4 falecidos;
- Maria Francisca de Souza e José Ignácio da Silveira: 1, falecido;
- Maria da Glória e Silva e Daniel da Silva: 12, 5 faleceram, 2 entregues, Maria Ignácia da Conceição ficou;
- Maria Gonçalves dos Santos e Antônio Gonçalves Lopes Ferrugem: 3, 1 entregue ao Arsenal, 2 ficaram;
- Maria Isaura da Conceição: 6, 3 faleceram;
- Maria Ignez: 1, falecida;
- Maria Joana de Oliveira e Antônio Flor de Oliveira: 1 menino;
- Maria Joaquina da Conceição e Francisco Ramos: 11, 6 faleceram, 1 voltou à família, 1 voltou à Roda, 2 ficaram;
- Maria Joaquina da Silva e Sebastião Correa dos Santos: 4, 1 faleceu, 1 entregue e 1 ficou com os criadores;
- Maria José da Costa e Francisco Vieira da Rosa: 2, 1 faleceu;
- Maria José Nunes e Emilio da Silveira Peixoto: 3, 1 faleceu, 1 entregue, Antônio de Santa Isabel ficou;
- Maria José Pacheco: 1, falecido com 15 dias;
- Maria José da Silva e Mateus Marcelino: 1, falecido;
- Maria Júlia da Siqueira: 2, faleceram;
- Maria Justina da Silveira e Pedro Jacinto da Silveira: 1;
- Maria Lima de Jesus: 1, faleceu;
- Maria Luiza de Jesus: 2, 1 entregue, Isabel Barcelos ficou;
- Maria Narcisa da Conceição: 4, 2 faleceram, 1 entregue;
- Maria Nunes Ferreira: 3, 2 faleceram, 1 entregue;
- Maria Pereira de Medeiros: 1, Nicolao Moraes, ficou com a criadeira;
- Maria Porcina de Fraga e Jacinto Luiz de Fraga: 3, 1 faleceu, 1 ficou;
- Maria Rita da Silva: 1 menino, que faleceu;

- Maria Rosário do Nascimento: 5, 2 entregues;
- Maria Sofia dos Anjos: 1 (sem informações);
- Maria Teixeira da Silva e Bento José da Silva: 7, 3 faleceram, 2 entregues, 2 ficaram;
- Maria Vieira da Conceição: 1 menino, que faleceu;
- Mariana de Medeiros: 4, 1 faleceu, 1 entregue;
- Maximilia Francisca da Fonseca: 1 menina, que faleceu;
- Porfíria Maria de Jesus e Manoel Nunes Pereira: 3, 1 faleceu, Antonio Batista ficou com os criadores;
- Prudência Antônia de Souza e Antônio Manoel da Silva: 6, 3 faleceram, 2 entregues à Roda;
- Vva. Prudência Ferreira da Silva: 1 (sem informações);
- Rita Coelho de Vargas e Francisco Modesto de Vargas: 5, 2 faleceram, 2 entregues;
- Vva. Rita Ferreira: 1, entregue; foi para o Pão dos Pobres;
- Rita da Silveira Fonseca: 1, faleceu;
- Rita Mendes da Silva: 1, Rita Mendes, que ficou;
- Vva. Rosalina Flores de Oliveira: 2, 1 faleceu;
- Rosalina Silveira dos Santos e Antônio Pedro da Silva: 2, 1 faleceu;
- Senhorinha Maria de Jesus: 1, que faleceu;
- Severina Rosa da Conceição e José Henrique Correa: 5, 1 faleceu, 1 entregue, 2 ficaram;
- Tereza Maria da Conceição: 7, 4 faleceram. 3 ficaram;
- Ubaldina Vicentina Soares: 1, que faleceu;
- Ubaldina Dias Silva: 1 (sem informações);
- Ubaldina Pereira Nunes: 1, que faleceu;
- Virgínia Joaquina Alves e Francisco Antônio Alves: 1, que faleceu;
- Virginia Maria da Conceição: 2, 1 entregue, 1 ficou com a criadeira;
- Virginia Maria da Silva: 1, que faleceu;
- Zeferina Antônia Alves dos Santos: 1, que faleceu;
- Zeferina Antonia da Silva: 2, 1 faleceu, 1 entregue à Roda.

COMUNICAÇÃO ESCRITA

Como referimos, algumas dezenas de crianças vieram acompanhadas de toda sorte de bilhetes, desde os mais singelos, aos bem elaborados. Informavam so-

bre a razão do abandono, indicavam o nome e/ou os padrinhos a serem dados à criança, pediam apoio e bom tratamento para o enjeitado, para o que não raro escolhiam Nossa Senhora como madrinha protetora ou a Regente da Casa, pessoa mais qualificada a dar proteção à criança. Na sua expressão temática, esses bilhetes sinalizam para a utilidade e o dimensionamento da existência da Casa da Roda.

Já escrevemos sobre o assunto, mas não nos furtamos a transcrever novamente uma carta em forma de poesia de versos alexandrinos, de real valor literário se considerada a época em que ela foi escrita, 1864. Assinada “Uma mãe infeliz”, a autora se esconde no anonimato, certamente premida pela forte discriminação social que recaía sobre a gravidez indesejada. Estudiosa da história de gênero, afirmamos que nenhuma das intelectuais do meado oitocentista, cuja obra passou ao domínio público, se identifica com essa autora. Era o período pós-farroupilha e o Rio Grande do Sul cuidava de reorganizar a desordem sócio-econômica gerada pela longa guerra fratricida, levando algum tempo para fazer vingar novamente a cultura, já então dentro do estilo romântico, o mesmo usado por “Uma Mãe Infeliz”. Intimista ou ficção, de qualquer maneira seria um serviço às letras se fosse possível estabelecer autoria da poesia que acompanhou o menino abandonado na Roda em agosto de 1864. É nesse sentido que tornamos a publicá-la:

*A uma mãe desolada atendei
Do leito de angústias, curtida de dores
Imploro favores para um anjo querido
O pranto que corre, meus olhos escurecem
A mão estremece... desvaira o sentido
É que faltam as forças à mãe infeliz.
Não sabe o que diz, soluça e suspira...
Quer escrever, pedir suplicando...
Mas pára chorando, hesita, delira...
Meu Deus, piedade! Guia minha mão...
Meu Deus, compaixão! Preciso escrever...
Traçar estas linhas, pedindo um Asilo...
Não sei o estilo, pra isso fazer!
Eu era uma virgem, mui frágil, bem sei
Protestos escutei... e o amor me matou
Eu era inocente, qual pomba mimosa
E, mão cavilosa o punhal me enterrou.*

*E agora o que resta desse amor violento!
Resta o tormento, o opróbrio... a vergonha!
E esta criança que a vós vos entrego
Tão fraca... tão linda... tão bela e risonha.
Não está batizada, podeis tal fazer
E mesmo escolher um nome qualquer
Peço somente, padrinhos, enfim:
Domingos Martins e sua mulher.
De novo implorando aqui finalizo
Se vos penaliza, atendei-me senhores:
Aceitai o infeliz – o pobre inocente
Deixai-me demente curtir minbas dores.*

Aldeia dos Anjos, 1º de agosto de 1864.

REFERÊNCIAS

FLORES, Hilda A. Hübner. O escravo na história da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e a Roda dos Expostos. In: *Gravataí: do êxodo à composição étnica*. Gravataí: Prefeitura Municipal, 1988.

_____. A Casa dos Expostos: sinais de identificação. In *Estudos Ibero-americanos*, PUCRS, v. 12, n. 1, 1986, p. 93-106.

Levantamento dos Livros de Registro dos Expostos da Santa Casa (1838-1934). Acervo da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

FAMÍLIA LESSA

Maria Elaine Lessa Sperry

Psicóloga. Gravataí/RS

O primeiro Lessa que veio para Gravataí, na época ainda Freguesia da Aldeia dos Anjos, foi Velocino de Almeida Lessa, em meados do século XIX. Era médico, tenente cirurgião do exército imperial, formado na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, que conserva até hoje registros de seu trabalho e os atendimentos que realizou. Casou-se com Ana Pereira Maciel, com a qual teve uma filha, Emerenciana, que faleceu em Porto Alegre. Quando veio morar na Aldeia trouxe consigo duas irmãs que permaneceram solteiras. Estabeleceu-se na atual Rua Anápio Gomes¹, na quadra onde hoje fica a Agência dos Correios. Ali abriu a primeira farmácia de Gravataí, a PHARMACIA LESSA, em 1853.



Residência da família Lessa, juntamente com a farmácia. Foto registrada por João Baptista Lessa no final do século XIX. Hoje, rua Anápio Gomes

No mesmo ano de 1853, nasceu seu único filho homem, João Baptista Lessa, em 04 de junho. Certamente este filho tenha lhe dado muito orgulho, por ser dotado de muitos talentos:

- como músico, tocava vários instrumentos, tanto de cordas como de sopro (seus preferidos eram órgão harmônio e clarinete). Foi maestro da Banda do Tiro de Guerra,² tendo organizado mais tarde sua própria banda. Os antigos moradores contavam que nos dias de festas da igreja, a banda costumava de manhã cedo sair pelas ruas chamando o povo para os festejos. A concentração para a partida era na ponte do Beco dos Cachorros, que não existe mais, e se localizava onde hoje é a Rua Coronel Fonseca, na baixada perto da Delegacia de Polícia;
- foi diretor e produtor de teatro, assim como regente do coral da Igreja Matriz;
- era apaixonado por fotografia.³ Gostava inclusive de colori-las, usando uma técnica própria;
- além das artes, também se dedicava às ciências, em especial à medicina. Segundo o historiador Augustinho Martha, formou-se na Santa Casa de Misericórdia;
- era poliglota e mantinha correspondência com vários países, especialmente com a França, de onde, anos após sua morte ainda vinham revistas científicas em seu nome. Quando não havia carteiro em Gravataí e se buscava a correspondência na casa onde funcionava a agência dos Correios e Telégrafo, na Rua Coronel Sarmento.

Segundo o historiador Jorge Rosa, em 1879 assumiu a farmácia fundada por seu pai. Em 1881 passou a exercer o cargo de tabelião. Em 1890 voltou à profissão de farmacêutico. Fabricava uma bebida de erva cidreira, com teor alcoólico, chamada “Melíssima”, a qual exportava. Outra característica de sua personalidade era a diplomacia, fato que o levou a ser nomeado como Juiz Distrital da Sede de Gravataí, em 1906. Seus velhos contemporâneos falavam da sabedoria com que julgava e apaziguava as contendas.

Preocupou-se, também, com as questões políticas, sendo amigo e conselheiro do Intendente José Loureiro da Silva. Segundo Jorge Rosa, ele era filiado ao Partido Republicano, de Julio de Castilhos, e prestou relevantes serviços ao município.

João Baptista Lessa, juntamente com Antônio Affonso de Jesus e Leonel de Vargas, formou a comissão que elaborou a primeira Lei Orgânica de Gravataí, que seguia o modelo republicano e era moldada na Carta Castilhista do Estado. Foi votada em 15 de novembro de 1892.

Em 1915 foi festeiro da Festa do Divino, levando a efeito a Folia de Bandeiras e a Festa de Cavalhada, o que atraiu enorme público das redondezas e da capital.

Outro evento tradicional, que realizava anualmente, era a Festa de São João, pois nascera em junho e tinha o nome do santo. Contam que eram festejos muito alegres, com banda de música, canto e danças, aberto a todos os aldeianos. Ele mesmo confeccionava e soltava um grande balão junino.



Sua vida familiar foi exemplar. Casou-se com Guilhermina Georgina Dauth Linck, cuja união durou por muitas décadas. Fizeram uma grande comemoração nas Bodas de 65 Anos. Foram três dias de festa, tipo “kerbs”, de origem alemã. Major João Baptista Lessa faleceu em 21/09/1941. O casal teve cinco filhos: Severino, Maria Josefina (Mariquinha), Jorge, Norberto e Diva.

Severino Lessa, também Major, foi presidente da Associação Rural de Gravataí, vereador e, por um ano, Presidente Interino Câmara de Vereadores. Casou-se e foi morar em Porto Alegre, tornando-se empresário, no ramo da hotelaria, e fazendeiro.

Maria Josefina – Mariquinha Lessa como era conhecida, nasceu em 08/09/1879, nesta cidade e aqui faleceu em 13/10/1957.

A seguir, alguns dados biográficos pesquisados por Célia Silva Jachemet, tendo como fonte o antigo livro tombo da Paróquia Nossa Senhora dos Anjos:

No dia 20 de novembro de 1898, a Srta. Maria Josefina Lessa, por nomeação do Revdo. Diretor Diocesano Padre Antonio Lueri, S. J. recebeu solenemente o

diploma de Zeladora do Apostolado da Oração desta paróquia. Reorganizado, o mesmo Apostolado pelo Revdo. Cônego Pedro Wagner, em 1º de outubro de 1913, foi a referida nomeação aprovada e o diploma retificado, visto ter a senhora passado a assinar Maria Josefina Lessa Peixoto. No dia 1º de janeiro de 1915, pelo Diretor local Cônego Pedro Wagner, em substituição à 1ª. Presidente. Guilhermina Georgina Lessa foi nomeada a zeladora Maria J. L. Peixoto, presidente do Apostolado da Oração desta paróquia. É a única sobrevivente das zeladoras nomeadas em 1898, e, das nomeadas em 1913 é também a única que, com a graça de Deus, ainda se acha no exercício do cargo no ano de 1948, festejando no dia 20 de novembro o seu Jubileu de Ouro de Zeladora. (sic)

Em comemoração ao Jubileu de Ouro do Apostolado da Oração, ofereci ao Revdo. Cônego Pedro Wagner, diretor local da mesma associação, um livro que contém o extrato de atas lavradas nos livros das reuniões mensais das Zeladoras, transcritas fielmente, relatando os fatos mais importantes ocorridos no Apostolado no período de cinquenta anos. É este modesto trabalho, a revisão de centenas de atas e tive por objetivo facilitar no futuro aos senhores Diretores, qualquer informação necessária, referente à vida do Apostolado da Oração desta paróquia. (sic) Segue a assinatura M. J. L. Peixoto.

D. Mariquinha, sempre muito religiosa preocupava-se também com as obras de caridade, tendo sido uma das fundadoras da Ação Católica de Gravataí, dedicada à assistência social. Foi casada com José Gomes Peixoto, tabelião do Cartório que antes pertencera a seu sogro. Como não tiveram herdeiros, passou mais tarde o cartório para seu afilhado José Linck (que foi, por três mandatos, prefeito da cidade). Hoje é o Cartório Raupp.

Jorge Lessa nasceu em 1880. Foi Subintendente de Gravataí em 1906. Casou-se com Cecília Raupp e tiveram seis filhos: João Batista, Maria Genny, Marieta, Alda, Georgina e Carlos. Faleceu em 14/06/1912. Seu filho mais velho, João Batista Raupp Lessa, casou-se com Herondina Dias Machado, foi morar em Porto Alegre, onde abriu uma Farmácia Lessa, no bairro Belém.

Diva Lessa de Jesus, filha caçula do Major Lessa e D. Guilhermina, era casada com Heitor de Jesus, fazendeiro em Itapoã, município de Viamão. Tiveram três filhos: Elça, Lumen e Nestor.

Transcrevemos, a seguir, a biografia de Norberto Lessa, escrita por Agostinho Martha e apresentada na solenidade de inauguração da Praça que leva seu nome, localizada na confluência das ruas Loureiro da Silva e Anápio Gomes, em frente à Escola Barbosa Rodrigues:



“Norberto Lessa, filho do Major João Batista Lessa e de Guilhermina Linck Lessa, nasceu nesta cidade a 06 de junho de 1886. Bem jovem ainda iniciou sua função de farmacêutico, auxiliando seu pai que era médico e juiz municipal. Norberto visava maiores conhecimentos rumando então para a capital, a fim de aperfeiçoar-se em farmácia e também em medicina, pois as pequenas comunidades interioranas, como era o caso de Gravataí, dificilmente contavam com assistência permanente de médicos.

Seu estudo foi realizado com extraordinário aproveitamento na Santa Casa de Misericórdia, onde trabalhou e praticou durante cinco anos. Foi ela a sua Faculdade, onde conclui seu aprendizado. Depois de uma rápida passagem por Viamão, estabeleceu-se na então Rua da Glória, hoje Glorinha. Já casado com Maria Josefina Raupp Lessa, ali nasceram seus dois primeiros filhos.

Chamado pelo pai retorna à sua Aldeia, em 1912, para tomar conta da Farmácia Lessa, fundada por seu avô Velocino de Almeida Lessa, há mais de meio século, em 1853. Humanitário e comunicativo jamais deixou que alguém saísse da farmácia sem levar medicamento por falta de dinheiro, e as consultas eram gratuitas. Possuía um vasto círculo de relações e inúmeros amigos verdadeiros, inclusive jovens que por ele tinham grande admiração.

Norberto Lessa nunca errava um diagnóstico. Inteligente, falava diversas línguas, alegre, espirituoso, a todos socorria com benevolência.

Em 1919, um cliente da Costa do Ipiranga, Claudio Fernandes, veio para uma consulta. Após detalhado exame, Norberto foi categórico em seu diagnóstico: Carbúnculo, infecção grave, mortal, que ataca o gado e de contágio perigoso para o homem. Tal é o perigo de contágio que nem se tira o couro do animal, carbunculo, pois o menor arranhão pode ser fatal. Imediatamente, extraiu do ferimento do paciente o material necessário para o preparo da vacina contra o carbúnculo, que nunca tinha sido aplicada no ser humano. O Instituto Borges de Medeiros, de Viamão, relutou em acatar tal incumbência, mas acabou atendendo o pedido de Norberto Lessa, que aplicou a vacina no velho amigo salvando-o da morte certa. Assim ele conquista a glória de ser o primeiro médico, sim, porque ele era de fato

médico, embora sem diploma, a mandar preparar e aplicar com êxito a primeira vacina contra o carbúnculo humano.

Nos livros do Instituto Borges de Medeiros encontra-se o registro de que ali foram preparadas tais vacinas, a pedido de Norberto Lessa. Como essa, muitas foram as vitórias conquistadas no decorrer da vida deste grande homem, que tantos benefícios trouxe à comunidade gravataiense.

Norberto Lessa exercendo sua profissão durante tantos anos poderia ter enriquecido, e muito, mas, por seu espírito humanitário e comunitário e pela grandeza de seu coração, não se preocupava com cobranças.

Também era um admirador da natureza, em especial das orquídeas, sendo assim o primeiro orquidófilo de Gravataí, possuindo belos e raros exemplares em sua coleção. Faleceu em 11 de março de 1962.”

Ilustrando a afirmação de Agostinho Martha sobre a capacidade de Norberto Lessa fazer diagnóstico, tem um fato interessante. Certa vez, foi chamado às pressas, para atender um amigo que passava mal, em Glorinha. Ao entrar na casa, só pelo cheiro, antes mesmo de ver o paciente, foi categórico: “Tifo” (Febre Tifóide)! Salvou o amigo e a família.

Acrescentamos que foi sócio fundador da Sociedade Orquidófila de Gravataí – SOGRA e da Associação Industrial e Comercial de Gravataí - ACIGRA.

Era uma pessoa desapegada dos bens materiais, tendo vários episódios envolvendo posse de terra, como a área que era da “Garagem da Prefeitura”, onde hoje se localiza a Secretaria da Fazenda, FUNDARC, Cine Teatro... Outro fato ocorreu, quando o governo do Estado inaugurou a primeira faixa pavimentada do Rio Grande do Sul, ligando Gravataí a Porto Alegre, antiga Av. Flores da Cunha, hoje Av. Dorival Cândido Luz de Oliveira. Na ocasião, o Bispo D. João Becker que tinha uma chácara, atualmente das irmãs do Imaculado Coração de Maria, a vila Lourdes – pediu-lhe que cedesse uma parte de suas terras que fora cortada pela faixa, permitindo assim que a chácara tivesse outra saída direta para a avenida, além da lateral que se conserva até hoje, (nos fundos do Carrefour) e se chamava “Beco do Bispo”. Em tal porção de terra atualmente se encontra o Supermercado Nacional, a Galeria ao lado, nos fundos o SENAC, IPERGS... Também as terras que ficam em frente, onde até pouco tempo havia um casarão de madeira, estilo colonial alemão, ele as trocou, com seu cunhado José Raupp, por um carro “Ford Bigode”, um dos primeiros de Gravataí.

São descendentes de Norberto e Maria Josefina Raupp Lessa, “Lica” (1886 – 1950): Esther, Severino, Walter, João Batista, Maria Wilma, Nilda Maria e Mirian Jessy.



Esther Lessa Gomes nasceu em 16/08/1910 e faleceu em 14/12/1991. Filha primogênita, com treze anos começou a trabalhar na Farmácia Lessa, tornando-se uma farmacêutica exemplar. Foi a primeira motorista de Gravataí, em 1928.

Esther casou-se com o empresário Alcides Gomes, também gravataiense, e aqui tiveram seus seis filhos: Gilberto Lessa Gomes, o empresário Gilmar José Lessa Gomes, o empresário Gilton Luiz Lessa Gomes, a professora Gilca Maria Lessa Gomes Pinto, a professora Maria Nilda Lessa Gomes Karoly e a professora Maria da Graça Lessa Gomes Cravo.

Ainda muito cedo Esther ficou viúva, perdendo o marido e o filho mais velho, em trágico acidente com o caminhão de sua empresa de transporte para São Paulo, em 1950.

Sendo uma mulher forte e dinâmica, possuidora de diversos dons artísticos e culinários passou a trabalhar confeccionando flores, grinaldas, doces e bolos artísticos, procurando preservar seu patrimônio.

Nas artes plásticas dedicava-se a pintura em tecido e óleo sobre tela. Modelava esculturas em papel machê dos personagens que decoravam seus bolos artísticos, como Branca de Neve e os Sete Anões, e muitos outros que criava.

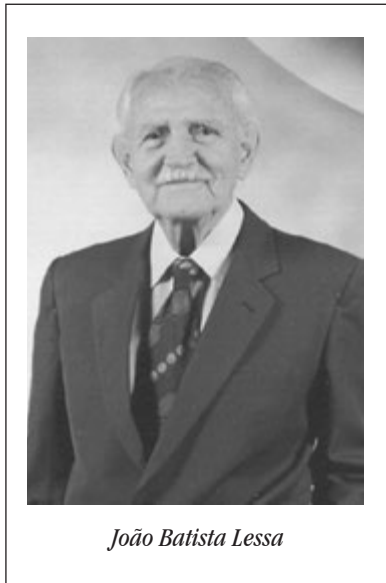
Fazia tricô, crochê, costurava para família e cozinhava muito bem. Gostava de receber visitas, sempre com doces e bolos. Era muito estimada, sempre pronta a

servir as pessoas que estivessem necessitadas de ajuda, quer fosse aplicando uma injeção ou oferecendo uma palavra amiga.

Severino Raupp Lessa nasceu em 27/11/1911. Casou-se com Ondina Gomes dos Santos, de Porto Alegre, onde foi morar, abrindo outra Farmácia Lessa, no bairro Navegantes.

Walter Alfredo Lessa nasceu em 1913. Casou-se em 1942 com a professora Alzira dos Santos Abreu, de Viamão. Moraram alguns anos em Gravataí e se mudaram para Porto Alegre.

João Batista Lessa Neto nasceu em 23/06/1914. Casou-se em 1939 com a professora Ceny Gomes Bernardes, também de Gravataí, e aqui nasceram seus cinco filhos: o artista plástico João Alberto Bernardes Lessa, a psicóloga Maria Elaine Lessa Sperry, o médico cirurgião Carlos Roberto Bernardes Lessa, o jovem falecido tragicamente em 1966, Claudio Norberto Bernardes Lessa e o desenhista Alcides José Bernardes Lessa.



João Lessa começou a trabalhar muito cedo na farmácia de seu pai, a qual serviu à comunidade gravataiense por cem anos! (1853 – 1953). Depois, ainda jovem, foi contratado como encarregado para a drenagem do rio Gravataí, o que permitiu que o tornasse mais navegável. Trabalhou como caminhoneiro, viajando para o Rio e São Paulo. Parou após o desastre com as mortes e de seu sobrinho e de seu cunhado Alcides Gomes. Assumiu o cargo de responsável pelo Posto do IAPC em Gravataí, mais tarde, com a unificação do INPS, transformado em Posto do Ministério do Trabalho, onde se aposentou. Era datilocopista.

Na área do esporte era do Paladino, desde a sua fundação, tendo sido seu jogador e com muito orgulho guardava uma foto do time do Paladino que em 21/02/1934 venceu o Alvi-Rubro por 6 x 0 ! Mas, sua paixão maior era pelo rio Gravataí, em cujas margens gostava de acampar desde menino, com seus pais, avós e demais familiares, continuando com seus filhos, sobrinhos e amigos. Foi sócio fundador, por muitos anos Presidente da Sociedade de Caça e Pesca de Gravataí.

A seguir, um depoimento do ambientalista Paulo Müller:

“João Lessa, foi um dos primeiros caçadores conscientes. Numa época em que ninguém se preocupava com a preservação do meio ambiente, ele já denunciava as atrocidades que aconteciam no banhado, como a caça fora de época, a matança de animais cuja caça era proibida, como ratão do banhado, capivara etc. Também já falava que a drenagem do banhado iria destruir o Banhado Grande.

Eu me lembro quando ainda era criança e chegava na Caça e Pesca e via alguns criticando João Lessa pelas denúncias. Ele se sentia magoado porque as pessoas não entendiam. Isso muito antes de surgir a APN-VG – Associação de Preservação da Natureza Vale do Gravataí. Outro que tinha essa preocupação e fazia denúncias era Olavo Freitas, também um caçador consciente.

João Lessa foi um dos fundadores da APN-VG, em 14/06/1979.

Aprendi com ele a andar pelo rio, onde tinha pedra, troncos ou onde era baixo, para não quebrar o motor. Era ele que levava os repórteres da RBS ou da Rede Globo para fazerem os primeiros estudos sobre o rio, assim como seu genro José Sperry que conseguia helicópteros da Base Aérea de Canoas. Era ele que levava os PM com toda boa vontade. Até pouco antes de falecer ajudava a levar crianças das escolas para conhecerem o rio. Sempre disposto a conduzir as pessoas. Tinha verdadeiro amor pelo rio Gravataí e pelo Banhado Grande. Com uma sensibilidade rara, ele inspirava fundo e sentia a “aura” do rio e nos falava como estava sua energia. Eu era guri e lembro de vários episódios vividos junto com o Betinho Lessa.”

Com quase 90 anos participou de um mutirão de limpeza do rio em preparação para a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes. Outro fato que muitas pessoas lembram era a comemoração de seu aniversário, pois nascera na véspera de São João e costumava fazer uma enorme fogueira no meio da rua, que na época era ainda Rua Marechal Floriano, hoje Anápio Gomes. Toda vizinhança participava e ele confeccionava, a exemplo de seu avô, um balão junino. Isso quando ainda era permitido. Felizmente, nunca houve nenhum acidente.

Gostava muito de viajar. Conheceu quase todo Brasil, vários países da América do Sul, Estados Unidos e alguns países da Europa. Faleceu em 07/08/2005.

Maria Wilma Raupp Lessa, nascida em 16/12/1919 e Nilda Maria Raupp Lessa, nascida em 06/11/1925, faleceram solteiras, respectivamente em 04/11/1953 e 17/03/1944.

Mirian Jessy Lessa Dias, filha mais nova de Norberto e Lica, nasceu no dia 03/07/1927. Estudou no Colégio Dom Feliciano e casou com Armando Gomes

Dias, natural de Porto Alegre. Tiveram três filhos: Alberto Lessa Dias, Engenheiro Operacional, Norberto Lessa Dias, Geólogo, e Miriam Benigna Lessa Dias, Diretora de Teatro e Doutora em Educação.

Mirinha, como era carinhosamente chamada, foi professora, considerada excelente alfabetizadora, recebendo reconhecimentos de várias escolas, entre elas, a Escola Estadual São Paulo, de Morungava, da qual ganhou uma homenagem.

Mãe dedicada tinha também um carinho especial pelos sobrinhos, afilhados e por sua amiga e irmã de criação, Eva Barros da Conceição. Teve nove netos, pelos quais demonstrava muito afeto e atenção, embora todos soubessem que ela jamais esquecera o grande amor de sua vida, seu falecido marido.

Era muito sensível, gostava de ler, de ouvir música, de cultivar folhagens e de pintar. Mesmo depois de viúva, voltou a estudar e se formou em Letras, sempre voltada para a alfabetização. Também gostava de viajar, conhecendo vários Estados do Brasil e países da América Latina. Faleceu no dia 11 de novembro de 2005.

Como representante da quinta geração dos Lessa de Gravataí, apresentamos Gilmar José Lessa Gomes, cuja descendência já compõe a oitava geração.

Gilmar nasceu em 30/11/1934 e faleceu em 21/07/2007. Casou-se com Maria Celma Fonseca e Gomes. Tiveram seis filhos, treze netos e cinco bisnetos. Era um homem muito dinâmico, criativo, líder e humanitário. Iniciou sua vida profissional muito jovem. Aos dezessete anos era sócio de um armazém e loja de tecidos; aos dezoito anos abriu o Bar e Hotel Guarani; montou uma grande distribuidora de gás abrangendo Gravataí, Cachoeirinha, Glorinha, Santo Antônio, Osório e todo o litoral; abriu uma loja de eletrodomésticos – a Sular. Depois tornou-se caminhoneiro, durante muitos anos, viajando por todo o Brasil, transportando diversos tipos de carga. Após a aposentadoria realizou sozinho, viagem de turismo em seu *motto room*. Partindo do Chuí foi até a Venezuela, e mais tarde percorreu a América do Sul até o Chile.

Na década de 1950, foi um grande mobilizador da comunidade trabalhando intensamente na campanha ‘União Operária’ em prol da construção de um hospital operário na cidade. Organizando e participando de vários eventos, rifas e outras promoções para angariar fundos para este fim. A obra não chegou a ser concluída sendo doada à APAE, onde funciona a E. E. Cebolinha. Por sua atuação na comunidade foi convidado a badalar pela primeira vez o novo sino da Igreja Matriz. Participou do Sindicato dos Caminhoneiros, atuando ativamente nas reivindicações da categoria.

Como era muito humanitário, admirava o trabalho da irmã Dulce. Esteve em contato com ela, ficando como registro deste encontro, uma foto ao lado da

Irmã. Foi presidente do asilo Nossa Senhora Medianeira, por duas vezes. Foi um dos fundadores da APN-VG, encarregado da documentação e registro da mesma. Na Expointer de 1997, sua imagem fez parte do marketing, panfletos, camisetas e *out door* do evento.

Dedicou-se com afinco às plantas medicinais mantendo contato com diversos estudiosos no assunto. Pesquisou em vários estados do Brasil e na Argentina. Foi presidente da Associação de Medicina Alternativa do Rio Grande do Sul, proferindo palestras e encontros em São Paulo. Montou uma biblioteca específica e trabalhou neste ramo. Mantinha contato com o professor Panísia, que é um dos mestres neste assunto.

Organizou e promoveu o 1º Encontro da Família Gomes, em 10 de outubro de 1999, chegando a quase oitocentos participantes, todos descendentes do primeiro Gomes que veio para Gravataí, Severino Antônio Gomes.

Pesquisou a respeito da história da família Gomes, mantendo contato através da internet com diversos locais, inclusive com Portugal, tendo feito amizade com um português dos Açores, que veio a Gravataí duas vezes para visitá-lo. Procurou dados na Cúria Metropolitana, no Arquivo Público, nos cemitérios, igrejas e em Santa Catarina. Conseguiu montar a árvore genealógica chegando até aos seus tetravós (1720). Descobriu dados importantes sobre os Gomes que se destacaram na história de Gravataí e também a nível nacional.

Liderou o 2º Encontro da Família Gomes em novembro de 2001, desta vez com quinhentos participantes.

Inventos do Gilmar: criou um sistema de catavento diferente, para captar a energia eólica, o qual apresentou na Expointer; montou um sistema de irrigação da horta, em sua chácara com garrafas pet com água, aproveitando o aquecimento solar; inventou um portão acionado por sistema hidráulico.

A história da família Lessa continua com novas gerações que, aprofundando suas raízes nesta terra amada, cada um a seu modo, mantém a tradição de servir à nossa querida Aldeia dos Anjos.

ANTES DO DISTRITO INDUSTRIAL: A FAMÍLIA FONSECA E A FAZENDA BOA VISTA

Zilda Fonseca Pacheco

Presidente do Projeto Pró-Memória do Bairro São Geraldo. Gravataí/RS

“Sempre que resolvia escrever algo para colaborar com a Pró-Memória, eu rezava para o Divino Espírito Santo me iluminar, com seus dons que são: Sabedoria, Ciência, Entendimento, Conselho, Piedade, Fortaleza e Temor de Deus. Reze você, também.”

Zilda Pacheco

Este texto foi produzido a partir do depoimento que dei, relatando fatos lembrados por mim sobre a família de Jerônimo Timóteo da Fonseca e Olívia Loff, meus pais. As anotações entre aspas, são citações fiéis do registro da entrevista realizada.

OS PAIS DE JERÔNIMO

O pai de Jerônimo chamava-se Manoel Timóteo Silveira da Fonseca, conhecido como “Seu Timóteo”. Descendia de portugueses. Era ourives por profissão, fazia bombas para chimarrão em ouro e prata, entre outros objetos, como alianças, anéis, brincos, fivelas, tudo sob encomenda. Mais tarde tornou-se militar, participou da Guerra do Paraguai recebendo o título de Coronel.

“Meu avô recebia uma pensão e eu lembro que meu pai ia a Porto Alegre mensalmente a cavalo e dizia: vou buscar o “soldo” do papai. Esse dia para nós era ótimo porque ele sempre trazia alguma coisa diferente para nós da família. O certificado de coronel está guardado na Prefeitura, com assinatura de D. Pedro de Alcântara, inclusive o seu retrato está no Museu Municipal.”

Manoel Timóteo casou-se com dona Gertrudes Gomes e tiveram oito filhos: Bernardino, Alexandrina, Amélia, Felicidade, Francisco, Timóteo, Antonio e Jerônimo. Gertrudes faleceu aos 50 anos e ele alcançou 98 anos de vida.

“Minha avó não conheci, mas meu pai e tios diziam que ela era uma pessoa muito bondosa e amiga.”

A FAZENDA BOA VISTA

As terras da família Fonseca eram denominadas Fazenda Boa Vista, que inclui hoje todo o Distrito Industrial, o Bairro Monte Belo e os loteamentos denominados COHAB A e COHAB B.

A CASA DOS PAIS DE JERÔNIMO

Manoel Timóteo morava com o filho Antonio Timóteo da Fonseca (Bem), casado com Dona Erlinda (Lindoca), num casarão onde hoje é a Fábrica Zivi e ainda existem duas figueiras grandes, indicando o local.

Este casarão tinha salas e varandas. A entrada tinha um corredor dividido por uma porta de madeira envidraçada. Na casa havia muitos quartos com janelas para a rua e, no centro, um quarto com saída para uma das salas, que eles chamavam “o quarto das moças.”

“Um dia perguntei à minha tia porque era chamado de quarto “das moças?” Ela respondeu: – “Para evitar incomodação. Eu, na época, fiquei sem entender nada.”

“A varanda, como chamavam a sala de estar, era bem grande. Havia uma mesa que meu pai mais tarde usava na casa dele, que depois passou para mim. Se pudéssemos ouvir essa mesa, ela contaria muitas histórias.”

“Lembro que no quarto do meu avô, além dos móveis de casal, havia uma mesinha com gaveta chaveada. Nessa gaveta ninguém podia ‘bulir’.”

A MORTE DE MANOEL TIMÓTEO

Quando Manoel Timóteo faleceu, o velório foi no casarão. Além da família e amigos, compareceu muita gente, até as autoridades do município. O caixão foi

levado por um carro de tração animal puxado por cavalos brancos, serviço prestado pela funerária da época. A cerimônia de encomendação foi celebrada na Igreja Matriz Nossa Senhora dos Anjos. Foi enterrado no Cemitério Central, em 1933.

“Ele comemorava com uma grande festa todos os anos o seu aniversário, que era no dia 15 de agosto, um dia santo (feriado religioso), dia de Nossa Senhora da Glória. E dizia que no velório teria toda aquela fartura do aniversário. Assim aconteceu.”

“Lembrei de uma história minha de criança: minha mãe, católica praticante, sempre visitava o cemitério para fazer suas orações pelos falecidos. Eu e minha amiga Evinha corríamos a nos oferecer para fazer-lhe companhia. Mas, nós não queríamos rezar e sim comer os deliciosos coquinhos, que caíam dos coqueiros na entrada do Cemitério Central. Isso lá pelos anos 1930, pois eu nasci em 1920.”

OS FILHOS DE MANOEL TIMÓTEO

1º Bernardino Fonseca

Bernardino casou com uma moça de São Francisco de Paula. “Moça da Serra”, como chamavam. Tiveram sete filhos. Quando ela morreu, ele mudou-se para Gravataí. Bernardino casou-se em segundas núpcias com Dona Ambrosina e tiveram seis filhos. Moravam no Passo dos Ferreiros, ao lado da ponte no Parque dos Anjos, onde duas ruas homenageiam o casal. Seus filhos: Clóvis, Clodovis, Lauro, Álvaro, Nair e Loiva.

2º Alexandrina Fonseca

Alexandrina, casada com Galdino Ferreira, teve um filho e este faleceu aos 30 anos, deixando três filhos pequenos: Erci, Gomercindo e Alexandrina. Moravam nas terras que hoje formam o Bairro Everest, na parada 76. Dona Alexandrina ficou viúva, cuidava do neto Gomercindo, que muito a ajudou quando ela estava mais velha e sozinha, em seu casarão vazio.

“Uma noite, quando Alexandrina foi dormir tinha uma cobra no quarto; ela simplesmente fechou a porta e dormiu no outro quarto; no dia seguinte seu neto matou a cobra. Ela escrevia versos e oferecia aos familiares, muitos baseados na sua saudade e solidão. Quando tinha 80 anos teve um derrame cerebral. Meus pais prepararam um quarto, contrataram uma pessoa para acompanhá-la, pois ficou parálitica e não falava. Com o correr dos meses ela pronunciava: ‘Senhora,

senhora,' várias vezes. Minha mãe dava-lhe muita atenção e passou a compreender o que ela queria. Quando pronunciava senhora era para pedir algo e a mamãe começava a fazer perguntas e quase sempre acertava. Por exemplo, ela tinha três lindos quadros: ela, o esposo e o filho, retratos muito bonitos. Pediu apontando para a parede e chorando. Nós colocamos no quarto os retratos e desse dia em diante ela passou a cantarolar: lá, lá, lá... talvez feliz.

Dona Emília, a pessoa que cuidava dela, fiava algodão colhido no quintal e fazia crochê para passar o tempo; eu aprendi crochê com ela.”

3º Amélia Fonseca

A filha Amélia era casada com Horácio Gomes, nome de destaque na época. Seus filhos: Antônio, Alcides, Acácio, Alcina, Georgina e Maria dos Anjos. Alcides era comerciante da cidade para capital com uma frota de “gasolinas” navegando pelo Rio Gravataí. O porto era o Passo das Canoas que hoje ainda se vê ruínas do casarão ao deixar a Free-way.

“Quando a estrada estava intransitável, Alcides levava as pessoas à Capital e muitas vezes o meu pai foi receber o soldo do meu avô, usando esse meio de transporte.”

“E no dia 2 de fevereiro de cada ano, Alcides levava sua família, parentes e amigos na ‘gasolina’, toda enfeitada de bandeirinhas para participar da Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes, no Rio Guaíba em Porto Alegre. Nesse dia aproveitava para mostrar a cidade. Lembro que uma vez nos levou ao Mercado Público, que ninguém conhecia e como era um homem muito brincalhão, ria ao explicar alguma coisa para nós.”

“Quando foi construída a faixa que ligou nossa cidade à capital em 1934, Alcides foi o primeiro que comprou caminhão para transporte. Mas logo veio a concorrência e por volta de 1940, ele resolveu viajar para São Paulo, levando e trazendo mercadorias.”

“Alcides tinha um filho bem jovem que trabalhava com ele no caminhão de transporte. Numa noite de cerração, em Vacaria, eles caíram na serra e morreram, fato que muito abalou a cidade.”

4º Felicidade Fonseca

“Felicidade, de apelido Dadinha, era casada com o Sr. Emiliano Costa e tiveram 10 filhos: Arnaldo, Tito, Sílvio, Olinto, Alvina, Bela, Arlinda, Anália, Celina (Ciroca). Emiliano foi Coletor Federal. Tinha ainda a filha de apelido Cucha, mas o nome dela eu não lembro.”

Na casa da família de Emiliano, no centro da cidade, Rua Coronel Sarmento, por muitos anos funcionou a Agência dos Correios e a Central Telefônica.

“Na cidade havia, na época, somente três telefones. Eles atendiam o correio, mas parece que não gostavam. As pessoas chegavam a levar uma pedrinha para bater na parede interna, então eles atendiam com a maior naturalidade.”

“O Tito, em 1935, abriu um bar na praça, na esquina da Rua Cônego Pedro Wagner com a Loureiro da Silva. Era conhecido como o Bar do Tito. Parecia ser exclusivo dos alunos do Colégio Dom Feliciano, pela bondade dele com as crianças e por ser muito próximo ao colégio.”

“Olinto Costa, filho de Dona Felicidade e Emiliano Costa, teve cinema por muitos anos na cidade, numa casa ao lado da casa de seu pai. O Arnaldo e o Sílvio tinham comércio próprio. Mais tarde, Olinto Costa deu início ao transporte de passageiros para Porto Alegre com um caminhão com os bancos e um estribo para embarcar. O caminhão, às vezes, ia bem lotado; chegava a viajar com pingentes. Mas, o trânsito era mínimo e o proprietário dirigia e esperava se a pessoa já havia marcado a viagem e não havia chegado ao local marcado para o embarque. Quando chegava ao fim da linha no Mercado Público, se era uma pessoa da família ou amigo ele transportava ao local, como por exemplo, na Santa Casa ou médico, etc.

O Sílvio, conhecido por Civico trabalhava como cobrador do caminhão e Gomerindo dos Reis era o chofer num determinado horário. O Camaquã, um mulatão que não sabia bem engatar as marchas do motor e o ônibus levava o dobro do tempo. Então andava quase sempre com poucos passageiros, até que um dia o dono da empresa descobriu porque ninguém queria aquele horário.

Um dia o Olinto resolveu vender a empresa para o Sr. Oscar Jaeger e sua esposa Dona Jaci que por longo tempo a dirigiram. Quando ele faleceu, ela teve de vender a empresa que é esta que aí está. Alguns dos empresários: Zeca Pereira (Zeca Pintado), José Português, o Capri e outros. Até hoje continua sendo a SOGIL.”

5º Francisco Fonseca

Francisco era casado com Felipa Costa. Moravam nas terras do pai e tiveram 8 filhos: 1) Gertrudes, que se casou com Luís Caetano Mendes; 2) Maria, que faleceu solteira; 3) Celina que se casou com Fredolino Schmitz; 4) Alzira, que se casou com Francelino Schmitz; 5) Antônio, que se casou com Cecília; 6) Albertina (Dona Beta) que se casou com Álvaro Linck Pacheco (Seu Alvinho); 7) Olímpio, que se casou com Castorina e 8) Ataliba que se casou com Maria dos Anjos.

“Francisco morreu muito cedo, de tétano. A viúva Dona Felipa criou os filhos com a ajuda dos tios: a Gertrudes (Gertrudinha) foi criada pelos tios Bem e Lindoca.”

“Quem havia comprado as terras de Dona Felipa era o meu pai e com o tempo eles viram que meu pai possuía estas terras. Questionaram, pois eles eram menores e meu pai teve de fazer um acordo e doar para não questionar; hoje é a Vila Monte Belo.”

6º Timóteo

O filho Timóteo casou-se com Isolina, enviuvou e mais tarde casou-se com Maria José. Do primeiro casamento teve sete filhos e do segundo apenas uma filha de nome Vilma, que faleceu aos 10 anos de idade.

7º Antonio Timóteo da Fonseca – Tio Bem

Antonio, de apelido Bem ou ainda Tio Bem, casou-se com Dona Erlinda (Tia Lindoca). Não tiveram filhos. Criaram uma filha adotiva, a Evinha, que não se casou. Era costureira.

8º Jerônimo Timóteo da Fonseca

“Meu pai foi o filho mais moço de Manoel Timóteo Silveira da Fonseca e Gertrudes Gomes.”

A VIDA DE JERÔNIMO TIMÓTEO E OLÍVIA FONSECA

Jerônimo nasceu em 21 de fevereiro de 1885. Sempre morou neste município. Foi político por gostar. Morador da Fazenda Boa Vista, que era de seu pai, Jerônimo foi fazendeiro, pecuarista, dedicando-se também à agricultura. Na fazenda havia engenho de cana-de-açúcar, atafona para farinha de mandioca, ou seja, tudo que uma fazenda necessita produzir para o consumo interno e para a venda, gerando renda.

“Ele costumava dizer que em sua casa poucas coisas se comprava, entre elas o sal.”

O CASAMENTO DE JERÔNIMO

Jerônimo e Olívia se conheceram nesta cidade e casaram-se na Igreja Matriz no dia 14 de fevereiro de 1920.

Olívia Löff Fonseca era filha de Felipe Löff e Felicidade Löff. Nasceu em Gravataí, em 15 de outubro de 1900. Seu pai era o único ferreiro da cidade, estabelecido onde hoje é o Ginásio de Esportes Municipal, na Avenida Centenário, esquina com Adolfo Inácio Barcelos, local conhecido como Passo dos Ferreiros.

Olívia foi a primeira Catequista da comunidade da Capela Nossa Senhora das Graças da Vila São Geraldo. Foi fundadora do Apostolado da Oração e também trouxe a devoção e as visitas das capelinhas de Nossa Senhora para nossa comunidade.

Alguns de seus hábitos:

“Levantava-se antes de o sol nascer, ainda noite, para fazer suas orações nos ‘Livros de reza.’ Rezava o terço e lia um trecho da Bíblia. Não esquecia de nenhum aniversário, dos familiares, dos amigos, dos conhecidos e tinha que dar um presente.”

“No centro da cidade tinha a loja do Seu Neri, bazar e papelaria, e a loja do Seu Bebê, cama, mesa e banho. Era nessas lojas que ela comprava todos os presentes em grande estoque ao longo do ano.”

Também era encarregada de levar a Bandeira do Divino para visitar as famílias dessa comunidade, junto com um grupo de pessoas, na época da festa.

Muitas vezes rezava o “terço de sétimo dia para os falecidos. Era madrinha de muitos afilhados. Também foi uma boa conselheira de todos os assuntos para quem a procurasse.

Visitava sempre as pessoas doentes. Nota da neta Ivete Pacheco Flach: “Olívia era uma mulher muito bonita, vaidosa, sempre muito bem arrumada. Não era de falar muito, era de escutar e fazer muito. Ela deixou uma grande herança para quem teve o privilégio do seu convívio: amar verdadeiramente o próximo. Onde havia um doente, não interessava se era longe ou perto, se era conhecido ou não, ela tinha o compromisso de visitar.”

“Foi catequista no tempo em que até as roupas das crianças ela é quem tinha que organizar. As primeiras turmas de catequese, que naquele tempo se chamava “Doutrina”, foram reunidas embaixo dos eucaliptos que ofereciam agradável sombra ao lado do primeiro barracão da Igreja, bem onde hoje está o Salão Paroquial.”

Nota de Maria Flávia Rocha, uma de suas alunas da catequese: “Muitas vezes levava as crianças para a sua casa e dava a sua doutrina na sala, para não deixar o marido que estava doente, sozinho. Nesses dias ainda servia café para as crianças. Quem teve a alegria de conviver ao seu lado, teve o exemplo vivo do que é ser cristão. Fervorosa na religião, compromissada com sua fé, vivia o verdadeiro amor de Deus. Amava profundamente os pobres, perdoava verdadeiramente, nunca pronunciou uma palavra sequer ofendendo alguém ou que estivesse magoada.”

JERÔNIMO E A POLÍTICA

Ele era um político nato, tendo sido vereador, por duas vezes, mas o dinheiro ele depositava na Farmácia do Sr. Norberto Lessa, a única da cidade e quando vinha a receita de alguém com dificuldade para pagar era de graça o remédio. Foi Vereador e primeiro presidente da Câmara no período de 1923 a 1928. Foi um político atuante no município, trabalhando pelo bem do povo e lutando pelo progresso da sua Comunidade. Sempre manteve um bom relacionamento com todos os partidos políticos. Assim, muitos candidatos a cargos ou mesmo já exercendo algum, o procuravam solicitando conselhos e orientações para desenvolverem seu trabalho. Era um legítimo conciliador. Conhecia muito bem sua cidade natal, enxergava de longe as necessidades do povo e da região. Um político que não tinha inimigos, transitava por todos os ambientes com seriedade e ao mesmo tempo com muita simpatia, considerando-se a época em que brigavam muito, com ódio mortal por seus ideais partidários. Sua vivência política extrapolava os limites geográficos, pois era recebido e recebia autoridades de outros municípios e também do governo estadual.

FILHOS DE JERÔNIMO E OLÍVIA

Jerônimo e Olívia tiveram cinco filhos: - Zilda que se casou com João Linck Pacheco, - José (Juca) que se casou com Terezinha Mello; - Alfeu que se casou com Lídia Mônico e Zélia que se casou com Aldo Linck Pacheco

Tiveram ainda outro filho, a quem deram o nome de João, mas que faleceu ainda criança.

“No dia 24 de agosto de 1954, suicidou-se Getúlio Dorneles Vargas, presidente da República do Brasil. Wu e meu marido tínhamos sido convidados para batizar um nenê, filho da minha irmã Zélia e do irmão Aldo Pacheco. A criança tinha quase dois meses. Com aquela notícia trágica, diziam que iria haver revolução ou coisa pior. Embarcamos numa camionete aberta de propriedade do pai do nenê, que é hoje o Sr. Paulo Ponciano Pacheco e fomos até a Igreja de Nossa Senhora dos Anjos de Gravataí. Ao chegarmos já tinham fechado a metade da porta, mas era o próprio padre que fechou a metade da porta e foi tocar o sino das 18 horas – Ave- Maria. Nós entramos, éramos conhecidos e amigos. Ele fechou o outro lado da porta. Nós contamos o motivo da nossa chegada, e imediatamente ele batizou

o nenê. Era o cômego Pedro Wagner. Ele casou meus pais, batizou todos os filhos e casou-nos. Não casou nossa filha mais velha porque já tínhamos aqui a Paróquia Nossa Senhora das Graças, mas foi convidado e almoçou conosco e fez uma saudação a nós, aos pais, aos convidados e especialmente aos noivos.”

NETOS E BISNETOS DE JERÔNIMO E OLÍVIA

Filhos de Zilda e João Pacheco: José Cláudio, casado com Odete Migliavacca, ela natural de Santo Antonio da Patrulha. O casal tem três filhos: Larissa, Glauber e Betina; Claudete, casada com Lindomar Gil, de São Francisco de Paula, três filhos: Marco Antonio, Francisco Claudomar e Lissandro; Ivete, casada com José Egidio Flach, natural de Bom Princípio, tiveram quatro filhos: André, Cristina, Felipe e Débora; Filhos de Zélia e Aldo Pacheco: Vera Lúcia, casada com Paulo Pinheiro, três filhos: Janaína, Carolina e Tiago; Elisa Mara Pacheco, uma filha: Fernanda; Paulo Ponciano Pacheco, casado com Fátima, três filhos: Aldo, Luciana e Taís; Filhos de José Timóteo e Terezinha: Elisabete, casada com Vilmar Silveira, dois filhos: Michele e Cleiton; Paulo Fernando, casado com Antoninha, três filhos: Rodrigo, Diego e Bibiana; Filhas de Alfeu e Lúcia: Tânia Maria, casada com Denésio Bortoluzzi, uma filha: Roberta; Maria Eliane, casada com Cid Cordeiro, dois filhos: Cidiane e Roger; Maria Gorete, casada com Nei Cordeiro, dois filhos: Lucas e Mateus.

Nota: A descendência do casal Fonseca segue com os tataranetos que chegam. Entre esses já reaparecem os nomes dos antepassados Jerônimo e Olívia.

A CASA DA FAZENDA

A casa de Jerônimo e Olívia para localizar hoje, ela fica próxima à chamada “piscina”, lago existente bem ao fundo da Vila Monte Belo, Rua João Pacheco, na região da Comunidade Nossa Senhora Aparecida, próximo à Kaiser, onde ainda hoje há uma figueira centenária. Era uma casa antiga de paredes muito grossas e resistentes, com o telhado colonial, aquelas telhas “de canoa.” Ela tinha vários galpões para os serviços e para o gado, mangueira, banheira para o gado, água de vertente e um capão de mato que ainda está lá.

“Na casa de meus pais tudo era com muita fartura e sempre havia muita gente. Uns vinham passear, outros para ajudar e outros para se abrigar. Vinham também pessoas andarilhas, alguns até um pouco conhecidos, outros não, mas também eram

acolhidos e não saíam sem um prato de comida e o “pouso”. Outros ainda acabavam ficando, ajudando e sendo ajudados. Outras pessoas vinham passar dias lá e terminavam ficando sem ter para onde ir, como a dona Alexandrina, irmã do meu pai.”

“Além da criação de gado e agricultura, plantações de mandioca, batata, meu pai tinha uma criação de ovelhas só para o gasto e tinha um pastor para cuidar desses animais. Chamava-se Alziro. Ele era um pouco perturbado da memória, mas era de muito bom coração. Infelizmente, depois de certa idade perdeu completamente o uso da razão.”

OS COMPADRES E OS POSTEIROS

Jerônimo e Olívia tinham muitos compadres, pobres e ricos. Nos dias de banhar, vacinar ou marcar o gado, era o chamado “rodeio.” O posteiro, como o nome já diz, ocupava um posto, geralmente próximo às divisas dos campos de uma fazenda, para reparar pelas cercas, pelos animais e cuidar se alguém entrava sem autorização. Ali morava com sua família, plantava, criava os filhos e ajudava o fazendeiro quando necessário.

“Nos dias de rodeio, os compadres e amigos vinham ajudar e se fazia churrasco e aipim, que se comia com farinha. A maionese só em festas.”

“Alguns posteiros da fazenda: seu Juvêncio e dona Otília, que plantavam fumo para eles e vendiam em rolos na bodega do seu Lino Schimitz e o melado era a varejo. Era um casal sem filhos, mas trabalharam até o fim da vida. Tinha o Ciríaco, velho pardo que morava onde hoje é a Kaiser.”

“Alguns dos compadres de meus pais: Generino Farias, que morava onde hoje é a Madeireira São Geraldo. Manoel Malta, Zeca Laurindo, Bernardino Gomes, João Crispim e outros, eram moradores dentro destes campos.”

A CASA DO ALTO DA COLINA

Depois da casa da fazenda vieram para mais perto da faixa Gravataí - Porto Alegre, na rua Alceu Wamosi, próximo ao atual Posto 70, na Vila Monte Belo, bem no alto da lomba. Havia, na casa, uma escada de madeira que levava ao sótão.

“Mais tarde construíram uma casa onde hoje é a Vila Monte Belo, que ainda existe, na entrada da parada 70. Para se tornar mais fácil o estudo dos filhos, ele, meu pai, muito doente do coração, o médico Dr. Gabino da Fonseca deu um re-

pouso grande: devia ficar só sentado e recostado numa cadeira de preguiça. Lutou mas ficou bom. Foi nesta casa que casaram os quatro filhos.”

O RETORNO

Mais tarde a família de Jerônimo voltou a morar no fundo do campo, nas proximidades do Rio Gravataí, região hoje, entre o Posto de Pedágio e a Empresa Nutrela e continuaram vivendo da agricultura e da pecuária.

“O filho Alfeu também foi morar lá, e junto com o cunhado João, plantavam arroz.”

A CASA DA FAIXA

Finalmente fixaram residência “na beira da faixa” (Flores da Cunha nº 3652 - parada 72) no Bairro São Geraldo, em frente à Praça Getúlio Vargas, ao lado da atual Loteria São Judas. A casa ainda existe, mas com finalidade comercial. Permaneceram ali até o fim de suas vidas.

A PARÓQUIA

Foi com a liderança do casal Fonseca e a ajuda do pároco de Nossa Senhora dos Anjos, Cônego Pedro Wagner, que se iniciaram as campanhas em prol da instalação de uma Capela na Vila São Geraldo, a qual foi construída em mutirão pelos paroquianos e inaugurada em janeiro de 1953.

Nos primeiros tempos era mais conhecida como Igreja São Geraldo, por causa do nome do patrono do bairro, mas que por escolha do Arcebispo Dom Vicente Scherer, foi dedicada à Nossa Senhora das Graças, tornando-se Paróquia em 31 de dezembro de 1957.

A DOENÇA

Na década de 1950, a vida lhe prega uma peça: teve um derrame cerebral, que hoje chamamos de AVC, que o deixou paralítico por 14 anos. Mas o bravo Jerônimo

não se abateu e não deixou de seguir seus ideais. Continuou seu trabalho fazendo de sua casa um espaço político, religioso, social e cultural. Reaprendeu a escrever, usando então a mão esquerda e fazia diariamente seus escritos, sua agenda, seus comentários. Nunca deixou alguém que dele precisasse sem ajuda, tanto material como na ajuda pessoal em forma de aconselhamento e orientação. Nesse período de invalidez, nunca deixou de votar; era levado carregado até a mesa eleitoral.

“Ele sempre dizia que para não votar, só se estivesse morto. Meu pai faleceu em 15 de agosto de 1969. Minha mãe viveu mais 9 anos, falecendo em 7 de maio de 1978.”

OUTROS FATOS DA VIDA DE JERÔNIMO: A VÉSPERA DE NATAL

Nesse dia era sagrado: ele assava um porco e Olívia fazia uma fornada de cucas. Então, eles iam de charrete até o centro da cidade, ao Presídio Municipal levar a ceia dos presidiários e somente no dia seguinte é que comemoravam o Natal com a família.

AS CRIANÇAS

Ao redor do casal vários meninos e meninas viveram como seus verdadeiros filhos, tal o amor e carinho a eles dedicados, criando laços afetivos de família que aquelas crianças não conheciam, recebendo casa, alimentação, educação e religiosidade, inclusive sendo encaminhados na vida.

O FILHO DO CORAÇÃO

Antes de casar-se com Olívia ele teve um filho. Ao casar-se trouxe seu filho junto, com aproximadamente 10 anos, o qual conviveu com seus irmãos por parte de pai, recebendo de Olívia, tratamento de mãe. Mais tarde o pai lhe deu uma casa na Vila Marrocos, como herança.

A FAMÍLIA DE ZILDA

Zilda Fonseca e João Link Pacheco casaram-se na casa da Vila Monte Belo e foram morar na casa velha da fazenda. Tiveram três filhos: Claudete, Cláudio e Ivete. Tinham plantações diversas, criavam gado, tiravam leite. E também tinham atafona, olaria, granja de arroz e engenho de cana, do qual forneciam melado para uma fábrica de doces de propriedade de Acelino Medeiros.

“Acelino Medeiros era um empreendedor gravataiense. Na sua indústria era fabricado um docinho de amendoim moído denominado “Gostosão”. Não havia quem não gostasse. Era também famoso o tempero de mesa chamado “ Molho Farrapo”, presente em muitas mesas das famílias e em restaurantes da cidade, da capital e de outras cidades do Estado.”

“Quando veio a professora Iara, de Porto Alegre, para dar aulas na Escola do Barnabé, que na época funcionava na casa do Sr. Luís Caetano Mendes, era necessário uma auxiliar de ensino. Meu pai, vendo que não tinha professora suficiente no colégio, só uma, me apresentou à professora Iara e fui trabalhar sem nada receber. Foi de coração.”

Na safra da mandioca os vizinhos iam também fazer farinha para o gasto. As mulheres faziam polvilho e da massa os bijus, que torravam e guardavam, porque não havia padarias, e elas precisavam preparar as misturas para o café da família e para as visitas que recebiam.

“Lembro de algumas amigas que, muitas vezes, participaram das farinhadas: Maria Soster, a Carmozina Costa Pacheco, a Dona Belizária Melo e outras.”

“O João Pacheco era genro de Jerônimo, portanto não era seu sangue, mas também gostava da casa cheia de gente, talvez por vir da numerosa família Linck. Podia ser jovem ou idoso, ele acolhia a todos.”

“Por lá passaram os idosos: Tertuliano, que veio de Torres; seu Manoel, o Camaquã, o Gregório, o Chico, o Zé, o Ciriaco, o Setinho. Alguns acabaram ficando por lá até morrer e nós fizemos o enterro.”

Para encerrar:

*No quintal da casa branca
Saracura no banhado
Sabiá na laranjeira
Quem me dera que voltasse
O tempo das brincadeiras.*

*Lá dentro da casa branca
Eu, o João, nossos filhos e os empregados
Quem me dera que voltasse
O tempo da farinhada.*

*Lá no quintal, os patos,
Marrecos e galinhas cacarejavam
Do outro lado, a cachorrada
Quem me dera que voltasse
O tempo do melado*

*E agora no pensamento
A saudade do quintal da casa branca
O tempo passou
E levou alguém daquela imagem
Não apagou a saudade que ficou!*



Centro de Gravataí, antes do estabelecimento do Distrito Industrial no município.

RELEMBRANDO A FAMÍLIA MACHADO – JOÃO HORÁCIO

Juracema Machado Coruja

Funcionária Pública Municipal aposentada. Gravataí/RS

*“[...] Em momentos de angústia
Ao pensar estando só,
Vejo o rio da minha infância
A correr buscando o mar.
Sinto sede de água pura
Quando a “natureza” chora
No silêncio das barrancas
Me pedindo pra cantar.*

*Não deixem morrer meu rio,
Me ajudem por favor!
O biguá que mergulhava, já morreu;
Aguapé não dá mais flor [...].”*

Súplica do Rio - Paulinho Pires

João Laurindo Machado nasceu no dia 27/03/1894 às margens do rio Gravataí. O nosso João Horácio, do lugar onde estiver, com certeza, estes versos estará cantando, pois foi um apaixonado como ele só, pelo nosso Gravataí. Amou muito essa terra!

Para nós, os filhos e para os netos descendentes da família Machado, Gravataí é uma espécie de símbolo, pois a história de João Horácio e de dona Afonsina se passa em torno do nosso rio Gravataí; esta ligação é inevitável.

Grande parte de sua vida, João Horácio passou sobre as águas do Gravataí, no ofício de barqueiro, um mestre na arte de navegar. É preciso que se diga que estamos falando dos anos 20 do século passado (XX). Na sua parcela de contribuição para o desenvolvimento social e econômico, João Horácio transportava a safra de

farinha de mandioca vinda das atafonas de Glorinha e Morungava para o porto da capital, através de lanchas movidas a gasolina.

O município foi um dos maiores produtores de mandioca. Contava com um porto fluvial, localizado no Passo das Canoas. Amante da pescaria foi um dos fundadores do Clube Caça e Pesca e, até hoje, é comum, ouvirmos sobre ele, causos contados em conversas de pescadores dentro do clube, fatos que nos orgulhamos, pois assim sentimos que sua memória está viva através de gerações.

João Horácio e dona Afonsina moravam na lomba – Rua Júlio de Castilhos ao lado da igreja matriz, hoje Dr. Luiz Bastos do Prado, e ali constituíram sua família, sendo cinco homens e quatro mulheres, no total de nove filhos e trinta netos.

Seu João era um dos componentes da 1ª banda de Gravataí, a “banda do Link”. Nas suas horas de folga, João Horácio prestava serviços voluntários, como na reconstituição das pontes do Passo dos Ferreiros onde houve queda, e também na construção da Igreja Matriz Nossa Senhora dos Anjos.

A vida era difícil, de muita luta, mas o pão na mesa nunca faltou, tampouco o respeito e honestidade, ensinamentos básicos que João Horacio deixou. Dona Afonsina, por sua vez, nas lidas de dona de casa, em suas horas de folga era ama de leite de muitas crianças da nossa querida Aldeia. Era lutadora em prol da igreja católica e muito colaborou com as obras do Apostolado da Oração.

Para os filhos, o casal foi um verdadeiro esteio, pois neles podiam se apoiar a qualquer momento, tanto para cuidar dos netos, quanto na hora de fazer suas casas. Enfim, eram pais, amigos e conselheiros. Os filhos de seu João e de dona Afonsina tornaram-se os primeiros sócios fundadores do Paladino Tênis Clube, o clube Alvi-Rubro, e do Cerâmica Atlético Clube (CAC), onde atuavam como jogadores. Espalhados pelo Brasil afora, e até mesmo no exterior, netos e bisnetos levaram o sobrenome Machado com orgulho no peito.

Em memória de João Laurindo Machado e Afonsina Moreira Machado, estamos hoje aqui contando um pouco de nossa trajetória na querida Aldeia dos Anjos, a grande cidade de Gravataí, que das águas da *Moringa* se abastecia o nosso povo e assim nos tornamos irmãos.

FAMÍLIA BITELLO: NOSSA HISTÓRIA, MINHA HISTÓRIA

Valecy Cabeleira Bitello

Advogado, Tabelião e Registrador. Gravataí/RS



BRASÃO DE ARMAS: no verde, um terneiro de ouro, cercado por verde.

INTERPRETAÇÃO: o verde representa a amizade; o amarelo simboliza o sol e representa a generosidade, esplendor, majestade e poder.

TOPO: três plumas de avestruz.

ORIGEM: Espanha.

Recordo minha trajetória e a da minha família no município de Gravataí, me apresentando na terceira pessoa do singular.

Valecy Cabeleira Bitelo, tabelião e registrador, nascido em Ponta Grossa, em 25.01.1939, distrito de Ipiranga, Gravataí, é filho de Leonel Cabeleira Bitello e Elza Augusta Thiesen, casado com a advogada Vera Maria Segatto Cabeleira Bitello com quem tem quatro filhas, das quais, três, em suas uniões, lhes deram oito netos: Nise Paula, bacharel em Direito, casada com Márcio Starling, publicitário, pais de João Pedro e de Frederico; Nina Carla, arquiteta laureada nacionalmente com o troféu Ópera Prima, recebido pelo Instituto de Arquitetura de São Paulo, considerando a sua produção acadêmica como o melhor Trabalho de Conclusão Universitário, casada com Janot Gernemann, também arquiteto, pais de Martina Lupita e de Cora; Nuza Fernanda, acadêmica de Nutrição, casada com Fabiano Ventura Sarmento, bacharel em Direito e Agente da FIFA, pais de Pietro, de Lucca, de Lorenzo e de Maria Antônia; Nathana, solteira, acadêmica de Turismo na ASESC, em Florianópolis.

Em Ponta Grossa, Valecy foi alfabetizado pela professora Ophélia Gomes Ferreira e, na conclusão do Curso Primário, teve como professora Guiomar Carvalho, ambas vivas e residentes nesta cidade, sendo responsáveis pelo início da sua formação intelectual. Em Porto Alegre, concluiu o Curso Ginásial no Colégio Nossa Senhora dos Navegantes, onde obteve a terceira colocação no Exame de Admissão, obrigatório na época. Fez parte da primeira turma de formandos do Curso Ginásial, que teve como paraninfo o engenheiro Ildo Meneghetti, governador do Estado que compareceu pessoalmente, devido a amizade que tinha com o Cônego Arthur Vikens, Pároco da Igreja Nossa Senhora dos Navegantes e Presidente da Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Jesus. Depois cursou Contabilidade no Colégio Farroupilha, que se localizava onde hoje é o Hotel Plaza São Rafael, sendo paraninfo o Sr. A. J. Renner, presidente da Instituição, na época, que só aceitou ser paraninfo por ser esta a última turma de formandos do curso naquele local. Posteriormente, formou-se em Direito, pela Unisinos, juntamente com sua esposa. O Trabalho de Conclusão de Curso abordou o tema *O Jogo e a aposta à luz do Código Civil*, tema inédito na UNISINOS que obteve Grau de Distinção pela banca examinadora.

Valecy também prestou serviço militar na Aeronáutica, em Canoas, pertencendo ao 14º Grupo de Aviação, onde conquistou Medalha de Ouro no Futebol e nos 100 metros rasos de Atletismo, durante os Jogos Olímpicos da Aeronáutica, em comemoração à Semana da Asa, realizada no mês de outubro do ano de 1958. Foi também

atleta juvenil do Grêmio Esportivo Renner, sendo seus companheiros, os atletas profissionais Osquinha, Enio Souza, Alduíno, Belardo e Salmora, entre outros.

Juntamente com Adalvo Noi de Oliveira, fundou na comunidade de Ponta Grossa, o Esporte Clube Ibitui, no ano de 1956, com sede social, iluminação a gás e campo de futebol com drenagem quase perfeita. O clube ficou invicto durante dois anos e oito meses em jogos realizados em seu campo de esportes. Foi campeão do torneio Santa Luzia, o maior torneio da época realizado na cidade de Gravataí. A área onde funciona a Escola Frei Veloso, antes Colégio Rural Frei Veloso, foi doada por Bibiano Garcez Cabeleira e Leonel Cabeleira Bitello, tendo construído ao lado, pela gestão municipal da época, o prédio onde funciona a subprefeitura, o posto de saúde e o canil municipal. Da extinção e demolição da sede do Esporte Clube Ibitui, o material foi levado para a escola, e construída uma sala na qual é guardado todo o acervo da entidade.

Além de todas essas experiências, Valecy sempre tomou às suas próprias mãos o compromisso com a comunidade gravataiense, promovendo o nome e a história de seu município e lutando pelo seu desenvolvimento através de ações concretas. Porém, o autor dessa história não a escreveu sozinho: ele é fruto de uma caminhada familiar que contribuiu desde as primeiras instalações territoriais do município para a promoção da cidadania e da dignidade humana. Com isso, a sua história não inicia simplesmente com o seu nascimento, e tão menos se restringe ao que já foi relatado, mas sim com a história de uma família que lhe alicerçou antes mesmo das primeiras experiências de vida. Entrelaçada à vida e aos feitos de Valecy, essa história será contada na sequência.

Em 1773, índios originários dos Sete Povos das Missões, agruparam-se ao redor da Igreja de Nossa Senhora dos Anjos e lançaram os fundamentos da povoação da Aldeia dos Anjos. Somente em 1795, a Aldeia desmembrou-se da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, de Viamão, sendo elevada à categoria de Paróquia e, mais tarde, passou a ser considerada Freguesia de Porto Alegre. Em 1880, a Aldeia emancipava-se de Porto Alegre, passando à condição de Vila, nomeada como Nossa Senhora dos Anjos de Gravataí. Até o final do período imperial, as Freguesias e as Paróquias da Igreja Católica tinham um papel muito importante na vida das pessoas, pois o batistério era o único documento que possuíam. Após a proclamação da República, nasceu o registro civil. Como os outros municípios brasileiros, Gravataí vai ter seu Cartório de Registro Civil instalado e seus habitantes vão poder fazer seus registros de nascimento, de casamento e óbito. É aqui que realmente começa a minha história.

Manoel de Oliveira Bitello Filho, avô de Valecy, foi o primeiro Oficial de Registro Civil de Gravataí, instalando e assumindo o Cartório da sede que teve como primeiro ato registrado um nascimento no município. Em 03/11/1890, foi instalado o Cartório Distrital de Ipiranga, para o qual Manoel foi designado, assumindo a função. Este cartório compreendia as localidades de Canoas, parte de Cachoeirinha e parte de Sapucaia do Sul, hoje municípios emancipados. Na época em que Manoel foi escrivão, teve como Juízes de Paz, o Sr. Antônio dos Santos Domingos, de 1890 a meados de 1904, quando assumiu o Capitão Bernardino Antônio de Azevedo, até 1913, ano em que assumiu como seu sucessor o Tenente Theodoro Laurindo de Oliveira até meados dos anos 1930 que, além de celebrar casamentos, tinham a função de mediadores de conflitos referentes a terras, famílias e desavenças ocorridas no distrito. Manoel foi escrivão por quase 39 anos. Nascido em 05.09.1864, era filho de Manoel de Oliveira Bitello e de Maria Mariana da Silva, cujos antecedentes vieram da Espanha e de Portugal, trazendo na bagagem a religiosidade, especialmente nas comemorações das Festas do Divino Espírito Santo e Ternos de Reis. Foi casado com Margarida Garcez Cabeleira e tiveram os filhos Leonel, Ramiro, Izaura e Gasparina. Manoel sempre teve espírito empreendedor ligado a todos os movimentos sociais, comerciais, esportivos, especialmente em corridas de cancha reta e foi influente político. Foi fundador da loja Maçônica União e Caridade de Gravataí, em 20.09.1901, na qual teve o cargo de orador. Faleceu em 06.04.1929.

A figura ao lado representa o primeiro registro realizado por Sr. Manoel nas instalações cartorárias referidas.

Como na época o cargo de escrivão era vitalício, com a morte de Manoel de Oliveira Bitello Filho, o cartório foi assumido pelo filho Leonel Cabeleira Bitello, durante aproximadamente 33 anos. Teve como Juiz de Paz, na década de 1930, o Capitão Albino Dias de Melo, na década de 1940, o senhor Quintino Dias de Melo e, daí até o ano de 1962, o senhor Henrique Closs. O cartório funcionava na residência da família em Ponta Grossa, distrito de Ipiranga, onde morava com a esposa Elza Augusta Thiesen e os nove filhos do casal: Aracy, Ary, Soely, Nercy, Ireny, Addy, Cely, Valecy e Geci, além de mais dois filhos de criação, Adi e mano preto Julio. Além da função de escrivão, Leonel trabalhava com tambo de leite e plantações de mandioca e cana, e para isso contava com a ajuda dos filhos, além de empregados. Sua casa também servia de paradoro para receber as tropas que vinham dos municípios de Cima da Serra (região de Taquara, São Francisco de Paula, além de outros lugares), pois em suas terras havia mangueiras para “guardar” as varas de

porcos e gado que eram tocadas a cavalo até Porto Alegre para os frigoríficos dos Brabos, logo após a safra do pinhão.

Em virtude de enfermidade de Leonel, a filha Cely Iolanda Bitello de Lima, assumiu o cartório como Ajudante Substituta, nos períodos de março de 1956 até maio de 1960 e de maio de 1962 até setembro de 1970. Em 1970, através de concurso público, assumiu como titular o cartório que era do pai. Cely é viúva de Osmar Teixeira de Lima e tem três filhos: Lisete, Paulo e Lisiane. O cartório continuou funcionando na casa de Cely, em Ponta Grossa e, mais tarde, no início da década de 1980, mudou-se para o distrito de Itacolomi, na faixa de Taquara. Cely teve como Juízes de Paz o Sr. Henrique Closs, até 1965, quando assumiu a função o Sr. Paulo Closs, até 1993, sucedido por Valter Cardoso Pacheco até o desligamento de Cely, por motivo de aposentadoria em 26/10/1989.

Na qualidade de Ajudante Substituto, Valecy assumiu o cartório do pai em 1960, prestando concurso para o referido cartório e também para Escrivão de Segredo, em Sobradinho, no ano de 1961, obtendo aprovação em 1º lugar em ambos os concursos. Como demorou a homologação do resultado oficial do concurso do Cartório Distrital de Ipiranga, terra natal, teve que assumir em Segredo, com a palavra do Tribunal que em seis meses retornaria a Gravataí como titular do referido ofício. Depois de muita troca de correspondência entre a direção do Foro de Sobradinho e a comunidade de Segredo, com a intervenção do Padre João Pasa, Valecy assumiu o Cartório de Segredo, em junho de 1962. A posse como escrivão ocorreu em grande estilo com a presença de autoridades do Judiciário com mais de duzentas pessoas da comunidade em festa memorável pela expectativa da população que aguardava ansiosa o novel escrivão. O primeiro ato como escrivão foi a lavratura de um registro de nascimento que, para a surpresa do recém empossado, foi dado o nome de Mauro Valecy Unfer, filho de Benoni Unfer e Zélia Zuchetto Unfer, sendo também afilhado de batismo e de casamento de Valecy. Como escrivão foi designado pelo Juiz de Direito da Comarca para assumir o cargo de Tabelião e Oficial dos Registros Especiais da sede da Comarca (Sobradinho), cujo exercício durou quatro anos. Foi também designado substituto dos cartórios de Passa Sete e Ibarama. Pelos locais onde passou, levando o seu trabalho, conquistou muitos amigos como Modesto Segatto (sogro), compadres, afilhados, sendo inclusive padrinho de casamento do Deputado Ivo Mainardi (falecido).

Valecy, em 1967, a pedido, foi removido para a Comarca de Garibaldi, onde trabalhou até novembro de 1968, quando, por concurso público, foi nomeado para o cargo de Registro Civil e Escrivão da Provedoria, da Comarca de Gravataí,

onde hoje é registrador e tabelião. Isto significa que Valecy foi titular do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Protestos de Títulos, tendo como Juízes de Paz o Sr. Mário Gomes, que após aposentadoria foi substituído por Horácio Gomes, também aposentado. Atualmente, exerce o cargo o Sr. Antonio Carlos Medeiros. Valecy tem como Ajudante Substituta, desde 1995, a filha Nise Paula, bisneta de Manoel de Oliveira Bitello Filho. Foi Escrivão Eleitoral, por 33 anos, da 71ª Zona Eleitoral que compreendia os municípios de Gravataí, Cachoeirinha e Glorinha. Participou de todas as alterações do processo eleitoral, neste período. Por ocasião da instalação da 153ª Zona Eleitoral de Cachoeirinha, e por divergências das administrações públicas dos dois municípios quanto à divisa, o Juiz Eleitoral da 71ª Zona, Dr. Elvio Schuch Pinto, através de uma portaria, oficializou a divisa pela Rua das Oliveiras, sendo que as residências que ficam à direita pertencem a Cachoeirinha e as que ficam à esquerda, a Gravataí, a partir do Beco dos Cunha até o rio Gravataí. Valecy também foi designado escrivão do 2º Cartório Judicial, pelo diretor do foro, durante dois anos.

Para dar continuidade à dinastia da família, o bisneto de Manoel de Oliveira Bitello Filho e sobrinho de Valecy Cabeleira Bitelo, o Sr. José Leonel Bitello Machado, filho de Alfredo Machado e Soely Bitello Machado, começou a vida de cartorário como funcionário do tio Valecy, no Cartório Eleitoral, no período de 1971 a 1973 e, mais tarde, em 1974 exerceu a função de datilógrafo no Cartório de Tabelionato de Gravataí. Em 1987 prestou concurso público, foi aprovado e assumiu o Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato do município de Glorinha, onde continua titular até hoje. José Leonel é casado com Elisete Terezinha Brunetto Bitello Machado e tem dois filhos: Tassiane e Tassio.

A seguir, podem ser vistas as imagens daqueles que têm o seu nome escrito na história de Cartórios da Família Bitello.



Manuel de Oliveira
Bitello Filho

Leonel Cabelleira
Bitello

Cely Iolanda
Bitello de Lima

Valecy Cabeleira
Bitelo

José Leonel
Bitello Machado

A família Bitello faz parte da história de Gravataí naquilo que se refere à construção da cidadania, fazendo-se presente, hoje, na pessoa de Valecy Cabeleira Bitelo que, apoiado pelos alicerces familiares e arraigado aos valores é, hoje, um dos maiores envolvidos e interessados no crescimento e desenvolvimento da cidade, trabalhando, sem fronteiras, como um divulgador do município e um batalhador pelas suas causas.

Valecy foi presidente da comissão da rede elétrica do Itacolomi ao Morro Agudo, Ponta Grossa e Fazenda Conceição, numa extensão de 23 km, com participação do governador do Estado, Sr. Sinval Guazelli e CEEE, representada por seu Gerente Regional, Sr. Reni Gonçalves Correa e da comunidade, sem a participação da Prefeitura Municipal de Gravataí, com inauguração para toda a comunidade em 06/09/1977 com grande festa. Graças a este trabalho, o projeto se estendeu para estrada do Sarmento, Santa Tecla, Maracanã e Imbiruzú, no município de Glorinha, na época, distrito de Gravataí. Após sua passagem por Segredo, em Sobradinho, ao retornar a Gravataí, passou a participar efetivamente das atividades do CTG Aldeia dos Anjos. Como Patrão, instituiu a Biblioteca e Museu, o Jantar do Xixo, o Boi no Rolete e a Feira do Livro. Acolheu a participação dos alunos especiais da APAE e Escola Cebolinha por ocasião da Semana Farroupilha, com distribuição de lanches, danças e brincadeiras de roda, com a participação das primeiras prendas do CTG. Por muitos anos, juntamente com sua esposa, foi coordenador das invernadas de dança. As filhas Nise Paula e Nina Carla foram dançarinas e campeãs do estado nos eventos FEGART, na cidade de Farroupilha e ENART, na cidade de Santa Cruz, maior Festival de Dança Original Gaúcha da América Latina. No mesmo CTG, sua filha Nina foi 1ª Prenda Juvenil.

Valecy projetou o grupo de danças nacional e internacionalmente, levando assim o nome de Gravataí a todo o lugar por onde passavam deixando marcas da presença encantadora da tradição e cultura do sul do Brasil. Participou da Festa dos Estados em Brasília; Semana Gaúcha, em Goiás, na Pousada do Rio Quente, por três anos; Festival Internacional de Folclore na Baixada Santista (Guarujá, São Sebastião, Santos e Cubatão); Festival Internacional de Folclore da Ilha Terceira, Ilha das Flores, Ilha do Corvo, no Arquipélago dos Açores, por duas vezes; Festival Internacional do Folclore em Caruaru, Pernambuco; Festival Internacional do Folclore, em Santa Fé, na Argentina; Festival Internacional do Folclore em Drumonville, por duas vezes e Sta. Marie de Becouse, ambas no Canadá; Festival Internacional do Folclore, em Hull, Carolina do Norte, Estados Unidos; Lisboa, Expo 98, Portalegre, Pé da Serra, em Portugal continental; Festivais Internacionais do Folclore em Barcelona, Cadiz, Ciudad Real, Jaen e Valência de Alcântara, todas na Espanha.

Participou também como coordenador do 1º Rodeio Estadual de Gravataí, realizado no Parque Guaianuba e Dom Feliciano, Centro de Gravataí, sendo Patrão, na época, o Sr. Francisco Silveira Pereira (vulgo Chico Pescoço), em 01/05/1976. Foi coordenador do Rodeio Estadual e Nacional realizados na área da Estância Província de São Pedro e coordenador do Rodeio Internacional do Mercosul, na área de eventos Ireno Michel, situado à RS 118, onde foram realizados os maiores rodeios e festas campeiras do Estado. Participou de todos os rodeios até hoje realizados, como coordenador, exceto em 2008, por motivos particulares.

É sócio fundador do Rotary Clube Gravataí, tendo sido na diretoria 1º protocolo e 3º presidente, exercendo as funções de Coordenador do Projeto de vacina Pólio Plus, junto aos Rotaris de Viamão, Alvorada, Cachoeirinha e Gravataí, durante três anos. Na sua administração foi criado o Galeto a Bastiani, em homenagem ao companheiro Euzébio Bastiani, sendo este um dos jantares mais concorridos do Rotary. Participa de todos os movimentos sociais da entidade, como a fundação e manutenção da creche Pe. Aníbal, localizada no Parque dos Anjos; a Campanha Meu Melhor Amigo, das escolas estaduais e municipais; os jogos da Primavera; a construção da biblioteca da Escola Estadual Irmã Cléssia e instalação do Corpo de Bombeiros de Gravataí, sendo este o maior feito com a participação, principalmente, do companheiro Romeu Pessato. Recebeu o título Paul Harris – maior distinção rotária outorgada pelos serviços prestados à comunidade. Fez parte do filme Chama Crioula, curta metragem filmado durante a Semana Farroupilha, exibido por ocasião do Festival do Cinema em Gramado. Participou do Filme Gaúcho Negro, produzido pela empresa Xuxa Produções, longa metragem, rodado nas cidades de Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Praia do Botafogo no Rio de Janeiro, que narra a história do abigeato, e mostra as lides campeiras em toda sua extensão, tendo como nome artístico Coronel Solano, no papel de um grande fazendeiro. Fizeram parte do elenco, entre outros, Xuxa Meneghel, Gaúcho da Fronteira, Letícia Spiler, Jimmy Pipiolo, Gilberto Monteiro e, a pedido, também participou o grupo de Danças do CTG Aldeia dos Anjos, bem como um grande número de amigos que participaram do filme como figurantes. Além disso, no intuito de que o nome do município fosse destacado no filme, Valecy solicitou que aparecesse sua camioneta F. 1000, com a placa CG 0005, de Gravataí.

Nas andanças pelo Estado, recebeu as seguintes homenagens: em Sobradinho, Amigo da APAE; em Segredo, do Poder Judiciário, Desafio Comunitário e Amigo de Segredo; em Garibaldi, do Poder Judiciário de Garibaldi; em Gravataí, Homem do Vale, promovido pela Revista Momento Regional, Destaque Municipal, oferecido pela Prefeitura, Menino Jornaleiro, pela Folha do Vale, Companheiro 100%, do Rotary e

Destaque Comunitário, pelo Correio de Gravataí e troféu Homem do Mundo, oferecido pela Câmara de Vereadores de Gravataí pela divulgação de Gravataí, no mundo. Em Porto Alegre recebeu o Troféu Obirici, como destaque profissional; em Dom Pedrito, recebeu o troféu Destaque do Rio Grande do Sul, pela participação no filme Gaúcho Negro, oferecido por Marinho Castilhos; em Glorinha recebeu troféu oferecido pela Câmara de Vereadores, por participação no movimento emancipacionista daquela cidade e o título de Cidadão Honorário de Glorinha, pela participação no movimento de extensão da rede elétrica e Justiça Eleitoral. Em âmbito estadual, recebeu a medalha Mérito Farroupilha, oferecido pela Assembleia Legislativa do Estado.

Valecy também faz parte do livro “Danças Populares Brasileiras”, editado pela Rhodia, lançado no Clube Monte Líbano em São Paulo, fazendo parte também o Grupo de Danças do CTG Aldeia dos Anjos, de Gravataí. Foi garoto propaganda em comercial da Caixa Estadual e Banrisul. Teve sua imagem publicada no calendário de Eventos, editado pelo governo do Estado e foi escolhido Cara do Rio Grande, pela Secretaria de Turismo do Estado para divulgação das regiões turísticas do Rio Grande do Sul, sendo os cartazes, calendários e pôsteres distribuídos em todos os aeroportos do Brasil, onde havia conexão através da VARIG, tendo o trabalho artístico fotográfico em tamanho natural representando o Rio Grande do Sul no Memorial da América Latina, em São Paulo. Outras imagens de Valecy foram publicadas nos seguintes livros: Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul de Érico Veríssimo, Rio Grande do Sul Identidade, todos editados pelo Governo do Estado, com fotos e trabalho artístico de Leonid Streliaev.

Além destes eventos que difundiram o nome da cidade de Gravataí, Valecy também tomou partido de causas nobres em prol do desenvolvimento do município: posicionou-se contra os movimentos emancipacionistas de Ipiranga e Parque dos Anjos, juntamente com o ex-prefeito José Mariano Garcia Motta, João Carlos Bereta, Juarez Vargas, Amaro Hilgert e outros membros da comunidade, que fizeram oposição ferrenha, conseguindo junto à Assembléia Legislativa do Estado a derrota do projeto de emancipação da Morada do Vale, Distrito de Barnabé e Costa do Ipiranga e, posteriormente, a derrota do plebiscito da emancipação do Parque dos Anjos por não alcançar o quorum legal. Valecy tinha como lema “não dividir, mas fortalecer o município”. Graças a não concretização das emancipações, Gravataí vive hoje um momento de grande progresso, reconhecido, inclusive, por aqueles que lutaram para ver o nosso município fracionado.

Em 2005, Valecy atuou como Papai Noel Gaúcho, primeiro em Gravataí, na campanha de Natal promovido pela ACIGRA, Sindilojas e Prefeitura Municipal,

com visitação a creches, a asilos, a entidades religiosas do município e realizando a distribuição de presentes a crianças carentes. O Papai Noel era sempre muito bem recebido e festejado por onde passava e se apresentava por seu visual ser diferente, pois não usava barba longa, deixando o rosto mais à mostra; usava bombacha, bota, lenço e mala de garupa, onde levava balas que eram distribuídas.

Hoje, totalmente integrado à comunidade, Valecy participa dos movimentos sociais junto da sua equipe do cartório, como o Dia da Solidariedade e Dia da Cidadania, fazendo e encaminhando gratuitamente todos os serviços cartorários que lhe são solicitados. Também participa dos movimentos religiosos como a Festa do Divino e a da Padroeira Nossa Senhora dos Anjos, sendo o mentor e organizador da 1ª Feijoada dos Anjos, bem como da Campanha para angariar fundos para restauração do Museu Agostinho Martha em virtude do incêndio que destruiu parte física e histórica do mesmo.

Tem como principal hobby ser colecionador, primeiramente de chaveiros e, a partir de um presente de formatura (curso de Direito) recebido pelo padrinho de casamento Dr. José Lourenço Kuntz, uma coruja, símbolo da sabedoria, passou a colecioná-las, contando, hoje, em seu “corujódromo” 1.378 corujas, grandes, pequenas, leves, pesadas, magras, gordas, de pedra, de lata, de vela, de cerâmica, de vidro, de madeira, de tecido, oriundas de diversos estados e países, recebidas como lembranças e presentes de amigos.

Colorado de coração esteve presente na inauguração do Gigante da Beira Rio e, orgulhosamente, ostenta o título de Campeão de Tudo!

Valecy Cabeleira Bitelo, autor da sua história e da sua trajetória de vida, alicerçado por uma família enraizada pelos valores morais e éticos, traz, com suas palavras, as suas melhores memórias: “Lembro-me das idas a trabalho à cidade de Mostardas, em 1970, acompanhando o Dr. Elvio Schuch Pinto, então Juiz em Viamão, para audiências. Levávamos de 10 a 12 horas de viagem, numa Rural Willys tracionada, na famosa estrada do inferno.

Lembro-me da origem da Caravana da Amizade, formada pelo Poder Judiciário, na qual se reuniam para pescarias, torneios de futebol, bolão e bocha, e promoviam viagens intercomarcas que tinham o objetivo de estreitar os laços entre os servidores e representantes do Poder Judiciário e Ministério Público.

A Caravana da Amizade, sob o comando do Dr. Moysés Machado, foi recebida em Sobradinho pelo Poder Judiciário, representantes do poder executivo e legislativo, cerca de 5 km da cidade, com música, fogos e imensa carreata até o centro da cidade, assim como acontecia em outras comarcas.

Eu sou do tempo em que ainda se fazia visitas domiciliares. Lembro-me ainda que éramos eu, meus nove irmãos legítimos e dois de criação convidados a tomar um banho caprichado e a vestir uma roupa de ir à missa para visitar amigos, vizinhos ou parentes de meus pais. Lá chegando, éramos recomendados em cumprimentar e dar a mão para o dono da casa. E, assim, cumprimentávamos cada morador da casa visitada. Da mesma forma, toda a família visitante era cumprimentada com a indicação de nome e parentesco. Éramos convidados a sentar na sala. Nós crianças, ficávamos sentados, olhando as fotografias nas paredes e tentando adivinhar de quem seriam. Nosso pai conversava com o compadre e a mãe conversava com a comadre. Eram assim as visitas: singelas e acolhedoras. O costume era servir aos visitantes um bom café ou chimarrão, acompanhado de biscoito... Contavam-se piadas, histórias das mais inverídicas e falava-se dos acontecimentos da vila dos últimos tempos. No fim, tudo era alegria. Nós, visitantes, íamos saindo e os de casa ficavam na frente, olhando até desaparecermos, numa despedida prolongada e com satisfação imensa.

Todos os dias, pela manhã, quando levantava, como não havia luz elétrica e nem água encanada, enchia manualmente a caixa d'água, enquanto papai tomava chimarrão e a mamãe preparava o café. Os manos mais velhos iam para o galpão preparar a ordenha, em média 100 litros de leite que eram levados para CORLAC, em Porto Alegre. Depois do café da manhã, montado no Miúdo, ia para a escola, que ficava 8 km distante dali. Acompanhava-me sempre o cão de estimação Bubi, que esperava junto ao cavalo, até a volta para casa. Quando nos aproximávamos da casa, ele ia à frente anunciar a nossa chegada e voltava para me buscar. Era meu guardião, ninguém se atrevia a me ameaçar, pois ele revidava com agressividade incontrolável. Recebia todos os comandos na lida com o gado e ovelhas, trazendo-os para mangueira sem necessidade de tropear.

Os tropeiros pousavam nos galpões onde ficávamos ouvindo causos ao redor do fogo de chão. O senhor Bercino era o tropeiro que montado na cancela, contava o gado e/ou os porcos, e dava a notícia de que estava tudo certo, para seguir viagem; o interessante é que ele não conhecia nenhuma letra, era analfabeto.

Na preparação das festas da Páscoa e do Natal, as novenas eram feitas em nossa casa, e reunia a família, empregados e vizinhos. Sob o comando da mamãe, fazia-se geleias, chimias, doces de figo e abóbora, bolachas, cucas, pães, num forno rústico com capacidade de 25 formas, além de pratos tradicionais, preparados pela mamãe: leitão assado com corinho, galinha recheada, almôndega, aipim com farinha torrada; e de sobremesa tínhamos arroz de leite e goiabada. Meus irmãos

de criação e eu enchíamos o depósito de lenha, que ficava embaixo do forno. Os Ternos de Reis, comandado por seu Alviro, Pequeno Revesa, Libinho e outros amigos, começavam cedo da noite em Santa Tecla, Morro Agudo e Sarmento. Terminavam pela manhã, lá em casa, onde era servido café preto com linguiça, porco assado e dependendo do horário, baile. Em cada casa onde era cantado o terno, os moradores iam acompanhando os cantores, a pé, a cavalo ou de carreta.

Sou do tempo em que se montava no lombo do cavalo e se ia para as festas, para os bailes e fazer casamentos. Sou da época em que o fogão era o coração da casa. A labareda tinha o poder de manter os filhos ao redor da mesa. A cozinha era lugar de amor eterno, encontro de família. O amor morava nos potes de tempero, nos doces em calda, nas latas de biscoitos, nos tabuleiros de bolos caseiros e pães artesanais. A tristeza era curada com um pedaço de goiabada com queijo.

Sou do tempo em que o charque, o aipim, o feijão mexido e o ovo frito eram a primeira refeição do dia. O angu com leite era a sobremesa, depois do almoço. As chuvas torrenciais nos permitiam tardes de prazer, no verão.

Sou do tempo em que a sujeira da roupa era desfeita pela força das mãos na água corrente do rio. A roupa quarava ao sol e secava no varal. Sou do tempo em que jardim não era artigo de luxo; cada família cultivava o seu. A felicidade se escondia no bordado da toalha, na cortina de crochê, no barulhinho do arroz refogando, na mesa do café da tarde, no cheiro da broa, das crianças correndo e subindo nas árvores. Tudo era artesanal. A vida era emoldurada de matéria simples, quase silenciosa. A vida moderna não tem nada de artesanal; tudo é feito às pressas. Antes, a vida demorava para acontecer, tínhamos tempo para observar a metamorfose das flores em frutos, a natureza costurada de regras consumava diante de nossos olhos o ditado bíblico que diz que “debaixo do céu há tempo para cada coisa. O que faz a diferença no mundo é o jeito como olhamos para ele: depende do foco.

Ando convencido de que a simplicidade são os óculos ideais para uma visão mais acertada, pois se há simplicidade em quem olha, naturalmente se torna simples aquele que é olhado. Tudo seria diferente se a simplicidade crescesse pelas ruas, do mesmo jeito que cresce tiririca no jardim.

Se hoje sou autor da nossa família e minha própria história é porque tive avós, pais, irmãos, sobrinhos, esposa, filhas, mestres e amigos que me ajudaram a construí-la através de ensinamentos, exemplos, vivências.

O grande orgulho que tenho é que a minha família e eu fazemos parte da história de Gravataí e do Rio Grande do Sul.

DE COMO UM HOMEM LAVOU SUA HONRA E SEGUIU SUA VIDA NA ALDEIA¹

Elisa dos Santos Dias

Acadêmica de História/ULBRA e de Museologia/UFRGS. Gravataí/RS

O CASO

Trata-se de um caso criminal que aconteceu na vila de Gravataí, no ano de 1926. O ápice desta história aconteceu no dia 17 de novembro. Era o segundo dia após a eleição de Washington Luiz para presidente da República. Borges de Medeiros governava o estado do Rio Grande do Sul há 23 anos. Na Vila de Nossa Senhora dos Anjos de Gravataí, João de Azevedo Barbosa Filho terminava seu segundo mandato como Intendente e seria sucedido por Demétrio Alves da Silva.

Transitavam pelas ruas e becos da Vila, nomes conhecidos por todos: Adolpho Barcellos, Anápio Gomes, Horácio Gomes Sobrinho, o Cônego Pedro Wagner, conhecido como o padre Pedro, o juiz de direito, Major João Batista Lessa e o promotor público Dr. Octavio Monteiro Schemes.

Ledovício Espíndola era um abastado comerciante da Vila e conhecido de toda a comunidade aldeã como um homem de bem. Era na Rua Floriano Peixoto que se localizava o açougue de Ledovício. Ao lado, ficava sua casa, onde morava com a esposa e a afilhada, ambas de nome Maria José.

A afilhada morava na casa dos padrinhos já há oito anos e estava agora com 22 anos de idade. Namorava desde o mês de maio, o praça da Guarda Municipal Luiz Lindulpho, um jovem de 21 anos, filho de uma família de Porto Alegre, que já falara em casamento com a namorada. Mas, como ganhasse pouco, teria de voltar para Porto Alegre, antes de casar, a fim de qualificar-se e melhorar seus rendimentos.

Ledovício e sua esposa tratavam a afilhada com “desvelos de filha” e aprovavam seu namoro com Luiz. Este, já frequentava a casa com intimidade, ora mateando com o padrinho da moça, ora proseando com a madrinha.

1 Relato baseado em processo-crime: APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: Fundo Vara Criminal: Maço 8, doc. 159.

O padrinho ocupava-se com o açougue e suas lidas, além do que, gostava de matear e preparar seu cigarro de palha enquanto proseava com seu vizinho Mário Sarmiento, dono do armazém ao lado do açougue.

Luiz visitava a casa em horários variados. Às vezes passava por ali à tarde e aproveitava o café em família. Outras vezes, ia à noite, quando acompanhava Ledovício no chimarrão, sentados na varanda da frente da casa, olhando o movimento da rua, que não devia ser muito.

A madrinha dedicava sua atenção para a jovem afilhada até que, durante o mês de setembro as coisas mudaram.

Maria José, a afilhada, notou que a madrinha mudara seu comportamento. Andava mais alegre que de costume, mas a tratava com aspereza. O mesmo não se dava em relação a Luiz. A madrinha vivia a oferecer-lhe cafezinhos e outros mimos, sem falar que tomava conta da conversa quando este ia visitá-la. Maria também percebeu que Luiz se comprazia nas palestras com a madrinha e a deixava de lado.

Maria se incomodava com isto e chegou a falar com Luiz, que desconversou e disse que ela estava imaginando coisas.

Uma noite, no início de novembro, uma dor de dentes tira o sono de Maria, que se levanta para tomar alguma coisa na cozinha. A casa está às escuras e a madrinha aparece na cozinha e se oferece para fazer-lhe um chá. O padrinho tinha ido às carreiras e pernoitava fora. Maria atormentada pela dor sai para uma lateral da casa e é neste momento que vê Luiz saindo por uma das portas, esgueirando-se.

O que era desconfiança virou certeza: sua madrinha e seu namorado estavam de “amores ilícitos”.

No dia seguinte, sob pressão da namorada, Luiz confessa, cinicamente, que era, sim, amante da madrinha. E mais, que não interromperia de forma alguma o tal romance.

Maria achou que ele refletiria a respeito e acabaria rompendo com a madrinha. Enganou-se. Os dois continuavam e, como se não bastasse, não se constrangiam mais com a presença dela, falando aberta e descaradamente, como em certo dia, quando todos estavam na mesa do café e Luiz, debochado, diz à Maria que sua madrinha não quer a morte do padrinho, mas que se isso, por acaso acontecesse, ela se casaria com ele, Luiz. Ledovício, muito surdo que era, não ouviu nada.

A madrinha agora se indispusera de vez com a afilhada, usando de sarcasmo para dissuadi-la do casamento e deixando de falar com ela por vários dias.

Luiz, um falastrão juvenil, gabava-se com os colegas de farda contando que agora encontrara nova amante, que se livrara de uma amásia que tinha no interior porque estava agora “a roer coisa muito fina”, e que a nova “caça” lhe presenteara

lindas meias cor de laranja. Contou para Maria que a madrinha lhe oferecera cinquenta mil réis para que ele não fosse embora da Aldeia.

Chocada com tamanho cinismo e atrevimento, Maria disse a Luiz que iria contar tudo ao padrinho, mas, ameaçada de morte, resolve não mais presenciar o descaramento dos dois.

Pede ao padrinho que lhe dê dinheiro para umas compras necessárias, pois deixaria a casa dos padrinhos. Generoso, Ledovício lhe deu o dinheiro, mas quis saber o motivo da decisão da afilhada. Maria lhe disse que contaria mais tarde, talvez criando coragem ou pretendendo sair sem contar.

Ledovício, desconfiado e nervoso, passou a fumar muito. E foi pensativo e calado que partilhou o chimarrão do fim do dia com Luiz. Este, antes de ir embora perguntou a Maria se ela havia contado alguma coisa ao padrinho.

Na manhã seguinte, talvez 7 ou 8 horas, Maria arrumava a casa pensando em sair logo dali, quando o padrinho foi até ela e, severo, exigiu a tal explicação. Maria objetivamente disse que seu namorado estava de “relações ilícitas” com sua madrinha.

Não é preciso dizer que Ledovício perdeu a cor e a razão. Sempre tratara sua esposa muito bem. Nunca ocorrera qualquer “desinteligência” entre os dois e ele até atendia seus conselhos nos assuntos comerciais. Ouvindo que a afilhada tinha certeza do que dizia, pegou um revólver e voltou para o açougue, enquanto Maria foi se refugiar na casa da vizinha, mãe do dono do armazém, Mário Sarmento.

A notícia chegou logo aos ouvidos de Mário que foi até o açougue ver como estava o vizinho Ledovício. É neste ínterim que chega Luiz, oferecendo seus préstimos, caso Ledovício quisesse alguma coisa da “Costa,”² para onde estava indo em diligência. Como resposta recebeu um aceno negativo de Ledovício que sequer lhe dirigiu o olhar.

Luiz desceu do cavalo na venda e foi aconselhado a ir embora para evitar a desgraça iminente. Perplexo, Luiz ainda argumentou ao vendeiro que, por conta de dizerem calúnias a seu respeito, teria que matar o “negro Aurélio” e, também, sua própria namorada, Maria José. O vendeiro em pânico avisa: “O Ledovício tá vindo aí!” Encurrulado no armazém, Luiz respondeu: “Não tenho medo do Ledovício! Se ele tem revólver eu também tenho!”

Quando Ledovício entrou no armazém não houve tempo para nada. Ele entrou e, ato contínuo, disparou quatro tiros. Errou só um.

No açougue, a madrinha ouviu os tiros e mandou Bernardino, seu empregado, correr a apartar a briga, mas encontrando Ledovício já de volta, restou apenas desarmá-lo e, mais tarde, solidário, acompanhá-lo, à delegacia.

2 Costa do Ipiranga: distrito rural de Gravataí.

A esposa, dissimulada, perguntou a Ledovício o que acontecera, ao que ele respondeu com desprezo: “Some-te da minha frente!”

Apesar de um dos tiros trespassar-lhe o crânio e o cérebro, Luiz ficou agonizante no quartel da guarda por dois dias, sendo assistido pelo Dr. Accurcio.

A madrinha, preocupada, perguntava pelo seu estado e pedia que alguém avisasse a família em Porto Alegre.

Ledovício, que se apresentara ao delegado pouco depois de atirar em Luiz, encontrava-se recolhido à cadeia municipal, e é possível que, pelas seis horas da manhã do dia 19, momento em que Luiz morreu, estivesse mateando com o carcereiro.

O julgamento de Ledovício aconteceu em 30 de dezembro do mesmo ano de 1926, quando as testemunhas foram chamadas e confirmaram as declarações dadas na fase secreta do inquérito. Maria José, a afilhada, esclareceria ao delegado os acontecimentos que haviam transtornado seu padrinho e justificavam o seu ato, Mario Sarmiento, a única testemunha que presenciara o crime e outras cinco testemunhas “de ouvir dizer.” Estas últimas contaram ao juiz Major João Batista Lessa e ao promotor público Otávio Monteiro Schemes o que também já haviam contado ao delegado.

A estratégia para legitimar a evidente absolvição foi arrolar como testemunhas alguns “ilustres” da Aldeia, Anápio Gomes e Horácio Gomes Sobrinho, que nada viram, mas atestaram que Ledovício era um homem de bem e, como o crime tivesse por motivo um ultraje, seu nome deveria ser excluído do Rol de Culpados, o que, de fato, aconteceu.

Dizem que a madrinha passou maus pedaços, mas Maria, sua afilhada, não se compadeceu.

Ledovício, de honra lavada, podia olhar outra vez nos olhos de seus vizinhos, mateando e palestrando, desfrutando da admiração e aprovação de seus contemporâneos.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS SUJEITOS HISTÓRICOS E AS MENTALIDADES DA ÉPOCA

Qual objetivo entrevê o historiador ao estudar um caso de crime passionai e infidelidade conjugal? Qual a contribuição da pesquisa histórica sobre um único documento, o Processo Criminal? Qual a relevância do “Estudo de Caso” para o entendimento dos processos históricos?

É certo que a história não se interessa pelos fuxicos aldeãos de mais de 80 anos atrás. Interessam, sim, as revelações que estas histórias trazem e que podem ser traduzidas através de várias outras áreas das ciências humanas associadas à pesquisa histórica. Esta análise multidisciplinar permite, com limitações e o devido distanciamento histórico, perceber intenções, sentimentos e estratégias sociais, além das moralidades e representações que formam as mentalidades.

Falei em distanciamento histórico e gostaria de falar sobre o anacronismo. Uma análise anacrônica num estudo histórico seria falta muito grave. O olhar histórico deve estar sempre ciente da diferença (e também da semelhança) das mentalidades em vigor no tempo histórico com as do tempo do historiador. Há ainda que se atentar à dinâmica da cultura, pois as sociedades sofrem constantemente estas alterações e delas estão impregnados tanto o sujeito histórico quanto o historiador, cada um em seu tempo. Existe, portanto, uma diferença entre o pensar antigo e o pensar moderno.

Quando fazemos tal análise sobre as mentalidades, ou seja, o modo de pensar das pessoas de determinada época – o marido, a vítima, a noiva, o juiz, as testemunhas e os jurados –, quando conseguimos captar os sentimentos e motivações que se revelam nos autos deste processo - escolhido por ser pitoresco – e de tantos outros que revelam os mesmos traços das mentalidades vigentes na Aldeia dos Anjos daqueles tempos, podemos estender estas características às diversas comunidades que, na época, formavam o nosso estado e o nosso país.

É claro que as implicações que o estudo das mentalidades ensejam, podem ser muito mais diversas e complexas, mas o objetivo deste trabalho dispensa tais aprofundamentos e reflexões.

Pensemos então, nas pessoas que viveram este fragmento histórico no ano de 1926, os sujeitos históricos que hoje são aqui apresentados como personagens de um caso ou novela. Era uma época em que as pessoas se desentendiam e matavam por coisas que hoje nos parecem fúteis. As “desinteligências” podiam ser por causa de cercas que avançavam divisas, bois que pastavam no campo alheio, porcos que destruíam as roças e hortas vizinhas, bebedeiras, “apropriação” de animais ou simplesmente por não ter sido convidado para um churrasco. Segundo o testemunho do menino Anápio Gomes, Henrique Tubbs foi morto em 1909 porque não respondeu a um cumprimento.

Sobre o caso que estudamos, podemos arriscar algumas considerações superficiais. Ledovício matou o amante de sua mulher e não se pode dizer que ele tenha refletido muito sobre a situação, pois disparou seu revólver às 10 horas da manhã, poucas horas após ouvir a revelação de sua afilhada. É possível que já desconfiasse de alguma coisa.

Conforme os padrões da época, a palavra de uma pessoa valia e uma acusação era o bastante. Convém observar a diferença social entre vítima e réu. O marido ultrajado era um comerciante conceituado na Vila e a vítima um Guarda Municipal que viera de outro município, ou seja, sem qualquer relevância social na Aldeia. Além disso, os crimes de defesa da honra foram retratados como cumpridores de funções úteis à sociedade, ou seja, uma espécie de punição aos atos socialmente reprováveis.

Ledovício, aos 52 anos, defendeu sua honra matando aquele que lhe traíra a amizade oferecida, extrapolando o trânsito íntimo em sua casa. Eliminou definitivamente não o amante de sua esposa, mas o jovem falastrão de 21 anos que o expunha frente a toda a Aldeia.

Porém, existem outras possibilidades para o processo mental de Ledovício e de todos que testemunharam no processo. Lembremos o pouco caso que, da esposa infiel, fizeram o marido – que sequer a admoestou –, a afilhada que a julgava indigna de sua companhia e a justiça que nem mesmo a intimou como depoente. Isto corrobora o que já se sabe: a mulher, adúltera ou honesta, não tinha qualquer relevância social, era coadjuvante da vida masculina, limitando-se ao lar. Tanto é verdade este papel, que é relatado no processo o quanto Ledovício era bom para a esposa, até o ponto de acatar suas opiniões nos negócios. Ledovício poupou-lhe a vida desimportante. Perversa ou ingênua, a “madrinha” foi punida com a desdita, a humilhação e a execração, certamente mais dolorosas do que a morte.

Não se sabe pelos autos do processo, que tratamento a esposa de Ledovício teria recebido dele e dos demais moradores da Aldeia. Há somente uma referência quando o juiz Major João Batista Lessa pergunta à afilhada de Ledovício se esta não sentia pena de sua madrinha pela “situação” em que ela se encontrava. De Maria José, de quem também não se sabe o destino, é evidente o desprezo que dirige à madrinha. Talvez, mais que a humilhação de ter seu noivo “roubado”, pese o moralismo da época. A virtude era o que se esperava das mulheres e essa virtude significava castidade para as solteiras, e total fidelidade por parte das casadas.

A questão da mulher no interior, do saber jurídico foi motivo de reflexão para os juristas Tobias Barreto no final do século XIX e Viveiros de Castro no início do século XX. Acerca dos grupos de indivíduos que, enquanto irresponsáveis, necessitam de um equacionamento jurídico diferenciado, não serem tratados igualmente a seres desiguais passa a ser o desafio no interior do direito penal, em face destes grupos. As mulheres, devido à exclusão da participação política e educação, não tinham plena consciência da lei e isto equivaleria a um tipo

de “menoridade” (FREITAS). Neste caso, a “madrinha” deixou bem claro que sabia o que estava fazendo, e assim, com a “fragilidade” feminina que por um lado necessitava de proteção, por outro lado não deixava de revestir-se de um acréscimo de perversidade, quando a mulher se voltasse para o crime. A criminalidade da mulher se tornou preocupação em termos de defesa social, porque as mulheres poderiam, segundo um padrão do pensamento cristão medieval, ser a causa excitadora da criminalidade. A partir dessa concepção de ambiguidade da situação feminina, os autores adeptos da criminologia tomavam a mulher como categoria que merecia tratamento jurídico penal diferenciado. Em geral, as avaliações de juristas e juízes dependiam de suas próprias concepções acerca da origem social e da cor dos envolvidos, o que tornava difícil a aplicação de uma lei única (CAULFIELD, 2000).

A “personagem” que mais se revela nos autos é Luiz, o praça da Guarda Municipal. Naqueles tempos, os jovens eram empurrados para a vida adulta bem mais cedo do que agora, o que não impedia que Luiz conservasse uma evidente cafajestice juvenil. Ao encontrar “coisa muito fina” para “roer”, livrou-se de uma “guria” do interior, com a qual se amasiara. Não esqueçamos que ele era noivo de Maria José, a afilhada. Junto aos colegas de trabalho não tinha o menor pudor ao contar sobre sua amante, uma mulher casada que lhe presentear um par de meias finas, cor de laranja, compradas na capital.

Luiz, que não poupava sua noiva, contou que a “madrinha” lhe oferecera cinquenta mil réis para que ele não fosse embora da Aldeia e ainda comentava com despudor, conversas e promessas trocadas com a madrinha, sendo estas, muitas vezes, feitas na presença do surdo Ledovício.

Podemos perceber a imaturidade juvenil no destemor de Luiz, um sedutor fanfarrão a quem, talvez, nunca tenha ocorrido que certamente seria morto pelo marido traído e humilhado.

Ao se dar conta de que sua aventura estava prestes a se tornar pública, Luiz tentou tecer um alibi dizendo que teria que matar o “negro Aurélio” [*sic*] e sua noiva Maria José, porque andavam a lhe tecer calúnias. Sua derradeira fala foi uma busca de coragem e dos brios masculinos: “Eu não tenho medo do Ledovício! Se ele tem revólver, eu também tenho.” O que ele não teve foi tempo de sacar o seu.

E o que levou Luiz, um Guarda Municipal mal remunerado de 21 anos, a arriscar-se tanto com uma senhora casada que, possivelmente, fosse bem mais velha do que ele? A conversa na mesa do café é bastante provocativa. Luiz disse que a “madrinha” se casaria com ele, caso Ledovício morresse. Como, aparentemente-

te, o casal não tinha filhos, a “madrinha” seria a única herdeira do espólio que, conforme os moldes da época, possivelmente contasse não apenas de um estabelecimento que vendia carnes, mas de um criador e abatedor de gado. Podemos, em nossas suposições, excluir a possibilidade de amor ou paixão. Se houvesse qualquer sentimento, Luiz teria guardado segredo.

O juiz Major João Batista Lessa arrolou as demais testemunhas requeridas pelo promotor *ad hoc* Dr. Otávio Schemes e pelo advogado do réu: Anápio Gomes e Horácio Gomes Sobrinho. Estes não estavam presentes no momento do crime e o que sabiam era “de ouvir dizer”. A função destas testemunhas era atestar a retidão do caráter e a honestidade de Ledovício, um homem socialmente bem relacionado e posicionado na Aldeia. Portanto, como muito se faz atualmente, a idoneidade de um homem se media pela sua posição e relacionamentos sociais. No caso de Ledovício houve dupla justificativa para a absolvição e, provavelmente, sua posição na Aldeia tenha lhe dado mais confiança para apresentar-se ao delegado logo após o crime.

Cabe dizer, neste momento, que nos autos deste processo contemplamos uma comunidade ainda muito ligada ao espaço rural. Sua população abastecia-se no comércio local, mas também, viajava para a capital com certa frequência, quando então, aproveitava para comprar coisas que não se encontravam na Aldeia.

Quanto à hegemonia masculina, com exceção da noiva da vítima, temos somente homens como testemunhas e jurados. As mulheres não votavam e, portanto, não eram cidadãs plenas e não dispunham de qualquer autonomia. Maria José, a noiva, foi ouvida porque era a única pessoa que realmente poderia esclarecer os acontecimentos que determinaram o crime. As demais testemunhas (todos homens) disseram o que “ouviram dizer” (com exceção de Mario Sarmiento, único a presenciar o crime) e o quanto Ledovício era um homem bom e gentil com a esposa e, também como havia sido generoso com Luiz recebendo-o com confiança em sua casa, o que potencializava a traição recebida.

Não se pretende, neste momento, fazer a análise de como foi conduzido o processo – que, na época, agradou a todos –, mas é evidente o objetivo do juiz e do promotor de justificar a atitude do réu, demonstrando, além de parcialidade, o padrão moral da época. Uma pena não haver no processo, a transcrição dos autos de defesa e de acusação. Seriam pérolas. Há que se dizer que o direito e a justiça mudaram bastante.

CONCLUSÃO

Partindo deste único processo podemos perceber as inúmeras possibilidades de pesquisa e conhecimento.

Para a pesquisa histórica em processos judiciais é necessário que nos debrucemos sobre muitos maços de papéis velhos, manchados e de difícil leitura. Requer prática paleográfica e disponibilidade de tempo. É a partir do somatório das informações coletadas que podemos dar início a uma reflexão teórico-metodológica que aos poucos dá forma ao conhecimento histórico.

A micro-história é um gênero historiográfico oposto aos modelos macro-sociais de análise, e opera com escala de observação reduzida, exploração exaustiva de fontes, descrição etnográfica e preocupação com a narrativa literária. Contempla as temáticas ligadas ao cotidiano de comunidades específicas referidas geográfica ou sociologicamente. Podem ser exploradas situações-limite ou personagens extremos, geralmente vultos anônimos, figuras que por certo passariam despercebidas na multidão.

Muito pouco se sabe sobre Gravataí. Sabemos do arranchamento dos Guarani trazidos por Antônio Pinto Carneiro. Ouvimos falar de um suposto chefe indígena, o Grande Anjo ou Caribebe-Guaçu, de Pedro Gonçalves Sandoval, um dos primeiros sesmeiros dos Campos de Viamão. Sabemos sobre quando viramos Freguesia e Vila. Também sabemos quem foram os intendentess, os prefeitos, os juizes, os comerciantes, os latifundiários e as pessoas eminentes que viveram aqui. Não sabemos quase nada sobre o povo, a massa anônima que aqui nascia, vivia, trabalhava e morria. Foram os homens anônimos que formaram este povo os verdadeiros protagonistas da história gravataiense. Existem caminhos alternativos para a investigação histórica. Podemos ir onde as abordagens historiográficas tradicionais não foram e abandonar de vez as concepções que opõem culturas eruditas e populares compondo uma descrição mais realista sobre o comportamento humano.

As fontes existem, saibamos explorá-las.

NOTAS INFORMATIVAS

- 1763: foi fundada oficialmente a Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos;
- 1795: a Aldeia foi desmembrada da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão;
- 1880: a Aldeia emancipou-se de Porto Alegre, ganhando a condição de vila, passando a chamar-se vila de Nossa Senhora dos Anjos de Gravataí;

- Antes da Proclamação da República, as cidades brasileiras eram governadas pelas Câmaras Municipais. Os intendentess passaram a exercer o poder executivo a partir de 1889 com a proclamação da República. Durante a República Velha, os governantes municipais passaram a ser eleitos pelo voto, e eram chamados de intendentess. Na data do acontecimento relatado, encerrava-se a segunda administração de João de Azevedo Barbosa Filho (1913-1922/1923-1926) e iniciava-se a de Demétrio Alves da Silva (1927-1930), último intendente eleito em Gravataí. A partir daí, com o golpe de 1930, os prefeitos eram nomeados pela ditadura de Getúlio Vargas e o cargo passou a ser denominado prefeito.
- Tabela:

| Evolução demográfica de Gravataí | |
|----------------------------------|--------|
| 1900 | 12.855 |
| 1920 | 20.394 |
| 1940 | 22.894 |

Fonte: Biblioteca do IBGE.

REFERÊNCIAS

APERS. Arquivo Público do Estado do RGS: Processo-Crime. Fundo: Vara Criminal - Maço 8, Doc. 159.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2000.

CENSO 1920 - v.4 – PARTE 5 - TOMO 2 - POPULAÇÃO em (<http://biblioteca.ibge.gov.br/>). *Censo Geral da População e 1º da Agricultura e das Indústrias*. Recenseamento de 1920.

FREITAS, Eliane Martins; COSTA, Lea Patrício. *O crime contra a honra na historiografia brasileira*. Artigo publicado in: http://www.catalao.ufg.br/historia/arquivos/Simposios/historia/VIISIMPOSIO/comunicacoes/Lea%20Patricio/lea_patricio.pdf

UM JOÃO... UMA MARIA... NOS CAMINHOS DE GRAVATAÍ

Izabel Cristina Beckel de Ávila

Arquiteta. Gravataí/RS

Porque as cidades são feitas de lugares e pensamentos, de emoções e de gente, trago aqui um relato de gente que fez de nossa cidade um lugar onde, com certeza, foram plantadas emoções, não só no pensamento, mas nos corações daqueles que continuam caminhando onde seus pés, um dia, talvez tenham caminhado. Caminhos que ainda não eram as ruas que hoje nós, descendentes, percorremos e deixamos plantadas, também, nossas raízes, nossas emoções. Um continuar de vida ou, talvez, um perpetuar de vidas que nasceram de outras vidas, de um mundo distante, de além mar... e que escolheram esta cidade para ser o lugar onde fizeram, das suas próprias vidas, atos de doação: doação de amor, embalada pelas bênçãos muitas e tantas vezes recebidas por Maria, na antiga Capelinha de Santa Cruz; doação ao trabalho pelas mãos de um carpinteiro que se chamava João.

João Alves de Souza, ou seu Joca, como era tratado por todos, foi conhecido carpinteiro/marceneiro na cidade, tendo como sua principal obra as antigas carcerias de madeira dos ônibus da empresa, hoje SOGIL e Maria José Estácio de Souza, mais conhecida como dona Zeca, era uma das senhoras mantenedoras da pequena Capelinha de Santa Cruz, com a qual avizinhava.

Aqui nasceram seus 8 filhos, muitos e tantos netos, bisnetos e tataranetos.

E eles ainda estão neste lugar, nas lembranças que perpetuamos para o amanhã, principalmente para aqueles que não tiveram a felicidade de conhecer, conviver ou compartilhar momentos com seu Joca e dona Zeca.

A CONSCIÊNCIA DE FAMÍLIA E DE TRADIÇÃO É A RAIZ DA CIDADANIA

Acredito que esta frase seja a expressão e o objetivo, tanto da história familiar que vou relatar quanto das pesquisas de conhecimento da origem das famílias, sua ligação

a uma tradição, a uma cultura e a uma religião. Pesquisas das quais fazem parte fundamental a estrutura de identidade do Eu e requisito fundamental para a autenticidade da vida em sociedade, dentro da história das cidades e, principalmente, de Gravataí.

É um imperativo, por parte da população, o conhecimento da história da sua cidade que começa com o conhecimento da história do berço. E deste conhecimento resultará a determinação de preservar e de valorizar o legado histórico existente, de desenhar e de concretizar os caminhos que essa preservação e valorização exigem.



RELATO

Na minha visão, perpetuada pelas lembranças e pelo convívio até a idade adulta, com os meus avós maternos, João e Maria, tomei emprestada deles as histórias de vida, vida simples, baseada numa afirmação de Aristóteles:

A verdade é um bem e uma família na qual os homens virtuosos se sucedem é uma família de homens de bem. Esta sucessão de virtudes tem lugar quando a família remonta a uma origem boa e honesta, pois é próprio a um princípio que ele produza muitas coisas semelhantes a si mesmo. De algum modo, é a sua obra de formar seu semelhante. Portanto, quando

existe numa família um homem tão unido ao bem que sua bondade se comunica aos seus descendentes durante muitas gerações, daí decorre necessariamente uma família virtuosa.

Irei transformar esta história em outra: a história de um João e uma Maria... nos caminhos de Gravataí.

Começarei a história de João por uma data distante no tempo e na distância geográfica que me remete a Portugal - mais propriamente às Ilhas dos Açores □ por onde iniciei uma pesquisa documental e obtive uma linha de geração dos familiares de João, anterior ao ano de 1769.

Desde além mares, as primeiras informações de instalações familiares remetem a Viamão e chegam a João Alves de Souza, que nasceu em 1895, filho de um Cândido e de uma Angélica. Era um entre os sete filhos das famílias Alves de Souza e Correia.

Anos depois, a família se mudou para Gravataí e passou a viver em um sítio no Barro Vermelho onde possuía uma serraria e uma atafona.

Ainda jovem, João fez curso de marcenaria e sabe-se, pelos contos da vida e por objetos de sua própria execução, que era um excelente marceneiro. Alguns dos objetos fabricados por ele encontram-se hoje nas casas dos familiares que os guardam como recordação de uma época.

A história de Maria não remete a lugares tão distantes, pois se acredita que “ela era daqui”. Maria José Estácio dos Santos nasceu em 1897, filha da união de Manoel e Carolina. Era uma entre os cinco filhos das famílias Estácio de Souza e Santos. A família vivia em Gravataí, nas proximidades onde, hoje, é a loja Mas-saroca – na esquina da Avenida Dr. José Loureiro da Silva com a Avenida Dorival Cândido Luz de Oliveira.

Em 1916, João e Maria casaram-se e passaram a ser conhecidos por muitos na cidade como “Seu Joca” e “Dona Zeca”. Dessa união nasceram nove filhos. Inicialmente o casal residiu na casa onde Maria José vivia até então, mas algum tempo depois, o casal e dois filhos - Ercília e Mário - foram morar no distrito de Canoas onde João conseguiu emprego em uma fábrica de móveis. Nessa época por trabalharem na mesma fábrica João conheceu o Sr. Elizário, tornando-se seu amigo.

Morando em Canoas, Maria José aprendeu o ofício de empalhamento de móveis e lá nasceram os filhos Décio, Cyro e Nelson. Por volta do ano de 1926/1927, o casal, e agora cinco filhos, retornaram a Gravataí e passaram a morar em uma casa de madeira, alugada, na área onde ficava o Paladino Tênis Clube, hoje Carrefour, mais precisamente onde se localizava a piscina do clube. A partir desse retorno a Gravataí,

João iniciou um envolvimento com o Esporte Clube Paladino participando das reuniões que deram origem à fundação do clube, em vinte de abril de 1927.

No mesmo período, junto com os amigos Luis Inácio Fialho e Orozimbro Pereira, João montou, em sociedade com eles, uma fábrica de móveis, com sede situada no local onde hoje está instalada a Loja Herval, na esquina da Avenida Dorival Cândido Luz de Oliveira com a Rua Anápio Gomes.

Aproximadamente nessa época iniciaram-se as obras de construção do Grupo Escolar Barbosa Rodrigues – situado à Avenida Dr. José Loureiro da Silva – da qual Joca participava do trabalho na área da carpintaria, montando o madeiramento do telhado e executando as esquadrias da edificação.

Mudaram-se para uma casa em frente à fábrica de móveis que se localizava no local onde hoje está instalado o posto de combustíveis, na esquina da Avenida Dorival Cândido Luz de Oliveira com a Rua Anápio Gomes. Tal casa era vizinha a uma antiga fábrica de café (Café Estrela pertencente à família Raupp) e vizinha às propriedades dos irmãos de Maria José. Nesta casa, nasceram os filhos Célia, Rosita, Aldo e Ênio. E lá vivenciaram a perda de Célia e Ênio, ainda muito pequenos.

Descontente com a sociedade na fábrica de móveis, João vendeu sua parte aos sócios e continuou a trabalhar como funcionário da fábrica. Após sua saída, iniciou na empresa de ônibus Gravatahyense – hoje, Sociedade de Ônibus Gigante/SOGIL - construindo e reformando as carrocerias dos veículos da empresa.

Nesta mesma época, o amigo Eliziário possuía em Porto Alegre sua própria empresa de carrocerias para ônibus e, por vezes, pedia ao “Joca” que ajudasse na construção e montagem das mesmas.

Com o resultado da venda da sociedade, a família mudou-se para a então chamada “Casa do Arcebispo”, situada em frente ao colégio Nossa Senhora dos Anjos, e adquiriram uma área de terra na Rua Anápio Gomes. Tal área era lindeira à área do Paladino e hoje segue junto ao Carrefour.

Na época, o terreno tinha uma grande área verde e vertente d’água fazendo divisa com o chamado “Beco do Bispo”, via que hoje recebe o nome de *Rua João Alves de Souza*, em sua homenagem. Nesta área, a família criava vacas, com produção de leite para consumo próprio, lavava roupas num poço construído por “Joca” e as crianças brincavam num campinho que foi palco das primeiras competições de futebol do time do Paladino do qual fizeram parte os filhos Décio, Nelson e Aldo.

Construíram uma casa no ano de 1936, cuja edificação existe até hoje e faz frente à Praça Norberto Lessa e ao antigo Grupo Escolar Barbosa Rodrigues. Nela viveram até o casamento do último filho, Rosita, em 1957.

Com o passar do tempo, João estreitou a sua relação com o Esporte Clube Paladino chegando a ser presidente do clube no segundo e no quarto mandato, em 1928 e em 1934 respectivamente. O amor pelo clube que ajudou a fundar chegou ao ponto de João “doar” parte de sua área de terras para o mesmo (área aproximada de 2.000 metros quadrados).

Conta-se que esta “doação” teria sido realizada através de um pagamento simbólico, devidamente registrada em Cartório.



Brasão
Paladino Tennis Clube



Ônibus da empresa Gravatahyense

Com a venda da área, compraram outro terreno e construíram uma nova casa situada em frente à Avenida José Loureiro da Silva esquina com a travessa Tiradentes. Nela comemoraram suas “*Bodas de Ouro*”, em dezessete de junho de 1966, com missa oficiada pelo Cônego Pedro Wagner (que havia realizado o casamento no ano de 1916) e grande festividade com a presença dos filhos, netos e amigos.

Esta casa fazia vizinhança com a Capelinha de Santa Cruz, na Rua Tiradentes, referência histórica para a cidade de Gravataí. Construída para abrigar uma cruz feita pelos índios, a capela era local de adoração e preces dos habitantes do povoado.

Sabe-se que na capela reunia-se o Apostolado da Oração Coração de Jesus para doutrinar as crianças ao catecismo e rezarem os terços nos fins-de-semana. Em 1909, a capela estava em ruínas, mas com donativos da comunidade foi iniciada a sua reconstrução, concluída em 1944.

Durante um tempo, do qual não consegui precisar a data, Maria José compartilhava a posse das chaves da capela para sua manutenção e abertura das portas para as vias-sacras e os terços semanais das senhoras católicas da vizinhança, das quais lembramos: Dona Natalina Raupp Machado, Dona Enedina Medeiros, Dona Norica Costa, Dona Francisca Brambilla, Dona Antonina Canellas entre outras. Ainda, Celeste Canellas, Rute Machado, Lúcia Amaral, Hayde Brambilla e outras senhoras da comunidade gravataiense participaram de muitas e tantas rezas, novenas e missas, ocasionalmente, celebradas pelo padre Álvaro Noschang.

Nesta casa, conviveram seus últimos anos com seus seis filhos: Ercília, Décio, Cyro, Nelson, Rosita e Aldo; com seus dois genros Deoclécio e Hugo; com suas cinco noras Antonieta, Luzia, Nair, Priscilla e Leni e com seus vinte e dois netos.

Hoje se somam ainda, quarenta e dois bisnetos e onze trinetos espalhados não só pelos caminhos de Gravataí, mas espalhando suas raízes em cidades do Rio Grande do Sul, de São Paulo e do Paraná.

Da terceira e quarta geração, alguns chegaram após a partida de João e Maria. Das primeiras, alguns pés não mais caminham pelos caminhos de Gravataí, mas deixaram plantadas aqui suas raízes...

... em prédios de tijolos e concretos plantados com o trabalho do Décio Souza; no bê-á-bá ensinado em uma escola do Barro Vermelho pela Professora Ercília Souza Soares; na modelagem, corte e costura das mãos da costureira Rosita de Souza Beckel; nas habilidades dos comerciantes Mário e Aldo Alves de Souza.

... que ultrapassaram os limites da cidade e levaram Cyro Souza a voar e voltar como mecânico de aviação e primeiro-tenente e Nelson Souza, como arquiteto que, entre traços, linhas e modelagens, projetava edificações, bem como ensinava be-a-bás da arquitetura na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Trilhas e caminhos diversos, ensinamentos e obras que ficaram e que literalmente, transformaram-se em raízes.

Em agosto de 1974 e novembro de 1989, respectivamente, Joca e Zeca deixam o convívio familiar.

CONCLUSÃO

Que a população, consciente da sua história (e das suas raízes), se transforme na primeira guardiã das tradições. Isto significa que ela, juntamente com as autoridades públicas, deve pilotar a defesa e a valorização do sítio histórico que

hoje é patrimônio da humanidade. E o primeiro caminho é a família. É preciso que em todos os lares a defesa e valorização das raízes históricas se convertam num desígnio de todos, num projeto da família e da comunidade. Os pais devem ter a preocupação de inculcar nos filhos que um sítio tem seu valor, engrandece a comunidade. E, se os pais não tiverem conhecimento de toda a história, devem, pelo menos, inculcar nos filhos a ideia de que a história existe e que eles devem ter a preocupação e interesse em descobri-la.



MENINO DE PEDRA: MEMÓRIAS DE UM CASAL OPERÁRIO EM GRAVATAÍ, ANTES DA DITADURA MILITAR DE 1964

Carlos Adriano Albani da Silva

Licenciado em História/ULBRA e

Especialista em História do Brasil Contemporâneo/FAPA. Gravataí/RS

Neste breve conto, transformo em literatura algumas histórias e memórias colhidas junto aos meus pais, tios e avó sobre a cidade de Gravataí entre os anos de 1940, 1950 e 1960 – nos tempos precedentes à industrialização efetivada pelo regime militar. Utilizo como argumento central da obra, o início do namoro de meus avós paternos, operários de importante fábrica de doces da antiga vila Cachoeirinha. Exploro ainda algumas histórias “fantásticas, lendas que circulavam entre os moradores da região, como o “macaco com chifres” e o “bebê cuspidor de fogo”. Alguns apontamentos sobre a formação colonial de Gravataí, também são esboçados no texto. A obra literária possui um viés nitidamente social, abordando o cotidiano, os sonhos e as lutas das classes subalternas de um Brasil ainda predominantemente rural.

Assim vou escrevendo:

Coisa rara é encontrar alguém que goste de segunda-feira. Ainda estão muito vivas as vadiagens do final de semana para já se ter que pegar no pesado. Mas só os magnatas podem reclamar da segunda, sentados em poltronas confortáveis e fazendo os cálculos da lucratividade. Para os operários a história é outra.

Caminhões de marcas estrangeiras, carroças e alguns poucos carreteiros iam chegando ao galpão. Homens fortes e sem camisa, de pele avermelhada, descarregavam caixas e mais caixas de frutas frescas e cheirosas. Banana, goiaba, pê-sego, marmelo, pêra. Já encharcados de suor, de manhã cedo, esses moços distribuíam as caixas de frutas para outros moços, operadores das máquinas que se ocupavam em separar a polpa suculenta das duras sementes daquelas frutas. Ambos resmungavam e reclamavam da segunda. Inofensivos resmungos, pois a

fábrica de geleias e doces da Vila Cachoeirinha, desde 1919, seguia nesse ritmo, abastecendo de conservas a cidade de Porto Alegre.

Silva era um dos poucos que não reclamava da segunda. Não, não, ele não era magnata. Era operário mesmo, mas preferia guardar as reclamações para depois. Em vez de birra, Silva prestava atenção nas coisas ao redor e procurava aproveitar as brechas e as oportunidades para ganhar a vida. Conseguiu assim o emprego na fábrica de chimias.

Certa vez, um velho estancieiro de Viamão tentou fazer umas marmeladas no fundo do quintal, para tanto, arrumou um senhor paulista, veterano da Revolução de 1932. Apesar de traidor de Getúlio, o sujeito sabia exatamente o ponto de fervura, a quantidade de açúcar e todos os ingredientes secretos para uma boa geleia. Em 1951, geleias e doces valiam bastante, pois ajudavam a manter as pessoas de pé. Ninguém tinha geladeira por aquelas bandas e época.

Jacinto, o pai do Silva, durante muitos anos entregou frutas nessa estância em Viamão. Silva sempre ia junto, ainda moleção, ajudando a descarregar as frutas da carreta, puxada por dois bois. Só depois de nascido os primeiros fios do bigode do Silva foi que seu velho pai arranhou uns cavalos e uma carroça. Carreteiro e observador, Silva pegou os mistérios das geleias prestando atenção nas bruxarias do paulista. Algumas dúvidas ele tirou com a mãe, Maria Cândida de Jesus, cozinheira e doceira desde sempre.

E agora lá estavam, em plena segunda, Silva e Olavo, diante dos tachos, mexendo e remexendo, provando e dando o ponto de firmeza das geleias da família alemã. Poucos eram os moradores de Gravataí, naqueles dias, que sabiam fazer aquilo. Seu Frederico pagava até que bem àqueles dois rapazes por tal serviço. Se casassem, Frederico prometia ceder uns lotes do terreno da firma, que tinha uns 50 ha, para erguerem uma casinha e constituírem família. Os dois mestres das geleias moravam como agregados na fazenda do Seu Júlio. O fazendeiro ameaçava despejá-los, desde que abandonaram a peonagem para virarem operários.

Silva e Olavo eram naturais do Itacolomi. Filhos, netos, bisnetos e tataranetos de índios missioneiros que ocuparam as cercanias de tal morro, também chamado de Pico dos Corvos. Gerações após gerações, bugres, mazombos e açorianos viviam ali da policultura, como posseiros, ou então se viravam como carreteiros e peões, naquela região que um dia tinha sido uma grande fazenda com o mesmo nome do morro, propriedade de um antigo sesmeiro, vizinho da Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos.

Em 1763, um tropeiro, de nome Antônio Pinto Carneiro, junto de um milheiro de índios guarani, fundou a tal Aldeia dos Anjos, que teve por destino alojar gen-

te oriunda dos Sete Povos das Missões. A Aldeia acolhia índios que abandonavam a luta pela República Guarani, deixando assim, de lado, os rebeldes Sepé Tiaraju, Nicolás Nenguiru, Pascal Yaquapó e Miguel Mayra, entre outros. Na ocasião, portugueses e espanhóis embestavam de assinar tratados que definiam as disputadas fronteiras de seus impérios coloniais, fronteiras estas que se chocavam bem aqui no Rio Grande do Sul. Arrogantes, os ibéricos a tudo isso faziam sem ao menos consultar índios e padres jesuítas que haviam erguido um mundo à parte nas margens do Rio Uruguai. Em nome do sossego perdido, guaranis cristianizados declararam guerra às abelhudas Coroas. A paz que encontraram foi a do cemitério.

Com a dissolução da Aldeia dos Anjos, em 1803, não apenas o Itacolomi, mas a Morungava e a Santa Tecla acabaram por receber descendentes dos índios missioneiros. Por todo o século dezenove, africanos e alemães também ocuparam o Vale do Rio Gravataí, originando a cidade de mesmo nome que o rio, em 1880.

Enquanto Olavo era só preocupação, encasquetado com o fato de ter de arrumar uma prenda para ganhar terreno e sair da Granja Esperança, Silva, assoviando discretamente alguma melodia com sua costureira afinação, lembrava dos olhos azuis reluzentes da guria que conhecera na última domingueira. Lá na Morungava tinha a bailanta do Florindo, um alambique que servia de abrigo para gaiteiros e violeiros que rumavam a Porto Alegre, Rio Pardo, Viamão ou Santo Antônio da Patrulha. Eram moços versáteis que tocavam valsas, serestas já puxadas para o samba, rancheiras e outras canchas que inflamavam os pés de valsa da região. Silva era um desses pés de valsa. Petry era a dona dos olhos azuis em que Silva pensava naquela segunda.

Petry também era filha de índios *encastigados* com negros e portugueses. Mas os olhos azulados vinham do pai, filho de imigrantes alemães alojados no Vale do Rio Taquari no século XIX. Além de dançar, desde garotinha, Petry cozinhava, lavava, cosia e puxava o terço, ajudando nas lides de casa a mãe, Ondina Soares, e a vó Cilicina. Mulheres bravias que não gostavam muito quando Luis Petry pegava da viola e cantava cantigas de cabaré e outras toadas, muitas delas em alemão, aprendidas quando jovem com o pai e com os tios. Nas costumeiras ironias da vida, a jovem Petry acabou arrumando emprego na fábrica de geleias da Vila Cachoeirinha. A mesma fábrica em que o velho pai, carpinteiro, pedreiro, padeiro, plantador, violeiro, morreu construindo, ao cair de um andaime. Seu Frederico dizia que tinha caído de bêbado. Os colegas juravam que não. A verdade ninguém sabia.

Na confeitaria, champanhas, esquecidos e bolachas eram preparados e moldados nas formas por um bando de mocinhas. De vestido, touca e avental, elas arrumavam a massa que seria assada por Neco em fornos à lenha. Já se iam quase oito anos de padaria, mas Petry ainda recordava, vivamente perante os seus olhos azuis, das seguidas vezes em que se escondia dos inspetores do governo. Os fiscais saíam em busca de menores que trabalhavam ilegalmente nas firmas. E foi por volta de 1941, o ano da grande enchente, que ela foi contratada pela fábrica, com apenas 14 anos. Logo aprendeu que se o padeiro berrasse, olha a justiça! ou alguma coisa parecida, era sinal de que as meninas tinham que se meter no porão e lá ficar horas a fio, enquanto o padeiro, Seu Frederico e os inspetores, regozijavam-se todos, conversando. Os primeiros dissertavam do bom rumo de seus negócios no ramo alimentício, e os segundos versavam sobre a bondade de Getúlio, o presidente pai dos pobres e dos trabalhadores que recompensou a arigozada com a CLT em 43. Henrique, carioca e inspetor do governo, apertava a mão do padeiro e dizia: “que belo serviço, que belo serviço, quem dera todas as fábricas desse Brasil respeitassem as normas como vocês as respeitam. É bem verdade, não há povo igual ao povo gaúcho”. Seu Frederico ria à larga e dizia que era costume da família respeitar as leis. Aproveitando a ocasião, teorizava “o povo gaúcho só é O Grande Povo Gaúcho por causa do sangue alemão que lhe corre nas veias desde 1824”. As meninas, que eram analfabetas mas não surdas, ouviam a tudo, mesmo não entendendo nada. Seguravam os espirros, agachadas em meio ao pó, e até riam, nas primeiras vezes, de tamanha travessura. Ao final do mês já não era mais possível sorrir com o salário em mãos.

Olavo mostrava ao capataz que a consistência da goiabada já estava tinindo. Silva articulava alguns planos. O Ano Novo se avizinhava e com ele o Terno de Reis. Já era verão, as festas de Natal também já haviam dado adeus. Como de costume, no dia 06 de janeiro, a comunidade da Granja abriria suas portas aos cantadores andarilhos que rememoravam a visita dos três Reis Magos ao Menino Jesus em Belém. Silva buzinava sua gaita de boca e prendia-lhe o grito nas cantorias de tais procissões. Era uma baita oportunidade para se pedir em namoro a bela Petry. Aparando o bigode, engomando a camisa e calçando o sapato engraxado do pai dava até para pensar em acertar os compromissos com os benfeitores da guria. De quebra, facilitava a vida arrumando os terreninhos da fábrica. Mas era bom se apressar. A concorrência andava braba naqueles pagos e esperar pela próxima domingueira não era uma boa opção. Silva bem sabia que Petry raramente frequentava as bailantas por ser moça recatada e caseira. Ele se lembrava de tê-la

visto no Florindo apenas duas vezes. A primeira vez, de relance, já ao fim do baile, quando aqueles olhos azuis logo lhe cativaram. A segunda vez, no último domingo, quando, dançando o bugio, ou um fandango, enfim, a memória por vezes nos trai, ele tascou-lhe um beijo molhado que ainda se fazia sentir na alma. As marcas de um beijo guarani ficam para sempre. Ainda mais quando se tratam de moças tímidas que costumam guardar em eterno, lá no fundo do peito, o importante primeiro beijo.

Como tudo lhe era novidade, nos meandros do amor, Petry aguardava, angustiada, pela missa vindoura. Às margens do Gravataí, ela e as vizinhas costumavam frequentar à Igreja da Nossa Senhora da Boa Viagem. E a viagem delas era realmente muito boa até a Igreja. A pé, marchavam, aos domingos, com os tamancos umedecidos pela geada, matraqueando, cuidando os moços bonitos, troçando das velhas, inocentes sem saber que um dia elas próprias virariam velhas troçadas por jovens vãos. Com o coração ardendo, tal qual braseiro apumado pro churrasco, Petry ansiava pela Missa de domingo, ainda tão distante, pois apenas segunda. Como ela queria falar às amigas do namorico no baile! Ainda bem que ouvinte é o que não falta para histórias de amor. E assim Petry sonhava acordada, narrando o bugio, o baile, o beijo, tendo por confidentes as colegas da fábrica e as marmitas em mãos.

Confiante em seus planos, Silva ouviu o apito berrar, assinalando o fim de mais uma jornada de trabalho. E que jornada danada tinha sido aquela! Um madames da Cidade Alta, mais as freiras da Santa Casa, tinham encomendado computas para sabe-se lá que eventos sociais. Pelo jeito, um pelotão inteiro, talvez mais a cavalaria, desejava se lambuzar de marmelada. Silva ainda não sabia que Petry ralava na padaria perto dali, mas sabia que era sua vizinha num sítio da Granja. O barbeiro Leléu não usava saia, mas fofocava com elevado grau de profissionalismo. Sendo assim, Silva caía na estrada, sozinho. Petry trocava o avental, soltava os cabelos e punha o vestido. Lembrou do prendado da última domingueira.

Pela longa trilha cercada de alto mato, vereda que levava Silva à sua choupana, muitas histórias por ali graçavam. O avô dele, Luis Jacinto, era o trovador oficial das cercanias, eleito pela comunidade, num tempo em que os analfabetos não podiam votar para outra coisa. E quase todos eram analfabetos no Brasil. Em verdade, dividia o posto de bardo com Pé Redondo. Filho e neto de escravos, Pé Redondo contava, agarrado ao rancor, que foi nas terras do Coronel Julião, agora pertencentes ao seu filho mais moço, Julio, que seus antepassados conheceram a mão gelada da morte. O Coronel mandava, nos tempos de Dom Pedro, seus escravos enterrarem baús recheados de dobrões de ouro e de prata. Feito o serviço, o

Coronel sangrava o negro cavocador para que o segredo da fortuna ficasse imaculado. Talvez como punição, quis o destino que o filho do fazendeiro sovina jamais conseguisse encontrar os baús. Julião morreria engasgado com farofa e cachaça numa noite de São João, lá pelos idos de 1920. Como a Abolição da escravidão chegou alguns anos mais cedo por estes lados do Sul, Pé Redondo se safou da sina de sua família. Agora, velho, Pé Redondo plantava alguns pés de feijão e vivia de contar suas histórias, ensinando algumas gingas de capoeira às crianças do lugar e sorrindo banguela um terno sorriso daqueles bem difíceis de se esquecer.

Luis Jacinto, por sua vez, jurava que a Estrada dos Alemães, o passo que levava da fazenda do Seu Júlio à fábrica de doces, era mal-assombrada. Nas cercanias do velho plátano, ali semeado por um lagunista violento e covarde dos tempos coloniais, seguidamente um macaquinho com chifres saltava na corcunda dos passantes, aprontando-lhes traquinagens. Se o cavalo não fosse benzido tornava-se impossível atravessar o plátano sem corcovear, alquebrando todo, dessa forma, o cavalariano pego de surpresa. Há quem diga que caso se oferecesse um pito do palheiro ou um gole de canha, das de Santo Antônio, o macaquinho se aquietava e realizava os desejos do vivente. Mas ainda estava por aparecer, pelas redondezas, quem tivesse tamanha coragem.

Maneirando no andar firme, Silva era recebido pelos cuscos de casa ao abrir a porteira do ranchinho. Reparava a vizinhança, sentada em círculo, sob as laranjeiras, olhos e ouvidos bem abertos. Uma Lua prateada grandiosa banhava todos a seco. Encolhendo-se no ventre das mães, como se ainda não tivessem nascido, as crianças ouviam o velho Jacinto. Cofiava o bigode, fechava o palheiro e, depois daquela cusparada, falava sereno “já era tardinha, tava vortando da berada da ponte com uns pexinho na cacunda” – os jundiás encardidos dependurados no varal não o deixavam mentir – “e lá na encruzilhada dos Saraiva bisservei aquele bacuri estropiado nu chão. Bão, falei de cá pra mim mesmo, como bão cristão que sou, devo de socorrer ao necessitado. Numa vorteadada encarei o pobrezinho. Pretinho que só vendo, inté parecia o Pé Redondo.” E quando eu peguei o negrinho – pausa pra outra cusparada, um olhar caipora pro palheiro amigo – “ele sortô uma baforada de fogo e se pôs a rir de mim, querendo mamá nas teta duma virge. Eu atirei o atentado num monte e saí em desabalada correria que quando passei da cancela, a muié inté falô, ‘parece que viu o Coisa Ruim, homem de Deus’. Não é, muié?” A avó de Silva sacudia a cabeça e dizia que sim, fazendo o Sinal da Cruz, toda arrepiada. Jacinto cofiava o bigode, tragava o palheiro e dava aquela cusparada.

O gurizote do Tônico, metido a valente e destemido, não queria ver o fim do serão e pedia repeteco dos contos das Marias. A Cachaceira e a Castorina, carreteiras do Gravataí. O medo e o sono empurravam as histórias pro amanhã. Cada qual com cada qual, o povo todo rumava pra suas choças. Injuriado, o bacuri do Tônico matutava que, se a vizinhança quisesse, bem que poderia fazer um pixurum para peitar o bebê dos diabos e assim livrar de assombração estrada tão importante para as economias da região. A mãe dava-lhe umas palmadas pelas ideias de jerico. Depois de crescido, Tônico montaria uma ferragem em Sapucaia, seria sócio de imobiliária em Capão da Canoa, teria uma academia em Esteio, seria eleito vereador por partido trabalhista, escreveria esses causos em verso, montaria um CTG, casaria e desquitaria quatro vezes, teria três filhos, um advogado que imigraria para Inglaterra só pra trabalhar de garçom, um dependente químico que nunca trabalharia na vida, e uma moça administradora de empresas que seria chefe de gabinete do pai em seu primeiro mandato.

Com o corpo moído e o coração alvoroçado, Silva jogou-se na cama de palha e o travesseiro de penas lhe acariciou os pensamentos. O cabelo liso se encontrava molhado depois do banho de bacia. Perdia-se em sonhos altaneiros, desatento como antes nunca estivera. Ajuizava nos olhos de Petry. A vizinhança ficava cada vez mais miudinha, longe, longe. Como formiguinhas que eram num mundo cada vez menor lá fora. A jornada, no dia seguinte, era dura, muito dura. Somente naqueles cinco minutos antes que o sono o vencesse podia se deixar levar pelos pensamentos. Sua liberdade então durava cinco minutos. Os olhos semicerrados balbuciavam entregando-se ao cansaço. Conversava com Seu Ariel, o antigo mestre de geléias que saiu da função quando um dos tachos virou sobre a perna, queimando-a inteirinha. Por onde andaria o Seu Ariel? Olhos azuis. Tachos. Petry e a valsa. Petry e o beijo. A valsa. Ou teria sido um bugio? Foices. Carretas. Fandango. Por onde andava o Seu Ariel? O sono embriagava. Olhos abertos. Olhos fechados. Num porre de cansaço. Uma brisa quente de verão penetrava as largas frestas da casa de madeira. O lençol sacolejava. Delicadamente, para a ninguém acordar, a brisa falava pra si mesmo como numa espécie de poesia sem rimas: “todos são os dias em que essa gente encara macacos-demônios, tachos ferventes, fiscais da Justiça, matos traiçoeiros de cobras venenosas, febres ardidadas e barrigas doídas de fome, patrões, capatazes, traiçoeiras cobras venenosas sem mato. Das batalhas e das lutas herdarão seus filhos as agruras da pobreza e o sabor do pão de cada dia. Despedaçadas lembranças, ensinando a quem quer que queira aprender. É preciso dormir sem medo do outro dia que já vai chegar.”



PARTE 2

HISTÓRIAS DE VIDA



CORONEL SARMENTO, HOMEM DO IMPÉRIO

Márcio Darlan Rosa Knobeloch

Mestre em Teologia/IEPG. Glorinha/RS

Existe muito pouco escrito sobre o Coronel Sarmiento. Mas, no entanto, há imensa literatura sobre as transformações que a Psicanálise e a Antropologia estruturalmente iriam trazer às ciências humanas, como as hermenêuticas que hoje não se beneficiariam diretamente dos seus métodos reducionistas.¹ Isto é, o simbólico, o mental e o imaginário, como queiram nomear, não são apenas produtos da superestrutura, o que já está estabelecido, mas também é plena estrutura. Sendo assim, podemos inferir muitas coisas a partir do imaginário sobre o Coronel Sarmiento, pois o imaginário não nasce simplesmente do acaso. “Onde tem fumaça, tem fogo,” reflete a sabedoria popular. Neste sentido, talvez possa se ouvir coisas a respeito do Coronel Sarmiento, que não estejam em documentos escritos, mas está preservado na memória.

André Manoel Machado de Moraes Sarmiento, conhecido como Coronel Sarmiento em Gravataí e arredores, local onde nasceu em 03 de novembro de 1786, tornou-se, mais tarde morador em Glorinha, mais precisamente na localidade de Rincão de São João, entre os arroios Portão e Barreiro.²

Em Glorinha, o referido coronel era conhecido como Coronel Machado ou “Seu Machado.”³

Homem “de caráter político” viveu nas épocas do Brasil Colônia e do Brasil Império. Durante este longo tempo, no Brasil, estava estabelecida a relação Estado-Igreja, onde se concedia privilégios especiais para a Igreja Católica Romana quando a mesma era oficial.

1 DURAND, Gilberto. *Campos do imaginário*: textos reunidos por Daniele Chauvin. Lisboa: Instituto Piaget, 1996, p. 35.

2 MARTHA, Agostinho; MARTHA, Marco Antônio Bandeira. *Nossa terra, nossa gente*: monografia de Gravataí (1730-1950). Porto Alegre: [s.n.], 2001, p. 412.

3 AGORA, apenas dois desejos: casa popular e conhecer o 1º tataraneto. Vovó Belizária completa amanhã seu 120º aniversário. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, out. 1958, p.10.

Neste contexto, no Rio Grande do Sul, mais precisamente em 29 de maio de 1853,⁴ Dom Feliciano Prates, natural da localidade de Contendas, no atual município de Glorinha, foi sagrado Bispo do Rio Grande do Sul, seu primeiro bispo católico. Dom Feliciano era primo em segundo grau da esposa do coronel Sarmento, a glorinhense Brígida Maria de Oliveira Prates.

A aproximação e o parentesco das famílias Prates e Sarmento, no século XIX, parecem sugerir interesses políticos, sociais e econômicos afinados com o propósito da união Estado-Igreja, ou seja, o fortalecimento do poder, no caso, o local.

Quanto aos familiares do Coronel Sarmento, eles são oriundos de Bragança, Portugal. O avô paterno Francisco Machado de Moraes Cabral e a avó paterna Maria Manoela de Moraes Sarmento⁵ eram naturais do Bispado de Miranda, Trás os Montes, Portugal. Os avós maternos chamavam-se João Caetano de Souza e Joana Maria da Trindade, ambos de Vila das Velhas, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, na Ilha de São Jorge – Açores, Portugal.⁶ Este casal, posteriormente, foi morador em Rio Grande.

Em meados do século XVIII veio tornar-se residente em Gravataí, Antônio José Machado de Moraes Sarmento, filho de Francisco e Maria, casado com Leonor Inácia de Souza, filha de João e Joana, natural de Rio Grande. Antônio “era topógrafo e engenheiro, oficial do exército português (Tenente de Cavalaria Auxiliar)”, entre outras coisas. Foi comandante da Aldeia dos Índios, nomeado em 30.01.1784.⁷

O filho de Antônio Sarmento e Leonor de Souza, André Sarmento, destacou-se na sociedade da Aldeia. Conforme informado, ele foi morador de Rincão de São João – Glorinha, na época parte do distrito da Aldeia, e “daquele local vinha André a cavalo até Porto Alegre, onde era vereador representante do distrito da Aldeia, chegando certa época a presidir a Câmara, entre os anos 1871 e 1872.”⁸

O que levou o Coronel Sarmento a residir no atual município de Glorinha? Foi o seu casamento com Brígida Prates, unindo a partir daí, as famílias Prates, Sarmento e Maciel, através do casamento de uma filha do Coronel Sarmento, a

4 HASTENTEUFEL, Zeno. *Dom Feliciano na igreja do Rio Grande do Sul*. (Tese de doutorado, Roma, dez. 1984). Livraria Editora Acadêmica Ltda. Porto Alegre, 1987, p.136.

5 MARTHA, 2001, p. 412.

6 REVISTA do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do RS, [s. n.], p.401.

7 MARTHA, 2001, p. 412.

8 MARTHA, 2001, p. 412.

Leonor Sarmento com Inocente Ferreira Maciel, neto de Antônio Ferreira Maciel, grande proprietário de terras no Pinhal,⁹ hoje compreendendo as localidades de Pituva, Areia, Santa Cruz, Paredão e Santa Bárbara. Estas localidades são áreas limítrofes entre Gravataí, Glorinha e Taquara.

Sendo assim, desde os tempos imperiais as famílias Prates, Sarmento e Maciel estão entre as pioneiras do município de Glorinha então pertencente ao distrito da Aldeia. Lembra-se que a esposa do Coronel Sarmento, Brígida Prates, era bisneta do capitão João Rodrigues Prates, de Évora, Portugal e primeiro sesmeiro a se fixar com sua família em Glorinha por volta de 1732.¹⁰

Depois deste “passeio” pelos familiares do Coronel Sarmento, é importante informar sobre seus feitos como homem do Império, tendo sido Juiz de Paz e eleito conselheiro no tempo do II reinado.¹¹

Registra-se que nos primórdios da década de 1830, iniciaram-se os movimentos para dividir o distrito da Freguesia da Aldeia em três distritos autônomos. A Câmara de Vereadores de Porto Alegre consultou a André Machado de Moraes Sarmento, Juiz de Paz da localidade” sobre esta medida. O Coronel Sarmento se posicionou contrário, “sob fundamento de que não havia pessoas hábeis e competentes para exercerem o cargo de Juiz de Paz, além de outros cargos que necessitariam ser criados nos novos distritos.”¹² Em 1859, André Sarmento administrava a via pública do Passo da Mundo Novo a São Leopoldo.¹³ O dito Coronel também foi designado, juntamente com Filisbino Antônio Alves pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre, na sessão de 12 de dezembro de 1861, para consultar junto à população e indicar os nomes das ruas com placas indicativas de cada uma delas. As ruas indicadas foram:

| --- Antigas --- | --- Atuais --- |
|----------------------|-------------------------|
| Rua de Nossa Senhora | Nossa Senhora dos Anjos |
| Rua da Igreja | Cônego Pedro Wagner |
| Rua da Praça | Pinheiro Machado |
| Rua do Figueiró | Ari Tubbs |
| Rua do Oriçó | Cel. Fonseca |
| Rua do Arvoredo | Dorival Oliveira |

9 MARTHA, 2001, p. 411.

10 MARTHA, 2001, p. 24.

11 MARTHA, 2001, p. 217 e 412.

12 MARTHA, 2001, p. 114.

13 MARTHA, 2001, p.194.

| --- Antigas --- | --- Atuais --- |
|-------------------|-----------------------------|
| Rua dos Sarmentos | Cel. Sarmento |
| Rua do Itacolomi | Dr. Luís B. do Prado |
| Rua do Império | Dr. José L. da Silva |
| Rua Direita | Anápio Gomes |
| Beco do Carvalho | Oswaldo Aranha |
| Beco do Quirino | Oswaldo Aranha ¹ |

Em 30 de Março de 1851, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre “distribuiu aos agricultores da Aldeia, entre eles André Machado de Moraes Sarmento, sementes de trigo importadas dos Estados Unidos.”¹⁴ O mesmo aconteceu em 1864, em relação à cultura de algodão.¹⁵

Para a continuidade da construção da Igreja Matriz Nossa Senhora dos Anjos, parada há treze anos, em 1871, foi criada uma comissão, cujo presidente chamava-se André Machado de Moraes Sarmento.¹⁶

O Coronel Sarmento também participou de uma “comissão designada pelo Juiz de Paz do distrito da Aldeia” em 5 de dezembro de 1829, que se dirigiu à Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Esta comissão tratava sobre as escolas de primeiras letras, informando sobre a frequência de alunos e sua existência; sobre as casas de negócios, sua quantidade e como se vende por medidas ou peso; acerca dos desertores e outros vadios malfeitores, se vagavam pelo território do distrito, de como apreendê-los ou segurá-los até o seu competente e imediato destino; sobre a cadeia, se existe e qual sua capacidade e segurança; quanto aos quilombos, se há e por qual motivo não têm sido perseguidos os refugiados; quanto a outros inconvenientes públicos e vexames, identificando em geral os que atualmente pesam sobre os habitantes da freguesia.¹⁷

O Coronel Sarmento deixou numerosa prole em Glorinha, dentre os quais estão os Prates, Sarmento, Dutra, parte dos Lima e dos Maciel, bem como as famílias a elas relacionadas. Além dos motivos econômicos e políticos é possível que os Prates e os Sarmento tivessem ancestralidade cristã-nova em função do casamento entre eles e os Maciel, os quais têm ancestrais cristãos-novos de origem judaica-ibérica. Também me encontro entre eles: sou neto em 5º grau do coronel. Também consta entre os parentes da esposa do Coronel Sarmento, Brígida Prates, o

14 MARTHA, 2001, p.227.

15 MARTHA, 2001, p.228.

16 MARTHA, 2001, p.241.

17 MARTHA, 2001, p.444-7.

ex-governador Júlio Prates de Castilhos, sobrinho-neto de Dom Feliciano Prates.¹⁸

Fato curioso em relação à época, foi a conversão do filho do Coronel, chamado Manoel Machado de Moraes Sarmento ao protestantismo anglicano em Glorinha, na localidade de Rincão de São João, na época conhecido como Rincão dos Machados, na década de 1890, formando uma das primeiras comunidades episcopais anglicanas do Brasil. Manoel Sarmento e sua família se tornaram membros da recém-chegada Igreja Protestante Episcopal nos Estados Unidos, no atual município de Glorinha. A partir daí, sofreram preconceitos e discriminações infundados, calcados na ignorância da época, no tocante à diversidade religiosa.¹⁹ Na verdade, esta macro-família se constitui numa grande “clã” social situada em Glorinha, cujas raízes vêm sendo objeto de pesquisa.

Desde o sepultamento de Manoel Sarmento, a localidade possui um cemitério episcopal anglicano, também chamado “Cemitério dos Machados” na localidade de Passo dos Pachecos, Glorinha. A comunidade episcopal anglicana também conhecida como “Igreja dos Machados” em Rincão de São João, Glorinha, normalmente gira em torno dos descendentes de Manoel Machado Sarmento.

Quanto ao Coronel Sarmento, registra-se que tinha escravos, entre os quais Belizária Dutra Machado que faleceu com 123 anos em 1961, na localidade de Maracanã, Glorinha, onde morava.²⁰

O falecimento do coronel ocorreu em 11 de Janeiro de 1880 e seu túmulo está no cemitério municipal de Gravataí e foi declarado patrimônio histórico do município, pela lei 515 de 19 de dezembro de 1963.²¹ Seu retrato pintado a óleo, se encontra no museu de Gravataí.



*Cel. Antônio Maciel M. Sarmento:
morador no Maracanã/Glorinha,
neto do Cel. Sarmento.*

18 HASTENTEUFEL, 1987, p.125-6.

19 KNOBELOCH, Márcio Darlan Rosa. *Traços do discurso religioso fundador de Glorinha/RS: suas histórias e aspectos religiosos*. (Dissertação de Mestrado). EST-IEPG, São Leopoldo, 2008, p.41-2.

20 KNOBELOCH, 2008, p. 24.

21 MARTHA, 2001, p. 412.

O CRIME DO PADRE PEDRO

Vera Jane Maroneze

Acadêmica de História/ULBRA. Gravataí/RS

Este trabalho busca dar visibilidade à relação “fato”, “verdade” e “imaginário popular” evidenciando a dinâmica própria do processo-crime contra o Cônego Pedro Wagner, ao destacar a ocorrência de uma prática jurídica que descreve comportamentos culturais e sociais de uma comunidade, no início do século XX.

Em sua busca pela verdade dos fatos, o sistema jurídico, personificado através de seus agentes – promotor, juiz, advogado – e também pelo delegado de polícia, orienta-se de acordo com uma lógica que relaciona o grau de adequação dos comportamentos sociais da vítima e do acusado com a credibilidade dos depoimentos.

Mais do que o fato em si, serão os perfis dos envolvidos no processo que nos fornecerão elementos necessários para a compreensão das complexidades existentes entre “verdade” e “boataria.”

A religião é, no seio de várias culturas, o modo pelo qual se definem mitológica e materialmente as relações íntimas e as relações das pessoas com sua comunidade. Por este motivo consideramos importante este episódio do processo-crime contra um membro eclesiástico, reconhecido e considerado pela comunidade porque ele nos ajuda a compreender alguns aspectos da cultura, da mentalidade e dos costumes, no ano de 1920, na Vila de Gravataí.

O PROCESSO

Não há nada mais fascinante do que os fatos pitorescos. Além de serem simples e de grande contexto histórico, aguçam nosso poder de percepção: o ouvinte (ou leitor) percebe a mensagem, ou seja, aquilo para onde a história nos transporta, não só no tempo, mas também no nosso próprio imaginário se confundindo neste espetáculo que as histórias se transformam.

Abandonando o imaginário e nos reportando para o fato em si, podemos afirmar que, realmente existiu um processo-crime contra o Cônego Pedro Wagner, pois esta pesquisa reflete dados colhidos no Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

No mês de julho de 1920, o promotor público, Clotário Soares Pinto denuncia o Cônego Pedro Wagner por estupro a menor Nair dos Santos, baseado na investigação policial feita por Clemente José Linck, delegado da vila de Gravataí.

A denunciante, Rita Lopes dos Santos, mãe de alguns filhos, sem condições de criar a todos, teria entregado dois deles, Nair (de 14 anos) e Luiz, à tutela do padre.

As crianças vão morar com os pais do cônego, em Venâncio Aires. No final do mesmo ano, todos vêm morar com o padre, na Casa Canônica.

Passado algum tempo, circulam boatos sobre intimidades entre o padre e a menor Nair. Assim que surgem as “fofocas”, o padre manda Nair para a capital (Porto Alegre), para trabalhar na casa do Major Jordão Alves. A mãe tenta falar com a filha, mas não a deixam entrar na casa do major. É nesta ocasião que Rita denuncia o padre.

AS DECLARAÇÕES POLICIAIS

A seguir, um relato sintetizado dos depoimentos.

Declarante: Nicolau Chiavaro. Fala que Manoel Gonçalves contou para ele que viu o Cônego Pedro Wagner com a menor no pátio da Casa Canônica, no meio dos aipins e que estavam em palestra íntima. Disse, também, que José Rosa lhe dissera ter visto o padre e uma mulher saírem de dentro da igreja após ter terminado a sessão do cinema público.

Declarante: Manoel Alves Gonçalves. Fala que estava trabalhando na reconstrução de uma casa vizinha à Casa Canônica e viu o padre com a menina perto da cocheira. O padre abraçou-a, envolvendo-a na batina e subiu com a menina para a casa canônica. No outro dia, o depoente, mais Francisco Costa Boeira e Bernardino Antônio Coelho viram o padre e Nair entrarem na cocheira e a porta fechar-se. Em outras ocasiões viu os dois sumirem atrás da parede da cocheira.

Declarante: Manoel Alves Gonçalves. Fala que estava trabalhando na reconstrução de uma casa vizinha à casa canônica

Depoente: Bernardino Antônio Coelho.

Confirma o depoimento de Manoel A. Gonçalves.

Depoente: Francisco da Costa Boeira.

Confirma o depoimento de Manoel A. Gonçalves.

Depoente: Ferdinando Costa.

Estava perto da casinha do sino na ocasião do cinema público na praça. O depoente viu o padre e a menina entrarem na sacristia. Contou o fato para Didymo da Fonseca Ramos e a José da Silva Rosa e pediu para estes cuidarem à saída do padre. Viu luzes acesas dentro da igreja. Depois de terminado o cinema, o padre saiu com a moça direito à casa paroquial.

Depoente: José da Silva Rosa.

Por ocasião da festa de Nossa Senhora dos Anjos, estava ele apreciando o cinema quando se chegou a ele Ludovico Lopes, contando que o padre havia entrado na igreja com uma mulher. Encontrou-se com Jorge Teixeira ao lado da porta da igreja. O depoente foi para o outro lado e encontrou Ferdinando Costa e Didymo Fonseca perto do muro. Ficou ali parado e mais tarde viu o padre sair com uma moça e que o padre dissera à moça que esperasse mais um pouco para sair dali e esta ficou atrás de uma moita. Na mesma noite, no bilhar de Ludovico Lopes, comentando o que haviam visto, Antônio Gomes protestou: “Assim é que se levanta uma calúnia. Não é uma “moça”, é uma menina, filha do Luiz Amaro, que o padre está criando”.

Depoente: Didymo da Fonseca Ramos.

Falou o mesmo que os outros depoentes com relação ao padre ter entrado na igreja com uma moça, porém, afirma que a igreja estava às escuras, não havia luzes, como dissera Ferdinando Costa.

Depoente: Jorge Teixeira

Estava debaixo de um cinamomo assistindo ao filme. Foi neste momento que Ludovico chegou pedindo para este cuidar a porta da igreja para ver se alguém saíria de lá; mas não viu ninguém sair. Pensou tratar-se de um ladrão dentro da igreja.

Analisando estes depoimentos, podemos concluir que, as “verdades absolutas” podem ser representações singulares de uma época, de uma cultura, de uma sociedade. Como diz Sandra Pesavento: “[...] a sociedade constrói a sua ordem simbólica, que, se por um lado não é o que se convencionou chamar de real (mas sim, sua representação), por outro lado é também outra forma de existência da realidade histórica.”

A exemplo do que a historiadora referiu, os sujeitos da nossa história passam a ganhar nomes, sobrenomes, identidades e vozes. Saem da fragmentabilidade e entram na dinâmica do fato, manifestando seus imaginários ou realidades, enfim, sua própria construção da verdade.

A DEFESA

A denúncia foi efetuada no mês de julho de 1920. Em 28 de outubro, o advogado Álvaro Maserá, da cidade de Porto Alegre entra com o pedido de *Habeas Corpus*.

O defensor do Cônego alega que seu cliente é vítima de perseguição “infamíssima movida naquela localidade. [...] Trata-se, no caso, de um ministro da religião católica e não de um padre, simplesmente, mas de um Cônego, respeitável e distinto pelas comprovadas virtudes [...]”. (APERGS. Doc. 441, maço 18, p. 2).

Analisando o teor da escrita deste pedido de *Habeas corpus* e outros documentos do processo, em sua íntegra, observamos a maneira peculiar da comunicação escrita, inerente à época, parecendo (pela nossa visão, pela nossa realidade) ser algo muito teatral e apelativo. Além disso, nada é esclarecido, chegando a complicar e confundir o entendimento de quem possa estar lendo os documentos.

O *Habeas corpus* é o único documento da defesa. Na sequência, observamos que nada consta de novidade em documentos, sendo os depoimentos a base do processo todo.

O juiz emite seu parecer: baseado apenas no *habeas corpus*, o cônego é liberado do processo (não fica claro se ele foi inocentado do crime), sendo encerrado em 1927, ou seja, sete anos após seu início.

CONCLUSÃO

A forma de abordagem deste trabalho abrigou questionamentos sobre o imaginário social, incorporados no processo-crime, constituindo o “espírito” de uma comunidade.

Em sua busca pela verdade, a investigação restringiu-se às provas imateriais, impalpáveis, implicando em aceitar os condicionamentos culturais e sociais das testemunhas. Ao que parece, o que prevalece no inquérito policial é uma vinculação entre o real e o irreal.

Nesta história cultural, as representações do imaginário não são apenas “focais”, mas a realidade concreta que afeta e reflete a sociedade.

Para alguns, a verdade pode ser o que sentimos, o que pensamos, o que está no nosso “espírito”. Para São Tomás de Aquino, por exemplo, a verdade é um acordo do pensamento com o real.

Enfim, não importa se é possível encontrarmos a verdade absoluta. Importante é o fato de sermos livres para ver o real e o irreal. Se a realidade é opaca, deixemo-nos enxergar a claridade do que nossos olhos e nossa imaginação possam alcançar.

REFERÊNCIAS

APERS. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Processo-crime. Doc. 441. Maço 18.

PESAVENTO, Sandra. Em busca de uma outra história. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 15, n. 29, 1995.



Igreja Matriz e o Colégio Dom Feliciano.

ADÃO MARCELINO DA SILVA: UM PIONEIRO, UM SONHADOR, UM REALIZADOR

Amélia Conceição Silveira da Silva

Comerciante. Gravataí/RS

José Marcelino da Silva

Comerciante. Gravataí/RS

O cidadão gravataiense, Adão Marcelino da Silva, através de seu amor e dedicação a este município, muito colaborou para o seu desenvolvimento, tendo sempre uma visão futurista desta comunidade, prova esta que Gravataí, hoje, é uma das cidades em destaque no cenário nacional.

Adão nasceu em 19 de dezembro de 1911, no distrito do Barro Vermelho, em Gravataí e faleceu em 24 de novembro de 1991, nesta mesma cidade.

Desde novo sonhava com grandes feitos. Ele dizia: “Aqui ainda passará uma grande estrada.” Isto acarretava comentários, por parte de seus familiares, que achavam impossível e estranho, para aquela época, passar uma estrada naquele distrito. Este fato, muito mais tarde, aconteceu e ele teve a oportunidade de transitar com seu Chevette 0 Km, pela atual BR 290 Free-Way.

Do distrito do Barro Vermelho, saiu ainda jovem, indo residir em Porto Alegre, na casa de parentes, situada no Bairro Navegantes. Passou a trabalhar na empresa Gerdau, onde fabricava móveis.

Em vinte de outubro de mil novecentos e trinta e quatro casou-se com Maria do Carmo, sua prima, funcionária da Empresa A. J. Renner, no setor de confecções masculinas. Maria do Carmo o acompanhou em toda a sua trajetória pessoal, política e social.

Na Empresa Gerdau, sofreu um acidente, vindo a perder seu dedo indicador da mão esquerda, fato este que o impossibilitou ao trabalho, resultando em seu retorno a Gravataí.

PRIMEIROS CARROS DE PRAÇA DE GRAVATAÍ: FORD MODELO A, ANO 1927 E CHEVROLET, ANO 1933

Para estabelecer-se em Gravataí, alugou a casa e armazém do Sr. Elídio Silveira, localizada à rua Dr. Luiz Bastos do Prado, esquina com a estrada do Rincão da Madalena, atual rua Cel. Fonseca. Inicialmente, o casal administrava o armazém de secos e molhados.

O pessoal das cercanias vinha em suas carretas e carroças para adquirir gêneros alimentícios que, em alguns casos, eram trocados por lenha, material este, muito utilizado na cidade pela população que possuía fogões à lenha.

Com toda a movimentação de transportes (carretas, carroças, automóveis, etc.), o Sr. Adão, com seu espírito de facilitador e empreendedor, viu a necessidade de ampliar e dar maior velocidade a este movimento, adquirindo, então, o primeiro carro de praça de Gravataí. Quando a demanda passou a ser maior, comprou o segundo carro de praça, este com toldo de aço, pois o primeiro era de lona.

Os carros trabalhavam no período de 24 horas, sendo dirigidos pelo próprio Sr. Adão e por outros três amigos motoristas: Alcides Coruja, Pedro Minuzzo e o sobrinho João Paixão. Transportavam pacientes que se dirigiam ao Hospital do Dr. Sirchis, para o consultório do Dr. Luiz Bastos do Prado, e também pessoas que consultavam com o conceituado farmacêutico Norberto Lessa. Transportavam também pessoas para Porto Alegre.

Eram, ainda, muito solicitados por particulares para levarem as parteiras, Dona Norica, do bairro São Geraldo, Dona Henriqueta, do centro, e Dona Maria Canoa (mãe do amigo Pedro Minuzzo), do Barro Vermelho, para atenderem as parturientes em suas residências. Encaminhavam para o hospital apenas aquelas que apresentavam casos de parto mais grave.

Quando o Sr. Adão transportava passageiros, o armazém era administrado por sua esposa Maria do Carmo. Enquanto aguardavam os passageiros, os carros ficavam estacionados defronte ao seu armazém, onde hoje fica a Loja Colombo da rua Dr. Luiz Bastos do Prado.

Nas folgas de motorista ele assumia e, como tinham muitos fregueses, ampliavam seu círculo de amigos e conhecidos de vários núcleos do município, especialmente: Rincão da Madalena, Morungava, Glorinha, Passo da Caveira, Passo Grande, São Geraldo e Cachoeirinha. A partir destes contatos, passou a se identificar com a causa pública, servindo de ligação entre os cidadãos do interior e as autoridades do centro de Gravataí.

Numa época sofreu um processo alérgico e, por aconselhamento do médico Armini Niemayer, viajava uma vez por ano, com a família para Santa Catarina nas águas termais da Guarda, para tratamento. Dirigiu seu Ford 1933, transitando pela beira mar e a travessia do Rio Mampituba era por balsa. Viajaram junto, a dentista Norica Costa e sua mãe Dona Felisbina Costa. Levaram mais de um dia de viagem.

Mais tarde, vendeu os dois carros para aquisição de outros imóveis, citados adiante, sendo que ficou com apenas um carro de praça, desta vez um Mercury, ano 1939, com o motorista José Calhambeque, fazendo viagens pelo interior do município, por estradas de chão batido. Muitas vezes teve que pernoitar ou ser puxado por juntas de boi ou usar correntes nos pneus para atravessar atoleiros, coisas estas que já faziam parte do seu cotidiano, desde o primeiro carro de praça.

PRIMEIRO POSTO DE GASOLINA DE GRAVATAÍ: POSTO SÃO CRISTÓVÃO

Gravataí já dispunha de uma frota de carros, tanto particulares, como de transporte coletivo. O Sr. Olinto Costa era proprietário da Empresa Gravataiense que transportava passageiros de Gravataí para Porto Alegre e vice-versa.

Existia uma única bomba manual de gasolina (de vinte em vinte litros), com depósito subterrâneo, localizada na Praça Borges de Medeiros, em frente ao Hotel Lord. O interessado comprava o vale gasolina, na loja de tecidos do Sr. Gabriel Gomes de Carvalho (hoje Lojas Gaston) que depois passou para o Sr. José Maciel Martins, e ia até a bomba para abastecer seu veículo.

Por volta de 1948, seguindo sua caminhada, o Sr. Adão comprou em sociedade com o Sr. Olinto Costa uma propriedade de esquina, localizada na antiga Av. Venâncio Aires (atual Dorival Candido Luz de Oliveira), em frente à Praça do Quiosque (Praça Leonel Brizola). Nesta esquina eles construíram o primeiro posto de gasolina de Gravataí, o Posto São Cristóvão (atualmente ainda funciona como posto de gasolina). Na outra esquina construíram um prédio para o Bar e Restaurante São Cristóvão (hoje Loja Massaroca).

Foi um acontecimento muito importante, pois passaram a ter mais autonomia de combustível.

AMIGOS E VIDA PÚBLICA

O Sr. Adão tinha muitos amigos em todos os distritos de Gravataí e recebia muitas pessoas em sua casa, desde pessoas humildes do interior que necessitavam de atendimento médico ou quem precisava fazer compras no centro ou tinham familiares internados no hospital, bem como políticos e pessoas em destaque em Gravataí.

Salienta-se o papel de sua esposa Maria do Carmo que acolhia a todos com carinho e atenção. Reunia-se seguidamente com os amigos: Germano Feller, João Machado Espíndola, Arlindo Ohlweiler, Eneri Linck, Dr. Luiz Bastos do Prado, Juca Fonseca, Pompílio Gomes, Victor Groeff, Carlos Wilkens, Acácio Fonseca, Generino Fonseca, Padre Pedro, Padre Severino, Antonio Luz e outros destaques da sociedade e política de Gravataí.

Recebeu também em sua casa o governador do Estado Ildo Meneghetti, com quem tinha bom relacionamento.

Nas gestões dos prefeitos Alcides Leal da Rosa (1954-1955) e José Linck (1952-1953) contribuiu na administração fazendo parte do quadro, sem remuneração.

Nas conversas com a família referia-se às pessoas como: “Aquele cidadão me falou...”, “Aquela cidadã...”

Em 1956 foi eleito vice-prefeito de Gravataí, na chapa do prefeito Alfredo Emilio Allem, pelo período de quatro anos. Em 1960 foi reeleito vice-prefeito na chapa do prefeito José Linck, por mais quatro anos. Assumiu várias vezes a prefeitura na qualidade de prefeito.

Num dos afastamentos do prefeito José Linck pleiteou e conseguiu junto ao governador Ildo Meneghetti, uma ponte ligando Gravataí – Viamão, via Passo das Canoas, pois a travessia era feita nas baixas do rio ou indo por Porto Alegre para chegar a Viamão. Este feito reduziu bastante a distância entre os dois municípios. Também, como prefeito, juntamente com outras autoridades municipais, participou do ato da pedra fundamental da Empresa Icotron (hoje Epcos do Brasil Ltda).

Os amigos também participavam com ele no seu hobby predileto que era a caça de marrecões, no banhado das granjas de arroz. Além dos banhados ele caçava em Miraguaia, Santo Antônio da Patrulha, Viamão, Camaquã e Jaguarão. Possuía todo equipamento necessário para este esporte, inclusive uma casa montada no banhado de Gravataí, para o evento, sempre acompanhado de seu amigo Pedro Minuzzo.

Deu seu depoimento para o livro *Maria Canoa: a parteira*, livro este de autoria de Beatriz Minuzzo Fonseca (filha de Pedro Minuzzo). Disse ele: “Fui muito amigo da família. Conheci dona Maria há muitos anos; eu era rapaz solteiro ainda. Ela morava em Barro Vermelho, distrito de Gravataí. Presenciei seu trabalho de parteira. Ia muito com minha família nas festas da Capela São José que ela organizava. E muito colaborei nestas festas. Estava presente quando colocaram a pedra fundamental da Igreja São José, em Barro Vermelho, pois naquela época era proprietário do primeiro táxi de Gravataí e acompanhei o Cônego Pedro Wagner até esta solenidade. Particularmente fui muito amigo da família e tínhamos costume de nos visitar.” (Depoimento de Adão Marcelino da Silva).

A PRIMEIRA E ÚNICA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE GRAVATAÍ

Por constatar grande movimentação de pessoal e de ônibus, bem como o funcionamento do Colégio Dom Feliciano e outros setores, o Sr. Adão concluiu pela necessidade de ampliar o prédio e instalar a primeira e única Estação Rodoviária de Gravataí. O local ficou conhecido como o Abrigo de Gravataí, por ter em sua arquitetura uma marquise que dava proteção aos transeuntes.

No início da década de 1950, estando à frente do governo municipal o Prefeito José Linck, em seu primeiro mandato, o Sr. Adão firmou um contrato com a Prefeitura para a execução, por conta própria, de um prédio no centro da Praça Borges de Medeiros, na rua Osvaldo Aranha, em frente à Praça Dom Feliciano, onde funcionaria um Bar e Restaurante da Rodoviária de Gravataí.

Explorou o ponto, por 20 anos, e conforme acordo ele devolveu para a Prefeitura de Gravataí em 1972, vendendo a concessão de Rodoviária para a SOGIL. Este empreendimento impulsionou o movimento no centro de Gravataí, pois o trânsito dos ônibus vindos de Porto Alegre, Santo Antônio, Osório e praias passava pela rodoviária, bem como o fim da linha dos coletivos vindos de Maracanã, Glorinha, Morungava, etc.

DEPOIMENTO DE EDY PACHECO CARDOSO

Começo falando do Sr. Adão lembrando de um acidente ocorrido na década de 1950. Vindo de Glorinha no ônibus a Jaeger, este coletivo virou num trecho

onde hoje é a SOGIL. Eu ainda criança, fiquei machucada e acompanhada de meus pais fui socorrida por um veículo que passava e que me levaram até ao Dr. Luiz Bastos do Prado. Como precisava de atendimento por mais algum tempo, não poderia voltar para Glorinha pelos ferimentos. Por sugestão do Dr. Luiz, amigo do Sr. Adão, ele solicitou que eu e minha mãe fôssemos encaminhadas para a casa do Sr. Adão, pois assim ele poderia atender melhor.

Ficamos eu e minha mãe, hospedadas por uma semana em sua casa. A partir daí começou uma grande amizade. A casa estava sempre cheia de pessoas para as refeições, assim como aconteceu conosco. Muitas amizades profundas e duradouras iniciaram-se desta forma.

A família de Sr. Adão passou a ser muito estimada por todos, pois era ponto de referência para as pessoas do interior que se dirigiam ao centro de Gravataí.

Lembro que a Sra. Carminha dizia: “O Dr. Luiz pensa que a nossa casa é hospital.”

DEPOIMENTO DE BEATRIZ CONCEIÇÃO MINUZZO FONSECA

Transportando-me às lembranças de minha infância, vejo meu pai, Pedro Minuzzo, referindo-se à pessoa do Sr. Adão Marcelino da Silva, com muita admiração e respeito, a quem admirava como seu segundo pai.

Quando jovem trabalhava como motorista do carro de praça do Sr. Adão, morando em sua residência. Meu pai sempre seguiu os conselhos e orientações do Sr. Adão, tanto em assuntos pessoais como profissionais.

O Sr. Adão com sua família participava das festas na Capela São José, no Barro Vermelho, onde nasceu e muito colaborou com aquela comunidade.

Em 1959, o Sr. Adão foi vice-prefeito de Gravataí e meu pai foi seu grande incentivador e forte cabo eleitoral.

Por ocasião dos meus 15 anos recebi do Sr. Adão e Dona Carminha um presente pelo qual sou grata até hoje: uma bolsa de estudos para o internato Dom Feliciano. Foi um presente significativo que direcionou minha vida para um futuro seguro.

Sua casa tinha as portas abertas para seus amigos. Quando adquiriu a primeira televisão (rara na cidade), minha família se programava para irmos assistir os programas de maior audiência na época. Para meus irmãos e para mim era

um grande acontecimento. Fomos sempre muito bem recebidos e nossas famílias tinham o costume de se visitar.

Foi um homem de grande coração, era honesto, bondoso e humano. Acolhia as pessoas com admiração e afeto.

DEPOIMENTO DE BERENICE CORUJA FONSECA

Conheci o Sr. Adão Marcelino, quando ainda bem jovem, mas foi uma pessoa que me marcou muito por sua educação, amabilidade, generosidade. Ele era um “gentelman”.

Em minha memória de menina, lembro sempre de um fato que considero pitoresco, que, na época não entendia muito bem. Era o cumprimento que me fazia, gesto este que dizia ser “um cumprimento maçônico”. Não sei explicar o que exatamente significava, e hoje, com o pouco ou quase nada que sei de maçonaria, entendo que deva ser um gesto que faz parte do relacionamento entre os maçons. Sempre partilhei de sua família e trajetória, por ser sogro da minha tia Amélia, ficando sempre a imagem daquela pessoa, repito, educada, amável e solidária.

A FAMÍLIA E OS DESCENDENTES: FILHOS, NETOS E BISNETOS

Raul Marcelino da Silva (In Memoriam), nascido em Porto Alegre, em 31 de julho de 1935, casado com Marilza Orcy da Silva. Foi agente rodoviário e político. Faleceu em 1980. Teve três filhos: Humberto Orcy da Silva, profissão: professor; Angela Orcy da Silva, profissão: empresária no setor de Informática; Luciane da Silva Romão, profissão: funcionária pública.

José Santos Marcelino da Silva, nascido em Gravataí, em 01 de novembro de 1940, casado com Amélia Conceição Silveira da Silva. Profissão: empresário do setor automobilístico. Tem dois filhos: Denilson José Silveira da Silva, profissão: empresário do setor automobilístico; Denise Conceição Silveira da Silva, profissão: empresária do setor de moda íntima.

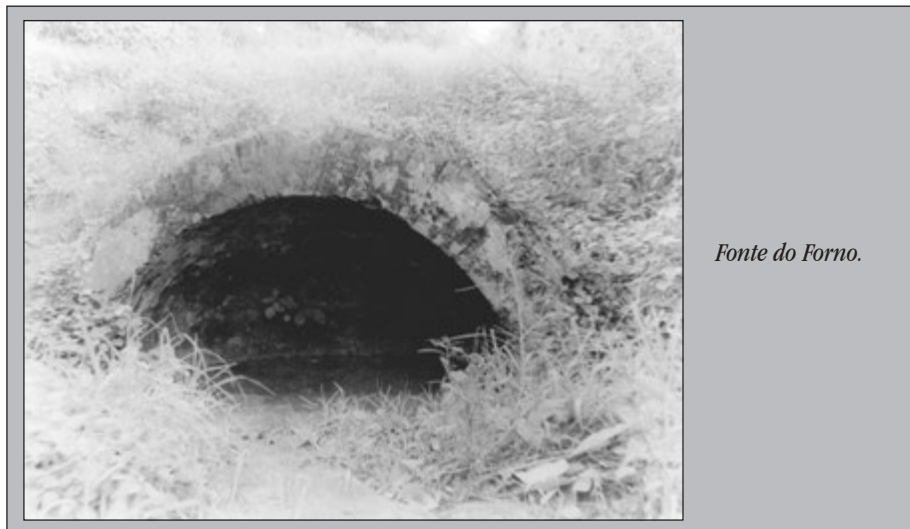
Sílvio Luiz Marcelino da Silva, nascido em Gravataí, em 25 de março de 1951, divorciado. Profissão: agente rodoviário Federal. Tem dois filhos: Sandro

Constantino da Silva, profissão: tipógrafo; Fabrício Constantino da Silva, profissão: sargento da Marinha.

Bisnetos: Raul Oliveira Orcy da Silva – filho do neto Humberto Orcy da Silva; Cássio da Silva Minuzzo – filho da neta Angela Orcy da Silva; Lucca da Silva Minuzzo – filho da neta Angela Orcy da Silva; Fernanda da Silva Suaste – filha da neta Luciane da Silva Romão; Arthur Santos Silva – filho do neto Denilson José Silveira da Silva; Luiza Santos Silva – filha do neto Denilson José Silveira da Silva; Gabriel Silva Pereira – filho da neta Denise Conceição Silveira da Silva; Jenifer Américo da Silva – filha do neto Sandro Constantino da Silva; Luiza de Oliveira Constantino – filha do neto Fabrício Constantino da Silva.

Sr. Adão – meu sogro – tentei deixar para a geração de seus descendentes, o registro de seus feitos e de seu trabalho. O senhor me passava uma energia muito forte, pois tudo que aprendeste e desenvolveste foi pela sua visão de futuro e pelo seu espírito empreendedor. Teus filhos te seguiram: o Raul era bem interessado pela política, mas faleceu muito cedo. O José segue pelo teu veio automobilístico, sempre ligado à compra e venda de automóveis, e passou para teu neto Denilson, que também segue o mesmo ramo. O Silvio dentro do mesmo seguimento é da Polícia Rodoviária Federal.

Agradeço a Berenice Coruja, pelo pronto atendimento ao meu pedido de ajuda, a Aline Meridiana dos Santos, minha nora, que digitou e organizou minhas anotações e a Denise, minha filha, que muito me incentivou para a organização deste trabalho.



JOÃO FRANCISCO MOREIRA: MEU AVÔ, UM CIDADÃO GRAVATAIENSE

Maria Izabel Moreira

Escritora e Poeta. Gravataí/RS

Meu avô nasceu no dia 9 de agosto de 1990, na zona rural de Gravataí. Era filho de Francisco Antonio Moreira e Rita Vieira da Silva. Aos doze anos ficou órfão de pai, e foi morar com o padrinho João Silveira na sua fazenda no Barro Vermelho, onde ajudava na roça.

Aos dezesseis anos foi trabalhar em uma atafona que produzia farinha de mandioca e polvilho em Glorinha. Lá conheceu a menina Catulina, com quatorze anos, morena, bonita, baixinha e de imensos olhos verdes. Encantou-se por ela. O namoro durou oito anos até se casarem, em novembro de 1924; ele com vinte e quatro anos e ela com vinte e dois.

Construíram uma família linda com três meninos e três meninas: José, Antonio, Pedro, Margarida, Ângela e Maria do Carmo.

Meu avô trabalhava na atafona e também no transporte de farinha, que entregava em Gravataí no armazém do seu Mário Sarmento, que se tornou um grande amigo dele. O armazém do seu Mário ficava onde hoje é a Guarda Municipal.

Lá na fazendinha em Glorinha, ele tinha uma ponta de gado (como se falava na época), com mais ou menos 20 cabeças, além das criações de porco, galinha, pato e cavalo.

Os filhos maiores José, Antônio e Pedro já estavam na escola. Mas, foi aí que minha avó Catulina resolveu que os filhos precisavam estudar mais, pois lá fora só tinha aula até o terceiro ano, e pediu ao meu avô que eles se mudassem para a “Vila” de Gravataí para que os guris continuassem os estudos. Então, meu avô resolveu vender a pequena fazenda em Glorinha e vir morar em Gravataí. E foi por intermédio do amigo Mario Sarmento, que comprou uma chácara pertinho do centro da Vila de Gravataí.

Tudo acertado – na primavera de 1937 começariam a longa e penosa viagem de carreta, que levou quase um mês para chegar ao Passo dos Ferreiros, junto

à ponte (que na época era de madeira). Lá meu avô já havia alugado uma casa, também por intermédio do Seu Mario Sarmiento, até que fosse construída uma casa nova na chácara que comprara. Mas, logo depois de instalados na casa, um trágico acontecimento os abalaria: a morte por sarampo da filha Ângela de dois anos, que era o mimo dos irmãos maiores, os quais não entendiam como aquele anjo fora embora tão de repente. Mas, o infortúnio ainda rondava a família. Um mês depois acontece o golpe de misericórdia: morre Maria do Carmo, o bebê de três meses. Então, eles se apegaram a Deus para conseguirem aceitar mais este trágico acontecimento na família.

Meu avô João ainda continuava viajando para ir buscar farinha na atafona em Glorinha, e minha avó Catulina ficava só com as crianças na velha casa alugada no Passo dos Ferreiros. No terreno da chácara tinha uma pequena casa, muito velha e suja. E como ainda iria demorar um pouco a construção da casa nova, meu avô deu uma limpada na casinha e comprou cal para a pintura. Até que um dia, não aguentando mais a espera resolveram acampar no terreno da chácara, levando consigo algumas trouxas de roupa, os colchões e as crianças. E vieram em uma velha carreta trazendo consigo uma lona para armar a barraca, junto a esta mesma carreta, que serviria de cama para todos. E ficaram acampados por uma semana, até que puderam ocupar a pequena meia água, enquanto a casa nova fosse construída.



Esta é a primeira casa da chácara, para onde Seu João Francisco Moreira se mudou em 1938.



*Esta é a casa nova
construída por ele
em 1939, na chácara
da Rua João Maria
da Fonseca.*

Neste meio tempo, meu avô começou a comercializar carvão. Construiu um galpão grande que servia de depósito para este carvão que ele vendia em sacos de 1 Kg para o mercado público de Porto Alegre e alguns armazéns da “vila”. Nesta mesma época, começou a plantar o pomar de laranjas e bergamotas. Tinham também bananeiras, abacateiros e macieiras. E todos os anos fazia uma roça de aipim, plantava milho, melancia, moranga e repolho para vender no mercado. Minha avó Catulina era das lidas domésticas, mas além de cuidar dos filhos e do marido ainda criava galinhas, patos, porcos e cabras para o sustento da casa. Também fazia os sacos de embalagem do carvão, costurava roupas para a família em sua velha máquina de costura, que comprara para fazer o enxoval antes do casamento.

Meu avô trabalhou na venda de carvão por 29 anos. Mesmo diante de tempo ruim, com frio ou com chuva, lá ia ele, às 4 horas da madrugada rumo a Porto Alegre, com sua carroça abarrotada de carvão até o teto, em um percurso de três horas enrolado em sua “capa gaúcha”; ainda no tempo em que o asfalto era muito estreito e com pedras ao longo da via. Existe um pedacinho dessa estrada na parada 72 da Dorival de Oliveira.

Em 1938, começou a construção da casa nova. meu pai me contou que ele (por ser o filho mais velho) e minha avó ajudavam meu avô na construção da casa. Ele comprava tijolos, daqueles grandes e maciços nas olarias de perto do rio. Fazia um buraco no chão para amassar o barro que servia de cimento.

O Antônio, o Pedro e até a pequena Margarida de cinco anos, ajudavam a carregar tijolos martelo, pregos e sarrafos. Todos deram as sua cota naquele trabalho e foram construídas duas peças da casa. Poucos meses depois, mais quatro peças foram erguidas, ficando pronta a casa que eu conheci, e onde fui morar com os dois, aos quinze anos. Esta velha casa ainda está de pé, embora tenha sido modificada com o passar dos anos, possuindo algumas paredes originais da construção. E tiveram por muitos anos um pé de araucária e um de café na sua frente, ambos plantados por meu pai quando ainda era menino e estudava no Barbosa Rodrigues.

Um dia conversando com o Tio Janga (João Maria da Silva), irmão mais moço da minha avó Catulina, perguntei como ele tinha vindo morar em Gravataí. Ele me contou que eles dois iam seguidamente lá para fora na chácara em Glorinha visitar a mãe da minha avó. Então, a Dona Maria do Céu pediu para meu avô que ele trouxesse o Janga, na época um jovem de vinte e poucos anos para a cidade e que arrumasse um serviço para ele. Meu avô fez mais, trouxe os dois e fez uma casinha para eles ao lado do galpão de carvão, onde moraram por muitos anos.

O Tio Janga era eternamente grato ao meu avô por todas as lições de vida que havia aprendido com ele, e por ser um homem íntegro, corajoso e trabalhador. Meu avô aprendeu desde cedo que o trabalho dignifica o homem.

Antônio Maria da Silva, meu bisavô foi quem deu o primeiro emprego ao meu avô. Era um homem da lida, mas também da cultura, pois gostava de livros e de poesia. Seu autor preferido era Catulo da Paixão Cearense; daí o nome da filha Catulina, em homenagem ao escritor. Meu avô fazia amizade fácil, com os vizinhos, conhecidos do centro da Aldeia e até os prefeitos de sua época foram seus grandes amigos.

Os mais chegados foram Zequinha Linck (como ele o chamava) e Dorival de Oliveira, que paravam na rua para conversar com o Seu João.

Em 1941 nasceu o último filho, Paulo Francisco Moreira. Meu avô era um “Dom Quixote”; estava sempre elogiando e valorizando as pessoas. Era um homem bonito, inteligente e cativante, destes que as mulheres admiram. Todos os vizinhos eram seus amigos, como o Bernardino Fonseca, o “Seu Quinho” a esposa Maria da Lurdes e a filha Isolina. O seu Francisco Ferreira e a dona Florença, (pais do “Francisco da padaria” e do José Ferreira o “Zéca veio” – uma lenda – ele morou sozinho na chácara ao lado, por muitos anos) também compartilhavam desta amizade. Tinha também outros vizinhos como seu Bernardinho Duarte e a esposa Darminda, seu João Moisés e seu Antonio Moisés.

Havia mais amigos espalhados pela vizinhança, como seu Walvito Caetano da Silva e a esposa dona Maria Emília de Jesus da Silva. O Seu Vito como era conhecido, era o companheiro das “canastrinhas de final de semana”, e a Dona Emília era uma mulher cativante, alegre, sempre bem arrumada, que não dispensava um batom, mesmo que não fosse sair, e que tratava a todos com uma delicadeza invejável.

Havia também o seu Olinto Andrade e a dona Telina, dos quais foram padrinhos de casamento. Os vizinhos do lado direito eram a tia Bernardina (irmã da minha avó) e seu marido Adão Dutra de Vargas, além de seus filhos Nelci, Mateus, Julio, Manoel, Lucas e Ana.

Meu avô era um homem a frente do seu tempo. Ele vivia para a família e para o trabalho. Educou os filhos com muito carinho. Jamais batia ou gritava com algum deles, e a paciência era uma de suas maiores virtudes. Minha Tia Margarida me relatou em seu depoimento, que teve o melhor pai do mundo. E eu me lembrei que tive o melhor avô que alguém poderia ter.

Minha tia Margarida, hoje tem 77 anos, e uma memória invejável. Ela se lembra dos detalhes da sua infância como se tivessem acontecido ontem. É a única tia que eu tenho, mas vale por muitas.

Temos um estreito laço afetivo que sempre nos uniu e por isso não fico uma semana sem ir visitá-la. E para minha imensa alegria ela é minha madrinha de crisma. E foi graças a ela que consegui montar toda a trajetória do meu avô.

Ela se emocionou muito com as lembranças que revivemos durante nossas conversas. No mês em que eu nasci, ela fez quinze anos e minha avó quarenta e cinco. Então, cada uma delas ganhou um relógio de ouro do meu avô, que sabia como ninguém amar e agradar as mulheres da sua vida. E quando eu fiz vinte anos ele me presenteou com o relógio que era da minha avó, e eu ainda tenho esta lembrança guardada comigo.

Minha avó era uma mulher vaidosa, de longos cabelos negros, sempre presos em um coque de trança, brincos de argola de ouro, que por sinal ela não tirava. O seu guarda-roupas era cheio de vestidos de seda para festas, passeios e as missas de domingo. Na cômoda nunca faltava o seu perfume preferido e o pó de arroz para o rosto, além do seu sapato de salto Anabela.

Esta era a Dona Catulina, disposta e alegre, que nos tempos de moça tocava uma gaitinha de oito baixos e andava a cavalo na fazenda da família.

Meu pai José era o primogênito do casal João Francisco e Catulina e foi o primeiro a se casar. O casamento aconteceu em maio de 1947 com a sua bela prima Rita Alves de Souza, uma morena de olhos verdes, filha da Dona Hortência, e que

morava na fazenda dos pais em Glorinha, que na época ainda pertencia a Gravataí. Eles tiveram oito filhos: Maria Izabel, Juarez, João Francisco, Paulo Fernando, Vera Lucia, Juçara Rosana e Catulina.

Ainda em 1947 casou-se também o Tio Janga (meu tio avô), irmão mais moço da Vó Catulina. O Tio Janga casou-se também com uma bela morena de olhos verdes, chamada Luzia Dias, de Morungava. Tiveram dois filhos: Maria de Lurdes e João Lauri.

No dia em que meus pais se casaram, meu avô revelou a eles o quanto queria uma neta. Minha mãe lhe disse que pediria a Deus por este presente. Então, para a surpresa de todos, no dia em que eu nasci ele apareceu na maternidade da Santa Casa em Porto Alegre com um par de brincos de ouro em formato de bolinhas, e só se deu por satisfeito quando uma enfermeira me colocou os brincos.

Meu pai me contou que naquele dia meu avô era o homem mais feliz do mundo, pois resgatou uma alegria perdida há dez anos.

Em 1949, foram comemoradas as bodas de prata. Meu avô mandou trazer um boi de Glorinha para o churrasco. Foi uma grande festa que durou o dia inteiro e todos os amigos estavam lá. Convidou, também, o prefeito Cincinato Jardim do Vale e o Padre Pedro Wagner, pároco da Matriz.

Pela manhã eles foram à igreja receber a bênção do Padre Pedro, e quando começou a tocar a música eu entrei na igreja pela mão do meu pai levando as alianças de prata. Eu tinha um ano e dez meses e já falava tudo. Minha avó me contou que precisou segurar o seu João pelo braço, tamanha era a emoção dele, que por pouco não saiu correndo para me abraçar.

Em 1950, meu avô viu casar a única filha mulher, a linda Margarida, que era o mimo do pai. Ela se casou com André Sarmiento Barcelos, filho de Adolfo Inácio Barcelos e Enedina Sarmiento Barcelos, que era irmã do amigo Mario Sarmiento, aquele que comprava as farinhas do meu avô nos tempos de carreteiro.

André e Margarida tiveram três filhos: Margarete, Elisabete e André.

O seu Adolfo Inácio Barcelos, sogro da tia Margarida foi quem doou um pedaço do terreno da sua chácara para a continuação da rua que hoje leva o seu nome.

Em 1951, casou seu filho Pedro com Enedina Dias, uma bela e tímida moça de Morungava, doce como as donzelas de antigamente. Eles tiveram dez filhos, como segue: Manoel Tadeu, João Alceu, Vera Catulina, Célio, Maria Sirlane, Felícia Zoraide, Adelaide Maria, Serli, Rute Dionara e Daniela.

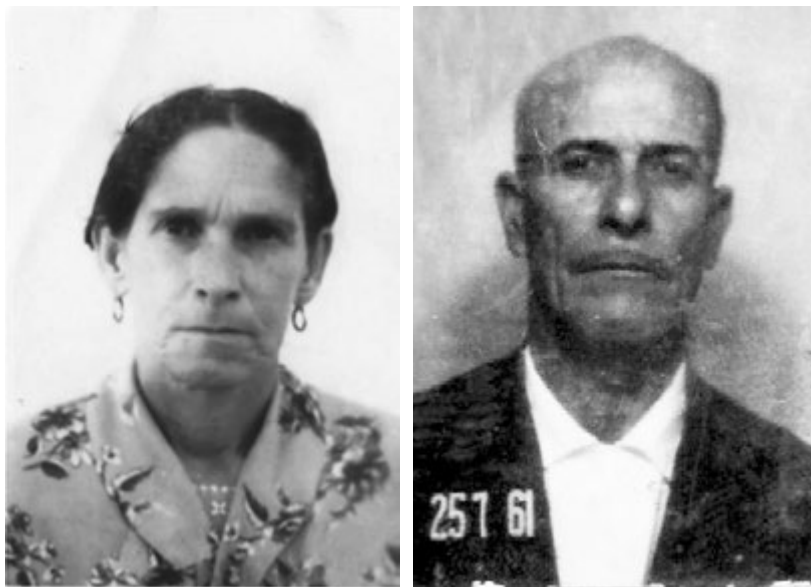
A tia Enedina era irmã da tia Luzia, citada anteriormente, que havia se casado com o tio Janga e sempre moraram ali por perto da chácara do meu avô.

Em 1952, meu avô casou o filho Antônio com Olga Gomes, moça de família gravataiense. Eles se conheceram em uma festa do Divino, em 1950. Tiveram uma única filha, a Ana Maria.

Em 1960, ganhou novos vizinhos, na chácara. Do lado direito, sua cunhada Hortência vendeu um terreno para o casal João Francisco Mendes (seu João das moças devido ao fato de ter três filhas) e dona Norci Fraga Mendes, a dona Sissi.

Neste mesmo ano colocou uma tenda no terreno baldio ao lado do Hospital Dom João Becker, bem em frente à Praça do Quiosque. Ali, ele vendia aipim, tomate, laranja, banana e maçã. Vendia também os merengues feitos pela minha Vó Catulina, além de balas e rapadurinhas para a gurizada das escolas.

Em outubro do mesmo ano, casou o filho caçula Francisco, com uma jovem catarinense chamada Dilsa da Rosa, e tiveram quatro filhos: Vera Lucia, João Paulo, Luiz Carlos e Márcio Luciano.



*Minha avó Catulina, aos 58 anos, com seus inseparáveis brincos de argola de ouro.
Meu avô João Francisco, aos 61 anos, quando fez a sua carteira profissional.*

Muitas vezes, na minha infância, passei férias na casa deles. Não era raro pegar a dona Catulina cantando com sua voz doce as canções do seu tempo de moça.

Os dois tinham uma parceria muito bonita. Eu jamais presenciei uma briga entre eles. A convivência era de uma cumplicidade invejável. Foi um grande amor por toda a vida.

Em 1963, eu vim morar com eles na chácara da Rua João Maria da Fonseca, que por sinal ainda não tinha esse nome e era uma estrada de chão batido, sem luz, e o fornecimento de água vinha dos poços que havia perto das casas.

Nos anos 1960 não havia supermercado em Gravataí. Tinha apenas armazéns de secos e molhados como o do Seu Joca, em frente ao antigo Restaurante Cinelândia, hoje a loja Herval. Também havia os armazéns do seu Darci Fonseca e dona Celita, o do seu Augusto Braum e dona Genoveva, o do seu Janga, na figueira da Avenida Centenário e o do seu Orácio Gomes, que ainda contava com a venda de roupas; todos eles amigos do meu avô.

Havia ainda outros amigos, como o seu Itamar do cinema, o Heitor do açougue na subida do colégio Barbosa Rodrigues, o seu Gabriel Gomes (o seu Bebê) e o seu Juquinha, onde hoje é a Loja Gaston. Foi amigo do Dr. Luiz Bastos do Prado, médico da família, do Dr. Julio, seu vizinho do lado da tenda, do Nicanor da farmácia, do Valdemar da olaria, do seu Alberto da loja de roupas e do seu Rui, também da loja de roupas.

Falava muito da Icotron, que revolucionou Gravataí ao colocar a mulherada no mercado de trabalho, e da Sinteko que ajudou muitos homens a trabalhar aqui mesmo na cidade.

Viu nascer o loteamento popular COHAB e também as Moradas do Vale, a emancipação de Glorinha, Cachoerinha e Canoas, a construção da auto-estrada Free-Way, o distrito industrial e os primeiros edifícios da cidade. Logo que vim morar na cidade, quase todas as ruas eram de chão batido e cheguei a ver a passagem das boiadas em frente à chácara do meu avô. Sempre um dos peões a cavalo parava na frente da porteira para evitar a entrada do gado. E na volta da comitiva por muitas vezes acamparam na figueira ao lado da porteira.

Faziam o assado e o chimarrão em uma pequena fogueira e depois do jantar algum tocava o violão até que o sono chegasse. Esses eram os últimos boiadeiros que eu conheci pessoalmente e depois através das músicas regionais. Talvez eu tenha visto a última tropa de boi passar em frente à porteira da chácara.

Meu avô viu nascer os CTG's Aldeia dos Anjos e Lago da Amizade.

Neste tempo, ele plantava uma roça de aipim todos os anos, além de ir duas vezes por semana ao mercado público comprar uma caixa de tomates e uma de maçã para vender na tenda.

Em um dia de recordações, meu pai me contou como era a vida da família quando ele era menino. Disse que ao contrário dos amigos que sempre falavam em dificuldades financeiras e pais rígidos, ele e seus irmãos tiveram uma infância feliz e abastada, pois seus pais eram carinhosos e havia fartura, graças ao trabalho e dedicação do meu avô que era um madrugador, pois o sol da manhã jamais

pegava o seu João na cama. Ele levantava-se ao clarear do dia e já acendia o velho fogão a lenha. Em pouco tempo o café já estava pronto.

Até os 70 anos nunca teve as modernidades do nosso tempo como, geladeira, fogão a gás, televisão, e a luz vinha dos lampiões a querosene.

Quando eu fiz 18 anos comecei a trabalhar na Icotron, e comprei um radinho de pilha para ele. Foi uma grande felicidade para o meu avô, poder escutar os programas musicais depois do jantar enquanto conversávamos.

Algumas vezes contava estórias dos seus tempos de rapaz, principalmente dos bailes na casa da Catulina.

O Antônio Maria, pai dela, construiu um salão de baile junto à casa da fazenda onde morava, para que os jovens tivessem uma diversão aos sábados. E toda a vizinhança ia a suas festas. Ele tinha seis filhas moças em idade de casar. Por isso a ideia do salão se transformou em realidade, pois naquele tempo era difícil de ir aos bailes das vilas; tudo era longe de casa, estradas ruins e transportes precários. Minha avó contava que os bailes eram muito bons.

Nos verões da minha adolescência íamos de carroça (puxada pela velha égua Cigana) buscar tomates gaúchos plantados nas chácaras dos imigrantes japoneses que já estavam se juntando a nós na agricultura.

Em 1967 meu avô ficou viúvo. Eu ainda morei com ele mais quatro anos. Foi muito boa a nossa convivência. Em 1971 fui morar em São Paulo, mas todos os anos nas minhas férias eu vinha visitá-lo como quando era criança. Ele ficava encantado e contava todas as novidades e acontecimentos para que eu me atualizasse. Era um desses homens cujo fio de bigode valia mais que uma assinatura. A honestidade pontilhou sua vida o tempo todo. Com esta qualidade criou os cinco filhos, viu chegar os netos e alguns bisnetos.

Todos que o conheceram tinham uma profunda admiração por ele, mas a família é quem mais o admira até hoje, como um homem maravilhoso que ele foi, além de gentil e educado como poucos.

No correr dos anos, a vida teve altos e baixos, mas o amor passou inteiro pelo tempo, com respeito, admiração e carinho um pelo outro. Foi um conto de fadas!

Em junho de 1986, eu trouxe meu filho Felipe, com oito meses para conhecer o bisavô. Meu avô faleceu em 28 de julho de 1986. Ainda bem que ainda pôde conhecer o meu filho. Ele adorou. Eu devia isso a ele, que foi um grande homem, um grande pai e um grande avô.

Digitação: Felipe Moreira e Renata Silva dos Santos

Fonte de informação: Margarida Moreira Barcelos

ELITA MOHR: UMA PATRULHENSE-GRAVATAIENSE

Véra Lucia Maciel Barroso

*Historiadora da CAERGS e do Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre,
Professora da FAPA e Membro Efetivo do IHGRGS. Porto Alegre/RS.*

Quando a família Maciel veio de Santa Catarina, há mais de 200 anos, para o Rio Grande do Sul, o primeiro lugar de destino foi Gravataí. Meu trisavô Antônio Ferreira Maciel fixou-se na Aldeia dos Anjos, para depois migrar para o Rio da Ilha, localidade que pertencia a Santo Antônio da Patrulha, mas que, atualmente, situa-se no município de Taquara. A partir deste exemplo, pode se elencar tantos outros nomes de pessoas que têm laços de pertença aos dois lugares: Gravataí e Santo Antônio da Patrulha, no tempo mais remoto ou mais recente.

Como exemplo mais recente, o nome lembrado foi da Elita Mohr, ou Lita, também familiar, e migrante, que reside em Gravataí, com muito gosto. Com este texto, registra-se uma homenagem, evocando os patrulhenses-gravataienses, que não são poucos, aqui lembrados no Encontro das Raízes.

Em 22 de fevereiro de 2010, foram registrados fragmentos de memória da patrulhense Ilka Elita Schork, que há mais de 50 anos vive em Gravataí, terra que adotou como sua, ainda que laços de pertença a Santo Antônio da Patrulha não tenham sido rompidos.

A seguir, se apresentam traços de sua trajetória, desde a cidade de Santo Antônio, suas vivências de lá, os motivos da vinda para Gravataí, as impressões da cidade, na chegada, e os seus olhares sobre as transformações que acompanhou até o tempo presente. Por conhecê-la, desde a infância, e ter laços de parentesco e de proximidade entre membros das famílias, o diálogo possibilitou recuperar, também, informações que interessam à comunidade patrulhense.

Bem, a Lita, como é chamada por todos, é filha de João Edmundo Mohr e de Anair de Souza Brito Mohr. Aqui uma observação: o seu ancestral Brito é

que casou com a minha tia-avó Maria José Maciel, irmã de meu avô paterno José Maciel, que por vinte e dois anos foi Intendente em Santo Antônio da Patrulha.

O Sr. Edmundo teve relojoaria na Rua Independência, em São Leopoldo, onde Lita nasceu em três de setembro de mil novecentos e vinte e cinco.

Seus pais tiveram onze filhos, mas quem a criou foram Seu Neco Brito (Ângelo de Souza Brito) e a Dona Leopoldina Leiria de Brito, conhecida como Dona Picucha, que moravam em Santo Antônio.

Afirma Lita:

“Como eu estive muito mal e estava para morrer, e não tinha volta, eles mandaram chamar os meus avós maternos, pois estava desenganada. Eles me levaram com três meses para ver se me salvavam. Diz a minha mãe que eles me trouxeram numa caixa. O Ari (que também veio morar em Gravataí) foi buscar. Ele foi quem me batizou lá, nesses modelos A. Então, eles me trouxeram em cima numa caixa, para não pegar o balanço do carro, para Santo Antônio.

Eles já tinham três filhos e eu muito doente; não podiam me criar.

Meus avós moraram nos campos do seu Sijão, lá no Pé de Galinha, saindo da Vila em direção a Taquara. A Lina nasceu no Pé de Galinha, numa casa que existe ainda hoje, onde morou o marido da Loca, o seu Luiz Monteiro, também nossos parentes. E a Lina e o João (ambos vieram, também, para Gravataí) foram criados no meio do campo, lá do Reíuna, que era o campo do seu Sijão, numa casa que tinha no alto. Ali eu fui me fortalecendo. Eles faziam aqueles bafos de eucalipto para mim, no quarto, e me botavam na cama. De vez em quando eles iam lá, passavam a mão em mim para ver se eu não tinha morrido. [...] Eu estou hoje, aqui, com oitenta e quatro anos.

A Dona Picucha, que eu chamo “minha mãe verdadeira” me levava numa negra preta, que tinha lá nas redondezas. Então, ela começou a me amamentar. Depois eu já estava grandinha, mas ainda magrinha e ela morreu. Então, eles arranjaram uma cabra. Por isso que eu sou forte. [...] Fomos morar na vila, naquela casa onde mora a Janira, lá na Rua Grande, esquina do beco que vai para a fonte. [...].

Meu pai de criação tinha açougue. Ele era bem de vida. Depois arrumaram um emprego para ele na Prefeitura. Era fiscal do matadouro. [...] Ele trabalhou anos e anos e não deram aposentadoria. Perdeu todos os direitos. Aí ele foi para São Sebastião do Caí. Naquela época eu devia ter uns cinco anos. [...] Foi traba-

lhar como tropeiro de cavalos. E eu estudei lá. [...] Voltamos depois para Santo Antônio. [...] Em mil novecentos e quarenta, eu perdi o meu pai.”

Sobre sua escola em Santo Antônio recorda:

“Eu estudei no colégio, onde morava o Juca, teu pai. Ali era o Grupo Escolar. A escola era simples. Era uma casa, toda em peças. Tinha o salão, onde era a cozinha da tua mãe. Ali era a sétima série, o último ano. Professores? Era a Dona Afonsina, a Dona Otavilina, a Dona Julietinha, a Dona Gelsa e a Dona Noemia. Depois foi seu Nicolau, perna de pau; brabo como só. Ele era diretor do colégio e tinha uma perna de pau. Morava ali onde residiu depois a Dona Alice Ramos, na esquina da Rua Mal. Floriano com a Pinheiro Machado. Tinha a Dona Dalila. [...] Aí quando fundaram o Grupo Escolar Gregória de Mendonça, eu pedi à Dona Noemia, professora, para ficar como aluno ouvinte. Eu prestei os exames e tirei notas boas. Aí fiz um curso no colégio das irmãs e fui lecionar no Barro Vermelho, por quatro anos, como professora municipal. Naquele tempo eram cento e tantos alunos para duas professoras.”



Casa que sediou o 1º Grupo Escolar, em Santo Antônio da Patrulha, onde Lita estudou. Depois, por décadas, ali funcionou o Cartório de Registro de Imóveis, sendo cartorário Juca Maciel, e, por um tempo, Lita ali trabalhou. Ela abriga, atualmente, o acervo do historiador Juca Maciel, mantido por Vêra Lucia Maciel Barroso, sua filha.

Lita lembrou também quando trabalhou com meu pai:

“Eu tinha doze anos e o Juca me dava um dinheirinho. Eu trabalhei cinco anos com ele, lá na casa velha, onde era o colégio. Tu eras pequeninha, te arrastava no chão; tinha dois anos. A primeira filha que nasceu foste tu, depois do Fernando, o mais velho. Brincavam de gatinho, e eu ficava trabalhando.

Naquela época, eu só fazia os índices, e passava a limpo, naqueles livros grandes, as escrituras, pois eu tinha uma letra bonita. E o tio Maciel, teu avô, vinha de manhã tomar um solzinho e sentava ali numa cadeira antiga que tinha e fazia o ‘paierinho’ dele. Então ele dizia assim: ‘É! Pois é!’ Aí ele contava sobre a guerra dos Maragatos, na Lagoa dos Barros.

Um dia o Juca me disse: ‘Oh, Lita: vai abrir um concurso para o Cartório de Registro de Imóveis. Tu és inteligente. Tu tiras umas dicas e vais fazer esse concurso.’ Aí eu fui estudar. As pessoas que gostavam de mim, como a professora Dona Otavilina, lá me ajudaram. Fiz o concurso no Fórum, embaixo, pegado à casa da Noquinha. Eu trabalhei muitos anos ali. Quando era eleição, o Juca e eu éramos requisitados. Fiz o concurso e me dei tão bem! Terminou o concurso e o juiz que fez a prova, diz ele assim: ‘que letra bonita tem essa menina!’ Naquela época era com caneta. Um dia eu sujei o livro. Eu disse assim: ‘Agora eu estou ralada! Meu Deus do céu! O Juca vai me xingar. O que que vai ser de mim?’ Aí chamei o filho do Celino Martha: ‘Tu vens aqui, pelo amor de Deus! Me limpa aqui o chão, que eu sujei com tinta.’ Aí passou aquela plaina, mas não adiantou; o Juca viu. A caneta foi ele que me deu. Que culpa eu tinha? Era caneta de tinteiro. Quando foi no outro dia, ele me comprou uma caneta esferográfica para escrever. Ai melhorou. Ele era muito bom para mim.

Como concursada eu trabalhei por cerca de sete anos com ele. Mas aí a Lina e o Bianor me tiraram de lá. Tinha o concurso e fui nomeada por Walter Jobim. Tenho ainda arquivado comigo o documento

Enquanto isso, a Lina tinha casado com o Bianor Fonseca. O Bianor era também de Santo Antônio. Filho do seu Pompílio e da Dona Maria moravam na casa que ficava no meio da rua, da vila. Ele ficava na farmácia e o Bianor tinha armazém, no local que o Heitor Collar teve antes comércio, onde hoje é o Clube Patrulhense. O Seu Pompílio e a Dona Maria tiveram os filhos: Dalvo, Ostílio, Bianor, Antoninho, Nina e Zaida; seis filhos.

O Bianor casou com a Lina. A família dele não queria, pois, ela era pobre. Mas ele era apaixonado pela Lina; não adiantava. E o meu pai dizia: ‘O que que tu queres com um frango desses?’ É que ele era mais moço que a Lina três anos.

Naquele tempo era um absurdo, Eu que levava e trazia os presentes. Eu ganhava do Bianor, mas também levava para a Lina. Ele só fazia o sinalzinho, lá da janela, e eu ia buscar algo para ela.”

Mas o seu pai veio a falecer, mudando o rumo da história, como evoca a Lita:

“Meu pai faleceu no dia dois de fevereiro de mil novecentos e quarenta. Eu tinha quinze anos. Faleceu do coração, com a idade de sessenta e três anos. Só faltava casar a Lina e o João. Os outros já estavam casados. A Lina (minha irmã) casou ali em casa, de luto, porque o ‘nosso’ pai tinha morrido. O Júlio César e Júlio Antônio nasceram lá, em Santo Antônio, e eles moraram na casa, de frente aonde era o Bemfica que tinha Coletoria; na frente da casa do Jairo Aguiar. Naquela época eram umas casas antigas ali, pequeninhas. Por ali morava o seu Pompílio. Depois a Lina e o Bianor foram morar na casa pegada à da Dona Virginia, onde morou a Noemia Collar, na Rua Grande. E o Bianor comprou a nossa casa, pois a mãe estava com dificuldades financeiras. E o terceiro filho que a Lina e o Bianor tiveram, nasceu em Gravataí: o Júlio Carlos. Depois quando perderam dois filhos, eles adotaram o Carlos Antônio. Bem, voltando ao que estava contando.

Quando foi um dia apareceu uma proposta para o Bianor: “Por que tu não vai abrir uma farmácia num outro lugar? Então, o Bianor foi procurar uma farmácia para comprar. Tinha lá para os lados de São Sebastião, mas ele não se agradou. Nesse meio tempo apareceu uma farmácia em Gravataí, que ele comprou do seu Edgar. Era um senhor que tinha farmácia, e já estava velho. Ficava num sobradinho, onde hoje tem uma dentista que trabalha ali. Nós morávamos em cima, e embaixo era a farmácia. A Lina e o Bianor, mais a mãe foram para Gravataí e eu ainda fiquei em Santo Antônio, trabalhando com o teu pai no cartório. Eu já era nomeada e fiquei trabalhando lá. Parava na casa do João, meu irmão, e fazia as refeições na casa da Edite e do Ari (também meu irmão). Aí começou o Bianor a insistir: ‘Vens trabalhar conosco, que eu vou te pagar bem.’ Eu disse: ‘Mas como é que eu vou sair? O Juca tão bom para mim. Eu fui nomeada pelo Estado e sair para trabalhar como comerciária.’ Acabei cedendo e vim definitivamente para Gravataí. Larguei meu serviço público, que por isso me arrependo, mas aconteceu e aqui estou.

O Bianor, quando ele veio para cá, tinha farmácia aqui, tinha farmácia lá na pracinha de baixo, no entroncamento, e, também, em Porto Alegre. Deu certo. Tanto é que hoje o neto dele tem uma farmácia na praça. [...]

Trabalhei vinte e três anos na Farmácia Fonseca. Fazia fórmulas, aprendi a fazer injeção e todos os serviços de farmácia.”

Sobre suas lembranças, acerca de Gravataí, quando decidiu lá morar, afirma:

“Naquela época não tinha nada aqui no centro da cidade. Tinha uma pracinha que tem hoje; era com tela. Eu me lembro que, no ano de mil novecentos e cinquenta e um, eu vim para cá. A cidade era pequena. Não tinha nada, nada. Tinha um clubezinho mixuruca que ficava ali na entrada. Era o Paladino. E o Alvi Rubro era mais ou menos; era melhorzinho. Tinha esses dois clubes.

Eu era novata aqui, então eu ia para lá. Reunia com eles e ia nos bailes. No outro dia, às seis horas da manhã eu vinha embora. Eu só voltava segunda-feira. Aí eu dia muito frio, eu vinha toda ‘empiponada’, de lenço na cabeça, com um casaco e entrei no ônibus. Sentei do lado de lá. Mas não vi que tinha entrado o meu pretendente sem saber. Depois ele me disse que começou a me cuidar. Ele era dez anos mais moço que eu. Ele disse que era viajante. Viemos conversado até Gravataí. Quando chegou aqui na praça, eu desci: ‘Ali naquela farmácia é que eu trabalho, eu disse a ele.’ Passou um tempo, eu fui a um baile em Gravataí, ali para fora. O Bianor tinha uma caminhonete, e emprestou para nós. Telefonei para ele e me deixou um livrinho com endereço e telefone. E ele veio para o baile. Ele morava em Porto Alegre, lá na Ouro Preto, no Cristo Redentor. Nessa altura, o Bianor abriu uma farmácia em Cachoeirinha com o João, irmão da Lina, que veio morar aqui também. Aí eu fui para lá ensinar o João. O Waldemar vinha em Gravataí atrás de mim.

Noivei em vinte e três de julho de mil novecentos e sessenta. E casei em sessenta e um. Eu tinha trinta e cinco anos. Casamos aqui na igreja. Foi o Padre Pedro que nos casou. Depois de ordenado padre, ele foi para Santo Antônio da Patrulha. Lá ele parava na pensão da minha mãe. Posteriormente, transferido para Gravataí, aqui ficou até falecer. Aliás, o Padre Pedro casou muita gente. Ele chegava, rezava a missa dele, e tinha desses cabides que os antigos usavam. Chegava lá e dizia assim: ‘Picucha. Olha, o padre agora está aqui, oh!’ Dependurava a batina e dançava a tarde inteira com a moçada. A mamãe sempre contava que ele era bonito e sapeca.

Sobre o crescimento do município, Lita se pronunciou:

“Gravataí mudou. Não tinha nada. Depois que fundaram o Distrito Industrial, Gravataí deu um pulo. No Parque dos Anjos não tinha nada. Só tinha umas ruazinhas. Depois vieram as fábricas para cá. Veio a Jakwal, que a Nádia trabalhou quatorze anos. Veio a Nutrella, veio a Cedisa, aquelas fábricas todas. Então, Gravataí pulou de uma hora para dez anos. Gravataí se transformou.



Elita com fantasia de carnaval em Santo Antônio da Patrulha.

Aí para cima não tinha nada naquela época. Era deserto. Nós caminhávamos para jogar carta, lá embaixo. Voltávamos pela uma ou duas horas da madrugada. Sentávamos no banco da praça, aos domingos, e jogávamos carta no meio da praça. Vinha uma hora, duas horas da madrugada lá de baixo, sozinha e não tinha problema de nada. Hoje, isso não dá para fazer mais, de jeito nenhum. Quando era um dia meio feio, aí o guarda nos trazia aqui em cima.”

Finalmente, indagada sobre seus laços de afeto para com Santo Antônio da Patrulha e Gravataí, disse:

“Santo Antônio representa muito para mim. Lá eu passei minha infância muito feliz. Tive boas amizades. Era amiga de muitas pessoas. Todo mundo me conhecia. Até hoje eu vou lá, e me conhecem. Mas agora, para morar eu não gostaria mais. Hoje, as pessoas que eu gostava não estão mais lá. Só gosto de ir visitar amigos e parentes, como a Ivone Selistre, a Iolanda Rosa e a Gigia Brito. Eu vou ao aniversário delas, todos os anos.

Mas, agora o meu lugar é Gravataí. Aqui tenho minha filha Nádia Maria Schork, meu genro José Roberto de Andrade Isoppo e meus netos Eduardo e Renata. Ficarei sempre aqui. Eu gosto deste lugar e já me considero gravataiense, ainda que tenha laços muito fortes com Santo Antônio da Patrulha. Por isso posso dizer que sou uma patrulhense-gravataiense.”

Sou feliz assim. Mas, para completar minha felicidade, eu quero conhecer Veneza. Ai, sim minha felicidade será total! Eu chegarei lá!



Elita e amiga, na antiga praça em frente à Igreja Matriz de Santo Antônio da Patrulba.



Elita e Nely Luz, na rua principal da cidade de Santo Antônio da Patrulba, em frente à “casa do meio da rua”. As casas que aparecem na foto não foram preservadas.



Elita e Lina Brito Fonseca (esposa de Bianor Fonseca), em visita à casa onde viveram parte da infância. Av. Borges de Medeiros – Santo Antônio da Patrulba.

MINHA HISTÓRIA E MEMÓRIAS DE GRAVATAÍ: A CIDADE HÁ 50 ANOS

Zenon Manuel Costa

Corretor de imóveis. Gravataí/RS

MINHA HISTÓRIA

Nasci em 1932 e minha casa foi construída, em madeira, na estrada que liga Gravataí a Porto Alegre, hoje Avenida Dorival Cândido Luz de Oliveira, na parada 79, na altura do posto de gasolina Schel. No ano de 1934 deu-se o início do asfaltamento da estrada que liga Gravataí a Porto Alegre, pela empresa Dhane & Conceição, na qual meu pai trabalhou como apontador (almoxarife) – aquele que controla a entrada e saída de materiais.

Mais tarde, após a conclusão do asfalto, onde fica o posto Schel, meu pai construiu uma casa de alvenaria para comércio e residência, na esquina da estrada que vai para a costa, onde se estabeleceu com um armazém misto. Ao lado do armazém construiu um tanque de água para que os costeiros e outros agricultores utilizassem para dar água aos seus animais.

Os parentes e amigos que visitavam meus pais, tinham que passar o dia em suas visitas, pois a distância de onde moravam era muito grande até o centro de Gravataí.

(Crônica escrita em 06.04.2005, nos 242º. Aniversário de Gravataí e lida no sarou do Museu Municipal, realizado no Restaurante da ULBRA, nesta cidade).

RECORDANDO GRAVATAÍ

Quem não se lembra da Aldeia dos Anjos, da amizade existente entre os vizinhos, pois eles eram mesmo como irmãos. A solidariedade era tanta que até pare-

ciam ser de uma mesma família. Quem não se lembra da falta de água existente em nossa Aldeia. Para conseguir água potável, teria que buscá-la no poço do vizinho ou na Fonte do Forno. A construção dessa fonte foi atribuída à época dos índios guarani, na Aldeia. A água para lavar roupas e para outras limpezas, teria que se buscar num poço público chamado “Mouringue”, cuja água era salobra. Esse poço fica na rua Dr. Luiz Bastos do Prado, próximo ao quartel da Brigada Militar.

A Fonte do Forno, apesar de mal conservada e não parecer com a original, ainda existe, na continuação com a Rua Nossa Senhora dos Anjos, quase esquina com a Rua Coronel Sarmento. O Poço do Mouringue também ainda existe, mesmo tendo fornecido água a quase toda a população da Aldeia, não é preservado pelo poder público. Está abandonado, mesmo sendo, no passado, o orgulho da população residente nas proximidades, na Várzea.

Do poço Mouringue, as pipas, de tração animal abasteciam para vender a água no centro da Aldeia dos Anjos; a água tão necessária para a manutenção da vida. É bom lembrar que a água tratada e encanada, no município, teve seu início na década de 1950.

Quem não se lembra que a Aldeia dos Anjos tinha praias, entre elas a do Passo das Canoas, a do Passo dos Ferreiros, a do porto do Carvão, a do Arroio da Dilorosa e a do Eufrásio. Quem não se lembra ainda que a Aldeia dos Anjos era um perfeito paraíso, que recebia os visitantes de braços abertos, acolhendo-os com muita satisfação e carinho, deixando-os como se estivessem em sua cidade natal.

A cordialidade e a amizade dos aldeianos eram tão sinceras que os que aqui nos visitavam ou os que vinham para trabalhar, acabavam permanecendo na cidade, estabelecendo-se aqui e tornando-se membros da comunidade.

Esta era a minha Aldeia, hoje meu Gravataí, cidade paraíso no passado, cuja tranquilidade espero para o futuro; pois seu povo continua acolhedor e sonha muito com o que esta terra foi, recebendo com muita cordialidade, ainda hoje, os que aqui chegam, oferecendo-lhes a amizade e recebendo-os de braços abertos, esperando que eles criem raízes e fiquem para sempre em nossa Aldeia.

ALDEIA DOS ANJOS

Do Sr. Antônio Luz para o Sr. Antônio Fonseca Costa, irmão do Zenon, a respeito das quadrinhas escritas na página 3 do jornal *O Gravataiense*, em dezembro de 1977:

*Fonseca, nestas quadrinhas
Mal feitas, como se vê,
Saudades e rimas são minhas
E a lembrança é de você.*

*Eu tenho saudade imensa
Dos Anjos da minha Aldeia,
Do povo com fé e crença
Que ali bondade semeia.*

*Lembro o Passo das Canoas,
Lembro o Passo dos Ferreiros,
Lembro o Forno e as pessoas
Que foram meus companheiros.*

*Já cacei no Mato Alto,
No rincão da Madalena,
Na prainha já dei salto,
Do Hermínio já senti pena.*

*O Afonso, o troteador
E a velha Zeca Penida
São lembranças de valor
Da infância da minha vida.*

*Ao João Micuim tive apego
E ao Ziroca funileiro,
Fantasiado de morcego,
Pondo os moleques em berreiro.*

*Gravataí bate o sino
Pro Olício fogueteiro,
Que nas festas do Divino
Estourava um bom dinheiro.*

*Do velho Jorge barbeiro
Toda gente tem saudade,
Seu jeito alegre e brejeiro
Cativou muita amizade.*

*Recordo o Sai da Frente,
Também dos Aventureiros,
No Paladino, bem quentes,
De Momo foram os pioneiros.*

*No redondo lá da Praça,
Lá embaixo, nas pracinhas,
Onde com beleza e graça,
As moças eram rainhas.*

*Do pomar do arcebispo
Muitas frutas eu roubei,
Corri mais do que corisco
Quando guardas avistei.*

*Entre as lembranças dali,
Em minha cabeça descubro,
Relembrando o que sofri
Na construção do Alvi-Rubro.*

*Eu tenho saudade imensa
Dos Anjos da minha Aldeia,
Do povo, com fé e crença,
Que ali bondade semeia.*

*Nesta manhã, que no espaço,
Brilha o sol em céu azul,
Aceita o calor do abraço
Do velho Antônio do Sul.*

MEMÓRIAS DE GRAVATAÍ, ALDEIA DOS ANJOS DO PASSO DAS CANOAS

Poesia de Antônio Fonseca Costa, meu irmão

Aldeia dos Anjos

Do Passo das Canoas,

Da prainha e do porto,

Do Passo dos Cachorros,

Do Rincão da Madalena,

Do Porto Pinho,

Do Passo dos Ferreiros,

Do Mato Alto e do Forno.

Do Hermínio, do Caxinguelê do João Micuim,

Do Zeca Penida da touca verde e anel de lata,

Do Jorge barbeiro, do Afonsoroteador, e

Olício fogueteiro das festas do Divino.

Do nosso Paladino,

Do Ziroca funileiro, fantasiado de morcego,

Do Sai da Frente, dos Pirilampos,

Dos aventureiros,

Dos blocos da nossa infância.

Do redondo lá da praça

Da pracinha de baixo,

Do pomar do arcebispo...

Aldeia dos Anjos do Passo das Canoas,

Da prainha e do porto,

Este é o meu Gravataí!

TIME DA SAUDADE

Antônio Fonseca Costa – agosto de 1978

Era assim a nossa infância...

Futebol na várzea,

Estudar,

Brincar na praça,

Nadar no rio.

É hoje ou nunca mais...

Vamos todos lá pra várzea,

Que vai ser uma barbada!

Pa - Pa – Paladino...

Pa - Pa – Paladino...

Alvi, Alvi, Alvi-Rubro.

Alvi, Alvi, Alvi-Rubro...

Os maiores times do mundo...

Direção: Pedro Ramos e Mário Rosa,

Atletas: Ira, Ábio, Bebê,

Hélio, Nini e Maneca,

Kalil, Calau, Renê,

Paquito, Aldeia, Beca.

Sérgio Flores, Quininho,

Costa, Douglas, Decinho,

Gato Preto, Elcio, Sebinho,

Ziroca, Toió, Nelsinho,

Macaco, Marino, Demetrinho,

Darci Pepé, Canela Alvinho.

E agora, o que ficou

Do time da saudade?

Ficaram recordações, taças e troféus,

Nossa várzea virou cidade,

Cadê nosso plantel?

(Pequenas alterações efetuadas por Zenon Costa em 29/09/2009)

AMILTON JOSÉ DE OLIVEIRA: DE ROLANTE/SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA PARA GRAVATAÍ

Véra Lucia Maciel Barroso

*Historiadora da CAERGS e do Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre,
Professora da FAPA e Membro do IHGRGS. Porto Alegre/RS*

Na atualidade, como nunca antes, se reconhece a importância do registro de memórias das pessoas, como documento para a história. Das pessoas, ditas comuns, às que ocupam lugares proeminentes, nos âmbitos, da política, da cultura ou de outra área, se deve colher suas lembranças, sobre diferentes aspectos do cotidiano, das coisas, dos episódios, dos atos, dos fazeres e dizeres e outros, como fragmentos que possam compor o esquadramento da realidade histórica, da qual todos são agentes e partícipes.

Com este entendimento e clareza, para a escrita da história de Gravataí, um dos recortes feitos foi o de capturar recordações de um patrulhense-gravatense, acerca do município onde mora e dedicou a sua vida de trabalho. Trata-se de Amilton José de Oliveira, que, durante três décadas, atuou como funcionário da Prefeitura Municipal de Gravataí, cujas memórias revelam interessantes aspectos da cidade, que passou a ser a terra da sua família, cujas origens são de Rolante, que foi distrito de Santo Antônio da Patrulha, na altura que de lá vieram para a antiga Aldeia dos Anjos.

No dia 22 de fevereiro de 2010, em sua residência, ele lembrou, com detalhes de suas vivências, cujos registros serão, em seguimento, revelados.

Amilton nasceu em 20 de outubro de 1946, na zona rural de Rolante, na Fazenda Flech, não muito longe da parte urbana. Lá ficou até os onze anos, quando terminou o curso Primário. Como gostava muito de estudar, e lá não havia chance de continuar estudando, pois não havia escola pública que atendesse além do Primário, ele se mudou.

Amilton afirma: “Quando eu nasci, Rolante era distrito de Santo Antônio. Mas eu digo assim: a origem da família era Santo Antônio, porque eles vieram de lá,

proximamente à cidade de Santo Antônio, do lugar chamado Serraria Velha. Meu avô foi transferido para Rolante, porque ele era professor primário. E lá ele foi dar aula. Ele dava aula no interior de Santo Antônio da Patrulha, e depois ele se mudou para Rolante, lecionando em Açoita Cavallo, que ficava próximo aonde eu nasci. Morava na própria casa. Tinha uma média de sessenta alunos, em todas as séries, sendo que a maioria desses alunos era de origem alemã, porque Açoita Cavallo era uma região de forte colonização alemã. E o meu pai, que era aqui de Morungava, em Gravataí, tendo se mudado para Rolante, casou com minha mãe, em segundo casamento, e ficou morando em Rolante. Meu avô chamava-se Francisco Cardoso de Oliveira, conhecido como professor Chico Peres. Eu não sei porque o apelido Peres, porque o sobrenome oficial era Oliveira. Isso foi no final da década de 1930.” E segue:

“A avó, chamada Placídia Luz de Oliveira, era também de Santo Antônio da Patrulha. Os parentes da minha avó moravam em Riozinho. E vieram aqui do sul de Viamão, da zona de Itapuã. A informação que tenho da minha família é de que eles são açorianos. Esses Luz que vieram para Porto Alegre, estabeleceram-se em Itapuã, e depois se mudaram para o interior em busca de terra mais fértil. E, também se comenta na família, que saíram para fugir das guerras, porque os jovens eram levados a força para lutarem nas guerras.

Meus avós tiveram doze filhos. O mais velho é a minha mãe Precilda Luz de Oliveira. Pela ordem: Precilda, Valdira, Elpídio, Agílio, Cenira, Toli, Edi, Leni, Diva, Lucia, Anita e Dorival (que foi Prefeito de Gravataí). Todos nascidos em Santo Antônio.

Falecendo o seu avô professor, tiveram que abandonar a casa da escola, para abrir espaço para outro professor. A viúva com seus filhos mudaram-se, menos o mais velho, o Elpídio, que morava em Porto Alegre.”

A mãe de Amilton conheceu seu pai em Rolante. Ele era amigo de um tio dela. E como ela já tinha uma idade madura, vinte e cinco anos, por aí, eles achavam que quem se dedicava a cuidar dos irmãos, não tinha mais chance de casar, e já era considerada solteirona. Tiveram quantos filhos: uma menina que faleceu com sete meses, o Amilton e o Edir. E o seu pai, quando se casou, já tinha um casal de filhos pequenos. Afirma Amilton:

“Eu fui um menino mimado. Não trabalhava na roça. É comum no interior que as crianças trabalhem. Mas eu não cheguei a trabalhar. A não ser levar café da tarde ou almoço na roça. Era muito bom tomar um café da tarde numa sombra. E quando eu terminei o curso Primário, o Dorival, que já tinha casado e vindo para

Gravataí, me trouxe para cá para continuar os estudos, porque eu era considerado “um fenômeno” lá no interior. Eu gostava de estudar. Quando fui para escola eu já tinha me alfabetizado sozinho, com revistas, principalmente revistas em quadrinhos. Então, acharam que era uma pena eu não continuar os estudos e me trouxeram para Gravataí em cinquenta e oito. Eu vim morar com o Dorival, meu tio. Ele casou e veio para Gravataí. Morou antes em Taquara com um tio, quando perdeu o pai. Acabou casando com uma prima, filha desse tio que veio para Gravataí. Abriu uma fábrica de café aqui: Torrefação e Moagem de Café Mangureira. E também fabricavam balas: Balas Oliveira. As balas eram fornecidas dentro de latas e tinha ramos de oliveira na lata. O Dorival veio para Gravataí trabalhar com o sogro, indo residir em sua casa.” E prossegue:

“Depois meu pai e minha mãe não aguentaram e vieram embora. E trouxeram o Edir, que era o meu irmão mais novo. Ele chegou aqui em Gravataí também pequeno, um ano e meio depois de mim. E ele terminou os estudos primários aqui em Gravataí, numa escola pública municipal. E eu fui estudar na escola particular Dom Feliciano, de confissão religiosa. Tinha internato e era uma escola espetacular, na época. Ela tinha renome em todo o Estado. Por isso é que eu vim para Gravataí: para estudar e o Dorival já morava aqui. Vinham moças, filhas de fazendeiros, moças de Porto Alegre, de outras cidades do interior, de Osório, de Santo Antônio, moças de Camaquã... Enfim, de todos os lugares vinham moças para o internato aqui. Rapazes eram poucos que estudavam. Tinha também internato de meninos no Primário, na mesma escola. Uma coisa fantástica, que eu achava na época, é que os meninos e as meninas não podiam ficar juntos. Os rapazes eram considerados muito perigosos. Então havia um pátio de um lado da rua, que era o pátio dos meninos do Primário. E, no outro lado da rua, o pátio das meninas, do Primário, do Ginásio, do Magistério, que na época era o curso Normal. Aí as meninas ficavam todas juntas. Mas guris, só podiam os pequenininhos. E os adolescentes, que era o meu caso e dos meus colegas, nós não tínhamos nem o pátio de um lado da rua, que era dos pequenos, e nem do outro lado da rua, que era das meninas. Então, nós passávamos o nosso recreio na praça. Quando batia, dava o sinal para o recreio, nós éramos liberados e íamos para a praça. Ficávamos brincando na praça, até que uma Irmã abria uma janela que dava para a praça e batia um sino para que a gente retornasse. Nós ficamos os quatro anos do Ginásio com nosso recreio na praça, brincando na praça. E nunca fugíamos da praça. Fazíamos o lanche, nos bares em torno da praça.” Sobre a qualidade do ensino ele afirma:

“O ensino era ótimo. E era complementado por algumas professoras leigas. O ensino era considerado de alto nível. As Irmãs eram muito exigentes e muito disciplinadoras. Gravataí se orgulhava da qualidade da sua escola. Mas, era mais para as pessoas de melhor poder aquisitivo, porque era caro. Alguns de menor poder aquisitivo eram agraciados com bolsas de estudo. O normal é que se estudasse em colégio público. Então não havia ginásio em colégio público. Só no Dom Feliciano e no Seminário, mas o Seminário nunca foi considerado uma escola de Gravataí. Era uma escola situada em Gravataí, mas não era uma escola de Gravataí, porque para o Seminário vinha gente mais de fora. Raros eram os gravataienses que tinham vocação para padre. O Seminário não era um colégio interno de padres para meninos, como existia muito na época. Mas era um colégio vocacionado para preparar sacerdotes. Então, na época não se considerava o Seminário como uma escola de Gravataí. Ninguém pensava em estudar lá para se formar. Apenas quem tivesse vocação para padre, o que era muito raro em Gravataí. A maioria dos estudantes do Seminário era do Vale dos Sinos, do Vale do Taquari, do Vale do Caí. A maioria de origem alemã.” Sobre seus estudos, informa mais:

“Em Gravataí não tinha 2º Grau, nem público, nem particular; só o Magistério para meninas. Então eu tive que me mudar para Novo Hamburgo. Fui morar na casa de outra tia, que de Rolante foi para Novo Hamburgo, e lá fiz o 2º Grau, e após retornei para Gravataí. E depois fui professor de Matemática no Dom Feliciano e dava aula para as candidatas à professora.

E quando voltei para Gravataí, fui trabalhar na Prefeitura. E naquela época curso superior era só para rico e os cursos superiores eram exclusivamente diurnos. Depois de muitos anos que eu tinha parado de estudar, é que abriu o primeiro curso noturno de nível superior, quando fundaram a Faculdade Porto-Alegrense, FAPA. A FAPA só tinha curso de Matemática, História e Pedagogia. Hoje eu teria feito História, mas na época eu me interessei mais por Matemática, porque o meu 2º Grau foi Científico. Fiz vestibular e passei, lá no Vera Cruz. Isso foi na década de setenta. Fiz os quatro anos, mas não concluí, porque eu no último ano eu não entreguei os relatórios de estágio. Eu fui no Dom Feliciano pedir para fazer estágio de 1º Grau, no primeiro semestre, e 2º Grau no segundo semestre. E a diretora, Dona Otilia, me deu todo o curso de Magistério para dar aula. Mas tive que desistir de concluir o curso de Matemática, porque eu não dava conta. De manhã dava aula para trezentas e cinquenta alunas, e de tarde era secretário na Prefeitura, e de noite também. Então não dava como voltar a Porto Alegre. Tinha que pegar um ônibus pinga-pinga até o centro de Porto Alegre. Lá chegando, sem

janta, pelas sete e tanto, da noite, me pendurava em outro ônibus pinga-pinga. Aí me pendurava num outro ônibus, pelo lado de fora da porta até Alto Petrópolis. Lá descia e tinha que andar várias quadras, a pé, desde a Protásio até o Vera Cruz. E depois, quando terminava a aula, tinha que voltar a pé até a Protásio, pegar um ônibus, ir até o centro, pegar outro no centro e vir a Gravataí. Eu chegava em Gravataí uma hora da madrugada. E no outro dia de manhã eu dava a primeira aula no Seminário, e depois dava aula no Dom Feliciano. E também dei aula no curso de Contabilidade noturno. Tudo sem diploma, porque na época quem estudasse um semestre de Matemática já era um professor de Matemática incrível, porque eram pouquíssimos os formados nessas matérias, nessas disciplinas. Então, eu não cheguei a receber o diploma. Mas eu me considero que eu fiz todo o curso, porque até o estágio eu fiz. Só não consegui apresentar relatório.”

Mas, o que acabou mesmo fazendo, foi dedicar a sua vida ao serviço público na Prefeitura Municipal, onde se aposentou. Na atualidade, vive o seu dia-a-dia junto com a família.

Amilton Oliveira é casado com Ana Lúcia e têm os filhos Rafael e Tiago, casados, e a filha Clarissa e uma neta, a Mariana.



*Prefeitura Municipal
de Gravataí.*

MINHA HISTÓRIA EM CACHOEIRINHA

José Luis Gonçalves Rodrigues

Artesão. Gravataí/RS

A história e a cultura são as pilastras onde se apoia o desenvolvimento dos povos. A história é essencial para identificar nossas origens, nossas raízes, nossas lutas e conquistas. E a cultura é indispensável para autenticar a própria história e nossa identidade como grupo social.

Esta narrativa foi elaborada por mim, conhecido pelo apelido “Saroba”. Vou falar sobre Cachoeirinha e dizer como ela fez parte de minha vida.

MINHA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Nasci em Santana do Livramento, em 1944. Sou filho de Joventino Remelinge Rodrigues e Joana Gonçalves Rodrigues. Meu pai é descendente de alemães e minha mãe é de origem espanhola. Chegamos a Porto Alegre em 1951. Éramos cinco irmãos: duas mulheres e três homens e uma tia. Fomos morar no areal da Baronesa, na casa de um primo, Walter Rodrigues Gravana. Tinha sete anos, mas lembro que os moradores tinham sotaque diferente, cheio de gírias e malandragem. Gostavam muito de festas e de carnaval.

Em 1952, meu pai comprou um terreno do meu primo em Cachoeirinha, na Vila Quitandinha e, assim iniciou a trajetória por essas bandas. O terreno era no fundo da vila, perto dos matos de eucaliptos. Não tinha água nem luz. Meu pai fez uma casa tipo *cupiar* na época 5,50 x 5,50 metros e, na parte de cima, fez o quarto para os homens. Assim comecei a me identificar com o interior, parecido com Santana. Naquela época tinha campo e mato, e pouco comércio na faixa. Comecei a estudar no grupo escolar Rodrigues Alves e fui aprendendo e crescendo. Em 1955 fui morar em Porto Alegre, no bairro Vila Floresta, pois minha mãe adoeceu e tivemos que morar perto de onde tivesse mais recursos. Em 1957 ela faleceu e

eu já tinha 13 anos. Em 1959, retornamos pra Cachoeirinha e não nos mudamos mais. Foi quando começou minha caminhada, inclusive minha participação na comunidade.

Estudava de manhã e de tarde fazia bicos. Trabalhava como puxador de carroças, e puxava burros nos loteamentos para aterrar as partes baixas. Foram para vários, entre eles: Fidelis, Zanchetta, Leonel Bitencourt, Dr. Carlos Wilkens, que foi vereador de Gravataí, Natalio Schalaim, José Axelrud, da Importadora Americana. Enfim, na época, várias vilas começaram a surgir: Vila Regina, Parque Imbuí, Vila Jardim América e outras. Lembro ainda do Instituto Agrícola do Arroz, quando a gurizada ia lá jogar bola, num campo lindo, um “tapete” como nós chamávamos. Aprendi muito com eles. Eram meus ídolos no futebol: Saul Lazzaroto, grande goleiro, Cândido, Otalicio, Meireles, Adílio e tantos outros nomes.

COMO SURTIU CACHOEIRINHA

Contam que na segunda metade do século XIX, o desembargador João Baptista Soares da Silveira e Souza veio morar na fazenda *A Cachoeira*, situada no 2º distrito de Gravataí, propriedade de mais ou menos dois mil hectares. Os limites da fazenda podem ser verificados através de documentos, no livro nº 2-434 de 12/03/1935 do Registro de Imóveis de Gravataí.

A casa grande onde ele morou existe até hoje. Nela reside a família de seu filho Julio Baptista Soares. É um verdadeiro pulmão verde o que ainda resta desta fazenda em Cachoeirinha.

Cachoeirinha também teve outras personalidades importantes, como o Major Alberto Bins, intendente de Porto Alegre. Em 1905 ele foi o pioneiro na plantação de arroz em Gravataí, junto com seu cunhado Oscar Loevem, na Granja Progresso. Dirigiam a empresa onde também produziam vinho, extraíam madeiras e banhas, e criavam gado de raça. O major Alberto Bins foi comerciante, industrialista, agricultor e grande político rio-grandense. Foi o primeiro presidente do Sindicato dos Arrozeiros e um dos idealizadores da Estação Experimental do Arroz. Outro cidadão ilustre foi Frederico Augusto Ritter, gaúcho, neto de alemães. Sua família era proprietária da cervejaria Ritter. Depois se associaram a outras cervejarias de Porto Alegre que deu origem à Continental e depois à Brahma. Tornou-se mestre cervejeiro na família e, após, por motivos de saúde,

comprou terras em Cachoeirinha e chamou a área de Granja Esperança. Teve muitas dificuldades, pois não existia ainda a ponte no rio Gravataí e tinha que se locomover através de canoas. Nos 525 hectares realizou as primeiras plantações de árvores frutíferas que seriam em pequena escala, no início, para produção dos doces de frutas Ritter. Desde 1919, Frederico Augusto Ritter e sua família foram morar na Granja Esperança, tornando-se pioneira na fabricação de conservas no Rio Grande do Sul.

LIQUID CARBONIC

Outra indústria que veio em 1955, foi a indústria que produzia um gás resultante da queima do “FULLOIL”, subproduto final do petróleo, que resultava no gelo seco. Era usado como matéria prima em refrigeradores.

A ORIGEM DO NOME DE CACHOEIRINHA

Deve-se à existência de uma pequena queda de água que havia mais ou menos mil metros acima da ponte sobre o rio Gravataí, que impedia a navegação, principalmente na estiagem. Em 1928, o governador estadual ordenou a dinamitação da rocha de origem da queda d'água, em virtude da drenagem que era para abertura do canal do rio, a fim de facilitar a navegação entre Santo Antonio, Gravataí e Porto Alegre. Para a construção da ponte, em 1925 e da rodovia Gravataí - Porto Alegre, iniciada pelo Dr. José Loureiro da Silva, foi contratada a firma Dahne Conceição e companhia para a realização da obra. A pavimentação de concreto, calçadas com pedra nas laterais, da vila de Gravataí até a ponte da cachoeira custou 2 mil e 500 contos. A inauguração foi em abril de 1934, na presença do interventor do estado Flores da Cunha.

Outro cidadão ilustre de Cachoeirinha, que trouxe desenvolvimento, foi seu Manoel Eugênio Monteiro Guimarães e Dona Lílisa Monteiro Guimarães. Foram morar numa casa de madeira em 1941 e, ao lado, possuíam uma fábrica de artefatos de cimento, onde produziam tanques para lavar roupas e canos. Seu Monteiro como era bem conhecido; foi político por excelência. Provavelmente foi o primeiro vereador eleito pelo distrito, para a câmara municipal de Gravataí.

PRIMEIRO POSTO DO CORREIO POSTAL

Em 1955 foi instalada a primeira agência postal do correio no distrito. O prefeito era o Sr. Jose Linck. Sem duvida, a agência era muito necessária, tanto para a população, como para as indústrias já existentes.

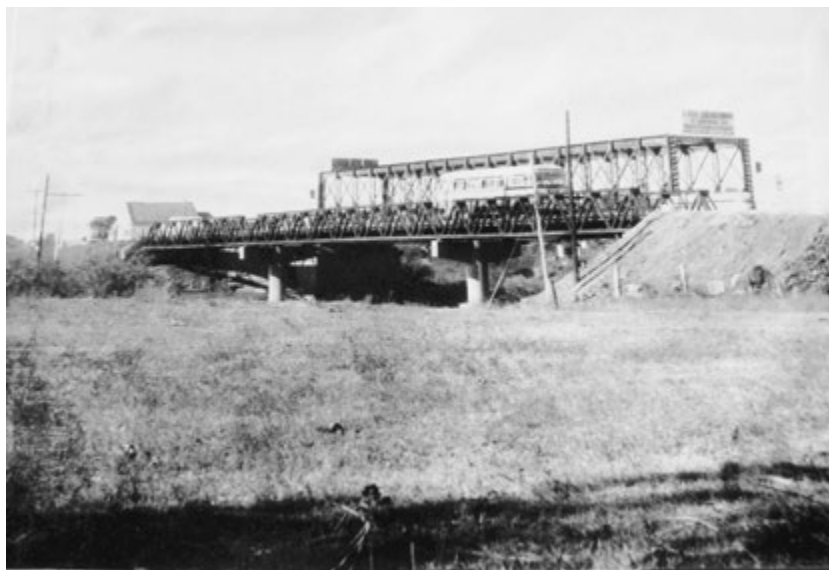
Outro ilustre cidadão, o Sr. José Prior, veio de Nova Prata em 1953, com um caminhão carregado de madeira e instalou uma madeireira no terreno onde está a loja Galego. Em 1964 construiu um prédio de três pisos, ampliando a madeireira, a loja de ferragens e o hotel. O Sr. José Prior deu uma grande contribuição para o desenvolvimento de Cachoeirinha. Outra família ilustre, a Sbaderlotto chegou em 1958, comprou terreno na faixa com um casarão de madeira que foi transformado em pensão e pernoite. Tiveram também um bar e em 1959 construíram o atacado de secos e molhados Sbardelotto. Exploraram até 1975, quando alugaram para a MANLEC. Sempre foram muito ligados à Igreja e contribuíram com a construção da Igreja Matriz e também com a Sociedade Esportiva Cachoeirinha (SEC).

Cachoeirinha teve muitos outros ilustres cidadãos que contribuíram para o crescimento de Gravataí, assim como também para o distrito: Rui da Silva Teixeira, Eugenio Monteiro, Oscar Martinez, Nicanor Alves Cardoso, Augusto Roxo. Em 1965 iniciou o processo de emancipação e em 1966 foi instalado o município de Cachoeirinha, tendo como primeiro prefeito o Sr. Francisco Valls Filho.

Minha chegada em Gravataí foi em 1967. Meu pai veio morar na parada 67, na Rua Guilherme Schimitz e eu fui jogar futebol em Rio do Sul. Em 1968 voltei e fui trabalhar na Icotron. Em 1970 casei. Assim comecei a conquistar e a gostar de Gravataí. A família Machado dizia que quem tomava água do forno e do poço da Moringa não saía mais da cidade.

Construí minha família e fiz grandes amigos. Trabalhei vinte e dois anos como corretor de imóveis, ajudando a desenvolver o município. Fui, aos quinze anos, membro do Conselho de Plano de Diretor da cidade. Colaborei na fundação do Savana, time de futebol, remanescente do Paladino e Alvi Rubro. Em 1982 participei da diretoria do clube Alvi Rubro, onde iniciamos a reconstruir o clube na várzea, junto com SR. Nosso grupo: Gilberto Cárdis, eu, José Luiz, Sr. Egidio e Dr. Amilton. Assim nasceu o Alvi Rubro, hoje um patrimônio da cidade. Organizei a primeira escolinha no clube. Sempre tive minha participação ativa em Gravataí. E muito me orgulho de criar raízes nesta cidade e poder crescer junto. Hoje tenho quatro filhos, cinco netos e 40 anos de casado. A minha atual profissão é artesão. Dedico-me a fazer arte, divulgando a cultura de nossa cidade. E me orgulho muito de fazer parte dessa cidade, considerando-me como filho gravataiense.

A seguir, algumas imagens do passado, que tenho guardadas no acervo pessoal.



*Antiga ponte sobre o Rio Gravataí, no acesso a Cachoeirinha.
Foi demolida na década de 1980.*



Ruínas da sede da propriedade de Alberto Bins, em Cachoeirinha.



Aspecto da construção da Igreja Matriz São Francisco de Paula. Cachoeirinha. s/d.

A ESTRADA DE RODAGEM PARA CACHOEIRINHA

Foram feitas, ontem, as experiências do novo material para construção de estradas adquiridos pela Prefeitura



Aspecto da estrada de Porto Alegre a Cachoeirinha, que está sendo macadamizada.

Como é de domínio Público, a Municipalidade desta capital, adquire material novo, proprio para a construção de estradas de rodagem, dependendo para isso maior de arde e simoneta com de via.

Tendo chegado já, a esta cidade, o material, e mesmo foi transportado para a Tm de Itaja de archalote São João, onde já foi iniciada a macadamização da estrada de Porto da Cachoeirinha.

Logo após a chegada do material, os chefes dos serviços determinaram que os operários pudessem em funcionamento as máquinas, e que foi feita uma primeira experiência.

Ainda, a primeira experiência foi coroada de sucesso, e que deu motivo a que o major Alberto Rios tenha bem incrementado daquele local.

Os trabalhos de macadamização da estrada, estão bastante adiantados. Apesar disso, a Prefeitura vai procurar o número de trabalhadores para a estrada depois concluída e mais breve possível.

A obra

que se encontra em grande progresso.

Assim como de outros, a obra é de grande importância.

Em os trabalhos de macadamização, a Prefeitura está trabalhando com muita eficiência.

O Te

UMA VEZ QUEM PODE TRABALHAR

Tem a possibilidade de trabalhar em obras de grande importância.

Os trabalhos de macadamização da estrada, estão bastante adiantados.

Apesar disso, a Prefeitura vai procurar o número de trabalhadores para a estrada depois concluída e mais breve possível.

Os trabalhos de macadamização da estrada, estão bastante adiantados.

Materia de jornal relativa à estrada RS 30, antiga RS 17, no trecho de Cachoeirinha.

OS “INVISÍVEIS” DE GRAVATAÍ

Valdete Silva Stang Vieira

Licenciada em História/ULBRA e Acadêmica do Curso de Especialização em Metodologia do Ensino de História e Geografia/FACINTER. Gravataí/RS

Carlos Alberto Nunes dos Santos

Acadêmico de História/ULBRA. Gravataí/RS

INTRODUÇÃO

As mudanças ocorridas em Gravataí, a partir das décadas de 1940 e 1950 alteraram profundamente o cotidiano de seus habitantes. A passagem de uma economia essencialmente agrária, com predominância da população rural sobre a urbana, num primeiro momento para uma cidade-dormitório, dependente da economia de Porto Alegre-Canoas, desencadeou em um processo de urbanização e, uma economia industrial, que se acelerou a partir da década de 1970. O aumento populacional, advindo deste processo, teve resultados diferentes para os vários grupos sociais presentes neste contexto.

A intenção do presente artigo não é narrar estas transformações, mas relacionar as mudanças com a memória dos envolvidos em tal processo. Para tanto, realizamos uma análise, a partir da memória oral de alguns moradores da cidade. Foram selecionados dois entrevistados que, de alguma forma, representam os sentimentos sobre dois momentos da história da cidade.

Isto não quer dizer que os dois entrevistados representam os diferentes grupos sociais, porém, os caracterizam. Um deles, pequeno produtor rural nascido no município e o outro, oriundo de Porto Alegre e atraído pelas mudanças que vinham acontecendo, durante a década de 1970. Os dois depoimentos são significativos, como memórias e visões individuais, as quais podem dar uma ideia de como os processos de transformações econômico-sociais interferiram nessas me-

1 Trabalho desenvolvido a partir das pesquisas orientadas no Núcleo de Patrimônio e Memória do Curso de História da ULBRA Gravataí, sob supervisão da Professora Viviana Benetti.

mórias, não somente nas suas representações do passado, bem como do presente e, constroem diferentes visões sobre o futuro.

Gilberto Velho,² ao propor um estudo antropológico do meio urbano, chama a atenção para o fato de que na cidade vivem diferentes grupos sociais e, mesmo com algumas experiências idênticas umas as outras, haverá visões contraditórias entre elas, assim:

[...] dentro de nossa própria sociedade existe, constantemente, esta experiência de estranhamento. Vivemos experiências restritas e particulares que tangenciam, podem eventualmente se cruzar e constantemente correm paralelas a outras tão plenas de significado quanto as nossas. A possibilidade de partilharmos patrimônios culturais com os membros de nossa sociedade não nos deve iludir a respeito de inúmeras discontinuidades e diferenças provindas de trajetórias, experiências e vivências específicas. Isto fica particularmente nítido quando fazemos pesquisas em grandes cidades e metrópoles onde a heterogeneidade da divisão social do trabalho, a complexidade institucional e a coexistência de numerosas tradições culturais expressam-se em visões de mundo diferenciadas e até contraditórias (VELHO, 2007).

METODOLOGIA

Para que a memória do indivíduo não caia no esquecimento é preciso resgatá-la e registrá-la. E uma das maneiras de fazer esse registro é através da História Oral. Segundo Alberti (2005) História Oral é:

[...] uma metodologia de pesquisa e constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do sec. XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente (2003, p. 155).³

A História Oral permite o registro de testemunhos e o acesso à “história dentro da História” e dessa forma amplia as possibilidades de interpretação do passado.

2 VELHO, apud OLIVEN, Ruben G. *A Antropologia dos grupos urbanos*. 6 ed., Petrópolis, RJ: Vozes 2007.

3 ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3 ed., Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005.

Na década de 1960, paralelamente ao aperfeiçoamento do gravador portátil, tornaram-se frequentes também as “entrevistas de história de vida” com membros de grupos sociais que em geral, não deixavam registros escritos de suas experiências e sua forma de ver o mundo.

Esta fase ficou conhecida como História Oral “militante”, praticada por pesquisadores que identificavam na nova metodologia uma solução para “dar voz” às minorias e possibilitar a existência de uma História “Vinda de baixo”. Esses pesquisadores procuravam diferenciar-se da linha seguida pelo Columbia History Office, que privilegiava o estudo das elites, e, por isso mesmo, passou a ser visto como exemplo daquilo que não se deve fazer.

Nessa época, fizeram sucesso nos Estados Unidos e na Europa, publicações que produziam entrevistas realizadas com camponeses e trabalhadores, sobre sua trajetória e sua vida cotidiana. Na França, chegava a ser publicada uma coleção com o nome sugestivo de “Vivências” com relatos desse tipo. Esse *boom* da História Oral, na década de 1960, acabou marcando bastante a própria metodologia: suas práticas e a forma como passou a ser vista por historiadores e outros cientistas sociais.

[...] Opondo-se à história positivista do século XIX, a História Oral tornou-se a contra-história do local e do comunitário (em oposição à chamada história da nação). Por trás desse movimento, estava a crença de que era possível reconciliar o saber com o povo e se voltar para a história dos humildes, dos primitivos, dos “sem história” (em oposição à história da civilização e do progresso que, na verdade, acabava sendo a história das elites e dos vencedores (2005 p.158).⁴

Deduz se, pois, que a ideia de “dar voz” às minorias tão caras aos pesquisadores “militantes” acabava reforçando as diferenças sociais: é o pesquisador que concede aos “de baixo” a possibilidade de se expressarem, pois eles são incapazes de fazê-los por si sós!

DE ALDEIA À METRÓPOLE

No interior dos depoimentos escolhidos e transcritos pelo Núcleo de Patrimônio e Memória da ULBRA/Gravataí, percebe-se a clara distinção, no imaginário de cada indivíduo, sobre o mesmo processo histórico na cidade de Gravataí. Para um, o processo de industrialização e de urbanização destruiu seu mundo rural.

⁴ ALBERTI, op.cit.

Para o outro trouxe o progresso; se observa duas representações diferentes para o mesmo processo histórico, ou seja, a representação transfigura-se de um grupo para outro.

Utilizaremos dois personagens para compor estas visões. Por um lado, o Sr. Bento Valentim,⁵ 55 anos, pequeno produtor rural, tem uma memória que recua mais no tempo e no espaço. Deve-se ao fato de que o mesmo nasceu e ainda vive em nossa cidade. Por outro, o Sr. Luis Carlos Aires,⁶ 62 anos, com uma visão contrária, é taxista, proveniente da 'metrópole' (Porto Alegre) durante o período de transformação.

Assim, para seu Bento, as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia de um pequeno produtor rural são descritas de maneira a entender as saudades sentidas por ele. O mundo rural é que recebe destaque em suas memórias.

Segundo Le Goff (apud BARROS, 2004, p. 82),⁷ o campo das representações engloba todas e quaisquer traduções mentais de uma realidade exterior percebida, e está ligado ao processo de abstração. O âmbito das representações, também pode abarcar elementos associados do imaginário.

A História do Imaginário estuda essencialmente as imagens produzidas por uma sociedade, mas não apenas as imagens visuais, como também as imagens mentais. Estas imagens acabam sendo vividas e decifradas a cada dia, e estão sendo representadas neste contexto histórico.

Por isso, para o Sr. Bento, a lembrança daqueles tempos difíceis e que, segundo suas palavras, não voltarão mais, é retratada de forma nostálgica:

O meu pai foi criado no Rincão da Madalena e ele transportava farinha de mandioca e lenha, dali para o bairro Sarandi (Porto Alegre), e pegou aquela estrada de chão muito antes do asfalto. Esta era muito apertada. Então tinha que andar sempre puxando a carreta. Lá na Cachoerinha aquela ponte não existia. Então tinha que passar com as carretas por dentro do rio até chegar ao Passo da Areia que era onde eles entregavam e voltavam com quatro carretas... [...] Agora é uma lembrança que a gente tem e que não volta mais e nos lembramos muito desta lembrança.⁸

Para o Sr. Luis, o passado e o presente confundem-se como numa constante comparação, e a noção de tempo perde-se em função do aspecto positivo deste, em detrimento daquele:

5 VALENTIM, Bento. Entrevista de História Oral realizada em Gravataí, 2010.

6 AIRES, Luis Carlos. Entrevista de História Oral realizada em Gravataí. 2010.

7 BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História*. 4 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

8 VALENTIM, op. cit.

Eu vim pra Gravataí há vinte e oito anos; trabalhava em Porto Alegre de táxi. Após, obtive vaga aqui em Gravataí mesmo. Foi muito difícil, pois a cidade era muito pequena. Era uma cidade dormitório, naquela época. Hoje não. Gravataí se expandiu bastante com a vinda da empresa GM e trouxe bastante emprego. Mas, mesmo assim, ainda fiquei dois anos trabalhando de táxi em Porto Alegre. O sacrifício era muito grande até conseguir uma vaga de motorista na SOGIL. Trabalhei por quatro anos, quando me aposentei. Então comecei a trabalhar como motorista de táxi aqui na parada 103.⁹

O processo de urbanização e de crescimento demográfico ocorrido no município, principalmente a partir da década de 1950 (crescimento demográfico) e década de 1960 (expansão industrial) transformou a paisagem conhecida pelo Sr. Bento, desde o seu tempo de infância. Ela pode ser interpretada de forma negativa, mesmo se levando em conta o uso do termo “evolução” para designar tais transformações. E esta abstração negativa influi em seu presente, como se vê nessa passagem: “[...] Gravataí está hoje muito apertado devido ao seu crescimento acelerado e não projetado para esse crescimento. Prova disto é o centro da cidade, que hoje não comporta o crescimento desordenado [...].¹⁰ Já para o Sr. Luis, a palavra usada para estas transformações é “progresso” e seu aspecto positivo também tem reflexos sobre o seu presente. Disse ele: “Quando cheguei aqui no loteamento Padre Réus e na Sertório, não existia iluminação pública e o asfalto então, nem pensar. Hoje as nossas ruas são todas iluminadas e todas as ruas são asfaltadas [...].”¹¹ Outro aspecto interessante que se observa nos dois depoimentos é a maneira como que cada um dos dois imagina o passado sob o aspecto social.

O Sr. Bento enfatiza a transformação como um aspecto de destruição de um mundo ordenado, tendo relações sociais simples como característica principal. Assim, vemos em seu relato, a descrição das autoridades de Segurança Pública, da parteira, da sua pequena escola, como elementos importantes deste universo ordenado:

Hoje está tudo diferente e eu que nasci em Gravataí, sinto isto. O meu parto quem fez foi a falecida dona Norica que residia perto do colégio - Grupo Escolar José Mauricio, onde passei minha infância e onde estudei. Hoje ainda existem os parentes da parteira Norica e esta turma ainda mora perto do colégio. O colégio ainda era uma casa de madeira alugada pela prefeitura. E

9 AIREs, op.cit.

10 VALENTIM, op. cit.

11 AIREs, op.cit.

a professora Deusa, filha do falecido Justino morava perto do Treze de Maio, próximo ao armazém do Pedro [...] Ali no bairro São Geraldo quem comandava a Brigada era o, hoje falecido, João Marrasco, Também havia o inspetor Paim e o inspetor Filipe que comandavam a polícia Civil de Gravataí.

Também a festa religiosa foi importante nesse mundo agrário e fluvial, onde o porto tinha um papel importante no escoamento da produção agrária de Gravataí. Após o desaparecimento do porto, desapareceu a festa e, nas lembranças do Sr. Bento foi o rio Gravataí que desapareceu:

[...] à medida que a cidade ia crescendo, algumas coisas foram desaparecendo, como a procissão da Nossa Senhora dos Navegantes. Ela partia do antigo porto de Gravataí e vinha até o Parque dos Anjos, onde se localizava o antigo clube Caça e Pesca. Dali seguia em procissão até a Matriz da Igreja no Parque. Após, voltava até a ponte de madeira no Passo das Canoas e seguia para Porto Alegre. Na década de setenta, com a construção da Free-Way e o abandono do porto, a procissão deixou de ser realizada.

Em *A Antropologia de Grupos Urbanos*, Ruben Oliven discute o processo de secularização das cidades, na qual, muitos autores como Durkheim e Weber concordam que, tal mudança ocorre na passagem de comunidades rurais para centros urbanos. Mas, para o autor, deve-se ter cuidado com estas observações, especialmente no Brasil, pois apesar de reconhecer a pertinência de tais afirmações, as relativiza. É evidente o papel que uma festa religiosa possuía numa comunidade agrária de Gravataí e nas memórias do Sr. Bento.

Para o Sr. Luis, o presente revela um aspecto social positivo, após o processo de passagem do município de cidade-dormitório para uma cidade auto-suficiente após o processo de industrialização, facilmente observável em seu meio, pois:

[...] Gravataí se tornou hoje, à vista do que era, uma metrópole pelo progresso, pelas fábricas que trouxeram empregos. Prova disto é que não precisamos mais ir a Porto Alegre realizar compras. Hoje nós temos o BIG, temos o Carrefour, temos lojas de roupas. As pessoas estão se adaptando à nova realidade, de uma Gravataí auto-suficiente e não dependemos mais da Capital para nos abastecer [...].

E, para concluir, pode-se observar em trechos das entrevistas, que não somente os aspectos econômicos e sociais não tiveram um impacto por igual nas memórias dos entrevistados em relação ao presente.

Para o Sr. Bento, a transformação negativa do seu universo agrário e comunitário para um urbano-industrial pode ser percebida também nas transformações ocorridas nas edificações dos habitantes mais antigos, ou mesmo das construções de uso coletivo. A prova cabal de que não somente suas memórias foram afetadas por estas transformações, mas a paisagem modificou-se, como um elemento desintegrador do seu passado rural é a sua indignação com a falta de cuidados com edificações antigas:

O antigo abrigo da São Geraldo hoje não existe mais, assim como o antigo bairro São Luis na parada 73 e suas casas. As mudanças ocorreram, à medida que novas construções apareceram e não há uma política de conservação do Patrimônio Público e a população local também não se preocupa com esta preservação. Vivo há 55 anos em Gravataí e sinto muita falta destas coisas antigas e que foram destruídas pelo progresso [...].¹²

Assim o Sr. Bento registra em sua memória individual, um mundo que grande parte da população local desconhece, não somente pela individualidade desta, mas ainda segundo o Sr. Bento, pelo descaso da população. Para Paul Ricouer:

A memória coletiva tem os mesmos mecanismos de funcionamento da memória individual, porém seus limites não são os mesmos da memória individual. Eles podem ser mais estreitos e também muito distanciados. Estas lembranças chegam através de jornais ou testemunhos daqueles que estiveram envolvidos diretamente. Quando evocados nos remetem inteiramente à memória dos outros. [...].¹³

Para o Sr. Luis, ao contrário, o progresso transformou de maneira positiva a sua paisagem. Mesmo morando afastado daquelas áreas mais desenvolvidas do município, ele consegue visualizar o impacto positivo que as mudanças ocorridas em Gravataí trouxeram, mesmo que para tal, o ambiente natural tenha sido transformado. Disse ele: “Onde eu trabalhava aqui na frente da Igreja (parada 103) tinha um açude onde a gente pescava. Hoje há uma Igreja, dois supermercados (Ramos e Polidoro) dando característica de um centro comercial [...].”¹⁴

Ou mesmo as transformações podem ser delineadas em sua própria atividade comercial: “[...] esse ponto de táxi que eu trabalho há 26 anos, comecei com um corcelzinho velho caindo aos pedaços. Hoje tenho quatro carros novos (Siena, Pálio). Hoje trabalho com um carro zero quilometro. Esses fatos por si só falam da mudança ocorrida em Gravataí.”¹⁵

12 VALENTIM, op. cit.

13 VALENTIM, op. cit.

14 AYRES, op. cit.

15 AYRES, op. cit.

E para reforçar a importância positiva da industrialização da cidade, o mesmo não deixa de comparar dois municípios diferentes, com realidades diferentes: “Para melhor compararmos a diferença produzida com a industrialização podemos comparar com Alvorada que não sofreu o mesmo processo e hoje se ressentido [...]”.¹⁶

E também utiliza, para reforçar sua tese, o exemplo das diferenças do transporte público:

Outro fator que pode reforçar o que eu digo é a diferença em relação ao transporte público. Hoje a empresa SOGIL oferece um serviço de ótima qualidade. No passado, o serviço era ruim e quando trabalhávamos em Porto Alegre sempre chegávamos atrasados, pois os ônibus sempre tinham problemas mecânicos. Hoje não. Os veículos são de ótima qualidade e uma viagem à capital é feita em meia-hora.¹⁷

CONCLUSÃO

Enfim, para Baczko (apud PESAVENTO, 1995, p. 21), é necessário recuperar o imaginário através das representações coletivas. Assim, ao resgatar a história de Gravataí através das pessoas invisíveis, fazendo com que elas expressem o real ou a vontade de construir, ou fazer parte deste real que está a sua volta, está se permitindo também que elas expressem seu senso crítico através da imaginação. Pois são pessoas que estão ali fazendo parte do cotidiano da cidade e ao mesmo tempo possui suas lembranças e representações sobre esta.

São pessoas que estão envolvidas em atividades fixas ou ambulantes, ou aposentadas que passam seu tempo ou seu trabalho prestando atenção nos movimentos da cidade, nos proporcionando o outro lado de ver a História, nos dando uma oportunidade de deixar de olhar a história vista de cima e olhar a história vista de baixo. Ou seja, agora pessoas comuns também fazem parte do relato histórico. Além disto, toda transformação que ocorre no interior de uma determinada sociedade, trará, entre os vários grupos sociais que a compõem tensões e conflitos, pois a adaptação a estas mudanças não acontecem no mesmo ritmo. E muitas vezes, geram algo maior ainda: a saudade!

16 AYRES, op. cit.

17 AYRES, op. cit.

REFERÊNCIAS

- ALBERT, Verena. *Manual de História Oral*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005.
- BROSE, M. E. Superação das desigualdades regionais: uma interpretação da experiência gaúcha. In: CRUZ, L. V. (Org.). *Brasil: o desafio da diversidade: experiência de desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.
- RICOUER apud SILVA, Helenice R. *Rememoração, comemoração: as utilizações sociais da memória*. São Paulo, 2002, v. 22, n. 44, p. 425.
- VELHO, apud OLIVEN, Ruben G. *A Antropologia dos grupos urbanos*. 6 ed., Petrópolis: Vozes, 2007.

ENTREVISTAS

Entrevista de História Oral concedida pelo Sr. Bento Valentim. Gravataí, 2010.

Entrevista de História Oral concedida pelo Sr. Luis Carlos Aires. Gravataí, 2010.



Foto Elmo.

HISTÓRIA DE VIDA E LEMBRANÇAS DE CONQUISTAS: GRAVATAÍ PELO ANDAR DE UMA CADEIRANTE

Gabriela Villanova

*Gravatense há 31 anos, Licenciada em História/FAPA e
Graduada em Arquivologia/UFRGS. Porto Alegre/RS*

São inúmeras as dificuldades encontradas pelos que se locomovem através de cadeiras de rodas. As superações não são apenas físicas, mas, sobretudo, infra-estruturais. Em Gravataí esses desafios do cotidiano não se mostram diferentes. As cidades, de um modo geral, não estão preparadas para receber as pessoas com deficiência, acabam se adaptando apenas quando há exigência legal ou pressão dos próprios usuários prejudicados.

Fazer uma compra, passear no parque, visitar um amigo, atitudes comuns para a grande maioria das pessoas, podem ser muito difíceis para um cadeirante, porque se deve analisar logisticamente cada detalhe, não se pode apenas ir. Coisas simples como, por exemplo, subir em um ônibus, ir à escola, se torna verdadeiro malabarismo no cotidiano de um deficiente físico, principalmente quando não há compreensão por parte da comunidade.

Sabe-se que a deficiência não se limita à nossa cidade. No Brasil, o contingente de deficientes é de 14,5%, conforme o censo realizado no ano 2000. Entre esses estão as vítimas de problemas congênitos, enfermidades e causas traumatológicas. Como se constata, essa parcela não é pequena, tornando-se necessário o debate sobre as condições das cidades e sua relação com os cidadãos portadores de deficiência física. A situação da deficiência está ligada diretamente ao problema geral da exclusão no país, o que torna essa discussão pungente no interior dos grupos sociais, sendo as barreiras sociais muitas vezes maiores que as barreiras arquitetônicas.

A razão pela qual me fez escrever esse capítulo da história de Gravataí é mostrar como a cidade tem buscado melhorias para a acessibilidade, diminuindo a exclusão, e, por meio desse artigo, tornar públicas as inquietações dessa parcela da sociedade gravatense. Para isso precisei da ajuda de uma grande

amiga, que nos contou um pouco da sua história como gravataiense e cadeirante.

Através do andar de Carlena Lazule Weber, percebemos como cada dia torna-se uma superação. As dificuldades encontradas por ela atingem outras pessoas nas mesmas condições e não são apenas os cadeirantes, como ela mesma refere, pois pensar em acessibilidade é pensar em cidadania. Ou seja, as mesmas dificuldades e barreiras encontradas pelo cadeirante também são enfrentadas por outras pessoas com deficiência, idosos e gestantes. A luta para o aumento da inclusão é diária.

A deficiência de Carlena ocorreu faz quase 10 anos, devido a um acidente automobilístico. Desse acidente Carlena obteve uma lesão medular que a tornou tetraplégica. Após quase um ano em um hospital, ela retornou a Gravataí, sendo inúmeras as percepções de mudanças encontradas no seu bairro.

Carlena é moradora da rua Aracaju, no Parque dos Anjos, bairro que sofreu várias transformações após a chegada da General Motors nos anos 2000. Muitas ruas foram asfaltadas, inclusive a sua, os canteiros foram ajardinados, o comércio expandiu-se e, assim, diversos foram os benefícios para o bairro. Porém, o Parque dos Anjos ainda não estava pronto para receber uma cadeirante. Foram necessárias mudanças, muitas delas solicitadas pela própria Carlena junto aos órgãos públicos e privados, porque a legislação, infelizmente, em muitos casos, não é auto-aplicável, sendo necessária a insistência e a persistência.

Em entrevista realizada em julho de 2010, Carlena nos contou um pouco das suas percepções em relação às mudanças ocorridas em Gravataí ao longo da sua trajetória como cadeirante. A seguir, será apresentada a entrevista realizada com a Carlena.

Como é ser um cadeirante em Gravataí? Como te sentes em relação à acessibilidade na tua cidade?

Acredito que ser cadeirante em qualquer parte do mundo é um desafio se algum dia na vida você já foi “andante”! Muda-se a postura, a rotina e a retina.

Sou cadeirante há quase 10 anos e identifico avanços em Gravataí no que diz respeito ao acesso em todos os espaços (públicos e privados) para as pessoas com deficiência. Nada acontece no ritmo que gostaria, mas são inegáveis as inúmeras alterações neste quesito e sei também o quanto as mudanças na atual legislação contribuíram positivamente neste sentido.

Já passaste por alguma situação na qual não tiveste acesso a algum lugar em Gravataí? Existe algum lugar que tu deixaste de ir por não ter acesso?

Sou cliente de um banco que tem agência no meu bairro e no centro de Gravataí. Aqui onde moro, a agência tem acesso, mesmo que fora dos padrões ideais.

No centro, meu banco é em um prédio antigo, com escadas na entrada, sem a menor chance de acesso com cadeira de rodas. Sempre pedia para algum amigo subir e sacar no caixa dinheiro para mim quando precisei por estar no centro. Lógico que falei com a gerente uma vez e relatei a necessidade de reformas. Mas confesso que não esperava grandes mudanças por tratar-se de um prédio muito antigo. Surpresa foi quando há alguns meses, percebi reformas justamente na entrada do banco e ontem mesmo passei por ali e vi um elevador substituindo as escadas. Ainda não testei a novidade, mas admito ser um grande progresso! Só não entro em algum lugar quando realmente é impossível. Não tenho nenhum pouco de vergonha em pedir ajuda e acho que se fosse diferente disso deixaria de fazer muitas das coisas que tenho vontade.

Percebeste alguma melhoria na acessibilidade após uma sugestão tua? Qual?

Sim. Muitos lugares optaram por livre e espontânea vontade mudar neste sentido por perceberem esta necessidade em função da minha presença e também depois de verificar (após conversas com muitas indiretas) que pequenas mudanças, que não custam caro, fazem muita diferença na questão do acesso.

Em Gravataí as pessoas respeitam os cadeirantes? Como é essa relação?

Essa coisa do respeito é um tanto quanto complexa. Acredito que quando alguém não estaciona seu carro na vaga destinada legalmente para as pessoas com deficiência, por ter consciência que este espaço é somente nosso, trata-se de respeito. Porém, quando abrem espaço para mim na fila de algum comércio, por exemplo, passando a mão na minha cabeça sem nunca ter me visto na vida, não se trata de respeito, mas sim de uma atitude caridosa. Sei que estas atitudes podem ser vistas como algo herdado culturalmente e compreendo muito bem hoje como é isso na mente das pessoas, mas respeito. Lembra-me compreender, aceitar e isto ainda exige a continuidade em uma caminhada já iniciada.

É impossível não sensibilizarmos nosso olhar para aspectos ligados às condições de acesso depois de nos depararmos com a realidade de um cadeirante, seja uma única entrada com escadaria, um banheiro com degrau, um prédio sem elevador. Infelizmente isso só acontece quando nos aproximamos de alguém com essa necessidade ou vivemos essa situação. Acredito que ao abordarmos esse assunto mais um passo foi dado rumo à educação e ao respeito com essa parcela social, que além de cumprirem um papel importante na luta contra a desigualdade, merecem nossa admiração pela bravura, pela luta e por tentarem tornar nossa sociedade melhor.



PARTE 3

ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA E FÉ



HISTÓRIA DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DOS ANJOS

Irineu Aloísio Flach

Monsenhor. Gravataí/RS

Comecei minha vida como padre em São Benedito, na época que se andava a cavalo ou a mula. Quem conhece aqueles lados sabe dos morros que atravessei todos os dias durante um ano. Depois, no segundo ano, eu e o padre da paróquia fomos divididos em duas partes. Ele ficou lá e eu entrei na cultura açoriana e estou nela até hoje, há 48 anos. Fui para Triunfo onde estive por 16 anos, em Santo Antonio da Patrulha, por 7 anos, e agora estou em Gravataí, onde conquistei a medalha de prata pelos 25 anos de sacerdócio. A de ouro eu nunca vou conseguir que é quando se completa 46 anos, mas estou indo para 17 anos em Gravataí.

Mas, então, como a minha preocupação sempre foi a paróquia, precisava pelo menos de três anos para estruturar, para ler a paróquia, a realidade onde eu iria trabalhar. A gente precisa de tempo para incorporar-se, para sentir a comunidade, o povo, onde a gente vive. A cultura açoriana, para mim, era novidade total. Eu que sou filho de agricultores, vivi toda a minha vida e os primeiros anos de padre na colônia. Então fui convivendo com paróquias antigas, como a de Santo Antonio da Patrulha, que foi constituída em 1763. Lá fiz a festa de 225 anos. E aqui em Gravataí que é de 1772, em 1997 festejamos os 225 da paróquia Nossa Senhora dos Anjos.

Vi e acompanhei muitos questionamentos sobre o início da capela de Gravataí. Eu acredito que quem veio primeiro foram os portugueses. Sabe-se, também, que as crianças de Gravataí eram levadas a Laguna para serem batizadas. Depois é que foi criada a igreja em Viamão. Gravataí então ficou capela de Viamão. E consta nos registros o nome do padre Clark que rezava missa aqui. Depois foi padre em Triunfo. Era inglês, marinheiro e viveu 23 anos em Triunfo, onde localizou, a partir de um mapa, as famílias da paróquia.

As paróquias tinham sede no Rio de Janeiro, e de lá vinham para crismar aqui no sul. Foi esse padre quem criou estas paróquias antigas. Santo Antonio da Patrulha

tem esse documento de criação da paróquia. Aqui não se achou, mas há muito a ser pesquisado no Arquivo Histórico do Rio de Janeiro sobre o passado de Gravataí.

Em 1759 foi nomeado pelo Bispo de Rio de Janeiro um padre para Gravataí. Na verdade eram dois freis, Rafael e Domingo da Purificação. Estes nomes não são nomes de batismo, pois mudavam seus nomes quando ficavam religiosos. A partir deles, vieram mais franciscanos.

Temos outro questionamento sobre as origens da nossa Paróquia. Por que Nossa Senhora dos Anjos? Uns dizem que havia um cacique com esse nome ou as crianças indígenas seriam os anjos da Aldeia do cacique Anjo. Eu acredito que foram os franciscanos que trouxeram a devoção à Nossa Senhora. Acredito que seja porque há na Europa uma igreja com esse nome, na cidade de Assis, na Itália. Rezei até uma missa em Assis, onde há uma igreja do século IX, que foi reconstruída por São Francisco. O dia do perdão lá é comemorado em dois de agosto pelos franciscanos. Essa crença depois foi passada pelos franciscanos para todas as igrejas.

Outro dado importante é o primeiro batizado em Gravataí, que está registrado em 1765, na Cúria. Diz mais ou menos assim: “Certifico que no livro primeiro, na folha primeira, no dia 15 de setembro foi batizada Joana. O celebrante foi frei Rafael. A menina veio das missões.”

A história de devoção ao Espírito Santo está ligada aos impérios. O império de Gravataí ficava ao lado da igreja. Em Triunfo esse prédio ainda existe, mas em ruínas. O império era onde antes era um depósito de bebidas. Conseguimos fazer o restauro, mas caiu de novo. A prefeitura assumiu o restauro para que ele tenha a fisionomia do império de novo.

Freguesia ou paróquia? O que é uma paróquia? O distrito canônico diz que é uma instituição de uma determinada comunidade de fiéis na igreja particular e seu cuidado é confiado ao pároco. Igreja particular significa diocese. Qual é a função da paróquia? É a mesma de Jesus Cristo. Celebramos, atualizamos e levamos Cristo para as pessoas, para evangelizar a comunidade.

O nosso Vicariato é composto pelos municípios de Cachoeirinha, Alvorada, Viamão, Gravataí e Glorinha. É uma forma de executar melhor a proposta da Igreja; a de levar a “Boa Notícia”.

EXPANSÃO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DOS ANJOS COM O CRESCIMENTO DO DISTRITO INDUSTRIAL

Álvaro Noschang

Sacerdote. Gravataí/RS

Foi-me solicitado que contribuísse para a organização do acervo histórico da paróquia Nossa Senhora dos Anjos.

Lembro que cheguei a Gravataí no início do ano de 1979. Destacaria o processo de grandes transformações que o município, então, passava. Naquela década estava em construção o distrito industrial de Gravataí, causando uma explosão industrial e, conseqüentemente, uma explosão demográfica, com a formação de vilas na periferia.

Desta realidade resultou um segundo processo, atribuído à paróquia: a necessidade de criar comunidades de fé para os adventícios, católicos, em sua maioria.

Criamos, então, a comunidade de São Vicente, na vila de mesmo nome. Esta comunidade construiu um galpão que serviu para realizar o culto religioso, administração de batismo e de casamentos. Nele também se realizavam festas e outros eventos sociais e promocionais. Hoje, esta comunidade é paróquia.

A comunidade Santa Izabel, situada na Vila Castelo Branco, cresceu com a construção de uma igreja em substituição ao velho salão de madeira.

Na comunidade Santa Luzia, destacaria a atuação do Sr. Jose Amaral.

Organizou-se, também, a comunidade do Jardim do Cedro, começando por rezar-se missa duas vezes por mês, aos domingos em garagens e galpões.

Em seguida construíram também a atual igreja, se não me engano dedicada a São João Batista. Também devem ser lembrados os 25 anos da fundação da comunidade de Nossa Senhora Aparecida, no Recanto da Corcunda. A comunidade Santo Antônio, também, com a construção da igreja. Outras tentativas não avançaram. Todas estas comunidades começaram pequeninas. Por um ou dois anos foram celebradas missas em casas, colégios, garagens, até criar força a ideia de

construir igreja ou salão, através da formação de um grupo de pessoas determinadas a realizar a tarefa.

Assim, a vila Jansen, por exemplo, está hoje com sua igreja, no Rincão da Madalena. Recordo do Sr. Orci com seus amigos de Porto Alegre construírem a bonita igreja de Nossa Senhora do Carmo e também um salão de eventos.

Este período foi marcado também pelo acontecimento do Vaticano II, com profundas mudanças de mentalidade e de pastoral. Foi o período da introdução do Conselho de Cristandade que despontou grandes lideranças de casais que assumiam, com grande entusiasmo, a catequese, a liturgia, o gerenciamento de patrimônio, os serviços sociais e tantas outras atividades.

Por iniciativa destes leigos, foram criados os muitos grupos de jovens do movimento de CLJ. Os líderes destes grupos promoveram também por anos, o EPJ para outros jovens.

Há que destacar ainda a criação da Paróquia Cristo Rei, no Parque dos Anjos, entregue aos Padres Rogacionistas. Aconteceu também o acabamento do prédio que é hoje a casa paroquial. A antiga casa paroquial foi alugada à Prefeitura para a instalação da creche.

Em 1988 Dom Cláudio Colling transferiu-me para São Sebastião do Caí. Hoje (2010) estou com 82 anos e 7 meses, por completar 55 anos de padre.



Homenagem a D. Feliciano Prates, bispo do Rio Grande do Sul, natural de Gravataí.

O VICARIATO DE GRAVATAÍ

Dom Alessandro Ruffinoni

Bispo em Gravataí. Gravataí/RS

O Vicariato de Gravataí pertenceu à Arquidiocese de Porto Alegre. A partir do ano de 2001, o arcebispo Dom Dadeus Grings dividiu a arquidiocese em cinco vicariatos para melhor atender pastoralmente aos fiéis católicos.

O primeiro vigário episcopal foi o Monsenhor Irineu Flach que assumiu a coordenação do Vicariato, continuando como pároco da paróquia Nossa Senhora dos Anjos. Em abril de 2006, chegou como vigário episcopal Dom Alessandro Ruffinoni que escolheu como residência o Seminário Menor São José de Gravataí.

O Vicariato está dividido em quatro áreas pastorais: Gravataí (com dez paróquias, incluindo Glorinha), Alvorada (com cinco paróquias), Cachoeirinha (com cinco paróquias) e Viamão (com oito paróquias).

Temos um desafio que queremos realizar: reformar a casa paroquial de Gravataí para que se torne a sede do Vicariato. Com isso, vamos salvar esta obra de valor histórico, que no momento está em condições muito precárias.

O programa pastoral que queremos levar adiante com os 36 padres e os muitos leigos e religiosos é o da formação, da busca de unidade e do cumprimento da sua missão.

FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM GRAVATAÍ: ESTUDOS SOBRE A REINVENÇÃO DA AÇORIANIDADE NO SÉCULO XXI

Jairton Ortiz

Mestrando em História. Gravataí/RS

A Festa do Divino Espírito Santo é uma celebração que remete ao período de Pentecostes conforme o calendário católico. Ela pode ocorrer 50 dias depois da Páscoa. Tal festa costuma incluir a folia do Divino¹ e a novena do Espírito Santo,² cujo término marca o início da procissão da bandeira, onde os fiéis peregrinam pelas ruas exaltando o Divino Espírito Santo com cânticos do terceiro elemento da Santíssima Trindade.

No momento do hasteamento da bandeira, inicia-se a parte profana³ da festa, quando podem aparecer cavalcadas,⁴ bois, mascarados, marabaixo,⁵ pastorinhas. Foi a Rainha Santa, Isabel de Aragão, esposa de D. Dinis, que propagou o culto ao Divino Espírito Santo em 1323 e também fundou a primeira Igreja do Espírito Santo na Vila de Alenquer.

1 Folia do Divino: Segundo Spalding, a folia é [...] a composição de um terceto, quarteto ou quinteto de músicos, no geral violino (rebeca), viola ou guitarra, pandeiro e ferrinhos, e mais outros tantos não músicos para auxiliarem a cantoria e receberem o óbolo. In: *A Festa do Divino Espírito Santo e sua origem*, disponível em <http://www.jangadabrasil.com.br/maio33/fe333050c.htm>, acesso em 02/06/2009.

2 Novena do Espírito Santo: momento de louvor e glorificação ao Divino. Realizada dias antes do festejo. De acordo com Gonçalves e Contins, durante sete semanas consecutivas, a partir da noite do domingo de Páscoa, sete irmãos e suas famílias irão permanecer, em cada semana, com a coroa do Espírito Santo e o cetro. Durante essas semanas, cada família sorteada irá receber em sua casa outros “irmãos” da sua irmandade, bem como de outras irmandades e pessoas do bairro, para rezar o terço ou novena em homenagem ao Divino Espírito Santo. In: *Entre o Divino e os Homens: A arte nas festas do Divino Espírito Santo*, disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v14n29/a04v14n29.pdf>, acesso em 02/6/2009.

3 Segundo Durkheim [...] A divisão do mundo em dois domínios que compreendem um tudo que é sagrado e outro tudo que é profano, tal é o traço distintivo do pensamento religioso: as crenças, os mitos, os gnomos, as lendas são representações ou sistemas de representações que exprimem a natureza das coisas sagradas, as virtudes e os poderes que lhes são atribuídos, sua história, suas relações mútuas são com as coisas profanas. (DURKHEIM, p.19-20, 1989)

4 Célia Silva Jachemet e Ana Zenaide Gomes Ourique descrevem as cavalcadas como lutas entre mouros e cristãos pela mão da princesa Florípedes. Tais lutas têm sua origem na Idade Média e vêm para o Brasil na época da colonização portuguesa.

5 Marabaixo, conforme Accioly e Salles, é uma manifestação musical elaborada a partir das referências do catolicismo popular. Nela, os aspectos lúdicos, religiosos e transgressores transpõem os limites entre o lícito e o não lícito, entre o sagrado e o profano.

Após a caminhada dos fiéis seguindo os cancioneiros e arrecadando doações para a festa, todos seguem até a Igreja para o ponto alto da celebração com a coroação do imperador, representante oficial do Divino Espírito Santo, recebendo a coroa e o cetro.

A história dessa celebração remete ao século XVIII, quando da chegada dos imigrantes açorianos ao Brasil e, em especial, aos que colonizaram a região sul do país, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Na sua bagagem cultural, os imigrantes trouxeram o festejo do Divino Espírito Santo, que é o objeto de nossa pesquisa. É importante salientar que a vinda dos açorianos para a nossa Capitania ocorreu pelo excesso populacional e pela escassez de terras para a agricultura e pecuária no arquipélago dos Açores.⁶ Mas os portugueses tinham também o desejo de conhecer novos mundos, ver terras nunca antes vistas e de buscar uma nova possibilidade de vida. Noronha assim se pronuncia:

Saídas que ocorreram em movimentos de colonização enquadrados pela Coroa, mas também por iniciativa própria, legal ou ilegalmente, e que, em certas épocas, chegaram a condicionar a própria dinâmica populacional dos Açores. Saídas de gentes com uma sabedoria experimentada em aventuras e ousadias e em deslumbramento perante o nunca dantes visto, mas também em capacidades de sofrimento e de imaginação, persistência e muita fé, argúcias e desembaraços e, ainda, desdém pelos imprevistos; de gentes que foram, desde cedo, aprendendo o sentido da agora muito invocada globalização, integrando a escassa terra do seu arquipélago da lonjura na relativa grandeza dos longínquos continentes. (NORONHA apud MADEIRA, 2007, p. 13.).

Os locais colonizados pelos primeiros açorianos, no século XVIII, foram, dentre outras, as cidades de Viamão, Porto Alegre, Taquari, Conceição do Arroio (Osório), Santo Antônio da Patrulha e Gravataí, a *Antiga Aldeia dos Anjos*.

Gravataí seguiu o festejo do Divino Espírito Santo até meados da década de 1960, quando o evento foi suspenso pela primeira vez. No ano de 2002, o festejo retomou suas atividades e vem sendo atualizado com elementos das celebrações atuais da Ilha Terceira (Açores).

Levando-se tudo isso em consideração, este trabalho pretende, através de uma revisão bibliográfica, apresentar a produção historiográfica e fazer uma análise histórica da Festa do Divino Espírito Santo em Gravataí/RS.

6 Açores: o arquipélago dos Açores, constituído por nove ilhas, Santa Maria, São Miguel, Terceira, Pico, Faial, São Jorge, Flores e Corvo, começou a ser povoado a partir do século XV pela Coroa portuguesa. Num primeiro momento, o objetivo era obter trigo para o abastecimento do reino, depois para que os habitantes servissem de vigilantes e protetores do comércio marítimo português. Conforme Luisa Noronha (2007, p. 12), [...] procuraram noutros espaços a solução para as muitas adversidades com as quais se deparavam nas ilhas. Os fenômenos sísmico-vulcânicos – não constantes, episódicos, mas frequentes – e, sobretudo, as estruturas socioeconômicas arcaizantes, a par com o espírito de aventura, o sonho, a vontade de ultrapassar os limites apertados das ilhas e conhecer novos mundos, levaram à saída de muitos.

Os primeiros contatos com o material disponível, bem como as conversas informais com alguns participantes da festa, trouxeram à tona algumas questões relativas à prática da Festa do Divino em Gravataí/RS. Entre elas estão:

- a) Por que a festa foi suspensa na década de 1960?
- b) Por que após 40 anos sem praticar a Festa do Divino Espírito Santo o festejo foi retomado?
- c) Qual a importância do festejo para a cidade de Gravataí?
- d) Quais estudos já foram produzidos sobre a Festa do Divino em Gravataí?
- e) Como a Festa do Divino Espírito Santo se insere no ensino de História de Gravataí? E, caso não se insira, quais as possibilidades de inserção no ensino escolar?

Ao entrar em contato com o projeto de pesquisa *As Festas de Origem Açoriana*, coordenado pela professora Cleusa Graebin, do Centro Universitário La Salle, fiz estudos sobre a Festa do Divino Espírito Santo em Gravataí/RS. Participei das semanas acadêmicas, realizei pesquisa de campo e entrevistas, e pesquisei, nos materiais disponíveis, em textos, artigos e dissertações, tudo o que havia sobre festas açorianas.

Percebeu-se, ao fazer tais estudos, que era importante direcionar os estudos na singularidade do fato de que a cidade de Gravataí passou, a partir de 2002, a retomar a Festa do Divino Espírito Santo, já que tal festa não era praticada desde os anos 1960.

É possível reconhecer, inicialmente, que são as instituições, alguns segmentos e algumas personalidades de Gravataí, como os comerciantes locais, por exemplo, que retomaram o festejo. Dentre as instituições, pode-se citar a Igreja Nossa Senhora dos Anjos e a CAERGS (Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul). Elas têm como referência, as tradições de acordo com a Ilha Terceira nos Açores.

Nesse contexto, os estudos sobre a Festa do Divino Espírito Santo tornam-se pertinentes, pois contribuem para a valorização da cultura e da cidadania na cidade de Gravataí. Além disso, quer-se possibilitar que o tema seja aplicado no ensino de História em sala de aula, para que os alunos possam perceber o festejo como um bem cultural. E, ao conhecerem melhor o festejo, possam se sentir agentes de sua própria história.

Assim, propõe-se uma revisão bibliográfica que apresente as publicações do festejo na cidade de Gravataí/RS e que auxilie os futuros pesquisadores da cultura açoriana na formulação de suas pesquisas e estudos.

Nesse sentido, o contato com a obra de Célia Silva Jachemet (2002) que trabalha as alterações, apropriações e continuidades da Festa do Divino em Gravataí de 1859-1933, foi de extrema importância para o desenvolvimento deste trabalho.

Cabe chamar a atenção para o fato de que é a única obra publicada que trata do assunto em questão.

Quer-se, ainda, apoiar este estudo na tese de doutorado *Sonhos, desilusões e formas provisórias de existência: os açorianos no Rio Grande de São Pedro (2004)*, e no artigo científico *Lembrança puxa lembrança: memórias de mulheres descendentes de luso-açorianos sobre Festas do Espírito Santo no Rio Grande do Sul*. Este último, publicado no livro *Memória e cultura: perspectivas transdisciplinares*. Ambos os trabalhos são de autoria da professora Cleusa Maria Gomes Graebin (2009), pesquisadora das festas de origem açoriana e orientadora de Iniciação Científica no UNILASALLE.

O Estado do Rio Grande do Sul/ Brasil teve, em sua formação histórica, muito da contribuição cultural dos açorianos que chegaram aqui em meados do século XVIII. O estudo da cultura, sua inovação e incorporação pela comunidade são de extrema relevância para o levantamento de fontes e registros, pois apresentam a continuidade da cultura açoriana, através do Festejo do Divino.

Para melhor elucidar tais reflexões, convém apoiar esta pesquisa em algumas revisões bibliográficas. Dentre elas, a tese de doutorado de Eugenio Pascele Lacerda (2003), intitulada *O Atlântico Açoriano: uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade*. Lacerda discute a açorianidade como apelo identitário. Nas regiões povoadas pelos açorianos, ao longo de sua história, ele concebe a ideia de nação para além das fronteiras nacionais. Também lança um olhar desterritorializado⁷ sobre os temas de ordem global e local, procurando descrever a experiência migratória dos açorianos enquanto formação diaspórica transnacional.

O autor tem, ainda, como objetivo, analisar a emergência da cultura açoriana em Santa Catarina (Brasil) a partir da rubrica da “invenção da tradição”. O modelo de vida local dos açoriano-descendentes na Ilha de Santa Catarina é reconstruído por Lacerda, por meio de uma etnografia das formas de sociabilidade do grupo descendente de açorianos.

Já na obra *Festas e tradições populares do Brasil*, o autor Mello Moraes Filho (1999) dedica um capítulo à Festa do Divino na Corte brasileira (1853-1855), qualificando o festejo como uma das mais belas celebrações religiosas e profanas. A sua presença na América traz uma nova linguagem, usos e costumes à expressão festiva e, de acordo com Moraes Filho, as festas adquiriram mais suavidade e riqueza. O autor mostra, ainda, a Corte como grupo social que se apropria e

7 Desterritorializado – segundo Lacerda este conceito ajuda a perceber a trajetória do imigrante açoriano ao longo da história do Brasil colonial, tanto no ontem, quanto no hoje. Permite compreender como a cultura açoriana vem sendo atualizada e ressignificada, conforme elementos locais e globais das comunidades descendentes do arquipélago dos Açores.

demonstra todo o sentimento de pertencimento a esse festejo, promovendo-o, porém de acordo com suas regras. Mesmo tendo o domínio social, a Corte chama os populares para que estes participem também da festa.

Também no capítulo *A Festa do Divino na Província do Rio*, Moraes Filho faz menção à Festa do Divino entre os populares, à riqueza e à alegria deles ao saírem louvando e cantando versos do Divino, de casa em casa. O trajeto era percorrido com os fiéis que impunham a bandeira, símbolo que traz a fé aos corações dos pecadores.

Moraes Filho apresenta, portanto, as dimensões da festa do Divino no Brasil Império, cada uma com suas peculiaridades e influências sobre os que participavam dos festejos.

Nessa mesma linha, João Carlos Tedesco e Valter Rosseto em: *Festas e saberes: artesanatos, genealogias e memória imaterial na região colonial do Rio Grande do Sul*, apresentam as festas como uma intensa expressão ritualística na forma de festejos, nos quais estão presentes formas linguístico-dialetais, costumes culinários, de vestimentas, enfeites, coloridos, objetos, atividades do presente e do passado. Desse modo, percebe-se a riqueza que uma festa contém em seu conjunto. Outro ponto que os autores levantam em seus estudos é a tradição entendida como:

Não é apenas o que ainda resta, é, sim, uma dinâmica histórica que busca encontrar espaços, visibilidade e importância, em razão das condições e ritmos sociais das contradições que a própria modernidade, por ser dinâmica, versátil e cambiante, produz. (ROSSETO; TEDESCO, p.15).

Esse ponto faz refletir a importância da reinvenção da tradição (HOBSBAWM, 2002), nos espaços globais e locais, reordenando sentidos e significados às festas. Tais significados falam sobre quem somos e o que nos motiva a fazê-las emergir nos tempos de globalização.

Tedesco e Rosseto apresentam as múltiplas dimensões da festa, sempre ritualizada; alternando momentos de situações profanas e sagradas, que convergem e direcionam-se para a produção de ações comunitárias. A festa atinge todas as dimensões, passa pelo ecológico, histórico, estético, religioso, político, social ou simbólico. Ela ensina-nos a perceber nosso espaço e nosso tempo. Aprende-se, com as festas, a construir sentidos comuns e a promover sentimentos de pertença a um grupo social que tem, no valor-religião, uma forma de união e de coesão social.

Como referencial teórico, neste trabalho foram utilizados alguns autores que discutem o Ensino de História e a cultura patrimonial no campo da História Cultural. Assim, faz-se necessária, também, uma comunicação com a Antropologia.

Utilizou-se a obra *A Interpretação das Culturas*, de Clifford Geertz para melhor elucidar a compreensão de significados e sentidos e/ou a dimensão simbólica da religiosidade na Festa do Divino em Gravataí/RS.

Também, para aprofundar os estudos sobre a Festa do Divino, a obra *O Império do Divino – Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900)*, de Martha Abreu trouxe interessantes contribuições.

A obra intitulada *Didática da História: patrimônio e história local*, de António Pedro Manique e Maria Cândida Proença, apresenta a importância dos projetos de ensino de História na preservação e valorização do patrimônio local.

Nesse contexto, o professor precisa vincular os estudos às práticas educacionais, elaborando projetos sobre a História local,⁸ levando em consideração a dinâmica do ensino de História no desenvolvimento de aptidões e capacidades do aluno em construir valores de acordo com suas vivências. Veja-se o que afirmam Manique e Proença:

[...] Por isso, ao realizarmos um trabalho de projecto com os alunos, temos que estar atento a que, se o projecto pode e deve nascer na turma, terá que se estender à escola e ao meio local. Esta necessidade revela a enorme importância que os estudos de história local adquirem no desenvolvimento desta estratégia, estudos que podem ter por base fontes arquivísticas, os vários tipos de patrimônio, a imprensa local, a toponímia, etc. (MANIQUE; PROENÇA, p. 17, 1994.).

Os autores indicam a possibilidade de se construir um projeto junto com os alunos, levando em consideração sua história local. Assim, quer-se refletir sobre o seguinte questionamento levantado nesse trabalho: Como a Festa do Divino Espírito Santo se insere no ensino de História de Gravataí? E, caso não se insira, quais as possibilidades de inserção no ensino escolar dessa prática que foi retomada no cotidiano da população gravataiense?

Manique e Proença auxiliam a olhar para essa questão. É possível pensar a Festa do Divino como um patrimônio imaterial, pertencente à cidade de Gravataí, desde sua ocupação até a colonização açoriana no século XVIII. Assim, é possível elaborar um projeto para a sala de aula com base no ensino de História local.

O educador, portanto, diante dessa realidade, pode propor uma atividade que trate da importância de se estudar a História local na formação do aluno. Dessa forma, o educando poderá perceber a necessidade de estreitar seus laços com a

⁸ História local; conforme Manique e Proença, a História local apresenta-se como fonte de estudo de costumes, tradições, festas ou comemorações locais, tornando o estudo de História prazeroso, instigante e curioso ao aluno.

comunidade local e buscar, dentro de ações comunitárias, valendo-se de políticas públicas, meios de preservar seu patrimônio imaterial.

Por sua vez, Selva Guimarães Fonseca (2004), em sua obra *Didática e Prática de Ensino de História*, apresenta uma análise do ensino de História brasileiro no decorrer dos anos 1960 a 1990. Ela também propõe uma reflexão dos conteúdos trabalhados em sala de aula.

É preciso observar, também, que a sequência de eventos ocorridos durante os longos anos de ditadura militar, influenciou a organização da estrutura educacional no país. Desta forma foi praticamente eliminada toda e qualquer opinião contrária ao regime autoritário. Tudo isso contribuiu para reprimir e controlar o pensamento dos cidadãos brasileiros.

Nesse contexto, o ensino nos anos 1970 tornou-se um produto de fácil manipulação. Ocorreu, nesse período, a desestruturação das ciências humanas, que foi restringida a um saber totalmente artificial, à parte da realidade social.

Quando o educador da área das ciências humanas passou a ministrar aulas de outras disciplinas, decorrentes dos cursos de aperfeiçoamento impostos pelo Estado, surgiu, segundo Fonseca (2003, p. 30), “[...] uma geração de professores polivalentes, com habilitação para ministrar aulas de História, Geografia e Educação Moral e Cívica. Isso levou à descaracterização das ciências humanas.”

Nos anos 1980, contudo, houve um momento de reflexão a respeito das alterações ocorridas na estrutura educacional e suas consequências para as ciências humanas, principalmente no ensino de História, que foi conquistando mais espaço.

Na década de 1990, o ensino de História começou a sofrer mudanças significativas não só no contexto social, mas também no contexto econômico e político do país. Nesse período, criaram-se as bases para a retomada da sua posição autônoma. Assim, proporcionou-se uma série de debates em torno do conteúdo aprendido pelos estudantes.

Na obra antes citada, a autora analisa, também, o uso do livro didático e sua utilidade para o educador. Sobre isso, Selva Guimarães Fonseca (2004), tece considerações a respeito da utilização do livro no ensino de História. Nota-se que o livro didático possui uma concepção de história que atende aos interesses do Estado e da indústria cultural. O Estado manipula o livro didático de acordo com o nível de instrução que os cidadãos devem possuir, e a indústria cultural se beneficia com a distribuição do produto em larga escala, atingindo altos lucros.

Ao observar o conteúdo do livro didático, nota-se que seu objetivo é o de

abarcando uma história geral, para que o aluno tenha uma visão superficial da História. Tem-se, aí, muita informação sobre os fatos históricos e pouco conteúdo conceitual.

Fonseca (2004) entende, ainda, que o público estudantil, a classe dos educadores e a sociedade devam posicionar-se diante dessa realidade.

Também Maria Aparecida Leopoldino Turso Toledo (2000), em seu artigo “A metodologia do Ensino de História em questão: para além dos livros didáticos,” apresenta o seguinte parecer: “O professor, ao questionar o conteúdo que ensina, rompe com a concepção de que a história é apenas uma disciplina escolar e estabelece a relação entre o conteúdo da história como ciência e o movimento da realidade social.” (TOLEDO, 2000, p. 88).

A autora reflete sobre a metodologia do ensino de História e sobre o livro didático. Ela propõe uma revisão dos conteúdos trabalhados em sala de aula, a busca de novas fontes, e observa a importância de se elaborar estudos reflexivos e críticos, junto ao educando:

Ao considerar estes elementos, ampliam-se as possibilidades do debate em torno da problemática, exigindo que se modifique o caminho da discussão, pois o foco da atenção desloca-se do método de ensino para a história ensinada. Nesse conjunto reflexivo constrói, ao mesmo tempo, a possibilidade de visualizar um caminho para superar os livros didáticos como recurso fundamental da prática de ensino do professor. (TOLEDO, 2000, p. 86.).

Também Schmidt e Garcia (2005) compartilham dessa reflexão. Eles procuram conceber o conceito de história, aliado à escolha do tema a ser refletido. “[...] história estuda a vida de todos os homens e mulheres, com a preocupação de recuperar o sentido de experiências individuais e coletivas.” (SCHMIDT; GARCIA, 2005, p. 2).

Assim, é preciso repensar os conteúdos e selecionar temas que envolvam os alunos e os ajudem a perceber seu papel na comunidade. Os alunos precisam investigar, analisar, identificar e interpretar documentos familiares, pois eles muito falam da história de cada um. As autoras ainda ressaltam que essa é uma das mais difíceis tarefas na relação ensino-aprendizagem da História, particularmente porque o conhecimento histórico é veiculado pelos manuais didáticos.

Revedo, então, a posição do educando e do educador que se submetem ao uso de um livro didático como referência à aprendizagem, cabe compreender esse instrumento – sem nenhuma aproximação às experiências singulares dos grupos sociais – mas como um aporte importante para uma reflexão crítica sobre o que

há de ideológico nesse instrumento, ou no que ele pode, pela ausência de sentido, trazer como possibilidade de ampliar a visão sobre as práticas cotidianas da comunidade gravataiense.

Ao se trabalhar com significados e sentidos da Festa do Divino em Gravataí/RS encontra-se em Clifford Geertz, a compreensão destes elementos. Ao se falar em significados, é preciso reportar-se aos símbolos. Desse modo o autor mostra que os símbolos religiosos, como por exemplo, a pomba, a bandeira e o cetro do Divino Espírito Santo são permeados de significados que reportam aos sentimentos que as pessoas depositam neles. Veja-se

[...] Para aqueles capazes de adotá-los, e enquanto forem capazes de adotá-los, os símbolos religiosos oferecem uma garantia cósmica não apenas para sua capacidade de compreender o mundo, mas também para que, compreendendo-o, dêem precisão a seu sentimento, uma definição às suas emoções que lhes permita suportá-lo, soturna ou alegremente, implacável ou cavalheirescamente. (GEERTZ, 1989, p. 120.).

Observa-se então, com base em Geertz, como os símbolos representam os sentimentos, paixões, devoções e sensações que os indivíduos cultivam no seu meio. O autor chama a atenção para que, quando se trabalha com os símbolos religiosos, deve-se, primeiramente, compreender a perspectiva religiosa neles contida: “é um modo de ver, no sentido mais amplo de “ver”, como significando “discernir”, “aprender”, “compreender”, “entender” (GEERTZ, 1989). Todos os ideais de vida, de comportamento, mostrados nas representações simbólicas, que muito falam sobre quem somos.

Martha Abreu, historiadora da História Cultural na Universidade Federal Fluminense, em sua obra *O Império do Divino – Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900)* ela apresenta o espaço que o festejo do Divino ocupou no Brasil colonial e a participação dos populares e sua socialização naquele período. Ela destaca a Festa como um local privilegiado de criação de uma identidade que, no limite, abrange toda a nação. Nesse sentido facilita o entendimento das dimensões do festejo e suas peculiaridades em diferentes cantos do Brasil.

Do ponto de vista metodológico, pretende-se ainda, neste trabalho, fazer uma pesquisa de revisão bibliográfica sobre a Festa do Divino Espírito Santo em Gravataí/RS, a partir do ano de 2002. Quer-se, também, elaborar um projeto de ensino de História, em escolas da rede municipal, tendo a celebração como foco. O objetivo geral desta pesquisa é o de buscar apreender quais são os sentidos e reflexos da “reinvenção” da Festa do Divino para comunidade de Gravataí/RS.

FESTA DO DIVINO EM GRAVATAÍ/RS

A cidade de Gravataí, antiga Aldeia dos Anjos, foi um dos primeiros locais a ser habitado pelos casais açorianos. Eles habitaram o Rio Grande de São Pedro (atual Rio Grande do Sul) no século XVIII. Também trouxeram para a região suas práticas culturais⁹ como as festas: Cavalhadas, Terno de reis¹⁰ e a Festa do Divino Espírito Santo.

Segundo Célia Silva Jachemet (2002, p. 40), esses festejos “[...] não há aos começos, mas há sempre atribuição deste começo aos povoadores açorianos.” A autora afirma ainda, que o ano 1859 é tido como o primeiro registro oficial da celebração na cidade de Gravataí.

Também Cleusa Maria Gomes Graebin (2004) comenta, em sua tese de doutorado: *Sonhos, desilusões e formas provisórias de existência: os açorianos no Rio Grande de São Pedro*, que:

Em cidades do Rio Grande do Sul, como Santo Antonio da Patrulha, Osório, Gravataí, Taquari, Rio Pardo, Triunfo, Porto Alegre, Viamão, Mostardas, São José do Norte, Rio Grande, com destacada presença açoriana, pode-se registrar, até os dias atuais, a ocorrência das Bandeiras que pedem esmolas para as festas do Espírito Santo realizadas em maio. Junto às festas, temos as Folias (Litoral Norte) e o pagamento de promessas (Mostardas) e as Cavalhadas (luta simulada entre mouros e cristãos), promovidas em Gravataí, Viamão, Santo Antônio da Patrulha, como exemplos. Estes eventos foram acrescentados às festas do Espírito Santo, enriquecendo-as e introduzindo parcelas de símbolos de outros grupos. (GRAEBIN, 2004. p. 236).

A autora reforça a continuidade do festejo na cidade de Gravataí e demais localidades desde o período colonial até os tempos atuais.

Jachemet relata que a Festa do Divino em Gravataí sofreu algumas alterações ao longo dos tempos. O “Império,¹¹” construção que abarcava o festejo, foi destru-

9 Entende-se por práticas culturais (festas, celebrações, rituais) as manifestações da vida cotidiana em sua totalidade. Elas são de aceitação coletiva, vivas e utilizadas pelo povo. Expressam seu sentir, pensar e agir na sociedade em que se vive. Com o estudo das práticas culturais, pode-se ter maior compreensão dos seres humanos, pois eles revelam suas semelhanças e diferenças, independentemente do tempo, da localização geográfica ou da formação social.

10 O Terno de Reis é uma festividade de origem luso-açoriana, baseado nos acontecimentos da Sagrada Escritura, trazida pelos colonizadores açorianos. A festa começa no dia 24 de dezembro e vai até o dia 06 de janeiro. Os grupos cantam e louvam o nascimento do Deus-Menino, percorrendo as casas da localidade.

11 O Império é o local central da festividade. No início, era apenas tablados com ou sem ramadas. Posteriormente foram sendo construídas ermidas de alvenaria próximas à Igreja. O império foi destruído em 1913, para dar lugar ao ginásio da Escola Dom Feliciano. Segundo Jachemet, [...] tudo era preciso ser útil e funcional. Enfim, vivia-se a época em que tudo girava em torno da ordem e do progresso. (JACHEMET, 2002, p. 93). A autora faz refletir sobre o contexto histórico do período pós-monarquia brasileira. Precisava esquecer do termo Império e dos laços com a monarquia, uma vez que já estávamos na República.

ido para dar lugar à Escola Dom Feliciano. Além disso, cada novo padre da cidade modificava algum elemento do festejo de acordo com a sua origem étnica.

Outro ponto observado pela autora em relação às alterações na Festa do Divino refere-se à união entre Igreja e Estado. Tal união deve-se ao combate ao comunismo no início do século XX, mais especificamente em 1922, quando a Igreja deixou de lado a tentativa de acabar com o catolicismo popular e voltou-se contra o comunismo, tendo como aliado o Estado. Veja-se o que afirma Jachemet: “[...] a Igreja da Restauração perde de vista o seu principal alvo que era o combate ao catolicismo popular, mas já então este havia passado por mudanças que irão refletir-se mais tarde também na festa do Divino.” (JACHEMET, 2002, p. 56).

Conforme a autora, havia um movimento para instaurar valores da cultura europeia no Brasil, através da Restauração Católica. Esse movimento acabou com as Irmandades do Divino Espírito Santo e as demais. Ele atendia a um público seletivo, pois a Igreja criava novas ordens, colégios, congregações e difundia sua doutrina, enquanto o Estado, ordenava os comerciantes, os industriais, empresários, enfim, uma parte da sociedade de alto poder aquisitivo para aqueles lugares. Ambas as instituições saíam realizadas nessa estratégia político-religiosa, pois seus interesses estavam garantidos, em específico, a modernização da sociedade. Segundo Jachemet:

Nesse estado de organização, a Festa do Divino seria pelo seu contexto e conteúdo a primeira da lista a sofrer oposições pelo seu caráter lúdico e passou a ser considerada como expressão do folclore e não mais como solenidade religiosa. Reforçou-se nas suas origens o caráter social – a lenda da Rainha Santa, os bodos, a folia. Omitiu-se ou deixou-se de pensar na Festa do Divino com uma origem voltada para o Divino = Deus = Criador, Deus Redentor e Deus Pacificador. (JACHEMET, 2002, p. 60).

O povo, porém, ergueu-se e manteve o caráter comunitário da Festa do Divino, apesar de a Igreja ter institucionalizado a celebração, colocando-a no seu calendário religioso e disciplinando a festa. Conforme Jachemet, as preces, as novenas e elementos que são reforçados na Restauração Católica vêm concorrendo com as folias que antecedem a festa. Se houver a novena, enquanto isso não haverá folia, considerada elemento profano. O lugar da festa é religioso, como também de alegria e liberdade vigiada. Mesmo com todos esses impedimentos, o povo não deixa de (re) criar a festa conforme sua interpretação e devoção.

Gravataí dá continuidade à festa, apesar de seguir as normas da igreja. Contrapõe a doutrina religiosa com a alegria e a fé, e agrega outros elementos ao festejo como, por exemplo, a Imperatriz do Divino, além do Imperador do Divino. Entre-

tanto, a presença deste símbolo não é vista em outras localidades. Pode-se afirmar, portanto, que cada localidade, no Rio Grande do Sul ou no Brasil, vai atualizando o festejo conforme sua compreensão.

A RESSIGNIFICAÇÃO DA FESTA DO DIVINO NA CONTEMPORANEIDADE

A Festa do Divino Espírito Santo, após 40 anos sem ser praticada, foi retomada no ano de 2002, na comunidade de Gravataí, pelos agentes locais assim compreendidos: comerciantes, festeiros, memorialistas, pesquisadores das Festas do Divino e também as instituições, tais como: a Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS), a Igreja Nossa Senhora dos Anjos e o Poder Executivo (Prefeitura). Há, portanto, o reconhecimento da importância histórica do festejo na comunidade. Percebe-se, no avanço da modernidade,¹² as alterações impulsionadas pela globalização, as necessidades de se erguer novamente as fronteiras identitárias e a etnicidade. Esta última tem sido um dos aspectos mais valorizados para reordenar os sentidos comuns nos grupos sociais, uma vez que Gravataí torna-se, na contemporaneidade, uma cidade pólo no desenvolvimento industrial e ganha destaque no panorama socioeconômico sul-rio-grandense. Nesse sentido, Jachemet aponta a cidade como “[...] o Terceiro Pólo Industrial da América Latina e um dos dez municípios de maior arrecadação de ICM do Estado.” (JACHEMET, 2002, p. 84).

Sendo assim, emerge a necessidade de valorizar a cultura histórica gravataiense, reportando-se às tradições, aos costumes e às suas “identidades,¹³” que estão contidas na Festa do Divino Espírito Santo.

Ao se falar da cultura de Gravataí, deve-se fazer um *link* com a comunidade, pois é esta que trabalha, difunde e revive as práticas culturais de seus grupos sociais. A comunidade gravataiense passou por alterações ao longo de sua história, em meio a mudanças constantes nos campos social, político e econômico. Isso afetou diretamente as relações, os comportamentos, os hábitos e os costumes da cidade. Assim, ela passa a ser não mais uma comunidade rural, que segue a vida tranquilamente, com o tempo

12 De acordo com Giddens, a modernidade altera radicalmente a natureza da vida social cotidiana e afeta os aspectos mais pessoais de nossa existência. A modernidade deve ser entendida num nível institucional. (GIDDENS, 2002, p. 9).

13 Compreendem-se “identidades” conforme Stuart Hall, como um processo do sujeito pós-moderno, conceituado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. (HALL, 1997, p. 13).

ordenado e a vida na santa paz, mas, ao contrário, conforme aponta Bauman. Na comunidade de outrora, o ritmo é regulado pela natureza da lavoura, e a rotina é regulada pela tradição, da vida do artesão; depois uma outra rotina é artificialmente projetada e coercitivamente imposta e monitorada. (BAUMAN, 2002, p. 36).

Ao analisarmos a evocação acima, percebemos que Bauman mostra dois tipos de comunidade: a primeira, aquela de tempos atrás, de antigamente, que vivia num tempo comum, tranquilo; e, a segunda, dos tempos atuais, caracterizada por acelerar os processos, mudar constantemente, monitorar pessoas e grupos, consumidora desenfreada, por falta de tempo.

Pode-se pensar, então, a comunidade de Gravataí no decorrer de sua história, dos tempos que tinha um estilo de vida rural e sereno, diferente dos dias atuais. Agora a cidade precisa dar conta das transformações ocorridas no seu seio social e jogar com o local e o global, ou seja, abarcar as alterações da modernidade e conectá-las à comunidade, sem perder o norte e, ainda, assegurar a continuidade da tradição local, frente à sociedade de consumo.

A Festa do Divino na comunidade (re) significa-se a partir das novas atualizações, passa a ir ao encontro do consumo. Até o ritual do *bodo* precisa ter ingressos vendidos. Cabe ressaltar que antes ele era gratuito à comunidade e, nos tempos atuais passa a atender à necessidade da Igreja alegando que é preciso pagar a luz, a água, o gás e manter os trajes dos festeiros. Assim, cobram-se R\$ 12,00 por pessoa para confraternizar o *bodo*.

Dentro dessas mudanças, Jachemet aponta diversas transformações da Festa do Divino ao longo dos anos em Gravataí. Entre elas, a de que, quando assume, em 1913, o Padre Pedro Wagner (até 1959), ele muda completamente o ritmo do festejo. Passa, então, a organizar e a centralizar a festa, pois interfere diretamente nas questões sociais, políticas e econômicas. Tem, além disso, o respaldo da Restauração Católica, que tinha por objetivo unificar o poder da Igreja, impedindo a participação dos populares em qualquer ação pertencente à esfera religiosa.

Observa-se na citação abaixo, a influência do vigário:

Uma prova dessa participação política e econômica podemos constatar na carta enviada pelo Padre Pedro Wagner ao então Presidente do Conselho Municipal de Gravataí, o Sr. Anápio Gomes, carta esta de 4 de abril de 1929. Nesta carta, o Padre solicita ao amigo Anápio Gomes que interfira junto ao Intendente Municipal para que não se poupe esforços em viabilizar o contrato com a Companhia Antártica para que esta se instale na vila. Fala também do imposto de estrada que deve sofrer um aumento, visto ser o imposto cobrado, o menor do Estado. Diz que o imposto é um “*argumento significativo de progresso e bem estar.*” (JACHEMET, 2002, p. 99).

Mesmo com todas estas alterações, o povo gravataiense não deixou, em nenhum momento, de expressar sua fé e devoção ao Divino. Sempre que possível, tenta prevalecer sua vontade no que diz respeito à forma de organizar a festa, mesmo que o poder religioso negue este direito.

O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA DIVULGAÇÃO DE UMA IDENTIDADE SOCIAL – A AÇORIANIDADE

Nesse capítulo abordar-se-á a Festa do Divino como um bem patrimonial imaterial¹⁴ que está contido na história de Gravataí, e deve ser preservado pelas políticas de gestão patrimonial, assim como pela comunidade gravataiense.

Ao se falar em Patrimônio Cultural, é preciso reportar-se a autora Maria de Lourdes Parreiras Horta que afirma:

Toda a fonte primária de conhecimento e aprendizado deve ser valorizada como instrumento de motivação individual e coletiva, para a prática da cidadania, o resgate da auto-estima dos grupos culturais e o estabelecimento de um diálogo entre as gerações.

Horta chama atenção, ainda, para a Educação Patrimonial como um instrumento de alfabetização cultural, que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Segundo a autora, a Educação Patrimonial possibilita o reforço da auto-estima dos indivíduos e das comunidades e a valorização da cultura brasileira em sua rica diversidade.

Nessa linha atua o Instituto Cultural Português, situado na Rua Plácido de Castro, 154, em Porto Alegre/RS. Ele tem por objetivo segundo Santa Inêze da Rocha: “O resgate e a preservação da memória de nossos antepassados, bem como a difusão e promoção de tudo o que se relaciona com a cultura portuguesa” (ROCHA, 2007, p. 35).

Outra instituição de peso nesse movimento de resgate da açorianidade¹⁵ é a Casa

14 Segundo o IPHAN, a UNESCO define como Patrimônio Cultural Imaterial “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas. [...] O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Disponível em: <http://www.educacional.com.br/articulistas/articulista0003.asp>. Acesso em 09 de novembro de 2009.

15 Açorianidade, segundo Lacerda, é uma categoria de apelo identitário, utilizada nos Açores (Portugal), e por comunidades de imigrantes e descendentes de açorianos. Ela está localizada em vários países, os quais procuram promover o resgate, o intercâmbio e a valorização da cultura açoriana.

dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS), situada em Gravataí/RS. Desde o ano de 2003 promove o resgate da cultura açoriana, e é um dos órgãos responsáveis pela retomada da Festa do Divino Espírito Santo na comunidade gravataiense.

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul também contribui para a difusão cultural açoriana. O decreto nº 41.249, de 30 de novembro de 2001, assinado pelo então Governador Olívio Dutra, e publicado no Diário Oficial do Estado de 03.12.2001, por ocasião das comemorações dos 250 anos do povoamento açoriano no RS mostra tal contribuição. Veja-se:

[...] caberá ao Estado estimular e propor ações que promovam intercâmbio e parceria com autoridades internacionais, diplomáticas e consulares, governo federal, estaduais e municipais, poderes legislativo e judiciário, assim como com entidades não-governamentais e a sociedade civil, com o objetivo de somar esforços para reverenciar a memória dos açorianos e difundir o legado por eles deixado ao povo sul-rio-grandense. (ROCHA, 2007, p. 37).

Ainda sobre a difusão cultural açoriana, a Prefeitura Municipal de Gravataí/RS, a Casa dos Açores do Estado Rio Grande do Sul (CAERGS), a Fundação Municipal de Arte e Cultura (FUNDARC), a Secretaria Municipal de Educação (SMED), através do Projeto Raízes, procuram reunir pesquisadores, escritores, professores e alunos, enfim, os cidadãos que buscam a origem cultural - histórica açoriana de Gravataí/RS para que valorizem e dêem continuidade a tradição luso-açoriana.

Percebe-se, assim, o movimento de diversas instâncias em promover a cultura açoriana no Estado, assim como em Gravataí/RS. Dessa forma, deve-se perguntar: Como a Festa do Divino Espírito Santo se insere no ensino de História de Gravataí/RS como um bem patrimonial imaterial da cidade? E caso não se insira, quais as possibilidades de inserção no ensino escolar?

Para responder a essa questão educativa, propõe-se um projeto de ensino que envolva a comunidade local e os estudantes das escolas de Ensino Fundamental de Gravataí/RS. Perguntou-se aos alunos sobre o conceito de cultura e como eles vêm a açorianidade no município, na escola e em suas casas. Os alunos, por sua vez, questionaram seus familiares a respeito da Festa do Divino e se sua prática fazia parte da tradição familiar. Para essa atividade, os alunos com a mediação do professor, elaboraram um questionário com perguntas a serem respondidas. Em sala de aula, os alunos ao oferecerem os dados e, juntos com o professor, permitirão um levantamento estatístico de como a festa é vista na comunidade.

O próximo passo: propor, em sala de aula, que os alunos façam um estudo sobre a história local de Gravataí/RS. Tal atividade teve por objetivo fazer com que

os alunos buscassem conhecer o assunto mais profundamente. É claro, entretanto, que cabe ao professor, também, munir-se de todas as informações possíveis sobre o tema, além de se utilizar das informações trazidas pelos alunos encaminhados aos locais de pesquisa. Por último, o professor e os alunos assumiram um compromisso de apresentar o trabalho e uma síntese final. Para tanto, os alunos foram distribuídos em grupos.

Espera-se que os alunos, ao longo do trabalho, desenvolvam a construção do conhecimento de acordo com os dados obtidos na pesquisa. Contudo, é papel do educador mediar, auxiliar e intervir na elaboração do projeto de pesquisa, dando autonomia aos alunos, quando necessário.

A respeito desse assunto, cita-se Manique e Proença:

[...] A intervenção do professor deve ser cuidadosa para evitar impor a sua própria interpretação ou visão. Embora tenha a obrigação de corrigir erros ou falsas conclusões, deve promover a autonomia dos alunos para que estes sejam os próprios construtores dos conhecimentos adquiridos e, por meio do seu trabalho, possam aperceber-se da especificidade do meio em que estão inseridos e da sociedade que os rodeia, compreendendo assim a sua condição de agentes históricos. O professor manter-se-á num papel de informador e catalisador durante a elaboração do trabalho, facilitando materiais, velando pela correta definição e utilização de conceitos e evitando as divagações, de forma a que cada grupo se mantenha nos limites fixados, para que não existam sobreposições. (MANIQUE; PROENÇA. 1994, p. 28).

Manique e Proença propõem desta forma, que haja a pesquisa da história local em sala de aula, estimulando o aluno na produção dos saberes, e propõem que o professor seja o mediador do conhecimento, portanto que coordene e desenvolva a pesquisa de ensino. A seguir apresenta-se a proposta de trabalho, inserindo a festa do Espírito Santo a um contexto histórico mais amplo.

Após ter-se relacionado o ensino de História na sala de aula, observando-se os conteúdos, as problemáticas e as novas possibilidades de desenvolver o conhecimento com diferentes fontes, deve-se formular uma breve noção de História local. Assim, o aluno é estimulado a torna-se um agente histórico capaz de construir sua própria visão crítica da realidade.

Em seguida, apresenta-se a Festa do Divino Espírito Santo em Gravataí/RS, sua relação com a comunidade local e um sucinto histórico da presença açoriana na cidade, como também a festa do Divino e sua simbologia.

Propõe-se, assim que se utilize a Festa do Espírito Santo ao se trabalhar com o ensino de História. Pode-se inserir esta festividade no estudo de História local, observando-se suas relações com as comunidades de cultura açoriana.

Espera-se, assim, que os alunos sejam estimulados a entender a História como disciplina relevante que conduz ao conhecimento crítico da realidade, à construção de consciência histórica e à conscientização da cidadania.

Nesse sentido, pretende-se indicar este trabalho aos professores de História para que o utilizem na construção do conhecimento junto ao aluno.

PROPOSTA DE TRABALHO

Tema: A festa do Divino Espírito Santo em Gravataí/RS.

Séries: 5^a a 8^a séries do ensino fundamental.

Objetivos:

- Auxiliar o aluno na construção do conhecimento histórico, a partir de suas próprias vivências e saberes locais, observando como a festa do Divino pode ajudar o aluno a compreender seus laços com a cultura açoriana.
- Discutir a importância da Festa do Divino na formação da cidade de Gravataí/RS, observando como ela pode ajudar o professor de História no estudo da sociedade sul-rio-grandense.

INTRODUÇÃO

Primeiramente oportunizar-se-á aos alunos um contato com a festividade do Divino Espírito Santo, mas caberá, também, ao professor munir-se de todas as informações referentes ao assunto. Recomenda-se que ele utilize como recursos imagens da festa e as músicas do Divino. Dessa forma, os alunos se sentirão contagiados pelo contexto da festa e poderão perceber seus laços com a cultura açoriana, observando a importância do estudo da Festa do Divino. Eles deverão montar um projeto de pesquisa buscando informações em arquivos, museus, bibliotecas e memoriais. É importante, também, que eles busquem, na história oral, relatos de familiares sobre a Festa do Divino. Depois da pesquisa, deverão montar uma peça de teatro, aproveitando os dados obtidos. Dessa forma, é possível reunir duas formas de se trabalhar o conhecimento histórico. É fundamental que o professor discuta com os alunos a importância de se preservar o patrimônio imaterial, neste

caso, a Festa do Divino, pois ela faz parte do seu meio e diz muito sobre a história da comunidade gravataiense.

DESENVOLVIMENTO

Questões que deverão ser discutidas com os alunos: - Qual o conceito de Espírito Santo? - Como ele se insere na realidade do aluno? - Como o aluno pode perceber elementos que estão relacionados com o Divino no seu cotidiano? - Qual a relação do Divino Espírito Santo com a Santíssima Trindade?

Assim, é importante que o professor utilize a simbologia para buscar tais respostas e para munir o aluno de informações sobre a festividade. O professor também deve apresentar aos alunos músicas do Divino e imagens que possibilitem a compreensão do tema.

O professor poderá ainda propor que se faça um projeto de pesquisa, partindo para a investigação da festa do Divino. Os alunos deverão pesquisar em museus, bibliotecas, imprensa e arquivos, buscando em jornais e revistas o que se documentou sobre o cortejo do Divino. É importante observar nos arquivos as atas e os registros de reuniões comunitárias que façam menção ao assunto. Também buscar informações em bibliotecas, livros e periódicos, além de entrevistas com os familiares. Através das entrevistas é possível utilizar a memória como representação dos acontecimentos da época. Depois disso, com o auxílio do professor, elaborar-se-á um questionários para a pesquisa. Abaixo segue a ficha de investigação da pesquisa:

| | |
|-----------------|--|
| Assunto: | A festa do Divino Espírito Santo |
| Fonte: | Entrevistas ou pesquisa em documentos |
| Local: | Museus, Arquivos, Bibliotecas, casa dos familiares |
| Resumo/citação: | Obras ou transcrição da entrevista |

Após a coleta dos resultados, o professor pedirá aos alunos que montem uma peça de teatro que envolva a Festa do Divino Espírito Santo, mostrando a simbologia da festa. Os elementos como o cetro, a bandeira, a coroa, as varas, o Imperador, dentre outros, deverão ser destacados para mostrar a presença desses elementos no cotidiano dos alunos.

O teatro seguirá um roteiro, estabelecido pelo professor. Os papeis de atuação serão divididos para turma; o tema, claro, será a Festa do Divino Espírito Santo

e os pais dos alunos deverão participar da montagem do cenário. No cenário não poderão faltar: bandeiras do Divino, as pombas, que podem ser feitas com papelão e os tambores que anunciam a folia do Divino. Também é importante montar pequenos casebres que receberão a bandeira do Divino e o povo que participará do cortejo. Os festeiros distribuirão o pão à comunidade.

Veja-se o que diz De Certau a respeito disso:

O pão é o símbolo das durações da vida e do trabalho; é a memória de um maior bem-estar duramente conquistado no decorrer das gerações anteriores. Por sua presença real e, cima da mesa onde reina, mostra que não há nada a temer, por enquanto, das privações de outrora. Enquanto as condições de vida mudaram consideravelmente em vinte ou trinta anos, resta o testemunho indelével de uma “gastronomia da pobreza”. Ele é tanto um alimento básico, mas, sobretudo um “símbolo cultural” de base, um monumento sem cessar restaurado para conjurar o sofrimento e a fome. [...] O pão suscita o respeito mais arcaico, é quase sagrado. Jogá-lo ao chão, pisá-lo é visto como sacrilégio. O espetáculo de um pedaço de pão na lata do lixo desperta a indignação. O pão é um bloco só com a condição operária: não é tanto o pão que foi para a lata de lixo, mas a pobreza. O pão é um *memorial*. (DE CERTAU, 1996, p. 133. Grifo nosso).

Concluindo, o aluno poderá perceber como o ensino de História poderá se tornar prazeroso e dinâmico. Ele restabelece a preservação da sua história local uma vez que retira elementos que construam seu conhecimento crítico da realidade. Também conserva seu patrimônio imaterial que diz muito sobre a sua identidade étnica, transposta ao local, ou seja, a Gravataí.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Festa do Divino Espírito Santo é uma celebração que se faz presente na história do Rio Grande do Sul, assim como em Santa Catarina e demais localidades no Brasil. Sua origem remete ao Arquipélago dos Açores e chega ao território brasileiro no período colonial (século XVIII), com os primeiros casais açorianos. Ela é atualizada e ressignificada conforme a interpretação das diferentes localidades que a comportam no decorrer do tempo.

Através da revisão bibliográfica sobre a Festa do Divino, em Gravataí/RS, pode-se notar que ela passa por alterações ao longo da história. Isso se dá tanto no

sentido conferido à festa como no espaço de poder entre a Igreja Católica e a população gravataiense. Além disso, verifica-se sua importância no espaço comunitário.

As obras de Cleusa Maria Gomes Graebin (2004) *Sonhos, desilusões e formas provisórias de existência: os açorianos no Rio Grande de São Pedro* e de Célia Silva Jachemet (2002) *Tempo de Festa: uma análise da Festa do Divino Espírito Santo*, legitimam a importância do festejo como uma manifestação histórica, política e cultural da comunidade de Gravataí. E, ao mesmo tempo, enfatizam como a prática desse festejo é vista como um material de consumo amplamente utilizado não só pela Igreja Católica, que impõe seus interesses religiosos, como também pelos interesses políticos e econômicos na cidade. Mas, em contraposição, temos a comunidade se utilizando do festejo como forma de resistência ao poder da Igreja enquanto instituição.

A Festa do Divino Espírito Santo, na cidade de Gravataí/RS, portanto, apresenta-se como um espaço de resistência ao domínio da Igreja, onde o povo expressa sua devoção, alegria, fazeres e saberes. É tratada também como patrimônio cultural no projeto de ensino, pois envolve a comunidade local e os alunos.

Este trabalho esteve alicerçado, também, na obra de Manique e Proença, autores portugueses, que mostraram a preservação e valorização do patrimônio cultural no ensino de História. Neste sentido aponta-se a Festa do Divino como um patrimônio imaterial, pertencente à cidade de Gravataí/RS.

Assim, sugeriu-se a dinâmica do ensino de História comprometida com novos métodos de ensino e aprendizagem e como possibilidade de trabalho em sala de aula na formulação de uma pesquisa relacionada ao festejo. Num segundo momento, utilizaram-se os dados pesquisados para a encenação de um teatro, com a participação dos alunos e dos pais, com o objetivo de fazer com que se sintam agentes de sua própria história, sempre dinâmica e em construção.

REFERÊNCIAS

- ACCIOLY, Sheila Mendes; SALLES, Sandro Guimarães de. *Marabaixo*: identidade social e etnicidade na música negra no Amapá. Acesso: 14 de outubro de 2009, disponível em http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/5/56/GT2-002--Marabaixo-sheila_e_Sandro.pdf
- DE CERTAU, Michel; GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano*: 2. morar, cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

- DURKHEIM, Emile. *As formas elementares da vida religiosa: os sistemas totêmicos na Austrália*. São Paulo: Paulinas, 1989.
- FILHO, Mello Moraes. *Festas e tradições populares do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de Ensino de História*. Campinas/SP: Papyrus, 2003.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. *Sonhos, desilusões e formas provisórias de existência: os açorianos no Rio Grande de São Pedro*. (Tese - Doutorado em História). São Leopoldo, Unisinos, 2004.
- _____. Lembrança puxa lembrança: memórias de mulheres descendentes de Luso-Açorianos sobre Festa do Divino Espírito Santo no Rio Grande do Sul. In: LOPES, Cícero Galeno; ADOLFO, Luiz Gonzaga; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; BRISOLARA, Valéria; BERND, Zilá. (Org.). *Memória e cultura: perspectivas transdisciplinares*. Canoas: UnilaSalle, 2009. p. 271-93.
- HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- HOBSBAWM, Eric J. *Invenção das tradições*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- JACHEMET, Célia Silva. *Tempo de Festa: uma análise da Festa do Divino (1859-1933): Gravataí e Santo Antônio da Patrulha*. Porto Alegre: Evangraf, 2002.
- _____; OURIQUE, Ana Zenaide Gomes. *Cavalbadas: uma tradição de raiz milenar*. Porto Alegre: EST, 1997.
- LACERDA, Eugenio Pascele. *O Atlântico açoriano: uma antropologia dos contextos globais e locais da Açorianidade*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Florianópolis, Santa Catarina, 2003.
- MANIQUE, António Pedro; PROENÇA, Maria Cândida. *Didáctica da história: património e história local*. Lisboa / Portugal: Texto, 1994.
- NORONHA, Luísa. A presença açoriana no Brasil e Uruguai. In: ROCHA, Santa Inêze da. (Org.). *Açorianos no Rio Grande do Sul – Brasil*. Porto Alegre: Caravela, 2007.

ORIÁ, Ricardo. *Educação Patrimonial: conhecer para preservar*. Disponível em: <http://www.educacional.com.br/articulistas/articulista0003.asp>. Acesso 09 de novembro de 2009.

ROCHA, Santa Inéze da. *Açorianos: História e Legado*. Porto Alegre: Caravela, 2008.

SCHMITH, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; GARCIA, Tânia Maria F. Braga. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de História. *Cadernos CEDES*, v. 25, n. 67, Campinas, Set./Dez. 2005.

TEDESCO, João Carlos; ROSSETTO, Valter. *Festas e saberes: artesanatos, genealogias e memória imaterial na região colonial do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo / RS: Méritos, 2007.



A Festa do Divino Espírito Santo é uma viva tradição açoriana em Gravataí.

RESGATE DA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM GRAVATAÍ: TEMPO DE DECISÕES

Lizette Saraiva Donga

Professora. Gravataí/RS

TEMPO DE DECISÕES

Particpei diretamente do resgate da festa do Divino Espírito Santo, na paróquia Nossa Senhora dos Anjos em Gravataí, festa esta que não acontecia há mais de trinta anos. Era a maior festa religiosa deste município, mas por diversas razões foram alterando seus ritos e com o tempo, ela deixou de acontecer.

A festa do Divino estava apagada do nosso calendário religioso, mas estava muito viva e presente na lembrança e na saudade e, principalmente, na fé do povo.

No ano de 2002, seria comemorado os 250 anos da imigração açoriana. Havia uma necessidade quase que premente de resgatar os costumes, as tradições e a religiosidade desse povo que tanto contribuiu para a formação e o desenvolvimento de nossa gente. O então presidente da AAARGS (Associação dos Amigos dos Açores do Rio Grande do Sul) Régis Albino Marques Gomes, sempre atento e preocupado em não deixar morrer a cultura deste povo, sentiu a necessidade do resgate da festa do Divino em nossa comunidade.

No final de 2001, participávamos meu esposo e eu, como coordenadores do movimento de cursilhos de cristandade, de uma reunião de pastorais na igreja matriz de Nossa Senhora dos Anjos. Na ocasião, o Monsenhor Irineu Aloísio Flach expôs o grande desejo da AAA (Associação Amigos dos Açores), em ver reativada a festa do Divino Espírito Santo. Disse que gostaria que alguma pastoral assumisse esse evento. Sabedora do quanto meu esposo é devoto do Divino Espírito Santo, olhei para ele e nem precisamos falar. Levantamos a mão e dissemos:

- Nós vamos assumir.

TEMPO DE REUNIÕES E MUITAS PROVIDÊNCIAS

Entramos em contato com o Régis e em março de 2002 começaram as reuniões que eram semanais e contavam com a presença de representantes da AAARGS, nas

peessoas de Régis Albino Marques Gomes e Neiva Pereira Costa; da FUNDARC com sua diretora Rosemari Faria da Silva, Angela Maria Fonseca Barbosa dos Santos e Carla Rosana Bender Luz; do Museu Agostinho Martha com Getúlio Xavier; do Seminário São José e do Seminário de Viamão na pessoa do seminarista e hoje padre Adilson Fonseca e da paróquia N. S. dos Anjos, representando o movimento de Cursilhos de cristandade João José Chanas e Lizette Saraiva. Na primeira reunião, sentimos a necessidade de conversar com as pessoas mais antigas de nossa comunidade a fim de fazermos um resgate, o mais fiel possível. Não queríamos que se perdesse nada da religiosidade, nem do belo folclore que faz parte desta festa. À medida que conversávamos com as pessoas, constatávamos o quanto, ao longo do tempo essa festa foi perdendo do seu rico folclore.

Coube a mim conversar com a senhora Genoveva Luz Braun, viúva do senhor Augusto Braun, mais conhecida como “Vó Veva” que na ocasião me contou o seguinte:

Quando eu era menina moça lembro que ao ouvir o som do tambor corríamos para preparar tudo, pois era sinal que a bandeira do Divino estava vindo nos visitar.

O tamboreiro, que era sempre um homem negro, vinha a cavalo e a certa distância da bandeira recebíamos a bandeira com muita fé, respeito e devoção. Levávamos, ou como se dizia passávamos, em todos os cômodos da casa, rezávamos e depois servíamos alguma coisa para a comissão festeira.

Na ocasião acontecia também a promessa de uma doação para a festa que podia ser um porco, uma vaca, uma galinha, ou ainda um doce ou um objeto para ser leiloadado.

Depois da visita da bandeira começavam os preparativos para a festa com roupa nova e sapato novo.

Perguntei-lhe se lembrava como eram as celebrações religiosas. Ela respondeu:

Olha, disse ela, da missa em si não lembro nada de especial, pois menina, naquele tempo o padre rezava a missa em latim e de costas para o povo.

Lembro bem do que acontecia na frente da igreja, onde eram armadas as tendas e aconteciam os leilões.

As moças ficavam passeando pra lá e pra cá, dando uma olhadinha para os moços e na hora do leilão o moço que estava interessado em alguma moça arrematava o objeto leiloadado e mandava oferecer à sua pretendida.

Lembro que numa festa ganhei dois mimos que dois moços me ofereceram, mas não namorei com nenhum deles.

E continuou ela: “Tinha também a barraca dos doces de açúcar que vinham dentro de uma cestinha de papel de seda. Tinha ainda a barraca de jogos e outras lá.”

Ela ficou com o olhar perdido no tempo e finalizou: “Era muito bom.”

Meu esposo, Oscar Donga conta que quando era criança e também depois de mocinho, na época da festa seus padrinhos, senhor Anápio Gomes e a senhora Aurélia, dona Lela como era chamada, mandavam chamá-lo e lhe presentavam com roupas e calçado para ir à festa. Lembra também, que vinha um pequeno parquinho de diversões com um carrossel, os balanços, o canhãozinho. Tinha ainda as tendas com jogos do porquinho da Índia, das argolas, da pescaria, do tudo premiado.

Um fato interessante foi relatado para Angela Fonseca dos Santos pelo senhor Darci Fonseca. Contou ele que, por ocasião da visita da bandeira do Divino em sua casa, sua esposa havia saído e ele recebeu a bandeira. Chamou a empregada, uma menina nova e pediu: - Fulana passa a bandeira lá dentro.

A jovem pegou a bandeira e foi para o interior da casa.

Ficaram conversando e nada da menina voltar. Apreensivo, pediu licença e foi ver o que estava acontecendo. “Para seu espanto ao chegar à cozinha encontrou a empregada passando a ferro a bandeira.”

Muitas pessoas lembravam que era levantado um mastro com uma bandeirinha do Divino indicando assim, o início dos festejos. Falaram também dos mordomos, dos pagens e do procurador. Lembraram que até certo tempo tinha o imperador e o festeiro e que depois passaram a chamar só de festeiros. Outro fato lembrado foi que, quem abria a procissão do Divino era a irmandade do Rosário.

A Inês Ramos contou que na padaria Ramos, propriedade do Sr. José Antônio Ramos, seu pai, as pessoas encomendavam pães sovados em formato de mão, pé, perna ou cabeça de acordo com a graça que haviam recebido do Divino Espírito Santo, para ofertarem na festa.

Foi muito lindo e gratificante aquele tempo em que entramos em contato com aquelas pessoas.

- Melhor ainda, era ver o quanto estavam felizes em saber que aquela festa, que foi tão importante para eles, voltaria a acontecer.

TEMPO DE MUITO TRABALHO

Tínhamos dois meses para preparar a festa e não havia uma comissão festeira. Então, se fazia necessário convidar equipes que organizassem os eventos da festa, tanto na parte religiosa como na parte profana, uma vez que esta festa tem um folclore riquíssimo.

Uma vez determinado que faríamos um tríduo e não novena, foi escolhido um tema para cada noite e uma equipe para preparar a liturgia.

Tríduo: 1ª noite - o Espírito Santo na criação do mundo; 2ª noite - o Espírito Santo na redenção do mundo e 3ª noite - o Espírito Santo no nascimento da igreja.

A Zely Maria Olweiler Ramos, a Inês Ramos e eu preparamos a liturgia para as três noites do tríduo e para o dia da festa, ficando a animação por conta da Geni Rosa que escolheu os cantos de acordo com o tema de cada dia.

Foram convidadas para cada noite do tríduo, algumas pessoas que dariam testemunho de como haviam sido as festas do Divino em Gravataí. Numa noite foi a nossa escritora e historiadora Célia Silva Jachemet e, na outra, foi a senhora Zilda Pacheco. Tivemos que providenciar bandeiras, pois só tínhamos duas. Fotografamos o esplendor do Divino de nossa igreja, fizemos uma cópia xérox ampliada e pensamos: - Para o Divino Espírito Santo, que está sempre junto de nós, que nos ilumina, que nos dá força e coragem nesta caminhada, temos que buscar o melhor.

Procuramos as melhores pintoras de nossa cidade e a resposta, em forma de amor e de muita fé, veio em lindas e maravilhosas pinturas que fazem de nossas bandeiras verdadeiras obras de arte.

Que o Divino Espírito Santo abençoe e ilumine sempre estas mestras da pintura: Zena Schramm, Darcila Garcia, Dila Zini e Nadieges Martins.

Fomos a São Marcos comprar pombinhas de resina para a ponteira dos mastros.

Não tínhamos alferes para a visitação das bandeiras. Conversei com Maria Dilce Fonseca Kurtz, a Dorvalina Machado, a Maria Regina Santos Topal e nós quatro fizemos o melhor que pudemos.

Muitas coisas poderiam ser contadas com relação à visita das bandeiras:

- A alegria das pessoas ao verem, novamente, a bandeira do Divino em suas casas.
- A emoção com que a recebiam, com que a tocavam, chegava muitas vezes às lágrimas.

- A devoção e a fé com que faziam seus pedidos era algo que nos enchia de alegria, de entusiasmo e nos dava coragem de ir adiante mesmo que já estivéssemos cansadas.

Falando nesta experiência das alferes não posso deixar de falar na Alzira Barcelos, a nossa saudosa Alzirinha, que na reunião de avaliação falou que participar da festa foi uma das mais belas e emocionantes experiências de sua vida.

Convidamos o Dr. Sandro Paim para ser nosso tamboreiro que aceitou prontamente.

Para ser nosso tropeiro, convidamos o Evandro O. Ferreira que buscou os melhores e mais antigos apetrechos de montaria para se apresentar nos dias do tríduo e no dia da festa.

AS MEDALHINHAS

Compramos as medalhinhas do Divino e com o carinho, delicadeza e amor que lhe era peculiar em tudo que fazia, a aura Verônica Soares Gomes juntamente com sua família colocou nas medalhas as fitinhas vermelhas e as joaninhas e no dia da festa estavam todas prontas para serem oferecidas aos devotos.

Que Deus te abrace com o seu amor, onde tu estiveres e abençoe tua família.

ATIVIDADES NO SALÃO PAROQUIAL

Foram montadas comissões: para a canja, para o carreteiro e para o bingo com pastel. A canja foi assumida, desde o ano de 2002 até hoje, pelos casais João e Elzenita Chanas e José e Maria Elizabete Braun. Eles se encarregam de tudo, desde os ingredientes para a canja até sua confecção. A parte artística dos dias do tríduo ficou por conta da FUNDARC.

No dia da festa contamos com a apresentação sempre bela do grupo folclórico Quero-Quero da Casa dos Açores.

COMISSÃO DOS DOCES

Para as três noites do tríduo e para o dia da festa precisaríamos de doces.

Falei com Amélia Conceição Silveira da Silva que tomou as providências necessárias. Montou uma equipe com a Irene I. Olweiler Ferreira. Rosalva Denicol, Zely Zaca e Cleni Paim que foram envolvendo outras pessoas e o resultado foi maravilhoso.

A Cleni e a Irene já não estão conosco, mas certamente jamais se apagarão da memória de tantos que conviveram com elas. Envoltas pela luz do Divino Espírito Santo continuarão nos inspirando a fazer coisas maravilhosas como só elas sabiam fazer. Era emocionante ver a alegria de quem era convidado para ajudar na festa.

A união, o entusiasmo, a determinação era tamanha para que tudo saísse o melhor possível, que podíamos sentir a ação do Espírito Santo no meio de nós.

Hoje, estamos no 9º ano de resgate desta grande festa.

No ano de 2003, quando foram imperadores da festa do Divino Júlio Barbosa dos Santos Junior e sua esposa Angela Maria Fonseca Barbosa dos Santos foi

criado, a pedido dele, um lenço vermelho com uma aplicação em feltro de uma pomba do Divino para ser usado pela comissão festeira. Também a partir desse ano, a comissão passou a se apresentar de calça ou saia preta e camisa ou blusa branca para que houvesse uma uniformidade.

Também foi confeccionado outro lenço com serigrafia que identificava a paróquia e o ano da festa para ser oferecido a pessoas homenageadas.

Nosso lenço já foi adotado em outros locais onde acontece esta festa. Também já foi confeccionado para um Congresso do Divino, nos Açores, depois que mandamos de presente para eles um lenço que foi tão apreciado, chegando a ser colocado bem na frente, abrindo a procissão daquela comunidade.

Ainda no ano de 2003, confeccionamos as flâmulas dos sete dons e mais cinco bandeiras. Participaram desse trabalho: Amélia, Irene, Adilce, Rosalva e eu.

A pedido do padre Adilson também já confeccionamos bandeiras para cinco municípios nos quais ele foi trabalhar. O número de pessoas que participam da festa é cada vez maior.

Formamos um grande grupo de amigos que se reúnem mensalmente no amor ao Divino Espírito Santo para rezarmos, estudarmos e fazermos alguma ação na comunidade.

Formamos também um grupo com os casais de imperadores que têm por objetivo fazer com que nada se perca de tudo que foi resgatado, bem como dar apoio à comissão festeira de cada ano.

Uma das grandes preocupações de ambos os grupos é que a devoção ao Divino seja levada cada ano a um número maior de famílias, por isso nós valorizamos muito o trabalho de nossas alferes, pois são elas que visitam as casas.

As pessoas que participam das comissões festeiras ficam admiradas com a alegria e o amor contagiante de todos e constatam como tudo acontece dentro de uma grande harmonia e muitas dizem: - Dá para sentir a presença do Espírito Santo!

Envia o teu Espírito Senhor, e tudo será criado e renovareis a face da terra.

A CONSTITUIÇÃO DA SEICHO-NO-IE EM SANTA TECLA – GRAVATAÍ¹

Erica Torock Cruz

Pretora. Gravataí/RS

Pedro Paulo de Souza

Diretor da Seicho-no-ie de Gravataí/RS

CRIAÇÃO DA SEICHO-NO-IE

A Seicho-no-ie começou em Gravataí através de um casal de japoneses vindo de São Paulo; ele era verdureiro. O filho deles ainda tem tenda aqui na praça central. O casal Hanaua: ela era Umêco Hanaua, e ele, Fugitomo Hanaua. Como verdureiro, tinha umas revistas “Acendedor” em português e distribuía no local. Não tinha Seicho-no-ie aqui. Ele não falava português e como ela falava, começou a fazer aqui reunião que já tinha em Porto Alegre. Muitas vezes, vinham pessoas de São Paulo para falar. Quando eu conheci aqui foi em 1979.

A princípio, era na casa da Dona Zélia, que é filha do casal Anápio Gomes. Mas, uma irmã do seu Elídio, ali na rua Dr. Luiz tinha uma placa “Aqui breve Seicho-no-ie”. Então fiquei curiosa. Eu estava em depressão, passava na frente, mas não tinha coragem de entrar, pois não sabia se era público. Foi quando receberam a doação de um terreno na frente da minha casa, Rua Lino dos Santos, onde hoje é a Associação. Começaram a construir, e levaram cerca de dois anos para concluir. A partir desse momento, comecei a frequentar. Quando eu comecei, participavam cerca de setenta pessoas.

O professor Komoto tinha esse sonho de construir a Academia de Treinamento Espiritual. Então, o Sr. Pedro Olinto, que era um adepto lá de Esteio, foi à Ibiúna que lá tem também uma Academia, primeira Academia que tinha aqui no

¹ Entrevista realizada no dia 01 de outubro de 2009 por Frederico Duarte Bartz, doutorando em História pela UFRGS e por Joice da Luz Lopes, acadêmica de História (ULBRA/Gravataí) e estagiária do Departamento de História da Fundação de Arte e Cultura de Gravataí.

Brasil. Foi para lá e se curou; foi doente do coração e se curou. Mudou, inclusive, completamente a maneira de lidar com as pessoas e quem o conhecia não o reconheceu. Tiveram uma ideia de formar uma Associação. Foram lá ver um terreno, lindo, maravilhoso e fizeram. Então, eu acompanhei a construção da Academia, desde o início. Nós íamos para lá e levávamos as coisas, até para fazer comida. E, a Dona Zélia que é filha do casal que morava aqui onde é a atual Casa dos Açores do Rio Grande do Sul, ela é que começou, é foi uma das pioneiras aqui em Gravataí.

Ele foi conseguindo adeptos, através das revistinhas de auto-ajuda, e começou a passar para as pessoas, de uma forma bem simples, como aplicar o ensino da Seicho-no-ie no seu cotidiano. Quem primeiramente participou da Seicho-no-ie em Gravataí foram a Dona Zélia Gomes, da família do Horácio Gomes, a Nelci Borba, Isaura Kiavaro que é professora, dentre outros. Mas, muitos já partiram para o mundo espiritual. Na casa da Dona Zélia aconteceu a primeira reunião de vizinhança. Para o cinema do seu Itamar, eles vinham de São Paulo. Mas, uma vez ou outra, eles faziam a reunião no cinema. Atualmente, já existem vários pontos, como onde era a Rainha das Noivas. E onde hoje é a Ivone, no prédio há uma associação; na Lino dos Santos e na Otávio Schemes, também. E tinham outras ali, que as pessoas se mudaram e terminaram a reunião, na Vila Branca.

Eu sempre digo que Seicho-no-ie não dá o peixe, mas, sim, ela ensina a pescar. Eles diziam que não adianta querer modificar os outros, quem tem que se modificar somos nós mesmos. Compreendi naquele dia que não tinha gratidão por nada. Eles iam agradecer as coisas.

As pessoas iam até a Academia de Ibiúna, faziam caravanas, mas era longe. E, o sonho dele era fazer uma Academia aqui. Atualmente, temos um Seminário em Espanhol, no qual vêm todos os hermanos nossos, argentinos, uruguaios, paraguaios, bolivianos e outros. De toda a América Latina, uma vez por ano tem o Seminário. O último contou com cerca de quatrocentas pessoas.

A única coisa que tinha na Santa Tecla era a Pedreira. O interessante é que a história do início da Academia começou com a intenção de despertar nas pessoas a consciência de Deus e por gratidão que resolveu um problema sério, de difícil solução, e conseguiu. Então, por gratidão, as pessoas doam mesmo para filosofia. O senhor Pedro Olinto de Oliveira, o que doou as terras lá na Santa Tecla, soube do sonho do professor Komoto de criar esse local que pudesse reunir as pessoas no final de semana ou até dez dias para estudar a filosofia. E, mudou totalmente a consciência dele. Então, ele perguntou ao professor Komoto o que era necessário

para criar uma Academia. O professor respondeu a ele que era necessário um terreno. E, ele disse que tinha um terreno para doar. Foram a dois locais, um no centro de Esteio e uma chácara em Gravataí, e o professor disse que não serviam para a Academia. É porque esses locais para as pessoas são como se fossem pontos de energias para que possa se elevar a situação das pessoas livrando das suas mazelas. Tem que ter um tipo de solo espiritual. Quando foram visitar o terreno da Santa Tecla viram que tinha aquele casarão e o professor Komoto disse que aquele local era adequado para a Academia Espiritual. Tem uma fonte de água, é lindo, ele teve essa percepção mesmo da vibração.

MITO FUNDADOR

O doador do terreno, Pedro Olinto de Oliveira, tinha desarmonia na família. A família não aceitava que ele doasse o terreno para o movimento e ele ficou meio indeciso. Foi falar com Deus, pedir orientação se devia ou não doar o terreno, pedir um sinal. E, então, sentou em cima de uma pedra, uma pedra de 8 metros e meio e foi fazer uma meditação que nós chamamos de Chin-so-to. Essa pedra rachou no meio. Pediu harmonia, pediu sabedoria de deus para convencer os familiares porque ia ser melhor para todos. Aí foi lá e fez a doação com toda a documentação. Levou a irmã na frente da Academia e quando ela viu a fonte de água natural, lembrou do local que havia visitado na Índia. Pediu perdão para o irmão, por tentar impedir a doação.

RELAÇÃO COM A COMUNIDADE DE SANTA TECLA

Em relação à comunidade da Santa Tecla, até bem pouco tempo eles eram muito arredios, achavam que era um movimento fechado e mesmo se os convidássemos, eles não iam. Mas, com o tempo, já faz vinte e sete anos que a Academia está lá, agora as pessoas vão lá e vêem que é diferente. A Academia participa da comunidade, inclusive quando a Prefeitura faz Orçamento Participativo.

Somos envolvidos na escola também. Convidamos as crianças para participarem através da professora Zuleide. Há pouco tempo, teve a Carreteada e bem na hora do desfile o pessoal estava saindo do Seminário. E, o pessoal ficou encantado porque não conheciam carreta. Também foram feitas atividades abertas. Nós

tínhamos um administrador que morava na fazenda, Carlos Alberto Fernandes Fonseca. Então como ele morava ali, tinha certa inserção junto ao CTG. Foi feita uma atividade só para crianças e um almoço também. Como ele morava ali, tinha mais contato com o pessoal, por isso ficava mais fácil. E todo ano, em janeiro, tem um seminário de 10 dias, que está incluída visita à vizinhança, oração e trabalhar na escola. Então, eles pintam a escola, mudam os vidros, fazem a cerca, ajudam muito a escola. Além disso, tem a troca de energias.

SEICHO-NO-IE EM MOVIMENTO

Quanto à participação popular hoje, é um rodízio. Algumas vão se mudando e saindo, enquanto outros vêm chegando. O que importa é que o maior número de pessoas conheça. O professor Hanaua tinha dificuldade de se comunicar porque só falava japonês, mas ele transmitia o ensinamento. O que ele mais ensinava era alegria. Ele fazia aulas de treinamento de riso. Um dia ele veio com uma pedra tão embarrada. Ele queria dizer que aquela pedra não era aquilo que ela aparentava, assim como nós não aprendemos a nossa essência. Ele quebrou a pedra e parecia até ferro e dizendo que aquilo era a essência. Entendi tão bem, sem que ele falasse uma palavra em português.

Fizemos no antigo Paladino, o Seminário da Luz, o Seminário da Prosperidade e o dos educadores também, com 1300 pessoas. Veio um orientador de São Paulo e deu um seminário de quinze dias, para a comunidade de Gravataí. E, quem participa se transforma em divulgador. Então, nós estamos ligados, tanto à parte nacional quanto à internacional. Inclusive fizemos com mais de 350 pretores, um seminário para todo o Rio Grande do Sul, vindo pessoas de Santa Catarina para esse treinamento espiritual.

Outro fato que marcou também na história de Gravataí foi a homenagem que a Dona Rosaura, ex-presidente da Seicho-no-ie, fez ao professor Hanaua. Foi feito um Seminário no Aldeião, em que foi contada a história do casal Hanaua, desde que chegaram do Japão até aquele dia. A pretora Umeco, já com idade avançada e debilitada fisicamente, foi acolhida numa cadeira, o que viabilizou a sua permanência no evento.

Existe a fraternidade, as pumas brancas, a sessão de senhoras. Não é que seja só para mulheres, mas é dirigido por mulheres e tem a fraternidade que é dirigida por homens, mas também vão mulheres. A Seicho-no-ie procura fazer com que cada país utilize a sua metodologia de ação e orienta práticas xintoístas destinadas

a brasileiros, adotando a mesma conduta para americanos e alemães, para que as pessoas tenham a compreensão daquilo que estão estudando.

A APROPRIAÇÃO DA CULTURA JAPONESA EM TORNO DA RELIGIOSIDADE

Não há um público específico que estude a cultura japonesa. A doutrina da Seicho-no-ie, trabalha a verdade da Bíblia a partir de quarenta volumes. Ainda hoje, 90 anos depois da criação da Seicho-no-ie, há livros que não têm em português. Mas, há uma preocupação de aplicar o método em português para que possamos aprender a prática da Seicho-no-ie aqui no Brasil.

Os jovens também vão nesses locais de treinamento com o objetivo de estabelecer um horário para a sua frequência. E eles participam dos Seminários na Academia feitos há 55 anos na Convenção em São Paulo. É como se tivessem recarregando a bateria. Antigamente, tínhamos só um Seminário para jovens. Aqui no Rio Grande do Sul, agora há cinco Seminários no ano para jovens. Nós temos um movimento de japoneses em Porto Alegre, que depois que o professor Komoto faleceu, eles fazem uma vez por mês a Seicho-no-ie original em japonês. E o primeiro Seminário de Jovens que teve foi nessa casa, mal conservada e tudo. Os jovens foram para lá, ajudaram a consertar tudo e aproveitaram a oportunidade e fizeram o primeiro Seminário de Jovens na Academia de Santa Tecla. Os jovens que cultivam a cultura japonesa, nasceram no Brasil, mas são bem integrados.

Lá no Japão, a maioria é budista ou cristã, mas as cerimônias não eram nem cristãs, nem budistas. Ai passaram a fazer as cerimônias xintoístas, porque não é uma religião, é uma cultura. O emblema tem os três: tem o sol com trinta e três raios, do Xintoísmo. Ai tem a lua, do budismo, e a estrela e a cruz, do cristianismo. Então, o emblema tem elementos do Xintoísmo, do Budismo e do Cristianismo; tudo numa coisa só. O Seicho-no-ie tem o desejo de unir todas as religiões, porque Deus é um só. Não é unificação, mas a mesma fé, não tem sectarismo religioso. Quando eu (Erica) comecei, ninguém sabia o que era a Seicho-no-ie, agora não, tem as revistas, passa na televisão e há maior divulgação.

Raízes de Gravataí



Trajetória Econômica,
Participação Cidadã,
Literatura e Memória

VOLUME 3



PARTE 1

TRAJETÓRIA ECONÔMICA E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ



PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE ANIMAIS NA ALDEIA DOS ANJOS (1780-1800)

Tiago Luís Gil

Professor Dr. em História/UNB. Brasília/DF

Este estudo procura abordar a produção de animais e o comércio tropeiro no final do século XVIII na Aldeia dos Anjos, tendo em conta o perfil dos produtores, suas ligações políticas e sociais. Serão utilizadas fontes como inventários, listas de moradores e escrituras públicas.

A região do Viamão exportava animais para Curitiba e Sorocaba, desde os anos 1730/40, o que continuou ao longo de décadas. Este comércio só acabou décadas depois, fora dos limites desta pesquisa, atravessando tempos de guerra e mesmo com o crescimento constante da *fronteira do Rio Pardo*, uma das principais zonas de produção “concorrentes”. Neste trabalho, entende-se “o Viamão” não como uma localidade, mas como uma região, que se estendia para além da freguesia, incorporando Porto Alegre, Aldeia dos Anjos e Caí. A primeira povoação, neste território, se iniciou a partir do estabelecimento de propriedades agrárias na década de 1730, compostos por migrações de gente vinda de Laguna, especialmente por parte da elite daquela localidade, com comportamento regular de uma elite que já havia saído de São Vicente, em São Paulo, para o sul no século anterior. Laguna estava ocupada, já por volta de 1680, e três décadas depois começava a dispersar gente mais para o sul, processo que continuaria ao longo do XVIII. A freguesia de Viamão foi criada em 1747. Porto Alegre, em 1772, e, na mesma época, a dos Anjos.¹ E Caí foi distrito de Triunfo.

Durante a ocupação espanhola em Rio Grande, a Câmara daquela localidade deslocou-se para Viamão, ali permanecendo até sua transposição para Porto Alegre, em 1773. Mas não só a Câmara. Viamão acabou recebendo uma grande leva de “refugiados” da ocupação espanhola, inclusive o governo luso e a Provedoria da Fazenda, além de outras instituições oficiais. A partir do início

1 Há divergência sobre o ano de fundação da freguesia dos Anjos.

da década de 1770, houve investimento do governo luso no estabelecimento de Porto Alegre como sede da Câmara e do governo.² Igualmente foram criados serviços públicos, já na nova localidade, e Viamão começou a perder algo que nunca teve, ou teve por pouco tempo. Contra a imagem de decadência, difundida à época e reproduzida pela historiografia, Viamão seguiu crescendo em termos demográficos e continuava a ser uma referência importante em Curitiba, por exemplo, muito mais que Porto Alegre. Alguns documentos da época falam do “Porto Alegre *do* Viamão”, como se a atual capital fosse o porto viamonense.

Chega-se aos anos 1780 e todas as localidades de Viamão estão em franco crescimento. Porto Alegre contava 1300 almas, em 1779 e, um ano depois, 1512. Aldeia dos Anjos registrava um número anual de batismos crescente. Viamão passou de 1300 habitantes, em 1778, para 1891, dois anos depois. E todas as localidades cresceram em boa proporção até o final do século, à exceção da Freguesia dos Anjos:

Tabela 1 - População de localidades de Viamão (final do XVIII)

| Local | 1780 | 1798 |
|-------------------------|------|------|
| Nossa Senhora dos Anjos | 2355 | 1996 |
| Porto Alegre | 1512 | 3268 |
| Viamão | 1891 | 2119 |

Fonte: BN. M. 9, 4, 9, n. 134; AHU.RS. Cx. 09. Doc. 44.

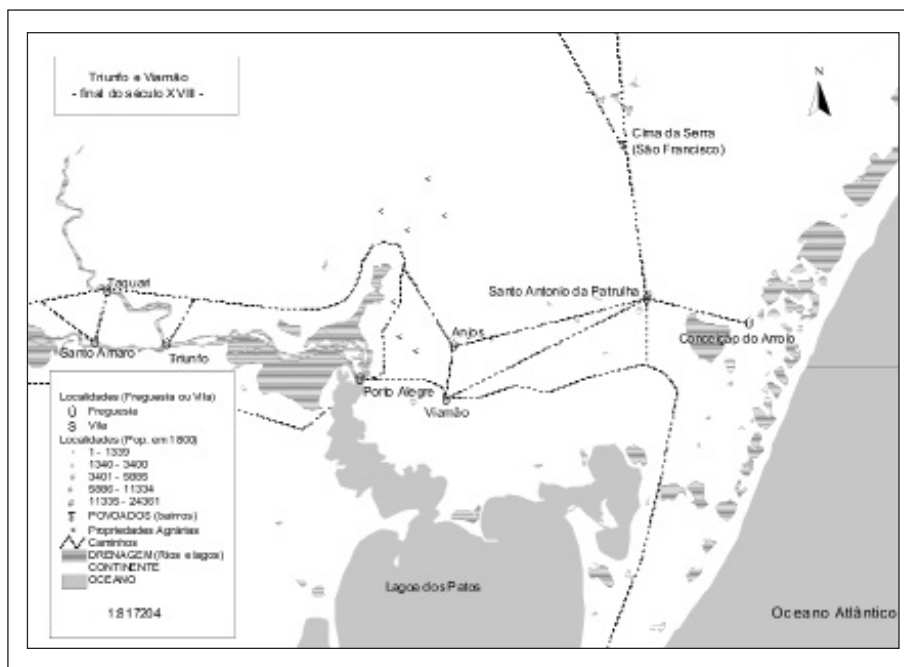
Os núcleos populacionais de Porto Alegre, Viamão e Aldeia dos Anjos distavam entre si quinze a vinte e cinco quilômetros sem grandes acidentes geográficos. Considerando os recursos disponíveis para aqueles homens, sua tecnologia de movimentação e transporte, esta distância se manifesta em um dia de viagem, talvez um dia inteiro, no caso da distância entre Porto Alegre e a Freguesia dos Anjos, ou uma tarde a cavalo com uma boa velocidade. Tal foi a velocidade que o Sargento-Mor de São Paulo Joaquim José de Macedo Leite pôde desenvolver em sua passagem por Viamão, em 1790. Saindo da Fazenda Sapucaia, ele chegou ao Rio dos Sinos, percorrendo aproximadamente 8 km neste dia. No seguinte, percorreu cerca de 12 km para chegar à fazenda de Luis Leite. Nos

2 KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa (século XVIII)*. 2006. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

próximos, aumentou sua marca, até chegar ao Rio Pardo, com média de 23 km por dia de jornada.

É muito provável que Macedo Leite não conhecesse o território e pisasse no chão devagar, além do fato de que ia longe, ao Rio Pardo, e não podia abusar dos animais. Mas era uma velocidade possível, dentro das limitações tecnológicas do momento, dadas pelo uso do cavalo como instrumento mais veloz de transporte terrestre. Manuel José de Alencastre, fugindo da prisão, como contava em 1786 ao Vice-Rei em uma carta, parece ter feito o percurso de sua estância, no Caí, até a casa do Provedor Inácio Osório em Porto Alegre, que distavam 50 km, em um mesmo dia (o documento não deixa isso claro). Era preciso considerar a distância final, o tempo disponível em dias, as eventuais cargas, as condições da estrada (se estava alagada ou embarrada, ou cheia de irregularidades) e o preparo e qualidade dos cavalos; quando havia cavalos. Uma viagem de mais de 40 km poderia demandar, sob certas circunstâncias, dois dias ou mais.

Figura 1 – Mapa de Triunfo e de Viamão (final do XVIII)



Fonte: BN. M. 005,04,035; Outras fontes (citadas ao longo do texto).

Viamão se compunha de três núcleos urbanos (se pode dizer assim) e uma vasta área de produção de alimentos e animais. Uma produção tritícola bastante desenvolvida abastecia este espaço, garantida por pequenos lavradores que havia no Caí, no entorno de Porto Alegre e na Freguesia de Viamão, ainda que fosse igualmente expressiva nas grandes estâncias. A criação de animais estava largamente difundida, sendo encontrada em praticamente todas as propriedades.³ Os núcleos populacionais eram abastecidos de instrumentos domésticos com os trabalhos de barro feitos pelos indígenas da Aldeia, na Freguesia dos Anjos.⁴ Camponeses vindos dos Açores, indígenas missionários emigrados, minhotos enriquecidos (ou não), africanos de vários locais, paulistas e seus descendentes, crioulos e aqueles que se reivindicavam descendentes dos conquistadores atuavam neste cenário, compondo diferentes hierarquias que se complicavam na inter-relação cotidiana.

A produção pecuária estava disseminada em todo este espaço, ainda que algumas regiões, ou mais especificamente alguns produtores tivessem certa primazia. O destaque maior estava para os criadores do Caí. Somente Custódio Ferreira de Oliveira Guimarães tinha, em 1784, mais de cinco mil animais, dos quais setecentas eram éguas e cinquenta eram burros. Seu vizinho contíguo, Manuel José de Alencastre, possuía mais de dois mil e quinhentas peças, das quais cento e cinquenta eram éguas e quatorze eram burros. Aldeia dos Anjos também mantinha uma pecuária em crescimento, com destaque para a Estância da Taquara, de João Pereira Chaves, onde eram criados dois mil e duzentos animais. A fazenda Itacolomi, de Dona Bernardina de Jesus Pinto, possuía um expressivo rebanho asinino, com cinquenta animais, além de três centenas de éguas.

Viamão continuava a ser uma importante produtora de animais no início dos anos 1780. Somente o padre João Diniz Alves de Lima possuía mais de dez mil animais, em suas duas propriedades. Também na Fazenda de Itapuã, Domingos Gomes Ribeiro mantinha mais de cinco mil animais.⁵ Kühn percebe uma transformação na estrutura agrária desta freguesia que, segundo ele, estaria adquirindo um “aspecto camponês”, com a contínua diminuição do tamanho dos plantéis e

3 AHRs. Relação dos moradores de 1784. Códices 1198 A e B; OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da extremadura portuguesa na América*: (Rio Grande de São Pedro, 1737-1822).

4 SIRTORI, Bruna, *Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia: hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime (1765-1784)*. 2008. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

5 KÜHN, op. cit.

do aumento gradativo do número de pequenas propriedades.⁶ Este fator, somado à fuga das antigas famílias tradicionais do povoado, seriam argumentos para se considerar a decadência daquela pequena urbe. Não é pretensão discutir aqui o argumento da decadência, mas parece que, antes disso, houve um reordenamento espacial que deslocou as grandes unidades produtivas para a fronteira agrária, no caso da região do Viamão, o norte da Freguesia dos Anjos e o distrito do Caí, dentro de um processo que já havia começado nos anos 1760. O mesmo fenômeno explicaria a expansão no Rio Pardo, nas direções oeste e sul, assim como o contínuo crescimento da Freguesia do Triunfo, especialmente no tamanho de suas fazendas. O avanço português fundava postos avançados na *fronteira* do Império Luso, mas também garantia o avanço na fronteira agrária. E neste avançar dos campos de criação, o espaço próximo da Aldeia dos Anjos se tornava, lentamente, uma importante área de produção de animais, que certamente atraía tropeiros vindos de Curitiba.

Os negócios entre tropeiros e produtores de animais se davam diretamente, ainda que não se tenha condições de saber exatamente como os tropeiros faziam sua seleção. Encontram-se referências em Livros de Notas sobre compras fiadas de animais, mas estes documentos quase nunca expõem algum vínculo prévio entre as partes, nem mesmo sugere uma regularidade.⁷ Tal informação, somada a de que poucos foram os tropeiros que fizeram mais de uma viagem, faz pensar que a seleção do vendedor se dava pelo preço ou por outra conveniência como o aceite de um fiador (talvez este sim conhecido), proximidade da rota ou disponibilidade de animais na ocasião da viagem de compra. Mas nem sempre a escolha era tão livre, ou a aquisição tão certa.

Em meados da década de 1780 havia, nestas áreas, pouco mais de trinta produtores de animais que dispunham de mais de dez mulas, de um universo de mais de quinhentos criadores, com Rafael Pinto Bandeira, Bernardo José Pereira (cunhado deste último) e Custódio Ferreira entre os maiores estoques, somando cerca de quatrocentas e noventa bestas. Mas isso também confirma que havia outras possibilidades, dentro e fora de Viamão. Quanto à oferta de cavalos, foram encontrados cem criadores com estoque superior a dez unidades. Caí mantinha o maior estoque e os maiores criadores, destacando-se João Pereira Chaves, na Aldeia dos Anjos, com cem bestas. De qualquer maneira, a

6 Ibid.

7 APRGS. 1º e 2º Tabelionatos de Porto Alegre.

propriedade de Chaves não ficava tão distante de Caí, no que poderíamos chamar de *complexo pecuário Sino - Caí*, que iniciava-se ao norte do rio Gravataí e acabava às margens do Caí, onde estavam as maiores fazendas em número de animais de todo o Viamão,⁸ fruto daquela expansão da fronteira pecuária que se falou antes.

Uma importante fonte para compreender a produção de animais na freguesia dos Anjos é a chamada “Relação de Moradores” feita em meados da década de 1780. Trata-se de uma espécie de censo agrário, um levantamento feito para averiguar quem ocupava as terras e com que legalidade; se ocupava com concessão régia, com títulos ou não. Esta lista possui duas versões diferentes, uma no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (AN)⁹ e outra no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs).¹⁰ Há uma profunda diferença entre ambas. Aquela que se encontra no AHRs possui cerca de 140 referências a propriedades que inexistem na versão do AN, que registra apenas 21 propriedades, a maioria, grandes estâncias, além da aldeia dos índios, núcleo principal da povoação. Esta diferença se deve ao fato de a versão do AHRs incluir dados de 1797, muitos anos após a primeira coleta de dados, feita pelo Provedor de Real Fazenda, Inácio Osório Vieira. A comparação entre ambas permite verificar a expansão da fronteira agrária do que se chama de complexo Sinos-Caí, o qual também incluía a área de pecuária nas proximidades do Rio Gravataí.

Os maiores produtores da Aldeia dos Anjos figuravam entre os maiores do complexo Sinos-Caí, com destaque para a chamada Fazenda Gravataí, de Rafael Pinto Bandeira, que contava com vasto número de animais reprodutores, com especial destaque para burros, burras e éguas de cria de mula. Quantificar os animais reprodutores é mais relevante que as produções, já que assim tem-se como comparar quanto cada criador pode produzir. Muitas vezes as produções foram vendidas antes do levantamento do “censo” e fica difícil ter uma ideia exata de quantos poderiam ser. Contar os reprodutores ajuda a estimar o total, a capacidade instalada de criação de animais, permitindo a comparação entre produtores e regiões de criação.

Utilizando os dados da primeira coleta da Aldeia dos Anjos, de 3 de janeiro de 1785, pode-se perceber a predominância daqueles criadores em com-

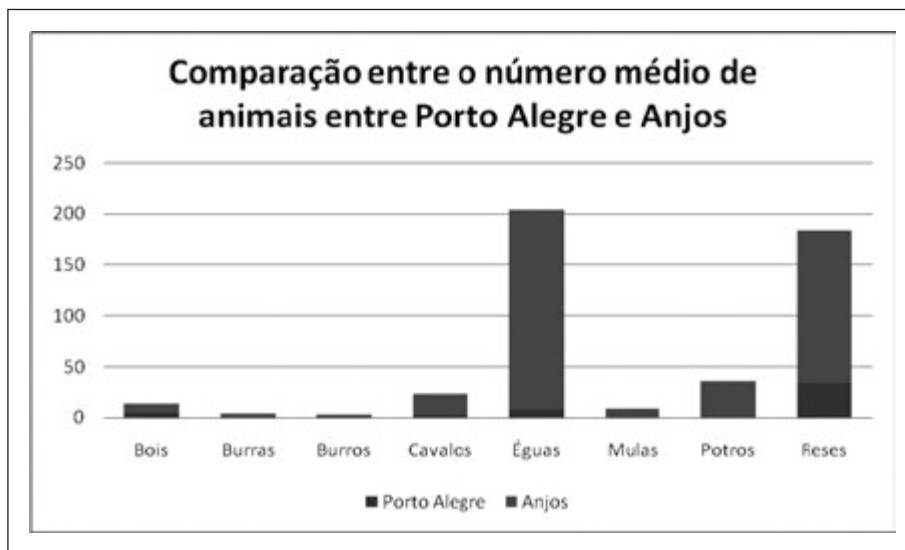
8 AHRs. Relação de Moradores de 1784. 1198 A e B.

9 AN, códice 104, v. 07.

10 AHRs, códice 1198^a.

paração com os de Porto Alegre. Ainda que em menor número, os produtores dos arredores do Rio Gravataí tinham rebanhos muito maiores. Eis os dados médios:

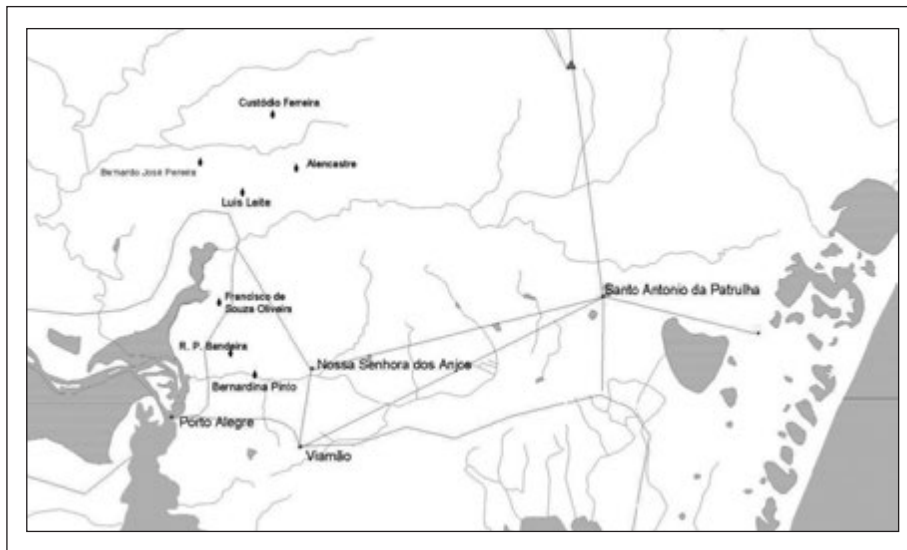
Gráfico 1



Fonte: Relação de Moradores.

A principal zona produtora ficava ao norte do Rio Gravataí, região onde havia poucas unidades produtivas, mas com grande capacidade criatória. Cruzando os dados da “Relação de Moradores” com outras fontes e mapas da época, se pode identificar diversas estâncias na região, o que confirma a ideia de um cinturão criatório ao norte da área de lavouras, esta última, mais pegada aos núcleos urbanos de Viamão e Porto Alegre. Talvez esta área produtora ajude a explicar o porquê de haver tantos sujeitos indicados como “viandantes”, provavelmente tropeiros, nos Róis de Confessados (listas de quem estava apto para a Páscoa, que geralmente acabavam sendo quase uma espécie de censo dos católicos, ou seja, de toda a população). Talvez o fato de haver um padrinho de São Paulo, além de gente vinda de Taubaté, importante localidade de tropeiros, também indiquem uma relevante inserção da Aldeia dos Anjos no comércio de animais.

Figura 2 – Mapa do “cinturão criatório” ao norte do Rio Gravataí, final do século XVIII



Fonte: Arquivo Nacional. Códice 104, v. 07. Relação de moradores.

Muito ainda resta por investigar no que se refere à produção e ao comércio de tropas na região de Viamão. O que este estudo espera é ter contribuído para refletir sobre algumas questões. Em primeiro lugar, que a centralidade de Porto Alegre não é óbvia no final do século XVIII, pelo contrário. Tudo leva a crer que mesmo com o deslocamento das instituições administrativas para aquele *Porto*, a antiga localidade e suas vizinhas não deixaram de crescer economicamente, sendo elas bastante atrativas para os negociantes de animais que vinham de Curitiba buscar as bestas. Por outro lado, o brilho da região do Rio Pardo tampouco deve ofuscar a expressiva criação pecuária da região e seu contínuo desenvolvimento. Por último, é extremamente relevante ressaltar que os criadores da região dos Anjos, para além de sua importância econômica, eram também figuras da maior expressão da elite do Rio Grande de São Pedro, destacando-se Rafael Pinto Bandeira, importante liderança local que ocupara o cargo de Governador Interino em diversas ocasiões. E não se pode esquecer, como indica recente historiografia, a importância do governo local na atividade econômica.¹¹ Todos estes elementos fazem pensar que a Aldeia dos Anjos tinha seu lugar garantido na economia das tropas de animais, que ligava todo o centro-sul do Brasil Colônia.

11 FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro (século XVII): algumas notas de pesquisa. *Tempo* 08, n. 15 (2003): 11-35.

FONTES

Arquivo Nacional. Códice 104, v. 07 e 09.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Relação de Moradores: F1198 A e B.

APRGS. 1º e 2º Tabelionatos de Porto Alegre

Biblioteca Nacional. Mapa do Rio Grande de São Pedro, suas freguesias e moradores de ambos os sexos, com declaração das diferentes condições, cidades em que se acham em 7 de outubro de 1780. M. 9, 4, 9, n. 134.

Biblioteca Nacional. Roscio, Francisco João. Título Mappas Particulares extrahidos da Carta da Capitania do Rio Grande de São Pedro e suas circunvizinhaças até o Rº da Prata. M. 005,04,035.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. L. V. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. José Vaz de Carvalho, contratador da capitania de São Paulo. *Simpósio de Pós-Graduação em História Econômica*. São Paulo: ABPHE, 2008.

BARBOSA, F. D. *Vacaria dos Pinbais*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1978.

_____. *A Diocese de Vacaria*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

FARIA, S. D. C. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FRAGOSO, J. *À espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c.1600 - c.1750)*. 2005. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro (século XVII): algumas notas de pesquisa. *Tempo* 08, n. 15 (2003): 11-35.

IMIZCOZ, J. M. Parentesco, amistad y patronazgo: la economía de las relaciones familiares en la Hora Navarra del siglo XVIII. In: FERNANDEZ, C.; MORENO, A. Ed.). *Família y cambio social en Navarra y País Vasco: siglos XIII al XX*. Pamplona: Instituto de Ciencias para la familia, 2003. Parentesco, amistad y patronazgo. La economía de las relaciones familiares en la Hora Navarra del siglo XVIII, p.165-216.

IMIZCOZ, J. M. .Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global. *Revista da Faculdade de Letras- História (Porto, Portugal)*, v. 5, 2004.

KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa (século XVIII)*. 2006. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

LEVI, G. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000

NADALIN, S. O. A população no passado colonial brasileiro: mobilidade *versus* estabilidade. *Topoi*, v.04, n.07, 07-12/2003, p.222-275. 2003.

_____. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: ABEP. 2004.

PESAVENTO, F.; GIL, T. *Por ser público e notório: notas sobre informação no mercado interno colonial (século XVIII)*. I. E. D. P. G. E. H. Econômica. Campinas 2006.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Ed. da UNB, 1981.

SAMPAIO, A. C. J. D. *Crédito e circulação monetária na colônia: o caso fluminense, 1650-1750*. Encontro da Abphe. Caxambu, 2003.

SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.

SIMONSEN, R. C. *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

SIRTORI, B. *Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia: hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime (1765-1784)*. 2008. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CARRETA DE BOIS: UM PASSADO MAIS QUE PRESENTE

Vanusa Silva de Lima Kssesinski

Licenciada em História. Gravataí/RS

Na história das raízes de Gravataí não poderia faltar um meio de transporte que se destacava pelo estilo rústico, utilitário, espaçoso, dirigido pelo comando de voz, adaptado a todos os tipos de terrenos, versátil de combustível e que não poluía o ar. Isto não é nenhuma propaganda de lançamento de carro do século XXII, é simplesmente uma descrição da carreta de bois. Era o meio de transporte que movimentava a economia e a sociedade de Gravataí nas primeiras décadas do século XX.

Muito antes de o “Brasil ser Brasil”, a carreta já existia. Na Grécia antiga havia um veículo semelhante feito com ferro e madeira. O sino da igreja que Colombo construiu na América foi transportado numa carreta. Já no Brasil, mais especificamente no Rio Grande do Sul, na época da Revolução Farroupilha, Garibaldi e seus homens colocaram um navio sobre uma carreta, atravessando os campos com o objetivo de ir de Porto Alegre até Laguna pelo rio e pelo mar.

Na história da carreta há muito para ser contado pela memória do povo. Casos houve em que mulheres deram à luz a seus bebês dentro das carretas, porque não houve tempo de chegar até o hospital. Alguns dos bebês foram concebidos em viagens de carreta. Em outras, defuntos eram transportados e cortejados até o cemitério. Em viagens até o litoral, famílias eram levadas aos bailes e festas de igreja, ou transportava-se pessoas e mercadorias de uma cidade para outra.

A carreta da roça, ou seja, da plantação, que levava o esterco para fertilizar o solo e na época certa trazia a colheita, era levada até o arroio e lavada com água corrente e vassoura de carqueja, raspada com enxada até ficar devidamente limpa e sem cheiro a fim de servir para qualquer outra finalidade.

A carreta de bois cruzava Gravataí, cujas estradas eram sulcadas pelo traçado da roda de ferro, pelo amassado das patas dos animais; cruzavam tanto campos quanto caminhos de mato. Carreterar era uma aventura e se tinha muita dificuldade, naquela época. A viagem realizava-se entre o clarear do dia e o entardecer. As paradas para o descanso

dos animais, água, comida e alimentação do carreteiro eram obrigatórias de tempo em tempo. Quando chegava a noite, os carreteiros acampavam em pousadas, acendiam as fogueiras para aquecer água para o café ou chimarrão e para fazer o jantar, que consistia de carreteiro de charque, pirão de farinha de mandioca e linguiça assada. Os alimentos, sempre preparados em panelas de ferro e servidos em pratos de louça ágata, não podiam ser requintados ou exigir muitos temperos porque estragavam durante o caminho, sendo a carreta um veículo sem meios de conservação ou refrigeração de alimentos. Dentro da carreta ia a “caixa da bóia”, as cobertas para a hora do descanso, e a mercadoria de venda. Do lado de fora da carreta, na parte de trás, dentro de gaiolas de madeira ia um galo e uma galinha, às vezes um leitão. Era amarrada atrás de um dos lados da carreta, uma vaca ou uma cabrita (às vezes para o leite das crianças que iam com o carreteiro e a família). Estes animais também eram mercadoria de venda; amarrado atrás do outro lado, também ia um cachorro. Na frente da carreta, tinha a lanterna de carreteiro e nas laterais, estavam os porongos, que serviam como baldes, a panela e a chaleira de ferro, gamela, chás e o que mais o carreteiro precisasse para sua viagem.

O uso da carreta durante o dia era para o comércio e transporte de mercadorias, tais como: farinha de mandioca, cachaça e animais domésticos (porcos, galinhas). Buscavam nas vendas (armazéns): o sal, o açúcar, o querosene e durante a noite era moradia, o assoalho com um colchão de palha. Cobria-se com um pelego e uma lona por cima da carreta, que servia como teto. Se por acaso houvesse alguma aproximação de qualquer ser, o cusco (cachorro), atado ao cambão dava sinal para avisar o dono.

A circulação de carretas puxadas por juntas de bois, aos poucos abria estradas, anunciando progresso que seguia, tal qual o passo do boi, devagar mas firme.

O vai e vem de carretas estava presente em todo o Rio Grande do Sul. No início, as cordas de comando, chamadas pelo carreteiro de “regeras” eram feitas de cipós, colhidos no mato e previamente preparados para a função. Quando os carreteiros aproximavam-se dos pequenos povoados para comercializar sua produção, o som fazia-se conhecido pelo ranger da roda de ferro, pelo som de comando dos bois, “amo boi”, “vastra boi”, sempre chamados pelos nomes: Faceiro e Mineiro, Tostado e Queimado, Mineiro e Serrano.

Entre as diversas particularidades de ser um carreteiro, citam-se algumas bem específicas:

- cada boi tem o seu lado na canga e é domado conforme costume, não podendo haver troca;
- a junta de bois não pode ficar intrigada um boi com o outro. Se acontecer, um será sacrificado ou vendido porque a intriga pode virar a carreta e ferir o carreteiro;

- boi não é cavalo, e carreta não é carroça. Portanto não se deve correr; não tente segurar uma junta de bois que sai em disparada.

Todo carreteiro que comercializava sua produção obedecia às regras de pagar impostos, ter sua carreta emplacada, ter carteira de condutor de veículo de tração animal e parar mediante a fiscalização das mercadorias.

Aos poucos, estes veículos de tração animal foram substituídos por veículos a motor. A carreta de bois ficou condicionada para os trabalhos dentro das propriedades, mas não foi esquecida e não se aposentou. A maior prova de que a carreta é um passado mais que presente é a carreteada, evento que reúne mais de cem carretas de diversas regiões, em Gravataí, na localidade de Ponta Grossa.

A carreteada, inicialmente promovida pelo casal Ramon e Eleonora, juntamente com o CTG Chaleira Preta e que mais tarde recebeu o apoio da Prefeitura Municipal de Gravataí, começou pequena, com seis carreteiros. Depois ganhou a estrada, cresceu, multiplicou, ganhou prestígio, respeito por todo o seu passado e está presente em cada geração carreteira de cada região, em cada tipo de carreta, de duas rodas, de quatro rodas, com uma junta de bois, com duas juntas de bois, com os trajes típicos açorianos, mesclados aos trajes alemães, italianos e afrodescendentes, formando uma “multicultura” com uma única finalidade: reunir no mesmo evento os carreteiros e carreteiras, adultos e infantis, que fazem parte do povo gaúcho.

A carreta que movimentou a economia e a sociedade em Gravataí, durante as primeiras décadas do século XX, movimentou essa mesma cidade, há mais de vinte anos, desde 1987 com a Carreteada Estadual de Gravataí.

Existe um ditado que diz: *Quanto mais quiseres conhecer o passado de um lugar, mais para o interior deste lugar deverás ir.* O ditado é verdadeiro por se apresentar este interior como um verdadeiro arquivo histórico oral e também um verdadeiro museu em pleno funcionamento e ativo. Não significa que este mesmo interior não tenha sinais de progresso; tem sim e muitos. Praticamente todas as casas têm aparelhos eletrodomésticos, eletrônicos e muitas possuem TV a cabo, aparelhos de celulares, MPs variados, roupas, calçados e acessórios de grifes. Tudo são mostras de que as novas e antigas gerações convivem sem barreiras e se interligam nessa fusão de conhecimentos.

Todos estes pontos citados são observados em alguns dos alunos da Escola Albino Dias de Melo: Adair André, Renato Machado, Jaline Ataís, Mateus Vieira, Caroline Paim, Patrícia Vieira que são os descendentes de uma geração carreteira. Trata-se de novas gerações que trazem no sangue a lição bem sabida e orgulhosa do que é ser carreteiro, do que é comandar uma carreta de bois, adolescentes que dão provas de que a carreta é um passado mais que presente.

MEMÓRIA DA CARRETEADA¹

José Ramón Rodríguez

Uruguaio, aposentado, idealizador da Festa da Carreteada. Gravataí/RS

Eleonora Nunes Rodriguez

Brasileira, idealizadora da Festa da Carreteada. Gravataí/RS

CARRETEADA: CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E ENGAJAMENTO SOCIAL

O Ramón é uruguaio e lá usam muita carreta e eu, Eleonora, sou descendente de carreteiro de São Gabriel, o último reduto dos carreteiros. A idéia da Carreteada surgiu do desejo de resgatar nossa cultura. Pensamos, primeiramente, em fazer um passeio de carreta e convidamos os vizinhos. Há 22 anos, porque a Carreteada vai fazer 21, pensamos em fazer alguma coisa para movimentar as carretas, sempre tendo em mente que deveríamos estudar para construir coletivamente esse passeio. Uma das ideias sugeridas pelos outros carreteiros foi a Carreteada, incluindo acampamento. O primeiro cartaz foi feito a mão. Fiz cópias e as distribuimos no comércio da região. A saída das oito carretas foi do Valecy Cabeleira Bitello até a Igreja de Morro Agudo, onde foi o acampamento. Quando nós vimos oito carretas ficamos encantados. A última carreteada, por causa da chuva, deu cento e quarenta e sete; o *record* foi cento e noventa e oito carretas.

O primeiro passeio, não foi contado como carreteada e hoje somos muito cobrados. A segunda é considerada a primeira carreteada. Ela tem um ano a mais, pois nós não sabíamos que continuaríamos.

Nós realizamos uma pesquisa histórica, pois iniciamos um concurso e tínhamos que mostrar alguma coisa que pudesse avaliar e criar um regulamento. Além disso, pensamos que aqueles que vêm para a Carreteada têm que saber o que é autêntico. Portanto, é importante resgatar a autenticidade da carreta, para saber como era a car-

1 Entrevista realizada em janeiro de 2010 por Joice da Luz Lopes e Rafael Linck Moehlecke, acadêmicos de História da ULBRA/Gravataí e FAPA, respectivamente, estagiários do Departamento de História da Fundação de Arte e Cultura de Gravataí.

reta original. Para tanto, fomos em busca de conhecimento. Nós temos conhecimento, mas desejávamos aprimorá-lo. Fomos ao Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore e falamos inclusive com o Nico Fagundes, que era diretor na época.

Conversamos também com a pesquisadora Lilian Argentina, que fez uma pesquisa sobre carretas, em São Gabriel, escrevendo um livro sobre o tema. O objetivo era procurar a autenticidade da carreta para não deixar cair no esquecimento, porque há muitos modelos de carreta. Tem a carreta original, tem a carreta de duas rodas, de ferro e outras. Nesse sentido, fizemos o concurso da carreta original, da carreta quatro rodas e da colonial. Estendemos o concurso para a juventude, pois temos que ter uma renovação entre eles, para que o movimento não acabe, preservando-se a carreteira autêntica. Os antigos carreteiros nos ajudaram, igualmente, através da memória. Muitas vezes quase desistimos, pois foi muita luta e desgaste. Pensamos em parar desde a primeira, desde aquele passeio inicial. Mas prosseguimos.

Na 13ª conseguimos que fosse registrado como evento municipal. Não podíamos pegar dinheiro de ninguém, pois não tínhamos associação, nem estatuto. Conseguíamos patrocínio em madeireira, pecuária, que davam pá, enxada, facão, garfo, ou seja, tudo aquilo que se relacionasse ao trabalho do carreteiro; essa era a premiação.

Estávamos em uma reunião, na subprefeitura aqui no Itacolomi, e um companheiro nosso foi com uma camiseta e nela escrito: ‘Carreteada de Gravataí’. Um rapaz que era professor, mas não lembro o nome, perguntou o que era a Carreteada. Quando foi explicado ele questionou a razão de não procurarmos a Prefeitura para colaborar. Então, ele suscitou a idéia de irmos a FUNDARC pedir uma colaboração. Foi quando estruturamos a Associação e criamos o Estatuto.

Fizemos muitas reuniões e convidávamos toda a comunidade. Vinham pessoas dos CTG’s e alguns não entendiam nada da nossa proposta. Agora é um evento municipal e consta no calendário municipal.

Inclusive, antes não se via boi bonito na região; era só boi velho de trabalho. Agora inflacionou o assunto de boi. Estão alugando carretas, bois, juntas de bois, criando para essa atividade. Há muitos que tem boi só para a Carreteada. Eles não sabem lavar, não sabem fazer outra coisa, porque o carreteiro autêntico não tem boi bonito. Ele passava viajando e não tinha tempo para engordar boi. Isso mostra a importância que a festa adquiriu.

Aqui na zona rural, a carreta é transporte bom para o trabalho. Antigamente era para passear, para ir à Igreja, etc. Mas, hoje tem um uso muito importante para o trabalhador rural, ao levar um esterco para lavoura, ao recolher a plantação da lavoura. A economia do boi, aqui na Costa do Ipiranga, é primordial; uma pena que inflacionou.

RELAÇÕES SOCIAIS, MEMÓRIA INDIVIDUAL E COLETIVA

Lá em São Gabriel fazem a mesma coisa que eu (Eleonora) vi quando criança. Havia um local que eles acampavam para vender os produtos coloniais. E, quando eu passava do colégio ao meio-dia, retornando para casa, via aqueles carreteiros. Muito do conhecimento que possuo hoje é devido às conversas que travei com esses carreteiros. Hoje, temos o concurso de carreteira.

Quanto à vestimenta, não há informações, nem na internet; somente a partir das lembranças dessas experiências.

O papel da mulher carreteira, entre outras coisas, se relacionava ao comércio, enquanto os homens levavam as mercadorias para os armazéns e vendiam pelas ruas. As mulheres permaneciam nas carretas, muitas vezes junto aos filhos, vendendo os produtos.

A vestimenta da carreteira se constituía em um vestidinho simples, uma saia e uma blusa, geralmente de manga comprida, um chapeuzinho com um lenço na cabeça e calça de homem, porque naquele tempo não tinha calça de mulher. Usavam chinelo, tamanco, ou até ficavam de pés descalços. Usavam a calça, pois tinham que subir na carreta para atender às crianças, pegar mercadorias, e elas não subiam direito se estivessem de vestido; era uma segurança para elas. O carreteiro usa um chapéu de palha ou um boné, a calça por cima da bota, uma bombacha do tipo argentina e uma camisa xadrez, branca, listrada, um casaco velho por cima e a faca de cabo de osso ou madeira. Tudo isso está no regulamento. Pode ir da maneira que quiser no evento, mas para concorrer tem que ser autêntico

Além disso, um dos elementos fortes da cultura é o cachorro no cambão. Cambão é um pau atado no eixo da carreta com um arame e uma argola que vai no pescoço do cachorro. O cambão serve para que a corrente não se enrola na roda da carreta. O carreteiro levava o cachorro porque às vezes ele dormia de noite e o cachorro ajudava a cuidar, mas para caçar também.

A outra polêmica cultural é a comida do carreteiro. Para o concurso, não adianta fazer banquete. A comida autêntica do carreteiro é um carreteiro simples, uma galinha com arroz, uma linguiça seca e churrasco de charque. Mas, tem regulamento que indica se o carreteiro é feito na banha, no óleo, se acrescentou tomate ou não, onde é feito, em que panela, se a colher que mexeu é de pau, etc.

PRESERVAR E TRANSGREDIR COMO ATITUDE DE PRESERVAR

Nós não somos mais da diretoria, preferimos sair para que haja uma renovação. Mas sempre participamos como jurados, aqui e na Lomba Grande. Agora é a sétima lá. Mas em muitos lugares já tem Carreteada: em Montenegro, Sapiranga, Glorinha, Santo Antônio da Patrulha, Sapucaia e Novo Hamburgo.

O grupo que participa da Carreteada não se restringe apenas ao evento; se movimenta também na questão dos aniversários. Começou com uma conversa entre amigos na Carreteada que desejavam fazer uma surpresa para um amigo. Levaram churrasco, fizeram um acampamento e aí começou. O principal é a amizade que surgiu entre todos.

O Nico Fagundes e o Telmo Lima de Freitas já compareceram na Carreteada; é uma festa muito popular. O pessoal aceitou o movimento e a maioria vai para valorizar a nossa cultura; isso é uma das coisas mais positivas que temos.

Existe uma rede de sociabilidade na carreteada. Por exemplo, morreu um boi da junta de um senhor que tem um filho de onze anos e ele não podia comprar outro, pois a filha estudava. O pessoal se reuniu ali, compraram um boi e deram de presente para ele.

Uma das coisas mais importantes que nós fizemos, mas acabou se perdendo, foi incluir no concurso as escolas municipais. Levamos os convites nas escolas para participar com desenhos sobre a carreta, sobre a Carreteada.

A festa da Carreteada foi aprovada pela comunidade e todos que visitaram a primeira voltaram com carreta e fundaram outras Carreteadas. Para nós, o melhor é a amizade que conquistamos e o reconhecimento de todos os participantes. Nós nem imaginávamos que uma simples carreta, um elemento da nossa cultura pudesse ser tão representativo. Não podemos sequer ouvir o ringido de uma roda de carreta, pode ser aonde for, sempre sentimos muita emoção.

A MANDIOCA E AS COMIDAS DE INVERNO: MISTURA “ÍNDÍGENA-PORTUGUESA”

Vanusa Silva de Lima Kksesinski

Licenciada em História. Gravataí/RS

Esta história tem como personagem principal a mandioca, que na língua indígena significa “mãe da casa”. É com esta raiz e seus derivados que relembro uma parte do passado de nosso município. É esta “mãe da casa” que abrigou ingredientes de habitantes de outra terra, que permitiu uma combinação de lá e de cá, permitindo-nos saborear alimentos miscigenados, tal qual é nossa população.

Na fusão de alimentos desenvolve-se uma parte cultural muito importante de nossos antepassados. Relatar ingredientes e o modo de fazer comidas não é tão e somente alimentar famílias, mas é, com certeza, um envolvimento de grandes proporções.

Ser um gravataiense do início do século XX, trazia consigo implicações como famílias numerosas, iluminação com candeeiro, lampiões a querosene, velas ou carbureto,¹ água da cacimba² encanada com canos feitos do caule de coqueiros, higiene com banhos de bacia ou gamela³ e necessidades fisiológicas feitas em patentes,⁴ tendo como papel higiênico sabugos de milho.

Parar a leitura e imaginar esse cenário, talvez seja difícil, mas era a realidade de algumas áreas do município. É justamente nestas áreas que se mantêm rurais até hoje (Ponta Grossa, Morro Agudo, Santa Tecla, Ipiranga, Morungava) que a mandioca com seus derivados (farinha de mandioca, polvilho, massa da mandioca) e a cana-de-açúcar, também com seus derivados (cachaça, melado, rapadura e açúcar) vêm compor a história índio-portuguesa. Não nos esqueçamos de personagens coadjuvantes como: aipim, animais e seus derivados (leite, banha, torresmo, carne, linguiça e ovos) e produção de hortaliças.

1 Espécie de pedra que em contato com a água soltava um gás inflamável usado como iluminação.

2 Poço cavado onde vertia água.

3 Vasilha feita de madeira da timbaúva.

4 Casinha de madeira projetada com assento aberto, construída sobre um buraco fundo; ancestral do banheiro químico.

Na zona rural de Gravataí, em processo de expansão, em muitos invernos de noites muito escuras e geladas, destacava-se uma economia de subsistência. Produzir seu próprio alimento, através dos recursos de sua propriedade, alimentando famílias numerosas, trabalhando nas atafonas (tafonas) ou nos engenhos era um serviço árduo e feito bravamente por nossos antepassados.

Ouvir a narrativa descritiva, nos mínimos detalhes, daqueles que viram e experimentaram o tempo da atafona é, no mínimo, fascinante, porque nos colocamos diante de duas realidades numa só, ou seja: a realidade da memória de quem está contando e a realidade de quem está ouvindo. Quando ouvimos, imaginamos através das palavras de quem narra uma ideia e nossa imaginação abre um cenário com formas, cores, objetos e personagens, enquanto que o narrador passa uma ideia real, concreta de vivência dos fatos. Narrador e plateia são idênticos num ponto. Aquele em que o sentimento de saudade encontra a esperança de um dia reviver e viver o mesmo momento; passado e presente num encontro temporal.

No contexto de um tempo que se foi, fica evidente que a mandioca e seus derivados tinham aproveitamento total. A raiz alimentava a criação da propriedade e se processada até virar a farinha propriamente dita, era usada para pratos doces (biju, melado com farinha, café com farinha) e salgados (açorda, rosca, paçoca, feijão com farinha, pirão).

Por trás da preparação do jantar (açorda) e da sobremesa (biju), diante e na volta de um fogão a lenha, com todos reunidos sob a luz de um candeeiro, havia todo um ritual, do mais velho membro da família contar histórias que, geralmente, já foram contadas por outras gerações passadas, variando entre tesouros enterrados, panelas de ouro que os padres mandavam enterrar em algum lugar secreto, como embaixo das raízes de uma figueira, entre três coqueiros que formam um triângulo. Histórias que desafiavam a nossa imaginação de criança e nos punham de cabelos em pé quando contavam sobre a maldição para quem encontrasse um destes tesouros, como aparição de fantasmas, morrer na hora em que abrisse a panela e o que mais o místico permitia acreditar. Também era comum nestas noites combinar as tarefas para o dia seguinte, tais como: quem iria para a roça trazer a mandioca de carreta, quem se ocuparia da lenha, da raspagem da mandioca, de mexer o forno, de colocar a massa na prensa, etc. Assim as tarefas eram divididas entre homens e mulheres.

O ajuntamento de moças e rapazes que chegavam da vizinhança para ajudar nas tarefas era muito comum, obedecendo todos a um ritual que se seguia noite adentro e, às vezes, madrugada afora. Sabendo da sua função e com os devidos instrumentos para

a raspagem, os rapazes sentavam-se em pequenos bancos de madeira, no entorno da mandioca amontoada, e as moças sentavam-se também em pequenos bancos na roda maior, cada uma atrás do par com o qual tinha mais afinidade.

Os rapazes pegavam a raiz e faziam a raspagem do capote⁵ e, após finalizada essa primeira parte, entregavam essa raiz para as moças que estavam sentadas atrás. Estas por sua vez, pegavam a raiz na parte já raspada, ou seja, limpa, terminavam o trabalho raspando o restante da mandioca do meio para a ponta, tirando o capote. A mandioca limpa era colocada em cima de panos limpos para ser levada até o tramunhado.⁶

Como todo trabalho tem sua diversão, a passagem da conclusão de raspagem permitia, de vez em quando, um olhar, um sorriso, um cochicho; assim o serviço seguia. Sempre havia alguém passando o mate e uma parada para comer um biju. Finalizado todo o serviço, não havia pagamento monetário para os ajudantes porque estes participavam dos afazeres em troca de levar para casa um pouco de massa para fazer biju ou um pouco de farinha de mandioca.

Na hora de levar as moças para casa, uma vega⁷ segura por rapazes iluminava a noite escura, e sempre uma paquera, um baile de meia-canha ficava tratado para o fim de semana. As moças nunca iam sozinhas com os rapazes, pois tinham a companhia dos irmãos ou de algum familiar.

O sol ainda não tinha despertado, mas a tarefa de transformar a mandioca em seus derivados já estava em plena atividade. O encarregado de tirar a mandioca do tramunhado e levá-la para a máquina de triturar devia trabalhar rápido para que a mesma não ficasse com manchas pretas e comprometesse a produção. Seguia-se todos os passos de prensagem com a massa colocada dentro de sacos intercalados com palhas de coqueiro, até a torra em forno operado por um profissional que deixava a farinha torrar no ponto certo. Este profissional tinha total controle dos equipamentos que deveria manusear, do boi que tocava as pás dentro do forno para não queimar a farinha, para varrê-la de dentro do forno, fazendo-a cair dentro de caixotes, quando uma abertura era acionada no fundo do forno. Tratava-se de um conjunto muito bem estruturado dentro das atafonas. Todo o processo também era feito com a cana-de-açúcar, nos alambiques (engenhos); claro que guardadas as devidas proporções, para chegar até o açúcar.

5 Prática onde a raiz é segura na ponta e raspa-se do meio até o pé (parte que se liga à rama), fazendo parecer que a raiz ficava com um capote: casaco.

6 Lugar onde era depositada a mandioca limpa para ser triturada; espécie de casinha com uma pequena inclinação para frente a fim de facilitar a retirada da mandioca.

7 Tocha feita com pedaços de pano e graxa colocados dentro de um gomo de taquara, usado para iluminar as estradas de noite.

Não se queimava nenhuma etapa, desde a moagem em que a moenda (três cilindros giravam pela força de dois bois), apertava a cana, fazendo o caldo cair. Pausa para a saudade de aparar com um canequinho de alumínio a garapa, saboreando o caldo doce antes que caísse no barril. A fervura era em tachos de cobre, onde o meladeiro ia resistindo ao calor do fogo, até o ponto do melado, ou o ponto da rapadura ou o ponto do açúcar; tudo era trabalho braçal. Tem-se nos engenhos a lembrança dos tempos escolares, das primeiras mudas trazidas nas embarcações portuguesas por Martin Afonso de Souza, da fase colonial açucareira no Brasil. Aprendia-se que este açúcar era o nosso ouro branco. Numa Gravataí de antigamente, processado em pequenos engenhos, este era o tempero do biju feito no fogão a lenha.

Açorda, palavra só encontrada em pouquíssimos dicionários e, mesmo assim não caracterizando tipicamente a comida em si, nem mesmo nos soa muito certo a sua pronúncia. Esse alimento é feito com água quente, ovos, tempero verde, sal, banha e farinha de mandioca. Mantinha a família nutrida no inverno e, se assim quisesse, em qualquer estação. Este alimento reunia praticamente tudo o que a propriedade produzia; comprava-se só o sal.

Ao contrário do biju que ganhou *status*, a açorda se perdeu; nem mesmo com sopa ela se parece. Encontra-se açorda somente na memória de quem tem mais de meio século de vida nas propriedades rurais de Gravataí.

Da rica coesão da cultura culinária indígena local, com a europeia colonizadora, os povoados de nossa cidade alimentaram suas famílias, comercializaram sua produção e se fizeram presentes no crescimento de Gravataí. Açorda e biju são apenas dois pratos típicos de nossa gente; um salgado e o outro doce, mas com junção de ingredientes de produção própria do lugar, pois biju com açúcar e canela ou biju assado no forno para ser comido como biscoito e servir de sobremesa depois da açorda eram sempre muito apreciados.

Ver variações desse biju, hoje chamado em muitos lugares de tapioca com os mais diversos sabores doces e salgados é uma vitória. É saber que a persistência de nossos avós e bisavós, durante muitos invernos, ganhou dimensões nacionais, atravessando o século XX e disseminando-se pelo século atual.

RECEITA DA AÇORDA

Ingredientes: 1 litro de água, seis ovos, sal a gosto, tempero verde, uma colher de sopa de banha e farinha de mandioca para dar o ponto de mingau ralo.

Modo de fazer: aqueça a água com o sal e a banha, coloque os ovos quebrados e ferva por cinco minutos. Retire os ovos, coloque na fervura o tempero verde e a farinha para o ponto de mingau ralo. Retire do fogo e misture os ovos para que fiquem picados. Sirva quente.

RECEITA DO BIJU

Ingredientes: polvilho verde e açúcar.

Modo de fazer: peneire um pouco de polvilho sobre um pano, junte uma porção, o suficiente para cobrir o fundo de uma frigideira e deixe cozinhar. Polvilhe por cima o açúcar a gosto, com ou sem canela moída. Em seguida dobre-o ao meio com o auxílio de uma faca. Sirva quente se o preferir macio, ou deixe-o esfriar se preferir em ponto de biscoito mais firme.

REFERÊNCIAS

LIMA, Vani Bartolomeu de. *História oral: relatos do seu tempo de infância e adolescência* (1939-2010).

LIMA, Benoi da Silva. *História oral: relatos do seu tempo de infância e adolescência* (1951- 2010).



Plantação de mandioca.

EVOLUÇÃO ECONÔMICA DE GRAVATAÍ APÓS A EMANCIPAÇÃO

Célia Silva Jachemet

*Professora, Especialista em Literatura Brasileira/FAPA
Mestre em História/UNISINOS e Vice-Presidente da CAERGS. Gravataí/RS*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca evidenciar aspectos fundamentais determinantes no sistema produtivo e econômico de Gravataí, após a sua elevação à cidade em 1880.

Para a entrada neste período, que coincide com o fim do Império, faremos uma rápida retrospectiva aos trinta e três anos do período guarani e à ligação econômica da Vila de *Gravathay* com Porto Alegre que se tornará a cidade-mãe.

Nestas questões de desenvolvimento e de retrocesso econômico agregam-se vários fatores, ao longo do tempo, como: políticas governamentais, infra-estrutura rural e urbana – vias de acesso, demanda de consumo e de mão-de-obra, migrações internas (êxodo rural), divisão do território de Gravataí e mudanças de rumo na economia.

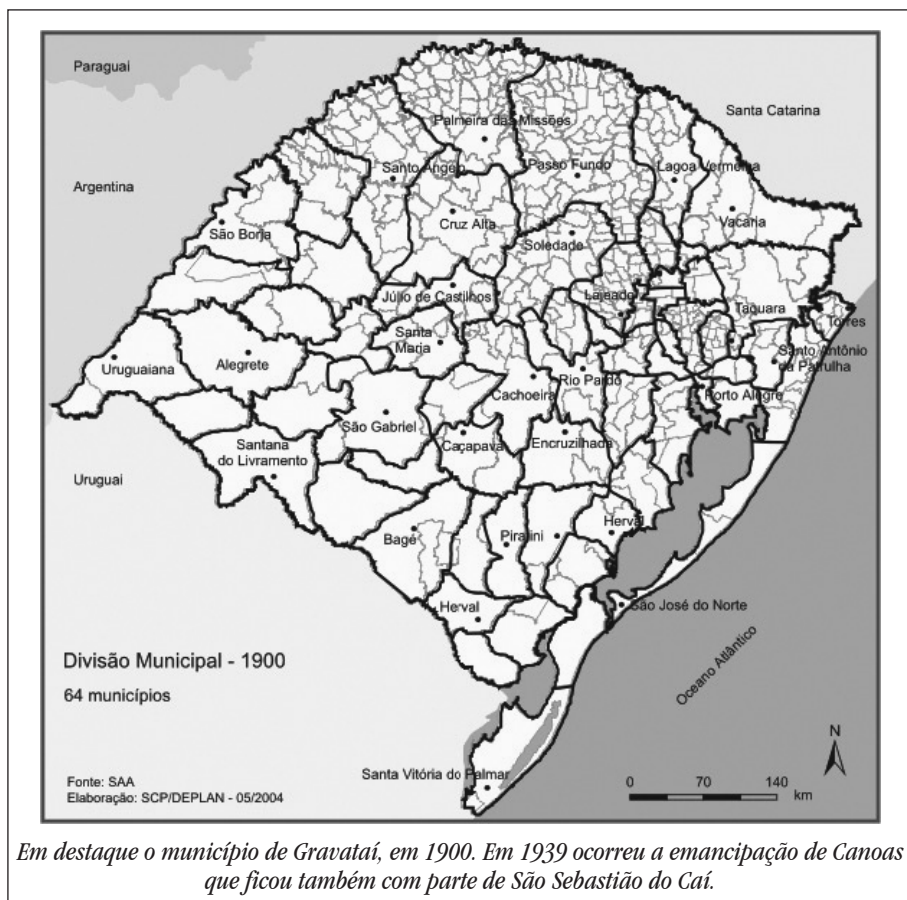
Como sabemos, o período dos Guarani na Aldeia dos Anjos, foi iniciado em 1763, dentro do período colonial, e durou pouco mais de 30 anos. Em 1802, com a criação da Junta da Real Fazenda em Porto Alegre, desfez-se a administração da Aldeia. Foi o seu fim.

E os índios? Não desapareceram. Algumas famílias ficaram arranchadas próximo ao Morro do Itacolomi, vivendo de suas roças e do trabalho com carretas de bois. Outros se miscigenaram com a população existente e muitos foram para outras regiões.

O Rio Grande do Sul, bem como todo o país passava por períodos difíceis. Eram os últimos anos do Brasil Colônia. A economia, baseada na mão-de-obra escrava, tinha como principal produto o charque, mas não em toda a Capitania. Destacam-se Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas nas suas extensões da época.

Em 1809, com a divisão do Rio Grande do Sul em municípios, as feições administrativas, da então Capitania, começaram a tomar novo corpo. Já em 1795, Gravataí havia sido elevada à categoria de Paróquia Perpétua, com a denominação de Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos. Mas, somente pela lei n. 1.247, de 11 de junho de 1880, é que Gravataí foi elevada à categoria de vila e sede de município, emancipado de Porto Alegre. A Câmara de Vereadores do novo município foi instalada em 23 de outubro de 1880. Funcionava, na época, a política ditada pelos grandes detentores de propriedades rurais que privilegiavam a criação de gado.

Neste contexto, já se pode começar a pensar em direcionamento da economia. Gravataí também já conta com expressiva migração de descendentes de alemães, além da já consistente povoação de descendentes de açorianos, de negros e índios resultantes do aldeamento Guarani e de índios anteriores a estes, os chamados bugres.



Fonte: WWW.SCPRS.GOV.BR/ATLAS

A ESTRADA DE FERRO E AS PRIMEIRAS GREVES

O espaço territorial destinado ao novo município abrangia o que são hoje os municípios de Canoas, Cachoeirinha, Glorinha e o município sede: Gravataí

A ligação com Porto Alegre era intensa. Porto Alegre crescia e necessitava escoar e receber produtos. Em 1903 foi iniciada a construção da estrada de ferro ligando Porto Alegre a São Leopoldo e, é claro, passando por Gravataí no Capão das Canoas (Canoas), tendo aí a estação férrea chamada de estação Gravataí.

Com a construção e a atividade da estrada de ferro ligando Porto Alegre a São Leopoldo, muitos operários foram envolvidos, mesmo de outros municípios como Rio Grande e Santa Maria, para trabalharem na estação férrea de Gravataí.

Nesse contexto, aconteceu a primeira greve operária em Gravataí – 1916, com os operários da Viação Férrea, que lutavam por aumento salarial e jornada de oito horas: semana inglesa (5 dias). A greve durou de 30 de julho a 09 de agosto. Em 1917 repetiu-se a greve, de 16 de outubro a 03 de novembro, desta vez: por aumento salarial; regresso dos escritórios a Santa Maria (os transferidos para a estação de Gravataí não queriam ali ficar.); pagamento dos salários atrasados; exigência de regresso dos operários intimados pela Viação a seguir para Rio Grande e Gravataí; demissão do diretor. Houve a vitória dos operários nessa greve. Em 1919, outra greve se deu de 3 a 6 de março, pelo pessoal do trânsito, escritórios e Via Férrea. Era por solidariedade a um companheiro demitido e descontentamento com o chefe. Desta vez a greve fracassou.

A causa das greves em todo o Estado na época pode ser atribuída à conjuntura da Primeira Guerra Mundial, especificamente ao mal-estar causado aos setores trabalhadores pela exportação de artigos alimentícios básicos para os aliados, com a consequente elevação dos preços para o consumidor nacional.

A PRODUÇÃO PRIMÁRIA

O movimento pecuário baseia-se em aparecer, não tanto pela produção própria, mas pelo transporte de tropas, já que o caminho dos tropeiros atravessava o território de Gravataí: primeiro para o matadouro em Viamão e, segundo, porque o gado produzido nos Campos de Viamão “era um gado ruim, aspudo,” segundo o Sr. Gastão Rosa, residente em Taquara, de quem colhi esta informação. Esse gado era levado para Cima da Serra (São Francisco de Paula) e lá, engordado, era

trazido de volta como gado serrano, valioso no mercado. Eram constantes também as tropas de porcos e de perus para abastecer o mercado da capital, especialmente para a época de Natal e Ano Novo.

Estes produtos eram transportados por carreteiros até a Capital. Outros seguiam pelo porto do Passo das Canoas – Rio Gravataí – e eram transportados pelas “gasolinas”, (barcos movidos a gasolina), para a estação férrea em Niterói – Canoas e para a capital.

A INDÚSTRIA DOMÉSTICA E O COMÉRCIO AMBULANTE

Afora a pecuária e produção agrícola de subsistência, os produtos eram em geral manufaturados, produzidos em indústrias caseiras e destinados mesmo à alimentação e às lidas agropecuárias. Assim encontrava-se a fábrica de banha, os moinhos de milho e de trigo, engenhos, atafonas, serrarias, selarias, alambiques e marcenarias. O mais vinha de fora ou através do comércio ambulante; pelos tropeiros e por mascates. Produzia-se, então, alimentícios, têxteis primários e alguma ferramenta para o trabalho na agricultura. O resto adquiria-se por encomenda, especialmente os moradores nas zonas rurais; assim o faziam.

A CULTURA DO ARROZ EM GRAVATAÍ

Embora houvesse pequenos engenhos de descascar arroz, situados nas zonas coloniais do Rio Grande do Sul, desde a chegada dos italianos, foi somente em 1880, justo no ano da nossa emancipação, que se verificou um incremento na cultura desse cereal. Entre 1880 e 1900, realizaram-se os primeiros ensaios de cultura irrigada, em Taquara e Santa Cruz do Sul. Em 1903 registrou-se uma pequena exportação de arroz. Nesta época iniciam-se as primeiras lavouras com instalações de levante mecânico para irrigação, nas vizinhanças de Pelotas, em 1903, e em Gravataí em 1905, com 100 hectares, aproximadamente. Em 1922, o estado exportou, pelo Rio da Prata, 33 toneladas de arroz. Grande parte deste arroz saiu de Gravataí. Em 1926, a cultura do arroz sofreu uma grande crise, paralela ao início da industrialização e de outros setores.

Nos anos de 1940 foi criado o Instituto Riograndense do Arroz – IRGA – com sede em Gravataí (Cachoeirinha – onde hoje está Escola Agrícola Daniel de Oliveira Paiva – CADOP), sendo o Dr. Artêmio Camargo, de Gravataí, um dos seus primeiros presidentes, uma vez que era forte produtor de arroz em Osório e Santo Antônio da Patrulha.

Hoje o município ainda tem no arroz uma das suas importantes produções agrícolas.

Afirma Heloisa Jochims Reichel, na obra *RS: economia e política* (p. 271), em seu texto *A industrialização na República Velha* que: “No Rio Grande do Sul subsistiram as empresas que produziam com matéria-prima do próprio estado, impossibilitando uma produção que alcançasse o que se pretendia em nível de exportação. Eram indústrias de alimentos, bebidas, tecidos de lã e calçados.”

Para Gravataí pouco sobrou, neste período, no tocante à indústria; seguiu a indústria rural doméstica.

O CICLO DA MANDIOCA

Pode-se daí atribuir que Gravataí tem o seu primeiro ciclo econômico, baseado na produção da mandioca, produto aproveitado já pelos primitivos habitantes e adotado pelos portugueses e, mais tarde, por descendentes de alemães. Porém o primeiro forno para a secagem da farinha foi construído por um Corrêa, açoriano, que veio de Santa Catarina para Torres e depois a família cresceu aqui na região e seguiu o ramo da marcenaria, onde criou quase todas as peças que constituíam uma atafona: o forno, a raspadeira, o trolô, etc.

Os alemães inovaram, mais tarde, e as atafonas, que eram movidas à tração animal, passaram a funcionar com motor a diesel. Mas, isto só após a Segunda Guerra.

A farinha de mandioca impulsionou o mercado de Gravataí, chegando a ponto de exportar até para o estrangeiro.

A então cidade de Gravataí, com mais de mil quilômetros quadrados de superfície, vivia da produção agropecuária e agricultura doméstica, de subsistência, vendendo o excedente, através dos carreteiros, para abastecer a capital. As chamadas estradas reais (aquelas construídas na época do Império) eram poucas e não passavam de caminhos de tropeiros e carreteiros. O mais eram estradas vicinais, feitas por moradores para escoar a própria produção.

A década de 1920, caracterizou-se no Brasil por um aumento da capacidade produtiva industrial, graças ao surgimento de empresas que não só possuíam maior índice de integração e modernização, como também marchavam para uma produção diversificada. Mas, isto ainda em Porto Alegre.

Então, Gravataí apostou na agricultura, basicamente com a produção da mandioca e seus derivados: farinha, polvilho e carolo eram vendidos para os mercados de Pelotas e de Porto Alegre que enviava para outros estados. A glicose, extraída do amido da mandioca era ingrediente usado na fabricação de bebidas, colas, goma para tecidos e na indústria do doce, por isso muito valorizada e vendida para o município de Pelotas, para uso na indústria doceira.

As famílias eram numerosas e a base da mão-de-obra era a familiar. Em quase todas as propriedades rurais havia atafona; não raro também moinho e alambique, destacando-se estes últimos nas propriedades de alemães.

A farinha de mandioca, entre os anos 1900 e 1950 foi uma espécie de moeda de troca. O dono da roça vendia a sua produção para a atafona e recebia de 30 a 50% em sacos de farinha, que eram vendidos então para o entreposto de farinha, ou àquele que tinha a tulha,¹ que a ensacava em sacos de 50 quilos e revendia para os atacados.

Na maioria das vezes, aquele que produzia a mandioca, nunca via o dinheiro da safra. Quando era a vez de receber, tudo já estava comprometido com o armazém de secos e molhados, que recebia a farinha e em troca amortizava a dívida ou fornecia novos produtos. Eis um exemplo: “Felisbino José Soares deu por conta de um documento, 25 sacos de farinha a 12.000” - (doze mil réis). (Livro de armazém). Prova disto, encontra-se no livro de apontamentos comerciais do Armazém Sarmento, Soares e Gomes, de Gravataí – armazém do Chico Soares e o de João Coelho, no Barro Vermelho, bem como registros de mercadorias recebidas no Armazém Gonzaga, do Passo do Mundo Novo, também parada de tropeiros que levavam encomendas para Cima da Serra.² O livro registra os movimentos de um desses armazéns, de 1901 a 1933.

Em um ano, estes armazéns chegavam a comercializar 60 toneladas de farinha, toda ela produzida no município. Assim, segundo os registros, uma série de produtos manufaturados vinha da Capital para Gravataí e daqui para Cima da Serra. A Serra enviava pinhão, pelego e gado de corte. Abastecia a Capital com gado oriundo da Catanduva, Costa da Miraguaia, cujas tropas passavam por Gravataí.

1 Depósito (casa) de madeira bem fechado onde era depositada a farinha a ser ensacada.

2 São Francisco de Paula.

Os tropeiros levavam para Cima da Serra também o sal para o gado, breu (abastecimento do correíame para atafonas), erva mate, arame, querosene, fumo, café, arroz, milho, etc.

Dentre os manufaturados citam-se: tecidos, chapéus de pano, de feltro e de palha, pregos, renda, grega, baeta (espécie de tecido semelhante ao veludo), barbante, tachas, linhas, botões de couro, de osso, de madrepérola, esporas, colheres de ferro, chapéus de aba larga, pentes de borracha, de furos, de cabeleireiro, fósforos, meias, lenços, pratos de folha, tesoura de tosquiar, martelo, formão, chinelos, tamancos, bicos de mamadeira, fuzil, gravatas, camisas, palas de casimira, toalhas, mantos de seda, bombachas, couro de vaca curtido, colarinho de linho para camisa, abotoaduras para camisa, pregadores para camisa, punhos para camisas, fitas, alfinetes, grampos de cabelo, dedal, linha de cor, linha branca, casacos feitos, alfinetes, alfafa, graxa, charque, vinho, vinagre, erva doce, bolachas, chá preto, açúcar, quina, feijão, rapadura, chita, morim, merinol (tecido), cetineta, brim, fósforos, crochete, organdi, cassa, algodão, gorgurão, peças de madragim, lenços de organza encarnados, gravatas, camisas de meia, mantos para sela, renda, pelúcia, brim pardo, dedal, caixas de sabonetes, canivetes, fitas floreadas, etc.

Quanto ao transporte dessa época, registra-se que o Sr. Marçal Peixoto possuía uma frota de carretas para transporte de mantimentos e de farinha. Acompanhavam a cavalo os carreteiros que tinham lugar certo de pousada, assim como os tropeiros. A farinha produzida na localidade de Contendas ia para o lado de Taquara, para o Armazém Gonzaga, no Passo do Mundo Novo. O que era produzido no Rincão de São João para o lado de Gravataí, ia para Glorinha, armazém de Marçal Peixoto e depois para Gravataí, nos armazéns já citados.

O dono do armazém era também fiel depositário de dinheiro a juro, assim como tomava de empréstimo, emprestava. Intermediava em testamentos, heranças e outras situações.

Eis algumas notas extraídas de livro de um dos armazéns:

Leonel Teixeira da Silva, deu cem mil réis, por mão do Sr. Bernardino Fonseca, por conta de um documento.

Vendi o gado dos meus filhos a 30 mil réis cada um.

Saturnino Antônio Coelho, deve da venda 536.890 mil réis, 25 sacos de farinha vendidos a 4.500 réis cada um, que deu por conta.

Entreguei ao Sr. Manuel Vieira da Rosa Filho as pratas e ouros pertencentes ao falecido pai do mesmo Rosa: um fiador, um peitoril de prata, um par de rédeas, um rabicho e cabeçada, um par de boçais de 14 polegadas, um par de esporas, uma faca, ouros, um relógio de ouro e cadea, uma abotoadura completa, uma medalha, três anéis, um documento de 1907, de José Roza Soares; emprestou-me cem mil réis e em março de 1923 emprestou-me duzentos mil réis.

As medidas referidas no livro são: metro, galão, alqueire, peça, rolo, garrafa, grosa e outras.

A produção e o comércio de farinha de mandioca nos armazéns de secos e molhados de Gravataí, (cf. doc. de 1901 a 1933 – livro do Armazém) mostram que a farinha de mandioca funcionava como moeda de troca entre o dono do comércio e o agricultor.

Muitos tafoneiros recebiam de plantadores com menos recursos a pequena safra destes, num percentual que variava de 30 a 50%. Com esse dinheiro compravam alimentos que não produziam em sua roça, objetos e insumos de que necessitavam. Raramente o dono da venda tirava dinheiro do bolso para pagar a farinha. Tudo ficava ali. Feitas as contas, invariavelmente, o plantador de mandioca ainda ficava devendo para pagar com a próxima safra ou dava em pagamento uma rês, objeto ou serviço.

O dono da venda tomava e fazia empréstimos como se banco fosse. Era fiel depositário de bens e até de heranças, conforme vimos acima.

No ano de 1900, um saco de farinha custava 4 mil réis e 1 quilo de arroz, 500 réis. A farinha de mandioca, portanto, não fosse a mão-de-obra familiar e a sazonalidade, que ocupava dos produtores cerca de quatro meses de plantio e capina, e, três meses, para a colheita, daria só prejuízo. Salvava-se o polvilho, trabalho feito pelas mulheres e que rendia mais. Além disso, da mandioca nada se perde e é também um bom alimento para o gado.

A partir dos anos 1950 entraram os caminhões no transporte da farinha de mandioca.

Nesta época, porém, muitas atafonas foram fechadas. A mão-de-obra começou a escassear, porque com as leis trabalhistas, a busca pelo emprego na cidade cresceu e com isso aconteceu o primeiro êxodo rural em Gravataí: migração para o Vale dos Sinos e Porto Alegre que se industrializavam.

Já em 1939 ocorreu a emancipação de Canoas. Gravataí perdeu a Estação Férrea como fonte econômica, além de território já promissor na área industrial e agrícola de arroz.

A CAPITAL DO LEITE

Nos anos 1960 Gravataí melhorou o rebanho bovino e um grande número de propriedades passou a investir no gado leiteiro, tornando o município a principal bacia leiteira da região. O leite produzido era recolhido nas propriedades pelos caminhões leiteiros e transportado para os entrepostos da CORLAC (Companhia Regional de Laticínios e Correlatos). Novamente, o lado norte do município levava a sua produção para a CORLAC de Taquara e os demais para a CORLAC de Porto Alegre. Em Glorinha era forte a cooperativa dos leiteiros. Aos poucos o gado leiteiro foi sendo substituído pelo gado de corte, devido ao baixo preço oferecido pelo leite e ao surgimento e modernização de outras indústrias leiteiras. Também o pequeno produtor de leite contava com um plantel de vacas de baixa produção e, muitas vezes, pela demora da entrega, perdia o leite devido ao alto índice de acidez. Perdia tudo! No fim do mês pouco restava para receber do leiteiro. Ia quase tudo em insumos.

A produção de gado de corte valorizava-se à medida que crescia o setor coureiro calçadista no Vale dos Sinos.

ARGILA, GRÊS E SAIBRO

Ainda no setor primário se destacavam em Gravataí, pelo tipo de solo, grandes jazidas de argila, agora reduzidas. Desde o período Guarani, com a fabricação de telhas e de louças, jazidas vinham sendo exploradas. Muitas eram as olarias que supriram por muito tempo o crescimento da cidade com telhas e tijolos de boa qualidade.

Outro produto que contribuiu com a economia, especialmente por fornecer mão-de-obra a um grande número de famílias é a “pedra” grés, empregada na construção de casas e de calçadas. Tramandaí talvez seja o município que tenha o maior número de casas construídas com grés de Gravataí e Santo Antônio da Patrulha. O município de Glorinha e o distrito de Morungava extraíram grés, deixando sulcos irreparáveis no ambiente, pois a grés assegura a reserva de água. Uma vez tirada esta água, “guardada” para o futuro, ela se perde. Hoje a produção de grés é baixa e controlada pelo IBAMA.

Além da pedra grés, as jazidas de saibro, há mais de 50 anos vêm servindo de reparos para as estradas de chão da área rural. Glorinha já quase não as têm.

Com isso os morros perderam seus topos e o que sobram são sulcos e poços que, geralmente não são utilizados para nada. Há um desequilíbrio ambiental nestas áreas exploradas, pois raramente se faz o revigoramento delas. Há que citar também as pedreiras de brita, necessárias e, ao mesmo tempo, ameaçadoras ao meio ambiente.

Assim, no município de Gravataí hoje, a participação da agricultura, da pecuária e da mineração, pode-se dizer irrelevante na economia, diante do desenvolvimento do segundo e terceiro setores. Há ainda o carvão mineral que aparece na região junto ao banhado do Rio Gravataí, até a céu aberto, tendo já chegado, em períodos de grande calor, à autocombustão, segundo o ambientalista Paulo Müller.

OS SETORES SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO

Na década de 1960, com o advento da primeira grande indústria – a ICOTRON – iniciou-se um novo e definitivo ciclo econômico, o da industrialização, que fez com que Gravataí, aos poucos, deixasse de ser uma cidade dormitório na medida em que indústrias foram aqui se instalando. Em 1966, Cachoeirinha emancipou-se de Gravataí, mas, em compensação foi criado o Distrito Industrial e a atração pela cidade fez com que o fluxo migratório que já começara com a ICOTRON e a Pirelli, principalmente de famílias do interior do município e de Santo Antônio da Patrulha, aumentasse.

A partir dos anos 1970, com a política de moradias e com o crescimento cada vez mais acelerado da indústria, Gravataí recebeu migrantes de todo o Estado e de outros estados, bem como imigrantes de outros países que vinham atender às indústrias implantadas, sendo a maioria delas do ramo metalúrgico.

Em 1988 foi a vez de Glorinha emancipar-se e Gravataí perdeu então mais da metade da sua área e, principalmente, uma das mais produtivas na agropecuária.

A partir dos anos 1980, a população não parou de crescer e a economia também. Desde o início dos anos 1990, Gravataí está entre os dez primeiros municípios do Estado em arrecadação. Com a instalação da General Motors (GM), o setor secundário cresceu também em modernidade e deu impulso ao setor terciário. Hoje, o comércio e os serviços de Gravataí estão em franco desenvolvimento. Falta à população buscar crescer também para acompanhar esse progresso, estando apta a atender a demanda de trabalho com mão-de-obra qualificada.

CONCLUSÃO

Diante da possibilidade de escrever este artigo sobre a produção econômica de Gravataí após a sua emancipação, depare-me com uma proposta (de mim mesma) que, depois de iniciado o trabalho, considerei-a ousada: primeiro, pelo fato de minha formação não ser em economia. Não me detive em estatísticas, mas no que chamo de resenha cronológica do que vi, ouvi e li sobre as questões apontadas.

Se houver um aprofundamento mais consistente em cada um dos assuntos aqui abordados, descobrir-se-á muito sobre a História Econômica de Gravataí neste período. Também não me foi possível aprofundar os assuntos dado o regulamento do Seminário de não ultrapassar a quinze páginas.

Na verdade, fiz uma tentativa de, em levantando estes assuntos, provocar o estudo deles para assim contemplar mais um espaço histórico que considero ainda carente de dados reunidos, para uma história mais consistente do período.

Nas últimas décadas têm os acadêmicos se preocupado mais com a história do período Guarani na Aldeia dos Anjos, com a História Social, em razão do crescimento econômico e populacional e ainda com História Política nos contextos regional e nacional. Porém, os vieses da História se cruzam em diversos momentos e a História Econômica nem sempre analisa outras questões, mesmo sociais e até populares. Se formos às estatísticas, elas nos contarão muito, mas sem o calor do que chamamos, nós os historiadores “da ala romântica”, dos “atores” que colaboraram com os resultados dessas estatísticas.

Ao relatarmos fatos da história de um lugar, de um povo, vemos que tudo está entrelaçado. É assim que, por necessidade, por não haver outra forma possível, à época da emancipação de Gravataí, predominava a indústria doméstica. Tudo era muito doméstico. À medida em que outros caminhos se abriram, a população caminhou junto e buscou o melhor lugar para si.

As dificuldades dos trabalhadores de ontem apenas eram diferentes das de hoje. Talvez mais pesadas pela falta de infraestrutura em todas as áreas. Nem por isso Gravataí deixou de progredir.

Nosso agradecimento aos trabalhadores do passado e o nosso apreço aos trabalhadores de hoje que fizeram e fazem esta cidade permanecer por quase vinte anos entre as melhores economias do Estado.

REFERÊNCIAS

ANAIS do Primeiro e do Segundo Simpósio Estadual sobre a Cultura Gravataiense. SMED Gravataí. Porto Alegre: Evangraf, 1990 e 1993.

DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. (Org.). *RS: economia e política*. 2 ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

JACHEMET, Célia Silva. *Açorianos, alemães e negros: assimilação e organização social numa comunidade mista: Glorinha (1880 -1960)*. Gravataí: Impressos & Cia, 2006. (Cadernos Glorinhenses, 1).

PETERSEN, Sílvia Regina. As Greves no RS 1890 -1919. In: In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. (Org.). *RS: economia e política*. 2 ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

REICHEL, Heloísa Jochims. A industrialização na República Velha. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. (Org.). *RS: economia e política*. 2 ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.



Parque Industrial da GM/Gravataí.

AGRICULTURA E SOCIABILIDADE NO BAIRRO PONTA GROSSA: REDUTOS DE MEMÓRIA NO “ENTRELUGAR”¹

Vani Bartolomeu de Lima
Benoí Silva de Lima

Nascidos e criados aqui; casados há 41anos. Gravataí/RS

COTIDIANO E MEMÓRIA: UMA ARTICULAÇÃO DE TEMPORALIDADES HISTÓRICAS

Eu, Vani Bartolomeu, comecei a tirar leite com sete anos. Foi em agosto de 1956. Tinha tambo de leite. Faz, portanto, 54 anos que eu tiro leite. O meu pai tinha armazém, açougue e atafona. Ainda era aquela época da tração animal. Fazia farinha e levava de carreta para o depósito do Pompílio Gomes, bem ali onde é a loja Pompéia. Buscávamos os mantimentos na Volta do Guerino, onde tinha Febernatti. Depois em Cachoeirinha, ali no Brambila, onde tinha um campo grande, eram poucas casas. Posteriormente, vieram os caminhões, e, então, não precisávamos buscar de carreta. E, diante das mudanças, a permanência apresentou-se na relação com o trabalho, sempre na roça, na agricultura. Hoje trabalhamos e comercializamos.

O comércio do leite hoje se dá com a Laticínios Piá. Mas, estamos com pouco leite. Os filhos casaram, têm seus empregos, estamos apenas eu e Benoí e aí fica mais difícil trabalhar nisso. Temos uma vida boa, mas a época de fartura passou.

Temos, eu (Benoí) e Vani, uma rotina diária que envolve acordar às 5 horas da manhã, tirar leite, fazer a lida da roça, dar ração para os animais, etc. Eu trabalho em casa, faço salgadinho para festas. E, quando chega 17horas tiramos leite novamente, pois, em seguida, chega o caminhão para encaminhar à empresa.

¹ Entrevista realizada no dia 04 março de 2010 por Joice da Luz Lopes e Rafael Linck Moehlecke, acadêmicos de História da ULBRA/Gravataí e FAPA, respectivamente. Estagiários do Departamento de História da Fundação de Arte e Cultura de Gravataí.

Tenho uma relação com o trabalho no campo desde pequena também. Ajudava meu pai a tirar leite e continuei depois de casada. Embora os filhos já estejam adultos, eles continuam nos ajudando na época de colheita. Além disso, nossas plantas não têm agrotóxico. Segundo o Vani, o problema não está no veneno, mas no modo de aplicá-lo. No entanto, não plantamos para vender, apenas quando sobra excedente. Comercializamos mais o leite. O aipim nós vendemos descascado para os restaurantes de Porto Alegre, já que eles procuram alimentos sem agrotóxico.

A carreta ainda se constitui na parte mais importante da agricultura, pelo menos na nossa região, pois não temos grande extensão de terras e o terreno é acidentado; não entra trator. Lavramos a terra até carregar a colheita. O que faz muita falta é uma trilhadeira. A subprefeitura não tem trilhadeira; por isso plantamos menos feijão.

CARRETEADA: ESPAÇO DE MEMÓRIA E SOCIABILIDADE

Hoje a região se constitui mais de chácaras. No entanto, elas não produzem, pois são compradas para o lazer. Temos um colégio do Estado, onde nossa filha trabalha um turno. No outro turno, ela trabalha no colégio do Morro Agudo, que é do município.

A Carreteada é, atualmente, um dos maiores eventos do município. Começou com seis carretas e culminou com em torno de duzentas.

Iniciou através de um convite do seu Ramón e de Dona Eleonora, que vieram lá de São Gabriel para morar na região. Questionaram se participaríamos de uma espécie de carreteada, um acampamento a fim de mostrar como começou o transporte, através da carreta. Respondemos de forma positiva. Nesse dia havia apenas seis carretas.

Há 21 anos ela começou na Igreja do Morro Agudo. O filho do dono do espaço onde fica o acampamento hoje, ficou doente na época, então fizemos a Carreteada em benefício desse rapaz. No primeiro ano não fomos de carreta. Eu (Benoí) fui como participante jurada da comida típica de carreteiro e o Vani foi como contador de causo de carreteiro, conquistando o primeiro lugar como contador de causo.

No outro ano, fomos com duas carretas. E, dessa forma foi se disseminando a idéia e conquistando cada vez mais adeptos. Hoje é o maior evento de Gravataí e está inclusive no calendário oficial do Estado. Ali por quinze de novembro é o dia da Carreteada.

O processo da Carreteada também envolve os aniversários dos carreteiros. Quando é aniversário de um carreteiro, todos aqueles carreteiros mais antigos comparecem. Eles acampam na casa do aniversariante, sendo que o aniversariante fornece a comida e a bebida é vendida. Se estendendo durante o ano inteiro, a comunidade não se restringe ao evento da Carreteada.

No que concerne à participação da família na Carreteada, nós vamos, normalmente, de duas carretas para caber todo mundo. Às vezes eu e o Vani vamos a pé para dar lugar para as netas, pois elas também querem participar. Mas, uma vez, nós fomos com três carretas.

A evolução da Carreteada se deu através das pessoas que viveram no tempo da carreta. Surgiu do desejo de mostrar para os filhos e para os netos como foram suas vidas. E, dessa forma, a idéia foi se disseminando e atraindo mais participantes que se identificam com o movimento. Antes da Carreteada, parecia que ninguém mais andava de carreta e as pessoas vêm de Canoas, trazendo a carreta e boi de caminhão. A saída para a Carreteada é ao lado de nossa casa, no campo do Ibituí, sendo que todo esse espaço enche de carretas. Desse local até o acampamento tem uns cinco ou seis quilômetros.

E, hoje em dia, achamos que é longe. Mas, os antigos carreteiros saíam da Pontada e iam para Porto Alegre e Canoas e sem estrada ainda levavam três dias. A estrada era só o caminho do boi, a roda da carreta e no meio era grama. A estrada passava aqui na frente, onde não passava carro. Existia carro, mas aqui não tinha. A estrada era aqui sabe, era a passagem.

O que os carreteiros mais transportavam era carvão, lenha rachada e cachaça, embora, a cachaça fosse muito controlada,

POUSO, COMIDAS E CAUSOS...

Eu, Vani Bartolomeu, sou mais antigo. Meu pai tinha armazém, lá na frente, e o armazém tinha um balcão. Os carreteiros passavam pela região quando iam a Porto Alegre vender mercadorias e pousavam aqui porque a estrada era muito ruim. E eu ficava ali, olhando fazerem a comida dos carreteiros, que se reuniam ali para isso. A comida de carreteiro legítima que eu conheci é pirão com farinha de mandioca e charque assado ou com lingüiça assada. Essa era a comida mais rápida, em caso de intempéries. Pega água, farinha de mandioca e vai fazendo de pouquinho em pouquinho. E a carne, se assa um pedaço de carne seca que é o

charque. Essa é a comida do carreteiro. E espeto eles tiravam da cerca; eram os espetinhos verdes. E quando o tempo estava bom, faziam o carreteiro; era arroz com lingüiça. E o carreteiro de charque também. Às vezes vêm participantes que querem fazer cinquenta qualidades de comida, para chamar a atenção e concorrer. Mas, o que tirava primeiro lugar era o pirão com charque.

Para fazer um carreteiro de charque (segundo Benoi), se pega um pedaço de charque, e não precisa nem ter molho. Pode ser como está para assar o charque e fazer um pirão. Não tem outra coisa, a não ser o carreteiro de charque e o charque assado com pirão ou a lingüiça assada. Na primeira Carreteada não havia ninguém com conhecimento sobre isso. Então, eu (Benoi) me preparava fazendo bolachinha, lingüiça, doces, rapadura de leite, rapadura de pé-de-moleque. Colocava uma banca e vendia. Agora, eles colocam banca de cachorro quente, sorvete, pastel, churrasquinho, etc. Tiram dessa forma, a possibilidade que o carreteiro tinha para vender. Agora se vai só mais para participar. Hoje em dia, se tu apresentares uma comida de carreteiro para uma criança, eles não sabem o que é, mas os nossos sabem.

Eu, Vani Bartolomeu, entrei em contato com os contos na pousada de carreteiros no galpão, onde se reuniam oito ou dez carreteiros, quando tinha oito anos. Não lembro mais do caso que contei quando fui premiado, mas era sobre o cotidiano dos carreteiros. Vou contar uma história, mas uma noite é grande para passar acordado na Carreteada. Então, tudo isso começou com o seu Ramón e a Dona Eleonor. Eles vieram aqui e conquistaram o povo daqui do lugar; são pessoas que querem ajudar.

Atafona, por exemplo, dava casamento naquela época. Iam raspar mandioca na atafona e já ficava namorando a moça da casa. Eu tinha dois irmãos e tinha uma atafona e tinha duas gurias muito bonitas e eles queriam namorar. Iam para lá raspar mandioca. Pegava uma raiz de mandioca assim e raspava do meio para baixo, do meio para o pé, onde é mais duro. Depois, largava em cima do pano e a moça raspava a outra metade. Então pegavam nas mãos. Aí meus irmãos foram lá raspar mandioca, onde estavam as duas filhas do homem e o velho que encostou uma carreta com uma tonelada de mandioca. Eles rasparam todas até as 23h. Então, tomaram um mate com beiju e iam embora. Foi quando o velho disse para esperarem e encostou outra carreta. Ficaram até de madrugada lá. Quase morreram e nunca mais foram lá.

Atualmente, nós integramos a festa apenas como participantes. Temos uma carreta com placa. A carreta, antigamente, era emplacada e tinha carteira de ha-

bilitação para o carreteiro. Naquela época não existia a ponte em Cachoeirinha. A passagem era de barco. Na Volta do Guerino tinha um posto de fiscalização, onde hoje é o posto Garoupa, em Porto Alegre, à direita. Lá tinha que apresentar a carteira de condutor, a carta da carreta e destacar o selo. Nós temos uma placa de 1925. Eu (Vani) acho, que foi até 1948 que existiram as placas de carretas. O irmão do meu pai tinha a carteira de condutor, mas eles emprestavam um para o outro.

A MEMÓRIA PRESERVADA

Nós guardamos a documentação a carreteiros e alguns objetos, pois eles tinham um valor para as pessoas. E eu acho que tínhamos que guardar já que era tão importante e hoje é uma recordação que ninguém tem. Quantas coisas que nós não guardamos e as vezes eu me lembro, mas digo é uma barbaridade. Os lampiões da atafona, a galena, que são duas coisas e um uma espécie de uma caixa, não tinha pilha, tinha uma agulha e uma pedrinha. Então, colocava aquela agulha bem devagar e ficava escutando a Farroupilha.

Antes era melhor, hoje não é tão sacrificado, tudo é mais fácil, mas naquela época era melhor. Os documentos já passaram da primeira geração, do Vani, agora as netas já tem interesse, pois é uma relíquia.

A Carreteada também contribuiu muito para a preservação da memória do carreteiro, da carreta e da tradição, a partir da mostra, da festa em si. As carretas contêm tudo o que as pessoas levavam e vendiam naquela época.

Deve-se mostrar para comunidade, e, principalmente, para os jovens que o transporte da cidade era a carreta.



*Passo das Canoas.
Década de 1940.*

A IMPORTÂNCIA DO PASSO DAS CANOAS PARA GRAVATAÍ E ALVORADA

Noé Gino Porto Gomes

Acadêmico de História/ULBRA. Canoas/RS

Gravataí localiza-se a 30 km de Porto Alegre, aproximadamente, fazendo divisa atualmente com Alvorada, Cachoeirinha, Glorinha, Taquara, Sapucaia do Sul e seu bairro rural, Santa Tecla possui divisa com o bairro rural de Lomba Grande, no município de Novo Hamburgo.

A historiadora Véra Lucia Maciel Barroso, aponta como com um fator determinante, o tropeirismo, na costura atual do Rio Grande do Sul. Esta “costura” só se deu dessa maneira, pelas necessidades de circulação de mercadorias.

Desta forma, entendendo que as necessidades de cunho econômico é que criam condições de existência de estradas, ferrovias, hidrovias e etc., é que estudamos o caso do Porto das Canoas ou do Passo das Canoas. Localidade próxima à divisa com a cidade de Alvorada, o Passo das Canoas foi local de um tempo em que o potencial de navegabilidade do rio Gravataí foi muito explorado, a princípio, por precariedade das estradas no século XIX e XX.

Lucien Febvre, historiador francês do início do século passado, diz que: “A História se faz com documentos escritos, quando existem. Mas ela pode ser feita com toda a engenhosidade do historiador [...] com palavras e sinais [...]” (FEBVRE apud CADIOU et al, 2007). Encontramos poucos registros do Passo das Canoas, porém o que foi encontrado pode servir para um registro do seu auge e na demonstração de sua importância para Gravataí, mas também ainda numa dúvida, se pela proximidade, se havia alguma relação econômica com o Passo do Feijó (atual Alvorada e 7º Distrito de Viamão até 1952). Muitas dúvidas expostas aqui ficarão com respostas mais de sentido de inferência do que afirmativas, mas que podem servir para futuras pesquisas históricas.

AS LIGAÇÕES TERRESTRES

Atualmente Gravataí conta com uma malha rodoviária bastante importante para a Região Metropolitana de Porto Alegre. Em seus domínios, próximo à divisa com Alvorada, passa a BR 290 (conhecida como a Free-Way). Cortam o seu território, a RS 118, a RS 020 e a RS 030. Mas, nem sempre, foi assim. Carlos Olhweiler, no livro *Raízes de Alvorada*, lembra que uma viagem normal a Porto Alegre durava normalmente de três a quatro horas.

O que se sabe é que as estradas até a década de 1930, aproximadamente, eram extremamente precárias. Resta-nos saber se a ligação pluvial era menos extensa que por terra. Luciano Braga Ramos (2009) lembra que:

Não é novidade para ninguém que devido à precariedade das estradas brasileiras, problema esse que sempre foi patente nas nossas cidades e interior, em Gravataí até a década de 1930, seu acesso à capital, assim como seu processo de transporte e escoamento da produção se tornava praticamente inviável por via terrestre. Então o Rio Gravataí, foi uma via geograficamente importante para o desenvolvimento da cidade, desde seus primórdios, e até os anos 40 do século XX.

O auge do Passo das Canoas, se deu como uma alternativa ao *déficit* rodoviário de então. Também resta saber se a ligação pluvial a Porto Alegre era usada por Viamão no transporte de mercadorias. Essas questões merecem, a nosso ver, uma detalhada pesquisa.

Outra dúvida é sobre o transporte ferroviário em terras gravataienses. Germano Oscar Moehlecke (2004) ressalta que sendo as locomotivas a vapor um fator básico para o transporte ferroviário, desde o seu início, na segunda metade do século XIX, até a década de 60 do século XX, as instalações hidráulicas eram necessárias e possuíam uma distancia regular. Moehlecke cita que em Gravataí havia um: “[...] reservatório [que] ficava no desvio [linha Porto Alegre-Canela]. Capacidade de 200 metros cúbicos [...]” (MOEHLECKE, 2004, p. 120). É curioso, pois não há registro de estação ferroviária em Gravataí, mas resta saber se havia uma passagem férrea no município. Provavelmente, pela ausência de estação, Gravataí não se valia de ligação férrea com a capital. Mas, se a linha férrea cruzava o seu território, qual a razão de não se construir uma estação? Claro que esta questão serve para outro estudo mais aprofundado, mas também corrobora para a fundamental importância do Passo das Canoas na economia de Gravataí até a década de 1940.

O PASSO DAS CANOAS NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940

No contexto econômico, a década de 1930 foi uma época de transformações drásticas, oriundas da Grande Depressão ocorrida em 1929. Como se sabe esta crise refletiu em grandes mudanças na política e na economia do Brasil. A economia brasileira, que pouco investia na industrialização, a partir da Depressão, acabou tendo que criar um desenvolvimento industrial e fomento da produção nacional. Gravataí estava neste contexto. Segundo BRAGA (2009): “A região de Gravataí, onde na década de 1930 acha-se o Porto das Canoas é destituída de vias férreas e estradas de rodagem, (a primeira estrada é de 1934, ligando o município à capital).” Lembra Ohweiler ainda:

[...] Eu ainda eu peguei o restinho da ligação fluvial de Gravataí a Porto Alegre. As mercadorias vinham nas carretas, da zona de produção, até de Santo Antonio e no Passo das Canoas havia o porto, onde as ‘gasolinas’ eram movidas a motor [...]. (p. 601,602 e 2006).

Tanto no depoimento de Ohweiler, como no de Braga, são referidos os alicerces das tulhas como as muretas de atracarem as embarcações às margens do rio, além das “gasolinas”, embarcações que levavam as mercadorias da capital ao Passo das Canoas e que, logicamente, eram abastecidas por gasolina.

Segundo Braga, os produtos trazidos ao Porto de Canoas eram transportados por carretas de bois e depois comercializados em armazéns na praça da cidade.

O DECLÍNIO DO PORTO DAS CANOAS

Com o aumento da produção nacional, surgiu a necessidade de ampliação da infraestrutura dos transportes no Brasil. O auge do Passo das Canoas se deu numa época em que este setor era extremamente precário. A historiadora Nilza Huyer Ely, na obra *Raízes de Viamão* ressalta que, na década de 1970, surgiu a BR 290 e, na década seguinte, começou a construção da RS 118. ELY (2008) obtempera que: “Diversas estradas foram abertas durante o século XX, quando iniciou o surto migratório para arredores da capital do Estado [...]” (ELY. In: BARROSO (Org.), 2008, p.183).

Concluimos que o surto migratório aos arredores de Porto Alegre impulsionou o desenvolvimento logístico da região. Com o desenvolvimento de estradas, o Porto das Canoas tornou-se obsoleto no entendimento da época. Hoje, nas proximidades das margens do rio Gravataí se encontram diversas empresas. O Passo das Canoas,

atualmente, é um local que possui uma população com uma memória peculiar. No local onde se encontrava a Igreja de Navegantes que acabou sendo destruída, devido às obras da Free-Way, no ano de 1970, há um viaduto que corta a RS 118. De forma brilhante, Braga (2009) ressalta a importância de deixar viva a memória local dos habitantes, ao ressaltar a importância da tradicional Festa de Navegantes. Ela foi retomada nos anos 2000, e tem importante significado, conforme o mesmo autor.

[...] o retorno da festa de Nossa Senhora dos Navegantes, mais que o retorno de uma comemoração católica entre tantas, é sem dúvida uma volta às origens e celebração da memória coletiva da comunidade do Passo das Canoas e da preservação histórica de um complexo cultural tão importante para toda a cidade de Gravataí [...].

O Passo das Canoas representou um momento peculiar na história de Gravataí. Também deve ter sido um local importante nos âmbitos econômicos e sociais para a região em torno da cidade. Localidades como o Passo dos Negros, Passo do Feijó e Viamão, provavelmente se beneficiaram com o seu esplendor.

REFERÊNCIAS

CARDIOU, François et al. *Como se faz a história: historiografia, método e pesquisa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ELY, Nilza Huyer. Os caminhos de Viamão (séculos XVII e XX). In: *Raízes de Viamão: memória, história e pertencimento*. BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). Porto Alegre: EST, 2008.

LEANDRO, Mário Sergio. Empresa SOUL. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel. (Org.). *Raízes de Alvorada: memória, história e pertencimento*. Porto Alegre: EST, 2006.

MOEHLECKE, Germano Oscar. *Estrada de ferro: contribuição para a história da primeira ferrovia do Rio Grande do Sul*. S. d., 2004.

RAMOS, Luciano Braga. *O Porto das Canoas, e a nova conjuntura econômica e social a partir de 1930*. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/14130/1/Porto-das-Canoas-Gravatai-Historia-e-Memoria-no-Seculo-XX/pagina1.html>>. Acesso em: 03 abril 2010

O COMÉRCIO DE GRAVATAÍ ATRAVÉS DOS TEMPOS

Albrecht Schott

Comerciante. Gravataí/RS

O comércio de Gravataí se desenvolveu através do tempo, de sua população e de sua história. A grande sustentação se dava pela volumosa comercialização da farinha de mandioca, pois era o principal produto comercializado através de seu porto local chamado de Passo das Canoas, com embarcações denominadas de Gasolina pelo rio Gravataí. Os armazéns conhecidos na época como Secos e Molhados adquiriam produtos em grande quantidade dos produtores para comercializar em Porto Alegre e também para outros mercados. Mais tarde, essa comercialização foi feita através de transportes por estradas e rodovias, o que facilitou a compra e a venda do produto. O comércio e seus moradores eram atendidos por pequenos armazéns e vendas, onde o costume local era comprar no caderno, pois todos na Aldeia eram conhecidos.

Por volta de 1960, Gravataí passou a se modificar, com o advento da industrialização. A população foi se adaptando aos novos moradores que chegaram com o crescimento da Aldeia. O comércio começou a se expandir e foi criada a ACIGRA – Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Gravataí, bem como o SPC – Serviço de Proteção ao Crédito, por volta de 1973. Houve a implantação do uso de carnês, utilizados até hoje e na sequência surgiram os cheques identificados como “ao portador” e cheque “pré-datado”. Após algum tempo, o cheque foi sendo substituído pelo cartão de crédito, que facilitava ainda mais as compras, possibilitando para o seu usuário uma proposta de venda mais rápida e para o comércio em geral uma venda mais certa. O cheque oportunizou, também, vantagens de compra para quem vinha de outro estado ou até mesmo de outro país, garantindo aos comerciantes e aos compradores vendas mais seguras. Assim, o comércio começou a se expandir e a se desenvolver, com grandes lojas e superempreendimentos comerciais, chegando à era da informática que facilitou ainda mais a vida das pessoas. Hoje em dia é a principal fonte de in-

formação, unindo de forma rápida e eficaz o comerciante às novidades e ao que está acontecendo no mundo.

Assim, lembrando do passado e seguindo o futuro, o município gera novos clientes, conservando e respeitando os antigos. Desde então, Gravataí só cresce e já é classificada como uma das cidades que mais se desenvolve no Brasil. Gravataí destaca-se por combinar crescimento e ampliação da qualidade de vida de seus moradores.



DA CIDADE DO PORTO (PORTUGAL) PARA GRAVATAÍ/RS (BRASIL): QUATRO GERAÇÕES DE EMPREENDEDORES

Albino Pereira Marques Gomes

Empresário. Gravataí/RS

É sempre bom recordar a história de homens de bem, marcados pelo trabalho e por sua passagem que deixaram e deixam marcas por onde passam. Vamos nos reportar ao ano de 1867, mais precisamente ao dia 15 de novembro, dia em nasceu na Freguesia de Canidelo – Vila Nova de Gaia na cidade do Porto, norte de Portugal o menino Manuel Marques Gomes. Nasceu pobre e assim viveu seus primeiros anos de vida, filho do pescador Albino Marques Gomes e de sua esposa Dona Ermelinda Rodrigues Ferreira.

Ao completar 18 anos resolveu vir para o Brasil e com a ajuda de uma senhora muito amiga da família conseguiu as passagens e assim veio para Belém do Pará. Empregou-se na firma Nunes & Almeida Ltda. Com seu trabalho dedicado é convidado a trabalhar na M. J. Leite de Campos & Cia, onde logo passa a exercer o cargo de gerente, após a morte do proprietário. Juntamente com um dos herdeiros dirige a empresa e depois compra a parte do herdeiro e a casa passa a denominar-se Marques Gomes & Cia. A empresa cresce e se espalha pelo Brasil, no ramo de importação e exportação de produtos, entre o Brasil e Portugal, sendo o café, açúcar e aguardente os principais produtos exportados.

Casou-se no Brasil com Rosalina dos Santos Gomes, cujo pais eram oriundos da Figueira da Foz. Deste casamento nasceram os seguintes filhos: Ermelinda, Alda, Ilda, Manuel, José, Joaquim, António, Albino, Alfredo, Valdemar, Ilídio, Reinaldo e Licínio.

Além de grande empreendedor também se dedicou a várias instituições como a Venerável Ordem Terceira de São Francisco, da qual foi definidor, secretário, ministro, contribuinte para a ampliação do seu hospital. Participou da direção da Beneficência Portuguesa, do Grêmio Literário, do Clube Eutepe e de

tantas outras instituições, principalmente naquelas que valorizavam as tradições portuguesas.

Passados alguns anos encerrou suas atividades no Brasil e retornou para Portugal. Lá adquiriu uma área de terra com 26 hectares, em Vila Nova de Gaia, para construção de seu palacete com 37 peças, três andares, ladeado de árvores frondosas e um lindo jardim. Era uma propriedade de luxo localizada à margem do Rio Douro.

Continuou a trabalhar agora com exportação de vinhos, sem deixar de colaborar e dedicar-se à comunidade, pois se deve a ele a criação do apeadeiro de Coimbrões, a doação de terreno para construção da Escola Primária de Canidelo e também para a construção do campo de futebol, obras e doação do relógio para a Igreja Paroquial, instalação da rede elétrica, alargamento de cemitério velho e tantas outras obras de caridade.

Faleceu no ano de 1932 e seu funeral foi acompanhado por muitas homenagens e por expressiva participação da comunidade e autoridades.

O reconhecimento ao seu trabalho foi perpetuado na Rua Marques Gomes que fica situada no coração da Freguesia de Canidelo onde também foi descerrada uma placa em sua homenagem.

Foi no ano de 1903 que nasceu Albino Marques Gomes, que era o oitavo filho de Manuel e Rosalina Marques Gomes. Nasceu e viveu em Canidelo, na propriedade da família, e sempre teve consigo o sonho de vir morar no Brasil, terra natal de sua mãe. Estudou química e especializou-se em vinhos.

Casou-se com Izaura Pereira e teve duas filhas Maria de Lurdes e Maria Odete. Quando estavam esperando o terceiro filho, surgiu a tão esperada oportunidade de vir para o Brasil. Era o ano de 1932. E foi o que fez, deixou a mulher grávida e as duas filhas e veio para o sul do Brasil produzir vinho. O local escolhido foi Bento Gonçalves. Lá fundou a “Cantina Luzo”. Quando se estabilizou com o novo negócio, no princípio de 1934, preparou-se para receber a esposa Izaura e os três filhos que então tinha, pois eu Albino, já havia nascido nesta altura.

Em Bento Gonçalves a família iria aumentar mais uma vez com o nascimento do meu irmão Fernando em 1935.

As notícias de que havia muito trabalho no Brasil fez com que seu irmão Tio Licínio, que era casado com a tia Margarida, irmã de minha mãe, viesse para o Brasil e se tornasse sócio de meu pai.

A produção de vinho aumentou e começaram a “exportar” para fora do Estado. Porém começaram a enfrentar um problema com falta de água, pois o poço

artesiano não tinha vazão suficiente para atender a demanda da empresa e como o solo era muito pobre de água resolveram procurar outra cidade para se instalarem. Com a ajuda de um amigo de Porto Alegre encontram uma área de terra em Gravataí, onde funcionava um moinho de raspa de mandioca da família Franz. Adquiriram esta propriedade, no local denominado Espinilho, que fazia frente para a antiga Rua Passo do Hilário, hoje conhecida como Rua Barbosa Filho.

Foi então que, no ano de 1942, a família se transferiu de Bento Gonçalves para Gravataí. Montaram aqui um novo engarrafamento de bebidas que produzia conhaque, vinagre, cachaça, xaropes, vermute, refrigerante, passando a representar a cervejaria Continental, hoje Brahma. Esta representação atendia a região metropolitana e o litoral norte do Rio Grande do Sul.

O meu pai sempre foi um homem inovador e esta sociedade com o irmão foi desfeita em 1950, quando encerraram as atividades da empresa. Foi, então, que iniciou a construção de sua nova residência e, ao lado, construiu um prédio com estilo colonial que iria abrigar seu novo empreendimento, um restaurante típico português juntamente com um posto de gasolina da Esso, localizado na esquina da Rua Octávio Schames com a Avenida Flores da Cunha, hoje Avenida Dorival de Oliveira. Este local passou a ser conhecido como a “Esquina dos Portugueses” e o nome do restaurante era Paraíso dos Turistas. Foi quando entrei de sócio de meu pai, formando a sociedade Albino pai e Albino filho, na época meu irmão Fernando estudava contabilidade.

Este restaurante recebia muitos turistas, autoridades e era o primeiro ponto de parada para quem se deslocava de Porto Alegre para o litoral. Com especialidade de pratos típicos portugueses se justificava o nome da casa “Paraíso dos Turistas”.

Mas, meu pai gostava mesmo era de indústria e seu ideal era fabricar, usar de seus conhecimentos de química e resolveu montar uma fábrica de glicose, pois já possuía um concentrador importado da França, que era da época das bebidas, e que serviria para o processo produtivo da glicose. Na verdade temos esta máquina até hoje como uma peça de museu e de muita história de nossa família. O que o motivou bastante também foi o fato da região de Gravataí ser grande produtora de mandioca, que era a principal matéria-prima e também recebia boa quantidade de polvilho das atafonas da região e do sul de Santa Catarina, onde existiam muitas atafonas. A firma então passou a ser denominada Marques Gomes S.A Indústria e Comércio.

No Brasil só existiam duas empresas que produziam glicose: uma multinacional e nós. Começamos então a receber uma pressão de concorrência muito

grande e aliada à diminuição do plantio de mandioca na região e, por consequência, diminuíram também as atafonas. Só para ter-se uma idéia, no ano de 1963 existiam cerca de 40 atafonas no município. Hoje talvez só exista uma em funcionamento. Por estas dificuldades acabamos encerrando a produção de glicose. Meu pai faleceu com 65 anos, no ano de 1968.

Vou falar agora um pouco da minha trajetória. Nasci em 1932, em Vila Nova de Gaia, que na época pertencia à cidade do Porto, em Portugal. Como mencionei anteriormente, vim para o Brasil com um ano e meio de idade, para Bento Gonçalves e de lá para Gravataí quando tinha dez anos. Estudei na Escola Clemente Pinto e mais tarde no Colégio Dom Feliciano, mas contrariando meus pais, resolvi parar de estudar, pois queria trabalhar.

Com dezessete anos dirigia um caminhão Ford 29, modelo A, que pegava escondido, geralmente aos domingos, pois queria aprender a dirigir. Meu sonho era vender bebidas para ajudar meu pai e meu tio no depósito e distribuição. Foi o que acabei fazendo por dois anos, depois montamos o restaurante e trabalhei mais quatro anos. Quando abrimos a fábrica de glicose, eu e meu irmão Fernando éramos sócios de meu pai e esta empresa funcionou de 1956 até 1978.

Neste ano resolvi abrir minha própria empresa a MARGOMES Comércio e Representações, onde representava uma fábrica de rações, a Socil, revenda de adubos Manah e comercialização de milho e alfafa. Nesta época Gravataí se destacava como bacia leiteira, com muitos tambos de leite. Paralelo a este negócio tinha uma empresa de transporte em sociedade com um amigo, o Manoel Roxo e transportávamos para o litoral e no retorno transportávamos areia da praia para Porto Alegre. Compramos um caminhão novo a diesel, pois os caminhões a gasolina estavam ficando com o custo muito elevado. Depois ainda tive caminhões com outros dois sócios, pois sempre gostei muito de caminhões.

O mercado do leite começou a diminuir em Gravataí e comecei a trabalhar com areia beneficiada, pois já comercializava areia que trazia do litoral, no retorno dos caminhões, que faziam frete para lá. E desde então trabalho com o beneficiamento de areia para fins industriais, filtragem e tratamento de água, fundição e areias e seixos especiais.

Mas no tempo que trabalhava com distribuição de bebidas, em uma destas viagens conheci uma linda balconista em um armazém do senhor Joanico, lá no pé do morro Itacolomy; era sua filha Celita. Pois bem, namorei a moça e me casei em 1955 e deste casamento tivemos dois filhos: a Maria Elizabeth e o Régis Albino. Ela é professora casou-se com Cleber Pereira e tiveram três filhos: o Henrique, a

Karen e o Filipe. O Régis, formado em Administração de Empresas e em Comércio Exterior, casou-se em Portugal – na Ilha Terceira/Açores, com Carla Verónica e tiveram recentemente um filho que é o Francisco.

No que diz respeito à parte social, sempre me envolvi em clubes e atividades beneficentes fazendo parte do Alvi-Rubro, Paladino, Glorinha Futebol Club, CTG Aldeia dos Anjos e na Estância Província de São Pedro, sendo que no CTG e na Estância exerci diversos cargos de diretoria por mais de trinta anos. Fui fundador de piquetes de laçadores juntamente com meu grande amigo José Carlos Costa. Fiz parte do Lions Club de Gravataí na década de 1970, participei na criação de Associações de Bairro, fui festeiro em diversas festas da Paróquia Nossa Senhora dos Anjos e nas Capelas da Castelo Branco e da Santa Luzia.

Fiz parte da diretoria da ACIGRA – Associação Comercial Industrial e de Serviços de Gravataí e também participei do movimento para criar o Sindicato Rural Patronal de Gravataí e sócio-fundador da Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul –CAERGS.

O empreendedorismo sempre fez parte de nossa família e paralelo às empresas também se atuou na área imobiliária. Meu pai fez um loteamento na Rua Barbosa Filho com a Rua Octávio Schames em terras que adquiriu de André Schmitz, conhecido como Sr. Deca, uma área de 1 hectare . Mais tarde também fiz dois loteamentos: O primeiro em uma área 2,5 ha que foi adquirido da família de Pedro Malle, terras que fazem divisa com nossa propriedade e o segundo foi quando fizemos o loteamento de parte da área da empresa que não estava mais sendo utilizada quando paramos de produzir Glicose e conseqüentemente não necessitávamos de uma área tão grande.

Bem, a quarta geração é o meu filho Régis Albino Marques Gomes, que começou a trabalhar comigo quando tinha quinze anos, como auxiliar de escritório. Na época trabalhava com a revenda e distribuição de rações. Quando completou dezoito anos tirou a carteira de motorista para fazer entrega com o caminhão, o que me fazia lembrar quando eu saía para entrega de bebidas quando tinha sua idade... cursou a faculdade de Administração e saiu da empresa para fazer estágio, haja vista que não poderia fazer estágio em empresa da própria família. Foi estagiar no IRGA – Instituto Riograndense do Arroz, porém antes de encerrar o estágio foi convidado pelo Sr. Guilherme Ventura da empresa RIOPEL S.A., para organizar o Departamento de Compras da empresa, e transferiu seu estágio para lá. Depois de formado continuou na empresa por mais seis anos, onde passou de comprador para Gerente de compras e depois Gerente de Materiais.

Paralelo ao trabalho, juntamente com o amigo Sólton Raffaelli prestava serviço de consultoria para pequenas empresas. Quando se desligou da RIOPEL, continuou dando consultoria por mais um ano, porém sempre quis ter sua própria empresa. Foi, então, que no ano de 1993 me fez a proposta para ser meu sócio o que aceitei, pois precisava de ajuda para tocar a empresa. Alteramos a razão social, pois minha empresa era firma individual e passou para ALBIMAR Beneficiamento de Areia Indústria e Comércio Ltda. Começamos então, um trabalho de divulgação desta nova marca para conquistar o mercado e hoje somos referência de areias especiais no Estado e também com participação e clientes em outros estados brasileiros.

O Régis, desde pequeno, teve espírito de liderança tanto organizando times de futebol, como nos grupos de jovens que fazia parte como o CLJ da paróquia Nossa Senhora dos Anjos do qual foi o primeiro presidente. Fundou o grupo de danças gaúchas na Estância Província de São Pedro, depois o grupo de danças açorianas, a Associação Amigos dos Açores e a própria Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul. Em função de seu trabalho foi procurado pelo governo dos Açores para fundar a Casa dos Açores no nosso Estado, entidade que está promovendo este grande projeto que é *Raízes de Gravataí*.

Ingressou na ACIGRA na diretoria dos Jovens Empresários, ocupando diversos cargos de direção até ser presidente. Após, passou a fazer parte da diretoria da própria entidade, atuando em várias gestões, sendo atualmente Vice-Presidente da Indústria.

Faz parte do Rotary Club de Gravataí, clube de serviço da cidade que tem prestado inúmeros serviços para comunidades carentes do município.

Bem, esta é minha contribuição para este trabalho, no qual procurei falar em poucas palavras como minha família em quatro gerações saiu da cidade do Porto, em Portugal, e veio parar em Gravataí, onde, de pai para filho vamos transmitindo este espírito empreendedor no trabalho, mas também nas áreas sociais e culturais, sendo sempre muito participativos e fazendo acontecer. Obrigado pela oportunidade!

MEMÓRIA E HISTÓRIA DA FAZENDA JABÁ

Marta Busnello

Graduada em História. Gravataí/RS

O objeto de pesquisa é a história de uma propriedade rural de Gravataí tomando como referencia a Fazenda Jabá, organização privada situada no município de Gravataí, considerada a mais moderna de sua época e que empregou muitas pessoas da comunidade na década de 1970.

Seguindo pela estrada velha para o Litoral Norte, a ERS 030, ao passar o acesso à localidade do Barro Vermelho, na cidade de Gravataí, à direita, avistamos uma porteira, com ares de poucos cuidados, um portão trancado. Acima, há uma inscrição: JABÁ. Esse portão indica o caminho que leva a um aglomerado de casas, cerca de 500 metros da estrada.



Fonte: Arquivo da família Möller.

Ao viajante apressado é só mais um nome entre tantos outros ao longo da estrada. Para os moradores dessa localidade de Gravataí, JABÁ é a abreviatura do nome de Jahyr Boeira de Almeida que comprou aquelas terras na década de 1960 de dona Maria Fidelis, lindeira da Fazenda.

Contar a história da Fazenda Jabá é mais que descrever a história de um lugar. É contar a história de seu polêmico proprietário e suas realizações em Gravataí. É tratar da modernidade da administração de uma unidade produtiva rural e de sua inserção como modelo de economia no município em período histórico singular do país, a década de 1970, quando vigia a ditadura militar. Foi seu governo que encampou as propriedades de Jahyr Boeira de Almeida, incluindo a Fazenda Jabá. Sedutor é o desafio de compreender como uma pequena propriedade rural da Região Metropolitana do Estado adquiriu relevância na memória da comunidade local, seja pelo perfil de seu proprietário, seja por seu envolvimento econômico e social na comunidade.

Realizamos entrevistas com pessoas da comunidade no período entre setembro e dezembro de 2009 e março de 2010. No decorrer de nossas buscas nos deparamos com a necessidade de restringir nossa proposta à memória que a comunidade possui acerca da fazenda enquanto uma propriedade que propiciou muitos empregos, pois cada um que se manifestava sempre tinha algo a contar sobre as histórias que ouviam sobre o “doutor”, mesmo aqueles que não trabalharam diretamente com ele. A figura de Jahyr Boeira de Almeida misturava-se com a história da propriedade. Diante da magnitude de tal personalidade entendemos que Jahyr Boeira de Almeida mereceria mais que um capítulo, valeria uma biografia completa, o que não é o objeto de nosso estudo.

É de Ecléa Bosi a pergunta que nos instiga: Qual a função da memória? Não constrói o tempo, não o anula tampouco. Ao fazer cair a barreira que separa o presente do passado lança uma ponte entre o mundo dos vivos e o do além, ao qual retorna tudo o que deixou à luz do sol. Realiza uma evocação. (BOSI, apud FELIX, 2004).

Ao falar de memória e história é consensual de que memória e história não são a mesma coisa. Felix ao citar autores consagrados nessa seara, como Halbwachs e Pollack diz que a memória liga-se à lembrança das vivências, e esta só existe quando laços afetivos criam o pertencimento ao grupo, e ainda os mantêm no presente. (2004, p. 39).

Cabe destacar que a identidade também está vinculada aos espaços, onde está fixada a lembrança de lugares e objetos presentes nas memórias. Nesse sentido, resgatar as memórias relativas à Fazenda Jabá para integrarem o livro *Raízes de Gravataí* se identifica com o que Félix chama atenção para que não se esqueça: a busca de identidade, elemento essencial à memória, é uma das necessidades/atividades fundamentais da sociedade humana (2004, p. 39).

Jahyr Boeira de Almeida era empreendedor na área da saúde. Fundou os hospitais Cristo Redentor e Conceição e adquiriu o Fêmeina, todos em Porto Alegre. O Hospital Conceição foi fundado em 14 de julho de 1960. O Cristo Redentor começou a funcionar no dia 22 de março de 1956, e o Fêmeina, em 21 de setembro de 1955.

Na década de 1970, Jahyr Boeira de Almeida foi acusado de fraudes contra o INAMPS (atual INSS). Em 1978, o patrimônio do INAMPS incorporou a rede de hospitais e a Fazenda Jabá, conforme o Dec. 82.775 (Decreto do Executivo Federal) de 30/11/1978.

DECRETO Nº 82.775, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1978

Confisca créditos do espólio de JAHYR BOEIRA DE ALMEIDA (ou JAIR BOEIRA DE ALMEIDA), IDA ESTELA BOSQUIROLI ALMEIDA, JANIR MARIA ALMEIDA LUCHESE E MARIA JANILDE DE ALMEIDA para reparação de danos causados ao patrimônio público e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 1º do Ato Complementar nº 42, de 27 de janeiro de 1969, e tendo em vista o que consta do processo nº 13/78, da Comissão Geral de Investigações, nos termos do artigo 30, inciso II, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 64.203, de 17 de março de 1969,

DECRETA:

Art. 1º - São confiscados e incorporados ao patrimônio do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social - INAMPS os créditos a que fizerem jus, na proporção do número de ações de sua propriedade, até o montante de Cr\$ 8.911.787,89 (oito milhões, novecentos e onze mil, setecentos e oitenta e sete cruzeiros e oitenta e nove centavos), acrescido de correções ou atualizações aplicadas a qualquer título sobre aquele valor principal, o ESPÓLIO DE JAHYR BOEIRA DE ALMEIDA (ou JAIR BOEIRA DE ALMEIDA), IDA ESTELA BOSQUIROLI ALMEIDA, JANIR MARIA ALMEIDA LUCHESE E MARIA JANILDE DE ALMEIDA, em ação de desapropriação de 51% (cinquenta e um por cento) das ações constitutivas do capital das sociedades anônimas denominadas HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A., HOSPITAL CRISTO REDENTOR S.A. e HOSPITAL FÊMINA S.A., movida contra eles, entre outros, pela União Federal, perante o Juízo da 2a. Vara Federal do Rio Grande do Sul, em decorrência do que dispôs o Decreto nº 75.403, de 20 de fevereiro de 1975, alterado pelo Decreto nº 75.547, de 7 de março de 1975.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 30 de novembro de 1978; 157º da Independência e 90º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

L. G. do Nascimento e Silva

São muitas as falas e memórias sobre a polêmica figura de Jahyr Boeira de Almeida. Destaco apenas algumas delas para que se possa ter uma noção do quão marcante era a personalidade do proprietário da Jabá, que ainda nos dias atuais permanece fortemente na memória daqueles que o conheceram.

- Deu emprego para muita gente.
- Era um homem de visão.
- Ele morreu afogado porque não sabia nadar.
- Ele está vivo. Mora na Suíça.
- Foi assassinado pelos militares.
- Ele está morto e enterrado no São Miguel e Almas.

O proprietário, fundador da fazenda é falecido, mas membros da comunidade e funcionários que com ele trabalharam esclarecem, através de seus testemunhos, a importância dessa propriedade no contexto econômico da cidade no período de estudo. Destacamos nesse texto as falas de Edelmira e Paulo Möller e do senhor Francisco Antonio.

Paulo Eli Möller e sua esposa Edelmira Möller moram na Fazenda Jabá, desde 22 de outubro de 1977. Paulo conheceu Jahyr Boeira de Almeida, pois trabalhava para o grupo de hospitais.

Antonio Francisco, 86 anos, diz que trabalhou na fazenda durante 12 anos. De acordo com seu Francisco: “[...] saí de lá em 1975, quando começaram a fiscalizar. Era muita pergunta e eu não queria responder nada.”

Segundo Paulo, Jair era um homem de visão. Escolheu a área do Hospital Conceição e do Cristo Redentor porque lá ficava um acampamento de carreteiros que faziam o transporte de mercadorias. Em Gravataí comprou parte das terras de dona Maria Fidelis. Fez dos hectares adquiridos uma área muito produtiva com a finalidade de abastecer a cozinha dos hospitais, tanto para funcionários quanto para pacientes.

Sobre a morte de Jahyr, Paulo conta que morreu em novembro de 1976, na Lagoa dos Patos. “Foi uma fatalidade. O Jahyr não sabia nadar. Ele está enterrado no São Miguel e Almas, em Porto Alegre.”

O que leva as pessoas daquela época a perceber a Jabá como uma fazenda moderna? Valemo-nos dos dados do Censo Demográfico, da definição do Incra sobre propriedades rurais e das falas/memórias de nossos entrevistados para encontrar resposta a essa pergunta.

De acordo com o Censo Demográfico – VII, Recenseamento Geral, em 1970, Gravataí tinha 801 km², uma população de 52.733 pessoas e 17.099 eleitores. Em extensão – era a terceira maior cidade da região metropolitana (Viamão 1.690, Guaíba 1.381). Já no Censo de 2000, Gravataí passa a figurar com uma área de 497,82 km². Destes, 121,37 km² constituem a zona urbana e os 376,45 km² restantes constituem a zona rural.

A Jabá localiza-se na RS 030. Sua extensão é de 130 hectares. É uma área pequena, para os moldes da época, mas que se valeu de uma forma administrativa de empresa rural, denominação recém estabelecida, de acordo com o Cadastro Fundiário, realizado em 1965, pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), hoje conhecido como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), quando classificou as propriedades existentes, de acordo com os artigos 41 e 46 do Estatuto da Terra, em:

- a) *módulo rural*, o imóvel rural “[...] que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com ajuda de terceiros”;
- b) *empresa rural*, o imóvel que, tendo a extensão correspondente a de um até seiscentos módulos, seja explorado “econômica e racionalmente”, tendo cerca de 50% de sua área aproveitada;
- c) *latifúndio por exploração* é o imóvel que, tendo as dimensões equivalentes a de um até seiscentos módulos, “[...] seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja, deficiente ou inadequadamente explorado”;
- d) *latifúndio por dimensão* é o imóvel que, explorado, racionalmente ou não, possui dimensão superior a 600 módulos da região em que se situa;
- e) *minifúndio* é o imóvel de extensão inferior a um módulo.

A análise dos resultados do cadastro realizado em 1992 indica que o Brasil é um país onde domina a grande propriedade, conforme podemos observar na tabela a seguir.

Distribuição da propriedade no Brasil – 1992:

| Propriedades | Número | Área ocupada |
|-----------------------|-----------|--------------|
| Grandes propriedades | 87.594 | 187.762.627 |
| Médias propriedades | 249.423 | 65.963.185 |
| Pequenas propriedades | 893.440 | 52.453.538 |
| Minifúndios | 1.939.441 | 26.184.660 |

Fonte: Atlas Brasileiro, 1996.

A PRODUÇÃO NA FAZENDA

De acordo com nossos entrevistados havia na fazenda:

Pocilgas – com sistema de limpeza e irrigação. Seu Antonio Francisco completa essa informação dizendo que eram tratados entre 1200 e 1300 porcos e que o abate diário era de 15 a 16 animais. As pocilgas eram higienizadas com água de um açude próximo, cuja captação era por meio de bomba diretamente ligada no prédio que abrigava os porcos. Nas memórias de seu Francisco aparece todo o cuidado com essa criação, que incluía também separação dos animais prenhes em mangueiras específicas. A criação de porcos era destinada aos hospitais que pertenciam a Jahyr Boeira de Almeida. Seu Francisco também informa que chegavam a “tirar seiscentas latas de banha; era muita coisa.” Ainda há vestígios dos prédios na fazenda.

Aviário – com galinhas de corte e poedeiras. Seu Francisco diz que a criação de galinhas era grande e muito moderna para aquela época. “Na Jabá tinha depenadeira. Nós só botávamos a galinha na água quente e a depenadeira tirava as penas.” (sic). Além de equipamento para depenar, seu Francisco aponta como um cuidado muito especial no aviário a construção de um grande tanque “[...] de mais ou menos um metro e sessenta de altura só para puxar água para o aviário.”

Cabanha de reprodutores – a Jabá foi uma das primeiras a criar gado Santa Gertrudes em Gravataí. Mas também havia na fazenda gado holandês para leite, pois lá havia tambo, cuja produção era destinada aos hospitais.

Plantação de hortigranjeiros – a maior parte destinada para os hospitais.

Moravam na fazenda, de seis a sete famílias para cuidar de todo o trabalho; em média 12 funcionários. Havia épocas em que chegavam a somar-se 30 funcionários entre as criações e pessoal da construção das obras da fazenda.

Seu Chico lembra que os funcionários tinham “fatura”. Tinha os que residiam na fazenda e os de fora, como ele. Além do salário, cada funcionário recebia

por dia duas dúzias de ovos, dois litros de leite e três quilos de carne e, também, as verduras e legumes que quisessem das plantações da fazenda.

Naquela época, em geral, as propriedades utilizavam apenas uma parcela da propriedade. Na Jabá todos os espaços eram ocupados.

Nas falas de algumas pessoas surgiram comentários de que os porcos eram alimentados com os restos hospitalares. Paulo nega e ressalta que as pocilgas eram muito limpas, com irrigação, e que a fazenda do hospital, só recebia visitas. Por sua vez, seu Chico diz que logo no início da criação alguns porcos apareceram com pele levantada e o veterinário da fazenda dizia que era brucelose. “Mas eu disse que aquilo não era brucelose que era coisa podre que vinha do hospital. Abri um porco e mostrei para o Jahyr que tinha seringa na barriga do bicho. Ele demitiu o tal veterinário. Eu passei a cuidar da criação. Chegava a comprar vinte hectares de mandioca e muitos caminhões de milho para tratar os porcos. Era bonito de ver os caminhões chegando, um atrás do outro, trazendo a ração dos bichos.” (sic)

A Jabá promoveu a empregabilidade de muitas pessoas da comunidade. Seus funcionários tiveram vários benefícios, incluindo educação para seus filhos em uma escola implantada nas terras de Jahyr: a Escola Jabá. Ela atendia o Ensino Fundamental, com apenas um professor em sala de aula para atender as quatro séries iniciais ao mesmo tempo. Com a encampação das propriedades de Jahyr, a escola ficou aos cuidados do município. Ao final da década de 1980 parou de atender. Foi ocupada por desabrigados que fizeram do local sua moradia. Por descuido atearam fogo na escola.

De sua memória, resta esta imagem:



Fonte: Arquivo da família Möller.

Passados alguns anos, as propriedades encampadas pelo Governo Federal retornaram para a família de Jahyr Boeira de Almeida, exceto os hospitais, que estão vinculados ao Ministério da Saúde. A Fazenda Jabá está arrendada para a família Möller. Não é mais fornecedora dos hospitais.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005.
- BARROS, José D` Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 3. ed. Petropolis: Vozes, 2004.
- CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FELIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*. 2 ed.. Passo Fundo: EDIUPF, 2004.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo, n.10, p 7-28, dez. 1993.

SITES

- www.lexml.gov.br. Acesso em 22 de agosto de 2009
- www.ibge.gov.br/censo. Acesso em 12 de setembro de 2009
- http://200.252.80.30/_htm/serveinf/_htm/pubs/atlas/atlas.htm. Acesso em janeiro de 2010

A VINDA DA ICOTRON PARA GRAVATAÍ

Castilhos Barcellos

Administrador de Empresas. Gravataí/RS

A decisão final de uma empresa, em qualquer tema, sempre será consequência dos resultados positivos decorrentes de todas as análises que se fazem necessárias, tais como, estudos de viabilidade econômica, de planejamento e de estratégias. Isto norteou a decisão tomada pela ICOTRON (Indústria de Componentes Eletrônicos), na década de 1960. A decisão foi tomada num tempo em que ainda não existiam devidamente planejados os distritos industriais. A empresa estava instalada, desde sua fundação em 1954, na Avenida Brasil 1051, em Porto Alegre.

Historicamente, a zona norte da capital abrigava um número expressivo de indústrias que a partir de então, começavam a tornar-se um corpo estranho, em decorrência do processo de urbanização que passava a ocorrer naquele bairro. Com a ICOTRON não foi diferente. Ela precisava crescer, mas a área que ocupava não comportava ampliação e não dispunha dos meios necessários para promover o desenvolvimento de novos produtos.

A ICOTRON precisava então encontrar um novo local para resolver estes problemas. Isto era uma realidade, mas ir para onde? Entre os municípios analisados estavam nesta ordem, Porto Alegre, evidentemente em outro local que permitisse a ampliação necessária, São Leopoldo e Gravataí. Gravataí em 1960, já se apresentava como um dos municípios da região metropolitana com vocação industrial e com potencial para receber empreendimentos de grande porte. Tinha a proximidade com a capital, mão de obra de qualidade, energia e boa malha rodoviária. No item comunicações, a exemplo dos demais municípios ainda sofria algumas dificuldades. Entretanto, para a ICOTRON, como elemento de compensação, Gravataí tinha um grande trunfo: a água do rio Gravataí. Submetida a uma meticulosa análise, foi a que apresentou as melhores condições *in natura* de pureza para o processo industrial. Desta forma o tratamento da água captada no rio Gravataí, dada a sua qualidade, apresentava as melhores condições para o uso a que se

destinava, e a ICOTRON necessitava de muita água para o processo produtivo dos capacitores que a eletrônica havia desenvolvido. Cerca de quatro milhões de litros/mês seriam necessários para o processo produtivo.

Começaria assim, de forma pioneira no município e no estado a produção de capacitores eletrolíticos. Esta composição, ICOTRON e rio Gravataí, desconhecida por muitos, foi uma das razões que, de certa forma, estabeleceu o ponto que faltava para definir Gravataí como o local escolhido. Este foi o fator de compensação econômica em relação ao pioneirismo de implantar aqui uma indústria de produtos sofisticados. Esta circunstância, na época, compensou algumas carências de infra-estrutura necessárias e exigidas por empreendimentos de alta tecnologia. Evidentemente que, além do manifestado interesse e das condições naturais encontradas, não se pode esquecer também as iniciativas que tiveram homens de visão da comunidade, os quais fizeram todos os esforços no sentido de atraírem para o município este investimento. De parte da empresa os dirigentes Hans Warncke, Horst Egon Knapp e Hans Grieneisen foram decisivos na definição perante a acionista Siemens de que aqui deveria ser feita a implantação da indústria. O prefeito José Linck, também teve participação destacada no trabalho de conseguir dos investidores a decisão de aqui se instalar. Tudo que o município, sob sua administração, poderia fazer para poder contar com este investimento, foi feito. Na oportunidade estava lançado um loteamento denominado Parque dos Anjos próximo ao rio Gravataí. Para os gravataienses natos aquela região chamava-se Passo dos Ferreiros. Deste loteamento a ICOTRON adquiriu inicialmente uma área de 71.880 m². A escritura foi lavrada em 14 de janeiro de 1961. Em 1962, foram inauguradas as instalações fabris. Estava assim consolidada a implantação deste investimento em Gravataí. Desnecessário mencionar o que significou esta empresa para o município e para o estado e quanto significa para a empresa a preservação deste manancial que lhe oportunizou alcançar a posição que hoje ocupa no cenário internacional em capacitores eletrolíticos.

A ICOTRON hoje se denomina EPCOS. Esta nova empresa, pelo seu conhecimento técnico e por saber o valor do rio Gravataí como seu aliado, dará continuidade a este relacionamento histórico.

PIRELLI

Gilberto Gil

Gravataí/RS

UM POUCO DE HISTÓRIA

Do que se trata quando falamos de fábrica ou mais exatamente de indústria? Trata-se de operários, engenheiros, técnicos e gerentes. Ou seja, de pessoas. Mas não é só isso: uma empresa passa também por suas aparelhagens, laboratórios, oficinas, escritórios, galpões, restaurantes e pátios. São espaços cheios de inteligência e de sociedade.

Enfim, falamos de uma civilidade das máquinas – de quem faz a máquina e de quem a usa – que muda o curso do tempo, mesmo mantendo um sinal de fundo: o trabalho como ação e como valor; a criação e a produção como sentido da sua existência. A indústria é uma estrutura que ainda conota a nossa contemporaneidade. E é uma comunidade. Possui uma alma. Para contar as raízes da Pirelli, em Gravataí, é preciso voltar ao ano de 1872, na Itália, quando o engenheiro Giovanni Battista Pirelli, percebendo a importância que ganhava a energia elétrica e os meios de transportes, fundou na cidade de Milão uma pequena fábrica de artefatos de borracha com apenas 45 funcionários. O crescimento foi rápido.

Porém, no final do século XIX, a borracha era elástica, principalmente no preço, que ora subia e ora descia, com as manobras políticas e especulativas. Outra questão é que todas as plantações estavam no Brasil, e a borracha exportada à Europa passava quase que exclusivamente pelo mercado de Londres. Por isso, em 1904, o jovem Alberto Pirelli aterrissou no Brasil, enviado pelo seu pai, para constatar pessoalmente a realidade amazônica. Tal fato histórico é um exemplo da visão pioneira da companhia, marcada desde o seu surgimento em Milão, na Itália, pelo foco em pesquisa e desenvolvimento e na descentralização e internacionalização das suas operações.

O CAMINHO DA INTERNACIONALIZAÇÃO

Depois da instalação original de Milão e da fábrica de La Spezia, em 1909, abriram-se as portas para a cidade industrial de Bicocca, também na Itália. Antes disso, em 1901, já estava em funcionamento a fábrica de Villanueva y Geltrú, na Espanha. Em seguida, iniciaram-se as operações inglesas e argentinas. No Brasil, a empresa iniciou suas atividades como indústria instalada no país, em 1929, com a aquisição da sua primeira fábrica na cidade de Santo André, no estado de São Paulo. Era o ano da quebra da Bolsa de Nova York, que teve reflexos globais durante toda a década de 1930. Mesmo num cenário pouco convidativo a novos investimentos, o grupo Pirelli acreditou no futuro do país e adquiriu a Conac, uma pequena fábrica de condutores elétricos no ABC Paulista. Mais de oitenta anos depois, a história mostra que foi uma decisão correta para a expansão dos negócios da empresa na América Latina.

Em 1939, o nome da empresa foi mudado para Pirelli S. A. Companhia Industrial Brasileira, prevendo a diversificação da linha de produção, pois a empresa já era famosa internacionalmente, como produtora não só de condutores elétricos e telefônicos, como também de pneus.

No final dos anos da década de 1930, já rodavam no Brasil 220.000 veículos e a empresa resolveu apostar na expansão desse mercado. Assim, em março de 1941, iniciava-se a produção experimental de pneus na fábrica de Santo André. Mesmo com as dificuldades impostas pela guerra em todos os setores, inclusive no de importação de automóveis, em que poucos privilegiados conseguiam um carro a gasôgnio e o combustível era escasso, a Pirelli continuava a progredir no segmento de pneus. Em 1971, foi inaugurada uma fábrica em Campinas, no estado de São Paulo, para produção de pneus de passeio.

PIRELLI CHEGA A GRAVATAÍ

Era preciso crescer para acompanhar o mercado, e as fábricas de Santo André e Campinas não suportavam tal expansão. A saída foi buscar um novo município para construção de uma nova fábrica.

Em 1974, a Pirelli iniciou a construção da fábrica em Gravataí, cerca de 30 quilômetros de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. O começo de suas operações industriais ocorreu em 1976 com a produção de pneus de bicicleta e,

até o final da década, já estavam sendo industrializados pneus convencionais para caminhões e ônibus, bem como pneus de agricultura e camioneta convencional.

Em 1986, a Pirelli consolidou-se como líder absoluta do mercado brasileiro de pneus, após a aquisição da Pneus Tropical S.A. em Feira de Santana, Bahia, chegando aos 38% de participação. Em 1988, ano em que foi criada a Pirelli Pneus S.A., separando-se da Pirelli Cia. Industrial Brasileira, o destaque foi a inauguração do moderníssimo Campo Provas Pneus Pirelli, localizado em Sumaré, próximo a Campinas, em São Paulo.

No início da década de 1990, a Pirelli possuía, no Brasil, 11 fábricas, das quais seis dedicadas à produção de cabos e materiais elétricos, e cinco destinadas à produção de pneus e cordas metálicas. Em todas as empresas do grupo brasileiro, existiam 14 mil funcionários e um portfólio com mais de 30 mil produtos, consolidando-se uma das mais importantes unidades do Grupo Pirelli fora da Itália.

Diante de um mercado cada vez mais competitivo, o início desta década foi marcado por uma reestruturação organizacional na companhia, com a finalidade de concentrar suas atividades nos segmentos de maior competitividade. Desta forma, o Grupo decidiu fechar a divisão Prodi (Produtos Diversos) e passou a ter como foco os segmentos de pneus e de cabos.

No segundo semestre de 1997, a Pirelli Pneus S.A. passou a coordenar as empresas da divisão Pneus, situadas na América Latina, originando-se uma gestão de negócio Latino.

Em Gravataí, a produção de pneus de bicicleta foi impulsionada por um grande projeto de expansão no ano de 1998. E, em 2006, a fábrica foi expandida com a inauguração da primeira fase da Mini Fábrica de Pneus Radiais para ônibus e caminhão, gerando 222 novos empregos.

SUSTENTABILIDADE

Um sistema avançado de Gestão de Sustentabilidade permitiu à Pirelli um melhor gerenciamento de seus impactos relacionados aos seus processos produtivos, produtos e serviços.

A Sustentabilidade assumida pela organização abrange o âmbito da:

- Responsabilidade Econômica - um conjunto de políticas e normas que regulam a maneira como a empresa é administrada e os objetivos pelos quais ela se orienta.

- Responsabilidade Ambiental - o controle de toda a cadeia produtiva da empresa buscando causar o menor impacto possível ao meio ambiente.
- Responsabilidade Ético-Social - engloba diversos fatores como:
 - ✓ Saúde e Segurança no trabalho;
 - ✓ Ações internas e externas de cultura, lazer, esporte e meio ambiente para a comunidade, funcionários e seus familiares;
 - ✓ Ações de igualdade e oportunidades aos funcionários.

RESPONSABILIDADE ECONÔMICA

A Pirelli, assim como todas as empresas, busca poder gerar lucro por meio da venda de seus produtos e, para isso, procura produzir bens e serviços que a sociedade deseja e vendê-los de forma rentável.

Aplicando este conceito no âmbito da Sustentabilidade, a Pirelli vai além e busca comercializar seus produtos de maneira ética, cumprindo as exigências legais e buscando o menor impacto ao meio ambiente e seus demais públicos de interesse. Para isso, a empresa desenvolve um trabalho de relacionamento com seus *Stakeholders* que influenciam o sucesso dos negócios ou são impactados pelas atividades da organização.

A Pirelli adota uma abordagem de relacionamento com este público, focada no crescimento duradouro e sustentável, e baseado na conciliação dos interesses e expectativas de todos aqueles que interagem com a empresa. São realizadas ações de responsabilidade econômica com os funcionários, clientes, fornecedores, comunidade, meio ambiente, governo e acionistas da empresa.

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A Pirelli entende que instalar uma fábrica em uma cidade não significa apenas gerar emprego para a população. O cuidado ambiental é uma preocupação que a Pirelli aprimora ano após ano. Um departamento responsável pelo meio-ambiente acompanha diariamente o consumo de recursos naturais (água, energia elétrica, etc.) e desenvolve projetos e tecnologias que minimizem os impactos da operação

da fábrica. Atualmente, a fábrica da Pirelli em Gravataí conta com diversas ações voltadas para o meio ambiente:

- *Coleta Seletiva de Resíduos* – todo o material coletado é separado e destinado atendendo as exigências legais e as nossas metas internas. Ao todo, 80% dos resíduos gerados são reciclados. O restante recebe tratamento e destinação ambientalmente correta.
- *Estação de tratamento de água* – a Pirelli de Gravataí possui uma estação própria de tratamento de água para consumo humano e industrial. Esta estação trata e distribui água atendendo todos os parâmetros ambientalmente corretos.
- *Estação de tratamento de efluentes* – a Pirelli de Gravataí possui uma estação própria de tratamento de efluentes, considerada modelo na região. Esta estação permite à Pirelli um constante e rígido monitoramento dos efluentes tratados e possibilita seu tratamento para que não seja descartado nenhum efluente no meio ambiente.
- *Otimização do consumo de energia* – ao longo dos anos, a Pirelli investiu incessantemente na redução de uso de seus recursos naturais e considera isto parte de seus objetivos principais na redução de consumos de energia. Várias ações ligadas à otimização do consumo de energia como redução de ar comprimido, instalação de isolamentos térmicos, reutilização de vapor a baixa pressão e campanhas de energia fazem parte do elenco de ações já executadas.
- *Utilização de gás natural* – a planta de Gravataí conta com a utilização de queima de gás natural nas duas caldeiras, atendendo os pré-requisitos ambientais com redução de emissão de NOx, eliminação na emissão de material particulado e de SO₂, um dos causadores da chuva ácida. Esta ação tem um importante impacto social que é a emissão de fumaça preta e fuligem durante as operações com óleo.
- *Certificação ISO 14001* – desde 1999, a fábrica está certificada pelos padrões internacionais reconhecidos pela norma ISO 14001, que trata do Sistema de Gestão Ambiental. Uma Política Ambiental remete a empresa a vários indicadores de eco eficiência, realizando todo um trabalho de melhoria contínua. Frequentemente, em palestras realizadas fora do am-

biente fabril, somos questionados porque a fábrica investe tanto em ações de melhoria ambiental, sendo que praticamente nenhuma delas aumenta nosso volume de produção. A resposta é fácil: nosso entendimento é que nossa unidade industrial de Gravataí só terá “sustentabilidade” com a continuação deste programa.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Para a Pirelli, o bom relacionamento com a comunidade é tão importante quanto apresentar ao mercado produtos de qualidade. Por isso, a Pirelli de Gravataí apoia diversas ações e projetos voltados para a comunidade por meio da preservação do meio ambiente e da inserção social de crianças e jovens carentes nas comunidades em que a empresa atua.

O desenvolvimento sustentável da sociedade é prioridade para a empresa, que busca equilíbrio por meio de um desempenho corporativo ético e um forte compromisso social. Dentre os projetos importantes desenvolvidos pela Pirelli de Gravataí destacam-se:

Projeto Peteca – A Pirelli, em parceria com a Prefeitura Municipal de Gravataí, mantém o projeto que atende a crianças carentes expostas ao risco de mendicância e trabalho infantil. Por meio de ações socioeducativas realizadas no turno inverso ao da escola, o projeto tem por objetivo proporcionar um espaço alternativo a estas crianças e adolescentes, oferecendo atividades práticas esportivas, recreativas e de música, além de receberem alimentação e apoio aos assistidos.

A Pirelli apoia o projeto, desde 2005, por meio do FMDCA (Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente).

Os funcionários da empresa também fazem parte de uma importante comunidade da Pirelli. A empresa está firmemente empenhada na conformidade com os princípios da igualdade de oportunidades no local de trabalho, sem qualquer forma de discriminação com base em sexo, estado civil, orientação sexual, convicções religiosas ou políticas, adesão de sindicatos, raça, origens étnicas, nacionalidade, idade ou deficiência. Mais do que isso, a empresa oferece ações que possam balancear a vida profissional e pessoal do funcionário.

Clube – A empresa conta com um espaço arborizado e agradável para que funcionários e dependentes possam realizar atividades de lazer e esporte. Neste local são realizadas também as famosas festas do dia do trabalho e do dia das crianças. Os funcionários também podem utilizar o espaço da sede social para festas familiares e o espaço dos campos de futebol e churrasqueiras para confraternizações.

Programa 'Onde Trabalha o Papai' – um grande sucesso entre os empregados da Pirelli, este projeto propicia aos familiares de funcionários conhecerem melhor a rotina de trabalho na Pirelli e integração da família com a empresa. As visitas acontecem em períodos determinados e um guia acompanha os filhos e cônjuges dos familiares para conhecerem o processo produtivo do pneu e os postos de trabalho dos pais.

Acampamento de férias e férias dirigidas – Durante as férias escolares, os filhos de funcionários de 06 a 11 anos podem participar das Férias Dirigidas. Durante uma semana, as crianças contam com atividades em tempo integral, das 8h às 17h. Nestes dias, um ônibus com monitores sai da fábrica pela manhã com as crianças e os leva para um local onde realizam diversas atividades recreativas. No final do dia, as crianças reencontram os pais na Pirelli com muitas histórias para contar e ansiosos para o próximo dia de atividades. Já os maiores, de 12 a 16 anos, podem participar do Acampamento de Férias que possibilita a participação, integração e a socialização do adolescente, auxiliando-o a se tornar independente e responsável. O Acampamento auxilia, também, no aprimoramento físico, social e emocional por meio de atividades educativas, recreativas e esportivas.

Laboratório de Informática – Neste ano, foi inaugurado o Laboratório de Informática em que funcionários e dependentes terão oportunidade de aprendizagem em informática básica e intermediária gratuita. As aulas acontecem na sede social da empresa nos turnos manhã, tarde e noite. Todos têm oportunidade, mesmo em revezamento de turnos.

Distribuição de material escolar – Anualmente, os filhos de funcionários na faixa etária de 6 a 14 anos recebem um kit de material escolar, conforme a idade e a série escolar, para contribuir com a lista de material escolar solicitada, anualmente, pelas escolas e fazer com que os pais possam economizar com os itens comuns das listas escolares.

RAÍZES FORTES

Desde que chegou a Gravataí, em 1974, a Pirelli esteve presente no relacionamento com a comunidade e o município, sempre buscando desenvolver as melhores práticas econômicas, ambientais e sociais. A Pirelli realiza suas atividades na cidade há mais de 30 anos na mais perfeita harmonia com a sociedade.

Hoje a Pirelli sente-se orgulhosa por fazer parte da história de Gravataí e deve agradecer ao município que acolheu a fábrica de braços abertos e sempre tratou com muito respeito todas as mudanças que as operações da Pirelli trouxeram à comunidade.

Nossas raízes estão estabelecidas por aqui e queremos cuidar cada vez mais para que esta raiz fique ainda mais fortalecida. A Pirelli faz parte da história de Gravataí e, mais do que isso, Gravataí faz parte da história da Pirelli.



Plantio de mudasna Pirelli - Projeto Aguapé.

A CERÂMICA CHERUBINI E A EXPANSÃO DE GRAVATAÍ

Valentin Antônio Cherubini

Empresário. Gravataí/RS

Em 1968, Valentin Antônio Cherubini veio de Nova Prata, com o intuito de administrar um dos negócios adquiridos pela família (uma filial da indústria de Madeiras Pratense) que se localizava no Parque dos Anjos, logo após as pontes do Passo dos Ferreiros, dando origem a Cherubini Materiais de Construção. Foi uma das pioneiras daquela região, pois do Parque dos Anjos até Glorinha, só havia a Cherubini Materiais de Construção; madeireiras somente no sentido de Cachoeirinha. Naquela época, não havia a Vila Ipê, não existia nenhum prédio com mais de dois andares, não existia: a Gravel, João Hoppe, Astória, Pirelli, Valter Weber, Globo Inox, Hotel Intercit e as outras empresas. Nesta época, também surgiu os loteamentos onde está a Fundação Bradesco, Alfaville, Morada dos Sobrados e outros.

A maioria das ruas era de chão batido e algumas calçadas com pedras irregulares. Asfalto somente na RS 030. Em meados de 1973, com a cidade em crescimento e a dificuldade de adquirir tijolos que vinha de Santa Catarina, surgiu a idéia de montar uma indústria cerâmica para suprir a demanda da madeireira e também a da cidade. Começou então, a procura de uma área de terras que possuísse uma boa matéria prima, isto é argila. Esta procura resultou na compra de 15 ha, no Rincão da Madalena.

Como as terras eram em uma zona rural, não havia energia elétrica, nem telefone e a estrada era muito precária a ponto de adquirir uma rural para fazer o transporte de funcionários. Em 7 de janeiro de 1974 fundou-se a cerâmica Cherubini Ltda, em sociedade com Gilberto Carlos Schirmer, seu empregado na madeireira.

Como o Rincão era zona rural e pouco transitável, a prefeitura colocava lixo na beira da estrada, mas com muitas conversas com o secretário da época, o Sr. Valentin conseguiu que eles colocassem lixo em outro local. Havia também poucos moradores na beira da estrada, que com o tempo foi aumentando a ponto de ter

mais de mil casebres. Em 1979, a Cherubini Materiais de Construção foi vendida para a Magogil. Mais tarde, na administração do Motta, criou-se a vila Nova Conquista e com isto vieram as invasões. Aqueles moradores da beira da estrada, mais tarde foram transferidos para um novo loteamento (Auxiliadora) deixando então livre a estrada onde hoje é asfaltada. Também não havia cemitério municipal e o cemitério Jardim Celestial.

Na época, havia uma escola com prédio de madeira próxima à cerâmica, a qual estava em cima de um terreno particular e o mesmo havia sido vendido e a escola teria que ser fechada. O Secretário de Educação na época, Nicolau Chiavaro Neto foi conversar com Valentin Cherubini, sobre a possibilidade de a cerâmica ceder um terreno para que eles construíssem uma escola. O Sr. Valentin, não só cedeu o terreno como doou todos os tijolos para a construção da Escola Municipal Santa Madalena.

Atualmente, a cerâmica Cherubini é administrada pelos filhos que são o orgulho do pai.



AS TRANSFORMAÇÕES DA ALDEIA: EXPANSÃO SOCIAL E ECONÔMICA¹

Viviana Benetti

Professora do Curso de História/ULBRA. Gravataí/RS

Carlos Alberto Nunes dos Santos

Gabriela Cruz de Oliveira

Acadêmicos do Curso de História/ULBRA. Gravataí/RS

“O progresso será imposto a Gravataí,
quer ele queira quer não queira.”

Engenheiro Américo, da Icotron, 1972.

O início do século XX foi um período de grandes mudanças, de aceleração do processo histórico, tanto no plano macro-estrutural, assim como nas micro-relações cotidianas. Frente às estas mudanças, encontra-se o crescimento de cidades brasileiras, próximas aos grandes centros ou de capitais, que aos poucos vão atendendo às demandas sociais e utilizando-se de espaços para edificações urbanas e/ou industriais, de acordo com suas necessidades.

No Rio Grande do Sul, algumas cidades próximas à capital encontram-se neste processo de crescimento, que vai acontecendo lentamente, e com isso, toda uma produção de representações é construída nestes locais. Neste sentido, pretende-se apresentar um pouco da história do município de Gravataí, cidade próxima à capital do Estado.

O Estado do Rio Grande do Sul, que até 1940, de acordo com censo demográfico, era essencialmente agrícola, com um grau de urbanização de 31, 2%, passou, a partir de 1950, a imprimir um forte ritmo de mudança em sua estrutura, entre

1 Trabalho desenvolvido a partir das pesquisas orientadas no Núcleo de Patrimônio e Memória do Curso de História – ULBRA/Gravataí.

os anos de 1940 e 1970. A população do estado duplicou, porém, cresceu em ritmo menor que o total do Brasil.

As transformações ocorridas na cidade de Gravataí, ao longo do século XX, não se apresentavam distantes das mudanças que passava o estado e o país, naquela primeira metade do século. Esse processo de mudança, pela qual passava o município de Gravataí, era resultado de inúmeros movimentos, tais como: econômicos, políticos e sociais.

Na década de 1940, de acordo os livros de Registros e Procurações do Arquivo Público do Estado, Gravataí era essencialmente rural, com pequenas e grandes propriedades de terras, sendo que, a principal atividade exercida era agricultura, para os homens e a de doméstica para as mulheres. As principais atividades econômicas são: comerciantes, criadores, funcionários públicos e domésticos.

Neste universo urbano-rural, ainda de acordo com os Livros de Compra e Venda de terras, um percentual significativo de gravataienses, na década de 1940, se declarava não saber ler nem escrever, e eram agricultores. Dados do IBGE, do censo de 1940 revelam que aproximadamente 45% da população de Gravataí não sabiam ler, nem escrever, contra 55% alfabetizados. E o índice dos não letrados era maior entre as mulheres.

Nas décadas de 1950 e de 1960, percebe-se uma mudança lenta no município. Esse movimento se manifesta, a partir dos registros de imóveis, com a venda de terrenos no centro de Gravataí, por parte das famílias tradicionais e a compra por parte de famílias de renda menor. Com isso, percebe-se um novo ‘desenho’ na ocupação urbana da cidade.

E, segundo os dados da Fundação de Economia e Estatística/FEE-RS, que analisa o crescimento e as desigualdades de renda, das microrregiões do estado, aponta-se a microrregião de Porto Alegre, da qual faz parte Gravataí, como a que teve uma redução significativa em suas rendas. De acordo com a análise, “apesar de esta região ter ampliado a sua participação relativa na produção industrial do Estado, isso não foi o suficiente para o crescimento da renda.”² Ou seja, o modesto desempenho, na renda, desta região, não acompanhou a excepcional crescimento demográfico.

O crescimento demográfico no município de Gravataí, no período de 1950 a 1970, apresentou índices elevados, dentro dos municípios da região metropolitana de Porto Alegre. O crescimento deveu-se ao movimento migratório e

2 ALONSO, José A. F. *Evolução das desigualdades interregionais de renda interna no Rio Grande do Sul (1939-1970)*. Porto Alegre: FEE, 1986.

vegetativo. Na década de 1970, Gravataí apresentava um índice, de aproximadamente 70 % de população urbana. O município, então, já apresentava grandes ares de mudanças.

Essa transformação, ocorrida em Gravataí, acompanhou o movimento, pelo qual o estado do Rio Grande do Sul passava. A concentração urbana ocorrida neste período, no estado, deveu-se ao grande surto migratório do meio rural, em decorrência da capitalização do campo (lavouras mecanizadas e produção de trigo e soja, em algumas regiões); à concentração industrial; ao sistema de transportes, comunicações e infra-estrutura, mais incentivos fiscais e econômicos. Todos esses fatores fizeram com que o homem abandonasse o campo e partisse em direção à cidade.

Porém, as mudanças ocorridas no estado, e que, de alguma forma, afetou o município de Gravataí, neste longo período acima colocado, são consequências das transformações passadas no âmbito nacional, iniciadas na década de 1950, dentro do plano de desenvolvimento do Brasil.

O modelo desenvolvimentista adotado em nível nacional refletiu no Rio Grande do Sul, nos anos 1970, principalmente.

Dentro deste modelo, é importante apresentar o conceito que o estado nacional está adotando. A proposta de desenvolvimento econômico é muito ampla. De acordo com o economista Hélio Jaguaribe, o desenvolvimento econômico é um processo social global. O econômico, o social, o político e o cultural, se desdobram com relativa autonomia; é um processo. Para Celso Furtado, o desenvolvimento econômico, seja espontâneo ou programado, deve ser pensado como um processo de desenvolvimento da sociedade, como um todo. Essa análise, segundo o autor, não deve ser feita apenas do ponto de vista econômico e, sim, partilhado por sociólogos, antropólogos, historiadores ao lado dos economistas.

E o processo industrial que ocorreu no município de Gravataí nos anos 1970 foi espontâneo ou programado? Quais eram as possibilidades do estado, em criar alternativas para atender demandas, tais como: melhorar o nível de renda, dos habitantes das cidades; esgotamento da fronteira agrícola e a mecanização da lavoura, além do excesso da mão-de-obra, fator de expulsão da população do campo?

Neste processo de transformação cria-se a hierarquia urbana. Cria-se a dicotomia entre a 'cidade MetrÓpole' e as 'cidades-dormitórios'. E o espaço urbano da região metropolitana desenhou-se funcionalmente heterogêneo e desequilibrado, do ponto de vista das condições gerais de qualidade de vida urbana. E as cidades

do entorno da capital acabaram com um destino 'triste'. Vão se especializando na área de habitação, definindo-se como 'cidades-dormitório', ainda que estas cidades possuíssem vida própria, mas ainda não haviam alcançado o poder de gerar emprego e renda, para todos os seus habitantes.

As discussões sobre a criação de espaços industriais, no Rio Grande do Sul, já ocorriam desde o governo de Brizola (1958-62). Com a implantação do Distrito Industrial, Gravataí passou a ser alvo de discussões, no sentido da criação dos espaços urbanos, associados a atividades produtivas. Estes espaços, segundo Ortiz & Toni (1991),³ são historicamente determinados, dentro da realidade do mercado capitalista e destinados ao consumo coletivo e individual.

A ocupação urbana é definida como um resultado das relações interligadas entre a política e a economia. Assim, a decisão do estado, definindo que o município de Gravataí receberia o Distrito Industrial, e não Canoas ou Novo Hamburgo, por exemplo, se deve a fatores políticos e econômicos, vinculados ao espaço geográfico em que o mesmo ocupa.

Esta decisão movimentou toda a esfera pública, nos setores dos transportes, habitação, comunicações, etc., assim como trouxe mudanças na vida urbana, com diferentes atores sociais, e diferentes relações de pertencimento.

Retornando a meados dos anos 1940, Gravataí apresentava uma população, de acordo com o IBGE, de 20.894 habitantes. Na década de 1970, o município já possuía 52.462 hab.. Percebe-se que, a partir da chegada do Distrito Industrial, até a década de 1980, a população alcançou 108.733 habitantes. Esse aumento populacional deve-se ao Distrito Industrial, que impulsionou o setor terciário e o processo de divisão espacial, especialmente, resultante da divisão social do trabalho. A partir de então, com uma economia voltada para os setores secundário e terciário, Gravataí foi urbanizada. Percebe-se a apropriação social diferenciada do espaço urbano e do mundo 'antigo' rural, pelas diferentes classes, de acordo com os níveis de renda e, ao mesmo tempo, de pertencimento.

Estes são alguns elementos que remetem a reflexões interessantes sobre o município nas últimas décadas.

Conhecidas a estrutura, a organização do espaço, a ocupação realizada por sujeitos 'naturais' e outros, os migrantes, pergunta-se: Quem são os sujeitos históricos presentes em Gravataí, no tempo recente? Quais são suas memórias? De

3 DE TONI, Jackson; ORTIZ, Romeu Felipe C. *Um estudo dos impactos dos distritos industriais nas cidades de Cachoeirinha e Gravataí e suas relações com Porto Alegre*. 1991. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

município com uma economia dinâmica rural, como ele vai se transformando numa economia urbana e industrial? Com uma população local, que cresce de forma organizada e lenta, até meados da década de 1950, para um crescimento populacional acelerado, vinculado às necessidades da capital, como transitou da condição de 'cidade-dormitório', para uma cidade, mais independente e autônoma, com seu distrito industrial, e com o progresso acelerado que tem revelado?

Através do contexto apresentado e o patrimônio que foi se constituindo a partir das transformações urbana e social, no espaço de Gravataí, é possível buscar entender as possíveis relações da memória social do município. Observam-se, não apenas sua mudança econômica e política, mas também as representações individuais e coletivas, dos moradores e como estes se identificam com o imaginário urbano.

É possível identificar, através do patrimônio arquitetônico e das relações sociais presentes nas construções dos prédios, bem como nos laços familiares e políticos identificados, o imaginário social do município, que tais representações revelam.

A identificação da formação étnica de um espaço local, aparece como uma forma de organização social própria das sociedades modernas.

Então, não se entende mais o grupo étnico como um apêndice da sociedade. Mas a própria sociedade passa a ser compreendida como uma esfera de inter-relação de uma pluralidade de grupos étnicos, que passa a ser percebida como uma forma organizativa da sociedade. O próprio processo de construção dos grupos étnicos transcorre a partir das interações entre estes diversos grupos componentes da estrutura social. Assim na interação entre os diferentes agrupamentos étnicos, é que vai sendo formada uma percepção acerca da pertença, ou da identidade grupal. Os traços culturais comuns começam a ser construídos/percebidos, e se passa a destacar a crença em uma mesma origem e a dispor de uma organização que os unifica.

Para Maurice Halbwachs (apud, FELIX, 1998), o uso da memória, apresenta uma dimensão que se estende para além do individual; ela é plural, sendo construída por grupos sociais. Então,

[...] são os indivíduos que lembram, no sentido literal, físico, e são os grupos sociais que determinam o que é 'memorável', e também como será lembrado. Os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos de importância para o seu grupo. (BURKE, 1992, p. 44).

Logo, a memória se constrói enquanto experiência social, pois o próprio processo de construção perpassa o que faz parte da coletividade. Neste sentido, a história adquire o papel de agente qualificado na busca da conservação das lembranças do passado e como alimentador da memória social.

Sobre as representações sociais, Chartier (1994), indica *três modalidades da relação com o mundo social*, quais sejam: o modo como a realidade social é contraditoriamente constituída por diferentes grupos; o modo como as práticas “[...] visam fazer reconhecer uma identidade social” e o modo como determinados grupos marcam com maior ênfase a coletividade. (CHARTIER, 1994, p. 23). Assim, a construção dos acontecimentos torna-se uma representação possível do passado; a mais verossímil dentro das condições dadas.

Neste percurso em busca das representações possíveis destas construções simbólicas das identidades coletivas, do próprio município, o poder simbólico tem, por vezes, um efeito real muito mais forte que o próprio real acontecido. Assim, as representações do real são diferentes do real, não são espelhos da realidade objetiva, ou seja, as coisas têm outro sentido além daquele que está sendo manifestado.

As construções e edificações influenciam na distribuição dos espaços, assim como indicam os desejos, as necessidades e o poder aquisitivo de seu proprietário, bem como os objetivos ou funções das mesmas, ou seja, moradia, indústria, comércio, escolas, dentre outras.

Este conjunto conceitual, marcado pela identidade, memória, representação e imaginário social, está inserido em um algo maior que os incorpora: a cultura e a identidade. Certamente não se está entendendo a cultura como o conjunto de expressões artísticas, de um dado povo, mas como os significados partilhados por um determinado grupo, que os permite enxergar e construir de forma diferenciada o social. Assim, a cultura “[...] oferece a possibilidade de conceber a unidade do homem na diversidade de seus modos de vida e de crença [...]” (CUCHE, 1999, p.13).

Busca-se, entender o imaginário social do município de Gravataí e suas representações, mostrando seu significado dentro do contexto do Estado.

E como está sua relação com a metrópole (Porto Alegre)? Gravataí ainda sente-as ‘cidades-dormitórios’, como Gravataí? Como será o imaginário social da Região Metropolitana? E ou, como será o imaginário local (Gravataí)?

“Somos de uma Aldeia” periférica e dependente?

E a metrópole (Porto Alegre), ainda é o centro e independente?

Trata-se de um município que obteve um desenvolvimento, ou apenas um crescimento?

No imaginário social, tem-se a lembranças da Gravataí rural e tranqüila, onde o sujeito se identifica, se percebe como parte deste espaço?

O sujeito urbano, “novo”, se percebe diferente, independente e feliz, aceitando as mudanças com otimismo?

A Aldeia dos Anjos transformou-se em uma metrópole. A epígrafe diz que: ‘O progresso será imposto a Gravataí, quer ele queira quer não queira’. E foi o que aconteceu.

Ainda há muitas perguntas a se fazer, mas a cidade, hoje, é outra: transformou-se.

REFERÊNCIAS

ALONSO, José A. F. *Evolução das desigualdades interregionais de renda interna no Rio Grande do Sul* (1939-70). Porto Alegre: FEE, 1986.

BURKE, Peter. *A escrita da História: perspectivas*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

_____. *O que é História Cultural*. São Paulo: Zahar Editor, 2004.

CHAGAS, Mario. (Org.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

CUCHE, Deny. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC, 1999.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Historia Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autentica, 2006.

DE TONI, Jackson; ORTIZ, Romeu Felipe C. *Um estudo dos impactos dos distritos industriais nas cidades de Cachoeirinha e Gravataí e suas relações com Porto Alegre*. 1991. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FELIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. 4ª. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PESAVENTO, Sandra J. *História & História cultural*. São Paulo: Autêntica. 2003.

A IMPLANTAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL DE GRAVATAÍ: OLHARES

Roberto Py Gomes da Silveira

Arquiteto. Porto Alegre/RS

OLHANDO PARA TRÁS, NO TEMPO

Começemos com um retorno ao tempo. Vamos procurar visualizar o que foi Porto Alegre e o que foram suas vizinhanças num período não tão distante. Um convite para voltar no tempo, ou seja, ao final da primeira metade do século passado, em torno da década de 1940 e 1950. O centro da cidade de Porto Alegre era muito bem caracterizado como um sítio urbano, onde sobressaíam a Ponta da Cadeia e dois caminhos principais: a Rua Duque de Caxias e a Rua da Praia. Por ali, circulavam os bondes das linhas Duque e Gasômetro. A área central da capital gaúcha era caracterizada por pontos significativos na paisagem, alguns dos quais se destacam até hoje, enquanto outros acabaram como que submergindo, visualmente, por estarem cercados de edifícios altos.

A Ponta da Cadeia, onde se localizava o Presídio Central, ficava ao lado da Usina do Gasômetro que, desativada, é hoje importante pólo artístico-cultural e simboliza um poderoso marco como preservação da paisagem urbana.

Nessa época, Porto Alegre era considerada, especialmente pelos gaúchos, como a terceira cidade do Brasil, tanto em importância quanto em tamanho. Na Rua da Praia, atual Rua dos Andradas, se localizavam as principais lojas e os cinemas. Lá, nos finais de tarde, acontecia um *footing* típico e peculiar, em que as moças desfilavam nas calçadas. Os rapazes, assim como os mais velhos, ficavam apreciando, do leito das ruas, essa caminhada tão característica do local e comentavam sobre tudo e todas.

Aqueles eram os chamados “anos dourados” em que a vida transcorria sem grandes atropelos: todos tinham tempo para conversar, cultivar amizades e apreciar o lado bom da vida. Reinava a segurança individual, e as pessoas, principalmente os jovens e as crianças, tinham a oportunidade de desenvolver uma vida cidadina que hoje, nos grandes aglomerados urbanos, praticamente inexistente.

Percorrendo-se a Rua da Praia, coração da vida social e cultural da cidade, e indo-se até o final, chegava-se à Avenida Independência. Ladeada por casarões, essa avenida conduzia diretamente ao bairro Moinhos de Vento, o mais elitizado e chique da cidade. O interessante é que, se seguíssimos sempre em frente, apesar das curvas e dos pequenos aclives e declives, acabaria por se chegar ao centro de Gravataí, cidade destacada no Encontro Raízes.

Nessa perspectiva, constata-se que da Rua da Praia se chega ao Bairro Moinhos de Vento, cuja principal via de acesso é a 24 de outubro. Sua continuação é a Avenida Plínio Brasil Milano, que se desenvolve até o Passo da Areia e tem seguimento na Avenida Assis Brasil, a qual termina na divisa de Porto Alegre, junto ao rio Gravataí. Dessa forma, se dada orientação a uma pessoa, que se encontra na Rua da Praia, irá se dizer para seguir sempre em frente. Na sequência natural das vias, ela acabará chegando ao destino antes descrito, ou seja, ao rio Gravataí. O único impedimento que atualmente há é o fato de que a Rua 24 de outubro tem mão única, o que não permite, por questões de organização do trânsito, o cumprimento efetivo do percurso sugerido, ao menos de carro.

Ao se chegar ao rio Gravataí, o caminho natural é seguir pela cidade de Cachoeirinha, por sua principal via, até o centro da cidade de Gravataí. No passado, havia ali uma bifurcação, que oferecia duas alternativas a seguir: uma levava ao centro de Gravataí; e outra, para Taquara. Nesse sentido, o crescimento de Porto Alegre estabeleceu esta ligação entre o logradouro mais expressivo da capital com a praça principal de Gravataí.

A importância desse trajeto, antes da inauguração de Free-Way, foi inegável. Toda a população da capital e de uma enorme parte do estado utilizava esse percurso para ir às praias do litoral norte, nas férias de verão, não necessariamente partindo da Rua da Praia. Certamente, esse foi o caminho das famílias que partiam para passar longas temporadas em Tramandaí, Capão da Canoa ou Torres. Nesse percurso, passava-se sempre pela praça principal de Gravataí. Dali se seguia em direção ao rio enfrentando a temida “Curva da Morte” que, uma vez ultrapassada, levava a Santo Antônio da Patrulha e, em seguida, a Osório.

A grande referência de Gravataí para esses viajantes de férias e de finais de semana era a “Curva da Morte”. E, mais adiante, Santo Antônio da Patrulha, era parada obrigatória para se apreciar os tradicionais “sonhos recheados com goiabada”. Era também nessa ocasião que os meninos, com muito desvelo e seriedade, ‘molhavam’ os pneus dos carros, pois havia a forte convicção de que os pneus, para não esquentarem demais após terem percorrido tão longa quilometragem, precisavam ser resfriados. Hoje, Gravataí não é mais conhecida por essa passagem obrigatória entre

a sua rua principal e a tão temida “Curva da Morte”, a qual não existe mais. Já Santo Antônio da Patrulha, por sua vez, não teve o mesmo desenvolvimento de Gravataí.

Sem dúvida, para um grande número de gaúchos, que seguiam habitualmente para as praias nos meses de verão, Gravataí era, dentre todas as cidades da região de Porto Alegre, a mais conhecida, ao menos visualmente. É sobre este vínculo que se deseja enfatizar.

OLHANDO PARA OUTROS ASPECTOS, TAMBÉM DO PASSADO

Neste ponto, se faz uma interrupção para mudar a linha de pensamento, saindo do final da primeira metade do século XX, para pular alguns anos e passar para a segunda metade do século passado.

Chega-se aos anos sessenta, no governo de João Goulart. Também gaúcho, o doutor Egdio Michaelsen, Ministro da Indústria e Comércio, percorria com assiduidade aquele caminho para as praias, pois era veranista de Torres. Tinha, portanto, bastante familiaridade com Gravataí. Enquanto ministro, buscou intensamente contatos com o governo alemão, o que resultou na assinatura de um Convênio de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Alemanha. Esse convênio trouxe muitos benefícios para o Brasil no campo da ajuda técnica, sendo o Rio Grande do Sul particularmente beneficiado. Projetos de Desenvolvimento Agrícola tiveram muito destaque como, por exemplo, o Projeto de desenvolvimento do Vale do Rio Caí. O mais significativo e importante de todos foi o do Plano de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Porto Alegre. A razão disso deveu-se não só à relevância da Região de Porto Alegre, mas também pela dimensão e qualificação do grupo de técnicos que foram reunidos para esse trabalho. Tanto na Alemanha quanto no Brasil, selecionaram-se profissionais com vivência nas questões de planejamento, quer em questões urbanas – de transporte, economia, sociologia urbana, desenvolvimento agrícola – como em outros setores igualmente importantes.

Como o planejamento metropolitano não dispunha ainda de um conhecimento acumulado e de experiências difundidas, buscou-se formar uma equipe interdisciplinar suficientemente completa. Uma das questões que essa equipe perseguiu obstinadamente foi a do estabelecimento de procedimentos metodológicos que pudessem ser referência para futuros trabalhos. Assim, com essas premissas, foi iniciado, em 1971, o Plano de Desenvolvimento Metropolitano. Como primeiro passo para enfrentar esse trabalho inovador, foi firmar um convênio entre os municípios

da região, na época definidos em número de 14, o Governo do Estado, representado pela Secretaria de Desenvolvimento e Obras e o Governo Federal, através da SUDESUL. Esse convênio brasileiro, condição necessária para uma efetiva participação, se materializou pela organização do GERM – Grupo Executivo da Região Metropolitana, encarregado de, junto com equipe alemã, desenvolver o projeto.

A Alemanha, por sua vez, organizou seu núcleo de trabalho tendo por base professores da Universidade de Bochum e técnicos da empresa *Agraar und Technik*, que já tinha experiência no Rio Grande do Sul, pois participara do Projeto de Desenvolvimento do Vale do Rio Caí. A equipe alemã veio para a região metropolitana com a designação de DPU – *Deutsche Project Union* e passou a integrar o GERM, atuando em parceria com os brasileiros, resultando num grupo, cujas características marcantes foram a coesão e a dedicação.

Desde o ponto de vista institucional, a organização estabelecida para a realização desse projeto binacional teve como mérito o fato de ter sido dada grande autonomia à equipe de planejamento. Pelo processo de trabalho adotado, o GERM realizava, mensalmente seminários com as prefeituras, o Estado e a União. Estes serviram como avaliação permanente das atividades e resultaram em grande adesão e aceitação institucional. Isso se deu em razão do acompanhamento que as prefeituras, através de suas representações políticas, como prefeitos, vereadores, técnicos e segmentos expressivos de suas comunidades faziam. Ao final de dois anos de trabalho, foi entregue o Plano de Desenvolvimento da Região Metropolitana tendo, em sua equipe de projeto, 23 técnicos alemães e 26 componentes brasileiros.

Antes de abordar os resultados dessa atividade e seus reflexos para a região e para o município de Gravataí, é interessante apresentar algumas considerações sobre o os ganhos que foram obtidos com a experiência de planejamento e de participação das instituições intervenientes no processo e no aproveitamento desse projeto, tanto da equipe brasileira quanto das entidades alemãs envolvidas.

Atuando como coeso grupo de trabalho, sem sofrer as influências dos procedimentos burocráticos peculiares à função pública, o GERM conseguiu imprimir um ritmo de trabalho impressionante. Isso resultou em um conjunto de propostas integradas, abordando aspectos que vieram a ter grande influência no posterior desenvolvimento dos municípios. Buscou-se, principalmente, fomentar a integração de esforços regionais e municipais para que medidas pudessem ser efetivamente implementadas, a fim de apresentar os melhores resultados possíveis. De toda essa intensa atividade, resultou um Plano Metropolitano que foi, em sua maior parte, assimilado pelos municípios. Hoje, passados trinta e sete anos,

esse plano contém diretrizes que foram parcial ou totalmente adotadas ou que merecem pelo menos ser ainda levadas em consideração por serem convenientes ao desenvolvimento regional.

Os membros dessa equipe, tanto os brasileiros como os alemães, adquiriram importante experiência profissional e obtiveram destaque em sua qualificação. Muitos deles se sobressaíram, não só no campo de planejamento urbano e regional como também em outras atividades de gerenciamento, algumas de altíssima relevância. O ganho em experiência que se adquire nessas atividades binacionais deve sempre ser valorizado, como uma espécie de capital humano a ser aproveitado pelas fontes de produção e aplicação de conhecimentos, quer na área pública ou privada.

OLHANDO O PLANO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO

O resultado do Plano de Desenvolvimento Metropolitano é um conjunto bastante numeroso de propostas que tiveram a finalidade de acompanhar o crescimento da Região e induzir ações que possibilitassem um desenvolvimento, o mais harmonioso possível. Políticas de crescimento urbano, de desenvolvimento industrial, de conservação do ambiente natural e uma variedade de definições de caminhos possíveis foram nele apontados.

Por trás de todos aqueles enunciados, estava uma definição estratégica de grande impacto de acordo com a opinião técnica dos profissionais envolvidos. Em razão disso, o projeto teve o apoio político necessário para prosperar. Hoje, passados quase quatro décadas, percebe-se que a premissa principal, seguida pelo grupo de trabalho, foi plenamente concretizada. Era ela a determinação de que todas as propostas deveriam possibilitar o crescimento da região de forma mais equilibrada a fim de otimizar a distribuição espacial.

Nessa época, o predomínio econômico e cultural do principal pólo regional era muito forte. A área da chamada grande Porto Alegre era constituída basicamente por dois grandes pólos principais, Porto Alegre, o maior deles; e o outro, formado por Novo Hamburgo e São Leopoldo.

A necessidade de proporcionar novos eixos de desenvolvimento foi definida como essencial e vital para que esses dois pólos iniciais não passassem a crescer desordenadamente e, com isso, potencializar de modo negativo as questões de qualidade de vida da região. Entre esses desafios, encontravam-se a circulação

geral de pessoas e mercadorias, a distribuição das ofertas de postos de trabalho e a ocupação do solo urbano.

Quanto a esse aspecto, a cidade de Gravataí apresentava condições extremamente favoráveis, uma vez que estava sendo implantada a Free-Way, projeto rodoviário muito avançado na época e que representava, com a BR 101, uma nova e excelente rota de ligação do Rio Grande do Sul com o resto do Brasil. Também na ocasião, surgia o Distrito Industrial de Gravataí, cujo impacto foi decisivo na reformulação da lógica de crescimento regional.

O mapa que resumia as propostas para a região mostra de forma muito clara a busca de uma nova distribuição, para que os inconvenientes de um único eixo de crescimento, no caso o eixo Porto Alegre – Novo Hamburgo, pudessem ser neutralizados. Felizmente isso acabou ocorrendo, porém de um modo muito lento, pois algumas obras que iriam viabilizar com mais efetividade essa modificação estrutural acabaram não sendo realizadas pelo poder público.

O plano, portanto, preconizava a criação de um eixo leste que melhorasse as condições gerais da região. Este eixo é o de Porto Alegre – Gravataí, que acabou se materializando, apesar da carência de contrapartidas adequadas em obras públicas.

Aqui é necessário que se compreenda as dificuldades, dentro do quadro de competências legais das três esferas de poder executivo – a Federal, a Estadual e as Municipais, de desenvolver planos e obras no espaço regional. A pouca colaboração de diferentes instâncias de poder, muito peculiar do comportamento político do gaúcho, tornou difícil a solução dessas questões intermunicipais.

Já que o título deste trabalho é “Olhares”, o convite para que se perceba como se arrastam as questões regionais. A explicação dessas demoras não pode ser vista apenas como uma falta de recursos. O que realmente se faz escassa é a vontade política do trabalho conjunto entre as esferas de poder.

Olhe-se para as propostas de trinta e sete anos atrás e vai-se verificar que suas validades foram efetivas. A maior parte delas está ainda a aguardar uma solução, mas continuam fazendo parte das agendas, tanto das prefeituras, do governo estadual, bem como do próprio governo federal. Passados esses anos, os projetos ainda estão aí, servindo até como bandeira política nos episódios eleitorais. Sabe-se que recursos não faltaram, pois somente com os desperdícios e com os contratos mal resolvidos de todas as instâncias de poder, as propostas para o desenvolvimento da região poderiam, em grande parte, serem concretizadas.

OLHANDO E APRENDENDO

Já se destacou que, por ocasião dos estudos que levaram à elaboração do Plano Metropolitano, a cidade de Gravataí apresentava pré-condições favoráveis para a sua implantação, devido especialmente à construção da Free-Way e do início do Distrito Industrial. Havia, portanto, dois elementos chaves para o referido desenvolvimento: a acessibilidade e a oferta de postos de trabalho. Assim é que a proposição de reforço e consolidação do chamado eixo leste já se encontravam em andamento. A facilidade de acesso tanto a Gravataí como ao seu Distrito Industrial deveria ser complementado por propostas que, por terem o mesmo sentido, consolidariam esse novo eixo de desenvolvimento da Região.

Ao propor uma série de novos Distritos Industriais em Cachoeirinha, Lomba Grande, Alvorada, Restinga, o projeto buscava descentralizar a oferta de postos de trabalho localizados em Porto Alegre e no eixo norte, permitindo um desenvolvimento mais harmonioso e equilibrado da população. Sob esses aspectos, as formulações do plano para o desenvolvimento regional foram efetivamente realizadas, embora com algumas lacunas essenciais que o poder público, de certa forma, não tomou a consciência de sua real necessidade.

Uma comprovação efetiva de que a principal premissa do Plano Metropolitano acabou atendida é a desaceleração do processo de crescimento da cidade de Porto Alegre. De terceira maior cidade do país, passou para décima ou décima primeira. E, tudo indica, que continuará neste rumo bastante conveniente.

Uma ocupação do solo mais equilibrada, uma melhor distribuição dos equipamentos urbanos e sociais e uma maior fluidez nos deslocamentos dentro da região só não tiveram a possibilidade de ocorrer de modo mais adequado porque algumas obras e decisões muito importantes foram deixadas de lado durante todos esses anos. Isso acarretou distorções e desequilíbrios que hoje, tem-se plena consciência, prejudicam um funcionamento regional harmônico se for olhar para a área metropolitana como um único objeto de estudo.

Diferenças entre visões de gestões municipais e certo descaso por parte do estado e da União para projetos chaves dentro da estrutura regional carecem de esforços conjuntos. Como exemplo, podemos destacar a necessidade de um transporte coletivo no eixo leste, ampliando a linha do Trensurb para transformar esse serviço em uma rede de deslocamentos de massa. Incrivelmente, até os dias de hoje, esse serviço de transporte público, indispensável para o desenvolvimento e o bem estar da população da Região, acha-se limitado a uma única linha e ainda não totalmente concluída.

E o que dizer da RS 118, ligação estratégica para o crescimento e para o deslocamento de cargas e passageiros? Há quantos anos e por quantos governos vem essa obra sendo implementada? Não se trata da construção de uma nova via. Refere-se apenas ao alargamento e à repavimentação de uma estrada já existente. Os prejuízos dessa inércia governamental, em termos de custos de deslocamentos de veículos, não são mensurados. O trânsito nesse local continua lento e dificultoso.

E a BR 116, que teve sua capacidade de tráfego exaurida já há alguns anos? Essa rodovia só consegue funcionar por conta de um esforço muito grande dos encarregados de sua manutenção, que permanentemente a estão recapando e sinalizando a via. Com isso, eles permitem que, com alguma sorte e em alguns horários menos movimentados, se consiga uma circulação aceitável. É sabido que hoje qualquer acidente, mesmo de pequenas proporções, provoca uma situação caótica na BR116.

Como solução para este grande problema, o Governo Federal está propondo a construção da chamada Rodovia do Parque. Esta deverá interligar a BR 290, no município de Porto Alegre, à BR 116, na altura de Sapucaia do Sul, aonde chega a RS 118. Esse projeto de obra vem sendo divulgado como solução para as questões de congestionamento desta via norte-sul, que liga o pólo de Porto Alegre a São Leopoldo e a Novo Hamburgo.

O que previa, há trinta e sete anos, o Plano Metropolitano? Verifica-se que, já naquela época, essa nova via, margeando o rio dos Sinos, tinha como previsão ligar diretamente a BR 290, de Porto Alegre a Estância Velha. Pela proposição do Plano de Desenvolvimento de 1973, nenhum veículo que tivesse por destino o norte ou o centro do estado, ou seja, o tráfego que se destinasse à Serra Gaúcha (Caxias do Sul, Bento Gonçalves, entre outras), ou à região central (Santa Cruz do Sul, Santa Maria), ou que buscasse a Estrada da Produção, teriam contato com a BR 116. Teria sido, sem dúvida, uma alternativa adequada para atender à demanda do eixo norte.

Com a mesma defasagem temporal, encontram-se as soluções para os transportes de passageiros. E, saliente-se, que todos esses temas estão hoje retornando ao debate face à perspectiva de que serão indispensáveis para que Porto Alegre e sua região possam receber jogos da Copa do Mundo de 2014. Essas medidas que hoje aparecem no horizonte como possibilidades devem ser levadas a sério para que se possa efetivar a otimização dessas tão importantes rodovias

Assim, para realizar três ou quatro jogos de futebol, poderemos enfim retomar obras atrasadas há quase quatro décadas. No entanto, o que está previsto agora são medidas paliativas para abrandar o problema, uma vez que a obra, caso se realize, estará apenas melhorando o tráfego entre a capital e a cidade de Canoas.

OLHANDO, FINALMENTE, PARA A “NOSSA GRAVATAÍ”

Gravataí teve, mesmo considerando as circunstâncias descritas neste trabalho, um desenvolvimento produtivo e um papel importantíssimo no crescimento da Região. O município acabou recebendo um investimento que deu à Cidade, à Região e ao próprio Estado uma nova fisionomia. Foi o complexo industrial da montadora automotiva GM que, em conjunto com suas indústrias complementares, trouxe impacto decisivo para a modificação metropolitana e, de modo especialíssimo, à Gravataí.

O que se percebe hoje é que o planejamento municipal de Gravataí tem trabalhado intensamente com a METROPLAN, no sentido de poder receber novos investimentos e principalmente novos conjuntos residenciais de uma forma organizada. Trabalha-se para chegar a uma organização espacial mais compatível com as novas exigências de qualidade de vida, com a destinação planejada de áreas verdes e de preservação ambiental. Junto a essas medidas, há que existir um esforço de implantação de equipamentos sociais, especialmente nas áreas da saúde, da educação e do lazer.

Hoje, e esta é uma opinião muito pessoal, Gravataí necessita de um projeto de reformulação de sua área central. Medidas de estímulo a uma mudança qualitativa nos espaços urbanos do centro da cidade devem ser, de forma criativa, desenvolvidas para dar correspondência ao crescimento populacional e ofertar uma infraestrutura qualificada a seus cidadãos.

Esta é uma questão que pode ser resolvida no âmbito municipal, o que, de certo modo, permite um andamento sem interrupções das propostas que forem estabelecidas. Também é importante que se evitem os riscos salientados ao longo desta exposição e que são derivados, na maioria das vezes, por competências federais, estaduais e municipais que, ao se sobreporem, acabam por inviabilizar uma intervenção planejada, ao seu devido tempo.

Essas considerações trazidas à reflexão representam um alerta para as forças vivas da comunidade de Gravataí, bem como a esperança de que o processo de planejamento tenha realmente um seguimento através da implantação das medidas preconizadas e aprovadas pelos responsáveis pela administração pública. Os melhores planos e as melhores intenções acabam tornando-se totalmente ineficientes quando não implantados.

Nesse sentido, Gravataí tem hoje oportunidade de planejar uma releitura de seus espaços urbanos, dando ênfase à sua área central, para que não ‘acorde’ tarde, quando as ocupações progressivas das áreas acabarem por deixar inviável um processo de mudanças para melhor. Esse projeto deve ser olhado enquanto é possível intervir. Senão, será necessário esperar por outro longo período de tempo para, talvez futuramente, em um encontro como este, “chorar o leite derramado”.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO-INDUSTRIAL EM GRAVATAÍ

Ana Clara Fernandes

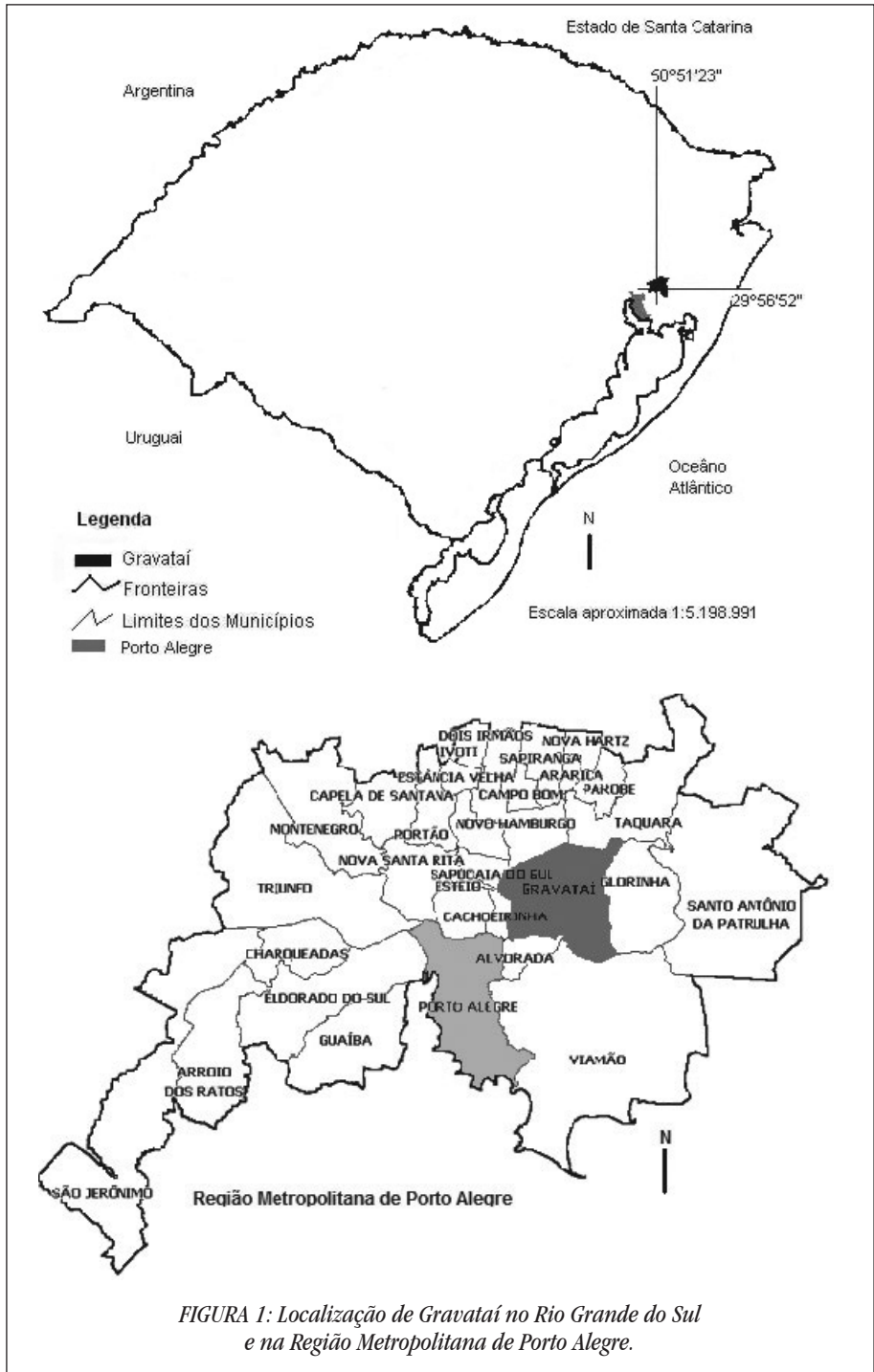
Doutoranda em Geografia/UFRGS. Porto Alegre/RS

Gravataí, até os anos 1960, configurava-se como um município de economia essencialmente agrícola. Seu processo de industrialização se constituiu a partir de fatores como a proximidade de Porto Alegre e as políticas de âmbito federal, estadual e municipal que convergiram no sentido de implantar em seu território um parque industrial. Esta convergência se manifesta após a delimitação da Área Metropolitana de Porto Alegre (1968) no Rio Grande do Sul e a instituição das regiões metropolitanas nacionais (1973) pelo governo federal, através das políticas de planejamento do governo estadual. Os processos urbano-industriais desencadeados nesse período se consolidaram na década de 1980. Desde o final dos anos 1990, a instalação da montadora de automóveis General Motors do Brasil (GMB) denota a inclusão do estado no ramo automobilístico representado por este tipo de empresa e de Gravataí no cenário econômico global.

O município é administrado pelo Partido dos Trabalhadores, desde 1997, e ocupa área total de 464 km². A população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2009, corresponde a 269.446 habitantes, com densidade demográfica de 580,7 hab/km².

Na última década, Gravataí se destaca pelo crescimento do PIB. Em 1999, ocupava a décima segunda posição em relação ao PIB no Rio Grande do Sul. Nos últimos dados divulgados, relativos a 2007, encontra-se na quarta posição. Em decorrência desse crescimento, o PIB per capita de Gravataí, que, em 1999, era 37% inferior ao do Estado, passou, em 2007, a ser 12% maior. Esse desempenho

1 Este trabalho é um breve resumo da dissertação de Mestrado da autora defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS, em março de 2008, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares. Contato: aclaraf@yahoo.com.br



foi resultado da grande expansão do setor industrial no período (395,6%), fazendo com que sua indústria passasse de uma participação no Estado de 2,48%, em 1999, para 5,31% em 2007².

Sua ocupação urbana tem sido palco de grandes transformações nas últimas quatro décadas. Abriga loteamentos originados do desmembramento de áreas rurais que permanecem na mesma condição; outros inicialmente irregulares e que se transformaram em área urbana; conjuntos habitacionais implementados pelas políticas nacionais de desenvolvimento urbano através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH); e mais recentemente os condomínios verticais e principalmente horizontais tornaram-se o padrão de construção de moradias, voltados para diferentes estratos sociais. Estas transformações atestam, também, a inserção de Gravataí no contexto metropolitano.

A produção do espaço urbano-industrial de Gravataí é analisada em nossa pesquisa através da delimitação de dois momentos diferenciados de ordenamento do capital local, nacional e global na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Com a intenção de facilitar a compreensão, abordamos primeiramente a constituição de seu parque industrial e, após, seu crescimento e características urbanas.

A INDUSTRIALIZAÇÃO

Um movimento de saída das indústrias de Porto Alegre, iniciado nos anos 1960, transferiu para Gravataí uma importante parcela das empresas que até então exerciam suas atividades na capital. Esta migração foi impulsionada pelo crescimento urbano que passou a inviabilizar atividades industriais na cidade grande, tornando mais atrativos os municípios limítrofes que ofereciam, já naquele momento, vantagens fiscais para garantir um melhor lugar na concorrência por novos empreendimentos.

A mão-de-obra necessária para estas atividades já vinha se instalando massivamente desde a década de 1950 nos municípios próximos de Porto Alegre e era oriunda do contingente de pessoas que migrou do campo e de cidades menores, em busca de trabalho. Impedidas de se instalarem na capital pelo preço dos terrenos e das moradias tornaram-se atores no processo de urbanização de seus municípios limítrofes.

2 Fonte: <www.fee.tche.br>, acesso em 02/04/2010.

Os esforços para a industrialização de Gravataí passaram a integrar as políticas do governo municipal no final dos anos 1950, quando a Câmara de Vereadores promoveu uma campanha “objetivando a industrialização do município. Doava-se o terreno a quem quisesse implantar alguma indústria” (ROSA, 1987, p.136).

Os incentivos por parte do governo estadual às indústrias para a aquisição de terrenos com toda a infra-estrutura necessária nos distritos industriais e a localização próxima às vias de acesso, que possibilitava um melhor escoamento da produção, contribuíram para a migração industrial.³

As indústrias existentes em Gravataí até o início dos anos 1960 se concentravam na extração de minerais não metálicos e nos produtos alimentares. Essas indústrias ocupavam mão-de-obra pouco expressiva se comparada com o pessoal ocupado na indústria química que possuía apenas três estabelecimentos. As dificuldades de acesso rodoviário foram superadas por iniciativas de planejamento oriundas dos governos estadual e federal, reciprocamente com a melhoria da RS 118 e a construção da BR 290. (Tabela 1 e Tabela 2).

Tabela 1— Gravataí: número de indústrias e pessoal ocupado em 1960 * (nº absoluto)

| RAMO INDUSTRIAL | ESTABELECEMENTOS | PESSOAL OCUPADO |
|---|------------------|-----------------|
| Minerais não metálicos | 14 | 78 |
| Metalurgia | 2 | 5 |
| Material de transporte | 2 | 3 |
| Madeira | 9 | 15 |
| Mobiliário | 1 | 1 |
| Química | 3 | 29 |
| Vestuário, calçados e artigos de tecido | 1 | 1 |
| Produtos alimentares | 26 | 172 |
| Editorial e gráfica | 2 | 8 |
| Diversas | 1 | 14 |
| TOTAL | 61 | 326 |

Fonte: IBGE. Censo Industrial RS, 1960.

*O município de Cachoeirinha foi desmembrado de Gravataí em 09/11/1965.

3 Como se vivia, na época, o chamado “Milagre Econômico Brasileiro”, empresas industriais de Porto Alegre, anteendo sua expansão, passaram a adquirir terras localizadas estrategicamente às margens da rodovia federal, ainda em obras. A área de terras foi, então, declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, pelo então Governo do Estado, através do Decreto nº 22.592, de 20/08/73, objetivando a implantação de um Distrito Industrial. (ROSA, 1987, p.137)

Tabela 2 — Gravataí: número de indústrias e pessoal ocupado em 1970 (nº absoluto)

| RAMO INDUSTRIAL | ESTABELECIMENTOS | PESSOAL OCUPADO |
|---|------------------|-----------------|
| Extração de minerais | 1 | X |
| Produtos minerais não metálicos | 14 | 125 |
| Metalurgia | 5 | 10 |
| Mecânica | 2 | X |
| Material elétrico e de comunicação | 2 | X |
| Material de transporte | 3 | 9 |
| Madeira | 6 | 291 |
| Mobiliário | 1 | X |
| Papel e papelão | 1 | X |
| Borracha | 1 | X |
| Química | 7 | 226 |
| Perfumaria, sabões e velas | 2 | X |
| Produtos de matérias plásticas | 2 | X |
| Têxtil | 3 | 18 |
| Vestuário, calçados e artigos de tecido | 2 | X |
| Produtos alimentares | 60 | 127 |
| Editorial e gráfica | 1 | X |
| Diversas | 11 | 23 |
| TOTAL | 124 | 2.522 |

Fonte: IBGE. Censo Industrial RS, 1970.

(X): Resultado omitido a fim de evitar identificação do informante.

Para Alonso (1988), os movimentos de realocização e dispersão do setor industrial estão relacionados aos processos de reestruturação urbana de Porto Alegre. Além de não oferecer mais as melhores condições para indústrias de grande porte, por conta de seu adensamento, a capital passou por uma modificação em sua estrutura econômica. Essa modificação se fez de forma “paralela à uma redefinição de suas relações, na condição de metrópole, com a economia do resto do estado e, de forma particular, com a das áreas mais próximas” (ALONSO, 1988, p. 7).

Comparando os dados de industrialização dos municípios que na década de 1970 passariam a integrar a RMPA, se observa a concentração industrial nos principais componentes do eixo Norte-Sul (Canoas, Novo Hamburgo, São Leopoldo). Ressalta-se também a grande quantidade de mão-de-obra empregada nos municípios menores (Esteio, Sapiranga, Campo Bom) – conforme Tabela 3.

A desconcentração industrial de Porto Alegre é percebida nos dados censitários de 1985, quando, após um período anterior de constante aumento apresentam uma redução em seus totais absolutos. (Tabela 4).

Tabela 3 — RMPA: número de indústrias e pessoal ocupado em 1970* (nº absoluto)

| MUNICÍPIO | ESTABELECIMENTOS | PESSOAL OCUPADO |
|-----------------|------------------|-----------------|
| Alvorada | 36 | 180 |
| Cachoeirinha | 59 | 639 |
| Sapucaia do Sul | 57 | 5.634 |
| Canoas | 348 | 7.424 |
| Esteio | 128 | 2.906 |
| Gravataí | 124 | 2.522** |
| Guaíba | 69 | 2.908 |
| Novo Hamburgo | 615 | 17.213 |
| Porto Alegre | 2.271 | 50.752 |
| São Leopoldo | 265 | 7.306 |
| Sapiranga | 133 | 4.123 |
| Campo bom | 98 | 4.891 |
| Viamão | 120 | 384 |
| Estância Velha | 52 | 1.427 |
| TOTAL | 4.375 | 108.309 |

Fonte: IBGE. Censo Industrial, 1970. *Municípios delimitados como área metropolitana.
 **Valor consultado na sinopse do recenseamento. Organizado por A. C. Fernandes.

Tabela 4 — RMPA: número de indústrias e pessoal ocupado em 1985 (nº absoluto)

| MUNICÍPIO | ESTABELECIMENTOS | PESSOAL OCUPADO |
|---------------------|------------------|-----------------|
| Alvorada | 118 | 1.830 |
| Cachoeirinha | 174 | 6.346 |
| Sapucaia do Sul | 170 | 7.178 |
| Canoas | 459 | 16.786 |
| Esteio | 160 | 7.205 |
| Gravataí | 214 | 11.465 |
| Guaíba | 191 | 4.124 |
| Novo Hamburgo | 1.068 | 48.089 |
| Porto Alegre | 2.666 | 69.493 |
| São Leopoldo | 405 | 18.835 |
| Sapiranga | 392 | 22.519 |
| Campo Bom | 287 | 18.123 |
| Viamão | 146 | 1.101 |
| Estância Velha | 41 | 127 |
| TOTAL | 6.491 | 233.221 |

Fonte: IBGE. Censos Econômicos, 1985.

Além do aumento significativo do número de indústrias, a extração de minerais não-metálicos, a indústria metalúrgica e a indústria química apresentam crescimento significativo não só no número de estabelecimentos como também no pessoal ocupado. Estes dados certamente demonstram uma modificação na especialização industrial do município, que nos anos 1960 se concentrava na produção alimentar. (Tabela 5).

A consolidação do parque industrial de Gravataí promoveu a revisão dos incentivos concedidos para a instalação de indústrias. A isenção de imposto sobre mercadorias às empresas sem similares no município durante vinte cinco anos foi revista, passando para, no máximo, cinco anos.⁴ Em Gravataí, a participação do setor industrial na economia interna, em 1985, corresponde a 70,22% do valor da produção, e 7,93% no total da indústria na RMPA. Nesse período, o município possuía a quarta economia da região, participando com 6,41% do total. Ressalta-se que Porto Alegre, Canoas e Novo Hamburgo, as três maiores economias metropolitanas se industrializaram em processos anteriores.

Tabela 5 — Gravataí: número de indústrias e pessoal ocupado em 1985 (nº absoluto)

| RAMO INDUSTRIAL* | ESTABELECIMENTOS | PESSOAL OCUPADO |
|-------------------|------------------|-----------------|
| Metalurgia | 37 | 1.408 |
| Mecânica | 13 | 748 |
| Material Elétrico | 12 | 4.284 |
| Borracha | 7 | 1.260 |
| Química | 14 | 550 |
| Demais Gêneros | 131 | 3.215 |
| TOTAL | 214** | 11.465 |

Fonte: IBGE. Censos Econômicos, 1985.

*Em 1985, os ramos industriais são reagrupados. **184 com sede no município.

Conforme a Tabela 6, entre 1985 e 1996, o número de indústrias aumentou 74,85%, enquanto o número de pessoas ocupadas sofreu uma redução de 4,84%. Possivelmente, estes dados representam a reestruturação e automação da produção industrial nas grandes empresas já instaladas e/ou que vieram a se instalar no município neste período.

4 Referente à Lei nº 01, de 14/06/1960, revogada pela Lei nº 228, de 10/10/1985 (ROSA, 1987, p.135).

Tabela 6 — Gravataí: número de indústrias e pessoal ocupado total no período 1985-2005 (nº absoluto)

| Ano | Número de unidades locais | Pessoal ocupado total |
|------|---------------------------|-----------------------|
| 1985 | 214 | 11.465 |
| 1996 | 851 | 10.910 |
| 2000 | 1.136 | 15.978 |
| 2005 | 1.363 | 21.119 |

Fonte: IBGE. Censos Econômicos 1985; Contagem 1996; Censo 2000; Contagem 2005.
Elaborado por A. C. Fernandes.

A reestruturação industrial dos anos 1990 não eliminou a materialidade do momento anterior. O que se percebe no espaço urbano-industrial atual da região é uma diversificação de tipologias industriais. Elas constituem fisicamente a materialidade do setor industrial e representam territórios vinculados a lógicas recentes, tanto quanto a lógicas anacrônicas de localização. Sua diversificação não se configura como um atributo específico da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Os territórios industriais em Gravataí foram analisados em nosso estudo a partir das considerações de Bozzano (2004) sobre os “territorios de la reestructuración industrial”. Para o autor “estos territorios de la reestructuración, en la mayoría de los casos, no tienen espacialidades definidas, pero sí lógicas de ocupación dominantes” (p. 226). Constituem fisicamente a materialidade do setor industrial e estão vinculados a lógicas recentes, tanto quanto a lógicas anacrônicas de localização. O Quadro 1 apresenta as características e a territorialidade das quatro tipologias de territórios industriais propostas por Bozzano (2004). Abaixo do Quadro estão caracterizados, segundo as tipologias, os territórios industriais de Gravataí.

Quadro 1 – Tipologias industriais propostas por BOZZANO (2004)

| Tipologia | Características | Territorialidade |
|---------------------------------|---|---|
| Atratividade Territorial | Oferecem mais oportunidades para a instalação, o desenvolvimento, o encadeamento e a consolidação de indústrias e de estabelecimentos associados. | Define-se por seu meio industrial local, medido pela presença de capitais formais e rendas das organizações, mas também pela relação com as lógicas de ocupação vizinhas, a disponibilidade de mão-de-obra, a acessibilidade metropolitana e a mercados macro-regionais, as vantagens fiscais e o quadro legislativo. |
| Pseudo-atratividade | São os ganhadores de hoje que não tendem a desenvolver conexões com o ambiente local, e que não estabelecem relações fora do seu entorno, salvo as indispensáveis para obter uma inserção comercial nos mercados dos países periféricos onde se instalam. | Pode ser relacionada à uma nova versão dos antigos “enclaves industriais” onde as grandes firmas estabelecem seus territórios mundiais a partir de redes planetárias ligadas principalmente a encadeamentos com empresas de lugares distantes, em detrimento de empresas locais. |
| Territórios mistos | São os mais autônomos ao processo de reestruturação industrial e também os mais estáveis do ponto de vista de sua localização. | Define-se pela convivência e justaposição de duas espacialidades: uma ligada à sua consolidação nos bairros onde se instala, e outra ao reordenamento de micro e pequenas empresas com lógicas ligadas ao consumo urbano. |
| Cemitério industrial | Cenário “perdedor” da reestruturação industrial onde se produz o contraste entre a primeira ocupação industrial e a impossibilidade de retomá-la. Coincide geralmente com os lugares de maior passivo ambiental. | Construído, desconstruído e reconstruído em espacialidades predominantemente industriais, desde sua origem. |

Fonte: BOZZANO, 2004, p. 226, 227 e 234.
Elaboração e tradução de A. C. Fernandes.

TERRITÓRIOS ATRATIVOS

Esta tipologia foi construída durante o processo de industrialização em Gravataí pela combinação de uma série de políticas desencadeadas no final dos anos 1950 pelo poder municipal e reforçadas pelas ações de planejamento ligadas à formação e consolidação da RMPA. Consideramos como territórios atrativos no município: o primeiro território ocupado por indústrias às margens da RS-030, nos trechos atualmente denominados Avenida Ely Corrêa (Parque dos Anjos) e Avenida Centenário que se estende até a confluência da RS-118 com a BR-290; a extensão da RS-118 que corta o município; o perímetro urbano cortado pela RS-020; o Distrito Industrial instalado nos anos 1970 pelo governo estadual através de um conjunto de políticas de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul, elaboradas em “um programa de desenvolvimento industrial cujas metas prioritárias são aproveitar os recursos existentes, atrair novos investimentos e proporcionar melhores condições socioeconômicas ao Estado” (CEDIC, maio de 1976, p. 5).

PSEUDO-ATRATIVIDADE

A expressão atual da territorialidade *pseudo-atrativa*, em Gravataí, é o Complexo Automotivo da General Motors do Brasil (GMB). Estrategicamente instalado às margens da BR-290, visa o mercado regional do Mercosul, através do ‘corredor’ de importações e exportações de mercadorias, estabelecido entre a RMPA e o terminal portuário de Rio Grande, o qual facilita sua participação no mercado intra e supra-regional. A localização nas proximidades deste ‘corredor’ é característica das três cidades da RMPA que ‘disputavam’ em 1997 a instalação da montadora: Guaíba, Eldorado do Sul e Gravataí.

TERRITÓRIOS MISTOS

Em Gravataí, os *territórios mistos* foram encontrados nas áreas urbanizadas ao longo das principais vias e nas avenidas que possibilitam o acesso aos bairros, de forma mais intensa onde estas avenidas cruzam ou chegam ao limite da via principal. Sua localização define os lugares onde, normalmente, o fluxo de pessoas e de veículos é mais intenso. Algumas vezes se apresentam como centralidades

secundárias nas áreas distantes do centro urbano principal como, por exemplo, nas Paradas 66 e 67 da Avenida Dorival Cândido de Oliveira, onde além de casas comerciais (lojas, farmácias, supermercado, lancherias, etc.) e pequenas atividades industriais, estão instaladas algumas agências bancárias.

CEMITÉRIOS INDUSTRIAIS

A tipologia *cemitérios industriais*, no decorrer desta pesquisa, se apresentou como resultado de dois processos diferenciados. Um primeiro, impulsionado pelo deslocamento de indústrias de Porto Alegre que lá se instalaram, se configura nos antigos endereços dessas empresas na capital, e o chamaremos de processo externo. O outro, fruto das dinâmicas que passaram a atuar dentro do município quando assumiu o perfil industrial, se configura dentro de seus limites políticos e, por isso, o denominamos de processo interno. Os cemitérios industriais de Gravataí são encontrados nos locais que identificamos como seus *territórios atrativos*.

A atração do setor industrial para o município no atual momento é exemplificado com a ampliação do número de indústrias e do pessoal ocupado, desde 1985, como ilustra a Tabela 7. Para sua elaboração foram consideradas as indústrias extrativas e de transformação entre 1985 e 2005.

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM GRAVATAÍ

A produção do espaço urbano de Gravataí, muito mais do que peculiaridade apresenta o desdobramento de suas relações diretas e indiretas com os processos de urbanização atuantes na Região Metropolitana de Porto Alegre. Os loteadores foram os primeiros a “desbravar” o espaço que até então possuía características rurais, com o intuito de modificar o seu uso, destinando-o para a construção de moradias.

Em relação ao crescimento populacional, podemos identificar dois períodos de grande elevação da taxa anual. O primeiro, entre os anos 1950-1970, quando sua população cresceu 4,95% ao ano. Esta taxa de crescimento pode ser atribuída às medidas de regramento da ocupação e uso do solo estabelecidas em Porto Alegre e Canoas e aos movimentos migratórios em direção a RMPA. O segundo se refere ao período 1970-1990, quando da implantação do Distrito Industrial e da

construção dos conjuntos habitacionais com financiamento da COHAB-RS para a população de menor renda, que resultou em um crescimento populacional de 6,92% ao ano – Tabela 6. Os conjuntos habitacionais desse período se caracterizam pela oferta de lotes individuais (terreno e casa para moradia). Os prédios de apartamentos foram exceção nesse período e nos loteamentos, o comprador deveria investir na construção de sua residência.

Tabela 7 – Gravataí: população residente e taxas de crescimento populacional entre 1940 e 2007 (nº de habitantes)

| Ano | 1940 | 1950 | 1960 | 1970* | 1980 | 1991 | 1996 | 2000 | 2009 |
|--------------------|--------|--------|--------------|--------|---------------|---------------|---------|---------|---------|
| Total | 22.894 | 27.853 | 46.271 | 52.462 | 107.438 | 181.035 | 206.023 | 232.629 | 269.446 |
| Crescimento | - | 17,8% | 39,8% | 11,8% | 51,17% | 40,65% | 12,13% | 11,44% | 13,67% |

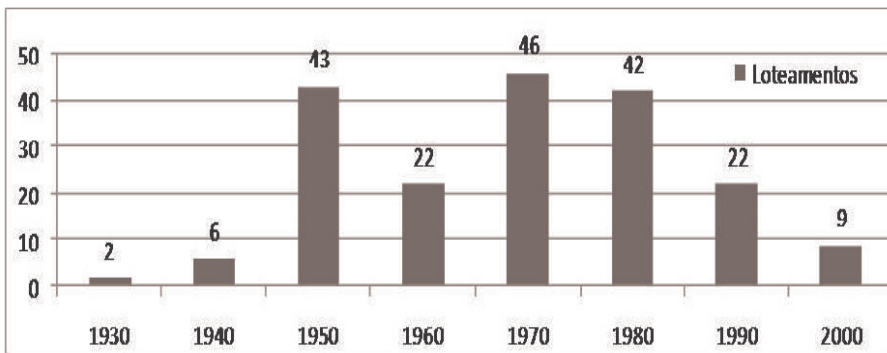
Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1940-2000 e Contagem Populacional 1996. In: *Atlas Social da Região Metropolitana de Porto Alegre*, 2003, p. 24; IBGE. Estimativa Populacional 2009. Disponível em: <www.ibge.gov.br>, acesso em 24/03/2010.

*Considerar que Cachoeirinha se emancipou de Gravataí em 1965 e Glorinha em 1988. Organizado por A. C. Fernandes.

Os investimentos habitacionais realizados em Gravataí não impediram o aparecimento de moradias e loteamentos irregulares. Em 1991, Gravataí possuía 79 vilas irregulares e 63 delas (79,75%) com 20 anos ou menos de existência. Segundo levantamento realizado pela METROPLAN (1992), estas vilas totalizavam 4.103 unidades habitacionais e uma população de 17.233 habitantes. Em 2001, os dados divulgados pelo Levantamento de Carências Habitacionais realizado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), indicam, para Gravataí, um total de 13.000 unidades habitacionais em favelas ou assemelhados cadastrados; 184 favelas ou assemelhados cadastrados; e 24 loteamentos irregulares cadastrados. Os dados do Censo Demográfico de 2000 sobre as condições de habitação na RMPA demonstram que Gravataí possuía no início da década, o maior déficit na habitação da região (7,13% do seu total de domicílios particulares permanentes), e o segundo na inadequação por infra-estrutura.

De outro lado, analisando o histórico do número de loteamentos regulares no município, é possível perceber que os períodos de maior intensidade dos mesmos correspondem aos de maior crescimento populacional, conforme podemos constatar comparando a Tabela 7 com o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Gravataí: número de loteamentos regulares entre 1930 e 2000 (nº absoluto)



Fonte: Dados fornecidos pela SECOPLAN – Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento de Gravataí. Elaborado por A. C. Fernandes.

Estes dados exemplificam, em Gravataí, o crescimento urbano proporcionado pela migração em direção aos centros urbanos de maior porte que se verificou em todo o território brasileiro entre as décadas de 1950 e 1980. Nesse período, o país passou por um amplo processo de urbanização e industrialização que modificou a condição de moradia de sua população que até então estava localizada em áreas rurais. Eles também demonstram a fragilidade da infra-estrutura das cidades para receber o contingente populacional que migrou do campo e das cidades menores em busca de emprego nas indústrias e de melhores condições de vida.

Com estas considerações, descrevemos abaixo três etapas de produção do espaço urbano de Gravataí, identificadas em nossa pesquisa.

ESPECULAÇÃO, LOTEAMENTOS E URBANIZAÇÃO DESORDENADA

Esta etapa se refere à aquisição de áreas rurais para posterior loteamento que se intensificou com as leis de regramento e uso do solo, implementadas em Porto Alegre e Canoas em 1954. A ausência de planejamento para a cidade nesta etapa possibilitou uma constituição desordenada da mesma, como uma “soma de loteamentos” desconectados (NYGAARD, 1998).

INTERVENÇÃO DO ESTADO E GRANDES PROJETOS

Ao final dos anos 1970 e nos anos 1980 quando, após a instituição da Região Metropolitana de Porto Alegre, foram traçadas políticas de planejamento e construção de moradias para os trabalhadores das indústrias que se instalam no entorno metropolitano. Centralizada pelo governo federal, a política habitacional e de desenvolvimento no território brasileiro era implementada através de projetos estaduais e municipais, públicos ou privados, necessariamente aprovados pelas Companhias de Habitação Popular (COHAB's). Destaca-se, neste momento, o papel da Metroplan e da COHAB-RS no planejamento do espaço metropolitano.

INVESTIMENTO PRIVADO/CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS

Os empreendedores imobiliários têm investido no sentido de ocupar os espaços vazios próximos do centro da cidade e dos bairros já consolidados, de forma diversificada e direcionada para diferentes tipos de consumidores. Os condomínios residenciais se apresentam em um leque de modalidades extremamente diversificado e são direcionados para diferentes extratos sociais. Os condomínios verticais, antes praticamente inexistentes, passaram a compor o cenário urbano, principalmente nas proximidades da área central da cidade e são direcionados para faixas de renda média e alta.

Paralelamente a estas iniciativas imobiliárias houve a implantação de grandes condomínios residenciais, distantes da área central e voltados para as camadas sociais de maior poder aquisitivo, não necessariamente oriundas do município e, sim, da região metropolitana.

Atualmente, os programas habitacionais para as classes de baixa renda são realizados pelo Departamento Municipal de Habitação mediante convênio firmado com o governo federal através do Programa de Arrendamento Residencial (PAR). A forma predominante dessas moradias é de condomínios verticais. Como exemplo, podemos citar: Residencial Olinda I e II (352 apartamentos); Condomínio São João (128 apartamentos); Parque do Sol I (240 apartamentos); e Jardim Planalto (168 apartamentos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de Gravataí como cidade industrial se deve a fatores de dispersão que passaram a atuar na metrópole, principalmente a partir dos anos 1960, fazendo com que os espaços das cidades, no seu entorno próximo, se tornassem, de diferentes formas, sua continuidade. Esses fatores são mediados por políticas públicas oriundas dos governos federal, estadual e municipal em consonância com as necessidades de expansão do capital privado ao longo do tempo.

A dispersão das formas urbano-industriais de Porto Alegre colaborou com a consolidação de Gravataí como cidade industrial. Além disso, a proximidade de Gravataí em relação a Porto Alegre notadamente foi um dos fatores determinantes na localização do Complexo Industrial Automotivo, pois é na capital que se complementa o conjunto de condições necessárias à sua presença, como as vias de acesso rodoviário e aeroviário; as tecnologias dos meios informacionais e até mesmo as alternativas de lazer direcionadas às classes sociais de padrão mais elevado (cinemas, restaurantes, teatros).

Nesse sentido, nos parece sensato pensar no atual desenvolvimento urbano-industrial de Gravataí como uma soma de fatores e processos recentes sobrepostos aos processos anteriores e vinculados: à sua condição de cidade próxima do centro metropolitano; ao acesso facilitado por rodovias; à disponibilidade de áreas urbanas não ocupadas; a espaços ainda não preenchidos por diversos segmentos do setor terciário; à existência de um crescente mercado consumidor (interno e externo) que, combinados, promovem seu desenvolvimento nos moldes do atual período de acumulação do capital.

REFERÊNCIAS

ALONSO, José Antônio Fialho; BANDEIRA, Pedro Silveira. A “Desindustrialização” de Porto Alegre: Causas e Perspectivas. *Ensaio FEE*, v. 17, a. 9, n. 1. FEE, Porto Alegre, 1988, p. 03-28.

ALONSO, José Antônio Fialho. Caracterização econômica da região metropolitana de Porto Alegre nos anos 90. *Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR*. Rio de Janeiro: ANPUR/UFRJ, 2001. p. 366-377.

AZEVEDO, Sérgio de; GUIA, Virgínia Rennó dos Moraes. Dilemas da Gestão Metropolitana em Belo Horizonte. In: MENDONÇA, Jupira Gomes de; GODINHO, Maria Hele-

na Lacerda (Org.). *População, espaço e gestão na Metrópole*: novas configurações, velhas desigualdades. Belo Horizonte: Ed. da PUC Minas, 2003, p. 207–226.

BEAUJEU-GARNIER, Jaqueline. *Geografia urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

BENKO, George. A recomposição dos espaços. *Interações*: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v. 1 n. 2, p. 7-12, março de 2001. Disponível em: www.desenvolvimentolocal.ucdb.br/RevistaInterações/n2_benko_2001a.pdf

BORBA, Sheila Villanova. A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA): condições institucionais para a gestão metropolitana e a cooperação entre os municípios. *Projeto Como Andam as Metrôpoles Brasileiras?* Desenvolvido sob a coordenação do Observatório IPPUR/UFRJ e FASE, no período de outubro de 2004 a agosto de 2006, p. 4-15. Disponível em: <www.fee.tche.br/sitefee/download/metropole/09.pdf>

BOZZANO, Horacio. *Territórios reales, territórios pensados, territórios posibles*: aportes para uma teoria territorial del ambiente. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2004.

BRASIL. *Constituição (1967)*. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 24 de janeiro de 1967. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>, acesso em 26/12/2006.

CARAVACA, Inmaculada y MÉNDEZ, Ricardo. *Trayectorias industriales metropolitanas*: nuevos procesos, nuevos contrastes. *EURE (Santiago)*. [online]. ago. 2003, vol.29, no.87 [citado 24 Noviembre 2007], p.37-50. Disponible en la World Wide Web: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612003008700003&lng=es&nrm=iso>. ISSN 0250-7161.

FERNANDES, Ana Clara. *A cidade esparramada*: considerações sobre a produção do espaço urbano-industrial em Gravataí – Região Metropolitana de Porto Alegre (RS). 2008. 182 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. Industrialização e ação do estado. Considerações sobre a região metropolitana de Curitiba (PR). *Revista Ra'e Ga*. Curitiba, UFPR. Departamento de Geografia, 1997, p. 119-132.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.

- GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Departamento de Planejamento Regional e Urbano. Delimitação da área metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre, 1968.
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL-Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul—CEDIC. Documento n. 34: Política de Áreas e Distritos Industriais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, maio de 1976.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Instrumentos de Planejamento e Gestão Urbana: Porto Alegre. In: *Gestão do Uso do Solo e Crescimento Urbano*. Brasília: IPEA, 2002, v. 6.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LENCIONI, Sandra. Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. In: *IX Colóquio Internacional de Geocrítica*. Los problemas del mundo actual: soluciones y alternativas desde la geografía y las ciencias sociales. Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em: <www.ub.es/geocrit/9porto/lencioni.htm>
- MIRANDA, L. G. A Institucionalização da Região Metropolitana. In: *Atlas Social da Região Metropolitana de Porto Alegre*. Porto Alegre, Metroplan, 2003.
- NYGAARD, Paul Dieter. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <pauldieter@gmail.com> em: 09 set. 2006. *Relatório final*. Plano diretor de desenvolvimento urbano do distrito-sede município de Gravataí, 1998.
- RIBEIRO, Luiz César Queiroz. Contribuição ao “Desafio Metropolitano”. In: MENDONÇA, Jupira Gomes e GODINHO, Maria Helena de Lacerda (Org.) *População, Espaço e Gestão na Metrópole*: novas configurações, velhas desigualdades. Belo Horizonte: Ed. Puc Minas, 2003, p. 7-10.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SOARES, Paulo Roberto Rodrigues; UEDA, Vanda. ¿Otra metropolización es posible? Porto Alegre: una Metrópoli entre lo local y lo global. In: *Actas del Seminario Internacional*. “El desafío de las áreas metropolitanas en un mundo globalizado: una mirada a Europa y América Latina”. Barcelona: Instituto Català de Cooperació Iberoamericana & Institut d’Estudis Territorials, 2002, p. 505-526.
- VINUESA ANGULO, Julio; VIDAL DOMÍNGUEZ, María Jesús. Los procesos de urbanización. *Colección Espacios y Sociedades*, Serie General, n. 13. Madrid: Editorial Síntesis, 1991.

A CIDADE FABRIL MOBILIZADA: UMA INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES ORGANIZADOS NA CIDADE DE GRAVATAÍ

Frederico Duarte Bartz

Doutorando em História/UFRGS. Porto Alegre/RS

Neste texto pretende-se fazer algumas considerações sobre o surgimento do movimento dos trabalhadores organizados em Gravataí. Apesar da importância da classe trabalhadora, especialmente dos operários industriais, para a formação de Gravataí, não existem estudos aprofundados sobre as formas de sua mobilização e organização na cidade. Tomando por base algumas entrevistas com antigos sindicalistas, feitas para o Projeto Raízes de Gravataí, além de conversas informais com trabalhadores que vivem há muito tempo no município, se teve acesso a informações que apontavam para a existência de importantes mobilizações populares (não restrita apenas aos trabalhadores, mas com relevante participação deles) que movimentaram a vida política da cidade no final da década de 1970 e durante a década de 1980. Por este motivo, decidiu-se abordar este tema, analisando, tanto as mudanças econômicas, quanto às mobilizações sociais que tiveram lugar em Gravataí durante este período.

Este texto divide-se em duas partes: a primeira, trata da constituição de Gravataí como cidade industrial, que foi o principal fator para a mudança na estrutura social do município, sendo fator de atração para a chegada de migrantes e o crescimento da população; a segunda parte aborda como os trabalhadores também a seu modo constituíram esta cidade industrial, formando redes de solidariedade, resistindo à lógica do capital e desta forma, inserindo-se como novo ator político na sociedade gravataiense. Tem-se consciência de que as poucas informações que se dispõe não permitiram conclusões mais aprofundadas, porém, acredita-se que se poderá levantar algumas questões que ajudarão no futuro desenvolvimento deste tema.

A CONSTITUIÇÃO DE GRAVATAÍ COMO CIDADE FABRIL

Gravataí foi fundada em 1763, como o nome de Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos de Gravataí, um aldeamento de guaranis deslocados das Missões Jesuíticas para se estabelecerem próximo de Porto Alegre, Viamão e Santo Antônio da Patrulha, alguns dos núcleos iniciais da ocupação portuguesa¹ no Rio Grande do Sul. Posteriormente, vieram os açorianos, que também foram deslocados para viver na Aldeia. A partir de 1770, o local experimentou um crescimento e melhora de suas condições urbanas, por obra do Governador da Capitania, José Marcelino de Figueiredo. Durante o século XVIII, Gravataí permaneceu como um dos principais centros populacionais do Rio Grande do Sul, porém, ao longo do século XIX, a Aldeia dos Anjos (que havia se transformado em freguesia de Porto Alegre), foi perdendo importância por estar deslocada em relação às novas rotas comerciais.

A Aldeia transformou-se em município em 1880, experimentando uma nova expansão econômica por conta da plantação de mandioca e exportação da farinha; também nos anos de 1930, a cidade passou por um período de modernização, pela ação do Intendente José Loureiro da Silva, que implantou a rede de energia elétrica e construiu a estrada que liga Gravataí a Porto Alegre. Mesmo assim, Gravataí permaneceu uma cidade pacata afastada dos principais polos industriais e seu crescimento não podia ser comparado ao desenvolvimento dos maiores centros urbanos do estado.

Gravataí se achava deslocada do eixo pelo qual havia se desenvolvido: a industrialização, junto ao Vale dos Sinos e à estrada de ferro entre Porto Alegre e São Leopoldo. Dificultavam também: a instalação de indústrias no município, a distância dos centros consumidores, a falta de mão-de-obra qualificada, a precariedade das vias de transporte e a ausência de fontes de matérias primas. Por este motivo, nos anos 1950, o governo municipal passou a criar políticas de incentivo à instalação de indústrias, como a doação de terrenos a quem quisesse instalar uma fábrica.

Os incentivos surtiram efeito. Em 1958 foi instalada a Indústria Rio-Grandense de Papel e Papelão Ltda, estabelecendo-se logo depois a Synteco Indústria e Comércio. No início da década de 1960 foram instaladas outras fábricas importantes, como

1 Sobre a Gravataí colonial, ver: KÜHN, Fábio. O “Governo dos Índios”: a Aldeia dos Anjos durante a administração de José Marcelino de Figueiredo (1769-1780). In: Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional (2007, maio: Florianópolis, SC). *Anais*. São Leopoldo: Oikos, 2007. Para os períodos posteriores, ver os textos de Jorge Rosa em: ROSA, Jorge. *História de Gravataí*. Porto Alegre: Edigal, 1987.

a Indústria de Componentes Eletrônicos – Icotron, pertencente à empresa alemã Siemens, e a TRAFIO Equipamentos Elétricos S/A. A maior parte destas indústrias se instalou nas margens da RS 30, que naquele período ligava Porto Alegre ao litoral, o que mostra a importância que as vias de comunicação que convergiam ao principal pólo consumidor do estado, Porto Alegre, tinham para a instalação das fábricas, apontando também para uma tendência que seguiria pelas próximas décadas.²

Apesar de o setor secundário haver se expandido na década de 1960, isto não mudou radicalmente a estrutura econômica do município de Gravataí. A maior parte das indústrias estava dedicada à extração de minerais não metálicos ou à produção de alimentos, não ocupando uma mão-de-obra significativa. Conforme as pesquisas da geógrafa Ana Clara Fernandes, baseada nos censos industriais do Rio Grande do Sul para os anos de 1960 e 1970, ao longo da década, o total de estabelecimentos havia passado de 61, com um total de 326 trabalhadores ocupados, para 124, com um total de 2.522 trabalhadores ocupados. Mesmo assim, se percebe um significativo crescimento na indústria química e o estabelecimento da indústria têxtil, de plásticos e da borracha.³

Foi a partir da década de 1970 que a indústria se expandiu de forma mais significativa. A migração das indústrias para fora das grandes capitais, aproveitando espaços ainda não explorados, era um dos objetivos dos planejadores econômicos da Ditadura Militar (1964), como forma de viabilizar o “Milagre Econômico Brasileiro”. No início da década foi projetada e construída a BR-290, que ligou o Rio Grande do Sul ao resto do Brasil pelo litoral. Esta estrada passava por Gravataí e isto viabilizou a migração de indústrias de Porto Alegre para o município. Mas esta mudança de um parque industrial deveria ser planejada, por isto criaram-se projetos para implantação de áreas industriais e distritos industriais no estado, sendo que Gravataí foi escolhida para abrigar uma destas áreas.

A área escolhida para a localização do distrito industrial de Gravataí estava localizada próximo ao cruzamento da BR 290 com a RS 118, perto de vias de comunicação de fácil acesso à capital. Em 1973, a Companhia Estadual de Desenvolvimento Industrial e Comercial (CEDIC) desapropriou 387 ha para a sua construção. Logo após foram selecionadas várias empresas, vindas da capital, para ter suas instalações sediadas ali. Durante os anos 1980 e 1990, novas indústrias

2 ROSA, op. cit., p.134-138.

3 FERNANDES, Ana Clara. *A cidade esparramada: considerações sobre a formação do espaço urbano em Gravataí - Região Metropolitana de Porto Alegre*. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre. p. 103-104.

continuaram se instalando na área, embora nesta década, a administração do distrito tenha passado das mãos do estado para o município.

As mudanças infraestruturais e a instalação do distrito impulsionaram a economia da cidade e Gravataí consolidou-se nos anos 1980 como uma cidade fabril. No começo desta década, o município contava com 169 indústrias, porém, o número de pessoal ocupado havia chegado a 9.490 pessoas, se destacando a partir daí não mais o ramo alimentício, mas a metalurgia e a indústria química, o que aponta o aumento no tamanho das unidades produtivas, com um grande número de pessoal ocupado por unidade.⁴

A expansão do setor secundário se deu, em grande parte, pelo deslocamento de empresas da capital para Gravataí, mas nas últimas décadas também se verificou um processo de internacionalização da economia fabril no município, com investimentos de empresas de fora do país para a instalação de fábricas. O caso mais significativo de investimento de empresas globais e que expandiu ainda mais o setor secundário da cidade, foi a instalação da General Motors do Brasil (GM), no ano 2000, formando-se a partir dela o Complexo Industrial Automotivo de Gravataí. O complexo foi instalado com a mais avançada tecnologia de produção, com a capacidade de fabricação de 120.000 carros por ano e o total de pessoal ocupado chegando a 3.500 pessoas.⁵

A instalação da General Motors consolidou Gravataí como uma grande cidade fabril e um dos centros econômicos mais importantes do estado. Porém, de forma concomitante à formação da cidade industrial, formou-se também a cidade daqueles que trabalham nas fábricas. Se de fato Gravataí se consolidou como cidade fabril, ela se transformou igualmente em uma grande cidade operária. A produção industrial não depende apenas dos grandes edifícios onde se concentram as máquinas, da selva de chaminés que assomam em determinadas áreas da cidade e que são vistas como grande sinal de progresso. Ao mesmo tempo em que este mundo se constrói, também homens e mulheres se instalam em bairros distantes, trabalham e lutam por uma vida mais digna, fazendo com que a constituição da cidade fabril não siga exatamente o roteiro que foi planejado pelos donos do capital. Por isso é necessário estudar aqui também os trabalhadores e suas formas de mobilização.

4 FERNANDES, op.cit., p. 109.

5 GARCIA, Sandro Rudit. *Global e local: o novo pólo automobilístico de Gravataí e suas implicações sociais e políticas*. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.165-168.

A CLASSE TRABALHADORA E SUAS MOBILIZAÇÕES

É notório que, à medida que a indústria cresceu na cidade, da década de 1960 aos anos 2000, também houve um aumento considerável de sua população. De 1970 a 1980, conforme dados do censo, a população mais que dobrou, passando de 52.462 habitantes para 107.437 habitantes. No início da próxima década, em 1990, esta população se multiplicaria novamente para 173.396, passando a 232.629 no ano de 2000. Seria incorreto dizer que toda esta população compunha-se de operários industriais, porém, acredita-se ser evidente que o estabelecimento do distrito industrial e as mudanças nas vias de acesso à capital modificaram profundamente a estrutura econômica e social do município. Com isto quer-se dizer que a Gravataí dos operários industriais, mas também a dos comerciários que trabalhavam nos novos estabelecimentos, a dos trabalhadores do transporte que circulavam pelas novas estradas e a dos funcionários públicos que atendiam a uma população cada vez maior, é uma cidade completamente diversa daquela que existiu até meados dos anos 1960.

Nesta cidade em que fábricas se multiplicam e bairros operários crescem com rapidez, é necessário estudar a forma como estes trabalhadores organizaram-se para enfrentar a incerteza de uma nova vida, estabelecendo vínculos de solidariedade entre si, em um período que foi marcado por intensas mudanças não somente no município, mas em todo o país. Este estudo é ainda mais necessário se constatado que, enquanto Gravataí se constituía como cidade fabril, em outros centros industriais do país, principalmente no ABC paulista, os trabalhadores reagiam contra a exploração patronal e a repressão ditatorial reativando os sindicatos e organizando grandes greves, naquilo que ficou conhecido na história como o *novo sindicalismo*.⁶

Na década de 1980, os trabalhadores organizados continuaram suas lutas e se constituíram em um dos principais atores políticos do país, atuando de forma decisiva na formação do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), no movimento das *Diretas Já* e nas discussões em torno da Constituição de 1988. Em Gravataí, neste período também existiram greves, mobilizações, campanhas e lutas políticas movidas pelos trabalhadores. Estes episódios permanecem na memória coletiva da cidade, porém, ainda não foram objetos de atenção mais detalhada por parte dos historiadores que abordam o trabalho.

6 Sobre o novo sindicalismo ver: ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo no Brasil*. Campinas: Pontes, 1985. Sobre as relações com o sindicalismo anterior, ver: MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

Acredita-se que é necessário analisar as circunstâncias em que se formaram os sindicatos e outras associações de trabalhadores da cidade, além de estudar mais especificamente este período, em que os operários industriais e outros trabalhadores se colocaram em primeiro plano na vida política do Brasil.

Como não existem trabalhos específicos sobre o tema, propõe-se aqui a levantar algumas questões que surgiram de entrevistas com José Amaro Hilgert e Rosemary Kroeff de Faria Silva, realizadas como parte do Projeto Raízes de Gravataí.⁷ Estas entrevistas também estão sendo utilizadas, atualmente, pelo pesquisador Rafael Link Moehlecke, que está realizando um trabalho pioneiro sobre as mobilizações dos trabalhadores de Gravataí no contexto da redemocratização, o que certamente aumentará o conhecimento sobre as questões que aqui pretende-se levantar.

José Amaro Hilgert nasceu em Porto Alegre, embora sua família fosse da região carbonífera do estado. Ele mudou-se para Gravataí ainda criança, no início dos anos 1970. Trabalhou na indústria da borracha, participando da organização do sindicato. Tornou-se metalúrgico, mas também era estudante secundarista, iniciando as articulações para a formação da União do Movimento Estudantil de Gravataí (UMEG) no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Hilgert também participou da fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), em Gravataí, se tornando vice-prefeito quando da eleição de José Mariano Garcia Mota, sapateiro, também filiado ao PDT e primeiro trabalhador a ocupar o cargo de prefeito do município.⁸

Rosemary Kraeff de Faria Silva nasceu em Gravataí. Sua família era ligada ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no período anterior ao golpe militar, e ela se formaria, durante a Ditadura (1964), professora de História, passando a lecionar na rede estadual de Educação. Conforme seu depoimento, ela participou ativamente do movimento de organização do Sindicato dos Professores, com a formação do 22º Núcleo do CPERS. Foi também uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores (PT), junto a Daniel Bordignon, Tânia Ferreira e Rita Sanco, que, posteriormente ocupariam posições importantes na política do município. Rosemary Kroeff de Faria Silva concorda com José Amaro Hilgert no fato que, naquele período, os trabalhadores viveram um período de grande agitação política, organizando-se greves em diversas categorias.⁹

7 A entrevista com José Amaro Hilgert foi realizada por Rafael Linck Moehlecke e Frederico Duarte Bartz em Gravataí no dia 19 de novembro de 2009. A entrevista com Rosemary Kroeff de Faria Silva foi realizada por Joyce da Luz Lopes e Rafael Linck Moehlecke em Gravataí.

8 Entrevista concedida a Rafael Linck Moehlecke e Frederico Duarte Bartz por José Amaro Hilgert.

9 Entrevista concedida a Joyce da Luz Lopes e Rafael Link Moehlecke por Rosemary Kroeff de Faria Silva.

Além da agitação dos trabalhadores, os entrevistados dão conta de um cenário muito rico em termos de mobilização social. Ao mesmo tempo em que ocorriam as greves, o movimento estudantil estava sendo organizado e novos partidos políticos de orientação popular, como o PT e o PDT, abriam espaço para maior atuação política na sociedade. No mesmo período também crescia o movimento ambientalista, pois em 1979, foi fundada a Associação de Preservação da Natureza do Vale do Gravataí (APNVG), tendo sido realizada em 1980, uma procissão ecológica que partiu da Igreja Matriz e contou com a participação de diversas entidades religiosas. O movimento comunitário também se organizava. Em princípios dos anos 1980, estabeleceu-se a comunidade do Morro do Coco, em uma área devoluta do estado. Esta comunidade levou adiante uma série de protestos para garantir seu direito à moradia, organizando-se para formar um núcleo de resistência aos que desejavam expulsar-lhes do lote de terras. Ao fim, estes moradores conseguiram a legalização das suas moradias.

Mesmo com tamanha agitação social, não se pôde afirmar de antemão que estes movimentos ou a entrada destes sujeitos nestes movimentos sociais tenha sido apenas fruto do crescimento da indústria ou do processo de abertura política. Isto se torna mais claro nas falas de José Amaro Hilgert e Rosemary Kroeff de Faria Silva. O primeiro afirma que, quando era criança, no início dos anos 1970, sua mãe era comunista e promovia reuniões secretas em sua casa, na periferia de Gravataí, com outros militantes da resistência à Ditadura Militar. Ele mesmo era militante de uma organização comunista e chegou a ser preso por trazer uma publicação “subversiva” do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul¹⁰. Rosemary Kroeff, por sua vez, era filha de uma importante figura do trabalhismo local, Arthur de Faria. Seu pai, inclusive, teria feito parte de um “Grupo dos Onze” em Gravataí, organização idealizada por Brizola, pouco antes do golpe, para resistir ao golpe de estado que já se anunciava. A entrevistada lembra, inclusive, de boatos que em 1964, Leonel Brizola teria se ocultado em Gravataí para escapar da perseguição do exército.¹¹

Com as informações até aqui levantadas, pode-se formular algumas questões que poderiam nortear a pesquisa sobre a formação do movimento dos trabalhadores organizados na cidade. Uma primeira questão a se analisar seriam as inter-relações com outros centros industriais no mesmo período. O movimento do

10 Entrevista concedida a Rafael Link Moehlecke e Frederico Duarte Bartz por José Amaro Hilgert.

11 Entrevista concedida a Joyce da Luz Lopes e Rafael Link Moehlecke por Rosemary Kroeff de Faria Silva.

novo sindicalismo surgiu no ABC paulista. Porém, existiu de forma concomitante uma série de mobilizações em várias partes do país em que os trabalhadores se aproveitaram de novas condições sociais e políticas para colocar em prática novas formas de ação. Seria interessante observar como os trabalhadores de Gravataí acompanharam e sentiram o impacto das greves do ABC, por exemplo, além de tentar descobrir as redes de relações que poderiam ligar os militantes de Gravataí aos de outros centros industriais.

Outra questão importante são as continuidades das tradições de luta entre os trabalhadores. Apesar das mobilizações do final da década de 1970 e da década de 1980, terem ocorrido sob condições sociais novas, não é correto pensar que o passado tenha sido apagado. As trajetórias de José Amaro Hilgert e Rosemary Kroeff de Faria Silva são um exemplo disso. No primeiro caso, o jovem militante tinha em sua mãe uma referência política, cujo engajamento remetia ao período anterior à Ditadura Militar e cuja militância havia continuado viva durante os anos de repressão. Uma tradição comunista que não pode ser considerada isoladamente, pois era compartilhada por outros que freqüentavam as reuniões em sua casa.¹² No segundo caso, o pai de Rosemary Kroeff de Faria Silva pode ter se constituído em um forte referencial para sua militância, mesmo que o Partido dos Trabalhadores, ao qual a professora era filiada, tenha se constituído negando a tradição trabalhista.¹³

Além de tradições de luta política propriamente dita, seria necessária, para o estudo do movimento dos trabalhadores organizados, uma análise das redes de solidariedade que atuavam entre estes trabalhadores, principalmente entre os trabalhadores migrantes, que foram responsáveis pelo rápido crescimento populacional do município. Estudos com os migrantes nordestinos de São Paulo mostram como as redes de solidariedade e os valores culturais dos operários se constituíram em fator importante de suas lutas.¹⁴ Neste caso, o estudo da trajetória

12 Sobre o comunismo em Gravataí, Rosemary Silva afirma que antes do Golpe alguns militantes atuavam na cidade, como o Dr. Luis Bastos do Prado e sua esposa Maria Dinorah, que eram tidos como “gurus” pela juventude socialista da época. Entrevista concedida a Joyce da Luz Lopes e Rafael Linck Moehlecke por Rosemary Kroeff de Faria Silva.

13 Quanto à sobrevivência do antigo trabalhismo, não apenas como influência, mas em termos de ação de seus militantes, é interessante citar o caso do primeiro Congresso da UMEG, organizado em 1982, na Sociedade Orquidófila de Gravataí, que só aconteceu porque sua realização foi garantida por um antigo Tenente da Brigada Militar, que, além de pertencer à direção da entidade, era brizolista e teria afirmado na ocasião que era necessário deixar os estudantes se organizarem, porque “era bom para a democracia”. Entrevista concedida a Rafael Linck Moehlecke e Frederico Duarte Bartz por José Amaro Hilgert.

14 Sobre estes temas, ver os artigos: “Migração nordestina e experiências operárias (São Miguel Paulista nos anos 1950)” de Paulo Fontes e “Zé Brasil foi ser peão: sobre a dignidade do trabalhador não qualificado na fábrica automobilística” de Antônio Luigi Negro. In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira e FORTES, Alexandre. *Culturas de classe*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004.

dos migrantes, suas tradições culturais e sua fixação na nova cidade, podem dar respostas interessantes quanto ao funcionamento dos novos laços de solidariedade constituídos na luta contra o capital.

Claro, é necessário diferenciar o caso de Gravataí de outras migrações para centros industriais, como os nordestinos que iam para São Paulo, cuja região de origem estava distante e era geograficamente muito ampla. É possível que os fluxos migratórios que se estabelecem para Gravataí se aproximem de outras cidades da Região Metropolitana, como Alvorada e Novo Hamburgo, cujos dados para o período da industrialização (década de 1970), indicavam alto percentual de população oriunda de Santa Catarina e do Litoral Norte.¹⁵ Mesmo assim, a proximidade dos centros de origem e a pouca diferenciação cultural destes com Gravataí não excluem relações de conflito entre os antigos moradores e os recém-chegados na cidade, o que pode ter interferido na formação das redes de solidariedade entre os trabalhadores.¹⁶

Também é necessário observar como se constituem as relações entre diferentes trabalhadores, assim como entre o movimento dos trabalhadores organizados e outros movimentos sociais que nasciam no final da Ditadura Militar. Um tema importante de pesquisa seria estudar as relações entre as diversas categorias profissionais no contexto das mobilizações. Neste sentido, é muito significativa a declaração de Rosemary Kroeff ao afirmar que, quando começaram as ligações com os sindicatos dos trabalhadores da borracha e dos metalúrgicos, eles começaram a sentir “o espírito de classe”.¹⁷ Da mesma forma, seria fundamental saber como sindicatos ou associações operárias se inserem em lutas diversas, como pela preservação da natureza comandada pela APNMG, pelo direito dos moradores do Morro do Coco, de permanecerem em suas casas ou junto aos estudantes quando estes formaram a UMEG. Além disso, é possível que um mesmo sujeito possa

15 Em 1975, do total da população que não havia nascido no município de Alvorada, Santa Catarina e o Litoral Norte se destacavam como local de origem dos migrantes, pois 32,39% eram naturais do estado vizinho, 25,36% de Porto Alegre e 16,90% de Santo Antônio da Patrulha. Em Novo Hamburgo, Santo Antônio da Patrulha se destacava como principal local de origem dos migrantes, com 33,34% do contingente, seguidos por Taquara e Rolante, com 29% e 14,03%, respectivamente. AYDOS, Eduardo; CEW, Judson de; FERRAZ, Francisco; TRINDADE, Hélgio. *Perfil sócio-econômico das populações de baixa renda no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos, 1975.

16 Rosemary Silva relata que antes da expansão provocada pelo crescimento industrial, as famílias tradicionais da cidade tinham muita resistência a quem vinha de fora do município, chamando-os de “tiatinos”, que significa aqueles que não têm rumo, andarilhos. O pai da entrevistada também era tomado por “tiatino”, por ser trabalhista e atuar no movimento sindical. Entrevista concedida a Joyce da Luz Lopes e Rafael Linck Moehlecke por Rosemary Kroeff de Faria Silva.

17 Entrevista concedida a Joyce da Luz Lopes e Rafael Link Moehlecke por Rosemary Kroeff de Faria Silva.

ter sido ator destes vários movimentos, participando simultaneamente destas várias instancias, o que torna o acompanhamento de trajetórias de indivíduos um passo importante para a descoberta destas múltiplas relações entre movimentos sociais¹⁸.

CONCLUSÃO

Apesar da importância da classe trabalhadora, principalmente dos trabalhadores industriais, para a formação da Gravataí contemporânea, não existem estudos mais aprofundados sobre as suas formas de mobilização e organização. Tomando por base a entrevista com José Amaro Hilgert e Rosemary Kroeff de Faria Silva feitas para o Projeto Raízes de Gravataí, além de conversas informais tidas com trabalhadores que há muito tempo viviam no município, se teve acesso a informações que apontavam para a existência de importantes mobilizações populares, não restritas aos trabalhadores, mas com a participação fundamental destes, que haviam transformado a vida política da cidade de Gravataí entre a década de 1970 e 1980. Por este motivo, tentou-se aqui neste texto levantar algumas questões que servissem de introdução a este tema. Acredita-se que estudando as mobilizações dos trabalhadores gravataienses, além de se conhecer melhor o processo de formação da classe trabalhadora na cidade, também se poderá saber mais sobre as lutas em que os trabalhadores gaúchos se engajaram no período final da Ditadura Militar e durante a redemocratização, assim como será ampliado o conhecimento sobre o surgimento do novo sindicalismo no estado, tema que é bem pouco pesquisado pelos historiadores.

ENTREVISTAS

Entrevista concedida a Rafael Link Moehlecke e Frederico Duarte Bartz por José Amaro Hilgert.

18 Com isto se afirma que acompanhar a história de algumas lideranças não é apenas uma forma de justificar suas atuações políticas ou prestigiar suas trajetórias, algo como uma versão moderna da “história dos heróis”. Pelo contrário, ao acompanhar alguns sujeitos específicos (como se tentou aqui fazer com Hilgert e Rosemary Silva), principalmente quando estiveram inseridos em uma militância múltipla, pode-se observar uma série de relações pessoais e trânsito entre os grupos, o que um estudo centrado apenas em partidos ou sindicatos possivelmente teria dificuldade de mostrar.

Entrevista concedida a Joyce da Luz Lopes e Rafael Link Moehleck por Rosemary Kroeff de Faria Silva.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo no Brasil*. Campinas: Pontes, 1985.
- AYDOS, Eduardo; CEW, Judson de; FERRAZ, Francisco; TRINDADE, Helgio. *Perfil sócio-econômico das populações de baixa renda no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos, 1975.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre. *Culturas de Classe*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004.
- FERNANDES, Ana Clara. *A cidade esparramada: considerações sobre a formação do espaço urbano em Gravataí - Região Metropolitana de Porto Alegre*. PPG em Geografia da UFRGS: Porto Alegre, 2008. (Dissertação de Mestrado).
- GARCIA, Sandro Ruduit. *Global e local: o novo pólo automobilístico de Gravataí e suas implicações sociais e políticas*. PPG em Sociologia da UFRGS: Porto Alegre, 2006. (Tese de Doutorado).
- KÜHN, Fábio. O “Governo dos Índios”: a Aldeia dos Anjos durante a administração de José Marcelino de Figueiredo (1769-1780). In: Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional (2007, maio: Florianópolis, SC). *Anais*. São Leopoldo: Oikos, 2007.
- ROSA, Jorge. *História de Gravataí*. Porto Alegre: Edigal, 1987.

PARTICIPAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DOS TRABALHADORES NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GRAVATAÍ NOS ANOS 2000

Sandro Ruduit Garcia

Doutor em Sociologia/UFRGS e

Professor no Departamento de Sociologia/UFRGS. Porto Alegre/RS

INTRODUÇÃO

O tema central deste trabalho refere-se aos esforços das classes trabalhadoras no sentido de tentar influir na dinâmica de desenvolvimento econômico, no contexto de integração da cidade de Gravataí aos fluxos e redes globais de produção. Sem entrar em detalhes sobre o debate teórico a esse respeito,¹ o presente trabalho tenta desenvolver o argumento de que as instituições de representação dos trabalhadores, especialmente os sindicatos, tenderiam a explorar, com certo êxito, novas estratégias e espaços de ação frente às mudanças e contingências que marcam a realidade do trabalho e dos trabalhadores no contexto de influências de processos globais. Essa mudança de conduta dos sindicatos corresponderia não apenas à formação de novos interesses e valores entre trabalhadores industriais, mas também à identificação pelos sindicatos de novas oportunidades econômicas e políticas na região.

A presença da *General Motors* (GM) na cidade de Gravataí acabou gerando uma dinâmica de desenvolvimento econômico, neste ainda jovem século 21, que reúne aspectos particularmente interessantes sobre as possibilidades de participação sociopolítica dos trabalhadores no contexto de distritos industriais relacionados ao processo de globalização:

1 Sobre isso, vide Garcia (2003), Garcia (2004), Garcia, (2005), Garcia & Guimarães (2006), Garcia (2007a), Garcia (2007b), Garcia (2009a), Garcia (2009b) e Garcia (2010).

- A fábrica é referência mundial para a montadora em termos da eficiência do sistema produtivo, o que é atestado pela realização de novos investimentos naquela planta, mesmo no contexto de crise mundial do setor e de pedido de concordata da sua matriz no ano de 2009; o caso é ilustrativo sobre os novos interesses e valores daquela população operária em formação e sobre as contingências e surpresas armadas pelo sistema global;
- A cidade de Gravataí conjuga, a um só tempo, uma política de atração de investimentos, inclusive estrangeiros, certa mobilização e participação social em ações do governo e continuidade de governos de esquerda, em meio à expansão significativa do operariado local; torna-se um caso exemplar sobre uma possível mudança nas relações entre sociedade civil, particularmente sindicatos, e governo local;
- O novo sindicato metalúrgico local, que representa a maior base de trabalhadores com vínculo formal da localidade, tem focalizado esforços na obtenção de vantagens em negociações coletivas e em ações de melhoria da qualidade de vida da população operária e da comunidade do município; neste caso, trata-se de um curioso exemplo sobre mudanças na conduta estratégica desse agente no sentido de tentar corresponder às demandas e expectativas de um novo operariado e de aproveitar oportunidades econômicas e políticas no âmbito regional.

O objetivo central da análise seria, portanto, compreender os motivos da conduta estratégica do sindicato dos metalúrgicos local no contexto do “cluster industrial” que se formou e desenvolveu nos anos 2000 em torno da fábrica da *General Motors* na cidade de Gravataí e das oportunidades econômicas, políticas e sociais existentes na cidade e região. Os dados foram obtidos em entrevistas com gestores da montadora e de empresas fornecedoras locais e com líderes do sindicato metalúrgico local, assim como em diferentes fontes secundárias, citadas oportunamente no texto, especialmente convenções coletivas de trabalho e a base RAIS-CAGED/MTE.

A FÁBRICA E OS TRABALHADORES

A *General Motors* instalou, no ano de 2000, uma planta montadora no município de Gravataí, em meio a enormes controvérsias sobre a concessão

de amplos incentivos financeiros e fiscais pelo poder público estadual e municipal (vide Garcia, 2009). Ao investimento inicial de US\$ 600 milhões para a produção do “Celta” foram adicionados, mesmo com déficit nos resultados contábeis da matriz, US\$ 250 milhões nos anos de 2005-2006, tendo em vista a montagem, em 2007, do sedan compacto “Prisma”, ampliando a capacidade da planta de 120 mil para 240mil unidades ao ano. A planta contava com cerca de 3.500 empregados em 2005, passando para cerca de 5.350 no ano de 2007. Em meio à conjuntura da chamada crise financeira mundial que se iniciou em 2008 e do pedido de concordata da *General Motors Corporation* nos Estados Unidos, em maio de 2009, anunciou-se novo acordo entre montadora e governos estadual e municipal para investimentos de cerca de US\$ 1 bilhão na ampliação da fábrica de Gravataí, com vistas à produção de dois novos modelos. A capacidade instalada será de 350 mil unidades ao ano, envolvendo um total de 8.500 empregos diretos no complexo industrial (ver Quadro 1). Parece que os efeitos reversos da crise na planta decorrem, em boa medida, dos fatos de que se trata de uma fábrica inovadora no contexto do setor automobilístico, com altos níveis de produtividade, e de que o produto obteve sucesso no mercado consumidor. Neste caso, a experiência de Gravataí torna-se uma unidade-conceito, ao mesmo tempo em que consiste em importante fonte de receita para a empresa.

Quadro 1 – Evolução da planta da *General Motors* em Gravataí

| PERÍODO | PRODUTO | INVESTIMENTO PRIVADO (US\$) | CAPACIDADE INSTALADA | EMPREGOS DIRETOS |
|-------------------------------|-----------|-----------------------------|----------------------|------------------|
| <i>Fase I</i> (2000-2004) | Celta | 600 milhões | 120.000 | 3.500 |
| <i>Fase II</i> (2005-2008) | Prisma | 250 milhões | 240.000 | 5.350 |
| <i>Fase III</i> (2009-) | 2 modelos | 1 bilhão | 350.000 | 8.500 |

Fonte: Pesquisa de campo, Gravataí.

As novidades na planta de Gravataí estabelecem novas referências competitivas e industriais na localidade. Segundo informantes da montadora, a fábrica tem grau de robotização 40% superior à planta de São Caetano do Sul e o dobro da produtividade de outras unidades recém instaladas no Brasil. Ademais, chama a

atenção que os carros produzidos em Gravataí tenham sido projetados no Brasil. O uso do conceito de condomínio industrial requer a disseminação de tecnologias de informação e comunicação ao longo da rede de fornecedores, tendo em vista possibilitar a integração do processo produtivo que se distribui num amplo conjunto de empresas. Gestores da montadora dão conta de que havia 69 fornecedores locais integrados ao complexo no ano de 2000, passando para 492, em 2005. Essas empresas locais precisaram reestruturar-se para atender aos padrões de competitividade exigidos pela montadora, replicando, desse modo, aspectos desse novo processo de trabalho.

O caráter inovador da planta reflete-se, entre outros aspectos, em tendência ao uso de mão-de-obra relativamente bem treinada, jovem e escolarizada. Os trabalhadores acham-se intimamente envolvidos com sistemas integrados de informação e de comando na produção, com a robótica e com a solução de problemas no processo produtivo. Os operadores são treinados (450h iniciais, mais oportunidades posteriores de aprimoramento) para o desenvolvimento de diferentes habilidades e tarefas, com vistas ao rodízio de funções nas equipes. É claro que esse novo operário tende a conviver com ritmo de trabalho mais intenso e com novas responsabilidades face aos dramáticos regimes de metas e às demandas por participação e solução de problemas. As características do trabalho brevemente referidas acima mostram que, de fato, as plantas automotivas do presente são distintas dos velhos “transplantes” que apenas aplicavam conceitos e métodos industriais, com menores chances de acúmulos de conhecimentos na localidade.

A presença da fábrica e a formação e desenvolvimento de um “cluster industrial” no seu entorno implicou na *expansão do operariado da cidade*. O ingresso dessa massa salarial combinada com uma política local de atração de investimentos para diversos setores econômicos favoreceu a expansão significativa do emprego, não apenas na indústria de transformação, como também nas atividades de comércio e de serviços: houve expansão de 80% do emprego formal no município no período de 1999 a 2007 (ver Tabela 1). Contudo, o crescimento econômico e do mercado de trabalho na cidade é promovido especialmente pela indústria de transformação, que foi responsável por mais da metade das novas oportunidades no período entre 1999 e 2007 (9.710 postos de um total de 18.688 novas vagas no município). Ademais, caberia chamar a atenção para o fato de que o sindicato dos metalúrgicos de Gravataí representa, em 2007, a maior base de trabalhadores do município, que reúne 13.846 empregados formais (de um total de 21.854 empre-

gados na indústria de transformação), com perspectiva de importante expansão com a III fase da planta montadora.

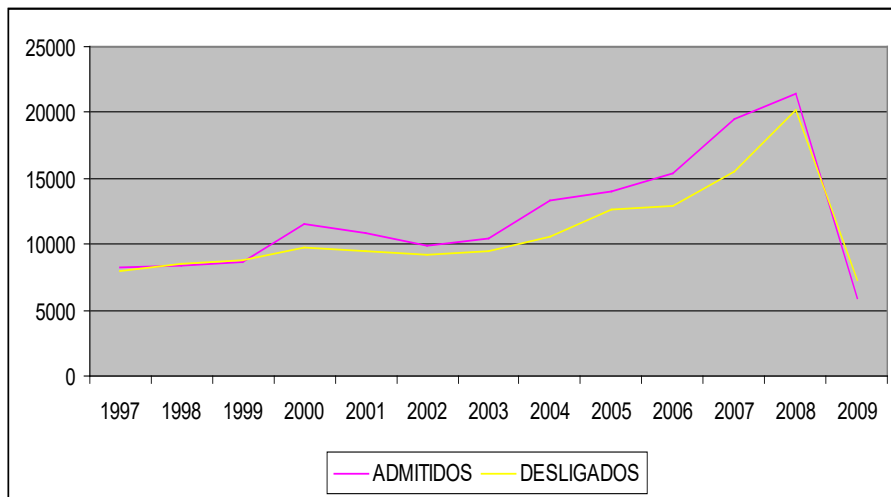
Tabela 1 – Evolução do emprego por setores da atividade econômica no município de Gravataí - 1999/2007

| Setores da atividade econômica | 1999 | 2007 | Variação absoluta | Variação % |
|--|--------------|--------------|-------------------|------------|
| <i>Extrativa mineral</i> | 26 | 69 | 43 | 165 |
| <i>Indústria de transformação</i> | 12142 | 21852 | 9710 | 80 |
| <i>Serviços industriais de utilidade pública</i> | 139 | 585 | 446 | 320 |
| <i>Construção civil</i> | 1797 | 1344 | -453 | -25 |
| <i>Comércio</i> | 3696 | 7984 | 4288 | 116 |
| <i>Serviços</i> | 5321 | 9519 | 4198 | 79 |
| <i>Administração pública</i> | 3547 | 4023 | 476 | 13 |
| <i>Agropecuária, caca e pesca</i> | 122 | 102 | 20 | 16 |
| Total | 26790 | 45478 | 18688 | 70 |

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais/MTE, 1999 e 2007.

A despeito dos investimentos na região, a crise financeira mundial de setembro de 2008 produziu efeitos sobre o emprego na cidade. O tema tornou-se, com razão, o miolo das preocupações dos trabalhadores e da agenda sindical. O saldo positivo na geração de empregos que se observou na cidade no período entre os anos de 2000 e 2008, cedeu o passo para maior número de demissões do que admissões no ano de 2009 (ver Gráfico 1). Esse saldo negativo é particularmente verdadeiro no caso das indústrias de material de transportes, metalúrgica e de material elétrico (o saldo é positivo, no caso da indústria mecânica), contrastando com os setores de comércio e de serviços que mantiveram saldo positivo no emprego em 2009.

Gráfico 1 – Evolução dos admitidos e desligados do emprego em Gravataí (1997/2009)



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados/MTE, 2009.

Em resumo, os dados acima indicados oferecem elementos que parecem afirmar a hipótese de que o processo de globalização tende a modificar interesses e valores dos trabalhadores industriais. A fábrica de Gravataí revela novas pressões sobre fornecedores e sobre trabalhadores. O alto grau de integração no processo produtivo não corresponde ao que ocorre na gestão dos recursos humanos e nas condições de emprego e de trabalho que são diferentes entre as empresas. O intenso uso de tecnologias de informação e de automação conjugadas com trabalho em equipe, polivalência e participação dos trabalhadores no processo produtivo, implicariam no uso de mão-de-obra escolarizada e treinada e em chances de enriquecimento do trabalho e de elevação geral da qualificação da mão-de-obra. Os trabalhadores tenderiam a conviver com enormes pressões em termos da sua produtividade, do ritmo de trabalho e do acúmulo de responsabilidades. Ademais, regimes de metas de desempenho combinadas com formas variáveis e individualizadas de remuneração requereriam um perfil de trabalhador mais responsivo, focado em resultados e comprometido com a sua trajetória profissional, em detrimento de compromissos com a categoria profissional.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A presença da planta montadora no contexto local de Gravataí tem implicações sociais em termos do padrão de desenvolvimento regional, tanto pelo ingresso de novos recursos econômicos e sociais quanto pelas respostas dos agentes locais ao novo contexto econômico. Como já referido, observou-se um novo dinamismo na atividade produtiva do município de Gravataí, após a instalação da planta montadora. Os reflexos da presença do pólo de Gravataí já foram sentidos a partir de 1998, quando se iniciou a construção do complexo, e tornaram-se mais contundentes, a partir do ano 2000, quando a montadora entrou em operação (Ver Tabela 2). Em consequência, verificou-se um novo dinamismo na atividade produtiva e industrial do município de Gravataí: cresceu o número de empresas, o nível de emprego, o volume do PIB e a arrecadação de tributos, refletindo-se, por exemplo, na possibilidade de maiores investimentos pela Prefeitura em obras públicas. O aquecimento da atividade econômica e industrial refletiu-se, também, na expansão de 123% no PIB entre 1997 e 2002 (de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 2,9 bilhões) e de 209% na receita tributária entre 1997 e 2004 (de R\$ 22 milhões para R\$ 69 milhões) (Dados obtidos junto à Prefeitura de Gravataí e à Fundação de Economia e Estatística/FEE – RS). Além disso, a cidade passou a receber novos investimentos de empresas, direta e indiretamente relacionadas ao pólo automobilístico: empresas de autopeças, hipermercados, empreendimentos imobiliários, hotéis e restaurantes, novas instituições privadas de ensino, e ampliação e modernização do sistema de saúde. Constatou-se, também, elevação da escolaridade no setor metal-mecânico em Gravataí e em municípios vizinhos (Cachoeirinha, Canoas, Novo Hamburgo e São Leopoldo). (Dados obtidos no Relatório Anual de Informações Sociais, RAIS/MTE, 1999 e 2002).

Tabela 2 – Indicadores de desempenho da economia de Gravataí (1997-2003)

| | Total de alvarás | Alvarás para indústrias | Total de emprego | Emprego indústria de transformação | PIB per capita (R\$) |
|-----------------|------------------|-------------------------|------------------|------------------------------------|----------------------|
| 1997 | 23.803 | 1.210 | 23.462 | 11.246 | 6.040 |
| 1998 | 24.830 | 1.250 | 25.240 | 11.943 | 6.627 |
| 1999 | 26.018 | 1.281 | 26.790 | 11.935 | 7.396 |
| 2000 | 27.247 | 1.338 | 29.332 | 13.348 | 8.627 |
| 2001 | 28.332 | 1.389 | 32.032 | 15.538 | 10.347 |
| 2002 | 29.227 | 1.431 | 32.645 | 15.851 | 12.167 |
| 2003 | 30.079 | 1.452 | 33.600 | 16.284 | * |
| Variação | 26,4% | 20% | 43,2% | 44,8% | 101,4% |

Fonte: Composição a partir de dados estatísticos sobre a Economia de Gravataí (www.gravatai.rs.gov.br), de Gravataí século 21: perfil sócio-econômico e de FEE/RS – Fundação de Economia e Estatística/ RS. * Até o momento da pesquisa, o dado não havia sido publicado.

Como antes referido, os novos recursos disponíveis ao governo municipal têm permitido, apenas para citar um exemplo, o investimento em infra-estrutura, como a pavimentação de vias públicas: no ano de 1998, foram pavimentados 10,5Km de novas vias; em 2000, ampliou-se para 33,9Km; em 2002, caiu para 22Km; e em 2004, voltou a crescer para 35,5 Km. Apesar das oscilações no período, o nível anual de novas vias pavimentadas mantém-se em patamares superiores ao ano de 1998. Vale notar que o dado relaciona-se também com a contingência das estratégias governamentais de uso dos recursos financeiros, porém, é a elevação da receita de tributos que permite o investimento em obras e serviços públicos, conforme a política governamental.

Outro aspecto interessante dessas mudanças é que o ingresso de novos recursos e as pressões competitivas impostas pela montadora vêm mobilizando instituições locais, no esforço de obter benefícios. As associações empresariais têm reagido à presença de agentes globais. Em 1998, foi criado o Instituto Gaúcho de Estudos Automotivos (IGEA), vinculado à Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERSG). Trata-se de uma associação empresarial aplicada à promoção do desenvolvimento do setor automotivo no estado, contando, em 2005, com 107 empresas associadas, 30 participantes nos grupos de trabalho, e 15 projetos em andamento em apoio às empresas do setor. Entretanto, o Instituto pouco tem contribuído com pequenas e microempresas do setor, mais carentes de recursos e com maiores dificuldades para atender padrões globais de fornecimento.² A Associação Comercial e Industrial de Gravataí (ACIGRA) criou, em 2004, um núcleo que integra empresas metal-mecânicas da região, tendo em vista discutir e encaminhar demandas do setor.

No que se refere ao poder público, a ação governamental foi decisiva na atração da montadora e sistemista, mediante a concessão de amplos benefícios em contexto de “guerra fiscal”. Com relação às empresas locais, as estratégias têm sido reformuladas no sentido de tentar atender demandas desses agentes. Os instrumentos de crédito de caráter genérico (não se aplicam especificamente ao setor metal-mecânico), como o FUNDOPEM/ RS (utilizado pela GM, por exemplo)³,

2 Um dos projetos é o Sistema GDC (Gestão Dinâmica da Cadeia Automotiva do RS), no âmbito do Programa de Cooperação Científica e Tecnológica para o Desenvolvimento Regional/Arranjos Produtivos Locais da FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos. Consiste em um banco de dados relacional de alto nível, com alimentação dinâmica e atualizada de dados, os quais permitem gerar informações a respeito dos principais indicadores da cadeia automotiva e de seus elos, prospectando as principais tendências tecnológicas e mercadológicas ocorridas no plano nacional e internacional. O GDC, no entanto, é de uso exclusivo dos sócios do IGEA. Outro programa é o de Gestão, voltado para aferir a qualidade dos sistemas produtivos e a obtenção de certificação pelas pequenas e médias empresas.

3 Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul, criado em 1972, e alterado em 1997, 1999 e 2003. Trata-se de um programa de incentivo para a ampliação, modernização e implantação de indústrias no estado, tendo em vista a geração de emprego e a melhoria tecnológica e ambiental.

o FINAME AUTOMÁTICO/BNDES e o BNDES AUTOMÁTICO, que não atingiram as necessidades das pequenas empresas locais, têm sido complementados com criação de programas específicos para o setor. O CAIXA RS, instituído em 2004, inicialmente também de caráter genérico, foi modificado pelo governo estadual, em 2005, com a oferta de uma nova linha de crédito: o PRODEAUTO (Programa de Desenvolvimento das Empresas de Autopeças).⁴ Outra novidade foi a criação, em novembro de 2004, da Agência de Desenvolvimento de Gravataí (ADGR), constituída de representantes governamentais, empresariais, sindicais e acadêmicos em âmbito municipal. Além disso, cabe referir a criação, no ano de 2004, do Conselho Municipal de Desenvolvimento (COMUDE), que reúne prefeitura, representantes de organizações sociais e empresariais.

Portanto, governos e associações empresariais vêm desenvolvendo estratégias ainda limitadas e seletivas em relação às empresas locais. No entanto, há elementos que indicam mudanças dessas estratégias, no sentido do desenvolvimento de caráter mais ativo e abrangente das iniciativas e dos instrumentos formulados. As escolhas desses agentes situam-se no contexto local de escassez de recursos econômicos, de desequilíbrio na correlação de forças entre grandes e pequenas empresas e de cultura de desconfiança entre atores empresariais. À medida que ingressam investimentos, empregam-se novas tecnologias, expande-se o emprego, criam-se novas empresas locais e eleva-se a arrecadação de tributos, novas pressões e demandas são criadas por pequenas empresas, por associações civis, por sindicatos de trabalhadores (metalúrgicos, transportadores, construção civil, borracha e produtos químicos). A alteração de cenário requer o ajuste de estratégias dos agentes sociais.

É interessante chamar a atenção para o fato de que os resultados constatados na experiência de Gravataí aproximam-se de estudos sobre casos similares no Brasil (RODRIGUES e RAMALHO, 2007; RAMALHO e SANTANA, 2006) que têm identificado alterações no padrão de desenvolvimento regional, para além do simples crescimento econômico, tais como mudanças nas relações de trabalho e emprego e certo “acúmulo de relações políticas” nessas regiões. Mesmo que as grandes empresas tenham motivações oportunistas nos novos espaços industriais, a sociedade tenderia a criar meca-

4 O PRODEAUTO resulta de uma aliança entre a CAIXA RS e o IGEA, com apoio do SENAI, disponibilizando recursos próprios e captados junto ao BNDES para empresas gaúchas que compõem a cadeia automotiva (em 2005, havia disponibilidade operacional de R\$ 437 milhões). A meta do programa é elevar de 28% para 50% a participação de fornecedores gaúchos nas compras de montadoras instaladas no Rio Grande do Sul. O público-alvo são empresas de qualquer porte, cadastradas no IGEA e, preferencialmente, indicadas pelas montadoras como fornecedores efetivos ou potenciais, para as quais são financiados investimentos na expansão da capacidade de produção e em inovação tecnológica, tendo em vista a melhoria da qualidade e da produtividade do processo produtivo.

nismos que buscam interferir na política industrial e fomentar o desenvolvimento da região. No fordismo, a fábrica seria o lócus de produção, significando que as relações sociais se realizavam em espaço privado. O desenvolvimento industrial era impulsionado por grandes empresas, apartadas da realidade local. Na produção flexível, a cidade seria o lócus de produção, significando que as relações sociais se realizam no espaço público. A dinâmica de desenvolvimento industrial estaria, hoje, assentada em redes sociopolíticas entre grandes empresas, seus fornecedores e instituições de apoio e de representação de interesses. Essa mudança de paradigma ofereceria brechas para a “publicização” das relações e dos conflitos entre os agentes sociais.

SINDICATOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

A conduta do sindicato dos metalúrgicos adquire sentido no contexto das demandas e expectativas da categoria profissional, do desenvolvimento econômico regional e das mudanças políticas na localidade.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Gravataí teve fundação no ano de 2000, no contexto da atração da planta montadora para a cidade e da consequente perspectiva de expansão da categoria metalúrgica na localidade. É interessante notar que a criação do sindicato expressa a mobilização de lideranças políticas e sociais locais, com vistas a evitar a transferência da representação da base de Gravataí para o sindicato metalúrgico de Porto Alegre (o maior sindicato metalúrgico do estado, porém, “externo”). Isso deu origem a conflitos entre sindicatos pela representação daquela base de trabalhadores.⁵ Como referido anteriormente, trata-se, hoje, do maior sindicato de trabalhadores do município, com expectativa de expansão, e o segundo maior sindicato metalúrgico do estado do Rio Grande do Sul. Segundo dirigentes entrevistados, ele contava, em 2009, com cerca de 2.300 associados (taxa de filiação de apenas 15% da base representada). Desde o ano de 2005, é vinculado à Força Sindical. Grande parte dos seus líderes tem ampla experiência no movimento sindical, embora não em indústria automobilística.

O jovem sindicato tem mobilizado, ao longo dos anos 2000, algumas paralisações e greves dos trabalhadores de empresas do município, inclusive na fábrica da *General Motors*. Entretanto, diferentemente do que se observava no passado, em

5 Para mais detalhes sobre isso, vide Garcia (2009b).

outros contextos industriais, em que a greve se justificava como instrumento de lutas de classes, a mesma tende a ser utilizada, hoje, como um dos últimos recursos, sempre no contexto de um resultado bem definido no âmbito do local de trabalho, como foi o caso de novembro e dezembro de 2008 em torno das discussões sobre demissões decorrentes da chamada crise mundial. Ocorre que esse sindicato precisa dar respostas, como já caracterizado, a um novo operariado, mais escolarizado e afeito às novas tecnologias, que aprendeu a conviver com metas, com foco em resultados, com avaliações individualizadas de desempenho, com padrões de diálogo apoiados em regras formalmente estabelecidas, com a instabilidade no emprego e até mesmo com a mudança ocupacional ao longo de sua trajetória profissional. Ademais, o sindicato precisa responder a conjunturas específicas dos diferentes tipos de empresas: por exemplo, empresas locais e empresas globais. Esses elementos de transformação do trabalho conjugam-se com um ambiente de desenvolvimento econômico e de novos mecanismos de participação social na localidade, motivando o sindicato a assumir uma conduta focada em resultados para os trabalhadores, em lugar de projetos mais abrangentes no tempo e no espaço como a bandeira da luta de classes, explorando-se novas oportunidades econômicas e políticas que circulam na região.

Nessa perspectiva, a estratégia sindical refere-se a três dimensões: a) aproximação dos trabalhadores, mediante a busca de maior inserção nos locais de trabalho, com vistas à legitimação de suas ações; b) foco nas negociações de contratos e acordos coletivos de trabalho, considerando-se o contexto favorável de crescimento econômico da região; e c) participação na formulação e implementação de políticas públicas, tendo em vista o ambiente politicamente favorável para tanto, em face da chegada de forças de esquerda ao poder local.

Quanto ao local de trabalho, o sindicato tem desenvolvido esforços em torno da criação de comissões de representantes nas empresas e da oferta de serviços sociais aos trabalhadores. Caberia referir que comissões no próprio local de trabalho expressam uma difícil mudança na cultura laboral e empresarial local. As primeiras comissões foram formadas em empresas globais, como a GM, expandindo-se, posteriormente, para experiências em empresas locais. Segundo líderes sindicais, essa representação tem contribuído efetivamente para o diálogo nas relações capital-trabalho, favorecendo, inclusive, a circulação de líderes sindicais nas empresas. Ademais, é preciso considerar que a posição de empresas como a GM sobre sindicatos é diferente da perspectiva de empresas locais: sobretudo as menores que tendem a desconfiar da representação sindical, deixando muitas vezes de reconhecer o sindicato como interlocutor.

No que se refere à negociação coletiva, o sindicato local busca não apenas beneficiar-se do aquecimento da atividade econômica e do mercado de trabalho que se verifica na localidade ao longo da década de 2000, mas também trocar a continuidade de certas garantias no emprego e direitos sociais por concessões em torno de maior flexibilidade na jornada de trabalho. Os reajustes salariais obtidos no período superaram os índices de inflação, revelando-se, inclusive, maiores do que os reajustes negociados pelo sindicato metalúrgico de Porto Alegre. Por exemplo, os reajustes para 2008 foram de 9,5% em Gravataí contra 8,5% para Porto Alegre. Essa conquista refere-se não apenas aos trabalhadores da GM, como também aos demais trabalhadores sob a proteção das Convenções Coletivas de Trabalho. Ademais, em algumas grandes empresas têm sido possível instituir formas de remuneração variável (PLR ou PPR). Outras conquistas foram: a antecipação de parte dos reajustes anuais, antes da conclusão das negociações, e a antecipação de 50% da gratificação natalina por ocasião de férias coletivas. Porém, foi eliminada a cláusula que garantia um salário mínimo aos estagiários aprendizes do SENAI. As negociações das cláusulas sociais, antes realizadas anualmente, passaram a ser, por demanda sindical, bianuais. Segundo os dirigentes sindicais entrevistados, isso seria um ganho porque a tendência é de que o empresariado pressione pela eliminação de garantias no emprego. De fato, isso parece ser uma interessante vantagem no contexto de crise mundial. Mantiveram-se, nas mesmas condições, o auxílio para a realização de cursos de formação profissional, adicional por tempo de serviço, garantias de emprego (às gestantes, aos recrutas e aos trabalhadores na iminência de aposentarem-se e aos trabalhadores afetados por novas tecnologias e pelos processos de automação). Há, porém, tendência de gradual flexibilização da jornada de trabalho, atestada pela redução de barreiras aos regimes de compensação de horário e das condições para o gozo de folgas e pelo uso de banco de horas, no caso da GM.⁶ Caberia referir que o regime de banco de horas existente na GM foi crucial para evitarem-se demissões decorrentes da queda nas vendas do setor ao final de 2008. O sindicato local considera, neste contexto, que assegurar o pagamento mínimo de 44h semanais, mesmo que a jornada realizada tenha sido inferior, constitui um ganho na negociação do banco de horas. Outro aspecto é o de que os trabalhadores e os sindicatos são excluídos da gestão do banco de horas

6 Na convenção de 1999, estava acordado que a instituição de regimes de compensação de horário deveria ser aprovada por 2/3 dos trabalhadores da empresa, em votação acompanhada por representante sindical. A convenção de 2003/2004 estabelece que a compensação de horário poderá ser instituída com a aprovação de apenas 52% dos trabalhadores, em votação coordenada pela CIPA, sem a necessidade de acompanhamento sindical. No caso da compensação para o gozo de folgas, era exigida a concordância de 75% dos trabalhadores, a qual foi reduzida para 2/3 dos trabalhadores.

e da formulação das escalas de horários, ainda que tenham negociado as regras de funcionamento no Contrato Coletivo de Trabalho. Portanto, o banco de horas é um ponto de potencial conflito, negociação e ajuste, tendo em vista uma maior participação dos trabalhadores e do sindicato na sua gestão e regulação.

Em relação às políticas públicas, o sindicato tem sido capaz de aproveitar-se de uma nova estrutura de oportunidades políticas e econômicas, especialmente pela sua hábil e ativa presença em diversos novos fóruns participativos. O governo local tem sido conduzido, por quatro mandatos ininterruptos, por coalizões de esquerda. Neste caso, a Prefeitura tem criado uma série de fóruns participativos, como o orçamento participativo, a agência de desenvolvimento e mais de vinte conselhos e comissões municipais em diversas áreas econômicas e sociais. Ao mesmo tempo, a cidade revela relativa mobilização da sociedade civil, atestada pela atividade de sindicatos de trabalhadores, associações empresariais, movimentos e associações de moradores.⁷ Outro dado interessante é que uma série de líderes locais alcançou projeção estadual ou nacional, tornando-se deputados ou secretários do executivo estadual. Caberia referir que esse governo local de esquerda lidera esforços bem sucedidos de atração de uma série de grandes e pequenos investimentos, nos setores industrial, comercial, imobiliário, educacional, recreativo e de saúde, envolvendo capital nacional e estrangeiro, inclusive mediante a oferta de incentivos financeiros e fiscais, como no caso da GM. Há, também, recentes investimentos públicos federais nas áreas de habitação e saneamento básico que são bastante significativos (recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC). Trata-se, portanto, de uma política que busca potencializar os efeitos da presença da planta montadora em termos do desenvolvimento de um “cluster industrial” e da dinamização da atividade econômica em face da expansão de um operariado com poder de compra na região.

Portanto, o que importaria destacar é que o sindicato metalúrgico percebe na nova dinâmica política e econômica local uma oportunidade de criar novos espaços de ação e de obter melhores resultados para seus representados e para a comunidade, como a manutenção e criação de empregos e a melhoria de aspectos da qualidade de vida na cidade. Neste caso, o sindicato empenha-se na construção de sua legitimidade junto aos trabalhadores e de seu reconhecimento como interlocutor

7 Por exemplo, o “Projeto Foco” que reúne Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí, a *General Motors* e o SENAI, com vistas à formação de mão-de-obra para o setor automotivo; parcerias para a expansão e modernização do Hospital Dom João Becker; profissionalização, expansão do quadro associativo, e modernização do estádio do Clube Atlético Cerâmica (o clube, que era amador, foi recentemente profissionalizado e vem disputando campeonato estadual de futebol e conquistou vaga para a disputa em 2010 da Copa do Brasil, certame de âmbito nacional).

junto ao empresariado e ao governo local. Ao valer-se da condição de maior instituição de representação dos trabalhadores, participa em diferentes comissões (como a Comissão Municipal de Emprego, a Comissão Municipal de Trabalho e Renda, a Comissão Municipal de Transportes), da Agência de Desenvolvimento de Gravataí, da Intersindical⁸ e do Fórum Nacional do Trabalho. Isso lhe permite influir em políticas públicas de diferentes áreas e tipos no âmbito local (e até nacional), como as discussões sobre o uso do solo no contexto de elaboração de um Plano Diretor, as mobilizações relativas à atração de recursos públicos para obras de habitação e saneamento e de investimentos privados para a geração de empregos, e os esforços de regulação dos sistemas de transporte e de melhoria do ensino fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência recente de participação sociopolítica dos trabalhadores em Gravataí é ilustrativa sobre uma tendência mais geral da ação sindical no contexto da economia e da sociedade no tempo da globalização: expansão de um tipo de sindicalismo não apenas focado em resultados para os trabalhadores (por exemplo, salários, garantias mínimas nas condições de emprego e trabalho, e preservação de empregos), mas também envolvido em questões regionais (atração de investimentos, qualidade de vida, infra-estrutura e logística), constituindo-se como ator relevante na sociedade civil. Neste caso, a chegada de novas forças políticas ao poder e a introdução de novos espaços institucionais de participação política expressariam uma nova estrutura de oportunidades com a qual se deparariam os atores sociais, favorecendo certas formas de organização e atuação de certos grupos da sociedade civil.

Nesse novo contexto social, parece que as respostas dos sindicatos às transformações do trabalho no cenário global poderiam ser resumidas como a passagem de condutas orientadas por lutas políticas e de classes para estratégias de participação em jogos estratégicos de poder. Isso requer ambientes que reconheçam a legitimidade do movimento sindical como interlocutor, assim como conhecimentos sobre as regras do jogo político-institucional e sobre os contextos de interação, envolvendo atitude de diálogo, negociação e transigência, e oportunidades políticas.

Portanto, o tema é complexo e controverso porque os sindicatos acham-se desafiados a identificarem novos e distintos interesses das classes trabalhadoras,

8 Rede de sindicatos situados no município de Gravataí, tendo em vista a cooperação para a troca de informações e de equipamentos e para a elaboração de estratégias conjuntas, no âmbito municipal.

assim como a orientarem-se com base em valores distintos daqueles que marcaram a ação sindical no passado.

Finalmente, caberia referir que o debate e as lutas sociais em torno da cidadania no mundo do trabalho tenderiam a assumir novos contornos face ao sistema global. Esboçam-se a seguir pontos críticos identificados na experiência de Gravataí:

- Primeiro, o ritmo de trabalho tenderia a intensificar-se, afetando todos os grupos de trabalhadores. Isso suscita o debate sobre a jornada de trabalho e sobre maior controle pelo trabalhador do tempo de trabalho. Esse aspecto precisaria ser posto mais nitidamente pelos agentes sociais na agenda pública face as suas conseqüências sociais.
- Segundo, outro tema emergente seria sobre novos caminhos para a democracia no trabalho e para as estratégias de ação sindical, tendo em vista a ampliação da participação de trabalhadores e o seu reconhecimento pelas empresas – especialmente pequenas - como interlocutor legítimo na esfera do trabalho. A presença sindical nos locais de trabalho tem sido difícil, em razão da adoção de instrumentos organizacionais adversos aos sindicatos.
- Terceiro, condições de competição global tenderiam a aumentar a seletividade e a diversidade das condições de emprego e de trabalho na cadeia produtiva. A ampliação de benefícios para a esfera local requereria mudança de valores do empresariado local, tais como a percepção mais cara do seu papel em ações coletivas e a conjugação de esforços com outros agentes na negociação de contrapartidas diante da presença de agentes globais.
- Quarto, os agentes locais precisarão elaborar alternativas de desenvolvimento regional, evitando uma possível dependência em relação ao desempenho da planta montadora. Sabe-se que investimentos automobilísticos têm um ciclo de vida, ocorrendo crises, queda de performance e, em algum momento, o seu esgotamento. Gravataí deverá explorar a nova complexidade adquirida pela atividade produtiva e pelo mercado de trabalho na região, tendo em vista atrair investimentos e estimular funções, conhecimentos e setores emergentes. A presença da planta montadora deve ser explorada na promoção de diversidade econômica e social no âmbito local.

Essas são algumas das pautas capazes de contribuir para a conquista de novos patamares de cidadania no trabalho e de benefícios coletivos em Gravataí, no contexto do sistema global.

REFERÊNCIAS

GARCIA, Sandro Ruduit; GUIMARÃES, Sônia. Trabalho em cenário de globalização: o pólo automobilístico de Gravataí e implicações sociais em empresas locais. *Caderno CRH*, v. 19, n. 46, jan.-abr./2006.

_____. *Agentes globais e esfera local: o pólo automobilístico de Gravataí. Sociologias*, Porto Alegre, n. 23, jan.-abr./2010.

_____. *Agentes globais em contextos locais: evidências a partir do pólo industrial de Gravataí*. In: GUIMARÃES, Sônia (Org.). *Trabalho, emprego e relações laborais em setores intensivos em conhecimento*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009a.

_____. *Efeitos locais da globalização: o pólo automobilístico de Gravataí e mudanças nas relações de trabalho e emprego no setor metal-mecânico na região*. *Revista da ABET*, v. 5, n. 2, jul.-dez./2005.

_____. *Global e Local: o pólo automobilístico de Gravataí*. São Paulo: Annablume, 2009b.

_____. *O novo pólo automobilístico de Gravataí e os impasses do desenvolvimento local*. In: ARAÚJO, Silvia (Org.). *Trabalho e capital em trânsito: a indústria automobilística no Brasil*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2007a.

_____. *Oportunidades e desafios ao desenvolvimento regional: impactos do novo pólo automobilístico de Gravataí na gestão das empresas locais, no emprego e nos sindicatos*. *Gestão Contemporânea*, Porto Alegre, FAPA, n.1, jan./2004.

GARCIA, Sandro Ruduit; GUIMARÃES, Sônia. Os novos pólos automobilísticos e suas implicações sociais: Considerações sobre o caso da General Motors em Gravataí. *Sociedade em Debate*, Pelotas, v.9, n.3, dez./2003.

_____. *Processos globais e mercado de trabalho*. *Civitas*, Porto Alegre, v.7, n.1, jan.-jun./2007b.

RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. (Org.). *Trabalho e desenvolvimento regional: efeitos sociais da implantação do pólo automotivo Sul Fluminense*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

_____. *Trabalho e sindicatos em antigos e novos territórios produtivos: comparações entre o ABC paulista e o Sul fluminense*. São Paulo: Annablume, 2007.

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE GRAVATAÍ/SINDILOJAS: UMA VISÃO DE FUTURO

José Nivaldo da Rosa

Presidente do Sindilojas. Gravataí/RS

Em 1962, reuniram-se vinte e um empresários idealizadores da Associação Comercial, Industrial e Rural de Gravataí com o intuito de criar o sindicato. Nesta reunião foi criada uma diretoria provisória, com o objetivo de definir as bases para a efetiva criação do sindicato. Então, em 16 de setembro do mesmo ano, foi autorizado o funcionamento com sua estrutura reconhecida pelos órgãos jurídicos. Em 21 de janeiro de 1963 foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho, através da carta sindical e foi seu fundador e primeiro presidente o Sr. Antônio Luz (In Memoriam). De 1963 a 1982 o sindicato não ficou atuante.

Em setembro de 1982, o empresário Antônio Luz, juntamente com o empresário Albrecht Schott, visualizaram o grande crescimento e desenvolvimento comercial da cidade, formando, assim, uma classe empresarial forte que passou a cobrar a existência de um sindicato atuante na defesa de seus interesses. Decidido, o senhor Antônio Luz previu o futuro da entidade, acreditando no trabalho e na união da categoria.

Em 11 de setembro de 1982, novamente por iniciativa de Antônio Luz, juntamente com o empresário Albrecht Schott chamaram os empresários representantes da categoria, através de Edital de convocação para uma assembléia geral extraordinária com a finalidade de reativar o sindicato. Na ocasião foi aprovada, por unanimidade, a reativação da entidade e eleita uma junta governativa, composta pelos empresários: Cláudio Leal Fernandes, Antônio Luz, Flávio Roberto Sabbadini, Nadir Carbonera, Antônio Guglielmi e Antônio Valdomiro Oliveira de Barros e empossado presidente o Sr. Albrecht Schott.

A aquisição da sede própria ocorreu em 25 de maio de 1987, por iniciativa do presidente Albrecht Schott. Com o apoio financeiro da Fecomércio/RS, foram

adquiridas duas salas comerciais, totalizando 152m², localizada no centro de Gravataí, na galeria Dom João Becker, onde se encontra instalada a entidade. No ano de 2003, a entidade adquiriu uma sala comercial de 76m², ampliando e modernizando suas instalações com 228 m² de área física. No ano de 2005, a entidade ampliou mais uma vez o seu patrimônio, adquirindo mais uma sala comercial de 76 m² para organizar os departamentos médico e odontológico. Em 2006, a entidade aumentou novamente sua estrutura, passando a ter 344 m², com a aquisição de duas salas comerciais de 40 m² para a realização das reuniões com a diretoria e a outra um mini-auditório, para operar como sala de eventos, locações, palestras, capacitação e realização de cursos.

Atualmente, a diretoria é composta de trinta e cinco empresários eleitos para uma gestão de quatro anos. Fazem parte também da diretoria, os diretores regionais, ou seja, empresários que são indicados pelo presidente e demais diretores para representarem a entidade nos bairros, levando ao conhecimento dos empresários de cada região o trabalho desenvolvido pela entidade. No total da base, existem cerca de três mil empresas do ramo de comércio varejista, cadastradas pelo SINDILOJAS de Gravataí, as quais recebem o apoio na realização das convenções coletivas e acordo trabalhista – dissídio, definição do piso salarial do comércio, horário do comércio, abertura do comércio aos domingos campanhas institucionais, promoções, produtos e serviços, etc.

O SINDILOJAS possui 2006 associados. Conforme o estatuto social da entidade, os associados dividem-se em duas categorias: - Efetivos: que são as pessoas juristas que pertencem à categoria varejista, podendo participar das assembléias gerais, diretoria da entidade, votar e ser votado e também usufruir de todos os benefícios. Contribuintes: são empresas de outros ramos de atividade e pessoas físicas que se associam para terem direito de apenas usarem os benefícios, convênios, planos de saúde e demais produtos que o SINDILOJAS coloca à disposição dos associados.

SERVIÇOS

A entidade, buscando agregar valor, benefícios e vantagens à categoria representada, procurou estabelecer parcerias que disponibilizassem serviços e produtos apropriados, destacando-se entre eles: 1. Convênio de Plano de Saúde; 2. Convênio com programa de automação comercial; 3. Convênio de Assistência Jurídica;

4. Convênio de medicina ocupacional; 5. Convênio com associados; 6. Revista “O Empreendedor”; 7. Videoteca e biblioteca; 8. Convênio odontológico; 9. Cursos e palestras; 10. Ações sociais; 11. Campanhas Promocionais.

CLASSE E BASE REPRESENTADA

O SINDILOJAS de Gravataí representa os comerciantes e prestadores de serviço, com exceção do comércio varejista de veículos, comércio varejista de gêneros alimentícios, comércio varejista de peças e acessórios para veículos, comércio de vendedores ambulantes, comércio varejista de produtos farmacêuticos, empresas de garagens, estacionamento e de limpeza e conservação de veículos, comércio varejista de derivados de petróleo, empresas distribuidoras de gás liquefeitos de petróleo, e transporte revendedor retalhista de óleo diesel, óleo combustível e que-rozene de Gravataí e Glorinha – RS.

APLICAÇÃO

O SINDILOJAS é um sindicato patronal, de legal representação e estabelece como seu escopo do sistema de gestão da qualidade a seguinte aplicação: representar as categorias econômicas integrantes do comércio varejista de Gravataí e Glorinha, apoiando iniciativas para o fortalecimento do setor, defendendo interesses e melhorando seu desempenho.

A DIREÇÃO E RESPONSABILIDADES

A presidência e as diretorias da entidade estão comprometidas com o desenvolvimento e realizam ações de forma a buscar a melhoria contínua do sistema, atingir os objetivos identificados e garantir a eficácia do processo. Para tanto estabelecem como prioridades: - a missão, visão, princípios do sindicato e seus objetivos e estratégias; - o foco no cliente (classe representada), nos seus requisitos e na sua satisfação; - a comunicação interna dos envolvidos nos processos; - a definição das autoridades e responsabilidades; - a disponibilidade de recursos; - a análise crítica periódica do SGQ.

Missão: define o propósito do sindicato e como deve ser seu posicionamento perante a sociedade. É aplicada para caracterizar quem é a entidade.

Visão: é aplicada para caracterizar onde a entidade quer chegar.

Princípios: os princípios da entidade definem as bases adotadas pela organização para a realização de suas atividades. Os princípios e valores do sindicato são aplicados para definir como a entidade deve atuar de forma a atender as características de seu negócio e desenvolver sua missão e visão.

Ex-presidentes: Antônio Luz (1962 a 1982), Albrecht Schott (1982 a 1994), Flávio Roberto Sabbatini (1994 a 1997), Sergio Largura (1997 a 2000), Maria Goreti Cornely (2001 a 2003), Itamar José de Oliveira (2004 a 2006).

Projetos: Amigos do Planeta, Sorrindo para o Futuro, Pintando Cidadania e Casa Abrigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Missão: representar e defender os interesses do comércio de bens e serviços de Gravataí e Glorinha, promovendo sua integração, fortalecimento e crescimento.

Visão: ser um referencial de excelência no meio sindical do Rio Grande do Sul, atendendo com êxito os interesses de seus representados.

Princípios: a) Conduta ética; b) Satisfação dos clientes associados; c) Respeito ao meio ambiente; d) Valorização dos colaboradores; e) Apoio à livre iniciativa; f) Política social apartidária; g) Agir de forma democrática; h) Comunicar-se com transparência e lealdade.



Comércio central. S/d.

A C I G R A: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS DE GRAVATAÍ

Ernani Picolli

Engenheiro e Empresário. Gravataí/RS

INTRODUÇÃO

Oito décadas de participação efetiva na construção da cidade, luta para que, cada vez mais, sua história seja marcada por desenvolvimento, prosperidade e qualidade de vida.

Configurando-se como uma entidade civil sem fins lucrativos, composta por número ilimitado de associados, a instituição surgiu fruto do esforço e do idealismo de líderes empresariais que sentiram a necessidade de preparar as gerações futuras e incentivar o espírito empreendedor.

Nesse intuito, a entidade sempre teve, em seus quadros diretivos, empreendedores comprometidos com estes objetivos e que não mediram esforços para construir uma cidade melhor em todos os segmentos produtivos do município.



Logotipo da entidade

Localização

Em sede própria, à Av. Dr. Luis Bastos do Prado, nº 1299.



Vista panorâmica da fachada principal.

OS PRESIDENTES

1928: Pedro Dutra; 1930: Anápio Gomes; 1931: Pedro Dutra; 1936: Mário Sarmiento; 1938: Anápio Gomes; 1940: Otávio Monteiro Schemes; 1946: Ari Fraga da Silva; 1948: Antonio Pereira da Luz; 1952: Artêmio Camargo; 1956: Carlos Wilkens; 1963: Artêmio Camargo; 1970: Lídio da Silveira Peixoto; 1973: Guglielmo Cesaro Ventura; 1977: José Costa de Medeiros; 1979: Antonio Valdomiro de Oliveira Barros; 1984: Castilho Ignácio Barcelos Netto; 1985: Rubi Walmor Möller; 1987: Ernani Antonio Piccoli; 1991: Victor Hugo Hübler; 1993: César Romano Ventura; 1995: Sérgio Largura; 1997: Albrecht Schott; 1999: Flávio Sabbadini; 2001: Décio Vicente Becker; 2003: Sérgio Largura; 2005: Leandro Schäfer; 2007: Leandro Schäfer; 2009: Cândido Leri Ribeiro de Assis

Ascendência: Italiana – 05; Alemã – 07 e Portuguesa – 1.

HISTÓRICO

1928 – em 26 de agosto foi fundada a Associação Comercial de Gravataí, que, mais tarde, passaria a se chamar Associação Comercial e Rural, depois Associação Comercial e Industrial, até se firmar como Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Gravataí – ACIGRA.

1927 – foi fundado o Esporte Clube Paladino.

1929 – em 30 de maio de 1929, discutindo sobre a estrada estadual, ligando Gravataí a Taquara, a diretoria decidiu pedir a colaboração do comércio de Taquara para enviar um memorial ao Presidente do Estado, iniciando aí a campanha da classe empresarial para a construção da rodovia que iria beneficiar as duas cidades.

1932 – em 1933, foi fundado o Clube Esportivo Alvi-Rubro.

1934 – a Associação Comercial e Rural de Gravataí comprou, em 1934, os terrenos que viriam a ser utilizados para a construção da sede própria da Associação.

1938 – mobilização para continuação da estrada que liga Gravataí a Taquara.

1939 – em início as tratativas para a construção do prédio da Associação. Neste mesmo ano, Canoas desmembrou-se de Gravataí.

1948 – construção da sede da ACIGRA.

1950 – fundação do Cerâmica Atlético Clube.

1953 – em 18 de maio de 1953 foi fundada a Sociedade Cultural Amigos de Gravataí, que realizava encontros no salão da sede da Associação Comercial.

1957 – foi criado o município de Cachoeirinha, desmembrado de Gravataí.

1958 – o governador do Estado, Ildo Meneghetti, concluiu a pavimentação da Rodovia Estadual 020, ligando Gravataí a Taquara, uma das reivindicações dos comerciantes, desde a fundação da ACIGRA. (40 anos – RS 118 – 22 anos).

1962 – Em 16 de setembro, foi criado o Sindicato do Comércio Varejista de Gravataí, reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 1963.

1970 – ocorreu a explosão industrial do município com a pavimentação da RS 118 e a abertura da BR 290 (Free-Way). Construção do prédio do Quartel da Brigada Militar e Unidade do Corpo de Bombeiros.

1973 – o Decreto Estadual nº 22.592, de 20 de agosto, desapropria as áreas para a criação do Distrito Industrial. A Associação Comercial e Rural de Gravataí passou a chamar-se Associação Comercial e Industrial de Gravataí – ACIGRA.

1979 – em 1979, a Confederação Nacional dos Diretores Lojistas reconheceu e filiou o SPC em Gravataí. Reativado o Sindilojas, que funcionou na sede da ACIGRA até 1987.

1981 – o Serviço Nacional da Indústria – SENAI – inicia atividade em Gravataí.

1985 – em julho de 1985, o Serviço Social da Indústria – SESI – inicia atividade em Gravataí. Nesse ano, foram concluídas as obras da sede da ACIGRA.

1987 – Foram realizados os Seminários sobre Assuntos Municipais Gravataí, com palestras e debates, envolvendo a participação de associados, estudantes, lideranças e autoridades de diversos segmentos. Alguns assuntos discutidos, na época, como a Barragem do rio Gravataí e a duplicação da RS 118, continuam em pauta até hoje. Acontece a Primeira Exposição Feira Industrial e Comercial do Vale do Gravataí – Expovale, de 27 de novembro a 6 de dezembro de 1987.

1988 – o SESI inaugura sua sede.

1991 – concluído o processo de informatização do SPC e criado o Departamento de Atendimento ao Consumidor (DEACON) e o Departamento de Cobrança (DECA).

1993 – nessa administração foi lançada a campanha “Adote uma Praça”.

1996 – a ACIGRA agregou ao seu objetivo o setor de prestadores de serviços, consolidando, desta forma, a Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Gravataí, o que aumentou consideravelmente o número de associados.

1997 – em 17 de março, a General Motors do Brasil (GM) anunciou a cidade de Gravataí como o local de sua terceira fábrica produtora de veículos no país.

1999 – nessa gestão foi iniciada a luta pela duplicação da RS-118 e estabelecido convênio com a Parceiros Voluntários. Instalado Escritório da Junta Comercial.

2003 – o Serviço Nacional do Comércio – SENAC inaugura sua unidade em Gravataí. Instalação da Casa dos Açores em Gravataí.

2004 – a Festa das Bromélias teve sua primeira edição em 2004.

2005 – mobilização do empresariado para a participação na campanha da Frente Empresarial pela Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, criada pelo SEBRAE Nacional. É lançada a revista *O Empreendedor*, em parceria com o Sindilojas.

2006 – o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul – SEBRAE/RS – inaugura seu escritório no município.

2007 – em agosto de 2007 é lançado o Portal ACIGRA, um canal de comunicação com os associados e empresários de Gravataí.

2008 – as obras de duplicação da RS-118, uma reivindicação antiga da região, estão em andamento.

2009 – certificação digital. Convênio com universidades para o cartão desconto da ACIGRA. Melhorias para recepção ao público na sede. Visita da Governadora Yeda Crusius: investimentos para Gravataí.

CONCLUSÃO

Consolidada como representação máxima do empresariado de Gravataí e como importante expoente político representante da sociedade civil organizada, a ACIGRA se coloca pronta para os novos desafios que se apresentam e, que, com o apoio de toda comunidade empresarial, essa trajetória continue sendo de grandes façanhas.

FONTE DE PESQUISA

Caderno ACIGRA - 80 Anos / 2008.

AGRADECIMENTO

A todos os ex-presidentes e funcionários que passaram pela ACIGRA.



Sede da ACIGRA.

EVOLUÇÃO DO HOSPITAL DOM JOÃO BECKER

Audrey Chystin Fontes Francisco

Administradora de Empresas. Gravataí/RS

O Hospital Dom João Becker - Hospital Amigo da Criança - vem prestando serviços à comunidade do Vale do Gravataí há cinco décadas. É uma entidade sem fins lucrativos, pertencente à Sociedade Educação e Caridade.

A Sociedade Educação e Caridade que personifica no Brasil, a Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, no Brasil tem sede e foro na Riachuelo, 508 - Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul e âmbito de ação em todo o território brasileiro. Foi criada no dia 06 de janeiro de 1911. Tem como finalidades:

- prestar assistência educacional, hospitalar, social e religiosa;
- promover e ministrar Educação Infantil e Fundamental, bem como Ensino Médio e Profissional;
- promover ações que protejam e promovam a família, com ênfase ao amparo das crianças, adolescentes e demais pessoas carentes e, de alguma forma, necessitadas;
- para consecução de seus fins, a SEC mantém: 17 Escolas, 08 Obras Sociais próprias e 03 de terceiros; 02 Hospitais, 02 casas de Retiro e 02 pensionatos, 01 Lar de Idosos. Atua em Movimentos Populares, Paróquias e CEBs e Regiões Missionárias.

Bárbara Maix, fundadora da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, nasceu em Viena, na Áustria. Perseguida pelo contexto político-econômico de Viena emigrou para o Brasil com mais 21 companheiras, no dia 15 de setembro de 1848, chegando ao Rio de Janeiro no dia 09 de novembro de 1848, depois de 55 dias de viagem de navio. Em terras brasileiras, no dia 08 de maio de 1849, Bárbara fundou oficialmente a Congregação. Dedicou-se, inicialmente, à infância órfã e desvalida, à educação da juventude e motivou as Irmãs para se exercitarem

nos serviços de enfermagem. Entre as finalidades da Congregação do Imaculado Coração de Maria, a fundadora Bárbara Maix, incluía, a assistência aos enfermos, incentivando as irmãs aos estudos da enfermagem.

A primeira oportunidade, para as Irmãs exercitarem os serviços de enfermagem, foi em 1855, com o surgimento, no Rio de Janeiro, da terrível epidemia da cólera, quando 12 Irmãs do Imaculado Coração de Maria se ofereceram generosamente para irem cuidar dos empestados, nas enfermarias e hospitais da Província.

Nova oportunidade surgiu com a guerra do Paraguai, iniciada em maio de 1865. Bárbara Maix ofereceu trabalho gratuito no atendimento aos soldados feridos, improvisando várias enfermarias, e colocando os serviços enquanto durasse a necessidade urgente do exército.

Foi em Dois Irmãos, que as Irmãs do Imaculado Coração de Maria assumiram o primeiro Hospital da Congregação - Sociedade Educação e Caridade.

A Congregação foi crescendo e assumindo novos espaços de missão. Atualmente atua em 14 Estados do Brasil e no exterior em 07 países (Paraguai, Argentina, Estados Unidos, Venezuela, Bolívia, Haiti, Moçambique e Itália).

Em Gravataí a Congregação iniciou suas atividades na educação fundando o Colégio Dom Feliciano, localizado no centro de Gravataí.

A história do Hospital Dom João Becker teve sua origem em 1941, quando uma enchente isolou Gravataí de qualquer recurso na área da saúde em nível hospitalar de cidades vizinhas. Este fato fez com que o médico Dr. Alexandre Sircks, que residia em Gravataí, tomasse a iniciativa de fundar a Casa de Saúde Coração de Maria. No início, a Casa de Saúde contava com apenas 12 leitos, proporcionando um atendimento limitado. Em 1942, o Dr. Sircks convidou as Irmãs da Congregação do Imaculado Coração de Maria para trabalharem na Casa de Saúde.

Em 1958, surgiram as primeiras tratativas de aquisição por parte da Congregação, que se concretizaram em 27 de novembro daquele ano. Logo se iniciaram algumas reformas e somente em janeiro de 1960 foi efetivamente constituída a Comunidade Hospitalar, que recebeu o nome de Hospital Dom João Becker, em homenagem ao arcebispo de Porto Alegre.

Atualmente o Hospital possui serviços especializados, com o foco na qualidade de vida de seus clientes, o que garante a excelência de seu atendimento. Inovando na sua forma de gestão, o HDJB diferencia-se pelo seu permanente crescimento e segue implantando processos que viabilizam a sua modernização.

Além de sua equipe multidisciplinar, que garante a integração estratégica de recursos, proporciona à toda comunidade atendimentos eletivos, de emer-

gência e serviços de diagnóstico e tratamento, com a vantagem de sua localização central.

A história do Hospital Dom João Becker é permeada de dificuldades, desafios, lutas e vitórias. Faz 50 anos que as Irmãs do Imaculado Coração de Maria cumprem sua missão, administrando o Hospital de forma corajosa e repleta de fé.

Para tal evolução foi fundamental o empenho e dedicação de nossas diretoras juntamente com as irmãs, médicos e funcionários do Hospital Dom João Becker.

| | |
|-------------------|----------------|
| Beatriz Volpato | De 1960 a 1963 |
| Celita Botton | De 1963 a 1967 |
| Irma Toniolo | De 1967 a 1969 |
| Edilese Marchesan | De 1969 a 1971 |
| Nelci Bristot | De 1971 a 1972 |
| Serena Benvegna | De 1972 a 1979 |
| Irma Toniolo | De 1979 a 1985 |
| Serena Benvegna | De 1985 a 2004 |
| Isabel Lorenski | De 2004 a 2008 |
| Leonardi Backes | De 2008 a 2010 |
| Lia Lauxen | Atualmente |

Médicos que atuaram como Diretores Técnicos na Instituição

| | |
|---|----------------|
| Dr. Hélio Dourado | De 1959 a 1964 |
| Dr. Floriano Castilhos Cunha Tôrres | De 1964 a 1971 |
| Dr. Mário Fernando Berlitz | De 1971 a 1992 |
| Dr. Floriano Castilhos Cunha Tôrres | De 1992 a 1999 |
| Dr ^a Rosana Boucinha da Silva | De 1999 a 2008 |
| Dr. Irani Paulo Carlotto | De 2008 a 2008 |
| Dr ^a Maria de Fátima de Lima Camargo | Atualmente |

Evolução nos anos

1958 – Compra da Casa de Saúde Coração de Maria.

1959 – Iniciou o funcionamento, sem movimento foi fechado para reforma.

1960 – Inauguração do prédio reformado recebendo o nome de Hospital Dom João Becker.

1963 – Início da construção do prédio de 3 andares.

1969 – Concluída a construção do prédio.

1967 – Firmado convênio com o INPS.

1970 – Iniciaram os serviços de: Raios X, Eletrocardiograma e Laboratório de Análises Clínicas.

1972 – Implantação dos serviços de Pré-Natal, Plantão Obstétrico 24h e Plantão Clínico aos sábados e domingos.

1976 – Ampliação do credenciamento do INAMPS para médicos pediatras com atendimento 24h.

1980 – Foi concluída a construção do ambulatório. Adquirido um terreno ao lado do hospital, onde foi construído um novo prédio administrativo, bloco cirúrgico, 3º e 4º andares.

1983 – Inaugurado prédio anexo com quatro pavimentos e capacidade para 100 leitos.

1985 – Inaugurada a Capela do Hospital

1986 – Inaugurada a cozinha, o lactário e outras dependências.

1989 – Implantação do serviço de Hemodiálise – SERVIRIM.

1992 – Implantação de serviço de Ecografia – Raio Som.

1993 – Início da construção do Laboratório novo, serviço de apoio e UTI.

1998 – Inauguração da nova recepção central e emergência.

2000 – Abertura da UTI, com 6 leitos, dotada de equipamentos de última geração e profissionais qualificados.

2002 – O HDJB recebe o título de Hospital Amigo da Criança, conferido pela SMS/UNICEF e inauguração da sala de recreação e pediatria.

2003 – Implantação dos serviços de Internação Domiciliar, Tomografia e Oftalmologia.

2004 – Realizaram-se as primeiras cirurgias de revascularização e cardiologia para implante de marcapasso. Início da construção do novo prédio de oito andares.

2005 – Inauguração do setor de Internação do 2º Andar e da capela Coração de Maria.

2006 – Inaugurado o prédio Núcleo Coração de Maria e implantação dos serviços de Ressonância Magnética e INCOR.

2008 – Reformas na sala de Raios X, hemodiálise, lavanderia, vestiários dos funcionários e implantação do serviço do CEOT e do Planejamento Estratégico com enfoque na metodologia da administração por resultados.

2009 – Reforma da emergência SUS e da unidade de Internação do 4º Andar.

Indicadores Anuais

| Recursos Humanos | 1999 | 2003 | 2006 | 2008 | 2009 |
|------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Funcionários | 326 | 419 | 621 | 749 | 795 |
| Médicos | 130 | 155 | 165 | 168 | 176 |
| Produção Assistencial | | | | | |
| Atendimentos Ambulatoriais | 53.422 | 94.780 | 163.701 | 263.440 | 240.265 |
| Internações | 7.433 | 8.590 | 10.103 | 11.663 | 12.519 |
| Diagnóstico e Tratamento | 99.159 | 195.430 | 286.403 | 538.434 | 519.245 |
| Instalações | | | | | |
| Leitos | 124 | 148 | 199 | 199 | 199 |

Hoje, o Hospital Dom João Becker caracteriza-se como sendo geral e de médio porte, contando com 787 colaboradores que fazem com que esta seja a maior instituição médico-hospitalar do Vale do Gravataí, sendo referência para moradores de várias cidades, como: Cachoeirinha, Santo Antônio da Patrulha, Taquara, São Francisco de Paula, Esteio, Sapucaia do Sul, Osório e cidades do Litoral Norte.

Recentemente, o HDJB concluiu a construção de um prédio anexo, que recebeu o nome de Núcleo Coração de Maria, resgatando sua denominação inicial. Com 8 andares, este Núcleo veio somar à estrutura do HDJB. É dotado de tecnologia avançada e oferece novos serviços à população. Seus profissionais continuam oferecendo um atendimento eficaz e humanizado. Em seus 13.000 m² de área construída, o HDJB possui: 199 Leitos de Internação, 10 Leitos de UTI, 30 Leitos de Emergência, 10 Consultórios, 8 Salas de Cirurgia, 2 Salas de Centro Obstétrico, 23 Pontos de Diálise, 21 Leitos para Recuperação Cirúrgica e 50 Leitos para Internação Domiciliar.

Atualmente o hospital possui um corpo clínico formado por profissionais médicos nas áreas de Cardiologia, Cirurgia geral, Clínica médica, Cirurgia plástica, Cirurgia torácica, Gastroenterologia, Ginecologia, Mastologia, Nefrologia, Obstetrícia, Oftalmologia, Oncologia, Ortopedia, Pediatria, Pneumologia, Urologia, Vascular, Proctologia, Traumatologia e Neurologia.

Oferece Serviços de Diagnóstico e Terapia: Colonoscopia, Ecocardiografia com Doppler a cores, Eletroencefalografia, Endoscopia, Eletrocardiograma, Holter, MAPA, Teste Ergométrico, Hemodinâmica, Ressonância Magnética, Hemodiálise,

Ultra-sonografia, Hemodinâmica, Diálise, Laboratório de Análises Clínicas, Raio X, Medicina Ocupacional, Eletrocardiograma e exame de espectrometria.

MISSÃO: Gerenciar a saúde de forma integrada com a sociedade, enfatizando emergência e cirurgia, com segurança, humanização, agilidade e resolutividade.

VISÃO: Ser uma empresa reconhecida pelo atendimento ágil e eficiente, respeitada pela qualidade dos serviços e referência na sua área de atuação, através da qualificação do capital humano e aperfeiçoamento tecnológico constante, oferecendo soluções inovadoras.

VALORES: Respeito à pessoa; Competência técnica; Comprometimento; Integridade e Disciplina.

PRINCÍPIOS: *Inovação* - Estar aberta para responder de forma rápida e criativa às exigências e possibilidades da sociedade. A busca da inovação científica, tecnológica e cultural deverá nortear todas as ações da instituição; *Satisfação do Cliente* - Proporcionar atendimento ágil e resolutivo, focando na satisfação do cliente; *Qualificação Institucional* - Buscar o aprimoramento incessante da excelência e agilidade dos serviços; *Respeito e Valorização das Pessoas* - Desenvolver e capacitar os recursos humanos para atuar de forma multidisciplinar, norteados pelos valores da instituição.



Hospital Dom João Becker em 2010.

TRAJETÓRIA DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DO HOSPITAL DOM JOÃO BECKER

Julieta Antonia Scolari Sperandei

Religiosana e Farmacêutica-bioquímica. Gravataí/RS

Iniciamos servindo à comunidade de Gravataí, no laboratório, a partir de 01 de julho de 1970. Na época era pequeno e com aparelhagem restrita. Constava, além da vidraria e reagentes mínimos: um microscópio da marca Olympus; um fotômetro da marca Dadeco; uma centrífuga de seis tubos; uma balança analítica da marca Sartoris (importada da Áustria); um destilador; uma estufa de secagem; um banho-maria; uma estufa bacteriológica da marca Fabbe; uma geladeira da marca Admiral-Eldorado. Sua instalação ficava numa área de 60 m² no térreo.

Realizávamos, na época, em torno de 50 a 60 exames diários. Eram exames básicos para os clientes que vinham das clínicas externas e dos pacientes internados ou ambulatoriais. Credenciados para atendimento interno e externo, na época atendíamos apenas a demanda do município para pacientes SUS, IPE e particulares..

Em 1972, iniciamos o serviço de bacteriologia e em 1976 adquirimos uma autoclave modelo vertical da marca Fabbe. Até, então, a esterilização era realizada em outro local. Trabalhamos nesta área exígua desde a sua fundação até 1997. Os equipamentos posicionavam-se lado a lado, dificultando o trânsito dos colaboradores na área. Em setembro de 1997, passamos para um ambiente novo, de área ampla, medindo em torno de 400 m² no primeiro andar. Os nossos equipamentos ficaram insignificantes, dado o tamanho da amplidão da área. Hoje, o espaço físico está relativamente pequeno, devido às necessidades dos tempos atuais.

Aos poucos o laboratório foi crescendo, evoluindo, equipando-se com aparelhos mais atualizados e ampliando a gama de exames. Em 1997, adquirimos dois Spectrofotômetros das marcas Colleman 6/20 e Perkir Elmer 540, aumentando nossa gama de exames, como também na exatidão dos mesmos e um fotômetro de cha-

mas para realizar a análise de sódio e potássio; mais tarde importamos um dos Estados Unidos da marca IL. Em 1985, outro, com eletrodos da marca AVL, dispensando a chama e sendo automatizado facilitando a realização destas análises.

Em 1975, adquirimos um aparelho para Hematologia da marca Coulter D2 de três módulos: diluidor, contador de leucócitos e hemácias e hemoglobina, dando-nos apenas três parâmetros. Em 1980, importamos dos Estados Unidos um coulter MD II de único módulo com dezoito parâmetros, melhorando a Hematologia, que dispensou centrífuga – micro-hematócrito, diluidor e hemoglobinômetro.

Em 1970, o atendimento era realizado apenas em horário comercial. Pouco mais tarde estendemos o horário de atendimento até as 22 horas, e em 1997 passamos a atender 24 horas, diariamente.

Com a necessidade de descanso para os equipamentos, adquirimos outro aparelho para a Hematologia para o turno da noite da marca ADVIA 60 – ABX, e em 2006, alugamos um PENTRA 80 da marca ABX, dando-nos vinte e seis parâmetros. Hoje contamos com três aparelhos para Hematologia.

Do Dadeco, Coleman, Perkin-Elmer, passamos à automação em Bioquímica. Em 1997, adquirimos um Selectra II, realizando todos os exames de bioquímica, em automação. Com a necessidade de mais agilidade, conservando a qualidade, no novo milênio, comodamos um Selectra II e mais tarde, um BT 300 Plus. Atualmente trabalhamos com o Selectra II no turno da noite e o BT 300 Plus no turno do dia.

A Bacteriologia também foi crescendo, havendo necessidade de novas estufas bacteriológicas. Foram compradas duas estufas. Como sempre o laboratório é pressionado na agilidade dos resultados, pela necessidade dos clientes de serem medicados, principalmente a UTI. Desta feita, comodamos um equipamento automatizado para Hemocultura, exame, este, de suma importância no ataque às infecções generalizadas, reduzindo de sete para cinco dias o resultado do exame de cultura de sangue. Iniciamos em 2006, testando a Interface em três aparelhos, resultando mais e mais a nossa confiabilidade nos resultados de Bioquímica, Hematologia e Imunologia.

Com o aumento significativo das solicitações dos exames de imunologia, em 2002 adquirimos o Elecsys 1010, e com a necessidade de realizar outros exames, não realizáveis com esse aparelho, alugamos em 2009 um Elecsys 2010, capacitando-se a realizar uma gama maior de exames imunológicos.

Hoje, com interface em oito equipamentos podemos realizar com confiança e qualidade um número maior de exames. Deste modo, os médicos podem acessar

os resultados nos terminais das unidades. O próximo passo será disponibilizar os resultados através da Internet, para maior comodidade e agilidade para o médico e o cliente. Em 2009, realizamos 433.687 exames, hoje a média diária é de 1300 exames.

No início, o laboratório contava apenas com uma profissional farmacêutica-bioquímica: Julieta Antonia Scolari Sperandei – CRF 00998, que é desde então, a responsável técnica do laboratório até o dia de hoje, completando este ano, 40 anos. Em 1975, contratamos o Sr. Luiz Alberto Cardoso Scherer, pois gradativamente foi crescendo a necessidade de novos profissionais. Atualmente contamos com doze farmacêutico-bioquímicos e biomédicos, além de técnicos de enfermagem para a realização das coletas dos clientes, de auxiliares de serviços de laboratório e toda uma equipe de apoio administrativa. Favorecemos também estágio curricular para os futuros profissionais nas áreas do farmacêutico-bioquímicos e biomédicos. Queremos continuar servindo o querido povo de Gravataí, com carinho, atenção, precisão e confiabilidade. Assim, Deus será louvado na saúde de nossos clientes.



Vista da fachada principal do Hospital Dom João Becker.

UMA TERRA PREDESTINADA AO BEM COMUM: LABORATÓRIO GEYER, ESTAÇÃO DE PESQUISAS VETERINÁRIAS CYANAMID BLEMCO E ULBRA

Maria Inês Guilloux Leal

Professora. Gravataí/RS

INTRODUÇÃO

Este projeto surgiu em 2004, quando acadêmica da Universidade Luterana do Brasil – Gravataí. A curiosidade em saber por que a casa no estacionamento dos professores era tão diferente da arquitetura dos outros prédios, nos fez pensar no que existiu ali antes da vinda da ULBRA, do que resultou em um a pesquisa de campo muito rica em História Oral.

O que existia aqui antes do Campus da Ulbra? Que importância teve para a cidade este lugar?

Não é difícil saber. Basta aguçarmos a nossa curiosidade natural e despertar o interesse para a área da pesquisa. Vai se demonstrar que tudo tem história. Como, quando, e onde, são perguntas que cabe a nós, historiadores, procurarmos respostas. Preservar a memória de diversos segmentos da nossa sociedade, através da reconstituição do passado, e fazer um paralelo evolutivo, é um modo de se analisar as transformações ocorridas e seus benefícios, ou não, para a sociedade.

Através de entrevistas com moradores da região, se chegou aos funcionários, veterinários e diretores dos laboratórios que ali funcionaram de 1934 até 1980. Foram localizadas várias fontes, como fotos, mapas, e documentos que comprovam o trabalho executado e os benefícios que proporcionaram para a comunidade.

Para iniciar faremos uma contextualização, para se focar o tema em apresentação.

BRASIL, NO TEMPO E ESPAÇO

Em 16 de julho de 1934, foi promulgada uma nova constituição com 187 artigos. Entre muitos itens foram respeitados o princípio federalista que mantinha

a nação como uma República Federativa; o uso de eleições diretas para a escolha dos membros dos poderes Executivo e Legislativo e a separação entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Na questão trabalhista, a Carta Magna e suas leis e códigos complementares proibia qualquer tipo de distinção salarial baseada em critérios de sexo, idade, nacionalidade ou estado civil; anunciava a criação do salário mínimo e a redução da carga horária de trabalho para 8 horas diárias; instituiu o repouso semanal e as férias remuneradas, a indenização do trabalhador demitido sem justa causa e proibia o uso da mão-de-obra de jovens menores de 14 anos. As novas leis permitiam a criação de fundações, institutos de pesquisa e a abertura de linhas de crédito que viabilizassem a modernização da economia por meio da expansão do parque industrial. Na agricultura, o governo tomou medida semelhante ao favorecer a variação dos itens da nossa pauta de exportações agrícolas. No campo educacional, o governo incentivou o desenvolvimento do ensino superior e médio, além de assegurar a criação de um ensino primário público, gratuito e obrigatório. Além disso, defendia o ensino religioso nas escolas e o uso de diferentes grades curriculares para meninos e meninas. Fazendo jus às propostas da Revolução de 30, a nova lei eleitoral permitiu a adoção do voto secreto e direto, para todos aqueles maiores de 21 anos, incluindo as mulheres. Somente os analfabetos, soldados, padres e mendigos não poderiam ter direito ao voto. Apesar de conceder direitos de natureza democrática, essa mesma constituição mostrava seu lado autoritário ao determinar que as novas leis eleitorais não valessem para escolha do novo presidente. Dessa forma, Getúlio Vargas foi indiretamente eleito por meio da escolha dos membros da Assembléia Constituinte – em sua maioria aliada ao presidente – que estabeleceram um mandato de mais quatro anos.

A Copa do Mundo de 1934 foi disputada na Itália. O Brasil não foi bem e terminou na 14ª colocação geral. O único gol foi marcado por Leônidas Silva. (esporte.hsw.uol.com.br > Esporte > Futebol).

GEYER EM GRAVATAÍ

Voltando a Gravataí, na década de 1930, assumiria o governo do município, o Dr. José Loureiro da Silva, configurando a nova fase desenvolvimentista. Dentre as suas principais realizações estão: a implantação do sistema de energia elétrica na cidade, o alargamento e calçamento das primeiras ruas, a construção da faixa ligando Gravataí a Porto Alegre, em 1934, e o projeto urbanístico atual do centro da cidade.

Já neste período, Gravataí era considerada cidade dormitório. Devido à falta de empresas, as pessoas tinham que se deslocar para Porto Alegre a fim de trabalhar e só vinham para casa para dormir. Existiam poucos bairros e uma única linha de ônibus. A estrada que levava a Porto Alegre era uma única pista de cimento. A maioria das pessoas se deslocava dentro do município de carroção e carretas de tração animal.

No local, onde hoje se encontra o campus da Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, localizava-se o Laboratório Geyer, bastante conhecido no Brasil, que desenvolvia pesquisas biológicas e o tão popular Soro Antiofídico, que era enviado para os exércitos brasileiros que estavam na guerra, bem como a insulina e vacinas contra difteria e a antitetânica.

Ali mesmo existia uma fabrica de vidros para confecção dos frascos e tubos de ensaio, onde trabalhavam famílias inteiras – pai, mãe e filhos, muitas vezes ainda crianças.

Segundo Carlos Alexandre Geyer, filho do fundador, a área estendia-se desde a RS 118 até a estrada do Corcunda e à do Itacolomy, indo até a RS 020. Nestas terras encontravam-se cinco lagoas, que serviam para saciar a sede dos animais da fazenda; hoje estão espalhados devidos ao loteamento das terras. Havia também um serpentário, poço onde eram criadas as serpentes, para extração de veneno, onde hoje fica o estacionamento, perto das figueiras. Também havia coelhos, o prato preferido das serpentes e dos cachorros da vizinhança, que quando soltos invadiam o terreno em busca dos coelhinhos, chegando a matar 19 de uma só vez.

E a Casa Amarela do estacionamento, que já não é mais amarela, mas que foi o pivô de nossa pesquisa, ela foi construída pelos Geyer para moradia de seu fundador e família. O vitral dos fundos, bem como a escadaria, continuam originais da época. E o galpão velho ao lado da casa era a garagem.

Da casa até a sede do Laboratório, havia um caminho de britas, ladeado por pedras de alicerce. O terreno era dividido em setores de modo que todas as saídas davam no mesmo lugar, ou seja, não tinha como fugir.

Quando passou para a Cyanamid Blemco, a casa ficou sendo a sede administrativa e a garagem era um depósito, onde se guardavam além dos instrumentos agrícolas, ração para os animais.

Em 1968, devido à crise financeira que passava o Brasil, a Geyer mudou-se para o Rio de Janeiro para facilitar o transporte de exportação de seus produtos, vendendo suas terras para outro laboratório, que continuou desenvolvendo pesquisas de vacinas e soro antiofídico.

CENTRO DE PESQUISAS VETERINÁRIAS CYANAMID BLEMCO

Foi inaugurado oficialmente em Gravataí em 27 de Agosto de 1970, pelo Dr. Mario Scalera, diretor de pesquisas da Cyanamid Internacional Norte Americana, tendo a frente das pesquisas, o Dr. Nei Amaral e o Dr. De Mello. Segundo o Dr. Mario Scalera, esta Estação de Pesquisas Veterinárias e Científicas tinha como objetivo criar seus próprios resultados experimentais, usando produtos químicos feitos nos Estados Unidos, e, se necessário, orientando modificações ou mudanças completas em suas formulações ou em suas estruturas químicas.

Para o Dr. Scalera, a escolha do Brasil para a nova sede da Cyanamid, deu-se não só pela variação do clima ou o grande numero de ovelhas e bovinos entre os países mais importantes do mundo, e uma grande variedade de parasitas e moléstias em seus animais, mas, principalmente, porque aqui a Cyanamid conta com o melhor pessoal veterinário de qualquer país fora dos Estados Unidos, com espírito de agressividade e fé no futuro, características do povo brasileiro.

Sob a direção do Dr. Ney Amaral, autoridade reconhecida internacionalmente no campo das enfermidades parasitárias dos ruminantes, o laboratório fabricava venenos contra carrapatos e moscas que atacavam o gado, uma das principais economias do Brasil, na época.

Trabalhavam com cabras e novilhos. Criavam gado e cavalos para pesquisa onde selecionavam os novilhos por amostras de sangue. O excedente era vendido para um matadouro que ficava em frente ao laboratório.

Construíram uma estrumeira onde eram criados os carrapatos que eram estudados para encontrar um carrapaticida capaz de derrotá-los e galpões onde eram depositados os animais e um viveiro de moscas varejeiras que consumiam um boi a cada 15 dias. As moscas eram tratadas com carne moída, de primeira.

Não se encontraram nos registros públicos, os documentos que validassem as afirmações aqui contidas. Porém, antigos funcionários da Cyanamid Blemco, forneceram cópia do discurso do Dr. Mario Scalera, fotos e mapas do local que comprovam estas declarações.

Também nos contaram os funcionários da Cyanamid, que uma tragédia ocorreu na casa. Uma funcionária do laboratório envolveu-se com um dos capatazes, que era casado e morava numa das casas da fazenda. Ao querer por um fim no romance, foi convidado pela amante a ir até a casa para tomar um café com bolo feito por ela, no final do dia. No dia seguinte, os funcionários encontraram ambos mortos, sentados a mesa com café e o bolo envenenado.

Verdade ou mentira ?

Este é um dos enigmas da História Oral. Até que ponto tudo que ouvimos é verdadeiro?

Na década de 1980, a Cyanamid Blemco fechou suas portas em Gravataí, vendendo seus animais para o antigo matadouro que ficava em frente. As serpentes foram soltas no terreno e a área vendida para a Construtora Bolognesi, ficando abandonada até meados dos anos 1990.

ULBRA

Como que parece destino, para dar prosseguimento a sua vocação para o desenvolvimento de projetos científicos, a área que sediou os antigos laboratórios, passou a abrigar, a partir de 1995, outra entidade comprometida com o desenvolvimento regional, a Universidade Luterana do Brasil, a primeira de Gravataí.

Tendo sua pedra fundamental lançada em 1994, a ULBRA iniciou suas atividades em 1º de Agosto de 1995, com 28 salas de aula e os cursos de Administração de Empresas, Ciências da Computação e Direito, sob a direção do professor Felício Korb.

Atualmente a ULBRA conta com 14 cursos superiores sob a direção de Orlando Mario Konrad.

FONTES DE PESQUISAS

O presente trabalho baseia-se na memória de antigos funcionários dos laboratórios Geyer e Cyanamid Blemco bem como de atuais funcionários da Ulbra Gravataí.

ENTREVISTADOS E OUTRAS FONTES

- Sr. Aquiles Lipert, antigo funcionário da Cyanamid Blemco.
- Os veterinários João Feburgo e Nei Amaral do Laboratório Cyanamid Blemco, além da documentação do Laboratório;
- Sr. José Carlos, antigo Secretário da Agricultura;
- Carlos Alexandre Geyer, filho do fundador do Laboratório Geyer, em Gravataí.
- Prof. Felício Korb e Maria Luiza da ULBRA.
- Fotos, discursos e mapas do acervo do Arquivo Histórico Municipal de Gravataí.

ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DA NATUREZA VALE DO GRAVATAÍ (APN-VG): 30 ANOS PREGANDO A SUSTENTABILIDADE

Claudio Wurlitzer

Jornalista e Ambientalista. Gravataí/RS

No final da década de 1970, surgiria em Gravataí um movimento da sociedade civil que ousava, para a época, manifestar seu descontentamento com a destruição de um banhado. Um banhado, que para os leigos pouco representava, mas para os ambientalistas era vital para a preservação das nascentes do Rio Gravataí, o Banhado Grande. Percebendo o crime ecológico e o que representaria o dano ambiental para o futuro da região, surgia a inspiração e motivos de sobra para dar base à criação da APN-VG (Associação de Preservação da Natureza Vale do Gravataí), uma entidade não-governamental, sem fins lucrativos, fundada no dia 14 de junho de 1979, durante assembléia no auditório do Colégio Dom Feliciano.

Os ambientalistas, ao completarem 30 anos de luta pela defesa do rio, não esquecem e não deixam de destacar que a inspiração para formar o movimento veio das palavras de José Lutzenberger, o principal defensor do meio ambiente no Rio Grande do Sul. Ele afirmava que os banhados são ecossistemas que deveriam ser intocáveis, e, que, sua descaracterização comprometeria não só a vida do rio como a da cidade e região que dependem dele.

Era um alerta e tanto!

Para chegar à fundação, os idealizadores do movimento não contavam com a força da mídia, nem com cartazes, e os telefones eram raros para mobilizar os defensores da idéia. Telefone celular e uso de *e-mails*, para se comunicar com o mundo, não existiam nem em sonho. Era no corpo-a-corpo, mandando recados, pegando um ônibus para ir a Cachoeirinha; dois para ir a Alvorada e Viamão. Desafios que outros movimentos mais recentes – e no final do século XX – não conheceram e as novas gerações nem conseguem imaginar o quanto era difícil fazer os contatos. Era um desafio atrás do outro, mas o pessoal ia. Afinal, era a forma

de sensibilizar as pessoas para uma luta digna e por uma causa justa. Percorridos estes 30 anos, essa causa continua merecendo atenção e esforço porque a defesa do rio requer ações ainda mais efetivas.

Falar sobre manifestação, ainda no período do regime militar, era colocar a cabeça a prêmio. Durante quase um ano, um grupo percorreu escolas, igrejas, sindicatos, associações de moradores e outras entidades com o objetivo de chamar a atenção para um ato que desencadearia numa verdadeira “rebelião” para a época. Sem os recursos modernos de multimídia, apresentando fotos em *slides*, cartazes feitos à mão, o movimento explicava que a destruição dos banhados para uso de áreas e da água para o plantio de arroz significaria o fim do rio. Também se fazia a advertência de que todos os esgotos – industriais e domésticos – deveriam ser tratados antes de despejados no rio.

O trabalho voluntário era árduo. E, certas vezes, pitoresco. Alguém consegue imaginar o que é estar no verão, à beira da praia, com uma máquina de escrever? Sim, uma máquina de datilografar, dessas que só se vê em museu. Era o recurso que se tinha para escrever cartas, ofícios e elaborar mensagens para serem reproduzidas no “xerox”, e para escrever artigos e notícias.

O autor deste relato recorda que era janeiro de 1980 e num fim de semana propício à praia, a opção por Tramandaí não poderia ser melhor. Mas alguém se atreve a imaginar o que havia de tarefa antes de um banho de mar ou um chopp na Avenida Emancipação? Honrando a profissão de jornalista, mesmo no início de carreira, cabia-me escrever um artigo para o antigo Correio do Povo, quando este tinha o formato *standart*, aquele de páginas enormes. Paulo Müller, já acumulando experiência de idas aos banhados contava detalhes do que era e como estava ficando a nascente do rio. O meu papel era escrever, dando a redação jornalística sem uma vírgula fora do lugar.

Dias depois, numa edição dominical, lá estava o fruto de nossos esforços à beira-mar: o Correio do Povo publicaria tal e qual o que denunciávamos. Coincidência ou não, pouco tempo depois o secretário de Agricultura do Estado fora exonerado. Acredita-se que ele, por ser proprietário de imensa área na região de Santo Antônio da Patrulha, seria um dos produtores de arroz a desrespeitar a natureza, a promover obras de drenagem em benefício de suas lavouras e em prejuízo do nosso rio. O Paulo e eu consideramos o episódio, na época, um grande troféu conquistado. Afinal, éramos do grupo que dera origem à entidade e dar a cara para bater não era pouca coisa nos tempos de repressão, de censura, ainda mais quando o assunto era defender o meio ambiente, algo que não preocupava quase ninguém, muito menos servia de pauta para a imprensa. Naquele verão, serviu!

Na época, o rio era responsável pelo abastecimento de 400 mil pessoas no Vale do Gravataí. Durante este relato, no início da segunda década do século XXI, este número ultrapassa um milhão de habitantes.

Como alternativa apresentada para conter a vazão do rio, a mobilização pedia a construção de uma barragem. A justificativa era uma só: com a destruição da “esponja natural”, provocada pelos canais de drenagem, a saída seria uma obra para segurar a água nos períodos de estiagem e evitar o desabastecimento da região. Nas palestras, a comparação era compreendida. Os banhados funcionam como uma esponja dessas utilizadas na cozinha. Encharcada, retém água e a libera aos poucos; quando muito usada, já se deteriorando, perde a capacidade de segurar a água. O mesmo acontece com um banhado. Em seu estado natural, segura água em meio à vegetação e a libera lenta e gradativamente para o rio e córregos. No momento que é drenado e que as valas abrem caminho para conduzir essa água a lavouras, a condição natural deixa de armazenar o que foi acumulado pelas chuvas e vertentes. A água logo segue para o rio e num período de estiagem torna-se escassa. Aumentando a demanda e os usos indevidos, logicamente tende a faltar e a comprometer a qualidade de vida de quem dela depende.

Embora todos os esforços e denúncias da APN-VG, o manancial segue fragilizado e comprometendo a qualidade de vida e o desenvolvimento da região. Para recordar, a Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí, na Região Metropolitana de Porto Alegre, ocupa uma área aproximada de 2.020 km² e abrange, total ou parcialmente, os municípios de Alvorada, Viamão, Porto Alegre, Cachoeirinha, Canoas, Gravataí, Glorinha e Santo Antônio da Patrulha.

Nessa luta, aos poucos, a população foi compreendendo a importância dos banhados como elementos naturais para servirem de mecanismos reguladores da vazão do rio. Além disso, os banhados, em especial o Banhado Grande, têm uma importância fantástica relacionada com a flora e fauna, pois ali vivem inúmeras espécies que têm a região como seu habitat natural.

A PROCISSÃO!

Recordemos que, para organizar o manifesto que viria a se chamar de “Procição Ecológica”, os ambientalistas precisaram se utilizar de um artifício. A “Procição Ecológica” era uma forma de ganhar apoio da sociedade, que além de não ser familiarizada com atos ecológicos, correria o risco de ter enfrentamento com

as forças policiais, que naqueles tempos reprimiam passeatas por conta da compreensão de que isso seria um ato de desordem.

Assim chegou maio de 1980, quando mais de oito mil pessoas se concentraram no Parque dos Anjos e percorreram a avenida Antônio Gomes Corrêa até a beira do Rio Gravataí, na Sociedade Caça e Pesca. Caravanas organizadas nas cidades vizinhas superlotaram ônibus e ajudaram a dar a sustentação que o movimento precisava. Faixas e cartazes misturavam súplicas e reclamações; e os cânticos evangelizadores saudavam a natureza, pediam a proteção divina, sem deixar de denunciar o descaso do governo com o nosso rio. Ou seja: era uma passeata, um manifesto, com nome de procissão. Coisa muito rara para a época, a imprensa da capital deu espaço no noticiário no dia seguinte e algumas portas se abririam nos órgãos estaduais a partir de então.

Muitos episódios marcaram a história dos 30 anos da entidade. Junto com a mobilização pela defesa das nascentes do rio, a APN-VG passou a agir na fiscalização de outras agressões ao meio ambiente, denunciando crimes como o desrespeito à lei do parcelamento do solo, a proliferação de loteamentos irregulares que provocaram ações no Ministério Público e notícias nos veículos de comunicação. Na década de 1980, a maior luta era contra o poder público que não conteve a ocupação desordenada e ilegal de áreas verdes e de bacias de retardo. Resultado disso é uma série de loteamentos em locais impróprios e inadequados para a moradia.

No ano de 2010, a entidade é presidida pelo ambientalista Marcelo Domingues, de Cachoeirinha, o primeiro, fora de Gravataí, a dirigir a APN. Já a presidiram Paulo Roberto Müller, ícone na luta pela defesa do Rio Gravataí, Theodomiro Fernandes, Lia Mara Ciarelli e Tânia Dias Peixoto, apoiados por `soldados anônimos` nessas três décadas. Mesmo não querendo cometer injustiça, cabe citar, ainda, alguns nomes que sustentaram a bandeira da entidade no início da luta: Alceu Flores, Carlos Fialho, Irajá Ferreira, Walter Torres, Sandra Nara Costa, Marise Santos Müller, Edegar Alves, João Lessa, Ottomar Bürger, padre Sérgio, Zaire Nunes, Daniel Bordignon, José Mota, entre outros, que a minha memória deixa para trás, mas as fotos e os livros de ata não.

PARA ENTENDER A REGIÃO ONDE NASCE O GRAVATAÍ

A paisagem da bacia é caracterizada pela presença de encostas, coxilhas e uma planície lagunar onde estão localizados três importantes banhados: o Banhado do Chico Lomã, o Banhado Grande e o Banhado dos Pacheco. Basicamente, envolvem

os municípios de Santo Antônio da Patrulha, Glorinha, Viamão e Gravataí. São importantes ecossistemas naturais e, como dizia o maior ambientalista de todos os tempos, José Lutzenberger, “os banhados são ecossistemas que devem manter-se intocados, sob pena de comprometer a vida até mesmo de cidades distantes”. E a partir dessa colocação de Lutz, a APN-VG organizou em Gravataí um seminário exemplar para a década de 1980. As maiores autoridades ambientalistas na época discutiram num fim de semana a importância desses ecossistemas no Encontro de Estudos e Debates sobre os Banhados do Rio Grande do Sul. A voz unânime reforçava a luta iniciada em Gravataí e que ganhou adesão dos municípios vizinhos.

Com a mesma consciência de que os recursos hídricos da região deveriam receber um tratamento especial, a luta da APN-VG motivou a proposta para a criação do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí. E isso se efetivou em fevereiro de 1989. Nesse Comitê, a APN-VG tem voz e voto, e comemorou no início do mês de junho, daquele ano, a aprovação de parte do Estado da definição da elaboração de um Plano de Bacia para a região, algo que permitirá saber o quanto há de água disponível na bacia, como podem ser seus usos e o que deve ser pago por estes usuários. Neste aspecto, vale salientar que caberá à Câmara de Vereadores participar da discussão que vai elaborar o Plano de Bacia. Em junho de 2009, o Poder Legislativo comprometeu-se a atuar no sentido de que os estudos, de fato, contemplem os interesses da coletividade.

Afinal, além de armazenar água, os banhados servem quê? Um banhado é ponto de migração de aves que vêm de outras regiões do Brasil e até mesmo de outros continentes, em diferentes épocas do ano, em busca de repouso e alimento farto para seguirem em novas viagens. Uma infinidade de peixes e répteis busca seu derradeiro ninho e abrigo nos banhados que, com suas águas mornas e calmas, permitem a desova, o aninhamento e a procriação destes animais. Grandes mamíferos, já em fase de extinção, ainda contam com o Banhado como refúgio. O Rio Gravataí é a principal alavanca para o desenvolvimento de toda a região. Deste manancial hídrico é realizada a captação de água para o abastecimento público de quase um milhão de pessoas. A água que abastece as indústrias dos mais diversos ramos é retirada do Rio Gravataí. Assim como as lavouras de toda a região da bacia, a criação de gado, as atividades de lazer e recreação são abastecidas pelas águas deste manancial hídrico.

Cabe destacar que a preservação do Rio Gravataí não pode ser somente um sonho dos ecologistas, que a exemplo de Lutzenberger por vezes levam a fama de “eco-chato” ou mesmo “complicadores” no processo de desenvolvimento da

cidade. A preservação do rio é uma batalha que cada morador da região, cada industrial, cada agricultor, que cada cidadão deve empreender, tendo a consciência de sua importância.

Uma atitude concreta que está ao alcance de todos, e que ajuda para o rio continuar vivendo, é a de providenciar para que as residências tenham o esgoto ligado à rede do Programa Pró-Guaíba. O destino adequado dos esgotos para uma estação de tratamento é de vital importância, pois não há investimento com melhor resultado do que o feito em saneamento. É a nossa mais preciosa colaboração para a preservação do rio.

ATUAÇÃO

A APN-VG tem participação direta nos conselhos municipais de Meio Ambiente, do Plano Diretor, do Turismo, no Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí; no Conselho Regional de Desenvolvimento Delta do Jacuí; no Conselho de Meio Ambiente de Cachoeirinha; e no Fórum Permanente da Agenda 21 de Gravataí. Em todos esses espaços tem direito a voz e voto, manifestando-se sempre como uma organização identificada com a defesa do meio ambiente e do bem público.

É de reconhecimento público, também, que o movimento ambientalista motivou os órgãos públicos e governantes na criação de setores na Prefeitura de Gravataí voltados à defesa do meio ambiente. Assim surgiria a Coordenadoria Técnica de Meio Ambiente, na década de 1980; e a criação da Fundação Municipal de Meio Ambiente, em 1997, passando o órgão a ser o gerenciador da política ambiental no Município.

A luta segue no sentido de que os órgãos governamentais tenham em suas políticas públicas a preservação ambiental como essencial ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar social.

A história da luta ambiental na região, nestas três décadas, é alicerçada numa busca constante de conscientização pela defesa dos recursos naturais. Ao longo de sua história, a entidade vem promovendo atividades com o intuito de sensibilizar as instituições públicas e privadas, a população e os meios de comunicação para a responsabilidade de todos em proteger os ecossistemas. Com esta ótica, além de defender o Rio Gravataí, a APN-VG não deixa de apoiar ações e movimentos ambientais de outras bacias hidrográficas.

Além de manter a luta para que os órgãos governamentais tenham em suas políticas públicas a preservação ambiental como essencial ao desenvolvimento, a APN-

-VG, ao completar 30 anos de atuação no Vale do Gravataí, amplia suas ações de Educação Ambiental. Para tanto, pretende elaborar materiais (cartilhas, revista, folder e vídeos) e disponibilizá-los à comunidade escolar da região. A Educação Ambiental quer priorizar a conscientização sobre a importância dos arroios e demais recursos hídricos para a bacia hidrográfica, bem como seguir abordando aspectos da geração de resíduos (lixo) reciclagem, da arborização urbana e da poluição ambiental.

AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Educadores ambientais ligados à APN-VG promovem palestras e oficinas de sensibilização com o propósito de mostrar à comunidade a importância de despertar na coletividade uma mudança de comportamento frente à degradação ambiental. O uso racional da água, a defesa dos recursos hídricos, o combate ao desperdício, a necessidade do tratamento dos efluentes, o destino correto do lixo e outros assuntos fazem parte das ações educativas desenvolvidas principalmente nas escolas.

Contar a história da Fundação Municipal de Meio Ambiente sem contar a história do movimento ecologista em Gravataí é não ter consciência da importância que tiveram os fundadores da Associação de Preservação da Natureza Vale do Gravataí - APN-VG - para que se desenvolvesse na região do vale uma consciência pela preservação ambiental, pela sustentabilidade.

A APN-VG luta bravamente pela preservação do Rio Gravataí e pela consciência que cada cidadão deve ter de que não é um ser isolado no Planeta. Luta para que as administrações tenham em suas políticas públicas a preservação ambiental como ferramenta essencial ao desenvolvimento. A entidade propaga que o planejamento, o bom senso e a sensibilidade pelas questões da vida são capazes e essenciais para evitar catástrofes.

EFEITO APN-VG

Com a finalidade de cuidar dos aspectos ambientais, na década de 80, surgiu na Prefeitura de Gravataí a Coordenadoria Técnica de Meio Ambiente, um setor voltado a assessorar a Secretaria Municipal de Planejamento. Mais tarde, esta Coordenadoria se transformaria na Fundação Municipal de Meio Ambiente de Gravataí - FMMA, com uma estrutura mais ampla, abrindo um leque mais abrangente e

com uma perspectiva muito maior de ser o órgão gerenciador da política ambiental no Município.

A comunidade ambientalista destaca que a importância do órgão ambiental não se restringe só ao fato de sua criação, mas sim às implementações realmente efetivadas. Assim, o poder público municipal procedeu quando da criação do Código Municipal de Meio Ambiente e de estudos para atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano para o Município. Não menos importante é a criação da Lei de Arborização Urbana, o gerenciamento do aterro sanitário e dos licenciamentos ambientais em nível municipal.

ONDE CHEGAR?

Queremos, como resultado da luta de uma geração do movimento ambiental, que a cidade siga crescendo, que seja visível sua importância até mesmo no cenário nacional, desde que harmonize seus projetos de desenvolvimento com os princípios da preservação dos recursos naturais, bens coletivos e imprescindíveis à vida.

A história da APN-VG é, acima de tudo, algo que vislumbramos lá na década 70, uma luta ética por uma sociedade justa e sustentável, considerando os pontos de vista ambiental e econômico.





PARTE 2

LITERATURA E MEMÓRIA



CRONOLOGIA DA LITERATURA EM GRAVATAÍ

Denise Mônica Jorge

Acadêmica de História. Gravataí/RS

1944 – Maria Dinorah publica *Alvorecer. Poesia*. Não há como falar de cronologia da literatura em Gravataí sem remeter ao livro de poemas *Alvorecer*, de Maria Dinorah. Dona de uma leveza nos versos iniciou um processo que traz incentivo a cada gravataiense que deseja ver seus trabalhos literários publicados. Todo o acervo literário de Maria Dinorah está sob cuidados da PUCRS.

1976 – Laura Maria Lima (Laura Lima de Matos) publica – *A vida e sua realidade - Crônicas*

1979 – Laura Lima de Matos publica *Saudade de Um Sonho*, 64 p. Poesia. Poesias e pensamentos compõem a obra desta autora.

1980 – Célia Fagundes publica *Flor de Verão* – 80 p. Poesia.

1980 – Laura Lima de Matos publica *Poesias e Parábolas*, 46 p. Poesia. A autora busca inspiração em trechos da Sagrada Escritura para sua produção textual.

1984 – Borges Netto publica *Muralhas de Cristal*, 76 p. Poesia. Este primeiro trabalho é o resultado da participação na 1ª Mostra Cultural de Canoas onde atuou com folhetins e teve em seus versos a abertura do evento que atraiu mais de mil pessoas ao Capão do Corvo.

1985 – Laura Lima de Matos publica *Consagração*, 79 p. Poesia. Partindo de Gênesis a Apocalipse, a autora encontra as ferramentas para compor seus temas.

1987 – Célia Fagundes publica *Causos do Juvenal*, 80 p. Martins Livreiro. Livro de causos, estilo literário de raízes gauchescas, com 45 causos divididos em duas partes. O livro traz ilustrações de Tânia Rosa e capa de Tonetti.

1987 – A Prefeitura Municipal publica *História e Cultura* – Anais do I Simpósio Estadual sobre a Cultura Gravataiense, 190 p.

1987 – Jorge Rosa publica *História de Gravataí*, 209 p. História. Material de fundo histórico sobre a cidade.

1987 – Vera Susana de Freitas publica *Flores do Abismo* – poesias.

1988 – Euclides Jacir Busatto publica *Almas aos Corpos*, 100 p. Poesia. A apresentação é do Mestre em Teoria Literária Nicolau Chiavaro Neto, e cabe o registro de suas palavras “...revela as nuances de sua angústia diante da vida, seus mistérios e suas incoerências.” A capa é de Susana Freitas.

1989 – Agostinho Martha e Marco Antônio Bandeira Martha com a Monografia de *Gravataí Nossa Terra, Nossa Gente*, traz na Ficha Catalográfica o ano de 1989, porém não foi publicada, circulando entre os mais idosos em cópias xérox do material de 492 p. e que é usado como grande fonte de pesquisa. É sem dúvida o mais importante material reunido sobre a cidade.

1989 – Borges Netto publica *Jogos de Calçada*, 100 p. Poesia. Stévia. O cotidiano está sempre presente e traz detalhes que passam despercebidos pelos apressados cidadãos dos nossos dias, porém são capturados pela ótica do autor que faz destas situações o elo de ligação entre a utopia e a realidade.

1989 – Borges Netto publica *Foi Assim...*, 100 p. Contos. Stévia. O autor não se preocupa em reproduzir a vida como consequência do cotidiano, mas dá fatos isolados, ao acaso, em situações absurdas e com um toque de humor. Destaque para “Anjos do Quintal” e “Estranhos Fenômenos de L.”

1990 – A Prefeitura Municipal publica *Anais – Gravataí: do Êxodo à Composição Étnica*, 232 p. História - Gravataí. Assuntos tratados por ocasião do II Simpósio Estadual sobre a Cultura Gravataiense, em julho de 1988 e organizado pelo Departamento Cultural da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

1990 – Eloah Janssen publica *Poemas em Três Tempos*, 98 p. Caravela. Com apresentação de Luiz Antônio de Assis Brasil: “Tenho acompanhado o crescimento de Eloah no caminho da maturidade literária. Seu verso lentamente vai se consolidando no sentido de uma maior firmeza, uma contenção que sabe escolher as palavras com sabedoria de um lapidador, cortando os excessos, suprimindo as excrescências...”

1990 – A Prefeitura Municipal publica *Gravataí no Contexto Artístico e Literário do Rio Grande do Sul*, 134 p. Artes: Literatura, História. SMEC/PMG. Resultado do III Simpósio Estadual sobre a Cultura Gravataiense.

1990 – Borges Netto publica *O Lorde do Casarão*, 204 p. Stévia. Romance. Traz a história da vida de Marco que, ao aposentar-se, resolve conhecer a cidade grande e envolve-se na busca de um significado para os seus 51 anos vazios, porém acaba descobrindo que sempre é possível recomeçar.

1990 – Antônio Veiga da Silva publica *Conversando com a Tapera*, 112 p. Poesia. Um dos principais expoentes da cultura gauchesca apresenta seus versos no estilo da região.

1991 – Célia Fagundes, em capa e ilustrações assinadas por Valdemar Max, lança *Desfile no Zoológico*, literatura infantil em 21 p.

1991 – Borges Netto publica *Limites de Segurança*, 62 p. Stévia. Romance. A cômica aventura de um cidadão de meia idade que procura emprego longe de casa para livrar-se da mulher, e termina envolvido numa grande paixão.

1991 – *Antologia* com os vencedores do 1º Pixuru da Poesia Gaúcha em Gravataí, 55 p. Organizado e promovido pela Prefeitura Municipal de Gravataí no CTG Laço da Amizade.

1992 – Borges Netto publica *Erosão*, 59 p. Romance. Stévia. A artista plástica Lione, se refugia em seu sítio ao pé do Morro do Itacolomy, onde o mau trato com a terra provoca uma imensa erosão. Lá ela pinta telas ligadas a sua rotina na companhia da amiga e secretária Júlia. Com o aparecimento de uma terceira personagem, vê seu relacionamento envolvido numa imensa erosão.

1994 – Eloah Janssen publica *Cores de Aquarela*, 97 p. Alcance. Um verso limpo, desprendido de temáticas ou segmentos, jogando com as palavras de maneira clara e objetiva, é o que se diz desta obra. Donald Schuller e Arnaldo Campos tecem elogios sobre a publicação.

1994 – Pedro Eltz publica *Pequenas Coisas da Vida*, 55 p. Poesias. Stévia/Assoc. Literária. Nesta primeira publicação o autor traz seus poemas de adolescência, carregados de sentimentos, ideologias e amores. Como a vida é feita de pequenos momentos, reuniu seus poemas e contos que narram as coisas comuns de sua rotina, sempre vistas com olhar poético e/ou irônico.

1994 – Lídia de Lima Jaques publica *Início de uma realidade*, 118 p. Medeiros. Miscelâneas. Miscelâneas voltadas para a terceira idade.

1994 – Diversos autores publicam *Escritores de Gravataí em Prosa e Verso*. Stévia/Assoc. Literária. Compõem a obra: Ada Pessano, Borges Netto, Caroline da Silva, Edílio Soares Fonseca, Eloah Janssen, Euclides Jacir Busatto, Getúlio Xavier Osório, Jaqueline da Silva, João Luis Matias, João Henrique F. de Oliveira, Kristhian Wingert, Paulo Fink, Pedro Eltz, Zulair Maria de Souza, Antônio Veiga da Silva, João Batista de Oliveira Gomes, Isab-El Cristina e Renato Wagner. Stévia/Assoc. Literária. A Associação Literária de Gravataí, criada neste mesmo ano, foi idealizada por Pedro Elts e Paulo Fink e teve a orientação da professora Eloah Janssen. Seu primeiro presidente foi Borges Netto. Deste grupo poucos deram continuidade na vida literária. Uma das metas do Presidente foi a criação de um sarau mensal na cidade, buscando criar o hábito do programa que ainda se mantém em 2010.

1995 – Diversos autores publicam *Poesias dos Escritores Crioulos de Gravataí*, 67 p. Poesia. Stévia/Assoc. Literária. São dez autores que revivem o saudosismo do gaúcho em versos que nos remetem ao ideal farroupilha.

1995 – Pedro Eltz publica *Onde Estão os Anjos da Minha Aldeia?* 70 p. Romance. Stévia/Assoc. Literária. Romance polêmico que traz como personagem central um policial aposentado e desiludido com o modo de vida da cidade, e que retorna a Gravataí apenas para solucionar um mistério: quem foi o responsável por tanta corrupção.

1995 – Borges Netto publica *O Cantor*, 45 p. Romance. Stévia/Assoc. Literária. Trata-se de autêntica canção do final de noite que narra a trágica vida de homens enganados e desiludidos, que se perdem nas madrugadas de bares noturnos; acompanha a trajetória alegre do narrador.

1995 – Antônio Veiga da Silva publica *Sovéu de Embira*, 113 p. Poesia. Este autor tem sempre grande acolhida com seus trabalhos devido ao forte movimento tradicionalista na cidade.

1995 – Edílio Soares Fonseca publica *Tropilha Aldeiana*, 67 p. Stévia/Assoc. Literária, com poesias gauchescas livres. Apesar de a apresentação referir-se a poesias gauchescas, este livro de estréia traz apenas termos gauchescos, e não a métrica ou o estilo gauchesco consagrado.

1995 – Zulair Maria de Souza publica *Sonhos de Areia*, 51 p. Romance. Stévia/Assoc. Literária. Numa linguagem de fácil leitura, a autora narra o envolvimento das personagens com o mundo das drogas e aposta na possível recuperação, tendo a família como pilar social. Anteriormente a autora publicou *O Diário de Elisa*, 155 p. Romance, porém não foi encontrado o ano de sua publicação.

1996 – João Batista de Oliveira Gomes publica *Causos do tio João*, 48 p. Causos. Stévia/Assoc. Literária. Trata-se de uma sucessão de situações já conhecidas, porém adaptadas para a linguagem tradicionalista. Em 1986 já havia publicado *Ao Pé do Fogo*, 68 p., livro de poesias gauchescas. A capa teve ilustração de Darci Nardini.

1996 – Diversos autores publicam *Escritores de Gravataí em Prosa e Verso II*, ... p. Poesia. Stévia/Assoc. Literária. Os autores agora são: Pedro Eltz, Borges Netto, Ada Pessano, Edílio Soares Fonseca, Luci Munareto, Caroline da Silva, Emília, Zulair Maria de Souza, Renato Wagner, Gregory Betermann, Isab-El Cristina e Paulo Fink. A temática é o amor, a busca pelo ideal e os sentimentos sociais.

1996 – Neto Saldanha tem alguns de seus poemas reunidos na obra *Sou Gaúcho e Me Basta*, 46 p. Poesias. Stévia/Assoc. Literária. Importante expoente do

tradicionalismo, o autor deixa apenas esta publicação, ficando inédito um grande número de poemas.

1996 – A Fundarc realiza e publica o 1º Concurso Literário de Gravataí – *Contos e Poesias*, em 52 p. Miscelâneas. Fundarc. Esta edição contempla os alunos das escolas municipais, tendo envolvido escolas municipais, estaduais e particulares do município.

1996 – Isab-El Cristina publica *Utopia*, 26 p. Poesia. Stévia/Assoc. Literária. Neste livro de estréia, a autora registra todo o esplendor de seus versos, subjetivos e repletos de indagações sobre a sociedade, em relação ao tema mulher, vindo, depois, com outras publicações, transformar-se numa das mais importantes poetisas da cidade.

1996 – Maria Emília Resendes publica *Só*, 37 p. Poesia. Stévia/Assoc. Literária. Livro de grande inspiração intimista. Infelizmente a autora não teve outro título publicado.

1996 – Borges Netto publica *Passeio, a Crônica de Uma Vida*, 39 p. Crônicas. Stévia/Assoc. Literária. Sonhos e realidades se misturam sem compromisso com uma corrente literária. Autor e obra se confundem e cada dia é parte de um passeio. Narrados na primeira pessoa e verbos no presente acompanham a vida como um diário, transmitindo com fidelidade o caminho no emaranhado do próprio coração.

1996 – Edílio Soares Fonseca publica *Reminiscências*, 80 p. Poesias. Nesta segunda obra, o autor expõe seus pensamentos, suas saudades e o gosto pela rima.

1996 – Reginaldo Gomes tem seus poemas reunidos na obra *Eu Morava Numa Rua de Pedras*, 34 p. Poesia. Stévia/Assoc. Literária. Lançado após a morte do autor, o livro registra os poemas do polêmico artista plástico.

1996 – Helena Lopes lança *Lembrei do Meu Passado*, 46 p. Romance. Stévia/Assoc. Literária. Narrado com simplicidade na escrita, a autora desenvolve uma trama cativante até o final.

1996 – Zulair Maria de Souza publica *Destino Cigano*, 81 p. Romance. Stévia/Assoc. Literária. A autora tenta trazer ao público o modo de vida dos ciganos, que no passado, com suas barracas de lonas, habitavam os terrenos baldios da cidade.

1997 – Tony Pereira publica *Invernada de Rimas*, 97 p. Poesia. Ed. da Ur-camp. Trata-se de poemas de cunho gauchesco, autêntico em suas raízes campeiras.

1997 – Borges Netto publica *Um Deserto Logo Ali*, 60 p. Romance. Stévia/Assoc. Literária. A trajetória de Jacó é marcada profundamente pelos encontros,

ainda adolescente, entre os capinzais de Gravataí, com a advogada Nicéia. De educação rural, ele tem urgência de viver e perturba-se ao chegar à cidade grande, onde descobre os vícios e encontra um mundo novo, atrativo, repleto de coisas surpreendentes, trazendo na lembrança a paixão pelo amor adolescente, que o impede de completar-se como indivíduo.

1997 – Edílio Soares Fonseca publica *O Despertar do Poeta*, 48 p. Poesia. Stévia/Assoc. Literária. Novos poemas românticos com temática livre são apresentados nesta edição.

1997 – Isab-El Cristina publica *Prisão em Mim*, 48 p. Poesia. Stévia/Assoc. Literária. Esta segunda obra dá a certeza da grande poetisa. Os versos trazem a realidade e a dureza da vida sob a ótica de uma mulher apaixonada pela vida.

1997 – Dy Marly lança *O Caderno Mágico – Histórias Infantis*, em 12 p. Dedicado ao público infantil, traz como novidade detalhes que despertam o imaginário e a curiosidade das crianças.

1997 – Célia Silva Jachemet em conjunto com Ana Zenaide Gomes Ourique publica *Cavalladas – Uma Tradição de Raiz Milenar*, 105 p. História. Material de pesquisa para historiadores.

1997 – Diversos autores publicam *O Gravatá*, antologia 27 p. Stévia/Assoc. Literária. Traz poemas de Borges Netto, Marisa Gama de Lima, Zulair Maria de Souza, Isab-El Cristina, Néri Costa Júnior, Juno Tubbs, Rosane Brito, Edílio Soares Fonseca, Reginaldo Gomes, Teresinha Iori Klipstein Alves, que também assina a capa, Fernando Luis Puchalski, João Batista de Oliveira Gomes, Bernardino Fialho, Ponciano, Quintino da Rosa e Ada Pessano.

1997 – A Associação lança o *1º Concurso Paulo Fink e Neto Saldanha de Literatura*, e publica em obra de mesmo nome, 47 p. Stévia/Assoc. Literária. Na categoria Poesia Livre, os trabalhos selecionados são de Milton Sebastião de Souza, Isab-El Cristina e Zulair Maria de Souza. Em Contos, Pedro Mandagará Ribeiro, Neri Costa Júnior e Cícero Xavier da Rosa. Em crônicas, Milton Sebastião de Souza, Tatiane Fraga e Lisiane dos Santos da Luz. Na poesia gauchesca, Milton Sebastião de Souza e Quintino da Rosa, com dois trabalhos selecionados.

1997 – Zulair Maria de Souza publica *A Cor do Passado – Lembranças de Josefa*, 68 p. Novela. Stévia/Assoc. Literária. Nesta novela a autora resgata a vida da classe média baixa onde a harmonia familiar está no topo da escala de valores.

1998 – Paulo Roberto Porto Bruno, em companhia de José Luiz Ribeiro e Pedro Mandagará Ribeiro, publica *O Torno do Operário*, 66 p. Crônica. Stévia/Assoc. Literária. Crônicas extraídas de sua atuação como metalúrgico em fábricas da região.

1998 – Borges Netto publica *A Amante do Rincão da Madalena*, 78 p. Romance. Stévia/Assoc. Literária. O romance está ambientado no polêmico Rincão da Madalena, palco de discórdias entre moradores assentados a partir de uma invasão. Mas, o Rincão não é só discórdia. Na parte mais distante do centro, há uma área privilegiada, de belezas naturais, matas, olhos d'água, morros, e que a poeira e a sinuosidade da estrada de chão batido apresentam um clima perfeito para se desenrolar um romance com a cara de Gravataí.

1998 – Isab-El Cristina publica *Marcas*, 58 p. Poesia. Stévia/Assoc. Literária. Nesta edição a autora expõe suas marcas resultando num lirismo apaixonado, meigo e repleto de sabedoria, e utiliza temas românticos sem deixá-los cair na mesmice do cotidiano.

1998 – Edílio Soares Fonseca publica *Sonhos e Devaneios*, 55 p. Poesia. Stévia/Assoc. Literária. Um mergulho no romantismo latente do poeta com um grau admirável de percepção da cândida esperança do amor.

1998 – Zulair Maria de Souza publica *A Cor do Passado – Além do Arco Íris*, 104 p. Novela. Stévia/Assoc. Literária. Nesta obra, a autora traz lições de vida, onde as personagens conseguem constatar e definir seus objetivos, suas vontades e a importância de aprender a ser feliz.

1999 – *O Gravataí*, antologia, 32 p. Stévia/Assoc. Literária traz poemas de Mariza Gama de Lima, Juno Tubbs, Lucimary Caureo, Lorete Spolavori, Tamy Caureo, Borges Netto, Bernardino Fialho, Terezinha Lori, Edílio Soares Fonseca, Luiz Eduardo Teixeira, Isab-El Cristina, Zulair Maria de Souza, Néri Costa Júnior, João Batista de Oliveira Gomes e Roberto Santos. Nas páginas finais, poemas de três autores ligados à Casa do Poeta do Vale de Campo Bom, além dos vencedores do II Concurso Literário de Gravataí, com apoio da Fundarc, com poema das vencedoras Tamy Caureo e Joseti Terezinha Gomes de Souza.

1999 – *Causos, Contos e Crônicas* é o primeiro livro da Associação Literária sob o comando de Zulair Maria de Souza. Traz novos autores, além de Borges Netto, Isab-El Cristina, João Batista de Oliveira Gomes, Juno Tubbs, Lorete Spolavori, Maria Izabel Moreira, Mariza Gama de Lima, Milton de Souza, Pedro Mandagará Ribeiro, Renato Wagner, Suzana Christ e Zulair Maria de Souza. Nota-se que pela primeira vez aparece o nome de Maria Izabel Moreira, que mais tarde lançará livros individuais e chegará à presidência do Clube Literário. Também, neste livro, o último trabalho de Borges Netto junto a esta Associação, *O Jardim Chinês de Pu-uan*, que anos mais tarde, revisto pelo autor, dará nome a uma publicação de 106 p. pelo Clube Literário.

1999 – Filipe Nascimento publica *Corsário em Salmão*, 46 p. Poesia. Stévia/Assoc. Literária. Uma verdadeira navegação pelos mistérios da alma. O universo carregado de emoção, paixão, sofrimento, abandono e solidão.

1999 – Edílio Soares Fonseca publica *Velhas Lembranças*. Poesias em 54 p. Stévia/Assoc. Literária. O velho poeta resgata suas imagens mais antigas e versifica de forma esplendorosa.

1999 – Daiane Costa lança *Fragments*, 38 p. Poesia. Stévia/Assoc. Literária. A transparência é a marca registrada desta autora, repleta de sentimentos, amor e meiguice.

1999 – Cláudio Wurlitzer publica *De Repente, 20 Anos Depois*. 60 p. Stévia/Assoc. Literária. Com esta obra o jornalista, conhecido cronista social, resguarda para o futuro sua trajetória dos últimos 20 anos, com relatos e reflexões.

2000 – Tamy Caureo publica *Meu Eu*. 77 p. Poesia. Clube Literário. É a primeira edição que leva a marca do Clube Literário, fundado em 1999, fruto da dissidência da Associação Literária. Traz a inspiração da poetisa que escreve desde tenra idade, dona de um verso inigualável, de profundo sentir, capaz de comover os desatentos com a simplicidade da vida, e a narra com absoluta capacidade de comover.

2000 – Associação Literária publica *Poesia em Prosa e Verso*, 156 p. Poesia. Stévia/Assoc. Literária. Esta obra reúne diversos autores com o foco na poesia.

2000 – Isab-El Cristina publica *Sinal de Alerta*, 108 p. Miscelânea. Stévia/Assoc. Literária. A autora revela seus medos, suas dores e o doce prazer da entrega sem limites.

2000 – Círio de Melo publica *Vencendo as Barreiras da Separação* – 136 p. Miscelâneas. O autor intercala a história da própria vida, sua infância humilde, com poesias e pensamentos.

2000 – João Batista de Oliveira Gomes publica *Tropa de Versos*, em 103 p. Poesia. Stévia/Associação Literária. Versos de cunho tradicionalista.

2002 – Célia Silva Jachemet publica *Tempo de Festa: uma análise das festas do Divino Espírito Santo – Gravataí e Santo Antônio da Patrulha (1859-1933)*. 135 p. Editora Evangraf – (Dissertação de Mestrado). Excelente livro histórico e material indispensável de consulta sobre a cidade.

2000 – Edílio Soares Fonseca publica *Nuvens Peregrinas*. Poesias em 55 p. Clube Literário. Seus versos, sempre carregados de realismo com toques de romantismo, buscam um significado para a rotina. É, sem dúvida, seu melhor trabalho.

2001 – Borges Netto publica *Maricás Floridos*, 78 p. Poesia. Clube Literário. Escrito com fidelidade às coisas que o cercam, o autor e a obra se confundem. Um verdadeiro canto de amor e poesia a Gravataí. É, sem dúvida, seu melhor trabalho poético.

2001 – Edílio Soares Fonseca publica *Pedaços de Ilusões*, 80 p. Poesia. Clube Literário. Um poema em especial, Testamento, na última página, sintetiza toda a vida do poeta.

2001 – Maria Helena Linck de Oliveira publica *O Despertar dos Sonhos*, 73 p. Poesias. Clube Literário. A autora resgata todo o seu encanto com a cidade em poemas carregados de sonhos, na expectativa de um mundo melhor, onde as pessoas se compreendam e vivam felizes.

2001 – Lucy Longarai de Antoni publica *Meu Mundo Poético*, 42 p. Poesia. Clube Literário. Após a maturidade, a autora se rende à escrita e produz este livro onde procura registrar suas velhas imagens.

2001 – Maria Aparecida Silva da Silva, a Cidala, publica a 2ª edição de *Dicas para o Lar*. 56 p. Clube Literário. Trata-se de livro de receitas, chás, embelezamento, entre outras. Não se tem data da 1ª edição.

2001 – Simone Floriano publica *Aos Poetas*, 117 p. Poesia. Clube Literário. Poesias intimistas revelam o lado romântico da autora. Seus poemas trazem um traço impecável de sutileza na busca incansável do ser humano em ser feliz.

2001 – Getúlio Abreu Mosselin publica *Potreiro do Verso Xucro*, 83 p. Poesia. Clube Literário. As poesias, de cunho gauchesco, trazem a vida do interior, marcadas pela personalidade forte de seu autor ao versificar a própria atuação no campo.

2002 – Sebastião Medeiros publica *A Confissão*. 95 p. Romance. Clube Literário. A zona rural na década de 1970 é o palco onde se desenrola a história marcada por dificuldades financeiras da personagem. Os desencontros complementam a trama que se revelam ao final.

2002 – Lourenço Martins de Santana publica *Martins de Santana – O Registro de Família*, 150 p. Relatos. Clube Literário. O autor reúne relatos de sua rotina visando deixar o registro de seus momentos.

2002 – Carine Marcelino publica *Coração Poético*, 52 p. Poesia. Clube Literário. Os poemas são de uma meiguice extraordinária, e a autora consegue transferir para os versos seus sentimentos e a busca de seu espaço.

– Diversos Autores publicam a antologia *500 Anos do Brasil* no ano 2000, 330 p. Miscelâneas. Stévia/Assoc. Literária. Trata-se de uma publicação com diver-

sos autores, alguns já conhecidos, reunidos, e outros, somados a alunos de escolas públicas da região.

2002 – Fundarc e Prefeitura Municipal publicam *II Concurso Estudantil de Literatura*, 44 p. Miscelâneas. Diversos trabalhos de alunos na modalidade crônica, conto e poesia, selecionados por série escolar.

2003 – José Carlos Flores Ribeiro publica *A Bolha de Sabão*, 12 p. Clube Literário. Livro infantil ilustrado por Darci Francisco Nardini.

2003 – Darci Nardini publica *Razões Humanas*, 48 p. Poesia. Clube Literário. Com versos que beiram a própria vida, numa narrativa cristalina e com requintes de emoção, o autor expõe os alicerces de seu pensar.

2003 – Edílio Soares Fonseca publica *Momentos de Amor*, 51 p. Poesia. Clube Literário. Segundo o autor, este livro é o resultado de seu pensamento fugidio, com suas doces recordações.

2003 – João Somensi publica *A situação mundial é comparada a Sodoma e Gomorra e ao Dilúvio*, 160 p. Bíblia: Apocalipse. Assoc. Literária. O autor analisa situações atuais e faz comparações com o dia-a-dia conturbado dos tempos modernos.

2003 – Lourenço Martins de Santana publica *Há Tempo para Tudo*, 150 p. Antologia. Clube Literário. Neste livro, o autor reúne novos relatos de vida, do serviço militar à formação de sua família.

2003 – Olavo José de Freitas publica *Meu Pé de Banana Maçã*, 116 p. Fundarc. Livro de miscelâneas reunindo poemas, contos, causos, histórias, sempre com uma constante preocupação com o meio ambiente e com os recursos naturais.

2004 – Diovana Rodrigues publica *Autópsia*, 48 p. Poesia. Clube Literário. Com poesias de cunho intimista, romântico e social, a autora reúne todo o material produzido em sua adolescência, classificado por ela mesma como um desafo, um refúgio.

2004 – Maria Izabel Moreira publica *Meus Sonhos pela Vida*, 68 p. Miscelânea. Clube Literário. Neste primeiro trabalho publicado, a autora reúne suas crônicas e poemas mais antigos, uma verdadeira confissão de amor à cidade e a seus moradores.

2004 – Pedro Eltz publica *A Vida Política de Dorival de Oliveira* em 119 p. História. A publicação reúne pesquisa e textos de jornais de época sobre a atuação do ex-prefeito de Gravataí e ex-deputado estadual. Importante fonte de consulta sobre a vida de um dos mais importantes políticos da região metropolitana.

2004 – Borges Netto publica *O Jardim Chinês de Pu-Uan*, 106 p. Contos. Clube Literário. São treze contos selecionados, onde apenas um se passa no famoso jardim. Os demais compõem a trajetória da vida do menino criado no bairro Bom Sucesso, em Gravataí, e que na fase adulta adora passeios noturnos na região metropolitana. Quando a idade chega, refugia-se em Canoas, e passa a ser o observador que dará ao autor os subsídios para as narrativas.

2004 – Hilda Slivan Maciel publica *Palavras do Coração*, 86 p. Poesia. Clube Literário. A autora enaltece temas como harmonia, amizade, felicidade, alegria, paz e amor.

2004 – Marco Antônio Dutra publica *Uma janela chamada saudade*. 65 p. Poesia. Clube Literário. Os poemas gauchescos, com espaço para alguns poemas natalinos e outros de temática livre, traz os sentimentos desde herdeiro do amor pela cultura gauchesca, mantendo viva a centelha do tradicionalismo deste profundo conhecedor da métrica poética dos estilos da região.

2004 – Isab-El Cristina publica *Esquinas*, 60 p. Poesia. Clube Literário. Nesta obra a autora se mostra cada vez mais preocupada com as conquistas femininas no seu tempo, sem, entretanto, perder suas características de estilo e de pensar, sempre uma generosa explanação de sentimentos.

2004 – Lucy Ferraz da Silva publica *Recordações*, 24 p. Poesia. Clube Literário. Poemas inspirados na própria vida, um passado impossível de ser esquecido.

2005 – Jackson F. Reis publica a novela policial *Os traficantes da Rua Voluntários*, 44p. Um misterioso assassinato no Rio de Janeiro leva a investigação até Porto Alegre atrás de uma pista que leva a uma cilada fatal.

2005 – Reginaldo Iensen Vargas publica *Mananciais*, 32 p. Poesia. Clube Literário. Com uma linguagem simples, o autor consegue abordar de forma poética todo o universo rural com poemas que traduzem com fidelidade o universo agrícola.

2005 – Denize Domingos publica *Inspiração*, 36 p. Poesia. A artista plástica reúne suas habilidades nesta obra, onde poemas e artes plásticas se completam. Oito reproduções de suas telas compõem a obra que tem como tema, a mulher.

2005 – Margareth Paes Seidenfuss, publica *O Luzeiro de Areth*, 81 p. Poesia. Clube Literário. Com poemas de temática religiosa.

2006 – Célia Silva Jachemet publica *Açorianos, Alemães e Negros: assimilação e organização social numa comunidade mista: Glorinha, (1880-1960)*, em 71 p. História. Excelente material de pesquisa sobre a formação de Glorinha e Gravataí, que muitas vezes se confundem, mesmo após a emancipação.

2006 – Borges Netto publica *Solto no Ar*, 15 p. Poesia. Clube Literário. Um único poema, um monólogo poético especialmente escrito para representação de esquete teatral.

2006 – Eron Rafael dos Santos publica *Os Mistérios de Abigail Soles*, 120 p. Romance. Clube Literário. Sozinha após a morte dos pais, Abigail tem uma nova vida pela frente, repleta de vilões, intrigas, mentiras e segredos.

2006 – Sebastião Medeiros publica *O Refúgio*, 67 p. Poesia. Clube Literário. Neste livro o autor revela seu lado poético, buscando inspiração no trabalho, no lazer e na vida.

2007 – Borges Netto publica *Max – O Príncipe Guerreiro*, 84 p. Romance. Clube Literário. Vera Lúcia Barbosa de Souza pretendeu informar à sociedade, a dificuldade e a luta para dar qualidade de vida ao filho, portador de meningomielose, além de outras complicações. Foram 14 cirurgias até a publicação do livro. Desde o nascimento de Maximilian, registrou num diário sua dor e sua luta, para evitar perder qualquer detalhe que pudesse ser importante no momento que conseguisse alguém para contar sua história.

2007 – Isab-El Cristina publica *Lua, Nua, Tua*, 123 p. Poesia. Fundarc/Clube Literário. Todo o esplendor da autora numa publicação onde se revela por completo no sintetismo que lhe é tão peculiar.

2007 – Jackson Felipe Reis publica *Gem Anos*, 29 p. Prosa infanto-juvenil.

2007 – Edílio Soares Fonseca publica *Xucra Tropilha*, 55 p. Poesia. Clube Literário. São reunidos apenas os poemas com temática gauchesca livre.

2008 – Fernando Almeida publica *As Raízes da Tradição*, 63 p. Poemas. Clube Literário. Neste livro está reunido o pensamento poético deste autor que coloca em seus versos a simplicidade da lida campeira.

2008 – Maria Izabel Moreira publica *A Magia do Sonho*, 68 p. Poesia. Clube Literário. Agora em livro só de poemas, apresentando uma autora mais madura, mais criteriosa com sua produção literária, com versos identificados com sua cidade e seu meio.

2008 – Fernando Michel e Kéti Mendonça publicam *Afasta eu, afasta todo mundo...*, 97 p. Crônicas. Clube Literário. Dois profissionais de enfermagem resolvem publicar crônicas de sua rotina dentro de um hospital em divertida e trágicas situações.

2009 – Teresa Azambuya lança *Quarto sem janelas*, 86 p. Poesia. Fundarc. Em 28 poemas, a autora se liberta de seu quarto sem janelas, em belíssima produção poética.

2009 – Cláudio Wurlitzer lança *Semeando Ecologia, Colhendo Cidadania*, 104 p. Educação Ambiental. Clube Literário. Este autor já havia publicado um livro sobre seus trabalhos como jornalista. Agora o tema é ecologia, e ele o faz com grande conhecimento, quer por suas lutas a frente dos movimentos ecológicos locais, quer por seu compromisso como profissional da área jornalística.

2009 – Borges Netto publica *O Romance de Gravataí*, 181 p. Romance. Clube Literário. Dois amigos, um poeta e um artista plástico, percorrem a obra com suas dúvidas, suas afirmações e suas verdades, dilemas da aventura diante do amor. O leitor encontra a cidade como palco da narrativa.

2009 – Célia Fagundes publica *Fuxico de Palavras*, 74 p. Poesias. Clube Literário. Capaz de juntar o simples ao erudito, a autora brinca, joga com as palavras e constrói de forma magnífica o significado de seus versos.

2009 – Filipe Ribeiro da Costa publica *A Alegria da Poesia – Letras Mágicas*, 28 p. Poesias. O menino criado dentro do Clube Literário chega à sua primeira publicação, ainda com poemas da primeira fase.

2009 – Mariel Teresinha Lohmann publica *Pelos descaminhos da Educação – experiências e crenças de uma professora*, 64 p. Relatos. Clube Literário. A autora, professora da rede pública há 25 anos, relata suas experiências no magistério.

Paulo Fink – Provavelmente 1986 é a data da primeira publicação deste autor que não registrava o ano das publicações. Sete foram os seus romances (*Sim à vida, A Testemunha, O ramo da esperança, Amor: princípio e fim de tudo, Nem tudo são flores na vida de um craque, Sílvia: Inocente ou culpada*), 6 livros de poemas (*Arca poética, Cama, mesa e banho, Poesias para dias comemorativos, A poesia por companhia, A poesia por mania e a Poesia por rainha*) e 3 de não-ficção (*Tira-dúvidas da Língua Portuguesa* em 3 volumes). Reunir todos os livros deste autor é garimpar às cegas, pois suas publicações geralmente eram distribuídas gratuitamente, principalmente na fase em que era vice-prefeito, para estudantes que davam pouca importância à edição. Apenas um livro foi resgatado durante a pesquisa, o último de poemas, de onde se retirou estas informações.

Os livros que não estão disponíveis no mercado, não foram localizados ou não se encontrou registros durante a pesquisa, não foram incluídos.

ASSOCIAÇÃO LITERÁRIA DE GRAVATAÍ: A RAIZ DA LITERATURA NA ALDEIA DOS ANJOS

Isab-El Cristina Soares

Zulair Maria de Souza

Professoras e Poetas. Gravataí/RS

INTRODUÇÃO

Em se tratando de construir histórias dentro do município de Gravataí e nelas viver para poder recontar as etapas que identificaram um grupo de pessoas, nos remotos tempos de Gravataí e que se sustenta até os dias atuais é, sobretudo, gratificante mesmo quando se está falando de poetas, seres desacreditados em seus devaneios e sentimentos utópicos.

Trabalhar literatura é um desafio, sobretudo na atualidade, quando as pessoas se voltam mais para os bens materiais, para o egoísmo e só acreditam no lucro. Só mesmo pessoas capazes de traduzir e expor sentimentos, pessoas comumente chamadas de loucas pela ousadia de viverem e ousar expor seus sonhos, enfim, pessoas eternamente apaixonadas pelo intrínseco humano de seu semelhante é que dão valor ao fazer literário. São elas que retiram da “gaveta” aqueles papéis amarelados, muitas vezes, guardanapos de bares e rabiscos de emoções mais ínfimas.

Diante desse trabalho, a Associação Literária de Gravataí - A. L. G. resgatou e auxiliou na construção de outros pensamentos, agregando à rotina das pessoas a linguagem e a expressão do mundo subjetivo da literatura, e dessa agregação surgiram novos legados que contribuíram para a participação histórico-cultural de Gravataí.

Nomes como Borges Netto, Zulair Maria de Souza, Isab-El Cristina, Pedro Eltz, Edílio Soares Fonseca, João Batista de Oliveira Gomes, J. P. Fialho e Ada Pessano foram os mentores no surgimento da A. L. G.

HISTÓRICO

A Associação Literária de Gravataí depois de algum tempo exercendo suas atividades, no então Art'Encanto – mais tarde se fixando como a atual Fundação Municipal de Arte e Cultura – FUNDARC – Bar D'Eu, Casa de Doces Caramelo's e Restaurante Dona Bea, em 11 de junho de 1994 teve sua existência formalizada no Cartório de Ofícios de Registros Especiais do município.

Após a legalização da Associação Literária, primeira associação cultural organizada e registrada no município, as reuniões mensais passaram a se realizar na atual FUNDARC, nesta época, sob a direção do professor Sérgio Pires e na Câmara de Vereadores de Gravataí.

Mensalmente, nos encontros, eram realizados balanços de novas publicações, bem como pequenos recitais para “esquentar os motores” dos poetas que se sentiam muito à vontade com a caneta. Por conta da timidez não tinham familiarização com o microfone, com o palco e nem com o público.

A primeira diretoria da A. L. G. ficou assim constituída: Presidente: Borges Netto; Vice-Presidente: Pedro Eltz; 1º Secretária: Zulair Maria de Souza; 2º Secretária: Isab-El Cristina.

A diversidade de estilos dos integrantes da A. L. G. é o que difere nossos autores. Temos representantes em todos os âmbitos da literatura: poesia livre e tradicionalista; romances, novelas, contos, crônicas, relatos, além de textos transformados em esquetes teatrais interpretadas por artistas cênicos locais e poesias musicalizadas, gravadas por banda de outro município.

ATIVIDADES EM QUE A ASSOCIAÇÃO LITERÁRIA SE FEZ PRESENTE

Vozes da Primavera – a luta pelo Quiosque

O empenho do poder público em retomar a área onde se localizava o Bar do Jorginho, no Quiosque, Praça Leonel de Moura Brizola, teve o apoio dos artistas da Aldeia. Toda a classe artística se reuniu num evento patrocinado pela Prefeitura Municipal de Gravataí, através da Fundação Municipal de Arte e Cultura - FUNDARC, na época tendo como Diretor-Presidente o professor Pedro Eltz.

Cedo da manhã até à tardinha do dia 21 de setembro de 1996, os artistas acamparam na praça, fazendo, inclusive, um autêntico carreteiro de charque em

panela de ferro. O fogo de chão foi dirigido pelo poeta gauchesco J. P. Fialho (In Memoriam) auxiliado pelos demais gaudérios. A mostra teve exposição de artes plásticas, literatura e música.

Baile de Máscaras

Em junho de 1997, ainda no pseudo cineteatro, a Associação Literária organizou seu aniversário de três anos na forma de um Baile de Máscaras. Esse baile teve como mentor intelectual o escritor Juno Tubbs (In Memoriam) e contou com a participação de toda comunidade. O então prefeito, professor Daniel Bordignon prestigiou o evento com alegria. As pessoas dançaram sobre a brita, a iluminação precária de globos tornou o ambiente favorável ao evento, que foi muito alegre. Durante muito tempo, por toda cidade se ouvia sobre o sucesso do baile.

Resgate da história nas cinzas – a Fênix de Gravataí

Mas nem só de alegrias a Associação Literária tem lembranças; em setembro de 1997, o Museu Municipal Agostinho Martha foi consumido pelas chamas. O sinistro aconteceu durante um final de semana e muitos objetos ficaram destruídos.

O Museu Municipal já havia sido palco de vários recitais desde 1996, inclusive com a apresentação da Dança do Ventre com a artista plástica Denize Domingos. Os literatos têm o museu como “a nossa casa” e vendo o casarão quase em ruínas, mais uma vez largaram as canetas e muniram-se de coragem e determinação. Colocaram-se à disposição do diretor do Museu, professor Getúlio Xavier Osório, também integrante da A. L. G., e passaram à limpeza. Foi um final de semana atípico para os literatos limpando, resgatando as peças que haviam caído do andar superior, formando uma massa compacta de entulhos, cinzas e história. A partir dessa data, os recitais passaram a se realizar na sede do museu desativado.

Associação Literária de Gravataí em Garopaba

Por três anos consecutivos os sócios da A. L. G. fizeram-se presentes no evento “Encontro de Artes Bavária “ em Garopaba/SC: uma amostra de artes.

No evento, várias cidades se encontravam para uma disputa artística. Os gravataienses João Batista de Oliveira Gomes, Zulair Maria de Souza e Maria Izabel Moreira trouxeram troféus de 1º lugar nos anos de 1997, 1998 e 1999.

Os encontros foram promovidos pelo Hotel Bavária em parceria com prefeituras. A Fundação Municipal de Arte e Cultura encarregou-se do transporte para os artistas interessados e o hotel ofereceu descontos para os três dias de hospedagem.

Os literatos da área tradicionalista acampavam no terreno em torno do hotel; uma amostra dos costumes do povo gaúcho.

O evento reuniu artistas cênicos, músicos, literatos, plásticos e artesãos. Além dos recitais poéticos, apresentações musicais e cênicas, houve concurso de poesia e artes plásticas. As exposições dos artesãos e artistas plásticos dividiam espaço com a exposição das Oficinas de Artes da FUNDARC.

Para os integrantes da A. L. G. a participação em Garopaba foi uma dádiva ofertada pelo Hotel Bavária e FUNDARC, pois proporcionou levar até Santa Catarina a literatura da Aldeia.

Parceria nas Oficinas de Artes da FUNDARC

As Oficinas de Artes da FUNDARC, em convênio firmado com as associações artísticas da cidade, teve a A. L. G. como primeira parceira. A associação tinha como competência o controle do pagamento das taxas de inscrição, auxílio nas inscrições, bem como no acompanhamento dos cursos.

Festa de aniversário – Baile no Paladino

O quinto ano de existência da Associação Literária, sob o comando de Zulair Maria de Souza tendo como vice-presidente Isab-El Cristina, foi comemorado em grande estilo, com um baile no Paladino Tênis Clube, local onde hoje se localiza o Carrefour. O evento chamou a atenção da comunidade e da imprensa pela grandiosidade e pelo expressivo número de convidados.

Munidos de pás e picaretas no Cineteatro

O cineteatro municipal foi inaugurado em 26 de setembro de 1999, após longo período de abandono. A obra já havia iniciado há algum tempo, porém, por descaso da administração, tornara-se depósito de entulhos e lixo.

O prédio que se localiza na antiga garagem da prefeitura, ao lado da FUNDARC, consistia em paredes e teto. O chão era coberto de entulhos e restos da obra. A Associação Literária, carente de espaços para divulgar a literatura e disposta a lutar pela cultura na cidade, largou as canetas e “munidos de pás e picaretas” – como fala Isab-El na poesia “Nossa História”, agarrou-se ao sonho da construção do teatro. Os escritores limparam o local, tornaram-no habitável e lá, juntamente com os artistas cênicos, artistas plásticos e músicos, organizaram o evento “Sexo tirando as máscaras.”

Oficinas nas escolas – Poesia em sala de aula

Desde a sua criação até os dias de hoje, a A. L. G. oferece Oficinas Literárias às escolas. O encontro não se embasa nos moldes das oficinas tradicionais e sim um bate-papo descontraído, onde os sócios distribuem livros e recitam poesias dando oportunidade para que os alunos também mostrem seus trabalhos. Em grupo é realizada a criação de poesias culminando com a produção de poesias individuais. Essas poesias fazem parte de coletâneas editadas pela A. L. G. e Editora Stévia. O Correio de Gravataí foi parceiro publicando as criações dos alunos.

O Projeto “Poesia em Sala de Aula” conta com a presença das poetisas e professoras Zulair Maria de Souza e Isab-El Cristina, dos poetas João Batista, Maria Izabel, Edílio Fonseca (In Memoriam), entre outros, bem como de apresentação de violão e voz de Thiago Costa.

“Poesia em sala de aula” se faz presente em escolas municipais de Gravataí, Cachoeirinha e outros municípios da grande Porto Alegre.

Participação em Feiras de livros

Desde sua criação, a A. L. G. tem participado das Feiras de Livros em Gravataí, Porto Alegre, Canoas, Esteio e demais cidades da região metropolitana. Além das feiras municipais, muitas escolas convidam a A. L. G. para as feiras escolares, dando espaço, inclusive, para palestras dos nossos autores.

Em Gravataí, a Associação Literária tem participação muito ativa, pois além do estande, ainda teve várias indicações de patronos e homenageados.

Anos / Patronos

1997 – Borges Netto

1998 – Edílio Soares Fonseca (In Memoriam)

1999 – Zulair Maria de Souza

Homenageados

2000 – Isab-El Cristina

2001 – Lídia de Lima Jacques (In Memoriam)

2002 – João Batista de Oliveira Gomes

2003 – Olavo de Freitas (In Memoriam)

2004 – Círio de Melo

2005 – Isab-El Cristina

Livros e antologias

A Associação Literária de Gravataí – Editora Stévia tem um número significativo de obras publicadas, tantas que é difícil precisá-las. Cada obra é financiada pelo próprio autor tornando-se carente o registro ou documentação que formalize a publicação.

Além das obras dos autores gravataienses, a Stévia auxiliava na publicação de obras de autores de outros municípios e outros estados que ainda não contavam com uma associação de literatos, da mesma forma que publicava antologias com a participação de todos.

Falando em antologias, vários de nossos autores fazem parte de antologias de outros municípios. Citamos como exemplo, o “Dicionário de Mulheres” de Hilda Agnes Hübner Flores, onde consta o nome de Zulair Maria de Souza e Isab-El Cristina entre outros nomes consagrados da literatura nacional e a participação de Zulair na “Antologia Literária Internacional Del’Secchi – RJ.”

Casarão dos Fonseca – Casa dos Açores do Rio Grande do Sul

Mas, a iniciativa mais polêmica da associação dos literatos deve ter sido em prol do Casarão dos Fonseca. Um dia, a funcionária da FUNDARC, professora Hilda Jaqueline de Fraga, passando em frente ao casarão, notou que o mesmo estava sendo demolido. Então ligou para a FUNDARC e pediu para que a Isab-El, na época também funcionária da FUNDARC, comunicasse ao Diretor-Presidente professor Sérgio Pires para que a Fundação ficasse ciente do problema e intervisse juridicamente contra o processo de demolição. A poeta Isab-El chamou os colegas de canetas. A classe literata cercou o prédio em demolição impedindo a ação dos pedreiros, enquanto a FUNDARC agia legalmente para impedir que o processo continuasse.

Os escritores passaram uma noite de frio e chuva fina sentados no chão, tendo apenas fogueiras e chimarrão para aquecê-los. O fogo de chão do “Fialhinho” mais uma vez se fez presente. O carreteiro foi o alimento do corpo desses poetas guerreiros, já com a alma alimentada pela certeza de estar agindo em benefício da história da Aldeia.

Pela manhã, a ordem judicial de parar com a demolição foi uma bênção e um presente para os literatos que deixaram o local com a certeza do dever cumprido.

Poesia no Rádio – gravação do CD

A Rádio MetrÓpole, de propriedade do Derli, morador da Morada do Vale 2, foi palco de outro desafio para a A. L. G. Quando a sede se localizava em Gravataí, mais precisamente no Edifício Schmidt, em cima das Lojas Pompéia, os poetas foram entrevistados um a um. Os ouvintes interagem com seus autores preferidos.

A rádio, já com sede em Cachoeirinha, proporcionou aos poetas a oportunidade de mostrar suas poesias nas ondas do rádio. As apresentações eram ao vivo e muitos ouvintes ligavam para a emissora para conversar com nossos poetas ou pedir poesias.

O sucesso foi tanto que a emissora teve a feliz ideia de gravar um CD com as poesias na voz do próprio autor, com fundo musical.

O locutor da rádio, com sua voz forte e marcante, anunciava antes de cada poesia: “Poesia no Rádio”. Para os poetas era uma emoção inigualável e para os ouvintes, uma romântica inovação. Havia até namorados que ofertavam essa ou aquela poesia.

“Todos esses que aí estão/atravancando meu caminbo/eles passarão/eu passarinho.” Mario Quintana

A A. L. G. participou dos recitais na Casa de Cultura Mario Quintana, mensalmente, entre os anos de 1996 a 2000. Esses recitais contavam com a participação de poetas de vários municípios. Gravataí se fazia presente com o apoio da FUNDARC, sob a direção do Prof. Sérgio Pires, que, geralmente se encarregava do transporte para que todos participassem.

A poesia passeia por Gravataí

Desde o início do Concurso Poemas no Ônibus, promovido pela FUNDARC, em 2001, a Associação Literária se fez presente. Vários poetas foram premiados e tiveram suas poesias passeando pela Aldeia dos Anjos.

A Associação Literária confessa: “Gravataí, gosto de ti”

No ano de 2004, a Associação Literária foi convidada a participar da “Festa das Bromélias”, promovida pela Prefeitura Municipal. E, como não poderia deixar de ser, emocionou o público. A cada poesia, uma declaração de amor à cidade.

Espaços Municipais

Muitas inaugurações e reinaugurações de espaços municipais foram brindadas com poesias temáticas. Entre elas podemos citar: o Albergue Herbert de Souza, o ASEMA, o Museu Agostinho Martha, o cineteatro entre outros.

Poesias temáticas: os poetas fazendo o “tema de casa”

Quando a Prof^o Suzana Maieski coordenava o Departamento Literário da FUNDARC, a Associação Literária mensalmente passava pelo teste do “tema de casa.” A coordenadora do departamento lançava um tema e os poetas tinham um mês para desenvolver poesias sobre o assunto. Os recitais aconteciam, na maioria das vezes, na sede do museu. Outro espaço muito utilizado pela Associação Literária foi o cineteatro, sempre com a lotação máxima. Muitas escolas vinham com agendamento prévio e as senhas eram confeccionadas pelo Departamento Literário da FUNDARC.

Da raiz aos frutos

Essas são apenas algumas das ações da Associação Literária de Gravataí que tem, ainda, entre suas atividades, recitais no Teatro Renascença e na Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, onde também participou de várias Feiras.

Dos doces frutos dessa primeira associação, podemos citar a criação do Clube Literário de Gravataí, gerando mais tarde os frutos: Clube Literário da Morada do Vale, Clube Literário de Cachoeirinha, Clube Literário de Canoas, entre outros.

Atualmente a A. L. G. se dedica exclusivamente às oficinas e feiras de livros nas escolas, mas têm as demais como “crias poéticas” e prevê o nascimento de muitas outras. A literatura é um terreno amplo e muito fértil e não poderia ficar relegada a um único grupo. A diversidade de grupos, de mentes, de ações é o que torna a literatura de Gravataí uma das mais ricas da região metropolitana.

Dentro de cada um de nós existe um poeta. Deixe-o florescer, deixe-o ser mais um fruto da nossa raiz.

HINO DE GRAVATAÍ

Letra: Prof^a Célia Silva Jachemet

Música: Prof. Agostinho N. Ruschel

Estrilho

Salve o rio que nos dá vida

E o povo que vive aqui

Hoje e sempre cantaremos

Salve, salve, Gravataí

Já são mais de dois séculos de história

Com trabalho, progresso e cultura

Recebendo de braços abertos

O imigrante a quem te procura

Eis o Morro do Itacolomi

Do brasão, o marco natural

Donde se vê a cidade que cresce

Ao lado do polo industrial

De uma aldeia indígena surgiu

E foi berço do povo guarani

Tens na fonte a herança do índio

E dos filhos grande amor por ti.

FONTES DE PESQUISA

O presente trabalho baseia-se exclusivamente na memória da diretoria da Associação Literária, nas fotografias datadas, publicações dos livros, rascunhos e pequenos documentos guardados pelo grupo.

BAIRRO SÃO GERALDO E REGIÃO DO BARNABÉ: PROJETO PRÓ-MEMÓRIA

Ivete Conceição Pacheco Flach

Professora. Gravataí/RS

A JUVENTUDE

Na década de 1960, havia na Vila São Geraldo, hoje bairro, um grupo de jovens que atuava na Paróquia Nossa Senhora das Graças, que se denominava “Turma da Juventude.”

Foi um movimento bem organizado, com diretoria, departamentos como: esportivo, cultural, folclórico, além do grupo de teatro e música. Promoviam gincanas, competições, reuniões dançantes, excursões e havia até um jornalzinho. Vários casamentos aconteceram entre os integrantes do grupo.

O tempo passou e na década de 1990 resolveram promover alguns reencontros para lembrar suas histórias. A turma de jovens, já não tão jovens, mudou a denominação para: “Juventude dos Anos Sessenta.” Fizeram alguns reencontros no Salão Paroquial e continuaram se encontrando nas casas dos participantes.

A IDEIA DO PRÓ-MEMÓRIA

Nesses encontros surgiu a ideia de uma reunião com o objetivo de organizar o que se denominou Projeto Pró-Memória.

A primeira reunião aconteceu em 22 de novembro de 1994. Foram convidados o professor Getúlio Xavier Osório e Susana Maieski pela Fundarc, o Pe. Moacir Zanini, nosso pároco da época, alguns professores da Escola Estadual José Maurício, pessoas da comunidade e representantes da juventude dos anos sessenta.

Essa primeira reunião foi registrada pelo jornal “Folha do Vale”, por isso é considerada como a data de fundação do projeto.

OS CADERNINHOS

Nosso primeiro instrumento de pesquisa foram os cadernos que distribuímos para que as pessoas relatassem suas lembranças sobre o nosso lugar, mas poucas pessoas se encorajaram a escrever. Foi gratificante o retorno que algumas pessoas nos deram, como o relato da Sra. Izabel Moraes sobre a sua vinda para nossa região e seu trabalho com jovens dos anos da década de 1950. Mas, a nossa maior descoberta foi a Sra. Zilda Fonseca Pacheco que consideramos a memória viva da Comunidade.

AS VISITAS

Com a orientação dos historiadores da FUNDARC, passamos à outra etapa do Projeto: as visitas aos moradores mais antigos para entrevistá-los sobre suas memórias.

Foram momentos muito emocionantes, pois as pessoas relembavam suas histórias e vivências do passado. Sentiam-se participantes da própria história da comunidade.

A PARÓQUIA

Descobrimos que a Igreja é uma das instituições que melhor registra sua história em seus livros de escrita, como os livros de atas e o livro Tombo, entre outros. Pesquisamos então em algumas dessas fontes de pesquisa.

ANO 2000: PRIMEIRA MOSTRA

Para marcar o ano 2000, em novembro, durante a Festa da Padroeira Nossa Senhora das Graças, realizamos nossa 1ª Exposição ou Mostra do nosso trabalho. Apresentamos um pouco da história do Loteamento da Vila São Geraldo, a criação da Escola Estadual José Maurício, a construção da 1ª Capela e a fundação da Paróquia Nossa Senhora das Graças. Foram expostas fotos do cinema que aqui funcionou e apresentamos a história do Clube de Mães Fraternidade e da Pastoral da Mulher. Várias famílias colaboraram expondo antigas ferramentas de trabalho e utensílios domésticos. Fizemos também uma homenagem ao Dr. Jorge Crisóstomo da Costa, médico humanitário que passava os finais de semana em sua chácara atendendo aos necessitados e trazendo remédios da Santa Casa.

SEGUNDA MOSTRA

Na mesma época festiva da Paróquia, em 2001, realizamos a 2ª Mostra. Nossas pesquisas, até então, nos possibilitaram montar nosso primeiro material gráfico: um folder com a Linha de Tempo da nossa paróquia, material que foi distribuído a todos que participaram da festa e visitaram a Mostra, sendo muito bem aceita pela comunidade, pois é um relato cronológico resumido dos fatos da história do nosso lugar.

TERCEIRA MOSTRA

Na época da festa da Padroeira, nos dias 24 e 25 de novembro de 2002, realizamos a 3ª Mostra. Destacamos algumas pessoas que fizeram a nossa história, expondo fotos, objetos, documentos e depoimentos. Também fizemos uma homenagem especial aos primeiros professores do nosso bairro.

QUARTA MOSTRA

No ano de 2003, por sugestão do Pe. Heitor Morschel, nosso pároco da época, trabalhamos com um tema específico: homenagear os párocos que por aqui passaram desde a fundação da paróquia em 1957. Montamos uma galeria de fotos e suas biografias. Foram também lembrados e homenageados em mural alusivo, todos os presidentes dos Conselhos Paroquiais, em reconhecimento pelos serviços prestados em favor da Comunidade Paroquial.

QUINTA MOSTRA

No ano de 2004, quando o Projeto completou 10 anos em 22 de novembro, fizemos uma exposição contando a nossa trajetória. Foi uma maneira que encontramos para agradecer a todas as pessoas que caminharam conosco. A convite da FUNDARC, essa mostra comemorativa foi posteriormente exposta no Museu Municipal, o que muito nos honrou.

Todo esse trabalho talvez tenha sido como sementes para um futuro museu.

A partir de 2005, começamos a reunir material para as comemorações do cinquentenário da Paróquia Nossa Senhora das Graças e surgiu então a ideia de

publicarmos um livro contando essa história. Não foi fácil, mas com o apoio do pároco, do Conselho Paroquial, da historiadora Célia Jachemet e o incentivo da comunidade, enfrentamos essa tarefa e conseguimos registrar, para a posteridade, um pouco de uma bonita caminhada de um povo simples, mas lutador.

Então, em 2007, fazendo parte do ano de festividades, coordenadas pelo dinâmico Pároco, Pe. Heitor Morschel, houve uma solene sessão da Câmara de Vereadores, que se deslocou de sua sede, para homenagear a comunidade, fato registrado nos anais do Poder Legislativo. E durante as festividades em louvor à Nossa Senhora, em 27 de novembro foi lançado o Livro “Cinqüentenário de Memórias”, fruto das pesquisas do grupo.

Em 2008, acompanhamos a eleição da primeira mulher para o cargo de Prefeito Municipal na história de Gravataí, a Sra. Rita Sanco, apoiadora e colaboradora do nosso Projeto. É filha do casal Américo e Ivone Sanco, moradores e comerciantes por muitos anos no Bairro São Geraldo. A história da família Sanco faz parte da nossa história.

A partir de 2009, temos nos dedicado a reorganizar e arquivar materiais.



*Vista do caminho
da São Geraldo.*

POSSIBILIDADES DE PESQUISA NO ARQUIVO HISTÓRICO ANTONIO SOARES DA FONSECA – ACERVO DO MUSEU AGOSTINHO MARTHA

Getúlio Xavier Osório

Coordenador do Departamento de História da FUNDARC. Gravataí/RS

Joice da Luz Lopes

*Acadêmica de História ULBRA/Gravataí e estagiária
do Departamento de História da FUNDARC. Gravataí/RS*

Em meados do século XIX, Fustel de Coulanges, historiador francês, dizia que “não há história-conhecimento sem documentos.” Iniciar um artigo dessa forma pode parecer um tanto quanto tradicional, no tocante às transformações sofridas durante o século XX, tanto no conceito de documentos quanto na prática do historiador.

O objetivo dessa fala inicial está no sentido de estreitar os laços entre o trabalho documental e a produção do conhecimento histórico. Ou seja, a pesquisa histórica, a história-conhecimento, está intrinsecamente ligada à procura, ao exame, à interpretação dos vestígios do passado deixados pelos agentes históricos.

Nesse sentido, é fundamental o papel dos acervos documentais como alicerce do conhecimento histórico e da historiografia, principalmente, no que se refere aos recortes regionais e locais. A preservação desses registros também concentra a possibilidade da construção de uma memória social e de identidades culturais.

Atualmente, o direito à memória tem se pautado enquanto direito de cidadania, a partir do momento em que os movimentos sociais baseiam-se em sua história e memória para respaldar suas reivindicações. Além disso, existe uma dialética entre memória e esquecimento, de modo que, o fato de sermos bombardeados por informações nos faz esquecer rapidamente de algumas em favor de outras, a especulação imobiliária impede o apego a lugares, bem como a lógica do moderno leva a substituir ideias e valores.

O interesse contemporâneo acerca da preservação da memória está relacionado à ressignificação das representações sociais, tanto de movimento sociais quanto do próprio Estado.

Inserindo-se nessa perspectiva, o Arquivo Histórico Antonio Soares da Fonseca, iniciou o trabalho, no ano de 2009, de inventário do Acervo Agostinho Martha. Agostinho Martha, patrono do Museu Municipal, historiador autodidata, colecionava documentos e trabalhava em incansáveis pesquisas sobre a história de Gravataí.

Agostinho Martha nasceu em Glorinha, em 28 de agosto de 1914. Filho de Jovelino Martha e Maria Rita Maciel Martha. Foi balconista na adolescência, ingressando na Brigada Militar, em Santa Maria, aos 17 anos. Ainda em Santa Maria, casou-se com Maria Nery. Serviu ao Exército na campanha da Itália, na Segunda Guerra Mundial. De volta ao Brasil, foi ferroviário e, posteriormente, ingressou no SESI, onde trabalhou durante 30 anos, falecendo em 17 de abril de 1991.

O conjunto de documentos doados pela família de Agostinho Martha está quase intocado por historiadores. Leve-se em conta que, somente parte do material foi utilizado por Martha, para a produção de sua obra: “Nossa terra, nossa gente: monografia de Gravataí. Aldeia dos Anjos (1730-1950)”. Ela se divide em dois eixos principais: o acervo reunido por Martha e o acervo de documentos pessoais, reunidos pela família após a morte do historiador.

Quanto à organização, foi concluída a fase inicial de inventário da documentação. A partir do conhecimento de quais documentos o Arquivo possui, se passará a organizá-los por seções, e se fará as transcrições, com vistas a disponibilizar os documentos para a pesquisa.

O primeiro eixo do acervo reunido por Agostinho Martha se constitui, em termos gerais, de documentos do século XIX, entre eles, registros civis (inventários, procurações, escrituras, contratos); um processo criminal; registros oficiais (correspondências, alvarás, portarias), recortes de jornais, fotografias, cartas. Dos 305 documentos reunidos, 109, se referem direta ou indiretamente a Antonio Rodrigues da Fonseca. Trinta e seis por cento dos documentos abrem uma gama de possibilidades de pesquisa em torno de Antonio Rodrigues da Fonseca e sua relação com a comunidade sul-rio-grandense e gravataiense: desde sua relação política, com os documentos de nomeação; suas relações econômicas, com recibos e escrituras de propriedades, até suas relações pessoais, através de trocas de correspondências com a família que residia no interior do Estado.

Embora os documentos de uso privado tenham sido considerados objetos de pesquisa histórica, apenas nos últimos anos foram trazidos à tona para uma discussão em torno da potencialidade desses documentos enquanto fontes, pois são portadores de saberes e experiências, que permitem uma melhor compreensão

do passado e a recuperação do cotidiano. Nesse sentido, se procurou organizar o segundo eixo, o acervo de documentos pessoais de Agostinho Martha.

A maior parte dos documentos desse segundo eixo repousa sobre a pesquisa que resultou na obra já citada de Agostinho Martha. Essa afirmação é evidenciada em agenda, blocos de anotações, guardanapos, fotos. A sua preocupação com o vínculo entre história e patrimônio pode ser percebida através de recortes de revistas e jornais.

A proposta em relação ao acervo Agostinho Martha aponta para o fato de ser a maior coleção particular do Arquivo Histórico, e visa dar uma resposta ao gesto de família, de confiabilidade à instituição, tão logo foi reaberta. A intenção é destacar este gesto para que ele seja imitado por outras famílias, que eventualmente tenham coleções ou documentos que possam contribuir com o esclarecimento de fatos da memória local, e que venham confiar a guarda dos mesmos ao Arquivo Histórico do município. E a exemplo do acervo Agostinho Martha, outros terão o mesmo tratamento técnico adequado.

Em última análise, a importância da fonte primária reside em discutir o que já foi estabelecido ou reconstruir de outra forma trajetórias de grupos, cidades, pessoas, fatos. Essas fontes precisam ser descobertas e revisitadas. Eis a importância das instituições de memória como os arquivos históricos na constituição de uma memória plural.

REFERÊNCIAS

ORÍÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. IN: BITTENCOURT, Circe (Org). *O saber histórico em sala de aula*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SANTOS, Célia Maria T. Moura. *Repensando a ação cultural e educativa dos museus*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1990.

ARANTES, Antonio Augusto. A preservação de bens culturais como prática social. IN: *Revista de Museologia*. a. 1, n. 1. São Paulo: Instituto de Museologia de São Paulo/FESP, 1989.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. IN: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Ed. da UNESP; FAPESP, 1999.

ACERVO DOS JORNAIS DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL ANTONIO SOARES DA FONSECA¹

Getúlio Xavier Osório

Diretor do Museu Agostinho Martha. Gravataí/RS.

Gabriela Cruz de Oliveira dos Santos

Acadêmica de História/ULBRA. Gravataí/RS.

Rafael Linck Moehlecke

Acadêmicos de História/FAPA. Gravataí/RS.

O trabalho que envolve o presente artigo vem sendo desenvolvido a partir do processo de inventário do acervo do Arquivo Histórico Municipal Antonio Soares da Fonseca que começou a ser realizado no ano de 2009. Criado pela Lei Municipal 413, de 18 de Abril de 1989, e inaugurado em 22 de Abril de 1991, o Arquivo Histórico Municipal situa-se, atualmente, no prédio anexo ao Museu Municipal Agostinho Martha, no centro da cidade, tendo a função de recolher, acondicionar e preservar a documentação que venha a servir de fonte de pesquisas sobre nosso município.

Assim sendo, este trabalho tem como objetivo apresentar as possibilidades de pesquisa que o Arquivo Municipal gravataiense oferece, focando nossa análise na coleção de exemplares do periódico “O Gravataiense”, doados pelo Sr. Agostinho Martha e pelo Sr. Ruy Rosa, contemplando a coleção, exemplares dos anos de 1952, 1953, 1954, 1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965 e 1966.

O trabalho justifica-se pelo fato de apresentar-se como uma ferramenta de divulgação do acervo do Arquivo, colocando-o a serviço da comunidade na busca de melhor elucidarmos a história de nossa cidade, contribuindo – deste modo – para a construção consciente de nosso passado e possibilitando à cidade um importante zelo pela nossa história e memória, na ânsia de cons-

1 Artigo Apresentado ao *Projeto Raízes de Gravataí*, orientado pelo Professor Getúlio Xavier Osório, Coordenador do Departamento de História da Fundação de Arte e Cultura de Gravataí.

truir uma Gravataí cada vez mais engajada na preservação e reconstrução de nossas raízes.

Para melhor atender ao objetivo proposto para este trabalho, organizamos a análise a partir de alguns pontos que, para nós, se mostraram essenciais. Assim sendo, o presente artigo está dividido em duas etapas distintas. Inicialmente, procuramos mostrar uma breve síntese em relação à história do jornal *O Gravataiense*, desenvolvendo aspectos como o contexto em que o periódico surgiu e alguns personagens ativos nesta criação. No segundo momento, explicitamos então as possibilidades de pesquisa na coleção alocada no Arquivo Municipal gravataiense, destacando diversas perspectivas que permeiam a sociedade gravataiense nos períodos já mencionados, tanto no âmbito regional, quanto nacional. Para isso, separamos manchetes e matérias em diferentes aspectos como, por exemplo, educação, cultura, religiosidade, economia, desenvolvimento da cidade, política, esporte, entre outros.

Através destes recortes é possível perceber, identificar e analisar a sociedade gravataiense por diferentes ângulos, contribuindo, desta maneira, tanto para a pesquisa quanto para a construção de nossa identidade e preservação de nossa memória.

O GRAVATAIENSE

O periódico *O Gravataiense* surgiu oficialmente em Gravataí no começo da década de 1950, dividindo o espaço outrora ocupado apenas pela *Folha do Nordeste*, antigo jornal que circulava na cidade e que era gerenciado por Aldino Corrêa e Acylino Medeiros. Segundo Jorge Rosa,² *O Gravataiense* iniciou suas atividades em 10 de fevereiro de 1952, em uma iniciativa do próprio Acylino Francisco de Medeiros que, ao se afastar da *Folha do Nordeste*, funda então, juntamente com Osório Ramos Corrêa e Adib Teixeira Chedid, o periódico que por eles é denominado *O Gravataiense*.

A direção inicial era de Acylino Francisco de Medeiros, Osório Ramos Corrêa e Adib Teixeira Chedid, sendo redatores o Dr. João A.S. Pitrey, Cícero Geyer e Antônio Soares da Fonseca. Figuram como fundadores: Otavio M. Schemes, Salvador Canellas Sobrinho, José Linck, Ernesto Fonseca, João A. Barbosa Filho, Dr. Carlos Wilkens, Oswaldo Dehnart e Licínio Marques Gomes. Entre outros, passaram pelo jornal Nicolau Chiavaro Neto, Paulino Soares, Pe. Al-

2 Ver: ROSA, Jorge. *História de Gravataí*. Porto Alegre: Gaúcha, 1987.

ceu Canellas e Pedro Eltz. José Costa de Medeiros sucedeu ao pai Acyliano e o último diretor de *O Gravataiense* foi Sólton Caldas Morel.³

Circulando aos sábados, a primeira edição é datada de 08 de março de 1952 e o jornal segue publicando até junho de 1965, tendo uma breve interrupção entre julho e setembro, retornando a circular de outubro de 1965 a abril de 1967, quando encerra suas atividades.

POSSIBILIDADES DE PESQUISA HISTÓRICA A PARTIR DO PERIÓDICO *O GRAVATAIENSE* PERTENCENTE AO ACERVO DO ARQUIVO MUNICIPAL ANTONIO SOARES DA FONSECA

O inventário realizado a partir do periódico *O Gravataiense* constitui-se num registro de consulta pública, colocando à disposição do pesquisador, informações sobre vários aspectos concernentes ao município de Gravataí e, também, em âmbito nacional.

Por tratar-se de uma coleção com inúmeros exemplares, destacaremos algumas publicações a fim de demonstrar as possibilidades e o potencial que esta fonte documental tem a oferecer.

As primeiras edições do *Gravataiense* foram publicadas a partir de 1952, e apresentam manchetes que demonstram o processo de desenvolvimento pelo qual o município estava passando

Linha Telefônica de Longa Distância para Gravataí

O Sr. Prefeito Municipal de Gravataí, recebeu do Sr. Deputado Leonel Brizola, o seguinte telegrama: Tenho satisfação comunicar acaba ser aprovado processo de iniciativa Governo abrindo crédito trez milhões cruzeiros destinados aquisição fio cobre imediata extensão rede telefônica Gravataí – S. Antonio, Osório, Torres e praias balneares progresso colaboração Estado, Municípios, e Companhia Telefônica. No momento que essa justa e reclamada aspiração nossas praias se encaminham para realidade quero fazer justiça ao esforço e tenacidade com que Deputado Leonel Mantovanni colaborou solução problema. Queira receber minhas congratulações. Saudações - Leonel Brizola.⁴

³ ROSA, p. 154.

⁴ Matéria publicada pelo periódico *O Gravataiense*, Edição n. 38 de 22/11/1958, p. 4.

Se analisarmos no plano cultural, por exemplo, podem-se observar seguidas matérias no jornal acerca da temática. O Cine Metrópole, por diversas vezes, é citado nos exemplares de *O Gravataiense*. Inaugurado ainda em 15 de junho de 1946, tornou-se mais uma alternativa de lazer para os moradores, tendo suas sessões anunciadas em algumas edições do jornal, destacando as estréias de julho e agosto de 1952, como *Sansão e Dalila*, *Joana D'Arc* e *O Corcunda de Notre Dame*.⁵

Além do cinema, focando ainda no âmbito cultural, Gravataí possuía os clubes sociais como locais para a plena realização das atividades socioculturais, os bailes, os torneios de futebol, os concursos de beleza, etc. O *Gravataiense*, no decorrer de suas edições, publicou várias matérias acompanhando tais sociedades culturais, destacando em suas páginas a construção da sede do Paladino, em 1960, a fundação da Sociedade Recreativa Seis de Maio, acompanhando as festividades do Alvi-Rubro e as campanhas e festividades no Cerâmica Atlético Clube.

O material que consta no Arquivo Histórico Municipal Antonio Soares da Fonseca é de profundo valor se a intenção de pesquisa for, por exemplo, analisar a dinâmica destas relações sociais através dos clubes, das festas, das reuniões e do esporte que estas agremiações promoviam na cidade. Neste sentido, se focarmos o caso do futebol, é visível que o mesmo sempre teve um amplo espaço nas páginas do jornal, destacando seguidamente não só o clássico confronto entre Paladino e Alvi-Rubro, conhecido na cidade como o *Pala-Rubro*, mas também dando cobertura a times, como o do Clube Seis de Maio e do Cerâmica Atlético Clube.

Cerâmica completou seus 10 anos de existência. Fundado a 19 de abril de 1950, vem de completar dez anos de existência a 19 do corrente, o C. A. Cerâmica, simpática agremiação que congrega em suas fileiras, um pugilo de devotos desportistas gravataienses que muito tem feito pelo engrandecimento do associativo local.⁶

A partir da coleção *O Gravataiense*, podemos analisar também a evolução populacional de Gravataí, através dos dados demográficos publicados pela agência de Estatísticas local, nas páginas do jornal em 1952. Neste ano, o periódico publicou que a população total do município era de 28.287 habitantes, sendo que 24.322 habitantes residiam nas zonas rurais da cidade, enquanto que apenas 3.475 gravataienses viviam na área urbana,⁷ revelando um traço interessante de como a Gravataí dos anos 50 se dividia entre campo e cidade. Comparando es-

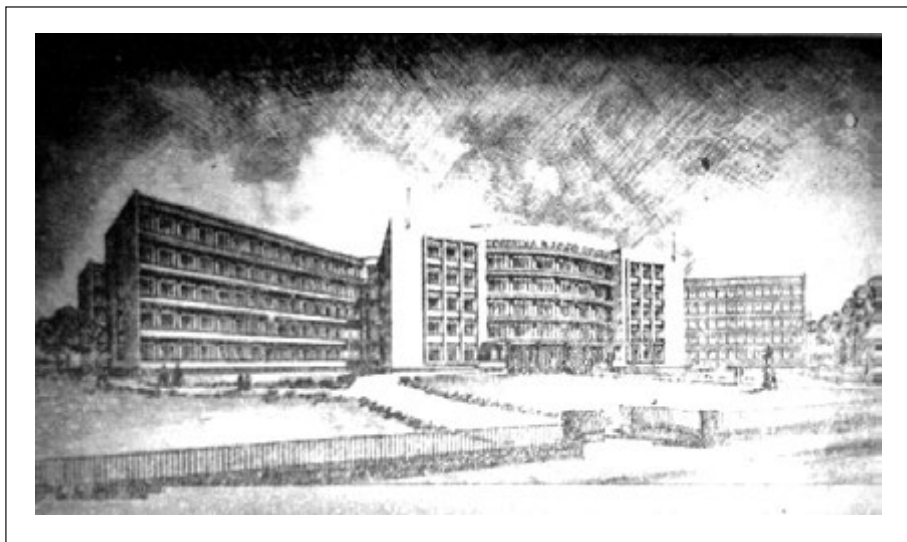
5 Matéria publicada pelo periódico *O Gravataiense*, Edição n. 18 de 05/07/1952, p. 6.

6 Matéria publicada pelo periódico *O Gravataiense*, Edição n. 6 de 23/04/1960, p. 2.

7 Matéria publicada pelo periódico *O Gravataiense*, Edição n. 5 de 05/04/1952, p. 1.

tes números com dados do IBGE, já em 1980, podemos perceber o considerável aumento populacional na cidade sendo que o número de habitantes chegava a 107.438, pulando em 2003 para 248.523 gravataienses, tendo este número já aumentado consideravelmente em 2010.

Outro aspecto interessante a ser considerado como possibilidade de pesquisa são as imagens apresentadas nas manchetes do periódico. Em geral, são fotos que foram perdidas em virtude dos diversos fatores de degradação ou não fazem parte do acervo fotográfico do Arquivo. Como exemplo, temos abaixo a imagem do que seria a estrutura do Hospital Dom João Becker, publicada em dezembro de 1958,⁸ mostrando a fachada do então projeto do hospital.



Relacionando as possibilidades de pesquisa do jornal *O Gravataiense* com o conturbado período correspondente aos anos de 1960 e o regime militar no Brasil, podemos vislumbrar em algumas edições o posicionamento ideológico conservador do jornal, visível quando aponta, em setembro de 1964, a UNE como entidade subversiva.⁹ Neste sentido, afirmando este posicionamento do jornal, o Sr. Rui Teixeira,¹⁰ um dos líderes do PTB em Gravataí e Cachoeirinha, afirma que o jornal

8 Matéria publicada pelo periódico *O Gravataiense*, Edição n. 40 de 25/12/1958, p. 1.

9 Matéria publicada pelo periódico *O Gravataiense*, Edição n. 24 de 19/09/1964, p. 1.

10 Ex-vereador e ex-vice-prefeito de Gravataí na primeira administração de Dorival de Oliveira e, posteriormente, prefeito municipal de Cachoeirinha em 1968. Concedeu entrevista a Rafael Linck Mochlecke em 18 de novembro de 2009.

fazia seguida oposição na década de 1960 ao emergente Partido Trabalhista na cidade, evidenciando a postura conservadora do periódico.

Abaixo segue uma breve seleção de manchetes inseridas na coleção *O Gravataiense* do acervo do Arquivo, podendo vir a interessar a estudantes, pesquisadores e comunidade, não só no estudo da imprensa da cidade, mas também em diversos aspectos da sociedade gravataiense registrados nas páginas do jornal.

- Inauguração do Hospital Dom João Becker. Edição n. 47 de 13 de fevereiro de 1960.
- Cachoeirinha em foco: movimento emancipacionista. Edição n. 10 de 20 de maio de 1961.
- Gravataí terá biblioteca pública. Edição n. 22 de 23 de julho de 1966.
- Gravataí é o maior fornecedor de leite à Capital do Estado. Edição n. 10 de 18 de Maio de 1963.
- Empossados os novos poderes Legislativo e Executivo no município de Gravataí. Edição n. 39 de 11 de janeiro de 1964.
- Pavimentação da Praça Borges de Medeiros. Edição n. 16 de 21 de junho de 1952.
- Novo loteamento vila Mato Alto. Edição n. 40 de 25 de janeiro de 1963.
- Rede elétrica para Santa Tecla. Edição n. 38 de 25 de dezembro de 1963.
- Marcado uma nova era... Iniciada a construção da fábrica Icotron. Edição n. 01 de 11 de Março de 1961.
- Dados históricos sobre a criação da Paróquia Nossa Senhora dos Anjos de Gravataí. Edição n. 40 de 25 de dezembro de 1958.
- Distrito de Cachoeirinha: sua Criação e instalação, sua vida econômica e social. Edição especial de Natal em 25 de dezembro de 1958;
- XII Exposição Estadual de Orquídeas. Edição n. 28 de 22 de Setembro de 1962.
- Repercute no senado brasileiro a campanha pela abertura das minas de carvão de Gravataí. Edição n. 14 de 07 de junho de 1952.
- Dados extraídos dos arquivos da Câmara Municipal de Gravataí, relativos à vida política do município de Gravataí desde sua autonomia. Edição n. 40 de 25 de dezembro de 1958.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como referenciamos no início deste artigo, o principal objetivo deste trabalho era, justamente, apresentar as possibilidades de pesquisa que o Arquivo Histórico Municipal Antônio Soares da Fonseca oferece, focando nossa análise na coleção de exemplares do periódico *O Gravataíense*.

Deste modo, a partir desta breve apresentação da coleção, é possível constatar o profundo valor que a coleção adquire acerca da história da cidade. Em suas páginas, o jornal guarda o recorte de uma Gravataí já distante no tempo, transformando a coleção em valiosa fonte histórica primária acerca da cidade nos anos de 1950 a 1960, revelando o cotidiano da sociedade gravataíense no início da segunda metade do século XX, em campos como: economia, política, relações socioculturais, etc.

O acervo, que, gradativamente, começa a ser reorganizado pela equipe do Arquivo Histórico Municipal, passa a representar um papel importante para a história do município, servindo com grande valia para estudantes, pesquisadores e para comunidade em geral, assumindo o seu importante papel como espaço de memória, pronto para servir à comunidade gravataíense interessada em se apropriar da própria história. Em um processo que se iniciou ainda em 2009, a reorganização do Arquivo Histórico segue em plena continuidade, na ânsia de oferecer à cidade um espaço onde os pesquisadores possam dialogar com as fontes acerca da história da cidade, buscando sua equipe, cada vez mais, aprimorar as condições técnicas que permitirão o pleno acesso ao material que o Arquivo Municipal dispõe em suas dependências.

REFERÊNCIAS

Periódico

Coleção “*O Gravataíense*”. Acervo do Arquivo Histórico Municipal Antônio Soares da Fonseca. Gravataí.

Entrevista

Entrevista de Rui Teixeira concedida em 18 de Novembro de 2009.

Livro

ROSA, Jorge. *História de Gravataí*. Porto Alegre: Gaúcha, 1987.

JORNAL O GRAVATAIENSE

Sílvio José Fonseca Ourique

Professor, Jornalista e Publicitário. Gravataí/RS

No ano de 1952, depois da tentativa com a Folha do Nordeste, cujo primeiro número circulou em 25 de julho de 1951, tendo como diretores Darci Gomes (Pepe), Darci Antero Alves e Ernesto Fonseca Filho (Quininho), como redator, o senhor Acylino Francisco de Medeiros fundou “O Gravataiense”, jornal independente, cuja data oficial foi 10 de fevereiro de 1952, embora o primeiro número só tenha circulado em março.

Acylino tinha assumido a gerência da Folha do Nordeste, juntamente com Aldino Corrêa, no ano anterior, o que, talvez, lhe deu experiência para desenvolver o próprio jornal, que tinha na direção também Osório Gomes Corrêa (Osorinho), que já havia dirigido o Correio Rural, entre 1930 e 1932, juntamente com Alcebíades Azeredo dos Santos. Também era diretor Adib Teixeira Chedid, sendo relatores João Alfredo Soares Pitrez, Cícero Geyer e Antônio Soares Fonseca.

Além de Acylino Francisco Medeiros, figuraram como fundadores do jornal “O Gravataienese”, os senhores Octávio Schames, Salvador Canellas Sobrinho, José Linck, Ernesto Fonseca, João Barbosa Fialho, João M. Espíndola, Antônio Costa Dutra, Artêmio Camargo, Carlos Wilkens, Osvaldo Dehnart e Licínio Marques Gomes.

O jornal circulou até junho de 1965, quando passou por uma breve interrupção de suas atividades, voltando a circular em nova fase, no mês de outubro do mesmo ano.

Em outubro de 1965, sob o comando de José Costa de Medeiros, filho do “seu” Acylino, o jornal “O Gravataiense” voltou a circular, em nova fase, com uma equipe de jovens proeminentes da cidade. Formavam a nova equipe do jornal: Nicolau Chiavartop Neto (mais tarde foi o primeiro Secretário Municipal de Educação de Gravataí), Paulo César Soares, Décio Wilkens, Pedro Eltz, Thales Taffas, Marco Aurélio Apolo, Marilene Batista, Edir Pedro de Oliveira (mais tarde seria

prefeito de Gravataí, deputado estadual e deputado federal), Sérgio Tadeu Braga, além de colaboradores como Ivo José Pacheco, correspondente de assuntos de Cachoeirinha e Francisco Valls Filho, correspondente do Barnabé. O jornal deixou de circular em abril de 1967, quando era diretor Sólon Caldas Morel.

Nessa nova fase, o jornal cobriu os acontecimentos sociais da comunidade como: os registros de nascimento de crianças das famílias tradicionais de Gravataí, as mensagens publicitárias de profissionais de diversas atividades, os bailes de debutantes e outros eventos sociais que movimentavam a cidade; o esporte municipal, com destaque para o campeonato municipal de futebol de salão do Paladino (a quadra era de asfalto). Os times mais famosos eram: o Vassoura e o Piaçava, Alvo-Rubro e Cerâmica. Também se divulgavam os campeonatos estaduais e os municipais, além das notícias policiais, tendo ficado famosa a matéria do repórter Marco Aurélio Apolo, sobre um acidente na Vila Branca, onde um automóvel atropelou dois cavalos na Avenida Flores da Cunha (atual Avenida Dorival Cândido Luz de Oliveira), numa madrugada de neblina e sem iluminação. O título da matéria foi “Cavalicídio na Vila Branca”.

O que era importante tinha registro nas páginas do jornal “O Gravataiense”, que era produzido por pessoas que tinham prazer em manter bem informados os senhores e senhoras da comunidade gravataiense.

O RETORNO

Em abril de 1998, os jornalistas Pedro Eltz e Sílvio José Fonseca Ourique, atendendo a apelos de inúmeros amigos e empresários e, após uma análise do mercado jornalístico da cidade naquele momento, resolveram lançar um jornal (e não mais um). Entendendo que se precisava um nome forte que valorizasse a potencialidade do município, ptaram pelo retorno do jornal “O Gravataiense”, um nome forte e que marcou a história da imprensa em nosso município, nas décadas de 1950 e 1960.

Inspirados no passado e tendo como referências dois grandes gravataienses (entre tantos que passaram nas páginas do jornal), Acylino Medeiros e José Costa de Medeiros, teve início uma jornada com o compromisso público de produzir um jornal à altura do potencial de Gravataí.

Acima de tudo, os jornalistas assumiram o compromisso de honrar o histórico nome do jorna “O Gravataiense”, em memória de todos os que por ele pas-

saram e em especial aos familiares de Acylino Medeiros, na pessoa da filha Luci, e aos familiares de José Costa de Medeiros, na pessoa de sua esposa Terezinha e dos filhos José Roberto, Antônio Carlos, Lúcia e Eduardo, que acreditaram no projeto e emprestaram o nome do jornal para o seu retorno.

Com a sua edição semanal lançada no dia 14 de abril de 1998, o novo jornal “O Gravataiense” marcou pela inovação ao lançar a primeira edição de um jornal no município com cores em suas capas e nas páginas centrais. O pioneirismo da utilização de cores marcou uma nova fase na imprensa escrita do município de Gravataí, inspirando outros veículos.

Em suas edições semanais, os acontecimentos políticos, sociais, policiais e esportivos do município tiveram destaque nos editoriais apresentando matérias especiais e polêmicas, gerando muitos debates e discussões na comunidade.

No mês de setembro do mesmo ano, depois de seis meses de atividades, teve finalizada a nova fase do jornal “O Gravataiense”, com o nome sendo devolvido, simbolicamente, à família Medeiros.



Sede do Museu Agostinbo Martha.

O ANTICOMUNISMO NO JORNAL *O GRAVATAIENSE*

Rafael da Silva Freitas
Jeferson Luis Feitosa Monteiro
Acadêmicos de História/FAPA. Porto Alegre/RS

INTRODUÇÃO

Foram pesquisadas edições do jornal *Gravatense* de 25 de julho de 1959 até 05 de novembro de 1960. Tiramos fotografias de páginas selecionadas e, por esta razão, muitas vezes resultando na impossibilidade de averiguar a paginação de determinados textos usados como nossa fonte. Utilizamos o acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, localizado em Porto Alegre, na rua dos Andradas. Este periódico fundado em 10 de fevereiro de 1952 é um importantíssimo referencial para pesquisar diversos temas referente à história de Gravataí, do Rio Grande do Sul e do Brasil, marcado por seu conservadorismo no período do regime militar brasileiro, sua defesa da classe política, com posicionamento ideológico-partidário bastante expressivo. Inclusive teve como um fundadores políticos, o ex-prefeito de Gravataí José Linck.

No discurso ideológico do *Gravatense* havia elogios à sociedade norte-americana, ao catolicismo, além de fazer defesa da classe política e comentários pejorativos ao povo em geral, principalmente nas vilas operárias. Mesmo que na seção “Cunversa nu ranchu” houvesse diversas ironias, bem como em algumas poucas charges, e na seção da Câmara de Vereadores houvesse críticas movidas pelos interesses pessoais dos representantes do povo, o destaque era dado para propagandas políticas do governo municipal ou para doutrinação dos leitores.

Para lidar com a imprensa em pesquisas é interessante ler a obra “Fontes históricas”, organizada por Carla Bassanezi Pinski. Diversos fatores nela apontados não foram contemplados nesta pesquisa, resultando em diversas limitações, além das referidas nas páginas comentadas anteriormente. Comparar estas infor-

mações dos jornais com livros somente será possível após publicações de outros livros de História de Gravataí. Outra limitação para este artigo é relativo à teoria historiográfica ausente, sem utilizar um autor específico como referencial teórico.

INSERÇÃO DO *GRAVATAIENSE* NA HISTÓRIA DA IMPRENSA PERIÓDICA E DA CIDADE DE GRAVATAÍ

Com a vinda da família real ao Brasil, no início do século XIX, foi publicado o primeiro jornal, patrocinado pelo Estado, e poucas décadas depois no Rio Grande do Sul. Diversos fatores originaram a imprensa periódica na Europa, entre eles: desenvolvimento do comércio interno, aparecimento das indústrias, renascimento, expansão da vida urbana, criação das universidades, formação de uma nova elite intelectual, em relação à elite anterior, católica. Estes fatores foram as condições favoráveis que aliadas às necessidades européias materiais e imateriais conduziram ao surgimento da citada imprensa periódica, como de enriquecimento do universo intelectual do homem letrado do fim da Idade Média querendo manter-se informado quanto aos acontecimentos diários, de organização administrativa das cidades e principados, de fomento da religiosidade dos seus leitores, e os copistas não davam conta da busca crescente dos livros nas cortes e universidades.

A imprensa foi concebida com entusiasmo pelos poderes políticos do século XV, e aos poucos a sua expansão sofreu um intenso e rigoroso controle, neste momento que a imprensa periódica surge no Brasil, através da tipografia portuguesa. Ainda que circulasse de forma pioneira, o periódico *Correio Braziliense*, dadas as suas características, era menos um jornal do que uma revista. A imprensa, no Brasil e no Rio Grande do Sul, na sua origem foi um recurso utilizado pelos políticos para dirigir ou influenciar a opinião nacional em defesa de seus partidos respectivos: a primeira tendência do jornalismo gaúcho foi político-partidária.

A manutenção dos periódicos era uma preocupação política, não financeira aos moldes capitalistas, como configura-se a segunda tendência que surge com o jornal *Correio do Povo*, organizado empresarialmente, a partir dos primeiros linótipos, no final do século XIX. A partir do século seguinte, o caráter político dos periódicos seria somente implícito, dissimulado na suposta objetividade e imparcialidade, na descrição dos fatos escolhidos para serem noticiados nas páginas internas ou nas capas. Não obstante estas tendências citadas, na imprensa interiorana, a base política foi substituída pelo modelo empresarial apenas na década

de 1970. A postura conservadora do jornal *O Gravataiense* era notório na década anterior, como bem é verificado no artigo “Jornal *O Gravataiense*: possibilidades de pesquisa a partir do acervo do Arquivo Histórico Municipal Antônio Soares da Fonseca” de Gabriela Cruz de O. dos Santos e Rafael Linck Mochlecke.

As edições do *O Gravataiense* pesquisadas acompanham as campanhas eleitorais presidenciais e municipais, em Gravataí, com a vitória do candidato José Linck, um dos fundadores do *O Gravataiense*. Ainda não encontramos críticas aos políticos citados nas páginas do jornal, enquanto vereador e prefeito, muito pelo contrário, verifica-se uma campanha de convencimento pró-prefeitura com a sua vitória.

A história de Gravataí está relacionada com o processo de surgimento da Região Metropolitana de Porto Alegre, quando a partir de 1920, Porto Alegre destacou-se com sua manufatura e indústria, surgindo uma nova legislação para organização de diversos loteamentos que resultaram em taxas elevadas de crescimento populacional em municípios periféricos. Foi em 1973 que foram institucionalizadas as Regiões Metropolitanas. As cidades, como Porto Alegre, Viamão e Gravataí, desenvolveram uma área metropolitana que originaria a Região Metropolitana de Porto Alegre, no final dos anos 1960 acompanhando o processo de urbanização e concentração industrial do Brasil. Gravataí, enquanto uma cidade-dormitório, tinha diversos buracos nas ruas, falta de água, ruas sem sinalizações, deficiências no transporte público, entre outros problemas publicados no *O Gravataiense*, na seção da Câmara de Vereadores, mas possuía um grande e comprovado potencial industrial. Por estas razões, era evidente o conflito político, violento, muitas vezes, pelo controle do poder sobre a cidade. Para este fim usavam o periódico local, como revela a matéria referida.

ÓRGÃO INDEPENDENTE, MAS, NEM TANTO

Enquanto na capital a tendência da imprensa periódica era empresarial, em regiões interioranas, como Gravataí ainda a doutrinação política era fundamental, referindo-se ao *Gravataiense*. Vejamos para ilustrar este pensamento o trecho do artigo denominado “Relações Comerciais”, assinado por João Nemo:

[...] O fundador do comunismo foi o alemão Karl Marx. Homem estudioso, mas que viveu às expensas dos outros. Para ele não custava achar um meio de apossar-se da propriedade alheia, sem correr o perigo de ser tido como

ladrão. Estudou economia na Inglaterra, quando se preocupou com a questão do Capital e do Trabalho. Sociologia, estudou-a na França, ocupando-se com o problema da propriedade particular. Conheceu filosofia na Alemanha, enamorando-se do “idealismo dialético” de Hegel. Este filósofo dizia que o pensamento humano se desenvolve pela contradição. Para entender isso, usemos de uma comparação: Dois homens estão discutindo. O Sr. Pedro quer ir a Porto Alegre. O Sr. Paulo, porém, teima em ir pelo lado contrário, para Santo Antônio. O resultado dessa oposição entre os dois, diz Hegel, é irem os dois para Viamão.

Marx resolveu aplicar essa teoria para resolver a questão entre o capital e o trabalho. O capital é o Sr. Pedro. O trabalho é o Sr. Paulo. Da luta entre os dois nasce, necessariamente, não a viagem a Viamão, mas ao comunismo. Acontece, porém, que no caminho de Marx até o comunismo, encontrou-se ele com a filosofia de Feuerbach que ensinou: “Não existe espírito, nem pensamento, nem intelecto, nem Deus. Só existe matéria e o homem é aquilo que ele come”.

Em 21 de novembro de 1959, na capa, *O Gravataiense* iniciou uma “Campanha da boa leitura”, reproduzindo um artigo da revista católica “O Ideal”, intitulada: “Posso ler tudo?” A matéria refere-se aos livros que devem ser lidos: “[...] os cheios de paz e nobreza, de encanto e luz e ascensões, cheios de fé na beleza da vida, cheios de fé em Deus e amor ao próximo”. E dá uma dica valiosa aos leitores a cada dia mais politizados pelo *O Gravataiense*: “Fujam portanto dos maus livros como da peste contagiosa e busquem na leitura sadia saciar sua sede de saber e de verdade.” Entre os livros maus, com certeza, estariam os comunistas, pois eles contrariam as boas maneiras adotadas a partir do catolicismo que impediria qualquer questionamento popular da situação que Gravataí vivia de uma cidade-dormitório, como as já citadas no início deste artigo.

Na capa da edição de 12 de setembro de 1959, o editorial refere-se contra a “Danificação de propaganda eleitoral”. Chama a atenção, principalmente para a vila de Cachoeirinha, uma cidade-dormitório de população operária, aonde “[...] pessoas menos escrupulosas danificam cartazes colocados em muros e postes, com muito sacrifício.” Outras críticas negativas são feitas quanto ao povo de Gravataí, até que a Frente Democrática do município foi vencedora das eleições. Aí o povo da cidade foi muito elogiado. Três dias depois do resultado das eleições *O Gravataiense* estampou na capa a seguinte matéria: “Gravataí a Caminho da Industrialização”, sugerindo ao final, com letras em caixa alta: “GRAVATAIENSE COLABORE PARA ESTE MOVIMENTO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO TEU MUNICÍPIO,

E ASSIM ESTARÁS CRIANDO MELHOR AMBIENTE PARA TEUS FILHOS, DEIXANDO DE PERTENCER ÀS CHAMADAS CIDADES DORMITÓRIOS, COMO SÃO: GRAVATAÍ, CACHOEIRINHA, VISTA ALEGRE E SÃO GERALDO.”

O *Gravataiense* não era plenamente conservador. Com menos destaque algumas charges e matérias criticavam os políticos da cidade, como a da capa da edição de 26 de setembro de 1959. Nela aparecem dois políticos com convites nas mãos, fazendo comentário com um pouco de ironia, no entanto sem criticar o contexto político. A matéria diz: “Consta que os políticos acima, estão aceitando, prazerosamente, convites para festas de igrejas, bailes, churrascos, carreiradas, casamentos, batizados e outras reuniões públicas, onde gratuitamente farão apresentação de suas substanciosas plataformas governamentais.” Depreende-se neste comentário, que além de sacrificar-se com a colocação de cartazes em muros ou postes, teriam que sacrificar-se em ir em vários eventos para adquirir futuros votos. Nas Câmaras de Vereadores, todas devidamente descritas no *Gravataiense*, políticos ansiando a manutenção de poder político na cidade, ora defendiam, ora reclamavam do governo, e também, muitas vezes criavam polêmicas sobre a seção mais crítica do *Gravataiense* e mais (realmente) independente denominada “Cunversa nu rancho” assinada pelo codinome “Chicu e Bentu”. Numa delas, dois cumpadres conversavam sobre a situação política, e uma das falas é esta: “Pudera não cumpadre, o povo tá satisfeito, barriga cheia, vida barata, sombra e água fresca, dá pra brincá.” Porém em nenhuma edição pesquisada para este artigo encontramos a “Cunversa nu rancho” na primeira página do *Gravataiense*, dando a entender que o destaque era dado para o conservadorismo editorial, quando não de uma clara doutrinação política anti-comunista!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, utilizamos edições do *Gravataiense* de 25 de julho de 1959 até 05 de novembro de 1960, procurando mostrar que existia no discurso editorial do *Gravataiense* um conservadorismo latente, defendendo as boas maneiras que em tudo contrariavam o comunismo de Marx, com defesa da classe política e comentários pejorativos ao povo em geral, principalmente nas vilas operárias. Mesmo que na seção “Cunversa nu rancho” houvesse diversas ironias, bem como em algumas poucas charges, e na seção da Câmara de Vereadores houvesse críticas movidas pelos interesses

pessoais dos representantes do povo, o destaque era dado para propagandas políticas do governo municipal ou para doutrinação dos leitores, configurando uma tendência político-partidária, em tempos que nas capitais do Brasil, como no Rio Grande do Sul, os outros periódicos eram organizados de modo empresarial. As melhorias para a cidade viriam apenas através do poder público, como o movimento pela industrialização de Gravataí que iniciaria somente com a vitória de José Linck no pleito municipal.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Abeillard. Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Subcomissão de publicações e concursos, 1986.

INDICADORES ECONÔMICOS FEE: análise conjuntural, v. 20, n. 2. Porto Alegre, 1992.

MELO, José Marques de. Sociologia da imprensa brasileira: a implantação. Petrópolis: Vozes, 1973.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. Tendências do jornalismo. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.

Fontes documentais

Coleção “O Gravataiense”, disponível no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Porto Alegre. Edições de 25 de julho de 1959 até 05 de novembro de 1960.

AS TRANSFORMAÇÕES DA CIDADE DE GRAVATAÍ ATRAVÉS DE FOTOGRAFIAS (SÉCULO XX)

Daniela Gorgem dos Reis

Mestranda em História/PUCRS. Porto Alegre/RS

Egiselda Brum Charão

Graduada em História/PUCRS. Porto Alegre/RS

INTRODUÇÃO

Atualmente, a maioria dos professores do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, principalmente das escolas municipais e estaduais, após completar o curso superior se distanciam do ambiente acadêmico. Esse foi um dos fatores que contribuiu para o desconhecimento de novas tendências do ensino e aprendizado dos docentes. Ao mesmo tempo, esse afastamento inviabilizou o aprimoramento de técnicas antigas, que estão sendo repensadas e podem ser aplicadas na rede escolar de ensino. São tendências pedagógicas que brindam o desenvolvimento, a melhoria e a capacitação de profissionais atuantes na área das ciências humanas, mais especificamente na História.

A globalização da sociedade, que interage cada vez mais rápido e em tempo “real”, por meio da tecnologia digital, abriu novos caminhos para a construção do conhecimento histórico, tanto dos professores como dos alunos. Hoje, estão disponíveis em ambientes virtuais, as pesquisas acadêmicas, documentos e imagens. Da mesma maneira, se processa o acesso às bibliotecas dos centros universitários do mundo inteiro. A disponibilidade destas ferramentas, apontando para novas probabilidades de estudos, viabiliza o desenvolvimento de metodologias para trabalhar com oralidade, literatura, cinema, caricaturas, histórias em quadrinhos, poesia, jornais, revistas e fotografias.¹ Tendo em vista toda a multiplicidade de

¹ LACAVA, Juan Andrés Bresciano. *Los utilitarios informáticos y la renovación del análisis hermenéutico: su incidencia en el desarrollo de la historiografía actual*. Prof. Dr. de la Universidad de la Republica del Uruguay. Conferência proferida dia 07/05/2010. PPG em História/PUCRS.

² MONTEIRO, Charles. Construindo a história da cidade através das imagens. In: *Narrativas, imagens e práticas sociais*. Porto Alegre: Asterisco: 2008, p. 148.

fontes históricas com as quais se pode trabalhar em sala de aula, o objetivo fundamental desta investigação consiste em refletir sobre as transformações ocorridas na cidade de Gravataí, utilizando como objeto de estudo, fotografias da cidade, produzidas no século XX, em momentos históricos diferentes.

O trabalho também objetiva demonstrar como a fotografia pode ser utilizada para o estudo da história local. Isto é claro, tendo em vista que as imagens constituem-se em vestígios, nos quais se pode encontrar, de forma explícita ou implícita, aspectos que contribuíram para a construção da memória e da identidade coletivas. Para a realização desta tarefa, primeiramente, foi feita a seleção de imagens fotográficas procedentes de fontes virtuais, estabelecendo, assim, um *corpus* investigativo relativo à cidade de Gravataí. Num segundo momento, foi feito um reexame bibliográfico em autores que trabalham temas semelhantes e pertinentes a esta investigação. Os estudos já elaborados por eles tornaram possível as argumentações e a elaboração final deste texto.

O presente artigo está organizado gradualmente da seguinte forma. Na primeira parte constam a justificativa e o objetivo do mesmo. Na segunda parte são elucidadas algumas questões relativas à história, à fotografia, e aos critérios quanto à utilização da fotografia para o entendimento de grupos sociais nos espaços urbanos. Na terceira parte, serão feitas reflexões sobre as fotos selecionadas demonstrando como a história da cidade de Gravataí pode ser pensada pelas imagens.² O texto encerra com as possibilidades de estudo e utilização da fotografia como suporte do ensino da História em sala de aula e algumas ponderações finais.

A FOTOGRAFIA COMO FONTE HISTÓRICA

As fotografias seduzem, são imagens retidas no tempo através do congelamento de um instante fotográfico. Remetem a uma história dinâmica e múltipla de um passado real fragmentado, até então desconhecido – são situações apreendidas que levam a diferentes interpretações de um mesmo acontecimento registrado.³

2 ³PERISSÉ, Ana Paula. Iconosfera Imagética. Que são imagens? Senão células das minhas vidas/ que se mixam/ infinitamente /num suco originalis/com o Outro? /(outras vidas em colisão)/ Expressões/ Impressões/ Conexões/ Visões/ Literatura/ Poéticas/digitais/ plasma em corrente sanguínea/ que se impregnam de infinitude/ cada vez que se encontram com o olhar do artista/ nosso olhar/ o olhar de todos/ na tela da alma do mundo. Publicado no Recanto das Letras em 14/09/2008. Recanto das letras.uol.com.br, capturado em abril de 2010.

3

O surgimento da fotografia marcou o advento de uma tecnologia inovadora em relação aos demais registros de informação, tradicionalmente encontrados em arquivos, museus e bibliotecas. Com o desenvolvimento e a popularização de suas técnicas, a fotografia, que de início consistia em documento sem maior importância entre a massa de registros textuais, passou a representar um percentual considerável dos acervos documentais.

A partir dos anos oitenta, a pesquisa histórica passou a privilegiar o uso de novos documentos e novas linguagens, entre as quais, está a utilização da fotografia. Consecutivamente o crescente uso de documentos fotográficos em diversas áreas do conhecimento, tem demonstrado que seu uso se realiza efetivamente em situações culturais específicas. Isso pressupõe que uma mesma imagem pode ser reutilizada. Dessa maneira, a fotografia assume outros papéis, ganha novos significados (relativos ao tempo e ao espaço) e produz efeitos diversos. Quanto à imagem como documento, devemos considerá-la em várias dimensões, usos e funções. Seu emprego como fonte de informação é apenas um entre tantos, podendo inclusive, ser pensada simultaneamente com outros documentos.

Encontram-se representadas através das fotografias, a cidade, seu espaço urbano e suas personalidades diversas. Estas representações tornam-se um enigma para o historiador, pois podem demonstrar-se persuasivas ou, ainda, passíveis de manipulações, criadas através de mecanismos culturais na formação de uma ideologia. Assim, entende-se que a imagem fotográfica é um precioso documento que preserva a memória histórica. Ela pode ser entendida como um objeto portador de instantes históricos congelados num dado momento da existência da cidade. É um registro que permitirá sempre diferentes montagens e interpretações. São as chamadas múltiplas realidades relatadas por Boris Kossoy.⁴

Segundo o mesmo autor, a reconstituição de um tema determinado do passado requer a sucessão de construções imaginárias. Neste sentido, o contexto particular que resultou na materialização da fotografia (foto), a história no momento daqueles personagens que vemos ali representados, o pensamento embutido em cada um dos fragmentos fotográficos, a vida, enfim, do modelo referente (ou a sua realidade interior, como enfatiza Kossoy) é invisível ao sistema óptico da câmara. A interpretação da foto exige o conhecimento da realidade própria do tema registrado na imagem, e também a forma como ela foi empregada. O historiador, en-

4 KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. Cotia: Ateliê, 2002.

quanto sujeito da interpretação, não escapa dos mecanismos internos que regem a recepção das imagens, pois ele é, também, um receptor.

Contextualizar cada imagem analisada em um determinado local e período histórico, faz-se necessário, pois os arranjos sociais e culturais particulares variam de um lugar para outro e podem mudar com o tempo. Vale lembrar que este estudo parte das fotografias para refletir sobre as transformações da cidade de Gravataí. Portanto, elas são pressupostos para interpretação do meio social. Por meio delas especulam-se os papéis dos indivíduos e das suas relações sociais.⁵ As fotografias são como janelas, que se abrem para instantes do passado, mostram um recorte, um instante de algo que já passou, entretanto não mostram o todo desse instante. O todo se buscará no contexto em que a foto foi tirada e em outras fontes históricas de apoio, como forma de problematizar, elucidar e entender determinados fatos sugeridos pela imagem.

Seguindo essa direção, o presente trabalho se apóia em diversos autores que se manifestaram a respeito da importância de se trabalhar historicamente com imagens. Jacques Le Goff, por exemplo, enfatiza que entre as manifestações importantes ou significativas da memória coletiva, encontra-se o aparecimento da fotografia, que “[...] revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica.”⁶ Na mesma linha de pensamento, Paulo Knauss afirma que a imagem pode ser caracterizada como expressão da diversidade social e da pluralidade humana, atingindo todas as classes sociais. Torna-se, portanto, um meio de conhecimento das várias dimensões da experiência coletiva. O autor destaca ainda, que “[...] a experiência visual não se realiza de modo isolado, sendo ela enriquecedora da memória da vida social.”⁷

Vale lembrar que a reflexão sistematizada, acerca dos métodos de utilização da História, foram determinantes, pois valorizaram os documentos visuais como integrantes de um processo mais amplo de interpretação da sociedade, qualificando-as como reprodutoras de representações culturais. Knauss, ainda afirma que “[...] a emergência do conceito de cultura visual e a projeção do campo dos estudos visuais representam o reconhecimento de novas possibili-

5 JUNIOR, Claudio de Sá Machado. *Imagens da sociedade porto-alegrense*. São Leopoldo: Oikos, 2010. p. 29.

6 LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

7 KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. In: *ArtCultura*, v. 8, n. 12. Uberlândia: UFU, jan.-jun. de 2006. p. 98-115.

dades de estudo da imagem e da arte.”⁸ Já Ana Heloisa Molina⁹ enfatiza que com a priorização do visual, cresceram estudos que vão dos mecanismos de funcionamento do olho e das máquinas de projeção, até a decomposição do espectro das cores e à criação de ilusões óticas. Também, já iniciaram investigações relacionadas à utilização das imagens como formas de persuasão e retórica de convencimento.

Chama-se a atenção, ainda, para a ambiguidade provocada pela leitura visual, contraposta à precisão verbal e ao mundo da escrita. Molina insiste que o reconhecimento do potencial informativo das fontes visuais, ampliado por diversas áreas das ciências humanas, possibilitou a tomada de consciência sobre a natureza discursiva da imagem. Os objetivos desse novo espaço de investigação incluíram, na produção, circulação e consumo das imagens, a interação entre o observador e o observado. A autora ainda atenta que, ao lidarmos com fontes de caráter visual, temos que considerar duas questões relevantes: a primeira diz respeito aos sentidos da imagem e a segunda, à imagem como documento.

Quanto à imagem como documento, devemos considerá-la em várias dimensões, usos e funções. Para Ulpiano Bezerra de Menezes,¹⁰ seria preferível considerar a fotografia como parte de nossa realidade social. Afirma que vivemos a imagem em nosso cotidiano, em várias dimensões e que o uso das mesmas como documentos, seria apenas um entre tantos. O estudo da imagem como objeto, deveria ser feito visando analisar a cultura, os regimes, as instituições e os ambientes visuais, estruturados pelos fatores socioculturais. A *visualidade* seria concebida como “[...] um conjunto de discursos e práticas que constituem distintas formas de experiência visual em circunstâncias históricas específicas.”¹¹

Ulpiano afirma que a maior parte dos estudos com/de imagens explora suas implicações ideológicas, tanto quanto tende a caracterizar o imaginário e as mentalidades. O autor diz ser imprescindível estudar séries iconográficas para chegar

8 Ibidem.

9 MOLINA, Ana Heloisa. Alegorias sobre o moderno: os quadros “Solidariedade humana” e “O progresso” de Eliseu Visconti (1866-1944). In: *Estudos Ibero-Americanos*, v. 31, n. 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

10 MENESES, Ulpiano Bezerra de. Fontes Visuais, cultura visual, história visual: Balanço provisório, propostas cautelares. In: *Revista Brasileira de História*. O ofício do historiador. v. 23, n. 45, jul. 2003, p. 11-36.

11 MENESES, Ulpiano, op. cit.

a um resultado sólido nos estudos acerca das imagens. Segundo ele: “As séries iconográficas não devem constituir objetos de investigação própria, mas caminhos para a investigação de aspectos relevantes na organização, no funcionamento e na transformação de uma sociedade.”¹² Ele afirma também que o alcance das conclusões na análise de documentos singularizados, não podem ser calibrados porque são documentos que servem de instrumentos para pesquisa, cujo objeto é sempre a sociedade.

CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE DAS IMAGENS

As fotografias selecionadas reproduzem momentos de um acontecimento. Nelas está contida a ideia de temporalidade. Eis o olhar do fotógrafo, os locais, os prédios, os monumentos e acontecimentos diferentes. Nelas as pessoas interagem como atores dentro de um cenário histórico específico, ou seja, a cidade de Gravataí, no século XX.

Visando ressaltar as novas tendências de pesquisa, as imagens inseridas no artigo foram capturadas em sites de relacionamentos e blogs disponíveis através da internet. Deve-se lembrar, entretanto, que este é um campo volátil, sujeito às modificações bruscas e constantes. Contudo cabe salientar que a partir da elaboração e impressão do texto, se tornará também uma fonte material.¹³ Pensando nisso, foram elaborados conjuntos imagéticos dispostos dentro de um espaço específico. O primeiro conjunto a ser analisado refere-se à Igreja da Matriz Nossa Senhora dos Anjos e seu entorno (figura 01). Antes de iniciar a descrição relacionada ao conjunto de imagens, se faz necessário discorrer de forma sintetizada, sobre a história da construção da igreja que ocorre paralela à emancipação e evolução da localidade.

As obras da igreja atual, cuja construção teve início em 1855, apenas iniciaram quando a população local juntou 15 contos de réis para levantá-la. Isso ocorreu após um ato de subscrição pelo qual o Sr. Manoel Fialho de Vargas Filho, doava uma quantia relevante para a instituição. Em 1859, quando a arquitetura em estilo barroco português da igreja estava quase concluída, uma comissão de engenheiros paralisou a obra, alegando a descoberta de defeitos. Dez anos depois, quando o Padre José de Vargas

12 Ibidem

13 LACAVA, Juan Andrés Bresciano, op. cit.

assumiu os trabalhos na Aldeia, angariou fundos com os paroquianos para que a obra pudesse ser concluída, o que ocorreu em 1888 com a instalação dos sinos, provenientes das Missões Jesuíticas e transportados até a igreja numa longa viagem de carreta. Já o prédio da antiga casa paroquial, ao lado da Igreja, foi erguido em 1917. Este prédio evidencia traços arquitetônicos de vários estilos: colonial português, neoclássico e alemão. Esta antiga construção já serviu também como capela. Nos fundos do terreno ainda são encontrados resquícios do antigo cemitério, o que torna o local um importante sítio histórico-arqueológico. Hoje abriga a creche municipal “Lar da Luluzinha”. Naquele tempo, as antigas festas do Divino Espírito Santo, de origem açoriana, eram realizadas na frente da igreja. Atualmente, a paróquia realiza esta e outras celebrações religiosas como Corpus Christi e a tradicional Festa de Nossa Senhora dos Anjos em seu interior.¹⁴

Conforme se observa na foto superior e à direita, o prédio religioso está no ângulo central, que segundo os pressupostos da arte denomina-se ponto de fuga. A imagem foi capturada de longe e transversalmente, o céu serviu como pano de fundo ocupando a metade superior da foto. Essa imagem suscitou uma pergunta que ficou sem resposta e diz respeito aos motivos que resultaram no registro fotográfico. Na metade inferior, à esquerda, um destaque para a praça e para a rua larga que ocupa mais de um terço da imagem. A foto da igreja, que está na parte superior do conjunto enfatiza a parte frontal e superior da mesma. Ela foi tirada de baixo para cima. Ela ilustra a obra Gravataí História e Cultura. Anais do I Simpósio Estadual sobre a História Gravataiense, publicada em 1987. Já a imagens que constam no canto inferior do conjunto, uma foi reproduzida do alto, provavelmente foto aérea. O ângulo da mesma favorece a amplitude espacial do entorno da igreja e ressalta a arborização da praça. Por outro lado, a outra imagem da igreja, foi capturada de um ângulo lateral, valorizando a rua, a fachada da igreja e o prédio anexo, provavelmente reformado há pouco tempo.

14 www.cmgravatai.rs.gov.br, capturado em março de 2010.

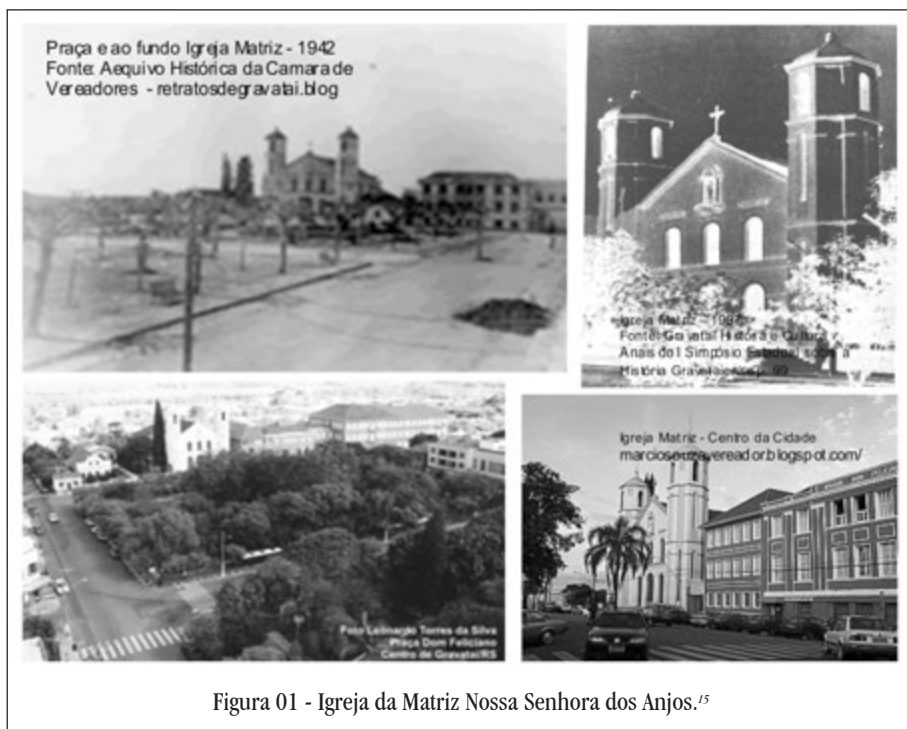


Figura 01 - Igreja da Matriz Nossa Senhora dos Anjos.¹⁵

No painel seguinte, observa-se imagens do “Cruzamento da Avenida José Loureiro da Silva”¹⁶ (figura 02), com outras ruas transversais. Verificam-se, nestas fotos, as mudanças ocorridas no local em decorrência do aumento demográfico, que alterou também a geografia urbana. As ruas eram tranquilas, traçadas em chão batido, com poucos pedestres e prédios baixos, conforme detalhe superior à esquerda.¹⁷ Após o período desenvolvimentista iniciado entre os anos 1931 e 1933, a cidade se movimentou em um ritmo acelerado de urbanização intensa. As ruas foram aos poucos sendo asfaltadas, automóveis cada vez mais velozes passaram a

15 retratosdegravatai.blog Canto superior esquerda: Praça e ao fundo Igreja Matriz - 1942 Fonte: Arquivo Histórica da Camara de Vereadores. Capturada em março de 2010. Autor: Sr. Elmo. Canto superior direito: Igreja Matriz, 1987. Fonte: Gravataí História e Cultura Anais do I Simpósio Estadual sobre a História Gravataense p. 99. Canto inferior esquerdo: Praça Don Feliciano, autor da foto: Leonardo Torres da Silva. Imagens capturadas em março de 2010.

16 Nasceu em 1902 na cidade de Porto Alegre, e faleceu em 1964. Foi político brasileiro e prefeito de Gravataí entre 1931 e 1933. Em seu mandato de prefeito iniciou uma fase desenvolvimentista, implantou o sistema de energia elétrica, mandou alargar os calçamentos e as ruas da cidade, interligou Gravataí à Porto Alegre através da construção da estrada.

17 retratosdegravatai.blog Av. José Loureiro da Silva -1960. Acervo: Arquivo Histórico da Câmara de Vereadores. Autor: Sr. Elmo, dono do estúdio fotográfico da cidade. Capturada em março de 2010.

circular pela cidade.¹⁸ Sinais de trânsito foram instalados a fim de regulamentar o fluxo, tanto dos carros como dos pedestres. A cidade, aos poucos, foi se “verticalizando”, conforme se percebe nas estruturas prediais novas, mais robustas e mais altas. Essas mudanças fomentaram a indústria e o comércio que se expandiu para atender as necessidades de sua população.

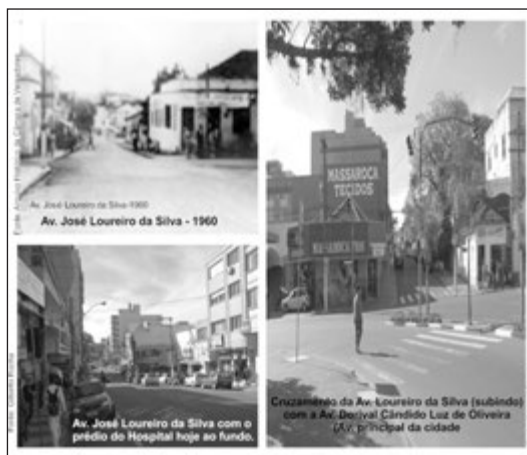


Figura 02- Cruzamento da Loureiro da Silva.



Figura 03 - Corridas automobilísticas.

18 www.flickr.com. Av. José Loureiro da Silva com prédio do Hospital Dom João Becker, ao fundo. Foto: Gilberto Rocha. Capturada em março de 2010. Cruzamento da Av. José Loureiro da Silva (subindo) com a Av. Dorival Candido Luz de Oliveira (av. principal da cidade) Foto: Gilberto Rocha. Capturada em março de 2010.

Entre as décadas de 1960 e 1970¹⁹ corridas de Kart e de automóveis eram realizadas nas ruas da cidade de Gravataí. Essas informações estão postadas no blog de Leandro Sanco, onde foram garimpadas as fotos que estão inseridas no canto superior e inferior à esquerda²⁰ do conjunto de imagens de “Corridas Automobilísticas” (figura 03). Segundo ele, as fotos são um:

Raro registro de uma prova de kart nas ruas da cidade de Gravataí, despertou a curiosidade de muita gente. O local era a Avenida José Loureiro da Silva, bem no Centro da cidade, distante a pouco mais de 20 km de Porto Alegre. a data era 19 de Abril de 1970, quando foi realizada a prova III 1 Hora de Kart da Cidade de Gravataí e o piloto do kart #56 era Carlos Alberto Machado, o “Betão”, que infelizmente faleceu no último dia 01 de Agosto, após um longo período de enfermidade. Aquele foi o primeiro registro de uma vida dedicada ao automobilismo. “Betão” era filho de outro piloto, João Machado, um dos pioneiros da velocidade na cidade de Gravataí, que competiu na época das Carreteras.²¹

Continuando seu relato, Sanco fala sobre as participações de Carlos Alberto Machado, dizendo: *Pelo que consta, “Betão” participou das provas de kart no início dos anos 70, disputadas tanto nas ruas como no Autódromo de Tarumã, já inaugurado. Ainda naquela década, se aventurou em provas de arrancada nas ruas de Gravataí, com um Opala²².* Sobre o Autódromo de Tarumã, as fotos do painel que estão no canto superior e inferior à direita,²³ dão uma ideia das primeiras disputas e das condições das instalações que acolhiam a população. Pelas imagens pode ser feito traçado comparativo das mudanças sucessivas que ocorreram através do tempo. Nelas se percebe as transformações, tanto no que se refere à segurança dos assistentes, quanto às condições e locais das corridas, bem como o aperfeiçoamento tecnológico dos automóveis e as melhorias feitas na pista.

As mudanças e evoluções arquitetônicas, também são ressaltadas nas construções dos modernos prédios e manifestam-se nos ornamentos estéticos dos locais públicos. Esses lugares são utilizados até hoje, tanto para o lazer coletivo, como também para o exercício da cidadania. Em alguns casos, as conversões foram radicais e resultaram de

19 Essas décadas foram marcadas pela instalação das primeiras indústrias e a criação do Distrito Industrial e construção da FREE-WAY, com acesso a Gravataí. Estes fatos foram registradas durante o governo do Sr. Dorival Cândido Luz de Oliveira.

20 Av. Loureiro da Silva.1970. Foto: autor desconhecido. Fonte: blogdosanco.blogspot.com .

21 blogdosanco.blogspot.com. Informação capturada em março de 2010.

22 Idem. Capturado em março de 2010.

23 Ibidem. Autódromo de Tarumã nos anos de 1970 e 1990. Foto: autor desconhecido. Capturada em março de 2010.

projetos modernizadores dos espaços públicos que visavam beneficiar a população, conforme pode ser visto no conjunto “Câmara Municipal²⁴ e Chafarizes.”²⁵ (Figura 04). A ideia de modernização constituiu-se uma das prioridades do governo do estado e fazia parte de um plano nacional de reformulação das cidades.

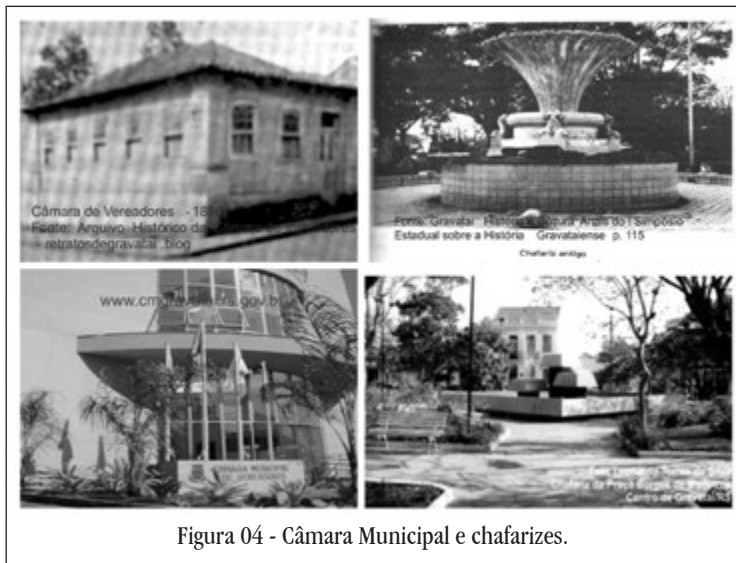


Figura 04 - Câmara Municipal e chafarizes.

Em outros casos, as alterações foram sutis e preservaram-se os traços originais das construções. Nos casos mais radicais, verifica-se a demolição e a remodelação das antigas formas estéticas predominantes na época da reforma ou construção, mesmo assim, as construções ainda são referenciais da memória individual e coletiva da cidade. E a memória se manifesta, quando por meio das imagens, ativam-se mecanismos mentais que fazem aflorar lembranças. Geralmente ela liga o presente ao passado. Portanto, essas lembranças estão na memória dos mais velhos que participaram dos acontecimentos locais. Seus relatos nos remetem à história da construção da sede da Prefeitura Municipal de Gravataí.²⁶ (Figura 05) Localizada na Avenida

24 Antiga Câmara de Vereadores – 1890. Acervo do Arquivo Histórico da Câmara de Vereadores Autor: Sr. Elmo, dono do estúdio fotográfico da cidade. Fonte: retratosdegravatai.blog . Moderna Câmara de Vereadores. Foto: autor desconhecido Fonte: www.cmgravatai.rs.gov.br capturada em março de 2010.

25 Chafariz antigo - Fonte: Anais do I Simpósio Estadual sobre a História Gravataíense: Gravataí: História e Cultura. p. 115. Chafariz Moderno da Praça Borges de Medeiros: Fonte: com Autor: Leonardo Torres da Silva (Mestre em Geologia do Petróleo, formado pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, porém, em seus momentos de lazer, torna-se um fotógrafo criativo e apaixonado, que gosta de retratar especialmente paisagens) Fonte: retratosdegravatai.blogspot capturada em março de 2010.

26 Foto Antiga da Prefeitura. Fonte: Arquivo Histórico da Câmara de Vereadores. Foto: autor Sr. Elmo s/d. retratosdegravatai.blog capturada em março de 2010. Foto atual da prefeitura. www.flickr.com, capturada em março de 2010.

José Loureiro da Silva, esquina com Osvaldo Aranha, a obra original da sede passou por transformações constantes, conforme o relato a seguir:

O prédio sede da Prefeitura Municipal de Gravataí, construído em estilo eclético, guarda características, tanto do neoclássico quanto do moderno, ressaltando que o seu interior, já perdeu praticamente todos elementos do período colonial. Foi adquirido em 1894 para a instalação da Intendência Municipal. Anteriormente, era residência no andar superior, funcionando no terraço, uma casa comercial com entrada independente. O prédio foi reformado, tendo sua conclusão em 1996, readquirido as características originais da fachada.²⁷

Utilizando o mesmo processo de ativação da memória podem ser encontradas, também, narrativas que fazem alusão às alterações sistemáticas ocorridas no Museu Municipal Agostinho Martha (Figura 06). Consta que este último passou por várias mudanças conforme informa Rangel Peterson no seu *site de relacionamentos*, onde escreve uma síntese histórica do local relatando o seguinte:

O Museu Municipal Agostinho Martha foi criado pela Lei Complementar Municipal nº. 1217 de 30 de julho de 1974, durante a administração do Prefeito Dorival Cândido Luz de Oliveira, acolhendo o projeto do então vereador Danilo Pellizzoni, sendo aprovado pela Câmara Municipal. Primeiramente foi implantado e organizado pelo pesquisador gravataiense Jorge Rosa, na gestão do Prefeito Ely Corrêa, através do Decreto Municipal nº.1167 de 10 de julho de 1981. Este mesmo decreto também designou o nome de Agostinho Martha, em homenagem um conhecido professor, historiador e pesquisador também gravataiense. O Museu foi inaugurado extra oficialmente na rua Dr. Luis Bastos do Prado e, em seguida, foi adquirido pelo Município um sobrado em estilo colonial português, construído por volta de 1870 que, segundo consta, teria sido uma residência particular e, posteriormente, a antiga sede de uma atafona (onde era produzida e vendida a farinha, parte da economia do município durante o período colonial). A partir de 1985, serviu de sede para a memória do município, mas, devido a um incêndio ocorrido em 1997, teve parte de sua estrutura destruída pelas chamas, quando houve então, mudança de suas instalações para outro local. O acervo do museu conta a história colonial do Vale do Gravataí, destacando-se a moenda da cana, o tear manual, bem como todo o complexo artesanal da tecelagem, móveis da região dos Açores, em Portugal, e o Arquivo histórico municipal. Atualmente, boa parte do acervo se encontra

27 www.brasilturismo.com. Prefeitura de Gravataí/RS Capturado em março de 2010.

junto à Fundarc, mas não está aberto á visitação. Uma vez por mês, sempre às quartas-feiras, acontece o “Sarau do Museu”, temporariamente realizado na Biblioteca Municipal Monteiro Lobato.”²⁸

Por outro lado, em algumas fotografias, observa-se que aparecem pessoas inseridas nos cenários dos conjuntos 01, 02, 03 e 05. Elas se encontravam no local, discretamente, como atores coadjuvantes. Em algumas fotos as pessoas fizeram pose. Geralmente estavam alinhadas e em pé, na frente de prédios públicos e comerciais. As imagens retratavam pessoas que transitavam pelas ruas denotando curiosidade, com o olhar direcionado para a câmera fotográfica no instante do clic.²⁹ Em outras as pessoas estavam posando para a foto, geralmente dispostas em frente aos prédios de comércio ou transitavam pelas ruas mostrando curiosidade, com o olhar direcionado para a câmera fotográfica. Também aparecem clicadas quando participavam de eventos e trajavam roupas de acordo com sua época que foram fotografadas. Nota-se que elas interagiam com o acontecimento fotografado, demonstrando alegria e entusiasmo no instante que foram capturadas as imagens. São fotografias que reproduzem determinados padrões sociais de comportamento em épocas distintas.



28 RANGEL, Peterson. (RE) *Descobrimdo Gravataí*. 14/07/2008. <http://petersonrp.blogspot.com/>

29 Barulho produzido pela máquina fotográfica no instante em que o fotógrafo aperta o botão que vai acionar o mecanismo para a captura da imagem.



Entretanto, essas imagens carecem de informações complementares e o acesso às mesmas é restringido pela vontade das pessoas que as detêm em seu poder. Entre os acervos de imagens locais que estão distribuídas em vários locais, se sobressaem as fotografias produzidas pelo Sr. Elmo, proprietário da Foto Elmo.³¹ Tanto o fotógrafo, como seu antigo estúdio, requerem um estudo primoroso para salvaguardar sua história e produção imagética. Uma investigação minuciosa possibilitará conhecer as técnicas por ele desenvolvidas, os trabalhos executados e suas finalidades, sua atuação enquanto sujeito social e o levantamento ou inventário das imagens por ele capturadas ao longo do seu exercício profissional. Sabe-se que grande parte desse acervo está disperso e em alguns casos, as imagens estão armazenadas em locais impróprios e de forma inadequada. Como consequência, o material entrará em decomposição acelerada, o que poderia ser retardado se fossem tomados os cuidados necessários à preservação dos mesmos.

Neste sentido, se propõe aos educadores as seguintes questões: trabalhar com os alunos alguns conceitos relacionados com imagem, memória, tempo, história,

30 retratosdegravatai.blog, capturada em março de 2010

31 Foto Elmo. Av. José Loureiro esquina Osvaldo Aranha, 1963 Fonte: Museu Municipal. Foto: Débora Castro.

identidade e patrimônio. Partindo desses conceitos, o passo seguinte é iniciar com a elaboração de projetos que objetivem mapear, reproduzir e catalogar os locais onde são encontrados vestígios da memória visual da cidade a fim constituir um acervo investigativo. Desenvolver em conjunto com os alunos técnicas interpretativas de imagens, sejam elas visuais, orais ou escritas. Incentivar a produção de textos que relatem a história da cidade utilizando como suporte imagens (fotografias, pinturas e literatura), relatos orais dos moradores mais antigos da cidade e fontes escritas (jornais, revistas e documentos oficiais). Promover eventos escolares e municipais para expor e divulgar as produções. Essas medidas servirão de suporte para a comunidade refletir sobre as formas de preservação do patrimônio imagético: jornais, revistas, álbuns de família, registro institucionais, patrióticos e festivos, etc.

CONCLUSÃO

As imagens da cidade de Gravataí apresentam, de certa maneira, uma parcela do patrimônio do Estado. Elas fornecem subsídios para pesquisas nas áreas diversas do conhecimento como: História, Ciências Sociais e Geografia, campos que permitem abordar temas diversificados. Podem ser relacionados com a economia local que abrangem a produção, as construções, o meio ambiente e as tecnologias. Podem estar ligados ao social, em que podemos observar as instituições, ou seja, famílias, escolas, associações profissionais, clubes, empresas e comércio, organização, hierarquia de trabalho. Podem ser focados na cultura, onde o homem atua como agente social, porque é portador da memória coletiva das etnias, nas práticas religiosas, nos comportamentos, nas tradições, na música, na religião, nos eventos, na moda, entre outros temas. Podem ser ligados ao espaço e o meio dividido em *urbano* (bairros, ruas praças, cemitérios, monumentos, arquitetura) e *rural* (fazendas, famílias, cemitérios).

Encerrando esta reflexão, concluiu-se que a utilização de fotografias favorece a renovação de técnicas utilizadas em sala de aula, contribui para a produção do conhecimento e fomenta o desenvolvimento do patrimônio cultural do Estado. Mesmo que seja um processo difícil e trabalhoso, os documentos visuais se mostram como uma importante ferramenta no processo de construção da história da cidade de Gravataí. Portanto, cabe aos historiadores e professores, valorizar esses registros como integrantes de um processo mais amplo de interpretação da sociedade, reconhecendo-os como multiplicadores de representações culturais e abrindo novas possibilidades de estudo e pesquisa.

CEMITÉRIOS: TESTEMUNHOS DO PASSADO

Elisa dos Santos Dias

*Acadêmica de História/ULBRA-Gravataí e do
Curso de Museologia/UFRGS. Gravataí/RS*

*O apego excessivo à vida e a negação da morte
deixam o homem solitário e desprotegido
diante de sua ilusória fantasia de poder,
que sucumbe perante o irracional da sua finitude.
(CALLIA, p.13).*

INTRODUÇÃO

O trabalho, aqui apresentado, é resultado de um levantamento inicial que revelou o potencial de pesquisa histórica nos cemitérios gravataienses, bem como a diversidade de temas que a possibilitam.

A pesquisa histórica realizada nos cemitérios presta-se à interligação dos saberes, havendo necessidade de desdobramento das pesquisas nas diversas áreas do conhecimento, visando integrar de maneira interdisciplinar o conhecimento sobre as temáticas propostas.

INTERESSE PARA A HISTÓRIA

Os túmulos, por serem os últimos referenciais na trajetória de vida dos homens, revelam muito das relações mantidas em vida. Diversos símbolos e crenças são evocados na ritualística funerária, variando conforme a origem étnica, as crenças e a religião professada pelo morto e pelos familiares.

A partir dos estudos desenvolvidos nos cemitérios, é possível vislumbrar uma série de possibilidades de pesquisa na área histórica, onde podem ser abordados

elementos da genealogia local, etnicidade, *status* social, expressões ideológicas e religiosas, gosto artístico, imaginário social, além da preservação das memórias familiares e comunitárias.

Podemos conhecer e decodificar o sentido simbólico contido nos epitáfios, nos ornamentos, na disposição dos túmulos e na disposição do espaço cemiterial. É viável, também, perceber nos rituais funerários das diversas religiões, vestígios de rituais utilizados na antiguidade e no medievo. O testemunho histórico contido nas fotografias e representações artísticas tumulares, também revela muito sobre o morto. Igualmente, a estratificação social regional, através da setorização do espaço cemiterial, da arquitetura e da ornamentação tumular é reveladora da organização social de cada época.

Ao iniciarmos esta pesquisa, a percepção imediata é de que não somos tão modernos quanto pensamos. Basta observar o cerimonial funerário, as crenças em torno da morte e os símbolos religiosos por nós utilizados para estabelecermos uma ligação com as crenças e rituais utilizados na remota Antiguidade, pelos mais diversos povos que se integraram formando a civilização ocidental.

SOBRE A MORTE E OS FUNERAIS

O homem é o único ser vivo que pensa sua existência e sua morte. A consciência, produto da abstração, capacidade exclusiva do ser humano, frente à morte ela exerce um papel fundamental na existência da humanidade.

A morte é aquilo que não podemos evitar e ela virá inexoravelmente. E estando diante de evidências concretas da trivialidade da vida e da sua condenação à morte, o homem encontrou fórmulas que pretendem preservar a existência criando os mitos de imortalidade e eternidade.

Todas as culturas criam mitos e ritos sobre a morte e cada uma delas tem formas e versões específicas para a manifestação de suas crenças. Estas versões se estruturam a partir das características coletivas das sociedades, mas se amplificam e diversificam por variações e interpretações específicas de cada indivíduo referentes às suas crenças e superstições. Os rituais funerários, na verdade, revelam os nossos sentimentos diante da morte.

O funeral é o ritual que marca a separação entre vivos e mortos, mas são necessários outros ritos, tanto para os que ficam como para os que se vão, com funções e significados específicos. Temos então o luto com suas privações e tabus e

as missas e rezas para que o morto encontre o “caminho da luz” e não se transforme em “alma penada.”¹ Estes ritos posteriores ao funeral se prestam não só para o bem-estar do morto, mas para a segurança e tranquilidade dos vivos.

A luz é um instrumento importante da cultura funerária porque ajudaria na passagem e evitaria condenar o morto à escuridão eterna. Vem desta crença o uso de velas nos funerais, nos túmulos e altares domésticos. Lembremos, também, que o morto deve estar limpo e com sua melhor roupa, ou seja, bem apresentado para quem quer que o receba no além-túmulo.

É preciso reconhecer que, quando falamos sobre a morte e os ritos funerários, estamos tratando do imaginário das sociedades no contexto de uma determinada mentalidade histórica. As sociedades projetam nos cemitérios seus valores, suas crenças, sua estrutura socioeconômica e suas ideologias. (BELLOMO, p. 15).

OS CEMITÉRIOS DE GRAVATAÍ

Foram localizados e visitados os diversos cemitérios de Gravataí: um familiar, um da iniciativa privada, um etno-religioso e cinco públicos.² É possível que existam outros cemitérios particulares ou etno-religiosos, em uso ou abandonados, em locais de difícil acesso, que não tenham sido incluídos neste trabalho.

CEMITÉRIOS DE INICIATIVA PRIVADA

Os cemitérios da iniciativa privada são, obviamente, delimitadores sociais. São administrados por empresas privadas que comercializam os lotes, valorizam a localização e cobram taxas permanentes de manutenção (jardinagem e infraestrutura).

Por padrão do Cemitério Jardim Celestial, os túmulos não são aparentes e estão guarnecidos apenas por uma placa de metal sobre o gramado. Percebem-se aqui, as mudanças das manifestações religiosas em relação à morte. Os túmulos e ornamentos foram simplificados e cada vez menos são usadas inscrições religiosas, revelando que houve alteração no sentimento religioso em relação à morte.

1 “Alma penada”: a alma que não se salvou.

2 Por motivos de força maior, não foi possível incluir o Cemitério Público Morro Agudo nesta pesquisa.



CEMITÉRIOS FAMILIARES

No único cemitério familiar que encontramos, o da Família Coelho, os sepultamentos têm, geralmente, um mesmo tratamento nos cultos, homenagens e na construção tumular. O espaço é dividido com aparente igualdade, praticamente sem distinção de *status* social.

CEMITÉRIOS ETNO-RELIGIOSOS

Encontramos, ainda, os cemitérios etno-religiosos, onde os rituais e os sepultamentos seguem a tradição religiosa, muitas vezes ligada à religião característica de determinada etnia, como o Cemitério Luterano de Santa Tecla, ligado à germanidade.

O túmulo datado como o mais antigo deste cemitério é de 1915, mas esta comunidade teve sua formação iniciada pelo menos trinta anos antes, conforme pesquisa em andamento. Pelas datas percebe-se que, atualmente são feitos poucos sepultamentos no local. Este fato justifica-se pela crescente transferência dos descendentes das famílias fundadoras, seguidoras do luteranismo, para áreas urbanas de outras localidades ou municípios.

Esta tipologia tumular é característica das comunidades que se desenvolveram a partir da imigração germânica no Rio Grande do Sul. Há uma rígida organização do espaço cemiterial. As lápides mais antigas são de pedra grés ornamentadas com entalhes de flores ou ramos, sendo raras as figuras sacras devido à ausência destas no culto luterano. Os epitáfios e as datas foram gravados em dialeto alemão. O entorno do espaço cemiterial é arborizado e as folhas caídas dos plátanos revestem o chão e recobrem os túmulos, proporcionando sensação serena e bucólica.



Túmulo construído em técnica "fachwerk" (enxaimel).



Inscrição em dialeto Hunsrück e gravada em pedra grés.

CEMITÉRIOS PÚBLICOS DE GRAVATAÍ

Pesquisamos cinco cemitérios públicos municipais, onde é feita a maioria dos sepultamentos do município. Neles ocorrem mais ampla e espontaneamente as manifestações da diversidade ideológica, religiosa, social e cultural. A distribuição do espaço cemiterial define claramente a estratificação social. Os túmulos maiores e mais elaborados abrigam a elite local, indicando o poder econômico individual e, também, da comunidade em determinado contexto temporal.

Presume-se que, sendo públicos, os padrões deveriam ser os mesmos e isto se manifesta de forma geral nos cinco cemitérios. Mas curiosamente, cada um deles tem personalidade própria, implícita na tipologia de sua arquitetura e ornamentos, na distribuição do espaço cemiterial, no ajardinamento, nos seus impulsos conservadores ou modernizadores. As construções robustas e pesadas, de granito, grés ou mármore, que conferem uma sensação de permanência e eternidade, cedem lugar às frágeis construções de tijolos cerâmicos e cimento, aos pequenos "abrigos" onde se inscrevem os epitáfios ou, simplesmente, há uma placa no local de enterramento.



O contraste das pedras e alvenarias antigas com a singeleza das placas sobre o gramado evidencia a mudança dos paradigmas sobre a morte.

CEMITÉRIO PÚBLICO CENTRAL

Uma tipologia muito diversificada compõe o mais eclético entre os cemitérios gravataienses. O Cemitério Central recebeu algumas transferências de restos mortais vindos do antigo cemitério que se localizava junto à Igreja Matriz, no final do século XIX. Mas é possível que já existissem sepultamentos anteriores no local.

Um dos túmulos mais expressivos e antigos é o do Coronel André Machado de Moraes Sarmiento, morto em 1880. A lápide em grés avermelhada ostenta no alto um entalhe do brasão do império brasileiro, ao qual servia o Coronel Sarmiento.

Além de uma profusão de formas, materiais e ornamentos, percebe-se uma indisciplina na organização espacial das construções na parte mais antiga (parte da frente), onde é comum ficarmos sem saber como ou por onde andar entre túmulos “colados” uns aos outros ou, até mesmo, sobrepostos. Muitos estão destruídos, afundados ou, simplesmente desapareceram, restando apenas espaços vazios.



Espaços vazios na parte mais antiga revelam construções tumulares que se desfizeram pelo tempo.



Esta curiosa construção tem base quadrada com, aproximadamente, 1,20m de lado. Abriga os restos de três adultos e uma criança. Data de 1881.

Para quem se dedica a estudar os cemitérios, existem túmulos que encantam e prendem a atenção. A singularidade de certos ornamentos, a forma da construção e as palavras (ou a ausência delas) dedicadas ao morto mostram-se muitas vezes como detalhes intrigantes que aumentam nossa curiosidade.

Na parte posterior do cemitério estão localizados os enterramentos mais recentes. Nesta área predominam as construções com materiais mais modernos, revestidas com azulejos ou de tijolos cerâmicos, encontrando-se poucos mármore e granitos.

Quanto mais ao fundo do cemitério, mais se evidencia a setorização por classe social. Nesta parte, os túmulos são muito simples. Muitos são cobertos com lajes de grés rejuntadas com cimento, sem qualquer ornamento. É nesta parte do cemitério que encontramos a “Cruz das Almas”.

CEMITÉRIO PÚBLICO COSTA DO IPIRANGA

Localizado a margem da rodovia RS-118, este cemitério tem construções semelhantes às do Cemitério Central. Os sepultamentos mais antigos encontrados datam da década de 1930 e o espaço é um pouco mais organizado. O entorno é descampado, não existindo qualquer arborização dentro do cemitério, o que torna a visita desestimulante.

CEMITÉRIO PÚBLICO SANTA TECLA

Localizado em local muito bem arborizado, limpo e organizado, o Cemitério Público de Santa Tecla nos inspira circunspeção, respeito, tranquilidade e muito material de pesquisa. Para alcançarmos o portão subimos por um gramado, onde se localiza um templo católico. O balido das ovelhas que pastam no campo ao lado completa o cenário bucólico.

Localizamos túmulos da década de 1950, mas, certamente existem sepultamentos mais antigos que não foram identificados.

Os espaços são rigorosamente organizados (como no Cemitério Luterano, na mesma localidade) e foram ocupados com aparente independência quanto ao poder econômico das famílias, existindo, portanto, túmulos cobertos com terra e cruz ao lado de construções em mármore ou granito.



Paisagem bucólica: circunspeção e tranquilidade.

CEMITÉRIO PÚBLICO MORUNGAVA

Em Morungava encontramos outro cemitério bastante antigo. A tipologia é diversificada quanto à arquitetura e aos materiais utilizados nos túmulos, mas surpreenderam algumas singularidades, como o refinamento das pequenas torres que lembram a arquitetura gótica e a existência de estatuária de maior porte.

Aqui encontramos sepultamentos a partir da década de 1920.



CEMITÉRIO PÚBLICO RINCÃO DA MADALENA

Dos cemitérios de Gravataí, o do Rincão da Madalena é o mais jovem, passando a receber sepultamentos a partir de 1984/1985.

Não existem lápides ou túmulos imponentes. A disposição e organização do espaço foram planejadas e o espaço cemiterial está dividido em quadras. Os ca-

minhos são recobertos de pedra britada. As construções tumulares da parte mais baixa são, em sua maioria, de tijolos cerâmicos, mas encontramos alguns de granito, sem muito destaque. Na parte mais alta aboliu-se o túmulo tradicional e introduziu-se uma nova tipologia na construção tumular.³ A lápide fica à frente do espaço de sepultamento, dentro de uma “capelinha” de granito de modelo padronizado, onde se colocam o nome, o epitáfio e as flores. Também foi adotada a pequena placa sobre o gramado.

O local é bastante aberto e desolado, embora existam muitas árvores em área próxima.



CONCLUSÃO

Conectando os aspectos mais específicos que são objeto de nossa pesquisa, podemos perceber o desenvolvimento social da comunidade adjacente ao espaço cemiterial, possibilitando, dentro dos conceitos historiográficos, a evolução de uma investigação que busca captar os modos de sentir, os padrões de comportamento e atitudes recorrentes. Além de explorar o universo mental da sociedade, é importante compreender a construção do imaginário social que agrega sistemas simbólicos diversos e atua na construção das “representações”: um repertório de símbolos e imagens que se corresponde com a interação social da população historicamente localizada.

Os elementos aqui apresentados são apenas algumas das possibilidades de estudo e pesquisa que norteiam este trabalho.

³ Tipologia também encontrada na primeira parte ocupada.

Os cemitérios, como lugares de memória e, portanto, por constituírem patrimônio cultural devem ser preservados, merecendo maior atenção das comunidades e do poder público, devendo ser reconhecidos como fonte para o conhecimento histórico.

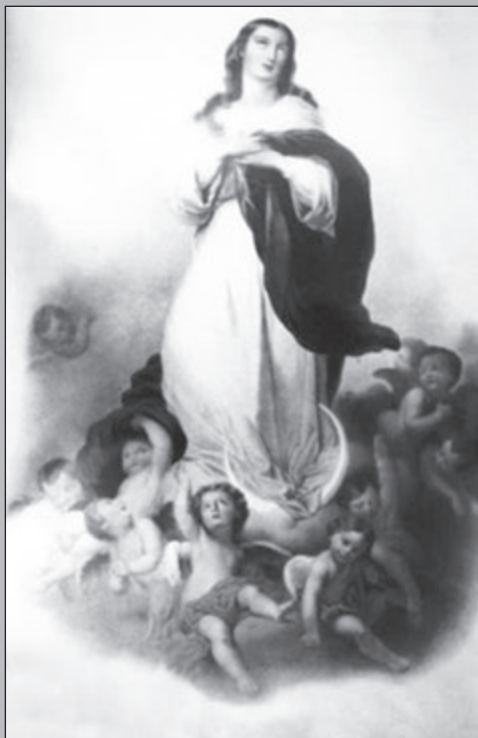
REFERÊNCIAS

BAYARD, Jean-Pierre. *O sentido oculto dos ritos mortuários*. São Paulo: Paulus, 1996.

BELLOMO, Harry (Org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade e ideologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

CALLIA, Marcos H. P. OLIVEIRA, Marcos Fleury. (Org.). *Reflexões sobre a morte no Brasil*. São Paulo: Paulus, 2005.

COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. São Paulo: Martin Claret, 2005.



*Imagem de Nossa Senhora dos Anjos
– padroeira de Gravataí*

Raízes de Gravataí



**Educação, Cultura,
Lazer e Associativismo**

VOLUME 4



PARTE 1

EDUCAÇÃO, ESCOLAS, EDUCADORES,
POLÍTICA EDUCACIONAL,
MOVIMENTO ESTUDANTIL
E DO MAGISTÉRIO



GRAVATAÍ E A INSTRUÇÃO PÚBLICA ATÉ 1889: PRIMEIROS TEMPOS

Regina Portella Schneider

Professora e Historiadora. Porto Alegre/RS

Os primeiros tempos da ocupação do nosso território pelos portugueses foram tempos agitados e de incertezas. Desde 1737, os dirigentes militares estavam voltados para a defesa do território contra o avanço espanhol e tinham por objetivo firmar a posse das terras por Portugal. Os perigos eram constantes, havia a preocupação com a sobrevivência e esforço para conviver com o meio. Isso fez com que o Rio Grande do Sul permanecesse por muito tempo sem providências quanto à instrução do povo. Em 1759, o governo português instituiu no Brasil a Diretoria de Estudos e as Aulas Régias. Em 1770, El-Rei determinou que nos seus Reinos e Domínios os mestres da Língua Latina instruísem seus discípulos na Gramática Portuguesa e que, nas escolas de ler e escrever, os discípulos deveriam aprender a leitura por meio de manuscritos, como o Catecismo de Montpellier (ao invés de lerem processos litigiosos e sentenças).

No ano de 1772, foram criadas aulas no Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Mariana, Vila Rica, São João de El-Rei, Pará e Maranhão. No Rio Grande do Sul, nenhuma. E em 1773 o número de aulas no Brasil foi ampliado, devido a requerimentos de câmaras e de pessoas importantes de vilas e lugares enviados ao rei. E o Rio Grande do Sul não foi contemplado.

Para convocar candidatos ao magistério seriam afixados editais nos Reinos e Domínios. E nas capitanias de ultramar, os exames dos mestres deveriam ser realizados perante um comissário e dois examinadores nomeados pelo presidente da Mesa Censória.

Até então, as verbas para a manutenção das aulas e pagamento dos vencimentos dos mestres tinham origem em coletas. Porém, a Carta de Lei de 10 de novembro de 1772 estabeleceu o subsídio literário, e, em 1773, ele foi aplicado ao Brasil, com uma exceção – o Rio Grande do Sul.

Nesses tempos, o ensino não era livre, sendo direito exclusivo da coroa portuguesa, nomear professores; mesmo professores particulares.

O Continente de São Pedro do Rio Grande, porém, sofrera transformações com o passar dos anos. O domínio português firmava-se e já estabelecera aqui um início de vida administrativa. Muito embora a coroa portuguesa não promovesse a educação das novas gerações, houve elementos designados para governantes que se interessaram por esta terra e que se aperceberam de suas necessidades e tomaram providências para solucioná-las.



José Marcelino de Figueiredo

O governador José Marcelino de Figueiredo resolveu organizar dois núcleos de povoação – dois povos – com índios dispersos que vagavam pelo território sul-rio-grandense, recolhendo-os com o objetivo de dar-lhes assistência e educação, preparando-os para uma vida de sustento próprio e de utilidade pessoal e social, “persuadindo os índios a que se sujeitassem com gosto ao trabalho e ao ensino, para que se distinguissem dos brutos.” O povo situado ao pé do rio foi denominado de Nossa Senhora dos Anjos e o povo situado ao pé da serra foi denominado de São João Batista.

Cada povo foi planejado pelo Capitão-Engenheiro e, em fevereiro de 1771, os ranchos deveriam estar prontos. Cada povo teria um cura, uma igreja, dois ornamentos, um cemitério e escolas. Haveria um administrador capaz de levar adiante a obra e fazer os índios plantarem mandioca, fumo, algodão e legumes e de levar os jovens a ler e escrever em português. A carne e o sal seriam distribuídos à população e haveria o plantio de árvores frutíferas. Cada Povo teria sua estância e suas reses e cavahada. Cada Povo teria duas companhias de milícias, tronco e casa forte para prisão. O tambor tocaria de manhã para saírem ao trabalho e à noite para se recolherem.

O governador José Marcelino de Figueiredo mandou para administradores e mestres desses Povos, em 4 de janeiro de 1771, o furriel Salvador Martins Pereira e Antônio José de Alencastre (que também serviria de secretário e caixa do Povo de Nossa Senhora dos Anjos, até o ano de 1776).

Em 3 de julho de 1776, sentou Praça de Mordomo dos estudantes e meninos da escola do Povo de Nossa Senhora dos Anjos, Manoel da Silva, com o ordenado anual de 4 doblas de 12 mil e 800 réis cada uma.

A escola do Povo de Nossa Senhora dos Anjos era para meninos em regime de internato. O governador deu-lhe regras e ordenou que cada menino receberia por mês quarta e meia de farinha, milho ou feijão; cada semana receberia 4 pães de sabão para lavar sua roupa. A escola receberia por mês carne, 22 cadernos de papel, 30 penas e 3 quartilhos de tinta. Para cada noite receberia 2 velas de sebo para iluminação. A escola poderia comportar até 50 alunos.

Ordens estabelecidas pelo brigadeiro José Marcelino de Figueiredo para a escola de meninos da Vila de Nossa Senhora dos Anjos em 11 de agosto de 1777: “Ao nascer do sol, ou antes, se levantariam e depois de se lavarem e pentearem rezariam as suas devoções e almoçariam. Às 8 horas do dia iriam para a escola aonde se conservariam até às 11, ocupando-se em aprender a falar português, a ler, escrever, rezar e argumentar. Ao meio-dia jantariam e depois repousariam até as 2 horas da tarde, em que iriam para a escola até as 5 horas na mesma forma dita; mas no verão entrariam às 3 da tarde e sairiam às 6 e depois repousariam. Depois do sol posto rezariam o terço e suas devoções por espaço de meia-hora, cantariam a Salve Rainha e o Bendito e depois ceariam e se recolheriam a dormir. Em cada semana haveria um dia de sueto, não havendo nela dia santo. Só se permitiria que seus pais e parentes falassem com os meninos do meio-dia até as 2 horas, mas sempre em português, cuja língua devem somente falar os meninos para perderem o guarani. Todos os dias, antes da escola, viriam em grupo com o seu mestre à missa e o mesmo mestre mandaria os acólitos que os reverendos padres pedissem e necessitassem e os persuadiria a que se confessassem ao menos a cada três meses. Cuidaria o mestre em educar bem os meninos e que se conservassem limpos do corpo e da roupa. Os presos de galés seriam obrigados a dar água aos meninos e quando faltasse mandaria o mestre pedi-la no corpo da guarda. Nos dias santos e de sueto iriam ao recreio todos com seu mestre e poderia o mesmo mestre licenciar os que lhe parecessem merecedores para irem visitar seus pais, procurando averiguar se fizessem desordem para castigá-los e não dar-lhes licença na semana seguinte. Nos sábados assistiriam à missa solene de Nossa Senhora às horas esta-

belecidas e à noite cantariam na escola a ladainha. Nos domingos, como deveriam acompanhar o terço cantando pelas ruas, se dispensaria à noite, a reza dele. Todos os dias se nomeariam os meninos que no dia seguinte deveriam ajudar a cozinhar, pôr a mesa, varrer o refeitório, e a escola e dormitório, lavar a louça e dobrar a roupa, etc. Todo o menino que em qualquer ocasião falasse a língua guarani seria castigado e todo o que o acusasse teria um perdão.”

Lecionou nesta escola da Aldeia dos Anjos, de 1775 a 1777, frei Joaquim de Santa Úrsula, mestre de Gramática. Em 1777 veio ele a falecer.

O governador José Marcelino de Figueiredo criou, em 1778, uma Casa de Recolhidas para meninas indígenas e deu-lhe uma espécie de regulamento provisório:

- Poderiam recolher-se até o número de 50 meninas no dito Recolhimento, sendo destes Povos dos Índios, sendo de bom procedimento e não excedendo a 12 anos de idade, nem tendo menos de 6 anos, as quais proporia o comandante da Vila ao governador do Continente, declarando-lhes a idade, filiação, naturalidade e circunstâncias.
- Logo que cada menina entrasse, receberia pela caixa da Vila, enquanto seus respectivos pais ou parentes ou elas não tivessem com que as vestir, uma saia de algodão, duas camisas, dois côvados de baeta, um catre, uma esteira, uma fronha e um rosário.
- Cada menina receberia duas libras de carne por dia, e quarta e meia de farinha cada mês, ou de milho, ou de qualquer outro grão. Para todas, em geral, seria dada uma quarta de sal e 16 pães de sabão cada mês, e diariamente receberiam lenha e água de que necessitassem, hortaliças e 2 velas de sebo, e para cada dia de abstinência uma quarta de graxa ou coisa semelhante, uma quarta de feijão e uma de milho para canjica ou proporcionalmente se fossem menos meninas.
- Jantariam às 11 horas do dia e ceariam ao sol posto, sempre no refeitório, assistidas por sua mestra. No almoço receberiam leite. O jantar e a ceia seriam servidos por meninas e elas ajudariam as cozinheiras para também aprenderem esses misteres.

Ao toque da alvorada se levantariam, se penteariam, se lavariam e iriam com sua mestra para o coro dar graças, ouvir missa e encomendar-se a Deus; depois iriam para o trabalho de costura ou de fiar e de tecer. Depois de jantar teriam al-

gum repouso ou recreio e continuariam o trabalho; depois de cear, rezariam suas devoções e com algum tempo de oração se recolheriam.

Não seria permitido que falassem a língua guarani, mas somente a portuguesa e se lhes ensinaria a doutrina cristã e os serviços todos de uma casa, pois o objetivo principal do Recolhimento é que as meninas aprendessem a servir a Deus e a governar-se nesta vida honradamente.

- A mestra deveria cuidar para que as meninas se confessassem a cada mês e que se instruissem em tudo o que lhes poderia ser útil.
- As visitas de fora dar-se-iam no locutório e a porta da portaria não seria aberta sem necessidade e sem a assistência da mestra.
- Para dentro da porta não entrariam homens sem grande necessidade como, por exemplo, os reverendos padres com o sacristão para administrar os sacramentos, e o cirurgião e o sangrador para curarem, os quais sempre deveriam ser acompanhados de algumas meninas. E quanto às mulheres, também não entrariam sem necessidade. E para o serviço de dentro e de fora teriam duas criadas que dormiriam no Recolhimento e seriam escolhidas de préstimo e bom procedimento e se não contentassem a mestra seriam substituídas por outras.
- Se alguma das meninas recolhidas fosse procurada para casar, o comandante da Vila, informando-se da capacidade do pretendente, da sua qualidade e posses informaria com o seu parecer ao governador do Continente para esperar sua resolução e para lhes indicar seu dote e enxoval e, assim mesmo, se tendo compreendido a língua portuguesa e a doutrina cristã, seus respectivos pais ou parentes pretendessem levá-la para suas casas, sendo capazes, também se informaria disto o governador.
- Se acaso uma menina fosse incorrigível e desse mau exemplo, também se informaria de tudo ao governador, assim como se alguma fosse muito doente ou tivesse mal contagioso.
- Logo que por qualquer motivo acima citado ou por motivo de morte saíssem algumas meninas, o Comandante da Vila proporia as que devessem entrar ao governador.
- Do trabalho das meninas se fariam roupas para elas vestirem e lençóis e toalhas, etc, que cada uma conservaria em uma caixa fechada para sair com o que lhe pertencesse quando fosse o caso, e a mestra faria registro

de tudo para saber se o que cada uma fez e ganhou em cada ano, advertindo que as meninas não seriam obrigadas a trabalhar para pessoa alguma e somente para si.

- O comandante dessa Vila ou quem o substituísse teria o maior cuidado para que não faltasse coisa alguma ao Recolhimento e a mestra solicitaria o que fosse necessário ou diria ao governador do Continente se não fosse tudo como deveria ser.
- O aspecto espiritual do Recolhimento estaria sob a direção de um vigário da Igreja, enquanto não tivesse capelão encarregado, e não somente o aspecto espiritual, mas ainda a boa administração material e econômica seria administrada pelo reverendo vigário ou capelão e pelo comandante da Vila.
- A mestra cuidaria que o traje das meninas se conservasse com modéstia, tanto nas cores, como nos feitios e sempre com moderação e como trajes de mulheres pobres e honradas. E tanto nisto como na direção do Recolhimento, seguiria o que lhe mandasse o reverendo padre encarregado de dirigi-lo, advertindo que do coro não se falaria para a igreja.

Este Recolhimento seria dedicado à Nossa Senhora das Dores e todas as pessoas pertencentes a ele receberiam o honroso título de Servas de Maria Santíssima.

O governador José Marcelino de Figueiredo estabeleceu como condição para a formação deste Recolhimento que fosse rezada uma Salve Rainha em sua intenção, pelo conjunto das pessoas que o integravam.

Neste Recolhimento começou a lecionar a mestra Gregória Rita Coelho de Mendonça e consta nos registros que, no início de 1797, foi dada ordem para que a mestra pudesse ter nas imediações da vargem da Vila, algumas vacas de leite para alimentação das meninas. Esta professora conhecia a língua guarani e durante muitos anos lecionou no Recolhimento da Vila.

Mais tarde, sem meios de subsistência, extinta a escola, viu-se a braços com a miséria e seus últimos dias foram de total abandono e indigência. Faleceu em Porto Alegre, em um sótão da rua da Igreja, onde viveu, por esmola de alguém, as últimas horas de uma vida de abnegação e de trabalho.

As escolas da aldeia dos Anjos não tiveram as atenções dos governantes que sucederam a José Marcelino de Figueiredo e, assim, elas foram definhando e depois de alguns anos, delas nada restava.

SÉCULO XIX

O início do século XIX encontra a Capitania em estado deplorável. A administração das capitanias era centralizada e isto dificultava o desenvolvimento das riquezas e da cultura do povo. O a, b, c, era totalmente desconhecido não só nos campos, nas estâncias, nos pequenos povoados, mas até nas próprias vilas.

Em 1811, ficou claro que a Capitania de São Pedro do Sul não possuía verba para o pagamento dos ordenados dos professores e, por isto, foi determinado, através da Decisão nº 42 de 24 de novembro de 1813, que a Junta da Real Administração da Real Fazenda desta capitania aqui estabelecesse o imposto do subsídio literário.

1820

É um ano que começa auspicioso. A Resolução Régia de 14 de janeiro de 1820 mandava criar oito escolas públicas de primeiras letras na Capitania: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo, Santo Antônio da Patrulha, São João da Cachoeira e nas freguesias de São Francisco de Paula de Pelotas, Senhor Bom Jesus do Triunfo E Nossa Senhora da Conceição de Piratini.

BRASIL INDEPENDENTE - 1º REINADO

Foram criadas as Províncias em substituição às Capitanias. A lei de 20 de outubro de 1823 estabeleceu um sistema de administração das Províncias: Presidente da Província, nomeado pelo Imperador; Conselho da Presidência, com seis membros eleitos maiores de 30 anos. Era um órgão consultivo.

- O Presidente da Província deveria consultar este Conselho em assuntos de relevância, entre os quais, a educação da mocidade.
- A Constituição de 24 de março de 1824, em seu título IV, capítulo V, artigo 72, estabeleceu os Conselhos-Gerais das províncias, com 21 membros eleitos e reunião anual de dois meses. Formava projetos convenientes às situações mais importantes da província.
- Durante o primeiro reinado várias medidas foram tomadas em favor da instrução do povo.

- A 29 de janeiro de 1823 foi decretada a reforma do ensino primário.
- A Carta de Lei de 15 de outubro de 1827 estabeleceu a base da instrução pública primária no primeiro reinado, dando-lhe uma organização mais precisa.
- O método de ensino seria o mútuo nas escolas das capitais das províncias, cidades, vilas e lugares populosos.

MATÉRIAS DE ENSINO PARA MENINOS

Leitura, escrita, quatro operações aritméticas, prática de quebrados, decimais e proporções, noções gerais de geometria prática, gramática da Língua Nacional, princípios da moral cristã e da doutrina da religião católica apostólica romana.

MATÉRIAS DE ENSINO PARA MENINAS

Leitura, escrita, quatro operações aritméticas, gramática da língua nacional, princípios da moral cristã e doutrina da religião católica apostólica romana, prendas de economia doméstica.

ANOS 30

Nesta década há interesse pela instrução do povo.

A resolução de 25 de outubro de 1831 criou várias escolas na província. Para o sexo masculino na Freguesia de Nossa Senhora da Oliveira de Vacaria, na Freguesia de São Francisco de Paula de Cima da Serra, em São José de Camaquã, e em Santa Ana do Faxinal. Elas foram autorizadas pela Regência em 26 de outubro de 1831, que também autorizou escolas para meninas nos seguintes lugares: cidade de Porto Alegre, Vila de Rio Grande, Vila de Rio Pardo, Vila de Cachoeira, Vila de Santo Antônio da Patrulha, Freguesia de São Francisco de Paula de Pelotas, Freguesia do Triunfo, São José do Norte, São José do Taquari, Capela Curada de Caçapava. E muitas outras cadeiras foram criadas, inclusive para a Aldeia dos Anjos.

A Lei Geral de 25 de outubro de 1831 criou no primeiro distrito da Aldeia dos Anjos uma escola para meninas que, em 1868, era frequentada por 31 alunas.

Sabe-se que Manoel Álvares Ribeiro lecionava na Freguesia da Aldeia dos Anjos e, em 1833, pediu para ser removido para a cadeira de primeiras letras para meninos da Vila São João da Cachoeira. E para lecionar nessa cadeira de primeiras letras da Aldeia dos Anjos foi concedida Provisão a Anselmo Christino Fioravanti, em 14 de maio de 1833. Este professor demitiu-se depois por doença grave. E após restabelecer-se, candidatou-se à cadeira de primeiras letras da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Arroio, obtendo provisão em 13 de agosto de 1835.

ATO ADICIONAL DE 1834

Criou as Assembléias Legislativas em substituição aos Conselhos-Gerais. Este Ato estabeleceu a descentralização do ensino, remetendo à iniciativa das Províncias a administração da instrução pública primária e secundária.

FRACASSA O MÉTODO DO ENSINO MÚTUO

“O método Lancastriano, ou de ensino mútuo, que tão grandes vantagens tem sobre o antigo método, como a experiência de outros países nos demonstra, não há prosperado no Brasil. A falta de conhecimento da maior parte dos Mestres importa o nenhum proveito, que de suas lições tiram os alunos: porque não se pode ensinar o que não se conhece bem.” (Presidente da Província na instalação da Assembléia Legislativa Provincial).

EM 1835

Havia na Província 44 aulas criadas de Primeiras Letras e poucas estavam providas de professores, 1 aula de Retórica, 3 aulas de Gramática Latina, 1 aula de Francês, 1 aula de Geometria, Aritmética e Princípios de Álgebra, 1 aula de Filosofia.

DÉCADA DE 1840

O estado da instrução pública provincial era de atraso, mostrando-se completamente desorganizada em vista do movimento revolucionário iniciado em 1835.

Causas do atraso: - grande parte da população provincial estava espalhada pelo território, morando os habitantes a grandes distâncias uns dos outros e dos lugares em que se achavam estabelecidas as aulas; - pouco valor que os pais de família davam à instrução; a inspeção do ensino era precária, devido ao fato de que nem todos os indivíduos dela encarregados estavam preparados para esse mister; - falta de elementos capazes para exercer o magistério.

Quanto ao ensino secundário, havia somente aulas isoladas. O estudo das matérias era de livre escolha, não havendo um currículo básico. Os alunos, quando se consideravam prontos, apresentavam-se para exame público.

REGULAMENTO DE 15 DE MARÇO DE 1842

Este regulamento entra em vigor e dá diretrizes à instrução primária provincial. Estavam proibidos de frequentar as aulas os portadores de moléstias contagiosas, os escravos e pretos ainda que livres ou libertos, os menores de 5 anos e os que não fossem apresentados por seus responsáveis – pais, tutores ou encarregados.

O candidato ao concurso para preenchimento de cadeira vaga de instrução pública primária deveria: 1) dirigir requerimento ao Presidente da Província; 2) provar, por meio de documentos: a – ser maior de 21 anos; b – achar-se no gozo dos direitos de cidadão brasileiro; c – ser pessoa de moral sã e boa conduta, (com atestado fornecido pelo juiz de Paz ou pelo vigário do município em que residisse).

MÉTODO: SIMULTÂNEO

A Lei Provincial nº 44, de 12 de maio de 1846 criou uma aula para o sexo feminino na Aldeia dos Anjos. Pela Provisão de 2 de outubro de 1846, foi nomeada para essa aula a professora Maria Rosaura Lopes de Leão.

Em 1849, essa aula tinha 20 alunas; em 1862 era frequentada por 28 alunas; em 1863 por 27 alunas; em 1867 por 26 alunas; em 1868 por 28 alunas; em 1869 por 47 alunas. O nome desta professora ainda constava nos quadros da Instrução Pública no ano de 1869, como lecionando na Aldeia dos Anjos.

Essa mesma Lei Provincial nº 44, de 12 de maio de 1846, criou uma aula para o sexo masculino na Aldeia dos Anjos, que era frequentada: em 1862, por 68 alunos, em 1863, por 54 alunos, em 1867, por 57 alunos, em 1868, por 45 alunos, em 1869, por 62 alunos.

Em 1849, no primeiro distrito da Freguesia dos Anjos da Aldeia, lecionava o

professor Joaquim Ferreira Pinheiro, com 50 alunos. E no terceiro distrito da mesma freguesia lecionava o professor Henrique Lopes da Fonseca, com 59 alunos

LICEU DE D. AFONSO

Finalmente, a 23 de maio de 1846, por meio da Lei 52, foi criado o Liceu da capital, que reunia as aulas públicas de instrução secundária existentes em Porto Alegre, e mais as aulas de História, Astronomia, Inglês, Desenho e Música, que por essa mesma lei foram criadas (indicadas anteriormente pelo conde de Caxias.

E essa mesma lei mandava que fosse construído um edifício próprio para o Liceu, na rua da Igreja, na capital.

Foi separada a instrução primária da secundária, pela Lei Provincial 47, de 13 de maio de 1846. E deu-se a reunião das aulas esparsas de instrução secundária, que passaram a funcionar num só prédio em Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas.

DÉCADA DE 1850

A maior deficiência continua a ser a falta de preparo do professor

A criação de uma Escola Normal, destinada à formação do professor primário, permanecia apontada como a necessidade mais urgente. Dos professores primários começa a ser exigido maior número de conhecimentos do que apenas os de nível primário. Para o provimento das cadeiras já era sentida a falta de conhecimentos pedagógicos. O ensino é baseado na memorização, sem significado.

Foi recomendada a utilização do método *simultâneo*, para a aplicação do qual os professores não se mostravam habilitados, sobretudo por terem eles próprios sido ensinados pelo método individual e desconhecem a aplicação deste novo método, que interpretavam a seu modo.

A inspeção escolar mostrava-se deficiente. Continuou sendo tentada a implantação da obrigatoriedade do ensino até a idade de quatorze anos. Lentamente, a carreira de professor começou a estabelecer-se.

Teve início, em 1851, o funcionamento da primeira escola pública de instrução secundária da Província – o Liceu de D. Afonso.

Havia necessidade de um currículo básico para o Liceu, com a divisão das matérias por ano e de modo sequencial. Nessa década, continuou vedada aos escravos a matrícula nas escolas públicas. Foi criado o Conselho Diretor da Instrução Pública. Teve início a edu-

cação de adultos. Continuou o empenho das autoridades governamentais quanto à educação dos meninos órfãos e desvalidos e, também, em relação aos meninos indígenas.

Pelo Regulamento de 1857, foram confiados aos professores e aos sacerdotes, os menores órfãos e desvalidos e os extremamente pobres e abandonados.

Havia preocupação com tomada de medidas quanto à educação de meninas órfãs e desvalidas, proporcionando-lhes, além do aprendizado das primeiras letras, habilidades como futuras mães de família. As aulas funcionavam em prédios alugados e precários

Os anos de 1855, 1857 e 1859 trouxeram novos regulamentos.

Ao final da década, notava-se a falta de uma Biblioteca Pública para uso dos professores e alunos do Liceu e do Seminário.

O ensino particular desenvolvia-se, mas com uma mentalidade empresarial, pois firmava-se apenas nos lugares onde a população era maior, e não segundo as necessidades da Província, como nos pequenos povoados.

CRIANÇAS ABANDONADAS, MENORES DE 12 ANOS

Caso perambulasse pelas paróquias crianças menores de 12 anos em estado de pobreza e abandono, o presidente da Província os entregaria *ao pároco ou aos professores do lugar*, com os quais o Inspetor-Geral da Instrução Pública faria um contrato para o pagamento mensal da quantia necessária para a manutenção desses menores.

Estes, depois de receberem a instrução do 1º grau seriam enviados a oficinas particulares e os mestres de oficina ou os proprietários das mesmas firmariam um contrato, podendo haver, neste caso, a fiscalização do Juiz de órfãos. Os meninos que se distinguissem por sua capacidade para ensino mais adiantado seriam encaminhados para o que parecesse mais indicado às suas inclinações.

A Lei Provincial nº 318 de 09 de fevereiro de 1855 criou uma cadeira de 1º grau para o sexo masculino na Aldeia dos Anjos. Em 1868 ainda funcionava esta cadeira, frequentada por 35 alunos e em 1869 por 38 alunos.

Em 1853, no 1º Distrito da Freguesia dos Anjos da Aldeia, lecionava o professor Joaquim Ferreira Pinheiro, com 27 alunos no primeiro semestre e 28 no segundo. E no 3º distrito da mesma freguesia lecionava o professor Henrique Lopes da Fonseca, com 29 alunos no 1º semestre e 34 no 2º.

Em 1853, na Freguesia dos Anjos da Aldeia, lecionava Dona Maria Rosaura Lopes de Leão, com 23 alunas no 1º semestre e 26 no 2º.

Em 8 de janeiro de 1855 foi nomeada por provisão Dona Quitéria Christina de Jezus para a Aldeia dos Anjos.

ANOS 1860

Foi nomeado para professor da Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos em 27 de outubro de 1860, Albino Gomes Neto.

A Lei Provincial nº 644, de 22 de novembro de 1867, criou uma cadeira para meninas no 1º Distrito da Aldeia dos Anjos.

Em 1868 era delegado paroquial da Instrução Pública da Província Vellozino de Almeida Lessa, nomeado pela portaria da Presidência da Província de 28 de abril de 1860.

DÉCADA DE 1870

Em dezembro de 1870, tendo visitado a aula pública da Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos, com mais de 80 alunas e tendo visto o trabalho brilhante da professora Dona Quitéria Christina de Jezus, propôs o Inspetor Geral da Instrução Pública – Doutor Fausto de Freitas de Castro – à presidência da Província um prêmio a esta professora, em recompensa pelos relevantes serviços prestados à educação popular: uma gratificação de 300\$000 anuais.

DÉCADA DE 1880

Em 1880 as aulas públicas de instrução primária existentes no município de Gravataí eram as seguintes:

| Sexo masculino | | | Sexo feminino | | | Mistas | | |
|----------------|-------|-------|---------------|-------|-------|---------|-------|-------|
| Provida | Vagas | Total | Providas | Vagas | Total | Provida | Vagas | Total |
| 02 | 01 | 03 | 01 | 00 | 01 | 04 | 01 | 05 |

No ano de 1881, na freguesia de Nossa Senhora dos Anjos, do município de Gravataí, havia aulas de instrução primária do sexo masculino nas seguintes localidades :

1. Vila dos Anjos
2. Vira Machado
3. Botiá
4. Olho d' Água
5. Costa de Sapucaia

E em fevereiro de 1882, na freguesia de Nossa Senhora dos Anjos, havia uma aula pública de instrução primária do sexo feminino, primeira cadeira, regida pela professora Dona Maria Antônia de Sá Mendes.

No quadro da distribuição das aulas públicas do sexo masculino e mistas de instrução primária da Província, com data de 20 de fevereiro de 1882, lê-se em relação a Gravataí:

| <i>Freguesia</i> | <i>Cadeiras</i> | <i>Localidades</i> | <i>Sexos</i> | <i>Professores</i> |
|---|------------------------|-----------------------------|--------------|----------------------------------|
| N ^a S ^a dos Anjos | 1 ^a cadeira | Vila | Masc. | João Antonio Mendes Ferreira (N) |
| N ^a S ^a dos Anjos | 2 ^a cadeira | Butiá | Masc. | Demétrio Alves Pereira |
| N ^a S ^a dos Anjos | 1 ^a cadeira | Vira Machado | Mista | Antônia de Andrade Araujo (N) |
| N ^a S ^a dos Anjos | 2 ^a cadeira | Olho d'Água | Mista | Maria Jacintha Pereira Cabral |
| N ^a S ^a dos Anjos | 3 ^a cadeira | Boa Vista 3 ^o D. | Mista | Clara Moreira (N) |

obs.: No último ano da década de 80 a primeira cadeira do sexo masculino da Vila de Nossa Senhora dos Anjos apresentava-se provida interinamente e a segunda cadeira do sexo masculino da localidade de Botiá, encontrava-se vaga.

COLÉGIO DOM FELICIANO: NA LEITURA DA HISTÓRIA “CONHECEMOS A VIDA E BUSCAMOS A VERDADE”

Isabel Cristina Ourique Benvegnú

Wanise Andréa Costa das Neves

Iara Beatriz Blauth Mota

Professoras. Gravataí/RS

O colégio Dom Feliciano, colégio confessional católico, tem uma proposta educacional cujo princípio fundamental é a formação integral da pessoa, segundo os princípios do Evangelho, assegurando-lhe um ensino que desperte as potencialidades e a incorporação de valores, capacitando-a para o exercício da cidadania em vista de uma sociedade mais justa e fraterna.

Foi a primeira instituição particular do município e recebeu este nome em homenagem ao primeiro bispo do Rio Grande do Sul Dom Feliciano. Ele nasceu no interior do município de Gravataí em 12/7/1781 como Feliciano Rodrigues Prates e aqui também morreu em 27/5/1863, cinco anos depois de ter sido nomeado o primeiro Bispo do Estado do Rio Grande do Sul.

Um verdadeiro ícone da educação gaúcha, responsável por quase um século de contribuições para o desenvolvimento cultural, o Colégio Dom Feliciano mantém um público fiel. São gerações que se sucedem e famílias inteiras que assistem à mudança dos tempos, à evolução tecnológica e à renovação de práticas pedagógicas através dos espaços de aprendizagem.

Sustentada pelos princípios de Bárbara Maix, fundadora da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, mantém a vitalidade de sua presença educativa graças ao cultivo dos valores humanos e cristãos, ao permanente investimento na formação integral de seus educandos e à parceria com a família.

A ORIGEM

O início de toda essa história foi marcado pela necessidade dos moradores da Aldeia dos Anjos que buscaram a Superiora Geral da Congregação das Irmãs do

Imaculado Coração de Maria, objetivando a fundação de um colégio no município. Para tal, foram enviadas as irmãs Maria Matilde, Maria Marta e Maria Gertrudes. Toda a comunidade gravataense foi conclamada a colaborar com a feliz ideia de criar a primeira escola do município, através do seguinte convite: “Realizar-se-á, em Gravatahy, no salão “Padre Vargas”, da Aliança Católica, no dia 18 de julho de 1925, às 20 horas, levado pelo corpo cênico Parochial, grande festival, em benefício das obras do Collégio Parochial “Dom Feliciano.”

Assim, em 06 de fevereiro de 1926, em prédio conseguido pelo vigário Pedro Wagner e sob a direção de Madre Maria Hildegardes do Espírito Santo, a Escola foi fundada oficialmente e, em 02 de março, iniciaram-se as aulas do Curso Primário e Ensino de música, pintura e bordado para alunos internos e externos.



Em 1929, já frequentavam a Escola Dom Feliciano 127 alunos.

Relação de diretoras, desde sua fundação:

- Madre Maria Hildegardes do Espírito Santo (06/02/1926 a 24/01/1929)
- Madre Maria Petronila da Divina Providência (24/01/1929 a 5/01/1941)
- Madre Maria do S. S. Sacramento (15/01/1941 a 18/08/1942)
- Madre Maria Ana do Menino Jesus (18/08/1942 a 15/07/1948)

- Madre Maria Luízinha das S. Chagas (15/07/1948 a 06/08/1953)
- Madre Maria Domingas da S. Terezinha (06/08/1953 a 13/03/1956)
- Madre Maria Alódia de S. Miguel (13/03/1956 a 04/06/1961)
- Madre Marta Maria do I. Conceição (04/06/1961 a 09/02/1968)
- Irmã Therezinha Zavashi (09/02/1968 a 03/03/1973)
- Irmã Otília Zilles (03/03/1973 a 31/07/1998)
- Irmã Jane Segaspine (1º/08/1998 a ...)

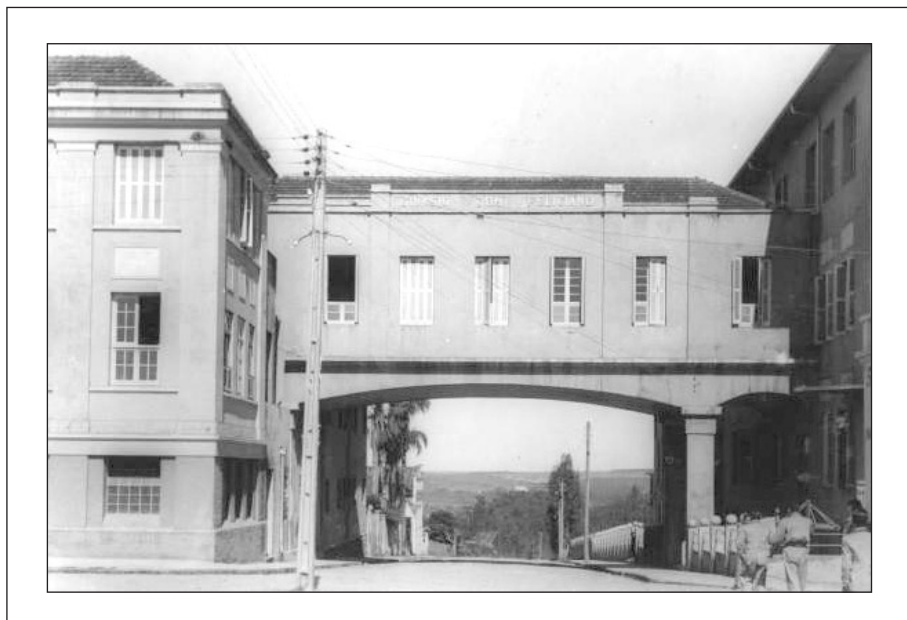
DATAS IMPORTANTES

1932 – Foi realizada uma reforma no primeiro prédio e, em dezembro de 1936, iniciou-se a construção de um novo prédio, em terreno adquirido do senhor Pedro Dutra.

1939 – Foi iniciada a construção do prédio da Av. Loureiro da Silva juntamente com o Viaduto, com a finalidade de abrigar o Curso Ginásial.

1940 – A primeira turma do curso ginásial iniciou seus estudos ainda no prédio antigo que foi ampliado com uma construção ao redor do 1º prédio .

O viaduto foi construído, nessa época, e tinha por finalidade servir de passagem (das religiosas e alunas internas), de um prédio para o outro. O viaduto ainda é usado pelos educandos, funcionários, educadores e irmãs.



1942/julho – O curso ginasial e a administração do Colégio ocuparam o prédio novo.

1950 – Foi fundada a Banda Marcial Dom Feliciano, composta por alunos e ex-alunos. Esta mantém uma tradição de participação em todos os eventos significativos do colégio e da comunidade, não só da cidade de Gravataí como dos municípios da região metropolitana. Em sua história, recebeu inúmeros prêmios e condecorações em festivais de bandas, concursos e desfiles.

1951 – Comemoração dos 25 anos da Escola e inauguração da Capela Coração de Maria, no prédio da Escola.

1952 – Foi fundado o Curso Normal (Formação de professores primários) e novas sementes foram lançadas no município, ampliando-se o compromisso com o Processo Educativo.

1955 – Primeira formatura do Curso Normal. (foi inaugurado o prédio do internato para meninos).

1959 – Início da obra de ampliação do prédio principal . Dois anos depois, esse prédio, com dez salas de aula e outras dependências, foi ocupado.

1957 a 1964 – A Escola manteve, em anexo, gratuitamente, a Escola Divina Providência, acolhendo crianças pobres, oferecendo educação, merenda, uniforme e material escolar para que pudessem se desenvolver física e intelectualmente.

1964 – Foi inaugurado o prédio do Auditório Bárbara Maix (Homenagem à fundadora da Congregação), com 850 lugares.

Nesse auditório são realizadas inúmeras atividades docentes do colégio como apresentações artísticas, palestras para alunos e pais, shows educativos, etc. Esse espaço é também muito utilizado pela comunidade gravataiense para festivais de dança, de folclore, formaturas, conferências, palestras e atos oficiais.

1967 – Por solicitação da comunidade local, foi aberto o Curso Técnico em Contabilidade, no turno da noite.

1975 – Com a instalação do Distrito Industrial em Gravataí, iniciou o Curso Auxiliar de Laboratório de Análises Químicas.

1990 – Fundação do Curso Técnico em Química.

1994 (30/04) – Inauguração do Ginásio Madre Marta Braccini. (Esquina da Av. Loureiro da Silva com a Rua N^a. Sr^a. dos Anjos).

2001 (05/04) – Inauguração do Ginásio de Esportes Dom Feliciano.

2003 – Inauguração do Complexo de Química Prof. Maurício Leandro dos Santos, com moderníssimo e bem equipado Laboratório para uso dos alunos do Curso Técnico em Química.

2007 – Ampliação das instalações com novas salas especializadas e de aulas.

PROJETO EDUCATIVO

A proposta pedagógica do Colégio Dom Feliciano visa a desenvolver competências básicas que permitam ao educando uma aprendizagem permanente, priorizando a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. É dentro dessa perspectiva que se insere a MISSÃO do Colégio Dom Feliciano: “Promover a formação humana e a construção da cidadania, fundamentada nos princípios da Educação Evangélico-Libertadora e na proposta pedagógica legada por Bárbara Maix, produzindo, sistematizando e socializando o saber científico, tecnológico e filosófico, a partir da cultura da solidariedade.”

VISÃO QUE INSPIRA O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NO COLÉGIO

“Ser um centro de referência acadêmica que possibilita às pessoas assumirem o processo formativo como sujeitos capazes de pautar sua vida pelos princípios da justiça, da ética, da solidariedade, da responsabilidade e da liberdade.”

INSTALAÇÕES

Dispõe de três laboratórios de Informática, Laboratório de Línguas Estrangeiras, Laboratório de Biologia e Enfermagem, Laboratório de Matemática e Física, Laboratório de Português, duas Bibliotecas, Museu Histórico, Oficina Lúdica, Cancha de grama sintética, praça de recreação e amplo espaço de convivência para os alunos, inclusive com áreas cobertas.

CURSOS

Funciona em três turnos, atendendo Educação Infantil até o Ensino Médio, Normal, Normal Pós-Médio, Técnico em Química, Técnico em Contabilidade, Técnico em Enfermagem e Técnico em Informática.

INFRAESTRUTURA

Neste ano de 2010, tem cento e quatorze professores e funcionários e cerca de 2.450 alunos. Conta com os serviços de apoio à Direção, Serviço de Orientação Religiosa, Serviço de Pastoral Escolar, Serviço de Supervisão Pedagógica, de Psicologia, Serviço de Orientação Educacional e órgãos como Conselho de Pais, Conselho de Alunos e Conselho de Professores e Funcionários.



Vista panorâmica da Escola.

ESCOLA-INTERNATO DOM FELICIANO: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS A SEREM CONTADAS

Isabel Regina Lima Mendes

Professora e Supervisora de Estágio do Curso de Letras/ULBRA. Gravataí/RS

Marione Rheinheimer

Professora e Coordenadora do Curso de Letras/ULBRA. Gravataí/RS

“Vais encontrar o mundo”, disse-me meu pai,
à porta do Ateneu. “Coragem para a luta.”

Raul Pompeia

A atual Escola Dom Feliciano – situada na cidade de Gravataí, escola da ordem das Irmãs do Imaculado Coração de Maria – iniciou suas atividades em 1926. Na década de 1930 instaurou o regime de Internato para meninos e meninas, o qual vigorou até início do ano 1960.

Para esta pesquisa, interessa-nos o período em que o educandário funcionou como Escola-Internato – com enfoque no cotidiano das internas: suas obrigações, a disciplina, os ritos, o *modus vivendi* diário no Colégio.

Entrevistamos antigas internas e, a partir de suas memórias, buscamos resgatar um pouco do dia a dia daquelas, então meninas, – dentre elas, D. Maria Celeste Canellas Barbosa (interna entre 1928-1932); Zena Schramm (1947-1951) e Soeny de Castro Constante (1949-1959).

Como se vê, o tempo de internato era variável para cada aluna, mas geralmente ficavam de quatro (4) até doze (12) anos, dependendo das condições da família e do interesse das internas. O período completo, de doze anos, abrangia os cinco (5) anos do primário, os quatro (4) do ginásio e os três (3) do Curso Normal (este a partir de 1952).



Escola-Internato Dom Feliciano.

As internas chegavam ao Colégio muito crianças: algumas, porque falecera a mãe, e o pai preferia que a escola se encarregasse de sua educação; outras (a maioria) porque na época as estradas eram precárias e os meios de locomoção, escassos, razão pela qual a permanência direta na Escola oferecia maior facilidade. As famílias que encaminhavam suas filhas à Escola-Internato, certamente desejavam-lhes a educação esmerada e a preparação para a vida –, tanto no sentido de adquirirem um acervo cultural que as distinguisse, como para que assumissem com propriedade, quando adultas, seu lugar na sociedade e na constituição de novas famílias – ainda então célula-matriz dessa sociedade.

No universo ficcional de Raul Pompeia, a abertura da obra *O Ateneu* conduz a essa função do internato: “Vais encontrar o mundo”, podendo corresponder à enunciação “Serás preparado para o mundo”. Entre muros e portas fechadas, o internato representava o microcosmo social, a partir e no interior do qual era necessário “Coragem para a luta”. Guardadas as proporções entre a representação literária do internato pompeiano do século XIX e o colégio interno feliciano real do século XX, as internas efetivamente aprenderam a ser artífices de sua existência.

CHEGADA À ESCOLA E ROTINA DAS INTERNAS

A Escola fornecia uma relação de peças obrigatórias à aceitação das internas. O “enxoval” compunha desde o uniforme até as peças de uso íntimo. Os uniformes constituíam três distintos modelos: um uniforme para as aulas diárias, outro uniforme (de gala) para as missas de fim de semana, outro ainda para os desfiles cívicos, em especial o de 7 de setembro, e eram necessárias três (3) peças completas de cada item da relação.

O uniforme das aulas – saia plissada azul-marinho e blusa branca – assim como as demais peças (lençóis, camisolas, peças íntimas, toalhas) vinham bordados com o número que identificava a interna. Uma de nossas entrevistadas, que permaneceu dez anos na escola, lembrou que seu número era o 124. Tudo era preparado em casa, bordado pelas mães ou uma costureira.



Internas vestindo uniforme de gala.

O internato era organizado em alas separadas: a ala das meninas, de um lado do viaduto; a ala dos meninos, do outro. As internas compartilhavam dormitórios coletivos, separados conforme a idade – as pequenas, as médias, as grandes. A disciplina era extremamente rígida. Não podiam conversar nos dormitórios à noite – “mas conversavam!”, enfatizou uma das entrevistadas.

Uma dentre as Irmãs era encarregada de controlá-las e tinha a cela bem próxima ao dormitório, de onde poderia ouvir se houvesse algazarra. Algumas das irmãs eram muito queridas pelas internas. Especialmente as alunas menores gostavam de deitar-se nas camas mais próximas à cela da irmã, para ter seus cuidados – assim sentiam-se protegidas.

Os refeitórios eram também separados para meninos e meninas. Uma das ex-internas contou-nos que as meninas, para irem ao refeitório, tinham de passar pelo viaduto – em fila, vistoriadas por uma madre que as guiava. Algumas alunas, mais matreiras, aproveitavam essa passagem pelo viaduto e escapuliam para dentro das salinhas, que ficavam no caminho; corriam então para as janelas, abriam-nas e olhavam rapidamente para a rua. Tal risco, para elas, era extremamente excitante (e proibido): viam a praça, viam “gente” passando nas ruas. Tudo isso tinha de ser feito rapidamente, pois necessitavam voltar à fila antes que ela se afastasse. “Era um grande momento!”, disse-nos a ex-aluna que relatou esse acontecimento.

As refeições, por sua vez, também fazem parte das memórias das ex-internas, que normalmente gostavam das refeições. Podiam comer à vontade, repetir os pratos se desejassem. Grande parte dos ingredientes vinha da própria produção das irmãs, em especial verduras e frutas. Dentre as lembranças do refeitório estão “uma salada de batata-doce com cebolinha” e a cuca, de gosto especial: “Já comi cucas em diversos lugares, mas nunca mais como aquela que era feita pelas irmãs da cozinha do colégio,” mas “a carne de panela muito cozida também não esqueço mais, não como até hoje”; ainda, havia abundância de *chimias*, sucos e frutas.

A rotina no internato exigia que muito cedo se levantassem: o despertar era às cinco horas, quase madrugada. Faziam então a higiene pessoal, colocavam o uniforme e às seis horas assistiam a missa, na capela da Escola. Depois das rezas é que tomavam o café da manhã. Iniciavam-se, então, as aulas, que transcorriam até próximo ao horário do almoço. Havia tempo, no entanto, para algumas brincadeiras no pátio. Em seguida almoçavam e iam novamente para o pátio. À tarde, havia aulas ou estudos – até a tardinha ficavam ocupadas com matérias e leituras, entre as quais havia o horário do lanche.

Ao final da tarde, podiam usufruir novamente das brincadeiras no pátio e, por fim, às dezenove horas, era-lhes servido o jantar. Logo após essa refeição, recolhiam-se para os dormitórios. Perguntamos às entrevistadas sobre o espaço e a frequência dos banhos. Esclareceram que os chuveiros eram individuais, todavia o espaço era coletivo. Em 1930, tomavam banho uma vez por semana, aumentando para duas vezes por semana na década de 1940.

Irmã Elisa – que chegou em 1947 e permanece até hoje na escola – explicou-nos o motivo: a água era escassa – dependiam dos reservatórios da cisterna e do poço; não haveria, pois, água suficiente para o banho diário e ainda o preparo das refeições.

Outro aspecto pertinente à higiene e às necessidades fisiológicas foi-nos revelado por uma das então internas: na década de 1930, quando as atividades de internato iniciaram, durante a noite, se tivessem necessidade, usavam o urinol; depois, o conteúdo era despejado em uma grande “tina” que ficava em uma parte reservada do próprio dormitório. No outro dia, a tina seria “esvaziada” e limpa.

PASSEIOS, BRINCADEIRAS E TRAVESSURAS

Nem só de estudos e de rezas viviam as alunas internas. Elas recordam com empolgação e carinho dos passeios ao Sítio das Freiras – no Rincão da Madalena, ao Morro Itacolomi, à Pedra Redonda (Porto Alegre). Às vezes iam também a sítios e fazendas de algumas internas em Santo Antônio – “na fazenda dos Batistas” – disse-nos a voz saudosa de uma das entrevistadas: “Os passeios eram muito esperados e divertidos. Éramos acompanhadas por uma das Irmãs.” Durante esses passeios, uma das travessuras era colher frutas às escondidas: “Se houvesse morangueiros e uvas na chácara, pegávamos todos.”

Dentre as brincadeiras prediletas, as internas citaram: volei, sapata, jogo de damas, jogos de mesa, cartas, dominó e, “naturalmente, as travessuras”, que incluíam os namoricos. Nesse sentido, no dia a dia da Escola, a grande sensação era tentar o contato com os meninos. Na década de 1930, mesmo durante o recreio no pátio, uma irmã cuidava para que não se misturassem os grupos de meninas com os de meninos – o que não impedia que olhares, balinhas e bilhetes fossem trocados.

Já nas décadas de 1940 e 1950, no novo prédio da escola, em recanto do pátio, mais afastado, havia uma gruta junto a um muro. Os meninos fizeram um buraco nesse muro, pelo qual espiavam e conversavam com as meninas. Se uma delas tivesse um “namoradinho”, as colegas ficavam próximas, “cuidando”, enquanto a namoradeira ficava conversando com seu pretendente através do muro. Às vezes faziam “escadinha” com as mãos, e a “apaixonada” erguia-se por sobre o muro para ver e conversar com seu namorado.

Se alguma travessura fosse descoberta, eram “castigadas”. Os castigos não eram físicos, não havia desrespeito físico algum – as punições eram, normalmen-

te, rezas de terços, “às vezes de braços abertos e de joelhos”. Se o “delito” fosse mais grave, não poderiam sair para a casa dos pais em um determinado fim de semana. Conforme o caso, as irmãs comunicavam aos pais a “falta” cometida pela filha – o grande medo sempre era esse!

Outro dos “atos ilícitos” citados pelas depoentes remontava à curiosidade das internas em relação à privacidade das Irmãs: tinham grande curiosidade por ver as religiosas em seus momentos íntimos e foram muitas as vezes em que se arriscaram para espiá-las dentro de suas celas, principalmente à noite, para vê-las em seus reservados, em trajes íntimos.

Para fugir dos ofícios religiosos, também “aprontavam artes”: “Inventávamos dores e doenças, cólicas principalmente, como uma forma de fugir de rezas e da missa. Quando uma das internas realmente adoeceu, as irmãs não acreditaram, mas por fim os pais foram chamados e a interna foi levada para cirurgia de apendicite.” Lembrança marcante foi a morte de uma interna aos quatorze anos. O grupo de colegas, no dia do banho, ao ouvir a sineta no pátio da escola, subia correndo os vários lances de escada, “e a menina que era cardíaca, mas ninguém sabia, caiu nos últimos degraus diante do grupo.”

Afora essas lembranças, as ex-internas registraram também que era muito esperada a visita dos familiares. No período de internato, o convívio com a família era espaçado. Na década de 1940, viam os pais uma vez por mês. As alunas que moravam mais próximas iam ao final de semana para casa. Do contrário, os pais vinham à escola visitá-las, ocasião em que traziam guloseimas e davam algum dinheiro para as filhas. Na década de 50, a visitação dava-se uma vez a cada duas semanas.

ESCOLA-INTERNATO: IRMÃS EDUCADORAS

Nomes de irmãs e de mães que contribuíram na formação e educação das entrevistadas são muitos – de algumas elas lembram algum atributo físico, atitudes e qualidades:

* Irmã Odila – baixinha, com dificuldade de controlar as travessuras dos pequenos internos; tentava impor-se, mas não passava das ameaças e quando não sabia mais o que fazer frente à algazarra dos pequenos, ela dizia: “de repente sei que faço” – mas não: nada fazia!

* Irmã Flora – ministrava aulas de etiqueta, nos primeiros anos de internato.

* Madre Petronila, que, nas palavras das internas, era “uma sábia.”

* Madre Ana Wagner – irmã do saudoso Cônego Pedro Wagner; durante muitos anos ministrou aulas de piano.

* Madre Luizinha – professora muito querida de todos, “outra baixinha com problema sério de visão.”

* Madre Domingas

* Madre Alódia

* Irmã Aldônia

* Irmã Gertrudes

* Irmã Araci

* Irmã Cléssia – também um ícone entre as alunas. Era professora de Ciências Naturais, muito competente, cuidava do grupo de internas maiores e trouxe inovações para a escola, tais como: passeios, competições, concursos literários e saraus.

* Irmã Elisa – que chegou em 1947 e permanece até hoje na escola; primeiro cuidava do pátio, depois passou a dar aulas de Educação Artística e de trabalhos manuais.

* Irmã Soledade – chegada em 1949, transferida de Pelotas. Também permanece na escola até hoje. Quando chegou, cuidava dos pequenos na ala masculina. À noite, levava balas para sua cela – espaço reservado dentro de cada dormitório, onde a Irmã responsável por aquele grupo dormia, pois caso algum pequeno chorasse, o que era comum, ela os acalmava com balas, “mas isso fazia escondido da Madre”. Depois, Irmã Soledade ficou responsável pelo dormitório das meninas pequenas e lá permaneceu até terminar o internato; as pequenas, algumas ainda usando mamadeira, choravam e queriam que apenas ela as vestisse; outras retiravam as meias que uma das ajudantes colocara, só para receber o carinho e a atenção da irmã. Por fim, Irmã Soledade passou a cuidar do pátio e hoje abre a escola diariamente para receber os professores, mesmo aos 89 anos.



Depois de alguns anos de funcionamento e, principalmente, após a construção de prédios novos com excelentes instalações, a escola tornou-se uma referência e pessoas de diversos municípios procuravam o educandário para seus filhos estudarem. Há uma lista enorme de municípios gaúchos de onde vinham as alunas, destacando-se a capital, a qual tinha também excelentes escolas; e há registro também de alunas do estado de Santa Catarina.

Tradicionalmente, o termo “internato” pode conotar, em um primeiro momento, os sentidos de “tolhimento à liberdade”, “rigidez”, “deveres”, “disciplina exacerbada”. Nossas entrevistadas depuseram, no entanto, que a memória daqueles tempos – da rotina, dos estudos, das exigências – evoca-lhes a aprendizagem, nunca esquecida. Durante as entrevistas, percebemos claramente o encantamento com que se transferiram para os espaços desse passado. As ex-internas o fizeram com um poder evocativo que talvez elas próprias desconhecassem, presas que estavam a essas lembranças em um estado semiconsciente. Muitos contornos daqueles tempos certamente se perderam, mas há um despertar da saudade de si mesmo, que todos nós experimentamos ao recordarmos tempos idos – e vividos. Dá-se sempre esse reencontrar-se de si mesmo e do mundo, em que se misturam e se reedificam os espaços da memória.



Colégio Dom Feliciano e Casa do Império. Década de 1930.

ALUNO DO DOM FELICIANO HÁ MEIO SÉCULO

Amlton José de Oliveira

Ex-aluno da Escola, nascido em Rolante. Gravataí/RS

Quem me trouxe para Gravataí foi meu tio Dorival Oliveira, já faz pouco mais de cinquenta anos; foi em 1958. Mas, o que me trouxe a Gravataí foi a existência aqui de uma excelente escola de ensino secundário. Uma só. Mas, uma só já era muito nas cidades pequenas da década de cinquenta.

O educandário era a Escola Dom Feliciano, a mesma de hoje, dirigida com mão firme, na época, e agora por freiras católicas da Congregação do Imaculado Coração de Maria. Mas, algumas diferenças importantes existiam meio século atrás.

Dom Feliciano funcionava em regime de externato e de internato. Eram seus alunos externos, os gravataienses, filhos das famílias de classe média da cidade, e os que obtinham bolsas de estudo do poder público. Havia alunos externos de Cachoeirinha a Glorinha, mas tudo era ainda município de Gravataí. Mesmo assim, o número de alunos internos era maior do que o de externos. E grande parte dos internos era de outros municípios.

O internato era basicamente feminino, o que é de se esperar em escolas de freiras. As meninas eram atendidas em todo o ensino pré-universitário, nos três níveis de então: primário (quatro ou cinco anos) e ginásial (quatro anos), que somados equivaliam ao fundamental de hoje, e colegial (três anos), o médio atual. O ensino médio era exclusivamente o de magistério, na época denominado Curso Normal, que formava professoras para o ensino primário (“professoras”, pois o normal do “curso normal” é que fosse frequentado somente pelas moças, as “normalistas”).

Para o curso primário, eram aceitos meninos no regime de internato. Usavam uniforme de brim cáqui: calças curtas ou compridas e jaqueta com elástico na cintura e punhos abotoados. Nos eventos importantes e nas saídas da escola, usavam uniforme de gala: traje azul marinho, com botões dourados e cinto sobre a túnica. Nunca tive um uniforme de gala, pois os ginásianos só usavam o uniforme cáqui.

As moças usavam saia azul-marinho plissada e blusa branca. O vermelho do cinto e das letras da sigla na gravata azul marinho identificava o curso primário, como o branco caracterizava as alunas do ginásio. A saia das normalistas era cinza com apenas quatro pregas duplas (prega macho ou prega fêmea, sei lá) e a gravata era de fita dupla branca e vermelha, presa por um broche com o distintivo da escola. Moças e rapazes usavam sapatos pretos; tênis somente nas aulas de educação física. Nestas aulas, os calções das moças eram como bermudas bem folgadas, com elástico nas pernas.

Ocupávamos os prédios dos dois lados da Avenida Loureiro da Silva (então Rua Marechal Deodoro), que são ligados pela passarela elevada, coberta e com pequenas salas, muito conhecida como o “viaduto do Dom Feliciano”, uma das principais características da cidade.

Como regra geral, as turmas não eram mistas: eram formadas turmas exclusivamente femininas e exclusivamente masculinas. No primeiro ano do curso ginásial, havia a nossa turma de meninos externos (só aceitavam meninos internos no primário), uma turma de meninas externas e duas ou mais de internas. Na metade do curso, com as baixas pelas repetências e desistências, nós externos fomos juntados numa turma mista. E frequentamos o último ano numa turma única, externos e internas. Restavam somente cinco rapazes, cerca de dez por cento da turma. Concluímos o ginásio e fomos embora estudar em cidade grande, pois rapazes no Curso Normal só houve em raríssimas exceções.

No nosso último ano na Escola Dom Feliciano, em 1962, os cinco rapazes foram responsáveis pela extinção do tradicional uniforme cáqui. Como sua concepção inicial era para somente uso interno, o uniforme era prático, mas considerado muito feio. Acordamos com a então Madre Marta Maria (de saudosa memória) o uso, no segundo semestre, de um uniforme por nós proposto (criação da mãe do colega Tonho), em azul marinho com debruns brancos na blusa de malha. Nos anos seguintes, o uniforme dos cinco foi adotado por toda a escola.

SEPARADOS NO RECREIO

A então pouco usual convivência entre o masculino e o feminino em escola religiosa exigia cuidados especiais para separar meninos e meninas, moças e rapazes. Em casos excepcionais, até eram juntados em turmas mistas na sala de aula. Mas no pátio, jamais. Nem nas aulas de Educação Física e nem no recreio.

O pátio feminino ficava onde é hoje o pátio geral. O pátio masculino, para os meninos do primário, ficava no pátio hoje usado pela Escola Nicolau. E o pátio dos “perigosos” rapazes do ginásio? Não havia. A solução era soltar os rapazes, para passar o recreio na praça. Isto mesmo, na praça, entre a igreja e a estação rodoviária. E sem ninguém supervisionando, completamente livres.

Brincávamos de guerra entre os canteiros da praça, na época rodeados de cercas vivas. Como armas, os talos de folhas de mamoeiro, e, como munição, as sementinhas das árvores da praça. De lanche, comíamos um sanduíche “farroupilha” do bar do Seu Tito, um pouco adiante do hoje Restaurante Rodapizza, acompanhado de um refrigerante: laranjinha, gasosa de limão, pepsi-cola ou grapette. E voltávamos pressurosos para as aulas, ao toque de uma sineta na janela da esquina do Dom Feliciano, tirando da boca o chicle-balão Ping-Pong; sem atraso e sem gazeta. Isso há meio século.

Ah, a esquina em frente à Escola Dom Feliciano era o *point* dos rapazes da cidade nos horários convenientes para espiar as alunas internas forasteiras, na rápida passagem ou numa roubadinha na janela (em alguns casos, com direito a pegar bilhete jogado).



Formandos do ginásio em 1962 (da esquerda para a direita): Luís Alberto Luz do Prado, Paulo Roberto Brambilla, Luiz Tito Maurenre e Amilton José de Oliveira. O quinto, Luís Antônio Luz Constante, formou-se um mês depois, em 2ª época, por recuperação de uma matéria.



Turma de formandos do ginásio, em 1962, com a Madre Marta Maria, à esquerda, e Irmã Alcinda (Iracema Sperandei), à direita.



Uniforme de gala da Escola Dom Feliciano, na década de 1950, na 1ª Comunhão de Marco Antônio Schreiner Machado (o tope no braço não é do uniforme, é da 1ª Comunhão).

RAÍZES DA ESCOLA TUIUTI NOS SEUS 70 ANOS DE LUTAS E VITÓRIAS

Stela Maris Martins de Oliveira

Professora. Gravataí/RS

A Escola Estadual de Ensino Médio Tuiuti nasceu no período conhecido como Estado Novo (1937-1945). Neste período, o Estado intervinha diretamente na economia. O modelo econômico passou de agroexportador para o industrial. O Rio Grande do Sul continuou como fornecedor de gêneros agropecuários, abastecendo alimentos baratos para a população nacional, ficando assim o seu processo de industrialização cada vez mais distanciado do nacional. A década de 1940 também representou o fim das velhas charqueadas e a expansão do cultivo do trigo no RS. Há a crise na zona rural, tecnologias mais modernas começaram a dispensar trabalhadores, que já ganhavam pouco, e estes passam a migrar para as zonas urbanas. É o que chamamos de êxodo rural. Em função da Segunda Guerra Mundial a metalurgia gaúcha expandiu-se.

Os estados brasileiros eram governados por interventores nomeados por Getúlio Vargas. Era interventor do nosso Estado, neste período, o gaúcho, General Cordeiro de Farias. Ele realizou na Educação do Rio Grande do Sul algumas modificações. O Secretario de Educação J. P. Coelho de Souza ampliou os quadros do magistério e a rede de escolas do Estado. Proibiu o ensino do idioma alemão nas escolas, principalmente nas áreas de colônia. promovendo a chamada, “brasiliannização”. Esta atitude se intensificou ainda mais com a Segunda Guerra Mundial e a preocupação de nazismo nas colônias. Em 1943 Cordeiro de Farias se integrou à Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália, sendo nomeado para substituí-lo Ernesto Dorneles. É o período da redemocratização do Brasil.

A Escola Estadual de Ensino Médio Tuiuti completou no dia 20 de janeiro de 2010, 70 anos. Ela iniciou suas atividades em 1940, como Escola Isolada Passo da Taquara, na zona rural de Gravataí. Tinha, em media, naquela época, 50 alunos do 1º ao 4º ano, de 1 a 2 professores e 1 funcionário.

Atualmente, a escola tem aproximadamente 1200 alunos, 73 professores e 16 funcionários. Está organizada nos três turnos, manhã, tarde e noite, oferecendo Ensino Fundamental - Séries Iniciais, Ensino Fundamental - séries finais e Ensino Médio.

São 70 anos de lutas históricas. No ano de 2008, a escola se fez integrante do Projeto Jovem do Futuro – Instituto Unibanco. Esta conquista foi um feito da direção atual, na pessoa da atual diretora, Janice Soares de Oliveira, que está sempre atenta a todas as oportunidades e novidades que possam melhorar a qualidade de ensino desta instituição.

A partir desta pesquisa declaramos à sociedade gravataiense as verdadeiras origens da nossa escola. Traçando um paralelo entre os fatos pitorescos da Tuiuti Rural e da Tuiuti Urbana confirmam-se as verdadeiras raízes da nossa história.

A Tuiuti Rural foi responsável pelas características atuais da Escola Tuiuti, mesmo que os alunos e professores do Passo da Taquara não tenham vindo junto com a escola para a zona urbana. É muito impressionante esta constatação, por isso estamos verdadeiramente resgatando as raízes da história da Escola Tuiuti.

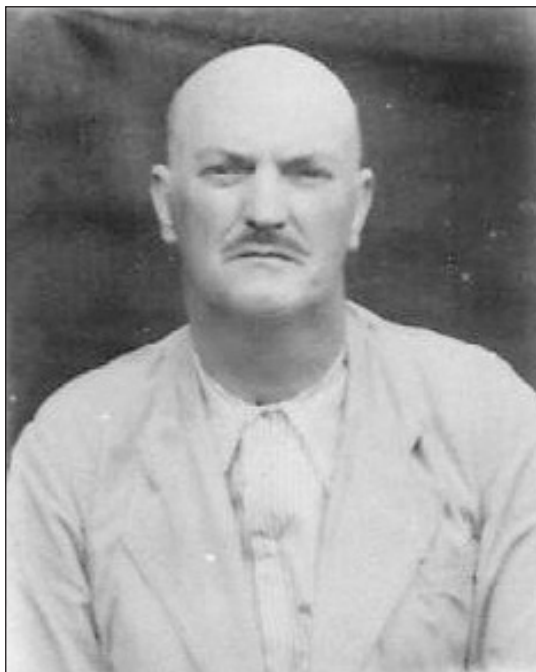
A comunidade Tuiuti do Passo da Taquara e Bonsucesso mostram os seus valores e as causas que deram origem a uma Escola tão forte e inovadora. Valores estes que caracterizam a escola como guerreira, que nunca foge das batalhas, que ultrapassa os obstáculos e conquista muitas vitórias.

CRONOLOGIA DOS 70 ANOS DE TUIUTI

1ª FASE: (1940-1972) – Escola Tuiuti (Passo da Taquara - Gravataí)

Em 1940, o Sr João Alves Coruja, agricultor e comerciante, nascido em Gravataí e residente na parada 113 da RS 030, Passo da Taquara, construiu em suas terras, a Escola Isolada Passo da Taquara. A comunidade estava crescendo, seus filhos e as outras crianças da comunidade precisavam estudar e as escolas ficavam distantes. Foram construídas então, integradas à sua residência, as salas de aula da recém nascida Escola Tuiuti.

Em companhia de sua esposa, Joana Baier Coruja, o Sr. João Alves apoiou todas as atividades da recém inaugurada escola. Eram realizadas missas, piqueniques, comunhão e festas com a força e garra do Sr. João. Tudo que se fazia era em prol da Escola Tuiuti. Até mesmo o Salão do Esporte Clube Tuiuti foi construído em suas terras.



Sr. João Alves Coruja, fundador da Escola Tuiuti em 1940.

Em 1944, a Escola Isolada, passou para a parada 112, alguns metros antes do anterior endereço, numa estrutura melhor com 6 salas. Sua designação foi alterada para Escola Reunida Tuiuti,¹ também chamada de Grupo Escolar Tuiuti,² e pertencia ao estado. A construção era de madeira, apresentando 2 salas de aula e 4 salas especiais. As salas tinham capacidade média de 25 alunos, e a capacidade total do prédio era para 60 alunos. O funcionamento se dava em apenas um turno. Hoje, nesta área, está a Escola Municipal Farroupilha. A família de seu João Alves Coruja continua morando no Passo da Taquara, nas terras enfrente à área da primeira Escola Tuiuti. O Sr. João faleceu aos 57 anos, em 28 de outubro de 1949, e sua esposa aos 100 anos.

1 Designação encontrada nos Boletins de Registros Mensais da Escola, inclusive com carimbo.

2 Designação encontrada no livro de registro escolar (Modelo I), Convênio de Estatísticas Educacionais de 1931, República dos Estados Unidos do Brasil, Grupo Escolar Tuiuti, Passo da Taquara, parada 112. Abertura dos registros 22-04-1949. Período de registro 1949-1971.



Escola Isolada Passo da Taquara (1º nome da Tuiuti).



Primeiras professoras da Escola Tuiuti



Primeiros alunos da Escola Tuiuti.

Em outubro de 1969, ocorreu nova alteração na designação. A escola passou a se chamar Escola Rural Tuiuti, (criada pelo Decreto 19.818, de 13/08/1969), ainda localizada no Passo da Taquara.

A partir de entrevista feita com alunos que estudaram na Tuiuti, nas décadas de 1940, 50, 60 e 70 foi constatado que boa parte dos

ex-alunos ainda reside no Passo da Taquara, e que a localidade continua sendo o “berço da Escola Tuiuti”. É uma comunidade bastante receptiva, apaixonada pela Tuiuti. A comunidade não aceita e, não entende, a mudança de endereço da escola. Para eles a Tuiuti é parte de sua história e, consideram um desrespeito e desconsideração das autoridades, que mudaram a Tuiuti sem nem dar explicação.

Entrevistamos três casais que estudaram na Tuiuti original, eram colegas de escola e vieram a constituir família. Os seus filhos também estudaram na Tuiuti, alguns já na Escola Municipal Tuiuti.³

Entrevistados:

- O casal Sadi Alves Coelho – 66 anos (aluno de 15/03/1949 a 15/12/1954, do 1º ao 4º ano)⁴ e Maria Celoni Santos Coelho, nome de batismo Maria C. Soares Santos (aluna de 01/03/55 a 15/12/1960).
- O casal José Soares do Santos (aluno de 02/03/1953 a 1960) e Vera Regina de Ávila Santos (aluna de 09/03/1959 a 15/12/1966).
- O casal Dilso Alves Coelho (o aluno mais antigo entrevistado) e Renita Alves de Oliveira, atualmente Renita Evani Oliveira Coelho (11/03/1957 a 15/12/1961). Seu Dilson fundou, juntamente com seu Tito Ourique, o Esporte Clube Tuiuti. Muito sentimental, a vida dele era o Tuiuti, se emociona, pois não aceita a mudança de endereço da escola. Era Dj, iluminava e colocava som nas festas em várias localidades. Era jogador e fundador do 1º Time do Tuiuti e coordenou os outros times que vieram nos anos posteriores. Sua vida sempre foi em prol da Escola e Time Tuiuti.

3 A Escola Rural Tuiuti passa para a Vila Branca ficando, no Passo da Taquara, a Escola Municipal Tuiuti

4 O aluno podia entrar com menos de 7 anos na série, mas tinha que frequentar novamente o 1º ano.



*Salão Esportivo e Cultural Tuiuti –
Passo da Taquara.*

Concedeu-nos entrevista, também a ex-aluna (02/03/1951 a 15/12/1954), ex-professora e diretora (1964 a 03/1970) da Escola Rural Tuiuti, a Prof^a Maria Nelci Silveira, filha de Tito Ourique Silveira que, juntamente com o seu Dilson Coelho, fundou a Associação Esportiva e Cultural Tuiuti.

Em outubro de 1969, a escola passou a se chamar Escola Rural Tuiuti, no bo-

letim de outubro, ainda tendo como diretora Maria Nelci, que permaneceu até 23/03/1970. Sua localização se manteve no Passo da Taquara.

Ainda no Passo da Taquara, no dia vinte e dois de março de mil novecentos e setenta e dois foi feita 1^a reunião entre professoras e pais para tratar sobre a fundação do Círculo de Pais e Mestres. Ficou assim constituído:

Presidente: Evaldo Neves

Vice-Presidente: Adão Marcelino Cardoso

1^o Secretário: Carlos Scheuermann

2^o Secretário: Izette Valle Paixão

1^o Tesoureiro; Mario Dias da Costa

Conselho Fiscal: Cleiva Moreira, Alcedina Padilha, Terezinha Luiz de Souza Lopes, Zilda Cardoso e Aparício Gonçalves.

Tabela 1: Demonstrativo da Escola Tuiuti – Passo da Taquara (1940 -1972)

| Ano | Total de Alunos | Regente responsável pela direção da escola |
|-------------------|-----------------|--|
| 1944 ¹ | 64 | Dolly C. Salomoni |
| 1945 | 65 | Dolly C. Salomoni |
| 1946 | 73 | Gladis Andrade |
| 1947 | 38 | Gladis Andrade |

| | | |
|------|-----------------|--|
| 1948 | 33 | Dirce Maria Barcelo |
| 1949 | 54 | Gemmale Rossi |
| 1950 | 54 | Gemmale Rossi |
| 1951 | 40 | Gemmale Rossi |
| 1952 | 44 | Vilma Pellizzoni |
| 1953 | 45 | Lucy Petry |
| 1954 | 67 | Lucy Petry |
| 1955 | 53 | Sirena Carpes Teles |
| 1956 | 54 | Eny B. Pereira |
| 1957 | 47 | Eny B. Pereira |
| 1958 | 50 | Eny B. Pereira |
| 1959 | 38 | Eny B. Pereira (até 31/08) e Soemy Castro |
| 1960 | 52 | Soemy Castro |
| 1961 | 60 | Ency Theresinha A. da Rocha |
| 1962 | 41 | Ency Theresinha A. da Rocha |
| 1963 | 44 | Noêmia Ávila Ferreira |
| 1964 | 48 | Maria Nelci da Silveira |
| 1965 | 47 | Maria Nelci da Silveira |
| 1966 | 49 | Maria Nelcy da Silveira |
| 1967 | 51 | Maria Nelcy da Silveira |
| 1968 | 80 | Maria Nelcy da Silveira |
| 1969 | 63 | Maria Nelcy da Silveira |
| 1970 | 72 | Maria Nelcy da Silveira (03/1970) e Maria Helena Herzog Bueno |
| 1971 | 53 | Maria Helena Herzog Bueno (até junho) Rosalina Maria Leite de Assis (a partir de Julho) ² |
| 1972 | 39 ³ | Rosalina Maria Leite de Assis (até abril) ⁴ |

Fonte: Registros Escolares - E. E. E. M. Tuiuti. - Organização: Prof^a Stela Maris.

2ª FASE: (1972 a 1983) – Escola Tuiuti (Vila Branca - Gravataí)

Em abril de 1972, houve a troca de prédios. A Escola Rural Tuiuti passou a funcionar na Vila Branca, no Distrito Barnabé, em prédio do município (Bol. De abril de 1972). Assume a direção a Prof^a Realina Rosa de Oliveira, permanecendo apenas

por dois meses, de abril a maio de 1972. Conforme ata do dia 20 de junho de 1972 a troca de direção ocorreu a pedido da Diretora Realina. Em junho de 1972 (Fono 1744/72 de 21/06/72) assumiu a professora Mercedes Basler, permanecendo até 1974. A escola ainda pertencia à Região Escolar. As características do novo prédio são: 5 salas de aula de madeira, nenhuma especial, com capacidade para 300 alunos, distribuídos em 2 turnos. A capacidade média das salas é de 25 alunos. Devido a todas estas alterações o número de professores aumentou bastante.

Com o Decreto 26.407, de 20/12/1977, no Governo de Sinval Guazelli, a Escola Rural Tuiuti passou a se designar Escola Estadual de 1º Grau Tuiuti. O Secretário de Educação nesta época era Airton Santos Vargas.

A fase da Escola na Vila Branca foi muito complicada. Foi um período de grandes dificuldades infraestruturais. A escola não oferecia condições adequadas para o desenvolvimento das atividades didáticas e, também tinham que enfrentar muito vandalismo e violência, principalmente, durante as aulas do noturno.

No Boletim de setembro de 1972, a diretora Mercedes já apontava os problemas enfrentados pelo prédio recém instalada a escola: “Passamos a 4 horas diárias na última semana, ocupando, em estado precário, as salas de aula do prédio em construção.”

Em outubro de 1972, foram ocupadas as 10 salas de aula, passando a capacidade para 600 alunos, numa média de 25 a 30 alunos, por sala, distribuídos em dois turnos e em duas salas especiais, todas de madeira.



Escola Rural Tuiuti - Vila Branca.



Alunos da Escola Rural Tuiuti.

Após anos de manifestações e reivindicação, durante a gestão da Prof^ª Maria Cecy Ourique, em 1983, a Escola Tuiuti passou para o Bairro Bonsucesso, para uma escola nova e inacabada. A Escola Tuiuti permaneceu na Vila Branca por 11 anos.

Em 25/11/1973, foi feita a 2^a eleição para a diretoria do Circulo de Pais e Mestres da Escola Rural Tuiuti Vila Branca⁵, pois devido à transferência da escola para a Zona urbana, a formação de 1972 deixou de existir.

Conselho Fiscal: Osvaldo Pires, Carlos Nadir Gonzáles, Marcionilio Prestes de Matos e as Prof^ª Berenice e Maria do Carmo.

Tabela 2: Demonstrativo da Escola Tuiuti – Vila Branca (1972 -1983)

| ANO | TOTAL ALUNOS | DIREÇÃO DA ESCOLA |
|------|--------------|--|
| 1972 | 476 | Realina Rosa de Oliveira Mercedes Helena Basler (a partir de junho) |
| 1973 | 576 | Mercedes Helena Basler |
| 1974 | 724 | Mercedes Helena Basler |
| 1975 | 920 | Mercedes Helena Basler |

⁵ Muitas tentativas foram realizadas para a fundação do COM, mas a mesma só ocorreu em 21 de agosto de 1978.

| | | |
|------|------|--------------------|
| 1976 | 1176 | Maria Cecy Ourique |
| 1977 | 1117 | Maria Cecy Ourique |
| 1978 | 1041 | Maria Cecy Ourique |
| 1979 | 1070 | Maria Cecy Ourique |
| 1980 | 1069 | Maria Cecy Ourique |
| 1981 | 1211 | Maria Cecy Ourique |
| 1982 | 939 | Maria Cecy Ourique |

Fonte: Registros Escolares – E. E. E. M. Tuiuti. - Organização: Profª Stela Maris.

3ª FASE: (1983-2010) – Escola Tuiuti (Bonsucesso - Gravataí)

As dificuldades enfrentadas pela Escola nas décadas anteriores fizeram com que a comunidade se unisse e para reivindicar a construção de um prédio novo. Foram anos de muita batalha até que em 1983 a Escola foi transferida para o prédio inacabado na Av. Borges de Medeiros, no Bairro Bonsucesso.

Pelo Decreto 30.482, de 17/12/1981, portaria 16.287 de 20/04/1983, passou a chamar-se Escola Estadual de 1º e 2º Graus Tuiuti, localizada no Bairro Bonsucesso. Iniciava-se uma nova etapa para a Escola, após períodos de muitas lutas e conquistas.

Com a portaria 000158, de 06 de junho de 2000, nossa Escola recebeu a denominação atual: Escola Estadual de Ensino Médio Tuiuti.

Tabela 3: Demonstrativo Escola Tuiuti – Bonsucesso (1983-2010)

| ANO | TOTAL ALUNOS | DIREÇÃO DA ESCOLA |
|------|--------------|--|
| 1983 | 1129 | Maria Cecy Ourique |
| 1984 | 1181 | Maria Cecy Ourique |
| 1985 | 1319 | Maria Cecy Ourique |
| 1986 | 1374 | Maria Cecy Ourique |
| 1987 | 1070 | Maria Cecy Ourique |
| 1988 | 980 | Maria Cecy Ourique (até 24/11) Sérgio Pires (a partir de 25/11) |
| 1989 | 1088 | Sérgio Pires |
| 1990 | 1118 | Sérgio Pires |
| 1991 | 1335 | Sérgio Pires |
| 1992 | 1314 | Sérgio Pires |
| 1993 | 1392 | Sérgio Pires |
| 1994 | 1356 | Sérgio Pires |

| | | |
|------|------|---|
| 1995 | 1383 | Sérgio Pires Lorena Renata Ulrich Brandini |
| 1996 | 1467 | Janice Soares de Oliveira |
| 1997 | 1476 | Janice Soares de Oliveira |
| 1998 | 1493 | Janice Soares de Oliveira |
| 1999 | 1520 | Janice Soares de Oliveira |
| 2000 | 1535 | Amélia Beatriz B. Sampaio |
| 2001 | 1487 | Amélia Beatriz B. Sampaio |
| 2002 | 1269 | Amélia Beatriz B. Sampaio |
| 2003 | 1175 | Amélia Beatriz B. Sampaio |
| 2004 | 1348 | Amélia Beatriz B. Sampaio |
| 2005 | 1228 | Amélia Beatriz B. Sampaio |
| 2006 | 1168 | Amélia Beatriz B. Sampaio |
| 2007 | 1123 | Janice Soares de Oliveira |
| 2008 | 1082 | Janice Soares de Oliveira |
| 2009 | 1053 | Janice Soares de Oliveira |
| 2010 | 1188 | Janice Soares de Oliveira ⁵ |

Fonte: Registros Escolares - E. E. E. M. Tuiuti. - Organização: Profª Stela Maris.

Atualmente temos uma ótima estrutura física e humana. Os quase 1200 alunos podem participar de vários projetos. A Escola desenvolve várias atividades extraclasses e oficinas como: Esporte, Teatro, Dança, Rádio Jovem, Monitoria, Festival Musical de Talentos, ExpoTuti, Projeto Gentileza Gera Gentileza, Laboratório de Psicopedagogia, Reforço Escolar, etc. Professores e funcionários têm participado de qualificação e eventos de integração e descontração. Pais participam ativamente nos eventos e das reuniões didáticas.

Em 2007, a Escola conquistou, com a atual diretora, Janice Soares de Oliveira, o Projeto Jovem de Futuro. É um Projeto do Instituto Unibanco que visa melhorar a qualidade do Ensino Médio e diminuir a evasão. A Tuiuti foi destaque no projeto em 2008 e 2009.

Em 2010, a Escola conquistou mais uma grande vitória: a implantação do Curso Técnico em Logística. Graças ao grande apoio do Sr. Elton Luis Dutra Ferreira, Coordenador da 28ª CRE, o curso entrará em vigor, beneficiando a comunidade.

A Escola Tuiuti, nestes 70 anos de existência, foi responsável pela formação de muitos cidadãos. Alguns deles tiveram grande destaque na sociedade gravataiense, gaúcha e mesmo nacional. Foram alunos da nossa escola: vereadores,

ex-vereadores, vice-prefeito, ex-prefeito, secretários, ex-secretários municipais, muitos empresários, comerciantes, agricultores, Marcio de Sousa, Jairo Santerra, Amaro Hilbert, Airton Leal, Cristiano Kingeski e o Sérgio Stazinsk. Os empresários Sadi Coelho, Dílson Coelho, Adão Coruja, dentre outros.

Alguns de nossos ex-professores seguiram carreira política: Mercedes Helena Basler, ex-vereadora e presidente da Câmara de Vereadores; Daniel Luis Bordignon, ex-vereador, ex-prefeito e deputado estadual; Tânia Ferreira, vereadora e Rita Sanco, atual prefeita do município de Gravataí.

O resultado dos esforços somados, a paixão e dedicação de todos, alunos, pais, professores, funcionários e de todas as equipes diretivas, que nestes 70 anos já passaram por aqui, é uma Tuiuti cada vez melhor.



E. E. M. Tuiuti - Bonsucesso.



Administrativo.



Vista externa do Administrativo.



Quadra Poliesportiva.



Alunos e professores em atividades.

REFERÊNCIAS

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação e Cultura. Atas de Encerramento de ano letivo. Gravataí: Escola Tuiuti, 1972-1999.
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação e Cultura. Atas de reuniões. Gravataí: Escola Tuiuti, 1957-1999.
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação e Cultura. Atas de Posse Gravataí: Escola Tuiuti, 1957-1999.
- LOPES, Luiz Roberto. *Brasil recente: instituições e problemas*. 2 ed. Porto Alegre: Sagra, 1987.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 8ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.
- REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Convênio de Estatísticas Educacionais de um Livro de registro escolar (modelo i), 1931, Grupo Escolar Tuiuti, Passo da Taquara, parada 112. Abertura dos registros 22/04/1949 (período de registro: 1949-1971).

AULAS NO BARNABÉ

Laura Maria Recchia Eltz

Professora. Gravataí/RS

APRESENTAÇÃO

Este relato é o resultado obtido até agora pela Equipe do Projeto Pró-Memória do Bairro São Geraldo e região do Barnabé, sobre um assunto muito caro ao grupo, que se refere aos primórdios do ensino na região pesquisada.

PRIMEIRAS AULAS NO BARNABÉ

Ao desenvolver um trabalho leigo de pesquisa histórica, entrevistando moradores antigos do Bairro São Geraldo e região do Barnabé, a equipe do Projeto Pró Memória ouviu relatos afirmando que nessa região, no início do século XX, uma senhora chamada Maximília Costa, filha de José Francisco da Silva Costa, dava “aulas em casa”, na Estrada Itacolomi, nº700. Os depoimentos nos levaram a supor que essas aulas podem ter sido a semente que deu origem ao Grupo Escolar José Maurício.

RELATOS

O relato oral da bisneta Edy Pacheco Espíndola informa que: “José Francisco da Silva Costa era professor em Porto Alegre, e depois se transferiu para a cidade de Vacaria.”

Por relatos de outra bisneta Nadir Pacheco Recchia: “José Francisco casou-se em Vacaria, com uma serrana de nome Floresbella Antonia e tiveram quatro filhos: Emiliano, Franklin, Rosa e Maria Raphaela. Foi proprietário de tropas de

mulas; diziam “tropeiro”. Em meados do século XIX, já viúvo, mudou-se para Gravataí, casou-se em segundas núpcias com Virgínia Costa, e residiu na estrada para o Itacolomi, nº700, onde ainda existem as figueiras centenárias como ponto de referência. O casal teve numerosa família: Marcelino, Fellipa, Maximília, Josephina, Honorina, Etelvina, Adeodato, Octacílio e Silvio.”

Os relatos de Jerônimo Timóteo da Fonseca afirmam que: “A filha Maximília não se casou, dedicando-se a ensinar em casa de seus pais. Dona Maximília usava a palmatória e ensinou até bem idosa. Alguns de seus alunos: Antonio José de Oliveira, Seu Nico; Carmelina Antonia da Silva, mãe da professora Zeli Tereza Motta. Naquela época, Dona Maximília recebia alunos até da Costa do Itacolomi.”

Segundo dona Zilda Pacheco: “Depois de trabalhar na casa do pai, Dona Maximília passou a dar aulas numa peça, nos fundos de uma “venda” (Armazém dos Schmitz), entre as paradas 67 e 68, próximo ao local onde mais tarde se localizou a Caixa Econômica Federal, agência Barnabé. Marcando o local ainda existem os velhos pinheiros na calçada. Mais adiante as aulas foram dadas numa outra casa, da mesma família, onde hoje está o Clube Veterano entre as paradas 67 e 68. Conseguiram depois a professora Amélia Schames, mais tarde a Professora Adelina Bacelar, que também usava a palmatória.”

Ainda segundo Dona Zilda: “A escola mudou novamente de lugar, vindo para o Salão de Bailes do Sr. Luis Caetano Mendes, onde hoje está a Escola de Natação Água Viva. Veio então de Porto Alegre, a professora Iara Magalhães Evangelho. Foi quando meu pai me apresentou para ajudá-la voluntariamente, pois eu já havia estudado um pouco, em escola do centro do município.”

Dona Zilda relembrou também que: “Mais tarde veio a Higiene (Órgão da Inspeção Sanitária) e disseram que Salão de Baile não poderia ser escola. Mas acabou indo o colégio para outro salão, na Avenida Brasil (hoje esquina com a Dr. Jorge), que era o Salão do Sr. Arlindo Montim. Ali então foram se organizando as turmas por série com outros professores: a professora Ivani que vinha de São Leopoldo e morava durante a semana com meus tios Lindoca e Bem.”

Outro depoimento enriquecedor foi o da professora Tereza Dilma de Quadros, que se reportou aos anos de 1937 a 1939: “A Escola do Barnabé, assim era o nome, porque aqui era um distrito de Gravataí. Essa escola funcionava no Salão de Baile da casa de meus pais (Luís Caetano Mendes e Gertrudes) ao lado da Escola de Natação Água Viva. As professoras que me recordo eram: Ceni Bernardes e Oia-ra. Dali foi para o salão do Sr. Francisco (alugado de Arlindo Montim), localizado na esquina da Rua Dr. Jorge com a Av. Brasil. Depois foi para um galpão que estava

localizado pelas imediações onde é a chácara do finado Dr. Bruno Wagner. Esse galpão foi cedido pelo Sr. Geraldo Barreto Viana, filho do fundador da Vila São Geraldo, José Barreto Viana. Era de chão e com muitas frestas, por esse motivo funcionou pouco tempo, tendo em seguida passado para o Salão do Sr. Darci Lopes; seria mais ou menos nos anos 1941 a 42. O Salão ficava na parada 73, próximo ao BIG. Então vieram três professoras de Porto Alegre: Evani Fernandes Meira, Nanci Mattos e Eva Rochembaker. As duas primeiras hospedavam-se durante a semana na casa do Tio Bem, ao lado da escola, devido a dificuldade de ônibus. Mais tarde, a casa foi alugada para um casal de professores de Porto Alegre, Seu Reinaldo Torquette e Aracy, ficando ele como diretor. Recordo-me também da professora Gládis Corrêa, casada com o Sr. Eli Corrêa, que após o casamento vieram morar na casa em frente à Escola.”

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Com base nos dados colhidos nas entrevistas e documentos, podemos fazer algumas considerações: - havia antigamente aulas dadas nas casas de famílias, para grupos pequenos de alunos; - o termo “Escola no Barnabé ou Escola do Barnabé” é citado; - várias professoras vieram de Porto Alegre ou de outros municípios para dar aulas no Barnabé depois de dona Maximília Costa: Amélia Schames, Adelina Bacelar, de Porto Alegre, Iara ou Oiara Magalhães Evangelho, de Porto Alegre, Ivani ou Evani Fernandes Meira, de São Leopoldo, Nanci Mattos, Eva Rockembaker e o casal de professores Arnaldo e Aracy Torquette, entre outros; - o nome mais antigo citado de professora leiga que deu aulas no Barnabé é o da Sra. Maximília Costa; - Zilda Pacheco conheceu dona Maximília, mas não foi sua aluna; - pela data da morte do pai de Maximília Costa ocorrida em janeiro de 1907, podemos afirmar que ela ministrava aulas nessa época, e poderia ter ministrado aulas até mesmo antes, talvez nos anos finais do século XIX.

Nota: José Francisco da Silva Costa faleceu em 3 de janeiro de 1907, com 76 anos e está enterrado na sepultura número 9 da ala 21, na Quadra 02 do Cemitério Central de Gravataí, e sua segunda esposa Virgínia Costa faleceu no ano seguinte, aos 61 anos, em 28 de janeiro de 1908 e está enterrada ao seu lado.

Do tempo em que a Escola funcionou no Salão de Luis Caetano Mendes, a equipe conseguiu a documentação oficial mais antiga até agora encontrada, a qual nos foi cedida gentilmente por Maria Elaine Lessa, filha da referida professora. A

documentação se refere à nomeação para o exercício na Aula Isolada do Barnabé, da “professora-mestra” Ceni Bernardes, expedida pela Secretaria dos Negócios da Educação e Cultura, assinada pelo Secretário da época, Sr. Othelo Rosa, datada de 12 de fevereiro de 1937.

Mais tarde, quando a escola funcionou no Salão do Sr. Arlindo Montim, na esquina da Avenida Brasil com a Rua Dr. Jorge, foram organizadas turmas por série com vários professores.

O Loteamento da Vila São Geraldo iniciou em 1940. Portanto, por essa época pode a escola ter funcionado no galpão cedido.

A data de fundação ou de oficialização da Escola Estadual José Maurício consta como 29 de abril de 1941 e pode ter sido na época em que houve a mudança para o Salão de Bailes do Sr. Darci Lopes.

Também a professora Gladis Corrêa, casada com o Sr. Eli Correa, que mais tarde tornou-se Prefeito de Gravataí, trabalhou no Grupo Escolar José Maurício e o casal até residiu em frente à escola, enquanto essa funcionou no Salão do Sr. Darci Lopes.

Pelos relatos que temos e fazendo o caminho inverso no tempo, podemos afirmar que o ensino no Barnabé, antes de se estabelecer em prédio próprio, na Avenida XV de novembro, funcionou em vários outros locais: 1) Estrada Itacolomi, 700; 2) Armazém dos Schmitz (Pinheiros); 3) Salão de Bailes de Luiz Caetano Mendes (Água Viva); 4) Salão de Bailes do Sr. Arlindo Montim, Avenida Brasil, esquina Dr. Jorge; 5) Galpão da Companhia Loteadora da Vila São Geraldo; 6) Salão de Bailes do Sr. Darci Lopes, na parada 73, próximo ao BIG; 7) Em prédio próprio, na Avenida XV de novembro, entre as paradas 72 e 73, desde 1954.

CONCLUSÃO

Este é um trabalho leigo, voluntário e de difícil comprovação. Por isso podem ocorrer falhas e incorreções, porque a nossa pesquisa histórica é quase toda baseada apenas na oralidade, estando sujeita a controvérsias. Esperamos que nosso trabalho sirva para motivar outras pessoas a contribuírem com o Projeto através de depoimentos, fotos, documentos e informações sobre o ensino na região do Barnabé.

ESCOLA MUNICIPAL ÁUREA CELI BARBOSA

Leliane Schmidt Kobls

Professora Especialista em Educação. Gravataí/RS

Nossa escola é o exemplo de integração e progresso de uma região de nossa cidade. Estamos situados num espaço, hoje delimitado pelas Av. Dorival Candido Luiz de Oliveira, RS 118, estrada Passo do Carvalho e estrada Itacolomi. Inicialmente, eram propriedades rurais, exploradas com pecuária, produção de leite, produção de cerâmica e madeira. Os maiores proprietários eram das famílias Ferreira e Gomes. Esta era liderada pelo Sr. Anápio Gomes, que foi um dos principais atacadistas de secos e molhados da região, e que facilitou o desenvolvimento urbano da mesma. Não existia água encanada e as ruas eram por trilhas em função do tráfego de carroças e carroções. Com a urbanização crescente da região, vilas foram sendo construídas, tais como: Vila do DAER, Vila Natal, Vila Nara, Vila São Vicente, hoje bairro São Vicente.

A educação escolar surgiu por iniciativa de moradores locais, que montaram a escola inicialmente na casa de dona Olinda, que também trabalhava como diretora. Mais tarde, passou para outra residência, esta da família Pedro Maia, na Rua Otávio Schames, tendo como diretora a Sra. Amélia Mello de Lima, contando com três professoras: Benedita Fonseca, Rita Kumm e Diva dos Santos Marcos. Tanto era o esforço e interesse da comunidade, que alunos, hoje ainda vivos dão o testemunho de que as classes eram geminadas e havia goteiras no telhado. Era ensino oficial primário, mas que oportunizou a introdução da cultura na nossa comunidade. Com a procura crescente, por parte da população local, e pelo trabalho meritório oferecido por essas cidadãs, a prefeitura, no ano de 1940, construiu na vila São Vicente, na Rua Marco Polo, a nossa escola, que teve como diretora a senhora Marília de Oliveira, e, posteriormente, a senhora Maria dos Anjos Fialho.

Uma das atividades que mostra a dedicação desses professores é que os pães da merenda escolar eram cozidos em fornos de barro, construídos por eles na própria escola. Também foi criada a “horta do colégio”, onde eram plantados re-

polho, aipim e outras hortaliças. Mas o que chama a atenção é que, mesmo sem vigilância, nunca se registrou, naquela época, qualquer tipo de roubo desses produtos que eram destinados à merenda escolar.

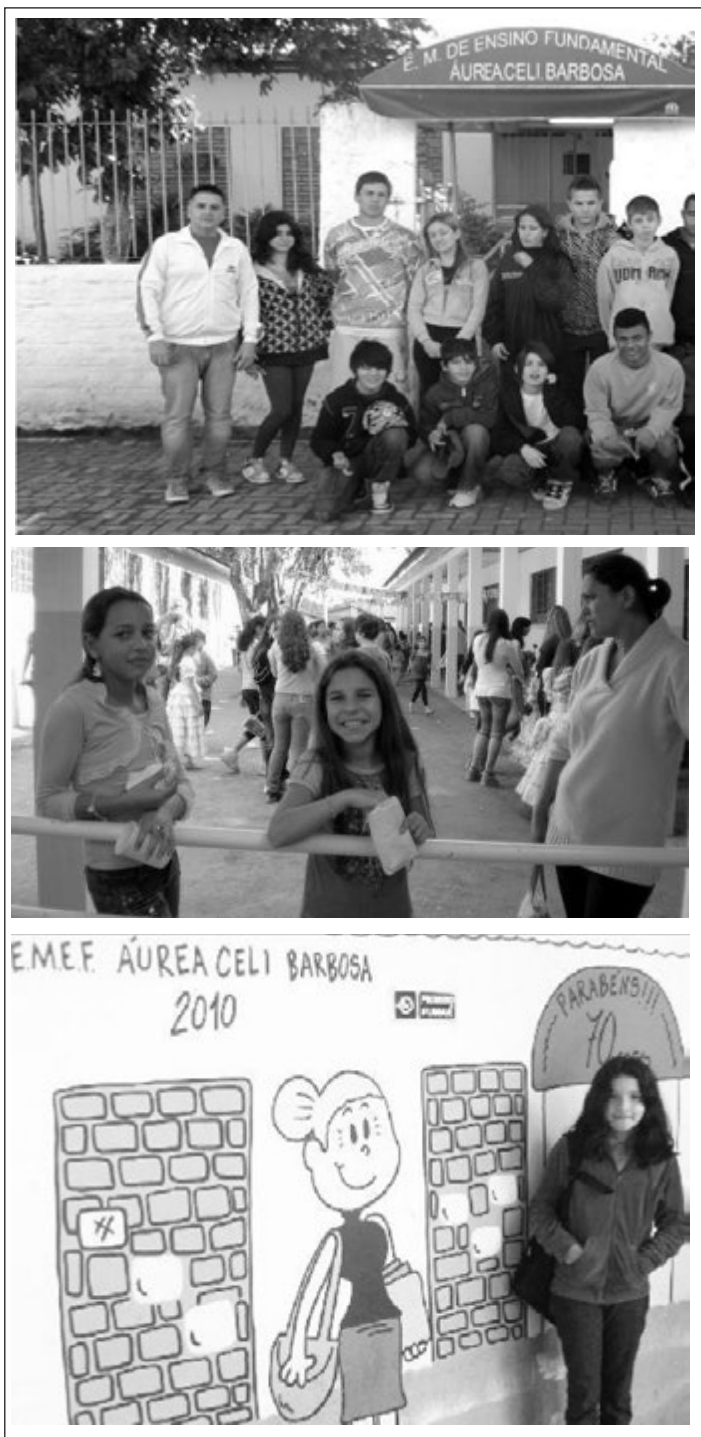
O reconhecimento oficial só se deu através do decreto de número 1547, de 17/07/1978, que criou a Escola Municipal Áurea Celi Barbosa, (1º Grau Incompleto). Já a portaria de funcionamento e designação número 03324 de 23/03/1988 fez a alteração para Escola Municipal de 1º Grau Áurea Celi Barbosa, em homenagem a esta professora. Na sucessão trabalharam como diretores: professora Márcia Barcelos, professor Marcos Dutra, professor Honório Campos Paim, professora Maribel Guimarães, Jairo Brito e Nara Neves. Inicialmente, também nesse espaço, eram realizadas missas para a população, ou seja: com o aparecimento da escola edificou-se o espírito comunitário, com serviços religiosos e festivos, sendo que o que mais trazia engajamento social era a festa junina.

Fato marcante para a população local foi o de que em 1983 um furacão arrasou a cidade e a escola serviu de abrigo para todos.

No terreno ao lado da escola foi construída uma capela, hoje Paróquia São Vicente. E, bem próximo, está o *campus* da Universidade Luterana do Brasil, atuando com vários cursos importantes, que vieram para completar o ciclo educacional, iniciado nas creches, escolas infantis, ensino fundamental, ensino médio e a conclusão com o ensino universitário, permitindo com isso que um aluno tenha à sua disposição, no bairro, todas as etapas educacionais para habilitá-lo ao mercado de trabalho.

A escola hoje é dirigida pelo professor Honório Campos Paim e Ângela Vargas dos Santos, Ilda Medeiros e Gedi Neves. Possui 1400 alunos nos seus três turnos, com um corpo docente de sessenta profissionais, sendo que cada turno tem sua especialidade, ensino por área de estudo, ensino fundamental do 1º ao 5º ano e EJA (Ensino de Jovens e Adultos), à noite. Com a intenção de buscar o interesse e aprimorar o ensino, a escola conta com os seguintes projetos: A história de vida de cada um; Brincoteca; Formação continuada; Escola integral; Escola aberta; Inclusão; Projeto de sensibilização (Páscoa); Passeios de integração; Gincana Cultural (pais, alunos e professores); uso da biblioteca na hora do recreio; sala de computação; mensagens visuais através de filmes no refeitório na hora do recreio, buscando o costume de bons hábitos de higiene e projeto GEMPPA (correção de fluxo).

Este ano, no mês de outubro, a escola fará 70 anos e a homenagem é a confecção de camisetas com os slogans “Descobre teu universo – 70 anos”, no peito e “Parabéns escola Áurea, construindo o sucesso” nas costas. Trata-se de um trabalho de equipe e com dedicação, sempre preocupado com a realização dos alunos.



ESCOLA ESTADUAL IRMÃ CLÉSSIA EM GRAVATAÍ: UMA HISTÓRIA PARA SE CONTAR

Nara Souza de Oliveira

Professora e Graduanda em Pedagogia/UFRGS. Gravataí/RS

Vitória Caroline Santos da Costa

Professora. Gravataí/RS

INTRODUÇÃO

Lançar um olhar diferenciado para o local em que se estuda, conhecer a história do estabelecimento dentro do contexto histórico da cidade e ainda conhecer a história de vida da mulher que a escola reverencia através de seu nome, são propostas que visam mais do que a pesquisa propriamente dita, também proporcionar aos alunos da quarta série desta escola, momentos de reflexão sobre a construção da história e dos agentes ativos da mesma. Aqui a proposta utilizada com os alunos foi sob forma de Projeto de Aprendizagem (PA) em que, movidos por uma curiosidade inicial, os alunos lançaram-se a procurar respostas para as suas dúvidas e indagações, não só a este tema, mas a outros de igual valor. Desta forma, através da socialização, os alunos em grupo, montaram suas estratégias, saíram em campo, reuniram o material coletado e, após apresentaram aos demais colegas.

DESENVOLVIMENTO

Um projeto de aprendizagem tem como objetivo primordial desacomodar o aluno, instigá-lo a ir em busca de respostas e, talvez o mais importante, realizar isto de forma cooperativa junto de seus pares.

Eis que os alunos da turma 41 desta escola começaram a questionar a razão do nome da nossa Escola ser dedicado à Irmã Cléssia. E suscitaram outras tantas

indagações: Quem era na verdade a Irmã Cléssia? Existiu de verdade? Do que ela morreu? Ela foi diretora da nossa escola? E como era a cidade nos primeiros tempos da escola? Esta vontade de saber mais suscitou nos demais alunos a vontade de pesquisar também sobre outros assuntos. Foi feita, então, uma pequena enquete em que cada aluno colocou em um papel seu nome e que assunto gostaria de saber mais. A título de informação são referidos os outros assuntos sobre os quais, de igual forma, realizaram suas pesquisas: os vulcões, o sol, as religiões e seus costumes, como funciona a televisão.

Primeiro passo dado: a turma foi dividida em grupos e, na biblioteca, partiram para colocar no papel as suas dúvidas e certezas diante do assunto escolhido:

| DÚVIDAS | CERTEZAS |
|--|------------------------------------|
| Quem ela era? (a Irmã Cléssia) | É uma escola que fica em Gravataí. |
| Como ela morreu? (a Irmã Cléssia) | |
| Quando ela nasceu? (a Irmã Cléssia) | |
| Quantos anos a escola tem? | |
| É verdade que a Irmã Cléssia morreu caindo da escada? | |
| Quantos anos ela tinha quando morreu? (a Irmã Cléssia) | |
| Por que a nossa escola tem este nome? | |
| Ela foi diretora da escola? (a Irmã Cléssia) | |
| Quais foram todos os nomes desta escola? | |
| Como era Gravataí quando a escola surgiu? | |

Segundo passo, a pesquisa propriamente dita. Aqui se observa a aprendizagem extrapolando o registro de suas buscas, e, também, a relação aluno/aluno, a aceitação, a socialização, a troca de valores para o bem comum.



*Aluna Nara Souza de Oliveira
Grupo responsável pela pesquisa da história Irmã Cléssia.*

Mesmo sem ter uma bibliotecária na escola, descobrir mais sobre a história da nossa escola não foi de forma alguma tarefa árdua. Os arquivos são bem constituídos não só de registros textuais, mas muito de imagem, o que agradou a todos. Talvez por este motivo, optassem por transformar num livrinho o resultado das pesquisas. O livro foi digitado pelos alunos em suas casas, seguindo uma divisão realizada entre os próprios alunos.

Cabe informar que a escola não tem, neste momento, seu laboratório de Informática em funcionamento, pois a ideia original era que todo o processo de construção fosse realizado na escola. Depois de realizada a digitação, foi feita a revisão.

E o livro inicia assim:

Nasceu em Capivari, pequena cidade do interior de São Paulo, no dia 04 de novembro de 1922, uma menina chamada Maria de Lourdes Jarussi. Era filha do Casal Arthur Jarussi e Rosa Corelli Jarussi, ambos naturais da Itália. Possuía treze irmãos, dos quais três são sacerdotes.

Logo que foi estudar na cidade de Rio Claro, São Paulo, onde já começou a sentir sua vontade religiosa, o que a fez entrar na Congregação do Puríssimo Cora-

ção de Maria, em 26 de dezembro de 1940, já aqui no Rio Grande do Sul. Em 15 de outubro de 1941, ingressou no noviciado e fez seus votos, como religiosa, dois anos depois. Em 15 de outubro de 1949, fez seus votos perpétuos.

Quando se entra para uma Congregação, e após o noviciado, a mulher pode escolher seu novo nome para esta nova vida, cheia de entrega aos valores de Deus. Foi em 4 de novembro de 1944 que a Irmã Cléssia veio para Gravataí a fim de atuar no colégio Dom Feliciano. Lá foi professora de Latim, Ciências, Trabalhos Manuais e Economia Doméstica, além de responsável pelos esportes no colégio. Foi conselheira do Grêmio Estudantil e membro ativo do Círculo de Pais e Mestres da Escola. Em nossas pesquisas, porém não fica claro, a causa da doença que levou a irmã a morrer aos 41 anos de idade. Pelas Crônicas da Congregação há a seguinte referência: “No final da vida, já hospitalizada e consciente que iria morrer, conservava uma serenidade impressionante.” Faleceu em 29 de dezembro de 1963.

A nossa escola foi criada em 5 de junho de 1962, com o nome simples de Grupo Escolar da Várzea. Em 25 de junho de 1964, atendendo a pedidos de ex-alunos, comunidade e Grêmio Estudantil do Colégio Dom Feliciano, da época, a escola passou a ser chamada de Grupo Escolar Irmã Cléssia.

Em 1971 passou a ser denominada Escola Estadual Irmã Cléssia e atualmente de Escola Estadual de Ensino Fundamental Irmã Cléssia.

Ao longo destes anos de existência da Escola Irmã Cléssia, Gravataí teve 11 prefeitos em 12 eleições.

Pelas fotografias, principalmente nos desfiles do Dia da Pátria e outras festividades, observamos que a escola tem crescido assim como o centro da cidade de Gravataí. As ruas foram sendo asfaltadas, as fachadas das casas se modificando e modernizando, assim como lojas que não existem mais deram lugar a outros estabelecimentos comerciais.

Nossa escola tem uma história bonita, e leva o nome de uma mulher que foi querida em sua época. Ela disse certa vez: “Ganhei Gravataí de presente!” Nosso grupo pensa que muito do que vive a escola é parecido com o que acontece na cidade: sempre tentando melhorar, se modernizar e fazer com que aqueles que aqui convivem tenham uma vida melhor! Adoramos saber mais sobre a história da nossa escola e também da nossa cidade.



Vista panorâmica da Escola.

REFERÊNCIAS

Arquivo da escola

Ficha individual da Irmã Cléssia, enviada via correspondência pela Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria.

REAL, Luciane C. *Aprendizagem Amorosa na interface Escola, Projetos de Aprendizagem e Tecnologias Digitais*. 2007. Tese (Doutorado em Informática na Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_prefeitos_de_Gravata%C3%AD

O LOTEAMENTO DA LAGOA – FAZENDA ALENCASTRO E A ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ LINCK

Marilza Pacheco Ramos

Maria Carolina Muné

Professoras. Gravataí/RS

A Escola Municipal de Ensino Fundamental José Linck tem sua história inserida na formação do Loteamento da Lagoa, área da antiga Fazenda Alencastro. Então, antes de abordar a trajetória da Escola, traz-se alguns dados da área onde a escola se localizou.

O LOTEAMENTO DA LAGOA – FAZENDA ALENCASTRO

Em 1959, as terras da Fazenda pertenciam a Ernesto Fialho. E, em 1978, elas passaram a ser propriedade de Josino Campos.

Em 1989, as terras foram adquiridas pela Prefeitura Municipal de Gravataí, sendo Prefeito Abílio Alves dos Santos.

Pessoas que conheciam bem o local onde foi construída a KAZENCO, cujo nome foi dado devido ao nome da construtora das casas, afirmam que antes da construção do bairro havia neste local árvores de maricá, eucaliptos e uma carvoaria. (Wilson Santos Dias. Pai de alunos e ex-aluno do CEREJA).

O Loteamento da Lagoa foi implantado pela Prefeitura Municipal de Gravataí, no ano de 1988, visando assentar cerca de 403 famílias.

O Loteamento da Lagoa está localizado na RS 030, parada 92, ao lado do Loteamento Sítio Gaúcho, no bairro Parque dos Anjos, nesta cidade.

O Programa de Mutirões Habitacionais era coordenado pela Fundação Metropolitana de Planejamento e consistia na doação de terreno pela Prefeitura, com o Governo do Estado entrando com a infraestrutura e a Secretaria Especial

de Habitação e Ação Comunitária, com os recursos para a construção das unidades.

A seleção foi realizada de acordo com a carência de cada família, e as três mil inscrições foram realizadas em 1986, inicialmente para o Projeto João de Barro que a Prefeitura de Gravataí desenvolvia junto com SEHAC

O sorteio das 382 casas construídas pelo Programa Nacional de Mutirões Habitacionais ocorreu no dia 10/08/1989 no Ginásio de Esportes Aldeião. Este sorteio teve de ser antecipado porque havia ameaça de invasores, o que de fato ocorreu

“Uma das primeiras batalhas do povo foi pedir o asfalto... A gente até conseguiu, mas foi uma rua por vez.” (João Juliano).

“O nosso bairro, em vista do que era antes, mudou muito. Nós temos vários estabelecimentos comerciais, farmácias, as ruas asfaltadas. E para melhorar o nosso bairro tem que implantar um posto médico, um posto de polícia e uma cabine de telefone com segurança. Lá naquele terreno baldio deve se implantar uma mini praça para as pessoas passarem um pouco de tempo com as crianças.” (Joaci Pereira de Souza Formou-se no CEREJA em 2009).

LEI N° 906, DE 1° DE SETEMBRO DE 1994

Desafeta terreno da destinação originária no Loteamento da Lagoa, autoriza sua doação ao Estado e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRAVATAÍ

FAÇO SABER, em cumprimento ao disposto no artigo 58, inciso IV da Lei Orgânica do Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Artigo 1º - É desafetado da destinação originária de bem de uso comum e transpassado para a categoria de bem dominial de uso institucional, um terreno constituído de parte da área reservada à Prefeitura Municipal de Gravataí no Loteamento da Lagoa sob a denominação de “Área Verde 1”, com área de 840 m² (oitocentos e quarenta metros quadrados), medindo 22,00 metros frente à rua “A”, fundos com a largura de 20,00 metros divide-se com o restante da área, medindo 40,00 metros de frente a fundos em ambos os lados, por um lado divide-se com os lotes 1 e 10 da quadra B, pelo outro lado divide-se com a Estrada Gravataí - Santo Antonio (RS-030), para a qual também faz frente.

Artigo 2º - Fica o Executivo Municipal autorizado a doar ao Estado do Rio Grande do Sul o terreno descrito pelo artigo anterior, para a implantação de uma Unidade de Policiamento da Brigada Militar.

Artigo 3º - Fica, também, o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio, contrato ou acordo com o Estado do Rio Grande do Sul, nos termos usuais, para as edificações necessárias ao serviço público citado no artigo anterior, com repasse de recursos pelo Governo do Estado.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravataí, 1º de setembro de 1994.

Edir Pedro de Oliveira
Prefeito Municipal.

A implantação da Unidade de Policiamento da Brigada Militar nunca aconteceu. Até o momento não há nada construído no terreno acima descrito.

A ESCOLA

A Escola Municipal Prefeito José Linck nasceu em março de 1992.

No início, a escola atendia somente a Educação Infantil e o Ensino Fundamental até a sexta série.

Em 2007 foram autorizados os anos finais do Ensino Fundamental.

Atualmente, a Escola oferece a Educação Infantil, o Ensino Fundamental de oito anos (com extinção gradativa), o Ensino Fundamental de nove anos e a modalidade Educação de Jovens e Adultos no turno da noite (CEREJA).

No local onde hoje está construída a Escola havia uma lagoa de onde se originou o nome do Loteamento.

A Escola é um dos locais de referência para a comunidade, pois ali encontram não só o apoio pedagógico enquanto Instituição de Ensino, mas encaminhamentos para as dificuldades sociais que a comunidade enfrenta.

Projetos desenvolvidos na Escola: Escola Aberta, Turno Integral, Percussão, Rádio Escola, Informática, Laboratório de Aprendizagem, Banda Novo Milênio, Sala de Recursos

PRÊMIOS RECEBIDOS E RECONHECIMENTO

Responsabilidade Social (2006 e 2009) – Assembléia Legislativa

“Eu vim para este bairro há 21 anos. Quando eu vim morar nesta vila passei muito trabalho porque não tinha água nem luz. Nas ruas tinha muito barro. Não tinha mercado, fruteira. Não tinha esgoto nas ruas. Foi mudando. Agora temos colégio, firmas, lixeiro três vezes por semana, ônibus para as crianças irem às aulas e para as pessoas trabalharem.” (Marlene de Souza – aluna do CEREJA e avó de aluno do diurno)

O ESPORTE ENQUANTO NEUTRALIZADOR DA VIOLÊNCIA

KAZENCO FUTEBOL CLUBE

LEMA: Força, garra e união. Droga não.

GRITO DE GUERRA: “FORÇA, GARRA, UNIÃO. KAZENCO, KAZENCO, KAZENCO.”

CRONOLOGIA

2004: Sérgio Santos (atual Presidente do Clube) iniciou o Projeto, reunindo atletas na faixa etária de 20 a 25 anos, com o objetivo de resgate destes jovens através o esporte.

2005: Primeira vitória contra o time Alvi Rubro (Torneio do América)

2006: Compra do primeiro fardamento e camisetas de passeio com dinheiro arrecadado através de rifas e reuniões dançantes.

2008: Formou-se o time na categoria sub 15 em parceria com o Caverense. Eleito o time disciplina do campeonato. Conquistou o 4º lugar.

2009: Campeões do 1º e 2º quadros do Campeonato da Amizade, com muita força de vontade e apoio da comunidade, sem patrocínio algum.

2010 Está começanocomeçando e o time participará do campeonato de acesso na categoria sub-16. Os atletas treinam na quadra de futebol da escola, pois é a única opção da comunidade

Algumas fotos que expressam a alma das pessoas que ali vivem, convivem e se apaixonam pelas crianças, adolescentes e adultos da KZ!



“Educar é sempre
uma aposta no
futuro”.



*Muitos dos moradores sobrevivem com a
venda de materiais recicláveis.*



*Banda da Comunidade: Não te apega –
Amigos do Samba. O pagode e o samba
são muito presentes na comunidade aos
fins de semana, nos aniversários realiza-
dos nas casas do bairro, entre amigos.*



*Aqui as crianças ainda são vistas
brincando na rua, brincadeiras
simples: andar de bicicleta,
pega-pega, jogando bola...*

ESCOLA ESTADUAL NICOLAU CHIAVARO NETO: UMA HISTÓRIA DE LUTA

Tânia Margarete Lima Lopes

*Pedagoga, Especialista em Educação,
Diretora do Colégio. Gravataí/RS*

O Colégio Nicolau Chiavaro Neto foi fundado em 13 de Maio de 1991 e teve esta denominação em homenagem ao professor Nicolau Chiavaro Neto, filho da terra. Trata-se de personalidade marcante e inesquecível. Prestou relevantes serviços à sua querida cidade natal, especialmente no que se refere à educação deste município. Seu carinho e preocupação com crianças e jovens podem ser comprovados com a formação da Associação do Bem-Estar do Menor de Gravataí (ABEM-GRA), na colaboração com a constituição da APAE de Gravataí e, principalmente, na sua participação e dedicação ao Movimento Escoteiro Murialdo, em 1964, permanecendo até seu falecimento em 12 de Agosto de 1990.

A iniciativa em homenagear o professor Nicolau foi resultado de uma assembléia de professores e representantes da comunidade junto à professora Anita Ortiz Corrêa que assumiu a direção da escola nos dois primeiros anos (1991 -1992). Nascia, então, em 13 de maio de 1991, o Colégio Estadual Professor Nicolau Chiavaro Neto. Foi administrado pelos professores: Evanir Terezinha da Silva Marcos (1992), Rosemary Barbosa (1993 a 1997), Paulo Roberto Mathias (1997 a 2003), Maria Regina (2003 a 2006) e Tânia Margarete Lima Lopes (2007 a 2009; reeleita de 2010 a 2012).

O espaço físico do Colégio pertence à Congregação do Imaculado Coração de Maria, mantenedora do Colégio Dom Feliciano. Há um convênio entre o governo do Estado e a Congregação. A utilização deste espaço é se dá através da cedência de dez professores para o Colégio Dom Feliciano.

Em 2002 foi autorizado o Ensino Médio, após reivindicações e apoio da comunidade. Em 2005 foi formada uma turma de surdos acompanhados do carinho dos professores e sob a direção da professora Maria Regina. Em 2007, a direção foi surpreendida com a possibilidade de fechamento, devido às más condições do prédio.

Diante das calorosas manifestações externas, parlamentares engajados na melhoria da educação deram apoio, e, em janeiro de 2008, o Colégio foi restaurado parcialmente pelo governo do Estado, possibilitando a permanência dos alunos. A partir deste fato, a comunidade escolar sentiu-se recompensada e consciente de que a união traz resultados positivos. Há um sentimento forte e busca constante de qualificação do ensino, levando os alunos, estimulados pela direção e professores a participarem de projetos do município de Gravataí e do Colégio, destacando-se: confecção de tapete de Corpus Christi, Paz no Trânsito, O mundo sem drogas, Consciência Negra e Gincaneto. O símbolo do Colégio é um sol feito de livros, lembrando que nele vibra o conhecimento. Com amor a este colégio, lembramos o slogan: “O colégio Nicolau mora no coração de Gravataí!” Lutamos pela “sua história, pois só pode existir história se existir verdade.” *Túlio Deek*



Colégio Nicolau – lançando sementes do amanhã!

Hoje o Colégio Nicolau vive grande felicidade. Nossos olhos brilham de emoção e alegria, pois conseguimos, por cinco anos continuar aqui, no prédio em que está situado.

Luta sofrida, audaciosa, emoções a flor da pele, muito choro, reuniões, visitas políticas, assim terminou o ano de 2007. Nós do Colégio Nicolau nunca pensamos em esperar, em retroceder, em aceitar situações, sem dialogar, sem buscar alternativas.

O grupo de vice-diretores, professores, funcionários, pais e alunos me fortaleceram, pois sem esta força não se conseguiria ir em frente. Em 2007, a comunidade escolar viveu emoções constantes de participação na caminhada com quase 500 alunos e pais e no abraço ao colégio na frente da praça. Foi lindo!

O colégio esteve sempre aberto a todos aqueles que de uma forma ou de outra participaram desta caminhada. Não escolhemos partidos nem ousamos ficar de um lado ou de outro, pois o nosso objetivo era não terminar com o Colégio Nicolau e nem diluir nossos alunos em várias escolas.

Aqui dentro trabalhamos valores, educação, respeito e amor à camiseta que vestimos; tanto professor, funcionários e alunos. Temos o carinho de nossos pais e o amor de nossos alunos

Ame o Nicolau! Assim falamos aos alunos novos, destacando que aqui não é lugar de passatempo e sim de conhecimento.

Obrigada professora Rosemary Faria Silva, pela lembrança no seu artigo. Agradecemos a toda mídia que acompanhou nosso sofrimento e, principalmente, agradecemos a Deus pela oportunidade de viver este momento tão importante em nossas vidas, com nossas famílias que também participaram e nos apoiaram.

Navegando pela internet encontramos o Blog do Luciano Oliveira. Ele faz uma homenagem ao professor Nicolau Chiavaro, fazendo uma citação: “A vida é feita de momentos e os momentos não se repetem.”

O colégio Nicolau faz a diferença, pois ele mora no coração de Gravataí. Conhecimento, formação e inclusão fazem parte do nosso dia a dia.

C.E.PROF NICOLAU CHIAVARO NETO

ELE MORA NO CORAÇÃO DE GRAVATAÍ



Centro de Gravataí. 1912.

HISTÓRIAS DE UMA PROFESSORA: REVISITANDO O PASSADO

Evanir Terezinha da Silva Marcos

Professora. Gravataí/RS

Agradecimento à professora Diva dos Santos Marcos, que, na forma de depoimento, permitiu-nos conhecer um pouco da história pregressa da educação em nosso município.

O ano era 1944, e o desejo de ir à escola já despertava na menina. Naquela época, não havia construções apropriadas para o funcionamento de escolas. Assim, a comunidade costumava a se reunir, listava as famílias interessadas em enviar seus filhos para a escola, contatava o intendente (prefeito da época) e apresentava seu pleito.



*Modelo de Ata de
organização de classes
de educação.
(Reprodução do original
de 1952).*

O intendente providenciava um local, uma sala ofertada gratuitamente pela comunidade, em alguns lugares. Neste caso, a filha da dona da casa seria a professora. Poderia ser também algum professor aposentado, que alguém de mais posses contratava para atender seus filhos, parentes e a vizinhança.

Época cheia de medos. Este era ainda, o tempo da palmatória ou, do castigo em grãos de milho. Escrever com a mão esquerda era proibido, apanhava-se nela com a palmatória (espécie de régua de madeira com uma ponta arredondada), pois só a direita era abençoada.

O material era escasso: uma lousa (quadro negro - retângulo de pedra escura e fina) usada para copiar a lição, um lápis para escrever do mesmo material e um livro chamado “Queres Ler”. Posteriormente, além da lousa usava-se um caderno ou folhas de papel pardo vindas nas compras do armazém.

A metodologia utilizada preconizava, sobretudo, dominar bem o alfabeto. Todo dia apresentava-se uma letra e em cada uma delas, as crianças ficavam vários dias até o dedo “gastar a letra.” Não havia oportunidade de as crianças gravarem a escrita, pois a lousa era apagada com pano úmido para passar outra lição.

No caso desta menina, ela costumava esperar seu irmão voltar da aula e olhar encantada sua lição. Até que seu pai resolveu lhe ensinar a “instrução”, conforme aprendera: $b + a = ba$, $l + a = la$, $bala$; $b + o = bo$, $l + a = la$, $bola$. E ambos repetiam, exaustivamente, até ela decorar.

Ata dos Exames do fim do de 1952
20 do Distrito de Santa Estefânia

Ata do Exame de julho
dia 30 ao 31 hora -stando presente 30
alunos de ambos os sexos com a presença
do presidente iniciamos os exames com o
limo nacional sendo o 3º ano 11o 4º ano 6
e os demais 1º ano e mais avendo 2º ano
não compareceram

| Os que fizeram Exames do 1º ano masculino | | | |
|---|-------------|-----|--|
| Wilton Brandtli | Média Geral | 8 | |
| Bento Abrades da Silva | " | 84 | |
| Salvador dos Santos | " | 60 | |
| Toni Batista dos Santos | " | 75 | |
| Jari Filiz da Silva | " | 50 | |
| João de Souza | " | 80 | |
| Joni Teodoro Maciel | " | 80 | |
| Femininos | | | |
| Lenus Brandtli | Média Geral | 100 | |
| Maria Adelardo Coraia | " | X | |
| Adelina Brandtli | " | 90 | |
| Os do 3º ano | | | |
| Sonatas Batista dos Santos | Média Geral | 60 | |
| Wilton Chelonio da Silva | " | 80 | |
| Antonino Batista dos Santos | " | 50 | |
| Maciloni Batista da Souza | " | 50 | |
| Maria Souza Souza | " | 50 | |

Nesta época os alunos não faziam provas. Quando terminavam um livro passavam para o seguinte até o último que era o 5º livro, contendo: Português, Matemática, Ciências e Estudos Sociais.

Modelo de Ata com resultados finais.
(Reprodução do original de 1952).

Posteriormente, a família da menina mudou de residência e, já era tempo dela ir para a aula (assim era chamada a escola), que distava 3 km de sua casa. Costumava ir de pés no chão até perto da aula, onde os lavava e calçava os tamancos que eram poupados para não gastar a sola de madeira no saibro da estrada. O material escolar era carregado em um bernal (sacolinha de pano feita de saco de algodão).

Todos deixavam os tamanquinhos enfileirados à porta de entrada. Na aula, para os alunos, muitas regras e temor. Nas classes sentavam-se de três em três. Levantavam a mão e esperavam com ela erguida até a professora atender.

Na hora do recreio: “- Que saudades! Somente rodas cantadas: “Meu belo castelo, Ciranda cirandinha, Ovo choco, Margarida no castelo.” Se alguém perturbasse a ordem era castigado ou mesmo apanharia. Alguns dos castigos: puxão de orelhas, tapa nas mãos, ficar ajoelhado na sala, etc.

Gostava mesmo era de uma atividade chamada “Caderno de Álbum” onde se colava gravuras e se descrevia uma estória interpretada pela cena formada. Todos apreciavam muito, pois, era a única atividade diversificada.

Parentes de Porto Alegre lhe traziam revistas “Manchete e O Cruzeiro” para levar a sala de aula e recortar. Com este material tão raro e da capital, os colegas faziam poesias, versos, teatros, encenações, composições, leituras, e tudo mais permitido pela professora e suas mães. Costumavam também participar das atividades na igreja local (católica) para ensaiar os cantos.

Conta, a menina, que quando aprendeu a ler; leu na revista O Cruzeiro, toda a campanha política do então major Eduardo Gomes à presidência da Republica.

Um dia, chegou à classe uma professora vinda da capital. Começou a introduzir atividades “modernas” tais como um jogo de bola chamado “caçador”. Como a escola não tinha dinheiro para adquirir uma bola, os alunos organizaram uma caixinha onde todos colaboraram. Então, em um fim de semana a professora foi a Porto Alegre visitar os parentes e trouxe na bagagem, a bola de borracha colorida. A ansiedade era tanta que os alunos se acomodaram às margens da estrada aguardando a professora descer do ônibus. Rapidamente todos aprenderam o jogo que logo se espalhou pelas redondezas na disputa em campeonatos.

Nesta época, se oferecia aos meninos ensinamentos sobre preparo de terra, horta e criação de animais, e às meninas se oferecia ensinamentos voltados mais para os afazeres de casa. Lembrando sempre a elas de que em dias de sol era necessário usar proteção de chapéu e roupa de mangas longas.

Quando completou dez anos, a família da menina, novamente se mudou, agora para mais perto da vila (centro de Gravataí) onde foi frequentar outra esco-

la. Entretanto, não se acostumou com os modos bruscos de seus novos colegas e com as ironias lançadas sobre sua origem interiorana. Nas férias de julho, revelou a mãe que não queria mais estudar naquela escola. Transferida, prosseguiu seus estudos agora na Escola Dom Feliciano, onde permaneceu até 1953 quando se afastou para assumir o cargo de professora numa aula no então rincão da Timbaúva (na Morungava). Assumiu a classe na residência da família do Sr. Miguel Borba onde a aula funcionava na sala de visitas. Atendia do 1º ao 4º ano (classe multiseriada) e, no sábado, limpava a sala e a reorganizava para que a família recebesse suas visitas. Dava aulas pela manhã e, à tarde, as preparava, no restante do tempo compartilhava as atividades com a família, inclusive na atafona.

A comunidade demonstrava muito carinho e respeito pela mestra, que lhes parecia entender de tudo e, inclusive, era solicitada para atividades burocráticas ou para opinar e indicar soluções em diversos assuntos da comunidade. Quase tudo era produzido ali, na vila e era comum troca de produtos entre vizinhos (por exemplo: um saco de milho por meio saco de farinha), e *lambam os beiços*, era a época do charque e do torresmo de porco.

Em 1955 foi transferida, agora para uma aula junto ao armazém do Sr. Pedro Maia (próximo a RS 118), escola depois transferida para a Rua Otávio Schames, atual E. M. Áurea Celi Barbosa no bairro São Vicente.



Em 1957 foi transferida para a Vila Branca. Lá encontrou uma comunidade muito diferente de lidar, mas firme em sua convicção e com o mesmo propósito: educação, família e escola. Ela trabalhou muito o aspecto social com a participação da comunidade.

Com a copa do mundo em 1958, o assunto dominante era futebol. Ela organizou com os alunos dois pelotões: o time do Grêmio e o do Internacional para o desfile da Semana da Pátria. Os aplausos na avenida central de Gravataí foram muitos.



Agregou às atividades de aula, a função de diretora, organizando inclusive um Conselho de Pais, apesar deste, ainda não fazer parte do Estatuto da Escola.



Em 1960 foi convidada a abrir e assumir a direção de uma escola na Vila São José. Esta funcionaria no Salão de Bailes Imperial na Rua Ibirapuitã. Iniciou com 129 alunos e, ela inicialmente, dava aula para os 72 alunos do 1º ano (esta é atualmente a E. M. Cincinato Jardim do Vale).

Continuou atuando em escolas municipais e, posteriormente, também em estaduais até 1972 quando passou a exercer suas atividades na Secretaria Municipal de Educação, como supervisora das escolas da Zona Rural mantendo fidelidade a sua origem. No ano 2000 se aposentou e afastou-se definitivamente da ação docente.

UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO 1952/53)

O prefeito era o Sr. José Linck e para as atividades da rede escolar foi convidada para assumir a professora Isaura Fonseca que atenderia o setor da SOMEP.

O maior número de escolas se concentrava no meio rural, com poucas escolas na zona urbana (com exceção das escolas de Cachoeirinha), totalizando um número de 82 aulas. O assessoramento era feito em uma reunião mensal esclarecendo dúvidas e atendendo necessidades. Não havia diretoras nas escolas, apenas a função acumulada por alguma professora de classe, que atendia toda a escola em classes unidocentes ou multisseriadas, em 4 horas diárias e 2 horas no sábado.

O controle do movimento escolar era feito através do Quadro Demonstrativo, onde constava matrícula, entrada, saída, evasão, número de dias letivos e de professores.

A pessoa que exercia a função era intitulada Coordenadora de Ensino. O atendimento era realizado em uma pequena sala da prefeitura e as professoras eram convocadas para auxiliá-la durante dois ou três dias, quando necessário. Ao final do ano, após a elaboração das provas finais mimeografadas, professoras das escolas mais próximas eram convocadas para prestação de serviços. Elaborava-se um cronograma para as provas que permaneciam guardadas em envelopes lacrados e rubricados pela Coordenadora. As professoras encarregadas dirigiam-se às escolas antes das 8 horas e ficavam o dia inteiro aplicando as provas. Estas eram recolhidas, lacradas e entregues à Coordenadora para correção. Após alguns dias devolvia-as com os resultados às escolas.

ADMINISTRAÇÃO 1956/59

O prefeito era o Sr. Alfredo Emílio Allem. E a professora Amélia Mello foi convidada para assumir a coordenação da rede escolar e esta, por sua vez, convidou a professora Zenite Fonseca para auxiliá-la nos trabalhos, tais como visitas às escolas, reuniões e controle da merenda escolar.

Nesta gestão foram introduzidas novas ideias para a rede escolar. Foi aberto concurso público municipal para a efetivação dos professores que até então eram todos contratados por período anual, renovável se o desempenho correspondesse, caso contrário eram dispensados sem direito de contestação. Após o concurso foram nomeados os dez primeiros colocados. Em um ano nomeou-se mais trinta e outros doze aguardaram novas nomeações. Criou-se assim uma nova expectativa para os profissionais da educação, com quadro de professores, melhoria salarial e habilitação profissional, resultando assim num crescimento no setor educacional.

Durante este período aconteceram seminários, cursos e encontros sobre educação com provas escritas.



Encontro de professoras com os Padres Capuchinhos - 1959.

Em sete de setembro de 1957 foi organizado o Desfile Cívico com todas as professoras da rede municipal uniformizadas com saia azul marinho, blusa branca, cinto e sapatos vermelhos. Ao meio dia foi oferecido um almoço no refeitório da Escola Dom Feliciano com homenagens e distribuição de brindes.

ADMINISTRAÇÃO 1960/63

Retornou o prefeito Sr. José Linck que deu continuidade às atividades na educação com a criação de novas escolas. Com o crescimento populacional,

a clientela escolar tornou-se maior, mas o quadro de professores permanecia estável.

Os professores exerciam além da docência, a limpeza da escola, o preparo da merenda em fogareiro de querosene ou fogão a lenha. Os trabalhos eram realizados em situação precária e com a ajuda dos alunos, pois não havia ainda as funções de servente e merendeira.

ADMINISTRAÇÃO 1964/68

O prefeito era o Sr. Dorival Candido Luz de Oliveira. Em sua gestão foi realizada uma reorganização na educação, criando novas escolas, ampliando a Secretaria de Educação e nomeando a professora Maria Celeste Fonseca como Coordenadora de Ensino.

Atendeu-se às necessidades de colocar serventes nas escolas, envio de material de limpeza, algum mobiliário, como armários, birôs, cadeiras, talhas (grande recipiente de barro) para armazenar água e outros utensílios. As escolas maiores passaram a ter diretores.

As escolas promoviam grandes festas, bailes e eventos culturais e as comunidades participavam ativamente, pois os professores mesmo vivendo uma crise salarial com o atraso no pagamento de seus vencimentos eram bastante valorizados pelos pais.

Nesta administração o município realizou um convênio com o estado, repassando algumas escolas ao encargo deste, ficando a coordenação da secretaria sob o comando de duas coordenadoras. Foi quando assumiu também a professora Eva Amaral para atender as escolas da DIMEP, cujas professoras eram admitidas através de concurso e recebiam assessoramento periódico na forma de cursos, treinamentos e estudos à distancia. Na época instituiu-se o pagamento dos professores na forma do salário mínimo, então vigente em todo o país.

ADMINISTRAÇÃO 1969/72

O prefeito era o Sr. Lídio da Silveira Peixoto e assumiu como representante da Secretaria da Educação a professora Leonelsa Lurdes Mafassioli e a professora Maria Celeste Fonseca como auxiliar da DIMEP, juntamente com uma equipe composta pelo professor Vladimir e as professoras Eloisa Botelho, Zeli Bianch, Ana Maria Barcelos, Zita Fonseca e outros auxiliares.

A Coordenadora Municipal ofereceu aos professores atualização na modalidade de cursos extensivos de férias.

Nesta época surgiu uma campanha do exército em prol da recuperação das escolas, chamada de ACISO, que auxiliou na recuperação dos prédios escolares, distribuição de materiais, orientação na preparação de hortas escolares; movimento este que trouxe muitos benefícios para a rede municipal.

Esta gestão proporcionou um aumento razoável nos salários e o pagamento também foi colocado em dia. Houve neste período, a permuta de escolas estaduais do meio rural, por escolas municipais do meio urbano. Como a maioria dos professores não era habilitada, foram selecionados por titulação em classes: na classe A ficaram designados os professores com titulação Magistério e 2º Grau. Na classe B, os professores estatutários, e na classe C foram enquadrados os professores que atuavam de 5ª a 8ª série, sem titulação.

Devido ao crescimento da demanda estudantil, com o quadro de professores permanecendo o mesmo, a solução encontrada foi a redução do horário nas escolas, de 4 horas diárias para 3 horas, introduzindo-se o turno intermediário (das 11h às 14h).

Os eventos cívicos foram descentralizados, sendo realizados também nos distritos de Barnabé, Glorinha e Morungava. Criou-se a Rua do Lazer por ocasião da Semana da Criança.

ADMINISTRAÇÃO 1973/76

Reassume o Sr. Dorival Oliveira criando e estruturando a Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC, assumindo como secretário o professor Nicolau Chiavaro Neto que legalizou oficialmente todas as escolas que até então existiam de fato, mas não por direito.

Houve o incentivo para que os professores sem titulação procurassem habilitação específica, porém ocorreu nova crise salarial.

Relação de Secretários de Educação até 1992:

- Professor Nicolau Chiavaro Neto: 19/03/73 a 31/01/80
- Professora Maria Celeste Fonseca: 1º/02/80 a 12/02/86
- Professora Rosângela Silveira Martins: 20/02/86 a 31/12/88
- Professora Maria Loreny Bitencourt da Silva: 1º/01/89/a 1º/04/90
- Vera Susana de Freitas: 16/04/90 a 05/04/91

Professora Sonia Maria Rangel Paim: 1º/05/91 a 31/12/92 (Nesta gestão foi elaborado o primeiro Plano Municipal de Educação, de forma participativa, sob orientação do professor Danilo Gandin bem como foram construídos os Planos Globais das escolas da rede municipal de ensino).

REGULAMENTAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ATÉ 1992

Lei 1.102 de 1º/03/73 criou a Secretaria de Educação e Assistência

Lei 1.187 de 25/04/74 designa Secretaria Municipal de Educação

Lei 1.337 de 31/01/76 designa como Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Lei 692 de 30/12/91 designa Secretaria de Educação e Cultura



A TRAJETÓRIA DE UM SONHO: HISTÓRIA DO COLÉGIO CENECISTA NOSSA SENHORA DOS ANJOS – GENSA, DE GRAVATAÍ

Eunice Carolina Ohlweiler de Oliveira

Diretora da Escola. Gravataí/RS

No ano de 1953, na cidade da Gravataí, teve início a construção de uma grande história, mobilizada pelo idealismo de lideranças locais em oferecer o curso ginásial gratuito aos jovens gravataienses, apoiados pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, hoje denominada Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC.

A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) é pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de associação civil, sem fins lucrativos, reconhecida de Utilidade Pública Federal pelo Decreto 36.505/54 e registrada junto ao Conselho Nacional de Assistência Social, desde 1951, como Entidade Beneficente de Assistência Social.

Fundada em 1943, na cidade de Recife/PE, como Campanha do Ginásio Pobre, a CNEC nasceu do ideal de um grupo de estudantes universitários liderados pelo professor Felipe Tiago Gomes para oferecer ensino gratuito a jovens carentes. O trabalho voluntário de seus idealizadores se propagou pelo Brasil, comemorando adesões e compromissos que fizeram da Campanha do Ginásio Pobre, depois Campanha de Educandários Gratuitos, que inicialmente abrigava pedidos de ajuda e orientações para a criação de unidades escolares, a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, reconhecida como o mais expressivo movimento de educação comunitária existente na América Latina.

Compartilhando dos mesmos ideais do fundador da Campanha, a Diretoria da Sociedade Cultural Amigos de Gravataí, criou no município, no ano de 1953, o Setor Local da CNEC, assumindo o compromisso de oferecer através de uma escola comunitária o tão sonhado curso ginásial.

No dia 2 de agosto do mesmo ano, em reunião realizada com a presença de inúmeras autoridades, no Salão Nobre da Prefeitura Municipal, gentilmente

cedido pelo prefeito da época, foi oficialmente criado o Ginásio Nossa Senhora dos Anjos. De acordo com a primeira ata de fundação do colégio, estavam presentes os integrantes da diretoria da Sociedade Cultural Amigos de Gravataí: Sr. Cícero Geyer, Presidente; Sr. João Machado Espíndola Filho, Vice-Presidente; Sr. Adib Chedid, Secretário Geral; Sr. Júlio Maciel Martins, 1º Secretário; Sr. Antônio Soares da Fonseca, 2º Secretário; Sr. Ernesto Fonseca, Tesoureiro; Sr. Artur Carneiro de Faria, 2º Tesoureiro; Sr. Rui Soares da Fonseca, 1º Bibliotecário; Sr. João José Ourique, Diretor de Mês; Sr. Salvador Canellas Sobrinho, Sr. José Linck, Dr. Artêmio Camargo e Sr. Ilo Carvalho Bernardes, todos os membros do Conselho Deliberativo e Sr. Isalino Batista de Oliveira, Suplente do Conselho, bem como, membros da diretoria da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos - CNEG do Rio Grande do Sul, representada pelo Presidente Sr. José Barros; 1º Vice-Presidente, Sr. Walmir Shau de Araújo; 2º Vice-Presidente, Sra. Eunice Azambuja; Diretor de Cultura, Sr. Athos Rui da Silva e os representantes dos Ginásios Soares de Barros de Ijuí e Sepé Tiaraju, de Santo Ângelo das Missões. Tomaram parte ainda, o deputado da Câmara Federal Gal. José Diogo Brochado da Rocha; os deputados estaduais Croaci Cavalheiro de Oliveira, Artur Bacchini e Leonel Mantovani, representantes do Legislativo Estadual; o Prefeito Municipal, Sr. José Linck; Sr. Osório Ramos Corrêa, representante do Legislativo Municipal; Dr. Artêmio Camargo, Presidente da Associação Comercial e Rural Municipal; Sr. Ari Ferreira Barcelos, Delegado de Polícia; Padre Sérgio Raupp, representante do Seminário São José; Sr. Ilo Carvalho Bernardes, funcionário do Aprendizado Agrícola de Gravataí; Srs. Antonino Costa Dutra, Hélio Machado e Mário Gomes, representantes da classe bancária local; professores Valmir Costa e Isaura Fonseca Ferreira, representantes do Magistério Municipal; Sr. Salvador Canellas Sobrinho, Exator Estadual e representantes do alto comércio, indústria e pecuária do município, bem como inúmeras damas da alta sociedade local.

Em março de 1954, tiveram início as atividades do recém fundado Ginásio, em dependências cedidas pelo Grupo Escolar Barbosa Rodrigues, com a realização de exames de admissão para a 1ª série ginasial. O Ginásio Nossa Senhora dos Anjos esteve sob a direção da professora Adelaide Pinto de Lima Linck até o ano de 1959.

De 1959 a 1961, assumiu a direção a professora Maria Edylia Alves Torres que muito contribuiu para a estruturação e o crescimento da Escola. Neste período, assumiu também a direção, por várias vezes, em substituição, a Professora Geny Bernardes Lessa, que marcou sua passagem com realizações beneficentes e culturais. Destaca-se, também nesta época, a atuação do professor Nicolau Chia-

varo Neto, sob cuja orientação foi fundado o Grêmio Estudantil, sendo a primeira presidente Marlene Jukoski.

Por 24 anos, de 1961 a 1985, permaneceu à frente da direção, a professora Wilma Velho Pacheco de Camargo. Foram mais de duas décadas dedicadas ao desenvolvimento e ampliação do Colégio. Durante todos esses anos, muitas lutas foram enfrentadas pela professora Wilma e seu esposo, Dr. Artêmio Camargo, para conseguir dotar o Colégio com um prédio próprio e elevar o nome da CNEC no município, no Estado e no Brasil.

Em 1960, tendo como um dos elementos de frente a professora Wilma Velho Pacheco de Camargo, iniciou-se uma campanha para obter a doação de um terreno ao lado da escola onde funcionava provisoriamente. A referida doação foi obtida em 1961, junto ao governo do Estado. Em 1962, foi construído neste terreno o primeiro prédio – de madeira, com quatro salas de aula, uma secretaria, uma sala para a direção e sanitários, também doado pelo então governador do Estado do Rio Grande do Sul, Dr. Leonel de Moura Brizola.

Em 1964, com a colaboração do Lyons Club de Gravataí, sob a presidência do Dr. Flávio Valente, iniciou-se a Campanha do Tijolo, para a construção do primeiro prédio em alvenaria.

A partir de então, o crescimento da Instituição foi surpreendente. Em março de 1967, foi inaugurado o Curso Colegial Científico e proferida a aula inaugural, pelo professor Castellano Rodrigues. Nesta oportunidade encontrava-se em condições de funcionamento a primeira etapa do prédio próprio em alvenaria, coroando os esforços da comunidade, clubes de serviço, Conselho Municipal e Estadual da CNEC, liderados pelo casal Artêmio e Wilma Camargo.

Em 1968, a Prefeitura Municipal, representada pelo Prefeito Dorival Cândido Luz de Oliveira, fez a doação de um terreno para a ampliação do colégio. Neste mesmo ano, a Portaria nº 27 do MEC, mudou a denominação do estabelecimento para Colégio Nossa Senhora dos Anjos.

Em outubro do mesmo ano, o Colégio recebeu a visita do Presidente Nacional da CNEC, Almirante Benjamin Sodré, acompanhado do Fundador, professor Felipe Tiago Gomes e membros da Diretoria Estadual. Nesta oportunidade, diante de elevado número de pessoas representativas da comunidade, foi inaugurada pelo Almirante Sodré a Biblioteca do Colégio. Naquele momento, a Escola homenageou o Senador Paulo Sarasate, pelo apoio e colaboração financeira que muito contribuiu para a conclusão da primeira parte do prédio, dando à Biblioteca o seu nome. Merece destaque, também, a grande colaboração do deputado

Zaire Nunes Pereira, com doações de verba que possibilitou o andamento das obras do Colégio.

Em 1974, o Parecer nº 269 do Conselho Estadual de Educação (CEED) autorizou o funcionamento dos cursos de 2º Grau com habilitações em Assistente de Administração, Auxiliar de Escritório e Secretariado. Em 1975, o Parecer nº 516 do CEED autorizou o funcionamento das habilitações em Auxiliar Técnico de Mecânica e Auxiliar Técnico de Eletricidade. Para esta conquista, o Colégio contou com a importante contribuição e parceria da empresa Icotron S/A, com a doação de equipamentos e máquinas para as salas de aulas e práticas dos cursos.

No dia 24 de setembro de 1977, foi inaugurado oficialmente o primeiro prédio de alvenaria do Colégio Nossa Senhora dos Anjos. Nesta oportunidade, o Colégio foi sede do Encontro Regional da Campanha, de caráter Técnico-Pedagógico, que teve a duração de três dias. Dentro do programa previsto, a culminância foi feita pela descoberta da placa de bronze, colocada na entrada do prédio, que presta homenagem a todos que trabalharam com dedicação e dinamismo para que a comunidade tivesse este estabelecimento de Ensino.

No ano de 1978, o Colégio recebeu do Conselho Estadual de Educação, o Parecer nº 893, com a autorização para o funcionamento da 1ª à 4ª série do ensino de 1º grau.

Outro grande marco dessa história ocorreu em 1983, com a inauguração do Ginásio Nossa Senhora dos Anjos, mais um símbolo da luta e dedicação cenequista. Em novembro deste mesmo ano, a Escola foi sede dos Jogos Estaduais Cenequistas, reunindo aproximadamente mil atletas de diversas cidades do Estado.

Com o objetivo de oferecer melhores condições de atendimento aos alunos, foram construídas e ampliadas, durante o ano de 1985, salas para a Biblioteca, Serviço de Supervisão Escolar, Serviço de Orientação Educacional, Tesouraria, Secretaria e Laboratório. No dia 25 de outubro, a professora Wilma foi eleita presidente do setor local da CNEC, para o biênio 1985/87.

Como exemplos que compõem a Galeria de Ex-presidentes: Cícero Geyer, José Martins Lima, Artêmio Camargo, Solon Caldas Morel, Maria Edylia Alves Torres, Ely Francisco Corrêa, Ivan Rodrigues Severo e João Carlos Cemim. Assumiu, então, a direção do Colégio, a professora Nilda Grahl Luz, escolhida pela experiência, trabalho e dedicação na Escola há mais de vinte anos.

No ano de 1986, foi iniciada a construção de um moderno prédio de três pisos, em substituição ao pavilhão de madeira, para oferecer melhores condições de atendimento aos alunos.

No dia 12 de abril de 1987, já no prédio novo, em salas especialmente montadas, foram inauguradas as classes de Pré-Escola Nível A e B, iniciando com duas turmas. No mês seguinte, a professora Wilma foi reeleita presidente do setor local da CNEC, para o biênio 1087/89.

Em 1991, a professora Eunice Carolina Ohlweiler de Oliveira assumiu o cargo de direção da Escola, no qual permanece até hoje, em 2010. Durante esse período, novos investimentos na estrutura física e tecnológica foram realizados, mas principalmente mudanças pedagógicas, culturais e sociais foram acontecendo para adaptar-se aos novos tempos. O colégio passou a ser um lugar de convívio, de integração, onde todos se sentem co-responsáveis no desenvolvimento e melhoria das ações que favoreçam o seu crescimento e o seu destaque na comunidade como uma instituição de qualidade em todos os níveis de ensino.

Em 1994, a diretoria do Conselho Comunitário aprovou a aquisição de uma área com mais de 11 mil m², localizada ao lado do Colégio. Nesta área, no ano de 2001, foi construído um novo Ginásio de Esportes com quatro quadras poliesportivas, denominado “Ginásio de Esportes Professora Wilma Camargo”, em homenagem e reconhecimento pelo trabalho de quase meio século dedicado pela professora à Educação Cenequista.

Em 1998, pela Resolução nº 234 do CEED, o Colégio passou a denominar-se Colégio Cenequista Nossa Senhora dos Anjos e, neste mesmo ano, foi inaugurado um novo Prédio com 8 salas de aula.

No ano de 2003, o Parecer nº 626 do CEED credenciou o Colégio para a oferta dos cursos de Técnico em Administração e Técnico em Informática e, em 2006, os cursos Técnico em Farmácia/Parecer CEED nº 848 e Técnico em Logística/Parecer CEED nº 877.

Cada novo curso implantado, cada projeto implementado e cada prédio construído são conquistas compartilhadas com todos os segmentos, porque são frutos da união, da cooperação e do compromisso em oferecer educação de excelência com compromisso social. A Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e os Cursos Técnicos, plenamente contemplados, possibilitaram que o olhar se voltasse para o Ensino Superior, ampliando novas oportunidades de formação à comunidade. Novos desafios rondavam os espíritos empreendedores da equipe do GENSA, a criação da faculdade. Foi então que tudo começou a ser posto em prática.

A Faculdade Cenequista Nossa Senhora dos Anjos teve delineado seu projeto de criação no final do ano de 2000, sob a liderança da diretora da Instituição, professora Eunice Carolina Ohlweiler de Oliveira, contando com o apoio da comunidade

escolar do Colégio Cenecista Nossa Senhora dos Anjos, da Diretoria do Conselho Comunitário e com o incentivo e aprovação da Diretoria e da Superintendência Estadual da CNEC/RS. A partir da opinião da comunidade dos municípios de Gravataí, Cachoeirinha e Alvorada, colhida mediante uma pesquisa de preferência quanto aos cursos a serem criados, passou-se à elaboração do projeto.

No dia 25 de abril de 2002, a Faculdade Cenecista Nossa Senhora dos Anjos (FACENSA) foi credenciada pela Portaria nº 1.267 do MEC de 25/04/2002, publicada no Diário Oficial da União em 26/04/2002. Neste mesmo ato foi autorizada a implantação dos cursos de Graduação em Administração com Habilitação em Administração Industrial e Sistemas de Informação. No dia 29 de julho de 2002, às 19h30min, no auditório do Colégio Cenecista Nossa Senhora dos Anjos, realizou-se a solenidade da Aula Inaugural com a presença de autoridades, convidados e alunos, dando início oficialmente ao funcionamento do primeiro semestre dos cursos da faculdade. A partir de 2007, passaram a ser oferecidos, também, os cursos de Direito e Ciências Contábeis.

No ano de 2008, o prédio principal foi ampliado com a construção de mais um piso, sendo disponibilizado aos alunos mais cinco salas de aula e um conjunto de sanitários.

Em 2009 foi iniciada a construção de um novo prédio para abrigar os novos alunos do Colégio e da Faculdade. Doze novas salas, um auditório e um amplo espaço de convivência começaram a ser utilizados no início do ano letivo de 2010.

Durante a sua trajetória, o Colégio Cenecista Nossa Senhora dos Anjos obteve grande reconhecimento por seu memorável papel na comunidade. Em 1998, a Escola recebeu da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Gravataí (ACIGRA) o prêmio de Destaque na Educação. Em outubro de 1999, a Câmara Municipal de Gravataí concedeu para o Colégio o Prêmio Destaque da Aldeia, por sua dedicação e trabalho na área educacional. Em 2000, o Gensa recebeu o Prêmio Homem do Vale, em reconhecimento pelo seu desempenho educacional. Em 2003, ano em que completava seu 50º aniversário, o Colégio Cenecista Nossa Senhora dos Anjos recebeu homenagens da Câmara de Vereadores de Gravataí e da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Em julho do mesmo ano, a Escola recebeu o Diploma de Qualidade RS, por ter se destacado entre as organizações participantes do Sistema de Avaliação do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade, em todas as etapas, merecendo distinção com mérito. Em maio de 2004, a Prefeitura Municipal de Gravataí, através da Fundação Municipal de Meio

Ambiente (FMMA), homenageou o GENSA pela contribuição e parceria na defesa do patrimônio ambiental do município.

O Complexo GENSA/FACENSA é um grande exemplo para as Instituições de Ensino e para toda a comunidade. Os projetos de Assistência Social como: Abraçar; Conviver e Tocando a Vida; Inclusão Digital e as diversas ações solidárias organizadas com os alunos têm a finalidade de contribuir para a formação dos valores de solidariedade, valorização do ser humano e compromisso social. Além desses, a Instituição cria constantemente novos trabalhos para oferecer à comunidade, cursos e oficinas gratuitos, os quais trazem cada vez mais membros para a família cenecista de Gravataí.

Projetos didáticos e interdisciplinares como Brincaprendo, Gincana Literária, Família na Escola, Eventos Sociais e Culturais e Saídas de Campo têm como objetivo promover a integração dos alunos, professores, pais e demais funcionários do Colégio no processo educacional. A busca pela qualidade do ensino é alicerçada pela formação continuada de seus profissionais, pela utilização do Material Didático do Sistema de Ensino da Rede CNEC,¹ pelo planejamento e organização de aulas contextualizadas com a finalidade de significar e problematizar os conteúdos. Esta metodologia leva a desenvolver habilidades (identificar, analisar, refletir, argumentar, compreender e aplicar), almejando atingir as competências necessárias e desejadas pela Instituição na formação do aluno.

Comprometido com a formação de um cidadão autônomo, participativo, responsável e solidário com seus semelhantes, o Colégio Cenecista Nossa Senhora dos Anjos é uma organização em constante mudança, voltada para a inovação, para a aprendizagem e melhoramento contínuo de todos os seus segmentos. Como instrumento de diagnóstico do processo ensino-aprendizagem é realizado anualmente o Exame Nacional das Escolas Cenecistas – ENEC,² a fim de definir plano de melhoria contínua da qualidade dos serviços educacionais. O GENSA tem a missão de promover a formação integral das pessoas, oferecendo educação de excelência, com compromisso social. Como valores, ênfase para a ética, a excelência, a valorização do ser humano e o compromisso social e ambiental.

1 Material de ensino da Rede CNEC, elaborado pela Rede CNEG para todos os anos, da Educação Infantil ao Ensino Médio, contendo os conteúdos e atividades de acordo com a série. Disponibiliza, também, material de áudio para os docentes e acesso ao portal educacional na internet (WWW.eneconline.com.br) para suporte pedagógico e downloads.

2 ENEC- Exame Nacional das Escolas Cenecistas: prova aplicada com os alunos em todas as unidades Cenecistas do Brasil no mês de agosto, a fim de realizar diagnóstico do processo ensino-aprendizagem e definir plano de melhoria contínua da qualidade dos serviços educacionais.

Hoje, o complexo GENSA / FACENSA abriga cerca de 2.500 alunos e 175 funcionários. Além de oferecer Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Cursos Técnicos, Graduação e Pós-Graduação, por meio da FACENSA, a instituição possui uma moderna infraestrutura, corpo docente qualificado, investindo em projetos inovadores e atrativos para os alunos, pais e comunidade. O Colégio Nossa Senhora dos Anjos está sempre atento às necessidades e expectativas do seu público, indagando-se sempre como e quando oferecer o melhor para que possam usufruir de uma vida com mais qualidade através de uma gestão participativa e democrática construída por intermédio do diálogo, do respeito e da valorização da participação de cada integrante da comunidade escolar.

O Colégio manifesta o reconhecimento e a homenagem a todos que compõem a grande família Cenecista, aos fundadores, especialmente à querida professora Wilma Velho Pacheco de Camargo, grande propulsora do ideal Cenecista; aos professores e funcionários que passaram e aos que hoje permanecem, deixando marcas de suas ações e de dedicação na construção dessa história; aos alunos, pais e familiares que constituem o motivo principal dos sonhos do Colégio, e pelos quais os transforma em realidade. Aos atuais colaboradores e parceiros que refletem em suas ações o desejo de educar para uma vida com mais qualidade; aos dirigentes da Mantenedora pelo comprometimento no desenvolvimento de uma educação de excelência e comprovado compromisso social. Agradece, também, a todas as instituições públicas e demais pessoas da comunidade que a cada ano integram esse time, solidárias para com o desenvolvimento do projeto escolar.

A meta do Colégio é continuar oferecendo educação diferenciada, que faz do GENSA o Colégio que cresce com seus alunos e com a comunidade, primando pela investigação, estudo, ação, união, trabalho e compromisso para uma vida melhor.

Hoje, as pessoas que constituem o Colégio são protagonistas de uma história que iniciou em 1953, em um prédio emprestado, e que, graças ao idealismo, à garra e ao trabalho de tantos colaboradores, teve uma trajetória vitoriosa e de conquistas consolidada com o crescimento do GENSA e com a criação da FACENSA.



Primeiro prédio próprio de madeira. 1962.

Área do complexo
GENSA/FACENSA
dezembro de 2009.
Total dos terrenos:
17.258 m²
Total da área construída
8.200 m².



Fachada principal do complexo GENSA/FACENSA. Alunos em ação social - Páscoa de 2010.

28ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO: 35 ANOS DE MEMÓRIA

Eloab Janssen

Mestre em Educação Social. Gravataí/RS

A Educação no estado do Rio Grande do Sul não contou com meios regulares de instrução por quase um século desde o seu povoamento. Os filhos das principais famílias eram ensinados por padres ou por estancieiros que sabiam ler e escrever. Conforme Alda Kremer (1969), o desenvolvimento educacional no Rio Grande do Sul era muito diferente do que ocorria no Brasil, onde desde 1549, havia uma expansão na rede escolar jesuítica, de São Paulo a Pernambuco, assim como de outras ordens religiosas, enquanto que, em nosso estado, a discriminação manteve-se até 1813.

O contraste a essa situação é o fato de ter sido o Rio Grande do Sul o primeiro a receber o benefício da instrução pelo estado, quando o governador José Marcelino de Figueiredo mandou instalar, na Aldeia dos Anjos, hoje Gravataí, duas escolas para crianças guaranis. A escola de meninos, criada em 31 de janeiro de 1770, tinha como professor José de Alencastre, considerado o primeiro professor público do Rio Grande do Sul. Mas foi em 30 de setembro de 1776 que o governador José Marcelino estabeleceu a mudança de escola para colégio, ou seja, passou a ser internato para meninos indígenas, tendo como mestre Joaquim de Santa Úrsula. O governador considerava esta como uma forma para fazer eficazes muitas das providências que vinha tomando para “fazer felizes estes povos guaranis”, pois considerava como seu objetivo que os índios “compreendam e falem em língua portuguesa ao mesmo tempo em que devem aprender a doutrina cristã e se educar na escola que estabeleci em forma de colégio, que não pode subsistir sem ter uma aplicação para o cotidiano [...]” (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Registros diversos. Cód. 13, f. 135 v).

O segundo colégio, com aula de letras e recolhimento de meninas guaranis, conforme Kremer (p. 261-2) era dirigido por D. Gregória Rita Coelho de Men-

donça, professora conhecedora do idioma guarani, a qual tivera o início de suas atividades em 1778, só deixando o internato, quando, através de uma portaria, de 1º de abril de 1800, o governador encerrou as atividades do recolhimento, o qual iniciara com 50 meninas e nos últimos anos, já apresentava um número de matriculas inferior à metade.

Outro fato relevante neste início da educação, através do estado, no Rio Grande do Sul, foi a criação da Escola Normal da Província, em 8 de março de 1869, e que passaria em 1939 a ser denominada Instituto de Educação. No início, a Escola Normal da Província oferecia apenas o ensino primário. Através de reformas estruturais na educação, decretadas por Júlio de Castilhos em 1897, a Escola Normal foi transformada em 1901 em Colégio Distrital de Porto Alegre (FRANCO, 2006, p.175).

O ensino público no Rio Grande do Sul, iniciado na Aldeia dos Anjos, será abordado através de Leis, Decretos e Portarias onde se notam alterações diversas na Secretaria, tanto em sua denominação, enquanto órgão encarregado pela Educação, quanto na determinação de suas atribuições, relacionadas ao momento histórico e as diferentes propostas educacionais defendidas por seus governantes. O aspecto cronológico dos atos políticos que aqui serão evidenciados está diretamente relacionado à Secretaria de Educação do estado do Rio Grande do Sul e, a partir de 1973, também relacionados à 28ª Coordenadoria Regional de Educação. O intervalo de tempo aqui utilizado, para a cronologia dos atos políticos, abrange de 1910 a 2010, o que permite um panorama envolvendo diferentes períodos de governo e seus respectivos governadores. Será de interesse específico considerar o período entre a criação da 28ª Delegacia Regional de Educação, em janeiro de 1975, até janeiro de 2010 – agora denominada Coordenadoria Regional de Educação. Embora a intenção não seja fazer uma ampla abordagem dos períodos políticos, irá aparecer a citação destes, com informações objetivas, visando iluminar a história das políticas educacionais na sua relação com a história política vigente em nosso Estado e, também, em suas implicações diretas e/ou indiretas, quer na Secretária de Educação ou na 28ª Coordenadoria Regional de Educação, e tendo em vista que, nas alternâncias do poder, Governadores, Secretários de Educação e Coordenadores Regionais de Educação, redefinem novas metas, projetos e linhas de ação para a Educação no Estado e em seus municípios.

O resgate de fatos importantes da história, contada em fotos e outros documentos que são marcos histórico-temporais da trajetória da 28ª CRE, como o levantamento cronológico de atos políticos, assim como a possibilidade de registrar

a palavra de seus ex-coordenadores e do coordenador em exercício, são aspectos que reconstróem a história em sua riqueza de possibilidades.

A 28ª Coordenadoria Regional de Educação, com jurisdição dos municípios de Gravataí (local da sua sede), Alvorada, Cachoeirinha, Glorinha e Viamão, inicialmente foi denominada Área Educacional, quando ainda estava vinculada à 11ª Delegacia de Educação, passando, no ano de 1975, a ser a 28ª Delegacia Estadual de Educação, tendo como seu representante Carlos Antônio Borges de Abreu, o primeiro Delegado de Ensino, que permaneceu nesta função até o ano de 1987. Seguiram-se a ele, na 28ª: Anita Ortiz Correa (março de 1987 a março de 1991); Maria Loreni Bittencourt da Silva (março de 1991 a março de 1994); Edson de Almeida Borba (março de 1994 a dezembro de 1994); Rosemary Fortes Alba (janeiro de 1995 a julho de 1996); Anita Ortiz Corrêa (julho de 1995 a dezembro de 1998); Alexandre Silva Virgínio (janeiro de 1999 a junho de 1999); Anabel Lorenzi (junho de 1999 a dezembro de 2002); Anita Ortiz Correa (fevereiro de 2003 a dezembro de 2006); Ervino Deon (abril de 2007 a agosto de 2007), Elton Luís Dutra Ferreira (de agosto de 2007 a dezembro de 2010).

A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL

25 de janeiro de 1908 a 25 de janeiro de 1913

Governador: Carlos Barbosa Gonçalves

Natural de Pelotas, 1851. Formado em Medicina. Era sobrinho-neto de Bento Gonçalves. Carlos Barbosa foi Presidente do Estado do Rio Grande do Sul durante a República Velha. Em seu governo construiu o Palácio Piratini, o qual viria a ser concluído em 1913, por Borges de Medeiros. Implantou o Cais do Porto de Porto Alegre e de Rio Grande, realizou as obras do prédio da Faculdade de Medicina, assim como do Hospital da Brigada Militar e do Instituto Pasteur, além do monumento em homenagem a Júlio de Castilhos.

25 de janeiro de 1913 a 25 de janeiro de 1928

Governador: Antônio Augusto Borges de Medeiros

Natural de Caçapava do Sul, 1863. Formado em Direito, Borges de Medeiros foi um dos expoentes do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Os aliados de Borges de Medeiros eram denominados “Chimangos”, enquanto os opositores

à sua quinta reeleição recebiam o tratamento pejorativo de “Maragatos”, sendo que, com o passar do tempo, este termo seria incorporado de forma positiva pelos opositores, os quais passaram a se auto-denominarem desta forma. Em 1933, Borges de Medeiros foi eleito Deputado Federal e, no ano seguinte, concorrendo à Presidência da República, em eleição indireta no Congresso Nacional, perdeu para Getúlio Vargas.

25 de janeiro de 1928 a 9 de outubro de 1930

Governador: Getúlio Dornelles Vargas

Natural de São Borja, 1882. Formado em Direito. Foi o chefe da Revolução de 1930 que pôs fim à República Velha e que depôs Washington Luís. Getúlio Vargas foi presidente do Brasil em dois períodos distintos, sendo o primeiro período de 1930 a 1945, dividido em três fases: de 1930 a 1934, denominado Governo Provisório; de 1934 a 1937, foi eleito indiretamente pelo Congresso Nacional, sendo Presidente do Governo Institucional; de 1937 a 1945, período que durou o Estado Novo, implantado através de um Golpe de Estado. O 2º período foi de 1951 até 1954, quando se suicidou. Em seu governo, foram criadas muitas das leis sociais e trabalhistas brasileiras.

1929 – Através do decreto nº 4.258, de 21 de janeiro de 1929, foi aprovado o regulamento da Diretoria Geral da Instrução Pública, subordinado à Secretaria do Interior, sendo subdividida em Diretoria Geral, Seção Administrativa e Seção Técnica.

9 de outubro de 1930 a 27 de outubro de 1930

Governador: Oswaldo Euclides de Souza Aranha

Nasceu em Alegrete, no ano de 1894. Formado em Direito. Em 1923, na luta entre Chimangos e Maragatos, lutou a favor do sistema republicano de Borges de Medeiros, que era o presidente do Estado. Em 1927, foi eleito deputado federal, sendo que, no ano seguinte, tornou-se secretário do Interior, dedicando-se de forma intensa a obras educacionais.

27 de outubro de 1930 a 28 de novembro de 1930

Governador: Sinval Saldanha

Secretário do Interior de Vargas substituiu Oswaldo Aranha, que se engajou na marcha da revolução de 1930.

28 de novembro de 1930 a 17 de outubro de 1937

Governador: General José Antônio Flores da Cunha

Secretário de Educação: Othelo Rosa

José Antônio Flores da Cunha é natural de Santana do Livramento, 1880. Formado em Direito. Iniciou carreira política, como deputado estadual pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Em 1912 foi eleito Deputado Federal, mas não concluiu o mandato, pois se afastou para concorrer à prefeitura de Uruguaiana, sendo eleito com votação expressiva. Novamente eleito deputado federal em 1927, irá renunciar ao mandato para concorrer ao senado, sendo eleito. Assim como Oswaldo Aranha, também atuou de modo ativo na Revolução de 1930, que levaria Vargas à chefia do Brasil. No dia 28 de novembro de 1930 foi nomeado interventor no Rio Grande do Sul. Ajudou a fundar, em 1932, o Partido Republicano Liberal (PRL). Em 1935 foi eleito governador do Rio Grande do Sul. Em 1945 participou da fundação da UDN, sendo eleito deputado federal por três vezes seguidas nesta legenda. Aos 78 anos de idade, foi eleito pelo PTB, mas veio a falecer antes de concluir o mandato.

1934 – Através do decreto nº 5758, de 28 de novembro de 1934 a Universidade de Porto Alegre vinculou-se ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com iniciativas e realizações de caráter privado, tendo a seguinte constituição: Faculdade de Medicina, com suas Escolas de Odontologia e Farmácia; Faculdade de Direito e sua Escola de Comércio; Escola de Engenharia, com serviço de Astronomia, Instituto Montauri e Instituto de Química Industrial; Escola de Agronomia e Veterinária; Instituto de Belas Artes; Faculdade de Educação, Ciências e Letras.

1935 – Através do decreto nº 5.969, de 26 de junho de 1935, foi criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública com todos os serviços existentes na Diretoria Geral de Instrução Pública, Diretoria de Higiene e Saúde Pública e Hospital São Pedro [...].

1935 – Através do decreto nº 6.037, de 10 de agosto de 1935, foi suprimida a Diretoria Geral de Instrução Pública, sendo atribuído à Secretaria de Educação e Saúde Pública o expediente e serviços da Universidade de Porto Alegre, das subvenções e auxílios para fins educativos, de saúde pública e assistência social.

A Secretaria foi dividida em seis diretorias:

- 1ª diretoria – Expediente;
- 2ª diretoria – Instrução Pública;
- 3ª diretoria – Higiene e Saúde Pública;
- 4ª diretoria – Assistência a Alienados;

5ª diretoria – Museu do Estado;

6ª diretoria – Biblioteca Pública.

1935 – Através do decreto nº 6.105, de 25 de novembro de 1935, foi criado o Conselho Estadual de Educação, competindo-lhe funções de órgão consultivo da Secretaria de educação e Saúde Pública, em assuntos relativos ao ensino.

1935 – Através do decreto nº 7.641, de 28 de dezembro de 1935, o estado foi dividido em regiões escolares, cada qual abrangendo determinado número de municípios e possuindo uma Coordenadoria Regional de Educação, sendo a 1ª Região Escolar composta pelos municípios de Porto Alegre, Gravataí, Santo Antônio, Osório, Viamão, Torres, Guaíba, Tapes, São João e Camaquã. A sede era em Porto Alegre.

17 de outubro de 1937 a 19 de janeiro de 1938

Governador: General Manuel de Cerqueira Daltro Filho

Secretário: José Pereira Coelho de Souza

Manuel de Cerqueira Daltro Filho é natural de Cachoeira, 1882. Militar, iniciou sua carreira aos 16 anos, cursou a Escola Tática e de Tiro em Rio Pardo e, posteriormente, a Escola de Guerra, em Porto Alegre. Em 1930 combateu a Aliança Liberal, que levou Getúlio Vargas ao poder, porém, depois da derrota, passou a apoiar o novo governo. Manuel Daltro Filho foi um dos principais apoiadores do golpe que instaurou o Estado Novo, em 1937, ano em que, após a deposição e o exílio de Flores da Cunha, ele seria empossado interventor federal no Rio Grande do Sul.

Neste período, a Diretoria Geral da Instrução Pública passou a ser cargo de confiança, e foram criadas, além de uma Seção Técnica da Diretoria Geral de Instrução Pública, as Delegacias Regionais de Ensino, os cargos de Delegados e Orientadores de Educação Elementar.

19 de janeiro de 1938 a 4 de março de 1938

Governador: Joaquim Maurício Cardoso (Secretário do Interior)

Secretário de Educação: José Coelho de Souza

Joaquim Maurício Cardoso é natural de Soledade, 1888. Formado em Direito. Em 1930, foi eleito deputado estadual pelo PRR, e no ano seguinte, atuou como Ministro da Justiça no governo Vargas. Criou um novo código eleitoral que vigorou entre 1933 e 1937, que introduziu o voto secreto, e permitia às mulheres o direito de votarem, e também de serem eleitas.

4 de março de 1938 a 4 de setembro de 1943

Governador: Oswaldo Cordeiro de Farias

Substituto: Miguel Tostes

Secretário de Educação: José Coelho de Souza

Oswaldo Cordeiro de Farias é natural de Jaguarão, 1901. Militar, em 1917 ingressou na Escola Militar do Realengo, tendo cursado a Escola Superior de Guerra e feito estágio na Escola do Estado Maior do Exército Americano. Após a sequência de promoções da carreira militar, chegou, em 1942, a General-de-Brigada, com inúmeras condecorações nacionais e internacionais. Oswaldo Cordeiro de Farias foi nomeado Interventor Federal no Rio Grande do Sul, por Getúlio Vargas, após a morte de Daltro Filho. E no ano de 1944 foi para a Itália e participou de várias batalhas em que a Força Expedicionária Brasileira (FEB) estava envolvida durante a 2ª Guerra Mundial. Ao retornar ao Brasil em 1945, participou do golpe militar que tirou Getúlio Vargas do poder, extinguindo o Estado Novo. Foi nomeado adido militar à Embaixada do Brasil em Buenos Aires, durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra. Em 1961, o então presidente Jânio Quadros, nomeia-o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). Participou do Golpe Militar que depôs o presidente João Goulart. E no governo de Castelo Branco, assumiu o Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais até 1966, quando deixou a vida pública.

1938 – Através do decreto nº 7.615, de 13 de dezembro de 1938, as escolas do estado eram administradas diretamente pela Diretoria Geral da Instrução Pública.

1938 – Através do Decreto nº 7.640, de 28 de dezembro de 1938, foi regulamentada a carreira do magistério, ficando estabelecido o concurso público como forma de recrutamento.

A secção técnica da diretoria geral de Instrução Pública, nos anos de 1938 e 1939, começou a contar com um movimento que se ampliava: a orientação pedagógica dos professores. As principais ações, segundo o relatório da Diretoria Geral de Instrução Pública de 1940 (p. 7) eram: a elaboração de planos de trabalho escolar e organização de campanhas buscando formar atitudes e hábitos desejáveis em seus alunos, tendo como referência algumas datas, entre elas: Proclamação da República, Semana da Pátria, Semana da Asa; a elaboração de comunicados e circulares de orientação; a organização de cursos de aperfeiçoamento pedagógico, de administração escolar, de especialização em desenho e artes aplicadas e em música, educação rural, preparação de professores para núcleos indígenas, de Educação Física e de reajustamento pedagógico; a realização de reuniões com professores

dos grupos escolares, com aplicadores do teste ABC, com os professores orientadores de ensino, com delegados regionais de ensino e diretores das regiões escolares; estudo de obras didáticas e de literatura infantil; exames de livros adotados em escolas estrangeiras; elaboração de programas mínimos para as escolas primárias. *1940* – Através do decreto 31, de 6 de setembro de 1940, foi desincorporado o Departamento de Saúde, da Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública, ficando a denominação: Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul.

1942 – Através do decreto nº 578, de 22 de julho de 1942, a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul passou a denominar-se Secretaria de Educação e Cultura, tendo como competência a administração das atividades relativas à educação escolar e à educação extra-escolar da esfera estadual, em conformidade das leis em vigor.

Foi extinta a Diretoria Geral de Instrução Pública e criado em seu lugar o Departamento de Educação Primária e Normal, ao lado das Superintendências de Ensino Profissional e Secundário e do Departamento de Educação Física.

1942 – Através do decreto nº 645, de 23 de dezembro de 1942, ficou subdividida a 1ª Região Escolar, sendo criada a 11ª Região, com sede no município de Porto Alegre e respectivamente atendida por um Delegado Regional, abrangendo os municípios de Gravataí, Santo Antônio, Osório, Viamão, Torres, Guaíba, Tapes, Camaquã e Canoas, ficando a 1ª Região responsável apenas pelas escolas de Porto Alegre.

1943 – Através do decreto nº 794, de 17 de junho de 1943, ficou aprovado o Regimento Interno do Departamento de Educação Primária e Normal, determinando que, em cada Região Escolar, funcionaria uma Delegacia Regional de Ensino, sob a Direção de um delegado da Administração Central, com sede em cidade que, por sua localização, importância e acessibilidade, constituiria o centro natural da região. As regiões deveriam ser subdivididas em distritos escolares, tendo em vista a distribuição do trabalho de orientação técnico-pedagógica. *1943* – Através do decreto nº 794, de 17 de junho de 1943, a Secção Técnica da Diretoria Geral de Instrução Pública passou a ser denominada Centro de Pesquisas e Orientação Educacional (CPOE), e foi aprovado o regimento interno do Departamento de Educação Primária e Normal. Entre as funções do CPOE, estava a de realizar estudos de caráter objetivo sobre a criança em todos os aspectos que intervêm no processo educativo: biológico, psicológico, sociológico, pedagógico; estudos relativos à aprendizagem: princípios e leis, instrumentos e processos, conteúdo e eficiência; estudos relativos ao meio escolar: disciplina, instituições, recreações e relação com o meio social.

O Centro de Pesquisas e Orientação Educacional realizavam a publicação institucional e oficial de boletins, denominados Boletins do CPOE/RS. O primeiro a ser publicado foi em 1947, constando de 159 páginas. Fazia parte de seu conteúdo: comunicados, as atribuições e a organização do CPOE, pesquisas em andamento, assuntos referentes à legislação e biblioteca. Conforme sua diretora, Eloah Brodt Ribeiro, tinha como proposta proporcionar àqueles que executam o plano educacional elaborado pela Secretaria, o conhecimento do acervo magnífico de experiências sobre o qual era alicerçado o trabalho de cada dia, valorizando o patrimônio cultural que confiado à Instituição. Na difusão das práticas introduzidas e dos novos rumos palmilhados objetivava-se o desígnio de dilatar os horizontes individuais, estendendo-os em todos os sentidos significativos até o marco decisivo para a formação do espírito científico necessário à compreensão e livre aceitação de fatos educacionais sob o influxo dos princípios que norteiam a ciência pedagógica. (Boletim do CPOE/RS, 1947, p. 9).

A publicação dos Boletins do CPOE/RS compreende o período de 1947 até 1966. Uma das funções do Boletim, além dos comunicados e instruções, era melhorar a formação dos professores, tendo em vista que, entre os anos de 1937 a 1950, a média percentual de não-normalistas, ou seja, daqueles que não apresentavam qualificação profissional, correspondia a 61,45% do professorado sendo que, em 1960, este percentual ainda se mostrava preocupante, com a não-qualificação atingindo 51,8% dos professores (Fonte: Anuário de Estatísticas Educacionais – SEC/RS).

11 de setembro de 1943 a 1º de novembro de 1945

Governador: Tenente-Coronel Ernesto Dornelles

Substituto: Alberto Pasqualini (Secretário do Interior)

Secretário de Educação: Ivo Correa Meyer (1943) e Antônio Brochado da Rocha (1944–1945)

Ernesto Dornelles é natural de São Borja, 1987. Militar, ingressou no exército em 1918. Durante a Revolução Federalista, combateu os revolucionários, vindo também a combater o movimento que originou a Coluna Prestes. Na Revolução de 30 apoiou Getúlio Vargas, seu primo, que saíra vitorioso e presidente do Brasil. Durante o Estado Novo, em 1943, foi indicado Interventor no Rio Grande do Sul. Ernesto Dorneles foi um dos fundadores do Partido Social Democrático (PSD) no estado, tendo sido eleito senador em 1945. Em 1950 concorreu a governador, enquanto Getúlio Vargas concorria à Presidência da República. Ambos foram eleitos. Dornelles ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro. No governo de Juscelino Kubitschek, ele foi convidado a assumir o Ministério da Agricultura, tomando posse em 31 de janeiro de 1956.

1º de novembro de 1945 a 7 de fevereiro de 1946

Governador: Samuel Figueiredo da Silva

Secretário de Educação: Ivo Correa Meyer

Samuel Figueiredo da Silva foi nomeado interventor do estado do Rio Grande do Sul pelo ministro da Guerra, Góis Monteiro, após a deposição de Getúlio Vargas.

7 de fevereiro de 1946 a 26 de março de 1947

Governador: Pompílio Cylon Fernandes Rosa

Substituto: Otacílio Moraes

Secretário de Educação: Luiz Sarmiento Barata e Francisco Brochado da Rocha

Pompílio Cylon Fernandes da Rosa, natural de Montenegro, 1897. Formado em Direito. Foi governador do estado do Rio Grande do Sul na transição do Estado Novo para a redemocratização. Em 1943 foi eleito deputado estadual, tendo sido o mais votado, passando a integrar a Assembléia Constituinte, que foi transformada em Assembléia Legislativa. A instalação do Estado Novo, por Getúlio Vargas, em 1937, dissolveu a Assembléia Gaúcha assim como as demais do país. Cylon foi nomeado presidente da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul. Com o fim do Estado Novo e a deposição de Getúlio Vargas, o General Eurico Gaspar Dutra assumiu a Presidência da República, sendo Pompílio Cylon indicado para governador do Rio Grande do Sul. Em seu governo executou plano de implantação de usinas elétricas e deu atenção às necessidades do setor rural. Em 1950 concorreu ao governo do Estado pelo PSD, mas perdeu para o também ex-interventor Ernesto Dorneles, PTB.

26 de março de 1947 a 31 de janeiro de 1951

Governador: Walter Só Jobim

Secretário de Educação: Eloy J. da Rocha

Walter Só Jobim, natural de Porto Alegre, 1892. Formado em Direito. Atuou como juiz em Santa Maria, onde posteriormente foi promotor público. Na Revolução de 1923 esteve ao lado da Aliança Libertadora, sendo que na Revolução de 30 apoiou Getúlio Vargas. Em 1937, durante o Estado Novo, foi nomeado Secretário de Viação e Obras Públicas. Em 1947, após a Ditadura Vargas, derrotou nas eleições para o governo do Rio Grande do Sul, o então favorito, Alberto Pasqualini, do PTB. Foi embaixador do Brasil no Uruguai e membro da Academia Brasileira de Letras.

1947 – Através do decreto nº 1394, de 25 de março de 1947, foi estabelecida nova organização dos Serviços da Secretaria de Educação e Cultura, acabando por

extinguir o Departamento de Educação Primária e Normal, transferindo suas atribuições para a Superintendência do Ensino Primário.

31 de janeiro de janeiro de 1951 a 25 de março de 1955

Governador: Tenente-Coronel Ernesto Dornelles

Secretário de Educação: Júlio Marino de Carvalho (31/01/1951–04/09/1953); José M. de Freitas Beck (04/09/1953–02/08/1954); Walter S. de Oliveira (02/08/1954–08/10/1954) e José M. de Freitas Beck (08/10/1954–25/03/1955)

1953 – Através do decreto nº 3869 foi aprovado o novo Regimento Interno do Conselho Estadual de Educação (CEEE).

25 de março de 1955 a 25 de março de 1959

Governador: Ildo Meneghetti

Secretário de Educação: Liberato S. Vieira da Cunha (25/03/1955–12/04/1957); Ariosto Jaeger (12/04/57–03/07/1958) e Adroaldo Mesquita da Costa (03/07/1958–25/03/1959)

Ildo Meneghetti, natural de Porto Alegre, 1941. Formado em engenharia. Em 1948, Meneguetti, que era filiado ao Partido Social Democrático (PSD), foi nomeado prefeito de Porto Alegre, pelo então governador Walter Jobim. Em 1951, concorreu a eleição direta para prefeito, com coligação do PSD, UDN e PL, derrotando Leonel Brizola, do PTB, por cerca de mil votos. Neste mandato, priorizou a habitação popular, tendo criado a vila do IAPI. Em 1953, realizou a encampação do serviço de bondes que, a partir deste ano seria controlado pela Companhia Carris Porto-Alegrense, empresa pública municipal. Em 1962 foi reeleito governador do Estado do Rio Grande do Sul. Devido ao apoio dispensado aos segmentos mais conservadores da sociedade, no processo que culminaria na queda do presidente João Goulart e na Ditadura Militar, no dia 1º de abril de 1964, Ildo Meneghetti transferiu o governo estadual para Passo Fundo, evitando ser deposto pelas forças fiéis a João Goulart. Meneguetti retorna à capital gaúcha no dia 4 de abril, quando Jango já havia se retirado para o exílio, no Uruguai. O PSD gaúcho seria incorporado à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e em convenção da ARENA, foi substituído por Walter Peracchi Barcelos, em 12 de setembro de 1966.

1958 – Através da lei nº 3.602, de 1º de dezembro de 1958, foi dada a competência da Secretaria: promover, orientar, coordenar, executar e controlar as atividades direta ou indiretamente ligadas aos problemas do ensino da educação e da cultura.

25 de março de 1959 a 25 de março de 1963

Governador: Leonel de Moura Brizola

Secretário de Educação: José M. de Freitas Beck (31/01/1959–06/02/1959); Raul Cauduro (06/02/1959–04/01/1960); Justino Quintana (04/01/1960–13/07/1962); Raul Cauduro (13/07/1962–16/10/1962) e Justino Quintana (16/10/1962–25/03/1963)

Leonel Brizola, natural de Carazinho, 1922. O nome de batismo era Itagiba de Moura Brizola, mas desde cedo adotou o nome de um líder maragato, da Revolução de 1923, Leonel Rocha. Ingressou na vida partidária através de Getúlio Vargas, no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Visando o pleito eleitoral de 1965, e tendo como meta a sua candidatura a Presidente do Brasil, sabendo que constava na lei um impedimento para que parentes do presidente não concorressem à sua sucessão, assim, Brizola, que era casado com a irmã de João Goulart, lançou o slogan pré-eleitoral: “Cunhado não é parente, Brizola pra presidente”. Veio o Golpe de 64, os planos foram adiados, mas o país teve em Brizola um dos líderes da resistência. Em 1980 fundou o PDT, partido pelo qual foi duas vezes candidato à presidência da República. Na sua trajetória de homem público foi prefeito de Porto Alegre, deputado estadual e deputado federal, governador do estado do Rio Grande do Sul e, duas vezes governador do Rio de Janeiro.

25 de março de 1963 a 12 de setembro de 1966

Governador: Ildo Meneghetti

Secretário de Educação: Zilab M. Totta (25/03/1963–15/01/1964); Ariosto Jaeger (15/01/1964–30/08/1965); Lauro F. Leitão (30/08/1965–07/02/1966); José Carlos Kist (07/02/1966–10/03/1966) e Lauro F. Leitão (10/03/1966–12/09/1966)

1965 – Através do decreto nº 17.750, de 31 de dezembro de 1965, ficou estabelecida a constituição das Delegacias Regionais da Secretaria de Educação e Cultura, anteriormente denominadas Delegacias Regionais de Ensino, cuja finalidade era superintender e coordenar o serviço educacional na respectiva região, assim como estabelecer contato entre as unidades escolares do estado e a direção central do ensino. Ficou também estabelecido que as Delegacias deveriam entender-se diretamente com os órgãos técnicos da Secretaria de Educação e Cultura nos assuntos de sua competência e, nos de ordem administrativa, com os respectivos Departamentos e demais órgãos da Secretaria. Foram extintos os Centros Regionais de Coordenação de Ensino Médio e Técnico.

12 de setembro de 1966 a 15 de março de 1971

Governador: Walter Peracchi Barcelos

Secretário de Educação: Carlos Kirst (12/09/1966–18/11/1966); Lauro F Leitão (18/11/1966–31/01/1967) e Luiz L. de Faria (31/01/1967–15/03/1971)

Walter Peracchi Barcellos, natural de Porto Alegre, 1907. Militar, assumiu em 1948 o comando geral da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Foi eleito deputado estadual pelo Partido Social Democrático, por duas vezes: a primeira em 1950 e depois em 1954. Foi eleito deputado federal, em 1962. Durante a ditadura militar, no governo Castelo Branco, foi ministro do Trabalho e da Previdência Social. Com a saída de Ildo Meneghetti, governador eleito, o nome de Walter Peracchi Barcelos foi indicado por Brasília e aceito pela Assembléia Legislativa do estado para governar o Rio Grande do Sul, no período de 12 de setembro de 1966 a 15 de março de 1971.

1969 – Através do decreto nº 19.801, de 8 de agosto de 1969, foi estabelecido como áreas de competência da Secretaria de Educação e Cultura: ensino, atividades culturais, desporto e educação física, assistência social ao escolar, patrimônio histórico, arqueológico, científico, cultural e artístico.

15 de março de 1971 a 15 de março de 1975

Governador: Euclides Triches (Eleito pela Assembléia Legislativa)

Secretário de Educação: Mauro C. Rodrigues (31/03/1971–15/03/1975)

Euclides Triches, natural de Caxias do Sul, 1919. Militar, em 1936 diplomou-se em engenharia metalúrgica pela Escola Técnica do Exército. Em 1951, major reformado, entrou na vida política e foi eleito prefeito de Caxias do Sul pelo Partido Social Democrático. Com o término do mandato em 1955 foi convidado, pelo então governador, Ildo Meneghetti, para assumir a Secretaria de Obras Públicas do estado. Foi eleito deputado federal em 1962, sendo reeleito em 1966. Euclides Triches foi membro do PSD, que, unido ao Partido Libertador e a UDN, fizeram parte do movimento para a criação da ARENA, partido de sustentação civil do regime militar, iniciado como o Golpe de 64. Em 1971, Triches foi indicado para governar o estado do Rio Grande do Sul.

1971 – Através do decreto nº 21.117, de 14 de maio de 1971, ficou estabelecida a vinculação do Conselho Regional de Desportos e o Departamento de Esportes do Rio Grande do Sul à Secretaria de Educação e Cultura.

1972 – Através do decreto nº 21.843, de 7 de julho de 1972, foram criadas as Coordenadorias Regionais de Educação, enquanto órgão de controle de agrupamento de Delegacias de Educação, existentes em sua área de jurisdição, passando

as Delegacias de Educação a serem órgãos locais de representação da Secretaria de Educação e Cultura, abrangendo o município ou grupo de municípios.

Área educacional de Gravataí – Responsável: Carlos Antônio Borges de Abreu (dezembro de 1973 a janeiro de 1975)

1973 – Através do Boletim Oficial nº 322, de 5 de dezembro de 1973, Portaria nº 22.608/73, foi aprovada a divisão da área sob jurisdição da 11ª DE, criando-se a Área Educacional de Gravataí, “a ser transformada, futuramente, em Subdelegacia de Educação,” sendo autorizado o funcionamento da referida área Educacional.

Através da Portaria nº 22609/73, foi designado o professor do Ensino Médio, “do Colégio Comercial de Cachoeirinha, 11ª DE, Carlos Antônio Borges de Abreu, para responder pela Área Educacional de Gravataí, vinculada à referida Delegacia.”

15 de março de 1975 a 15 de março de 1979

Governador: Sinval Sebastião Duarte Guazzeli

Secretário de Educação: Airton S. de Vagas ((15/03/1975–12/05/1978); Plácido Steffen (15/05/1978–28/11/1978) e Airton S. Vargas (28/11/1978–15/03/1979)

28ª Delegacia de Educação – a 28ª Coordenadoria Regional de Educação contava, um ano após sua criação, com 34.457 alunos, distribuídos nas 61 escolas dos municípios desta jurisdição, sendo que, atualmente, são 88.215 alunos, em um total de 88 escolas

Segundo Plano Global 28ª DE, 1977

| Municípios | Número de escolas | Matrícula Geral |
|--------------|-------------------|-----------------|
| Alvorada | 5 | 5.177 |
| Cachoeirinha | 10 | 8.395 |
| Gravataí | 21 | 8.387 |
| Viamão | 25 | 12.498 |
| | 61 | 34.457 |

28ª CRE 2010

| Municípios | Número de escolas | Matrícula Geral |
|--------------|-------------------|-----------------|
| Alvorada | 17 | 26.406 |
| Cachoeirinha | 14 | 14.583 |
| Gravataí | 25 | 19.924 |
| Viamão | 30 | 26.575 |
| Glorinha | 02 | 727 |
| | 88 | 88.215 |

*Depoimento do Delegado de Educação Carlos Antônio Borges de Abreu
(janeiro de 1975 a março de 1987)*

“Ser Coordenador da 28ª CRE representou a escolha de um diretor que muito trabalhava em prol de sua escola, no caso, o Colégio Comercial de Cachoeirinha. [...] Comecei a lecionar, como professor estadual, no município de Gravataí, na Escola Josefina Becker, em 1970. Transcorridos dois anos, fui para o Colégio Comercial (Escola Visconde de Rio Branco), em Cachoeirinha, na função de diretor e com regência de classe. Em outubro de 1972 recebi a visita de Mafalda M. Neiss, mas, sem saber do que se tratava [...] Dois dias depois, fui convidado pelo delegado da 11ª Delegacia de Educação, Isaac Irineu Marques, para fundar a Área Educacional de Gravataí. Fiquei três noites sem dormir, pela falta de experiência, sem saber o que me esperava. Após esses três dias, voltei à 11ª D. E. e disse que aceitava. Formei minha equipe. A Área Educacional funcionava na parte debaixo do Colégio Dom Feliciano, e alguns anos depois, foi para a galeria Nossa Senhora dos Anjos. Toda a montagem da equipe foi no primeiro ano, tendo vindo todo o material que estava na 11ª DE, logo após a instalação estar efetivada. Por decreto a Área Educacional passou a se chamar 28ª Delegacia de Educação. Começou com 10 pessoas, sendo que, no final da minha gestão, já éramos em torno de 50 pessoas. Nos últimos 5 anos, criei o projeto Multifeira, onde cada diretor fazia um trabalho pedagógico para apresentar durante um jantar ou almoço para os seus colegas diretores, sendo a cada mês, em um município diferente.”

1975 – Através do decreto nº 23.705, de 21 de janeiro de 1975, foi criada, na Secretaria de Educação e Cultura, a 28ª Delegacia de Educação, com sede em Gravataí.

Através do decreto nº 23.979, de 15 de agosto de 1975, foram definidas as áreas de competência da Secretaria ficando as atividades de “desporto e educação física” substituídas por “esporte amador” e “tradição e folclore” que passaram a ser incluídas como área de competência.

15 de março de 1979 a 15 de março de 1983

Governador: José Augusto Amaral de Souza

Secretário de Educação: Ricardo Leonidas (15/03/1979–14/05/1982) e Carlos W. Schroeder (19/05/1982–15/03/1983)

1979 – Através do decreto nº 28.650, de 15 de março de 1979, foi criada a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo a partir do desmembramento da Secretaria de Educação e Cultura. As áreas de competência eram: atividades culturais,

patrimônio histórico, arqueológico, antropológico, científico, artístico e cultural, tradição e folclore, esporte amador, turismo.

15 de março de 1983 a 15 de março de 1987

Governador: Jair de Oliveira Soares

*Secretário de Educação: João Pradel de Azevedo (15/03/1983–15/02/1984)
e Francisco de Paula S. Vieira da Cunha (15/03/1983–15/02/1984)*

15 de março de 1987 a 2 de abril de 1990

Governador: Pedro Jorge Simon

*Secretário de Educação: Bernardo Olavo Gomes de Souza (15/03/1987–
27/09/1988) e Ruy Carlos Ostermann (27/09/1988–31/03/1990)*

2 de abril de 1990 a 15 de março de 1991

Governador: Sinval Sebastião Duarte Guazzeli

Secretária de Educação: Iara S. L. Wortmann (19/04/1990–13/03/1991)

28ª Delegacia de Educação:

*Depoimento da Delegada de Educação Anita Ortiz Correa (março de 1987
a março de 1991)*

“Ser Coordenadora da 28ª CRE, nas três gestões, foi uma grande experiência de vida. E, dentro da educação, que é o que eu gosto de fazer, aprendi muito. [...] A experiência de Delegacia de Educação, na minha primeira gestão, foi muito difícil. Quando entrei, depois de 20 dias frente à 28ª, houve greve. Uma greve de 90 dias, e a experiência que eu tinha era como professora e não de gestora. A segunda gestão, como já estava em andamento, também não apresentou um início muito fácil. Foi preciso colocar a minha maneira de administrar dentro de outra maneira que já estava implantada. [...] Na minha terceira gestão, lembro que eu tinha muita curiosidade em saber quem assumiria a Coordenadoria, porque eu quero que dê certo sempre. Para minha surpresa, fui a escolhida. Nós tivemos uma equipe pedagógica muito boa nesta gestão. [...] Hoje, o professor tem que ser um profissional polivalente, que não fique apenas em seu plano de aula. E o diretor da escola tem que estar junto com os professores, tem que conhecer a comunidade na qual ele está inserido, tem que conhecer os alunos, os pais dos alunos, tem que ouvir as pessoas.”

1983 – Através do decreto nº 31.120, de 15 de março de 1983, foi criada a Secretaria da Educação e Cultura, a partir da fusão da Secretaria de Educação e

de parte da Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo, com as seguintes áreas de competência: ensino pré-escolar, ensino de primeiro grau, ensino de segundo grau, ensino supletivo, assistência ao educando, assistência ao deficiente físico, mental e sensorial, relacionamento com as universidades, relacionamento com as entidades estudantis, atividades culturais, patrimônio histórico, arqueológico, antropológico, científico, artístico e cultural, tradição e folclore, esporte amador.

1985 – Através do decreto nº 31.909, de 8 de maio de 1985, ficou alterada a denominação dos Departamentos, passando as denominações: Ensino de 1º Grau, Ensino de 2º Grau e Supletivo.

1987 – Através do decreto nº 32.516, de 15 de março de 1987, ficaram alteradas denominação e atribuições da Secretaria da Educação e Cultura que passou a se chamar Secretaria da Educação, ficando a função Cultura ao cargo do Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural, órgão diretamente vinculado ao Governador do Estado.

15 de março de 1991 a 1º de janeiro de 1995

Governador: Alceu de Deus Collares

Secretária de Educação: Ana Lia Duarte Ibarгойen (23/11/1994–31/12/1994) e Neuza Canabarro (15/03/1995–30/03/1998)

28ª Delegacia de Educação

Depoimento da Delegada de Educação Maria Loreni Bittencourt da Silva (março de 1991 a março de 1994)

“Ser Coordenadora da 28ª CRE representou uma visão mais ampla de educação. Eu já tinha ocupado vários cargos administrativos em escola, já tinha sido professora em vários níveis, mas não tinha esse conhecimento da problemática da educação: a 28ª é uma coordenadoria com uma grande densidade populacional, com muitas escolas e muitos alunos, o que dificulta a sua administração. *Depoimento do Delegado de Educação Edson de Almeida Borba (março de 1994 a dezembro de 1994)*

“Ser Coordenador da 28ª CRE foi um momento importante para mim, na minha vida profissional, em que tive a possibilidade de construir e deixar um pouco do que acreditamos e pensamos sobre educação. Um privilégio ter sido Coordenador da 28ª foi ter atuado junto com uma equipe de profissionais que se preocupava, e se preocupa, essencialmente, com o aluno. [...] A 28ª CRE se localizava no Parque dos Anjos (Gravataí), o que dificultava muito o acesso da população. A mudança da sede para o centro de Gravataí marcou muito, pois

houve uma intensa discussão naquela época. O que nós realizamos e que nos marcou muito foi a construção dos CIEPs - CAICs - e que, ao mesmo tempo, foi um momento muito controverso, em que tivemos uma oposição muito grande de alguns setores que não aceitavam a obra aqui na região. Mas nós conquistamos esse recurso junto ao Governo Federal e construímos escolas fantásticas, com ótimos equipamentos e uma estrutura muito boa. [...] A escola não é só conteúdo, mas é também conteúdo. Então, nós temos que ensinar, sair dos extremos de uma escola conteudista e de outra que pouco ensina. Temos que ensinar, porque, no mundo atual tem competição, o nosso jovem tem que estar preparado e a escola tem que dar os instrumentos.”

1991 – Através do decreto nº 9.433, de 27 de novembro de 1991 ficaram estabelecidas as atribuições da Secretaria e suas áreas de atuação: ensino Pré-Escolar, ensino de Primeiro Grau, ensino de Segundo Grau, ensino Supletivo, assistência ao Educando, assistência ao deficiente físico, mental e sensorial, relacionamento com as entidades estudantis, esporte amador.

1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 1999

Governador: Antônio Britto Filho

Secretária de Educação: Iara S. L. Wortmann (01/01/1995–30/03/1998) e Maria Beatriz Gomes da Silva (30/03/1998–04/11/1998)

28ª Delegacia de Educação

Depoimento da Delegada de Educação Rosemary Fortes Alba (janeiro de 1995 a julho de 1996)

“Ser Coordenadora da 28ª CR: eu achei excelente aquele um ano e meio em que estive na 28ª. Foi de muito trabalho e grandes dificuldades. Toda gestão pública tem muita dificuldade financeira, burocrática, de relações humanas, mas o saldo é todo positivo. [...] Aquela gestão trabalhou muito com a autonomia da escola, inclusive a financeira. Foi um período em que as pessoas puderam retomar a sua liberdade, o sonho democrático com a volta das eleições para diretor nas escolas. Houve o resgate de questões pedagógicas, a capacitação continuada onde a escola poderia optar ao invés de receber um ‘material pronto’.”

Delegada de Educação: Anita Ortiz Corrêa (julho de 1996 a dezembro de 1998)

Ver gestão anterior: março de 1987 a março de 1991

1º de janeiro de 1999 a 1º de janeiro de 2003

Governador: Olívio Dutra

Secretária de Educação: Lúcia Camini (01/01/1999–01/01/2003)

28ª Coordenadoria Regional de Educação

Depoimento do Coordenador Alexandre Silva Virgínio (janeiro de 1999 a junho de 1999)

“Ser Coordenador da 28ª CRE foi uma oportunidade de aprendizagem, mais do que tentar ensinar alguma coisa para alguém. A oportunidade de conhecer as pessoas, a rede, o sistema educacional, e o governo do estado [...]. Nenhuma reforma educacional logrou êxito sem envolver os professores. Então, isso não é nenhum juízo de valor: não é esse ou aquele governo. Mas, isso é dado científico, é dado de estudo. E assim, nós tentamos, no final de abril/maio, constituir um pequeno grupo e a ideia principal era de 30 pessoas que pudessem se organizar de forma que nós conseguíssemos atender às escolas, ajudá-las. Porém, se não tínhamos o total de professores para atender às escolas como eu iria ter 30 professores para essa ideia? Por outro lado, era um dilema: se tu não fazes esse grupo para o diálogo, tu não avanças. [...] Outro aspecto foi a Constituinte Escolar. Essa expressão se desgastou e adquiriu um caráter pejorativo. Na verdade, é um princípio republicano: chamar ao debate, chamar à cidadania para a discussão. As pessoas deveriam contestar um governo que não tem política, que não tem proposta para a educação. É prática política ter proposta, a diferença é como pretende implementar essas propostas.”

Depoimento da Coordenadora Anabel Lorenzi (junho de 1999 a dezembro de 2002)

“Ser Coordenadora da 28ª CRE foi uma experiência ímpar, de crescimento profissional, de muita riqueza, onde eu aprendi muito. Portanto, um período inesquecível. [...] O que mais marcou a nossa prática pedagógica foi a construção coletiva. Ou seja, os educadores não são os detentores isolados do conhecimento. Há uma partilha. Essa partilha incluía os quatro segmentos. Em todas as atividades nós tentávamos propiciar esse tipo de troca. Nós tivemos um processo muito rico que foi a Constituinte escolar, onde nós construímos com todos os segmentos da escola – e foi um processo longo. Foram três anos em que toda a comunidade participou. Uma marca do processo pedagógico: a interação, a integração dos vários segmentos.”

2000 – Através do decreto nº 40.360, de 17 de outubro de 2000, as ações da Secretaria de Educação passaram a ser desdobradas em nível regional, através

das Coordenadorias Regionais de Educação, e sua função, foi coordenar a atuação das Coordenadorias Regionais de Educação e realizar a interação com os demais órgãos da Secretaria.

2001 – Através do decreto nº 11.690, de 20 de novembro de 2001, ficou estabelecida a criação da Secretaria do Turismo, alterando a atribuição da Secretaria de Educação, que deixou de ter, por competência, o “esporte amador”, passando este a fazer parte da nova Secretaria.

1º de janeiro de 2003 a 1º de janeiro de 2007

Governador: Germano Antonio Rigotto

Secretário de Educação: José Alberto Reis Fortunatti (01/01/2003–31/03/2006) e Nelsi Hoff Muller (31/03/2006–01/01/2007)

28ª Coordenadoria Regional de Educação

Depoimento da Coordenadora Anita Ortiz Correa (fevereiro de 2003 a dezembro de 2006)

Ver a primeira gestão: março de 1987 a março de 1991

1º de janeiro de 2007 a 1º de janeiro de 2011

Governador: Yeda Rorato Crusius

Secretária de Educação: Mariza Abreu (1º/01/2007–09/09/2009) e Ervino Deon (09/09/2010 a 31/12/2010)

28ª Coordenadoria Regional de Educação

Depoimento do Coordenador Ervino Deon (abril de 2007 a agosto de 2007)

“A sociedade tem que querer Educação. Atualmente a sociedade está com os alunos atendidos, mas até pouco tempo, construir escolas era projeto de governo. Hoje, sobram escolas. Precisamos falar em qualidade de educação. O que é qualidade de educação? O pai, a mãe, a família estão tendo a vaga e a merenda na escola. Eles estão satisfeitos. Então, discutir que dá para fazer uma educação diferente, não é fácil. Isso é uma ação que tem que ser desencadeada com política pública. O governo tem que desencadear isso, mas não é só o governo que vai fazer; a sociedade tem que querer.”
Depoimento do Coordenador: Elton Luís Dutra Ferreira (agosto de 2007 ao final do mandato)

“Nosso marco, nessa gestão, é o caminho ao Referencial Curricular. Hoje, à frente da 28ª Coordenadoria Regional de Educação, uma jurisdição aproximadamente 90 mil alunos em sala de aula, não se consegue movimentar um

aluno de uma escola para outra com a continuidade de suas matérias. O Referencial Curricular vem para isso, vem nortear o ensino gaúcho. O professor precisa desse norte, com regras claras. E isso só pode acontecer com a soma de esforços de Município, Estado e União. Atualmente, temos metodologias de alfabetização como a dos programas “Alfa e Beto”, “GEEMPA”, “Acelera – do Instituto Ayrton Senna”, que às vezes a escola repudia porque é novo, porque dá mais trabalho. Mas o professor tem que pensar que ele é o organizador do desenvolvimento de um outro ser. O Referencial Curricular é, realmente, um triunfo. É tudo o que a educação no Rio Grande do Sul estava precisando que retornasse.”

CONCLUSÃO

Através do que foi sendo construído na educação, aqui, no Rio Grande do Sul, e em específico na 28ª CRE, é possível ressaltar a importância de estudarmos o passado na construção do presente, onde, a cada governo, os acertos e os erros, as facilidades e as dificuldades devem apontar, sempre, para melhores caminhos, onde podemos evitar a repetição dos erros e projetarmos políticas educacionais mais precisas em suas metas, onde a continuidade das propostas sejam validadas por sua relevância educacional, independente da mudança de governantes e/ou de partidos políticos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Luciano Aronne de. *O Rio Grande estadonovista: interventores e interventorias*. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2005.
- COELHO DE SOUZA, José Pereira. A educação no Rio Grande do Sul. In: DGIP *Relatório da Diretoria Geral de Instrução Pública*. Porto Alegre: Diretoria Geral de Instrução Pública, 1940.
- CORDEIRO DE FARIAS, Osvaldo. *Meio século de combate*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- FERREIA FILHO, Arthur. *Nomes tutelares do ensino rio-grandense*. 2 ed., Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro;SEC /RS, 1977.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Guia histórico de Porto Alegre*, 4 ed., Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

KREMER, Alda Cardoso. Panorama da educação. In: KREMER, Alda Cardozo et al. *Rio Grande do Sul: terra e povo*. 2 ed., Porto Alegre: Globo, 1969.

SEC. Anuário de Estatísticas Educacionais. Porto Alegre: SEC, 1937-1960.

SEC/CPOE. Relatório do Boletim do CPOE. Porto Alegre: SEC/CPOE, 1967. (mimeo).

SEC/CPOE. Boletins do Centro de Pesquisas e Orientação Educacional. Porto Alegre: SEC/CPOE, 1947, 1948-1949, 1950-1951, 1952-1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959, 1961-1962, 1963-1964, 1965-1966.



Antiga Casa Paroquial, onde funcionou uma creche.

FUNDAÇÃO DO 22º NÚCLEO DO CPERGS E DO SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS

Tânia Regina Ferreira dos Santos

Professora. Gravataí/RS

Meu nome é Tânia Regina Ferreira dos Santos, mas assino Tânia Ferreira em homenagem ao meu pai que era Denardi Ferreira. Tenho 54 anos, formei-me em nível superior e sou professora de História e de Estudos Sociais. Enfim, iniciei minha trajetória política através do magistério, justamente no início, quando comecei já a dar aula, antes de estar formada.

CRIAÇÃO 22º NÚCLEO DO CPERGS

Iniciei a carreira do magistério, em 1976, 1977, e, na época, eu era contratada emergencial; não era concursada ainda. Eu nem estava formada e fui convidada a participar de uma assembléia do CPERGS. Eu não sabia nem o que era CPERGS. Não era sindicato ainda, era só Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul porque a ditadura militar proibia a sindicalização das categorias. Portanto, eram centros de professores. Os metalúrgicos formavam uma associação dos metalúrgicos, mas não poderia ter a denominação de sindicato. Então, eu fui nesta assembléia do Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul. Foi na sede do Caixeiros Viajantes; estava em obras ainda. Eu sentei na parte superior, num dos andares e fiquei observando lá de cima que tinham vários núcleos e estes núcleos representavam regiões do CPERGS. Quando voltei, indaguei ao professor Rogério o que eram os núcleos. Ele me explicou e eu perguntei por que nós não tínhamos um na cidade e ele respondeu que era porque ninguém havia criado. Propus: “Então vamos criar!”

Fui ao CPERGS, pedi o estatuto, estudei o documento, e chamei uma assembléia, na SOGRA (Sociedade Orquidófila de Gravataí). Lá foi a nossa primeira

1 Entrevista realizada em 03 de março de 2010 por Rafael Linck Moehlecke, acadêmico de História da FAPA. Estagiário do Departamento de História da Fundação de Arte e Cultura de Gravataí.

assembléia. Eu preparei para mais de quinhentos professores, e vieram vinte e sete.

NÚCLEO DO CPERGS E O ENVOLVIMENTO INICIAL DOS PROFESSORES

Os professores não se envolviam muito, inicialmente; era tudo muito proibido. As pessoas tinham muito medo, tinham uma angústia sufocada; eram poucos os que se rebelavam. Eu não era vinculada a nenhum movimento político, nem partidário, nem de esquerda, porém, filha de pedetista. Eu não conhecia o que isso simbolizava e fui até o Delegado de Educação, o professor Abreu, que era um nome indicado pelo governo do Estado. Todos os secretários eram indicados, como até hoje o são. Mas, o delegado, que vem a ser hoje o coordenador da 28ª delegacia de ensino, era indicado, não era votado, não era escolhido, e continua sendo indicado. Mas, eles representavam, na época, o partido dominante do governo que era um governo ditatorial, militar. Não tínhamos eleição direta para presidente e nem tampouco para governador. Então, nós tínhamos, ali, implantada uma ditadura militar.

Eu fui até o professor Abreu e pedi licença a ele para entrar nas salas de aula, em todas as escolas estaduais para divulgar que queríamos organizar uma assembléia e criar o núcleo do CPERGS em Gravataí. Ele prontamente me deu autorização. Sabatinou-me e me orientou sobre os grupos políticos que me procurariam. Eu nunca tinha ouvido falar de nenhum deles, porque eu sendo de origem humilde, ia para a faculdade e voltava para dar aula, ia para faculdade e voltava para dar aula; eu não me organizava politicamente na faculdade, no DCE. Até participei de algumas articulações, mas não foi uma participação política de conhecer e de debater. Então, o professor Abreu compreendeu que eu ali estava ingênua, inocente e me avisou de tudo. Ele me preveniu de tudo e me deu autorização por escrito.

Obviamente, quando fui visitar as escolas, as diretoras já sabiam que eu iria e me receberam muito bem. As com origem mais de esquerda, digamos com muito mais participação, não só me receberam como motivaram que os professores fossem para o movimento.

Bem, na primeira assembléia, o próprio CPERGS Sindicato tinha um regime de lista tríplice para os coordenadores dos núcleos do CPERGS. Nós elegíamos três na região, mandávamos para o CPERGS e a direção do CPERGS escolhia um

para coordenador. Também não era um regime democrático, ou seja, não havia uma estrutura democrática no próprio Centro de Professores. Fizemos a primeira assembléia e várias outras reuniões, fundando o que veio a ser o 22º núcleo do CPERGS.

MOBILIZAÇÃO NA CRIAÇÃO DO NÚCLEO E AS PRIMEIRAS GREVES

Continuamos a fazer reuniões. O CPERGS seguiu movimentando e, a partir daí, nos anos de 1979, 1980 começou o período da abertura política, justamente no governo do presidente Figueiredo. Os movimentos sociais todos eclodiram e os sindicatos começaram a se organizar. Enfim, isso foi possível. Os novos partidos e os partidos políticos de esquerda começaram a sair da clandestinidade, e houve o movimento em Gravataí para a criação do PT. Eu era muito ingênua. Entendia que não era possível misturar sindicato com partido. Então não participei do início deste processo, convicta de que não devia participar. Fizemos as primeiras assembléias e alugamos uma sede. A primeira sede foi justamente uma sala, numa casa, que tinha embaixo da SOGRA. E assim começamos todas as movimentações, culminando com nossa primeira grande greve em Gravataí, na qual nós fazíamos os chamados piquetes. Ficávamos nas esquinas das escolas para convencer os professores que eles não deviam ir à escola.

Esta greve foi só do magistério em 1979. Antes de termos a sede própria, contávamos com apoio para nos mobilizarmos. A Câmara de Vereadores, naquela ocasião, era composta por uma maioria de vereadores do campo da esquerda. O falecido José Mota, que foi prefeito nos atendia; a Loreni Bittencourt, que era professora, nos recebia; o César Ferreira nos ajudava e o Juarez Vargas nos apoiava. Vários vereadores da época colaboravam.

Antes da sede, nós não tínhamos onde fazer nossas assembléias. Botávamos uma mesa, uma cadeira e uma máquina de datilografia na calçada, na frente da Câmara de Vereadores e, se fosse preciso, nós corríamos e pedíamos socorro para os vereadores. Ali na frente da Câmara de Vereadores, onde hoje é a Paquetá, em cima, onde é o sindicato dos professores, ali era a Câmara de Vereadores. Os professores vinham falar conosco e eles se encaminhavam para a mesinha na calçada; era assim que funcionava. No salão da Igreja, lá na parte da catequese, também fizemos reuniões e muitas assembléias se realizaram com auxílio do salão da igreja matriz.

ADESÃO DOS PROFESSORES

A primeira greve teve uma grande adesão. Ela não foi massiva, mas foi uma grande adesão para a cidade e para o momento político que vivíamos. Ela não foi uma greve com participação total, mas foi muito representativa. Dali surgiram muitas lideranças que, ainda hoje, continuam lideranças. Surgiram representantes de escolas, conselho político do CPERGS que foi se organizando, fomos garantindo o direito a estar no Conselho Estadual do CPERGS, fomos construindo as direções, construímos todas as alternativas de organização. Hoje, o 22º núcleo do CPERGS é uma estrutura bem forte e consolidada. Professores de Canoas vinham nos ajudar, assim como professores de Viamão e Alvorada. Nos nossos movimentos nós íamos a todas as escolas de Viamão, Alvorada, Cachoeirinha e Gravataí e conseguíamos mobilizar todos.

No começo, nas escolas, nós éramos muito mal recebidos. Alguns professores até fugiam ou nos passavam bilhete com o número do telefone, dizendo: “Depois eu vou lá e falo contigo.” Ou: “Tem meu apoio, mas eu não posso falar.” Recebíamos isto. Mas, em contrapartida, tinham momentos que chegávamos na escola... Por exemplo, eu nunca esqueço quando eu cheguei numa escola e os alunos já estavam prontos com papel picado para me jogar na cara. Eu botei o pé na escola e “*chuá*.” Um chumaço de papel picado na cara, por ordem da diretoria, obviamente.

Em contrapartida, o apoio que nós tínhamos dos pais e alunos era excepcional. O apoio da comunidade escolar era muito grande. Fazíamos assembleias e tinha sempre o Circulo de Pais e Mestres presente; era uma coisa de emocionar mesmo. O vereador Mota nos emprestava um carrinho que ele tinha, um corcel. Nunca me esqueço que ele botava o som. Meu pai emprestou uns alto falantes. Nós botávamos os alto falantes, ligava o sonzinho ali dentro, um “amplificadorzinho” com um microfone e passávamos em todas as comunidades. Eu ficava no microfone falando sobre a greve e pedindo apoio dos pais e professores. Passávamos em todas as comunidades, chamando os professores para assembleia; era tudo na garganta, passando em todas as cidades.

O José Mota, na época, ele fazia assim: Sete da manhã, ele chegava na minha casa, tomava um chimarrão e dizia “*aqui ó ‘presidenta*.” Ele me chamava de ‘presidenta’, me chamava professora do sindicato, da entidade. Ele chegava e dizia assim: “*tá aqui a chave, o carro já tá com gasolina*.” E ele vinha de ônibus para a Câmara. À tardinha ele passava lá, pegava o carrinho dele e ia embora. Ele colaborava demais. Colaborou muito com os nossos primeiros movimentos em Gravataí.

INFLUÊNCIAS POLÍTICAS

Muita influência positiva, porque eles (Mota, Juarez Vargas, Loreni, vereadores em geral) nos apoiavam em todas as iniciativas. Tudo que precisássemos para divulgar o movimento, para ter o apoio, para ter a fala deles na Câmara era muito grande. Mas, eu - estudante de História - obviamente, tinha certa aversão, pois já começava a raciocinar mais politicamente, digamos assim. Então, já tinha estudado sobre o populismo, e já tinha estudado sobre a visão política do Brizola. Admiro muito o trabalho dele, mas ainda não era minha visão política.

Na época, me lembro muito bem que o Sr. Cesar Ferreira me convidou para ser vereadora e eu continuava na mesma posição, achando que não podia misturar o sindicato com a política. Achava que se misturasse a política partidária, se destruiria a lógica do sindicato. Achava que utilizar dos professores para um fim que não o benefício da educação, o fim seria outro; era para se eleger.

Uma coisa acaba levando a outra, na verdade. Agora nós temos um CPERGS Sindicato constituído. Eu tenho orgulho de ter feito parte desta história e sou vereadora. O que eu puder ajudar a entidade eu vou ajudar sempre; sempre estarei do lado da categoria. Hoje, como vereadora, eu tenho uma abrangência maior, mas, na época, eu tinha uma visão estreita, que era justamente a visão que a burguesia pregava nas universidades, que não podia misturar política com sindicalismo.

Fui criada com esta visão. Então, não quis ser candidata à vereadora. Não teve jeito! Eu disse para o César Ferreira: “Mas eu não tenho condições financeiras para ser vereadora.” E ele: “Não, eu banco tua campanha”. Ele era vereador e eu não fui.

Nesta ocasião, se aproximando já do sindicato, sendo liderança, a Loreni Bitencourt se filiou no PDT e foi candidata à vereadora e se elegeu. A influência dele foi qual? A gente sabia bem o lado. Tinha sido MDB, agora estava no PTB. E tinha outro grupo que estava formando o PT, que era o Daniel Bordignon e outros; mas isso uns quatro, cinco anos depois.

GRAVATAÍ E O PERÍODO DO REGIME MILITAR

Quando eu vim para Gravataí tinha 16 anos e estudei no Dom Feliciano. Eu fazia parte do grupo de teatro do Dom Feliciano e o professor Waldemar, o “Paráíba”, ele fazia algumas peças de teatro conosco que era um teatro crítico. Ele fazia

peças críticas e nos levava para rua, dramatizar na praça. Ele vinha do MDB, mas tinha uma visão de esquerda. Íamos para a praça. Lembro de uma peça sobre Tiradentes, sobre a escravidão. Enfim, fazendo o “Navio Negreiro” de Castro Alves e ele botava temas atuais, nos levando para dramatizar na praça. Saíamos do palco e íamos praça afora fazendo a peça. Tiradentes era o Medeiros, o Betão Medeiros. O professor ficou, ali na escola, com estas peças de teatro, uns seis meses e o tiraram.

Perguntávamos por ele e as pessoas não queriam falar do motivo dele ter sido demitido. Obviamente, por quê? Porque nós éramos estudantes da escola Dom Feliciano. Eu era bolsista, mas na escola estudava, digamos, a elite de Gravataí. Ele começou a apresentar trabalhos críticos. Ele não fazia pecinha de teatro boba, mas, sim, fazia coisas contundentes e críticas. Aprendemos com ele a repensar a sociedade de consumo e aprendíamos muito com o teatro deste professor. Ele simplesmente foi demitido, não ficamos sabendo nem quando, nem porque e só fomos informados na escola que não teria mais teatro e ponto; acabou.

Então, isto é uma lembrança que eu tenho bem presente, sem contar que nós éramos muito ousados em fazer o movimento na rua, com som bem alto, no microfone. Algumas pessoas apoiavam, outras não. E quando passávamos, por exemplo, numa greve geral, numa passeata ou até do magistério, às vezes, muitos comerciantes do centro fechavam as portas, em plena luz do dia.

Nas comunidades mais populares, que viviam todo o problema, não da repressão, mas do custo de vida, da miséria, das dificuldades das escolas públicas, eles eram bem solidários aos professores e bem solidários aos trabalhadores. Mas, via de regra, era uma visão muito reacionária que Gravataí tinha. Até eram muitos os contrários, “os revolucionários” contrariando o “status quo”, porém eles não se manifestavam.

Então, eu ousou dizer com muito orgulho, que nós fizemos os primeiros movimentos, nós criamos os primeiros movimentos políticos em Gravataí nos quais todos aqueles artistas, políticos, cidadãos, trabalhadores de toda ordem começaram também a criar coragem e a se manifestar. Eu posso dizer que Gravataí tinha um perfil reacionário, por conta de tudo o que acontecia. Entretanto, tão logo deflagraram os movimentos, tivemos muito apoio. Obviamente, muitos nos chamando de louca, de tupamaro, de comunista. Éramos taxados assim, literalmente, de tupamaros.

EBULIÇÃO SOCIAL E POLÍTICA EM GRAVATAÍ NOS ANOS DE 1980

Por exemplo, luta pelas diretas! Tão logo eclodiu o movimento nacional, tão logo a abertura política foi sendo conquistada, os partidos de esquerda saíram da clandestinidade e começaram a se organizar. Teve o primeiro CONCLAT (Congresso da Classe Trabalhadora) para criar a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e também teve o primeiro CGT (Central Geral dos Trabalhadores). Tinha-se o braço de esquerda do sindicalismo e o braço mais conservador. Foi a partir da organização nacional que, tanto eu, quanto muitos professores e trabalhadores, começaram a compreender a importância do sindicato, e a necessidade de uma união entre os trabalhadores. Mesmo com esta organização, com esta união, as coisas não mudaram no nosso país. O ensino, completamente transformado na reforma de 72, tirou das disciplinas todos aqueles conteúdos que levavam ao pensamento crítico, ao desenvolvimento do pensamento: filosofia, sociologia, psicologia e botaram no lugar disciplinas como moral e cívica, OSPB; enfim, para inibir mesmo qualquer desenvolvimento de pensamento político e crítico.

Então, a abertura não era assim ampla, geral e irrestrita como nós gritávamos nas palavras de ordem. Ela era restrita, ou seja, algumas coisas podiam, muitas outras não podiam. Ainda tinha muita repressão, prova esta que em plena década de 1980, final da década de 70, o Lula foi preso em São Paulo.

O que se tinha no país? A organização da greve geral, a luta pelas diretas, as lutas salariais unificadas. Pedia-se o piso nacional salarial do magistério, o piso nacional dos metalúrgicos, por categoria, as 40 horas, já naquela época. Se tu pegares os documentos daquele período, jornais, muitas coisas ainda não conquistamos, mas precisamos chegar lá. Estamos evoluindo para talvez chegar nas 42 horas semanais. Está sendo discutido no congresso para chegar numa mediação e o povo, portanto, também não elegia. Custou muito para eleger um governo de esquerda, de verdade. O povo custou para compreender que o país também se divide em partes: os que defendem um lado e outros que defendem outro lado. E foi, a partir daí, que compreendemos a luta.

Neste processo todo, ainda teve uma eleição, ainda na questão política. A greve de 1985 foi uma greve muito radicalizada, de muita tensão por esta que durar 90 dias. Era greve praticamente todos os anos. Em 1985 foi a maior, durante o governo do Pedro Simon. Foi a maior e com maior repressão, com polícia de choque, cachorro, cavalo e agressão física. Na época, o deputado estadual José Fortunatti

teve o braço quebrado, eu fui presa, mas não levaram muita gente. Só tentaram me botar no camburão, mas não conseguiram.

Neste período, o PMDB se travestiu num bom inimigo dos trabalhadores, usando todo aparato que o Estado tinha e o aparato da ditadura. Os militares e policiais eram tratados para reprimir os movimentos sociais todos. Eles eram formados para isso. Então, na verdade, nós estávamos pelo fim da repressão militar, pela greve geral, pelo “fora FMI”, que eram lutas gerais que interviam direto na política salarial do governo do Estado, e intervinham na política salarial da União. O FMI intervinha direto. E o próprio momento do “milagre econômico” também foi a grande época da maior dívida e inflação do país. Influía nos salários, na carga horária, no arrocho salarial. Nós gritávamos “fora o arrocho salarial”. A partir daí teve eleição, em 1988; foi a primeira que eu fui. Anterior a isso, o Bordignon foi candidato a prefeito e, obviamente, não se elegeu; o PT estava recém se formando.

Então, em 1988, ocorreram eleições para vereador e o partido colocou vários candidatos e candidatas e eu concorri para vereadora, ficando como suplente. Fui diplomada, inclusive, uma das primeiras suplentes do PT. Na eleição seguinte, o Bordignon se elegeu e, posteriormente, eu me candidatei novamente para vereadora e me elegi.

FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS DE GRAVATAÍ

O Bordignon foi também diretor do 22º núcleo do CPERGS. Lá estavam também a Márcia Dorneles, a Rita Sanco na direção e vários outros companheiros. Eu era professora municipal. Por uma indicação feita pelo Bordignon, nós dávamos aulas na Albarus para os metalúrgicos. Era um convênio que havia entre a Albarus e a prefeitura. O prefeito, na ocasião, era o Abílio. Então, para eles não nos demitirem devido aos direitos trabalhistas, nos colocaram nas escolas municipais. Fomos observando que chegava ao núcleo do CPERGS muitas demandas dos professores municipais. Assim, houve uma reunião de diretoria deliberando que a única professora municipal da diretoria, que atuava tanto no âmbito estadual quanto no municipal, era eu e que, portanto, tinha que me afastar do núcleo do CPERGS e criar o Sindicato dos Professores Municipais de Gravataí para tentarmos atender estas demandas dos professores do município. Criamos o Sindicato dos Professores Municipais e, neste momento, sim, tivemos um apoio “escandaloso”; parávamos literalmente a cidade.

POSICIONAMENTO DA DIREÇÃO DAS ESCOLAS, DO GOVERNO E A MOVIMENTAÇÃO DOS PROFESSORES

Contra! Grande parte na época, era contra. Podíamos contar com seis, sete, oito escolas. Com o tempo este processo foi revertendo. Quando tínhamos, por exemplo, reuniões da Secretaria de Educação, no tempo do governo Mota foi um bom exemplo disto, não raro a Secretaria de Educação, quando fazia reunião com o colegiado de diretores, me chamava e nós discutíamos juntos temas da categoria, como sindicato. Então, foi neste período que nós tivemos realmente, entre os professores municipais, a principal adesão. Neste período, tivemos cerca de 90% dos professores associados ao sindicato, espontaneamente. Os professores iam lá e se filiavam. Passamos a ter a sede do Sindicato dos Professores junto da dos metalúrgicos. Primeiro junto ao CPERGS Sindicato, ao 22º e, posteriormente a isto, ficamos num local mais próprio. Alugamos uma sala, e, enfim, consolidou-se o sindicato.

MOVIMENTO ESTUDANTIL GRAVATAIENSE

Também existia o Círculo de Pais e Mestres que, na época, eram os que tinham mais autonomia. Por exemplo, se uma escola tivesse um telefone, a pessoa jurídica que era utilizada era a do Círculo de Pais e Mestres. Então, nós tratamos de organizar em Gravataí a Associação do Círculo de Pais e Mestres. Hoje é uma entidade que eu não sei se ainda funciona, mas ela tinha organização estadual e tinha relação direta com nossos movimentos de greve e com os grêmios estudantis, organizados através da UMEG (União Movimento Estudantil Gravataiense). Eles começaram no Tuiuti. Faziam reuniões na minha casa e na casa do Amaro e realmente sofreram muito. Tinham alunos que eram aqui do Barbosa Rodrigues e sofreram muita represália, muita dificuldade. Os professores também viam de forma muito reacionária a organização dos estudantes, porque estudante tem sua forma própria e irreverente de ser e, em qualquer geração, vai haver reação, infelizmente. Tinha muita reação à questão dos jovens estudantes. Havia professores que queriam um padrão de organização, o que não era compatível com o estudante; obviamente; ele tem outro perfil.

MOBILIZAÇÃO SOCIAL: INTERLOCUÇÃO
ENTRE ESCOLA E COMUNIDADE

Afirmavam que o Tuiuti era o Julinho de Gravataí. Era o que mais mobilizava, o que mais reunia os estudantes e, quando nós fazíamos nossas mobilizações, eram eles que iam junto, era com eles que nós contávamos. Iam em outras escolas buscar alunos e etc. Tínhamos uma geração de estudantes, naquela época, que nos ajudaram muito. Exemplificando, eu tinha um mimeógrafo em casa e nós fazíamos as convocações para a escola. Eu tenho as cópias dos mimeógrafos, das matrizes: “Venha! Participe!” E eles também faziam as convocações para os grêmios neste espaço. Nós saíamos da aula às onze horas da noite e íamos lá para casa fazer as cópias dos panfletos no mimeógrafo. Teve um período do CPERGS, quando a greve já estava latente, nós tínhamos que fazer documento diariamente. Tínhamos, na parada 59, o padre Sérgio, da Pastoral, que era das comunidades eclesiais de base. O padre Sérgio tinha um mimeógrafo, a tinta, e íamos para lá à noite confeccionar material para o movimento. O Padre Sérgio era um parceiro nosso.

A comunidade em torno da escola era sempre muito atuante. Todas as lutas que nós encampamos, como a luta pela construção da escola, por exemplo, a comunidade se mobilizava e se envolvia. Posteriormente, teve uma época que o Abílio queria fazer o projeto João de Barro, que consistia em construir casas na área verde. Mobilizamos a comunidade e impedimos. Queriam também construir um cemitério e a comunidade se organizou criando um novo impedimento. Foi criado, ainda, um movimento para construir um parque ecológico no local e tivemos, naquele dia, no parque, mais de 1000 pessoas presentes. Saiu na RBS. O Mota - prefeito na ocasião - marcou presença. Colocou uma placa e fundou o parque ambiental, porém, não deu continuidade à manutenção. Já no governo do Edir, foi uma luta inglória, pois doou o espaço para o SESI e por um bom período o terreno virou área de mato e entulho de lixo. Hoje se reverteu para benefício da comunidade, pois tem o SESI estruturado no local.

A direção da escola era da professora Ceci. Era uma pessoa bem austera, mas, digamos assim, ela era indicada, não era eleita. Ela foi diretora durante muitos anos, mas ela respeitava nosso trabalho no movimento. Ela tinha os filhos □ todos eles professores que participavam de todas as mobilizações. Não poderia afirmar que ela impedia nossa organização.

MOVIMENTOS DE BASE COMO PERSPECTIVA DE TRANSFORMAÇÃO

Alguns avanços podem ser apontados neste processo. Eu vejo como avanço, por exemplo, a conquista da eleição direta para diretores, tanto no âmbito estadual quanto municipal. Conquistamos no Estado as verbas bimestrais e semestrais; a organização através dos conselhos escolares; o município vinculado às políticas maiores de educação para poder receber recursos, abrindo a possibilidade de uma gestão democrática. Esta gestão democrática, no meu entendimento, é um dos maiores legados que herdamos deste período. A eleição, portanto, dos diretores, a participação dos estudantes, a gestão de um modo geral,

Politicamente a cidade cresceu e desenvolveu. Temos conquistas em diversas áreas de Gravataí. O Orçamento Participativo é outro grande legado. A cidade se desenvolveu no que concerne à estrutura urbana, na área cultural, na educação, etc.

Deste modo, muitas das lutas e conquistas que hoje nós inauguramos tiveram início em nossas lutas do passado. Falamos isso com muito orgulho. A partir do movimento sindical, dos movimentos políticos, PT, PDT, PSB, exemplificando, uniam forças na luta pelas diretas, pelo “Fora Collor”, nos movimentos grevistas e etc.

Ouso dizer que a cidade hoje é outra, a comunidade gravataiense se tornou crítica e participativa. Não é mais submissa e atribuo este fato a esta efervescência dos anos de 1970 e 1980.

GRAVATAÍ E O MOVIMENTO DOS PROFESSORES: MEMÓRIAS DO FIM DAS LIBERDADES

Rosemary Kroeff Farias da Silva

Professora. Gravataí/RS

Sou a professora Rosinha, assim conhecida aqui em Gravataí. Tenho 68 anos e minha profissão sempre foi professora. Estive algum tempo na FUNDARC, e agora estou na SMED. O meu sentimento mesmo é o de ser professora de sala de aula. A escola é o meu chão.

Entrevistada por Rafael e Joice, recordo, agora, minhas vivências relacionadas com a vida política nacional e local, cujas lembranças me são muito vivas. A seguir, revelo passagens, sobretudo as lutas sindicais, das quais participei e me envolvi.

GRAVATAÍ: ANOS DE CHUMBO E POLÍTICA

“Política lá em casa sempre foi algo como “arroz com feijão”. O meu pai era do PTB, do tempo do Getúlio e do Brizola. Era sindicalista e muito ligado às questões trabalhistas. Em casa, Getúlio ainda era um Deus, Brizola também era um Deus, e nós estávamos sempre envolvidos em tudo. Por exemplo, desde pequena, o brinquedo em véspera de eleição era juntar as cédulas – naquele tempo eram cédulas de papel. Depois ficávamos ali perto do rádio tomando nota, urna por urna, para saber como estavam as eleições.”

“Bom, este foi o período dos “Anos Dourados”, até o Juscelino. Depois as coisas aconteceram, principalmente no tempo da Legalidade. Meu pai estava no “Grupo dos Onze” do Brizola, que era o grupo que pretendia uma reação. Eu me lembro na ocasião em 1961, eu era adolescente e já participava desta movimen-

1 Entrevista realizada no dia 13 de janeiro de 2010 por Joice da Luz Lopes e Rafael Linck Moehlecke, acadêmicos de História da ULBRA/Gravataí e FAPA, respectivamente. Estagiários do Departamento de História da Fundação de Arte e Cultura de Gravataí.

tação. Lembro da Maria Dinorah, esposa do Dr. Luis Bastos do Prado; eles eram comunistas. Eram praticamente dos poucos comunistas da cidade e o Dr. Luis era o nosso guru. Para a juventude mais socialista, mais interessada em problemas sociais e que saía um pouco daquele padrão da cidade, os gurus eram o Dr. Luis e a Maria Dinorah.”

“Na esquerda, havia uma expectativa de que em 1961 fosse haver um golpe e Gravataí já estava se organizando para enfrentar este processo. Tínhamos treinamentos no Posto de Saúde, onde minha mãe trabalhava. E se projetava recolher as crianças para a Estância de São Pedro, caso ocorresse este movimento. Havia grupos que eram treinados para enfermagem, outros grupos eram treinados para outras coisas. Eu fiquei para cuidar de crianças já que estava me formando professora.”

“Eu tinha amigas, a Maria Elaine Lessa Sperry, por exemplo, hoje psicóloga aqui em Gravataí, que gostaria de ser guerrilheira. Chegou a pensar em fazer treinamento, mas não chegou a treinar. Mas a nossa visão era muito ingênua, na época sobre guerrilha; não se tinha nada concreto. Eu me lembro de uma das coisas mais ridículas da minha vida que então aconteceu. Quando a gente estava se preparando e todo mundo fazendo estoque de alimento, estoque de outras coisas, pois era um período de revolução, eu fui estocar produtos de maquiagem porque, afinal, ia sair tudo do ar. Então, era essa a visão guerrilheira que tínhamos na época. Muitos anos dourados, muito ingênua.”

“O ano de 1964 foi o que mudou e o Dr. Luis, engraçado, sempre esteve ligado. Em 1964, ele havia morrido na véspera do dia do golpe, e estavam todos na casa dele, os amigos, meu pai, todos aqueles que eram tidos como esquerdistas. Mas, era uma questão ideológica, não era uma coisa eletiva e depois o comentário no centro da cidade era de que todos estavam ali fazendo subversão e encontros secretos; isto praticamente no velório do Dr. Luis. Ele era uma pessoa maravilhosa, aquele tipo de médico que não cobrava de pobre porque era pobre, não cobrava de classe média porque eram amigos e não atendia rico devido à sua ideologia. Não sei do que ele vivia, mas era adorado pela população. Foi uma apoteose o enterro dele e tudo muito ligado com o que aconteceu naquela época.”

“Depois começou um período duro. De 1964 a 1968 ainda foi uma coisa suportável. A subversão que se fazia era por meio do teatro, da música, não era uma coisa firme, pelo menos para nós aqui. Não tínhamos preparo psicológico, era uma coisa muito infantil. Depois de 1968, sim, foi um “Deus nos Acuda”. Eu me lembro que o Edir tinha um primo, chamado José Alcides Ferreira. A mãe

dele estava sempre numa angústia, pois ele era da UNE, era da Geologia, o centro da subversão. O Zeca participou e o filho do Dr. Luis também. Na época ele nem morava mais aqui – o Luis Carlos Prado. Hoje é psiquiatra e ele mora em Porto Alegre. O Luis Carlos e o Zeca estavam no encontro da UNE, quando foi deflagrado o movimento. O Zeca não, mas o Luis Carlos teve que andar foragido por algum tempo. Tudo era muito perigoso.”

“Para exemplificar, eu quando saía da aula, já era casada e meu pai dizia assim: ‘tu não fala nada com ninguém porque todo lugar tem dedo duro.’ E sabíamos que tinha. Outro exemplo: eu lecionava na Cachoeirinha, no Presidente Kennedy. O secretário da escola era o Davi; não lembro do sobrenome dele. Um dia veio um jipe do exército e levaram o Davi. Depois tínhamos tanto medo que nem comentamos entre nós mesmos. Davi ficou afastado cerca de um mês e quando retornou era outra pessoa. Era visível que ele tinha sofrido algum tipo de coisa séria e era esse o clima na época. Muito medo – a rigor era um pânico!”

TRABALHADORES MOBILIZADOS, ORGANIZAÇÃO DO CPERGS E INICIO DOS MOVIMENTOS GREVISTAS

“Posteriormente, o movimento dos professores começou a se organizar em Gravataí. Criou-se o 22º núcleo do CPERGS com a Tânia Ferreira, o José Clóvis, a Lia Ciarelli; pessoas que lecionavam em Gravataí e Cachoeirinha e que estavam nesta formação do Núcleo.”

“Começa o período das greves. A primeira foi a de 1979, me parece, e esta ainda foi feita com muita imaturidade. Lembro que foi no Araújo Viana, a primeira assembléia, e se conseguiu a primeira greve. Muito medo e pouco tempo, mas foi um primeiro passo. O movimento foi crescendo e começaram os períodos das greves e passeatas. Passeata dos 40 mil, por exemplo. Houve uma greve que durou 97 dias, com acampamento na praça e o PT já se formando também. Então, já havia, não era mais aquele movimento infante-juvenil, era sim um princípio de organização sindical, de fazer as coisas acontecerem e foi por este caminho que fomos conquistando.”

“Neste período também nasceu o Partido dos Trabalhadores na cidade. Éramos poucas pessoas. Lembro certa vez em que nós estávamos saindo de um ônibus de uma greve. Eu, o Daniel (Bordignon), a Rita (Sanco), a Márcia, a Danieli, enfim, uma meia dúzia de pessoas e descemos do ônibus com o pessoal comen-

tando: ‘Olha, cuidado, vocês não vão ser atropelados, senão acaba o PT em Gravataí.’ Nós cabíamos em um fusca. Era um tempo que acreditávamos; quase uma onipotência nossa. Achávamos que íamos conseguir e tudo que conquistamos foi assim, lutando, com medo, mas lutando.”

“Das primeiras greves eu lembro que, quando vinha a imprensa, as pessoas tentavam não serem filmadas, para não serem vistas porque sabíamos que tudo aquilo terminaria no palácio. Houve um episódio marcante, já no tempo do Amaral de Souza. Estávamos de mãos dadas cantando o hino, na frente do Palácio, e os soldados colocaram as baionetas apontadas para nós. Aproveitamos para tirar a fotografia deste momento e imprimimos na camiseta. Isto foi muito bom, pois, para a opinião pública era muito produtivo. Os alunos achavam que éramos revolucionários, uns “Che Guevara” da vida. Foi nesta concretude que fomos fazendo o caminho. Levamos os alunos, eles participavam, eles começaram a entender o que havia por detrás das coisas no país, que não eram acontecimentos isolados e foi por aí nosso caminho; foi esse.”

GRAVATAÍ E OS “*TEATINOS*”

“Gravataí era uma cidade bem conservadora. Quando meu pai chegou aqui ele era chamado de “*teatino*”, ou seja, não era das famílias ‘quatrocentonas’ da cidade. Gravataí tinha um pensamento muito de direita. Pessoas queridas, bem intencionadas, mas que diziam: ‘devíamos fechar a ponte para não entrar ninguém de fora. Era uma cidade que se autobastava e, ao mesmo tempo, era uma cidade tipicamente do interior, apesar de tão próxima de Porto Alegre. Tinha seus clubes que eram rivais uns dos outros; uma rivalidade ferrenha. Tinha cinema, tinha uma vida local que Gravataí agora já não tem mais, tudo muito em torno daquelas “fofoquinhas” de interior.”

“Meu pai era tido como “*teatino*”, como se dizia, porque não era natural de Gravataí, era sindicalista e, ainda, petebista. Estas pessoas eram meio que marginalizadas. Elas não faziam parte da história, quer dizer, eles trouxeram essa gente de esquerda. Trouxeram o GENSA, por exemplo, que começou como uma escola daquele movimento de escolas comunitárias, filantrópicas. Tudo que havia de cultural, de enriquecedor era trazido por este pessoal de fora, que não eram os donos da história em Gravataí. A história se fazia quase que na contra mão. Por exemplo, o dono do cinema, o cinema do Itamar, era tudo

da cabeça dele. Ele fazia o horário de verão para o cinema. Ele começava as sessões depois que o sol apagava. Era tudo assim, muito espontâneo, coisa de cidade pequena. E este movimento de esquerda e de resistência não era bem vindo. Nem bem visto, nem bem vindo, porque Gravataí era um grande feudo dos Linck, do seu José Linck que era o prefeito intermitente de Gravataí, pois hora era e hora não era. Sua esposa era a diretora sempre da escola maior do Estado e as coisas eram deste modo. Lembro que eu era muito amiga da filha do seu Zequinha e da dona Adelaide e na casa deles, no almoço, almoçava todo pessoal do Fórum, quem tinha cartório, ou seja, todo o poder estava ali reunido. Era quase um coronelismo em Gravataí e talvez por isso estas coisas não eram ou não foram assimiladas.”

GRAVATAÍ, A INDUSTRIALIZAÇÃO E A DESCENTRALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

“O inchaço da cidade foi trazido pelo distrito industrial. Dorival de Oliveira é uma pessoa que tem que ser lembrada neste sentido, pois foi ele que iniciou este processo de modernização da cidade. Gravataí era um feudo parado até a administração de Dorival, eleito pelo PTB na época. Fomentou a industrialização e com as fábricas, vieram muitas pessoas de fora, de outros municípios e estados. Foi este pessoal que foi fazendo as paradas. Gravataí era muito centralizada, era tudo aqui no centro, nas famílias tradicionais. E, com o inchaço das fábricas, vieram as populações operárias para a cidade e este operariado foi construindo os bairros. Gravataí, até então, era um dormitório, uma cidade dormitório.”

“Minha família, o meu pai e minha mãe vieram para cá porque ela foi nomeada para trabalhar na área da saúde. Meu pai trabalhava em Porto Alegre e para ele a cidade era dormitório. Ele fazia política aqui de teimoso. A vida dele era mais em Porto Alegre. E assim era para muitas pessoas em Gravataí.”

“Os *teatinos* eram os que vinham com ideias diferentes daquelas ideias que eram dadas pelos locais. Então dava um choque muito grande. As coisas foram evoluindo, o pessoal foi chegando de fora, Gravataí foi ampliando o número de eleitores e estes eleitores já vinham com outras histórias que não eram de Gravataí. E foi neste sentido que foi se formando uma outra cidade.”

CPERGS E CUT

“Pode-se dividir em duas épocas. Em 1961, o General Teixeira Lopes, que era do Exército aqui do sul, apoiou o Brizola. Então, essa época de 61 a 64, foi a da Legalidade. Depois de 1964, sim, aí havia um medo, um temor enorme dos militares. Inclusive a família do Dr. Artêmio Camargo estaria envolvida no momento. No dia do golpe foi dito que o Brizola teria fugido pelas fazendas do Dr. Artêmio. Veio o DOPS na casa, as crianças eram pequenas, todos tiveram que fazer tratamento, atendimento psicológico depois, pois invadiram a casa, revistaram tudo. Depois se tinha muito medo.”

“No período posterior organizamos as grandes greves. Foi uma luta para filiar o CPERS à CUT. E não era só Gravataí, era todo magistério. Eles queriam o CPERS como centro de professores. Para eles não éramos trabalhadores e sim professores. Até a gente conseguir se filiar a CUT foi uma luta, de escola em escola. Visitar as escolas, falar com os professores... Tínhamos que mostrar e demonstrar que não éramos nenhum bicho papão, e que não éramos ligados a grupos terroristas; éramos nós aqui, a fulana, a beltrana querendo entrar para a CUT. Era esse tipo de situação que se viveu. Quando passamos a ser filiado a CUT, começamos a agir com mais maturidade no próprio movimento. Não era só uma luta dos professores, era uma luta de classe, o professor agora fazendo parte de uma classe de trabalhadores. Até aí foi um trabalho de muita catequese nas escolas, pois o pessoal ainda tendia a se achar uma classe privilegiada, não era de trabalhadores.”

SINDICALISMO

“Foi uma coisa construída por um número de pessoas que tinham ligações com seus pais, ou que tinha gente da sua família que já era sindicalista. O sindicalismo não era aquele monstro. Meu pai era um sindicalista roxo. Mas, era daquele velho sindicato do Getúlio, atrelado ao poder. Mas, na minha casa, por exemplo, o pai fez da reunião do sindicato uma coisa normal, da vida cotidiana e eu notava que para muita gente não era sindicalismo.”

“Lembro, certa vez, que a própria Dona Vilma Camargo me chamou e também o Delegado da CRE, da Delegacia de Ensino. Era eu e uma colega minha e eles disseram: ‘vocês não andem com o Zé Clóvis, isto é gente que frequenta aparelho subversivo.’ Ou seja, para eles era gente que comia criançinha. Era essa a ideia

que, em geral, se tinha de sindicato, que se tinha de movimentos ideológicos. Era gente perigosa, que frequentava aparelho subversivo. Parecia que a gente ia ser presa no dia seguinte. Havia o perigo, tínhamos medo, mas se venceu.”

GRAVATAÍ E O MOVIMENTO DOS PROFESSORES

“Bem, este é o cenário gravataiense de minha juventude. Ficamos sempre muito ligados a Porto Alegre. Nós pegávamos os alunos e íamos para Porto Alegre. Engrossava o caldo lá. Começaram as ligações com os sindicatos daqui, com os metalúrgicos, com o dos borracheiros. Começamos a sentir esse espírito de classe.”

“Nitidamente, em Gravataí, o movimento de professores foi feito aos poucos. Muito a Tânia Ferreira, a Márcia Dorneles, a Rita Sanco, o Daniel Bordignon e éramos muito ligados ao Zé Clóvis e àquele pessoal que foi o núcleo. Por aí que a coisa se formou. O Partido dos Trabalhadores em Gravataí nasceu do movimento sindical, principalmente do movimento de professores. Era aquele pessoal que construía no núcleo que foi fazendo a formação deste PT regional.”

PROFESSORES E ALUNOS

“O movimento também se baseava totalmente na credibilidade dos professores. Era o fulano, o beltrano e etc. A gente conhece. Envolvíamos os alunos, pois era uma questão que acreditávamos e éramos todos professores de História. Fazíamos muito debate com os alunos, muitos filmes com debate, muita reunião em cima deste projeto de uma coisa mais crítica. Eram dias muito ‘feios’, sem perspectiva.”

“Outro exemplo, é meu e de meu marido. Eu fazia parte do sindicato, do movimento dos professores, eu e ele éramos petistas, mas éramos do movimento de cursílio, que começou na Espanha com Franco, completamente “direitoso”. Do movimento de cursílio, criamos o CLJ, formamos o pessoal do CLJ. Eu me lembro do Glênio Algayer, advogado, e da Mônica. Já era um ‘pessoalzinho’ de esquerda que a gente formava. Não se sentiam de esquerda, mas o pensamento era baseado em um cristianismo de esquerda. Tinha a CNBB, e tudo muito ligado a este cristianismo humanitário que é muito parecido com o socialismo, que é meio

comunista no bom sentido. E era isso que a gente queria passar e foi através disto que se foi transformando a cidade.”

SINDICATO E MOVIMENTO DE ESQUERDA

“Institucionalizou-se praticamente o pensamento de esquerda, quase se confundindo com uma institucionalização. Eu acho que, a partir de agora, a luta é pelo verde, não o partido verde, mas o movimento ecológico, o movimento por uma sustentabilidade planetária. São estas bandeiras que para frente vão fazer a diferença.”

“Eu admiro profundamente o Lula. Acho que ele conseguiu o que queríamos. O Lula é um sindicalista. Ele sabe negociar, ele sabe até que ponto ceder, porque era o que dizíamos nós mulheres aqui no movimento: não vamos à greve até a morte, vamos à greve até a hora que se possa conquistar e, a partir daí, recuamos.’ O movimento de esquerda é feito de avanços e recuos e acho que o Lula soube negociar neste processo, tanto que a classe média hoje é muito maior do que era, já não há aquele desnível entre a classe alta e a classe absolutamente despossuída. Ele conseguiu coisas que são criticadas. Então, acredito que agora as bandeiras serão pela sustentabilidade e por avanços num planeta sustentável.”

O MOVIMENTO SINDICAL NA VISÃO DA SOCIEDADE GRAVATAIENSE

“Era considerado quase como uma distração, um hobby; não éramos muito respeitados. Eu me lembro quando fazia boca-de-urna no Barbosa e uma amiga minha, amiga de classe disse: ‘Bah, Rosinha, fazendo boca de urna.’ Como se fosse uma bobagem; era o que parecia. Não éramos respeitados.”

“Éramos respeitados pelos alunos, pois nos fizemos respeitar, conservamos coerência. Não foi algo muito heróico, mas tivemos que aguentar ser ridicularizado, muitas vezes, hostilizado e ridicularizado. Coisas do tipo: ‘Como tu tá aí? Coisa idiota. Não tem outra distração? Vai cuidar do teu filho!’ Era essa ideia que Gravataí tinha a respeito de movimentos sindicais e do próprio movimento do magistério. Já nos bairros era outro tipo de cabeça, sem dúvida. O centro aqui é que era mais fechado. Nos bairros já tinham outra atitude. Eram os despossuídos começando a terem noção que podiam ter espaço.”

A INSERÇÃO DA MULHER NO MOVIMENTO SINDICAL

“Eu digo que não faço parte do movimento feminista porque, eu posso estar dizendo uma heresia, mas eu nunca vi uma grande reação contra. Eu acho que foi meio natural esta inserção, até porque no núcleo de professores eram mais professoras. Na categoria era um movimento muito mais de mulheres do que de homens. Tinha meia dúzia de homens no meio do movimento. Então eu nunca senti muito uma reação contra as mulheres neste sentido. Tenho amigas sindicalistas que trabalhavam em outras funções que sentiram, mas, no magistério, nunca houve. Para mim sempre foi muito natural. Eram muitas mulheres no movimento e estas mulheres foram crescendo politicamente, como a Estela, a Rita, a Tânia. A gente fazia aquilo muito naturalmente. Eu não senti que tivesse que fazer uma grande luta por espaço, pelo menos na nossa categoria.”

O SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS DE GRAVATAÍ

“Tinha-se uma grande rivalidade entre o núcleo do CPERS e a Delegacia de Ensino. Então, tudo que a Delegacia não propiciava, fazíamos acontecer: seminários, encontros e outras ações. As atualizações que o Estado deixava a desejar, nós providenciávamos e era por aí que conquistávamos os professores. Tínhamos a contribuição de muita gente boa nas palestras que organizávamos, com pessoal que vinha fazer sem custo. Não precisávamos pagar uma palestra e assim foi crescendo o movimento. Crescendo em torno do que fazíamos acontecer. Eles nos conheciam, eles sabiam quem era a professora tal e a professora tal, sabiam que tínhamos um trabalho bom, e assim fomos adquirindo respeitabilidade através do trabalho.”

SINDICATO, DEMANDAS, LUTAS, PARTIDO DOS TRABALHADORES

“Era adquirir esta credibilidade que não se tinha, adquirir uma possibilidade de haver outro caminho que não fosse aquele velho caminho do coronelismo, da compra de voto, da compra de poder, este tipo de coisa e era contra isso que batalhávamos. Víamos a necessidade de uma nova via, uma coisa nova, uma possibilidade, a luz no fim do túnel.”

“Tínhamos muitas pessoas nessa movimentação. Era o 22º núcleo, era Gravataí, Alvorada, Cachoeirinha, Viamão e era aquilo ali. Glorinha que sempre ficou muito “direitosa”, lá para o outro lado, não recebeu muita influência deste peso daqui, até porque era mais o meio rural, era mais longe da luta, que era muita baseada em Porto Alegre, junto com Porto Alegre.”

AVANÇOS E RETROCESSOS NA EDUCAÇÃO DA CIDADE

“O sindicato é um sindicato bom, é uma luta menos rígida porque as coisas estão fluindo, há um movimento feito pelo sindicato, um sindicato batalhador. Um avanço considerável é este fórum permanente de educação no município que está acontecendo. O que se pretende, não é um fórum que acabe, mas um fórum que seja permanente mesmo. É aquela forma de agrupar escolas em regiões. Cada região tem seus problemas e estas regiões terminam em um núcleo municipal. Então, começa na escola, continua na região e termina no municipal. Assim, que nós pensávamos as coisas, que elas nascem de um pequeno grupo e se alimentam dos problemas que têm ali na região.”

“Pretende-se que a comunidade se envolva também, pois educação é uma coisa que não depende só da escola e do pai, porque entre a casa e a escola tem toda uma sociedade. Hoje o grande problema são as drogas e a violência. E entre a escola e a casa tem um grande número de aliciadores. Então é esta proteção, esta regionalização. Uma proteção da comunidade em torno da sua juventude. É o grupo de mães, é o ‘buteco’ da esquina, é a Igreja, é o centro de Umbanda, são todos os que têm uma noção de que se deve proteger suas crianças. Então é isto que a gente quer. É uma utopia, uma nova utopia, mas que é uma utopia possível, envolver a comunidade.”

MOVIMENTO ESTUDANTIL GRAVATAIENSE (1970/1980)¹

José Amaro Hilgert

Sociólogo. Gravataí/RS

Meu nome é José Amaro Hilgert, estou com 50 anos. Fui feito em General Câmara e parido no alto Petrópolis em Porto Alegre, na Rua Perpétua Telles. Acho que temos de separar em dois momentos este processo histórico de Gravataí. Se pegarmos Gravataí, antes de 1972, ela é uma e, a partir deste ano, com a construção da Free-Way, ela é outra. Começou a se formar o Distrito Industrial, e um grande contingente de pessoas passaram a vir para a cidade. Novas lideranças começaram a surgir e Gravataí passou a ter aquela visão de uma cidade mais global. Abriu-se a porta para o emprego, abriu-se a porta para a qualificação, etc. Inicialmente, tem um período pré-ditadura, naquela época do Dorival. O Dorival foi o primeiro cara a quebrar um pouco da antiga “oligarquia” das famílias antigas da cidade. Era um comerciante, vindo de fora da cidade, e que acabou se tornando prefeito. Assim como ele, muitos também vieram de fora. Neste momento, a minha família também foi uma destas. Era um processo que fazia Gravataí se transformar em cidade dormitório na região metropolitana de Porto Alegre.

VIDA POLÍTICA

Eu começo primeiro atuando na vida comunitária e sindical, sindical bem no início, na formação do sindicato da Pirelli, da borracha, não da Pirelli, mas da borracha. Era uma associação ainda, na época da ditadura, que tinha toda uma dificuldade. Minha mãe era prestista, mas eu não tinha muita consciência política. Era um menino que cresci como outro qualquer, mas eu percebia que sempre

¹ Texto produzido a partir da entrevista realizada no dia 19 de novembro de 2010 por Frederico Duarte Bartz, doutorando em História pela UFRGS e por Rafael Linck Moehlecke, acadêmico de História (FAPA) e estagiário do Departamento de História da Fundação de Arte e Cultura de Gravataí - FUNDARC.

minha mãe tinha reunião, aquela coisa muito secreta. Não eram muitas pessoas. Lembro que, naquela época, tinha o Seu Osório da parada 72, o Dr. Valente, o Dr. Bastos do Prado, entre outros.

Passei a ter esta consciência política mesmo, a partir dos anos de 1970. Lembro de estar vendo televisão, numa Telefunken à válvula, a chegada do homem na lua. Assisti aquilo muito admirado e olhava curioso para a lua. Aquilo me despertou, pois eu pensava que se a gente pudesse chegar na lua, então podíamos sair daquela situação precária em que vivíamos. Ainda não sabia como fazer, a forma de atuar. Posteriormente, sim, passei a compreender pela minha mãe, pegando consciência também de outros que somente a política podia fazer a transformação da nossa realidade que não era nada agradável naquele momento.

Para se ter uma ideia deste meu despertar da consciência política, em 1976, eu estou indo para Porto Alegre e percebo uma faixa escrita, assim: “Anistia ampla, geral e irrestrita”. Era 1975 para 19/76, ocorreu a morte do Jango e eu me perguntei: “O que é isso? Anistia? Presos políticos?” Fiquei então sabendo que iria ter uma reunião na Pompéia. Ali conheci a Alicia Perez. Fui lá ver e me despertou o interesse em agir. A partir dali comecei a compreender melhor a realidade.

Tempos depois comecei a trabalhar na Pirelli. Ali comecei a pegar as coisas do sindicato que na época ainda era associação; não era sindicato. O sindicato da borracha que pertencia a Canoas e com base em Gravataí, era um sindicato pelego. Foi uma briga grande para poder desmembrar da base.

A UMEG (UNIÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL GRAVATAIENSE)

Nós formamos a UMEG em 1981, se não estou enganado. A partir dali fomos para o congresso de reconstrução da UBES. Eu já vinha de outra célula pequena de militância, mais ligada aos prestistas, ligado mais ao Carlos Araújo, pessoal que estava saindo da cadeia. A Dilma estava saindo e vindo para o Rio Grande do Sul. Fui me introduzindo gradativamente com esta figura chamada José Motta, vereador, militante.

No movimento estudantil, tiveram companheiros que pegaram a fase de forte repressão da ditadura, mas eu peguei a fase de abertura do regime. Em 1979, embora o movimento da anistia forçasse uma nova realidade, ainda era muito difícil de organizar os grêmios estudantis na cidade. Era complicado chegar às escolas. As diretoras não eram eleitas, e não se percebia uma flexibilização nestas relações.

Inicialmente, nossa demanda era por uma escola de segundo grau pública, principalmente no centro. Nós tínhamos particulares, mas de segundo grau não. Então, fomos para luta tentar fazer a formação destes grêmios e, posteriormente, da UMEG, para puxar a instalação. Nós conseguimos. Levou um tempo, mas conseguimos. Até o delegado Abreu, da época, embora do PDS, foi sensível às nossas reivindicações. A Mirian Carbonera, uma pessoa que até hoje é militante de esquerda e trabalhava na área da educação, nos ajudou a fazer esta construção, dentro das escolas e dos grêmios. Difícil foi vencer o preconceito, pois grêmio estudantil representava agitar, fazer greve. Nós apoiamos todas as greves do magistério. O CPERS foi muito fervoroso naquele processo.

CONSTRUÇÃO DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS

Foi muito difícil construir grêmios em algumas escolas particulares devido ao estatuto das escolas. Cansamos de fazer reuniões com os estudantes destes colégios em espaços fora das dependências das escolas. Passamos a criar os “grêmios livres”. Aquele grêmio que não conseguíamos constituir dentro da escola, os estudantes das turmas se organizavam e constituíam fora delas. Faziam a eleição, faziam a ata, constituíam seus delegados e iam para as assembleias.

Posso dizer que o Barbosa Rodrigues e o Tuiuti eram os nossos “Julinhos”, aqui. O Tuiuti, num período posterior, ainda mais. Tínhamos ali professores de esquerda, embora a direção não fosse tão alinhada neste sentido. Neste período, defendemos a primeira eleição para diretor no Rio Grande do Sul e no Brasil. Foi uma proposta que trouxemos de um congresso nacional da UBES que participamos representando a UMEG. Quem militava, quem era de esquerda acabava batendo nestas escolas. Este processo também se confunde com o início do Daniel (Bordignon), do PT, do PDT e desta movimentação social na cidade. Ele também vinha como metalúrgico, professor, eu operário e estudante, depois foi meu professor, até no Tuiuti, professor de História.

Fui candidato a vice-prefeito, em 1982, exatamente por ter vindo do movimento estudantil. Conseguimos fazer, movimentar a cidade, o que há muitos anos não se via. Uma movimentação estudantil que era, acima de tudo, consciente da realidade do país e criticava a realidade que estávamos inseridos. Fizemos um congresso, o primeiro congresso da UMEG em Gravataí e lotamos a Sociedade Orquidófila de Gravataí (SOGRA), com aproximadamente quatrocentas pessoas. Foi muito representativa.

Quem nos ajudou muito naquele momento foi o tenente Ari Bandeira do Amaral, da Brigada Militar, reformado, que era da diretoria da entidade. Era militar, embora coincidentemente filiado ao PTB, brizolista, da executiva do partido e recorde dele falar em prol da nossa causa: “Não, a gurizada quer e tem mais que se organizar. É importante para a democracia.” Este apoio nos ajudou muito para podermos organizar nosso congresso em um espaço acessível à comunidade.

MOVIMENTAÇÃO DOS ESTUDANTES GRAVATAIENSES E REPRESSÃO

Como eu digo, eu peguei o regime a partir de 1976/1977. Ainda alguns congressos foram fechados, alguns grêmios foram fechados e tivemos várias manifestações que acabaram tendo correria aqui na cidade. Acho que havia mais uma espécie de preconceito do que medo. Muitas vezes nos reunimos até com codinome, na minha casa e em outros lugares. As reuniões eram para fazer ata, para fazer o panfleto, para rodar o mimeógrafo, mas, inicialmente, com muito temor. Posteriormente é que nos perguntamos: “Por que estamos nos escondendo? Se estamos enfrentando esta situação, como é que vamos nos esconder?” A partir daí, passamos a fazer os panfletos e ir para dentro dos ônibus, das escolas, etc. Anunciávamos: “Convocação do movimento estudantil, da UMEG. Estamos chamando para plenária e este é o nosso momento estudantes.” Recordo-me de uma assembléia de pais e nossa grande preocupação era elegermos um delegado. Fomos à assembléia e não desistimos. Abraçamos a sala que estava tendo a reunião de pais para pedir votos à nossa chapa e os pais, que em sua maioria iriam votar na chapa da diretora, viram a nossa manifestação, o nosso apelo e saíram na rua para nos abraçar. Acabaram votando na nossa chapa. Assim como este, tivemos muitos momentos marcantes, nas greves, por exemplo, onde apoiávamos os sindicatos e engrossávamos as fileiras nas manifestações do magistério.

A imprensa estava dando muito destaque para o pessoal que estava chegando da UNE, para a movimentação política, para o Gabeira e o “Julião” das ligas camponesas que acabou vindo para o PDT, do Brizola. Vivia-se uma efervescência nacional! Era o Lula naquele processo a partir do ABC paulista. E tínhamos um contingente de professores, aqui na cidade, de esquerda, que começava a se organizar também com suas reivindicações e demandas. Então nós tivemos um eco interno, local, daquilo que estava acontecendo a nível nacional.

Analisando se enfrentamos repressão à nossa movimentação aqui na cidade, se percebia, sim, resistência de algumas diretoras que já estavam há muito tempo no cargo. Mas, o que nós tivemos, com certeza, foi de que havia um autoritarismo acentuado dentro de algumas escolas pela não formação dos grêmios estudantis, um processo visível e complicado de superar.

ARTICULAÇÃO DE ESTUDANTES, PROFESSORES E OPERÁRIOS

Um movimento deu força ao outro. O processo foi se misturando, movimento comunitário, movimento estudantil, movimento operário. Os professores já estavam organizados, o núcleo do CPERS já existia, mas ainda não existia o movimento estudantil plenamente organizado e, neste sentido, os professores foram de extrema importância para nossa mobilização. E, a partir daí, tomamos uma grande consciência e passamos a ir para as escolas, ônibus, porta de fábricas, pois a maioria dos estudantes eram operários, também, dividindo sua jornada entre o trabalho e o estudo. Éramos operários esforçados que estudavam e, deste modo, conseguimos fazer esta ligação do estudante e do operário, a unidade do estudante e do operário pela transformação.

Dentro da fábrica, sim, eu senti resistência, este medo mais acentuado, pois ninguém queria perder o emprego. Poucos operários queriam ouvir falar em greve e sindicato, tudo isto era coisa de comunista, de agitador.

Nós tínhamos o apoio dos partidos políticos, tínhamos uma boa relação com os partidos, principalmente os mais à esquerda. Aqui em Gravataí, até em função de ser uma cidade mais aldeana, não tinha um movimento visível de rejeição por parte dos partidos. Pelo contrário, nosso movimento, obviamente, representava voto e a eleição era local. Os vereadores e prefeitos não iam deixar de buscar nosso voto.

Inclusive, muitos estudantes acabaram vindo para o movimento de esquerda, mesmo tendo origem familiar ligada à direita e o movimento estudantil foi um dos responsáveis por fazer esta aproximação.

E, neste processo, o movimento pelas Diretas foi uma das mobilizações que deu suporte para o movimento estudantil. Começaram as Diretas a partir de 1984. Teve eleição para governador e o movimento estudantil estava meio apagado. Então, a UMEG aqui foi para rua, para mobilizar pelas Diretas Já. Eu, o Daniel e o próprio Edir fomos, também. Realmente foi um grande movimento de massa que mobilizou a cidade de Gravataí. O povo percebeu, e se sentiu igual. Podíamos gritar e foi neste grito que percebemos a necessidade da democracia, da liberdade.

TEORIA E FAZERES: OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO POPULAR EM GRAVATAÍ

Valter Amaral

Graduado em História/FAPA e Presidente do IPAG. Gravataí/RS

UMA INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui-se num relato de uma experiência vivenciada no processo de construção do Projeto Político-Pedagógico da rede municipal de Gravataí/RS, no período de 1997 a 2002, na sua relação com um dos quatro princípios de rede elencados pelo Fórum Educacional do “Caos a uma Nova Ordem”, realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública Municipal de Gravataí, em dezembro de 1996. Ele teve a finalidade de apresentar ao governo democrático-popular eleito “Uma proposta de Ação Político-Educacional para a Secretaria Municipal de Educação”, que consolidada no I Congresso Municipal de Educação: a Autonomia.

A sistematização aqui abordada, em linhas gerais – parte da premissa de que o papel do Estado não é o de substituir os sujeitos. Ao contrário, é o de criar condições para reconstrução do espaço público e do diálogo, na lógica de que este espaço compreenda e exceda o próprio Estado, subvertendo a lógica das distinções modernas entre Estado x Sociedade na busca da superação da não-liberdade e alienação do indivíduo em relação à instituição total desta. Fomos convictos, desde os primeiros momentos, que qualquer política gestada para reverter o quadro de ausências de projetos, nos campos pedagógico e administrativo, que apontassem para a superação da escola tradicional, deveria ter o carimbo da participação coletiva. E que seria impossível atingir esta meta sem o fortalecimento das relações horizontais e de confiança mútua, calcados no exercício permanente do diálogo.

Para que pudéssemos avançar no planejamento socializado de rede, a Secretaria de Educação criou os Grupos de Apoio às Escolas municipais (GAEs). Estas equipes passaram a assessorar e acompanhar um conjunto de escolas regiona-

lizadas, de acordo com a nova estrutura geopolítica da cidade: as 10 regiões do Orçamento Participativo. As atribuições desses grupos foram as de tecer o diálogo, romper com a visão burocrática e de tutela que a instituição vinha historicamente desempenhando. Organizávamos também, um intenso Programa de Formação Continuada que pudesse promover o conflito entre as teorias do conhecimento que permeiam a escola tradicional como cultura consolidada, e os novos paradigmas para a elaboração de um Projeto de Educação Popular. O objetivo era criar as condições de estabelecer as críticas aos valores enraizados que produzem a noção do bem e do mal, da prevalência do individualismo sobre o coletivo e do conhecimento pronto e acabado sobre a construção enquanto processo.

O Programa de Formação atingiu o conjunto de sujeitos que interagem no espaço escolar, de forma a ampliar a capacidade de diálogo entre todos, propiciando visões transformadoras entre os quatro segmentos em momentos diversos.

OS DESCAMINHOS E A SOCIEDADE

A democratização recente da sociedade brasileira, demarcada pelas fortes mobilizações sociais e pelo novo contexto constitucional de 1988, estabelece uma linha de ruptura com o Estado autocrático, atendendo as reivindicações históricas de democratização do aparelho estatal, ampliando, embora timidamente, a presença do controle social sobre os poderes constituídos. Neste período são colocados em cena os movimentos que culminam com a democratização de alguns espaços, como as escolas públicas.

Em 1996, a publicação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional afirmou o interesse de motivar a gestão democrática, nos espaços públicos, entre eles, os escolares. Neste momento, movido por seus programas neoliberais, os interesses se mascararam, pois, ao mesmo tempo em que assinalavam para os mecanismos de gestão, o projeto neoliberal promovia ajustes econômicos preconizados pelo FMI, BM, OMC, entre outros organismos, que levavam a um verdadeiro desmonte do Estado. A partir do “consenso” de Washington, 1989, especialmente ficou expressa a necessidade da destruição das políticas públicas, na esteira da lógica da implementação do Estado mínimo. Sucederam um conjunto de privatizações destes mesmos espaços. Assim ocorreu no Brasil, com grandes empresas de telecomunicações, energia, mineração. Quanto a educação, a criação do FUNDEF, que mesmo tendo avançando na proposta de universalização do

acesso, ao desvincular recursos da União precarizou os investimentos necessários para expandir os níveis e modalidades, no ensino público, com qualidade social, opondo-se radicalmente à concepção vigente na CF 88, que entendi a educação como direito de todos e um dever do Estado.

A redução do Estado, nos quatro governos nacionais que sucederam a ditadura militar, fragilizou a capacidade de investimentos públicos em áreas importantes como a educação e a saúde. Estas medidas fizeram com que o chamado “custo Brasil” crescesse, mas que os percentuais destinados à educação e saúde fossem proporcionalmente menores em relação ao montante global das receitas da União. Mas, mesmo com esses limites financeiros, foram inúmeras as fronteiras que se abriram quando assumimos os espaços locais. Eles são privilegiados para ações do fazer político, do pensar globalmente agindo na esfera local. Na educação, de forma especial. Foram infinitas as possibilidades que se abriram, tanto na área da formação, da gestão, na organização do currículo e do ensino, quanto na própria reestruturação e qualificação do espaço físico.

OS CAMINHOS E A SOCIEDADE

Ao assumir o governo municipal, em 1997, a Secretaria de Educação passou a organizar um movimento para delinear a construção de um projeto alternativo ao neoliberalismo, um movimento solidário e transformador. Um projeto que apontasse para a superação da escola tradicional, que formasse críticas ao processo de exclusão vivenciado por grande parte da população trabalhadora. Os quatro princípios definidos para o debate resgataram o histórico de lutas do movimento social dos trabalhadores em educação da rede municipal, expressos no Fórum Educacional “Do Caos a Uma Nova Ordem”, oferecendo ao governo eleito contribuições para o desenvolvimento do Programa de Governo da Educação. As ações decorrentes legitimaram a carta do Fórum ao elencar Autonomia, Gestão Democrática, Acesso à Educação e Escola Mínima como princípios que delimitariam o projeto de educação que se esperou implementar. Embora o ano de 1997 tenha sido marcado por investimentos decorrentes da Lei de Diretrizes Orçamentárias do governo anterior, que procurava dar continuidade às relações de tutela junto às unidades escolares, mesmo nessa realidade, o governo rompe com as práticas anteriores, que denotavam centralização de poder e favorecimento, construindo a descentralização dos recursos através do repasse de verbas para os Conselhos Es-

colares, passando pela definição de obras através do Orçamento Participativo, que, juntamente com a criação do Conselho Municipal de Educação, geraram espaços políticos de participação das comunidades, que passaram a interagir, igualmente, no diálogo sobre os novos rumos da Educação em Gravataí.

Este ‘fazer’ adotado garantiu aos novos atores (pais, alunos e funcionários) o ingresso no espaço público de gestão escolar, enquanto exercício de cidadania, promovendo sua aliança com os educadores na tarefa de superação da escola excludente.

Em 1998, o ano da Reorientação Curricular colocou em cena os quatro segmentos da comunidade escolar para debater as dificuldades e possibilidades que permeavam a estrutura da escola, apontando políticas que superassem as práticas detectadas como reiteradoras no processo de exclusão.

Foram definidos três eixos temáticos que funcionaram como aprendizados de efetivação dialógica:

- I – Educação Popular e Identidade Social;
- II – A Vida na Escola;
- III – Aprendizagem e Construção do Conhecimento.

Para cada um desses Eixos Temáticos foi previsto três atividades: a inicial, a de meio e a de síntese. A atividade Inicial constituiu-se em definição de paradigmas de reflexão no âmbito teórico da Educação. Realizamos um seminário de formação, com o conjunto dos trabalhadores em Educação da rede objetivando debater as concepções de Educação Popular.

A atividade *meio* foi protagonizada pela Secretaria de Educação, através dos Grupos de Apoio às Escolas (GAEs), para os quatro segmentos, ainda organizados individualmente, de forma estratégica para que pais, alunos e funcionários, construíssem também a sua fotografia da educação, sua identidade e as vozes necessárias para participar do diálogo enquanto sujeitos articulados e conscientes do seu papel, dos limites e possíveis encaminhamentos para a superação da realidade existente.

A atividade *síntese* se constituiu em plenárias regionais com a participação em conjunto dos quatro segmentos da comunidade escolar, onde as falas de cada segmento, retiradas dos colóquios por escola, foram debatidas e votadas, constituindo-se em teses para o Congresso Municipal de Educação que seria realizado no final do ano.

Nesses colóquios foram produzidas 173 teses, divididas em cinco categorias temáticas: I – Gestão Democrática e Participação Popular; II – Organização do Ensino; III – Avaliação; IV – Princípios de Convivência e V – Escola Mínima, que foram debatidas e votadas durante dois dias, por 493 delegados, eleitos pela comunidade escolar, representando paritariamente os quatro segmentos. Ao cabo de 800 encontros, onde participaram 40 mil pessoas, 153 resoluções foram aprovadas no I Congresso Municipal, oferecendo os novos paradigmas para a construção da Escola Pública e Popular de Qualidade Social.

Nos anos de 1999 e 2000 aprofundamos o Programa de Formação para a comunidade, na perspectiva de sedimentar as resoluções do I Congresso no cotidiano escolar. Convênios com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Instituto Paulo Freire, a SMED de Porto Alegre e educadores como Gouveia, Carlos Brandão, Adriano Nogueira, Pablo Gentili, Afonso Scocuglia, Balduino Andreola, Gaudêncio Frigoto, Moacir Gadotti, Silvio Rocha, Darli Colares, Euclides Redim, Marsyl Mettau, Jacob Berwanger, Roseli Caldart, Felipe Ortiz, entre outros, tiveram participação decisiva, pois permitiram assessoria e formação continuada, em algumas oportunidades no âmbito da própria escola, enquanto as comunidades organizavam pela primeira vez seus regimentos, o Projeto Político-Pedagógico e os Planos de Estudos, rompendo com as políticas que cerceavam, pela outorga, os fazeres e o debate pedagógico.

Outra ferramenta importante, que sedimentou o programa de formação e colaborou para cunhar uma concepção de Rede, foi a publicação da Coleção “Teoria e Fazer - caminhos da Educação Popular”. Lançado logo após o Congresso, “Teoria e Fazer” se constituiu num espaço importante para a publicação e divulgação de textos teóricos, palestras proferidas, relatos e troca de experiências. Com uma concepção editorial acessível, estimulou a participação dos educadores para publicarem seus trabalhos. Algumas edições chegaram a uma tiragem de 5.000 exemplares. Foram ilustrados pelos próprios alunos da rede e distribuídos para diversas universidades do país e do exterior, se constituindo assim no principal veículo de socialização e divulgação do Projeto.

Muitas resoluções do I Congresso foram sendo implementadas, ainda em 1999, como: a criação do Grupo de Assessoria Preventivo e Terapêutico Educacional (GAPTE), equipe interdisciplinar formada por Orientadores Educacionais, Psicólogos, Fonoaudiólogos, Neurologistas, Psicopedagogos e Terapeutas Ocupacionais, com a finalidade de colaborar com as comunidades na superação de conflitos surgidos no cotidiano escolar; a eleição direta de diretores; os Laboratórios

de Aprendizagem (LA), em cada escola, com a atribuição de desenvolver competências e habilidades, rompendo com a lógica simplificadora do reforço; a nomeação de Supervisores e Orientadores; a Comissão de Assuntos Legais (CALE), com a finalidade de promover a discussão das decisões coletivas com os aspectos legais; o Projeto Asas à Imaginação, que prestou assessoria direta aos alfabetizadores nas primeiras e segundas séries a partir da concepção teórica sociointeracionista; o PAE (Projeto de Atenção ao Educando) para atender demandas específicas nas áreas fins de fonoaudiologia, psicologia, psicopedagogia e terapia ocupacional, produzindo oficinas e visitas domiciliares, e a Brinquedoteca, que através de oficinas com educadores, ou nas próprias salas de aula promoveram a construção do conhecimento através do lúdico, dos jogos e brincadeiras. Projetos como o MAIS (Movimento de Alfabetização e Integração Social) e o MOSAICO (Movimento de Arte e Cultura) foram sendo gradativamente implantados.

As ações de competência das escolas também foram se consolidando a partir dos balizamentos do Congresso. A garantia de que as escolas, em diálogo com a comunidade, definissem sua forma de organização do ensino e do currículo – permitiram um rico debate e assegurou a pluralidade nas 66 escolas da rede. Esta autonomia, no entanto, não eximiu a secretaria de, mesmo num planejamento socializado, cumprir seu papel dirigente, provocando o diálogo, exercendo o conflito necessário para que as reuniões ocorressem no interior das escolas e que todos tivessem garantido seu direito de participar, através dos Conselhos Escolares ou das Assembléias, definindo os rumos da escola em consonância com as resoluções do Congresso. A pesquisa socioantropológica, a organização do conselho de classe participativo, a expressão da avaliação através de parecer descritivo (no Ensino Fundamental), foram sendo articulados em 2000 e 2001.

Em 2002, a Secretaria promoveu um amplo debate sobre a Reorganização dos Tempos e do Espaço na Escola. Várias escolas adotaram blocos de períodos, com o objetivo de minimizar uma das principais mazelas das séries finais, a fragmentação dos currículos. A aquisição de mesas redondas também foi experimentada com sucesso por algumas escolas. As avaliações davam conta de que os espaços se tornaram mais solidários e participativos, onde o educador encontrou novas condições para o planejamento e a mediação e os educandos passaram a construir outras relações nos seus grupos, caminhando na perspectiva de novos saberes e ‘fazeres’.

Enfim, produzimos e articulamos, solidariamente, mas não sem conflito, um conjunto de ações e programas que, por um lado, ampliaram o apoio pedagógico

necessário aos educadores que enfrentaram o tema da exclusão, independentemente da sua opção pela forma de organização do ensino e do currículo, e por outro, estimularam a criação de uma concepção de rede, de pertencimento ao projeto, a medida em que procuramos descentralizar não apenas as responsabilidades, mas também as questões centrais da escola.

Importa salientar a disposição do Governo Municipal, através de diversas Secretarias, que desde o primeiro momento, foi o garantidor dos meios possíveis para que cada escola tivesse condições para superar os entraves que, historicamente, têm levado educandos e educadores ao fracasso escolar – ou, como costumamos dizer, *a (re) exclusão*.

CAMINHOS DA AUTONOMIA

No momento em que falamos da experiência em Educação Popular, em currículos condizentes com as necessidades das comunidades locais e em gestão democrática destes espaços, no repasse direto de verbas para o conselho escolar, na promoção da participação popular, a rigor, não estamos apontando necessariamente para a construção de mecanismos de superação histórica das formas de opressão e “erguimento” de uma sociedade fraterna, ao passo que, este projeto, esteja vinculado a compreensão de que é preciso caminhar ao encontro dos interesses dos setores populares na construção de sua *autonomia*.

Lia Faria, abordando as questões da exclusão na escola, oportunamente aponta: “Quem sabe estejamos, no atual momento histórico, construindo a autonomia, que consiste na capacidade de avaliar e criar valores que correspondam às demandas a conquistas atuais e na independência de não estar vinculado ao compromisso característico do individualismo burguês, mas no envolvimento com a esfera coletiva” asseverando que “a conquista da autonomia supõe a superação da alienação, que no trabalho da escola se processa no âmbito das divisões de tarefas, na elaboração dos objetivos, conteúdos, métodos e planejamentos.” A grande questão que se coloca, assim, é segundo a autora “como viabilizar essa recuperação que promoverá a transcendência da alienação e a conquista da autonomia? A resposta é a de que a partir dessa crítica que dilacera a escola, surge a possibilidade de auto-avaliação pela qual ela pode questionar a sua prática e recriar-se no espaço político, onde aqueles que sempre foram silenciados se pronunciem, resgatem a sua identidade e construam a sua cidadania.”

Neste entendimento, a autogestão encontra no Projeto Democrático Popular as condições objetivas e subjetivas para avançar e estabelecer a ruptura da consolidação do sujeito consumidor, que percebe a educação como um produto e a escola como um espaço de serviços prestados, para a condição do sujeito histórico, capaz de construir as bases das novas relações na sociedade. É necessário tencionar o exercício pleno do diálogo, motivado pela busca da superação das relações autoritárias e de submissão. É importante, também, segundo Marília Sposito, “reconhecer que na escala global, impera a lógica do mercado que atinge de forma vertical a estrutura e a sociabilidade humana, destruindo os laços afetivos, dissolvendo-os, constituindo o individualismo” o que conflitua de forma desigual a disputa ideológica.

CONCLUSÃO

O período analisado é relativamente curto para efeitos de mensuração dos resultados mais estratégicos. No entanto, podemos considerar, conforme Carlos Machado, que estas políticas democráticas estão condenadas a graduais processos de aprofundamento de seu caráter alternativo, fazendo com que neste processo se avance para a participação e decisão da cidadania, além da melhoria das condições de vida pelos serviços públicos realizados.

O projeto político pedagógico, construído em Gravataí, foi uma experiência de busca da radicalização da democracia e do exercício da participação como elemento constituinte da cidadania coletiva.

Afirmamos que foi na problematização permanente da descentralização e socialização das tomadas de decisão que avançaram as inovações de gestão e de participação cidadã. Foi ocupando os espaços públicos, nas mais diversas esferas da mobilização social, que se construíram, no cotidiano, resistências ao projeto globalizante do capitalismo que gera no ambiente escolar, as noções de fragmento, neutralidade e a visão tecnicista, promotora da cultura da descontextualização do conhecimento e da negação das identidades socioculturais. A decorrência foi uma rede que começou a despertar o interesse pelo exercício do diálogo e pela construção coletiva do saber. A autonomia, enquanto ponto de encontro dessas várias faces, foi se conceitualizando, rompendo com o universo administrativo e burocrático, para se tornar espaço de construção de “inversão da hegemonia”.

Buscamos aproximar a necessidade e perspectiva de uma nova esfera pública à produção de um projeto onde a autonomia se estabeleceu como forma de des-

velamento e horizontalização desse mesmo espaço, produzindo condições para que os trabalhadores possam participar da vida na cidade e no país, buscando a superação da exclusão e transformação das suas condições de vida.

Podemos concluir que a Gravataí não é a mesma de 1996, que o país não é o mesmo de 2002. O grau de participação, fiscalização, decisões e exigências em relação aos projetos sociais, à educação, à saúde, aos programas de governo, estão em outro patamar. E isto, por si só, tem um grande significado.



PARTE 2

CULTURA, LAZER E ASSOCIATIVISMO



OS BAILES DA MEIA-CANHA

Vanusa Silva de Lima Kssesinski

Licenciada em História. Gravataí/RS

Quando vejo as meninas escrevendo versinhos em seus diários ou em álbuns de recordações, viajo para um passado onde a imaginação ganha asas, criatividade e percorro as casas que antigamente tinham uma peça grande que servia, entre outras coisas, para os bailes que a família promovia com seus convidados. Imagino moças e rapazes no baile, no momento em que anunciavam a marca da meia-canha. Desenha-se um sorriso em meu rosto, quando ouço os versos carinhosos trocados entre os pares. Desenha-se em meu rosto um ar de surpresa, quando ouço que o verso não é tão carinhoso quanto o par esperava. Percebo em cada rosto a expectativa e a ansiedade da espera e observo a dúvida que se instala nas feições de quem ouve os versos. Todo meu ser está agora a sentir o cheiro do lampião e do candeeiro acesos, exalando o odor de querosene. Escuto o som dos tamancos arrastados no chão de tábuas enceradas, fazendo os pares passearem pelo salão.

E quando o par não sabia cantar o verso? Nessa hora uma “cantadeira” assumia o seu lugar e de tudo combinado, proclamava o verso solicitado. Então ouço alguém chamando: professora... professora... Aí volto ao presente; é hora de continuar a aula. Mas não abandono a ideia de ir ao encontro deste passado.

Em muitas das pesquisas que fiz, e com todas as pessoas que entrevistei, o que se assemelhava entre todos era, sem dúvida, a constatação da lembrança dos versos. Lembrava-se de quem os dedicava e para quem era oferecido. Estava sempre visível a saudade e a alegria dos entrevistados em trazer à memória um passado de moças e rapazes numa época em que eram adolescentes, que se divertiam; época em que os pais os levavam aos bailes. Bailes para dançar de par, numa distância respeitosa, onde o único contato de corpos eram as mãos nos ombros do par, nada de “arrojos” ou “amassos”. Beijou, então, nem pensar! Esse tipo de liberdade expulsava o rapaz do baile e o tornava visado pelas famílias das moças como *persona não grata*.

Ninguém soube dizer como o baile de meia-canha chegou até o povoado de Gravataí, visto ser essa uma característica, segundo fontes escritas, dos bailes da

região da Andaluzia (Espanha), trazidos para dentro do Rio Grande do Sul pela fronteira uruguaia. Mas ainda existem indícios de ser uma dança portuguesa muito apreciada, trazida pelos açorianos para este Estado. Se a “moda” é portuguesa ou espanhola não é o caso de entrar nesta questão.

Meia-canha: uma dança embalada por gaita e violão, tocada em bailes de CTGs, regada ao trago de canha. Chegou aqui por estas bandas, alegrando a população gravataiense. Mas, não era realizada em CTGs, mesmo porque aqui por estas bandas (comunidades do Ipiranga), não tinha este centro de lazer, na época em questão. Não vale discutir a origem deste tipo de baile, visto sermos um povo miscigenado. Ou seja, partilhamos nossa cultura e adotamos outras de quem assim o desejar. Vale, sim, e com toda a certeza, homenagear e exaltar um povo gravataiense, que aos fins de semana procurava por diversão, depois de uma longa semana de trabalho em suas propriedades e uma delas era um baile de meia-canha. Aos poucos, a canha foi cedendo espaço para as bebidas locais durante os bailes, sendo muito comum o café de chaleira, o mate doce, a cerveja preta, a gasosa e para comer tinha linguiça aferventada e leitão assado. Mas, a aguardente ainda circulava para encher de coragem os mais tímidos para a hora do verso, pois este, o verso, era o enredo maior do baile. A canha ficou apenas no nome do baile e a característica principal ficou mesmo com os versos; este era o momento mais esperado.

O que acontecia às moças e aos rapazes nos dias que antecediam os bailes?

Como eram combinados os pares e os versos?

As roupas da roça eram substituídas por vestidos, camisas engomadas passadas a ferro com brasa, cujas “fazendas” (tecidos chamados de chita vendidos em metro) eram compradas na venda ou no armazém de secos e molhados. Eram levadas para as costureiras, ou então, feitas em casa por suas famílias ou por alguém que tivesse o curso de corte e costura. Os tamancos ou chinelos de couro passavam por uma limpeza e por um lustro para não fazerem feio no assoalho de tábuas dos salões. Comprar roupas, somente se fosse para durar bastante, como: casacos de inverno, gravatas, tamancos e sapatos.

A respeito dos versos, algumas moças e rapazes que sabiam ler e escrever listavam versos em cadernos ou papéis das vendas que vinham enrolando as compras do dia. Quem não sabia ler e escrever decorava ou esperava por alguma ajuda na hora mais esperada. Sempre era bom saber mais de um verso, caso alguém o falasse primeiro sem saber das intenções do outro.

Eis os nomes de alguns moradores que promoviam os bailes e os lugares aonde eram realizados: * Binoca - Albino Dias de Melo (Morro Agudo); * Antonio

Gabriel, conhecido pela vizinhança como Gabida (Ponta Grossa); * João Loca, antigo morador do local onde hoje funciona o Horto Municipal (Costa do Ipiranga); * Lídio Oliveira Dias (Ponta Grossa); * Teobaldo Bayer (Santa Tecla); * Leonel Cabeleira Bitelo (Ponta Grossa) e * Dionizio Cardoso de Lima (Ponta Grossa).

O povo vinha chegando a pé, a cavalo, de carreta e o amplo estacionamento das casas ou salões, ia enchendo de carros de tração animal. Os pais traziam suas filhas. Na carona das carretas também vinham os vizinhos e o salão ia tomando o aspecto de baile bom. O valor da entrada era 500 réis e somente os homens pagavam; as moças e os idosos não pagavam a entrada. Quando a refeição estava servida, também era cobrado um valor de quem desejava lancha. Sentavam-se todos em grandes mesas onde era fornecido garfo, faca, prato e xícara.

Os bailes realizados nas casas eram aos sábados à tarde e aqueles realizados nos salões das comunidades de Gravataí, aconteciam nos sábados à noite e eram embalados ao som de bandoneon, violão, pandeiro e cavaquinho. As músicas eram de autoria própria dos músicos que seguravam o baile no “gogó” a noite toda. Sempre vale lembrar ao leitor que estamos num passado onde não tinha rádio, nem de pilha. Como não existia eletricidade, então microfone ou caixa de som eram objetos inexistentes. E não se pense que os bailes nos salões reuniam poucas pessoas. Em alguns deles, chegava-se a um número aproximado de 100 pessoas.

Quando o bandonista anunciava a hora da meia-canha, os pares que desejavam participar ficavam no meio do salão; geralmente namorados ou com pretensão de ser, e também aqueles que queriam deixar claro que o par não lhe interessava. Os demais se sentavam nos bancos que havia na volta do salão. Estes bancos serviam também como lugar de observação para que os pais ao subirem neles, averiguassem se as mãos dos rapazes que dançavam, estavam realmente nos ombros de suas filhas. Muitas vezes, ficava o pai de um lado do salão e a mãe do outro, fazendo sinais de que estava tudo bem ou não.

A valsinha que anunciava a meia canha dizia assim: “Lá vai meia-canha. Lá vai canha e meia, não *hay* (ai) quem não dance e não *hay* quem não queira.” A expressão *hay* é do espanhol. Os versos obedeciam a certa regras, tais como: os pares se punham a dançar a valsinha e quando esta parava, alguém, sempre começando pelo rapaz, declamava seu verso; após seguia-se a música de valsinha para que o verso de resposta viesse. Quando a música parava, o verso de resposta era proferido e assim seguia-se a valsinha sucessivamente até que todos declamassem seus versos e, nenhum verso poderia ser repetido. Os versos não eram ditos apenas por dizer, mas eram versos com intenções de namoro, casamento e até de não pretender nada.

O que se faz notar nas entrevistas, é que não se tinha vergonha de declamar perante todos os presentes. A expressão que hoje é muito comum, “pagar mico”, estava totalmente ausente neste tipo de divertimento. Outro ponto lembrado e que provocou muitos risos, entre entrevistados e entrevistadora foi de *tal fulano* que começou o verso, esqueceu o resto e começou a chorar. Mas lá no baile ninguém ria ou podia fazer piadinhas. O respeito imperava.

Mas, e se a moça ou o rapaz não apreciasse o verso? Nada de carão. Respeitosamente os pares se separavam e tudo prosseguia muito bem até o final do baile. Na volta para suas casas podia acontecer algum “acidente” como: arrebentar a encilha do cavalo e o cavaleiro tombar, quebrar uma roda da carreta, cair o tampão de trás e alguém despencar, ou até a moça ou o rapaz ao chegar em casa e ver que suas roupas na parte de trás, onde fica o assento, estavam sujas com fezes de animais. A explicação para tudo isso era uma só e óbvia: pequenas vinganças pelos versos não apreciados por algum par ou por algum familiar.

Como em todo lugar, sempre tem os mais tímidos, e nestes bailes também tinha. Nem a canha deu jeito para encorajar a declamar o verso. Mas, era questão de namoro à vista, tipo agora ou nunca. E então pergunta-se : Quem poderia salvá-lo? Como para quase tudo tem jeito, entravam em ação as cantadeiras: Dona Zeferina e Dona Otília, que cantavam os versos para quem precisava, salvavam sempre a situação. Elas nunca podiam faltar aos bailes; eram sempre presenças indispensáveis.

Dependendo da estação do ano, alguns bailes, começavam antes do anoitecer e findavam quase ao clarear do outro dia, já que seria domingo, dia de descanso. Num destes bailes conta uma das entrevistadas, um ocorrido no seu Dionízio. Aconteceu um fato inusitado qual seja: a senhora contratada para cozinhar no baile levou suas duas filhas e as deixou no salão. A divisão entre a cozinha e o salão era feita por uma cortina e de vez em quando essa senhora vinha, subia no banco para espiar suas filhas. Certa hora ao repetir o mesmo gesto para observar as filhas, ela se escorou na cortina, esquecendo-se de que não era parede. A cortina foi, o banco virou e a senhora foi junto. Ela caiu provocando grande barulho de talheres. Os donos da casa perceberam que a roupa da cozinheira estava cheia de garfos, facas, colheres, fora os que escaparam das roupas quando esta caiu.

Minha tia-avó, Anita Antonia Mendes narrou uma parte destes bailes de antigamente. Às vezes ela tinha que repetir a história, porque tínhamos verdadeiros acessos de risos e comentários. Mas, não eram risos de deboche ou de desrespeito, e, sim, uma alegria contagiante de uma juventude que sabia fazer a sua hora. Recordou com prazer, o tempo em que era jovem, quando todos sabiam se divertir, apesar de todas as dificuldades de acesso à escola ou falta de dinheiro. Ela

comentou que esses bailes duraram mais ou menos até a década de 1950, na sua região. Mas, não soube dizer havia quanto tempo eles estavam por aqui, visto ser ela de 1927. Contou que sua mãe já falava destes bailes em seu tempo de solteira.

Os bailes de meia-canha espalhavam-se pelos arredores, tanto é que uma senhora chamada Lenita Campos, foi a um baile por volta dos anos 1960 em Glorinha, precisamente em Embiruçu (era de Santo Antônio da Patrulha), e lá participou de um baile de meia-canha.

Sem dúvida nenhuma esta é uma particularidade de nossa cidade que vale muito a pena ser recordada. Hoje, a geração que chamamos de terceira idade é, para sempre e para sempre será, a geração da primeira idade representante dos bailes de meia-canha. A seguir versos de Atenor Lima.

VERSOS MELODIOSOS

*Águas claras correntinas
Que da tua beleza nasce
Eu seria criminosa
Se eu te visse e não te amasse.*

*O sol vai entrando
Deixando chagas de luz
Eu peço que tu me ames
Pelas chagas de Jesus.*

*Se cada vez que em ti eu pensasse
Uma estrela lá no céu se apagasse
Não haveria neste céu imenso
Uma estrela que brilhasse.*

*Águas claras correntinas
Que correm por debaixo do chão
Abre teu peito dourado
Que é teu meu coração.*

*Lá do céu caiu um cravo
Lá no chão fez um S
Meu amor é tão forte
Que do teu nome não esquece*

VERSOS CARRANCUDOS

*Moço bonito
Moço do meu coração
Espinhaço de cavalo velho
Olho de gato ladrão.*

*Alecrim da beira d'água
Não se corta com machado
Quem disse que eu te quero
Cara de sapo rajado.*

VERSOS QUEBRADOS

*Laranjeirinha pequeninha
Carregadinha de batata
O amor bobo
Que se mata.*

*Cigarrinho de papel
Fumo verde não fumega
Se eu não amar moreno
Meu coração não tem lealdade.*

REFERÊNCIAS

CÔRTEZ, J. C. Paixão; LESSA, Luís Carlos Barbosa. *Manual de danças gaúchas*. 3 ed. Porto Alegre: s/ed, 1968.

Depoimentos de História Oral

Adílio Antônio da Silva , Anita Campos , Anita Antonia Mendes , Benoi da Silva Lima, Olga Maria Fogaça, Renato Oliveira Dias, Vani Bartolomeu de Lima

TERNOS DE REIS E CLUBE DOS VIOLEIROS: HISTÓRIAS PARA CONTAR

Dione Peña Zanatta

Especialista em Folclore. Porto Alegre/RS

Em Gravataí, a prática dos Ternos de Reis remonta aos tempos passados, sendo preservada pela comunidade. Estas manifestações podem ser evidenciadas através da disponibilidade e dedicação, demonstradas nas atividades e iniciativas mantidas, algumas vezes, praticamente de forma individual.

Entre costumes e práticas tradicionais, trazidas pelos açorianos para essa região, os Ternos de Reis ainda fazem parte da cultura local, oscilando entre fases mais fartas e outras menos numerosas de seguidores e de diretamente interessados, parecendo seguir o seu caminho com devoção e persistência.

Uma estória parece se confundir nas duas diferentes práticas, que possui um elo em comum com a música, que é a de João Roque Cardoso. Este dedicou boa parte da sua vida à música sertaneja, e a outra ao Terno de Reis. Por razões espontâneas e casuais, Roque deixa de prolongar o seu talento musical e o seu gosto pelo tradicional e popular, passando a se dedicar enormemente para a continuidade e a preservação do acervo das tradições culturais locais, através do empenho em produzir e apresentar música sertaneja, interpretada por duplas de músicos cantores e o Terno de Reis, tradicionalmente expresso na comunidade. Conforme depoimento de Roque, a criação das suas duplas de música sertaneja e a fundação do Clube dos Violeiros, o primeiro do Estado, assim como a sua trajetória no Terno de Reis em Gravataí poderão ser revividas e apreciadas por meio deste registro original a seguir.

De pequeno, o interesse musical já se manifestava em Mestre Roque, tanto que, aos nove anos, já tocava pandeiro e cantava com o irmão, formando a dupla de música sertaneja. O irmão tocava bem a viola, e ele, possivelmente, ainda pequeno, tocava o pandeiro, por ser este um instrumento de mais fácil execução, naquela idade, dedicando-se e deixando salientar ainda a interpretação vocal.

Inicialmente, tocavam em um circo. Na época, este era de propriedade de dois irmãos, um deles chamava-se Arquimino, que era o mais velho, e, talvez, por

esta razão, o convite para participar nas atividades do circo tenha partido dele. O circo situava-se no “Passo do Pinto”, e atualmente o que existe no lugar é um estabelecimento comercial de alimentos.

O motivo que impulsionava essa prática era o puro prazer. Começando com o pandeiro, passou a aprender e a tocar o violão, para, em outra etapa, passar a dedicar-se ao estudo e à prática da viola.

A fim de se tocar um e outro, é preciso aprender tudo novamente, pois são completamente diferentes estas habilidades. Diz Mestre Roque: viola possui dez cordas; a afinação “é outra coisa”. E o violão, seis cordas, não havendo nenhum som igual entre um e outro. O solo da viola também é muito diferente. É muito pior para se tocar. É considerado o de maior dificuldade de execução.

Durante um tempo fez dupla com o irmão, apresentando-se em batizados, festas de aniversário, casamentos e nas rádios da época, tais como: Farroupilha, Itaí, Gaúcha, Caiçara. Todas tinham programas ao vivo, e eles apresentavam-se interpretando, em dupla, músicas sertanejas. Após ter aprendido a tocar o violão, a dupla com o irmão ficou mais “certa”, referindo-se à tradicional forma de interpretar as canções com violão e gaita.

Aos sábados, eles saíam de Gravataí para Porto Alegre, com o propósito de fazer um programa de rádio e nunca falharam. Saíam após o trabalho,¹ para, no final de semana, mostrar o gosto e o prazer pela música, bem como pelo canto. Como uma segunda ocupação, em todo final de expediente do último dia de trabalho da semana, a mãe de Roque ia encontrá-lo, já no ônibus e, lá mesmo, entregava o violão a ele que seguia com o irmão para as rádios em Porto Alegre. Tanto nos finais de semana como nas terças-feiras, eles eram muito solicitados, não só para os programas de rádio, como também para diversas festas na localidade de Gravataí e arredores.

Quando a dupla com o irmão se desfez, pois o irmão decidira parar de cantar, Mestre Roque, então, seguiu a dupla com um primo e, nessa altura, ele já começava a passar do violão para a viola, por volta dos 23 anos.

O gosto pelas duplas existia desde pequeno, mas a dedicação para com os Ternos de Reis surgiu quase que em seguida, de uma forma ocasional. Ainda pequeno, com nove anos, ele apenas cantava, já que dominava somente o pandeiro, e este instrumento não se usa em Terno de Reis. Portanto, somente após o aprendizado do violão é que ele passou a acompanhar como músico. Até então, as duplas eram o grande esporte completo aos quais ele e os seus parceiros se dedicavam.

1 Mestre Roque trabalhou durante 33 anos na indústria “Icotron” como “matrizeiro”. Aposentou-se, mas trabalhou mais tempo, além do que do precisaria, devido aos apelos dos diretores para que ele permanecesse na empresa, visto que o seu trabalho era impecável e de difícil substituição.

Mesmo em um curto espaço de tempo, o violão e a viola começaram a fazer parte do conhecimento de Mestre Roque, e a participação e a contribuição em prol da cultura local e preservação das tradições devem a ele uma vida de dedicação.

Da trajetória das duplas, formadas por ele, as inúmeras participações em programas e as diversas apresentações na comunidade, como o Clube dos Violeiros, parecem ser as suas iniciativas mais significativas, por se tratarem de algo inédito e pelo investimento pessoal por ele despendido.

CLUBE DOS VIOLEIROS

O Clube dos Violeiros iniciou com Jorge Rossi, em 20 de outubro de 1983, o primeiro a ser criado no Estado. Naquela ocasião, políticos de Gravataí, tais como Abílio Alves dos Santos e Edir Oliveira, Prefeito e Vice-Prefeito, deram apoio para a iniciativa.

No início, o Clube funcionava em Gravataí, em um espaço no antigo CTG Aldeia, perto do cemitério, ofertado pelo Sr. Abílio, para que pudesse ser dado início ao projeto que objetivava a difusão cultural da música sertaneja, possibilidade esta de se oportunizar um espaço aos músicos e artistas, assim como a todos os encontros, apresentações e concursos, programados pelo Clube.

No princípio, na sua organização, havia sócios que recebiam carteirinha e uma taxa que funcionava como uma mensalidade. Nos finais de semana, vinham inúmeros artistas de São Leopoldo, Alvorada Campo Bom, Novo Hamburgo, Cachoeirinha e Viamão para se apresentarem.

Foi por meio desse exemplo, que outros clubes surgiram depois no estado. As pessoas que vinham se apresentar e participar dos eventos em Gravataí pediam o estatuto e o regimento criado por Roque, para criarem os seus através desse modelo inicial. Clubes de Violeiros de Alvorada, Campo Bom e Novo Hamburgo, por exemplo, foram criados a partir do de Gravataí.

No início, as dificuldades eram grandes, como o som, por exemplo, que era levado aos poucos, todo o final de semana por Mestre Roque em seu “Opala”, o que acarretava muitíssimo trabalho, principalmente nos dias de chuva e de muito frio.

Mais adiante, já na sede da chácara de sua propriedade, o som era alugado do senhor Amaurílio de Moraes, mas, insuficiente. Com o tempo, o próprio Roque foi adquirindo um equipamento de qualidade, com potência adequada, contabilizando hoje 20 caixas e 3 mesas de som eficientes.

Da mesma forma, os móveis (muitos feitos por ele mesmo) atendem hoje um número de até 200 pessoas: há um palco, iluminação e cozinha equipada.

A Prefeitura de Gravataí deu a ele aquele empurrão inicial, porém o apoio não teve continuidade, ficando este por conta da iniciativa e liderança do proprietário de levar adiante o projeto. Hoje, há uma sede com espaço e infra-estrutura formidáveis, capaz de acolher um número expressivo de pessoas para assistirem aos espetáculos e os grupos para participarem. No entanto, a estrutura atual deve-se ao investimento exclusivo de Mestre Roque.

Esta sede está localizada em uma chácara que ele adquiriu aos 19 anos e investiu durante estes anos todos, para tornar possível o desenvolvimento e a perpetuação dos músicos, bem como as suas manifestações artístico-populares.

Na região, existem hoje apenas duas chácaras grandes: uma delas abriga o Clube de Violeiros e as demais foram divididas em loteamentos e moradias.

A presidência do Clube está a cargo de Mestre Roque há muitos anos. Entretanto este posto parece não despertar interesse e disponibilidade de outras pessoas, como ele mesmo diz: “Na hora de cantar e tocar todo mundo aparece.”

A queixa se deve ao fato de ninguém querer assumir maiores responsabilidades quanto à estrutura dos shows. No entanto, todos procuram e gostam de participar dos eventos que lá acontecem e são divulgados. Esse parece ser um espaço em que a valorização do artista e da pessoa acontece.

Há um prazer que impulsiona a prática. Nenhum dos componentes que se dedica às duplas sertanejas e aos Ternos o faz por qualquer ambição. “Eles cantam por prazer e não para ganhar dinheiro.”

O mesmo parece acontecer com as duplas que vão ao Clube de Violeiros participarem das apresentações. Ganhar dinheiro com essa prática é coisa impossível e que não faz parte do sentido da existência da manifestação.

Há ainda uma questão que tende a separar e diferenciar os interesses e os princípios que regem os cantores da música gauchesca; estes querem ganhar dinheiro com ela. Em relação aos sertanejos, a postura é bem distinta, diferenciando-se, assim, um gênero e do outro, em função dos princípios que norteiam as normas de conduta e pertencimento do CTG.

No CTG, os músicos sertanejos não podem tocar e se apresentar. Somente são aceitos grupos que interpretam música gauchesca. Já no Clube dos Violeiros, cantam os sertanejos, os gauchescos; todo mundo tem espaço lá. A existência dessa rivalidade é motivo de questionamento pelos violeiros.

OS TERNOS DE REIS

O Terno de Reis constitui-se em um grupo de tocadores e cantadores que representam os símbolos cristãos do ciclo natalino, expressos por meio de música e canções, cujo tema é o nascimento de Cristo.

Um Terno de Reis deve ter, em seu grupo completo, um Mestre que puxa os versos, o Ajudante de Mestre, um Contramestre, o seu ajudante, o Tipi, que canta fino, e os cantadores.

O ritmo é o de Toada, e todos eles têm uma batida igual; o que muda é o andamento. Há quem toque bem lentamente, outros são mais rápidos.

Os instrumentos que comumente são tocados no Terno de Reis são: o violão, a gaita e violino.

O antigo Terno chamava-se “Cancioneiro Celeste” e tinha como Mestre Sr. Jorge Rosa.² E ainda participavam do grupo: Enio e Zé do Campo. Depois de um tempo, Roque começou a integrar o grupo.

Conforme nosso informante, o Terno de Reis possui uma ordem na sua prática. Começa com a chegada, depois, a louvação no presépio, em seguimento, o agradecimento ao dono da casa e, finalmente, a despedida.

Geralmente, na chegada à casa, pede-se para o dono permissão para que o Terno entre. Se ele conhece a tradição do Terno, deixa as luzes todas apagadas, e o Mestre pede, então, para que sejam acendidas as luzes, a fim de que o Terno possa entrar, cantando a seguir, louvando o presépio.

Roque relata que costuma cantar um verso só na frente da casa e já vai pedindo para abrir a porta. Ele assim procede para verificar se na residência tem presépio ou se somente um pinheirinho.

No primeiro verso, é cantada uma parte pelo Mestre, depois os Contramestres respondem, e ele canta novamente para que estes respondam, formando uma quadrinha inteira. Salienta-se que a primeira quadrinha tem que rimar com a segunda. Ele informa ainda que há Mestres que não fazem as rimas, mas que para ele, isto é muito mais fácil.

No Terno de Roque, é rimada a primeira quadrinha com a segunda. Então, na chegada, ou seja, no primeiro verso, ele já vai pedindo para que o dono da casa acenda a luz, e, no segundo, para abrir a porta. Há lugares em que as luzes já se acendem, e as pessoas abrem a porta simultaneamente e, se tem luz acesa, já não se canta para pedir que ela seja acesa.

2 Jorge Rosa, conforme Paixão Côrtes, foi considerado no Rio Grande do Sul, o maior conhecedor das cantigas do ciclo natalino do folclore gaúcho.

No ano de 2010, por exemplo, o Terno dele tocou em muitos lugares: na prefeitura, na igreja da cidade e, depois, foi à casa de um amigo, que é visitada sempre por outro Terno de Gravataí. Mas, nesse ano, insistiu muitíssimo para que ele fosse fazer o evento ali. Nessa ocasião, já havia luz acesa, e ele já foi abrindo a porta, o que fez com que Roque optasse por pular os versos que fazem o pedido para que a luz fosse acesa e o outro, para que a porta fosse aberta. Ele já cantou direto o verso de chegada, assim dizendo: “Senhor dono da casa, o Terno tá chegando...”

Dependendo da casa, escolhe-se o verso. Nessa ocasião, os versos foram cantados já dentro da casa, e eram sobre o nascimento de Cristo. Depois de cantar o necessário, deve-se parar, porque, dentro da casa, é preciso fazer a parada para que o dono possa oferecer o que preparou: comes e bebes.

Na despedida, canta-se ainda dentro da casa e em alguns lugares, sai-se, então, tocando e cantando, mas normalmente não se sai tocando. “Na casa do Sr. Nalino Campos, que é para fora, onde há gado, nós cantamos o Terno na casa. E, ao sair, fizemos cantando e tocando, os donos da casa. Naquela ocasião ficaram abanando e chorando de emoção! Bonito! Nessa ocasião, saímos na sexta e paramos somente no domingo. Se ficava muito sem dormir.”

A história do Terno e de como Roque começou a participar remete-se há um bom tempo atrás, ao final da década de 1950.

O Sr. Jorge era o Mestre fundador do “Cancioneiro Celeste”, e Roque cantava música sertaneja, em dupla com o irmão. Sendo amigo da família, Sr. Jorge costumava frequentar a casa de Roque que ficava em uma granja. Lá Jorge lavrava a terra com um trator do entreposto do DEAL para a família. Ficava hospedado na casa da família de Roque, muitas vezes, durante um mês. Foi nessa relação próxima que o gosto pela música e canto parece ter sido despertado, tanto em Roque como em seu irmão.

Em uma ocasião, Roque e o seu irmão foram cantar em um determinado lugar e, ao descerem da charrete para irem para casa, encontraram em uma encruzilhada o Sr. Jorge e o Sr. Severino Rocha que viajavam em um Ford 41 de aros de madeira. Ao passar por eles, pararam, desceram e pediram para que eles cantassem. Mas, o Roque era pequeno para cantar. Ali mesmo, uma hora da madrugada, mais ou menos, improvisaram um arremedo de ensaio, porque o Sr. Jorge precisava, de emergência, de outra pessoa, principalmente, para cantar. Na mesma hora, Jorge ficou satisfeito com as vozes, achando que elas haviam se encaixado muito bem, já no primeiro verso, e pediu para que eles o acompanhassem para tirá-lo daquela situação.

Roque era pequeno, tinha nove anos, só tocava o pandeiro na dupla com o irmão. Porém, na participação do Terno, foi só com o canto, pois pandeiro não é instrumento de uso em Terno de Reis.

Tempos depois, Mestre Roque foi aprender violão para poder tocar e cantar no Terno e, já no ano de 1957, estava cantando e tocando violão. Ele e o irmão, fazendo parte do Terno de Jorge, participaram de um evento com mais de vinte e dois inscritos dos Ternos de Reis para a Rádio Gaúcha. Nesse período, então, foi feita uma gravação que deve existir ainda hoje como registro, realizada por Paixão Cortes e Darcy Fagundes. Tanto ele quanto o seu irmão participaram do Terno de Reis do Jorge e concorreram com aqueles 22 outros grupos e, na final, saíram-se vencedores, ficando em segundo lugar o Terno de Novo Hamburgo, dos “Irmãos Diehl”.

Nessa ocasião, Mestre Jorge batizou oficialmente o Terno com o nome de “Cancioneiro Celeste”.

Com o passar do tempo, o mais velho e mais cansado, foi deixando o seu lugar para Mestre Roque que há 20 anos perpetua a tradição de cantar dentro dos usuais costumes; somente mudou o nome do grupo para “Terno Mensageiros do Oriente.”

A passagem de um Mestre para o outro se deu quando eles tinham um evento na Escola Técnica de Viamão. A apresentação do Terno deveria acontecer junto ao presépio vivo, que se constituía nos elementos próprios do auto de Natal: a vaquinha, o burrinho, o Menino Jesus, a Virgem Maria e José, bem como os pastores, sendo isto tudo encenado ao ar livre. De um galpão, saía a estrela branca que iria até onde estava o presépio. Os três Reis Magos seguiriam a estrela e, quando ela chegasse, eles chegariam juntos para cantar.

Na última hora, Jorge comunicou que não poderia ir, e Roque teve que buscar, às pressas, o Sr. Luis, do Passo do Pinto, que foi substituir o Mestre Jorge, então. No entanto, quando eles já estavam preparados para encenar, eis que chega o Sr. Jorge dizendo que tinha podido vir para assistir ao espetáculo. Quem sabe foi para conferir como eles iriam se sair, principalmente Roque, que estaria atuando, pela primeira vez, como Mestre!

Quando a apresentação iniciou, os Reis Magos chegaram à manjedoura e puxaram os instrumentos: Ari, na gaita; Zé do Campo, ao violão; Luis e Roque. Assim estava formado o Terno que conseguiu cumprir o compromisso assumido.

No final da apresentação, o Mestre Jorge aprovou a execução dizendo: “Saiu melhor do que eu pensava!”

A partir daí, Roque assumiu o Terno, como Mestre, e começaram a cantar na rádio e em outros lugares. Ele nunca mais deixou de cantar e tocar no Terno de Reis e, paralelamente, na dupla sertaneja, também.

A preocupação e o comprometimento com a tradição e a originalidade estão sempre presente nessa prática, orientando a forma de cantar, a sequência tradi-

cional e a lógica dos versos, assim como o sentido religioso e explicativo, que é expresso no canto, no movimento e na performance deles.

Conforme depoimentos do Sr. Roque, há Mestres de Ternos que iniciam com versos para o dono da casa, como, por exemplo: “Meu querido dono da casa, minha querida dona da casa, etc.” E eles não cantam nada sobre o nascimento de Jesus.

Existia um cantador velho, da época, diz ele, chamado Pombo Leôncio, que vivia na zona de Morungava, para lá do Mato Fino, que foi cantar Terno junto com eles (Terno de Mestre Roque), na zona do Barro Vermelho. Lá o fazendeiro do lugar, chamado Zeca Coruja, os convidou para essa apresentação e estava esperando com a mulher, a chegada deles. O cantador velho, o Leôncio, puxou do instrumento e cantou o seguinte verso: “Estou olhando pra tua mulher, lembrando da minha...”

Naquela ocasião, o Mestre Roque avaliou que esta era uma situação em que o Terno de Reis se desmoralizava, diante de uma improvisação como esta, sem compostura ou coerência para com o sentido da prática. Para ele, os versos têm que conter exclusivamente assuntos que estejam estritamente ligados ao nascimento de Jesus e não temas fora do contexto religioso que não se relacionem ao Natal e à sua comemoração festiva.

Uma das afirmações do Mestre é a de que as pessoas que são católicas e as que gostam e sabem o significado do Terno de Reis irão escutar e apreciá-las, dando o devido valor a elas.

Para que nada prejudique a boa apresentação e não ocorram contratemplos que atrapalhem a tradicional forma de apresentação, um dos recursos usados é ter um verso “guardado”, que possa ser cantado quando o improviso falhe. Algumas vezes, o cantador se distrai ou simplesmente lhe dá um “branco”, e o verso “periga” não sair, e é, nesta hora, que se tem o verso pronto ou guardado. Este é como carta na manga, sendo usado de forma que nele já estejam contidos todos os elementos tradicionais e centrais do Natal.

Mestre Roque possui alguns recursos, dentre eles estão:

“Salve os pastores, salva os Reis.”

“Salve José e Maria.”

“Salve o Menino Jesus e a famosa estrela guia.”

Isto quer dizer que, em um só verso, estão contidos os quatro motivos, homenageando, de uma só vez, as figuras centrais e importantes do Natal.

Ele informa, ainda, que há cantadores que dizem “que cantam pelos botões da camisa” e, para ele, isto não diz nada. Nada tem nada a ver com o Natal, com

o espírito religioso e com a tradição propriamente dita. Há pessoas que veem essa prática como algo que se pode prolongar por duas horas a fio, o que, para ele, é totalmente inadequado, pois o Terno de Reis, por ser uma Toada, possuiu uma melodia cuja característica é a linearidade, que tende a ser monótona, e que o prolongamento é desnecessário, cansa quem assiste e não atende ao sentido que deu origem aos Ternos.

Portanto, a sua melodia já sugere que a duração não seja prolongada.

Certa ocasião, em uma gravação, um gaiteiro desmaiou após duas horas de execução do instrumento e a cantoria de voz fina ou “Tipe”, tal foi o esforço dispensado.

Mestre Roque costuma cantar meia hora ou 40 minutos, não abusa e segue a sequência dos versos principais e os improvisados, no meio. No momento dos improvisos, é que podem ser usados os “versos guardados”, no caso de falhar a inspiração.

Observam-se, ainda, cantadores que costumam cantar, por exemplo, dez versos somente para o pinheirinho, assim como a figura do Papai Noel. Ela é usada como tema e inspiração, que não representa o símbolo verdadeiro para ser usado nas letras dos Ternos, como observa o Mestre Roque. Isso não está certo diz ele. “Papai Noel não faz sentido nenhum com o nascimento de Cristo, assim como o pinheirinho sem presépio também não.” O presépio deve estar junto ao pinheirinho, ele informa:

“Atualmente, até ‘cachorro Noel’ se vê!”

Ele costuma fazer um verso para o dono da casa e um só, para o pinheirinho que não tem presépio. O Terno de Reis, conforme a tradição costuma entrar e cantar na igreja virado para as pessoas, depois, para o presépio, e igualmente o fará voltado para ele. Na despedida, canta-se virado novamente para o povo.

A tradição não pede que se cantem todos os dias na época do Natal, e Mestre Roque não canta sem ser convidado, segundo ele mesmo diz: “Vai que o dono da casa não esteja!”

O Terno de Reis, geralmente, acontece mediante um pedido, um convite, usualmente antes da despedida. Na pausa, é oferecido o que comer e beber, como: galinha assada, carne e uma janta e, para beber: chimarrão, suco ou refrigerante. Nada de bebidas alcoólicas, pois não é permitido, muito menos usual.

Por conta dessa condição, dizia-se que os Ternos tinham fama de baderneiros e de gente que costumava se “embebedar” e, por essa razão, nem sempre eram bem-vindos ou convidados.

Conta Mestre Roque que, há muito tempo atrás, havia um pároco, de Minas Gerais, que veio para Gravataí cuidar de uma paróquia. Naquela época, foi procurado pelo

Mestre, para que ele desse permissão para que o seu Terno tocasse na igreja naquele Natal. A princípio, o padre ficou indeciso, demonstrando certo receio em permitir a apresentação do Terno, dado à fama que possuía. Mas, como um voto de confiança, concordou que ele fosse realizado na sua igreja. Após a cerimônia, o padre, comovido, pediu uma cópia da gravação que uma senhora havia feito da apresentação e classificou o Terno do Mestre Roque como “Nota Dez em todos os sentidos.”

Este ano, quase o seu Terno não saiu, devido aos compromissos que os companheiros integrantes do grupo dele tiveram. Uns têm janta com a irmã, outros vão para a praia, e assim vai. Ele teve que dar uma chamada no pessoal, para que cumprissem esse compromisso que era de todos.

Durante todos estes anos, o Terno canta nas igrejas, de 24 de dezembro a 6 de janeiro. Na igreja de 92, ele sempre canta, porém, neste ano, não pôde, devido aos compromissos dos companheiros. Na igreja do pároco local, foi a mesma situação e, na igreja da “Caveira”, idem.

O Terno, embora não treine todo tempo, deve permanecer “aconjuntado”, termo usado pelo Mestre. Não se pode juntar, de uma hora para outra, qualquer um e sair cantando.

No dia 6 de janeiro, deste ano, foram todos: Zé do Campo, Zé Campeiro, Paulinho e, nesta ocasião, Mestre Roque manifestou necessidade de parar, e a reação dos seus colegas foi imediata e unânime, a de que ele não poderia fazer isto.

Os motivos, apresentados, se devem, principalmente, pela falta de participação contínua por parte dos integrantes do Terno. Mestre Roque diz estar sempre pronto para ensaiar e se apresentar, mas não pode tratar disto antes de saber da disponibilidade dos outros. Pensou em lagar tudo, justamente pela incerteza de não poder contar sempre com todos.

No dia 25, Natal de 2009, Roque foi cantar na missa do meio dia, em Gravataí. Na hora, faltou um cantor, e ele arrumou outro, emergencialmente. Foi o cantor chamado “Carretilha”, que canta em outro Terno. No final da apresentação, o padre gostou muito, pois só cantaram temas sobre o nascimento de Cristo.

Nesta ocasião, Mestre Roque, após tanto esforço e necessidade de buscar de última hora quem substituísse o que havia faltado, chegou para o pároco e declarou que: “O Terno de Reis é de todos, pertence a todos, é de vocês, cidadãos de Gravataí e paroquianos.” Portanto, sugere que haja por parte da comunidade mais divulgação e empenho em manter essa tradição.

Ainda, nesse mesmo final de ano, eles se apresentaram com outros dois Ternos de Reis na Igreja Matriz de Gravataí, ainda que não tenha havido estrutura,

como microfones para eles. A cantoria ficou voltada para o presépio, e a igreja toda ficou em silêncio e pôde se escutar tudo muito bem. Não há, portanto, a quebra da tradição durante a prática, que é de cantar voltado para o que faz sentido a ela, que é estar direcionado para o presépio.

Atualmente, existem três Ternos de Reis que poderiam ser considerados ativos: O Terno de “Carreteiro”, chamado de “Estrela Guia”, no qual cantam quatro irmãos que aprenderam com Mestre Roque; o Terno de João Paixão e o Terno de Mestre Roque, chamado de “Mensageiros do Oriente.”

O Terno “Mensageiros do Oriente”, no momento, está assim formado: Jorge Rosa, como o primeiro Mestre; João Roque Cardoso, como contramestre; Enio Rosa, como ajudante de Mestre, ainda, Zé do Campo e Afonso José dos Santos. No passado, era formado por: Jorge Rosa, Enio Rosa, João Roque Cardoso Pedro Silveira e Adão. Estes dois últimos eram também duplas de cantadores chamados de “Silveira e Silveirinha.”

Mestre Roque começou a cantar no Terno ainda criança, porém já fazia isto com o irmão na dupla sertaneja .

Mestre Roque cantou com muita gente, e fez duplas. Hoje, contudo, ele afirma ser muito difícil combinar e mantê-las. As pessoas têm muitas atividades, e fica difícil comprometerem-se.

MOTIVAÇÃO PARA OS TERNOS DE REIS E AS DUPLAS SERTANEJAS

Para o Mestre, os motivos que impulsionam e motivam a vontade de cantar e de participar dessas práticas é simples. Diz ele: “Vai muito de uma tradição antiga de se espelhar em alguém, de gostar daquilo de que se está fazendo. Se não gostar não serve! É trabalhoso, ao invés de estar junto com a família no Natal, de estar com os filhos, se está cantando. Todo o Natal se está cantando”.

Da mesma forma, lhe parece ser a motivação para cantar e formar duplas sertanejas, o fato de se espelharem em alguém que admiravam. O Mestre admirava a dupla “Tião Parreiro e Pardinho”; já falecidos. Eles foram grandes cantores sertanejos. Ele possui todos os discos antigos deles, sendo estes a sua inspiração – a vontade de ser como eles.

Atualmente, Mestre Roque possuiu um programa de rádio na FM 101.7, onde canta modas diversas e composições feitas por ele mesmo, tais como: Saudade, Caboclo Brasileiro e outras tantas. Seu estilo, porém, mantém-se no sertanejo de raiz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E A ATUALIDADE

É muito difícil dar continuidade a essa prática tradicional que parece localizar-se nas raízes culturais dessa região, conforme afirmam os antigos e atuais praticantes.

A continuidade que se está falando diz respeito à forma de sentir e de se expressar, através da música e da representação cênica, a comemoração festiva de caráter religioso, que é o Natal.

Parece estar revelada uma necessidade de expressar-se coletivamente, por meio da melodia e da palavra, o viver do homem em sociedade, as suas crenças, as suas necessidades e os seus interesses.

Esse interesse, como grupo social, parece permanecer, enquanto tiver o mesmo sentido para as pessoas que integram esta comunidade ou grupo, como um elo, que liga pessoas e grupos, necessidades que satisfaçam a coletividade. Caso contrário, os interesses e as motivações parecem tender a fragmentar-se, dividir-se na inexistência de uma identidade ou de um interesse comum.

As dificuldades parecem localizar-se na alteração do interesse motivacional das gerações mais novas para com essas tradicionais e antigas formas de expressão. A continuidade, até então mantida pela transmissão do pai ao filho, do tio ao sobrinho, do vizinho, enfim uma passagem quase que, de praxe, de posto dentro de uma comunidade, entre membros conhecidos e admirados pelas gerações mais novas, parece ter sofrido uma alteração e quebra.

A atual realidade é a de que os jovens não se interessam pela prática dos Ternos de Reis, já que um único jovem está começando a aprender e se interessar pelo Terno *Mensageiros do Oriente*.

Paulinho, filho de um integrante, já está tocando bem aos 10 anos. Parece haver um grande espaço de tempo entre esses antigos cantadores e os músicos nas gerações que os sucederam. Ou seja, somente agora um menino de 10 anos inicia-se na prática e, durante este espaço todo de tempo, não apareceram outros jovens que já deveriam estar participando do evento e em idades intermediárias, bem mais do que uma criança de dez anos.

Para Mestre Roque, os Ternos irão acabar, e ninguém mais vai querer tocar, diferentemente das duplas sertanejas que já aparecem com número razoável de adeptos. Os Ternos, portanto, serão “coisa de ficar na memória”, ou seja, na história apenas.

Nos lugares em que eles se apresentam com o Terno, como escolas, por exemplo, o Mestre já falou para os mil alunos e agradeceu por eles estarem tão

quietinhos. Afirmou que eles iriam ficar com o Terno de Reis, apenas na lembrança. Explicou aos alunos que um dia o Terno vai acabar, por parecer que, no grupo, há os derradeiros praticantes e interessados.

Entretanto, em relação às duplas sertanejas, a “gurizada” se interessa por este tipo de música, e o clube dos violeiros recebe bastante jovens músicos.

Antigamente,³ faziam-se encontros de Ternos, e apareciam mais de treze grupos. Certa ocasião, Mestre Roque chegou a realizar três encontros de Ternos, com grupos de Osório, São Leopoldo, Canoas, Viamão, etc.

Todos os anos havia encontros em Novo Hamburgo. Há quatro anos, reuniam-se até 16 Ternos de Reis. No ano de 2009, nem houve encontro, porque não havia grupos suficientes, até mesmo em Santo Antônio da Patrulha, município muito tradicional nessa prática. Lá já não tem mais os Ternos de Reis, como até um tempo atrás.

Quanto aos Ternos de Reis femininos, registra-se apenas um em Caraá. Atualmente, em Gravataí, existem apenas três grupos masculinos, já citados. A realidade dos Ternos de Reis, conforme os atuais praticantes, é lamentável. Estão ficando cada vez menores o interesse e o número de pessoas que se envolvem e participam deles em diferentes lugares. Isto se percebe, facilmente, não somente na região onde vivem, como também há notícias de outros lugares em que, até bem pouco tempo, havia uns grupos, encontros e até mesmo concursos.

A ausência desses interesses e o esvaziamento de pessoas evidenciam uma situação de mudança temporal na prática e, quem sabe, na tradição. Os jovens demonstram maior interesse pela música sertaneja e sua forma de interpretar, devido aos atuais acessos proporcionados pela tecnologia moderna que oferecem um leque imenso de oportunidades e de formas de interação e comunicação.

A expectativa de novas e grandes mudanças de comportamento, assim como de formas de ver o mundo diante da realidade social, ocorre mediante influência e interferência da tecnologia atual, sendo este, possivelmente, o grande desafio para a sobrevivência das tradicionais práticas.

Diz-se que, quando um grupo social adota para si um determinado comportamento ou prática, é porque este “fazer” satisfaz uma determinada necessidade coletiva. Diz-se também que esta repetição de comportamento faz surgir a *tradição*. Em outras palavras, a prática ou a ação social é *tradicional* daquele grupo, região ou época.

3 Conforme registro de Lilian Argentina, folclorista pesquisadora, até a década de noventa, encontravam-se Ternos em Tapes, Camaquã, Taquari, Gravataí, Viamão, Osório, Santo Antonio da Patrulha, Palmares do Sul, Mostardas, Torres, Itapoã, Triunfo, General Câmara, São Sebastião do Caí, Rio Pardo, Encruzilhada do Sul. Cantam-se os Reis geralmente nas regiões luso-brasileiras.

A tradição ou a prática social tradicional tende a ser algo que a sociedade ou grupo aceitou e adotou para si, porque o seu uso atende a uma necessidade. Ao incorporar essa ação como uma prática usual e coletiva, ela torna-se uma forma de ser e agir, que tende a identificar o grupo ou a comunidade.

É *tradicional* porque faz parte do agir do grupo.

O que é *tradicional* identifica um grupo, pois a sua ação tem *sentido* para ele. Porém, como manter uma tradição, quando a sua prática não tem sentido para determinado grupo?

Assim como a tecnologia moderna interfere e influencia diretamente os gostos, as escolhas, os costumes, os grupos, enfim toda uma série de áreas do comportamento humano, quem sabe a intervenção dos meios de comunicação, através das iniciativas governamentais, poderiam auxiliar a manter vivo, de alguma forma, o vínculo entre o que faz *sentido* e atende às necessidades de grupos jovens e o que fez determinado sentido e tem a tradição de outras épocas.

Fica o apelo do Mestre Roque, no sentido de ser auxiliado na divulgação do Terno de Reis, para estimular novos adeptos e fazer com que a tradição não morra. Pode ser uma forma de estabelecer novas ligações para essa prática social, que não tem porque ficar somente na memória.

Não se costuma apreciar aquilo que não se sabe fazer ou não se conhece. Quem sabe a possibilidade de conhecer o que é e como se pode fazer, por meio de divulgação da educação, seria um canal para uma ressignificação do Terno de Reis.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA, Lilian Braga Marques et al. *Rio Grande do Sul: aspectos do folclore*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1995.

CÔRTEZ, Paixão. *Folclore gaúcho: festas, bailes, música e religiosidade rural*. Porto Alegre: CORAG, 1987.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EDUSP, 1974.

PELLEGRINI, Américo Filho. *Antologia do folclore brasileiro*. São Paulo: EDART, 1982.

VEGA, Carlos. *La ciencia del folklore*. Buenos Aires: Editorial Nova, 1959.

A SERESTA EM GRAVATAÍ

Marilza Pacheco Ramos

Professora. Gravataí/RS

Gravataí hoje está longe de ser a cidade pequena, onde todos se conheciam, em que os jovens passeavam pelas praças da cidade, esperavam as moças na saída do Dom Feliciano, na praça de cima, ou na saída da Escola Nossa Senhora dos Anjos. O município cresceu e vive outro contexto, necessário para o desenvolvimento, o que é natural e positivo para o povo que aqui vive. Da antiga “Aldeia dos Anjos”, restam as histórias dos que viveram aqui tempos de muita alegria. E alguns, que ainda vivem, contam, com muita saudade, dos momentos que marcaram suas vidas. Como não podia deixar de ser, a música fez parte da vida dessas pessoas. Famílias tradicionais na cidade, como os Linck, os Fonseca, os Dutra, os Ramos, os Taffas, os Pereira, e outros que foram chegando, e também se encantaram com a música, começaram a fazer parte dos momentos de alegria que as serenatas proporcionavam.

Vamos relembrar dos tempos em que os jovens se reuniam nas praças e formavam seus grupos. Alguns gostavam de futebol; lá estava o Paladino, o Alvi-Rubro e o Cerâmica. Outros jovens, românticos por natureza, gostavam de violão e se encantavam com o luar. Saindo das praças da cidade, se reuniam no Bar Cabana dos Anjos e, ali, encontravam a tranquilidade para tocar e cantar. E, claro, muitas pessoas, em especial as moças, eram atraídas pelas belas canções.

E, como não podia deixar de ser, depois de reunidos, saíam pela cidade, nas madrugadas de luar, a cantar nas janelas das moças da Aldeia as tradicionais e inesquecíveis serenatas.

Inspirado por seu pai Antonio Vieira Ramos, que já era admirador da boa música e tocava um violão como ninguém, Antonio Zilmar Ramos – Maninho, tornou-se um apaixonado pela música, chegou a fazer aulas de violão com um grande amigo, seu Osvaldo Jardim, que claro lhe deu muitas dicas, mas também lhe disse: - Você não precisa de professor de violão, você toca de “ouvido” e a música está no sangue.



A partir daí, Maninho não parou mais. E, desde então, a música passou a fazer parte de sua vida.

Maninho sempre revelou a seus amigos e familiares que seu sonho era ver a história da seresta, dos seresteiros nascidos na Aldeia, reconhecidos culturalmente; que jamais as pessoas deixassem de demonstrar seus sentimentos. Para ele, cantar era mais que soltar a voz, era revelar que somente os seresteiros sabem como a vida é, e somente os seresteiros sabem vivê-la do modo que lhe convier.

Este sonho se concretizou através do Projeto “Seresta no Casarão”, promovido pela Prefeitura Municipal de Gravataí – Fundação de Arte e Cultura – FUNDARC e tendo continuidade agora com o Projeto Raízes.

Com 15 anos, Maninho começou a tocar cavaquinho e, um ano depois, se apresentava no Centro de Tradições Gaúchas Aldeia dos Anjos. Também participava de um programa dominical apresentado pelo Capitão Paulo Ferreira. O pessoal da rádio-teatro vinha de Porto Alegre como Ivan Castro, Valdir Ferreira, Adroaldo Guerra; eles eram a atração na cidade.

Naquela época, uniam a turma da seresta e saíam nas madrugadas para fazer serenatas. No domingo, pela manhã, na saída da missa já sabiam o resultado, se tinham agradado ou não.



Algum tempo depois, foi criado o Conjunto Caiçara: Geraldo Rosa, no acordeon; Maninho, na bateria; Osvaldo Jardim, no violão; Pedro Paulo, ritmista; além de Ar-

mando Daí Prá e Arlindo Daí Prá. O conjunto se apresentava em clubes de Santo Antônio da Patrulha, Tramandaí, Osório e chegou a assinar um contrato de exclusividade em Viamão no Clube dos Casais. Eram momentos



emocionantes e inesquecíveis conforme contam os que participaram naquela época.



Maninho sempre acreditou na música. Ele continuou investindo, pois a seresta era sua vida. Reuniam-se no bar, Cabana dos Anjos, no Clube Alvi-Rubro, no Quiosque do Jorginho, no Restaurante Vila Velha e alegravam a todos que por ali passavam e admiravam a música.

Eram presenças garantidas: Maninho, Cláudio Elias (Jabileca), Chico Taffas, Miguel Linck, Geraldo Rosa, Getúlio, Antonio Neri Teixeira, Zé do Quinho, Oscarzinho, Pedro Paulo, Chico Pereira, Juarez Pacheco, Paulo Müller, Breno Cláudio, Mário Barbeiro, Tarzan, Carlos César, Seu Osvaldo – um grande no violão, Itiberê, Osmar Ramos, Ivar, entre outros.





Não se pode deixar de destacar a participação de seu Antoninho Fonseca, um grande admirador da música, que com muita alegria recebia as serenatas em sua janela. Ele abria as portas de sua casa durante as madrugadas para ouvir as mais belas canções e desta forma incentivava os amigos seresteiros.

Outras famílias que recebiam com entusiasmo os seresteiros eram os amigos: Alfeu Fonseca e Dona Lídia, Ivan Brambilla e Haidêe, João Pacheco e Dona Zilda, Eli Corrêa e Dona Gladis, Mitre Taffas e Dona Nilta, Dorival Oliveira e esposa, Abílio Alves do Santos, Juarez Pacheco e tia Maria, Antonio Coruja Netto e Juracema, Niquinho e Neusa Linck.

Um relato que não pode ser esquecido é o de um fato ocorrido entre os anos 1970 e 1980 que ficou para sempre guardado em minha memória. Nossa casa foi arrombada e alguns objetos foram furtados. Meu pai ao entrar em casa foi direto ao seu quarto e observou que seu violão, amigo de todas as horas, não estava no lugar de sempre. E ele nos disse com a voz triste: “Levaram meu violão!”

Nunca vou me esquecer desta frase, da tristeza que se abateu sobre ele, foi como se tivessem arrancado um pedaço de meu pai.

O tempo passou e claro que meu pai não podia deixar de cantar, mas o seu companheiro velho de guerra não estava mais ali. O que fazer? Tinha uma só alternativa para as noites de serenatas: pedir emprestado um violão. Foi aí que meu pai lembrou que seu amigo, Dorival Oliveira, tinha um violão que ele não usava. Ele então começou a usar o violão do seu Dorival e, claro, não tinha hora para bater em sua casa para pedir emprestado. Até que um dia seu Dorival lhe disse: “Maninho leva esse violão, e não me incomoda mais! É teu, é um presente meu.” E dessa história, Maninho fez esta música:

O VIOLÃO

Maninho e Ivar

*Sou cantor de seresta
Toda noite é uma festa
Com luar e com canção
Mas eu estou triste agora
Pois alguém levou embora
O meu amigo... violão.
Era um pinbo rachado
Qual meu coração marcado
Por mil venturas de amor
Mas era o meu companheiro
Meu amigo verdadeiro
Me consolava na dor:
Onde andas meu amigo
Pois não mereço o castigo
De não mais te encontrar
Se não o trouxerem de volta
De tristeza e de revolta
Eu deixarei de cantar.*



ALGUNS DEPOIMENTOS



Zilda Pacheco

“Serenata é um concerto musical feito à noite, ao ar livre e nas casas é surpresa. Seresta é a palavra utilizada, atualmente, mas com a mesma finalidade. Hoje, a maioria dos jovens nunca ouviu uma serenata. Eu vinha para Gravataí, pousar na casa da minha tia, e a minha prima já me convidava porque sabia que ia acontecer alguma coisa.

O João Dutra Filho queria muito namorar a minha prima, e então ele vinha com o Pedro Selister e cantavam as serenatas. O meu tio não gostava muito, mas também não corria com eles.

Depois, mais tarde, eu casei e na nossa casa as minhas filhas também traziam as amigas para pousar, porque sabiam que as serenatas também chegavam lá. Pousavam na nossa casa: a Virene e Vera Vargas, a Ilza Pacheco, a Maria Olivia, a Jurema Pacheco e a Marlene Rocha.

Nas serenatas da década de 1930 tinha o Zilmar Ramos, tio do Maninho, o Ambrosino Maciel e outros. Já no tempo das minhas filhas, o Maninho é que se encarregava de trazer as serenatas até as nossas janelas.” (Depoimento de Zilda Pacheco).

“Eu conheci o Maninho através da minha tia Odete. Foi uma história muito curiosa. Ela era esposa do Zé do Pinho, um dos maiores seresteiros que Gravataí já conheceu. Tia Odete tinha muito bom gosto musical, era grande admiradora da seresta e sabia que eu gostava de cantar, desde pequeno acompanhado do tio Zezé.



Certo dia ela me disse: - ‘Olha Paulo, tu tens que conhecer o Maninho. O Maninho é capaz de te acompanhar no violão.’ Ela tinha visto o Maninho tocar e cantar num aniversário. E eu fui conhecer o Maninho numa pescaria, lá na fazenda dos Quexé. Depois, num festival que houve no Dom Feliciano, o Maninho e o Itiberê me acompanharam no violão, quando cantei ‘Cascata de Lágrimas’ e, daquele dia em diante, o Maninho passou a ser o meu parceiro para fazer serenatas.

Tem uma história muito curiosa. Nós fomos fazer uma serenata num convento de freiras e eu perguntei: - ‘Mas nós vamos fazer serenata num convento de Freiras, professor Laporta?’ Ele respondeu: - ‘Não te preocupas, Paulo, que essas freiras são todas minhas amigas!’ Começamos, então, a serenata e as janelas do convento foram se abrindo, uma a uma. Foi um verdadeiro sucesso, uma coisa que eu jamais vou esquecer!

O Maninho foi uma pessoa que só trouxe alegrias. E eu tive a sorte de conviver com ele, de cantar com ele e, o mais importante, de ouvi-lo cantar com toda a emoção que lhe era peculiar.” (Depoimento de Paulo Müller).

“Incentivado pelo amigo Ivan Carlos Dias Brambilla, na segunda metade da década de 1970 e no início dos anos 80, nos dedicávamos às serenatas procurando transmitir nossos sentimentos de amor, carinho e respeito pelas escolhidas para as nossas serenatas.

Eram parceiros de serenatas: José Moacir Pereira, Admar Dias Filho, André Guimarães, entre outros. Sabíamos da receptividade que tinham as serenatas proporcionadas pelo Maninho, Chico Taffas, Itiberê e muitos outros.

Mas não posso deixar de dizer que havia uma peculiaridade em nosso grupo. Apenas o Ivan é que realmente cantava e sabia tocar algum instrumento, violão e gaita; os demais apenas iam na carona dele.

Para mim, este tempo marcou profundamente como sendo um dos bons momentos da minha vida.

As serenatas nas janelas era um movimento puro e autêntico que, embora com a evolução dos tempos, a mudança no pensamento das pessoas e toda essa tal de modernidade, não deveria nunca acabar.

O sentimento humano deve estar a cima de qualquer coisa!” (Depoimento de Júlio Cesar Wurlitzer).



“Seria uma grande injustiça fazer este texto e não citar muita gente que conheci com os quais fiz muitas serenatas e, inclusive, recebi vários na minha casa. Por isso mesmo não vou citar muitos companheiros para não cometer injustiça, pois deveria ter mais tempo para pensar em tudo e em todos da minha memória.

Mas os maiores eu devo citar que foram: o Maninho, o Chico Taffas, o Paulo Müller e o Itiberê Martins. Eles são do time dos autênticos. E seresteiro não precisa de explicação, pois a palavra já adjetiva a pessoa: aquele ou aqueles que levam alegria aos lares e corações, através das grandes letras e músicas, fazendo algo por puro amor a si e aos outros principalmente. Como era bom acordar na madrugada com o som dos violões e aquela tradicional homenagem, quando os músicos diziam porque estavam ali, distinguindo com a visita, cem por cento por amizade ao casal visitado ou a pessoa amada. E este amigo, ou amiga, por consequência, abria primeiro a janela como sinal de respeito e agradecimento e depois a porta para breve confraternização. É uma cultura muito interessante que graças a Deus vivi e fui participante da minha época, sempre muito linda em que tudo na vida era mais ingênuo e romântico. Uma amizade e um amor eram as coisas mais desejadas, e por isso, era importante confraternizar e celebrar. E melhor do que uma boa serenata não existia.” (Depoimento de Chico Pereira).

O SILÊNCIO DOS SERESTEIROS

Edílio Fonseca

Entre os amigos que tive,
Três foram admiráveis seresteiros.
Infelizmente nenhum dos três hoje vive,
Cantavam por prazer, que grandes companheiros!

Chico Taffas, o Gardel gravataiense, como cantava
Os tangos mais famosos de Le Pêra e Gardel.
E com o mesmo sentimento interpretava
As canções de Nelson Gonçalves, de quem era intérprete fiel.

Maninho cantando a valsa Lágrimas, até parecia
O próprio Orlando Silva, o cantor das multidões.
E, dedilhando seu violão com maestria,
Habilidosamente brincava com as primas e bordões.

Itiberê, com as mais variadas canções, nos brindava
Cantando as melodias mais belas e sentimentais;
Mesmo as mais antigas sua memória guardava
E no seu pinho executava maravilhosas peças musicais.

Chico, com “Mano a Mano” e “ Volta do Boêmio”;
Maninho, com a valsa “Lágrimas” e outras sonatas;
Itiberê, com “Chalana” e solando “Abismo de Rosas”;
Era um prêmio e uma satisfação, ouvi-los nas suas inesquecíveis serenatas.

Três grandes amigos, três grandes companheiros,
Deixaram uma saudade imensa em nossos corações;
Nossas madrugadas emudeceram sem os seus seresteiros,
Sem a melodia de suas vozes e os acordes de seus violões.



MINHAS ANDANÇAS

Cleber Augusto e Jorge Aragão

Eu não sei o que é que eu vou dizer
quando chegar, e o sol raiar
você brigar por me esperar, me censurar
desta vez coberta de razão
muitas vezes eu justifiquei porque tardei
por onde andei porque passei e o que nem sei.
Era fácil você me entender
sempre tardei pra chegar da boemia
hoje bem sei dos limites passei folia
Entre umas e outras, muitas conversas as soltas
e sempre uma saideira assim foi a noite inteira
hoje eu vou admitir que estou errado
no que passou vou me sentir culpado.
Aceite minhas desculpas, por essas noitadas malucas
tenhas um bom coração, só peço compreensão.

Esta música foi escolhida por Rodrigo Ramos Coruja (neto do Maninho) e Ivan Brambilla Neto para encerrar a apresentação no Teatro do SESC.

A música cantada por estes jovens surpreendeu a todos pela escolha, pela letra, por se tratar de jovens nascidos nos anos 1990 e que não viveram a época das serenatas. Assistiram apenas DVDs e, claro, sempre ouviram as histórias que eram contadas por seus familiares. Disso tudo fica uma certeza: quem gosta de música, da boa música, leva a sensibilidade consigo. Esta letra retrata com muita propriedade a vida de um boêmio, de um seresteiro, seja nos tempos do Cabana dos Anjos, do Quiosque, do Vila Velha, ou hoje nas garagens das mesmas famílias. Só que com outros personagens. Por isso é preciso afirmar que a música está no sangue, e não podemos de forma nenhuma deixar que os momentos felizes passem em branco pela história.

*Certas coisas aprisionam, até mesmo a liberdade...
Quando acaba um grande sonho, morre a felicidade,
Não há nada mais bonito que o caminho da verdade
Há que se cuidar do sonho, prá colher eternidades.*

Milonga Sincera – Jorge Trevisol



“Quando a música do seu coração começar a tocar, você deve ouvir agradecidamente, pois a harmonia é o que lhe traz felicidade e a melodia é a voz do seu verdadeiro espírito.”

OS BARBOSA: A ARTE E A CULTURA

Waldemar Maximilio Barbosa da Silva

Artista Plástico e Designer Gráfico. Gravataí/RS

A história de Gravataí reserva muita coisa desconhecida, esquecida ou escondida da maioria das pessoas. Dou início a este relato, reportando-me ao ano de 1930, quando meu avô materno, Maximilio Alves Barbosa, nascido em dezembro de 1889 e a minha avó Abrelina vieram com toda a família morar na “vila”, como era chamado o centro naqueles tempos. Os Barbosa vieram lá do Passo Grande para uma chácara que foi escolhida por meu avô e seu grande amigo Pompílio Gomes. Minha mãe Doralice, meus tios Pedro e Avelino (hoje com 95 anos, foi um dos operários na construção da RS 030 na década de 1930, na empresa Danhe Conceição & Cia, que depois estatizada se transformou no DAER) e minhas tias Júlia, Alice, Natalícia e Delfina (a primeira negra professora municipal de Gravataí, durante 13 anos e depois lecionou mais 17 anos na rede estadual), cresceram nas terras onde ainda hoje mora a maior parte da família.

A fé católica entre minha mãe e minhas tias se manifestava através da sua participação no Apostolado da Oração. Os desmembramentos das vidas envolvidas nesta história, durante e depois da passagem do meu avô pelo planeta terra, tem uma nova guinada lá pelo início da década de 1950. A jovem professora Dora, começou a dar aulas no interior de Gravataí, em Vira Machado e Mato Fino, adiante de Morungava, e devido à dificuldade de acesso, meu avô conseguiu que ela fique ficasse morando com uma família amiga, na casa do Sr. Bertholdo Moeller, cujo filho Rubi Moeller era um dos seus alunos. O fato de minha mãe vir para casa somente nos fins de semana, fez com que ela passasse a dar aulas de reforço a alunos mais velhos que os da sua turma regular, em turno inverso. Um destes alunos “extras”, Waldemar Romano da Silva, acabou por despertar sentimentos na professorinha além das letras e números e anos depois eles casaram e foram morar em Porto Alegre.

Vem o ano do Rock and Roll de 1957 e ao som de Bill Halley e seus Cometas muita coisa começou a mudar na vida da professora Dora e de Waldemar, agora



já motorista, com a chegada do seu primogênito, Waldemar como o pai e Maximílio como o avô. Mais dois anos, nasceu a irmã com nome precioso de Rubí Nazareth e mais tarde o caçula João Nazareno (depois Neno Baz), homenageando o avô paterno.

Memórias dos primeiros sete anos em Porto Alegre, as grandes máquinas que passavam em frente à minha casa para nivelar o solo e criar bairros nos altos da Baltazar de Oliveira, as missas na Igreja São José, comprar peixe aos sábados com meu pai no Mercado Público e as vindas para Cachoeirinha com a mãe e alfabetizadora, que lecionava no Colégio Antonio Carlos Wilkens, o verde. Não rodei, mas fiz o 1º ano duas vezes até completar sete anos. Ufa!

1964, O GOLPE...

Este ano coincidiu com nossa mudança para Gravataí, dividindo a chácara com o restante da família, pois o seu Maximílio sofrera um derrame e era interessante estarem todos juntos. Continuei estudando em Cachoeirinha, e lembro vagamente de um acidente com um Jeep da Prefeitura, que aconteceu na parada 72, bem em frente ao abrigo e no qual eu pegaria uma carona até em casa, como fiz algumas vezes, por ir com minha mãe a Porto Alegre naquela tarde. No ano seguinte finalmente o 2º ano primário, e agora em Gravataí, fui estudar no Grupo Escolar Barbosa Rodrigues. Recordo os nomes das professoras, da maioria dos colegas, muitos amigos até hoje, ainda que alguns acontecimentos tenham tentado evitar. Uma das mais tristes passagens foi chegar à porta de um clube social da cidade, numa tarde de Carnaval e ser barrado na porta sob a alegação de que negro só entrava ali para trabalhar (tipo Os Catuta Boys). Sinceramente, não sei qual foi minha reação naquele momento, devo ter bloqueado por muito tempo, mas

certamente doeu e marcou para sempre. Estranha esta cidade, minha família era daqui, tinha os Fonseca, os Gomes, os Dutra, os Canellas, e todos eram amigos, mas não podiam frequentar os mesmos locais.

Diz o ditado “há males que vem para o bem”, e encontrei desta forma outro lugar, onde brinquei e brinco meus carnavais até hoje, a Associação Cultural e Beneficente Seis de Maio. Amigos negros, brancos, mouros, sararás, etc. como queiram rotular o ser humano, um lugar onde todos têm o direito ao divertimento e ao convívio social sem preconceitos desde 1956 e onde fui Diretor do Departamento Cultural de 1987 a 1989 e atualmente estou Vice-Presidente. Felizmente muita coisa mudou e aquele clube que me barrou passou a admitir a presença dos não brancos em suas atividades, aceitando até associados negros, parece evolução, mas é algo que deve ser lembrado constantemente, sem revanchismo, mas de forma a não deixar estes fatos esquecidos ou guardados nos nossos sótãos cerebrais.

O DESPERTAR PARA AS ARTES

Falando em artes, costume dizer que desenho e pinto desde antes de aprender a falar, mas a lembrança mais forte é de quando pegava emprestados os jornais com minha prima para copiar os pôsteres que vinham encartados, e assim poder decorar meu quarto. Um pouco antes, um pouco depois, eu desenhava carros e motos a partir de fotos das revistas que meu pai trazia das viagens de caminhão e ônibus pelo Brasil. Seleções, Cruzeiro e também jornais do Rio e São Paulo eram fontes inesgotáveis de modelos para minhas primeiras obras, que me lembro de assinar como Waldemar, o artista WMax surgiu lá pelos 10, 11 anos, quando ficava incomodado ao ser chamado de Maximiliano e não Maximilio como realmente é o nome.

É desta época também outra triste recordação, o pai do meu pai, João Justino da Silva, um gaitero que tinha uma pedreira no Mato Fino, ficou muito doente e veio morar na minha casa, pois ficava mais perto para o tratamento, ficando mais precisamente no meu quarto. Não sei exatamente qual a doença, mas como ele ficou bastante tempo ali convivendo conosco, lembro de um álbum de figurinhas que colecionei “Balas Futebol” o qual ele me ajudava a completar e eu fazia testes de leitura com ele, pedindo pra que ele lesse os nomes dos jogadores antes de colar nos devidos lugares. Porém a doença agravou-se e o vovô Tino mudou para outro plano.

Bem, a vida segue adiante, mas além do sentimento com a morte dele o que me deixou chateado é que minha mãe queimou todos os pôsteres e desenhos que eu tinha, por conta de uma possível contaminação.

O tempo vai passando e no verão de 1969/1970, eu viajei de ônibus com meu pai até o Rio de Janeiro; nesta época ele era motorista da Penha. Incrível poder ir sentado lá na frente, pois troquei de banco com o segundo motorista, e assim poder ver as paisagens se desdobrando diante dos meus olhos. As estradas, as matas, Copacabana, tudo era motivo para desenhar e são flashes que trago até hoje com todas as cores, cheiros e sabores. Foram dias maravilhosos, e estas viagens se repetiram em outros momentos também de caminhão, e mais tarde quando eu mesmo, dirigindo percorri muitos quilômetros em viagens a trabalho ou passeio.

A entrada no Ginásio Josefina Becker foi interessante pelos novos e gratificantes encontros, mas também por algumas separações que causou. O primário no Barbosa Rodrigues não deixava tão claro as diferenças sociais, já que o ensino, as condições culturais até com atendimento médico e odontológico eram de primeiro nível, mesmo sendo um colégio estadual.

A divisão entre as classes apareceu quando parte dos colegas foi para o Dom Feliciano ou para o GENSA, as grandes escolas particulares, e naturalmente os que não podiam pagá-las continuaram na opção estadual. Localização ótima, bem na praça, onde hoje é o Colégio Nicolau Chiavaro Neto, com muita guria bonita, claro que era hora de se ter olhos para outras coisas que não só cadernos, livros e os *slides* das aulas de Geografia, do professor Joaquim.

As aulas de Educação Artística, onde se tinha contato com artes plásticas, música erudita e popular e muito mais sobre cultura em geral, um desses dias a professora perguntou quem gostaria de cuidar (ser Mediador) de uma exposição itinerante que viria para a cidade, em turno inverso ao da aula; naturalmente eu fui um dos candidatos. Foram vários dias admirando, explicando, falando e principalmente conhecendo obras que até então só tinha visto em livros. A Mostra *Didacta*, trazia réplicas perfeitas em escala 1:1 de obras de Salvador Dalí, Picasso, Monet, Mondrian, Modigliani, Miró e tantos outros ícones das Artes e foi tão importante que me proporcionou saber o que eu queria para minha vida. Ao final da exposição foi solicitado pela professora um trabalho, resumindo o que fora para os Mediadores, vivenciarem aquelas obras de Arte no Salão de Festas da SOGRA – Sociedade Orquídeófila de Gravataí. Logicamente, eu me dediquei e entreguei um trabalho totalmente ilustrado com desenhos próprios que eu tinha feito durante este período de encantamento e, modestamente, a nota foi alta e a professora

pediu para ficar com o meu resumo, claro que não me lembrei de fazer uma cópia, mas eu me lembro claramente de cada página e obra, e isto me basta. Outro momento artístico e cultural que marcou a época do ginásio foi nas antigas aulas de Educação Moral e Cívica, o professor Alexius comentou que era Maestro da Banda Marcial Dom Feliciano e havia possibilidade de serem admitidos alunos do Josefina Becker, já que as escolas dividiam o mesmo prédio. Lá fui eu outra vez, o colega e amigo Ilton, que depois se tornou Pandollo, minha irmã, meu irmão, meu primo Cezar, que muitos acham até hoje que somos irmãos. É que estávamos sempre juntos, e minha prima Vera Helena, mais uma professora da família, todos fomos aceitos e nos apresentamos por vários anos junto àquela que chegou a ser campeã entre as melhores, disputando inclusive com a Juliana e a do Colégio São João. A banda foi certamente outro espaço de muitos amigos, a inesquecível Irmã Cleci, as excursões, os lanches servidos nos desfiles e inaugurações a que éramos convidados, era pura festa.

Muitos de nós voltamos a nos encontrar e reviver aqueles momentos em 1995 quando do aniversário de 80 anos do Colégio Dom Feliciano, e formamos a Banda dos Ex-integrantes para apresentações naquele final de ano, sob a batuta do Mor Edir Oliveira e o sempre Maestro professor Alexius. Não custa falar que além das Artes tentei jogar futebol de salão. Criamos o CEM – Clube Esportivo Metrópole e os jogos quase sempre nas quadras de cimento do Seminário São José ou do próprio Josefina Becker, eram contra o Guarani, o Santos e mais alguns que não sei por que não lembro os nomes. Mas o futebol não era mesmo a minha praia, fui um péssimo goleiro.

Fatos da infância e adolescência que também não esqueço são as pescarias na velha ponte de madeira que vai em direção a Viamão e as tardes de banho e folia na Prainha do Passo das Canoas. Também devem ser lembrados os mergulhos em meio às plantações de capim Santa Fé, que existiam próximo as olarias. Na época de enchentes, a água invadia o lugar e ficava totalmente transparente, então fazíamos a reciclagem de óculos de segurança usados na Madequímica, de forma a poder mergulhar com os olhos abertos. Éramos todos aquanautas do Jacques Cousteau.

Já trabalhando, optei por fazer o segundo grau Administração de Empresas no GENSA e lá sob os olhares fiscalizadores do professor Ivan comecei a namorar a Marilene, colega de aula. Alguns anos depois casamos e ganhei de presente nesta relação uma bruxinha linda e bailarina, Sabrina Mara (27) que me fez um pouco mais velho, me transformando em avô da Sofia (5) e da Astrid (1). Passou o tempo

e eu fazia Design Industrial na ULBRA Canoas, quando resolvi alçar novos vôos, descasei, encontrei outra pessoa também colega de aula, a Irve e mais tarde veio uma bruxinha cantora, Samanta (13).

A propósito de trabalho, encontrei minha vocação para o Desenho Mecânico na Wotan, empresa que considero como uma escola formadora de bons profissionais e cidadãos. A empresa inaugurou em abril de 1977 e eu fui admitido em junho deste mesmo ano como Auxiliar de Almojarifado.

Comecei na Wotan em 6 de junho, no dia 7 de junho completei vinte anos, e em 23 de julho aconteceu o terceiro e fulminante infarto em meu pai. Nossa amizade e parceria ficaram na saudade.

A vida profissional nesta indústria de máquinas operatrizes teve sempre grandes momentos. Graças a minha curiosidade e sede de aprender, em menos de três meses fui transferido para o setor de cópias, que era ligado à Engenharia. Neste setor, sempre perguntando muito sobre normas técnicas, vistas, escalas e tudo mais que aparecia pela frente, fui convidado a catalogar as peças que vinham da Alemanha e passar as informações para o CPD, era a informática “pintando” na minha vida. O responsável pela área só falava alemão e eu arranhava inglês, dá para imaginar a comunicação. Lá pelas tantas o Gernemann trouxe um dicionário alemão/português que eu copiei e facilitou muito a nossa interação.

Chegou o ano de 1979 e passei a trabalhar diretamente na Engenharia, inicialmente fazendo alterações de desenho, no tempo da Gillette raspando os traços de caneta nanquim sobre o papel vegetal, eu fazia também tradução dos desenhos e documentos técnicos do alemão para o português, com ajuda do dicionário e de alguns colegas brasileiros, alemães e espanhóis, Rodolfo, Siegart, Fumeo, Persh, Gaebler, Arand, Hernani, e muitos mais que vieram para a instalação da empresa, ou também começavam comigo e são amigos até hoje. Desta forma o estudo do idioma se fazia urgente e o fui para o Instituto Goethe, onde estudei durante quatro anos o básico e a difícilíssima gramática, subvencionado pela empresa. Aprender a ler e falar este idioma foi e é tão importante na minha vida, que em 2009 quando fui para a Europa em função da seleção no II Salão de Artes Plásticas de São João da Madeira, eu pude utilizar em Frankfurt na Alemanha, onde fiz a imigração e passei dois dias, e lá em Portugal, já que fiquei hospedado na Pousada da Juventude (sic), da cidade do Porto, um local que se pode considerar uma Torre de Babel. Na Pousada eu pude sentir que as pessoas se procuram e se ajudam naturalmente independente da raça, cor ou procedência, e fiz amigos com quem troco e-mails até hoje.

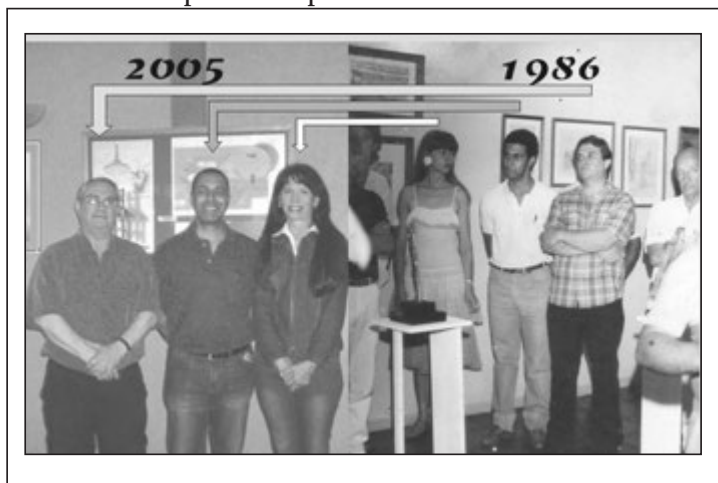
AUTOMOBILISMO...



O ano de 1987 traz à tona outra face da minha vida geminiana, finalmente tenho condição para fazer um curso de pilotagem. Automobilismo, velocidade, risco, bom, desenhar é viver com riscos, então tudo a ver.

O Autódromo Internacional de Guaporé recebeu um grupo de onze sonhadores, que cheio de ótimas intenções tiveram durante quatro dias e noites aulas teóricas e práticas com Toninho de Souza e mais três pilotos contratados da Escola Interlagos, de São Paulo, para obtenção da licença de Piloto da CBA (Confederação Brasileira de Automobilismo). Findo o curso, as noções de segurança e psicologia aprendidas já foram testadas no retorno a Porto Alegre. Um acidente na Rodovia Tabai-Canoas causou a morte de dois amigos envolvidos no curso, um piloto e um dos alunos e gravíssimos ferimentos no outro piloto instrutor. O envolvimento entre todos tinha sido tão intenso, que os esquemas de caronas feitos para ida e volta, fizeram com que praticamente todos passassem pelo local do acidente na mesma hora.

Tivemos que ajudar a PRF na identificação e remoção dos corpos por ser o dia primeiro de setembro, um domingo e tudo aconteceu num final de tarde muito movimentado.



O ano seguinte, 1988, marcou o início da categoria Speed 1600 que trouxe os fuscas de volta as pistas. Esta foi a minha escolha por ser a menos cara e pelo fato de ser apaixonado pelos Sedãs VW. Estreei com o 41 em 31 de julho na terceira etapa no Autódromo Internacional de Tarumã, quinto lugar em dez carros. Criada no Rio Grande do Sul por Gervásio Horácio, a Speed chegou a ter mais de trinta carros no *grid* e em 2001 incorporou o motor AP do Gol 1.6, para aumento da performance e modernização da chamada CATEGORIA MAIS SIMPÁTICA DO ESTADO, na prova inaugural eu fui o vencedor, minha primeira e única vitória.

Gravataí, com tradição nas competições desde o tempo das carreteiras sempre teve entusiastas em diferentes categorias: João, Betão e Rodrigo Machado, Rodivan Müller, Irineu Bohnenberger, Vianey Pereira, Ricardo Abreu, Sérgio Pereira, Antônio Carlos (Pimenta), Alessandro Rosa, Analino Choka Sirtuli, Urbano da Silva, sem esquecer os pilotos das pistas de terra. Automobilismo é um esporte caro e apesar dos apoios que obtive ao longo do tempo, tive que parar em 2004.

Perspectivas duvidosas abalam as relações entre os *Artistas Locais*. Esta frase resume as inquietações existentes no burburinho da cultura gravataiense, lá nos anos 80, e a necessidade maior era quebrar paradigmas e regras ultrapassadas.

A efervescência e a produção dos artistas de vários segmentos, fez com que em 24 de agosto de 1986 fosse criada a Associação dos Artistas Gravathay. Sinto-me feliz por ter participado ativamente daquele momento e após várias reuniões, debates, discussões e tudo o que se possa imaginar que aconteça entre o pessoal das Artes, quando quer se organizar. Isto mesmo, Gravataí com THAY, remetendo a um passado/presente e com representantes de muito talento, Vera Susana Freitas, na presidência, Maria Iara Schmidt, vice, Clarice Py Silveira na tesouraria e Ike Saltiel secretariando. Representando as Artes Plásticas, esta associação tinha gente do gabarito de J. A. Lessa, Carlos Athanazio, Sérgio Gonçalves, Jorge Prates, Eduardo Medeiros, Pistorello, Nelson A., Nadiege Martins, Ana La Casa, Namiê Yoshida, Zena Schramm, Adela Bálamo, Salada Richter, Darcila Osório Ribeiro e tantos mais citados na Revista Evidência núm. 06, ano II.

Anos mais tarde, com a criação da FUNDARC, Fundação Municipal de Arte e Cultura, há um esvaziamento da associação criada em 1986 e sua segmentação em grupos assim definidos: Plásticos, Cênicos, Músicos, Literatura. Mais adiante, em meados da década de 90, surgem no cenário cultural da cidade, Sandra Simões, Denize Domingos, Nardini, Sandro Cardoso, Hamilton Fialho, que dando continuidade àquela primeira experiência de trabalho de equipe, para o bem das manifestações artísticas em Gravataí retomam a forma associativa de trabalho.

Como não poderia deixar de ser, juntam-se a estes novos artistas, muitos daqueles que estavam incorporados desde a década anterior e que estão persistentemente atuando na área das Artes.

Novamente os artistas plásticos começam a se retirar do grupo partindo para a tentativa de difusão dos seus trabalhos de maneira individual, o que acontece ou não até 2007, quando outras pessoas sentem as mesmas necessidades de 21 anos antes, ou seja: eu crio, mas onde, de que maneira e quando posso expor minha produção?

Partindo-se do princípio que as Artes Visuais não são meramente hobby ou peças decorativas, mas acima de tudo o fazer artístico é criação, instigação e forma de expressão de sentimentos, torna-se primordial que em algum momento o artista possa levar seu trabalho até o público para que este possa interagir e desta maneira cultivar o senso crítico, pois as diferentes vertentes causam sensações que vão além do apenas receber algo pronto e já mastigado.

Primeiro semestre de 2007, e um grupo de artistas vê que tem como se ajudar para responder as questões acima e assim criam a AGIR, devidamente registrada e que tem a diretoria atualmente composta por Waldemar Max, na presidência, Sandra Simões vice, Lígia Araújo Diretora Financeira e Denise Pacheco Lopes Secretária, hoje minha companheira na vida além das Artes. Presentes na criação da AGIR os artistas: Márcia Nogueira, Faustino Alves Filho, Janaína Vargas e Glades Najah.

A AGIR – Associação dos Artistas Visuais do Vale do Gravataí, fundada em 02 de junho, é uma associação, com personalidade jurídica própria, para fins não econômicos, com caráter de utilidade pública, social, cultural. Em seu Estatuto, a AGIR tem entre os objetivos utilizar a Arte como instrumento de educação popular, na perspectiva da criatividade e sua expressão, na construção da cidadania; promover manifestações culturais e artísticas, garantindo a participação de seus membros e a valorização do indivíduo; auxiliar entidades culturais e educacionais através de convênios, parcerias e outras formas de assessoria; estreitar relacionamentos com entidades ligadas à preservação da Arte e da Cultura Popular; estabelecer parcerias no sentido de realizar assessoria técnica e de gestão com profissionais especializados; celebrar convênios, contratos e parcerias com entidades governamentais e não governamentais e entidades congêneres, para consecução de seus objetivos.

Particularmente continuo atuante e convicto de que tenho feito um bom trabalho na área das Artes, seja em Gravataí, na região metropolitana, no Brasil e até fora dele. Meu currículo é uma prova disto, e certamente tem como base a minha

família, desde o nascimento do seu Maximílio em 1889 e a educação que ele se preocupou em dar aos filhos, principalmente minha mãe, o que deixou em mim. Esta vontade constante e crescente de lutar pela Arte e pela Cultura. Que assim seja!

PORTFÓLIO

ARTE DIGITAL – APRESENTAÇÃO

É longa a caminhada da imagem que nos mostra um mundo em linguagens outras que a nossa língua materna. Esta imagem, ao longo dos tempos, foi tornando-se também numérica, abrindo uma nova relação ampliada com o mundo e com a própria geração dessa imagem. Esta visão de um mundo da arte em que processos híbridos e um ciberespaço se abrem com perspectivas para linguagens múltiplas e que tecnologia e arte já fazem parte de nossa cultura, nos permite olhar estas linguagens como arte de nossa contemporaneidade.

RÁPIDA DESCRIÇÃO DAS MINHAS CRIAÇÕES

Surrealismo, abstração e busca da tridimensionalidade, esta é a essência da minha arte. No meu trabalho tento levar cada um a descobrir suas loucuras e viagens, reais ou não, pois o que eu proponho é realmente surreal. Outro fato recorrente é a fuga da concentricidade. Procuro deixar que o cérebro do espectador busque equilibrar os elementos.

Desde o encontro com a informática, nos início dos anos 1990, a maioria dos meus trabalhos é feita utilizando diferentes softwares: Cad para modelar e renderizar os sólidos 3d, Terragen para gerar paisagens, Photoshop e Corel para finalizar.

As obras, virtuais e/ou digitais podem ser impressas em diversas dimensões e encaixam bem em todos os ambientes, totalmente de acordo com as tendências do mundo digitalizado; pois de acordo com o amigo artista Leandro Selister: “Artista quer vender sua arte, sim!”

FORMAÇÃO

- 1977** – Desenho Artístico e Publicitário – Escola Nacional de Desenho – POA
1987 – Técnicas de Desenho – Atelier Livre da Prefeitura – POA
1987 – História da Arte – Prof^a Blanca Brites – Atelier Livre da Prefeitura – POA
1988 – Acrílica – Prof^a. Vera Wildner – Atelier Livre da Prefeitura – POA
1989 – Pintura a óleo – Prof. Paulo Porcella – Atelier Livre da Prefeitura – POA
2008 – Introdução à Xilogravura – Prof^a. Anico Herskovits
2009 – Gestão Cultural – Prof. André Luciano Alves – Cesuca/Casa do Leite
2009 – Pedagogia da Arte – Prof^a. Eloá M. Costa – Cesuca/Casa do Leite

EXPOSIÇÕES INDIVIDUAIS

- 1990** – “Trajetória” – Gravataí
2004 – “Virtualidade Real” – Gravataí
2005 – “Além da Barreira do Óbvio” – Gravataí
2007 – “Transparências” – Gravataí
2007 – “Caminhos” – Casa dos Açores – Gravataí
2008 – “Caminhos” – TRT – Porto Alegre
2008 – “des CAMINHOS” – CESUCA/RS – Cachoeirinha
2008 – “Perspectivas Salientes” – SESC/RS – Gravataí

EXPOSIÇÕES COLETIVAS

- 1986** – Arte É Vidência – Gravataí
1986 – 1^a Coletiva da Associação dos Artistas Plásticos Gravathay
1987 – 2^a Coletiva da Associação dos Artistas Plásticos Gravathay
1988 – 3^a Coletiva da Associação dos Artistas Plásticos Gravathay
2002 – 2^a Mostra de Desenho Livre Profissional – SIDERGS – POA
2004 – 3^a Mostra de Desenho Livre Profissional – SIDERGS – POA
2006 – Exposição Internacional de Arte Postal – Reitoria UFPB – João Pessoa
2006 – 4^a Mostra de Desenho Livre Profissional – SIDERGS – POA
2007 – I Salão Internacional de Artes Plásticas – São João da Madeira – Portugal
2007 – “Os 10-Locados” Bienal B – Fundação ECARTA – POA

- 2007** – “I Convocatória de Arte” Atelier Plano B – POA
2008 – “Quart’ Arte” SESC – Gravataí
2009 – II Salão Internacional de Artes Plásticas – São João da Madeira – Portugal
2009 – Instalação Jogos da Memória – Objetos de Desejo – Memorial Casa do Leite – Cachoeirinha (seleção através do 3º Edital)
2009 – Ambiente: Reflexo de Degradação – Bienal B Usina do Gasômetro – Porto Alegre

PREMIAÇÕES

- 2003** – Logo e programação visual – VIII Festival Internacional de Folclore Gravataí
2004 – 2º lugar – Arte Digital – 3ª Mostra SIDERGS – Porto Alegre
2006 – I Concurso de Arte Visuais da FUNDARC – Gravataí
2006 – 1º lugar em Desenho Publicitário – SIDERGS – Porto Alegre
2006 – 1º lugar em Des. Publicitário – Troféu Mário Quintana Homenagem ao Centenário Poeta Mário Quintana – SIDERGS – Porto Alegre
2007 – Seleção e exposição no I Salão Internacional de Artes Plásticas de São João da Madeira – Portugal
2008 – 1º lugar Categoria Artista Trabalhador – SESI – Tramandaí
2008 – Seleção e exposição Salão SESI Descobrimos Talentos – Porto Alegre
2008 – Selecionado no 18º Salão Câmara Municipal – Porto Alegre
2009 – Seleção e exposição no II Salão Internacional de Artes Plásticas de São João da Madeira – Portugal

OUTRAS ATIVIDADES NA ÁREA

wmaxart@hotmail.com

www.artwanted.com/wmmdesigner

Presidente da Associação dos Artistas Visuais do Vale do Gravataí – AGIR

Presidente do Conselho Consultivo da FUNDARC – Gravataí

Vice-Presidente da Associação Cultural Beneficente Seis de Maio – Gravataí

Delegado da II Conferência Nacional de Cultura em Brasília – 2010

VILAS SANTA LUZIA E ORIÇÓ BERÇO DO CARNAVAL DA *ACADÊMICOS*

Rita Virginia Bitencourt

Presidente da Escola Acadêmicos. Gravataí/RS

Nos idos anos 1950, o carnaval de Gravataí se resumia apenas nos salões de entidades, como: Sociedade Paladino, Alvi Rubro (ambas no centro da cidade), onde não era permitida a entrada de negros; na época diziam pessoas de cor. Então restava o salão de D. Maria (esposa do Sr. Francisco) na vila Santa Luzia, próximo ao primeiro campo do Cerâmica, depois Campo do Santa Luzia, onde o Sr. Luiz, conhecido popularmente por “Caneta” e o Sr. Mateus do grupo *Os Veteranos* animavam os foliões.

As visitas em bares da cidade e em casas de pessoas conhecidas, como D. Mariazinha do cartório, esposa do Sr. Santos, dentre outros amigos, eram conhecidas, na época, como “assaltos”. Cada membro do grupo colocava uma fantasia e saíam animando pelas ruas do centro da cidade. O primeiro tema enredo e música foi “Dona Lua”, de autoria do Sr. Mateus do grupo *Os Veteranos*.

No final dos anos 1950, um grupo de pessoas formadas pelas famílias: Santos (Catutas), Nascimento, Nunes e Salazar criaram o cordão “Os Mais ou Menos” que faziam seu desfile em torno da Praça Dom Feliciano. Visitavam também o Bar do Jorginho (Jorge feio) situado na esquina da Dorival de Oliveira com Anápio Gomes, Bar do Leno (onde hoje se situa o banco Itaú) e Sociedade 6 de Maio, fundada em 1956, onde por muitos anos sediou o Cordão Acadêmicos do Samba, como Departamento Cultural.

Paralelamente ao carnaval, o futebol também era o ponto forte do grupo que se chamava Três de Maio, sendo dirigido pelos senhores Pedro Alves Barbosa (presidente), Américo Camargo, Alfredo Nascimento (tesoureiro), Adalberto José Vargas Nascimento (diretor social), cujo campo era na Várzea, onde hoje é o Destacamento da Brigada Militar. Disputando diversos torneios e campeonatos da cidade o Três de Maio, foi campeão por três anos consecutivos, encerrando

suas atividades no final dos anos 1980 para dedicar-se integralmente ao carnaval.

Em 26 de fevereiro de 1961, o cordão “Os mais ou Menos” e “Sociedade Três de Maio” formaram o bloco “Acadêmicos do Samba” em homenagem ao aniversário de seu fundador Airton dos Santos, tendo como a primeira diretoria formada pelos senhores Airton dos Santos (presidente), Adalberto José Vargas Nascimento (vice-presidente) Vilmar Vargas da Silva (tesoureiro). Perdurou esta administração até o ano de 1984. Posteriormente, foram presidentes os senhores Antonio Gomes Alves (falecido) e Teótimo François Barcellos.

Em 1979, surgiu um novo componente na escola, o senhor Heitor Francisco Bittencourt que inovou em termos de desfile, contratando o figurinista Juarez Soares de Lima (falecido). O tema-enredo do ano foi “Bahia de todos os Deuses”. Os ensaios de bateria eram realizados na Sociedade Seis de Maio. Deste desfile participaram 300 componentes e da criatividade nas fantasias se obteve o 1º lugar no desfile de Gravataí. Ano após ano, a escola estruturou-se melhor, sendo convidada para desfilas no ano de 1983 no Carnaval Oficial de Porto Alegre, cujo grupo era denominado Cordões e Sociedades, com o tema Raízes que obteve o 2º lugar no carnaval da capital e 1º lugar em Gravataí.

Em 1984, a Escola realizou seus ensaios em diversas entidades: Centro de Arte e Lazer (Sr. Atanazio), Campo do Cerâmica e Ginásio do Aldeião.

No ano de 1985, toda a documentação, estatutos, atas e regulamentos foram apresentados com a denominação atual de Sociedade Cultural e Beneficente Acadêmicos de Gravataí. As cores são vermelho, preto e branco, tendo como símbolo a onça negra em posição de ataque, originária da região dos gravatás (lenda por volta do ano de 1763). Neste mesmo ano, conseguimos um local próprio, graças a uma parceria com o CTG Aldeia dos Anjos e à presidência vigente na época. Foi então iniciada a construção da primeira sede própria, na Travessa Amélia Fonseca Gomes, 3031.

Os temas-enredo seguintes foram:

1986- Tema: O fantástico ciclo do ouro no Brasil

1987-Tema: Ilha da assombração

1988-Tema: Do Egito antigo ao Brasil colorido

1989-Tema: Cem anos de luta pela escravidão

| | | | |
|------|----------|-----------------|--|
| 1993 | 8º lugar | II | <i>No país da maracutaia, faz o que eu digo, mas não faz o que eu faço.</i> ^[3] |
| 1994 | 4º lugar | II | <i>Um tributo à cultura popular, meu Brasil brasileiro.</i> ^[3] |
| 1995 | 3º lugar | II | <i>De Aldeia dos Anjos a Gravataí - um tributo da Acadêmicos.</i> ^[3] |
| 1996 | 2º lugar | Intermediário-B | <i>No balanço desse mar, navegar é preciso.</i> ^[3] |
| 1997 | 2º lugar | Intermediário-A | <i>Em briga de marido e mulher, a Acadêmicos não mete a colher.</i> ^[3] |
| 1998 | 7º lugar | Especial | <i>Maravilhas de Atlântida, a fantástica ilha do encanto.</i> ^[3] |
| 1999 | | Intermediário-A | <i>De vermelho, preto e branco. A Acadêmicos ensaboa, ensaboa e vai se ensaboando.</i> |

Em 1997, a escola subiu pela 1ª vez no grupo especial, com o tema “Na vida de marido e mulher acadêmicos não mete a colher.” Em 1999, um incêndio destruiu todas as instalações que eram de madeira. Em fevereiro de 2000, foi inaugurada a sede em alvenaria, graças ao apoio da prefeitura (gestão 2000). Em 2006, eu assumi a presidência, filha do ex-presidente, senhor Heitor Bitencourt, da gestão anterior. Em 2007, a Acadêmicos conquistou o Barracão próprio para confecção e guarda de suas alegorias de desfile. A Escola permaneceu no Grupo Especial de Porto Alegre, por quatro anos consecutivos, conquistados pela solidificação dos laços entre a Escola de Samba e o Poder Público Municipal, que fez grande investimento e deu credibilidade aos trabalhos da entidade.

PALADINO TÊNIS CLUBE

Silvio José Fonseca Ourique

Professor, Jornalista e Publicitário. Gravataí/RS



Ano de 1927. O Brasil era administrado pelo presidente Washington Luís Pereira de Souza. Getúlio Vargas era o presidente do Rio Grande do Sul e Gravataí era governada pelo intendente Demétrio Alves da Silva.

Na pacata Vila de Gravathay, um grupo de jovens líderes buscando uma alternativa para acabar com a monotonia, resolveram fundar um time de futebol. Foi no domingo, 20 de abril de 1927, logo após a missa da manhã,

que alguns jovens reuniram-se na alfaiataria de propriedade de Rosalvo dos Reis, localizada na hoje, Avenida Dr. José Loureiro da Silva.

Convidados por Antonio Fonseca, Julio Pereira da Luz e João Maciel de Moraes Sarmiento, os jovens Célio Francisco Soares, Nilo Rosa, Pedro Soares Ramos, Arlindo Dihl, Ernesto Fonseca Filho, João Soares Ramos, Ismael Linck Alves, Acácio Gomes, Alcides Linck Alves, Osório Ramos Corrêa e Darci Soares da Fonseca fundaram o Esporte Clube Paladino.

Rosalvo dos Reis foi o autor da sugestão para o nome PALADINO. Ele teve inspiração numa sociedade carnavalesca que ele conheceu e que designava o cavaleiro andante que acompanhava o Imperador Carlos Magno e que ficou conhecido por sua coragem e intrepidez. Coragem era o que aqueles jovens iriam precisar para que o clube sobrevivesse por muito tempo.

Fundado o clube e escolhido o seu nome, o próximo passo era coletar fundos para a compra de uma bola. Os fundadores foram colocando notas de mil réis, até que Ismael Linck Alves surpreendeu os presentes contribuindo com seis mil réis, pois o mesmo havia recebido o salário da semana. Talvez, por isso, recebera a honrosa missão de ser o presidente da Comissão Organizadora, tendo como te-

soureiro Rosalvo dos Reis, secretário Osório Ramos Corrêa e Euclides Linck como guarda-esporte.

No dia 12 de maio de 1927, a Comissão Organizadora convocou reunião e elegeu a primeira diretoria do novo clube, assim constituída: Presidente: Ferdinando Costa; Vice-Presidente: Osório Ramos Corrêa; Primeiro Secretário: Ismael Linck Alves; Segundo Secretário: Antônio Soares Fonseca; Primeiro Tesoureiro: João Löff; Segundo Tesoureiro: Rosalvo dos Reis; Guarda-Esporte: Nilo Rosa; Zelador de Campo: Alcides Linck Alves; Porta-Bandeira: Darci Soares Fonseca.

Fundado o clube, com diretoria eleita e com bola comprada, os atletas do novo clube iniciaram os treinamentos no campo localizado na praça central da Vila (Praça Borges de Medeiros, em frente à Prefeitura de Gravataí), que possuía um gramado, cortado por trilhos formados pelos passantes.

O primeiro jogo oficial contra adversário externo foi o Esporte Clube Jahú, de Santo Antônio da Patrulha. Isso aconteceu no dia 14 de outubro de 1928 e o Paladino venceu por 3 a 1. O azulado gravataiense formou com Quinho (Ernesto Fonseca Filho) no gol, Helio Soares e Arnaldo de Jesus Rojão, na zaga; João Löff, Acácio Gomes e Ary Linck, na linha média e Antônio Soares Fonseca, Darci Fonseca, Nilo Rosa, Alziro Santos (Ziloca) e Helio Barcellos, na linha de ataque.

A revanche ocorreu no início de 1929, com os atletas saindo de Gravataí às seis horas da manhã e chegando em Santo Antônio da Patrulha por volta das nove horas e trinta minutos. Os patrulhenses venceram a partida por 1 a 0. O jogo teve como destaque os quatro pênaltis marcados pelo árbitro, tendo o goleiro Quinho, do Paladino, defendido três penalidades.

Entre os anos de 1930 e 1932, o Paladino viveu situações que poderiam ter posto fim à existência do clube, não fosse a garra de seus abnegados membros. Primeiro, foi o Intendente João Cândido Machado, que proibiu o jogo de futebol em logradouros públicos, levando os paladinenses a arrendarem uma roça de mandioca, na vila Santa Cruz. Mesmo com toda a mão-de-obra para transformar a roça em um campo de futebol, a distância do centro impedia um bom público nos jogos, especialmente, as moças da cidade.

Uma comissão de ilustres gravataienses, em audiência com o Intendente, convenceu-o a liberar a praça de esportes, mas ele exigiu que o campo fosse cercado por tela. Vencida a batalha de confeccionar a tela, ela seria pregada nos plátanos da praça, o que provocou a indignação da professora Áurea Celi Barbosa, obrigando os seus ex-alunos a adquirirem moirões. Nova luta, que também foi vencida pelos valorosos esportistas. Mas a alegria durou pouco.

No ano de 1933, o jovem prefeito Loureiro da Silva resolveu urbanizar a praça e despejou o Paladino do seu campo de futebol. A solução foi pegar outro logradouro público, desta feita a Várzea, onde hoje está o Quartel do 17º Batalhão de Polícia Militar. Foi preciso um grande trabalho de drenagem e o campo foi cercado de tábuas. Ainda em 1933, o novo campo do Paladino estava pronto.

Resolvido o problema do campo, os paladinenses começaram a se preocupar com uma sede onde a diretoria pudesse se reunir e os associados bailarem.

Em 1939, foi alugado um prédio na rua Pinheiro Machado, onde todos os domingos eram realizadas reuniões dançantes. Como o espaço ficara pequeno para o grande número de sócios, a diretoria alugou, em 1941, um prédio em frente à praça, onde funcionava um hotel, no número 1234, da avenida Dr. José Loureiro da Silva, de propriedade de Anápio Gomes.

O Paladino ficou ali até o início da década de 1960 quando construiu sua sede própria na Avenida Flores da Cunha, atual Avenida Dorival Cândido Luz de Oliveira, junto ao campo de futebol.

Na década de 1950, o Paladino adquirira uma casa da família Tubbs, na esquina da Loureiro da Silva com a Ary Tubbs (em frente ao prédio do Banrisul), mas não chegou a ocupá-la. Com a venda posterior, permitiu que se iniciasse a construção da sede social, no ano de 1960.

O presidente era Kalil Elias Filho e seu vice Leonardo Denicol foi o administrador da obra de construção da sede social, tendo Décio Souza como construtor, contando com as participações dos também construtores Ondino Berwig e Manoel Barcellos.

A sede social foi entregue aos associados no final do ano de 1961, sem festividades, devido ao falecimento do presidente Kalil, em 23 de outubro.

Ao longo de anos, a história do Paladino era contada com suas participações nos torneios e campeonatos de futebol, destacando-se o título de campeão municipal em 1950, o tri-campeonato de 1956 a 1958, derrotando o Cerâmica em todos os jogos das finais. Em 1963 foi campeão estadual de amadores.

O ano de 1966 foi marcado pela profissionalização do Paladino como clube de futebol, recebendo comunicado da Federação Riograndense de Futebol que admitia o clube de Gravataí na Divisão de Honra do futebol gaúcho. No mesmo ano, o Paladino tira o título de campeão do Cruzeiro, de Porto Alegre, ao vencê-lo pelo placar de 4 a 1. O título gaúcho acabou ficando com o São José, também da capital gaúcha.

Desde o longínquo ano de 1927, quando alguns jovens resolveram fundar um clube para jogar futebol, o Esporte Clube Paladino foi crescendo, vencendo

jogos, conquistando títulos e marcando presença no cenário esportivo municipal e estadual.

Vários gravataienses tiveram destacadas passagens pelo clube, abrilhantadas por grandes atletas vindos de outras localidades. Um nome de fora da cidade que teve destaque no clube foi o do ex-governador do Estado do Rio Grande do Sul Jair Soares, que jogava como ponteiro direito do Paladino, na década de 1950.

A rivalidade com o Alvi-Rubro e o Cerâmica nos campeonatos municipais; as disputas acirradas contra o Jahú, de Santo Antônio da Patrulha, assim como o Cruzeiro e o São José, ambos de Porto Alegre, no campeonato estadual de amadores, ainda estão presentes na memória daqueles que viveram ou fizeram parte da história desse clube.

Esses momentos de glória e brilhantismo no futebol não resistiram aos tempos, e no mês de dezembro de 1970, durante o mandato do presidente José Valmir Machado, o Esporte Clube Paladino estava encerrando a carreira, pondo fim numa das mais bonitas e importantes páginas da história futebolística de Gravataí. Através de anteprojeto de resolução, modificava-se a estrutura do clube, alterando a denominação.

Acabava o ciclo do futebol e iniciava o Paladino Tênis Clube, mantendo a bandeira, insígnias e uniformes, preservando assim, as cores tradicionais do azul e branco gravataiense.

O braço social do clube também era muito forte. Suas festas reuniam grande presença de associados e pessoas da comunidade gravataiense que se divertiam nos animados bailes e reuniões dançantes no salão do azul e branco.

Os bailes de carnaval eram dos mais animados e frequentados do Estado, com grandes disputas pelo título de rainha. Muitas jovens da comunidade gravataiense ostentaram o título de rainha do carnaval do Paladino e formando a corte que animava os foliões nos dias e noites dos bailes. Otília Dutra Ourique (Dona Lili) foi a primeira Rainha do Clube, em 1928.

A cada ano, a comunidade gravataiense era apresentada às jovens que participavam dos Bailes de Debutantes; festas cheias de glamour, beleza e simpatia das moças que iniciavam a sua vida social, apresentada por seus pais.

O Paladino Tênis Clube tem o seu nome em destaque no cenário esportivo e social do Estado do Rio Grande do Sul, com suas equipes que disputaram importantes campeonatos e a competência na realização de grandes eventos sociais que animaram e ainda animam a comunidade gravataiense.

O Paladino Tênis Clube dispõe de uma ampla área onde se encontra o seu

complexo esportivo e social. Nesse espaço, o clube oferece, aos seus associados, quadras para a prática do tênis, ginásio para futebol de salão, voleibol e basquete, além de piscinas, pistas de boliche e salão social para organização de diversos eventos.

Sua nova estrutura tem toda a capacidade de atender aos seus associados e à comunidade em geral. O clube busca resgatar toda a sua competência na realização e promoção de grandes eventos que, no passado, levou o nome do Paladino como um dos maiores clubes do Estado do Rio Grande do Sul, que era lembrado por suas grandes festas, bailes de Carnaval, de Debutantes, e por suas conquistas no campo esportivo.

O azul e branco de Gravataí continua oferecendo eventos de qualidade para a comunidade gravataiense.



Vista parcial do Clube Paladino.

CERÂMICA ATLÉTICO CLUBE

Alcides Corrêa

Fundador e ex-presidente. Gravataí/RS

Gilton Luiz Lessa Gomes

Corretor de Imóveis. Gravataí/RS

Nos inícios dos anos 1950, um grupo de jovens, alguns pertencentes à indústria de conservas Farrapo Ltda., se reuniram com a finalidade de formar um time de futebol.

Assim, no setor cerâmica (fábrica de louças de barro), da indústria Farrapo, começaram as reuniões que culminaram com a fundação do Cerâmica.

Em 19 de abril de 1950, nas instalações do Cerâmica, um grupo de pessoas se reuniu para dar andamento à fundação do clube, estando presentes: Antônio Vieira Ramos, Sinval Dias Rosa, Osvaldo Dias da Rosa, Adão Medeiros, Ari Ramos, Osvaldo Brito, Osmar Dias, Antônio Ribeiro, Carlos Selister, Elói Machado, Alcides Corrêa e Ari Medeiros, que foram os fundadores. Nessa mesma reunião foi eleita a diretoria provisória para reger os destinos da nova agremiação, recaindo a escolha na pessoa de Antônio Vieira Ramos, como seu primeiro presidente.

Como não possuía estádio, o Cerâmica alugava o campo do Paladino para suas partidas de futebol. Nas reuniões que sucederam a fundação, foram estabelecidas as cores do clube: verde, preto e amarelo, pois os fundadores não queriam que o clube tivesse algumas das cores do Paladino (azul e branco) ou do alvirrubro (vermelho e branco). O escudo do clube, bem como a primeira bandeira foram desenhados pelo senhor Darci Ramos (Irmão Darci, como era conhecido).

Os atletas adquiriram seus próprios fardamentos, além de pagar uma mensalidade para outras despesas existentes.

Passados alguns meses da fundação, a direção do clube conseguiu com o proprietário da indústria Farrapo Ltda. Sr. Acylino Medeiros, uma área de terras, junto à Rua Norberto Lessa, para construir uma praça de esportes, cedida gratuitamente.

Para que o campo tivesse condições de jogo, os funcionários da cerâmica, após o expediente, iam para o campo trabalhar.

Mais tarde, ao assumir a presidência do clube, Napoleão Lagranha registrou os estatutos do clube no cartório de registros. Por sinal, os estatutos foram copiados do Paladino, emprestados por Osório Ramos Corrêa.

Com a legalização dos estatutos do clube, foi então criada a Liga Gravataiense de Futebol, filiada à Federação Gaúcha de Futebol.

Em 1956 assumiu a presidência o senhor Alcides Corrêa. Durante sua gestão e, por sugestão de sua irmã Alba Therezinha Corrêa, procurou e encontrou uma área de terras para a construção de uma praça de esportes.

O presidente Alcides e o Secretário de Obras da época, o senhor Enedino Fonseca, passaram uma tarde medindo a referida área, para averiguar se a mesma tinha as condições necessárias. Como havia a medida para a construção de um campo de futebol, foi solicitado à funcionária da prefeitura Alda Therezinha Corrêa, para que fizesse a petição endereçada à prefeitura, já que esta era uma área verde.

Com a aprovação pela Câmara Municipal e transformado em lei municipal, começou então a árdua tarefa de construir o estádio.

Mais tarde, o clube recebeu a escritura definitiva da referida área, que fica na Avenida Dr. José Loureiro das Silva, 2321, no centro de Gravataí. Para aterrar o terreno do campo do Cerâmica foram utilizadas 124 tombadeiras, pois o terreno era alagadiço.

Muitos ceramistas dedicaram grande parte de suas vidas ao clube, dando continuidade àquela ideia nascida em abril de 1950.

Dentre os abnegados posso destacar: Doly Gomes Munhoz, Sinval Dias da Rosa, Justino Velasco dos Santos, Otomar Burguer, Enor Kelch, Seu Vergara, Dario Luz Gonçalves, Gilton Luiz Lessa Gomes, Sérgio Lourenço da Rocha, Enzo Laurino Machado, Ari Medeiros, estes, entre muitos outros, sem nunca esquecer do primeiro dirigente do clube, senhor Antônio Vieira Ramos, cujo nome foi dado ao estádio do Cerâmica, numa justa homenagem sugerida por Sérgio Lourenço Rocha.

Durante a gestão de Gilton Luiz Lessa começaram as categorias de base.

Já nos anos 1960, quando o Paladino e o Alvi-Rubro encerraram suas atividades futebolísticas, o Cerâmica foi a única agremiação a representar o município em futebol.

Após a inauguração de sua nova e definitiva casa, o Cerâmica passou por diversas remodelações com a criação de diversos departamentos, para uma me-

lhor estrutura. Com a eleição do presidente Décio Becker, em 2007, houve uma reformulação total do clube.

Em 2008 passou da categoria de amador à profissional, da segunda divisão.

Durante sua existência, nestes 60 anos de glórias, o clube teve muitos títulos, como a seguir se relaciona.

- 2009 — Campeão Copa Adidas Categoria Juvenil
- 2009 — Campeão Copa Adidas Categoria 97
- 2008 — Campeão estadual Encosta da Serra Categoria 96
- 2008 — Vice-Campeão Copa RS (Lupi Martins) Futebol Profissional
- 2007 — Campeão Copa Adidas Categoria 92
- 2006 — Campeão Copa Internacional Nova Prata Categoria 91
- 2006 — Campeão Copa Internacional Três Coroas Categoria 91
- 2006 — Campeão Municipal Categoria 94
- 2005 — Campeão Metropolitano Categoria 91
- 1989, 1990, 1991 — Campeão Municipal Veterano
- 1955, 1966, 1987, 1988 — Campeão Municipal

Entre as diversas inovações na era profissional, estão à disposição dos atletas o Departamento de Fisiologia, Nutrição, Fisioterapia, assistência social, academia, sala de jogos, piscina e telecentro. Além disso, a agremiação possui uma casa para o alojamento dos atletas oriundos de outras cidades ou estados. Tem ainda uma nova concentração embaixo das arquibancadas do estádio Vieira. Em março de 2010 foi dado início à construção de um centro de treinamento de atletas com capacidade para cinco campos de futebol.

Quando ficou com o vice-campeonato da Copa Lupi Martins, rendeu-lhe o direito de disputar em 2010, a Copa Brasil.

Através de um bom planejamento, foi erguido no estádio Vieirão, uma excelente estrutura reconhecida em todo o estado, tendo um gramado igual ao dos grandes clubes.

Quando o clube alcança os seus 60 anos tem como dirigentes no biênio 2009/2010: *Presidente*: Décio Becker. *Integrantes do Conselho Diretor*: Antoninho Juarez Costa e Silva, Francisco Menezes, Gilton Lessa, José Antônio Pacheco, José Paulo da Rosa, Luiz Carlos Dias, Sérgio Pereira. *Integrantes do Conselho Fiscal*: Agacir Zapparoli, Alex Francisco de Carvalho e Humberto Reis.

Em 1991, por sugestão de Sérgio Lourenço Rocha, o Estádio Antônio Vieira Ramos, o Vieirão assim foi denominado em homenagem ao seu patrono e primeiro presidente.

Com o profissionalismo adotado pelo clube, as diversas categorias e escolinha foram revitalizadas, alcançando um número superior a mil componentes em suas diversas idades.

Possui ainda um corpo de funcionários superior a 100, em diversas atividades. O estádio tem uma capacidade para oito mil torcedores, sendo a sua estrutura reconhecida como uma das melhores do estado, pois a diretoria não poupa esforços para oferecer aos seus associados e atletas uma estrutura cada vez melhor.

Sabe-se das dificuldades que uma diretoria tem para dirigir um clube. Um dos maiores acertos foi a eleição de Décio Becker para presidente, pois este deu o impulso que se fazia necessário há muito tempo.

A profissionalização marca um importante crescimento do clube na história da cidade.

HINO DO CLUBE

Letra: Manuela Caringe e André Brito

Interpretação e música: André Brito

Cerâmica time de valor
És nosso guerreiro tricolor
Solo de grande peledores
Honrado por teus bravos jogadores

Preto, verde, amarelo
Bate nosso coração
A tradição é a nossa raça
Cerâmica para sempre campeão.

No campo social e esportivo, o clube possui núcleos no Caveirense, Portinho, Vila Elisa, SESI Gravataí e SESI Cachoeirinha.

Para manter toda essa estrutura o Cerâmica possui parceria com entidades como SESC, SENAC, SESI e ULBRA.

Reforçando o suporte de formação e qualificação dos atletas, está sendo construído o novo cento de treinamento de atletas, com uma capacidade para cinco campos de futebol.

HISTÓRIA DO GRUPO ESCOTEIRO MURIALDO DE GRAVATAÍ

Júlio Barbosa dos Santos Júnior

Monitor da Patrulha Dinossauro. Gravataí/RS

O ESCOTISMO EM GRAVATAÍ

O escotismo nasceu na Inglaterra, quando o fundador Robert Stephenson Smyth Baden-Powell, no ano de 1907, a título de experiência, organizou e dirigiu um acampamento com vinte rapazes entre 12 a 16 anos. Nesse encontro, em virtude de suas experiências no Exército, Baden Powell ensinou àqueles jovens, noções de observação, técnicas de segurança para a vida na cidade e na floresta, primeiros socorros, entre outros conhecimentos.

O que era para ser um breve acampamento acabou por se transformar no Escotismo, que atravessou as fronteiras da Inglaterra e se alastrou para outros países, chegando ao Brasil em 1910, por meio de oficiais da Marinha que retornavam do país europeu. No Rio Grande do Sul, o escotismo foi introduzido com a fundação do Grupo Escoteiro Georg Black.

❶ Escotismo é um movimento educacional de jovens, com idade entre 7 e 21 anos com a colaboração de adultos, voluntários, sem vínculos político-partidários, que valoriza a participação de pessoas de todas as origens sociais, raças e crenças, de acordo com o propósito, os princípios e o método escoteiro, concebidos pelo fundador, Baden Powell.

O propósito do movimento escoteiro é contribuir para que os jovens assumam seu próprio desenvolvimento, especialmente do caráter, ajudando-os a realizar suas plenas potencialidades físicas, intelectuais, sociais, afetivas e espirituais, como cidadãos responsáveis, participantes e úteis em suas comunidades, conforme definido no Projeto Educativo da União dos Escoteiros do Brasil.

Os Princípios do Escotismo são definidos na Promessa Escoteira, base moral que se ajusta aos progressivos graus de maturidade do indivíduo:

- a) Dever para com Deus - adesão a princípios espirituais e vivência ou busca da religião que os expresse, respeitando as demais.
- b) Dever para com o próximo - lealdade ao nosso país, em harmonia com a promoção da paz, compreensão e cooperação local, nacional e internacional, exercitadas pela Fraternidade Escoteira; participação no desenvolvimento da sociedade com reconhecimento e respeito à dignidade do homem e ao equilíbrio da Natureza.
- c) Dever para consigo mesmo – responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento.

HISTÓRICO DO GRUPO ESCOTEIRO MURIALDO

Foi fundado em 30 de novembro de 1964, pelo professor Nicolau Chiavaro Neto.

A semente do Escotismo chegou a Gravataí em 1963, quando a família Silva Ribeiro veio transferida de Cachoeira do Sul. O casal Idema e Alberto Ribeiro tinham como primogênito Paulo Roberto da Silva Ribeiro, nascido em 28 de novembro de 1950. Ele ingressou no Colégio Nossa Senhora dos Anjos, em 1964, e concluiu o Curso Ginásial no Ginásio Dom Feliciano no ano de 1968. Este aluno, quando ainda frequentava o GENSA, conheceu o Profº Nicolau Chiavaro Neto, e vendo nele um potencial para ser um Chefe Escoteiro, começou a “aporrinhar” (dito pelo próprio Nicolau) o professor para que ele fundasse um Grupo de Escoteiros em Gravataí. O jovem Paulo já era escoteiro na cidade de Cachoeira do Sul. E, então, de tanto incomodar o professor Nicolau fez com que os pais fossem falar sobre escotismo com o mestre. O professor, estimulado pelo aluno, se interessou pelo Movimento Escoteiro. Procurou a Região dos Escoteiros do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, acompanhado dos pais de Paulo, com a intenção de obter informações para a criação de um grupo na cidade.

Em 8 de agosto de 1964, numa sala da Escola Normal Dom Feliciano, reuniram-se pessoas convidadas pelo professor Nicolau com o propósito de falar sobre a formação de um Grupo de Escoteiros em Gravataí. Estavam presentes: Izaura Fonseca Ferreira, Sirena Teles da Fonseca, Flavio da Costa Valente, César Fonseca Ferreira, Antonio Appolo, Padre Eugênio Driessen, João Felipe Loff, Isaura Martins Chiavaro, Paulo Roberto da Silva Ribeiro, Irmã Maria Alcinda, Paulo Soares e

Nicolau Chiavaro Neto. Desta reunião, surgiu uma sociedade criadora do grupo, sendo assim formada: presidente - Antonio Appolo, Secretária - Irmã Vânia Maria e Tesoureiro - César Fonseca Ferreira. Uma nova reunião foi marcada para 29 de agosto de 1964, quando se reuniram com Nicolau para a escolha da primeira Diretoria e Conselho do Grupo de Escoteiro. Assim ficaram constituídos: Presidente - Waltuir Soares, Secretário - Armando Gomes Dias, Tesoureira - Nair Barcellos Campos e o Conselho Fiscal: Solon Caldas Morel e esposa; Osvaldo Rolim Andrade e esposa; Deoclécio Soares e esposa. Nesta reunião foi aclamado Chefe do Grupo Escoteiro, o professor Nicolau Chiavaro Neto. A partir disso, o professor Nicolau retornou à Região Escoteira para inscrever-se no curso de Chefe, tendo sido promessado.

No dia 30 de novembro de 1964, os 8 (oito) primeiros escoteiros realizaram sua promessa, estando assim fundado o Grupo Escoteiro Murialdo de Gravataí. A cerimônia contou com as presenças do Comissário Regional da UEB/RS, Ido Ernesto Gunther e do Coordenador do Calendário Nacional de Adestramento e também chefe do Grupo Escoteiro Georg Black 001/RS – 1913, da Sogipa, Lino Shiefferdecker, que era padrinho do grupo que estava sendo criado, Grupo Escoteiro Murialdo- 106 – RS. A cerimônia foi realizada numa segunda-feira para poder contar com o representante da UEB, que só podia nesta data. Foi no pátio da casa de César Fonseca Ferreira e Izaura Fonseca Ferreira, na rua Dr. Luiz Bastos do Prado, 1807, no centro de Gravataí. O encontro contou com a participação da jovem Valquiria Wolff, que animou o evento com sua gaita.

Os escoteiros promessados foram os seguintes: Aldo Roberto Dornelles, Antônio Rogério Soares, Armando de Haan Porto, Luís Afonso Geraldo de Andrade, Norberto Lessa Dias, Paulo Roberto da Silva Ribeiro, Sérgio Gomes Fonseca Júnior e Solon Caldas Morel Filho. Na ocasião, o primeiro a prestar promessa foi Norberto Lessa Dias (o Betinho), que também foi o primeiro Monitor da Patrulha Quero-quero. Para assinalar a criação da Patrulha foi confeccionada a sua primeira bandeirola pela Irmã Elisa Maria (Aurora Lovera), da Escola Normal Dom Feliciano, a pedido do Chefe Nicolau.

As primeiras reuniões, antes da promessa, foram no pátio da casa da Sr^a. Nair Barcellos Campos. Ficou como sede do Grupo, o pátio da casa do Sr. César Ferreira, e, em 1965, passou para a Escola Normal Dom Feliciano. Tivemos atividades também no pátio da casa do Sr. Horácio Gomes e Sr^a. Zélia Gomes, no Clube Paladino, no pátio do Colégio Barbosa Rodrigues, no pátio e casa do Sr. Júlio Barbosa dos

Santos Sobrinho e Maria Celeste Canellas B. dos Santos, e no Colégio Irmã Cléssia, sendo neste colégio a última parada antes de irmos para nosso prédio próprio, na Av. José Loureiro da Silva nº 900, em 1985. Teve como almoxarifado, por muitos anos, a garagem do chefe Julinho (Júlio Barbosa dos Santos Júnior).



Frente: Antonio Rogério Soares, Paulo Roberto da Silva Ribeiro, Aldo Roberto Dornelles e Solon Caldas Morel Filho. Atrás: Norberto Lessa Dias, Luís Afonso Geraldo de Andrade, Armando de Haan Porto e Nicolau Chiavaro Neto.

Em relação às cores do Grupo, estas foram escolhidas durante uma reunião na casa do Sr. Deoclécio e Ercília Soares, pais do escoteiro Antonio Rogério, ficando definida azul royal, branca e amarela. O primeiro lenço do Grupo foi na cor azul escuro com fitas branca e amarela nas bordas. No início do ano de 1966 fomos comunicados que havia outro grupo que tinha o lenço igual ao nosso, portanto tivemos que trocar, foi quando recebemos a doação de um tecido para a confecção de novos lenços. O segundo lenço foi aprovado em 15 de setembro de 1966, na cor amarela, xadrezinho com branco.

O Grupo entre 1969 e 1971 funcionou precariamente. Em 11 de novembro de 1972, os chefes Júlio Barbosa dos Santos Júnior, José Roberto de Medeiros e Juarez Alberto Gomes, reiniciaram as atividades com força total, com 47 (quarenta e sete) escoteiros juniores, encerrando o ano com um grande acampamento, em 29 de dezembro. Neste período, o grupo tinha como presidente o Sr. José Costa de Medeiros.

Em 1977, a modificação do lenço sugerida pelos chefes Júlio Barbosa dos Santos Júnior (Julinho) e chefe José Roberto de Medeiros (Betão) foi aprovada pelo chefe Nicolau, ficando assim o terceiro lenço na cor branca, com uma listra pintada na borda em cor azul royal, com um “M” na cor amarela, na ponta das costas. O modelo da letra “M” foi desenhado pelo chefe Nicolau.

Em 1979, o chefe Julinho criou o logotipo com o “M” em azul royal com a flor-de-lis no meio na cor amarela. Ele solicitou ao desenhista Carlos Eduardo Fontes de Athanázio para fazer a arte final. Nas bordas do lenço, em serigrafia, duas listras nas cores azul royal e amarela, posteriormente foram substituídas por fitas de cetim, o que permanece até os dias de hoje com as seguintes modificações: o logotipo é em bordado com o nome do Grupo, seu numeral 106 e o estado RS, dentro do contorno do estado do Rio Grande do Sul.



1º logotipo



2º logotipo



lenço



impressos e outros

NOME DO GRUPO

A fonte inspiradora do fundador, Nicolau, para a escolha do nome do grupo foi São Leonardo Murialdo, que nasceu em Turim, na Itália, em 26 de outubro de 1828. Ali viveu praticamente toda a sua vida e foi onde morreu em 30 de março de 1900. De família rica, a partir de sua adolescência foi se desapegando dos bens materiais para doar-se todo aos mais pobres. Homem manso e gentil, apóstolo corajoso, sacerdote ideal, jamais se viu satisfeito com aquilo que pode realizar. Era delicado nas relações humanas. Cultivava os laços afetivos com a família, bem como com sacerdotes e leigos. Com eles criou relações de colaboração. Amava a natureza e todas as expressões artísticas. Teve um bom senso de humor. Praticava o esporte do alpinismo. Apreciava a natação. Não escondia a curiosidade de conhecer lugares, pessoas, instituições. Mantinha-se atualizado sobre os movimentos católicos europeus. Viajava muito. Participava dos grandes congressos católicos

franceses e italianos sobre o mundo do trabalho. Fazia uso da palavra para ilustrar as suas experiências. Escutava muito e trazia de volta às suas instituições tudo o que de melhor via e sentia. Na atividade educativa sonhava formar um ambiente familiar, regulado pelo amor e pela confiança recíproca: amar e ser amado! Viveu até os 72 anos numa intensa ação pedagógica com fundamento na educação do coração. Na província italiana do Piemonte, na beira de um dos afluentes, o Bór-mida, surgiu um povoado de 2000 habitantes chamado *Murialdo*. Esta família, por morar num lugar cheio de penhascos e num castelo com muros imponentes, era conhecida pelas pessoas cultas por *Murialti*, expressão latina da língua da época que significa *Muros Altos*, enquanto, pelo povo, que de latim gramatical pouco sabia, por *Muri Aldi*, o que, com o tempo passou a ser *Murialdo*. Os Murialdos eram um feudo de guerreiros valentes, que nunca se rendiam diante do inimigo a não ser quando a razão lhes dizia que a força já não bastava.

PRESIDENTES DO GRUPO

Waltuir Soares (29/08/1964 a 27/11/1965), Delfino Porto (27/11/1965 a 11/05/1968), José Costa de Medeiros (11/05/1968 a 14/04/1973); de 1969 a 1970, Chistrovam Gomes Canellas. De 14/04/1973 a 28/11/1974, Antonio Paulo Vargas de Ávila; de 28/11/1974 a 03/1980, Renato James Nhuch; de 03/1980 a 08/08/1982, Renato James Nhuch; de 08/08/1982 a 01/12/1984 (Associação Escoteira Murialdo de Gravataí): Vice - Antonio Paulo Vargas de Ávila; Wilson Luiz Cremonese (01/12/1984 a 02/08/1986) (Associação dos Pais e Amigos do Grupo Escoteiro Murialdo de Gravataí): Vice - Antonio Paulo Vargas de Ávila; Renato James Nhuch (02/08/1986 a 01/06/1989): Vice - Marlene Danielski Amante; Renato James Nhuch (16/03/1990). Solicitou demissão e assumiu a Vice-Presidente, Marlene Danielski Amante (16/03/1990 a 15/04/1991); Jaime Pedro de Bettio (15/04/1991 a 14/10/1992), Vice - Antonio Paulo Vargas de Ávila, Marlene Danielski Amante (14/10/1992 a 02/10/1993) (Associação dos Pais e Amigos do Grupo Escoteiro Murialdo de Gravataí): Vice - Jorge Luiz da Silva Monteiro; Juarez Alberto Gomes (02/10/1993 a 14/04/1994): Vice - Antonio Paulo Vargas de Ávila; Juarez Alberto Gomes (14/04/1994 a 08/04/1995); Jaime Pedro de Bettio (08/04/1995 a 26/04/1997); Antonio Paulo Vargas de Ávila (26/04/1997 a 21/11/1998); Antonio Paulo Vargas de Ávila (21/11/1998 a 01/09/2001); Rafael Machado de Oliveira (01/09/2001 a 22/11/2003); Luciano Ohlweiler de Oliveira (22/11/2003 a

15/10/2005); Luciano Ohlweiler de Oliveira (15/10/2005 a 01/12/2007): Vice - Sandra Pires Fernandes; Ismael Eliseu Anton (01/12/2007 a 01/12/2009): Vice - Evandro Zini Cherubini; Ismael Eliseu Anton (01/12/2009 -): Vice - Geovani Kappel.

A SEDE PRÓPRIA DO NOSSO GRUPO

O terreno situado na Várzea, na esquina da Av. José Loureiro da Silva, com Timóteo da Fonseca, foi doado pela Prefeitura Municipal de Gravataí na gestão do prefeito Dorival Cândido Luz de Oliveira, em dezembro de 1974. Na ocasião, era presidente do Grupo - Antônio Paulo Vargas de Ávila, como chefe de Grupo - José Roberto de Medeiros, secretário - Cláudio Ely Wurlitzer, tesoureiro - Nicolau Chiavaro Neto, relações públicas - Eduardo Valenzuela, e chefe de tropa - Júlio Barbosa dos Santos Júnior. No dia 7 de maio de 1977 foi colocado o primeiro moirão da cerca no terreno. Em 1980, o presidente Renato James Nhuch com sua diretoria, pais e colaboradores, começaram uma série de campanhas para obter material de construção e erguer a sede própria. Dentre as conquistas, destacaram-se quatro: a) venda de um terreno situado na RS-20, faixa de Taquara, doado ao Grupo pelo Lions Clube de Gravataí; b) confecção e venda de chaveiros de uma semente, com adesivo do Grupo; c) pedágios, com entrega de mudas e/ou chaveiros, defronte ao Pampa Safari, na RS-20 (faixa Gravataí - Taquara); d) uma motocicleta, fruto da conquista de uma gincana promovida pela Prefeitura Municipal, em 1983. Outras ações foram indispensáveis, como jantares, várias doações de pessoas físicas e jurídicas, clubes filantrópicos, mão-de-obra e muito trabalho dos escoteiros, pais, chefes, diretoria e amigos.

A inauguração da sede ocorreu em 30 de novembro 1989, quando da comemoração de 25 anos do Grupo Murialdo. Gostaria de salientar o trabalho e a dedicação incansável do Presidente Renato James Nhuch para a construção de nossa sede. A sede Escoteira foi construída para atender às necessidades dos escoteiros e também para a comunidade gravataiense. Tivemos como usuários o Lions Clube de Gravataí e a Escolinha de Danças. Hoje temos o Rotary Clube de Gravataí e a Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul que ocupam a sede para reuniões, ensaios de danças, jantares festivos e outros. Quando há vagas de datas aluga-se para outros eventos.

ALCATÉIA

A primeira Alcatéia foi criada em 11 de Abril de 1966, durante cerimônia de promessa realizada no pátio do Ginásio Dom Feliciano, com 14 lobinhos: Alcides Luiz Gomes (01/01/1957), Antônio Carlos de Medeiros (28/06/1958), Breno Moacir Vargas de Ávila (30/09/1958), César Augusto Linck Gomes (28/11/1955), Delmar Hugo Dornelles (24/07/1956), Jorge Rogério de Haan Porto (14/04/1956), José Luiz Mallmann do Amaral (22/09/1956), José Mauricio Gomes (12/12/1955), José Paulo Vargas de Ávila (16/07/1957), José Roberto de Medeiros (07/03/1956), Laerte Lucena Gil (09/10/1955), Luiz Carlos da Silva Ohlweiler (23/09/1957), Luiz Francisco Dias Brambilla (26/09/1956), e Umberto Soares (12/05/1957), sendo Akelá Isaura Martins Chiavaro e Baloo Nicolau Chiavaro Neto.

TROPA SÊNIOR

Os primeiros seniores do Grupo foram: Paulo Roberto da Silva Ribeiro, Armando de Haan Porto, Aldo Roberto Dornelles, Antonio Rogério Soares, Norberto Lessa Dias, Luiz Leonel Caldieraro, Edir Pedro de Oliveira, Alcides José Bernardes Lessa, Sérgio Azambuja de Figueiredo (Nelsinho), Marco de Haan Porto e Rubens Chiavaro, em 1965, sendo Chefe Nicolau.

NOSSA HISTÓRIA VISTA A PARTIR DO OLHAR FEMININO

No mesmo ano em que nossa sede foi inaugurada começamos uma nova fase dentro do Grupo com o início da “co-educação”, nome dado para identificar os grupos escoteiros que trabalhavam com meninos e meninas.

No Acantonamento, na Cerâmica Cherubini, em 18 de novembro de 1989, iniciaram oficialmente as Lobinhas com a Promessa de duas meninas: Ana Paula Trindade Fortes e Carla Nunes Martins.

A partir desta primeira semente, foi necessária a continuidade do trabalho de “Co-educação” avançar ao ramo seguinte.

Em janeiro de 1990, a chefia lobo se dividiu, e três jovens (Jaqueline, Angélica e Aretusa) foram participar do AJURI Nacional iniciando a preparação para assu-

mir a Tropa Escoteira Feminina. Em março, quando iniciamos com as atividades, Angélica precisou se afastar e iniciou conosco Elisa Pott.

Em 11 de março de 1990 formou-se a primeira Tropa Escoteira Feminina no G. E. Murialdo. Chefia: Jaqueline Ferreira dos Reis, Elisa Pott e Aretusa Kersting dos Santos.

ESCOTEIRAS

Patrulha PANTERA: Fernanda Mendonça (M), Ana Paula Ribeiro, Renata Gomes Karoly, Vanessa Lemos Bica (Sm).

Patrulha RAPOSA: Ana Cláudia Correa Muller (M), Andressa Cândido Jardim, Denise Jordão, Juliana Martins Krieger (Sm).

Patrulha GAIVOTA: Viviane Machado Rodrigues (M), Bárbara dos Santos Feldmam, Letícia Martins Krieger, Rochele Venturini Amaral (Sm).

Patrulha JAVALI: Cíntia Bueno Pozzon (M), Sara Regina Lima da Silva, Karem Lopes dos Santos, Juliana Junqueira Thomas (Sm).

Estas meninas tinham muita sede de aprender e dedicavam-se a construir conosco a história do ramo feminino com garra, empenho, perseverança, entusiasmo e muita alegria.

Em 16 de junho de 1990, em um Acampamento, na Cerâmica Cherubini, as primeiras sete escoteiras oficializaram a Tropa Escoteira Feminina realizando suas Promessas: Ana Cláudia Correa Muller (M), Letícia Martins Krieger, Fernanda Mendonça (M), Viviane Machado Rodrigues (M), Juliana Junqueira Thomas (Sm), Rochele Venturini Amaral (Sm), Juliana Martins Krieger (Sm).

Em 14 de julho de 1990, outras meninas prestam seu juramento: Ana Paula Ribeiro, Vanessa Lemos Bica (Sm), Andressa Cândido Jardim, Bárbara dos Santos Feldmam, Cíntia Bueno Pozzon (M), Sara Regina Lima da Silva, Karem Lopes dos Santos. Estas meninas foram se desenvolvendo e a progressão no movimento precisou continuar. Algumas começavam a ter idade para o ramo seguinte, e em 11 de abril de 1992 realizamos a primeira reunião da Tropa Guia.

Iniciamos com oito jovens: cinco egressas da Tropa Escoteira, uma vindo transferida de outro grupo escoteiro e duas novas jovens.

Em 20 de junho de 1992 foi oficializada a fundação da Tropa Guia com a promessa destas duas jovens: Andreza Casanova Camozzato e Daniela Cristine de Azevedo Caroni.

A Tropa Guia foi batizada com o nome de “Tribo Tukuna” que foi o nome da primeira patrulha, tendo como grito de Guerra “unidas pela garra, vontade, ideal. Tropa tukuna como nós não tem igual. Tropa tukuna, tropa guias... guias... guias... Murialdo.”

Durante o decorrer do ano de 1992, com o ingresso de novas jovens se formaram duas patrulhas: Aruan e Anhambé.

A chefe que iniciou a TG foi Jaqueline Ferreira dos Reis, auxiliada pela chefia da Tropa Sênior e tinha como instrutor para montanhismo Rodrigo De Bettio. Em julho iniciou a chefe, vinda de outro grupo, Elisabeth Pereira Teixeira.

Em 19 de setembro de 1992 foi realizada a investidura guia das duas primeiras jovens: Viviane Machado Rodrigues e Andreza Casanova Camozzato.

Em 1995, dando continuidade, duas jovens ingressam no Clã Pioneiro iniciando então o clã misto. A jovem Viviane Machado Rodrigues foi investida Pioneira em 08 de julho de 1995, com mais quatro rapazes.

CLÃ PIONEIRO SHERWOOD

O Ramo Pioneiro iniciou-se no Grupo Escoteiro Murialdo em seu 28º aniversário, em novembro de 1992. Naquele ano, diversos elementos da Tropa Sênior do Grupo completaram 18 anos. A chefia e a comissão executiva resolveram aproveitar a oportunidade para criar o ramo que estava faltando. Assim, no dia 28 de novembro de 1992, durante acampamento de Grupo na Estância Província de São Pedro em Gravataí, realizou-se uma Assembléia de Grupo onde foi aprovada a abertura de um Clã misto, tendo como primeiro Mestre, o Escotista Evandro Zini Cherubini “Cheruba”. Naquela mesma noite, o Mestre reuniu os candidatos a Pioneiros, todos oriundos da Tropa Sênior, realizando assim a primeira reunião do novo Ramo. A maior parte dos fundamentos do Clã foi criada entre os anos de 1993 e 1995. Durante o ano de 1993 participaram do Clã, os Pioneiros Luciano Zandavalli Araújo “Zanda”, Adriano Machado Rodrigues “Didi”, Rafael Machado de Oliveira “Mago”, Rodrigo de Bettio, Leonardo Torres da Silva “Pé”, José Carlos Caroni Júnior “Tito”, e Fabiano Português, com o Mestre Evandro Zini Cherubini “Cheruba” e a Assistente Jaqueline Ferreira dos Reis. Em 1994 entraram Viviane Machado Rodrigues “Vica”, Daniela Caroni, Marco Antônio de Andrade Viva “Gordo”, Marlon Ramos, Rafael Viegas Cremenese, Eduardo “Charmoso” e Tiago Engel de Oliveira “McGiver” e os Assistentes Livaldo Pasquatto Emanuelli e Glaumar Júnior.

O Pioneiro deve ser investido segundo a mística da Távola Redonda dos Cavaleiros do Rei Arthur. O Ramo Pioneiro tem como lema “SERVIR” e desta forma suas atividades dividem-se entre atividades de formação pessoal, sociais e comunitárias.

Entre os diversos projetos desenvolvidos pelo Clã destaca-se o “Projeto Escola”, tendo sua primeira edição em 1995. Este projeto visa desenvolver atividades

escoteiras para o público das escolas com o objetivo de divulgação do movimento, captando crianças e jovens para os diferentes ramos.

Outro projeto executado foi o de resgate da auto-estima de pessoas da terceira idade do Asilo Ebenezer, com a confecção de 52 próteses dentárias, feitas pelo Pioneiro Ricardo (Rick), tendo como parceiro o Rotary Clube de Gravataí.

O Clã tem por tradição realizar atividades voltadas ao meio ambiente, sendo uma delas a descida do Rio Gravataí, para coleta de lixo das margens em uma balsa construída pelos jovens. Participa de Fóruns Pioneiros Regionais e Nacionais que têm por objetivo discutir os rumos do ramo pioneiro; de Mutirões que são atividades regionais ou nacionais de Serviço a comunidade; de campanhas do agasalho, vacinação, brechós, atividades públicas de serviço, etc. Procura anualmente eleger uma atividade comunitária para beneficiar uma entidade com o seu serviço.

O desenvolvimento do Clã se dá por projetos e todos os jovens devem se envolver com entusiasmo e determinação para a execução das atividades propostas.

Em 2006, o Clã, através do Projeto de Insígnia de BP do Pioneiro Robergo Souza Wilkens, realizou o ENCASHE, Encontro de Cavaleiros de Sherwood, em que reuniu o maior número de rapazes e moças investidos em cerimônia tradicional da época medieval, se transformando em uma atividade oficial e anual do clã, constando na sua carta pioneira.

CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS FATOS DO PRINCÍPIO DO CLÃ

28/11/1992 – aprovação do Ramo Pioneiro em Assembléia de Grupo e 1ª Reunião do Clã.

17/03/1993 – 2ª Reunião do Clã. Escolha do nome SHERWOOD, com base na lenda de Robin Hood.

31/03/1993 – 3ª Reunião do Clã. Definição do 1º Projeto: Palestra e Simulação ao G. E. Murialdo sobre o Plebiscito da Forma de Governo do Brasil, que seria realizado naquele ano, dia 21 de abril.

03/04/1993 – execução do Projeto do Plebiscito no G. E. Murialdo.

01/05/1993 – 1ª Cerimônia de Armadura do Clã. Foi realizada após a meia-noite (pois os Pioneiros estavam em um aniversário de 15 anos no Paladino T. C.), em um sítio próximo à Cerâmica Cherubini. Os Escudeiros Armados foram Rafael “Magoo”, Rodrigo De Bettio, Luciano “Zanda” e Adriano “Didi”.

22 e 23/05/1993 – Mestre Evandro Cherubini e a Assistente Jaqueline Reis participaram do curso CAB Pioneiro, trazendo para o Clã diversas informações técnicas, como a questão dos padrinhos, Etapas de Classe, Investidura, Carta Pioneira, etc.

27/05/1993 – eleição da 1ª COMAD do Clã Sherwood: Rafael “Magoo” (Presidente), Leonardo “Pé” (Secretário) e Adriano “Didi” (Tesoureiro). Início da elaboração da Carta Pioneira Sherwood.

05/06/1993 – 1ª Festa do Clã (para arrecadar fundos), com o título de “Onde está Wally?”, organizada pelo Clã sob o pseudônimo de “Produções Incertas”, na sede do G. E. Murialdo.

19 e 20/06/1993 – 1ª participação do Clã em Atividade Regional – 17º Fórum Regional Pioneiro, em Canoas. Rafael “Magoo” e Adriano “Didi”, Delegados, e Leonardo “Pé”, Observador.

21 e 22/08/1993 – Participação do Clã na 1ª Olimpíada Distrital Pioneira (1º D. E.), em Porto Alegre.

Durante o ano de 1994 foi feita a construção do primeiro Castelo de Locksley, localizado na última sala à direita e ao fundo da sede (em 2010, ali funciona o Almojarifado). O primeiro Castelo possuía as paredes forradas com papel amassado imitando a textura de pedra, e um alvo flechado na porta, pelo lado de fora.

De 21/05 a 19/06/1994 – realização do Projeto Escola, com os alunos da Escola Municipal Murialdo, do Barro Vermelho.

De 21 a 23/04/1995 – participação do Clã no XI Mutirão Regional Pioneiro, em Veranópolis.

08/07/1995 – 1ª Cerimônia de Investidura do Clã, realizada no Sítio “Dance a Vida”. Os Pioneiros investidos foram (em ordem de realização): Luciano - “Zanda”, Adriano - “Didi”, Viviane Machado Rodrigues - “Vica”, Rafael - “Magoo” e Rodrigo De Bettio.

26/05/1996 – 1ª Cerimônia de Despedida (Cavaleiro de Honra) do Clã, realizada na Cerâmica Cherubini. Participaram três Cavaleiros: Zanda, Magoo e De Bettio.

PATRULHA DINOSSAURO

Em Assembléia Geral, no dia 5 de novembro de 2005, foi lançada a ideia pelos escotistas Evandro Zini Cherubini e Celso Vargas de Ávila da criação de uma Patrulha de escotistas mais “velhos”, com a finalidade de preservar, contar e escrever a história do Murialdo. Foi aceita, por unanimidade, e de imediato lançado para

votação os nomes para organizá-la: para Monitor, Júlio Barbosa dos Santos Júnior e Sub-Monitor, Evandro Zini Cherubini, o que num primeiro momento o Evandro não aceitou. Então, o monitor indicado, Julinho, impôs a condição de aceitar a monitoria somente se o Evandro fosse o Sub-Monitor, o que acabou sendo aceito, e com quase 100% dos votos foi aceita esta composição. Evandro e Celso então já tinham o nome para a Patrulha, sendo Patrulha Dinossauro, o que também foi aceito.

A Assembléia lançou um desafio para a Patrulha, que no acampamento de final de ano que se realizaria nos dias 3 e 4 de dezembro deveria estar formada com Bandeirola e Grito de Patrulha. No dia 8 de novembro, o Julinho e o Evandro se reuniram na casa do Monitor para traçar o rumo e escolher os integrantes da Patrulha. Os cinco primeiros surgiram na hora, e o sexto foi pensado. Colocamos algumas regras: teriam que ser promessado no Murialdo, e com mais de 36 anos (na soma dá “9”). No dia seguinte o Evandro telefonou para o Julinho e ponderou para colocar uma mulher na Patrulha, o que foi aceito por ele, e a indicada por Evandro era a esposa do Julinho, a Ângela. Este ponderou, mas Evandro argumentou mais. Daí a criação da Patrulha com nove integrantes, o que coincidiu com a fundação do Grupo. O monitor Julinho confeccionou uma mesa redonda em madeira de ipê com três pés trançados, e no meio com o contorno do Estado do RS em corda, e no centro do estado uma “Mandala” do logotipo do Murialdo pintado em cores azul, amarela e branca, feito em madeira, cortada em nove pedaços para que se unissem a cada reunião.

No dia 21 de novembro de 2005 foi criada a Patrulha Dinossauro com os seguintes integrantes: Ângela Maria Fonseca Barbosa dos Santos (nasc. 6/1/1956, promessa em 28/11/1975), Antônio Paulo Vargas de Ávila (nasc. 12/10/1952, e promessa em 17/06/1965); Breno Moacir Vargas de Ávila (30/09/1958, promessa em 11/04/1966); Bruno Arno Hoerning (01/10/1961, promessa em 14/04/1973); Evandro Zini Cherubini (07/11/1966, promessa em 08/12/1978); José Roberto de Medeiros (07/03/1956, promessa em 11/04/1966); Juarez Alberto Gomes (31/08/1954, promessa em 29/12/1965); Júlio Barbosa dos Santos Júnior (08/12/1952, promessa em 17/06/1965); e Norberto Lessa Dias (17/10/1951, promessa em 30/11/1964). Na noite da criação foi criado o Grito de Patrulha por José Roberto de Medeiros (Betão) - “*Lobo, Escoteiro, Sênior, Pioneiro. Dinossauro é o primeiro*”. Em seguida foi acrescentada a expressão “*Patrulha Dinossauro iabadabaduuuuuuuu*”, sugerida pelo Julinho. Nascia aí o Grito.

A Bandeirola ficou ao encargo do Julinho que pesquisaria os “Dinos” na Internet. No dia 23 de novembro, o Julinho apresentou o logotipo da Dinossauro para a Bandeirola, ficando assim: um osso com um ovo quebrado na parte de cima,

simbolizando o nascimento da história; o osso na cor amarela e ovo na cor gelo. A ideia aprovada, o Julinho e o Betão foram no sapateiro de nome João, no Parque dos Anjos, para a confecção. O Evandro sugeriu que o couro fosse duplo, e o logotipo fosse vazado. Assim foi feito, com costuras, na cor marrom escuro (imitação de couro de jacaré), com nove amêndoas penduradas na lateral da bandeirola, simbolizando os nove integrantes da patrulha. O bastão de eucalipto era o mesmo da promessa do Evandro. Apresentamos no acampamento, a Patrulha, a bandeirola e o grito. Estavam presentes: Ângela, Antonio, Betão, Breno, Evandro e Julinho.

No primeiro aniversário da Dinossauro, em 21 de novembro de 2006, convidamos dois novos integrantes: Jaqueline Ferreira dos Reis e Sérgio Gomes Fonseca Júnior, que aceitando o convite, compareceram ao encontro. A Jaqueline foi integrada à Patrulha. Nesta noite o Monitor Julinho entregou a cada integrante um anel de lenço personalizado, criado e confeccionado por ele, com o mesmo couro utilizado na Bandeirola.

No dia 31 de julho de 2007, fez parte do encontro, na sede, a entrega para todos os integrantes do Murialdo, de um anel de lenço personalizado, com o mesmo formato do da Dinossauro, em couro claro com impressão em cor azul do Logotipo do Murialdo no centro. Também ideia do Monitor.



Frente: Bruno Arno Hoerning, Júlio Barbosa dos Santos Júnior, Breno Moacir Vargas de Ávila e Ângela Maria Fonseca Barbosa dos Santos. Atrás: Juarez Alberto Gomes, José Roberto de Medeiros, Evandro Zini Cherubini, Antônio Paulo Vargas de Ávila e Norberto Lessa Dias.

A PATRULHA NICOLAU

A história do Murialdo certamente não seria a mesma, se a família do mestre Nicolau não tivesse abraçado com ele a ideia de levar em frente o grupo escoteiro, surgido em 1964.

Quando dos preparativos para a comemoração dos 100 anos do movimento escoteiro no mundo, e da cerimônia do Murialdo para o dia 1º de agosto de 2007, não poderíamos deixar de registrar a força do que denominamos “Patrulha Nicolau” - a família do mestre. Por isso, foi pedido à família Chiavaro alguns registros da história do nosso Chefe e maior inspirador do movimento na cidade. E o grupo recebeu o que segue: “Julinho: todos nós sabemos do teu empenho e dedicação ao Movimento Escoteiro e admiramos sua persistência e lealdade. No entanto, sobremaneira, respeitamos o teu carinho e amor por nosso ‘velho’ mestre, pai, amigo, esposo e exemplo de vida. Gostaríamos que soubesse que ‘nossos encontros’, ‘nunca repetidos’, conseguem preservar a alegria de quem está ‘sempre alerta’ pra vida! Um forte abraço, do fundo do coração.” (Ass. Família Chiavaro).

O CHEFE NICOLAU CHIAVARO NETO

A seguir, apresentamos a Patrulha Nicolau.

Nicolau Chiavaro Neto e Isaura Martins Chiavaro e seus filhos: Luis Gonzaga Martins Chiavaro, Luis Otavio Martins Chiavaro e Ana Carolina Martins Chiavaro; Genro e Noras: Leandro Nazari de Melo, Margarita Escribano Chiavaro e Virginia Fernandes Bandasz, e netos e netas: Eugênio Escribano Chiavaro (In memoriam), Henrique Escribano Chiavaro, Luis Otavio de Mattos Chiavaro, Virginia Bandasz Chiavaro e Eduarda Chiavaro de Melo.

Nicolau iniciou sua vida profissional como escriturário da Varig em Porto Alegre. Formado professor lecionou no Ensino Médio nas seguintes escolas: Dom Feliciano, Nossa Senhora dos Anjos, Seminário São José, atuando, também, em escolas municipais e estaduais da Região Metropolitana de POA. Diretor da Escola Estadual Professora Maria Josefina Becker, em Gravataí. Coordenador de curso na Escola Dom Feliciano. Graduado em Letras – PUCRS e fez cursos de Especialização em Literatura Românica – PUCRS; em Redação Técnica – PUCRJ (Rio de Janeiro) e em Psicopedagogia – FAPA (Faculdade Porto Alegrense). Realizou Mestre em Literatura – PUCRS e dominava os idiomas: Inglês, Francês, Italiano, Latim e Hebrai-

co. Foi professor universitário na PUCRS e 1º Secretário de Educação de Gravataí, fundador da Secretaria Municipal de Educação no município. Membro fundador da APAE – Gravataí, Fundador da ABEMGRA (Associação do Bem-Estar do Menor de Gravataí), Fundador do Grupo Escoteiro Murialdo – Gravataí e em sua vida religiosa participou como membro atuante dos movimentos da igreja católica e do movimento de iluminação da humanidade (SNI do Brasil).

MORTE DO NOSSO FUNDADOR

O nosso fundador Professor Chefe Nicolau Chiavaro Neto faleceu em 12 de agosto de 1990, sendo velado na sede do Grupo Escoteiro, o único até a data de hoje. Antes de morrer deixou algumas recomendações sobre o seu velório. Solicitou que não gastassem com flores, e sim com livros para a biblioteca dos escoteiros ou outra qualquer, que servissem chás e colocassem músicas clássicas de fundo. “Viveu amando a todos. Morreu, querido por todos.”

CHEFES QUE PARTICIPARAM DO GRUPO

Nicolau Chiavaro Neto - César Saldanha Junior - Marcos Dante Fonseca dos Santos - Isaura Martins Chiavaro - Ronaldo Herlinger - Armando de Haan Porto - Vítor Hugo Gerhard - Julio Azevedo - Júlio Barbosa dos Santos Júnior - José Roberto de Medeiros - Juarez Alberto Gomes - Antonio Paulo Vargas de Ávila - Angela Maria Fonseca Barbosa dos Santos - Paulo Roberto da Silva Ribeiro - Clovis de Oliveira - Loiva Britto Garcia - Olmer Vilhalba Duarte - Rosa Maria Duarte de Duarte - José Carlos Doze Pires - Breno Arno Hoerning - Bruno Arno Hoerning - Luis Gonzaga Martins Chiavaro - Luis Otávio Martins Chiavaro - Carlos Osório Correa Muller - Júlio (Julião) - Celso Fernando Vargas de Ávila - Evandro Zini Cherubini - Cândido Leri de Assis - Rozendo - Everton Luiz de Bettio - Rodrigo de Bettio - Geraldo de Freitas - Vinicius Pereira da Silva - Norberto Lessa Dias - Vilson Cremonese - Ida - Márcia Noronha Fonseca - Marília Souza Wilkens - Naira Gizela da Silva - Maria Angélica Jacques - Aretusa Kersting - Trícia Kersting - Elisa Pott Hoerning - Elizabete Pereira Teixeira - Elaine Machado de Ávila - José Paulo Vargas de Ávila - Adriana L. Cardoso de Bettio - Claudia Chanas Anton - Denise dos Santos Jordão - Fabiani Bittencourt Trindade Dias - Rose Dias - Neuza Lunes - Rodrigo Wilkens - Rober-

to Rech - Fernando Rech - Fernando Lenzi - Luiz Francisco D. Barbosa - Thiago Torres de Ávila - Luciano Olweiler de Oliveira - Rafael Viegas Cremonese - Adriano Machado Rodrigues - Luciano Zandavali - Cláudio da Rosa Pedroso - Adriana Barbier - Jeni Jussara Oliveira Reck (primeira chefe do Ramo Sênior) - Rafael Oliveira - Glaumar Junior - Livaldo Pasquato Emanuele - Marcelo Barcelos Cunha - Tânia – Evandro Zini Cherubini - Jaqueline Ferreira dos Reis - Candido Leri de Assis - Elaine Machado Ávila - Luciano Zandavalli - Rosendo - Aretusa Kersting dos Santos - Glaumar Júnior.

DETALHES DA PRIMEIRA PROMESSA

“O local da promessa foi o pátio da casa do Sr. Cesar Fonseca Ferreira e sua esposa D. Isaura, tios do escoteiro Solon Caldas Morel Filho, na rua Dr. Luiz Bastos do Prado nº 1807, local que estávamos usando para fazer as reuniões à época. Os primeiros encontros (reuniões) três ou quatro, aconteceram no pátio da casa do Sr. Amantino Campos e esposa D. Nair Barcelos, situada no centro da Aldeia, na esquina das ruas Loureiro da Silva e Adolfo Inácio Barcelos, “Dindos” do Serginho - Sergio Gomes da Fonseca - outro escoteiro da 1ª patrulha. A entrada era pelo portão da garagem na Rua Adolfo Inácio Barcelos. Nos dois locais, por acaso, serviram de mastro para a bandeira, antigos pés de cinamomo.

Depois de mais ou menos dez reuniões, após aprendermos os primeiros nós, as leis escoteiras, enfim os ensinamentos básicos, fizemos um bivaque num capão de mato a uns 200 metros de onde morava o Armando Porto, próximo de onde hoje mora o Cesar Barbosa (“Cesinha” do seu Julio Barbosa).

As coordenadas geográficas aproximadas do local: 1º Bivaque do Grupo Escoteiro Murialdo em setembro de 1964: Latitude: 29° 56' 40,72 S – Longitude: 50° 59' 52,00” W. Cota aproximada (altitude do ponto em relação ao nível médio das marés): 26 metros.

1º Acampamento (sem barraca) foi em outubro de 1964, na Estância Província de São Pedro: Latitude: 29° 54' 48,00” S – Longitude 51° 00' 12,00” W. Cota: 66 metros.

Dormimos no chão, (assoalho de madeira) na casa menor junto à casa sede da Estância. Cozinhamos num fogo de chão no avarandado junto à casa grande. Praticamos os sinais de pista na estrada que vai para o açude. O Nicolau sofreu para nos ensinar o nó Escota. Nós já tínhamos aprendido e ele não conseguia repetir e por isso rimos muito.

Bandeira hasteada num pé de Capororoca (Norberto Lessa Dias).

O GRUPO MURIALDO HOJE



RAMO LOBINHO

Alcatéia Jaguari, atualmente com 28 crianças.

Denise Jordão – Akelá; Jaqueline Ferreira dos Reis – Bagueera; Celso F. Vargas de Ávila – Ikki; Robson Porto Rodrigues – Lobo Gris;

Matilhas: Branca, Cinza (Primo: Guilherme Chanas Anton) Marrom, Preta (Primo, Marcos Aquino).

RAMO ESCOTEIRO

Tropa Murialdo, fundação: 30/Nov/1964 com 28 jovens, atualmente.

Vinícius Pereira da Silva – Chefe de Tropa; Naira G. Dorneles da Silva – assistente, Roberto Heck – assistente; Fernando Heck – assistente; Neusa Nunes – assistente; Rodrigo Lessa Gomes – assistente; Rodrigo de Bettio – assistente; patrulhas e monitores: Cavalos: Hiago Reis Cherubini; Tigre: Mariana Oliveira; Puma: Schauana Freitas Fraga; Falcão: Isabela Dihl Sá.

RAMO SÊNIOR

Fundação em 1965; atualmente com 8 jovens.

Cláudio da Rosa Pedroso – chefe de tropa; Fernando Lenzi – assistente; Tânia – assistente

Patrulha Charrua e Monitor, Lucas Tixbai Freitas Fraga.

RAMO PIONEIRO

Nome do Clã: Sherwood. Data de fundação, 1992, atualmente com 5 jovens.
Rafael Machado de Oliveira – mestre pioneiro.

DIRETORIA (2009 – 2011)

Presidente: Ismael Eliseu Anton; Vice-Presidente: Geovani Kappel; Diretor Técnico: Evandro Zini Cherubini; Diretor de Patrimônio: Lucimar Espíndola Coelho; Diretor Social: Júlio Barbosa dos Santos Júnior; Tesoureira: Lúcia de Fraga Silva; Secretária: Solange de Oliveira Kappel e Conselho Fiscal: Jaqueline Ferreira dos Reis, Mário Taddei Sá e Vinicius Pereira da Silva.

Quero agradecer a todas as pessoas, que nesses 45 anos do Murialdo, caminharam junto conosco, dedicando-se a este Movimento.

Agradeço a colaboração e participação de: Ismael Eliseu Anton, Evandro Zini Cherubini, Jaqueline Ferreira Reis, Rafael Machado de Oliveira, José Roberto de Medeiros, Norberto Lessa Dias, Patrulha Dinossauro, “Patrulha Nicolau” e em especial a Ângela Maria Fonseca Barbosa dos Santos, pois sem esses não teria condições e meios para executar este trabalho.

Agradeço ao nosso “Mestre”, Professor Chefe Nicolau Chiavaro Neto, pela obra e ensinamentos recebidos.

“A viva é feita de encontros, e encontros não se repetem.”

Nicolau Chiavaro Neto

Patrulha Dinossauro, “Sempre Alerta Para Servir”

“Preservando Viva a Nossa História”

CASA DOS AÇORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CAERGS)

Régis Albino Marques Gomes

Presidente da CAERGS. Gravataí/RS

A CASA DOS AÇORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CAERGS) foi fundada oficialmente em vinte e três de março de 2003, na cidade de Gravataí. A criação da Casa veio solidificar um trabalho que vinha sendo desenvolvido por um grupo folclórico há quase vinte anos.

Em junho de 1984 se iniciaram as atividades deste grupo de danças gaúchas, nas dependências do clube Estância Província de São Pedro, por iniciativa de Theodolindo Dihl Costa e Régis Albino Marques Gomes que convidou alguns jovens para fazerem parte deste grupo. Os ensaios aconteciam nos sábados à tarde, quando além da dança, se cultuava as tradições campeiras, rodas de chimarrão acompanhadas de violão, gaita e percussão.

Já há alguns anos se pensava em organizar um grupo de danças na Estância, pois os estatutos da entidade incentiva a preservação e o culto às tradições gaúchas. Porém até a presente data, o clube nunca dispôs de um grupo de danças gaúchas. No início, o trabalho foi árduo, pois eram poucos os que se interessavam pelos ensaios exaustivos, numa época que a maioria dos jovens não valorizavam à cultura gaúcha, mas, sim, à música e à “moda” americana. Assim, os primeiros anos foram complicados pela dificuldade de se encontrar adeptos à causa.

Com o passar dos anos, esta realidade foi mudando. O grupo começava a se apresentar em cidades vizinhas e atraindo o interesse de outros jovens, o que impulsionou e estimulou para que resolvesse participar de um Rodeio Artístico na cidade de Cachoeirinha, mudando um pouco aquele perfil de se apresentar em festas religiosas, bailes de aniversário, escolas e festas juninas. Nesta primeira participação, em outubro de 1989, o grupo concorreu com outros grupos mais experientes em concursos, e para surpresa de muitos se sagrou campeão do Rodeio Artístico do CTG Rancho da Saudade. Esta conquista encorajou a moçada, que

resolveu então participar de rodeio maior e o escolhido foi o Rodeio Nacional de Canela que reunia todos os anos os melhores grupos da serra gaúcha. E concorreu com cerca de 15 grupos reconhecidos e campeões de vários Rodeios. Pois não é que estes jovens “desconhecidos de todos” voltaram com o título de campeão de Canela! Foi uma festa!

A partir daí, o grupo, durante 10 anos, participou de inúmeros Rodeios e concursos conquistando um número expressivo de troféus. Em 1992 se iniciou uma nova era, quando foi fundado o *Rancho Folclórico de Danças Açorianas*. Através da pesquisa (uma das características deste grupo foi a de sempre pesquisar as suas origens) chegou-se aos açorianos, uma dos grupos povoadores do Estado e que muito contribuiu para a formação cultural do Rio Grande do Sul. E em especial nas danças tradicionais a que o grupo tanto se dedicava durante estes anos todos e também em função de na condição de instrutor ter participado de um curso de formação de “Animadores Culturais na área do Folclore”, na Ilha Terceira – Açores.

A partir daí nosso grupo passou a ser uma referência da cultura açoriana no Rio Grande do Sul. Mas “a grande conquista foi em 1994 quando foi vencedor do Concurso de Danças Gaúchas de Origem Açoriana” e que a premiação era a de participar de um Festival Internacional de Folclore nos Açores. Foi então, com esta primeira viagem internacional que se despertou para um novo rumo que foi o de participar em Festivais Internacionais de Folclore por diversos países como: Portugal, Espanha, Uruguai, Argentina, Chile e Peru. O grupo tem contabilizado 47 Festivais no exterior em 14 giras internacionais. E com tantas participações, o grupo também começou a realizar o seu próprio Festival que leva o nome de Festival Internacional de Folclore de Gravataí e que em 2011 está indo para sua 14ª edição. Ele reúne grupos nacionais e estrangeiros.

Com este crescimento, em 2002, o grupo se tornou independente e alguns meses após foi estimulado pelo Governo Regional dos Açores a criar a Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul. Em nosso Estado, de origem açoriana, não havia uma representação mais efetiva da comunidade açoriana. E como nosso trabalho vinha sendo feito há cerca de uma década de uma forma muito sólida, fomos estimulados a fundar esta representação. Foi, então, que no dia 23 de março de 2003 fundamos a CAERGS – *Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul*, se tornando a 11ª Casa dos Açores a fazer parte do *Conselho Mundial das Casas dos Açores*, órgão apoiado pelo Governo dos Açores que congrega as seguintes Casas em quatro países:

Portugal: Casa dos Açores de Lisboa, Casa dos Açores do Norte e Casa dos Açores do Algarve.

Canadá: Casa dos Açores de Quebec, Casa dos Açores de Winnipeg e Casa dos Açores do Ontário.

Estados Unidos: Casa dos Açores da Nova Inglaterra.

Brasil: Casa dos Açores do Rio de Janeiro, Casa dos Açores de São Paulo, Casa dos Açores Ilha de Santa Catarina e a nossa do Rio Grande do Sul.

Neste mesmo ano solicitamos ao Prefeito Municipal de Gravataí Daniel Bordinon uma área para que fosse construída a sede da CAERGS. Foi oferecida por ele o “Casarão dos Fonseca”, uma propriedade praticamente em ruínas, mas que tinha uma ótima localização e o mais importante: foi construída por açorianos, o Senhor Manuel Fonseca no ano de 1877. A casa é um dos prédios mais antigos da cidade e com uma enorme importância histórica, não só para o município, como também para o Estado do Rio Grande do Sul. A casa construída em estilo colonial português era uma propriedade rural, muito próxima à cidade e que guardava esta característica colonial, sendo um ponto de referência para os tropeiros que guiavam suas tropas do extremo-sul para São Paulo, via caminho do litoral, inicialmente, e depois pelos Campos de Viamão, rumo a Cima da Serra.

O ano de 2003 ainda nos reservou a grata visita do Exmo. Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos Manuel Martins do Vale César que participou do ato de cedência desta propriedade para a CAERGS, testemunhando todo o trabalho a ser feito para restaurar o casarão, que também era conhecido por “Solar da Magnólia”. Os próximos dois anos foram de intenso trabalho de pesquisa histórica da casa e das obras da época da construção, além de reuniões, atividades para se arrecadar fundos, visitas de especialistas em restauro, engenheiros, arquitetos... Até que em fins de outubro de 2005 iniciamos o restauro. Foi um trabalho árduo com muita dificuldade, poucos recursos, mas conseguimos vencer as etapas e, pouco a pouco, aquelas ruínas foram se tornando um dos cartões de visita da cidade.

Paralelo às obras, a Casa dos Açores continuava suas atividades de valorização, divulgação, pesquisa e representação da cultura açoriana e gaúcha por todo o Estado e também fora daqui. Este trabalho fez com que, mesmo com pouco tempo de vida, a entidade recebesse o reconhecimento a nível municipal, estadual e nacional, com premiações importantes como estas:

2005 - Recebe do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria da Cultura, o prêmio *Troféu Cultura Gaúcha*, prêmio de distinção por tudo o que tem feito em prol da cultura deste Estado.

Ainda neste mesmo ano, recebeu a *Comenda Dante Laytano* que é a medalha de mérito oferecida pela Comissão Gaúcha de Folclore, como reconhecimento aos

notáveis e relevantes serviços prestados à preservação, promoção, pesquisa e defesa do folclore e das manifestações das culturas populares do Rio Grande do Sul.

2007 - Recebe *Troféu Rodrigo Melo Franco de Andrade*, na categoria de Salvaguarda de Bens de Natureza Imaterial, oferecido pelo Instituto de Patrimônio e Artístico Nacional (IPHAN) do Ministério da Cultura, onde o Rancho Folclórico da CAERGS foi agraciado com o prêmio pelo trabalho de resgate da memória e preservação da cultura açoriana.

2008 - Recebe a *Medalha de Mérito da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. Este reconhecimento se deve ao trabalho desenvolvido pela CAERGS no resgate das Festas do Divino Espírito Santo em diversas cidades do Rio Grande do Sul, bem como pelo II Congresso Internacional das Festas do Divino Espírito Santo que por nós foi realizado.

A CAERGS assumiu a presidência do Conselho Mundial das Casas dos Açores para o biênio 2006-2007. Este Conselho que congrega as onze Casas dos Açores do mundo se reúne anualmente em Assembléia Geral na sede da Casa que está presidindo. Nesse período, as obras de restauro estavam em fase de acabamento. A inauguração da sede foi marcada para o dia 7 de dezembro de 2007, ocasião em que estariam reunidas todas as Casas em Gravataí. Foi inaugurada a sede com a presença de muitas autoridades, entre elas o Presidente do Governo Regional dos Açores, Sr. Carlos Manuel Martins do Vale César que pode testemunhar todo o trabalho realizado para restaurar o Casarão. Inclusive, na ocasião fez uma doação de 40.000 Euros, valor este para quitar todas as dívidas que ainda restavam das obras do restauro.

A Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul tem feito um trabalho importante de resgate e de valorização de nossa cultura, com a realização de várias e múltiplas atividades: simpósios, seminários, festivais de Folclore, festivais de Música, participação nas mais diversas promoções de cultura popular, palestras em universidades e escolas e em projetos que estimulem e pesquisa e a divulgação da mesma, como é o caso deste Projeto Raízes de Gravataí. Sabemos de nosso compromisso e da responsabilidade que assumimos a cada reconhecimento e prêmio que recebemos. E, justamente por isso é que planejamos estrategicamente a entidade para os próximos anos com este compromisso dentro de nossa visão e missão.

Visão: Ser uma Associação reconhecida mundialmente como referencial em cultura açoriana.

Missão: Viabilizar iniciativas que promovam o desenvolvimento social, econômico e cultural das comunidades de raiz açoriana no Estado do Rio Grande do Sul.



DCG Província do Quero-Quero da CAERGS.



Rancho Folclórico da CAERGS.



Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul.

HISTÓRIA DO CORAL CARLOS BINA – SOGIL

Ligia Ramos

Professora, Coordenadora e Regente do Coral. Gravataí/RS



Em uma tarde de março de 1996, conversavam a professora Floriza Delfino Luz, bibliotecária da E. E. E. M. Carlos Bina e a professora Lígia Ramos, supervisora escolar da mesma Escola. Entre os assuntos, pautaram a ausência de atividades que envolvessem música na sala de aula, hábito que foi se perdendo ao longo dos anos.

Para tentar resgatar a atividade musical, elaboraram o projeto “*Nossa Escola Canta Outra Vez*”. No horário da Biblioteca, a bibliotecária ensaiava inúmeras canções com os alunos de todas as turmas, e organizou uma coletânea de músicas infantis, em uma pasta, acompanhada por uma fita cassete, com as gravações destas músicas, destinando-as para cada professora.

Para encerrar o projeto, a professora Lígia ensaiou com os alunos a canção *Mãezinha do Céu*, acompanhando-os ao teclado. Como o projeto teve muito sucesso na Escola, um grupo de alunos foi convidado a apresentar-se na Homenagem às Mães no mês de maio seguinte. Surgia assim o Coral Carlos Bina.

A partir desta apresentação, o grupo continuou ensaiando sob a coordenação da professora Lígia, e apresentando-se nas atividades da Escola. Em seguida, começaram a surgir convites para apresentações fora da Escola, como nas missas da capela Nossa Senhora Aparecida, na ABENGRÁ e em outras escolas de Gravataí.

Em dezembro de 1997, o Coral Carlos Bina integrou o Coro de Mil Vozes Infantis e apresentou-se com a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, entoando canções natalinas.

O uniforme do Coral, à época, consistia em uma camiseta amarela com o logotipo da Escola desenhado dentro de uma clave de sol.

Durante os primeiros anos de existência, o Coral foi acompanhado musicalmente pela própria regente, professora Lígia, tocando violão, teclado ou acordeom. Em outras situações eram acompanhados por algumas pessoas da comunidade, entre elas os senhores: Antônio Jardim, Ivam Silveira de Souza, Miki Breier, Paulo Vargas, e os alunos Emanuelle Flôr da Cunha, Joelson Nunes, Luciano dos Santos e Paulo Feijó Júnior, além de, em três ocasiões, ter se apresentado com a Banda Marcial do Colégio Dom Feliciano, executando as canções Aquarela do Brasil, o Hino da Escola Carlos Bina e os hinos oficiais.

Em dezembro de 1998, a Prefeitura de Gravataí convidou o Coral da Escola Carlos Bina para apresentar-se nas festividades do Natal da Aldeia, e organizou uma apresentação natalina em que o Coral, pela primeira vez, teve a oportunidade de ser acompanhado ao teclado pelo músico Roberto Velho Costa.

Em julho de 1999, a direção da Sociedade de Ônibus Gigante Ltda – SOGIL, assistiu uma apresentação do Coral da Escola Carlos Bina no aniversário do então Prefeito Daniel Bordignon, e, por sugestão das senhoras Rosane Massulo e Mara Pulgatti, os diretores Sérgio Tadeu Pereira e José Teiga Júnior decidiram patrocinar o Coral, que passou a chamar-se *Coral Carlos Bina – SOGIL*.

Como primeira medida de auxílio para o Coral, foi contratado o músico Roberto Velho Costa, o Tião, que acompanha o Coral desde aquela data.

Com o incentivo da SOGIL, o Coral passou a contar com recursos materiais, financeiros e o transporte, que qualificaram imensamente o projeto iniciado pela Escola.

Em 2002, a professora Lígia Ramos conseguiu junto à 28ª Coordenadoria Regional de Educação, a destinação de 20h semanais exclusivas para as atividades do Coral, pois até então, a mesma dividia seu horário de trabalho entre a supervisão escolar, coordenação e regência do Coral.

Com estes incentivos, o Coral Carlos Bina – SOGIL efetivou-se como um projeto extracurricular, pedagógico e de inclusão social reconhecido em todo o estado do Rio Grande do Sul.

Ao longo de 14 anos de existência, centenas de alunos da Escola Carlos Bina já integraram o Coral. Alguns deles seguiram a vocação musical e dedicaram-se ao estudo mais especializado da música. Entre os ex-alunos do Coral há professores, comissários de bordo, arquitetos, estudantes de engenharia e de nutrição, biólogos, químicos, analistas de sistemas, enfermeiras, advogados, pedagogos, além de uma ex-aluna concluindo seu Mestrado na UNISINOS.

No ano de 2008, o Coral Carlos Bina – SOGIL recebeu o Prêmio Promotores da Paz, deferência feita pela Câmara Municipal de Vereadores de Gravataí aos projetos que divulgam a Cultura da Paz.

No ano de 2009, a Escola Carlos Bina recebeu o selo Escola Solidária, devido ao Projeto do Coral.

Cantando canções de diversos gêneros – populares, folclóricas, cívicas e religiosas, o Coral Carlos Bina – SOGIL procura entoar mensagens de paz, alegria e fraternidade em todas as suas canções.

Para a realização dos ensaios e apresentações, atualmente, com o avanço das tecnologias, o Coral utiliza, como recurso pedagógico, um *power point*, contendo as letras das músicas e imagens referentes às mesmas.

O Coral Carlos Bina – SOGIL já se apresentou em inúmeros municípios da Região Metropolitana, Vale dos Sinos e Litoral do Rio Grande do Sul, levando música e alegria a diversas escolas, empresas, instituições bancárias, entidades sociais, eventos públicos, comemorações regionais e estaduais da Secretaria Estadual de Educação, da Brigada Militar e da Polícia Civil, Festivais de Corais, entre outros.

Atualmente, apresentam-se no Coral 80 alunos da escola, alunos do Ensino Fundamental e Médio, enquanto outros 30 alunos estão preparando-se para integrar o coro principal.

A direção da Escola, através da diretora Délia Ramos Paim, acompanha todas as atividades do Coral.

Os objetivos principais do Coral Carlos Bina – SOGIL são: oferecer aos integrantes oportunidades diferenciadas de vivenciar a arte, a cultura e os valores humanos através da música; oportunizar espaços para que os mesmos possam desenvolver suas aptidões artísticas musicais, valorizar a criatividade, o trabalho em grupo; incentivar o gosto pela música e representar a escola e a empresa de sua comunidade.

O Coral é coordenado e regido pela professora Lígia Ramos e acompanhado musicalmente pelo músico Roberto Velho Costa.



A INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS JOVENS ATRAVÉS DO PROJETO SUNSHINE MCs

Luis Augusto Alencar dos Santos

Acadêmico de História/ULBRA. Gravataí/RS

O Grupo Sunshine MCs formou-se com o nome de Pegasus em 1987, na COHAB Rubem Berta, zona norte de Porto Alegre para participar de concursos de dança. Ele foi campeão, várias vezes, nos níveis municipal e estadual. A partir de 1992, teve nova formação e localização, sendo composto por: Luiz Augusto Alencar (Guto Alencar), Everton Borges Ferreira (M. C BAD), Alexsandro (Melão), Marcos (Alemão) e Jéferson Salastiano Alves (J. S. A) entre outros; todos moradores da Vila Elza em Viamão. Tinham o objetivo de participar de concursos de dança de rua ou Break e Rap. Foram o 1º grupo de dança de fora de Porto Alegre a ganhar concursos, e o único a ser premiado em todas as categorias do Hip Hop.

Refletindo sobre a necessidade de incluir os jovens da região metropolitana e trabalhar a auto-estima, o Sunshine começa uma nova fase e a partir de 1993 foi para as escolas públicas de Alvorada e Viamão com uma proposta de ação de apoio pedagógico e integração social.

Em 2001, se instalou em Gravataí através de projetos sociais da Secretaria Municipal de Cidadania e Ação Social com proposta de projetos de inclusão social e resgate da cidadania por intermédio da arte-educação (música, dança e arte-visual), proporcionando conhecimento e lazer simultaneamente. Seus objetivos se firmavam claramente em integrar o jovem na sociedade por intermédio da arte e das culturas populares que o Hip Hop trabalha, proporcionando conhecimento e divertimento simultâneos, e enfocando o desenvolvimento da auto-estima, através da expressão corporal e produção artística.

Em sequência ao trabalho realizado na cidade, foram sendo construídas parcerias com o SESI no projeto 2º tempo, empresa Jackwal e Secretaria Municipal de Educação com o projeto arte-educação nas escolas Bárbara Maix, Murialdo, Paulo Freire e Nossa Senhora Aparecida.

A partir de 2005, o grupo passou a atuar no projeto Escola Aberta da Secretaria de Educação nas escolas Bárbara Maix, Santa Rita de Cássia e Bom Jesus.

Neste período esteve atuando também na LBV Glorinha e Porto Alegre, consagrando-se como referência nacional em arte-educação.

O grupo participou de três programas para TVE (Hip Hop Sul) e já foi citado em vários jornais do Estado, sendo o único grupo campeão de hip hop estadual em todas as categorias.

O grupo Sunshine de 2000 a 2010 gravou: 5 cds independentes e 1 mix (com 4 músicas): 2001 – Cabelo black (mix); 2003 – Por um 20 de novembro; 2006 – Oração dos Humildes; 2007 – Orgulho pra Nação; 2009 – Cd duplo Aplauda e pedi bis e 17 anos de Sunshine.

PRINCIPAIS TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES DO GRUPO

- Festival de talentos escolares de Alvorada – 1992.
- Revelação black Porto Alegre – 1993.
- Campeão do 1º Festival de Hip Hop Estadual – Vida Centro Comunitário (Música e Dança), sendo campeão em ambas as categorias – 1994.
- Troféu Consciência Negra. Secretaria Municipal de Cultura. Canoas – 1995.
- Campeão de Street Dance de Alvorada – 1996.
- Bi-campeão de Street Dance de Alvorada – 1997.
- Campeão do concurso rap de Alvorada – 1997.
- Grupo destaque na 2ª Amostra de Hip Hop de Viamão. Música e dança – 2001.
- Homenageados na Semana da Consciência Negra em Viamão – 2001.
- Campeão de Street Dance de Viamão – 2001.
- Grupo homenageado na Semana da Consciência Negra. Sapucaia do Sul – 2002.
- Troféu Talentos da Terra de Viamão – 2003.
- Vice-campeão do Fest-Rap Alvorada – 2004.
- Grupo convidado como referência para o 1º Encontro Internacional de Educação – 2005.
- Grupo participante do Projeto Escola Aberta de Gravataí, desde 2005.
- Participante da Estação e Seminário de Hip Hop – Centro de Convergência de Cruz Alta – 2005.
- Grupo premiado no Festival Cantando as Diferenças – 2006.
- Grupo convidado do XV Festival Internacional de Folclore de Gravataí – 2006.

- Grupo destaque e atração cultural no 2º Encontro Internacional de Educação – 2007.
- Grupo Finalista do 5º Festivale, Gravataí – 2007.
- Atração no 1º Festival de Dança de Glorinha – 2007.
- Grupo destaque na Semana da Consciência Negra em Sapucaia do Sul – 2007.
- Participante do projeto Arte na Praça em Gravataí.
- Destaque no 1º e 2º Festidança de Gravataí.
- Destaque no 2º Festival de Dança de Glorinha – 2008.
- Participação no 15º aniversário da FUNDARC, na praça Leonel Brizola, Gravataí – 2009.
- Atração cultural da Semana da Consciência Negra de Gravataí de 2005 a 2009.
- Participante no evento do Dia Nacional do Meio Ambiente, Cachoeirinha – 2009.
- Grupo selecionado para participar do Circuito Musical SESC – Setembro – 2009.
- Participante da 2ª Mostra de dança de Viamão – Premiada em todas as categorias – 2009.
- Participação no Projeto Raízes em Gravataí – 2010.

O grupo é composto por Rafael Junges Aguiar, Jéferson Ferreira, Felipe Leal Moura, Guto Alencar, Andressa Silveira, Jéssica Santos e outros adolescentes do projeto Escola Aberta do município de Gravataí.

É dirigido pelo acadêmico de História na ULBRA – Gravataí, Luiz Augusto Alencar dos Santos, Educador Social.

Em 2006 o grupo Sunshine gravou o “Hino da cidade de Gravataí” em versão rap, para divulgá-lo entre os jovens da cidade.

A música “Quem ama não destrói” foi composta pelos educandos da Sunshine MCs para a semana do meio ambiente gravataiense.

A música “Por um 20 de novembro” foi premiada três vezes, nos âmbitos municipal, estadual e nacional.

A música “Bola Dividida” além de premiada foi regravada pelo grupo G. D. B. da cidade de Alvorada. Além disso, a música faz parte do cd 5º Festivale de Gravataí.

As músicas “Tenha Fé e Protesto” entraram para o CD 6º Festivale de Gravataí.

Luiz Augusto Alencar, o Guto do Sunshine MCs foi o 1º representante da AS-MUG – Associação dos Músicos de Gravataí, no Conselho Consultivo da cidade de Gravataí, onde mais tarde foi eleito delegado de cultura da cidade – 2009.

O FUTEBOL DE SALÃO EM GRAVATAÍ

Gilton Luiz Lessa Gomes

Corretor de Imóveis. Gravataí/RS

O futebol de salão em Gravataí começou a ser praticado e incentivado com o intuito de atender aos desejos de alguns associados do Esporte Clube Paladino, dentre os quais eu me incluía. Sob a liderança de Aristides Denicol, nós sócios procuramos o presidente do Clube, na época Sr. Kalil Elias, pessoa de grande apreço pela prática esportiva, que prontamente abraçou a causa. Não havia em Gravataí nenhuma quadra para prática do esporte.

Aristides e Kalil, junto com o Secretário de Obras do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Daniel Ribeiro, solicitaram ao Governador, na época Sr. Leonel Brizola, apoio para a construção da quadra esportiva. A solicitação foi atendida e no dia sete de setembro de 1959 inaugurava-se a tão esperada quadra. O piso da quadra era de manta asfáltica, e realizou-se um torneio inaugural.

No torneio participaram seis equipes: Butantã, Falcão, Fantasma, Real Madrid, Seresteiro e Vassoura. A equipe do Real Madrid foi a campeã do torneio de inauguração. A equipe do Vassoura foi vencedora do campeonato interno do Paladino, por sete anos consecutivos.

Os jogos de futebol de salão passaram a ser eventos imperdíveis na cidade. Em noite de jogos, a comunidade comparecia em peso, lotando o Paladino. Em 1979, 20 anos depois, iniciou um novo marco em nossa cidade. Foi então inaugurado o Ginásio Municipal de Esportes, carinhosamente chamado por nós de Aldeião. Esta quadra possuía piso de parkê. Na inauguração do Ginásio foi realizado um torneio com a participação de 53 equipes.

Hoje, Gravataí conta com inúmeras quadras para a prática do FUTSAL, muitas delas com quatro horários por noite, reunindo centenas de esportistas e familiares.

Quem de nós já não foi convidado para jogar em um salãozinho?

ROTARY CLUB DE GRAVATAÍ

Silvio José Fonseca Ourique

Professor, jornalista e publicitário. Gravataí/RS



O Rotary é uma organização da sociedade civil de interesse público que presta serviço comunitário em mais de duzentos países em todo o mundo.

É uma organização de homens de negócios e profissionais liberais unidos no mundo todo, que presta serviço humanitário, fomenta elevado padrão de ética em todas as profissões e ajuda a estabelecer a boa vontade e a paz no mundo.

Fundado na cidade de Chicago, Estados Unidos da América, no dia 23 de fevereiro de 1905, pelo advogado Paul Percy Harris, é a maior Organização de Prestação de Serviços Humanitários do mundo e a única entidade que possui assento permanente na Organização das Nações Unidas (ONU).

Com o lema “Dar de si antes de pensar em si”, o Rotary tem por objetivo estimular e fomentar o ideal de Servir como base de todo o empreendimento digno, promovendo e apoiando o desenvolvimento do companheirismo; o reconhecimento do mérito de toda ocupação útil e a difusão das normas de ética profissional; a melhoria da comunidade, pela conduta exemplar de cada um na sua vida pública e particular; e a aproximação dos profissionais de todo o mundo visando à consolidação das boas relações, da cooperação e da paz entre as nações.

O Rotary é representado por uma roda denteada nas cores ouro e azul. Cada um dos vinte e quatro dentes representam as 24 horas do dia. A cor ouro diz da nobreza e legitimidade dos propósitos que animam o Rotary, enquanto o azul lembra o firmamento, indicando a universidade e a elevação dos mesmos propósitos. A roda denteada transmite a ideia de civilização e movimento.

O maior trabalho que envolve os rotarianos e rotarianas de todo o mundo é a busca pela erradicação da paralisia infantil. Desde o ano de 1985, quando iniciou a maior cam-

panha de saúde do mundo, o Rotary já investiu 600 milhões de dólares na aquisição das vacinas e distribuição no mundo inteiro. O objetivo do Rotary é erradicar a doença até 2012 quando serão investidos mais 555 milhões de dólares, sendo 355 milhões doados pela Fundação Bill & Melinda Gattes que entrou na parceria contra a Poliomielite.

O ROTARY EM GRAVATAÍ

Localizada a poucos quilômetros da capital Porto Alegre, Gravataí da década de setenta era considerada ponto ideal para o desenvolvimento industrial do Estado. Somando-se às muitas indústrias já aqui instaladas, criou-se um novo Distrito Industrial, que deslocou ainda um maior número de empreendedores.

Às tradicionais famílias locais, vieram somar-se homens das mais variadas especialidades, provindos de diferentes pontos do Estado, cada qual procurando contribuir com seu esforço para o desenvolvimento do município.

Com o objetivo de promover a aproximação de profissionais das mais diferentes atividades, independente do credo religioso ou político, dentro de um ambiente de amizade e conscientização dos problemas comunitários, procurou-se implantar a ideia de Rotary.

No final da década de setenta, entre os anos de 1978 e 1979, houve tentativas de fundar o Rotary Club de Gravataí, mas, por vários motivos, não foi possível a realização do objetivo e a ideia foi sendo amadurecida.

O ressurgimento dessa iniciativa foi realizado por Ervino Marquardt, então Governador do Distrito 4670 de Rotary Internacional, na gestão 1980-1981. Com o aumento progressivo do município ficou evidenciada a necessidade de mais um clube de serviço, que fosse de acordo com as exigências de Gravataí.

Capitaniados pelos companheiros rotarianos Enio Machado Lunardi e Francisco Oderich, do Rotary Club de Porto Alegre - São João, esses homens abraçaram o ideal de servir e fizeram do lema “Dar de si antes de pensar em si”, rumo e objetivo, na busca de proporcionar uma melhora na qualidade de vida da comunidade gravataiense.

Entusiasmados com a excelente receptividade da ideia entre os visitados, foram realizados contatos telefônicos com lideranças municipais e agendado um almoço-encontro para o dia 21 de maio de 1981, no Restaurante Villa Velha, de propriedade, na época, de Geraldo Fonseca e Neusa Maria Vicentini, localizado no centro da cidade.

Participaram desse encontro, transformado em primeira reunião do Rotary Club de Gravataí - “em formação”, os companheiros do Rotary Club Porto Alegre - São João, Enio Lunardi Machado, Francisco Oderich (coordenadores), Mario Ferraz Alves, Enio Tedesco e Carlos Batista da Silva, além dos sócios em perspectivas.

OS FUNDADORES

Participaram da primeira reunião oficial do Rotary Clube de Gravataí, os seguintes empresários e profissionais liberais: Jaime Pedro de Bettio, Adair Cardoso da Silva, Airtton H. Locatelli, Antônio Paulo Vargas de Ávila, Arno Fensterseifer, Carlos Mário Comarú Valls, César Maurício Pretto, Christóvão Gomes Canellas, Donato Nery Schmidt, Elvo Pizzato, Enio Fonseca Silveira, Ery Schneider, Etmar Boelter, Eusébio Bastiani, Flávio Antonio Diel, Gunyti Kubo, Heinz R. Deutschendorf, Hobegail Antória, Ildo Görbing, Irani de Magalhães Vasconcelos, José Assis D'Ávila, José Roberto de Medeiros, Levi Brum, Luiz Gonzaga Pinheiro Martins, Osmar Teixeira dos Santos, Romeu Paulo Pessato, Rubens Fonseca Vargas, Trajano R. de Quadros, Valecy Cabeleira Bitelo e Walter Armindo Weber, os quais foram considerados fundadores do novo clube.

No dia 23 de julho de 1981 foi eleito o primeiro Conselho Diretor do Rotary Club de Gravataí, tendo em Jaime Pedro de Bettio, seu primeiro presidente.

No dia 24 de agosto do mesmo ano, o Rotary Club de Gravataí foi oficialmente admitido em Rotary Internacional e durante reunião festiva realizada dia 2 de outubro de 1981, nos salões do Paladino Tênis Clube, o Governador do Distrito 4670, companheiro Manoel Cavalcante de Albuquerque Netto entregava o Diploma de Admissão em Rotary Internacional ao presidente Jaime Pedro de Bettio. Na mesma ocasião, o Rotary Club de Porto Alegre - São João (padrinho do Gravataí) fez a entrega da bandeira e do sino, dois símbolos rotários.

A partir desse momento, a comunidade gravataiense passou a dispor de um clube formado por pessoas que trabalham pensando na melhoria da qualidade de vida de seus semelhantes.

O TRABALHO VOLUNTÁRIO

O Rotary sempre esteve presente nas ações que beneficiassem a comunidade, seja por ato de clube ou individualmente por parte de seus membros.

A participação do clube na vinda da primeira unidade do Corpo de Bombeiros para o município foi fundamental. Tanto na participação em reuniões e audiências com o comando da Brigada Militar no Estado ou até mesmo na manutenção do grupamento e alimentação para os soldados, o clube sempre defendeu os interesses da comunidade, buscando a solução do problema.

As questões referentes à Educação são temas importantes para o clube, que sempre implementou projetos e programas que pudessem minimizar algumas carências do município.

Várias escolas foram agraciadas com doações de livros, computadores, além de diversas crianças e adolescentes, em idade escolar, que foram beneficiadas com a doação de óculos e cadeiras de rodas, podendo, assim, seguirem seus estudos.

A Escola Estadual Irmã Cléssia foi uma das primeiras instituições de ensino que receberam apoio do Rotary. Através de ações dos rotarianos foi construída uma sala para organizar a Biblioteca, onde a escola pode oferecer livros para leitura e pesquisa de seus alunos e para a comunidade escolar.

A Escola Municipal de Educação para Surdos participou de atividades promovidas pelo clube e foi contemplada com a doação de equipamentos para a sua área de lazer. O Rotary adquiriu e entregou uma casinha de brinquedos, balanços, carrossel, escorregador e outros brinquedos para a montagem de uma pracinha destinada aos alunos da escola.

A Escola Estadual Frantz Machado Charão desenvolve um trabalho muito especial com crianças autistas. A estrutura não é a ideal para uma atividade dessa magnitude e, pensando nisso, o Rotary adquiriu os materiais necessários para tentar melhorar a qualidade do trabalho realizado pelas professoras.

A APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais também foi beneficiada pelo Rotary ao longo dos anos. A sala de Fisioterapia, de grande importância para os alunos da entidade, foi montada e equipada pelo Rotary.

Escolas municipais e estaduais estiveram presentes em alguns eventos do clube, onde os estudantes participavam de programas de reforço escolar, de elevação da auto-estima e da valorização do companheirismo.

Para que o município fosse agraciado com a primeira escola de Ensino Médio, a participação do companheiro Romeu Paulo Pessato foi importante em reuniões com investidores paulistas que acabaram trazendo uma unidade da Fundação Bradesco, escola de qualidade que contribui com a qualificação da educação em nosso município.

Os projetos “Melhor Companheiro”, “Copa Estudantil Rotary”, “Aprendendo a Aprender” e “Painel Profissional”, são realizações que credenciam os esforços dos estudantes, objetivando a importância do companheirismo, da disciplina e da valorização do ser humano. São ações em que a participação dos rotarianos serve de modelo para as novas gerações.

De uma forma individual ou coletiva, os membros do Rotary buscam sempre a construção da cidadania e o bem-estar de toda a coletividade.

Muitos projetos e programas são realizados de maneira constante, efetivados diretamente pelo clube ou por ações em parceria com outras entidades ou com a iniciativa privada.

Doações de televisor, aparelho de som e Dvd para a Casa de Passagem; material escolar, transporte, óculos e alimentação no programa de alfabetização de jovens e adultos; cadeiras de rodas; nebulizadores; cobertores e outros equipamentos para o Hospital São José Evangelista, do município de Segredo; doação de cerca de 300 cadeiras de rodas para crianças e adultos do município; camas hospitalares; óculos para adolescentes e adultos foram alguns serviços implementados pelo clube.

A Brigada Militar desenvolve um excelente trabalho com as crianças, chamada “PM Mirim”, orientando os pequenos em ações de segurança e responsabilidade civil, e teve no Rotary um parceiro para as suas ações.

A Copa Estudantil Rotary reunia cerca de três mil alunos, todos os anos, em atividades como futebol de salão, voleibol e atletismo, onde os participantes recebiam alimentação, transporte e premiação, sem custo algum para as escolas participantes.

A construção da creche comunitária Santo Aníbal de Francia, com capacidade para atender cerca de 200 crianças, é considerada uma das maiores obras que o Rotary realizou em todo o país. É um dos compromissos que o clube mantém com as crianças de nossa comunidade.

Ações envolvendo o meio ambiente também fazem parte das atividades do clube. A participação no Projeto Aguapé, juntamente com os clubes de Cachoeirinha e Alvorada, em parceria com o Rotary de Portsmouth, na Inglaterra, investe cerca de 500 mil dólares em programas de educação e conscientização para a preservação do Rio Gravataí; patrulhamento ambiental; mutirões de limpeza e plantio de 20 mil mudas de mata ciliar. Esse é o maior projeto de meio ambiente aprovado pela Fundação Rotária para o Brasil e reúne uma grande quantidade de pessoas, entre rotarianos, professores, estudantes e agentes das comunidades envolvidas nas ações de preservação do Rio Gravataí.

No trabalho de prestação de serviços à comunidade que o Rotary desenvolve, foram doados vários materiais e equipamentos para as mais diversas finalidades, sempre com o objetivo de minimizar os problemas que a sociedade gravataiense enfrenta.

Muita coisa foi feita e muito continuará sendo feito, pois o objetivo do Rotary Club de Gravataí é contribuir, da melhor maneira possível, na tentativa de minimizar, ou até mesmo, solucionar alguns dos problemas da comunidade gravataiense.

O mundo é um lugar bom porque é habitado por seres humanos.

O Rotary é formado por seres humanos que praticam o bem na sua comunidade.

Assim é o Rotary!

Assim é o Rotary Club de Gravataí.

Que Gravataí seja uma das mais antigas cidades do Rio Grande do Sul, isso é evidente. Esta publicação seminal, contudo, abre os horizontes de conhecimento de nossa simpática e tradicional Aldeia dos Anjos. Mediante estudos que vêm assinados por personalidades de destaque de nossa inteligência, o passado aparece como iluminador das expectativas do presente. História, genealogia, sociologia, estudos de costumes, economia, religião, reminiscências pessoais e memórias coletivas, literatura, enfim, tudo está aqui. É uma obra que interessa a Gravataí e seus cidadãos, mas antes de tudo interessa a todos os gaúchos e brasileiros. O Rio Grande do Sul se engrandece com este Raízes de Gravataí, um livro que veio para ficar dentre os momentos máximos de reflexão acerca de nossa identidade cultural.

Luiz Antonio de Assis Brasil
Secretário de Estado da Cultura

